



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1394

Segunda-feira - 23 de Dezembro de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	5
Antônio Carlos	5
Arroio Trinta.....	8
Ascurra.....	10
Bela Vista do Toldo.....	10
Biguaçu	11
Bom Jesus do Oeste	17
Bom Retiro	19
Braço do Trombudo	25
Brunópolis	27
Caçador.....	28
Camboriú.....	34
Campo Alegre	41
Campos Novos	55
Canoinhas.....	56
Capinzal	59
Catanduvas.....	60
Chapadão do Lageado	61
Cocal do Sul.....	211
Concórdia	216
Cordilheira Alta	226
Coronel Freitas.....	226
Correia Pinto.....	226
Corupá	226
Curitibanos	242
Ermo	258
Forquilha.....	258
Fraiburgo.....	261
Gaspar	264
Governador Celso Ramos	278
Guaramirim.....	305
Herval d'Oeste	307
Ibiam	310
Imbituba	315
Iomerê	322
Ipumirim	327
Irineópolis	330
Itapiranga.....	351
Itapoá	351
Joaçaba.....	355
Lages	377
Lauro Muller	381
Lebon Regis.....	383
Leoberto Leal.....	404
Luzerna	406
Mafra	407
Maracajá	414
Marema.....	423
Meleiro	423

Morro da Fumaça	424
Navegantes.....	424
Ouro Verde	426
Palhoça	427
Papanduva.....	457
Passos Maia	462
Pinheiro Preto	463
Ponte Serrada	464
Porto Belo.....	465
Porto União.....	467
Rio do Sul.....	471
Salto Veloso	476
Santa Rosa do Sul	479
Santa Terezinha do Progresso	484
São Bento do Sul.....	484
São Domingos.....	487
São José.....	487
São Lourenço do Oeste.....	490
São Pedro de Alcântara.....	493
Schroeder	497
Siderópolis.....	541
Timbé do Sul	542
Timbó	543
Tunápolis.....	557
Videira.....	559
Vitor Meireles.....	564
Xavantina	569

Consórcios

AGIR	570
ARIS	571
CIMVI.....	572
CINCO.....	572
CIS/AMOSC.....	619
CIS/AMREC.....	619
CISAM	624
Quiriri.....	628

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



200 CONSORCIADOS

CIGA atinge a marca de 200
municípios consorciados



iga

Consórcio de Informática
na Gestão Pública Municipal



23 DE DEZEMBRO

Parabéns, Canelinha,
por seus 51 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.





27 DE DEZEMBRO

Parabéns, Atalanta, por seus 49 anos.

Cada ato planejado, ação desenvolvida e serviço prestado pelo Município, visando uma melhor condição de vida dos cidadãos, permitiram percorrer o caminho de conquistas que se celebram nesta data. A FECAM, o CIGA, a EGEM e a ARIS parabenizam gestores, servidores e toda a comunidade pela passagem de aniversário do Município.



CIGA

Comissão de Informática em
Gestão Pública Municipal



ARIS

Assessoria Jurídica
Municipal de Florianópolis

Água Doce

PREFEITURA

Decreto Nº 125/2013

DECRETO Nº 0125/2013 - DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.148 de 27 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.148 de 27 de novembro de 2012 um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3,21 (três reais e vinte e um centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para manutenção da merenda escolar.

Art. 2º. Fica suplementado o elemento de despesas 3.3.90.00.0.1.0060/46 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.306.0025.2.019 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

3.3.90.00.0.1.0060/46 Aplicações Diretas ...R\$ 3,21

TOTAL R\$ 3,21

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação na rubrica de repasse do FNDE _ PNAE.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de dezembro de 2013.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Extrato de Convênio Nº 015/2013

MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

EXTRATO DE CONVÊNIO N. 015/2013

CONVÊNIO N. 015/2013 de 19/12/2013

CONVENIENTE: Município de Água Doce

CONVENIADO: Cooperativa Aguadocense de Pequenos Produtores Artesanais - COAPPA

OBJETO: auxiliar na aquisição de equipamentos para groindustrialização da Coappa, como contrapartida do projeto voluntário BB edição 2013.

VALOR: R\$ 20.500,00 (Vinte mil e quinhentos reais), parcela única.

VIGÊNCIA: 19/12/2013 à 19/06/2014

SIGNATÁRIOS: Pelo CONVENIENTE o Prefeito Sr. Novelli Sganzerla e pelo CONVENIADO a sua presidente Sra. Lucia Storchio Oldoni.

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto Nº 148/2013

DECRETO Nº 148/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de dotação no Orçamento programa de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001454/13 de 16 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 170.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

01 -CAMARA DE VEREADORES

01.01 -CAMARA DE VEREADORES

01.01.01.031.0001.1.001-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 170.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

01 -CAMARA DE VEREADORES

01.01 -CAMARA DE VEREADORES

01.01.01.031.0001.2.001-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 49.886,06

01.01.01.031.0001.2.001-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 10.671,76

01.01.01.031.0001.1.001-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 90.322,18

01.01.01.031.0001.1.002-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 19.120,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 20 de Dezembro de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Decreto Nº 151/2013

DECRETO Nº 151/2013

Remanejamento entre despesas no Orçamento programa de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 400,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 -ENCARGOS GERAIS

09.01 -ENCARGOS GERAIS

09.01.28.843.0009.0.003-4.6.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 400,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial

e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 -ENCARGOS GERAIS

09.01 -ENCARGOS GERAIS

09.01.28.843.0009.0.003-3.2.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 400,00

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 20 de Dezembro de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Decreto Nº 152/2013

DECRETO Nº 152/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar -Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 2.995,26 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0002.2.008-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 1.021,75

04.01.13.392.0003.2.016-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 58,08

07 -SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.02 -FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.02.15.452.0007.2.033-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 336,53

07.02.20.606.0008.2.035-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 560,82

08 -SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01 -SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01.27.812.0004.2.019-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 455,09

10 -SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01 -SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01.04.121.0001.2.006-3.1.91.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas -Oper.Intra-Orçamentárias 562,99

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.13.392.0003.2.016-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 58,08

04.01.12.361.0002.2.008-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 1.021,75

07 -SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.02 -FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.02.20.606.0008.2.035-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 560,82

07.02.15.452.0007.2.033-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 336,53

08 -SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01 -SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01.27.812.0004.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 455,09

10 -SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01 -SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01.04.121.0001.2.006-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 562,99

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 20 de Dezembro de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Portaria Nº 483/2013

PORTARIA Nº 483/2013

Concede Adicional a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei nº 558/1992,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, a servidor efetivo, ILDEMAR FARIAS DINIZ, ocupante do cargo de ODONTOLOGO - 20H, a contar de outubro de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de dezembro de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 18 de dezembro de 2013.

Portaria Nº 490/2013

PORTARIA Nº 490/2013

Prorroga Contratação Temporaria.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de VALERIA PEREIRA SILVA, ocupante do cargo de MEDICO PSQUIATRA, a contar de 30 de dezembro de 2013 a 08 de setembro de 2014, e/ou até a realização de concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de dezembro de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 23 de dezembro de 2013.

Portaria Nº 491/2013

PORTARIA Nº 491/2013

Prorroga Contratação Temporaria.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de CLAUDIA NAMI YODA, ocupante do cargo de MEDICO - 20H, a contar de 30 de dezembro de 2013 a 30 de setembro de 2014, e/ou até a realização de concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de dezembro de 2013.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 23 de dezembro de 2013.

Portaria Nº 492/2013

PORTARIA Nº 492/2013
Prorroga Contratação Temporaria.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de LUCAS TORRES DA CUNHA PRATA, ocupante do cargo de MEDICO - 40H, a contar de 30 de dezembro de 2013 a 30 de junho de 2014, e/ou até a realização de concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de dezembro de 2013.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 23 de dezembro de 2013.

Portaria Nº 493/2013

PORTARIA Nº 493/2013
Prorroga Contratação Temporaria.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal, de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de ANTONIO ALTAMIRO MIRANDA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a contar de 30 de dezembro de 2013 a 30 de agosto de 2014, e/ou até a realização de concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de dezembro de 2013.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 23 de dezembro de 2013.

CÂMARA MUNICIPAL**Termo Aditivo**

TERMO ADITIVO Nº 01/2013

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2012, que entre si celebraram a Câmara Municipal de Antônio Carlos, com endereço na Rua Saul Antônio Scherer, nº 07, sala 06, Centro, Antônio Carlos, Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 07.409.010/0001-24, neste ato representado por seu Presidente, Senhor Edson Lair Decker, brasileiro, casado, portador da RG. Nº 2.786.129 e CPF Nº 812.242.069-91, residente e domiciliado na Rua Benjamim Tomaz Felipe, 10799, neste Município, doravante denominado simplesmente LOCADOR, e o Sr. João Frederico Martendal Filho, brasileiro, casado, do comércio, CPF: 379.035.869-04, residente e domiciliado na Rua José Luiz Hoffmann, nº 193, Centro - Antônio Carlos/SC, doravante denominado simplesmente de LOCATÁRIO, ajustam a prorrogação da vigência da locação (cláusula terceira), bem como o valor do aluguel mensal (cláusula quarta) do contrato, mediante as cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato em comento, cuja nova validade será de 31 de dezembro de 2013 à 30 de Dezembro de 2014, oportunidade em que poderá ser feita nova contratação, desde que obedecidas a legislação e procedimentos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica igualmente aditivado o valor referente ao aluguel mensal durante a vigência do contrato, estabelecida no caput da Cláusula Primeira, face a previsão contida no §2º da Cláusula Quarta, passando o novo aluguel para o valor de R\$ 2.100,56 (Dois mil e cem reais e cinquenta e seis centavos), a ser pago até o quinto dia útil do mês subsequente, depositado em conta bancária, agência 3634-X do Bando do Brasil - conta nº 40.104-8.

CLAUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas permanecem inalteradas, sendo que o presente termo aditivo entrará em vigor em 31 de dezembro de 2013.

E, assim, por estarem justas e convencionadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em três vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo, a tudo presente.

Antônio Carlos/SC, em 20 de dezembro de 2013.

EDSON LAIR DECKER JOÃO
LOCADOR

FREDERICO MARTENDAL FILHO
LOCATÁRIO

TESTEMUNHAS:

NOME: LUIZ CARLOS ZIMERMANN
CPF: 057.100.659-00

NOME: MAURI BERTOLDO ELIAS
CPF: 753.941.039-68

Arroio Trinta

PREFEITURA

Decreto Nº 1581, de 19 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 1581, de 19 de dezembro de 2013.

Decreta Recesso no Centro Administrativo Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Arroio Trinta, e CONSIDERANDO a comemoração das festividades Natalinas e de Ano Novo, sendo o mesmo dedicado à confraternização de toda a sociedade,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Recesso no Centro Administrativo Municipal para atendimento ao público no período de 24 a 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º - Fica também decretado que nos dias 02 e 03 de janeiro de 2014 serão realizadas somente atividades internas, não havendo atendimento ao público.

Parágrafo único. O recesso de que trata o caput do art. 1º e 2º deste decreto não constitui ponto facultativo, bem como não suspende os prazos relativos a processos administrativos, procedimentos licitatórios, devendo ser obedecido os cronogramas anteriormente estabelecidos.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta - SC, 19 de dezembro de 2013.

Aldir Felchilcher

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 19 de dezembro de 2013.

Nelson Campagnin

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 1574, de 26 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº 1574, de 26 de novembro de 2013.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.603 de 24/10/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 111.000,00 (Cento e onze mil reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

0210.26.782.2601.2.000053 MANUT. DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

339000000-0100-000 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 10.000,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0204.12.361.1201.2032 MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO

FUNDAMENTAL

31900000-0101-000 Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

31900000-0118-000 Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

31910000-0101-000 Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 75.000,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0204.12.365.1201.2.000038 MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL

31900000-0118-000 Aplicações Diretas R\$ 26.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 26.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

§1º. R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) por conta do excesso de arrecadação na fonte 0100 - Recursos Ordinários;

§2º. R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) por conta do excesso de arrecadação na fonte 0101 - Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Educação;

§3º. R\$ 76.000,00 (Setenta e seis mil reais) por conta do excesso de arrecadação na fonte 0118 - FUNDEB.

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 26 de novembro de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 26 de novembro de 2013.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 1575, de 27 de Novembro de 2013.

DECRETO Nº 1575, de 27 de novembro de 2013.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.603 de 24/10/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0204.12.365.1201.2.000038 MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL

33900000-0101-000 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 10.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo único. R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) por conta da anulação da seguinte dotação:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0204.12.365.1201.2.000038 MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL

44900000-0101-000 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 10.000,00

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 27 de novembro de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 27 de novembro de 2013.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 1578, de 09 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 1578, de 09 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.603 de 24/10/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 101.011,96 (Cento e um mil onze reais e noventa e seis centavos), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

0201.28.846.2800.0.000000 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS

469000000-0100-000 Aplicações Diretas R\$ 17.011,96

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 17.011,96

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0204.12.361.1201.2032 MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

31900000-0101-000 Aplicações Diretas R\$ 52.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 52.000,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0204.12.365.1201.2.000038 MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL

31900000-0101-000 Aplicações Diretas R\$ 22.000,00

33900000-0101-000 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 32.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo único. R\$ 101.011,96 (Cento e um mil onze reais e noventa e seis centavos) por conta da anulação parcial das seguintes dotações;

GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

0201.28.846.2800.0.000000 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS

3191000000-0100-000 Aplicações Diretas R\$ 9.404,00

3290000000-0100-000 Aplicações Diretas R\$ 2.390,00

3390000000-0100-000 Aplicações Diretas R\$ 5.217,96

TOTAL ANULADO R\$ 17.011,96

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0204.12.361.1201.2032 MANUT. DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

31910000-0101-000 Aplicações Diretas R\$ 39.000,00

33900000-0101-000 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

44900000-0101-000 Aplicações Diretas RS 12.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 52.000,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0204.12.365.1201.2.000038 MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL

31910000-0101-000 Aplicações Diretas R\$ 32.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 32.000,00

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 09 de dezembro de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 09 de dezembro de 2013.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 1579, de 10 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 1579, de 10 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.603 de 24/10/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Quarenta mil reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E MEDICA DOS SEGURADOS

0401.08.244.0003.2.000014 Manut. Da Assistência Médica a Segurados

33900000-0103-000 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 20.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo único. R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), por conta do superávit do exercício anterior na fonte de recursos 0103 - Contribuição para o RPPS.

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 10 de dezembro de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 10 de dezembro de 2013.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 1580, de 11 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 1580, de 11 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item III da Lei nº 1.603 de 24/10/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 3.009,12 (Três mil e nove reais e doze centavos), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

0202.04.122.402.2.000003 MANUT. DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

359000000-0100-000 Aplicações Diretas R\$ 3.009,12

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 3.009,12

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

Parágrafo único. R\$ 101.011,96 (Cento e um mil onze reais e noventa e seis centavos) por conta da anulação parcial das seguintes dotações;

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

0202.04.122.402.2.000003 MANUT. DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

359000000-0100-000 Aplicações Diretas R\$ 3.009,12

TOTAL ANULADO R\$ 3.009,12

Art. 3º Este decreto entra e vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 11 de dezembro de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 11 de dezembro de 2013.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 1582, 19 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 1582, 19 de dezembro de 2013.

Prorroga Prazo de Validade do Concurso Público realizado conforme Edital nº 001/2011 de 10/11/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso III do artigo 37 da Constituição Federal e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, como prorrogado está pelo período de 02 (dois) anos o prazo de validade do Concurso Público Edital nº 001/2011 de 10/11/2011, conforme provas realizadas no dia 20/12/2011 e Decreto de Homologação do Resultado Final nº 1448 de 29/12/2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 19 de dezembro de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 19 de dezembro de 2013.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

Ascurra**PREFEITURA****Edital de Pregão 04/2013 FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO N.04/2014

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 20/01/2014 as 09h00min horas, PREGÃO PRESENCIAL, para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, conforme Edital. Maiores Informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site www.ascurra.sc.gov.br

Ascurra, 23 de dezembro de 2013.

AIRES ROGÉRIO DALFOVO

Prefeito Municipal em Exercício

Bela Vista do Toldo**PREFEITURA****Aviso de Teste Seletivo**

BELA VISTA DO TOLDO

PREFEITURA

AVISO DE TESTE SELETIVO

TESTE SELETIVO - BELA VISTA DO TOLDO - SC

A Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, através da Secretaria Municipal de Educação, comunica que estarão abertas as inscrições para o Teste Seletivo através do edital n.º 03/2013 para as vagas de ACT's para o ano letivo de 2014. As inscrições estarão abertas no período de 23/12/2013 a 06/01/2014. Para maiores informações consulte o edital que estará publicado no site www.pmbvt.sc.gov.br.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 068/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 068/2013 DE: 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

"Modifica o dispositivo constante no artigo 42, § 5º item 21, subitem 01 da Lei Complementar nº 03/2007 que "dispõe sobre os serviços sujeitos a incidência de ISS e suas respectivas alíquotas",

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES, QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica alterada a alíquota do subitem 21.01 da Lista de Serviços de que trata o art. 42 e seguintes da Lei Complementar nº 03 de 13 de dezembro de 2007, incidente sobre as atividades de registros públicos, cartorários e notariais para 3% (três por cento).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor no primeiro dia do exercício seguinte ao de sua publicação.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 068/2013, de 19/12/2013

Sancionada em 19/12/2013

Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Lei Nº 3451/2013

LEI Nº 3451/2013 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMOS, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou a ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, mediante convênio, a transferir R\$ 120,00 (cento e vinte reais) mensais, por aluno atendido, pagável em 12 parcelas mensais, limitados ao valor da dotação orçamentária do exercício financeiro de 2014, à entidade "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", CNPJ nº 82.101.874/0001-08, destinados a atender despesas de manutenção da entidade, constantes do objeto do seu estatuto, conforme Plano de Aplicação apresentado e aprovado pelo Executivo Municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da Lei Orçamentária Anual de 2014' com a seguinte classificação: 12 - Educação; 367 - Educação Especial; 0003 - O futuro se faz com educação; 2029 - Apoio à APAE; 3.3.50.00 - Outras Despesas Correntes/Transferências a Instituições privadas sem fins lucrativos; 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários.

Art. 3º A entidade beneficiada por esta lei deverá prestar contas de cada parcela no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do seu recebimento, de acordo com as normas de controle interno, sob pena de suspensão dos pagamentos e instauração de tomada de contas especial.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Lei nº 3451/2013, de 19/12/2013

Sancionada em 19/12/2013

Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS

Escriturária

Lei Nº 3452/2013

LEI Nº 3452/2013 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMOS, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou a ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, mediante convênio, a transferir R\$ 120,00 (cento e vinte reais) mensais, por criança atendida, limitados ao valor da dotação orçamentária do exercício financeiro de 2014, à entidade "Associação dos Moradores da Praia João Rosa - AMPRA", CNPJ nº 01.569.993/0001-80, destinados a atender despesas de manutenção do Centro Educacional Infantil Comunitário Anjinho da Guarda, constante do objeto do seu estatuto, conforme Plano de Trabalho apresentado e aprovado pelo Município.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da Lei Orçamentária Anual com a seguinte classificação: 0701.12.367.0003.2029 - Manutenção do Ensino Infantil, através do Grupo de Natureza de Despesa: 3350.00 - Outras despesas correntes / TIPSFL.

Art. 3º A entidade beneficiada por esta lei deverá prestar contas de cada parcela no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do seu recebimento, de acordo com as normas de controle interno, sob pena de suspensão dos pagamentos e instauração de tomada de contas especial.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Lei nº 3452/2013, de 19/12/2013

Sancionada em 19/12/2013

Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS

Escriturária

Lei Nº 3453/2013

LEI Nº 3453/2013 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMOS, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou a ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado,

mediante convênio, a transferir R\$ 120,00 (cento e vinte reais) mensais, por criança atendida, limitados ao valor da dotação orçamentária do exercício financeiro de 2014, à entidade "Associação de Moradores da Rua Júlio Teodoro Martins", CNPJ nº 06.343.144/0001-27, destinados a atender despesas de manutenção do Centro Educacional Infantil Planeta Azul, constante do objeto do seu estatuto, conforme Plano de Trabalho apresentado e aprovado pelo Município.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da Lei Orçamentária Anual com a seguinte classificação: 0701.12.367.0003.2029(Código da funcional) - Manutenção do Ensino Infantil (Nome da Ação de Governo), através do Grupo de Natureza de Despesa: 3350.00(Código) - Outras despesas correntes / TIPSFL(Nome da Natureza da Despesa).

Art. 3º A entidade beneficiada por esta lei deverá prestar contas de cada parcela no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do seu recebimento, de acordo com as normas de controle interno, sob pena de suspensão dos pagamentos e instauração de tomada de contas especial.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Lei nº 3453/2013, de 19/12/2013

Sancionada em 19/12/2013

Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS

Escriturária

Lei Nº 3454/2013

LEI Nº 3454/2013 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A CEDER MEDIANTE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E TERMO DE CESSÃO DE USO, O IMÓVEL DESCRITO NA MATRÍCULA N.º 24.964, PARA INSTALAÇÃO DE UM CENTRO DE CONVENÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal faz saber que a Câmara de Vereadores de Biguaçu aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover procedimento licitatório para a cessão da área, objeto do imóvel descrito na matrícula n.º 24.964, no Cartório de Registro de Imóveis de Biguaçu, localizado na Avenida Beira Rio, no loteamento "CIDADE DELTAVILLE", neste Município, à empresa vencedora de Processo Licitatório, pelo prazo máximo de 30 (trinta) anos, podendo ser renovado por igual período, se for interesse da administração pública.

Art. 2º - A presente cessão de uso será destinada para a construção de um Centro de Convenções no Município.

Art. 3º. Fica estipulado o prazo de 01 (um) ano para início das obras da edificação.

Parágrafo único: O prazo descrito neste artigo não poderá ser prorrogado.

Art. 4º. Fica o cessionário responsável por despendar de todo o investimento necessário para a construção da edificação e implantação do Centro de Convenções bem como das atividades que nele se exercerão, sem que haja nenhum custo ao Erário Público Municipal.

§ 1º O presente empreendimento, Centro de Convenções, por estar localizado no bairro Beira Rio e por ser o município de Biguaçu referência do desenvolvimento de atividades náuticas, deve este empreendimento ser edificado com projeto arquitetônico com motivação náutica.

§ 2º O presente empreendimento deverá ter área construída não inferior a 8.000 m²(oito mil metros quadrados)

Art. 5º. Fica o cessionário obrigado a conservar e preservar o imóvel descrito no artigo 1º, em boas condições, inclusive arborização e ajardinamento.

Art. 6º. Serão de responsabilidade do cessionário, as despesas de manutenção, taxas, emolumentos e tributos incidentes sobre o imóvel e suas benfeitorias.

Art. 7º. Fica o Centro de Convenções do Município obrigado a adequar suas instalações com implantação de tratamento acústico suficiente para impedir que o som produzido em seu interior ultrapasse os níveis de ruído compatíveis com o conforto acústico no ambiente externo quando produzirem qualquer tipo de som de forma contínua em seu interior.

§ 1º Para efeitos desta Lei, entende-se por som contínuo o que for produzido por um período total superior a 02 (duas) horas em um intervalo contínuo de 24 (vinte e quatro) horas, seja de forma ininterrupta ou intercalada.

§ 2º Os níveis de ruído permitidos e medidos no exterior do estabelecimento serão os menores que a Lei determinar dentre as Legislações que tratem deste assunto, seja de âmbito federal, estadual ou municipal.

§ 3º O material utilizado para fins de revestimento acústico, qualquer que seja a sua composição, não poderá ser altamente inflamável e nem emitir gases tóxicos além dos que são normais em caso de combustão, devendo sempre ser revestido ou coberto com uma tinta antichamas em toda a sua extensão, independente da parte do recinto em que vier a ser aplicado, salvo se for de material incombustível.

§ 4º A qualidade do material acústico utilizado e a sua segurança deverá ser atestada pelo Corpo de Bombeiros do Estado de Santa Catarina e pela Fundação de Meio Ambiente de Biguaçu - FAMABI, não podendo ser expedido o Laudo de Vistoria sem o cumprimento das exigências desta LEI.

Art. 8º. Visto ser de utilidade pública do presente empreendimento, a cessão deverá ser onerosa por competição em licitação, consubstanciada em preço médio de mercado, na modalidade de locação.

§ 1º Ainda, observando a característica de utilidade pública da cessão e do empreendimento, fica a presente cessão limitada obrigatoriamente a disponibilidade do espaço para atividades da municipalidade.

§ 2º Dentre as atividades que cita o parágrafo anterior estão às festividades da municipalidade, bem como atividades assistenciais, educacionais, culturais e esportivas.

§ 3º A presente cessão, obrigatoriamente, fica condicionada a utilização do total do Centro de Convenções pela Administração Pública nas datas de emancipação político administrativa, dia do servidor público, carnaval, e outras cinco datas comemorativas.

§ 4º A presente cessão fica condicionada, ainda, a utilização do espaço pela Administração Pública em outras 180 (cento e oitenta) datas, podendo ser em espaço menor, não inferior a 400m²

(quatrocentos metros quadrados), desde que vinculado ao Centro de Convenções, no qual o calendário será definido anualmente com o Poder Público Municipal.

Art. 9º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar as omissões desta Lei por meio de Decreto.

Art. 10º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11º - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Lei nº 3454/2013, de 19/12/2013
Sancionada em 19/12/2013
Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS
Escriturária

Lei Nº 3455/2013

LEI Nº 3455/2013 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013
INSTITUI A GINCANA VERDE NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal faz saber que a Câmara de Vereadores de Biguaçu aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica instituída a Gincana verde no Município Biguaçu.

§ 1º - A Gincana Verde acontecerá entre as Instituições de ensino devidamente regulares, atuantes no Município de Biguaçu.

§ 2º - Poderão participar e competir na Gincana Verde, todos os alunos que estejam cursando o ensino fundamental.

Art. 2º - A Gincana Verde acontecerá todos os anos no mês de setembro, preferencialmente na semana do dia 21, no qual se comemora o dia da árvore.

Art. 3º - Será composta uma Comissão Organizadora para coordenar a Gincana Verde.

§ 1º - A Comissão Organizadora será composta pelas seguintes entidades:

- I - Secretaria Municipal de Educação;
- II - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;
- III - Fundação de Meio Ambiente de Biguaçu - FAMABI;
- IV - Liga dos Gincaneiros de Biguaçu.

§ 2º - Toda a regulamentação e organização da Gincana Verde, será de responsabilidade da Comissão Organizadora.

Art. 4º - Todas as tarefas da Gincana Verde serão obrigatoriamente com temas relacionados ao meio ambiente e preferencialmente aqueles abordados no cotidiano da vida escolar dos alunos.

Parágrafo único - As tarefas da Gincana que exigirem material para sua confecção, os mesmos deverão ser recicláveis.

Art. 5º - A Comissão Organizadora fica autorizada a conseguir parceiros que apoiem e patrocinem todo o material de divulgação e premiação da Gincana Verde.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Lei nº 3455/2013, de 19/12/2013
Sancionada em 19/12/2013
Reg. e publ.n/data

MARIVALDE INEZ KONS
Escriturária

Decreto Nº 209/2013

DECRETO Nº 209/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013.
CONCEDE BENEFÍCIOS FISCAIS NOS TERMOS DA LEI Nº 2932, DE 29 DE JUNHO DE 2010, À ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos arts 1º e 2º da Lei nº 2932, de 29 de junho de 2010, combinado com os arts 253, 257, 258, 259, 260, 261, 262 e 263, da Lei Complementar nº 3, de 13 de dezembro de 2007, e:

- Considerando a Lei Municipal nº 2.932/2010, que autoriza o Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 253 e seguintes da Lei Complementar nº 3/2007, a conceder a isenção, remissão e anistia, parcial ou total, de taxas exigíveis, decorrentes do exercício do poder de polícia, das entidades declaradas de utilidade pública por esta municipalidade;

- Considerando que de acordo com os documentos e informações que instruem o Processo Administrativo nº 9303/2013, a entidade ASSOCIAÇÃO DOS CLUBES DE BIGUAÇU, inscrita no CNPJ nº 05.066.289/0001-65, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 1702 de 04 de Julho de 2002, atende os requisitos legais para a obtenção dos benefícios fiscais previstos na Lei Municipal nº 2932/2010,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido nos termos do art. 1º da Lei Municipal nº 2.932/2010 os seguintes benefícios fiscais à entidade "Associação dos Clubes de Biguaçu - ASCLUBIG", inscrita no CNPJ sob o nº 05.066.289/0001-65, estabelecida à Rua Lages, 445, bairro Praia João Rosa, neste Município, é entidade sem fins lucrativos e declarado de utilidade Pública, conforme a Lei Municipal nº 1702 de 04 de Julho de 2002:

- I- a isenção da Taxa de Licença para Instalação e Funcionamento de Estabelecimentos (TLIF) do ano de 2013;
- II - a isenção da Taxa de Renovação de Licença para Instalação e Funcionamento de Estabelecimentos, pelo prazo de 2 (dois) anos,

Parágrafo Único - Findo o prazo assinalado no inciso II deste artigo, a pessoa jurídica beneficiária deverá requerer a renovação da isenção, comprovando que mantém as condições para usufruir a isenção prevista neste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 09 de dezembro de 2013.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
Prefeito Municipal

Reg. publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

Decreto Nº 218/2013

DECRETO Nº 218/2013 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.
PRORROGA A DATA FINAL PARA REQUERER A ADESSÃO AO PPEX - PROGRAMA DE PAGAMENTO EXTRAORDINÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 98, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu;

DECRETA:

Art. 1º - Nos termos do art. 6º da Lei Complementar nº 20/2009, fica prorrogada para 30/04/2014, a data final para requerer a adesão ao PPEX.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 17 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Decreto Nº 224/2013

DECRETO Nº 224/2013 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
ACRESCENTA O INCISO XII AO DECRETO Nº 82/2009, REFERENTE À COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu:

Considerando o Ofício n.º 85/2013, da Câmara de Vereadores de Biguaçu, de autoria do Vereador Douglas Borba, solicitando a inclusão de um membro do Poder Legislativo Municipal no Conselho de Desenvolvimento Municipal;

Considerando a importância da participação do Poder Legislativo nas futuras decisões de projetos a serem executados no Município de Biguaçu;

Considerando a incisiva participação do Poder Legislativo na busca do desenvolvimento municipal;

Considerando a maior legitimidade que será dada aos procedimentos do citado Conselho;

DECRETA:

Art. 1º. Fica incluído o inciso XII ao art. 2º do Decreto nº 82/2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

“XII - um representante indicado pela Câmara de Vereadores de Biguaçu, e seu suplente”.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Extrato Contrato Nº 10.212/2013 - Processo: Pregão Presencial - PP Nº 131/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Extrato Contrato nº 10.212/2013

Processo: Pregão Presencial - PP Nº 131/2013 - FMS

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE BIGUAÇU.

Fornecedor: JEFERSON DA SILVEIRA ME

Valor: R\$ 1.344,00 (Um mil trezentos e quarenta e quatro reais).

Vigência: 01/01/2014 a 31/12/2014

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

1º Termo Aditivo ao Contrato Nº 10.235/2012 - PP Nº179/2012/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.235/2012 - PP nº179/2012/FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MARMITAS, DE ACORDO COM O CARDÁPIO EM ANEXO, PARA ATENDER OS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, LOTADOS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA 24H E DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL(CAPS).

Contratado: SANTO SABOR COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

Vigência: de 01/01/2014 a 31/12/2014.

Valor: R\$ 104.755,00 (CENTO E QUATRO MIL SETECENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS).

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 10.168/2012 - II Nº 156/2012/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10.168/2012 - II Nº 156/2012/FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS EM FISIOTERAPIA, SEJAM PÚBLICOS,

PRIVADOS OU FILANTRÓPICOS, VISANDO À AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS OFERTADOS PELA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU, USANDO COMO REFERÊNCIA OS PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I DO EDITAL. CUMPRE DESTACAR QUE ESTA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO SE DÁ EM CONFORMIDADE COM A CHAMADA PÚBLICA Nº 33/2012 E NA FORMA DO ART. 25, INCISO II, DA LEI 8.666/93.

Contratado: Medicina e Diagnóstico São Miguel Ltda. ME
Vigência: de 01/01/2014 a 31/12/2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Instrução Normativa Nº 015, de 19 de Dezembro de 2013.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 015, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013. REGULAMENTA O REQUERIMENTO DE ADESÃO AO PROGRAMA DE DOMICÍLIO FISCAL, QUE SE REFERE À LEI COMPLEMENTAR Nº 66, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

JOHN KENNEDY LARA DA COSTA, Secretário Municipal da Fazenda do Município de Biguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 116, inciso V, da Lei Orgânica do Município, e Considerando, a necessidade de regulamentar o requerimento de adesão ao Programa de Domicílio Fiscal,

RESOLVE:

Art. 1º - Apenas poderão aderir ao Programa de Domicílio Fiscal as empresas e profissionais autônomos prestadores de serviços, sendo vedado o ingresso de empresas cujas atividades sejam do comércio, indústria e do ramo agropecuário.

Art. 2º - Fica eleita como endereço da Casa do Empreendedor, a Rua Barão do Rio Branco, 77 - Centro - Biguaçu - SC - CEP 88160-000.

Art. 3º - As empresas e profissionais autônomos prestadores de serviços não estabelecidos que requeiram a adesão ao Programa de Domicílio Fiscal deverão constituir as empresas diretamente na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC e não via REGIN.

Art. 4º - No processo administrativo de requerimento a adesão ao Programa de Domicílio Fiscal, deverá ser juntada os seguintes documentos:

I. Contrato Social, ou Declaração de empresário Individual, no qual deverá constar o endereço da Casa do Empreendedor descrito no art. 2º;

II. Comprovante de inscrição do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

III. Documento de identidade e CPF dos sócios, ou do empresário individual;

IV. Comprovante de endereço dos sócios, ou empresário individual;

a. O Comprovante de endereço deverá estar em nome dos sócios, caso não esteja, deverá ser apresentado cópia do Contrato de locação ou declaração de cessão de uso de imóvel residencial, ambas com firma reconhecida em cartório.

V. Termo de Compromisso, devidamente assinado com firma reconhecida em cartório.

Art. 5º - A empresa adepta ao Programa de Domicílio Fiscal está dispensada da apresentação dos seguintes documentos:

I. Habite-se da Obra;

II. Alvará de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar;

III. Alvará Sanitário;

IV. Licença Ambiental.

Art. 6º - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 19 de dezembro de 2013.

JOHN KENNEDY LARA DA COSTA

Secretário Municipal da Fazenda

RD BDM/12318

Edital de Lançamento de Tributos Municipais

EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Nº 004/2013/SEFAZ

Edital de lançamento das Taxas de Renovação da Licença, para os Contribuintes inscritos no Cadastro Municipal de Contribuintes do Município.

EXERCÍCIO DE 2014

I - LANÇAMENTO

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 116, IV da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 91 e 118, da Lei Complementar nº 003, de 13 de dezembro de 2007, torna público o lançamento das taxas devidas pelo exercício do poder de polícia em razão da ocorrência dos fatos geradores previstos no art. 92, incisos II, III, IV, V, VI e VIII da referida Lei Complementar, com vista à renovação das licenças para o exercício de 2014, a seguir especificadas:

a. Taxa de Renovação da Licença para Funcionamento de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria ou de Prestação de Serviços;

b. Taxa de Renovação da Licença para Veiculação de Publicidade;

c. Taxa de Renovação da Licença para Atividades Ambulantes;

d. Taxa de Renovação da Licença para Utilização de Vias e Logradouros Públicos;

e. Taxa de Renovação da Licença para Funcionamento de Estabelecimento em Horário Especial;

f. Taxa de Renovação da Licença para Circulação de Veículos de Transporte de Passageiros;

g. Esclarece, outrossim, que a listagem dos lançamentos encontra-se à disposição dos contribuintes, para conferência, na Diretoria Geral de Tributos, no endereço abaixo indicado.

II - PAGAMENTO

Nos termos do art. 97, inciso II, da Lei Complementar nº. 003 de 13 de dezembro de 2007, as taxas referidas neste Edital, quando devidas, devem ser pagas, em parcela única, até o dia 10 de março de 2014, na rede bancária do Município.

III - ATRASO NO PAGAMENTO

O não pagamento das taxas previstas neste Edital nas datas fixadas sujeitará o contribuinte, na forma da lei, à atualização monetária do débito, multa e juros de mora, bem como, a inscrição do crédito em Dívida Ativa para posterior cobrança judicial.

IV - DISPONIBILIDADE DOS DOCUMENTOS DE ARRECADAÇÃO

Os Documentos de Arrecadação estarão disponíveis a partir de 1º de Janeiro de 2014:

a. Na internet através do site www.bigua.sc.gov.br;

b. Na Diretoria Geral de Tributos no endereço indicado no item VII.

Observação:

A entrega dos documentos de arrecadação na Diretoria Geral de Tributos será efetuada diariamente, no período indicado no item IV, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h00 às 18h00.

V - ALVARÁ DE LICENÇA PARA 2014.

a. A liberação do Alvará da Licença do exercício de 2014 dispensa o requerimento de Renovação de Licença.

b. Os Alvarás de Licença serão emitidos de ofício pela Secretaria Municipal da Fazenda, aos contribuintes regularmente inscritos no Cadastro Municipal de Contribuintes da Prefeitura.

c. A entrega dos Alvarás de Licença aos contribuintes será feita a partir do dia 06 de Janeiro, na Diretoria Geral de Tributos, mediante:

i. A comprovação do pagamento das respectivas taxas de renovação da licença lançadas nos termos deste Edital;

ii. A comprovação do pagamento da TPCS - Taxa de Prevenção Contra Sinistros cobrada nos termos do Convênio nº 25.803/2010-2, autorizado pela Lei Municipal nº 2974/2010 firmado ente o Município de Biguaçu e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.

iii. A apresentação do Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.

d. A comprovação do pagamento das taxas mencionadas nas letras "a" e "b" deste item será feita pela baixa do débito no Sistema Eletrônico de Processamento de Dados da Arrecadação Tributária da Prefeitura, ou, mediante a apresentação dos respectivos documentos de arrecadação quitados na rede bancária credenciada.

e. A comprovação do pagamento das taxas mencionadas nos itens "i" e "ii" da letra "c" será feita pela baixa do débito no Sistema Eletrônico de Processamento de Dados da Arrecadação Tributária da Prefeitura, ou, mediante a apresentação dos respectivos documentos de arrecadação quitados na rede bancária credenciada.

VI - RECLAMAÇÃO

O contribuinte que não concordar com os dados e/ou valores deste lançamento poderá, com base nos arts 319, 320 e 321 da Lei Complementar nº. 003 de 13 de dezembro de 2007 apresentar Reclamação a ser formalizada em processo administrativo registrado no Pró-Cidadão Biguaçu, até o dia 10 de março de 2014.

VII - ENDEREÇO DA DIRETORIA GERAL DE TRIBUTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E DO PRÓ-CIDADÃO BIGUAÇU.

Rua Lúcio Born, 12 - Centro - Biguaçu - Santa Catarina - CEP 88.160-000

Município de Biguaçu, 17 de Dezembro de 2013.

JOHN KENNEDY LARA COSTA

Secretário Municipal da Fazenda

Editais de Lançamento de Tributos Municipais

EDITAL DE LANÇAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS
Nº 005/2013/SEFAZ

Editais de lançamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza sobre serviços prestados por pessoas físicas e sociedades simples de profissionais, inscritas no Cadastro Municipal de Contribuintes do Município.

Exercício de 2014

I - LANÇAMENTO

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 116, IV da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos arts. 42, 59, II e 64, I, todos da Lei Complementar nº. 003 de 13 de dezembro de 2007, torna público o lançamento do Imposto sobre Serviços de

Qualquer Natureza - ISS incidente sobre serviços prestados sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, por pessoa física ou sociedade simples de profissionais, sujeitas ao pagamento do imposto calculado em base fixa na forma dos arts 53 e 54 da referida Lei, relativo ao exercício de 2014, conforme listagem dos lançamentos à disposição dos contribuintes, para conferência, na Diretoria Geral de Tributos da Secretaria Municipal de Fazenda no endereço abaixo indicado.

II - PAGAMENTO

O imposto referido neste Edital deverá ser pago integralmente até o dia 10 de março de 2014, na rede bancária credenciada.

III - DESCONTO

O pagamento efetuado até a data do vencimento assegura o desconto de 20% (vinte por cento) sobre o total do lançamento.

IV - ATRASO NO PAGAMENTO

O não pagamento do imposto na data fixada sujeita o contribuinte, na forma da lei, à atualização monetária do débito, multa e juros de mora, bem como a inscrição do crédito em Dívida Ativa para posterior cobrança judicial.

V - RECLAMAÇÃO

O contribuinte que não concordar com os dados e/ou valores deste lançamento poderá, com base nos arts 279 e 319 da Lei Complementar nº. 003 de 13 de dezembro de 2007 apresentar Reclamação a ser formalizada em processo administrativo registrado no Pró-Cidadão Biguaçu até o dia 10 de março de 2014.

VI - DISPONIBILIDADE DOS DOCUMENTOS DE ARRECADAÇÃO

Os Documentos de Arrecadação estarão disponíveis:

a. A partir do dia 1º de Janeiro na internet através do site www.bigua.sc.gov.br, além de estar disponível na Diretoria Geral de Tributos no endereço abaixo indicado.

Observação:

i. A entrega dos documentos de arrecadação na Diretoria Geral de Tributos será efetuada no período indicado na letra "a", de segunda a sexta-feira, no horário das 12h00 às 18h00.

VII - ENDEREÇO DA DIRETORIA GERAL DE TRIBUTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E DO PRÓ-CIDADÃO BIGUAÇU

Rua Lúcio Born, 12 - Centro - Biguaçu - Santa Catarina - CEP 88.160-000.

Município de Biguaçu, 17 de Dezembro de 2013.

JOHN KENNEDY LARA COSTA

Secretário Municipal da Fazenda



Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Lei Municipal Nr 916/2013

LEI MUNICIPAL Nº 916/13, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre alteração da Lei Complementar nº 755/2010 de 08 de dezembro de 2010 que trata do Sistema de Carreira na Administração Municipal.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º.- Fica criada 01 (uma) vaga de auxiliar de consultório dentário, com carga de 40 horas, com vencimento base R\$ 1.080,00, com o código 0097 de identificação, do Grupo III, do Anexo III, da Lei Complementar 755/2010.

Parágrafo único - Compete ao auxiliar de consultório dentário as seguintes atribuições:

Orientar os pacientes sobre higiene bucal, marcar consultas, preencher e anotar fichas clínicas, manter em ordem arquivo e fichário, controlar o movimento diário/mensal, revelar e montar radiografias intra-orais, preparar o paciente para o atendimento, auxiliar no atendimento ao paciente, instrumentar o Cirurgião Dentista e o Técnico em Higiene Dental junto à cadeira operatória, promover isolamento do campo operatório, manipular materiais de uso odontológico, selecionar moldeiras, confeccionar modelos em gesso, aplicar métodos preventivos para controle da cárie dental, proceder à conservação e à manutenção do equipamento odontológico. Estando as suas atividades sob a supervisão do Cirurgião-Dentista ou do Técnico em Higiene Dental.

Art. 2º. Fica alterado para 02 vagas o cargo 0088 - Psicólogo.

Art. 3º. As despesas decorrentes da presente Lei, correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no do Orçamento Municipal.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC), aos 20 de dezembro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Portaria Nº 272/13 de 18 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 272/13, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

EXONERA SERVIDORES MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA servidores municipais por encerramento de

contrato de trabalho (ACT'S) a partir do dia 20 de dezembro de 2013 conforme relação abaixo:

Nome	Matricula	Admissão	Exoneração
Alexandra dos Santos Vargas	634-3	05/04/13	20/12/13
Camila Antunes	631-9	05/03/13	20/12/13
Camila Vivan	616-5	18/02/13	20/12/13
Claise Terezinha Kraemer	615-7	18/02/13	20/12/13
Daiane Vivan	614-9	18/02/13	20/12/13
Eleni Pereira Schmitt	632-7	03/04/13	20/12/13
Elisandra Gauscki Henn	617-3	18/02/13	20/12/13
Elisane Julci Vargas	618-1	19/02/13	20/12/13
Fabiane R. Brambilla Nascimento	635-1	05/04/13	20/12/13
Jucilene da Silva	622-0	01/03/13	20/12/13
Juliane Fagundes	620-3	20/02/13	20/12/13
Leonir Simonetti	613-0	18/02/13	20/12/13
Liziane Aparecida Prestes	621-1	20/02/13	20/12/13
Liziane Aparecida Prestes	630-0	20/03/13	20/12/13
Silvia Endler	612-2	18/02/13	20/12/13

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de dezembro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Portaria Nº 273/13 de 18 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 273/13, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

EXONERA SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA por encerramento de contrato por tempo determinado a Servidora Municipal SRA. ILAIDE TERESINHA KAMPFER MARTENDAL, matrícula nº 643-2, portadora do CIC sob. nº 017.772.199-57, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, substituta do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, a partir do dia 21 de dezembro de 2013..

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de dezembro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Portaria Nº 274/13 de 18 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 274/13, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

EXONERA SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA por encerramento de contrato por tempo determinado o Servidor Municipal SR. LUCAS KIST, matrícula nº 642-4, portador do CIC sob. nº 058.618.979-30, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, substituto do cargo de Odontólogo, com carga horária de 30 horas semanais, a partir do dia 23 de dezembro de 2013..

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de dezembro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Portaria Nº 275/13 de 18 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 275/13, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA a pedido o Servidor Municipal Sr. ANÉLIO KLEIN, matrícula nº 415-4, portador do CIC sob. nº 052.239.899-53, lotado na Secretaria Municipal de Estradas e Rodagem - DMER, ocupante do cargo de Operador, admitido em 03 de junho de 2008, sendo sua exoneração a partir do dia 30/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de dezembro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Portaria Nº 276/13 de 18 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 276/13, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

EXONERA A PEDIDO SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA a pedido a Servidora Municipal Sra. TATIANI

BRUCH, matrícula nº 559-2, portadora do CIC sob. nº 037.411.819-19, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e esportes, ocupante do cargo de Professora de Ecologia e Desenvolvimento Sustentável, admitida em 06 de fevereiro de 2012, sendo a exoneração a partir do dia 30/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 18 de dezembro de 2013.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº77-13 Concede Ferias ao Servidor Municipal e Dá Outras Providências.

DECRETO LEGISLATIVO Nº77/2013

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAIR DOS SANTOS SERPA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por LEI. DECRETA:

Art. 1º. CONCEDE férias por merecimento ao Servidor Municipal Sr. CÉSAR LUIS MAJOLO, matrícula nº 35, portador do CIC sob. nº 942309009-53, lotado na secretária da Câmara Municipal de Vereadores, ocupante do Cargo Assessor Jurídico, período aquisitivo de 02 de janeiro de 2014 a 31 de fevereiro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Bom Jesus do Oeste SC, em 19 de dezembro de 2013.

CLAIR DOS SANTOS SERPA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Termo de Retificação.

TERMO DE RETIFICAÇÃO

Através do presente termo fica retificado Decreto Legislativo nº77/13 de 19 de dezembro de 2013. TENDO COMO LEITURA CORRETA:

DECRETO LEGISLATIVO Nº77/2013

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAIR DOS SANTOS SERPA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por LEI. DECRETA:

Art. 1º. CONCEDE férias por merecimento ao Servidor Municipal

Sr. CÉSAR LUIS MAJOLO, matrícula nº 35, portador do CIC sob. nº 942309009-53, lotado na secretária da Câmara Municipal de Vereadores, ocupante do Cargo Assessor Jurídico, período aquisitivo de 02 de janeiro de 2014 a 01 de fevereiro de 2014.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Bom Jesus do Oeste SC, em 19 de dezembro de 2013.

CLAIR DOS SANTOS SERPA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Minuta Edital Concurso Público Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste -SC

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, Sr. Clair dos Santos Serpa, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, que se encontra aberto Concurso Público, destinado ao provimento de vagas do Poder Legislativo Municipal, o qual reger-se-á pelas instruções do Edital de Concurso Público n.º 001/2013, disciplinado pelo art. 37, II, da Constituição Federal, Lei Complementar n.º 001/2013, Lei Complementar n.º 542/2006 e demais Legislações relacionadas. Dos cargos - Número de Vagas - Carga Horária: Auxiliar de Serviços Gerais - 01 vaga - 30 horas; Contador - 01 vaga - 20 horas. Das inscrições: As inscrições serão realizadas de 23 de dezembro de 2013 a 21 de janeiro de 2014 exclusivamente via internet, através do endereço eletrônico www.alternativeconcursos.com.br. Das provas: As provas serão aplicadas no dia 01 de fevereiro de 2013. O Edital e maiores informações poderão ser obtidos na Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste (SC), no site www.bomjesusdoeste.sc.gov.br bem como no site da empresa contratada www.alternativeconcursos.com.br.

Bom Jesus do Oeste (SC), 18 de dezembro de 2013.

CLAIR DOS SANTOS SERPA

Presidente do Legislativo.

Bom Retiro

PREFEITURA

134.12 - Dec. Vencimentos Bom Retiro-2014

Decreto n.º 134/13 de 18.12.13.

DISPÕE SOBRE OS VENCIMENTOS DA TAXA ÚNICA DE LICENÇA DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO, FISCALIZAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA DE ATIVIDADE ECONÔMICA OU SOCIAL - TLLF E A QUANTIDADE DE PARCELAS DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA DE BASE FIXA E DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA POR HOMOLOGAÇÃO E DE ENQUADRAMENTO POR ESTIMATIVA FISCAL E DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. A Taxa Única de Licença de Localização, Funcionamento,

Fiscalização, Saúde e Segurança de Atividade Econômica ou Social - TLLF tem o vencimento da parcela única, do exercício de 2014, fixada para 28 de fevereiro de 2014.

Art. 2º. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza por homologação tem seu vencimento fixado para o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do fato gerador.

Parágrafo único. No caso do dia 10 (dez) ocorrer em sábado, domingo ou feriado, o vencimento fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

Art. 3º. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza de enquadramento por estimativa fiscal obedecerá aos mesmos critérios do art. 2º e seu parágrafo único.

Art. 4º. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza de base fixa tem os seguintes vencimentos:

I - profissionais de nível superior em 6 (seis) parcelas:

- a) Parcela única ou primeira parcela em 28 de fevereiro de 2014;
- b) Segunda parcela em 30 de abril de 2014;
- c) Terceira parcela em 30 de junho de 2014;
- d) Quarta parcela em 29 de agosto de 2014;
- e) Quinta parcela em 31 de outubro de 2014;
- f) Sexta parcela em 28 de novembro de 2014.

II - profissionais de nível médio em 4 (quatro) parcelas:

- a) Parcela única ou primeira parcela em 28 de fevereiro de 2014;
- b) Segunda parcela em 30 de abril de 2014;
- c) Terceira parcela em 30 de junho de 2014;
- d) Quarta parcela em 29 de agosto de 2014.

III - profissionais sem especialização em 2 (duas) parcelas:

- a) Parcela única ou primeira parcela em 28 de fevereiro de 2014;
- b) Segunda parcela em 30 de abril de 2014.

Art. 5º. O Imposto Predial e Territorial Urbano tem o vencimento da parcela única ou da primeira parcela, do exercício de 2014, fixada para 31 de março de 2014 e as seguintes em 30 de maio de 2014 e 31 de julho de 2014.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 130/12 de 21 de dezembro de 2012.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 18 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR LINS

Sec.. Munic. Adm. e Fazenda

136.13 - Dec. com. Aval. Planta Valores

Decreto n.º 136/13 de 18.12.13.

Nomeia Comissão para Fixação da Planta Genérica de Valores Urbanos e Rurais para o exercício de 2014.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, no uso de suas atribuições legais de acordo com o art. 204 da Lei Complementar 11/2005,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados, para os efeitos da legislação, as pessoas abaixo relacionadas para comporem, sob a presidência da

primeira, a comissão para elaborarem a Planta Genérica de Valores Urbanos e Rurais, para o exercício de 2014:

- Maria Eliza Nunes Bianchi
- Marilu de Almeida
- Nilton César dos Santos
- Randel Becker
- Vilmar José Peixer
- Thaise Gisliane Cabral
- Jocemar da Silva
- Dario Cesar de Lins
- Saulo Steimbach

Art. 2º. A Planta Genérica de Valores deverá atribuir valores a cada região do município, levando em consideração suas particularidades próprias.

Parágrafo único. Havendo necessidade, cada região poderá ser dividida em setores.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 26/13 de 20 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 18 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Munic. Adm. e Fazenda

137.13 - Decreto Homologação Final Processo Seletivo

Decreto Nº 137/13 de 19.12.13.

Homologa Resultado Final e Relação de Aprovados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2013, (retificação 01/2013) para admissão de Professores em Caráter Temporário ano letivo de 2014.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Orgânica do Município de Bom Retiro e do Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2013, de 16 de outubro de 2013;

CONSIDERANDO que a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado instituído pela Portaria Nº 943/13 de 16 de outubro de 2013 e pela Portaria nº 1052/13 de 03 de dezembro de 2013, emitiu relatório da classificação final do Processo Seletivo 01/2013;

CONSIDERANDO que não houve recurso dos aprovados. Dentro do prazo legal;

CONSIDERANDO a necessidade do cumprimento do cronograma do edital;

DECRETA:

Art. 1º. Atendendo os dispositivos legais e as normas estabelecidas no Processo Seletivo nº 01/2013, fica homologado o resultado final do Processo Seletivo nº 01/2013, dos cargos abaixo descritos em ordem alfabética de cargo e os candidatos aprovados listados em ordem de classificação, já considerados os critérios de desempate conforme ANEXO ÚNICO deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 19 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na data supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. E Fazenda

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 137/2013, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

DEFERIMENTO E HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DOS APROVADOS DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2013

ARTES – HABILITADO:

SEQ.	INSC.	Nº PROVA	Nº GABARITO	NOME	NASCI-MENTO	FOR-MA-ÇÃO	TEM-PO DE SER-VIÇO	CUR-SO	PRO-VA	MÉ-DIA	CLAS-SIFI-CA-ÇÃO
01	045	01	32	Jackeline Santos de Abreu	15.03.87	1,50	0,30	0,50	3,70	6,00	Apro-vada

EDUCAÇÃO FÍSICA – HABILITADO:

SEQ.	INSC.	Nº PROVA	Nº GABARITO	NOME	NASCI-MENTO	FOR-MA-ÇÃO	TEM-PO DE SER-VIÇO	CUR-SO	PRO-VA	MÉ-DIA	CLAS-SIFI-CA-ÇÃO
01	030	02	34	Moacir Teixeira Junior	16.07.82	1,50	0,50	0,50	4,50	7,00	Apro-vado
02	010	01	33	Juliano da Cruz	01.01.77	1,50	0,90	0,50	3,40	6,30	Apro-vado

EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO:

SEQ.	INSC.	Nº PROVA	Nº GABARITO	NOME	NASCI-MENTO	FOR-MA-ÇÃO	TEM-PO DE SER-VIÇO	CUR-SO	PRO-VA	MÉ-DIA	CLAS-SIFI-CA-ÇÃO
01	055	01	36	Willian Senna Rezende	23.09.90	0,70	0,30	0,50	4,85	6,35	Apro-vado
02	017	02	35	Van-derlei Córdova de Liz	19.04.91	0,70	0,00	0,50	3,15	4,35	Apro-vado

EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE E PRÉ – HABILITADO:

SEQ.	INSC.	Nº PROVA	Nº GABARITO	NOME	NASCI-MENTO	FOR-MA-ÇÃO	TEM-PO DE SER-VIÇO	CUR-SO	PRO-VA	MÉ-DIA	CLAS-SIFI-CA-ÇÃO
01	00705	16		Michelli P. Polmann	21.02.81	1,50	0,50	0,50	4,85	7,35	Apro-vada

02	041	02	19	Janete Ap. Paim de Jesus	23.02.65	1,50	1,00	0,50	4,25	7,25	Apro- vada
03	028	03	22	Maria L. H. de Oliveira	26.03.64	1,50	1,00	0,50	4,20	7,20	Apro- vada
04	035	03	11	Luciana Moretti Hoffmann	10.08.87	1,50	0,60	0,50	4,30	6,90	Apro- vada
05	014	02	13	Fabiana Andrieza Neto	11.05.92	1,20	0,30	0,30	4,90	6,70	Apro- vada
06	029	01	001	Iara Deucher	02.01.91	1,50	0,40	0,50	3,70	6,10	Apro- vada
07	019	04	014	Terezinha Ap. P. Goedert	02.08.65	1,50	1,00	0,50	3,10	6,10	Apro- vada
08	004	02	009	Tayse T. Serafim	28.11.90	1,20	0,00	0,50	4,35	6,05	Apro- vada
09	047	01	007	Mara R. Alves Bonin	13.05.72	1,50	0,70	0,50	3,10	5,80	Apro- vada
10	051	04	25	Jacqueline B. Belarmina	01.03.89	1,50	0,40	0,50	3,25	5,65	Apro- vada
11	012	01	28	Alexandra Neuhaus	25.09.87	1,20	0,30	0,50	3,60	5,60	Apro- vada
12	002	05	003	Maicon D. B. Chiquetti	27.01.90	1,50	0,00	0,50	3,40	5,40	Apro- vado
13	025	05	023	Gean K. M. Vieira	04.08.80	1,50	0,00	0,50	3,35	5,35	Apro- vada
14	024	05	024	Patrícia da Cunha	20.02.86	1,20	0,30	0,50	3,15	5,15	Apro- vada
15	020	04	018	Ariani O. J. Antonio	04.06.84	0,30	0,00	0,50	3,35	4,15	Apro- vada
				Ana Claudia B. Moretti	03.08.81	1,50	0,80	0,50	2,60	5,40	Não Apro- vada
				Tatiani D. Bernieri	20.06.88	1,50	0,20	0,50	2,55	4,75	Não Apro- vada
				Patrícia Michels Hofmann	06.01.80	1,50	0,50	0,50	2,25	4,75	Não Apro- vada
				Juliana D. Cardoso	22.09.90	1,50	0,20	0,50	2,50	4,70	Não Apro- vada
				Gabriela M. Souza	10.02.88	1,20	0,20	0,30	2,90	4,60	Não Apro- vada
				Mariana Deucher	08.10.89	1,50	0,40	0,50	2,05	4,45	Não Apro- vada
				Russiele R. Melo	08.09.83	1,50	0,30	0,50	2,00	4,30	Não Apro- vada
				Juliana S. Cruz	24.01.83	1,20	0,00	0,50	2,30	4,00	Não Apro- vada
				Luciana P. Jesus	22.10.87	1,20	0,00	0,50	0,85	2,55	Não Apro- vada

EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE E PRÉ - NÃO HABILITADO:

SEQ.	INSC.	Nº PROVA	Nº GABARITO	NOME	NASCI- MENTO	FOR- MA- ÇÃO	TEM- PO DE SER- VIÇO	CUR- SO	PRO- VA	MÉ- DIA	CLAS- SIFI- CA- ÇÃO
01	016	04	029	Dalise Buratto Vaz	28.07.92	0,70	0,00	0,50	4,20	5,40	Apro- vada
02	008	05	004	Valéria Moretti Massu- chetti	14.08.89	0,20	0,00	0,50	4,55	5,25	Apro- vada
03	032	03	027	Hingrid M. Alvim Cristoff	23.01.89	0,70	0,00	0,50	4,00	5,20	Apro- vada
04	052	01	006	Janaina Cristina Kuntze	24.07.90	0,70	0,20	0,50	3,50	4,90	Apro- vada
	048	01	010	Suzi M. B. Neckel	02.05.96	0,20	0,00	0,50	2,90	3,60	Não Apro- vada
	050	02	031	Carla K. de Bida da Rosa	20.07.92	0,20	0,00	0,00	2,85	3,05	Não Apro- vada
	054	05	005	Karolin Barbosa	16.10.90	0,20	0,00	0,00	0,85	1,05	Não Apro- vada

SÉRIES INICIAIS - HABILITADO:

SEQ.	INSC.	Nº PROVA	Nº GABARITO	NOME	NASCI- MENTO	FOR- MA- ÇÃO	TEM- PO DE SER- VIÇO	CUR- SO	PRO- VA	MÉ- DIA	CLAS- SIFI- CA- ÇÃO
01	003	03	042	Eronete Ap. S. Souza	18.11.70	1,50	1,00	0,50	3,95	6,95	Apro- vada
02	053	05	039	Ana J. P. Souza	10.04.66	1,50	1,00	0,50	3,70	6,70	Apro- vada
03	027	01	047	Helio T. Silveira	22.05.67	1,50	0,80	0,00	4,25	6,55	Apro- vada
04	037	04	043	Magdale- na M. Ap. Tavares	28.05.92	1,20	0,20	0,50	4,15	6,05	Apro- vada
05	033	05	040	Osni Barbosa	06.07.55	1,50	0,20	0,00	4,25	5,95	Apro- vada
06	026	02	044	Ivonete Aparecida Xavier	17.11.74	1,50	0,30	0,00	3,95	5,75	Apro- vada
07	040	02	050	Tatiani Casta- nheiro	23.11.83	1,20	0,50	0,50	3,35	5,55	Apro- vada
08	042	01	045	Eliana Ap. Alves	16.04.88	1,20	0,30	0,50	3,40	5,40	Apro- vada
09	046	05	048	Vanderli Kraus	20.05.87	1,20	0,50	0,50	3,05	5,25	Apro- vada
10	018	04	038	Cristiani Aparecida Córdova	25.4.86	1,20	0,30	0,00	3,40	4,90	Apro- vada
11	034	02	049	Ana C. F. Carvalho	17.10.81	0,30	0,40	0,50	3,40	4,60	Apro- vada

		015	01	041	Sirlei T. Rossini Nunes	07.08.61	0,30	1,00	0,50	1,70	3,50	Não Aprovada
		049	-	-	Ângela Maria de Oliveira	24.11.60	1,50	1,00	0,00	0,00	0,00	Não Compareceu Na Prova

SÉRIES INICIAIS - NÃO HABILITADO:

SEQ.	INSC.	Nº PROVA	Nº GABARITO	NOME	NASCI-MENTO	FOR-MA-ÇÃO	TEM-PO DE SER-VIÇO	CUR-SO	PRO-VA	MÉ-DIA	CLAS-SIFI-CA-ÇÃO
01	006	01	051	Bruno Sangaletti Cardoso	19.09.89	0,20	0,00	0,00	4,05	4,25	Aprovado
02	021	03	037	Maerli Martinhago	25.10.94	0,20	0,00	0,30	3,70	4,20	Aprovada
03	013	03	052	Adilson dos Passos	20.12.83	0,20	0,00	0,50	3,40	4,10	Aprovado
	036	04	046	Sabrina M. Schutz	03.07.94	0,20	0,00	0,00	2,00	2,20	Não Aprovada

EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE – EMERGENCIAL JANEIRO/2014 – HABILITADO:

SEQ.	INSC.	Nº PROVA	Nº GABARITO	NOME	NASCI-MENTO	FOR-MA-ÇÃO	TEM-PO DE SER-VIÇO	CUR-SO	PRO-VA	MÉ-DIA	CLAS-SIFI-CA-ÇÃO
01	007	05	016	Michelli P. Polmann	21.02.81	1,50	0,50	0,50	4,85	7,35	Aprovada
02	041	02	019	Janete Ap. Paim de Jesus	23.02.65	1,50	1,00	0,50	4,25	7,25	Aprovada
03	035	03	11	Luciana Moretti Hoffmann	10.08.87	1,50	0,60	0,50	4,30	6,90	Aprovada
04	014	02	13	Fabiana Andrieza Neto	11.05.92	1,20	0,30	0,30	4,90	6,70	Aprovada
05	029	01	01	Iara Deucher	02.01.91	1,50	0,40	0,50	3,70	6,10	Aprovada
06	047	01	07	Mara R. Alves Bonin	13.05.72	1,50	0,70	0,50	3,10	5,80	Aprovada
07	012	01	28	Alexandra Neuhaus	25.09.87	1,20	0,30	0,50	3,60	5,60	Aprovada
08	002	05	003	Maicon D. B. Chiquetti	27.01.90	1,50	0,00	0,50	3,40	5,40	Aprovado
09	025	05	023	Gean K. M. Vieira	04.08.80	1,50	0,00	0,50	3,35	5,35	Aprovada
10	024	05	024	Patrícia da Cunha	20.02.86	1,20	0,30	0,50	3,15	5,15	Aprovada
11	020	04	018	Ariani O. J. Antonio	04.06.84	0,30	0,00	0,50	3,35	4,15	Aprovada
	023	01	026	Ana Claudia B. Moretti	03.08.81	1,50	0,80	0,50	2,60	5,40	Não Aprovada

		001	04	020	Tatiani D. Bernieri	20.06.88	1,50	0,20	0,50	2,55	4,75	Não Aprovada
		022	01	021	Patrícia Michels Hofmann	06.01.80	1,50	0,50	0,50	2,25	4,75	Não Aprovada
		009	02	002	Mariana Deucher	08.10.89	1,50	0,40	0,50	2,05	4,45	Não Aprovada
		043	03	017	Juliana S. Cruz	24.01.83	1,20	0,00	0,50	2,30	4,00	Não Aprovada
		044	03	015	Luciana P. Jesus	22.10.87	1,20	0,00	0,50	0,85	2,55	Não Aprovada

EDUCAÇÃO INFANTIL– CRECHE – EMERGENCIAL JANEIRO/2014 – NÃO HABILITADO:

SEQ.	INSC.	Nº PROVA	Nº GABARITO	NOME	NASCI-MENTO	FOR-MA-ÇÃO	TEM-PO DE SER-VIÇO	CUR-SO	PRO-VA	MÉ-DIA	CLAS-SIFI-CA-ÇÃO
01	016	04	029	Dalise Buratto Vaz	28.07.92	0,70	0,00	0,50	4,20	5,40	Aprovada
02	032	05	004	Hingrid M. Alvim Cristoff	23.01.89	0,70	0,00	0,50	4,00	5,20	Aprovada
03	052	01	006	Janaina Cristina Kuntze	24.07.90	0,70	0,20	0,50	3,50	4,90	Aprovada
	048	01	010	Suzi M. B. Neckel	02.05.96	0,20	0,00	0,50	2,90	3,60	Não Aprovada
	050	02	031	Carla K. de Bida da Rosa	20.07.92	0,20	0,00	0,00	2,85	3,05	Não Aprovada

1082.12.13 - P. Férias Vanessa Bianchi

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1082/13 de 19.12.13

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze) a funcionária Vanessa Bianchi, Ocupante do cargo de Odontólogo - Nível 10, do Quadro de Pessoal Contratado em caráter temporário do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, para gozá-las a partir de 17 de dezembro com término no dia 15 de janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 19 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1083.12.13 - P. Férias Ana P. Schneider

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 1083/13 de 19.12.13
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2012 (Dois Mil e Doze) a 2013 (Dois Mil e Treze) a funcionária Ana Paula Schneider, Ocupante do cargo de Atendente de Consultório Dentário - Nível 01, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, para gozá-las a partir de 17 de dezembro com término no dia 15 de janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 19 de dezembro de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1084.12.13 - P.Lic. Mot. P. Fam. Neide M. Silveira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 1084/13 de 19.12.13
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em consulta médica, no dia 17 de dezembro de 2013, a funcionária Neide Maria Silveira, ocupante do cargo de Professora - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 19 de dezembro de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

1085.12.13 - P. Prorroga Lic. Trat. Saude Celi Alves Hinckel

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 1085/13 de 19.12.13
Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 29 de janeiro de 2014, a funcionária Celi Alves Hinckel, Ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde - Nível 1, do Quadro de Pessoal Contratado do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde - Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS - São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 19 de dezembro de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

135.13 - Dec. Valor Taxas

Decreto n.º 135/13 de 18.12.13.

DISPÕE SOBRE OS CUSTOS DAS TAXAS DE PODER DE POLÍCIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR Nº 11 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005 PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Torna público, de acordo com a Lei Complementar nº 11 de 20 de dezembro de 2005 os de custos das taxas de poder de polícia e de prestação de serviços, conforme segue:

TAXA	CUSTO
De Licença de Localização, Funcionamento, Fiscalização, Saúde e Segurança de Atividade Econômica ou Social.	R\$ 180,00
Vigilância Sanitária (CHT)	R\$ 38,00
De Licença para Execução de Obras	R\$ 162,00
De Licença para Execução de Parcelamento do Solo	R\$ 324,00
De Coleta de Lixo (por coleta)	R\$ 0,37
De Expediente	R\$ 20,00
Serviços Diversos	R\$ 20,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto 60/13 de 20 de junho de 2013.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 18 de dezembro de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

Aditivos

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Primeiro Termo Aditivo do Contrato 51/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: A.J.A Assessoria e Projetos Ltda.

Objeto: Contratação de Pessoa Física/Jurídica habilitada para prestar Serviços de Assessoria, Fiscalização e acompanhamento de Projetos e Obras firmadas através de Convênios Federais, Estaduais, cadastramento e acompanhamento de Propostas do Governo Federal no Siconv, Simec, Sigob e Cisama. Fica alterada a Cláusula Terceira (Do Prazo) prorrogando-se o final de vigência do contrato para 15 de outubro de 2014, com início da vigência a partir de 01/01/2014, conforme faculta a legislação vigente.

Extrato Terceiro Termo Aditivo do Contrato 18/2012

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Serrana Engenharia Ltda.

Objeto: Contratação empresa especializada em serviços de engenharia sanitária para a prestação de serviços de transporte e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares, produzidos no Município de Bom Retiro/SC, em aterro sanitário devidamente licenciado. Fica alterada a Cláusula Quinta (Do Prazo), prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31 de dezembro de 2014, com início da vigência a partir de 01/01/2014, conforme faculta a legislação vigente.

Extrato Segundo Termo Aditivo do Contrato 15/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Jose Roberto Raphael ME.

Objeto: Fornecimentos de transporte escolar para os alunos da rede municipal dentro dos padrões exigidos por lei. Linhas: Lote 01 Barbaqua, Lote 02 Arroio Frederico, Lote 03 Gabiroba/Costão do Frade. Fica alterada a Cláusula Quinta (Do Prazo), prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 31 de dezembro de 2014, com início da vigência a partir de 01/01/2014, conforme faculta a legislação vigente.

Bom Retiro, 20 de dezembro de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Editais

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

AVISO DE PUBLICAÇÃO**EDITAL**

A Prefeitura Municipal de Bom Retiro comunica a todos os contribuintes do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU o lançamento do tributo para o exercício de 2014 da seguinte forma:

- Parcela única com desconto de 20% (vinte por cento) em 31 de março de 2014;
- 1ª parcela em 31 de março de 2014;
- 2ª parcela em 30 de maio de 2014;
- 3ª parcela em 31 de julho de 2014.

Caso não receba seu carnê até 14 de março de 2014, deverá retirar seu carnê no Departamento de Tributação e Fiscalização, no Paço Municipal situado em cima do Banco do Brasil.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 18 de dezembro de 2013.

DARIO CESAR LINS

Sec. Munic. Administração e Fazenda

AVISO DE PUBLICAÇÃO**EDITAL**

A Prefeitura Municipal de Bom Retiro comunica a todos os contribuintes que a Taxa Única de Licença de Localização, Funcionamento, Fiscalização, Saúde e Segurança de Atividade Econômica ou Social - TLLF tem o vencimento da parcela única, do exercício de 2014, fixada para 28 de fevereiro de 2014 e os contribuintes do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISQN, de tributação fixa, o lançamento do tributo para o exercício de 2014 da seguinte forma:

- a) profissionais de nível superior em 6 (seis) parcelas:
 - Parcela única com desconto de 20% (vinte por cento) em 28 de fevereiro de 2014;
 - 1ª parcela em 28 de fevereiro de 2014;
 - 2ª parcela em 30 de abril de 2014;
 - 3ª parcela em 30 de junho de 2014;
 - 4ª parcela em 29 de agosto de 2014;
 - 5ª parcela em 31 de outubro de 2014;
 - 6ª parcela em 28 de novembro de 2014.
- b) profissionais de nível médio em 4 (seis) parcelas:
 - Parcela única com desconto de 20% (vinte por cento) em 28 de fevereiro de 2014;
 - 1ª parcela em 28 de fevereiro de 2014;
 - 2ª parcela em 30 de abril de 2014;
 - 3ª parcela em 30 de junho de 2014;
 - 4ª parcela em 29 de agosto de 2014.
- c) profissionais sem especialização em 2 (duas) parcelas:
 - Parcela única com desconto de 20% (vinte por cento) em 28 de fevereiro de 2014;
 - 1ª parcela em 28 de fevereiro de 2014;
 - 2ª parcela em 30 de abril de 2014.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 18 de dezembro de 2013.

DARIO CESAR LINS

Sec. Munic. Administração e Fazenda

AVISO DE PUBLICAÇÃO**EDITAL**

A Prefeitura Municipal de Bom Retiro comunica a todos os contribuintes que de acordo com a Lei Complementar nº 11 de 20 de dezembro de 2005, altera os valores da planta de valores urbana para fins do Imposto Predial e Territorial Urbano, no percentual de 5,5% sobre do valor do metro quadrado de cada logradouro e de cada prédio construído na área urbana do Município de Bom Retiro, bem como altera o valor do metro quadrado e do valor venal imobiliário, no percentual de 5,5%, a Base de Cálculo para fixação do Imposto Predial e Territorial Urbano, para o exercício de 2014.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 18 de dezembro de 2013.

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Munic. Administração e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Portaria 242/2013

PORTARIA Nº 242/2013

CONCEDE LICENÇA

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora Roseli Mueller Tietjen, ocupante do cargo de Professora, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de 29.11.2013 a 14.02.2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 29.11.2013.

Braço do Trombudo, em 19 de dezembro de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Portaria 243/2013

PORTARIA Nº 243/2013

CONCEDE LICENÇA

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora Marise Erbs Pianesse, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, pelo período de quinze dias, a partir de 30.11.2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 30.11.2013.

Braço do Trombudo, em 19 de dezembro de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Portaria 244/2013

PORTARIA 244/2013

Concede Progressão Vertical

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo 86, inciso V, da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, etc

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Progressão Vertical, nos termos do artigo 86 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, aos seguintes profissionais em educação, detentor de cargo efetivo.

Nº	Nome	Carga Horária	Admissão	Cargo e Refer. Anterior	Cargo e Refer. Atual
01	Isolene Aparecida Dias Meyer	40 hs	02.11.2010	Professor 01-A	Professor 02-A

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 01.12.2013.

Braço do Trombudo, em 19 de dezembro de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Portaria 245/2013

PORTARIA Nº 245/2013

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado na Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, Art. 63 e Lei Complementar 118/2013 de 05.06.2013

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para repouso à gestante, a servidora Roseli Prochnow Koerich, ocupante do cargo de Professora, do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 03.12.2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 03.12.2013.

Braço do Trombudo, em 19 de dezembro de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Portaria 246/2013

PORTARIA Nº 246/2013

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 008/99 de 17.11.99 e Lei Complementar 107/2012 de 11.04.2012, etc

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a servidora Marizete Beschold do Nascimento, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Mer./Serv., do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeado pela Portaria nº 159/2013, a partir de 31.12.2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 20 de dezembro de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Uso

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 14/2013. PARTICÍPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do

Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de Braço do Trombudo. OBJETO: Cessão do veículo marca Volkswagen VW, modelo SPACEFOX Trend GII, tipo Automóvel, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação e modelo 2013/2013, chassi nº 8AWPB45Z7DA525556, código Renavam 559344058, placas MKI 8225. VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura. DATA: Braço do Trombudo, 20 de dezembro de 2013.

SIGNATÁRIOS: Marcos de Oliveira, pelo CBMSC e Charles Rafael Schwambach, pelo Município.

Resultado Final Processo Seletivo 005/2013

RESOLUÇÃO Nº 006/2013

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2013

Divulga a Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Edital n.º 005/2013.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo - SC, no uso de suas atribuições e atendendo os dispositivos e normas estabelecidas no Edital 005/2013, torna público para conhecimento dos interessados:

Art. 1º. A Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo nº 005/2013, segue divulgada no anexo I desta resolução em ordem crescente de notas, já considerados os critérios de desempate.

10- DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Se ocorrer empate na nota final, para efeito de desempate, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios:

- a) mais idoso (se um dos candidatos tiver 60 anos ou mais) para os que se enquadrem nessa categoria (art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003);
- b) com maior número de acertos nas questões de conhecimentos específicos;
- c) com maior idade;
- d) com maior número de acertos nas questões de língua portuguesa;
- e) com maior número de acertos nas questões de conhecimentos gerais;
- f) com maior número de dependentes;
- g) sorteio.

Art. 2º. Os recursos quanto à classificação final, poderão ser interpostos nos dias 20 e 23 de dezembro do corrente, de acordo com as regras do edital.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, 20 de dezembro de 2013

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO 005/2013

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO FINAL

LEGENDA

LEGENDA	
ALP – Acertos de Língua Portuguesa	ACE – Acertos de Conhecimentos Específicos
NLP – Nota de Língua Portuguesa	NCE - Nota de Conhecimentos Específicos
ACG – Acertos de Conhecimentos Gerais	MPP – Média Prova Prática

NCG - Nota de Conhecimentos Gerais	AT - Acertos Totais
Vermelho ausente	NF - Nota Final

CARGO 01 – Operador trator agrícola – 44h

Nº de Inscrição	Nome do (a) Candidato (a)	Data Nasc.	ALP	NLP	ACG	NCG	ACE	NCE	MPP	AT	NF
004	Mario Raduntz	05/08/1976	02	1,00	01	0,50	09	4,50	9,80	12	15,80
005	Reiny Neu	15/04/1957	08	1,00	03	1,50	09	4,50	6,20	14	13,20
003	Juarez Franco Duarte	25/06/1965	01	0,50	04	0,50	09	4,50	5,80	14	12,80
006	Carlos Alberto Ferreira	15/02/1989	02	1,00	02	1,00	07	3,50	5,2	11	10,70
002	Sandro Aguiar	15/09/1977	*	*	*	*	*	*	*	*	*

CARGO 02 – Mecânico 44h

Nº de Inscrição	Nome do (a) Candidato (a)	Data Nasc.	ALP	NLP	ACG	NCG	ACE	NCE	AT	NF
001	Jovane Domingues de Souza	08/09/1974	05	2,5	05	2,5	07	3,5	17	8,5

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Resultado Final Processo Seletivo 005/2013

RESOLUÇÃO Nº 006/2013

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2013

Divulga a Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Edital n.º 005/2013.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo - SC, no uso de suas atribuições e atendendo os dispositivos e normas estabelecidas no Edital 005/2013, torna público para conhecimento dos interessados:

Art. 1º. A Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo nº 005/2013, segue divulgada no anexo I desta resolução em ordem crescente de notas, já considerados os critérios de desempate.

10- DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1. Se ocorrer empate na nota final, para efeito de desempate, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios:

- a) mais idoso (se um dos candidatos tiver 60 anos ou mais) para os que se enquadrem nessa categoria (art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003);
- b) com maior número de acertos nas questões de conhecimentos específicos;
- c) com maior idade;
- d) com maior número de acertos nas questões de língua portuguesa;
- e) com maior número de acertos nas questões de conhecimentos gerais;

- f) com maior número de dependentes;
g) sorteio.

Art. 2º. Os recursos quanto à classificação final, poderão ser impetrados dias 20 e 23 de dezembro do corrente, de acordo com as regras do edital.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, 20 de dezembro de 2013
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO 005/2013

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO FINAL

LEGENDA

LEGENDA	
ALP – Acertos de Língua Portuguesa	ACE – Acertos de Conhecimentos Específicos
NLP – Nota de Língua Portuguesa	NCE - Nota de Conhecimentos Específicos
ACG – Acertos de Conhecimentos Gerais	MPP – Média Prova Prática
NCG - Nota de Conhecimentos Gerais	AT - Acertos Totais
Vermelho ausente	NF - Nota Final

CARGO 01 – Operador trator agrícola – 44h

Nº de Inscrição	Nome do (a) Candidato (a)	Data Nasc.	ALP	NLP	ACG	NCG	ACE	NCE	MPP	AT	NF
004	Mario Raduntz	05/08/1976	02	1,00	01	0,50	09	4,50	9,80	12	15,80
005	Reiny Neu	15/04/1957	08	1,00	03	1,50	09	4,50	6,20	14	13,20
003	Juarez Franco Duarte	25/06/1965	01	0,50	04	0,50	09	4,50	5,80	14	12,80
006	Carlos Alberto Ferreira	15/02/1989	02	1,00	02	1,00	07	3,50	5,2	11	10,70
002	Sandro Aguiar	15/09/1977	*	*	*	*	*	*	*	*	*

CARGO 02 – Mecânico 44h

Nº de Inscrição	Nome do (a) Candidato (a)	Data Nasc.	ALP	NLP	ACG	NCG	ACE	NCE	AT	NF
001	Jovane Domingues de Souza	08/09/1974	05	2,5	05	2,5	07	3,5	17	8,5

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Brunópolis

PREFEITURA

Decreto Nº 106

DECRETO Nº 106, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.
DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR GRANIZO (COBRADE 132130).

O Senhor ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito do município de Brunópolis, localizado no estado da Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, da Lei Orgânica do Município e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012,

CONSIDERANDO:

I - uma forte chuva de granizo, no município de Brunópolis, ocorrida no dia 13 de dezembro de 2013, provocando destelhamento, de acordo com levantamento preliminar até a data de 16 de dezembro 20 casas foram danificadas, galpões agrícolas e plantações, além de vários estragos na malha viária do município;
II - o temporal com fortes ventos, com características de tornado atingiram o interior do Município causando principalmente destelhamento;
III - que o fornecimento de energia elétrica em todo território do Município foi interrompido;
IV - concorrem que como critérios agravantes da situação de anormalidade a existência de famílias de baixa renda que tiveram suas casas atingidas, assim como parte de agricultores familiares que tiveram suas plantações atingidas;
V - Que o parecer da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como GRANIZO (COBRADE 132130). , conforme IN/MI nº 01/2012, de 30 de agosto de 2012.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:
I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco

intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Gabinete do Prefeito, aos 16 dias do mês de dezembro de 2013.
ADEMIL ANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o Presente Decreto no DOM.

JOSE THIERES ALVES RIBEIRO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA

Decreto Nº 107

DECRETO Nº 107/2013
DECRETA FÉRIAS COLETIVAS

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias coletivas aos servidores públicos municipais, suspendendo-se o expediente de trabalho dos órgãos da Administração do Município de Brunópolis, no período de 23 de dezembro de 2013 a 21 de janeiro de 2014, com exceção dos serviços essenciais que, pelas suas naturezas, não poderão sofrer alterações.

Art. 2º. Consideram-se, neste período, serviços essenciais os relacionados à saúde, à vigilância de bens públicos e às tarefas administrativas que tem prazos legais específicos de execução.

§ 1º - O funcionamento dos serviços essenciais será disciplinado e organizado por cada órgão ou secretaria relativamente aos seus servidores e serviços, de forma a não sofrerem interrupção.

Art. 3º - Ficam suspensos todos os prazos para o exercício dos direitos dos munícipes bem como aqueles relacionados aos atos administrativos municipais, voltando a correr no dia 22 de janeiro de 2014.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brunópolis, 18 de dezembro de 2013.
ADEMILANTONIO DA ROSA
Prefeito Municipal

JOSÉ THIERESALVES RIBEIRO
Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda
Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios.

Caçador

PREFEITURA

Ata Nº 3 do Edital de Processo Seletivo Nº 03/2013 - Divulga Classificação Final dos Candidatos Após Análise de Recursos Administrativos

ATA Nº 3 DA COMISSÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 03/2013

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aos dez dias do mês de Dezembro de 2013, a Comissão do Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva - Edital nº 03/2013, formada pelas seguintes integrantes, Joice Luiza Flores de Matias Wagner, Beatriz Ribeiro dos Santos, Caroline Rocha de Paula, Cristiane Aline de Santi e Dila Marchi Gonçalves Bridi, reunidas no Auditório da Prefeitura Municipal, após a análise dos Recursos Administrativos interpostos decidiram:

CANDIDATO	RECURSO
Adriane Beatriz Bald	Indeferido
Alyson Gatermann Romão	Indeferido
Carlos Alberto Felipiski	Indeferido
Cristiane Rese Teixeira	Indeferido
Eunice Lazzarotto Cavalett	Deferido
Fabio Andre Laismann	Parcialmente Deferido
Valtair Antunes Rodrigues	Indeferido

Desta forma, a Comissão do Processo de Seleção Simplificado para Contratação de Pessoal em Caráter Temporário e Formação de Cadastro de Reserva - Edital nº 03/2013, publica a classificação final para os cargos que seguem abaixo:

RESULTADO FINAL PARA OS CARGOS DO PROCESSO SELETIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome do Cargo: ASSISTENTE SOCIAL

Classificação	Candidato	Critérios de Desempate			Pontuação Final
		Experiência Profissional	Filhos Menores	Idade	
1º	Luciana Alves de Lima				5,5
2º	Maria Goreti de Oliveira Lamera				5,0
3º	Adriane Alves da Cruz				4,0
4º	Milene Rodrigues da Silva				3,4
5º	Ana Maria Ribeiro dos Santos				2,0

Nome do Cargo: PEDAGOGO.

Classificação	Candidato	Critérios de Desempate			Pontuação Final
		Experiência Profissional	Filhos Menores	Idade	
1º	Laudo Orlando Bellaver				2,0

Nome do Cargo: MOTORISTA.

Classificação	Candidato	Critérios de Desempate			Pontuação Final
		Experiência Profissional	Filhos Menores	Idade	
1º	Nelson Antonio Stokmann				7,0
2º	Fabio André Laismann				6,0
3º	Marcelo Vinicius Graeff				4,5
4º	Rosni Carlos Hack	0,0	1		3,5
5º	Paulo Cesar Luz	0,0	0	26/10/51	3,5
6º	Fábio André Tasca	0,0	0	25/05/76	3,5
7º	Ricardo de Paula	0,0	0	05/11/89	3,5
8º	Daniella Grane-mann	0,0	3		3,0
9º	Carlos Alberto Rossoni	0,0	0		3,0
10º	Valdinei Xavier				2,8
11º	Paulo Cesar Somensi	0,0	0	28/12/67	2,5
12º	Gianne Gomes Peres	0,0	0	12/09/86	2,5
13º	Maicon Luiz Scheffmacher	0,0	2	09/02/87	2,0
14º	José Antonio Correia de Almeida	0,0	2	02/08/87	2,0
15º	Antonio Rogério Nhaia	0,0	0	11/04/62	2,0
16º	Gilmar Gonçalves de Brito	0,0	0	15/05/66	2,0
17º	Marcos Alves de Campos	0,0	0	24/04/74	2,0
18º	Guido José Loch Junior	0,0	0	27/08/76	2,0
19º	Paulo Sérgio Luz	0,0	0	14/11/84	2,0
20º	Edivan de Mello Soares	0,0	0	18/11/88	2,0
21º	Gean Carlos Camargo				1,5

Nome do Cargo: PROFESSOR MONITOR.

Classificação	Candidato	Critérios de Desempate			Pontuação Final
		Experiência Profissional	Filhos Menores	Idade	
1º	Eunice Lazzarotto Cavalett				4,0
2º	Micheli de Almeida Gomes				3,0
3º	Jane Paula Pelepe				1,3
4º	Eciane Silvério				1,2

Nome do Cargo: MONITOR.

Classificação	Candidato	Critérios de Desempate			Pontuação Final
		Experiência Profissional	Filhos Menores	Idade	
1º	Gicely Urupukua Laismann	1,0			1,3

2º	Rosiane de Fátima Cardozo	0,0			1,3
----	---------------------------	-----	--	--	-----

ALTA COMPLEXIDADE – CASA DE PASSAGEM

Nome do Cargo: EDUCADOR SOCIAL.

Classificação	Candidato	Critérios de Desempate			Pontuação Final
		Experiência Profissional	Filhos Menores	Idade	
1º	Simone Casa-grande				2,9
2º	Daiane Maria Bento de Andrade				1,5
3º	Fernanda Moraz				1,3
4º	João Berthier Brasil Neto				1,2
5º	Natalina dos Santos				1,2
6º	Keila Aparecida Bronner	0,0	1	30/12/76	1,0
7º	Giceli Santa Clara Cury	0,0	1	05/11/77	1,0
8º	Juliana Aparecida Guedes dos Santos Cardoso	0,0	1	03/04/81	1,0
9º	Rivas Marques de Oliveira	0,0	0	01/10/59	1,0
10º	Maicon Pierdona	0,0	0	15/10/82	1,0
11º	Camila Cristina Cassol Souza	0,0	0	24/11/88	1,0

CONSELHO TUTELAR

Nome do Cargo: MOTORISTA.

Classificação	Candidato	Critérios de Desempate			Pontuação Final
		Experiência Profissional	Filhos Menores	Idade	
1º	André Luiz Gaio				4,0
2º	Edmar Sampaio				3,5
3º	Adilso da Silva				2,0
4º	Adelino Julio Zir				1,0

ACESSO SUAS – TRABALHO

Nome do Cargo: PEDAGOGO.

CANDIDATO	INSCRIÇÃO	MOTIVO
Não houve nenhum candidato inscrito.		

Nome do Cargo: PROFESSOR MONITOR.

CANDIDATO	INSCRIÇÃO	MOTIVO
Não houve nenhum candidato classificado.		

Caçador (SC), 17 de Dezembro de 2013.

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER Procuradora do Município e Presidente da Comissão do Processo Seletivo	
BEATRIZ RIBEIRO DOS SANTOS SECRETÁRIA Municipal de Assistência Social	CAROLINE ROCHA DE PAULA Diretora do CREAS
CRISTIANE ALINE DE SANTI Diretora do CRAS	DIALA MARCHI GONÇALVES BRIDI Sec. Adj. Assuntos da Administração

Edital Nº 03/2013 - Processo Seletivo Sec. de Assistência Social - Convocação de Candidatos Para Avaliação Psicológica e Entrega de Exames

EDITAL Nº 03/2013 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA

O Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital de Convocação para avaliação Psicológica e entrega de exames toxicológicos para os cargos de Pedagogo, Assistente Social, Motorista, Professor Monitor, Educador Social e Monitor, nos termos do item 7.2. e 7.3 do Edital de Processo de Seleção Simplificado nº 03/2013, para contratação de pessoal em caráter temporário e formação de cadastro de reserva para atuar na Secretaria Municipal de Assistência Social, até a realização de concurso público.

1. CONVOCAÇÃO

1.1. Ficam convocados para avaliação psicológica todos os candidatos classificados na etapa anterior e a seguir relacionados, na data e horário que segue especificado:

Nome do Cargo: ASSISTENTE SOCIAL

Luciana Alves de Lima	20/01/2014 às 08h00min
Maria Goreti de Oliveira Lamera	20/01/2014 às 09h00min
Adriane Alves da Cruz	20/01/2014 às 10h00min
Milene Rodrigues da Silva	20/01/2014 às 11h00min
Ana Maria Ribeiro dos Santos	20/01/2014 às 13h00min

Nome do Cargo: PEDAGOGO

Laudor Orlando Bellaver	20/01/2014 às 14h00min
-------------------------	------------------------

Nome do Cargo: MOTORISTA

Nelson Antonio Stokmann	20/01/2014 às 15h00min
Fabio André Laismann	20/01/2014 às 16h00min
Marcelo Vinicius Graeff	20/01/2014 às 17h00min
Rosni Carlos Hack	20/01/2014 às 18h00min
Paulo Cesar Luz	21/01/2014 às 08h00min
Fábio André Tasca	21/01/2014 às 09h00min
Ricardo de Paula	21/01/2014 às 10h00min
Daniella Granemann	21/01/2014 às 11h00min
Carlos Alberto Rossoni	21/01/2014 às 13h00min
Valdinei Xavier	21/01/2014 às 14h00min
Paulo Cesar Somensi	21/01/2014 às 15h00min
Gianne Gomes Peres	21/01/2014 às 16h00min
Maicon Luiz Scheffmacher	21/01/2014 às 17h00min
José Antonio Correia de Almeida	21/01/2014 às 18h00min
Antonio Rogério Nhaia	22/01/2014 às 08h00min
Gilmar Gonçalves de Brito	22/01/2014 às 09h00min
Marcos Alves de Campos	22/01/2014 às 10h00min
Guido José Loch Junior	22/01/2014 às 11h00min
Paulo Sérgio Luz	22/01/2014 às 13h00min
Edivan de Mello Soares	22/01/2014 às 14h00min
Gean Carlos Camargo	22/01/2014 às 15h00min

Nome do Cargo: PROFESSOR MONITOR

Micheli de Almeida Gomes	22/01/2014 às 16h00min
Jane Paula Pelepe	22/01/2014 às 17h00min
Eciane Silvério	22/01/2014 às 18h00min

Nome do Cargo: MONITOR

Gicely Urupuckua Laismann	23/01/2014 às 08h00min
Rosiane de Fátima Cardozo	23/01/2014 às 09h00min

ALTA COMPLEXIDADE – CASA DE PASSAGEM

Nome do Cargo: EDUCADOR SOCIAL

Simone Casagrande	23/01/2013 às 10h00min
Daiane Maria Bento de Andrade	23/01/2013 às 11h00min
Fernanda Moraz	23/01/2013 às 13h00min
João Berthier Brasil Neto	23/01/2013 às 14h00min
Natalina dos Santos	23/01/2013 às 15h00min
Keila Aparecida Bronner	23/01/2013 às 16h00min
Giceli Santa Clara Cury	23/01/2013 às 17h00min
Juliana Aparecida Guedes dos Santos Cardoso	24/01/2013 às 08h00min
Rivas Marques de Oliveira	24/01/2013 às 09h00min
Maicon Pierdona	24/01/2013 às 10h00min
Camila Cristina Cassol Souza	24/01/2013 às 11h00min

CONSELHO TUTELAR

Nome do Cargo: MOTORISTA

André Luiz Gaio	24/01/2013 às 13h00min
Edmar Sampaio	24/01/2013 às 14h00min
Adilso da Silva	24/01/2013 às 15h00min
Adelino Julio Zir	24/01/2013 às 16h00min

1.2. Na oportunidade da realização da avaliação psicológica, o candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, os resultados dos exames toxicológicos descritos no item 7.3. do Edital, quais sejam, álcool etílico, cocaína, anfetamina e THC.

1.3. O não comparecimento à avaliação psicológica ou a ausência de entrega dos resultados dos exames toxicológicos, por qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará na sua eliminação do Processo de Seleção Simplificado, sendo que, em hipótese alguma haverá segunda chamada fora do local e horário determinados.

2. DO LOCAL E HORÁRIO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E ENTREGA DO RESULTADO DE EXAMES TOXICOLÓGICOS

2.1. Local: CREAS – Centro de Referência em Assistência Social – Av. Victor Batista Adami, nº 275, Centro, Caçador/SC – Sala dos Conselhos.

2.2. Data e Horário: conforme especificado no item 1.1. do presente Edital de Convocação, individual para cada candidato classificado.

2.3. O candidato deverá comparecer ao local designado com antecedência mínima de 10 (dez) minutos do horário fixado para seu início. A ausência ou chegada tardia do candidato à avaliação psicológica ora convocada, seja qual for o motivo, implicará na sua eliminação.

3. DO REGULAMENTO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

3.1. A Avaliação Psicológica ora convocada, de caráter eliminatório, será individual e consistirá em entrevista inicial e aplicação de testes psicológicos, que irão avaliar aspectos psicológicos relacionados à atenção concentrada, dimensões ou necessidade da personalidade e adaptação, expressão e projeção no trabalho, habilidades sociais e questões relacionadas a comportamentos agressivos.

3.2. A Comissão de Avaliação Psicológica, formada pelas psicólogas Sabrina Zaffari Farias e Laisa Regina Chaves Schmit, utilizará

métodos e técnicas psicológicas que possuam características e normas obtidas por meio de procedimentos psicológicos reconhecidos pelo Conselho Federal de Psicologia, como adequados e favoráveis para instrumentos dessa natureza.

4. DOS RECURSOS

4.1. O candidato tem direito a recurso do resultado da avaliação psicológica em até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do dia posterior ao da publicação dos resultados preliminares da avaliação psicológica, nos termos do item 12 do Edital nº 03/2013 do Processo de Seleção Simplificado.

4.1.1. No momento da interposição do recurso, o candidato não necessita apresentar razões escritas, devendo informar no pedido de recurso seu endereço para correspondência.

4.1.2. Será considerado deserto o recurso, caso não seja possível intimar o candidato em decorrência de endereço errado ou desatualizado, bem como por circunstâncias provocadas pelo próprio candidato.

4.1.3. Na hipótese de ser deferido o recebimento do recurso pela Comissão Organizadora, o candidato será informado pessoalmente da data e local do seu atendimento.

4.1.4. A intimação para os fins do item 4.1.3. será feita por correspondência com aviso de recebimento a ser enviada ao endereço informado pelo candidato.

4.2. Na data designada para atendimento ao recurso, o candidato, a seu critério, poderá ser assessorado por psicólogo que não tenha feito parte da comissão avaliadora, o qual fundamentará o pedido e a revisão do processo de avaliação do recorrente, com base na avaliação psicológica realizada.

4.2.1. Somente será admitido o assessoramento de candidato por psicólogo regularmente inscrito no Conselho Regional de Psicologia, a quem será aberto vista do material produzido pelo Recorrente.

4.2.2. No caso de contratação de psicólogo para assessoramento nos termos do item anterior, a presença do candidato será obrigatória, devendo o psicólogo contratado estar credenciado pelo candidato e apresentar identificação profissional.

4.2.3. O psicólogo será informado acerca dos instrumentos e técnicas utilizados no exame psicológico e deverá prestar declaração por escrito de que possui domínio das técnicas e instrumentos utilizados.

4.2.4. O trabalho realizado pelo psicólogo contratado, incluindo o sigilo sobre os resultados obtidos na avaliação psicológica, deverá ser pautado pelas legislações que regulam o exercício da profissão, dentre as quais o Código de Ética do Profissional Psicólogo, sendo que as condutas e informações advindas do psicólogo serão de sua inteira responsabilidade.

4.2.5. Para efeito de assessoramento ao candidato na interposição de recurso, o psicólogo contratado deverá se ater à análise do material psicológico produzido pelo candidato na avaliação, uma vez que esse profissional não está credenciado pelo Município de Caçador para realizar procedimento de avaliação ou reavaliação.

4.3. O candidato que interpuser recurso e não contratar um psicólogo será atendido em sessão individual, na qual tomará conhecimento das razões de sua eliminação.

4.4. O recurso e as razões escritas que o fundamentam deverão ser protocolados na Prefeitura Municipal pelo próprio candidato, não se admitindo qualquer outra forma de encaminhamento, sob

pena de indeferimento.

4.5. O candidato deverá apresentar-se para o atendimento ao recurso munido do documento original de identidade sempre oficial e com fotografia.

5. DO RESULTADO FINAL

5.1. A publicação do resultado final, após a realização da avaliação psicológica será feita por meio de relação nominal, constando apenas os candidatos considerados habilitados.

5.2. O sigilo sobre os resultados obtidos na avaliação psicológica deverá ser mantido pelo psicólogo, na forma prevista pelo código de ética da categoria profissional.

5.3. O resultado da avaliação psicológica somente será informado ao candidato ou ao seu representante legal, atendendo aos ditames da ética psicológica, e mediante requerimento dirigido à Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 17 de Dezembro de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO Prefeito Municipal	BEATRIZ RIBEIRO DOS SANTOS Secretária Municipal de Assistência Social
---	--

JOICE LUIZA FLORES DE MATIAS WAGNER

Procuradora do Município e Presidente da Comissão do Processo Seletivo

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA RECURSO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

AO PRESIDENTE DE COMISSÃO DO PROCESSO DE SELEÇÃO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO – EDITAL Nº 03/2013 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Data: _____

Nome do Candidato: _____

Cargo: _____

Endereço Atualizado do Candidato: _____

Cidade: _____

CEP: _____

Telefone de Contato: (____) _____

Telefone Celular: (____) _____

REQUERIMENTO:

Caçador, _____ de _____ de 2014.

Assinatura do Recorrente

IPASC**Portaria N.º 662, de 18 de Novembro de 2013.**

PORTARIA n.º 662, de 18 de novembro de 2013.

Concede Pensão a ANA MARIA TRAMONTINI DALMEDICO.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, e de acordo com o inciso II, § 7º, do Art. 40 da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 41, de 31/12/03, c/c o inciso II, do Art. 2º, da Lei nº 10.887, de 18/06/2004,

RESOLVEM:

Art. 1º. Conceder pensão por morte a ANA MARIA TROMONTINI DALMEDICO, Matrícula 5948, na condição de cônjuge do Servidor Público Municipal ativo GILBERTO DALMEDICO, Matrícula 7672, no Município, falecido em 29/11/2013, na espécie sem paridade, com benefício integral no valor de R\$ 871,00 (oitocentos e setenta e um reais), considerando-se vencimentos de R\$ 821,69 - horas normais, mais R\$ 49,30 do adicional triênio, a serem pagos pelo IPASC, a contar de 01 de dezembro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 18 de dezembro de 2013.

ALCEDIR FERLIN

DIRETOR PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Portaria N.º 663, de 18 de Dezembro de 2013.

PORTARIA n.º 663, de 18 de dezembro de 2013.

Concede Pensão a LUCIMAR RIBEIRO PASINI.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, e de acordo com o inciso I, § 7º, do Art. 40 da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional nº 41, de 31/12/03, c/c Parágrafo único do Art. 1º, da Emenda Constitucional nº 70, de 29/03/2012,

RESOLVEM:

Art. 1º. Conceder pensão por morte a LUCIMAR RIBEIRO PASINI, Matrícula 5949, na condição de cônjuge do Servidor Público Municipal inativo ARLINDO PASINI, Matrícula 100, falecido em 14/12/2013, na espécie com paridade, com benefício integral no valor de R\$ 4.809,51 (quatro mil, oitocentos e nove reais e cinquenta e um centavos), sendo R\$ 4.159,00 do teto dos benefícios do RGPS, mais R\$ 650,51 referentes a 70% da parcela excedente ao teto, a serem pagos pelo IPASC, a contar de 15 de dezembro de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 01 de dezembro de 2013.

ALCEDIR FERLIN

DIRETOR PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI
DIRETORA ADMINISTRATIVA.**Portaria N.º 659, de 16 de Dezembro de 2013.**

PORTARIA n.º 659, de 16 de dezembro de 2013.

Encerra benefício do Servidor inativo ARLINDO PASINI.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/06,

RESOLVE:

Art. 1º. Encerrar o pagamento do benefício de aposentadoria do Servidor inativo ARLINDO PASINI, Matrícula 100, concedido pelo Decreto nº 1.262, de 24/01/1996, por motivo do seu falecimento ocorrido no dia 14/12/2013, com efeitos a contar da data de falecimento.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 16 de dezembro de 2013.

ALCEDIR FERLIN

DIRETOR PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Portaria N.º 660, de 16 de Dezembro de 2013.

PORTARIA n.º 660, de 16 de dezembro de 2013.

Encerra benefício do Servidor inativo AURELIO CELESTINO RIGO.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/06,

RESOLVE:

Art. 1º. Encerrar o pagamento do benefício de aposentadoria do Servidor inativo AURELIO CELESTINO RIGO, Matrícula 423, concedido pelo Decreto nº 1.679, de 15/01/1998, por motivo do seu falecimento ocorrido no dia 14/12/2013, com efeitos a contar da data de falecimento.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 16 de dezembro de 2013.

ALCEDIR FERLIN

DIRETOR PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Portaria N.º 661, de 17 de Dezembro de 2013.

PORTARIA n.º 661, de 17 de dezembro de 2013.

Aposenta Servidora CLAUDETE GARCIA GODINHO.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, em conformidade à Constituição Federal/1988, com a redação do art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, mais o previsto no art. 48, incisos I, II, III e IV e Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 93/2006,

RESOLVEM:

Art. 1º. Conceder aposentadoria à Servidora CLAUDETE GARCIA GODINHO, a partir de 16 de dezembro de 2013, Matrícula 1.048 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, Referência 14, carga horária de 35 hs, lotada na Secretaria da Saúde, passando à Matrícula nº 3311, no IPASC.

Art. 2º. Autorizar o pagamento do benefício de aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de novembro de 2013, na espécie com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 1.880,79, e adicional de triênio de R\$ 394,96, totalizando o benefício de aposentadoria em R\$ 2.275,75 (dois mil, duzentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 16 de dezembro de 2013.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 17 de dezembro de 2013.

ALCEDIR FERLIN

DIRETOR PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Portaria N.º 661, de 17 de Dezembro de 2013.

PORTARIA n.º 661, de 17 de dezembro de 2013.

Aposenta Servidora CLAUDETE GARCIA GODINHO.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, em conformidade à Constituição Federal/1988, com a redação do art. 6º, incisos I, II, III e IV, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, mais o previsto no art. 48, incisos I, II, III e IV e Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 93/2006,

RESOLVEM:

Art. 1º. Conceder aposentadoria à Servidora CLAUDETE GARCIA GODINHO, a partir de 16 de dezembro de 2013, Matrícula 1.048 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, Referência 14, carga horária de 35 hs, lotada na Secretaria da Saúde, passando à Matrícula nº 3311, no IPASC.

Art. 2º. Autorizar o pagamento do benefício de aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de novembro de 2013, na espécie com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 1.880,79, e adicional de triênio de R\$ 394,96, totalizando o benefício de

aposentadoria em R\$ 2.275,75 (dois mil, duzentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 16 de dezembro de 2013.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 17 de dezembro de 2013.

ALCEDIR FERLIN

DIRETOR PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Portaria N.º 664, de 19 de Dezembro de 2013.

PORTARIA n.º 664, de 19 de dezembro de 2013.

Aposenta Servidora ROSELY APARECIDA SANT'ANA DE MORAIS.

O DIRETOR PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 93, de 29/12/2006, nos termos do inciso I, § 1º, do art. 40 da Constituição Federal/1988, com redação da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, c/c o Art. 6º-A da EC nº 41/2003, introduzido pela Emenda Constitucional nº 70, de 29/03/2012, e ainda o previsto no § 1º, do art. 34, da Lei Complementar nº 93/2006,

RESOLVEM:

Art. 1º. Conceder aposentadoria à Servidora ROSELY APARECIDA SANT'ANA DE MORAIS, a partir de 06 de dezembro de 2013, Matrícula 1125 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Servente da Educação, Referência 1, carga horária de 44 hs, lotada na Secretaria da Educação, passando à Matrícula nº 3312, no IPASC.

Art. 2º. Autorizar o pagamento do benefício de aposentadoria por invalidez permanente, com proventos proporcionais, na espécie com paridade, correspondentes a 46,41% (quarenta e seis inteiros vírgula quarenta e um por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de novembro de 2013, incidentes sobre o valor dos vencimentos básicos de R\$ 891,41 e adicional de triênio de R\$ 106,97, totalizando na proporcionalidade o valor benefício de aposentadoria em R\$ 463,35 (quatrocentos e sessenta e três reais e trinta e cinco centavos), mais a parcela complementar no valor de R\$ 311,84 (trezentos e onze reais e oitenta e quatro centavos), nos termos do Art. 64, da LCM nº 93/2006, a serem pagos pelo IPASC, a contar de 06 de dezembro de 2013.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 19 de dezembro de 2013.

ALCEDIR FERLIN

DIRETOR PRESIDENTE.

ELIETE CATARINA D'AGOSTINI

DIRETORA ADMINISTRATIVA.

Camboriú

PREFEITURA

Decreto N.º 1.775/2013

DECRETO N.º 1.775/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal da Saúde.

Órgão: 03 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 305 - Vigilância Epidemiológica

Programa: 0011 - Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde

Atividade: 2.042 - Manutenção do Programa HIV/AIDS e outras DST

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0062 - Vigilância em Saúde

Código Reduzido: 40

VALOR: R\$ 10.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, na mesma importância.

Órgão: 03 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 305 - Vigilância Epidemiológica

Programa: 0011 - Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde

Atividade: 2.042 - Manutenção do Programa HIV/AIDS e outras DST

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0062 - Vigilância em Saúde

Código Reduzido: 42

VALOR: R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,

Em, 16 de dezembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.776/2013

DECRETO N.º 1.776/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.

Órgão: 06 - Fundo Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 - Secret. Munic, Desenv. e Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Sub-função: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 0013 - Gestão da Inclusão e Desenvolvimento Social

Atividade: 2.052 - Manut. do Fundo de Assistência Social

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0024 - Transferências de Convênios - Outros

Código Reduzido: 12

VALOR: R\$ 14.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação, Convênio Alta Complexidade com a Secretaria Estadual de Assistência Social, a ser apurado no exercício corrente, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,

Em, 16 de dezembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.777/2013

DECRETO N.º 1.777/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no orçamento vigente do Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú.

Órgão: 11 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar

Função: 06 - Segurança Pública

Sub-função: 181 - Policiamento
Programa: 00015 - Gestão da Segurança Municipal
Atividade: 2.061 - Manutenção do F. de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 02
VALOR: R\$ 10.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú, na mesma importância.

Órgão: 11 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo de Melhoria da Polícia Militar
Função: 06 - Segurança Pública
Sub-função: 181 - Policiamento
Programa: 00015 - Gestão da Segurança Municipal
Atividade: 2.061 - Manutenção do F. de Melhoria da Polícia Militar de Camboriú
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 01
VALOR: R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 16 de dezembro de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.778/2013

DECRETO N.º 1.778/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú
Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
Função: 15 - Urbanismo
Sub-função: 451 - Infra-Estrutura Urbana
Programa: 0008 - Gestão das Obras e Infra-Estrutura Urbana
Atividade: 1.005 - Paviment., Conserv. e Recuperação de Ruas e Avenidas
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 81
VALOR: R\$ 450.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação da Prefeitura Municipal de Camboriú, a ser apurado no exercício corrente, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 16 de dezembro de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.779/2013

DECRETO N.º 1.779/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.

Órgão: 06 - Fundo Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 - Secret. Munic, Desenv. e Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Sub-função: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 0013 - Gestão da Inclusão e Desenvolvimento Social

Atividade: 2.057 - Manut. do Prog. de Apoio a Pessoa Portadora de Deficiência

Elemento de Despesa: 3.3.50.00.00 - Transf. a Inst. Privadas sem Fins

Fonte de Recurso: 1.0196 - Piso Básico Fixo - PTMC

Código Reduzido: 02

VALOR: R\$ 1.400,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se os recursos vinculados do Piso Básico - PTMC, do Fundo Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, a ser apurado no exercício corrente, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 16 de dezembro de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.780/2013

DECRETO N.º 1.780/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.180,00 (um mil cento e oitenta reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 04 - Secretaria de Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 - Administração Financeira

Programa: 0004 - Gestão Fazendária Governamental

Atividade: 2.013 - Manutenção da Secretaria da Fazenda

Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 - Aplicações Diretas - Oper. Infra-Orçamentárias

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 45

VALOR: R\$ 180,00

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-função: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0008 - Gestão das Obras e Infra-Estrutura Urbana

Atividade: 2.026 - Manutenção da Secretaria de Obras e Infra-Estrutura

Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 - Aplicações Diretas - Oper. Infra-Orçamentárias

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 88

VALOR: R\$ 1.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú, na mesma importância.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 04 - Secretaria de Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 - Administração Financeira

Programa: 0004 - Gestão Fazendária Governamental

Atividade: 2.013 - Manutenção da Secretaria da Fazenda

Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 47

VALOR: R\$ 180,00

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú

Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-função: 451 - Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0008 - Gestão das Obras e Infra-Estrutura Urbana

Atividade: 2.026 - Manutenção da Secretaria de Obras e Infra-Estrutura

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 87

VALOR: R\$ 1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,

Em, 16 de dezembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.781/2013

DECRETO N.º 1.781/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação.

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade

Atividade: 2.046 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0001 - Receitas Impostos e Transf. De Impostos

Código Reduzido: 07

VALOR: R\$ 35.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade

Atividade: 2.046 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0018 - Transferências FUNDEB 60%

Código Reduzido: 08

VALOR: R\$ 250.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade

Atividade: 2.046 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.

Infra Orçamentárias

Fonte de Recurso: 1.0018 - Transferências do FUNDEB - 60%

Código Reduzido: 11

VALOR: R\$ 8.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade

Atividade: 2.046 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 -Aplicações Diretas - Oper. Infra Orçamentárias

Fonte de Recurso: 1.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%

Código Reduzido: 12

VALOR: R\$ 2.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade

Atividade: 2.047- Manutenção das Atividades do Ensino Infantil

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0018 - Transferências FUNDEB 60%

Código Reduzido: 28

VALOR: R\$ 70.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade

Atividade: 2.047- Manutenção das Atividades do Ensino Infantil

Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 -Aplicações Diretas - Oper. Infra Orçamentárias

Fonte de Recurso: 1.0018 - Transferências FUNDEB 60%

Código Reduzido: 31

VALOR: R\$ 3.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade

Atividade: 2.047- Manutenção das Atividades do Ensino Infantil

Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 -Aplicações Diretas - Oper. Infra Orçamentárias

Fonte de Recurso: 1.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%

Código Reduzido: 32

VALOR: R\$ 2.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação, na mesma importância.

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade

Atividade: 2.046 - Manutenção das Atividades do Ensino

Fundamental

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%

Código Reduzido: 09

VALOR: R\$ 260.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade

Atividade: 2.046 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 3.1.91.00.00 - Aplic. Diretas - Oper. Infra-Orçamentárias

Fonte de Recurso: 1.0001 - Receitas Impostos e Transf. De Impostos

Código Reduzido: 10

VALOR: R\$ 35.000,00

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com Qualidade

Atividade: 2.047- Manutenção das Atividades do Ensino Infantil

Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1.0019 - Transferências do FUNDEB - 40%

Código Reduzido: 29

VALOR: R\$ 75.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,

Em, 16 de dezembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.782/2013

DECRETO N.º 1.782/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação.

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0012 - Gestão e Implantação de Educação com

Qualidade

Atividade: 2.047- Manutenção das Atividades do Ensino Infantil
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0001 - Receitas Impostos e Transf. de Impostos
Código Reduzido: 27
VALOR: R\$ 25.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se o provável excesso de arrecadação do Fundo Municipal de Educação apurado no exercício corrente, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 16 de dezembro de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.783/2013

DECRETO N.º 1.783/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Esportes.

Órgão: 12 - Fundação Municipal de Esportes
Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Esportes
Função: 27 - Desporto e Lazer
Sub-função: 812 - Desporto Comunitário
Programa: 0019 - Gestão do Programa de Incentivo ao Esporte
Atividade: 2.069 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 07
VALOR: R\$ 5.000,00

Órgão: 12 - Fundação Municipal de Esportes
Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Esportes
Função: 27 - Desporto e Lazer
Sub-função: 812 - Desporto Comunitário
Programa: 0019 - Gestão do Programa de Incentivo ao Esporte
Atividade: 2.069 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
Elemento de Despesa: 3.3.91.00.00 - Aplicações Intra - Orçamentárias
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 08
VALOR: R\$ 5.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo

descrita, pertencente ao orçamento vigente do Fundo Municipal de Esportes, na mesma importância.

Órgão: 12 - Fundação Municipal de Esportes
Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Esportes
Função: 27 - Desporto e Lazer
Sub-função: 812 - Desporto Comunitário
Programa: 0019 - Gestão do Programa de Incentivo ao Esporte
Atividade: 2.069 - Manutenção da Fundação Municipal de Esportes
Elemento de Despesa: 3.3.50.00.00 - Transf. a Inst. Priv. Sem Fins Lucrativos
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 05
VALOR: R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 16 de dezembro de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.784/2013

DECRETO N.º 1.784/2013

Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal do FUNEDB.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB no Município de Camboriú, na forma do disposto no anexo único, que faz parte deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 18 de dezembro de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE E COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 1º O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB,

instituído pela Lei Municipal n.º 1.773 de junho de 2007, é organizado na forma de órgão colegiado e tem como finalidade acompanhar a repartição, transferência e aplicação dos recursos financeiros do FUNDEB do Município de Camboriú.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB:

I - acompanhar e controlar, em todos os níveis, a distribuição dos recursos financeiros do FUNDEB Municipal;

II - acompanhar e controlar, junto aos órgãos competentes do Poder Executivo e Banco do Brasil, os valores creditados e utilizados à conta do FUNDEB;

III - supervisionar a realização do censo escolar no que se refere às atividades de competência do Poder Executivo Municipal, relacionadas ao preenchimento e encaminhamento dos formulários de coleta de dados, especialmente no que tange ao cumprimento dos prazos estabelecidos;

IV - supervisionar a elaboração da proposta orçamentária anual do Município, especialmente no que se refere à adequada alocação dos recursos do FUNDEB, observando-se ao cumprimento dos percentuais legais de destinação dos recursos;

V - acompanhar mediante verificação de demonstrativos gerenciais disponibilizados pelo Poder Executivo, o fluxo e a utilização dos recursos do FUNDEB, conforme disposto no artigo 25 da Lei n.º 11.494/2007;

VI - exigir do Poder Executivo Municipal a disponibilização da prestação de contas da aplicação dos recursos do FUNDEB, em tempo hábil a análise e manifestação do Conselho no prazo regulamentar;

VII - manifestar-se, mediante parecer gerencial sobre as prestações de contas do Município, de forma a restituí-las ao Poder Executivo Municipal em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo para sua apresentação ao Tribunal de Contas competente, conforme parágrafo único do artigo 27 da Lei n.º 11.494/2007;

VIII - observar a correta aplicação do mínimo de 60% (sessenta por cento) dos recursos do Fundo na remuneração dos profissionais do magistério, especialmente em relação à composição do grupo profissional, cujo pagamento é realizado com essa parcela mínima legal de recursos;

IX - exigir o fiel cumprimento do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério da Rede Municipal de Ensino;

X - zelar pela observância dos critérios e condições estabelecidos para exercício da função de conselheiro, especialmente no que tange nos impedimentos para integrar o Conselho e para o exercício da Presidência e Vice-Presidência do colegiado descritos nos §§ 5º e 6º do artigo 24 da Lei n.º 11.494/2007;

XI - requisitar e acompanhar, junto ao Poder Executivo Municipal, a infraestrutura e as condições materiais necessárias à execução plena das competências do Conselho, com base no disposto no § 10 do artigo 24 da Lei n.º 11.494/2007;

XII - acompanhar e controlar a execução dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, verificando os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais relativos aos recursos repassados, responsabilizando-se pelo recebimento, análise da prestação de contas desses programas, encaminhando ao FNDE o demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira, acompanhado de parecer conclusivo, bem como notificar o órgão executor dos programas e o FNDE quando houver ocorrência de eventuais irregularidades na utilização dos recursos;

XIII - exercer outras atribuições previstas na legislação federal ou municipal.

§ 1º O Conselho deve atuar com autonomia, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal e será renovado periodicamente ao final de cada mandato dos seus membros.

§ 2º As decisões tomadas pelo Conselho deverão ser levadas ao conhecimento do Poder Público Municipal e da Comunidade.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 3º O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB terá a seguinte composição, de acordo com o artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.773/2007 e inciso IV do § 1º do artigo 24 da Lei Federal n.º 11.494/2007:

I - 02 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 01 (um) será da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

II - 01 (um) representante dos professores da educação básica pública;

III - 01 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

IV - 01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

V - 02 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

VI - 02 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais será indicado pela entidade de estudantes secundaristas;

VII - 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação (caso exista no Município);

VIII - 01 (um) representante do Conselho Tutelar (caso exista no Município).

§ 1º Outros segmentos podem ser representados no Conselho, desde que definido na legislação municipal e que seja observada a paridade/equilíbrio na distribuição das representações.

§ 2º A cada membro titular corresponderá um suplente.

§ 3º Os membros titulares e suplentes terão um mandato de dois anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente, conforme estabelecido no § 11 do artigo 24 da Lei Federal n.º 11.494/2007.

§ 4º A nomeação dos membros ocorrerá a partir da indicação ou eleição por parte dos segmentos ou entidades previstas neste artigo.

§ 5º Caberá ao membro suplente completar o mandato do titular e substituí-lo em suas ausências e impedimentos.

§ 6º São impedidos de integrar o Conselho, conforme disposto no § 5º do artigo 24 da Lei Federal n.º 11.494/2007:

I - cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, do prefeito, do vice-prefeito e dos secretários municipais;

II - tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do FUNDEB, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

III - estudantes que não sejam emancipados;

IV - pais de alunos que:

a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito dos órgãos do Poder Executivo Municipal;

b) prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.

§ 7º Na hipótese da inexistência de estudantes emancipados, representação estudantil poderá acompanhar as reuniões do Conselho com direito a voz.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

Seção I Das Reuniões

Art. 4º As reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas mensalmente, conforme programado pelo colegiado.

Parágrafo único. O Conselho poderá se reunir extraordinariamente por convocação do seu presidente ou de 1/3 (um terço) dos seus membros.

Art. 5º As reuniões serão realizadas com a presença da maioria dos membros do Conselho.

§ 1º A reunião não será realizada se o quórum não se completar até 30 (trinta) minutos após a hora designada, lavrando-se termo que mencionará os conselheiros presentes e os que justificadamente não compareceram.

§ 2º Quando não for obtida a composição de quórum, na forma do parágrafo anterior, será convocada nova reunião, a realizar-se dentro de dois dias, para a qual ficará dispensada a verificação de quórum.

§ 3º As reuniões serão secretariadas por um dos membros, escolhido pelo presidente, a quem competirá à lavratura das atas.

Seção II Da Ordem dos Trabalhos e das Discussões

Art. 6º As reuniões do Conselho obedecerão à seguinte ordem:
I - leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;
II - comunicação da Presidência;
III - apresentação pelos conselheiros de comunicações de cada segmento;
IV - relatório das correspondências e comunicações recebidas e expedidas;
V - ordem do dia referente às matérias constantes na pauta da reunião.

Seção III Das Decisões e Votações

Art. 7º As decisões nas reuniões serão tomadas pela maioria dos membros presentes.

Art. 8º Cabe ao presidente o voto de desempate nas matérias em discussão e votação.

Art. 9º As decisões do Conselho serão registradas no livro de ata.

Art. 10. Todas as votações do Conselho poderão ser simbólicas ou nominais, a critério do colegiado.

§ 1º Os resultados da votação serão comunicados pelo Presidente.
§ 2º A votação nominal será realizada pela chamada dos membros do Conselho.

Seção IV Da Presidência e sua Competência

Art. 11. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho serão eleitos por seus pares em reunião do colegiado, sendo impedido de ocupar essas funções o representante do Poder Executivo Municipal, conforme disposto no § 6º do artigo 24 da Lei Federal n.º 11.494/2007.

Parágrafo único. O Presidente será substituído pelo Vice-Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 12. Compete ao Presidente do Conselho:

- I - convocar os membros do Conselho para as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II - presidir, supervisionar e coordenar os trabalhos do Conselho, promovendo as medidas necessárias à:
 - a) consecução das suas finalidades;
 - b) coordenar as discussões e tomar os votos dos membros do Conselho;
 - c) dirimir as questões de ordem.
- III - expedir documentos decorrentes de decisões do Conselho;
- IV - aprovar ad referendum do Conselho, nos casos de relevância e de urgência matérias que dependem de aprovação pelo colegiado;
- V - representar o Conselho em juízo ou fora dele.

Seção V Dos Membros do Conselho e suas Competências

Art. 13. A atuação dos membros do Conselho do FUNDEB, de acordo com § 8º do artigo 24 da Lei Federal n.º 11.494/2007:

- I - não será remunerada;
- II - é considerada atividade de relevante interesse social;
- III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações;
- IV - veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:
 - a) exoneração ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;
 - b) atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho;
 - c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.
- V - Veda, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do conselho, no curso do mandato, atribuição de falta injustificada nas atividades escolares.

Art. 14. Perderá o mandato o membro do Conselho que faltar a quatro reuniões consecutivas ou a seis intercaladas durante o ano.

Art. 15. Compete aos membros do Conselho:

- I - comparecer as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- II - participar das reuniões do Conselho;
- III - estudar e relatar, nos prazos estabelecidos, as matérias que lhes forem distribuídas pelo presidente do Conselho;
- IV - sugerir normas e procedimentos para o bom desempenho e funcionamento do Conselho;
- V - exercer outras atribuições por delegação do Conselho.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. As decisões do Conselho não poderão implicar em nenhum tipo de despesa.

Art. 17. Eventuais despesas dos membros do Conselho, no exercício de suas funções, serão objeto de solicitação junto à Secretaria Municipal de Educação, comprovando-se a sua necessidade, para fins de custeio.

Art. 18. Este Regimento poderá ser alterado em reunião extraordinária, expressamente convocada para esse fim, e por deliberação de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho.

Art. 19. O Conselho, caso julgue necessário, definirá os relatórios e os demonstrativos orçamentários e financeiros que deseja receber do Poder Executivo Municipal.

Art. 20. O Conselho poderá, sempre que julgar conveniente, conforme parágrafo único do artigo 25 da Lei Federal n.º 11.494/2007: I - apresentar ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo;

II - por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretário de Educação competente ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

III - requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos referentes à:

- a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e serviços custeados com recursos do Fundo;
- b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, as quais deverão discriminar aqueles em efetivo exercício na educação básica e indicar o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que estejam vinculados;
- c) convênios com as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público;
- d) outros documentos necessários ao desempenho de suas funções.

IV - realizar visitas e inspetorias in loco para verificar:

- a) o desenvolvimento regular de obras e serviços efetuados nas instituições escolares com recursos do Fundo;
- b) a adequação do serviço de transporte escolar;
- c) a utilização em benefício do sistema de ensino de bens adquiridos com recursos do Fundo.

Art. 21. Nos casos de falhas ou irregularidades, o Conselho deverá solicitar providências ao Chefe do Poder Executivo e, caso a situação requeira outras providências, encaminhará representação à Câmara Municipal, ao Tribunal de Contas do Município/Estado e ao Ministério Público.

Art. 22. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento serão solucionados por deliberação do Conselho, em qualquer de suas reuniões, por maioria de seus membros presentes.

Camboriú/SC, 18 de dezembro de 2013.

MARLI MANLOSKI FLOR

Presidente do Conselho Municipal do FUNDEB

Decreto N.º 1.785/2013

DECRETO N.º 1.785/2013

Cria Grupo Especial de Trabalho para Modernização da Administração Tributária Municipal - GEMAT e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Grupo Especial de Trabalho para Modernização da Administração Tributária Municipal - GEMAT, com a finalidade de coordenar todas as ações relacionadas ao desenvolvimento de medidas voltadas ao aperfeiçoamento das capacidades normativa, organizacional, operacional e tecnológica da Administração Tributária Municipal, sendo constituído pelos seguintes membros:

I - Rodrigo Meirinho Morimoto;

II - Sérgio Luiz Venâncio;

III - Carlos Alberto Ghorzi;

IV - Ruberlei Silveira;

V - Nánias Benvenuti.

Art. 2º O Grupo Especial de Trabalho, como responsável pela coordenação das ações modernizadoras da área de Administração Tributária, terá as seguintes atribuições específicas:

I - identificar e selecionar os principais problemas e suas causas existentes na Administração Tributária do Município, que vêm limitando a exploração eficiente do potencial de receita, nas seguintes áreas e interseções:

- a) Organização e gestão;
- b) Legislação tributária;
- c) Cadastros fiscais;
- d) Lançamento e arrecadação dos tributos;
- e) Cobrança amigável e judiciária;
- f) Acompanhar, autorizar e fiscalização a aplicação dos recursos do PMATA;
- g) Anistias e isenções;
- h) Estudos econômico-tributários;
- i) Atendimento ao contribuinte;
- j) Sistema e tecnologia de informação;
- k) Relações intra e interinstitucionais;
- l) Outras áreas correlatas.

II - propor e detalhar as iniciativas para o enfrentamento e o equacionamento dos problemas identificados, coordenando estudos, levantamentos, a elaboração, implantação e o acompanhamento de medidas internas e de projeto de modernização da administração tributária junto ao BNDES, bem como em outros órgãos oficiais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,

Em, 19 de dezembro de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA

Secretário M. de Administração

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 8.105 de 12 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.105 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

APROVA O ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O Prefeito Municipal em Exercício de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento Geral do Município de Campo Alegre/SC, dos Poderes Legislativo e Executivo para o exercício de 2014, Estima a Receita em R\$ 41.443.098,13 (quarenta e um milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, noventa e oito reais e treze centavos) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 705.000,00 (setecentos e cinco mil reais) e, em R\$ 40.738.098,13

(quarenta milhões, setecentos e trinta e oito mil, noventa e oito reais, treze centavos) a Despesa da Administração Direta.

Art.2º) A Receita efetivar-se-á dentro das categorias econômicas com o desdobramento Previsto na Lei Federal nº 4.320 de 17 de Março de 1964.

Art.3º) A despesa será realizada conforme a Classificação Funcional Programática e Categorias Econômicas discriminadas nos anexos da Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013, cuja movimentação será de competência de cada um dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à partir de 1º de janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.106 de 12 de Dezembro de 2013

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.106 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013
APROVA O ORÇAMENTO DO IPRECAL PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Artigo 4º da Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do IPRECAL, que estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 3.561.531,63 (três milhões, quinhentos e sessenta e um mil, quinhentos e trinta e um reais e sessenta e três centavos), para o exercício de 2014.

Art.2º) As Receitas efetivar-se-ão dentro das Categorias Econômicas com o seguinte desdobramento.

1.RECEITAS CORRENTES	R\$ 1.856.117,84
1.1.Receita Patrimonial	R\$ 1.705.413,79
TOTAL	R\$ 3.561.531,63

Art.3º) A despesa será realizada conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do IPRECAL.

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	
09 - Previdência Social	R\$ 3.561.531,63
II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.955.800,00
3.1.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 102.000,00
3.3.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.853.800,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 10.000,00
4.4.00.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS	R\$ 10.000,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	R\$ 1.595.731,63
7.7.00.00.00.00 – Reserva de Contingência do RPPS	R\$ 1.595.731,63
SOMA TOTAL	R\$ 3.561.531,63

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à partir de 1º de janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.107 de 12 de Dezembro de 2013

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.107 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013
APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, que Estima a Receita em R\$ 1.751.245,29 (um milhão, setecentos e cinquenta e um mil, duzentos e quarenta e cinco reais, vinte e nove centavos) e, fixa as Despesas em R\$ 7.425.220,55 (sete milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, duzentos e vinte reais, cinquenta e cinco centavos), para o exercício de 2014.

Art.2º) As Receitas efetivar-se-ão dentro das Categorias Econômicas com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$ 1.040.745,29
1.9 Outras Receitas Correntes	R\$ 1.040.745,29
2. RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 710.500,00
2.4 Transferências de Capital	R\$ 710.500,00
SOMA TOTAL	R\$ 1.751.245,29

Art.3º) As despesas serão realizadas conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Saúde.

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	
10 – Saúde	R\$ 7.425.220,55
II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	R\$ 6.761.889,14
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 3.893.650,00
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	R\$ 2.868.239,14
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 663.331,41
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	R\$ 663.331,41
SOMA	R\$ 7.425.220,55

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à partir de 1º de janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.108 de 12 de Dezembro de 2013

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.108 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

APROVA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Artigo 6º da Lei Municipal nº 4.045 de 107 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, que Estima a Receita em R\$ 111.849,94 (cento e onze mil, oitocentos e quarenta e nove reais, noventa e quatro centavos) e fixa a Despesa em R\$ 206.992,64 (duzentos e seis mil, novecentos e noventa e dois reais, sessenta e quatro centavos) para o exercício de 2014.

Art.2º) As Receitas efetivar-se-ão dentro das Categorias Econômicas com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$ 111.849,94
1.3 Receita Patrimonial	R\$ 4.357,30
1.7 Transferências Correntes	R\$ 107.492,64
SOMA TOTAL	R\$ 111.849,94

Art.3º) As Despesas serão realizadas conforme a classificação Funcional Programática e Categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Diretoria do Fundo Municipal de Assistência Social.

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	
08 – Assistência Social	R\$ 206.992,64
II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	R\$ 175.590,64
3.3.00.00.00.00 – Despesas Correntes	R\$ 175.590,64
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 31.402,00
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	R\$ 31.402,00
SOMA TOTAL	R\$ 206.992,64

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à partir de 1º de janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.109 de 12 de Dezembro de 2013

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.109 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013

APROVA O ORÇAMENTO DO FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA PARA O EXERCÍCIO 2014.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o Artigo 7º da Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Fica aprovado o Orçamento do FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, Estima a Receita em R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais), para o exercício de 2014.

Art.2º) As Receitas efetivar-se-ão dentro das Categorias Econômicas com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES	R\$ 16.000,00
1.3 Receita Patrimonial	R\$ 1.000,00
1.7 Transferências Correntes	R\$ 15.000,00
SOMA TOTAL	R\$ 16.000,00

Art.3º) As despesas serão realizadas conforme a classificação Funcional Programática e categorias Econômicas abaixo discriminadas, cuja movimentação será de competência da Gestora do FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	
08 – Assistência Social	R\$ 21.000,00
II – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA	
DESPESAS CORRENTES	R\$ 20.600,00
3.3.00.00.00.00 – Despesas Correntes	R\$ 20.600,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 400,00
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	R\$ 400,00
SOMA TOTAL	R\$ 21.000,00

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à partir de 1º de janeiro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 12 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 12/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.110 de 18 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.110 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar as Resoluções nº 17; 18; 19 e 20 do Conselho Municipal de Saúde, Resoluções anexas, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 17 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
"APROVA PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2014-2017"

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 17 de dezembro de 2013, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova plano municipal de saúde 2014-2017.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.
CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 18 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
"APROVA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE"

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 17 de dezembro de 2013, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova programação anual de saúde.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.
CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 19 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
"APROVA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 003/2013"

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 17 de dezembro de 2013, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Aprova primeiro termo aditivo ao convênio nº 003/2013, Cláusula III: VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, alterando os valores constantes no ANEXO I e II.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.
CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 20 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
"APROVA O BALANCETE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE REFERENTE AOS MESES DE AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2013."

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 17 de dezembro de 2013, considerando o disposto no artigo 1º da Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, e o artigo 20 letra "h" do Regimento Interno do CMS de Campo Alegre, no uso das atribuições legais, faço saber que os conselheiros aprovaram e promulgo a seguinte RESOLUÇÃO:

Art.1º) Fica aprovado o Balancete Orçamentário e Financeiro do Fundo Municipal de Saúde, referente os meses de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro de 2013.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.
CAROLINA DA COSTA TELMA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Campo Alegre

Decreto Nº 8.111 de 18 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 8.111 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.910 de 17 de dezembro de 2012; Decreta:

Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 111.500,00 (cento e onze mil, quinhentos reais).

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.2.047 -	Pessoal da Educação Infantil	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.519 -	Aplicações Diretas	
319011.00.519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 110.000,00
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
330000.00.519 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.519 -	Aplicações Diretas	
339046.00.519 -	Auxílio - Alimentação	R\$ 1.500,00
	TOTAL	R\$ 111.500,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial de Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.365.0011.2.047 -	Pessoal da Educação Infantil	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.519 -	Aplicações Diretas	
319004.00.519 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 30.000,00
319013.00.519 -	Obrigações Patronais	R\$ 1.500,00
319113.00.519 -	Obrigações Patronais Op. Intra-Orçamentárias.	R\$ 80.000,00
	TOTAL	R\$ 111.500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.112 de 18 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 8.112 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.910, de 17 de dezembro de 2012; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 20.597,07 (vinte mil, quinhentos e noventa e sete reais e sete centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319113.00.139 -	Obrigações Patronais Op. Intra-Orçamentárias.	R\$ 5.000,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.519 -	Aplicações Diretas	
319113.00.519 -	Obrigações Patronais Op. Intra-Orçamentárias.	R\$ 1.500,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
20.606.0025.2.051 -	Pessoal de Desenvolvimento Econômico	

300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319013.00.136 -	Obrigações Patronais – Operações Intra-Orçamentárias	R\$ 314,33
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 2.174,40
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0075.2.809 -	Pessoal da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319113.00.136 -	Obrigações Patronais Op. Intra-Orçamentárias.	R\$ 1.408,34
13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.123 -	Saneamento Ambiental	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 10.200,00
	TOTAL	R\$ 20.597,07

Art.2º) O créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
310000.00.139 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.139 -	Aplicações Diretas	
319103.00.139 -	Obrigações Patronais	R\$ 5.000,00
05.03 -	Serviço de Educação Infantil	
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.519 -	Despesas Correntes	
310000.00.519 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.519 -	Aplicações Diretas	
319011.00.519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.	R\$ 1.500,00
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico	
20.606.0025.2.051 -	Pessoal de Desenvolvimento Econômico	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 314,33
08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	

08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros	
400000.00.136 -	Despesas de Capital	
440000.00.136 -	Investimentos	
449000.00.136 -	Aplicações Diretas	
449052.00.136 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 2.174,40
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0075.2.809 -	Pessoal da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319004.00.136 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 1.408,34
13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.123 -	Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
310000.00.766 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.766 -	Aplicações Diretas	
319011.00.766 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 10.200,00
	TOTAL	R\$ 20.597,07

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.113 de 18 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 8.113 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.910, de 17 de dezembro de 2012; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 19.109,52 (dezenove mil, cento e nove reais e cinquenta e dois centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças.	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
04.123.0111.2.044 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Finanças	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	

339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339046.00.136 -	Auxílio – Alimentação	R\$ 260,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.141 -	Aplicações Diretas	
319004.00.141 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 4.000,00
319111.00.141 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 12.000,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0075.2.809 -	Pessoal da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 752,00
13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.123 -	Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
310000.00.766 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.766 -	Aplicações Diretas	
319013.00.766 -	Obrigações Patronais Op. Intra - Orçamentárias.	R\$ 2.047,52
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339046.00.766 -	Auxílio – Alimentação	R\$ 50,00
	TOTAL	R\$ 19.109,52

Art.2º) O créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças.	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
04.123.0111.2.044 -	Pessoal da Secretaria Municipal de Finanças	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319011.00.136 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 260,00
05.00 -	Secretaria Municipal de Educação	
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental	
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
310000.00.141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.141 -	Aplicações Diretas	
319013.00.139 -	Obrigações Patronais Op. Intra - Orçamentárias.	R\$ 5.000,00
319016.00.141 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 6.000,00
300000.00.139 -	Despesas Correntes	
330000.00.139 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.139 -	Aplicações Diretas	
339046.00.139 -	Auxílio – Alimentação	R\$ 5.000,00

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0075.2.809 -	Pessoal da Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
310000.00.136 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.136 -	Aplicações Diretas	
319004.00.136 -	Contratação Por Tempo Determinado	R\$ 752,00
13.00 -	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental	
13.01 -	Serviço de Saneamento Ambiental	
17.512.0077.2.123 -	Saneamento Ambiental	
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
310000.00.766 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.766 -	Aplicações Diretas	
319011.00.766 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 2.047,52
300000.00.766 -	Despesas Correntes	
330000.00.766 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.766 -	Aplicações Diretas	
339016.00.766 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 50,00
	TOTAL	R\$ 19.109,52

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 8.114 de 18 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 8.114 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO IPRECAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.910 de 17 de dezembro de 2012; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do IPRECAL – Instituto de Previdência Social.

94.00 -	Instituto de Previdência Social.	
94.02 -	Instituto de Previdência Social.	
09.272.0066.2.033 -	Pagamento de Aposentadoria, Pensões e Benefícios Temporários.	
300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339001.00.102 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 1.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do

Orçamento vigente.

94.00 -	Instituto de Previdência Social.	
94.02 -	Instituto de Previdência Social.	
09.272.0066.2.033 -	Pagamento de Aposentadoria, Pensões e Benefícios Temporários.	
300000.00.102 -	Despesas Correntes	
330000.00.102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.102 -	Aplicações Diretas	
339001.00.102 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 1.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 18 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.707 de 19 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.707 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo IV da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, CAROLINA DA COSTA TELMA, Registro no Sistema sob nº 955161, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2013 á 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Secretária gozará férias no período de 02 de Janeiro de 2013 á 11 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.708 de 19 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.708 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Médico IV, na função de Médico Plantonista, ALESSANDRA QUEIROZ CERQUEIRA, Matrícula funcional nº 000546, Registro no Sistema sob nº 954652, referente aos períodos aquisitivos: 24 de abril de 2011 a 23 de abril de 2012 = 07 (zero sete) dias; 24 de abril de 2012 a 23 de abril de 2013 = 23 (vinte e três), pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 24 de abril de 2012 a 23 de abril de 2013.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 27 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito MunicipalLUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito**Portaria Nº 10.709 de 19 de Dezembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.709 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO DA SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Auxiliar de Enfermagem, exercendo a função Gratificada de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo da Saúde, ANA MARIA DOS SANTOS HERBST, Matrícula funcional nº 330, Registro no Sistema sob nº 129040, referente aos períodos aquisitivos: 11 de novembro de 2011 a 10 de novembro de 2012 = 09 (zero nove) dias; 11 de novembro de 2012 a 10 de novembro de 2013 = 01 (zero um), pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo 11 de novembro de 2012 a 10 de novembro de 2013.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito MunicipalLUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito**Portaria Nº 10.710 de 19 de Dezembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.710 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Médico II, na função de Médico, ERONCLEITON CARNEIRO RIBAS, Matrícula funcional nº 000697, Registro no Sistema sob nº 955140, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito MunicipalLUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito**Portaria Nº 10.711 de 19 de Dezembro de 2013**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.711 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público e na função de Farmacêutico, LÉRCIO PÉRICLES VIRMOND, Matrícula funcional nº 0208, Registro no Sistema sob nº 30880, referente ao período aquisitivo de 02

de agosto de 2010 a 01 de agosto de 2011.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.712 de 19 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.712 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Médico II, na função de Médico, ERONCLEITON CARNEIRO RIBAS, Matrícula funcional nº 000665, Registro no Sistema sob nº 955092, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013, pagamento de um terço de férias referente ao período.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 04 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.713 de 19 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.713 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Médico IV, na função de Médico Plantonista, ROBERTO ALEXANDRE PEREIRA BUTRON, Matrícula funcional nº 000663, Registro no Sistema sob nº 955091, referente ao período aquisitivo: 21 de junho de 2012 a 31 de dezembro de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 05 de janeiro de 2014 á 14 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.714 de 19 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.714 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público de Técnico em Nível Médio, na função de Técnico em Enfermagem, ROSECLÉIA BRÜSKE JUNG, Matrícula funcional nº 000424, Registro no Sistema sob nº 954282, referente aos períodos aquisitivos: 01 de julho de 2011 a 30 de junho de 2012 = 10 (dez) dias; 01 de julho de 2012 a 30 de junho de 2013 = 10 (dez) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período 01 de julho de 2012 a 30 de junho de 2013.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 14 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e

3.386 em: 19/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.715 de 19 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.715 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e na função de Odontólogo, VERA LÚCIA BARCOS OLIVER, Matrícula funcional nº 0243, Registro no Sistema sob nº 311510, referente aos períodos aquisitivos: 01 de março de 2011 a 28 de fevereiro de 2012 = 10 (dez) dias; 01 de março de 2012 a 28 de fevereiro de 2013 = 20 (vinte) dias, pagamento de um terço de férias referente ao período 01 de março de 2012 a 28 de fevereiro de 2013.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 24 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.716 de 19 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.716 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Instrutor de Música, na função de Instrutor de Música (violão), VALÉRIO FELIPE CHICOVIS, Registro no Sistema sob nº 955286, referente ao período aquisitivo de 04 de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 a 09 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.717 de 19 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.717 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CURSO DE FORMAÇÃO E OU CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 193 § 1º e 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal obtida pela avaliação de desempenho, a Servidora Pública Municipal, Agente Operacional I, na função de Auxiliar Operacional - ANGELA ALVES DOS SANTOS IOANSON, Matrícula Funcional nº 000493, Registro no Sistema sob nº 954516 lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, com efeitos retroativos 15 de fevereiro de 2012.

Parágrafo único: A Progressão que trata o caput deste Artigo dá-se em razão da Progressão Horizontal obtida pela avaliação de Desempenho, conclusão do Curso de Ensino Médio - Educação de Jovens e Adultos, passando do Nível 1 Subnível 11 Referência B para o Nível 1 Subnível 11 Referência C no valor de R\$ 711,50 (setecentos e onze reais, cinquenta centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, com efeitos a 15 de fevereiro de 2012.

Art.2º) Na folha de pagamento do mês de dezembro de 2013, será pago o valor de R\$ 534,07 (quinhentos e trinta e quatro reais e sete centavos), sendo que o valor de base de cálculo para o IPRECAL e de R\$ 457,51 (quatrocentos e cinquenta sete reais e cinquenta e um centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de fevereiro de 2012, o valor de R\$ 50,33 (cincoenta reais, trinta e três centavos) refere-se a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 100,65 (cento e quatro reais, e trinta e seis centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de fevereiro de 2012.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.718 de 19 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.718 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR CURSO DE FORMAÇÃO E OU CAPACITAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 193 § 1º e 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal obtida pela avaliação de desempenho, ao Servidor Público Municipal, Agente Operacional I, na função de Auxiliar Operacional - LOURIVAL IOANSON, Matrícula Funcional nº 000479, Registro no Sistema sob nº 954485 lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, com efeitos retroativos 03 de novembro de 2011.

Parágrafo único: A Progressão que trata o caput deste Artigo dá-se em razão da Progressão Horizontal obtida pela avaliação de Desempenho, conclusão do Curso de Ensino Fundamental - Educação de Jovens e Adultos, passando do Nível 1 Subnível 11 Referência B para o Nível 1 Subnível 11 Referência C no valor de R\$ 711,50 (setecentos e onze reais, cinquenta centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, com efeitos a 03 de novembro de 2011.

Art.2º) Na folha de pagamento do mês de dezembro de 2013, será pago o valor de R\$ 679,91 (seiscentos e setenta e nove reais, noventa e um centavos), sendo que o valor de base de cálculo para o IPRECAL e de R\$ 510,76 (quinhentos e dez reais e setenta e seis centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de fevereiro de 2012, o valor de R\$ 56,18 (cincoenta e seis reais, dezoito centavos) refere-se a contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 112,37 (cento e doze reais, e trinta e sete centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de novembro de 2011.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.719 de 19 de Novembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.719 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 193 § 1º e 333, da Lei Complementar Municipal nº 006

de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressões Horizontais obtidas pelas avaliações de desempenho, ao Servidor Público Municipal, ocupando o cargo público e na função de Médico Veterinário - DENILSON DE SOUZA BANDEIRA, Matrícula Funcional nº 286, Registro no Sistema sob nº 316580, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, com efeitos retroativos 02 de junho de 2010.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 6 Sub-Nível 63, Referência C para Nível 6 Sub-Nível 63 Referência D no valor de R\$ 3.454,62 (três mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais, sessenta e dois centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 02 de junho de 2010.

Art.3º) A Progressão que trata o Artigo 1º desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 6 Sub-Nível 63, Referência D para Nível 6 Sub-Nível 63 Referência E no valor de R\$ 4.111,93 (quatro mil, cento e onze reais, e noventa e três centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 02 de junho de 2012.

Art.2º) Na folha de pagamento do mês de dezembro de 2013, será pago o valor de R\$ 8.624,04 (oito mil seiscentos e vinte e quatro reais, quatro centavos), sendo que o valor de base de cálculo para o IPRECAL e de R\$ 7.699,66 (sete mil, seiscentos e noventa e nove reais e sessenta e seis centavos), correspondente aos valores das Progressões concedidas a partir do mês de junho de 2010, o valor de R\$ 846,96 (oitocentos e quarenta e seis reais, e noventa e seis centavos) refere-se a contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 1.693,93 (um mil, seiscentos e noventa e três reais, noventa e três centavos) refere-se à Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.5º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de junho de 2010 e 02 de junho de 2012 respectivamente.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.720 de 19 de Dezembro de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 10.720 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo público de Instrutor de Música, na função de Instrutor de Música (Bateria), LUAN CESAR ENGELKE

MOURA COSTA SABINO, Registro no Sistema sob nº 955284, referente ao período aquisitivo de 02 de outubro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2013 á 09 de janeiro de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 19 de dezembro de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 19/12/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

1ª Alteração ao Processo Licitatório 116/2013 MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO
Nº 116/2013, PREGÃO (presencial)

Necessário se faz a alteração do edital do processo licitatório em epígrafe, considerando IMPUGNAÇÃO ao Edital e Decisão Administrativa da autoridade superior, ALTERAM-SE os itens 3.2.1 e 8.1.3.1, e a nova data para abertura, entrega dos envelopes e prazo para autenticação de documentos, conforme segue:

Passando a vigorar conforme texto abaixo:

3.2.1. Poderão participar desta Licitação empresas do ramo que apresentarem a inscrição no CNAE 08.10-0-06 e atenderem a todas as exigências constantes deste Edital.

8.1.3.1 - Licença de Operação (LAO) tanto para a extração mineira como para o beneficiamento, expedida pelo órgão ambiental competente.

Por último, ALTERA-SE todas as datas de abertura, e consequentemente do recebimento dos envelopes contendo a documentação e proposta, e as datas limites para autenticação de documentos, conforme transcreve-se abaixo e que passa a vigorar:

- 1.1.1 - DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 09 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 16/01/2014, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

1.1.1.1 - A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

- 1.1.2 - DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

DIA: 16/01/2014

HORA: 10 HORAS

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua

Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

- 4.5.1.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 4.5.1, somente poderá ser realizada até às 09 horas e 30 minutos do dia 16/01/2014, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

- 6.1.2.1.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 6.1.2.1, somente poderá ser realizada até às 09 horas e 30 minutos do dia 16/01/2014, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

- 8.2.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item anterior, somente poderá ser até às 09 horas e 30 minutos do dia 16/01/2014, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site www.campoalegre.sc.gov.br.

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br

Campo Alegre, 19 de dezembro de 2013.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Ata Pregão 102/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE

SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

Pregão Eletrônico nº. 102

Ata Circunstanciada

Às 10:00 do dia 27/11/2013, reuniu-se o Pregoeiro(a) Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de kit escolar para distribuição gratuita aos alunos da Rede Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental para o ano letivo de 2014.

Inicialmente, o pregoeiro(a) abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances.

Ao final do prazo previsto no edital, foram encerradas as ofertas de lances.

Infotriz Comercial Ltda - Tipo: EPP - LC123: Sim - Documento
04.586.694/0001-41

Item	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
2	Tubo de Cola Branca Atóxica Lavável, Contendo 90 Gramas. Composição: Base Em Pva, Com Selo do Inmetro, Tubo Flexível	piratinin-ga	3.500 UN	R\$ 0,57	R\$ 1.995,00
8	Caderno Brochura 48 Folhas Brancas Com Pauta, Capa Flexível, Estampa Infantil (que Sirva Para Ambos Os Sexos), Ou Cap...	panamerica	4.700 CX	R\$ 0,44	R\$ 2.068,00

10	Caneta Esferográfica Ponta 1,0 Mm Azul Com Escrita média, Corpo Em Resina Termoplástica, Com Respiro No Centro do Tub...	bic	2.000 UN	R\$ 0,70	R\$ 1.400,00
12	Caderno Brochura 60 Folhas Brancas Com Pauta, capa Flexível, Estampa Infantil (que Sirva Para Ambos Os Sexos), Ou Capa...	panamericana	5.000 UN	R\$ 0,65	R\$ 3.250,00
13	Caderno Brochura 96 Folhas Brancas Com Pauta, Capa Flexível, Estampa Paisagens da Natureza (que Sirva Para Ambos Os S...	panamericana	250 UN	R\$ 0,87	R\$ 217,50
15	Caderno Desenho, Tamanho Aproximado 200 X 275 Mm, Com 48 Folhas Brancas, C/ Espiral, Estampa Infantil, (que Sirva Par...	panamericana	2.000 UN	R\$ 1,15	R\$ 2.300,00
16	Borracha Branca Oval. Dimensões Mínimas: 55mmx28mm, Espessura 10 Mm, Peso 19g	mercur	2.600 UN	R\$ 0,70	R\$ 1.820,00
22	Compasso Em Corpo Metálico Com Selo Inmetro, Resina Termoplástica, Na Cor Azul, Com No Mínimo 15,2 Cm de Altura e 3,8...	waleu	450 UN	R\$ 2,53	R\$ 1.138,50
				Total	R\$ 14.189,00

Dial Departamentos Ltda - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 09.008.570/0001-00

Item	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Apontador Confeccionado Em Polipropileno Virgem Atóxico, Para Lápis Sem Coletor, de Aproximadamente 1,5 X 2,5cm, Dive...	leonora	1.650 UN	R\$ 0,08	R\$ 132,00
7	Massa de Modelar Com 06 Cores, Atóxica, Composição: Água, Carboidrato de Cereais, Sal, Corante e Essência	leonora	1.200 UN	R\$ 0,82	R\$ 984,00

11	Caneta Esferográfica Ponta 1,0 Mm Preta Com Escrita média, Corpo Em Resina Termoplástica, Com Respiro No Centro Do T...	bic	1.200 UN	R\$ 0,36	R\$ 432,00
14	Caderno Caligrafia, 40 Folhas Brancas, Capa Flexível, Estampa Infantil, (que Sirva Para Ambos Os Sexos), Ou Capa Lisa...	credeal	800 UN	R\$ 0,47	R\$ 376,00
				Total	R\$ 1.924,00

Pégasus Atacadista Ltda Me - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 14.797.430/0001-90

Item	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
3	Lápis de Cor Longo Com 12 Cores Com Selo do Inmetro Madeira Reflorestada. Formato Sextavado Confeccionado Em Madeira	labra	2.500 CX	R\$ 3,29	R\$ 8.225,00
6	Régua Confeccionada Em Pet, Resistente (que Possibilite Flexionar Até Encostar As Pontas Sem Quebrar). Dimensões Míni...	waleu	3.000 UN	R\$ 0,49	R\$ 1.470,00
18	Cola Colorida -estojo Com 6 Cores Sortidas altura: 1,00 Cm- largura: 2,00 Cm-Profundidade: 15,00 Cm-Peso: 15,00 - Qu...	koala	1.000 UN	R\$ 2,75	R\$ 2.750,00
19	Giz de Cera (curto e Grosso), Com 15 Cores.	koala	1.300 CX	R\$ 1,21	R\$ 1.573,00
20	Caneta Hidrográfica (canetinha), Estojo Com 06 Cores de 1ª Qualidade	leonora	300 UN	R\$ 2,24	R\$ 672,00
21	Caderno de Desenho Tamanho Aproximado 145 X 203 Mm, Com No Mínimo 40 Folhas Brancas, Estampa Infantil Ou Capa Lisa, (s...	jandaia	900 ETJ	R\$ 0,99	R\$ 891,00
				Total	R\$ 15.581,00

Janaina dos Santos Martins Zucco Me - Tipo: EPP - LC123: Sim - Documento 12.674.048/0001-64

Item	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
4	Lápis Preto Nº 2 Escrever Ultra Resistente. Escrita Cor Grafite. Cor do Lápis Preto. Dimensões Mínimas: 173mmx6mm Sex...	LABRA	5.000 UN	R\$ 0,15	R\$ 750,00
9	Caderno Universitário, Capa Dura, de Aproximadamente 198 X 275 Mm, 10 Matérias, Folhas Brancas.	JANDAIA	1.200 UN	R\$ 4,22	R\$ 5.064,00
				Total	R\$ 5.814,00

Mmobile Eireli - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 15.764.033/0001-85

Item	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
5	Pasta de Papelão Plastificada, Com Aba e Elástico, Lisa, (sem Ilustração), Diversas Cores Exceto Preto e Rosa	Icl	1.500 UN	R\$ 0,69	R\$ 1.035,00
17	Tesoura Escolar, Com Pontas Arredondadas, Lâmina de Metal, Cabo Plástico Em Formato Anatômico. Tamanho Aproximado 13,...	Jocar/leonora	1.300 UN	R\$ 0,71	R\$ 923,00
				Total	R\$ 1.958,00

Após encerramento da fase de lances, os licitantes melhores classificados foram declarados para cada item, foi divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro acima e foi concedido o prazo de intenção de recurso.

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão cuja ata foi lavrada e assinada pelo pregoeiro(a), ordenador(a) e equipe de apoio.

Ata Pregão 113/2013

ATA CIRCUNSTANCIADA

Processo Licitatório nº 113/2013 - modalidade Pregão (presencial) Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz, Pregoeira Municipal, Gustavo machado do Amaral e Irineu Woitskovski Junior, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 113/2013, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de equipamentos de informática para Secretaria Municipal de Educação, escolas e creches da rede municipal de ensino. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes:

CEK Informática Ltda, Weikan Tecnologia Ltda, Ilha Service Serviços de Informática Ltda. Apenas a licitante CEK Informática Ltda apresentou a Certidão Simplificada com enquadramento como Microempresa para valer-se da Lei Complementar nº 123/2006 (direito de preferência). Passou-se ao credenciamento dos licitantes sendo: Sr. Carlos Eduardo Kellner, representante da empresa CEK Informática Ltda, Sr. Paulo Cesar Matos representante da empresa Ilha Service Serviços de Informática e Sr. Henrique Mattos do Amaral representante da empresa Weikan Tecnologia Ltda. O critério de julgamento é o MENOR PREÇO POR ITEM. Após a fase de lances a empresa CEK Informática Ltda foi declarada vencedora com o valor unitário de R\$ 1.268,00, a empresa Weikan Tecnologia Ltda ficou classificada em 2º lugar com o valor unitário de R\$ 1.269,00 e a empresa Ilha Service Serviços de Informática classificada em 3º lugar com valor unitário de R\$ 1.280,00. Passou-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa primeira classificada, sendo constatado que a empresa CEK Informática apresentou a Certidão negativa Municipal vencida, sendo esta certidão documento de habilitação fiscal, e sendo a licitante Micro empresa, concede-se o prazo de 2 (dois) dias úteis conforme Art. 43 § 1º da Lei 123/2006, para apresentação da certidão válida. Não houve manifestação de intenção de recurso. Nada mais a tratar encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Ata Pregão 28/2013 - Saúde

ATA CIRCUNSTANCIADA

Processo Licitatório nº 28/2013 - modalidade Pregão (presencial) Aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz, Pregoeira Municipal, Gustavo machado do Amaral e Irineu Woitskovski Junior, membros da equipe de apoio, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 28/2013, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS para a frota da Secretaria Municipal de Saúde. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: Veritá Veículos Ltda. A Licitante não apresentou a Certidão Simplificada com enquadramento como Microempresa para valer-se da Lei Complementar nº 123/2006 (direito de preferência). Passou-se ao credenciamento do licitante sendo: Sr. Robison Renato Adada representante da empresa Veritá Veículos Ltda. O critério de julgamento é o MENOR PREÇO POR ITEM. A licitante apresentou proposta apenas para o item 01, com o valor inicial de R\$ 27.800,00, após os lances fechou o valor do item 01 em R\$ 27.000,00. Passou-se a abertura do envelope contendo a documentação da empresa primeira classificada, sendo declarada Habilitada. Considerando a classificação e habilitação da empresa Veritá Veículos Ltda no ITEM 01 com valor de R\$ 27.000,00, a Pregoeira a declara vencedora do item. Não houve manifestação de intenção de recurso. Nada mais a tratar encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Campos Novos

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução Md Nº 7/2013

RESOLUÇÃO MD Nº 7/2013

FICA CONSTITUÍDA A COMISSÃO REPRESENTATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES PARA ATUAR NO RECESSO PARLAMENTAR.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores do município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, amparada pelo Art. 57 da Lei Orgânica do Município c/c os Arts. 63, 122 e seguintes do Regimento Interno

RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Representativa da Câmara Municipal de Vereadores para atuar durante o recesso parlamentar, de 23/12/2013 à 01/02/2014, conforme prevê o Regimento Interno da Câmara.

Art. 2º. Compete a Comissão Representativa:

I - zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo e pela observância da Constituição e das garantias nela consignadas;

II - convocar, com o voto da maioria de seus membros, Secretário Municipal para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos compreendidos na área da respectiva Pasta, previamente determinados;

III - autorizar o Prefeito e Vice-Prefeito a se afastarem do Estado ou do País;

IV - resolver sobre licença de Vereador;

V - exercer a competência administrativa da Mesa da Câmara, em caso de urgência, quando ausentes ou impedidos os respectivos membros;

VI - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

VII - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

VIII - designar membro para representar a Câmara em eventos de interesse municipal, estadual, nacional e internacional.

Art. 3º. Fica designado os vereadores Dirceu José Kaiper, José Tadeu Guzatti e Irineu Armando Osório Junior para fazerem parte da referida Comissão, os quais assumirão os cargos de Presidente, Relator e Membro, respectivamente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 19 de dezembro de 2013.

DIRCEU JOSÉ KAIPER
Presidente da Mesa

MAURÍLIO CASTRO CAMPAGNONI
Vice-Presidente

NELSON CARAFA
1º Secretário

ANTÔNIO ROSA
2º Secretário

SAMAE

Ext Ct342013

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO CNO Nº. 25/2013 CONTRATO CNO Nº. 34/2013

DATA DE ASSINATURA: 06 de Dezembro de 2013.

OBJETO: Prorroga-se por 60 dias a vigência do contrato cno nº. 25/2013, ficando com término previsto para o dia 06.02.2014.

CONTRATADA: Construcórdia Construções Ltda

Campos Novos - SC, 06 de dezembro de 2013.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

Diretor do SAMAE

Ext Ct352013

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

CONTRATO CNO - 35/2013

DATA DE ASSINATURA: 13 de Dezembro de 2013.

OBJETO: Fechamento de reator UASB com pead (polietileno de alta densidade) incluindo montagem e fornecimento de material.

CONTRATADA: Perseverança Engenharia Ltda - ME.

VALOR: R\$ 35.449,00 (Trinta e cinco mil quatrocentos e quarenta e nove reais) pelo valor total do obra.

PRAZO: 13.12.2013 a 14.02.2014.

Campos Novos - SC, 13 de Dezembro de 2013.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

Ext Ct362013

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

CONTRATO CNO - 36/2013

DATA DE ASSINATURA: 13 de Dezembro de 2013.

OBJETO: EXECUÇÃO E CONSTRUÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS FALTANTES DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA NAS MARGENS DO RIO LAJEADO RESTINGÃO NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS- SC.

CONTRATADA: Construtora Solo Ltda

VALOR: R\$ 318.763,72 (Trezentos e dezoito mil setecentos e sessenta e tres reais e setenta e dois centavos) pelo valor total do obra.

PRAZO: 180 dias.

Campos Novos - SC, 13 de Dezembro de 2013.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas

PREFEITURA

Resolução N.º 019/2013

RESOLUÇÃO N.º 019/2013

Dispõe sobre a aprovação da normalização do fluxo de pleito de convênios e repasses de recursos das Entidades e Organizações de Assistência Social com o Fundo Municipal da Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) no uso de suas atribuições legais, e assim tendo como principais atribuições à deliberação e a fiscalização da execução da política de assistência social e de seu financiamento, em consonância com as diretrizes propostas pelas Conferências Nacionais, e:

- CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988; nos artigos 195 - Seguridade Social, 203 e 204 - Assistência Social e 165 a 169 - Orçamentos;
- CONSIDERANDO a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - Lei nº 8.742/1993;
- CONSIDERANDO a Lei nº 9.604/1998 - Repasse automático de recursos do FNAS aos FEAS, FMAS e ao Fundo do DF;
- CONSIDERANDO a Lei nº 9.720/1998 - Estabelece como condição de recebimento de recursos do FNAS a comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à Assistência Social, alocados em seus respectivos Fundos de Assistência Social;
- CONSIDERANDO a Lei nº 12.435/2011 - Altera a Lei nº 8.742/93; dispõe sobre a organização da Assistência Social;
- CONSIDERANDO o Decreto nº 5.085/2004 (Decreto nº 3.409/2000. Revogado pelo Decreto nº 5.085, de 19.5.2004.) - Define as ações continuadas de assistência social;
- CONSIDERANDO o Decreto nº 7.788/2012 (Decreto nº 1.605/1995. Revogado pelo Decreto nº 7.788/2012) - Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências;
- CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 241/2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Assistência Social;
- CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 241/2012, artigo 2º, inciso V: sobre a competência do Conselho Municipal da Assistência Social para acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados;
- CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 241/2012, artigo 2º, inciso IX, X;
- CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 241/2012, artigo 2º, inciso VI, que visa a regularização da prestação de serviços de natureza privada no campo da Assistência Social no âmbito municipal; e
- CONSIDERANDO a deliberação unânime do Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social reunido extraordinariamente em 12 de dezembro de 2013.

RESOLVE:

Artigo 1º - Normalizar o fluxo do pleito de repasses de recursos e de convênios com o Fundo Municipal de Assistência Social conforme a seqüência a seguir:

1. A Entidade ou Organização de Assistência Social pleiteadora deverá apresentar a documentação com o Plano de Ação ao Gestor da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e da Família-SMDSF;
2. O gestor encaminha o Plano de Ação da entidade ao Conselho Municipal da Assistência Social e justifica a sua relevância para o município;
3. O Conselho Municipal da Assistência Social analisa e delibera

- sobre o Plano de Ação e sobre a inscrição da entidade e dos seus programas, projetos, serviços e/ou benefícios socioassistenciais;
4. O Conselho Municipal da Assistência Social encaminha resolução que regulamenta a deliberação da plenária ao Gestor para publicação;
5. O Gestor fará os encaminhamentos necessários ao setor administrativo.
6. O Gestor da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social e da Família- SMDSF; informará bimestralmente, através de ofício, ao Conselho Municipal da Assistência Social, extrato de repasses, quando oriundos do Fundo Municipal da Assistência Social e informações relevantes ao efetivo acompanhamento e monitoramento das atividades desenvolvidas na entidade.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 16 de dezembro de 2013.

KARINA VIEIRA CARVALHO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Resolução N.º 020/2013

RESOLUÇÃO N.º 020/2013

Dispõe sobre a aprovação de convênio da Entidade Associação Catarinense de Deficientes - ACD com o Fundo Municipal da Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) no uso de suas atribuições legais, e:

- CONSIDERANDO a Constituição Federal, 1988, artigos: 195 - Seguridade Social, 203 e 204 - Assistência Social e 165 a 169 - Orçamentos;
- CONSIDERANDO a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - Lei nº 8.742/1993;
- CONSIDERANDO a Lei nº 9.604/1998 - Repasse automático de recursos do FNAS aos FEAS, FMAS e ao Fundo do DF;
- CONSIDERANDO a Lei nº 9.720/1998 - Estabelece como condição de recebimento de recursos do FNAS a comprovação orçamentária dos recursos próprios destinados à Assistência Social, alocados em seus respectivos Fundos de Assistência Social;
- CONSIDERANDO a Lei nº 12.435/2011 - Altera a Lei nº 8.742/93; dispõe sobre a organização da Assistência Social;
- CONSIDERANDO o Decreto nº 5.085/2004 (Decreto nº 3.409/2000. Revogado pelo Decreto nº 5.085, de 19.5.2004.) - Define as ações continuadas de assistência social;
- CONSIDERANDO o Decreto nº 7.788/2012 (Decreto nº 1.605/1995. Revogado pelo Decreto nº 7.788/2012) - Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências;
- CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 241/2012, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Assistência Social;
- CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 241/2012, artigo 2º, inciso V sobre a competência do Conselho Municipal da Assistência Social para acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados;
- CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 241/2012, artigo 2º, inciso IX, X;
- CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 241/2012, artigo 2º, inciso VI, que visa a regularização da prestação de serviços de natureza privada no campo da Assistência Social no âmbito municipal; e
- CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social reunido extraordinariamente em 12 de dezembro de 2013.

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Ação 2014 da entidade Associação

Catarinense de Deficientes- ACD, inscrita sob nº 002 no CMAS, e contempla ações de Proteção Social Básica, para convênio com Fundo Municipal de Assistência Social com aumento do valor recursal, visto os ganhos sociais e a melhoria de qualidade dos serviços socioassistenciais realizados por esta Entidade.

Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 16 de dezembro de 2013.

KARINA VIEIRA CARVALHO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Edital Nº. 057/2013

EDITAL Nº. 057/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2013.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 245 de 08 de novembro 2013; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2013, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 12 de dezembro de 2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 057/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: MONITOR

MARJORYE CRISTINE DE LIMA

Edital Nº. 058/2013

EDITAL Nº. 058/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 85 de 18 de maio 2012; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br;
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório,

ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 12 de dezembro de 2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 058/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

MARCOS RODRIGO QUADROS - PNE

BRUNO LANGER DO NASCIMENTO

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria 63/2013 Recesso

PORTARIA Nº 63/2013

Determina o início e término do recesso na Câmara

O Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, Renato Jar-del Gurtinski, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825, de 21 de dezembro de 2001,

Considerando, o período de recesso parlamentar estabelecido na Lei Maior;

Considerando, medidas de economicidade no período de recesso parlamentar, nos termos do Decreto Executivo nº 232/2013;

RESOLVE

Art. 1º Determinar o recesso desta Casa de Leis, no período de 23 de dezembro de 2013 (segunda-feira) a 1º de janeiro de 2014 (quarta-feira), retornando as atividades no dia 02 de janeiro de 2014 (quinta-feira).

Art. 2º Estabelecer que ficam incluídos como ponto facultativo o período do Art. 1º desta Portaria, além dos constantes do Decreto Executivo nº 260/2013, ressalvado que em caso de necessidade, os servidores desta Casa poderão ser convocados de volta ao trabalho a qualquer momento.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala do Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 16 de dezembro de 2013.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Presidente

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 16 de dezembro de 2013.

TARCISO RIBEIRO DE LIMA
Secretário Administrativo

Portaria 64/2013-Nomeação de Servidores

PORTARIA Nº 64/2013

“Nomeia candidatos aprovados no Concurso Público nº 001/2013 para provimento de cargos públicos efetivos do quadro de pessoal da Câmara de Vereadores de Canoinhas”.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e pela Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001,

Considerando, a aprovação, classificação e habilitação dos candidatos no Concurso Público nº 001/2013 (Portaria de Homologação nº 57/2013) e o parecer jurídico afirmando que todos apresentaram os documentos, declarações e exames médicos, exigidos no Edital de Convocação nº 003/2013;

RESOLVE

Art. 1º- Nomear para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais a candidata Camila Fernandes Padilha de Lima.

Art. 2º- Nomear para o cargo de Agente Legislativo a candidata Jaqueline de Fátima Navarro.

Art. 3º- Nomear para o cargo de Agente Legislativo o candidato Jonas Roberto Schaurich.

Art. 4º- Nomear para o cargo de Advogado Legislativo o candidato Ricardo Beninca.

Art. 5º- Fixar a data de 18 de dezembro de 2013 para posse coletiva dos candidatos.

Art. 6º- Fixar a data de 02 de janeiro de 2014 para o início do exercício dos nomeados.

Art. 7º- Fixar o horário de expediente para os ora nomeados, que será de segunda à sexta-feira, das 13h30m às 17h30m, para o cargo de Advogado Legislativo e das 8h00m às 17h30m, com 1h30m de intervalo para repouso e alimentação, entre 12h00m e 13h30m, para os cargos de Agente Legislativo e Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 8º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 18 de dezembro de 2013.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Presidente

WILMAR SUDOSKI
1º Secretário

CRIS ARRABAR
2º Secretário

Capinzal

PREFEITURA

Termo Aditivo 003/2013

Termo Aditivo TA 03-13/07-13
Processo Licitatório Nº 002/2013
Pregão Presencial Nº 001/2013
CONTRATO 007/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal
CONTRATADA: BORDIGNON COMBUSTIVEIS E TRANSPORTES LTDA

OBJETOO objeto do presente termo aditivo é a revisão de valores do contrato original, visando o reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, frente ao aumento de preços existentes e comprovados, na ordem de 7,13% (sete vírgula treze pontos percentuais), passando o valor unitário do litro de óleo diesel comum de R\$ 2,09 (dois reais e nove centavos) para R\$ R\$ 2,23 (dois reais e vinte e três centavos).

E na ordem de 11,17% (onze vírgula dezessete pontos percentuais), passando o valor unitário do litro de óleo diesel S 50 de R\$ \$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos) para R\$ 2,66 (dois reais e sessenta e seis centavos) conforme documentos em anexo.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 19/12/2013 até 31/12/2013

Termo Aditivo 003/2013

Termo Aditivo TA 03-13/06-13
Processo Licitatório Nº 002/2013
Pregão Presencial Nº 001/2013
CONTRATO 006/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal
CONTRATADA: IRMÃOS DAMBROS LTDA

OBJETO O objeto do presente termo aditivo é a revisão de valores do contrato original, visando o reestabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, frente ao aumento de preços existentes e comprovados, na ordem de 7,32% (sete vírgula trinta e dois pontos percentuais). Passando o valor unitário do litro de gasolina comum de R\$ 2,59 (dois reais e cinquenta e nove centavos), para R\$ R\$ 2,78 (dois reais e setenta e oito centavos), conforme documentos em anexo.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 19/12/2013 até 31/12/2013

Parecer Comed Nº 004/2013

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação/ Escolas Municipais UF: SC
ASSUNTO: Projeto para certificação de curso de formação
RELATORA: Josi Mary Côas
PROTOCOLO: 004
PARECER COMED
Nº: 004/2013 COLEGIADO: CP APROVADO EM: 09/07/2013

I - RELATÓRIO

O presente parecer é resultado de leitura e análise do Projeto do Curso “Interferências na Aprendizagem com enfoque Psicopedagógico nas Dificuldades de Aprendizagem”, encaminhado pela Direção da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, do Loteamento Vila 7 de Julho, a este conselho para que se realize a

certificação deste curso por meio da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Análise

Considerando que a formação continuada é uma necessidade constante em todos os momentos é necessário oferecer diferentes oportunidades a todos os professores envolvidos no processo educativo de adquirirem novos conhecimentos e ampliarem sua visão sobre as dificuldades de aprendizagem.

Considerando que a palestrante tem vasta experiência na área psicopedagógica e os profissionais da educação precisam ter contato com estas referências para aperfeiçoamento de sua prática é imprescindível sua presença.

Considerando ainda, que o professor desempenha um papel muito importante na vida escolar da criança, este curso auxiliará para a superação de algumas dificuldades ou reeducação e prevenção de outros problemas.

II - VOTO DO RELATOR

Este relator se manifesta favorável à certificação do Curso "Interferências na Aprendizagem com enfoque Psicopedagógico nas Dificuldades de Aprendizagem" através da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, sendo que este curso ao ser registrado deverá conter conteúdos ministrados, carga horária e professor responsável.

III - DECISÃO DA PLENÁRIA

A plenária acompanhou o voto do relator aprovando a proposta de certificação por unanimidade dos presentes.

Capinzal(SC), 09 de julho de 2013

Conselheira Valquiria Mª da Silva Moresco/Presidente

Conselheira Josi Mary Côas/Secretária

Conselheira Wanessa Moraes Trzcinski

Conselheiro Luiz Carlos de Paula

Conselheira Rosilene de Souza Haus

Conselheira Márcia Regina Melloto

Conselheiro Carlos Antonio Tobaldini

Conselheiro Juliano Kloss

Conselheira Luciana Milesqui Wilbert

Conselheira Noemia Mª Bonamigo Pizzamiglio

Conselheira Maria Aparecida Senna Soares

Termo de Homologação - Parecer Comed 002/2013 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PARECER COMED Nº 002/2013

O Prefeito Municipal de Capinzal Sr. Andevir Isganzella, faz saber que, de conformidade com o regimento e o Parecer - Processo nº 002/2013, aprovado em 20 de abril de 2013, apresentado pelo Conselho Municipal de Educação - COMED, homologa a Resolução

nº 002, que dispõe sobre "Regulamentar o número de alunos por turma de Pré-Escolar e Ensino Fundamental", publicado na íntegra na edição nº 1252, páginas 52 e 53, em 05 de junho de 2013, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Para que surtam todos os efeitos legais e de direito, faz publicar o presente.

Capinzal - SC, em 19 de dezembro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado a presente Homologação na data supra

MARCO ANTONIO HACHMANN

Secretário de Administração e Finanças

Termo de Homologação - Parecer Comed 003/2013 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PARECER COMED Nº 003/2013

O Prefeito Municipal de Capinzal Sr. Andevir Isganzella, faz saber que, de conformidade com o regimento e o Parecer - Processo nº 003/2013, aprovado em 22 de abril de 2013, apresentado pelo Conselho Municipal de Educação - COMED, homologa a Resolução nº 003, que dispõe sobre "Retificar a redação do inciso XVIII do Art. 10 da Resolução nº 001/2011 deste Conselho que trata da avaliação do 1º ano do Ensino Fundamental", publicado na íntegra na edição nº 1252, páginas 53 e 54, em 05 de junho de 2013, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Para que surtam todos os efeitos legais e de direito, faz publicar o presente.

Capinzal - SC, em 19 de dezembro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado a presente Homologação na data supra

MARCO ANTONIO HACHMANN

Secretário de Administração e Finanças

Catanduvas

PREFEITURA

Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0090/2013 - Pregão Nº 0056/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0090/2013

PREGÃO Nº 0056/2013

Objeto: aquisição de materiais de limpeza, visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Abertura das Propostas: 09h15min, do dia 08 de janeiro de 2014.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 20 de dezembro de 2013 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvas - SC, 20 de dezembro de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0091/2013 - Pregão Nº 0057/2013

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0091/2013
PREGÃO Nº 0057/2013

Objeto: aquisição de material de expediente e material didático, visando o desempenho das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Abertura das Propostas: 09h15min, do dia 09 de janeiro de 2014.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 20 de dezembro de 2013 no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: www.catanduvas.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvas - SC, 20 de dezembro de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Lei N.º 0597 de 19.12.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI N.º 0597 DE 19.12.2013

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º São estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Chapadão do Lageado, para o exercício de 2014, em cumprimento ao disposto no art.165, § 2º, da Constituição, às normas estabelecidas pela Lei 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, ao disposto no Estatuto das Cidades e à Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado, promulgada em 15 de dezembro de 1997, e compreendendo:

I- as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
II- as diretrizes e estrutura organizacional para elaboração da Lei

do Orçamento Anual;
III- as disposições relativas às despesas do município com pessoal e encargos sociais;
IV- as diretrizes para execução e limitação dos orçamentos do Município;
V- as disposições relativas à dívida pública municipal;
VI- as disposições sobre alterações na legislação tributária;
VII- as disposições gerais.

CAPITULO I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art.2º As prioridades e as metas para o exercício financeiro de 2014 estão especificadas nos anexos I a XI que integra a presente Lei, em conformidade com as diretrizes gerais do Plano Plurianual (PPA), para o quadriênio 2014 a 2017.

Parágrafo Único. A Lei Orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no Plano Plurianual ou em Lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art.3º A elaboração e aprovação do Projeto da Lei do Orçamento Anual - LOA, exercício de 2014, e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais, em conformidade com o que dispõem os parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 4º da LC 101/2000.

§1º A elaboração e a execução da LOA 2014 deverão levar em conta as metas de resultado primário e nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais que integra esta LEI.

§2º As prioridades e as metas especificadas no Anexo I terão procedência na alocação de recursos no orçamento do exercício de 2014, não se constituindo em limite a programação das despesas.

DAS DIRETRIZES E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PARA A ELABORAÇÃO DA LEI DO ORÇAMENTO ANUAL

SEÇÃO I

Diretrizes Gerais

Art.4º A elaboração e a aprovação dos Projetos da Lei Orçamentária de 2014 e de créditos adicionais, bem como a execução das respectivas leis, deverão ser realizadas de acordo com o princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, em cumprimento ao que dispõe a LC 101/2000.

§1º O Poder executivo divulgará pelo órgão oficial de divulgação (DOM e Mural Publico) e/ou pela internet:

a)estimativas das receitas de que tratam o art. 12, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 2000;
b)Lei Orçamentária de 2014 e seus anexos;
c)créditos adicionais e seus anexos;
d)execução orçamentária e financeira;
e)montante de restos a pagar.

§2º As estimativas de receitas serão feitas com a observância estrita das normas técnicas e legais e considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação dos índices de preços, do panorama econômico ou de qualquer outro fator relevante.

§3º As estimativas das despesas obrigatórias de que trata os anexos desta Lei deverão adotar metodologia de cálculo compatível com a legislação aplicável, o comportamento das despesas em

anos recentes, os efeitos decorrentes de decisões judiciais e o nível de endividamento do município.

Art.5º Os relatórios que consolidam a Proposta Orçamentária dos Órgãos, Entidades e Fundos do Poder Executivo deverão ser encaminhados e protocolados na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, devidamente validados por seu titular, até 15 de outubro de 2013.

Art.6º A Proposta Orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada na forma e conteúdo estabelecidos nesta Lei e em consonância com as disposições sobre as matérias contidas na Constituição Federal e nas normas complementares, devendo ser encaminhada ao Poder Executivo para ajuste e consolidação do Projeto de Lei do Orçamento Anual até o dia 15 de outubro de 2013.

Parágrafo único. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento) do somatório da efetiva arrecadação tributária e de transferências constitucionais apuradas no exercício anterior (art. 29-A, I da Constituição Federal).

Art.7º A Lei do Orçamento Anual abrangerá os orçamentos - fiscal e da seguridade sociais - referentes aos órgãos do Poder Executivo e seus fundos.

Art.8º A Lei do Orçamento Anual conterá reserva de contingência em montante equivalente até o limite de dois por cento (2%) da receita corrente líquida - RCL, apurada no RREO do 3º bimestre de 2013, que será destinada a atender aos passivos contingentes e outros riscos, eventos fiscais imprevistos, conforme inciso III, do art. 5º da LC nº 101, de 2000.

Parágrafo único. Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até 90 (noventa) dias antes do encerramento do exercício, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para a abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tenham tornado insuficiente.

Art.9º Para cumprimento das metas estabelecidas, sempre que necessário, em razão dos efeitos da economia nacional ou catástrofes de abrangência limitadas ou decorrentes de mudança de legislação, o Poder Executivo adaptará as receitas e as despesas da LOA 2014 da seguinte forma:

- I - alterando a estrutura organizacional ou a competência legal ou regimental de órgãos, entidades e fundos do Poder Executivo;
- II - incorporando receitas não previstas;
- III - não realizando despesas previstas.

Art.10. A LOA 2014 conterá autorização para abertura de créditos adicionais suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita.

Art.11. Não poderão ser fixadas despesas em desacordo com os ditames desta Lei e sem que estejam definidas as fontes de recursos disponíveis.

Art.12. É vedada a inclusão na Lei do Orçamento Anual, e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que desenvolvam e atividades de natureza continuada e preencham uma das seguintes condições:

- I - prestem atendimento direto ao público nas áreas de: assistência social, saúde, educação, esporte, cultura, turismo, lazer, proteção ao patrimônio histórico, preservação e recuperação do meio ambiente;
- II - sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica,

institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto nos artigos 204 e 217 da Constituição Federal, no artigo 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

IV - atendam as disposições da Instrução Normativa N.TC 14/2012, de 13 de junho de 2012.

§1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar a documentação a que se refere o Anexo I da Instrução Normativa N.TC-14/2012.

§2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização dos órgãos de controle com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, atendendo o exigido no art. 16 e seu parágrafo, da lei 4320/64.

§3º É vedada a destinação de recursos públicos para instituições ou entidades privadas que não prestem contas da última subvenção recebida no prazo fixado.

Art.13. As receitas próprias das entidades e fundos a que se refere o art. 5º desta Lei serão programadas para atender, prioritariamente, e na ordem de citação, gasto com despesas de pessoal e encargos sociais, impostos e taxas, encargos da dívida, custeio operacional e investimentos prioritários e emergenciais.

Art.14. Fica o do Poder Executivo e seus Fundos autorizados a celebrar convênios e similares, no âmbito da sua administração, disponibilizando a necessária contrapartida para o alcance dos objetivos estipulados.

Parágrafo Único. A contrapartida de que trata o caput poderá ser reduzida, mediante justificativa do órgão responsável à execução das respectivas ações, que deverá constar do respectivo processo de concessão da transferência.

SEÇÃO II

Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art.15. O Projeto da LOA 2014, que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, será constituído de:

I - texto da Lei;

II - quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei nº 4320, de 1964, em seu anexo;

III - anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminará a receita e despesa de acordo com estabelecido no art. 8º da Lei 4.320/64.

IV - discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

Parágrafo Único. Os quadros orçamentários consolidados e as informações complementares exigidos por esta Lei identificarão, logo abaixo do respectivo título, o dispositivo legal a que se referem.

Art.16. O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a fonte de recursos e os grupos de despesa conforme a seguir discriminados:

Despesas Correntes

- Pessoal e Encargos Sociais

- Juros e Encargos da Dívida

- Outras Despesas Correntes

Despesas de Capital
- Investimentos
- Inversões Financeiras
- Amortização da Dívida

Art.17. A estrutura do Projeto de Lei do Orçamento Anual deverá identificar a receita por origem e unidade orçamentária, e a despesa por função, sub-função, programa de governo, ação, fonte de recursos e esfera orçamentária.

§1º Os programas, para atingir os seus objetivos, se desdobram em ações orçamentárias.

§2º As ações, agrupadas por unidade orçamentária, compreendem atividades, projetos e operações especiais.

Art.18. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados na forma e com o detalhamento estabelecido para o projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art.19. A Lei do Orçamento Anual incluirá ainda, dentre outros, os seguintes demonstrativos:

I - Dívida Fundada;
II - das receitas e das despesas do orçamento fiscal e do orçamento da seguridade social, bem como do conjunto dos dois orçamentos, que obedecerá ao previsto no art. 2º, § 1º da Lei Federal nº. 4320 de 1964;
III - da despesa por funções;
IV - da aplicação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino;
V - da aplicação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde;
VI - da despesa, por categoria econômica, para cada órgão, entidade e fundo;
VII - da consolidação das despesas por projetos, atividades e operações especiais, por ordem numérica;
VIII - da evolução da despesa por categoria econômica;
IX - da síntese da despesa por categoria econômica;
X - da despesa por programa;
XI - dos projetos e atividades finalísticas consolidados;
XII - da compatibilidade das metas programadas nos orçamentos com os objetivos e as metas previstas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, de acordo com o inciso I, art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

SEÇÃO III

Das Diretrizes Específicas Para A Elaboração do Orçamento da Seguridade Social

Art.20. O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender as ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto nos artigos 194, 195, 196, 200, 201, 203 e 212, § 4º, da Constituição Federal, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I - das contribuições sociais previstas na Constituição Federal;
II - das receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram, exclusivamente, este orçamento;
III - do orçamento fiscal.

Parágrafo Único. A destinação de recursos para atender despesas com ações e serviços públicos de saúde obedecerá ao princípio da descentralização.

Art.21. O Município aplicará em ações e serviços públicos de saúde, no exercício de 2014, os recursos mínimos previstos pela Emenda Constitucional n.º 29, de 13 de setembro de 2000.

Art.22. O Orçamento da Seguridade Social discriminará:

I - as dotações relativas às ações descentralizadas de saúde, em categorias de programação específicas no Município;
II - as dotações relativas às ações não descentralizadas de assistência social, em categorias de programação específicas no Município;

Art.23. A proposta Orçamentária para 2014 consignará recursos para o Fundo Municipal da Criança e o Adolescente - FIA, em atendimento ao disposto no artigo 203 da Constituição Federal.

CAPÍTULO III

Das Disposições Para Despesas Com Pessoal e Encargos Sociais

Art.24. O Poder Executivo e Legislativo terão como limite na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento calculada de acordo com a situação vigente em setembro de 2013, projetada para o exercício de 2014, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive o disposto nos parágrafos deste artigo, ou outro limite que vier a ser estabelecido por legislação superveniente.

§1º Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição, observado o inciso I do mesmo parágrafo, fica autorizado, mediante lei, a criação de cargos e funções, alterações de estrutura de carreiras, admissões ou contratações de pessoal efetivo ou em caráter temporário, corrigir ou aumentar vencimento ou salário, conceder vantagens, até o montante das quantidades e limites orçamentários.

§2º Os acréscimos a que se refere o caput só poderão ser autorizados por Lei que prevê aumento de despesa, com a discriminação da disponibilidade orçamentária para atendimento do correspondente.

§3º Fica autorizada, nos termos do art.37, inciso X, da CF, a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Executivo e Legislativo, sem distinção de índice, a ser definido em lei específica de iniciativa do Poder Executivo.

§4º O reajuste do subsídio do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, durante o transcurso do mandato, depende de lei de iniciativa da Câmara Municipal, nos termos dos arts. 29, inciso V, da Constituição Federal e 111, inciso VI, da Constituição Estadual, e desde que consignado no orçamento disponibilidade orçamentária para atendimento do correspondente.

Art.25. Os Poderes, Executivo e Legislativo, deverão publicar na forma estabelecida pelo art. 22 da Lei Complementar 101/2000, discriminando as despesas com pessoal ativo, inativo e encargos sociais.

Art.26. O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, de 2000, aplica-se, exclusivamente, para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

§1º Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos para efeito do caput deste artigo, os contratos de serviços de terceiros relativos as atividades que, simultaneamente:

I - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou seja, relativas a cargo ou categoria extinta, total ou parcialmente;
II - não caracterizem relação direta de emprego.

§2º Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituições de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".(Port.163/2001)

§3º O orçamento consignará de forma discriminada em categorias de programação específicas, as dotações destinadas ao atendimento de despesas com admissão de pessoal sob regime especial de contratação, nos termos do inciso IX do art. 37, da Constituição Federal.

Art.27. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos nos artigos 19 e 20 da LRF.

I - redução e/ou eliminação de vantagens concedidas a servidores;
II - redução e/ou eliminação das despesas com horas extras;
III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPÍTULO IV

Das Diretrizes para a Execução e Limitação do Orçamento e suas Alterações

SEÇÃO I

Das Diretrizes Gerais

Art.28. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que venha a ser acrescida à execução orçamentária de 2014, a qualquer tempo, deverá atender ao disposto nos incisos I e II do artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, excetuando-se o que trata o § 3º do referido artigo.

Art.29. Entende-se como despesas irrelevantes, as despesas cujo valor não ultrapasse os limites estabelecidos para dispensa de licitação fixado no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado (artigo 16, § 3º da LRF).

Art.30. A execução orçamentária e financeira da despesa do Poder Executivo será de forma descentralizada, seguindo a programação financeira e o cronograma de desembolso, estipulado através de Decreto a ser publicado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art.31. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade orçamentária.

Art.32. Nenhuma despesa poderá ser criada ou ampliada sem a necessária e objetiva indicação de recursos para a sua execução.

Art.33. A geração e o processamento da despesa pública obedecerão aos seguintes requisitos:

- adequação orçamentária;
- obediência ao Cronograma de Execução Mensal de Desembolso;
- imputação a sua correta classificação orçamentária.

§1º Para efeito desta Lei compreende-se como:

a) adequação orçamentária, a existência de previsão, na Lei Orçamentária, de dotação adequada, em montante suficiente, para acorrer à despesa;

b) obediência ao Cronograma de Desembolso, a verificação e indicação de existência de saldo financeiro suficiente no Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, aprovado por decreto do prefeito Municipal.

c) imputação a correta classificação orçamentária, com indicação adequada da despesa em termos de ação própria (projeto, atividade) e sua necessária apropriação quanto à função, sub-função, programa, grupo, modalidade e elemento de despesa e fonte de recurso.

§2º O Cronograma de Execução Mensal de Desembolso incluirá obrigatoriamente a programação de pagamento de eventuais Restos a Pagar apurados nas Contas relativas ao exercício de 2013, tendo em vista o cumprimento do art. 42, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art.34. A classificação e contabilização dos ingressos de receitas e despesas orçamentárias - empenho, liquidação e pagamento, pelos órgãos, entidades e fundos integrantes dos orçamentos, fiscal e da seguridade social, serão registrados na data de suas respectivas ocorrências.

Art.35. Os recursos para compor a contrapartida de empréstimos, para o pagamento de sinal, amortização, juros e outros encargos, observados os cronogramas financeiros das respectivas operações, não poderão ter destinação diversa da programada, exceto se comprovado documentadamente erro na fixação desses recursos.

Parágrafo Único. Excetua-se ao disposto neste artigo a destinação mediante a abertura de crédito adicional, com prévia autorização legislativa, de recursos para cobertura de despesas com pessoal e encargos sociais.

Art.36. Na execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o Poder Executivo terá que obedecer às diretrizes de redução das desigualdades de gênero, raça e etnia.

Art.37. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2014 e em créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art.38. Os serviços de consultoria serão contratados para execução de atividades que comprovadamente suplementem as atividades desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Pública Municipal, no âmbito do respectivo órgão ou entidade, publicando-se no Diário Oficial do Município e no Mural Público o extrato do contrato.

SEÇÃO II

Da Limitação Orçamentária e Financeira

Art.39. Caso seja necessária limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir a meta de resultado primário ou nominal nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, será fixado separadamente percentual de limitação para o conjunto de "projetos", "atividades" e calculada de forma proporcional à participação do Poder em cada um dos citados conjuntos, excluídas as relativas à:

I - despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, inclusive as de pagamento de serviço da dívida;
II - dotações constantes da Lei Orçamentária de 2014 referentes a doações e convênios.

Art.40. Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, os cronogramas anuais de desembolso mensal do Poder Legislativo terão como referencial o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art.41. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº

101, de 04 de maio de 2000:

I - considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II - no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, consideram-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

CAPÍTULO V

Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

Art.42. Todas as despesas relativas à dívida pública municipal, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

Art.43. As despesas com amortização, juros e outros encargos da Dívida Pública, deverão considerar apenas as operações contratadas ou autorizações concedidas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei do Orçamento Anual à Câmara Municipal.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Sobre Alterações Tributárias

Art.44. As alterações na legislação tributária municipal poderão incluir:

- I - revisão das taxas pelo poder de polícia e prestação de serviços;
- II - adaptação e ajustamento da legislação tributária municipal;
- III - revisão, simplificação e modernização da legislação tributária municipal;
- IV - aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributários;
- V - aperfeiçoamento no sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos;
- VI - instituição e regulamentação de todos os tributos de competência do Município.

§1º Os recursos decorrentes de eventuais alterações dentre as previstas neste artigo serão incorporados aos respectivos orçamentos mediante a abertura de créditos adicionais, no decorrer do exercício subsequente, se aprovadas às alterações após o encaminhamento da Proposta Orçamentária, observada a legislação aplicável, em especial o que dispõe o Título V, da Lei 4.320/64.

§2º A Câmara Municipal apreciará as matérias que lhe sejam encaminhadas até o encerramento do segundo período Legislativo, a fim de permitir a sua vigência no exercício subsequente, em obediência ao princípio da anterioridade.

§3º A mensagem que encaminhar o projeto de lei de alteração da legislação tributária discriminará e quantificará os recursos esperados em decorrência da alteração proposta.

Art.45. O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita, dimensionando o impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (artigo 14 da LRF).

Art.46. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário bem como os considerados inexecutíveis judicialmente,

poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da LRF (artigo 14, § 3º da LRF).

Art.47. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente (artigo 14, § 2º da LRF).

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais

Art.48. A execução da Lei Orçamentária de 2014 e dos créditos adicionais obedecerá aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na Administração Pública.

Parágrafo único. A contabilidade registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira.

Art.49. O recebimento de recursos relativos às receitas realizadas por fundos e o produto da arrecadação de receitas que tenham origem nas atividades de fornecimento de bens ou serviços facultativos e na exploração econômica do patrimônio próprio, deverá ser informado a Secretaria de Fazenda.

Art.50. As dívidas da administração pública municipal, independentemente de sua natureza, quando inadimplidas, serão monetariamente atualizadas, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias.

Art.51. O Poder Executivo adotará registro e divulgação, inclusive por meio eletrônico, das informações relativas à contratação de terceiros, a convênios ou instrumentos congêneres contendo, no mínimo, o nome e CPF ou CNPJ do fornecedor, do beneficiário e valores pagos.

Art.52. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar cronograma anual de cotas trimestrais de desembolso financeiro, relativo à programação da despesa à conta de recursos do Tesouro, por órgão, agrupando-se fontes vinculadas e não-vinculadas a projetos e atividades.

Art.53. Os projetos de lei de créditos adicionais terão como prazo para encaminhamento à Câmara Municipal a data, improrrogável, de 08 de dezembro de 2014, ressalvado o disposto no artigo 167, § 3º, da Constituição Federal.

Art.54. O detalhamento da despesa, bem como a abertura de créditos adicionais relativo ao Poder Legislativo, respeitado o total de cada categoria de programação e dos respectivos valores fixados em cada nível de classificação indicado na Lei Orçamentária Anual, será autorizado, no seu âmbito, mediante ato do Presidente da Mesa.

Art.55. Para fins de realização da audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, até 3 (três) dias antes da audiência ou até o último dia dos meses de maio, setembro e fevereiro, o que ocorrer primeiro, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas.

Art.56. A Comissão Mista de que trata o art. 166, §1º, da Constituição, poderá, por solicitação do Poder Executivo ou por iniciativa própria, adiar as datas de realização da audiência mencionada no

art. 57 desta LEI.

Art.57. O projeto de Lei Orçamentária Anual para 2014 será encaminhado à Câmara Municipal, até 30 de outubro de 2013, devendo o Legislativo discutí-lo, votá-lo e devolvê-lo para sanção até o final da sessão legislativa do presente exercício.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§2º Caso o projeto a que se refere o caput do artigo não seja votado até 31 de dezembro de 2013, a programação da Lei orçamentária anual proposta poderá ser executada a partir de 02 de janeiro de 2014, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação em cada mês, até que o projeto seja votado pela Câmara.

Art.58. Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses no exercício poderão ser reabertos nos limites dos seus saldos, e serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente, por ato do Prefeito Municipal.

Art.59. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 19 de dezembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

A N E X O S L E I Nº 0597 DE 19.12.2013

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

V - Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;

VI- Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

VII - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2014;

IX - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;

X - Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações e;

XI - Anexo de Riscos Fiscais.

Anexo da Lei 0597 - Ldo 2014**Natureza Jurídica não encontrada**
MUNICÍPIO DE Chapadão do Lageado

Página: 1/1

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo I - Metas Anuais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

Especificação	2014			2015			2016		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	9.755.147,71	9.755.147,71	----	9.535.506,75	9.535.506,75	----	9.663.654,36	9.663.654,36	----
Receitas Primárias (I)	9.736.885,71	9.736.885,71	----	9.520.244,75	9.520.244,75	----	9.650.891,36	9.650.891,36	----
Despesa Total	9.755.147,71	9.755.147,71	----	9.535.506,75	9.535.506,75	----	9.663.654,36	9.663.654,36	----
Despesas Primárias (II)	9.755.147,71	9.755.147,71	----	9.535.506,75	9.535.506,75	----	9.663.654,36	9.663.654,36	----
Resultado Primário III = (I-II)	(18.262,00)	(18.262,00)	----	(15.262,00)	(15.262,00)	----	(12.763,00)	(12.763,00)	----
Resultado Nominal	15.000,00	15.000,00	----	(55.000,00)	(55.000,00)	----	10.000,00	10.000,00	----
Dívida Pública Consolidada	250.000,00	250.000,00	----	200.000,00	200.000,00	----	200.000,00	200.000,00	----
Dívida Consolidada Líquida	(310.000,00)	(310.000,00)	----	(365.000,00)	(365.000,00)	----	(355.000,00)	(355.000,00)	----

Natureza Jurídica não encontrada
MUNICÍPIO DE Chapadão do Lageado

Página: 1/1

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C); Realização da despesa por: Empenho

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ 1,00

Especificação	Metas Previstas em 2012 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2012 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	8.188.437,35	----	9.260.034,52	----	1.071.597,17	13,087
Receitas Primárias (I)	8.072.937,35	----	9.193.707,29	----	1.120.769,94	13,883
Despesa Total	8.188.437,35	----	8.738.686,45	----	550.249,10	6,720
Despesas Primárias (II)	8.023.437,35	----	8.704.047,60	----	680.610,25	8,483
Resultado Primário (III) = (I-II)	49.500,00	----	489.659,69	----	440.159,69	889,211
Resultado Nominal	(180.000,00)	----	78.318,14	0,000	258.318,14	(143,510)
Dívida Pública Consolidada	370.000,00	----	295.981,26	0,000	(74.018,74)	(20,005)
Dívida Consolidada Líquida	(195.000,00)	----	(408.077,45)	0,000	(213.077,45)	109,270

Natureza Jurídica não encontrada
MUNICÍPIO DE Chapadão do Lageado

Página: 1/1

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

Especificação	Valores a Preços Correntes										
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Receita Total	7.663.771,64	8.188.437,35	6,850	8.274.741,42	1,050	9.755.147,71	17,890	9.535.506,75	(2,250)	9.663.654,36	1,340
Receitas Primárias (I)	7.642.021,64	8.072.937,35	5,640	8.213.918,92	1,750	9.736.885,71	18,540	9.520.244,75	(2,270)	9.650.891,36	1,370
Despesa Total	7.779.771,64	8.188.437,35	5,250	8.274.741,42	1,050	9.755.147,71	17,890	9.535.506,75	(2,250)	9.663.654,36	1,340
Despesas Primárias (II)	7.574.771,64	8.023.437,35	5,920	8.274.741,42	3,130	9.755.147,71	17,890	9.535.506,75	(2,250)	9.663.654,36	1,340
Resultado Primário III = (I-II)	67.250,00	49.500,00	(26,390)	(60.822,50)	(222,870)	(18.262,00)	(69,970)	(15.262,00)	(16,430)	(12.763,00)	(16,370)
Resultado Nominal	634.669,85	(180.000,00)	(128,360)	(130.000,00)	(27,780)	10.000,00	(111,540)	(55.000,00)	(466,670)	10.000,00	(118,180)
Dívida Pública Consolidada	550.000,00	370.000,00	(32,730)	240.000,00	(35,140)	250.000,00	4,170	200.000,00	(20,000)	200.000,00	0,000
Dívida Consolidada Líquida	(15.000,00)	(195.000,00)	1.200,000	(325.000,00)	66,670	(310.000,00)	(4,620)	(365.000,00)	17,740	(355.000,00)	(2,740)

Especificação	Valores a Preços Constantes										
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Receita Total	7.663.771,64	8.188.437,35	6,850	8.274.741,42	1,050	9.755.147,71	17,890	9.535.506,75	(2,250)	9.663.654,36	1,340
Receitas Primárias (I)	7.642.021,64	8.072.937,35	5,640	8.213.918,92	1,750	9.736.885,71	18,540	9.520.244,75	(2,220)	9.650.891,36	1,370
Despesa Total	7.779.771,64	8.188.437,35	5,250	8.274.741,42	1,050	9.755.147,71	17,890	9.535.506,75	(2,250)	9.663.654,36	1,340
Despesas Primárias (II)	7.574.771,64	8.023.437,35	3,130	8.274.741,42	3,130	9.755.147,71	17,890	9.535.506,75	(2,250)	9.663.654,36	1,340
Resultado Primário III = (I-II)	67.250,00	49.500,00	(26,390)	(60.822,50)	(222,870)	(18.262,00)	(69,970)	(15.262,00)	(16,430)	(12.763,00)	(16,370)
Resultado Nominal	634.669,85	(180.000,00)	(128,360)	(130.000,00)	(27,780)	15.000,00	(111,540)	(55.000,00)	(466,670)	10.000,00	(118,180)
Dívida Pública Consolidada	550.000,00	370.000,00	(32,730)	240.000,00	(35,140)	250.000,00	4,170	200.000,00	(20,000)	200.000,00	0,000
Dívida Consolidada Líquida	(15.000,00)	(195.000,00)	1.200,000	(325.000,00)	66,670	(310.000,00)	(4,620)	(365.000,00)	17,740	(355.000,00)	(2,740)

Natureza Jurídica não encontrada
MUNICÍPIO DE Chapadão do Lageado

Página: 1/1

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Especificação	2011	2012	2013	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES (I)	7.642.771,64	8.100.687,35	8.272.667,92	9.747.386,71	9.530.745,75	9.661.392,36
Receita Tributária	244.000,00	219.500,00	507.200,00	208.502,77	208.500,77	208.500,77
Receita de Contribuição	20.000,00	20.000,00	21.000,00	26.001,00	30.001,00	30.001,00
Receita Patrimonial	13.512,50	106.541,50	197.512,50	30.501,00	30.501,00	30.501,00
Aplicações Financeiras (II)	750,00	27.750,00	58.750,00	10.501,00	10.501,00	10.501,00
Outras Receitas Patrimoniais	12.762,50	78.791,50	138.762,50	20.000,00	20.000,00	20.000,00
Transferências Correntes	7.261.964,14	7.650.350,85	7.284.925,94	8.767.580,94	8.546.941,98	8.677.588,59
Demais Receitas Correntes	103.295,00	104.295,00	262.029,48	714.801,00	714.801,00	714.801,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)	7.642.021,64	8.072.937,35	8.213.917,92	9.736.885,71	9.520.244,75	9.650.891,36
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	21.000,00	87.750,00	2.073,50	7.761,00	4.761,00	2.262,00
Operações de Crédito (V)	1.000,00	75.000,00	10,00	1.006,00	1.006,00	1.006,00
Amortização de Empréstimo (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	20.000,00	12.750,00	2.062,50	6.755,00	3.755,00	1.256,00
Transferência de Capital	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)	7.642.021,64	8.072.937,35	8.213.918,92	9.736.885,71	9.520.244,75	9.650.891,36
DESPESAS CORRENTES (X)	5.915.148,69	6.738.098,01	8.274.741,42	9.755.147,71	9.535.506,75	9.663.654,36
Pessoal e Encargos Sociais	2.446.826,36	2.951.661,63	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.423.322,33	3.741.436,38	7.371.834,56	8.709.003,71	8.860.614,75	9.112.758,36
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	5.870.148,69	6.693.098,01	8.274.741,42	9.755.147,71	9.535.506,75	9.663.654,36
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	1.804.622,95	1.390.339,34	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	1.644.622,95	1.270.339,34	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	160.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)	1.644.622,95	1.270.339,34	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA LEGAL RPPS (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII)=(XII+XV+XVI+XVII)	7.574.771,64	8.023.437,35	8.274.741,42	9.755.147,71	9.535.506,75	9.663.654,36
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	67.250,00	49.500,00	(60.822,50)	(18.262,00)	(15.262,00)	(12.763,00)

Natureza Jurídica não encontrada
MUNICÍPIO DE Chapadão do Lageado

Página: 1/1

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Especificação	2011 (b)	2012 (c)	2013 (d)	2014 (e)	2015 (f)	2016 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	550.000,00	370.000,00	240.000,00	250.000,00	200.000,00	200.000,00
Operações de crédito	550.000,00	370.000,00	240.000,00	250.000,00	200.000,00	200.000,00
DEDUÇÕES (II)	565.000,00	565.000,00	565.000,00	560.000,00	565.000,00	555.000,00
Ativo disponível	600.000,00	600.000,00	600.000,00	610.000,00	600.000,00	600.000,00
(-) Restos a pagar processados	35.000,00	35.000,00	35.000,00	50.000,00	35.000,00	45.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	(15.000,00)	(195.000,00)	(325.000,00)	(310.000,00)	(365.000,00)	(355.000,00)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(15.000,00)	(195.000,00)	(325.000,00)	(310.000,00)	(365.000,00)	(355.000,00)

Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	634.669,85	(180.000,00)	(130.000,00)	15.000,00	(55.000,00)	10.000,00

* : Refere-se ao resultados_nominais_valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2011 no resultados_nominais_valor de R\$ (649.669,85).

Natureza Jurídica não encontrada

MUNICÍPIO DE Chapadão do Lageado

Página: 1/3

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	9.339.652,10	9.026.329,10	9.169.119,67
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	9.331.895,10	9.021.572,10	9.166.861,67
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA	206.502,77	206.500,77	206.500,77
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00 IMPOSTOS	177.000,00	177.000,00	177.000,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	117.000,00	117.000,00	117.000,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	25.000,00	25.000,00	25.000,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	80.000,00	80.000,00	80.000,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	12.000,00	12.000,00	12.000,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00 Impostos sobre a Produção e a Circulação	60.000,00	60.000,00	60.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	60.000,00	60.000,00	60.000,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00 TAXAS	29.502,77	29.500,77	29.500,77
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	9.502,77	9.500,77	9.500,77
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00 Taxa de Serviços Administrativos	3.002,77	3.000,77	3.000,77
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00 Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	3.000,00	3.000,00	3.000,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00 Taxa de Licença para Execução de Obras	3.500,00	3.500,00	3.500,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	26.001,00	30.001,00	30.001,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00 CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PI	26.001,00	30.001,00	30.001,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	30.501,00	30.501,00	30.501,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	10.501,00	10.501,00	10.501,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	10.501,00	10.501,00	10.501,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00 Remuneração de deposito de recursos vinculados	6.501,00	6.501,00	6.501,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00 REC REMUN DEP BANC VINC - FUNDEB	2.500,00	2.500,00	2.500,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00 Rec. de Remuneração de Depósito Banc.Rec. Vinc - M	1.001,00	1.001,00	1.001,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00 Rec. Rem de Dep Bancario Rec Vinc - FNAS	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00 REC REMUN OUTROS DEP BANC REC VINC	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00 Remuneração de Deposito de Recursos Não Vinculados	4.000,00	4.000,00	4.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00 Remuneração de Outros Dep. de Recursos não vincula	4.000,00	4.000,00	4.000,00
4.1.3.9.0.00.00.00.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.355.090,33	8.040.769,33	8.186.058,90
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.355.090,33	8.040.769,33	8.186.058,90
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00 Transferências da União	4.750.402,00	4.571.317,67	4.523.992,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00 Participação na Receita da União	4.076.920,00	4.093.586,67	4.050.260,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.040.420,00	4.057.086,67	4.013.760,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1.500,00	1.500,00	1.500,00
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00 Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.	35.000,00	35.000,00	35.000,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00 Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	95.000,00	95.000,00	95.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	85.000,00	85.000,00	85.000,00
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00 Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	84.607,00	92.607,00	92.607,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	201.001,00	201.001,00	198.002,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 Transferências do Salário-Educação	91.001,00	91.001,00	88.002,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	40.000,00	40.000,00	40.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	70.000,00	70.000,00	70.000,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	13.000,00	13.000,00	13.000,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 Outras Transferências da União	279.874,00	76.123,00	75.123,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00 Transferências dos Estados	2.720.287,33	2.585.050,66	2.777.665,90
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00 Participação na Receita dos Estados	2.638.280,33	2.503.043,66	2.695.658,90
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 Cota-Parte do ICMS	1.953.280,33	1.818.043,66	2.000.658,90
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 Cota-Parte do IPVA	80.000,00	80.000,00	80.000,00



Natureza Jurídica não encontrada

MUNICÍPIO DE Chapadão do Lageado

Página: 2/3

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO				
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	15.000,00	15.000,00	15.000,00
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados	590.000,00	590.000,00	600.000,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	82.007,00	82.007,00	82.007,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	RECURSOS TRANSPORTE ESCOLAR	70.000,00	70.000,00	70.000,00
4.1.7.2.2.99.07.00.00.00	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS COM O ESTADO	12.007,00	12.007,00	12.007,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	884.401,00	884.401,00	884.401,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	884.401,00	884.401,00	884.401,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	713.800,00	713.800,00	713.800,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	1.300,00	1.300,00	1.300,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	600,00	600,00	600,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	600,00	600,00	600,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	700,00	700,00	700,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	700,00	700,00	700,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	2.500,00	2.500,00	2.500,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	2.500,00	2.500,00	2.500,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	2.500,00	2.500,00	2.500,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	700.000,00	700.000,00	700.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	700.000,00	700.000,00	700.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	7.757,00	4.757,00	2.258,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.003,00	1.003,00	1.003,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.003,00	1.003,00	1.003,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.003,00	1.003,00	1.003,00
4.2.1.1.4.01.00.00.00.00	Operações de Crédito Interna p/ Programa Educação	1,00	1,00	1,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.002,00	1.002,00	1.002,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	6.754,00	3.754,00	1.255,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	6.754,00	3.754,00	1.255,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	6.754,00	3.754,00	1.255,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(175.900,00)	(175.900,00)	(175.900,00)
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(175.900,00)	(175.900,00)	(175.900,00)
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(175.900,00)	(175.900,00)	(175.900,00)
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	(175.900,00)	(175.900,00)	(175.900,00)
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(109.900,00)	(109.900,00)	(109.900,00)
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(107.300,00)	(107.300,00)	(107.300,00)
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(100.000,00)	(100.000,00)	(100.000,00)
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	(300,00)	(300,00)	(300,00)
9.1.7.2.1.01.12.00.00.00	DEDUCAO RECEITA P/ FORMACAO FUNDEB - IPI E	(7.000,00)	(7.000,00)	(7.000,00)
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	(2.600,00)	(2.600,00)	(2.600,00)
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(66.000,00)	(66.000,00)	(66.000,00)
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(66.000,00)	(66.000,00)	(66.000,00)
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	(50.000,00)	(50.000,00)	(50.000,00)
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPV	(16.000,00)	(16.000,00)	(16.000,00)
Total entidade:		9.163.752,10	8.850.429,10	8.993.219,67

3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	591.395,61	685.077,65	670.434,69
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	591.391,61	685.073,65	670.430,69
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	2.000,00	2.000,00	2.000,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Natureza Jurídica não encontrada

MUNICÍPIO DE Chapadão do Lageado

Página: 3/3

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO				
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	588.390,61	682.072,65	667.429,69
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	588.390,61	682.072,65	667.429,69
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	412.603,00	434.603,00	436.603,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	312.603,00	334.603,00	336.603,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	RECURSOS DO PSF	74.600,00	84.600,00	84.600,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	RECURSOS DA FARMACIA BASICA	55.001,00	57.001,00	59.001,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	RECURSOS DO PAB	60.000,00	70.000,00	70.000,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	RECURSOS DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE I	9.001,00	9.001,00	9.001,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	RECURSOS VIGILANCIA SANITARIA	9.000,00	9.000,00	9.000,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	RECURSOS DO PACS	60.000,00	60.000,00	60.000,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	RECURSOS SAUDE BUCAL	25.001,00	25.001,00	25.001,00
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	100.000,00	100.000,00	100.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	175.787,61	247.469,65	230.826,69
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	76.416,63	147.453,09	130.005,82
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados	76.416,63	147.453,09	130.005,82
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	99.370,98	100.016,56	100.820,87
4.1.7.2.2.99.10.00.00.00	Transferências do Fundo Estadual de Saúde	99.370,98	100.016,56	100.820,87
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.001,00	1.001,00	1.001,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	1.001,00	1.001,00	1.001,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	1.001,00	1.001,00	1.001,00
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	1.001,00	1.001,00	1.001,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	4,00	4,00	4,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3,00	3,00	3,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	3,00	3,00	3,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	3,00	3,00	3,00
4.2.1.1.4.02.00.00.00.00	Operações de Crédito Interna Programas de Saúde	3,00	3,00	3,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	1,00	1,00	1,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1,00	1,00	1,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	1,00	1,00	1,00
Total entidade:		591.395,61	685.077,65	670.434,69
Total geral:		9.755.147,71	9.535.506,75	9.663.654,36

Natureza Jurídica não encontrada
MUNICÍPIO DE Chapadão do Lageado
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014
 ANEXO DE METAS FISCAIS

Página: 1/3

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00			
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	9.339.652,10	9.026.329,10	9.169.119,67	
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	9.331.895,10	9.021.572,10	9.166.861,67	
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA	206.502,77	206.500,77	206.500,77	
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00 IMPOSTOS	177.000,00	177.000,00	177.000,00	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	117.000,00	117.000,00	117.000,00	
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	25.000,00	25.000,00	25.000,00	
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	80.000,00	80.000,00	80.000,00	
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	12.000,00	12.000,00	12.000,00	
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00 Impostos sobre a Produção e a Circulação	60.000,00	60.000,00	60.000,00	
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	60.000,00	60.000,00	60.000,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00 TAXAS	29.502,77	29.500,77	29.500,77	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	9.502,77	9.500,77	9.500,77	
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00 Taxa de Serviços Administrativos	3.002,77	3.000,77	3.000,77	
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00 Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	3.000,00	3.000,00	3.000,00	
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00 Taxa de Licença para Execução de Obras	3.500,00	3.500,00	3.500,00	
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	20.000,00	20.000,00	20.000,00	
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	20.000,00	20.000,00	20.000,00	
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	26.001,00	30.001,00	30.001,00	
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00 CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PI	26.001,00	30.001,00	30.001,00	
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	30.501,00	30.501,00	30.501,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	10.501,00	10.501,00	10.501,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	10.501,00	10.501,00	10.501,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00 Remuneração de deposito de recursos vinculados	6.501,00	6.501,00	6.501,00	
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00 REC REMUN DEP BANC VINC - FUNDEB	2.500,00	2.500,00	2.500,00	
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00 Rec. de Remuneração de Depósito Banc.Rec. Vinc - M	1.001,00	1.001,00	1.001,00	
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00 Rec. Rem de Dep Bancario Rec Vinc - FNAS	1.000,00	1.000,00	1.000,00	
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00 REC REMUN OUTROS DEP BANC REC VINC	2.000,00	2.000,00	2.000,00	
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00 Remuneração de Deposito de Recursos Não Vinculados	4.000,00	4.000,00	4.000,00	
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00 Remuneração de Outros Dep. de Recursos não vincula	4.000,00	4.000,00	4.000,00	
4.1.3.9.0.00.00.00.00.00 Outras Receitas Patrimoniais	20.000,00	20.000,00	20.000,00	
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.355.090,33	8.040.769,33	8.186.058,90	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.355.090,33	8.040.769,33	8.186.058,90	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00 Transferências da União	4.750.402,00	4.571.317,67	4.523.992,00	
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00 Participação na Receita da União	4.076.920,00	4.093.586,67	4.050.260,00	
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.040.420,00	4.057.086,67	4.013.760,00	
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1.500,00	1.500,00	1.500,00	
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00 Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.	35.000,00	35.000,00	35.000,00	
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00 Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	95.000,00	95.000,00	95.000,00	
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00 Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	85.000,00	85.000,00	85.000,00	
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00 Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	10.000,00	10.000,00	10.000,00	
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	84.607,00	92.607,00	92.607,00	
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	201.001,00	201.001,00	198.002,00	
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 Transferências do Salário-Educação	91.001,00	91.001,00	88.002,00	
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	40.000,00	40.000,00	40.000,00	
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	70.000,00	70.000,00	70.000,00	
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	13.000,00	13.000,00	13.000,00	
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 Outras Transferências da União	279.874,00	76.123,00	75.123,00	
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00 Transferências dos Estados	2.720.287,33	2.585.050,66	2.777.665,90	
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00 Participação na Receita dos Estados	2.638.280,33	2.503.043,66	2.695.658,90	
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 Cota-Parte do ICMS	1.953.280,33	1.818.043,66	2.000.658,90	
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 Cota-Parte do IPVA	80.000,00	80.000,00	80.000,00	



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Natureza Jurídica não encontrada

MUNICÍPIO DE Chapadão do Lageado

Página: 2/3

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO				
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	15.000,00	15.000,00	15.000,00
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados	590.000,00	590.000,00	600.000,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	82.007,00	82.007,00	82.007,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	RECURSOS TRANSPORTE ESCOLAR	70.000,00	70.000,00	70.000,00
4.1.7.2.2.99.07.00.00.00	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS COM O ESTADO	12.007,00	12.007,00	12.007,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	884.401,00	884.401,00	884.401,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	884.401,00	884.401,00	884.401,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	713.800,00	713.800,00	713.800,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	1.300,00	1.300,00	1.300,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	600,00	600,00	600,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	600,00	600,00	600,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	700,00	700,00	700,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	700,00	700,00	700,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	2.500,00	2.500,00	2.500,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	2.500,00	2.500,00	2.500,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	2.500,00	2.500,00	2.500,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	700.000,00	700.000,00	700.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	700.000,00	700.000,00	700.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	7.757,00	4.757,00	2.258,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.003,00	1.003,00	1.003,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.003,00	1.003,00	1.003,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.003,00	1.003,00	1.003,00
4.2.1.1.4.01.00.00.00.00	Operações de Crédito Interna p/ Programa Educação	1,00	1,00	1,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.002,00	1.002,00	1.002,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	6.754,00	3.754,00	1.255,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	6.754,00	3.754,00	1.255,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	6.754,00	3.754,00	1.255,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(175.900,00)	(175.900,00)	(175.900,00)
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(175.900,00)	(175.900,00)	(175.900,00)
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(175.900,00)	(175.900,00)	(175.900,00)
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	(175.900,00)	(175.900,00)	(175.900,00)
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(109.900,00)	(109.900,00)	(109.900,00)
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(107.300,00)	(107.300,00)	(107.300,00)
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(100.000,00)	(100.000,00)	(100.000,00)
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	(300,00)	(300,00)	(300,00)
9.1.7.2.1.01.12.00.00.00	DEDUCAO RECEITA P/ FORMACAO FUNDEB - IPI E	(7.000,00)	(7.000,00)	(7.000,00)
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	(2.600,00)	(2.600,00)	(2.600,00)
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(66.000,00)	(66.000,00)	(66.000,00)
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(66.000,00)	(66.000,00)	(66.000,00)
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	(50.000,00)	(50.000,00)	(50.000,00)
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPV	(16.000,00)	(16.000,00)	(16.000,00)
Total entidade:		9.163.752,10	8.850.429,10	8.993.219,67

3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	591.395,61	685.077,65	670.434,69
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	591.391,61	685.073,65	670.430,69
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	2.000,00	2.000,00	2.000,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Natureza Jurídica não encontrada

MUNICÍPIO DE Chapadão do Lageado

Página: 3/3

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO				
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	588.390,61	682.072,65	667.429,69
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	588.390,61	682.072,65	667.429,69
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	412.603,00	434.603,00	436.603,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	312.603,00	334.603,00	336.603,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	RECURSOS DO PSF	74.600,00	84.600,00	84.600,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	RECURSOS DA FARMACIA BASICA	55.001,00	57.001,00	59.001,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	RECURSOS DO PAB	60.000,00	70.000,00	70.000,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	RECURSOS DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE I	9.001,00	9.001,00	9.001,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	RECURSOS VIGILANCIA SANITARIA	9.000,00	9.000,00	9.000,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	RECURSOS DO PACS	60.000,00	60.000,00	60.000,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	RECURSOS SAUDE BUCAL	25.001,00	25.001,00	25.001,00
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	100.000,00	100.000,00	100.000,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	175.787,61	247.469,65	230.826,69
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	76.416,63	147.453,09	130.005,82
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados	76.416,63	147.453,09	130.005,82
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	99.370,98	100.016,56	100.820,87
4.1.7.2.2.99.10.00.00.00	Transferências do Fundo Estadual de Saúde	99.370,98	100.016,56	100.820,87
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.001,00	1.001,00	1.001,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	1.001,00	1.001,00	1.001,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	1.001,00	1.001,00	1.001,00
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	1.001,00	1.001,00	1.001,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	4,00	4,00	4,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3,00	3,00	3,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	3,00	3,00	3,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	3,00	3,00	3,00
4.2.1.1.4.02.00.00.00.00	Operações de Crédito Interna Programas de Saúde	3,00	3,00	3,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	1,00	1,00	1,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1,00	1,00	1,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	1,00	1,00	1,00
Total entidade:		591.395,61	685.077,65	670.434,69
Total geral:		9.755.147,71	9.535.506,75	9.663.654,36

Natureza Jurídica não encontrada

MUNICÍPIO DE Chapadão do Lageado

Página: 1/2

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2014	2015	2016
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			
DESPESA (I)	7.603.257,05	7.194.719,55	7.310.116,83
DESPESAS CORRENTES	6.639.621,05	6.620.335,55	6.858.728,83
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.300.774,97	3.312.631,97	3.381.203,11
Transferencias a Consórcios Públicos	2.500,00	2.500,00	2.500,00
Aplicacoes Diretas	3.298.274,97	3.310.131,97	3.378.703,11
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	25.000,00	15.000,00	1,00
Aplicacoes Diretas	25.000,00	15.000,00	1,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.313.846,08	3.292.703,58	3.477.524,72
Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	252,00	252,00	252,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	76.001,00	86.001,00	86.001,00
Transferências a Consórcios Públicos	15.000,00	15.000,00	15.000,00
Aplicacoes Diretas	3.222.593,08	3.191.450,58	3.376.271,72
DESPESAS DE CAPITAL	903.636,00	514.384,00	391.388,00
INVESTIMENTOS	773.636,00	444.384,00	391.387,00
Transferências a Consórcios Públicos	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Aplicacoes Diretas	772.636,00	443.384,00	390.387,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	130.000,00	70.000,00	1,00
Aplicacoes Diretas	130.000,00	70.000,00	1,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00	60.000,00	60.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00	60.000,00	60.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00	60.000,00	60.000,00
Total da entidade:	7.603.257,05	7.194.719,55	7.310.116,83
2 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			
DESPESA (I)	615.000,00	728.000,00	734.500,00
DESPESAS CORRENTES	595.000,00	690.000,00	697.500,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	432.500,00	467.500,00	470.000,00
Aplicacoes Diretas	432.500,00	467.500,00	470.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	162.500,00	222.500,00	227.500,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	15.000,00	15.000,00	15.000,00
Aplicacoes Diretas	147.500,00	207.500,00	212.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	38.000,00	37.000,00
INVESTIMENTOS	20.000,00	38.000,00	37.000,00
Aplicacoes Diretas	20.000,00	38.000,00	37.000,00
Total da entidade:	615.000,00	728.000,00	734.500,00
3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO			
DESPESA (I)	1.536.890,66	1.612.787,20	1.619.037,53
DESPESAS CORRENTES	1.474.382,66	1.550.279,20	1.556.529,53
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	854.002,00	854.002,00	854.002,00
Transferencias a Consórcios Públicos	4.000,00	4.000,00	4.000,00
Aplicacoes Diretas	850.002,00	850.002,00	850.002,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	620.380,66	696.277,20	702.527,53
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	50.000,00	50.000,00	50.000,00
Transferências a Consórcios Públicos	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Aplicacoes Diretas	467.105,00	537.105,00	537.105,00
Aplicação Diretas Consórcios Publicos	98.275,66	104.172,20	110.422,53
DESPESAS DE CAPITAL	62.508,00	62.508,00	62.508,00
INVESTIMENTOS	62.508,00	62.508,00	62.508,00
Transferências a Consórcios Públicos	4.000,00	4.000,00	4.000,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Natureza Jurídica não encontrada
MUNICÍPIO DE Chapadão do Lageado

Página: 2/2

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2014	2015	2016
3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO			
Aplicacoes Diretas	58.508,00	58.508,00	58.508,00
Total da entidade:	1.536.890,66	1.612.787,20	1.619.037,53
Total geral:	9.755.147,71	9.535.506,75	9.663.654,36

Natureza Jurídica não encontrada

MUNICÍPIO DE Chapadão do Lageado

Página: 1/2

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2014	2015	2016
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			
DESPESA (I)	7.603.257,05	7.194.719,55	7.310.116,83
DESPESAS CORRENTES	6.639.621,05	6.620.335,55	6.858.728,83
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.300.774,97	3.312.631,97	3.381.203,11
Transferencias a Consórcios Públicos	2.500,00	2.500,00	2.500,00
Aplicacoes Diretas	3.298.274,97	3.310.131,97	3.378.703,11
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	25.000,00	15.000,00	1,00
Aplicacoes Diretas	25.000,00	15.000,00	1,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.313.846,08	3.292.703,58	3.477.524,72
Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	252,00	252,00	252,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	76.001,00	86.001,00	86.001,00
Transferências a Consórcios Públicos	15.000,00	15.000,00	15.000,00
Aplicacoes Diretas	3.222.593,08	3.191.450,58	3.376.271,72
DESPESAS DE CAPITAL	903.636,00	514.384,00	391.388,00
INVESTIMENTOS	773.636,00	444.384,00	391.387,00
Transferências a Consórcios Públicos	1.000,00	1.000,00	1.000,00
Aplicacoes Diretas	772.636,00	443.384,00	390.387,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	130.000,00	70.000,00	1,00
Aplicacoes Diretas	130.000,00	70.000,00	1,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00	60.000,00	60.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00	60.000,00	60.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00	60.000,00	60.000,00
Total da entidade:	7.603.257,05	7.194.719,55	7.310.116,83
2 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			
DESPESA (I)	615.000,00	728.000,00	734.500,00
DESPESAS CORRENTES	595.000,00	690.000,00	697.500,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	432.500,00	467.500,00	470.000,00
Aplicacoes Diretas	432.500,00	467.500,00	470.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	162.500,00	222.500,00	227.500,00
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	15.000,00	15.000,00	15.000,00
Aplicacoes Diretas	147.500,00	207.500,00	212.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	38.000,00	37.000,00
INVESTIMENTOS	20.000,00	38.000,00	37.000,00
Aplicacoes Diretas	20.000,00	38.000,00	37.000,00
Total da entidade:	615.000,00	728.000,00	734.500,00
3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO			
DESPESA (I)	1.536.890,66	1.612.787,20	1.619.037,53
DESPESAS CORRENTES	1.474.382,66	1.550.279,20	1.556.529,53
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	854.002,00	854.002,00	854.002,00
Transferencias a Consórcios Públicos	4.000,00	4.000,00	4.000,00
Aplicacoes Diretas	850.002,00	850.002,00	850.002,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	620.380,66	696.277,20	702.527,53
Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	50.000,00	50.000,00	50.000,00
Transferências a Consórcios Públicos	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Aplicacoes Diretas	467.105,00	537.105,00	537.105,00
Aplicação Diretas Consórcios Publicos	98.275,66	104.172,20	110.422,53
DESPESAS DE CAPITAL	62.508,00	62.508,00	62.508,00
INVESTIMENTOS	62.508,00	62.508,00	62.508,00
Transferências a Consórcios Públicos	4.000,00	4.000,00	4.000,00

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Natureza Jurídica não encontrada
MUNICÍPIO DE Chapadão do Lageado

Página: 2/2

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Categoria Econômica e Grupos de Natureza de Despesa	R\$ 1,00		
	2014	2015	2016
3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO			
Aplicacoes Diretas	58.508,00	58.508,00	58.508,00
Total da entidade:	1.536.890,66	1.612.787,20	1.619.037,53
Total geral:	9.755.147,71	9.535.506,75	9.663.654,36

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2014

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	15.000,00	1 - PROCESSO LEGISLATIVO	615.000,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 - Imposto s/ Renda e Pro	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	48.000,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	348.004,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter '	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	7.200,00	11 - GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA	182.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	36.000,00	12 - ESTRADAS VICINAIS	307.500,00
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00 - Taxa de Serviços Admir	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	3.001,54	13 - URBANISMO	922.501,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00 - Tx de Funcionamento E	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	3.000,00	14 - AGRICULTURA SUSTENTAVEL	437.000,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00 - Taxa de Licença para E;	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	3.500,00	15 - PAMEC	150.001,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00 - Outras Taxas pela Prest	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	20.000,00	16 - GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	21.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00 - Remuneração de Outro:	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	4.000,00	2 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	886.001,00
4.1.3.9.0.00.00.00.00.00 - Outras Receitas Patrim	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	20.000,00	3 - GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	431.000,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	2.424.252,00	4 - SEGURANÇA PÚBLICA	25.000,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	900,00	5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	688.170,97
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Esta	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	21.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	2,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo Es	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	85.000,00	7 - RESGATE DA CULTURA	72.000,00
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00 - Outras Transf. Decorrer	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	10.000,00	8 - ESPORTE É VIDA	101.001,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - I	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	7.800,00	99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	1.171.968,20		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	48.000,00		
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00 - Cota-Parte da Contrib.Ir	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	15.000,00		
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00 - Outras Participações na	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	590.000,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	360,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00 - Multas Previstas na Leg	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	700,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RES	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	10.000,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	1.500,00		
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00 - Outras Receitas	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	700.000,00		
Subtotal:		5.246.181,74		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	6.250,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1.400.925,08
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 - Imposto s/ Renda e Pro	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	20.000,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter '	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	3.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	15.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00 - Rec. de Remuneração	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	1.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	1.010.105,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	375,00		
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Esta	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	8.750,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - I	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	3.250,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	488.320,08		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	20.000,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	150,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	625,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Dedução Cota-Parte do	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	-100.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Dedução de Receita p/ l	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	-300,00		
9.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - DEDUCAO RECEITA P/	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	-7.000,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Ded Rec p/ Form do FU	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	-2.600,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Dedução do ICMS para	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	-50.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Dedução de Receita pai	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	-16.000,00		
Subtotal:		1.400.925,08		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	3.750,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1.204.186,68
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 - Imposto s/ Renda e Pro	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	12.000,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter '	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	1.800,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	9.000,00		
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00 - Taxa de Fiscalização de	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	2.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	606.063,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	225,00		
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Esta	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	5.250,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - I	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	1.950,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	91.497,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	292.992,05		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	12.000,00		
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00 - Outras Participações na	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	76.416,63		
4.1.7.2.2.99.10.00.00.00 - Transferências do Fund	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	87.778,00		
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora d	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	1.000,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	90,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	375,00		
Subtotal:		1.204.186,68		
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00 - CONTRIB P/CUSTEIO I	00.01.0017 - Contribuição para o Custeio dos	25.999,96	13 - URBANISMO	26.000,00
Subtotal:		25.999,96		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00 - REC REMUN DEP BAN	00.01.0018 - Transferências do FUNDEB/FUN	1.500,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	563.210,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.01.0018 - Transferências do FUNDEB/FUN	561.710,00		
Subtotal:		563.210,00		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00 - REC REMUN DEP BAN	00.01.0019 - Transferências do FUNDEB/FUN	1.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	323.690,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.01.0019 - Transferências do FUNDEB/FUN	322.690,00		
Subtotal:		323.690,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00 - RECURSOS TRANSP	00.01.0022 - Transferências de Convênios - Ei	70.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	82.006,00
4.1.7.2.2.99.07.00.00.00 - TRANSFERENCIA DE C	00.01.0022 - Transferências de Convênios - Ei	12.006,00		
Subtotal:		82.006,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	00.01.0023 - Transferências de Convênios - Si	3.502,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	3.502,00
Subtotal:		3.502,00		

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2014

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00 - REC REMUN OUTROS	00.01.0024 - Transferências de Convênios - O	2.000,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	59.103,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	00.01.0024 - Transferências de Convênios - O	279.872,00	11 - GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA	15.753,00
	Subtotal:	281.872,00	12 - ESTRADAS VICINAIS	3.002,00
			13 - URBANISMO	197.253,00
			14 - AGRICULTURA SUSTENTAVEL	2.506,00
			15 - PAMEC	1,00
			2 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1,00
			3 - GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	1.250,00
			5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.002,00
			7 - RESGATE DA CULTURA	1,00
			8 - ESPORTE É VIDA	2.000,00
			Subtotal:	281.872,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.01.0048 - Programa de Atenção à Criança -	1.001,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.001,00
	Subtotal:	1.001,00	Subtotal:	1.001,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.01.0050 - Peti - Erradicação do Trabalho in	12.000,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	12.000,00
	Subtotal:	12.000,00	Subtotal:	12.000,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00 - Rec. Rem de Dep Banci	00.01.0052 - Outras Transferências de Recurs	1.000,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	72.605,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.01.0052 - Outras Transferências de Recurs	71.605,00	Subtotal:	72.605,00
	Subtotal:	72.605,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 - Transferências do Salár	00.01.0058 - Salário Educação - Tesouro-Ex.C	91.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	91.000,00
	Subtotal:	91.000,00	Subtotal:	91.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00 - Transferências Diretas c	00.01.0060 - Programa Nacional de Alimentaçã	40.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	40.000,00
	Subtotal:	40.000,00	Subtotal:	40.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00 - Transferências Diretas c	00.01.0061 - Programa Nacional de Apoio ao T	70.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	70.000,00
	Subtotal:	70.000,00	Subtotal:	70.000,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00 - RECURSOS DO PSF	00.01.0064 - Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor	74.600,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	234.600,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00 - RECURSOS DO PAB	00.01.0064 - Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor	60.000,00	Subtotal:	234.600,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00 - RECURSOS DO PACS	00.01.0064 - Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor	60.000,00		
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00 - RECURSOS SAUDE BL	00.01.0064 - Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor	25.001,00		
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00 - Outros Programas Final	00.01.0064 - Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor	14.999,00		
	Subtotal:	234.600,00		
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00 - Outros Programas Final	00.01.0065 - Atenção de Média e Alta Comple	5.000,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	5.000,00
	Subtotal:	5.000,00	Subtotal:	5.000,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00 - RECURSOS DA EPIDEI	00.01.0066 - Vigilância em Saúde - Tesouro-E	9.000,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	18.000,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00 - RECURSOS VIGILANC	00.01.0066 - Vigilância em Saúde - Tesouro-E	9.000,00	Subtotal:	18.000,00
	Subtotal:	18.000,00		
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00 - RECURSOS DA FARM	00.01.0067 - Assistência Farmacêutica Básica	55.000,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	55.000,00
	Subtotal:	55.000,00	Subtotal:	55.000,00
4.1.7.2.2.99.10.00.00.00 - Transferências do Fund	00.01.0068 - Assistência Farmacêutica Estraté	11.592,98	9 - SAÚDE PARA TODOS	11.592,98
	Subtotal:	11.592,98	Subtotal:	11.592,98
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	00.01.0071 - Outros Recursos do Fundo Nac	5.000,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	5.000,00
	Subtotal:	5.000,00	Subtotal:	5.000,00
4.2.1.1.4.01.00.00.00.00 - Operações de Crédito I	00.01.0081 - Operações de Crédito Internas p	1,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.2.1.1.4.02.00.00.00.00 - Operações de Crédito I	00.01.0082 - Operações de Crédito Internas p	3,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	3,00
	Subtotal:	3,00	Subtotal:	3,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00 - Outras Operações de C	00.01.0083 - Operações de Credito Internas -	1.002,00	12 - ESTRADAS VICINAIS	1.000,00
	Subtotal:	1.002,00	5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2,00
			Subtotal:	1.002,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00 - Alienação de Outros Be	00.01.0087 - Alienação de Bens Educacao - T	2.500,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	2.500,00
	Subtotal:	2.500,00	Subtotal:	2.500,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00 - Alienação de Outros Be	00.01.0088 - Alienações de Bens destinados a	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00 - Alienação de Outros Be	00.01.0089 - Alienações de Bens destinados a	4.254,00	11 - GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA	1,00
	Subtotal:	4.254,00	12 - ESTRADAS VICINAIS	1.000,00
			14 - AGRICULTURA SUSTENTAVEL	1,00
			2 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1,00
			3 - GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	3.250,00
			5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1,00
			Subtotal:	4.254,00
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00 - Taxa de Serviços Admir	00.03.0000 - Recursos Ordinarios - Ex.Ant.	1,23	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1,00
	Subtotal:	1,23	2 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1,00
			Subtotal:	2,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00 - Rec. de Remuneração i	00.03.0001 - Recursos Educacao - Superavit f	1,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora d	00.03.0002 - Recursos Saude - Superavit Fina	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00 - CONTRIB P/CUSTEIO I	00.03.0017 - Contribuicao p custeio iluminaca	1,04	13 - URBANISMO	1,00
	Subtotal:	1,04	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.03.0018 - Recursos Fundeb - Superavit Fin	1,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.2.99.07.00.00.00 - TRANSFERENCIA DE C	00.03.0022 - Recurso Convenio Educacao - Si	1,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	00.03.0023 - Recurso Convenio Saude - Supe	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00



Natureza Jurídica não encontrada

Página: 3/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2014

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	00.03.0024 - Recurso Convenio - Outros - Sup	2,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1,00
	Subtotal:	2,00	13 - URBANISMO	1,00
			Subtotal:	2,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.03.0052 - Recurso FNAS - Superavit Finan	1,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 - Transferências do Salár	00.03.0058 - Recurso Salario Educacao - Sup	1,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00 - Outros Programas Finai	00.03.0064 - Recurso Atencao Basica - Super	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00 - RECURSOS DA EPIDEI	00.03.0066 - Recurso Vigilancia em Saude - S	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00 - RECURSOS DA FARM	00.03.0067 - Recurso Farmacia Basica - Supe	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
	Total geral:	9.755.147,71		9.755.147,71

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2014

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	15.000,00	1 - PROCESSO LEGISLATIVO	615.000,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 - Imposto s/ Renda e Pro	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	48.000,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	348.004,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter '	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	7.200,00	11 - GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA	182.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	36.000,00	12 - ESTRADAS VICINAIS	307.500,00
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00 - Taxa de Serviços Admir	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	3.001,54	13 - URBANISMO	922.501,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00 - Tx de Funcionamento E	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	3.000,00	14 - AGRICULTURA SUSTENTAVEL	437.000,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00 - Taxa de Licença para E;	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	3.500,00	15 - PAMEC	150.001,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00 - Outras Taxas pela Prest	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	20.000,00	16 - GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	21.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00 - Remuneração de Outro:	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	4.000,00	2 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	886.001,00
4.1.3.9.0.00.00.00.00.00 - Outras Receitas Patrim	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	20.000,00	3 - GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	431.000,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	2.424.252,00	4 - SEGURANÇA PÚBLICA	25.000,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	900,00	5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	688.170,97
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Esta	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	21.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	2,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo Es	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	85.000,00	7 - RESGATE DA CULTURA	72.000,00
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00 - Outras Transf. Decorrer	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	10.000,00	8 - ESPORTE É VIDA	101.001,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - I	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	7.800,00	99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	1.171.968,20		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	48.000,00		
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00 - Cota-Parte da Contrib.Ir	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	15.000,00		
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00 - Outras Participações na	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	590.000,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	360,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00 - Multas Previstas na Leg	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	700,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RES	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	10.000,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	1.500,00		
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00 - Outras Receitas	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	700.000,00		
Subtotal:		5.246.181,74		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	6.250,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1.400.925,08
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 - Imposto s/ Renda e Pro	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	20.000,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter '	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	3.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	15.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00 - Rec. de Remuneração	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	1.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	1.010.105,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	375,00		
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Esta	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	8.750,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - I	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	3.250,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	488.320,08		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	20.000,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	150,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	625,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Dedução Cota-Parte do	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	-100.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Dedução de Receita p/ l	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	-300,00		
9.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - DEDUCAO RECEITA P/	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	-7.000,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Ded Rec p/ Form do FU	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	-2.600,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Dedução do ICMS para	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	-50.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Dedução de Receita pai	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	-16.000,00		
Subtotal:		1.400.925,08		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	3.750,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1.204.186,68
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 - Imposto s/ Renda e Pro	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	12.000,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter '	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	1.800,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	9.000,00		
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00 - Taxa de Fiscalização de	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	2.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	606.063,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	225,00		
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Esta	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	5.250,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - I	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	1.950,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	91.497,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	292.992,05		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	12.000,00		
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00 - Outras Participações na	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	76.416,63		
4.1.7.2.2.99.10.00.00.00 - Transferências do Fund	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	87.778,00		
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora di	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	1.000,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	90,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	375,00		
Subtotal:		1.204.186,68		
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00 - CONTRIB P/CUSTEIO I	00.01.0017 - Contribuição para o Custeio dos	25.999,96	13 - URBANISMO	26.000,00
Subtotal:		25.999,96		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00 - REC REMUN DEP BAN	00.01.0018 - Transferências do FUNDEB/FUN	1.500,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	563.210,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.01.0018 - Transferências do FUNDEB/FUN	561.710,00		
Subtotal:		563.210,00		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00 - REC REMUN DEP BAN	00.01.0019 - Transferências do FUNDEB/FUN	1.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	323.690,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.01.0019 - Transferências do FUNDEB/FUN	322.690,00		
Subtotal:		323.690,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00 - RECURSOS TRANSP	00.01.0022 - Transferências de Convênios - Ei	70.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	82.006,00
4.1.7.2.2.99.07.00.00.00 - TRANSFERENCIA DE C	00.01.0022 - Transferências de Convênios - Ei	12.006,00		
Subtotal:		82.006,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	00.01.0023 - Transferências de Convênios - Si	3.502,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	3.502,00
Subtotal:		3.502,00		

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2014

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00 - REC REMUN OUTROS	00.01.0024 - Transferências de Convênios - O	2.000,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	59.103,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	00.01.0024 - Transferências de Convênios - O	279.872,00	11 - GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA	15.753,00
	Subtotal:	281.872,00	12 - ESTRADAS VICINAIS	3.002,00
			13 - URBANISMO	197.253,00
			14 - AGRICULTURA SUSTENTAVEL	2.506,00
			15 - PAMEC	1,00
			2 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1,00
			3 - GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	1.250,00
			5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.002,00
			7 - RESGATE DA CULTURA	1,00
			8 - ESPORTE É VIDA	2.000,00
			Subtotal:	281.872,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.01.0048 - Programa de Atenção à Criança -	1.001,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.001,00
	Subtotal:	1.001,00	Subtotal:	1.001,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.01.0050 - Peti - Erradicação do Trabalho in	12.000,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	12.000,00
	Subtotal:	12.000,00	Subtotal:	12.000,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00 - Rec. Rem de Dep Banci	00.01.0052 - Outras Transferências de Recurs	1.000,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	72.605,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.01.0052 - Outras Transferências de Recurs	71.605,00	Subtotal:	72.605,00
	Subtotal:	72.605,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 - Transferências do Salár	00.01.0058 - Salário Educação - Tesouro-Ex.C	91.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	91.000,00
	Subtotal:	91.000,00	Subtotal:	91.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00 - Transferências Diretas c	00.01.0060 - Programa Nacional de Alimentaçã	40.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	40.000,00
	Subtotal:	40.000,00	Subtotal:	40.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00 - Transferências Diretas c	00.01.0061 - Programa Nacional de Apoio ao T	70.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	70.000,00
	Subtotal:	70.000,00	Subtotal:	70.000,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00 - RECURSOS DO PSF	00.01.0064 - Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor	74.600,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	234.600,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00 - RECURSOS DO PAB	00.01.0064 - Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor	60.000,00	Subtotal:	234.600,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00 - RECURSOS DO PACS	00.01.0064 - Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor	60.000,00		
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00 - RECURSOS SAUDE BL	00.01.0064 - Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor	25.001,00		
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00 - Outros Programas Final	00.01.0064 - Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor	14.999,00		
	Subtotal:	234.600,00		
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00 - Outros Programas Final	00.01.0065 - Atenção de Média e Alta Comple	5.000,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	5.000,00
	Subtotal:	5.000,00	Subtotal:	5.000,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00 - RECURSOS DA EPIDEI	00.01.0066 - Vigilância em Saúde - Tesouro-E	9.000,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	18.000,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00 - RECURSOS VIGILANC	00.01.0066 - Vigilância em Saúde - Tesouro-E	9.000,00	Subtotal:	18.000,00
	Subtotal:	18.000,00		
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00 - RECURSOS DA FARM	00.01.0067 - Assistência Farmacêutica Básica	55.000,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	55.000,00
	Subtotal:	55.000,00	Subtotal:	55.000,00
4.1.7.2.2.99.10.00.00.00 - Transferências do Fund	00.01.0068 - Assistência Farmacêutica Estraté	11.592,98	9 - SAÚDE PARA TODOS	11.592,98
	Subtotal:	11.592,98	Subtotal:	11.592,98
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	00.01.0071 - Outros Recursos do Fundo Nac	5.000,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	5.000,00
	Subtotal:	5.000,00	Subtotal:	5.000,00
4.2.1.1.4.01.00.00.00.00 - Operações de Crédito I	00.01.0081 - Operações de Crédito Internas p	1,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.2.1.1.4.02.00.00.00.00 - Operações de Crédito I	00.01.0082 - Operações de Crédito Internas p	3,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	3,00
	Subtotal:	3,00	Subtotal:	3,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00 - Outras Operações de C	00.01.0083 - Operações de Credito Internas -	1.002,00	12 - ESTRADAS VICINAIS	1.000,00
	Subtotal:	1.002,00	5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2,00
			Subtotal:	1.002,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00 - Alienação de Outros Be	00.01.0087 - Alienação de Bens Educacao - T	2.500,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	2.500,00
	Subtotal:	2.500,00	Subtotal:	2.500,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00 - Alienação de Outros Be	00.01.0088 - Alienações de Bens destinados a	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00 - Alienação de Outros Be	00.01.0089 - Alienações de Bens destinados a	4.254,00	11 - GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA	1,00
	Subtotal:	4.254,00	12 - ESTRADAS VICINAIS	1.000,00
			14 - AGRICULTURA SUSTENTAVEL	1,00
			2 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1,00
			3 - GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	3.250,00
			5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1,00
			Subtotal:	4.254,00
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00 - Taxa de Serviços Admir	00.03.0000 - Recursos Ordinarios - Ex.Ant.	1,23	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1,00
	Subtotal:	1,23	2 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1,00
			Subtotal:	2,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00 - Rec. de Remuneração i	00.03.0001 - Recursos Educacao - Superavit f	1,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora d	00.03.0002 - Recursos Saude - Superavit Fina	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00 - CONTRIB P/CUSTEIO I	00.03.0017 - Contribuicao p custeio iluminaca	1,04	13 - URBANISMO	1,00
	Subtotal:	1,04	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.03.0018 - Recursos Fundeb - Superavit Fin	1,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.2.99.07.00.00.00 - TRANSFERENCIA DE C	00.03.0022 - Recurso Convenio Educacao - Si	1,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	00.03.0023 - Recurso Convenio Saude - Supe	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 3/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2014

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	00.03.0024 - Recurso Convenio - Outros - Sup	2,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1,00
	Subtotal:	2,00	13 - URBANISMO	1,00
			Subtotal:	2,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.03.0052 - Recurso FNAS - Superavit Finan	1,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 - Transferências do Salár	00.03.0058 - Recurso Salario Educacao - Sup	1,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00 - Outros Programas Finai	00.03.0064 - Recurso Atencao Basica - Super	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00 - RECURSOS DA EPIDEI	00.03.0066 - Recurso Vigilancia em Saude - S	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00 - RECURSOS DA FARM	00.03.0067 - Recurso Farmacia Basica - Supe	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
	Total geral:	9.755.147,71		9.755.147,71

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Relatório sobre Projetos em Exercício e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2014 (Art. 45 da LRF)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C); Realização da despesa por: Empenho

Identificação dos Projetos	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	Saldo Atualizado PPA
		Realizado até 2014	Orçamento em 2014			
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	1.761.854,00	0,00	0,00	1.761.854,00	731.026,00	1.030.828,00
Órgão: 03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	88.023,96	0,00	0,00	88.023,96	22.006,00	66.017,96
Unidade: 03.03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	88.023,96	0,00	0,00	88.023,96	22.006,00	66.017,96
5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL						
1.005 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (m²)					
Meta física	600,00	0,00	0,00	600,00	500,00	100,00
Meta financeira	8.004,00	0,00	0,00	8.004,00	2.001,00	6.003,00
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	40,00	0,00	0,00	40,00	10,00	30,00
Meta financeira	80.007,96	0,00	0,00	80.007,96	20.002,00	60.005,96
1.017 - AQUISICAO E DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS.	IMOVEIS (UN)					
Meta física	4,00	0,00	0,00	4,00	1,00	3,00
Meta financeira	12,00	0,00	0,00	12,00	3,00	9,00
Órgão: 04.00 SECRETARIA DA FAZENDA	115.008,00	0,00	0,00	115.008,00	20.002,00	95.006,00
Unidade: 04.04 SECRETARIA DA FAZENDA	115.008,00	0,00	0,00	115.008,00	20.002,00	95.006,00
2 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA						
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	32,00	0,00	0,00	32,00	8,00	24,00
Meta financeira	115.008,00	0,00	0,00	115.008,00	20.002,00	95.006,00
Órgão: 05.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	437.538,04	0,00	0,00	437.538,04	113.508,00	324.030,04
Unidade: 05.01 DIVISÃO DE ENSINO	329.538,04	0,00	0,00	329.538,04	86.508,00	243.030,04
6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS						
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	40,00	0,00	0,00	40,00	10,00	30,00
Meta financeira	169.014,04	0,00	0,00	169.014,04	43.503,00	125.511,04
1.017 - AQUISICAO E DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS.	IMOVEIS (UN)					
Meta física	4,00	0,00	0,00	4,00	1,00	3,00
Meta financeira	4,00	0,00	0,00	4,00	1,00	3,00
1.030 - CONSTRUCAO REFORMA E AMPLIACAO DE ESCOLAS, GINASIOS E QI	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (UN)					
Meta física	16,00	0,00	0,00	16,00	4,00	12,00
Meta financeira	136.008,00	0,00	0,00	136.008,00	34.002,00	102.006,00
1.047 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DOS PARQUES INFANTIS	REFORMA E AMPLIAÇÃO (UN)					
Meta física	12,00	0,00	0,00	12,00	3,00	9,00
Meta financeira	24.512,00	0,00	0,00	24.512,00	9.002,00	15.510,00
Unidade: 05.03 DIVISÃO DE ESPORTES	108.000,00	0,00	0,00	108.000,00	27.000,00	81.000,00
8 - ESPORTE É VIDA						
1.022 - CONSTRUCAO REFORMA E AMPLIACAO DE GINASIOS, QUADRAS ESF	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (UN)					
Meta física	8,00	0,00	0,00	8,00	2,00	6,00
Meta financeira	108.000,00	0,00	0,00	108.000,00	27.000,00	81.000,00
Órgão: 07.00 SECRETARIA DA AGRICULTURA	135.004,00	0,00	0,00	135.004,00	22.501,00	112.503,00
Unidade: 07.01 DIVISÃO DE AGRICULTURA	135.004,00	0,00	0,00	135.004,00	22.501,00	112.503,00
14 - AGRICULTURA SUSTENTAVEL						
1.091 - AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPLEMENTOS AGRICOL	AQUISIÇÃO (UN)					
Meta física	20,00	0,00	0,00	20,00	5,00	15,00
Meta financeira	135.004,00	0,00	0,00	135.004,00	22.501,00	112.503,00
Órgão: 08.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS	534.018,00	0,00	0,00	534.018,00	267.253,00	266.765,00
Unidade: 08.03 DIVISAO DE OBRAS	534.018,00	0,00	0,00	534.018,00	267.253,00	266.765,00
12 - ESTRADAS VICINAIS						
1.091 - AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPLEMENTOS AGRICOL	AQUISIÇÃO (UN)					
Meta física	28,00	0,00	0,00	28,00	7,00	21,00
Meta financeira	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	7.500,00	22.500,00
13 - URBANISMO						
1.031 - CONSTRUCAO DE PONTES, BUEIROS E TUBULACOES	PONTE (Mês)					
Meta física	2,00	0,00	0,00	2,00	1,00	1,00
Meta financeira	38.000,00	0,00	0,00	38.000,00	7.250,00	30.750,00
1.038 - PAVIMENTAÇÃO	PAVIMENTAÇÃO (m²)					
Meta física	28.000,00	0,00	0,00	28.000,00	7.000,00	21.000,00
Meta financeira	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	45.000,00	195.000,00
1.043 - CONSTRUCAO DE PRACAS E JARDINS	PRACAS/JARDINS (UN)					
Meta física	8,00	0,00	0,00	8,00	2,00	6,00
Meta financeira	85.006,00	0,00	0,00	85.006,00	77.500,00	7.506,00
1.058 - CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO PUBLICO MUNICIPAL	CONSTRUCAO (UN)					
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	11.005,94	0,00	0,00	11.005,94	2,00	11.003,94
1.059 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS	CONSTRUCAO (M2)					
Meta física	2,00	0,00	0,00	2,00	1,00	1,00
Meta financeira	130.006,06	0,00	0,00	130.006,06	130.001,00	5,06



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Relatório sobre Projetos em Exercício e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2014 (Art. 45 da LRF)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C); Realização da despesa por: Empenho

Identificação dos Projetos	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	Saldo Atualizado PPA
		Realizado até 2014	Orçamento em 2014			
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	1.761.854,00	0,00	0,00	1.761.854,00	731.026,00	1.030.828,00
Órgão: 09.00 SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	200.004,00	0,00	0,00	200.004,00	140.004,00	60.000,00
Unidade: 09.01 DIVISÃO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	10.000,00	60.000,00
10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	24,00	0,00	0,00	24,00	6,00	18,00
Meta financeira	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	10.000,00	60.000,00
Unidade: 09.03 DIVISÃO DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	130.004,00	0,00	0,00	130.004,00	130.004,00	0,00
10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
1.033 - SÓ SE FAZ EDUCAÇÃO SE JUNTOS TRABALHARMOS POR ELA	ESCOLA (ES)					
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00
Meta financeira	130.004,00	0,00	0,00	130.004,00	130.004,00	0,00
Órgão: 10.00 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	127.258,00	0,00	0,00	127.258,00	44.752,00	82.506,00
Unidade: 10.01 DIVISÃO DO MEIO AMBIENTE	60.008,00	0,00	0,00	60.008,00	15.002,00	45.006,00
11 - GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA						
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	20,00	0,00	0,00	20,00	5,00	15,00
Meta financeira	60.008,00	0,00	0,00	60.008,00	15.002,00	45.006,00
Unidade: 10.02 DIVISÃO DE TURISMO	67.250,00	0,00	0,00	67.250,00	29.750,00	37.500,00
11 - GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA						
1.032 - INCENTIVO A EMPREENDIMENTOS TURISTICOS	INCENTIVO (UN)					
Meta física	16,00	0,00	0,00	16,00	4,00	12,00
Meta financeira	28.000,00	0,00	0,00	28.000,00	7.000,00	21.000,00
1.039 - CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA TURISTICA	CONSTRUCAO (UN)					
Meta física	8,00	0,00	0,00	8,00	2,00	6,00
Meta financeira	39.250,00	0,00	0,00	39.250,00	22.750,00	16.500,00
Órgão: 12.00 GABINETE DO PREFEITO E VICE	125.000,00	0,00	0,00	125.000,00	101.000,00	24.000,00
Unidade: 12.02 GABINETE DO PREFEITO E VICE	125.000,00	0,00	0,00	125.000,00	101.000,00	24.000,00
3 - GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR						
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	20,00	0,00	0,00	20,00	5,00	15,00
Meta financeira	125.000,00	0,00	0,00	125.000,00	101.000,00	24.000,00
Entidade: 2 CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	20.000,00	80.000,00
Órgão: 01.00 CAMARA DE VEREADORES	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	20.000,00	80.000,00
Unidade: 01.01 CAMARA DE VEREADORES	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	20.000,00	80.000,00
1 - PROCESSO LEGISLATIVO						
1.001 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E MOBILIARIO EM C EQUIPAMENTOS (UN)						
Meta física	16,00	0,00	0,00	16,00	4,00	12,00
Meta financeira	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	12.000,00	68.000,00
1.003 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE	CONSTRUCAO (m²)					
Meta física	2,00	0,00	0,00	2,00	1,00	1,00
Meta financeira	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	8.000,00	12.000,00
Entidade: 3 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO	184.032,00	0,00	0,00	184.032,00	46.008,00	138.024,00
Órgão: 06.00 SECRETARIA DA SAUDE	184.032,00	0,00	0,00	184.032,00	46.008,00	138.024,00
Unidade: 06.01 DIVISÃO DO FUNDO DE SAÚDE	184.032,00	0,00	0,00	184.032,00	46.008,00	138.024,00
9 - SAÚDE PARA TODOS						
1.005 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (m²)					
Meta física	400,00	0,00	0,00	400,00	100,00	300,00
Meta financeira	20.012,00	0,00	0,00	20.012,00	5.003,00	15.009,00
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	48,00	0,00	0,00	48,00	12,00	36,00
Meta financeira	164.008,00	0,00	0,00	164.008,00	41.002,00	123.006,00
1.098 - AQUISIÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO DE IMOVEIS	AQUISIÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO (UN)					
Meta física	4,00	0,00	0,00	4,00	1,00	3,00
Meta financeira	12,00	0,00	0,00	12,00	3,00	9,00
Total geral:	2.045.886,00	0,00	0,00	2.045.886,00	797.034,00	1.248.852,00



Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Relatório sobre Projetos em Exercício e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2014 (Art. 45 da LRF)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C); Realização da despesa por: Empenho

Identificação dos Projetos	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	Saldo Atualizado PPA
		Realizado até 2014	Orçamento em 2014			
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	1.761.854,00	0,00	0,00	1.761.854,00	731.026,00	1.030.828,00
Órgão: 03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	88.023,96	0,00	0,00	88.023,96	22.006,00	66.017,96
Unidade: 03.03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	88.023,96	0,00	0,00	88.023,96	22.006,00	66.017,96
5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL						
1.005 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (m²)					
Meta física	600,00	0,00	0,00	600,00	500,00	100,00
Meta financeira	8.004,00	0,00	0,00	8.004,00	2.001,00	6.003,00
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	40,00	0,00	0,00	40,00	10,00	30,00
Meta financeira	80.007,96	0,00	0,00	80.007,96	20.002,00	60.005,96
1.017 - AQUISICAO E DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS.	IMOVEIS (UN)					
Meta física	4,00	0,00	0,00	4,00	1,00	3,00
Meta financeira	12,00	0,00	0,00	12,00	3,00	9,00
Órgão: 04.00 SECRETARIA DA FAZENDA	115.008,00	0,00	0,00	115.008,00	20.002,00	95.006,00
Unidade: 04.04 SECRETARIA DA FAZENDA	115.008,00	0,00	0,00	115.008,00	20.002,00	95.006,00
2 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA						
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	32,00	0,00	0,00	32,00	8,00	24,00
Meta financeira	115.008,00	0,00	0,00	115.008,00	20.002,00	95.006,00
Órgão: 05.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	437.538,04	0,00	0,00	437.538,04	113.508,00	324.030,04
Unidade: 05.01 DIVISÃO DE ENSINO	329.538,04	0,00	0,00	329.538,04	86.508,00	243.030,04
6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS						
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	40,00	0,00	0,00	40,00	10,00	30,00
Meta financeira	169.014,04	0,00	0,00	169.014,04	43.503,00	125.511,04
1.017 - AQUISICAO E DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS.	IMOVEIS (UN)					
Meta física	4,00	0,00	0,00	4,00	1,00	3,00
Meta financeira	4,00	0,00	0,00	4,00	1,00	3,00
1.030 - CONSTRUCAO REFORMA E AMPLIACAO DE ESCOLAS, GINASIOS E QI	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (UN)					
Meta física	16,00	0,00	0,00	16,00	4,00	12,00
Meta financeira	136.008,00	0,00	0,00	136.008,00	34.002,00	102.006,00
1.047 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DOS PARQUES INFANTIS	REFORMA E AMPLIAÇÃO (UN)					
Meta física	12,00	0,00	0,00	12,00	3,00	9,00
Meta financeira	24.512,00	0,00	0,00	24.512,00	9.002,00	15.510,00
Unidade: 05.03 DIVISÃO DE ESPORTES	108.000,00	0,00	0,00	108.000,00	27.000,00	81.000,00
8 - ESPORTE É VIDA						
1.022 - CONSTRUCAO REFORMA E AMPLIACAO DE GINASIOS, QUADRAS ESF	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (UN)					
Meta física	8,00	0,00	0,00	8,00	2,00	6,00
Meta financeira	108.000,00	0,00	0,00	108.000,00	27.000,00	81.000,00
Órgão: 07.00 SECRETARIA DA AGRICULTURA	135.004,00	0,00	0,00	135.004,00	22.501,00	112.503,00
Unidade: 07.01 DIVISÃO DE AGRICULTURA	135.004,00	0,00	0,00	135.004,00	22.501,00	112.503,00
14 - AGRICULTURA SUSTENTAVEL						
1.091 - AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPLEMENTOS AGRICOL	AQUISIÇÃO (UN)					
Meta física	20,00	0,00	0,00	20,00	5,00	15,00
Meta financeira	135.004,00	0,00	0,00	135.004,00	22.501,00	112.503,00
Órgão: 08.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS	534.018,00	0,00	0,00	534.018,00	267.253,00	266.765,00
Unidade: 08.03 DIVISAO DE OBRAS	534.018,00	0,00	0,00	534.018,00	267.253,00	266.765,00
12 - ESTRADAS VICINAIS						
1.091 - AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPLEMENTOS AGRICOL	AQUISIÇÃO (UN)					
Meta física	28,00	0,00	0,00	28,00	7,00	21,00
Meta financeira	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	7.500,00	22.500,00
13 - URBANISMO						
1.031 - CONSTRUCAO DE PONTES, BUEIROS E TUBULACOES	PONTE (Mês)					
Meta física	2,00	0,00	0,00	2,00	1,00	1,00
Meta financeira	38.000,00	0,00	0,00	38.000,00	7.250,00	30.750,00
1.038 - PAVIMENTAÇÃO	PAVIMENTAÇÃO (m²)					
Meta física	28.000,00	0,00	0,00	28.000,00	7.000,00	21.000,00
Meta financeira	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	45.000,00	195.000,00
1.043 - CONSTRUCAO DE PRACAS E JARDINS	PRACAS/JARDINS (UN)					
Meta física	8,00	0,00	0,00	8,00	2,00	6,00
Meta financeira	85.006,00	0,00	0,00	85.006,00	77.500,00	7.506,00
1.058 - CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO PUBLICO MUNICIPAL	CONSTRUCAO (UN)					
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	11.005,94	0,00	0,00	11.005,94	2,00	11.003,94
1.059 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS	CONSTRUCAO (M2)					
Meta física	2,00	0,00	0,00	2,00	1,00	1,00
Meta financeira	130.006,06	0,00	0,00	130.006,06	130.001,00	5,06



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Relatório sobre Projetos em Exercício e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2014 (Art. 45 da LRF)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C); Realização da despesa por: Empenho

Identificação dos Projetos	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	Saldo Atualizado PPA
		Realizado até 2014	Orçamento em 2014			
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	1.761.854,00	0,00	0,00	1.761.854,00	731.026,00	1.030.828,00
Órgão: 09.00 SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	200.004,00	0,00	0,00	200.004,00	140.004,00	60.000,00
Unidade: 09.01 DIVISÃO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	10.000,00	60.000,00
10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	24,00	0,00	0,00	24,00	6,00	18,00
Meta financeira	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	10.000,00	60.000,00
Unidade: 09.03 DIVISÃO DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	130.004,00	0,00	0,00	130.004,00	130.004,00	0,00
10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
1.033 - SÓ SE FAZ EDUCAÇÃO SE JUNTOS TRABALHARMOS POR ELA	ESCOLA (ES)					
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00
Meta financeira	130.004,00	0,00	0,00	130.004,00	130.004,00	0,00
Órgão: 10.00 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	127.258,00	0,00	0,00	127.258,00	44.752,00	82.506,00
Unidade: 10.01 DIVISAO DO MEIO AMBIENTE	60.008,00	0,00	0,00	60.008,00	15.002,00	45.006,00
11 - GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA						
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	20,00	0,00	0,00	20,00	5,00	15,00
Meta financeira	60.008,00	0,00	0,00	60.008,00	15.002,00	45.006,00
Unidade: 10.02 DIVISÃO DE TURISMO	67.250,00	0,00	0,00	67.250,00	29.750,00	37.500,00
11 - GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA						
1.032 - INCENTIVO A EMPREENDIMENTOS TURISTICOS	INCENTIVO (UN)					
Meta física	16,00	0,00	0,00	16,00	4,00	12,00
Meta financeira	28.000,00	0,00	0,00	28.000,00	7.000,00	21.000,00
1.039 - CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA TURISTICA	CONSTRUCAO (UN)					
Meta física	8,00	0,00	0,00	8,00	2,00	6,00
Meta financeira	39.250,00	0,00	0,00	39.250,00	22.750,00	16.500,00
Órgão: 12.00 GABINETE DO PREFEITO E VICE	125.000,00	0,00	0,00	125.000,00	101.000,00	24.000,00
Unidade: 12.02 GABINETE DO PREFEITO E VICE	125.000,00	0,00	0,00	125.000,00	101.000,00	24.000,00
3 - GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR						
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	20,00	0,00	0,00	20,00	5,00	15,00
Meta financeira	125.000,00	0,00	0,00	125.000,00	101.000,00	24.000,00
Entidade: 2 CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	20.000,00	80.000,00
Órgão: 01.00 CAMARA DE VEREADORES	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	20.000,00	80.000,00
Unidade: 01.01 CAMARA DE VEREADORES	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	20.000,00	80.000,00
1 - PROCESSO LEGISLATIVO						
1.001 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E MOBILIARIO EM C EQUIPAMENTOS (UN)						
Meta física	16,00	0,00	0,00	16,00	4,00	12,00
Meta financeira	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	12.000,00	68.000,00
1.003 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE	CONSTRUCAO (m²)					
Meta física	2,00	0,00	0,00	2,00	1,00	1,00
Meta financeira	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	8.000,00	12.000,00
Entidade: 3 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO	184.032,00	0,00	0,00	184.032,00	46.008,00	138.024,00
Órgão: 06.00 SECRETARIA DA SAUDE	184.032,00	0,00	0,00	184.032,00	46.008,00	138.024,00
Unidade: 06.01 DIVISÃO DO FUNDO DE SAÚDE	184.032,00	0,00	0,00	184.032,00	46.008,00	138.024,00
9 - SAÚDE PARA TODOS						
1.005 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (m²)					
Meta física	400,00	0,00	0,00	400,00	100,00	300,00
Meta financeira	20.012,00	0,00	0,00	20.012,00	5.003,00	15.009,00
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	48,00	0,00	0,00	48,00	12,00	36,00
Meta financeira	164.008,00	0,00	0,00	164.008,00	41.002,00	123.006,00
1.098 - AQUISIÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO DE IMOVEIS	AQUISIÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO (UN)					
Meta física	4,00	0,00	0,00	4,00	1,00	3,00
Meta financeira	12,00	0,00	0,00	12,00	3,00	9,00
Total geral:	2.045.886,00	0,00	0,00	2.045.886,00	797.034,00	1.248.852,00



Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/11

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**

Seleção: Alteração em 01/07/2013 (C) - Lei, nº 58913 de 14/10/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade:	1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO		29.420.210,28	0,00	0,00	29.420.210,28	7.603.257,05	0,00	29.420.210,28
Órgão:	03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		2.952.890,13	0,00	0,00	2.952.890,13	714.175,97	0,00	2.952.890,13
Unidade:	03.03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		2.952.890,13	0,00	0,00	2.952.890,13	714.175,97	0,00	2.952.890,13
0004	SEGURANÇA PÚBLICA								
	2.096	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)						
		Meta física	48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
		Meta financeira	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	25.000,00	0,00	100.000,00
0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL								
	1.005	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (m²)						
		Meta física	600,000	0,000	0,000	600,000	500,000	0,000	600,000
		Meta financeira	8.004,00	0,00	0,00	8.004,00	2.001,00	0,00	8.004,00
	1.006	AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)						
		Meta física	40,000	0,000	0,000	40,000	10,000	0,000	40,000
		Meta financeira	80.007,96	0,00	0,00	80.007,96	20.002,00	0,00	80.007,96
	1.017	AQUISICAO E DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS.	IMOVEIS (UN)						
		Meta física	4,000	0,000	0,000	4,000	1,000	0,000	4,000
		Meta financeira	12,00	0,00	0,00	12,00	3,00	0,00	12,00
	2.003	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJ	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA (Mês)						
		Meta física	48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
		Meta financeira	2.724.866,17	0,00	0,00	2.724.866,17	657.169,97	0,00	2.724.866,17
	2.070	SUBVENÇÃO, AUXILIO E CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÕES/ENTI	SUBVENÇÃO, AUXILIO, CONTRIBUIÇÃO (UN)						
		Meta física	16,000	0,000	0,000	16,000	4,000	0,000	16,000
		Meta financeira	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	10.000,00	0,00	40.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/11

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**

Seleção: Alteração em 01/07/2013 (C) - Lei, nº 58913 de 14/10/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade:	1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO		29.420.210,28	0,00	0,00	29.420.210,28	7.603.257,05	0,00	29.420.210,28
Órgão:	04.00 SECRETARIA DA FAZENDA		3.364.020,00	0,00	0,00	3.364.020,00	886.004,00	0,00	3.364.020,00
Unidade:	04.04 SECRETARIA DA FAZENDA		3.364.020,00	0,00	0,00	3.364.020,00	886.004,00	0,00	3.364.020,00
0002	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA								
1.006	AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)							
	Meta física		32,000	0,000	0,000	32,000	8,000	0,000	32,000
	Meta financeira		115.008,00	0,00	0,00	115.008,00	20.002,00	0,00	115.008,00
2.005	MANUTENCAO/PESSOAL SECRETARIA DA FAZENDA	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		2.535.012,00	0,00	0,00	2.535.012,00	710.002,00	0,00	2.535.012,00
2.006	PROCESSAMENTO DE DIVIDAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	PROCESSAMENTO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		24.000,00	0,00	0,00	24.000,00	6.000,00	0,00	24.000,00
2.007	CONTRIBUICAO A ENTIDADES MUNICIPALISTAS	CONTRIBUICAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		310.000,00	0,00	0,00	310.000,00	70.000,00	0,00	310.000,00
2.008	CONTRIBUICAO AO PASEP	CONTRIBUICAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		380.000,00	0,00	0,00	380.000,00	80.000,00	0,00	380.000,00
Órgão:	05.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		11.008.081,18	0,00	0,00	11.008.081,18	2.748.340,08	0,00	11.008.081,18
Unidade:	05.01 DIVISÃO DE ENSINO		10.263.073,18	0,00	0,00	10.263.073,18	2.573.338,08	0,00	10.263.073,18
0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS								
1.006	AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)							
	Meta física		40,000	0,000	0,000	40,000	10,000	0,000	40,000
	Meta financeira		169.014,04	0,00	0,00	169.014,04	43.503,00	0,00	169.014,04
1.017	AQUISICAO E DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS.	IMOVEIS (UN)							
	Meta física		4,000	0,000	0,000	4,000	1,000	0,000	4,000
	Meta financeira		4,00	0,00	0,00	4,00	1,00	0,00	4,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 3/11

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**

Seleção: Alteração em 01/07/2013 (C) - Lei, nº 58913 de 14/10/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade:	1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO		29.420.210,28	0,00	0,00	29.420.210,28	7.603.257,05	0,00	29.420.210,28
Órgão:	05.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		11.008.081,18	0,00	0,00	11.008.081,18	2.748.340,08	0,00	11.008.081,18
Unidade:	05.01 DIVISÃO DE ENSINO		10.263.073,18	0,00	0,00	10.263.073,18	2.573.338,08	0,00	10.263.073,18
0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS								
1.030	CONSTRUCAO REFORMA E AMPLIACAO DE ESCOLAS, GINASIO	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (UN)							
	Meta física		16,000	0,000	0,000	16,000	4,000	0,000	16,000
	Meta financeira		136.008,00	0,00	0,00	136.008,00	34.002,00	0,00	136.008,00
1.047	REFORMA E AMPLIAÇÃO DOS PARQUES INFANTIS	REFORMA E AMPLIACAO (UN)							
	Meta física		12,000	0,000	0,000	12,000	3,000	0,000	12,000
	Meta financeira		24.512,00	0,00	0,00	24.512,00	9.002,00	0,00	24.512,00
2.010	DISTRIBUICAO DE MATERIAL DIDATICO, PEDAGOGICO E ESCOI	MATERIAL (DIS)							
	Meta física		80,000	0,000	0,000	80,000	20,000	0,000	80,000
	Meta financeira		120.004,00	0,00	0,00	120.004,00	30.001,00	0,00	120.004,00
2.014	MANUTENCAO DO PROGRAMA DA MERENDA ESCOLAR	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		480.000,00	0,00	0,00	480.000,00	120.000,00	0,00	480.000,00
2.015	MANUTENCAO DO PROGRAMA DO TRANSPORTE ESCOLAR	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		1.360.004,00	0,00	0,00	1.360.004,00	340.001,00	0,00	1.360.004,00
2.016	MANUTENCAO/ PESSOAL DO ENSINO FUNDAMENTAL	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		4.658.916,28	0,00	0,00	4.658.916,28	1.167.497,05	0,00	4.658.916,28
2.017	MANUTENCAO/ PESSOAL DO ENSINO INFANTIL	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		3.114.606,86	0,00	0,00	3.114.606,86	779.330,03	0,00	3.114.606,86
2.049	DISTRIBUIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES	DISTRIBUICAO (UN)							
	Meta física		8,000	0,000	0,000	8,000	2,000	0,000	8,000
	Meta financeira		200.004,00	0,00	0,00	200.004,00	50.001,00	0,00	200.004,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 4/11

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**

Seleção: Alteração em 01/07/2013 (C) - Lei, nº 58913 de 14/10/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade:	1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO		29.420.210,28	0,00	0,00	29.420.210,28	7.603.257,05	0,00	29.420.210,28
Órgão:	05.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		11.008.081,18	0,00	0,00	11.008.081,18	2.748.340,08	0,00	11.008.081,18
Unidade:	05.02 DIVISÃO DE CULTURA		303.004,00	0,00	0,00	303.004,00	72.001,00	0,00	303.004,00
0007	RESGATE DA CULTURA								
	2.018	REALIZACAO DE EVENTOS/MUNICIPIO	EVENTOS (UN)						
		Meta física	20,000	0,000	0,000	20,000	5,000	0,000	20,000
		Meta financeira	240.004,00	0,00	0,00	240.004,00	60.001,00	0,00	240.004,00
	2.019	MANUTENCAO / PESSOAL	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)						
		Meta física	48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
		Meta financeira	63.000,00	0,00	0,00	63.000,00	12.000,00	0,00	63.000,00
Unidade:	05.03 DIVISÃO DE ESPORTES		442.004,00	0,00	0,00	442.004,00	103.001,00	0,00	442.004,00
0008	ESPORTE É VIDA								
	1.022	CONSTRUCAO REFORMA E AMPLIACAO DE GINASIOS, QUADRA	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (UN)						
		Meta física	8,000	0,000	0,000	8,000	2,000	0,000	8,000
		Meta financeira	108.000,00	0,00	0,00	108.000,00	27.000,00	0,00	108.000,00
	2.019	MANUTENCAO / PESSOAL	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)						
		Meta física	48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
		Meta financeira	334.004,00	0,00	0,00	334.004,00	76.001,00	0,00	334.004,00
Órgão:	07.00 SECRETARIA DA AGRICULTURA		2.509.536,00	0,00	0,00	2.509.536,00	610.509,00	0,00	2.509.536,00
Unidade:	07.01 DIVISÃO DE AGRICULTURA		2.509.536,00	0,00	0,00	2.509.536,00	610.509,00	0,00	2.509.536,00
0014	AGRICULTURA SUSTENTAVEL								
	1.091	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPLEMENTOS AC	AQUISIÇÃO (UN)						
		Meta física	20,000	0,000	0,000	20,000	5,000	0,000	20,000
		Meta financeira	135.004,00	0,00	0,00	135.004,00	22.501,00	0,00	135.004,00
	2.041	CELEBRACAO DE CONVENIOS	CONVENIOS (Mês)						
		Meta física	48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
		Meta financeira	60.004,00	0,00	0,00	60.004,00	15.001,00	0,00	60.004,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 5/11

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**

Seleção: Alteração em 01/07/2013 (C) - Lei, nº 58913 de 14/10/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			29.420.210,28	0,00	0,00	29.420.210,28	7.603.257,05	0,00	29.420.210,28
Órgão: 07.00 SECRETARIA DA AGRICULTURA			2.509.536,00	0,00	0,00	2.509.536,00	610.509,00	0,00	2.509.536,00
Unidade: 07.01 DIVISÃO DE AGRICULTURA			2.509.536,00	0,00	0,00	2.509.536,00	610.509,00	0,00	2.509.536,00
0014	AGRICULTURA SUSTENTAVEL								
2.060	REALIZAÇÃO DA FESTA DO COLONO/MUNICIPIO	EVENTOS (UN)							
	Meta física		8,000	0,000	0,000	8,000	2,000	0,000	8,000
	Meta financeira		100.004,00	0,00	0,00	100.004,00	25.001,00	0,00	100.004,00
2.063	MANUTENÇÃO/PESSOAL DA SECRETARIA, COM VEÍCULOS PAR MANUTENÇÃO/PESSOAL/EQUIPAMENTOS (Mês)								
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		1.288.000,00	0,00	0,00	1.288.000,00	322.000,00	0,00	1.288.000,00
2.074	MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPLEMENTOS MANUT/CONSERVACAO (Mês)								
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		162.508,00	0,00	0,00	162.508,00	35.002,00	0,00	162.508,00
2.085	FOMENTO A DIVERSIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS	FOMENTO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		80.008,00	0,00	0,00	80.008,00	20.002,00	0,00	80.008,00
0015	PAMEC								
2.075	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS MÁQ., EQUIP., I	CONTRATAÇÃO (Hr)							
	Meta física		3.200,000	0,000	0,000	3.200,000	800,000	0,000	3.200,000
	Meta financeira		600.008,00	0,00	0,00	600.008,00	150.002,00	0,00	600.008,00
0016	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA								
2.067	INCENTIVO A INSTALAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS E A INCENTIVO (UN)								
	Meta física		20,000	0,000	0,000	20,000	5,000	0,000	20,000
	Meta financeira		84.000,00	0,00	0,00	84.000,00	21.000,00	0,00	84.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 6/11

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**

Seleção: Alteração em 01/07/2013 (C) - Lei, nº 58913 de 14/10/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			29.420.210,28	0,00	0,00	29.420.210,28	7.603.257,05	0,00	29.420.210,28
Órgão: 08.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS			5.537.538,00	0,00	0,00	5.537.538,00	1.458.258,00	0,00	5.537.538,00
Unidade: 08.03 DIVISAO DE OBRAS			5.537.538,00	0,00	0,00	5.537.538,00	1.458.258,00	0,00	5.537.538,00
0012	ESTRADAS VICINAIS								
	1.091	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPLEMENTOS AC AQUISIÇÃO (UN)							
		Meta física	28,000	0,000	0,000	28,000	7,000	0,000	28,000
		Meta financeira	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	7.500,00	0,00	30.000,00
	2.074	MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPELEMOTOS MANUT/CONSERVACAO (Mês)							
		Meta física	48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
		Meta financeira	1.320.008,00	0,00	0,00	1.320.008,00	305.002,00	0,00	1.320.008,00
0013	URBANISMO								
	1.031	CONSTRUCAO DE PONTES, BUEIROS E TUBULACOES	PONTE (Mês)						
		Meta física	2,000	0,000	0,000	2,000	1,000	0,000	2,000
		Meta financeira	38.000,00	0,00	0,00	38.000,00	7.250,00	0,00	38.000,00
	1.038	PAVIMENTAÇÃO	PAVIMENTAÇÃO (m²)						
		Meta física	28.000,000	0,000	0,000	28.000,000	7.000,000	0,000	28.000,000
		Meta financeira	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	45.000,00	0,00	240.000,00
	1.043	CONSTRUCAO DE PRACAS E JARDINS	PRACAS/JARDINS (UN)						
		Meta física	8,000	0,000	0,000	8,000	2,000	0,000	8,000
		Meta financeira	85.006,00	0,00	0,00	85.006,00	77.500,00	0,00	85.006,00
	1.058	CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO PUBLICO MUNICIPAL	CONSTRUCAO (UN)						
		Meta física	1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
		Meta financeira	11.005,94	0,00	0,00	11.005,94	2,00	0,00	11.005,94
	1.059	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS	CONSTRUCAO (M2)						
		Meta física	2,000	0,000	0,000	2,000	1,000	0,000	2,000
		Meta financeira	130.006,06	0,00	0,00	130.006,06	130.001,00	0,00	130.006,06

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 7/11

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**

Seleção: Alteração em 01/07/2013 (C) - Lei, nº 58913 de 14/10/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade:	1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO		29.420.210,28	0,00	0,00	29.420.210,28	7.603.257,05	0,00	29.420.210,28
Órgão:	08.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS		5.537.538,00	0,00	0,00	5.537.538,00	1.458.258,00	0,00	5.537.538,00
Unidade:	08.03 DIVISAO DE OBRAS		5.537.538,00	0,00	0,00	5.537.538,00	1.458.258,00	0,00	5.537.538,00
0013	URBANISMO								
2.044	MANUTENCAO E AMPLIAÇÃO DOS SERVICOS DE ILUMINACAO E MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO (Mês)								
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		116.004,00	0,00	0,00	116.004,00	26.001,00	0,00	116.004,00
2.092	MANUTENÇÃO/PESSOAL DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, C MANUT/PESSOAL (Mês)								
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		3.567.508,00	0,00	0,00	3.567.508,00	860.002,00	0,00	3.567.508,00
Órgão:	09.00 SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		1.558.352,00	0,00	0,00	1.558.352,00	492.716,00	0,00	1.558.352,00
Unidade:	09.01 DIVISÃO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL		1.222.309,03	0,00	0,00	1.222.309,03	282.702,00	0,00	1.222.309,03
0010	DESENVOLVIMENTO SOCIAL								
1.006	AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)							
	Meta física		24,000	0,000	0,000	24,000	6,000	0,000	24,000
	Meta financeira		70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	10.000,00	0,00	70.000,00
2.027	BENEFICIOS EVENTUAIS	AUXILIOS (UN)							
	Meta física		200,000	0,000	0,000	200,000	50,000	0,000	200,000
	Meta financeira		80.004,00	0,00	0,00	80.004,00	20.001,00	0,00	80.004,00
2.028	MANUTENCAO/PESSOAL DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA	SO FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		834.300,00	0,00	0,00	834.300,00	200.700,00	0,00	834.300,00
2.029	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DO CRAS	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		238.005,03	0,00	0,00	238.005,03	52.001,00	0,00	238.005,03

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 8/11

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/07/2013 (C) - Lei, nº 58913 de 14/10/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade:	1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO		29.420.210,28	0,00	0,00	29.420.210,28	7.603.257,05	0,00	29.420.210,28
Órgão:	09.00 SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		1.558.352,00	0,00	0,00	1.558.352,00	492.716,00	0,00	1.558.352,00
Unidade:	09.02 DIVISÃO DO FUNDO HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL		80.020,00	0,00	0,00	80.020,00	20.005,00	0,00	80.020,00
0010	DESENVOLVIMENTO SOCIAL								
	2.052	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS HABITACIONAIS	MANUT/PESSOAL (UN)						
		Meta física	300,000	0,000	0,000	300,000	75,000	0,000	300,000
		Meta financeira	80.020,00	0,00	0,00	80.020,00	20.005,00	0,00	80.020,00
Unidade:	09.03 DIVISÃO DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA		256.022,97	0,00	0,00	256.022,97	190.009,00	0,00	256.022,97
0010	DESENVOLVIMENTO SOCIAL								
	1.033	SÓ SE FAZ EDUCAÇÃO SE JUNTOS TRABALHARMOS POR ELA	ESCOLA (ES)						
		Meta física	1,000	0,000	0,000	1,000	1,000	0,000	1,000
		Meta financeira	130.004,00	0,00	0,00	130.004,00	130.004,00	0,00	130.004,00
	2.019	MANUTENCAO / PESSOAL	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)						
		Meta física	48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
		Meta financeira	126.018,97	0,00	0,00	126.018,97	60.005,00	0,00	126.018,97
Órgão:	10.00 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO		767.766,00	0,00	0,00	767.766,00	197.754,00	0,00	767.766,00
Unidade:	10.01 DIVISAO DO MEIO AMBIENTE		700.516,00	0,00	0,00	700.516,00	168.004,00	0,00	700.516,00
0011	GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA								
	1.006	AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)						
		Meta física	20,000	0,000	0,000	20,000	5,000	0,000	20,000
		Meta financeira	60.008,00	0,00	0,00	60.008,00	15.002,00	0,00	60.008,00
	2.066	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE SANEAMENTO BASICO E PROTE	IMPLANTACAO (Mês)						
		Meta física	48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
		Meta financeira	40.008,00	0,00	0,00	40.008,00	10.002,00	0,00	40.008,00
	2.076	MANUTENÇÃO/PESSOAL DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	MANUT/PESSOAL (Mês)						
		Meta física	48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
		Meta financeira	600.500,00	0,00	0,00	600.500,00	143.000,00	0,00	600.500,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 9/11

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**

Seleção: Alteração em 01/07/2013 (C) - Lei, nº 58913 de 14/10/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			29.420.210,28	0,00	0,00	29.420.210,28	7.603.257,05	0,00	29.420.210,28
Órgão: 10.00 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO			767.766,00	0,00	0,00	767.766,00	197.754,00	0,00	767.766,00
Unidade: 10.02 DIVISÃO DE TURISMO			67.250,00	0,00	0,00	67.250,00	29.750,00	0,00	67.250,00
0011	GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA								
1.032	INCENTIVO A EMPREENDIMENTOS TURISTICOS	INCENTIVO (UN)							
	Meta física		16,000	0,000	0,000	16,000	4,000	0,000	16,000
	Meta financeira		28.000,00	0,00	0,00	28.000,00	7.000,00	0,00	28.000,00
1.039	CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA TURISTICA	CONSTRUCAO (UN)							
	Meta física		8,000	0,000	0,000	8,000	2,000	0,000	8,000
	Meta financeira		39.250,00	0,00	0,00	39.250,00	22.750,00	0,00	39.250,00
Órgão: 12.00 GABINETE DO PREFEITO E VICE			1.482.026,97	0,00	0,00	1.482.026,97	435.500,00	0,00	1.482.026,97
Unidade: 12.02 GABINETE DO PREFEITO E VICE			1.474.026,97	0,00	0,00	1.474.026,97	433.500,00	0,00	1.474.026,97
0003	GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR								
1.006	AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)							
	Meta física		20,000	0,000	0,000	20,000	5,000	0,000	20,000
	Meta financeira		125.000,00	0,00	0,00	125.000,00	101.000,00	0,00	125.000,00
2.002	MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		1.349.026,97	0,00	0,00	1.349.026,97	332.500,00	0,00	1.349.026,97
Unidade: 12.03 COMDEC			8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	2.000,00	0,00	8.000,00
0003	GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR								
2.098	DEFESA CIVIL	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	2.000,00	0,00	8.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 10/11

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**

Seleção: Alteração em 01/07/2013 (C) - Lei, nº 58913 de 14/10/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			29.420.210,28	0,00	0,00	29.420.210,28	7.603.257,05	0,00	29.420.210,28
Órgão: 90.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA			240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	60.000,00	0,00	240.000,00
Unidade: 90.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA			240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	60.000,00	0,00	240.000,00
0099	RESERVA DE CONTINGENCIA								
	2.097	RESERVA DE CONTINGENCIA	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)						
		Meta física	48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
		Meta financeira	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	60.000,00	0,00	240.000,00
Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			2.810.000,00	0,00	0,00	2.810.000,00	615.000,00	0,00	2.810.000,00
Órgão: 01.00 CAMARA DE VEREADORES			2.810.000,00	0,00	0,00	2.810.000,00	615.000,00	0,00	2.810.000,00
Unidade: 01.01 CAMARA DE VEREADORES			2.810.000,00	0,00	0,00	2.810.000,00	615.000,00	0,00	2.810.000,00
0001	PROCESSO LEGISLATIVO								
	1.001	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E MOBILIARI(EQUIPAMENTOS (UN)							
		Meta física	16,000	0,000	0,000	16,000	4,000	0,000	16,000
		Meta financeira	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	12.000,00	0,00	80.000,00
	1.003	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE	CONSTRUCAO (m²)						
		Meta física	2,000	0,000	0,000	2,000	1,000	0,000	2,000
		Meta financeira	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	8.000,00	0,00	20.000,00
	2.001	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA CAMARA DE VEREADOR	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)						
		Meta física	48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
		Meta financeira	2.710.000,00	0,00	0,00	2.710.000,00	595.000,00	0,00	2.710.000,00
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO			6.394.376,42	0,00	0,00	6.394.376,42	1.536.890,66	0,00	6.394.376,42
Órgão: 06.00 SECRETARIA DA SAUDE			6.394.376,42	0,00	0,00	6.394.376,42	1.536.890,66	0,00	6.394.376,42
Unidade: 06.01 DIVISÃO DO FUNDO DE SAÚDE			6.394.376,42	0,00	0,00	6.394.376,42	1.536.890,66	0,00	6.394.376,42
0009	SAÚDE PARA TODOS								
	1.005	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (m²)						
		Meta física	400,000	0,000	0,000	400,000	100,000	0,000	400,000
		Meta financeira	20.012,00	0,00	0,00	20.012,00	5.003,00	0,00	20.012,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 11/11

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**

Seleção: Alteração em 01/07/2013 (C) - Lei, nº 58913 de 14/10/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade:	3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO		6.394.376,42	0,00	0,00	6.394.376,42	1.536.890,66	0,00	6.394.376,42
Órgão:	06.00 SECRETARIA DA SAUDE		6.394.376,42	0,00	0,00	6.394.376,42	1.536.890,66	0,00	6.394.376,42
Unidade:	06.01 DIVISÃO DO FUNDO DE SAÚDE		6.394.376,42	0,00	0,00	6.394.376,42	1.536.890,66	0,00	6.394.376,42
0009	SAÚDE PARA TODOS								
1.006	AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		164.008,00	0,00	0,00	164.008,00	41.002,00	0,00	164.008,00
1.098	AQUISIÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO DE IMOVEIS	AQUISIÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO (UN)							
	Meta física		4,000	0,000	0,000	4,000	1,000	0,000	4,000
	Meta financeira		12,00	0,00	0,00	12,00	3,00	0,00	12,00
2.021	MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		4.351.932,42	0,00	0,00	4.351.932,42	1.026.279,66	0,00	4.351.932,42
2.024	MANUTENCAO/PESSOAL DO SISTEMA DE VIGILANCIA SANITARI	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		44.004,00	0,00	0,00	44.004,00	11.001,00	0,00	44.004,00
2.025	MANUTENCAO/ PESSOAL DO SISTEMA DE VIGILANCIA EPIDEMI	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		44.008,00	0,00	0,00	44.008,00	11.002,00	0,00	44.008,00
2.026	MANUTENCAO/PESSOAL DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		1.710.400,00	0,00	0,00	1.710.400,00	427.600,00	0,00	1.710.400,00
2.027	BENEFICIOS EVENTUAIS	AUXILIOS (UN)							
	Meta física		80,000	0,000	0,000	80,000	20,000	0,000	80,000
	Meta financeira		60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	15.000,00	0,00	60.000,00
		Total geral:	38.624.586,70	0,00	0,00	38.624.586,70	9.755.147,71	0,00	38.624.586,70

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/11

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/07/2013 (C) - Lei, nº 58913 de 14/10/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			29.420.210,28	0,00	0,00	29.420.210,28	7.603.257,05	0,00	29.420.210,28
Órgão: 03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			2.952.890,13	0,00	0,00	2.952.890,13	714.175,97	0,00	2.952.890,13
Unidade: 03.03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			2.952.890,13	0,00	0,00	2.952.890,13	714.175,97	0,00	2.952.890,13
0004	SEGURANÇA PÚBLICA								
	2.096	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)						
		Meta física	48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
		Meta financeira	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	25.000,00	0,00	100.000,00
0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL								
	1.005	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (m²)						
		Meta física	600,000	0,000	0,000	600,000	500,000	0,000	600,000
		Meta financeira	8.004,00	0,00	0,00	8.004,00	2.001,00	0,00	8.004,00
	1.006	AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)						
		Meta física	40,000	0,000	0,000	40,000	10,000	0,000	40,000
		Meta financeira	80.007,96	0,00	0,00	80.007,96	20.002,00	0,00	80.007,96
	1.017	AQUISICAO E DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS.	IMOVEIS (UN)						
		Meta física	4,000	0,000	0,000	4,000	1,000	0,000	4,000
		Meta financeira	12,00	0,00	0,00	12,00	3,00	0,00	12,00
	2.003	MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJ/ MANUTENÇÃO DA SECRETARIA	(Mês)						
		Meta física	48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
		Meta financeira	2.724.866,17	0,00	0,00	2.724.866,17	657.169,97	0,00	2.724.866,17
	2.070	SUBVENÇÃO, AUXILIO E CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÕES/ENTI	SUBVENÇÃO, AUXILIO, CONTRIBUIÇÃO (UN)						
		Meta física	16,000	0,000	0,000	16,000	4,000	0,000	16,000
		Meta financeira	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00	10.000,00	0,00	40.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/11

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**

Seleção: Alteração em 01/07/2013 (C) - Lei, nº 58913 de 14/10/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			29.420.210,28	0,00	0,00	29.420.210,28	7.603.257,05	0,00	29.420.210,28
Órgão: 04.00 SECRETARIA DA FAZENDA			3.364.020,00	0,00	0,00	3.364.020,00	886.004,00	0,00	3.364.020,00
Unidade: 04.04 SECRETARIA DA FAZENDA			3.364.020,00	0,00	0,00	3.364.020,00	886.004,00	0,00	3.364.020,00
0002	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA								
1.006	AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)							
	Meta física		32,000	0,000	0,000	32,000	8,000	0,000	32,000
	Meta financeira		115.008,00	0,00	0,00	115.008,00	20.002,00	0,00	115.008,00
2.005	MANUTENCAO/PESSOAL SECRETARIA DA FAZENDA	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		2.535.012,00	0,00	0,00	2.535.012,00	710.002,00	0,00	2.535.012,00
2.006	PROCESSAMENTO DE DIVIDAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	PROCESSAMENTO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		24.000,00	0,00	0,00	24.000,00	6.000,00	0,00	24.000,00
2.007	CONTRIBUICAO A ENTIDADES MUNICIPALISTAS	CONTRIBUICAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		310.000,00	0,00	0,00	310.000,00	70.000,00	0,00	310.000,00
2.008	CONTRIBUICAO AO PASEP	CONTRIBUICAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		380.000,00	0,00	0,00	380.000,00	80.000,00	0,00	380.000,00
Órgão: 05.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			11.008.081,18	0,00	0,00	11.008.081,18	2.748.340,08	0,00	11.008.081,18
Unidade: 05.01 DIVISÃO DE ENSINO			10.263.073,18	0,00	0,00	10.263.073,18	2.573.338,08	0,00	10.263.073,18
0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS								
1.006	AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)							
	Meta física		40,000	0,000	0,000	40,000	10,000	0,000	40,000
	Meta financeira		169.014,04	0,00	0,00	169.014,04	43.503,00	0,00	169.014,04
1.017	AQUISICAO E DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS.	IMOVEIS (UN)							
	Meta física		4,000	0,000	0,000	4,000	1,000	0,000	4,000
	Meta financeira		4,00	0,00	0,00	4,00	1,00	0,00	4,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 3/11

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**

Seleção: Alteração em 01/07/2013 (C) - Lei, nº 58913 de 14/10/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			29.420.210,28	0,00	0,00	29.420.210,28	7.603.257,05	0,00	29.420.210,28
Órgão: 05.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			11.008.081,18	0,00	0,00	11.008.081,18	2.748.340,08	0,00	11.008.081,18
Unidade: 05.01 DIVISÃO DE ENSINO			10.263.073,18	0,00	0,00	10.263.073,18	2.573.338,08	0,00	10.263.073,18
0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS								
1.030	CONSTRUCAO REFORMA E AMPLIACAO DE ESCOLAS, GINASIO CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (UN)								
	Meta física		16,000	0,000	0,000	16,000	4,000	0,000	16,000
	Meta financeira		136.008,00	0,00	0,00	136.008,00	34.002,00	0,00	136.008,00
1.047	REFORMA E AMPLIAÇÃO DOS PARQUES INFANTIS REFORMA E AMPLIACAO (UN)								
	Meta física		12,000	0,000	0,000	12,000	3,000	0,000	12,000
	Meta financeira		24.512,00	0,00	0,00	24.512,00	9.002,00	0,00	24.512,00
2.010	DISTRIBUICAO DE MATERIAL DIDATICO, PEDAGOGICO E ESCOL MATERIAL (DIS)								
	Meta física		80,000	0,000	0,000	80,000	20,000	0,000	80,000
	Meta financeira		120.004,00	0,00	0,00	120.004,00	30.001,00	0,00	120.004,00
2.014	MANUTENCAO DO PROGRAMA DA MERENDA ESCOLAR FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)								
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		480.000,00	0,00	0,00	480.000,00	120.000,00	0,00	480.000,00
2.015	MANUTENCAO DO PROGRAMA DO TRANSPORTE ESCOLAR FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)								
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		1.360.004,00	0,00	0,00	1.360.004,00	340.001,00	0,00	1.360.004,00
2.016	MANUTENCAO/ PESSOAL DO ENSINO FUNDAMENTAL FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)								
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		4.658.916,28	0,00	0,00	4.658.916,28	1.167.497,05	0,00	4.658.916,28
2.017	MANUTENCAO/ PESSOAL DO ENSINO INFANTIL FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)								
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		3.114.606,86	0,00	0,00	3.114.606,86	779.330,03	0,00	3.114.606,86
2.049	DISTRIBUIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES DISTRIBUICAO (UN)								
	Meta física		8,000	0,000	0,000	8,000	2,000	0,000	8,000
	Meta financeira		200.004,00	0,00	0,00	200.004,00	50.001,00	0,00	200.004,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 4/11

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/07/2013 (C) - Lei, nº 58913 de 14/10/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			29.420.210,28	0,00	0,00	29.420.210,28	7.603.257,05	0,00	29.420.210,28
Órgão: 05.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			11.008.081,18	0,00	0,00	11.008.081,18	2.748.340,08	0,00	11.008.081,18
Unidade: 05.02 DIVISÃO DE CULTURA			303.004,00	0,00	0,00	303.004,00	72.001,00	0,00	303.004,00
0007	RESGATE DA CULTURA								
	2.018	REALIZACAO DE EVENTOS/MUNICIPIO	EVENTOS (UN)						
		Meta física	20,000	0,000	0,000	20,000	5,000	0,000	20,000
		Meta financeira	240.004,00	0,00	0,00	240.004,00	60.001,00	0,00	240.004,00
	2.019	MANUTENCAO / PESSOAL	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)						
		Meta física	48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
		Meta financeira	63.000,00	0,00	0,00	63.000,00	12.000,00	0,00	63.000,00
Unidade: 05.03 DIVISÃO DE ESPORTES			442.004,00	0,00	0,00	442.004,00	103.001,00	0,00	442.004,00
0008	ESPORTE É VIDA								
	1.022	CONSTRUCAO REFORMA E AMPLIACAO DE GINASIOS, QUADRA CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (UN)							
		Meta física	8,000	0,000	0,000	8,000	2,000	0,000	8,000
		Meta financeira	108.000,00	0,00	0,00	108.000,00	27.000,00	0,00	108.000,00
	2.019	MANUTENCAO / PESSOAL	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)						
		Meta física	48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
		Meta financeira	334.004,00	0,00	0,00	334.004,00	76.001,00	0,00	334.004,00
Órgão: 07.00 SECRETARIA DA AGRICULTURA			2.509.536,00	0,00	0,00	2.509.536,00	610.509,00	0,00	2.509.536,00
Unidade: 07.01 DIVISÃO DE AGRICULTURA			2.509.536,00	0,00	0,00	2.509.536,00	610.509,00	0,00	2.509.536,00
0014	AGRICULTURA SUSTENTAVEL								
	1.091	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPLEMENTOS AC AQUISIÇÃO (UN)							
		Meta física	20,000	0,000	0,000	20,000	5,000	0,000	20,000
		Meta financeira	135.004,00	0,00	0,00	135.004,00	22.501,00	0,00	135.004,00
	2.041	CELEBRACAO DE CONVENIOS	CONVENIOS (Mês)						
		Meta física	48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
		Meta financeira	60.004,00	0,00	0,00	60.004,00	15.001,00	0,00	60.004,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 5/11

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**

Seleção: Alteração em 01/07/2013 (C) - Lei, nº 58913 de 14/10/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			29.420.210,28	0,00	0,00	29.420.210,28	7.603.257,05	0,00	29.420.210,28
Órgão: 07.00 SECRETARIA DA AGRICULTURA			2.509.536,00	0,00	0,00	2.509.536,00	610.509,00	0,00	2.509.536,00
Unidade: 07.01 DIVISÃO DE AGRICULTURA			2.509.536,00	0,00	0,00	2.509.536,00	610.509,00	0,00	2.509.536,00
0014	AGRICULTURA SUSTENTAVEL								
2.060	REALIZAÇÃO DA FESTA DO COLONO/MUNICIPIO	EVENTOS (UN)							
	Meta física		8,000	0,000	0,000	8,000	2,000	0,000	8,000
	Meta financeira		100.004,00	0,00	0,00	100.004,00	25.001,00	0,00	100.004,00
2.063	MANUTENÇÃO/PESSOAL DA SECRETARIA, COM VEÍCULOS PAR MANUTENÇÃO/PESSOAL/EQUIPAMENTOS (Mês)								
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		1.288.000,00	0,00	0,00	1.288.000,00	322.000,00	0,00	1.288.000,00
2.074	MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPELEMENTOS MANUT/CONSERVACAO (Mês)								
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		162.508,00	0,00	0,00	162.508,00	35.002,00	0,00	162.508,00
2.085	FOMENTO A DIVERSIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS	FOMENTO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		80.008,00	0,00	0,00	80.008,00	20.002,00	0,00	80.008,00
0015	PAMEC								
2.075	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS MÁQ., EQUIP., I CONTRATAÇÃO (Hr)								
	Meta física		3.200,000	0,000	0,000	3.200,000	800,000	0,000	3.200,000
	Meta financeira		600.008,00	0,00	0,00	600.008,00	150.002,00	0,00	600.008,00
0016	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA								
2.067	INCENTIVO A INSTALAÇÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS E A INCENTIVO (UN)								
	Meta física		20,000	0,000	0,000	20,000	5,000	0,000	20,000
	Meta financeira		84.000,00	0,00	0,00	84.000,00	21.000,00	0,00	84.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 6/11

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**

Seleção: Alteração em 01/07/2013 (C) - Lei, nº 58913 de 14/10/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			29.420.210,28	0,00	0,00	29.420.210,28	7.603.257,05	0,00	29.420.210,28
Órgão: 08.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS			5.537.538,00	0,00	0,00	5.537.538,00	1.458.258,00	0,00	5.537.538,00
Unidade: 08.03 DIVISAO DE OBRAS			5.537.538,00	0,00	0,00	5.537.538,00	1.458.258,00	0,00	5.537.538,00
0012	ESTRADAS VICINAIS								
1.091	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPLEMENTOS AC AQUISIÇÃO (UN)								
	Meta física		28,000	0,000	0,000	28,000	7,000	0,000	28,000
	Meta financeira		30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	7.500,00	0,00	30.000,00
2.074	MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPEMEMENTOS MANUT/CONSERVACAO (Mês)								
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		1.320.008,00	0,00	0,00	1.320.008,00	305.002,00	0,00	1.320.008,00
0013	URBANISMO								
1.031	CONSTRUCAO DE PONTES, BUEIROS E TUBULACOES		PONTE (Mês)						
	Meta física		2,000	0,000	0,000	2,000	1,000	0,000	2,000
	Meta financeira		38.000,00	0,00	0,00	38.000,00	7.250,00	0,00	38.000,00
1.038	PAVIMENTAÇÃO		PAVIMENTAÇÃO (m²)						
	Meta física		28.000,000	0,000	0,000	28.000,000	7.000,000	0,000	28.000,000
	Meta financeira		240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	45.000,00	0,00	240.000,00
1.043	CONSTRUCAO DE PRACAS E JARDINS		PRACAS/JARDINS (UN)						
	Meta física		8,000	0,000	0,000	8,000	2,000	0,000	8,000
	Meta financeira		85.006,00	0,00	0,00	85.006,00	77.500,00	0,00	85.006,00
1.058	CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO PUBLICO MUNICIPAL		CONSTRUCAO (UN)						
	Meta física		1,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,000	1,000
	Meta financeira		11.005,94	0,00	0,00	11.005,94	2,00	0,00	11.005,94
1.059	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS		CONSTRUCAO (M2)						
	Meta física		2,000	0,000	0,000	2,000	1,000	0,000	2,000
	Meta financeira		130.006,06	0,00	0,00	130.006,06	130.001,00	0,00	130.006,06

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 7/11

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**

Seleção: Alteração em 01/07/2013 (C) - Lei, nº 58913 de 14/10/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			29.420.210,28	0,00	0,00	29.420.210,28	7.603.257,05	0,00	29.420.210,28
Órgão: 08.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS			5.537.538,00	0,00	0,00	5.537.538,00	1.458.258,00	0,00	5.537.538,00
Unidade: 08.03 DIVISAO DE OBRAS			5.537.538,00	0,00	0,00	5.537.538,00	1.458.258,00	0,00	5.537.538,00
0013	URBANISMO								
	2.044	MANUTENCAO E AMPLIAÇÃO DOS SERVICOS DE ILUMINACAO E MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO (Mês)							
		Meta física	48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
		Meta financeira	116.004,00	0,00	0,00	116.004,00	26.001,00	0,00	116.004,00
	2.092	MANUTENÇÃO/PESSOAL DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, C MANUT/PESSOAL (Mês)							
		Meta física	48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
		Meta financeira	3.567.508,00	0,00	0,00	3.567.508,00	860.002,00	0,00	3.567.508,00
Órgão: 09.00 SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL			1.558.352,00	0,00	0,00	1.558.352,00	492.716,00	0,00	1.558.352,00
Unidade: 09.01 DIVISÃO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL			1.222.309,03	0,00	0,00	1.222.309,03	282.702,00	0,00	1.222.309,03
0010	DESENVOLVIMENTO SOCIAL								
	1.006	AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)						
		Meta física	24,000	0,000	0,000	24,000	6,000	0,000	24,000
		Meta financeira	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	10.000,00	0,00	70.000,00
	2.027	BENEFICIOS EVENTUAIS	AUXILIOS (UN)						
		Meta física	200,000	0,000	0,000	200,000	50,000	0,000	200,000
		Meta financeira	80.004,00	0,00	0,00	80.004,00	20.001,00	0,00	80.004,00
	2.028	MANUTENCAO/PESSOAL DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL SO FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
		Meta física	48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
		Meta financeira	834.300,00	0,00	0,00	834.300,00	200.700,00	0,00	834.300,00
	2.029	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DO CRAS	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)						
		Meta física	48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
		Meta financeira	238.005,03	0,00	0,00	238.005,03	52.001,00	0,00	238.005,03

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 8/11

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações

Seleção: Alteração em 01/07/2013 (C) - Lei, nº 58913 de 14/10/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			29.420.210,28	0,00	0,00	29.420.210,28	7.603.257,05	0,00	29.420.210,28
Órgão: 09.00 SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL			1.558.352,00	0,00	0,00	1.558.352,00	492.716,00	0,00	1.558.352,00
Unidade: 09.02 DIVISÃO DO FUNDO HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL			80.020,00	0,00	0,00	80.020,00	20.005,00	0,00	80.020,00
0010 DESENVOLVIMENTO SOCIAL									
	2.052	MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS HABITACIONAIS	MANUT/PESSOAL (UN)						
		Meta física	300,000	0,000	0,000	300,000	75,000	0,000	300,000
		Meta financeira	80.020,00	0,00	0,00	80.020,00	20.005,00	0,00	80.020,00
Unidade: 09.03 DIVISÃO DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA			256.022,97	0,00	0,00	256.022,97	190.009,00	0,00	256.022,97
0010 DESENVOLVIMENTO SOCIAL									
	1.033	SÓ SE FAZ EDUCAÇÃO SE JUNTOS TRABALHARMOS POR ELA ESCOLA (ES)							
		Meta física	1,000	0,000	0,000	1,000	1,000	0,000	1,000
		Meta financeira	130.004,00	0,00	0,00	130.004,00	130.004,00	0,00	130.004,00
	2.019	MANUTENCAO / PESSOAL	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)						
		Meta física	48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
		Meta financeira	126.018,97	0,00	0,00	126.018,97	60.005,00	0,00	126.018,97
Órgão: 10.00 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO			767.766,00	0,00	0,00	767.766,00	197.754,00	0,00	767.766,00
Unidade: 10.01 DIVISAO DO MEIO AMBIENTE			700.516,00	0,00	0,00	700.516,00	168.004,00	0,00	700.516,00
0011 GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA									
	1.006	AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)						
		Meta física	20,000	0,000	0,000	20,000	5,000	0,000	20,000
		Meta financeira	60.008,00	0,00	0,00	60.008,00	15.002,00	0,00	60.008,00
	2.066	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE SANEAMENTO BASICO E PROT	IMPLANTACAO (Mês)						
		Meta física	48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
		Meta financeira	40.008,00	0,00	0,00	40.008,00	10.002,00	0,00	40.008,00
	2.076	MANUTENÇÃO/PESSOAL DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	MANUT/PESSOAL (Mês)						
		Meta física	48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
		Meta financeira	600.500,00	0,00	0,00	600.500,00	143.000,00	0,00	600.500,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 9/11

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**

Seleção: Alteração em 01/07/2013 (C) - Lei, nº 58913 de 14/10/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			29.420.210,28	0,00	0,00	29.420.210,28	7.603.257,05	0,00	29.420.210,28
Órgão: 10.00 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO			767.766,00	0,00	0,00	767.766,00	197.754,00	0,00	767.766,00
Unidade: 10.02 DIVISÃO DE TURISMO			67.250,00	0,00	0,00	67.250,00	29.750,00	0,00	67.250,00
0011	GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA								
1.032	INCENTIVO A EMPREENDIMENTOS TURISTICOS	INCENTIVO (UN)							
	Meta física		16,000	0,000	0,000	16,000	4,000	0,000	16,000
	Meta financeira		28.000,00	0,00	0,00	28.000,00	7.000,00	0,00	28.000,00
1.039	CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA TURISTICA	CONSTRUCAO (UN)							
	Meta física		8,000	0,000	0,000	8,000	2,000	0,000	8,000
	Meta financeira		39.250,00	0,00	0,00	39.250,00	22.750,00	0,00	39.250,00
Órgão: 12.00 GABINETE DO PREFEITO E VICE			1.482.026,97	0,00	0,00	1.482.026,97	435.500,00	0,00	1.482.026,97
Unidade: 12.02 GABINETE DO PREFEITO E VICE			1.474.026,97	0,00	0,00	1.474.026,97	433.500,00	0,00	1.474.026,97
0003	GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR								
1.006	AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)							
	Meta física		20,000	0,000	0,000	20,000	5,000	0,000	20,000
	Meta financeira		125.000,00	0,00	0,00	125.000,00	101.000,00	0,00	125.000,00
2.002	MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		1.349.026,97	0,00	0,00	1.349.026,97	332.500,00	0,00	1.349.026,97
Unidade: 12.03 COMDEC			8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	2.000,00	0,00	8.000,00
0003	GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR								
2.098	DEFESA CIVIL	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		8.000,00	0,00	0,00	8.000,00	2.000,00	0,00	8.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 10/11

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**

Seleção: Alteração em 01/07/2013 (C) - Lei, nº 58913 de 14/10/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			29.420.210,28	0,00	0,00	29.420.210,28	7.603.257,05	0,00	29.420.210,28
Órgão: 90.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA			240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	60.000,00	0,00	240.000,00
Unidade: 90.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA			240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	60.000,00	0,00	240.000,00
0099	RESERVA DE CONTINGENCIA								
	2.097	RESERVA DE CONTINGENCIA	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)						
		Meta física	48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
		Meta financeira	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	60.000,00	0,00	240.000,00
Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO			2.810.000,00	0,00	0,00	2.810.000,00	615.000,00	0,00	2.810.000,00
Órgão: 01.00 CAMARA DE VEREADORES			2.810.000,00	0,00	0,00	2.810.000,00	615.000,00	0,00	2.810.000,00
Unidade: 01.01 CAMARA DE VEREADORES			2.810.000,00	0,00	0,00	2.810.000,00	615.000,00	0,00	2.810.000,00
0001	PROCESSO LEGISLATIVO								
	1.001	AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E MOBILIARI(EQUIPAMENTOS (UN)							
		Meta física	16,000	0,000	0,000	16,000	4,000	0,000	16,000
		Meta financeira	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	12.000,00	0,00	80.000,00
	1.003	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE	CONSTRUCAO (m²)						
		Meta física	2,000	0,000	0,000	2,000	1,000	0,000	2,000
		Meta financeira	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	8.000,00	0,00	20.000,00
	2.001	MANUTENCAO E FUNCIONAMENTO DA CAMARA DE VEREADOR	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)						
		Meta física	48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
		Meta financeira	2.710.000,00	0,00	0,00	2.710.000,00	595.000,00	0,00	2.710.000,00
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO			6.394.376,42	0,00	0,00	6.394.376,42	1.536.890,66	0,00	6.394.376,42
Órgão: 06.00 SECRETARIA DA SAUDE			6.394.376,42	0,00	0,00	6.394.376,42	1.536.890,66	0,00	6.394.376,42
Unidade: 06.01 DIVISÃO DO FUNDO DE SAÚDE			6.394.376,42	0,00	0,00	6.394.376,42	1.536.890,66	0,00	6.394.376,42
0009	SAÚDE PARA TODOS								
	1.005	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (m²)						
		Meta física	400,000	0,000	0,000	400,000	100,000	0,000	400,000
		Meta financeira	20.012,00	0,00	0,00	20.012,00	5.003,00	0,00	20.012,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 11/11

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Anexo IV - Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações**

Seleção: Alteração em 01/07/2013 (C) - Lei, nº 58913 de 14/10/2013

Código	Programa Ação	Produto (Un)	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	LOA 2014	Saldo Atualizado PPA
				Realizado até 2014	Orçamento em 2014				
Entidade:	3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO		6.394.376,42	0,00	0,00	6.394.376,42	1.536.890,66	0,00	6.394.376,42
Órgão:	06.00 SECRETARIA DA SAUDE		6.394.376,42	0,00	0,00	6.394.376,42	1.536.890,66	0,00	6.394.376,42
Unidade:	06.01 DIVISÃO DO FUNDO DE SAÚDE		6.394.376,42	0,00	0,00	6.394.376,42	1.536.890,66	0,00	6.394.376,42
0009	SAÚDE PARA TODOS								
1.006	AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		164.008,00	0,00	0,00	164.008,00	41.002,00	0,00	164.008,00
1.098	AQUISIÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO DE IMOVEIS	AQUISIÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO (UN)							
	Meta física		4,000	0,000	0,000	4,000	1,000	0,000	4,000
	Meta financeira		12,00	0,00	0,00	12,00	3,00	0,00	12,00
2.021	MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		4.351.932,42	0,00	0,00	4.351.932,42	1.026.279,66	0,00	4.351.932,42
2.024	MANUTENCAO/PESSOAL DO SISTEMA DE VIGILANCIA SANITARI	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		44.004,00	0,00	0,00	44.004,00	11.001,00	0,00	44.004,00
2.025	MANUTENCAO/ PESSOAL DO SISTEMA DE VIGILANCIA EPIDEMI	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		44.008,00	0,00	0,00	44.008,00	11.002,00	0,00	44.008,00
2.026	MANUTENCAO/PESSOAL DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA	FUNCIONAMENTO E MANUTENCAO (Mês)							
	Meta física		48,000	0,000	0,000	48,000	12,000	0,000	48,000
	Meta financeira		1.710.400,00	0,00	0,00	1.710.400,00	427.600,00	0,00	1.710.400,00
2.027	BENEFICIOS EVENTUAIS	AUXILIOS (UN)							
	Meta física		80,000	0,000	0,000	80,000	20,000	0,000	80,000
	Meta financeira		60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	15.000,00	0,00	60.000,00
Total geral:			38.624.586,70	0,00	0,00	38.624.586,70	9.755.147,71	0,00	38.624.586,70

NATUREZA JURÍDICA NÃO ENCONTRADA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

Página: 1/1

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - Portaria 462/09

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Caso ocorra no Município de Chapadão do Lageado, no exercício de 2013, algum fato que gere decretação de situação de emergência ou calamidade pública por interperies da natureza, não sendo possível sua previsão.	60.000,00	Os recursos previstos serão utilizados para pagamento de despesas referente aos eventos citados, não passíveis de previsão antecipada.	60.000,00
SUBTOTAL	60.000,00	SUBTOTAL	60.000,00
TOTAL	60.000,00	TOTAL	60.000,00

Lei N. 0601 de 20.12.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI N. 0601 DE 20.12.2013

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES DA COMUNIDADE DE FIGUEIREDO - MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Municipal a Associação de Moradores e Agricultores da Comunidade de Figueiredo, inscrita no CNPJ sob Nº 81.161.283/0001-55, com sede na Estrada Geral, Figueiredo, s/n, Município de Chapadão do Lageado- SC.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior da presente Lei, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 20 de dezembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Lei Nº 0598 de 20.12.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI Nº 0598 DE 20.12.2013

"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO PARA O EXERCÍCIO DE 2014, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Capítulo Único

Art.1º O Orçamento Fiscal do Município de Chapadão do Lageado, para o exercício financeiro de 2014, referente aos Poderes do Município e ao Fundo Municipal de Saúde, será instituído na forma desta LEI.

TÍTULO II

DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE

Art.2º O Orçamento Geral do Município de Chapadão do Lageado para o exercício financeiro de 2014, Estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 9.755.147,71 (nove milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, cento e quarenta e sete reais e setenta e um centavos).

Capítulo I

DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Seção Única

Art.3º As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições e de outras receitas correntes e de capital, previstas na legislação vigente, discriminadas no anexo integrante desta Lei, são estimadas em R\$ 9.755.147,71 (nove milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, cento e quarenta e sete reais e setenta e

um centavos), com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO VALOR

1-RECEITAS CORRENTES R\$ 9.331.895,10

RECEITA TRIBUTÁRIA R\$ 206.502,77

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES R\$ 26.001,00

RECEITA PATRIMONIAL R\$ 30.501,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES R\$ 8.335.090,33

OUTRAS RECEITAS CORRENTES R\$ 713.800,00

DEDUÇÕES DA RECEITA R\$ 175.900,00

2-RECEITAS DE CAPITAL R\$ 7.757,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO R\$ 1.003,00

ALIENAÇÃO DE BENS R\$ 6.754,00

RECEITAS DE OUTRAS FONTES DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INCLUSIVE FUNDOS, (excluídas as Transferências do Tesouro do Município)

3 - RECEITAS CORRENTES R\$ 591.391,61

RECEITA TRIBUTÁRIA R\$ 2.000,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES R\$ 588.390,61

OUTRAS RECEITAS CORRENTES R\$ 1.001,00

4 - RECEITAS DE CAPITAL R\$ 4,00

ALIENAÇÃO DE BENS R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO R\$ 3,00

TOTAL R\$ 9.755.147,71

Capítulo II

DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Seção I

DA DESPESA TOTAL

Art.4º A despesa total do orçamento fiscal, no mesmo valor da receita, é fixado em R\$ 9.755.147,71 (nove milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, cento e quarenta e sete reais e setenta e um centavos), com o seguinte desdobramento:

Seção II

DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃOS

Art.5º A despesa fixada à conta de recursos previstos neste título observada a programação constante do Anexo IV, apresenta por órgão, o seguinte desdobramento:

Distribuição por Órgãos

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Câmara Municipal de Vereadores R\$ 615.000,00

Gabinete do Prefeito R\$ 433.500,00

- Fundo Municipal da Defesa Civil R\$ 2.000,00

Secretarias:

Administração e Planejamento R\$ 714.175,97

Fazenda R\$ 886.004,00

Educação, Cultura e Esportes R\$ 2.748.340,08

Agricultura, Indústria e Comércio R\$ 610.509,00

Transportes, Obras e Serviços Urbanos R\$ 1.458.258,00

Meio Ambiente e Turismo R\$ 197.754,00

Desenvolvimento Social

- Fundo Municipal da Infância e Adolescência R\$ 190.009,00

- Fundo da Habitação e Interesse Social R\$ 20.005,00

- Fundo Municipal da Assistência Social R\$ 282.702,00

Reserva de Contingência R\$ 60.000,00

ADMINISTRAÇÃO DIRETA DESCENTRALIZADA

Fundo Municipal de Saúde R\$ 1.536.890,66

TOTAL GERAL R\$ 9.755.147,71

Capítulo III DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Art.6º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - contratar operações de crédito, por antecipação de receita (AROS), até o limite definido pelo Banco Central.

II - contratar, autorizada em lei, operações de créditos internas, até o limite da capacidade de endividamento do Município, nos termos estabelecidos em Resolução do Senado Federal, para atender despesas de capital.

§ 1º O Poder Executivo poderá oferecer em garantia dos empréstimos contraídos, nos termos desta Lei, o produto da arrecadação de quaisquer receitas do orçamento, inclusive quota-parte dos fundos federal e estadual.

§2º O Executivo Municipal poderá, para fins do disposto nos inciso I e II deste artigo, dar em garantia à instituições financeiras bens móveis que vierem a ser adquiridos.

Capítulo IV DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS

Art.7º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a:

I - abrir, durante o exercício financeiro, créditos adicionais suplementares, com a finalidade de atender insuficiência de dotações orçamentárias, até o limite de 15% (quinze por cento) do orçamento, observado o disposto art.43 da Lei Federal nº 4320/1964;

II - abrir créditos suplementares à conta do produto de operações de crédito até o limite dos valores autorizados em lei;

III - abrir crédito suplementar por conta do superávit financeiro, em cada fonte de recursos, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, nos termos do art.43, 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4320/64;

IV - reduzir, total ou parcialmente, os saldos de dotações consignadas e não comprometidas nos últimos três meses do exercício financeiro de 2014, para suplementar, exclusivamente, despesas com pessoal e encargos sociais, inclusive as decorrentes de exercícios anteriores, serviços da dívida e precatórios judiciais;

V - efetuar, por decreto, o remanejamento, a transposição ou transferência de uma dotação orçamentária para outra dentro da mesma categoria de programação, desde que não implique em aumento ou diminuição dos recursos alocados;

VI - tomar, durante a execução orçamentária, as medidas necessárias para ajustar a programação das despesas autorizadas ao efetivo ingresso de receitas, dentro dos limites constitucionais e legais;

VII - abrir crédito suplementar no Fundo Municipal de Saúde até o limite de 50% do seu orçamento, com recursos provenientes de remanejamento de dotações orçamentárias próprias, excesso de arrecadação e superávit de recursos diretamente arrecadados e

recursos vinculados.

§1º Ficam excluídos do limite a que se refere o inciso I deste artigo, os créditos suplementares para atender:

I - despesas com pessoal, encargos sociais, planos de previdência e saúde dos servidores do Município, serviços da dívida e débitos constantes de precatórios judiciais;

II - despesas programadas à conta de receitas vinculadas;

III - despesas programadas à conta de receitas próprias de entidades da administração indireta, inclusive fundos;

IV - o remanejamento, transferência ou transposição de recursos orçamentários dentro da mesma categoria de programação (mesmo projeto, atividade ou operação especial).

§2º As dotações consignadas a pessoal e encargos sociais, serviços da dívida e precatórios judiciais só poderão ser anuladas para servirem como fonte de recursos às respectivas finalidades.

§3º A Secretaria de Fazenda, sem a necessidade de ato de alteração orçamentária, observando as normas constitucionais, poderá, por meio do sistema informatizado de execução orçamentária, modificar a modalidade de aplicação e o identificado de uso- iduso das destinações de recursos.

§4º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos e eventos fiscais, caso não se concretizem até o dia 31 de outubro de 2014, poderão ser usados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações com saldo insuficientes.

Art.8º As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiverem assegurados o seu ingresso no fluxo de caixa.

TÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.9º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com o Estado, União, empresas públicas e sociedades de economia mista ou mediante consórcio com outros municípios, para realizar obras e serviços de interesse comum dispensado a autorização em lei específica.

Parágrafo único. Nos Convênios em que for parte interessada o Fundo Municipal de Saúde atuará naqueles instrumentos como parte interveniente.

Art.10. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, como fonte de recursos para abertura de créditos especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

Art.11. Fica o Executivo Municipal, mediante lei específica e nos limites dos créditos orçamentários e adicionais, autorizado a destinar recursos às instituições privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa, de acordo com o art.16, parágrafo único, e 17 da Lei Federal nº 4320/1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000, e de acordo com o que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município.

Art.12. Fica o Executivo Municipal, mediante lei específica e nos limites dos créditos orçamentários e adicionais, autorizado a destinar recursos financeiros a outras esferas de governo ou entidades

de direito publico ou privado, na forma de contribuições ou auxílios, observado o disposto nos arts. 25 e 26 da Lei Complementar nº 101/2000, e de acordo com o que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município.

Art.13. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação.

Art.14. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Município de Chapadão do Lageado, 20 de dezembro de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

ANEXOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA/2014

I - Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas;

II - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

III - Demonstrativo da Despesa por Categorias Econômicas, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária;

IV - Demonstrativo por Programa de Trabalho de Governo - Despesas por Funções, Subfunções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais;

V - Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos;

VI - Demonstrativo da Despesa por Órgãos, Funções de Governo e Subfunções;

VII - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes;

VIII - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica;

IX - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos derivados da Alienação de ativos que integram o Patrimônio Público;

X - Demonstrativo da origem e destinação dos recursos previstos para 2014;

XI - Demonstrativo de funções e subfunções de Governo;

XII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2014;

XIII - Demonstrativo das Renúncias de Receitas e Estimativa do seu Impacto Orçamentário; e

XIV - Demonstrativo do Montante da Dívida Fundada.

ANEXO XIII

XIII - Demonstrativo das Renúncias de Receitas e Estimativa do seu Impacto Orçamentário.

Para o exercício financeiro de 2014, não há previsão de renúncia de receita no orçamento geral da Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado.

JOSE BRÁULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Anexo da Lei 0598 - Loa 2014**Natureza Jurídica não encontrada**

Página: 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Receitas	Valor	Despesas	Valor		
RECEITAS CORRENTES	9.923.286,71	DESPESAS CORRENTES	8.709.003,71		
RECEITA TRIBUTÁRIA	208.502,77	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.587.276,97		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	26.001,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	25.000,00		
RECEITA PATRIMONIAL	30.501,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.096.726,74		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.943.480,94	DESPESAS DE CAPITAL	986.144,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	714.801,00	INVESTIMENTOS	856.144,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-175.900,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	130.000,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-175.900,00	RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00		
		RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00		
Deficit	7.761,00				
Total	9.755.147,71	Total	9.755.147,71		
		Deficit do orçamento corrente	7.761,00		
RECEITAS DE CAPITAL	7.761,00				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.006,00				
ALIENAÇÃO DE BENS	6.755,00				
		Superavit	7.761,00		
Total	7.761,00	Total	7.761,00		
Resumo					
DEDUÇÕES DA RECEITA	-175.900,00	-1,80 %	DESPESAS CORRENTES	8.709.003,71	89,28 %
RECEITAS CORRENTES	9.923.286,71	101,72 %	DESPESAS DE CAPITAL	986.144,00	10,11 %
RECEITAS DE CAPITAL	7.761,00	0,08 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00	0,62 %
Total	9.755.147,71	100,00 %	Total	9.755.147,71	100,00 %

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/6

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			9.331.895,10
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		206.502,77	
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		177.000,00	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	117.000,00		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	25.000,00		
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	15.000,00		
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	6.250,00		
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	3.750,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	80.000,00		
4.1.1.1.2.04.10.00.00.00	Pessoas Físicas	80.000,00		
4.1.1.1.2.04.10.01.00.00	Pessoas Físicas	48.000,00		
4.1.1.1.2.04.10.02.00.00	Pessoas Físicas	20.000,00		
4.1.1.1.2.04.10.03.00.00	Pessoas Físicas	12.000,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	12.000,00		
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	7.200,00		
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	3.000,00		
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	1.800,00		
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	60.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	60.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	36.000,00		
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	15.000,00		
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	9.000,00		
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		29.502,77	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	9.502,77		
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00	Taxa de Serviços Administrativos	3.002,77		
4.1.1.2.1.22.01.00.00.00	Taxa de Serviços Administrativos 00	3.001,54		
4.1.1.2.1.22.02.00.00.00	Taxa de Serviços Administrativos 03 00	1,23		
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	3.000,00		
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	3.500,00		
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	20.000,00		
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	20.000,00		
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		26.001,00	
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		26.001,00	
4.1.2.3.0.01.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚB 17	25.999,96		
4.1.2.3.0.02.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINA PUB 03 17	1,04		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		30.501,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		10.501,00	

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/6

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	10.501,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de deposito de recursos vinculados	6.501,00		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	REC REMUN DEP BANC VINC - FUNDEB	2.500,00		
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	REC REMUN DEP BANC VINC - FUNDEB	1.500,00		
4.1.3.2.5.01.02.02.00.00	REC REMUN DEP BANC VINC - FUNDEB	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remuneração de Depósito Banc.Rec. Vinc - M	1.001,00		
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Rec. de Remu de Dep Banc.Rec. Vinc - MDE 01	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Rec. de Remu de Dep Banc.Rec. Vinc - MDE 03 01	1,00		
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec. Rem de Dep Bancario Rec Vinc - FNAS	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	REC REMUN OUTROS DEP BANC REC VINC	2.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Deposito de Recursos Não Vinculados	4.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep. de Recursos não vincula	4.000,00		
4.1.3.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais		20.000,00	
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		8.355.090,33	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		8.355.090,33	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	4.750.402,00		
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	4.076.920,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.040.420,00		
4.1.7.2.1.01.02.20.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	4.040.420,00		
4.1.7.2.1.01.02.20.01.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	2.424.252,00		
4.1.7.2.1.01.02.20.02.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	1.010.105,00		
4.1.7.2.1.01.02.20.03.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	606.063,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1.500,00		
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	900,00		
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	375,00		
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	225,00		
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.	35.000,00		
4.1.7.2.1.01.12.01.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.	21.000,00		
4.1.7.2.1.01.12.02.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.	8.750,00		
4.1.7.2.1.01.12.03.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.	5.250,00		
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	95.000,00		
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	85.000,00		
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	10.000,00		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	84.607,00		
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transf. de Rec do Fund. Nac. As.Social - FNAS 52	71.605,00		
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	Transf. de Rec do Fund. Nac. As.Social - FNAS 50	12.000,00		
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	Transf. de Rec do Fund. Nac. As.Social - FNAS 48	1.001,00		
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transf. de Rec do Fund. Nac. As.Social - FNAS 352	1,00		

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 3/6

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	201.001,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	91.001,00		
4.1.7.2.1.35.01.01.00.00	Transferências do Salário-Educação 58	91.000,00		
4.1.7.2.1.35.01.02.00.00	Transferências do Salário-Educação 03 58	1,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	40.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	70.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	13.000,00		
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	7.800,00		
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	3.250,00		
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	1.950,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	279.874,00		
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Outras Transferências da União 24	279.872,00		
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Outras Transferências da União 03 24	2,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	2.720.287,33		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	2.638.280,33		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	1.953.280,33		
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS	1.171.968,20		
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS	488.320,08		
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS	292.992,05		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	80.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA	48.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA	20.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA	12.000,00		
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	15.000,00		
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados	590.000,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	82.007,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	RECURSOS TRANSPORTE ESCOLAR	70.000,00		
4.1.7.2.2.99.07.00.00.00	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS COM O ESTADO	12.007,00		
4.1.7.2.2.99.07.01.00.00	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS COM O ESTADO 22	12.006,00		
4.1.7.2.2.99.07.02.00.00	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS COM O ESTADO 03 22	1,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	884.401,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	884.401,00		
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	561.710,00		
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	322.690,00		
4.1.7.2.4.01.03.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 03 18	1,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		713.800,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		1.300,00	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	600,00		

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 4/6

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	600,00		
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	360,00		
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	150,00		
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	90,00		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	700,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	700,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		10.000,00	
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	10.000,00		
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	10.000,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA		2.500,00	
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	2.500,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	2.500,00		
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	1.500,00		
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	625,00		
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	375,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		700.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	700.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			7.757,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.003,00	
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		1.003,00	
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.003,00		
4.2.1.1.4.01.00.00.00.00	Operações de Crédito Interna p/ Programa Educação	1,00		
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.002,00		
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		6.754,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		6.754,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	6.754,00		
4.2.2.1.9.01.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis 87	2.500,00		
4.2.2.1.9.02.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis 89	4.254,00		
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-175.900,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-175.900,00	
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências		-175.900,00	
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-109.900,00		
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-107.300,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-100.000,00		
9.1.7.2.1.01.02.10.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-100.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-300,00		
9.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-300,00		

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 5/6

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.1.7.2.1.01.12.00.00.00	DEDUCAO RECEITA P/ FORMACAO FUNDEB - IPI EXP	-7.000,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-2.600,00		
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-2.600,00		
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-66.000,00		
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-66.000,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-50.000,00		
9.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-50.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-16.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-16.000,00		
			Total das receitas:	9.163.752,10
			Total por entidade:	9.163.752,10
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			591.391,61
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		2.000,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		2.000,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	2.000,00		
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	2.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		588.390,61	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		588.390,61	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	412.603,00		
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	312.603,00		
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	RECURSOS DO PSF	74.600,00		
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	RECURSOS DA FARMACIA BASICA	55.001,00		
4.1.7.2.1.33.02.01.00.00	RECURSOS DA FARMACIA BASICA 67	55.000,00		
4.1.7.2.1.33.02.02.00.00	RECURSOS DA FARMACIA BASICA 03 67	1,00		
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	RECURSOS DO PAB	60.000,00		
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	RECURSOS DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS	9.001,00		
4.1.7.2.1.33.04.01.00.00	RECURSOS DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS 66	9.000,00		
4.1.7.2.1.33.04.02.00.00	RECURSOS DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOE 03 66	1,00		
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	RECURSOS VIGILANCIA SANITARIA	9.000,00		
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	RECURSOS DO PACS	60.000,00		
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	RECURSOS SAUDE BUCAL	25.001,00		
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	20.000,00		
4.1.7.2.1.33.99.01.00.00	Outros Prog Financ por Transf Fundo a Fundo 64	14.999,00		
4.1.7.2.1.33.99.02.00.00	Outros Prog Financ por Transf Fundo a Fundo 65	5.000,00		
4.1.7.2.1.33.99.03.00.00	Outros Prog Financ por Transf Fundo a Fundo 03 64	1,00		

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 6/6

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	100.000,00		
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Outras Transferências da União 71	5.000,00		
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Outras Transferências da União 23	3.502,00		
4.1.7.2.1.99.03.00.00.00	Outras Transferências da União 02	91.497,00		
4.1.7.2.1.99.04.00.00.00	Outras Transferências da União 03 23	1,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	175.787,61		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	76.416,63		
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados	76.416,63		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	99.370,98		
4.1.7.2.2.99.10.00.00.00	Transferências do Fundo Estadual de Saúde	99.370,98		
4.1.7.2.2.99.10.01.00.00	Transferências do Fundo Estadual de Saúde 02	87.778,00		
4.1.7.2.2.99.10.02.00.00	Transferências do Fundo Estadual de Saúde 68	11.592,98		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.001,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		1.001,00	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	1.001,00		
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	1.001,00		
4.1.9.1.1.35.01.00.00.00	Multas/Juros de Mo da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.02	1.000,00		
4.1.9.1.1.35.02.00.00.00	Multas/Juros Mo da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.03 02	1,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			4,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		3,00	
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		3,00	
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	3,00		
4.2.1.1.4.02.00.00.00.00	Operações de Crédito Interna Programas de Saúde	3,00		
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		1,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		1,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	1,00		
		Total das receitas:		591.395,61
		Total por entidade:		591.395,61
		Total geral:		9.755.147,71

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/6

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			9.331.895,10
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		206.502,77	
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		177.000,00	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	117.000,00		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	25.000,00		
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	15.000,00		
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	6.250,00		
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	3.750,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	80.000,00		
4.1.1.1.2.04.10.00.00.00	Pessoas Físicas	80.000,00		
4.1.1.1.2.04.10.01.00.00	Pessoas Físicas	48.000,00		
4.1.1.1.2.04.10.02.00.00	Pessoas Físicas	20.000,00		
4.1.1.1.2.04.10.03.00.00	Pessoas Físicas	12.000,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	12.000,00		
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	7.200,00		
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	3.000,00		
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	1.800,00		
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	60.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	60.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	36.000,00		
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	15.000,00		
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	9.000,00		
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		29.502,77	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	9.502,77		
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00	Taxa de Serviços Administrativos	3.002,77		
4.1.1.2.1.22.01.00.00.00	Taxa de Serviços Administrativos 00	3.001,54		
4.1.1.2.1.22.02.00.00.00	Taxa de Serviços Administrativos 03 00	1,23		
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	3.000,00		
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	3.500,00		
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	20.000,00		
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	20.000,00		
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		26.001,00	
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		26.001,00	
4.1.2.3.0.01.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚB 17	25.999,96		
4.1.2.3.0.02.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINA PÚB 03 17	1,04		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		30.501,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		10.501,00	

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/6

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	10.501,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de deposito de recursos vinculados	6.501,00		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	REC REMUN DEP BANC VINC - FUNDEB	2.500,00		
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	REC REMUN DEP BANC VINC - FUNDEB	1.500,00		
4.1.3.2.5.01.02.02.00.00	REC REMUN DEP BANC VINC - FUNDEB	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remuneração de Depósito Banc.Rec. Vinc - M	1.001,00		
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Rec. de Remu de Dep Banc.Rec. Vinc - MDE 01	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Rec. de Remu de Dep Banc.Rec. Vinc - MDE 03 01	1,00		
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec. Rem de Dep Bancario Rec Vinc - FNAS	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	REC REMUN OUTROS DEP BANC REC VINC	2.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Deposito de Recursos Não Vinculados	4.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep. de Recursos não vincula	4.000,00		
4.1.3.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Patrimoniais		20.000,00	
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		8.355.090,33	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		8.355.090,33	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	4.750.402,00		
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	4.076.920,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	4.040.420,00		
4.1.7.2.1.01.02.20.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	4.040.420,00		
4.1.7.2.1.01.02.20.01.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	2.424.252,00		
4.1.7.2.1.01.02.20.02.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	1.010.105,00		
4.1.7.2.1.01.02.20.03.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	606.063,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1.500,00		
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	900,00		
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	375,00		
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	225,00		
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.	35.000,00		
4.1.7.2.1.01.12.01.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.	21.000,00		
4.1.7.2.1.01.12.02.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.	8.750,00		
4.1.7.2.1.01.12.03.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.	5.250,00		
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	95.000,00		
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	85.000,00		
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	10.000,00		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	84.607,00		
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transf. de Rec do Fund. Nac. As.Social - FNAS 52	71.605,00		
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	Transf. de Rec do Fund. Nac. As.Social - FNAS 50	12.000,00		
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	Transf. de Rec do Fund. Nac. As.Social - FNAS 48	1.001,00		
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transf. de Rec do Fund. Nac. As.Social - FNAS 352	1,00		

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 3/6

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	201.001,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	91.001,00		
4.1.7.2.1.35.01.01.00.00	Transferências do Salário-Educação 58	91.000,00		
4.1.7.2.1.35.01.02.00.00	Transferências do Salário-Educação 03 58	1,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	40.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	70.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	13.000,00		
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	7.800,00		
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	3.250,00		
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	1.950,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	279.874,00		
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Outras Transferências da União 24	279.872,00		
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Outras Transferências da União 03 24	2,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	2.720.287,33		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	2.638.280,33		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	1.953.280,33		
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS	1.171.968,20		
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS	488.320,08		
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS	292.992,05		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	80.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA	48.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA	20.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA	12.000,00		
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	15.000,00		
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados	590.000,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	82.007,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	RECURSOS TRANSPORTE ESCOLAR	70.000,00		
4.1.7.2.2.99.07.00.00.00	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS COM O ESTADO	12.007,00		
4.1.7.2.2.99.07.01.00.00	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS COM O ESTADO 22	12.006,00		
4.1.7.2.2.99.07.02.00.00	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS COM O ESTADO 03 22	1,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	884.401,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	884.401,00		
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	561.710,00		
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	322.690,00		
4.1.7.2.4.01.03.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 03 18	1,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		713.800,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		1.300,00	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	600,00		

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 4/6

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	600,00		
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	360,00		
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	150,00		
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	90,00		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	700,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	700,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		10.000,00	
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	10.000,00		
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	10.000,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA		2.500,00	
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	2.500,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	2.500,00		
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	1.500,00		
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	625,00		
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	375,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		700.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	700.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			7.757,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.003,00	
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		1.003,00	
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.003,00		
4.2.1.1.4.01.00.00.00.00	Operações de Crédito Interna p/ Programa Educação	1,00		
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.002,00		
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		6.754,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		6.754,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	6.754,00		
4.2.2.1.9.01.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis 87	2.500,00		
4.2.2.1.9.02.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis 89	4.254,00		
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-175.900,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-175.900,00	
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências		-175.900,00	
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-109.900,00		
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-107.300,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-100.000,00		
9.1.7.2.1.01.02.10.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	-100.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-300,00		
9.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-300,00		

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 5/6

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.1.7.2.1.01.12.00.00.00	DEDUCAO RECEITA P/ FORMACAO FUNDEB - IPI EXP	-7.000,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-2.600,00		
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-2.600,00		
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-66.000,00		
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-66.000,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-50.000,00		
9.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-50.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-16.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-16.000,00		
		Total das receitas:		9.163.752,10
		Total por entidade:		9.163.752,10
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			591.391,61
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		2.000,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		2.000,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	2.000,00		
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	2.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		588.390,61	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		588.390,61	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	412.603,00		
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	312.603,00		
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	RECURSOS DO PSF	74.600,00		
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	RECURSOS DA FARMACIA BASICA	55.001,00		
4.1.7.2.1.33.02.01.00.00	RECURSOS DA FARMACIA BASICA 67	55.000,00		
4.1.7.2.1.33.02.02.00.00	RECURSOS DA FARMACIA BASICA 03 67	1,00		
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	RECURSOS DO PAB	60.000,00		
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	RECURSOS DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS	9.001,00		
4.1.7.2.1.33.04.01.00.00	RECURSOS DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENCAS 66	9.000,00		
4.1.7.2.1.33.04.02.00.00	RECURSOS DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOE 03 66	1,00		
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	RECURSOS VIGILANCIA SANITARIA	9.000,00		
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	RECURSOS DO PACS	60.000,00		
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	RECURSOS SAUDE BUCAL	25.001,00		
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	20.000,00		
4.1.7.2.1.33.99.01.00.00	Outros Prog Financ por Transf Fundo a Fundo 64	14.999,00		
4.1.7.2.1.33.99.02.00.00	Outros Prog Financ por Transf Fundo a Fundo 65	5.000,00		
4.1.7.2.1.33.99.03.00.00	Outros Prog Financ por Transf Fundo a Fundo 03 64	1,00		

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 6/6

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	100.000,00		
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Outras Transferências da União 71	5.000,00		
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Outras Transferências da União 23	3.502,00		
4.1.7.2.1.99.03.00.00.00	Outras Transferências da União 02	91.497,00		
4.1.7.2.1.99.04.00.00.00	Outras Transferências da União 03 23	1,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	175.787,61		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	76.416,63		
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados	76.416,63		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	99.370,98		
4.1.7.2.2.99.10.00.00.00	Transferências do Fundo Estadual de Saúde	99.370,98		
4.1.7.2.2.99.10.01.00.00	Transferências do Fundo Estadual de Saúde 02	87.778,00		
4.1.7.2.2.99.10.02.00.00	Transferências do Fundo Estadual de Saúde 68	11.592,98		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.001,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		1.001,00	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	1.001,00		
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	1.001,00		
4.1.9.1.1.35.01.00.00.00	Multas/Juros de Mo da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.02	1.000,00		
4.1.9.1.1.35.02.00.00.00	Multas/Juros Mo da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.03 02	1,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			4,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		3,00	
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		3,00	
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	3,00		
4.2.1.1.4.02.00.00.00.00	Operações de Crédito Interna Programas de Saúde	3,00		
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		1,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		1,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	1,00		
		Total das receitas:		591.395,61
		Total por entidade:		591.395,61
		Total geral:		9.755.147,71

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA			7.603.257,05
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		6.639.621,05	
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		3.300.774,97	
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	2.500,00		
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.298.274,97		
3.3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		25.000,00	
3.3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	25.000,00		
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.313.846,08	
3.3.3.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	252,00		
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	76.001,00		
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	15.000,00		
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.222.593,08		
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		903.636,00	
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		773.636,00	
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.000,00		
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	772.636,00		
3.4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		130.000,00	
3.4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	130.000,00		
3.9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		60.000,00	
3.9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		60.000,00	
3.9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00		
			Total das despesas:	7.603.257,05
			Total da entidade:	7.603.257,05
Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA			615.000,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		595.000,00	
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		432.500,00	
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	432.500,00		
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		162.500,00	
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	15.000,00		
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	147.500,00		
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		20.000,00	
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		20.000,00	
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	20.000,00		
			Total das despesas:	615.000,00
			Total da entidade:	615.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA			1.536.890,66
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		1.474.382,66	
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		854.002,00	
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	4.000,00		
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	850.002,00		
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		620.380,66	
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	50.000,00		
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	5.000,00		
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	467.105,00		
3.3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Diretas Consórcios Publicos	98.275,66		
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		62.508,00	
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		62.508,00	
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	4.000,00		
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	58.508,00		
			Total das despesas:	1.536.890,66
			Total da entidade:	1.536.890,66
			Total geral:	9.755.147,71

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA			7.603.257,05
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		6.639.621,05	
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		3.300.774,97	
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	2.500,00		
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.298.274,97		
3.3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		25.000,00	
3.3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	25.000,00		
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.313.846,08	
3.3.3.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	252,00		
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	76.001,00		
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	15.000,00		
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3.222.593,08		
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		903.636,00	
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		773.636,00	
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	1.000,00		
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	772.636,00		
3.4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		130.000,00	
3.4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	130.000,00		
3.9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		60.000,00	
3.9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		60.000,00	
3.9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00		
			Total das despesas:	7.603.257,05
			Total da entidade:	7.603.257,05
Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA			615.000,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		595.000,00	
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		432.500,00	
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	432.500,00		
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		162.500,00	
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	15.000,00		
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	147.500,00		
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		20.000,00	
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		20.000,00	
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	20.000,00		
			Total das despesas:	615.000,00
			Total da entidade:	615.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA			1.536.890,66
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		1.474.382,66	
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		854.002,00	
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	4.000,00		
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	850.002,00		
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		620.380,66	
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	50.000,00		
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	5.000,00		
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	467.105,00		
3.3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Diretas Consórcios Publicos	98.275,66		
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		62.508,00	
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		62.508,00	
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	4.000,00		
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	58.508,00		
Total das despesas:				1.536.890,66
Total da entidade:				1.536.890,66
Total geral:				9.755.147,71

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa	20.000,00	595.000,00		615.000,00
01.031	Ação Legislativa	20.000,00	595.000,00		615.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	20.000,00	595.000,00		615.000,00
04	Administração	143.008,00	1.865.671,97		2.008.679,97
04.122	Administração Geral	123.006,00	999.669,97		1.122.675,97
04.122.0003	GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	101.000,00	332.500,00		433.500,00
04.122.0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL	22.006,00	667.169,97		689.175,97
04.123	Administração Financeira	20.002,00	866.002,00		886.004,00
04.123.0002	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	20.002,00	866.002,00		886.004,00
05	Defesa Nacional		2.000,00		2.000,00
05.182	Defesa Civil		2.000,00		2.000,00
05.182.0003	GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR		2.000,00		2.000,00
06	Segurança Pública		25.000,00		25.000,00
06.181	Policimento		25.000,00		25.000,00
06.181.0004	SEGURANÇA PÚBLICA		25.000,00		25.000,00
08	Assistência Social	10.000,00	272.702,00		282.702,00
08.244	Assistência Comunitária	10.000,00	272.702,00		282.702,00
08.244.0010	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	10.000,00	272.702,00		282.702,00
10	Saúde	46.008,00	1.490.882,66		1.536.890,66
10.301	Atenção Básica	46.008,00	1.468.879,66		1.514.887,66
10.301.0009	SAÚDE PARA TODOS	46.008,00	1.468.879,66		1.514.887,66
10.304	Vigilância Sanitária		11.001,00		11.001,00
10.304.0009	SAÚDE PARA TODOS		11.001,00		11.001,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		11.002,00		11.002,00
10.305.0009	SAÚDE PARA TODOS		11.002,00		11.002,00
11	Trabalho		21.000,00		21.000,00
11.334	Fomento ao Trabalho		21.000,00		21.000,00
11.334.0016	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA		21.000,00		21.000,00
12	Educação	86.508,00	2.486.830,08		2.573.338,08
12.361	Ensino Fundamental	77.506,00	1.707.500,05		1.785.006,05
12.361.0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	77.506,00	1.707.500,05		1.785.006,05

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12	Educação	86.508,00	2.486.830,08		2.573.338,08
12.365	Educação Infantil	9.002,00	779.330,03		788.332,03
12.365.0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	9.002,00	779.330,03		788.332,03
13	Cultura		72.001,00		72.001,00
13.392	Difusão Cultural		72.001,00		72.001,00
13.392.0007	RESGATE DA CULTURA		72.001,00		72.001,00
14	Direitos da Cidadania	130.004,00	60.005,00		190.009,00
14.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	130.004,00	60.005,00		190.009,00
14.243.0010	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	130.004,00	60.005,00		190.009,00
15	Urbanismo	259.753,00	886.003,00		1.145.756,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	259.753,00	26.001,00		285.754,00
15.451.0013	URBANISMO	259.753,00	26.001,00		285.754,00
15.452	Serviços Urbanos		860.002,00		860.002,00
15.452.0013	URBANISMO		860.002,00		860.002,00
16	Habitação		20.005,00		20.005,00
16.481	Habitação Rural		20.005,00		20.005,00
16.481.0010	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		20.005,00		20.005,00
18	Gestão Ambiental	44.752,00	153.002,00		197.754,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	15.002,00	153.002,00		168.004,00
18.541.0011	GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA	15.002,00	153.002,00		168.004,00
18.695	Turismo	29.750,00			29.750,00
18.695.0011	GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA	29.750,00			29.750,00
20	Agricultura	22.501,00	567.008,00		589.509,00
20.606	Extensão Rural	22.501,00	567.008,00		589.509,00
20.606.0014	AGRICULTURA SUSTENTAVEL	22.501,00	417.006,00		439.507,00
20.606.0015	PAMEC		150.002,00		150.002,00
26	Transporte	7.500,00	305.002,00		312.502,00
26.782	Transporte Rodoviário	7.500,00	305.002,00		312.502,00
26.782.0012	ESTRADAS VICINAIS	7.500,00	305.002,00		312.502,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 3/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
27	Desporto e Lazer	27.000,00	76.001,00		103.001,00
27.812	Desporto Comunitário	27.000,00	76.001,00		103.001,00
27.812.0008	ESPORTE É VIDA	27.000,00	76.001,00		103.001,00
99	Reserva de Contingência		60.000,00		60.000,00
99.999	Reserva de Contingência		60.000,00		60.000,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGENCIA		60.000,00		60.000,00
Total:		797.034,00	8.958.113,71	0,00	9.755.147,71
Total geral:		797.034,00	8.958.113,71	0,00	9.755.147,71

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa	20.000,00	595.000,00		615.000,00
01.031	Ação Legislativa	20.000,00	595.000,00		615.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	20.000,00	595.000,00		615.000,00
04	Administração	143.008,00	1.865.671,97		2.008.679,97
04.122	Administração Geral	123.006,00	999.669,97		1.122.675,97
04.122.0003	GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	101.000,00	332.500,00		433.500,00
04.122.0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL	22.006,00	667.169,97		689.175,97
04.123	Administração Financeira	20.002,00	866.002,00		886.004,00
04.123.0002	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	20.002,00	866.002,00		886.004,00
05	Defesa Nacional		2.000,00		2.000,00
05.182	Defesa Civil		2.000,00		2.000,00
05.182.0003	GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR		2.000,00		2.000,00
06	Segurança Pública		25.000,00		25.000,00
06.181	Policimento		25.000,00		25.000,00
06.181.0004	SEGURANÇA PÚBLICA		25.000,00		25.000,00
08	Assistência Social	10.000,00	272.702,00		282.702,00
08.244	Assistência Comunitária	10.000,00	272.702,00		282.702,00
08.244.0010	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	10.000,00	272.702,00		282.702,00
10	Saúde	46.008,00	1.490.882,66		1.536.890,66
10.301	Atenção Básica	46.008,00	1.468.879,66		1.514.887,66
10.301.0009	SAÚDE PARA TODOS	46.008,00	1.468.879,66		1.514.887,66
10.304	Vigilância Sanitária		11.001,00		11.001,00
10.304.0009	SAÚDE PARA TODOS		11.001,00		11.001,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		11.002,00		11.002,00
10.305.0009	SAÚDE PARA TODOS		11.002,00		11.002,00
11	Trabalho		21.000,00		21.000,00
11.334	Fomento ao Trabalho		21.000,00		21.000,00
11.334.0016	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA		21.000,00		21.000,00
12	Educação	86.508,00	2.486.830,08		2.573.338,08
12.361	Ensino Fundamental	77.506,00	1.707.500,05		1.785.006,05
12.361.0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	77.506,00	1.707.500,05		1.785.006,05

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12	Educação	86.508,00	2.486.830,08		2.573.338,08
12.365	Educação Infantil	9.002,00	779.330,03		788.332,03
12.365.0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	9.002,00	779.330,03		788.332,03
13	Cultura		72.001,00		72.001,00
13.392	Difusão Cultural		72.001,00		72.001,00
13.392.0007	RESGATE DA CULTURA		72.001,00		72.001,00
14	Direitos da Cidadania	130.004,00	60.005,00		190.009,00
14.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	130.004,00	60.005,00		190.009,00
14.243.0010	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	130.004,00	60.005,00		190.009,00
15	Urbanismo	259.753,00	886.003,00		1.145.756,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	259.753,00	26.001,00		285.754,00
15.451.0013	URBANISMO	259.753,00	26.001,00		285.754,00
15.452	Serviços Urbanos		860.002,00		860.002,00
15.452.0013	URBANISMO		860.002,00		860.002,00
16	Habitação		20.005,00		20.005,00
16.481	Habitação Rural		20.005,00		20.005,00
16.481.0010	DESENVOLVIMENTO SOCIAL		20.005,00		20.005,00
18	Gestão Ambiental	44.752,00	153.002,00		197.754,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	15.002,00	153.002,00		168.004,00
18.541.0011	GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA	15.002,00	153.002,00		168.004,00
18.695	Turismo	29.750,00			29.750,00
18.695.0011	GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA	29.750,00			29.750,00
20	Agricultura	22.501,00	567.008,00		589.509,00
20.606	Extensão Rural	22.501,00	567.008,00		589.509,00
20.606.0014	AGRICULTURA SUSTENTAVEL	22.501,00	417.006,00		439.507,00
20.606.0015	PAMEC		150.002,00		150.002,00
26	Transporte	7.500,00	305.002,00		312.502,00
26.782	Transporte Rodoviário	7.500,00	305.002,00		312.502,00
26.782.0012	ESTRADAS VICINAIS	7.500,00	305.002,00		312.502,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 3/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
27	Desporto e Lazer	27.000,00	76.001,00		103.001,00
27.812	Desporto Comunitário	27.000,00	76.001,00		103.001,00
27.812.0008	ESPORTE É VIDA	27.000,00	76.001,00		103.001,00
99	Reserva de Contingência		60.000,00		60.000,00
99.999	Reserva de Contingência		60.000,00		60.000,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGENCIA		60.000,00		60.000,00
Total:		797.034,00	8.958.113,71	0,00	9.755.147,71
Total geral:		797.034,00	8.958.113,71	0,00	9.755.147,71

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	615.000,00		615.000,00
01.031	Ação Legislativa	615.000,00		615.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	615.000,00		615.000,00
04	Administração	2.004.172,97	4.507,00	2.008.679,97
04.122	Administração Geral	1.118.170,97	4.505,00	1.122.675,97
04.122.0003	GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	430.000,00	3.500,00	433.500,00
04.122.0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL	688.170,97	1.005,00	689.175,97
04.123	Administração Financeira	886.002,00	2,00	886.004,00
04.123.0002	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	886.002,00	2,00	886.004,00
05	Defesa Nacional	1.000,00	1.000,00	2.000,00
05.182	Defesa Civil	1.000,00	1.000,00	2.000,00
05.182.0003	GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	1.000,00	1.000,00	2.000,00
06	Segurança Pública	25.000,00		25.000,00
06.181	Policimento	25.000,00		25.000,00
06.181.0004	SEGURANÇA PÚBLICA	25.000,00		25.000,00
08	Assistência Social	230.000,00	52.702,00	282.702,00
08.244	Assistência Comunitária	230.000,00	52.702,00	282.702,00
08.244.0010	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	230.000,00	52.702,00	282.702,00
10	Saúde		1.536.890,66	1.536.890,66
10.301	Atenção Básica		1.514.887,66	1.514.887,66
10.301.0009	SAÚDE PARA TODOS		1.514.887,66	1.514.887,66
10.304	Vigilância Sanitária		11.001,00	11.001,00
10.304.0009	SAÚDE PARA TODOS		11.001,00	11.001,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		11.002,00	11.002,00
10.305.0009	SAÚDE PARA TODOS		11.002,00	11.002,00
11	Trabalho	21.000,00		21.000,00
11.334	Fomento ao Trabalho	21.000,00		21.000,00
11.334.0016	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	21.000,00		21.000,00
12	Educação	2,00	2.573.336,08	2.573.338,08
12.361	Ensino Fundamental	2,00	1.785.004,05	1.785.006,05
12.361.0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	2,00	1.785.004,05	1.785.006,05
12.365	Educação Infantil		788.332,03	788.332,03
12.365.0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS		788.332,03	788.332,03

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
13	Cultura	72.000,00	1,00	72.001,00
13.392	Difusão Cultural	72.000,00	1,00	72.001,00
13.392.0007	RESGATE DA CULTURA	72.000,00	1,00	72.001,00
14	Direitos da Cidadania	98.004,00	92.005,00	190.009,00
14.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	98.004,00	92.005,00	190.009,00
14.243.0010	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	98.004,00	92.005,00	190.009,00
15	Urbanismo	922.501,00	223.255,00	1.145.756,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	62.501,00	223.253,00	285.754,00
15.451.0013	URBANISMO	62.501,00	223.253,00	285.754,00
15.452	Serviços Urbanos	860.000,00	2,00	860.002,00
15.452.0013	URBANISMO	860.000,00	2,00	860.002,00
16	Habitação	20.001,00	4,00	20.005,00
16.481	Habitação Rural	20.001,00	4,00	20.005,00
16.481.0010	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	20.001,00	4,00	20.005,00
18	Gestão Ambiental	182.000,00	15.754,00	197.754,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	168.000,00	4,00	168.004,00
18.541.0011	GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA	168.000,00	4,00	168.004,00
18.695	Turismo	14.000,00	15.750,00	29.750,00
18.695.0011	GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA	14.000,00	15.750,00	29.750,00
20	Agricultura	587.001,00	2.508,00	589.509,00
20.606	Extensão Rural	587.001,00	2.508,00	589.509,00
20.606.0014	AGRICULTURA SUSTENTAVEL	437.000,00	2.507,00	439.507,00
20.606.0015	PAMEC	150.001,00	1,00	150.002,00
26	Transporte	307.500,00	5.002,00	312.502,00
26.782	Transporte Rodoviário	307.500,00	5.002,00	312.502,00
26.782.0012	ESTRADAS VICINAIS	307.500,00	5.002,00	312.502,00
27	Desporto e Lazer	101.001,00	2.000,00	103.001,00
27.812	Desporto Comunitário	101.001,00	2.000,00	103.001,00
27.812.0008	ESPORTE É VIDA	101.001,00	2.000,00	103.001,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 3/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
99	Reserva de Contingência	60.000,00		60.000,00
99.999	Reserva de Contingência	60.000,00		60.000,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00		60.000,00
Total:		5.246.182,97	4.508.964,74	9.755.147,71
Total geral:		5.246.182,97	4.508.964,74	9.755.147,71

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	615.000,00		615.000,00
01.031	Ação Legislativa	615.000,00		615.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	615.000,00		615.000,00
04	Administração	2.004.172,97	4.507,00	2.008.679,97
04.122	Administração Geral	1.118.170,97	4.505,00	1.122.675,97
04.122.0003	GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	430.000,00	3.500,00	433.500,00
04.122.0005	ADMINISTRAÇÃO GERAL	688.170,97	1.005,00	689.175,97
04.123	Administração Financeira	886.002,00	2,00	886.004,00
04.123.0002	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	886.002,00	2,00	886.004,00
05	Defesa Nacional	1.000,00	1.000,00	2.000,00
05.182	Defesa Civil	1.000,00	1.000,00	2.000,00
05.182.0003	GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	1.000,00	1.000,00	2.000,00
06	Segurança Pública	25.000,00		25.000,00
06.181	Policimento	25.000,00		25.000,00
06.181.0004	SEGURANÇA PÚBLICA	25.000,00		25.000,00
08	Assistência Social	230.000,00	52.702,00	282.702,00
08.244	Assistência Comunitária	230.000,00	52.702,00	282.702,00
08.244.0010	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	230.000,00	52.702,00	282.702,00
10	Saúde		1.536.890,66	1.536.890,66
10.301	Atenção Básica		1.514.887,66	1.514.887,66
10.301.0009	SAÚDE PARA TODOS		1.514.887,66	1.514.887,66
10.304	Vigilância Sanitária		11.001,00	11.001,00
10.304.0009	SAÚDE PARA TODOS		11.001,00	11.001,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		11.002,00	11.002,00
10.305.0009	SAÚDE PARA TODOS		11.002,00	11.002,00
11	Trabalho	21.000,00		21.000,00
11.334	Fomento ao Trabalho	21.000,00		21.000,00
11.334.0016	GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	21.000,00		21.000,00
12	Educação	2,00	2.573.336,08	2.573.338,08
12.361	Ensino Fundamental	2,00	1.785.004,05	1.785.006,05
12.361.0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS	2,00	1.785.004,05	1.785.006,05
12.365	Educação Infantil		788.332,03	788.332,03
12.365.0006	EDUCAÇÃO PARA TODOS		788.332,03	788.332,03

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
13	Cultura	72.000,00	1,00	72.001,00
13.392	Difusão Cultural	72.000,00	1,00	72.001,00
13.392.0007	RESGATE DA CULTURA	72.000,00	1,00	72.001,00
14	Direitos da Cidadania	98.004,00	92.005,00	190.009,00
14.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	98.004,00	92.005,00	190.009,00
14.243.0010	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	98.004,00	92.005,00	190.009,00
15	Urbanismo	922.501,00	223.255,00	1.145.756,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	62.501,00	223.253,00	285.754,00
15.451.0013	URBANISMO	62.501,00	223.253,00	285.754,00
15.452	Serviços Urbanos	860.000,00	2,00	860.002,00
15.452.0013	URBANISMO	860.000,00	2,00	860.002,00
16	Habitação	20.001,00	4,00	20.005,00
16.481	Habitação Rural	20.001,00	4,00	20.005,00
16.481.0010	DESENVOLVIMENTO SOCIAL	20.001,00	4,00	20.005,00
18	Gestão Ambiental	182.000,00	15.754,00	197.754,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	168.000,00	4,00	168.004,00
18.541.0011	GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA	168.000,00	4,00	168.004,00
18.695	Turismo	14.000,00	15.750,00	29.750,00
18.695.0011	GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA	14.000,00	15.750,00	29.750,00
20	Agricultura	587.001,00	2.508,00	589.509,00
20.606	Extensão Rural	587.001,00	2.508,00	589.509,00
20.606.0014	AGRICULTURA SUSTENTAVEL	437.000,00	2.507,00	439.507,00
20.606.0015	PAMEC	150.001,00	1,00	150.002,00
26	Transporte	307.500,00	5.002,00	312.502,00
26.782	Transporte Rodoviário	307.500,00	5.002,00	312.502,00
26.782.0012	ESTRADAS VICINAIS	307.500,00	5.002,00	312.502,00
27	Desporto e Lazer	101.001,00	2.000,00	103.001,00
27.812	Desporto Comunitário	101.001,00	2.000,00	103.001,00
27.812.0008	ESPORTE É VIDA	101.001,00	2.000,00	103.001,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 3/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
99	Reserva de Contingência	60.000,00		60.000,00
99.999	Reserva de Contingência	60.000,00		60.000,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00		60.000,00
Total:		5.246.182,97	4.508.964,74	9.755.147,71
Total geral:		5.246.182,97	4.508.964,74	9.755.147,71

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	689.175,97	0,00	25.000,00
04.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	886.004,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE		0,00	0,00	0,00	433.500,00	2.000,00	0,00
90.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	2.008.679,97	2.000,00	25.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.573.338,08
07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		0,00	282.702,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	282.702,00	0,00	0,00	21.000,00	2.573.338,08

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 3/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		72.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS		0,00	0,00	1.145.756,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		0,00	190.009,00	0,00	20.005,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197.754,00
12.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		72.001,00	190.009,00	1.145.756,00	20.005,00	0,00	197.754,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 4/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA		0,00	589.509,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	589.509,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 5/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	714.175,97
04.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	886.004,00
05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	103.001,00	0,00	0,00	2.748.340,08
07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	610.509,00
08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS		0,00	312.502,00	0,00	0,00	0,00	1.458.258,00
09.00 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	492.716,00
10.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197.754,00
12.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	435.500,00
90.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
Total:		0,00	312.502,00	103.001,00	0,00	60.000,00	7.603.257,05

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 6/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		615.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	615.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 7/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 8/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 9/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 10/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	615.000,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	615.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 11/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
06.00 - SECRETARIA DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 12/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
06.00 - SECRETARIA DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	1.536.890,66	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	1.536.890,66	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 13/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
06.00 - SECRETARIA DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 14/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
06.00 - SECRETARIA DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 15/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
06.00 - SECRETARIA DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.536.890,66
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.536.890,66
	Total geral:						9.755.147,71

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	689.175,97	0,00	25.000,00
04.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	886.004,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE		0,00	0,00	0,00	433.500,00	2.000,00	0,00
90.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	2.008.679,97	2.000,00	25.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.573.338,08
07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		0,00	282.702,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	282.702,00	0,00	0,00	21.000,00	2.573.338,08

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 3/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		72.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS		0,00	0,00	1.145.756,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		0,00	190.009,00	0,00	20.005,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197.754,00
12.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		72.001,00	190.009,00	1.145.756,00	20.005,00	0,00	197.754,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 4/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA		0,00	589.509,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
90.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	589.509,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 5/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	714.175,97
04.00 - SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	886.004,00
05.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		0,00	0,00	103.001,00	0,00	0,00	2.748.340,08
07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	610.509,00
08.00 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS		0,00	312.502,00	0,00	0,00	0,00	1.458.258,00
09.00 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	492.716,00
10.00 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197.754,00
12.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	435.500,00
90.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
Total:		0,00	312.502,00	103.001,00	0,00	60.000,00	7.603.257,05

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 6/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		615.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	615.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 7/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 8/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 9/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 10/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - CAMARA DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	615.000,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	615.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 11/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
06.00 - SECRETARIA DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 12/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
06.00 - SECRETARIA DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	1.536.890,66	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	1.536.890,66	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 13/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
06.00 - SECRETARIA DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 14/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
06.00 - SECRETARIA DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 15/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
06.00 - SECRETARIA DA SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.536.890,66
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.536.890,66
	Total geral:						9.755.147,71

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas	10.324.449,02	9.867.467,16	10.744.681,97	8.502.832,29	9.339.652,10
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	9.701.749,89	9.867.467,16	10.744.681,97	8.500.821,29	9.331.895,10
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	219.910,66	208.681,42	273.099,18	511.200,00	206.502,77
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	194.115,32	180.526,78	250.943,48	215.500,00	177.000,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	103.429,07	96.072,77	162.044,46	150.000,00	117.000,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	25.882,85	30.626,55	32.652,69	85.000,00	25.000,00
4.1.1.1.2.02.00.01.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 60	15.529,66	18.375,89	19.591,60	0,00	0,00
4.1.1.1.2.02.00.02.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 25	6.470,74	7.656,65	8.163,18	0,00	0,00
4.1.1.1.2.02.00.03.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 15	3.882,45	4.594,01	4.897,91	0,00	0,00
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	6.250,00
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	3.750,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	60.649,10	46.957,65	111.719,01	45.000,00	80.000,00
4.1.1.1.2.04.01.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	36.389,14	28.174,92	67.031,70	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.02.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	15.162,54	11.739,32	27.929,69	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.03.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	9.097,42	7.043,41	16.757,62	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.10.00.00.00	Pessoas Fisicas	0,00	0,00	0,00	45.000,00	80.000,00
4.1.1.1.2.04.10.01.00.00	Pessoas Fisicas	0,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00
4.1.1.1.2.04.10.02.00.00	Pessoas Fisicas	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
4.1.1.1.2.04.10.03.00.00	Pessoas Fisicas	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	16.897,12	18.488,57	17.672,76	20.000,00	12.000,00
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	10.138,25	11.093,12	10.603,67	0,00	7.200,00
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	4.224,31	4.622,16	4.418,20	0,00	3.000,00
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	2.534,56	2.773,29	2.650,89	0,00	1.800,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	90.686,25	84.454,01	88.899,02	65.500,00	60.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	90.686,25	84.454,01	88.899,02	65.500,00	60.000,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 60%	54.411,34	50.672,08	52.343,36	0,00	36.000,00
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	22.671,87	21.113,75	21.809,92	0,00	15.000,00
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 15%	13.603,04	12.668,18	14.745,74	0,00	9.000,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	9.497,82	28.154,64	22.155,70	204.250,00	29.502,77
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	3.426,72	9.414,83	4.366,43	107.250,00	9.502,77
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00	Taxa de Serviços Administrativos	1.644,27	8.001,81	3.570,42	46.250,00	3.002,77
4.1.1.2.1.22.01.00.00.00	Taxa de Serviços Administrativos 00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.001,54
4.1.1.2.1.22.02.00.00.00	Taxa de Serviços Administrativos 03 00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,23
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Tx de Licença para Execução de Obras	1.782,45	1.413,02	796,01	61.000,00	3.500,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	6.071,10	18.739,81	17.789,27	97.000,00	20.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	6.071,10	18.739,81	17.789,27	97.000,00	20.000,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICAO DE MELHORIA	16.297,52	0,00	0,00	91.450,00	0,00
4.1.1.3.0.02.00.00.00.00	Contrib Melhoria Expans Rede Iluminação Púb Cidade	15.839,11	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	0,00	0,00	0,00	29.950,00	0,00
4.1.1.3.0.99.00.00.00.00	Outras Contrib de Melhoria	458,41	0,00	0,00	61.500,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO						
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	6.898,29	27.767,78	29.206,21	21.000,00	26.001,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	6.898,29	27.767,78	29.206,21	21.000,00	26.001,00
4.1.2.3.0.01.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚB 1	0,00	0,00	0,00	0,00	25.999,96
4.1.2.3.0.02.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINA PUB 03 17	0,00	0,00	0,00	0,00	1,04
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	56.896,85	64.042,66	50.754,07	196.862,50	30.501,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	56.896,85	64.042,66	50.754,07	58.100,00	10.501,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	56.896,85	64.042,66	50.754,07	58.100,00	10.501,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de deposito de recursos vinculados	56.896,85	64.042,66	46.018,45	23.100,00	6.501,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	REC REMUN DEP BANC VINC - FUNDEB	1.536,91	5.106,42	2.282,58	100,00	2.500,00
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF 60%	922,14	3.063,84	1.369,54	0,00	1.500,00
4.1.3.2.5.01.02.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF 40%	614,77	2.042,58	913,04	0,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remuneração de Depósito Banc.Rec. Vinc - M	0,00	0,00	2.992,46	2.000,00	1.001,00
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Rec. de Remu de Dep Banc.Rec. Vinc - MDE 01	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Rec. de Remu de Dep Banc.Rec. Vinc - MDE 03 01	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec Rem de Dep Bancários Rec Vinc. - FNAS	0,00	0,00	13.487,36	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	REC REMUN OUTROS DEP BANC REC VINC	55.359,94	58.936,24	27.256,05	20.000,00	2.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Deposito de Recursos Não Vinculados	0,00	0,00	4.735,62	35.000,00	4.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Recursos Não Vinculados	0,00	0,00	4.735,62	35.000,00	4.000,00
4.1.3.9.0.00.00.00.00.00	Outras Rec. Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	138.762,50	20.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.121.308,95	9.157.361,33	10.021.055,47	7.508.729,31	8.355.090,33
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.121.308,95	9.157.361,33	10.021.055,47	7.508.729,31	8.355.090,33
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	5.075.826,80	5.535.787,73	5.819.008,19	4.612.050,17	4.750.402,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Rec. da União	3.973.609,12	4.828.185,03	4.960.683,86	3.950.405,67	4.076.920,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	3.927.206,65	4.780.195,84	4.918.646,93	3.913.555,64	4.040.420,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	2.356.323,98	2.868.117,46	2.951.054,88	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	981.801,66	1.195.049,00	1.229.606,25	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	589.081,01	717.029,38	737.985,80	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.20.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	0,00	0,00	0,00	3.913.555,64	4.040.420,00
4.1.7.2.1.01.02.20.01.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	2.424.252,00
4.1.7.2.1.01.02.20.02.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	1.010.105,00
4.1.7.2.1.01.02.20.03.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	606.063,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1.556,61	1.562,20	1.258,37	225,00	1.500,00
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural 6	933,94	937,33	888,25	0,00	900,00
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	389,17	390,55	370,12	0,00	375,00
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural 1	233,50	234,32	0,00	0,00	225,00
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.	44.845,86	46.426,99	40.778,56	36.625,03	35.000,00
4.1.7.2.1.01.12.01.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.	26.907,45	27.856,16	24.467,10	0,00	21.000,00
4.1.7.2.1.01.12.02.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.	11.211,52	11.606,77	10.194,66	0,00	8.750,00
4.1.7.2.1.01.12.03.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.	6.726,89	6.964,06	6.116,80	0,00	5.250,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	59.756,51	76.407,98	86.564,86	108.000,00	95.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	48.609,40	62.855,63	75.583,68	85.000,00	85.000,00
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	11.147,11	13.552,35	10.981,18	23.000,00	10.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 3/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO						
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	31.774,52	40.382,31	132.620,39	79.100,00	84.607,00
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transf. de Rec do Fund. Nac. As.Social - FNAS 52	0,00	0,00	0,00	0,00	71.605,00
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	Transf. de Rec do Fund. Nac. As.Social - FNAS 50	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	Transf. de Rec do Fund. Nac. As.Social - FNAS 48	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transf. de Rec do Fund. Nac. As.Social - FNAS 352	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	184.083,09	197.902,32	207.888,89	275.000,00	201.001,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	83.453,61	88.540,76	97.162,70	150.000,00	91.001,00
4.1.7.2.1.35.01.01.00.00	Transferências do Salário-Educação 58	0,00	0,00	0,00	0,00	91.000,00
4.1.7.2.1.35.01.02.00.00	Transferências do Salário-Educação 03 58	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	27.720,00	33.784,66	32.856,00	50.000,00	40.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	72.909,48	75.576,90	69.228,31	75.000,00	70.000,00
4.1.7.2.1.35.05.00.00.00	Transferencia Salario Educação Estado	0,00	0,00	8.641,88	0,00	0,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	13.425,96	13.017,00	13.027,16	37.500,00	13.000,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	8.055,60	7.810,20	7.816,36	0,00	7.800,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	3.356,52	3.254,28	3.256,76	0,00	3.250,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	2.013,84	1.952,52	1.954,04	0,00	1.950,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	813.177,60	379.893,09	418.223,03	162.044,50	279.874,00
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Outras Transferências da União 24	0,00	0,00	0,00	0,00	279.872,00
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Outras Transferências da União 03 24	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	3.318.808,65	2.690.221,79	3.084.821,89	2.286.679,14	2.720.287,33
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	2.188.297,93	2.475.489,99	2.645.218,21	2.071.769,96	2.638.280,33
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	2.079.292,32	2.339.798,54	2.512.351,09	1.881.974,09	1.953.280,33
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS 60%	1.247.575,24	1.403.878,96	1.507.410,50	0,00	1.171.968,20
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS 25%	519.823,21	584.949,77	628.087,88	0,00	488.320,08
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS 15%	311.893,87	350.969,81	376.852,71	0,00	292.992,05
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	90.203,61	103.566,24	120.399,66	106.000,00	80.000,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA 60%	54.122,12	62.139,73	72.239,77	0,00	48.000,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA 25%	22.550,95	25.891,59	30.099,93	0,00	20.000,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA 15%	13.530,54	15.534,92	18.059,96	0,00	12.000,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	18.802,00	21.924,88	11.548,46	30.000,00	15.000,00
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Rec. dos Estados	0,00	10.200,33	919,00	53.795,87	590.000,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	1.130.510,72	214.731,80	439.603,68	214.909,18	82.007,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	RECURSOS TRANSPORTE ESCOLAR	113.152,24	125.431,80	99.327,48	138.333,34	70.000,00
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	TRANSFERENCIA DE RECURSOS PARA PAVIMENTACAO	950.000,00	0,00	0,00	125,00	0,00
4.1.7.2.2.99.07.00.00.00	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS COM O ESTADO	67.358,48	89.300,00	200.000,00	76.440,84	12.007,00
4.1.7.2.2.99.07.01.00.00	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS COM O ESTADO 22	0,00	0,00	0,00	0,00	12.006,00
4.1.7.2.2.99.07.02.00.00	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS COM O ESTADO 03 22	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
4.1.7.2.2.99.10.00.00.00	RECURSOS SALARIO EDUCACAO DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00
4.1.7.2.2.99.11.00.00.00	Transf. de Recursos da Complem. ao FUNDEF	0,00	0,00	140.276,20	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.11.01.00.00	Transf. Recursos Complem. FUNDEF 60% Estad	0,00	0,00	84.165,71	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.11.02.00.00	Transf. Recursos Complem. FUNDEF 40% Esta	0,00	0,00	56.110,49	0,00	0,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	726.673,50	931.351,81	1.117.225,39	610.000,00	884.401,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 4/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO						
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	726.673,50	931.351,81	1.117.225,39	610.000,00	884.401,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF 60%	436.004,11	558.811,09	670.051,97	0,00	561.710,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF 40%	290.669,39	372.540,72	447.173,42	0,00	322.690,00
4.1.7.2.4.01.03.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 03 18	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	296.735,14	409.613,97	370.567,04	263.029,48	713.800,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	2.515,05	2.001,29	1.444,06	27.500,00	1.300,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	1.038,81	407,39	685,91	26.000,00	600,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	1.038,81	407,39	685,91	26.000,00	600,00
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU- 60%	623,26	244,43	411,53	0,00	360,00
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU- 25%	259,72	101,86	171,49	0,00	150,00
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU- 15%	155,83	61,10	102,89	0,00	90,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	1.476,24	1.593,90	758,15	1.500,00	700,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	1.476,24	1.593,90	758,15	1.500,00	700,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	30.248,97	89.462,12	12.280,40	26.000,00	10.000,00
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	30.248,97	89.462,12	12.280,40	26.000,00	10.000,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	30.248,97	89.462,12	12.280,40	26.000,00	10.000,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	8.232,76	2.338,85	2.992,24	5.000,00	2.500,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	8.232,76	2.338,85	2.992,24	5.000,00	2.500,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	8.232,76	2.338,85	2.992,24	5.000,00	2.500,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 60%	4.939,63	1.403,31	1.795,34	0,00	1.500,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	2.058,20	584,71	748,07	0,00	625,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 15%	1.234,93	350,83	448,83	0,00	375,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	255.738,36	315.811,71	353.850,34	204.529,48	700.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	255.738,36	315.811,71	353.850,34	204.529,48	700.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	622.699,13	0,00	0,00	2.011,00	7.757,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	489.900,00	0,00	0,00	10,00	1.003,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	489.900,00	0,00	0,00	10,00	1.003,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	489.900,00	0,00	0,00	10,00	1.003,00
4.2.1.1.4.01.00.00.00.00	Operações de Crédito Interna p/ Programa Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
4.2.1.1.4.08.00.00.00.00	OPERACAO DE CREDITO	489.900,00	0,00	0,00	10,00	0,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00	1.002,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	61.100,00	0,00	0,00	2.000,00	6.754,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	61.100,00	0,00	0,00	2.000,00	6.754,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	61.100,00	0,00	0,00	2.000,00	6.754,00
4.2.2.1.9.01.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis 87	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
4.2.2.1.9.02.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis 89	0,00	0,00	0,00	0,00	4.254,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	71.699,13	0,00	0,00	1,00	0,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	71.699,13	0,00	0,00	1,00	0,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	71.699,13	0,00	0,00	1,00	0,00
4.2.4.7.2.05.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados Dest.Infra-Estrutura Tra	71.699,13	0,00	0,00	1,00	0,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.231.307,36	-1.455.037,92	-1.520.339,59	-553.815,87	-175.900,00
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-1.231.307,36	-1.455.037,92	-1.520.339,59	-553.815,87	-175.900,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 5/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO						
9.1.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.	0,00	0,00	0,00	-4.000,00	0,00
9.1.1.1.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	-4.000,00	0,00
9.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Deduções de Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	0,00	0,00	0,00	-2.000,00	0,00
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00	REDUTOR 20%NDESCONTO IPTU	0,00	0,00	0,00	-2.000,00	0,00
9.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Dedução de Imposto s/ a Produção e a Circulação	0,00	0,00	0,00	-2.000,00	0,00
9.1.1.1.3.05.00.00.00.00	DEDUCAO DE OUTROS TRIBUTOS - ISS	0,00	0,00	0,00	-2.000,00	0,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-1.231.307,36	-1.455.037,92	-1.520.339,59	-548.815,87	-175.900,00
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-1.231.307,36	-1.455.037,92	-1.520.339,59	-548.815,87	-175.900,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-797.406,60	-968.230,55	-994.741,63	-314.399,19	-109.900,00
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-794.721,48	-965.627,15	-992.136,37	-309.795,00	-107.300,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-785.440,98	-956.029,28	-983.684,60	-302.500,00	-100.000,00
9.1.7.2.1.01.02.10.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	0,00	0,00	0,00	0,00	-100.000,00
9.1.7.2.1.01.02.20.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	0,00	0,00	0,00	-302.500,00	0,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - ITR	-311,29	-312,40	-296,05	-45,00	-300,00
9.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	-300,00
9.1.7.2.1.01.12.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF- IPI Exp.	-8.969,21	-9.285,47	-8.155,72	-7.250,00	-7.000,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96 6	-2.685,12	-2.603,40	-2.605,26	-4.604,19	-2.600,00
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.600,00
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-433.900,76	-486.807,37	-525.597,96	-234.416,68	-66.000,00
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-433.900,76	-486.807,37	-525.597,96	-234.416,68	-66.000,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	-415.852,76	-466.094,64	-501.518,77	-214.416,68	-50.000,00
9.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	-50.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPVA	-18.048,00	-20.712,73	-24.079,19	-20.000,00	-16.000,00
9.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPVA	0,00	-20.712,73	0,00	0,00	-16.000,00
9.1.9.0.0.00.00.00.00.00	DEDUCAO RECEITA	0,00	0,00	0,00	-1.000,00	0,00
9.1.9.3.0.00.00.00.00.00	DEDUCAO RECEITA	0,00	0,00	0,00	-1.000,00	0,00
9.1.9.3.1.00.00.00.00.00	DEDUCAO RECEITA	0,00	0,00	0,00	-1.000,00	0,00
9.1.9.3.1.11.00.00.00.00	DEDUCAO RECEITA PROPRIO DIVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	-1.000,00	0,00
Total por entidade:		9.093.141,66	8.412.429,24	9.224.342,38	7.949.016,42	9.163.752,10
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	365.562,59	392.293,02	599.978,53	325.725,00	591.395,61
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	365.562,59	367.293,02	599.978,53	325.662,50	591.391,61
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	0,00	47,84	0,00	0,00	2.000,00
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	0,00	47,84	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	0,00	47,84	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	0,00	47,84	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 60%	0,00	28,70	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 25%	0,00	11,97	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 15%	0,00	7,17	0,00	0,00	0,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 6/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO						
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	4.818,27	8.131,41	14.782,53	650,00	0,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	4.818,27	8.131,41	14.782,53	650,00	0,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	4.818,27	8.131,41	14.782,53	650,00	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados	4.818,27	8.131,41	14.782,53	650,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	4.678,68	8.131,41	14.782,53	650,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Banc Recursos Vinculados	139,59	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	355.857,17	359.113,77	585.196,00	325.012,50	588.390,61
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	355.857,17	359.113,77	585.196,00	325.012,50	588.390,61
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	268.238,37	359.113,77	466.083,77	305.075,00	412.603,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	268.238,37	326.786,17	405.138,77	286.375,00	312.603,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	RECURSOS DO PSF	76.800,00	78.600,00	89.627,50	114.750,00	74.600,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	RECURSOS DA FARMACIA BASICA	42.356,74	47.861,05	52.813,20	35.000,00	55.001,00
4.1.7.2.1.33.02.01.00.00	RECURSOS DA FARMACIA BASICA 67	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
4.1.7.2.1.33.02.02.00.00	RECURSOS DA FARMACIA BASICA 03 67	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	RECURSOS DO PAB	57.950,97	61.186,13	63.760,82	32.500,00	60.000,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	RECURSOS DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENC	7.891,65	8.326,60	38.289,32	7.968,75	9.001,00
4.1.7.2.1.33.04.01.00.00	RECURSOS DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOEN	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
4.1.7.2.1.33.04.02.00.00	RECURSOS DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOE (0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	RECURSOS VIGILANCIA SANITARIA	9.759,16	8.946,88	5.193,88	13.031,25	9.000,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	RECURSOS DO PACS	51.534,00	65.616,00	77.567,00	47.500,00	60.000,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	RECURSOS SAUDE BUCAL	0,00	26.600,00	26.240,00	5.625,00	25.001,00
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	21.945,85	29.649,51	51.647,05	30.000,00	20.000,00
4.1.7.2.1.33.99.01.00.00	Outros Prog Financ por Transf Fundo a Fundo 64	0,00	0,00	0,00	0,00	14.999,00
4.1.7.2.1.33.99.02.00.00	Outros Prog Financ por Transf Fundo a Fundo 65	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
4.1.7.2.1.33.99.03.00.00	Outros Prog Financ por Transf Fundo a Fundo 03 64	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	32.327,60	60.945,00	18.700,00	100.000,00
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Outras Transferências da União 71	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Outras Transferências da União 23	0,00	0,00	0,00	0,00	3.502,00
4.1.7.2.1.99.03.00.00.00	Outras Transferências da União 02	0,00	0,00	0,00	0,00	91.497,00
4.1.7.2.1.99.04.00.00.00	Outras Transferências da União 03 23	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	87.618,80	0,00	119.112,23	19.937,50	175.787,61
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	0,00	0,00	119.112,23	0,00	76.416,63
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados	0,00	0,00	119.112,23	0,00	76.416,63
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	87.618,80	0,00	0,00	19.937,50	99.370,98
4.1.7.2.2.99.08.00.00.00	Recursos do Programa Saúde Bucal	22.120,08	0,00	0,00	19.000,00	0,00
4.1.7.2.2.99.09.00.00.00	Recursos Vigilancia Sanitaria - Estado	702,70	0,00	0,00	937,50	0,00
4.1.7.2.2.99.10.00.00.00	Transferências do Fundo Estadual de Saúde	64.796,02	0,00	0,00	0,00	99.370,98
4.1.7.2.2.99.10.01.00.00	Transferências do Fundo Estadual de Saúde 02	0,00	0,00	0,00	0,00	87.778,00
4.1.7.2.2.99.10.02.00.00	Transferências do Fundo Estadual de Saúde 68	0,00	0,00	0,00	0,00	11.592,98
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.887,15	0,00	0,00	0,00	1.001,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 7/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO						
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001,00
4.1.9.1.1.35.01.00.00.00	Multas/Juros de Mo da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.9.1.1.35.02.00.00.00	Multas/Juros Mo da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.03 02	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.887,15	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	4.887,15	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	4.887,15	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	25.000,00	0,00	62,50	4,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00
4.2.1.1.4.02.00.00.00.00	Operações de Crédito Interna Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	25.000,00	0,00	62,50	1,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	25.000,00	0,00	62,50	1,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	25.000,00	0,00	62,50	1,00
Total por entidade:		365.562,59	392.293,02	599.978,53	325.725,00	591.395,61
Total geral:		9.458.704,25	8.804.722,26	9.824.320,91	8.274.741,42	9.755.147,71

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas	10.324.449,02	9.867.467,16	10.744.681,97	8.502.832,29	9.339.652,10
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	9.701.749,89	9.867.467,16	10.744.681,97	8.500.821,29	9.331.895,10
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	219.910,66	208.681,42	273.099,18	511.200,00	206.502,77
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	194.115,32	180.526,78	250.943,48	215.500,00	177.000,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	103.429,07	96.072,77	162.044,46	150.000,00	117.000,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	25.882,85	30.626,55	32.652,69	85.000,00	25.000,00
4.1.1.1.2.02.00.01.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 60	15.529,66	18.375,89	19.591,60	0,00	0,00
4.1.1.1.2.02.00.02.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 25	6.470,74	7.656,65	8.163,18	0,00	0,00
4.1.1.1.2.02.00.03.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana 15	3.882,45	4.594,01	4.897,91	0,00	0,00
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	6.250,00
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	3.750,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	60.649,10	46.957,65	111.719,01	45.000,00	80.000,00
4.1.1.1.2.04.01.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	36.389,14	28.174,92	67.031,70	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.02.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	15.162,54	11.739,32	27.929,69	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.03.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	9.097,42	7.043,41	16.757,62	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.10.00.00.00	Pessoas Fisicas	0,00	0,00	0,00	45.000,00	80.000,00
4.1.1.1.2.04.10.01.00.00	Pessoas Fisicas	0,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00
4.1.1.1.2.04.10.02.00.00	Pessoas Fisicas	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
4.1.1.1.2.04.10.03.00.00	Pessoas Fisicas	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	16.897,12	18.488,57	17.672,76	20.000,00	12.000,00
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	10.138,25	11.093,12	10.603,67	0,00	7.200,00
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	4.224,31	4.622,16	4.418,20	0,00	3.000,00
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	2.534,56	2.773,29	2.650,89	0,00	1.800,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	90.686,25	84.454,01	88.899,02	65.500,00	60.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	90.686,25	84.454,01	88.899,02	65.500,00	60.000,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 60%	54.411,34	50.672,08	52.343,36	0,00	36.000,00
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	22.671,87	21.113,75	21.809,92	0,00	15.000,00
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 15%	13.603,04	12.668,18	14.745,74	0,00	9.000,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	9.497,82	28.154,64	22.155,70	204.250,00	29.502,77
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	3.426,72	9.414,83	4.366,43	107.250,00	9.502,77
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00	Taxa de Serviços Administrativos	1.644,27	8.001,81	3.570,42	46.250,00	3.002,77
4.1.1.2.1.22.01.00.00.00	Taxa de Serviços Administrativos 00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.001,54
4.1.1.2.1.22.02.00.00.00	Taxa de Serviços Administrativos 03 00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,23
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Tx de Licença para Execução de Obras	1.782,45	1.413,02	796,01	61.000,00	3.500,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	6.071,10	18.739,81	17.789,27	97.000,00	20.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	6.071,10	18.739,81	17.789,27	97.000,00	20.000,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICAO DE MELHORIA	16.297,52	0,00	0,00	91.450,00	0,00
4.1.1.3.0.02.00.00.00.00	Contrib Melhoria Expans Rede Iluminação Púb Cidade	15.839,11	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	0,00	0,00	0,00	29.950,00	0,00
4.1.1.3.0.99.00.00.00.00	Outras Contrib de Melhoria	458,41	0,00	0,00	61.500,00	0,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO						
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	6.898,29	27.767,78	29.206,21	21.000,00	26.001,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	6.898,29	27.767,78	29.206,21	21.000,00	26.001,00
4.1.2.3.0.01.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚB 1	0,00	0,00	0,00	0,00	25.999,96
4.1.2.3.0.02.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINA PUB 03 17	0,00	0,00	0,00	0,00	1,04
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	56.896,85	64.042,66	50.754,07	196.862,50	30.501,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	56.896,85	64.042,66	50.754,07	58.100,00	10.501,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	56.896,85	64.042,66	50.754,07	58.100,00	10.501,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de deposito de recursos vinculados	56.896,85	64.042,66	46.018,45	23.100,00	6.501,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	REC REMUN DEP BANC VINC - FUNDEB	1.536,91	5.106,42	2.282,58	100,00	2.500,00
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF 60%	922,14	3.063,84	1.369,54	0,00	1.500,00
4.1.3.2.5.01.02.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF 40%	614,77	2.042,58	913,04	0,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Rec. de Remuneração de Depósito Banc.Rec. Vinc - M	0,00	0,00	2.992,46	2.000,00	1.001,00
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Rec. de Remu de Dep Banc.Rec. Vinc - MDE 01	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Rec. de Remu de Dep Banc.Rec. Vinc - MDE 03 01	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec Rem de Dep Bancários Rec Vinc. - FNAS	0,00	0,00	13.487,36	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	REC REMUN OUTROS DEP BANC REC VINC	55.359,94	58.936,24	27.256,05	20.000,00	2.000,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Deposito de Recursos Não Vinculados	0,00	0,00	4.735,62	35.000,00	4.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Recursos Não Vinculados	0,00	0,00	4.735,62	35.000,00	4.000,00
4.1.3.9.0.00.00.00.00.00	Outras Rec. Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	138.762,50	20.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.121.308,95	9.157.361,33	10.021.055,47	7.508.729,31	8.355.090,33
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.121.308,95	9.157.361,33	10.021.055,47	7.508.729,31	8.355.090,33
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	5.075.826,80	5.535.787,73	5.819.008,19	4.612.050,17	4.750.402,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Rec. da União	3.973.609,12	4.828.185,03	4.960.683,86	3.950.405,67	4.076.920,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	3.927.206,65	4.780.195,84	4.918.646,93	3.913.555,64	4.040.420,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	2.356.323,98	2.868.117,46	2.951.054,88	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	981.801,66	1.195.049,00	1.229.606,25	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	589.081,01	717.029,38	737.985,80	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.20.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	0,00	0,00	0,00	3.913.555,64	4.040.420,00
4.1.7.2.1.01.02.20.01.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	2.424.252,00
4.1.7.2.1.01.02.20.02.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	1.010.105,00
4.1.7.2.1.01.02.20.03.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	606.063,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1.556,61	1.562,20	1.258,37	225,00	1.500,00
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural 6	933,94	937,33	888,25	0,00	900,00
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	389,17	390,55	370,12	0,00	375,00
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural 1	233,50	234,32	0,00	0,00	225,00
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.	44.845,86	46.426,99	40.778,56	36.625,03	35.000,00
4.1.7.2.1.01.12.01.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.	26.907,45	27.856,16	24.467,10	0,00	21.000,00
4.1.7.2.1.01.12.02.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.	11.211,52	11.606,77	10.194,66	0,00	8.750,00
4.1.7.2.1.01.12.03.00.00	Cota-Parte do IPI - Estados Export. Prod. Industr.	6.726,89	6.964,06	6.116,80	0,00	5.250,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	59.756,51	76.407,98	86.564,86	108.000,00	95.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	48.609,40	62.855,63	75.583,68	85.000,00	85.000,00
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00	Outras Transf. Decorrentes de Compens. Finan.	11.147,11	13.552,35	10.981,18	23.000,00	10.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 3/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO						
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	31.774,52	40.382,31	132.620,39	79.100,00	84.607,00
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transf. de Rec do Fund. Nac. As.Social - FNAS 52	0,00	0,00	0,00	0,00	71.605,00
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	Transf. de Rec do Fund. Nac. As.Social - FNAS 50	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	Transf. de Rec do Fund. Nac. As.Social - FNAS 48	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transf. de Rec do Fund. Nac. As.Social - FNAS 352	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	184.083,09	197.902,32	207.888,89	275.000,00	201.001,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	83.453,61	88.540,76	97.162,70	150.000,00	91.001,00
4.1.7.2.1.35.01.01.00.00	Transferências do Salário-Educação 58	0,00	0,00	0,00	0,00	91.000,00
4.1.7.2.1.35.01.02.00.00	Transferências do Salário-Educação 03 58	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	27.720,00	33.784,66	32.856,00	50.000,00	40.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	72.909,48	75.576,90	69.228,31	75.000,00	70.000,00
4.1.7.2.1.35.05.00.00.00	Transferencia Salario Educação Estado	0,00	0,00	8.641,88	0,00	0,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	13.425,96	13.017,00	13.027,16	37.500,00	13.000,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	8.055,60	7.810,20	7.816,36	0,00	7.800,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	3.356,52	3.254,28	3.256,76	0,00	3.250,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	2.013,84	1.952,52	1.954,04	0,00	1.950,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	813.177,60	379.893,09	418.223,03	162.044,50	279.874,00
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Outras Transferências da União 24	0,00	0,00	0,00	0,00	279.872,00
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Outras Transferências da União 03 24	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	3.318.808,65	2.690.221,79	3.084.821,89	2.286.679,14	2.720.287,33
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	2.188.297,93	2.475.489,99	2.645.218,21	2.071.769,96	2.638.280,33
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	2.079.292,32	2.339.798,54	2.512.351,09	1.881.974,09	1.953.280,33
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS 60%	1.247.575,24	1.403.878,96	1.507.410,50	0,00	1.171.968,20
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS 25%	519.823,21	584.949,77	628.087,88	0,00	488.320,08
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS 15%	311.893,87	350.969,81	376.852,71	0,00	292.992,05
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	90.203,61	103.566,24	120.399,66	106.000,00	80.000,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA 60%	54.122,12	62.139,73	72.239,77	0,00	48.000,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA 25%	22.550,95	25.891,59	30.099,93	0,00	20.000,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA 15%	13.530,54	15.534,92	18.059,96	0,00	12.000,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	18.802,00	21.924,88	11.548,46	30.000,00	15.000,00
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Rec. dos Estados	0,00	10.200,33	919,00	53.795,87	590.000,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	1.130.510,72	214.731,80	439.603,68	214.909,18	82.007,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	RECURSOS TRANSPORTE ESCOLAR	113.152,24	125.431,80	99.327,48	138.333,34	70.000,00
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	TRANSFERENCIA DE RECURSOS PARA PAVIMENTACAO	950.000,00	0,00	0,00	125,00	0,00
4.1.7.2.2.99.07.00.00.00	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS COM O ESTADO	67.358,48	89.300,00	200.000,00	76.440,84	12.007,00
4.1.7.2.2.99.07.01.00.00	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS COM O ESTADO 22	0,00	0,00	0,00	0,00	12.006,00
4.1.7.2.2.99.07.02.00.00	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS COM O ESTADO 03 22	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
4.1.7.2.2.99.10.00.00.00	RECURSOS SALARIO EDUCACAO DO ESTADO	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00
4.1.7.2.2.99.11.00.00.00	Transf. de Recursos da Complem. ao FUNDEF	0,00	0,00	140.276,20	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.11.01.00.00	Transf. Recursos Complem. FUNDEF 60% Estad	0,00	0,00	84.165,71	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.11.02.00.00	Transf. Recursos Complem. FUNDEF 40% Esta	0,00	0,00	56.110,49	0,00	0,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	726.673,50	931.351,81	1.117.225,39	610.000,00	884.401,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 4/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO						
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	726.673,50	931.351,81	1.117.225,39	610.000,00	884.401,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF 60%	436.004,11	558.811,09	670.051,97	0,00	561.710,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF 40%	290.669,39	372.540,72	447.173,42	0,00	322.690,00
4.1.7.2.4.01.03.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF 03 18	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	296.735,14	409.613,97	370.567,04	263.029,48	713.800,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	2.515,05	2.001,29	1.444,06	27.500,00	1.300,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	1.038,81	407,39	685,91	26.000,00	600,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	1.038,81	407,39	685,91	26.000,00	600,00
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU- 60%	623,26	244,43	411,53	0,00	360,00
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU- 25%	259,72	101,86	171,49	0,00	150,00
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU- 15%	155,83	61,10	102,89	0,00	90,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	1.476,24	1.593,90	758,15	1.500,00	700,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	1.476,24	1.593,90	758,15	1.500,00	700,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	30.248,97	89.462,12	12.280,40	26.000,00	10.000,00
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	30.248,97	89.462,12	12.280,40	26.000,00	10.000,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	30.248,97	89.462,12	12.280,40	26.000,00	10.000,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	8.232,76	2.338,85	2.992,24	5.000,00	2.500,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	8.232,76	2.338,85	2.992,24	5.000,00	2.500,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	8.232,76	2.338,85	2.992,24	5.000,00	2.500,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 60%	4.939,63	1.403,31	1.795,34	0,00	1.500,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	2.058,20	584,71	748,07	0,00	625,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU 15%	1.234,93	350,83	448,83	0,00	375,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	255.738,36	315.811,71	353.850,34	204.529,48	700.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	255.738,36	315.811,71	353.850,34	204.529,48	700.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	622.699,13	0,00	0,00	2.011,00	7.757,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	489.900,00	0,00	0,00	10,00	1.003,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	489.900,00	0,00	0,00	10,00	1.003,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	489.900,00	0,00	0,00	10,00	1.003,00
4.2.1.1.4.01.00.00.00.00	Operações de Crédito Interna p/ Programa Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
4.2.1.1.4.08.00.00.00.00	OPERACAO DE CREDITO	489.900,00	0,00	0,00	10,00	0,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00	1.002,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	61.100,00	0,00	0,00	2.000,00	6.754,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	61.100,00	0,00	0,00	2.000,00	6.754,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	61.100,00	0,00	0,00	2.000,00	6.754,00
4.2.2.1.9.01.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis 87	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
4.2.2.1.9.02.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis 89	0,00	0,00	0,00	0,00	4.254,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	71.699,13	0,00	0,00	1,00	0,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	71.699,13	0,00	0,00	1,00	0,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	71.699,13	0,00	0,00	1,00	0,00
4.2.4.7.2.05.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados Dest.Infra-Estrutura Tra	71.699,13	0,00	0,00	1,00	0,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.231.307,36	-1.455.037,92	-1.520.339,59	-553.815,87	-175.900,00
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-1.231.307,36	-1.455.037,92	-1.520.339,59	-553.815,87	-175.900,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 5/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO						
9.1.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA.	0,00	0,00	0,00	-4.000,00	0,00
9.1.1.1.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÃO DE IMPOSTOS	0,00	0,00	0,00	-4.000,00	0,00
9.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Deduções de Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	0,00	0,00	0,00	-2.000,00	0,00
9.1.1.1.2.02.00.00.00.00	REDUTOR 20%NDESCONTO IPTU	0,00	0,00	0,00	-2.000,00	0,00
9.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Dedução de Imposto s/ a Produção e a Circulação	0,00	0,00	0,00	-2.000,00	0,00
9.1.1.1.3.05.00.00.00.00	DEDUCAO DE OUTROS TRIBUTOS - ISS	0,00	0,00	0,00	-2.000,00	0,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-1.231.307,36	-1.455.037,92	-1.520.339,59	-548.815,87	-175.900,00
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-1.231.307,36	-1.455.037,92	-1.520.339,59	-548.815,87	-175.900,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-797.406,60	-968.230,55	-994.741,63	-314.399,19	-109.900,00
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-794.721,48	-965.627,15	-992.136,37	-309.795,00	-107.300,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-785.440,98	-956.029,28	-983.684,60	-302.500,00	-100.000,00
9.1.7.2.1.01.02.10.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	0,00	0,00	0,00	0,00	-100.000,00
9.1.7.2.1.01.02.20.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM (CF, A	0,00	0,00	0,00	-302.500,00	0,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - ITR	-311,29	-312,40	-296,05	-45,00	-300,00
9.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	-300,00
9.1.7.2.1.01.12.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF- IPI Exp.	-8.969,21	-9.285,47	-8.155,72	-7.250,00	-7.000,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96 6	-2.685,12	-2.603,40	-2.605,26	-4.604,19	-2.600,00
9.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.600,00
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-433.900,76	-486.807,37	-525.597,96	-234.416,68	-66.000,00
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-433.900,76	-486.807,37	-525.597,96	-234.416,68	-66.000,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	-415.852,76	-466.094,64	-501.518,77	-214.416,68	-50.000,00
9.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	-50.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPVA	-18.048,00	-20.712,73	-24.079,19	-20.000,00	-16.000,00
9.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPVA	0,00	-20.712,73	0,00	0,00	-16.000,00
9.1.9.0.0.00.00.00.00.00	DEDUCAO RECEITA	0,00	0,00	0,00	-1.000,00	0,00
9.1.9.3.0.00.00.00.00.00	DEDUCAO RECEITA	0,00	0,00	0,00	-1.000,00	0,00
9.1.9.3.1.00.00.00.00.00	DEDUCAO RECEITA	0,00	0,00	0,00	-1.000,00	0,00
9.1.9.3.1.11.00.00.00.00	DEDUCAO RECEITA PROPRIO DIVIDA ATIVA	0,00	0,00	0,00	-1.000,00	0,00
Total por entidade:		9.093.141,66	8.412.429,24	9.224.342,38	7.949.016,42	9.163.752,10
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	365.562,59	392.293,02	599.978,53	325.725,00	591.395,61
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	365.562,59	367.293,02	599.978,53	325.662,50	591.391,61
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	0,00	47,84	0,00	0,00	2.000,00
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	0,00	47,84	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	0,00	47,84	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	0,00	47,84	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 60%	0,00	28,70	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 25%	0,00	11,97	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza 15%	0,00	7,17	0,00	0,00	0,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 6/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO						
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	4.818,27	8.131,41	14.782,53	650,00	0,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	4.818,27	8.131,41	14.782,53	650,00	0,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	4.818,27	8.131,41	14.782,53	650,00	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados	4.818,27	8.131,41	14.782,53	650,00	0,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	4.678,68	8.131,41	14.782,53	650,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Banc Recursos Vinculados	139,59	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	355.857,17	359.113,77	585.196,00	325.012,50	588.390,61
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	355.857,17	359.113,77	585.196,00	325.012,50	588.390,61
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	268.238,37	359.113,77	466.083,77	305.075,00	412.603,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	268.238,37	326.786,17	405.138,77	286.375,00	312.603,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	RECURSOS DO PSF	76.800,00	78.600,00	89.627,50	114.750,00	74.600,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	RECURSOS DA FARMACIA BASICA	42.356,74	47.861,05	52.813,20	35.000,00	55.001,00
4.1.7.2.1.33.02.01.00.00	RECURSOS DA FARMACIA BASICA 67	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
4.1.7.2.1.33.02.02.00.00	RECURSOS DA FARMACIA BASICA 03 67	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	RECURSOS DO PAB	57.950,97	61.186,13	63.760,82	32.500,00	60.000,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	RECURSOS DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENC	7.891,65	8.326,60	38.289,32	7.968,75	9.001,00
4.1.7.2.1.33.04.01.00.00	RECURSOS DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOEN	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
4.1.7.2.1.33.04.02.00.00	RECURSOS DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOE (0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	RECURSOS VIGILANCIA SANITARIA	9.759,16	8.946,88	5.193,88	13.031,25	9.000,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	RECURSOS DO PACS	51.534,00	65.616,00	77.567,00	47.500,00	60.000,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	RECURSOS SAUDE BUCAL	0,00	26.600,00	26.240,00	5.625,00	25.001,00
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00	Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	21.945,85	29.649,51	51.647,05	30.000,00	20.000,00
4.1.7.2.1.33.99.01.00.00	Outros Prog Financ por Transf Fundo a Fundo 64	0,00	0,00	0,00	0,00	14.999,00
4.1.7.2.1.33.99.02.00.00	Outros Prog Financ por Transf Fundo a Fundo 65	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
4.1.7.2.1.33.99.03.00.00	Outros Prog Financ por Transf Fundo a Fundo 03 64	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	32.327,60	60.945,00	18.700,00	100.000,00
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Outras Transferências da União 71	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
4.1.7.2.1.99.02.00.00.00	Outras Transferências da União 23	0,00	0,00	0,00	0,00	3.502,00
4.1.7.2.1.99.03.00.00.00	Outras Transferências da União 02	0,00	0,00	0,00	0,00	91.497,00
4.1.7.2.1.99.04.00.00.00	Outras Transferências da União 03 23	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	87.618,80	0,00	119.112,23	19.937,50	175.787,61
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	0,00	0,00	119.112,23	0,00	76.416,63
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados	0,00	0,00	119.112,23	0,00	76.416,63
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	87.618,80	0,00	0,00	19.937,50	99.370,98
4.1.7.2.2.99.08.00.00.00	Recursos do Programa Saúde Bucal	22.120,08	0,00	0,00	19.000,00	0,00
4.1.7.2.2.99.09.00.00.00	Recursos Vigilancia Sanitaria - Estado	702,70	0,00	0,00	937,50	0,00
4.1.7.2.2.99.10.00.00.00	Transferências do Fundo Estadual de Saúde	64.796,02	0,00	0,00	0,00	99.370,98
4.1.7.2.2.99.10.01.00.00	Transferências do Fundo Estadual de Saúde 02	0,00	0,00	0,00	0,00	87.778,00
4.1.7.2.2.99.10.02.00.00	Transferências do Fundo Estadual de Saúde 68	0,00	0,00	0,00	0,00	11.592,98
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.887,15	0,00	0,00	0,00	1.001,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 7/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO						
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	0,00	0,00	0,00	0,00	1.001,00
4.1.9.1.1.35.01.00.00.00	Multas/Juros de Mo da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.02	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
4.1.9.1.1.35.02.00.00.00	Multas/Juros Mo da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.03 02	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.887,15	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	4.887,15	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	4.887,15	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	25.000,00	0,00	62,50	4,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00
4.2.1.1.4.02.00.00.00.00	Operações de Crédito Interna Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	3,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	25.000,00	0,00	62,50	1,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	25.000,00	0,00	62,50	1,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	0,00	25.000,00	0,00	62,50	1,00
Total por entidade:		365.562,59	392.293,02	599.978,53	325.725,00	591.395,61
Total geral:		9.458.704,25	8.804.722,26	9.824.320,91	8.274.741,42	9.755.147,71

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO						
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA	7.668.390,23	6.923.295,38	7.185.806,31	6.521.325,07	7.603.257,05
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	4.723.662,62	5.976.829,73	6.439.347,21	5.685.868,21	6.639.621,05
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.368.569,66	3.038.467,15	3.727.925,37	2.299.060,00	3.300.774,97
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	1.140,00	1.612,80	1.452,00	2.000,00	2.500,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.367.429,66	3.036.854,35	3.726.473,37	2.297.060,00	3.298.274,97
3.3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	555,73	44.110,48	34.638,85	40.000,00	25.000,00
3.3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	555,73	44.110,48	34.638,85	40.000,00	25.000,00
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.354.537,23	2.894.252,10	2.676.782,99	3.346.808,21	3.313.846,08
3.3.3.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	2,00	252,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	45.226,67	71.364,02	64.005,26	59.000,00	76.001,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	760,00	806,40	6.736,31	4.000,00	15.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.308.550,56	2.822.081,68	2.606.041,42	3.283.806,21	3.222.593,08
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	2.944.727,61	946.465,65	746.459,10	775.456,86	903.636,00
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	2.837.048,70	819.960,50	623.984,10	652.981,86	773.636,00
3.4.4.50.00.00.00.00.00	Transf. a Instituicoes Privadas s/ Fins Lucrativos	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	100,00	257,60	0,00	580,00	1.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.832.448,70	819.702,90	623.984,10	652.401,86	772.636,00
3.4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	107.678,91	126.505,15	122.475,00	122.475,00	130.000,00
3.4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	107.678,91	126.505,15	122.475,00	122.475,00	130.000,00
3.9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
3.9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
3.9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
Total por entidade:		7.668.390,23	6.923.295,38	7.185.806,31	6.521.325,07	7.603.257,05
Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO						
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA	403.224,22	0,00	0,00	495.000,00	615.000,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	363.351,20	0,00	0,00	482.500,00	595.000,00
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	242.953,04	0,00	0,00	370.000,00	432.500,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	242.953,04	0,00	0,00	370.000,00	432.500,00
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	120.398,16	0,00	0,00	112.500,00	162.500,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	8.000,00	0,00	0,00	9.000,00	15.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	112.398,16	0,00	0,00	103.500,00	147.500,00
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	39.873,02	0,00	0,00	12.500,00	20.000,00
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	39.873,02	0,00	0,00	12.500,00	20.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	39.873,02	0,00	0,00	12.500,00	20.000,00
Total por entidade:		403.224,22	0,00	0,00	495.000,00	615.000,00
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO						
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA	1.342.103,98	1.661.077,31	2.034.018,67	1.258.416,35	1.536.890,66
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.280.390,88	1.544.923,31	1.878.672,35	1.203.466,35	1.474.382,66
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	742.082,77	948.209,48	1.160.297,38	491.690,00	854.002,00
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	3.065,00	4.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO						
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	742.082,77	948.209,48	1.160.297,38	488.625,00	850.002,00
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	538.308,11	596.713,83	718.374,97	711.776,35	620.380,66
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	10.325,00	23.777,20	22.377,20	40.000,00	50.000,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	28.993,00	29.000,00	70.000,00	5.000,00	5.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	498.990,11	543.936,63	625.997,77	621.776,35	467.105,00
3.3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Diretas Consórcios Publicos	0,00	0,00	0,00	45.000,00	98.275,66
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	61.713,10	116.154,00	155.346,32	54.950,00	62.508,00
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	61.713,10	116.154,00	155.346,32	54.950,00	62.508,00
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	61.713,10	116.154,00	155.346,32	50.950,00	58.508,00
Total por entidade:		1.342.103,98	1.661.077,31	2.034.018,67	1.258.416,35	1.536.890,66
Total geral:		9.413.718,43	8.584.372,69	9.219.824,98	8.274.741,42	9.755.147,71

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO						
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA	7.668.390,23	6.923.295,38	7.185.806,31	6.521.325,07	7.603.257,05
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	4.723.662,62	5.976.829,73	6.439.347,21	5.685.868,21	6.639.621,05
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.368.569,66	3.038.467,15	3.727.925,37	2.299.060,00	3.300.774,97
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	1.140,00	1.612,80	1.452,00	2.000,00	2.500,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.367.429,66	3.036.854,35	3.726.473,37	2.297.060,00	3.298.274,97
3.3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	555,73	44.110,48	34.638,85	40.000,00	25.000,00
3.3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	555,73	44.110,48	34.638,85	40.000,00	25.000,00
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.354.537,23	2.894.252,10	2.676.782,99	3.346.808,21	3.313.846,08
3.3.3.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	2,00	252,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	45.226,67	71.364,02	64.005,26	59.000,00	76.001,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	760,00	806,40	6.736,31	4.000,00	15.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.308.550,56	2.822.081,68	2.606.041,42	3.283.806,21	3.222.593,08
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	2.944.727,61	946.465,65	746.459,10	775.456,86	903.636,00
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	2.837.048,70	819.960,50	623.984,10	652.981,86	773.636,00
3.4.4.50.00.00.00.00.00	Transf. a Instituicoes Privadas s/ Fins Lucrativos	4.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	100,00	257,60	0,00	580,00	1.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.832.448,70	819.702,90	623.984,10	652.401,86	772.636,00
3.4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	107.678,91	126.505,15	122.475,00	122.475,00	130.000,00
3.4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	107.678,91	126.505,15	122.475,00	122.475,00	130.000,00
3.9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
3.9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
3.9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	60.000,00	60.000,00
Total por entidade:		7.668.390,23	6.923.295,38	7.185.806,31	6.521.325,07	7.603.257,05
Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO						
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA	403.224,22	0,00	0,00	495.000,00	615.000,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	363.351,20	0,00	0,00	482.500,00	595.000,00
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	242.953,04	0,00	0,00	370.000,00	432.500,00
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	242.953,04	0,00	0,00	370.000,00	432.500,00
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	120.398,16	0,00	0,00	112.500,00	162.500,00
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	8.000,00	0,00	0,00	9.000,00	15.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	112.398,16	0,00	0,00	103.500,00	147.500,00
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	39.873,02	0,00	0,00	12.500,00	20.000,00
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	39.873,02	0,00	0,00	12.500,00	20.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	39.873,02	0,00	0,00	12.500,00	20.000,00
Total por entidade:		403.224,22	0,00	0,00	495.000,00	615.000,00
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO						
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESA	1.342.103,98	1.661.077,31	2.034.018,67	1.258.416,35	1.536.890,66
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.280.390,88	1.544.923,31	1.878.672,35	1.203.466,35	1.474.382,66
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	742.082,77	948.209,48	1.160.297,38	491.690,00	854.002,00
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	3.065,00	4.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO						
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	742.082,77	948.209,48	1.160.297,38	488.625,00	850.002,00
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	538.308,11	596.713,83	718.374,97	711.776,35	620.380,66
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	10.325,00	23.777,20	22.377,20	40.000,00	50.000,00
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	28.993,00	29.000,00	70.000,00	5.000,00	5.000,00
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	498.990,11	543.936,63	625.997,77	621.776,35	467.105,00
3.3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Diretas Consórcios Publicos	0,00	0,00	0,00	45.000,00	98.275,66
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	61.713,10	116.154,00	155.346,32	54.950,00	62.508,00
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	61.713,10	116.154,00	155.346,32	54.950,00	62.508,00
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	4.000,00	4.000,00
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	61.713,10	116.154,00	155.346,32	50.950,00	58.508,00
Total por entidade:		1.342.103,98	1.661.077,31	2.034.018,67	1.258.416,35	1.536.890,66
Total geral:		9.413.718,43	8.584.372,69	9.219.824,98	8.274.741,42	9.755.147,71

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Relatório sobre Projetos em Exercício e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2014 (Art. 45 da LRF)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C); Realização da despesa por: Empenho

Identificação dos Projetos	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	Saldo Atualizado PPA
		Realizado até 2014	Orçamento em 2014			
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	1.761.854,00	0,00	0,00	1.761.854,00	731.026,00	1.030.828,00
Órgão: 03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	88.023,96	0,00	0,00	88.023,96	22.006,00	66.017,96
Unidade: 03.03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	88.023,96	0,00	0,00	88.023,96	22.006,00	66.017,96
5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL						
1.005 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (m²)					
Meta física	600,00	0,00	0,00	600,00	500,00	100,00
Meta financeira	8.004,00	0,00	0,00	8.004,00	2.001,00	6.003,00
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	40,00	0,00	0,00	40,00	10,00	30,00
Meta financeira	80.007,96	0,00	0,00	80.007,96	20.002,00	60.005,96
1.017 - AQUISICAO E DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS.	IMOVEIS (UN)					
Meta física	4,00	0,00	0,00	4,00	1,00	3,00
Meta financeira	12,00	0,00	0,00	12,00	3,00	9,00
Órgão: 04.00 SECRETARIA DA FAZENDA	115.008,00	0,00	0,00	115.008,00	20.002,00	95.006,00
Unidade: 04.04 SECRETARIA DA FAZENDA	115.008,00	0,00	0,00	115.008,00	20.002,00	95.006,00
2 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA						
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	32,00	0,00	0,00	32,00	8,00	24,00
Meta financeira	115.008,00	0,00	0,00	115.008,00	20.002,00	95.006,00
Órgão: 05.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	437.538,04	0,00	0,00	437.538,04	113.508,00	324.030,04
Unidade: 05.01 DIVISÃO DE ENSINO	329.538,04	0,00	0,00	329.538,04	86.508,00	243.030,04
6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS						
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	40,00	0,00	0,00	40,00	10,00	30,00
Meta financeira	169.014,04	0,00	0,00	169.014,04	43.503,00	125.511,04
1.017 - AQUISICAO E DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS.	IMOVEIS (UN)					
Meta física	4,00	0,00	0,00	4,00	1,00	3,00
Meta financeira	4,00	0,00	0,00	4,00	1,00	3,00
1.030 - CONSTRUCAO REFORMA E AMPLIACAO DE ESCOLAS, GINASIOS E QI	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (UN)					
Meta física	16,00	0,00	0,00	16,00	4,00	12,00
Meta financeira	136.008,00	0,00	0,00	136.008,00	34.002,00	102.006,00
1.047 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DOS PARQUES INFANTIS	REFORMA E AMPLIAÇÃO (UN)					
Meta física	12,00	0,00	0,00	12,00	3,00	9,00
Meta financeira	24.512,00	0,00	0,00	24.512,00	9.002,00	15.510,00
Unidade: 05.03 DIVISÃO DE ESPORTES	108.000,00	0,00	0,00	108.000,00	27.000,00	81.000,00
8 - ESPORTE É VIDA						
1.022 - CONSTRUCAO REFORMA E AMPLIACAO DE GINASIOS, QUADRAS ESF	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (UN)					
Meta física	8,00	0,00	0,00	8,00	2,00	6,00
Meta financeira	108.000,00	0,00	0,00	108.000,00	27.000,00	81.000,00
Órgão: 07.00 SECRETARIA DA AGRICULTURA	135.004,00	0,00	0,00	135.004,00	22.501,00	112.503,00
Unidade: 07.01 DIVISÃO DE AGRICULTURA	135.004,00	0,00	0,00	135.004,00	22.501,00	112.503,00
14 - AGRICULTURA SUSTENTAVEL						
1.091 - AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPLEMENTOS AGRICOL	AQUISIÇÃO (UN)					
Meta física	20,00	0,00	0,00	20,00	5,00	15,00
Meta financeira	135.004,00	0,00	0,00	135.004,00	22.501,00	112.503,00
Órgão: 08.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS	534.018,00	0,00	0,00	534.018,00	267.253,00	266.765,00
Unidade: 08.03 DIVISAO DE OBRAS	534.018,00	0,00	0,00	534.018,00	267.253,00	266.765,00
12 - ESTRADAS VICINAIS						
1.091 - AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPLEMENTOS AGRICOL	AQUISIÇÃO (UN)					
Meta física	28,00	0,00	0,00	28,00	7,00	21,00
Meta financeira	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	7.500,00	22.500,00
13 - URBANISMO						
1.031 - CONSTRUCAO DE PONTES, BUEIROS E TUBULACOES	PONTE (Mês)					
Meta física	2,00	0,00	0,00	2,00	1,00	1,00
Meta financeira	38.000,00	0,00	0,00	38.000,00	7.250,00	30.750,00
1.038 - PAVIMENTAÇÃO	PAVIMENTAÇÃO (m²)					
Meta física	28.000,00	0,00	0,00	28.000,00	7.000,00	21.000,00
Meta financeira	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	45.000,00	195.000,00
1.043 - CONSTRUCAO DE PRACAS E JARDINS	PRACAS/JARDINS (UN)					
Meta física	8,00	0,00	0,00	8,00	2,00	6,00
Meta financeira	85.006,00	0,00	0,00	85.006,00	77.500,00	7.506,00
1.058 - CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO PUBLICO MUNICIPAL	CONSTRUCAO (UN)					
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	11.005,94	0,00	0,00	11.005,94	2,00	11.003,94
1.059 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS	CONSTRUCAO (M2)					
Meta física	2,00	0,00	0,00	2,00	1,00	1,00
Meta financeira	130.006,06	0,00	0,00	130.006,06	130.001,00	5,06



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Relatório sobre Projetos em Exercício e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2014 (Art. 45 da LRF)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C); Realização da despesa por: Empenho

Identificação dos Projetos	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	Saldo Atualizado PPA
		Realizado até 2014	Orçamento em 2014			
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	1.761.854,00	0,00	0,00	1.761.854,00	731.026,00	1.030.828,00
Órgão: 09.00 SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	200.004,00	0,00	0,00	200.004,00	140.004,00	60.000,00
Unidade: 09.01 DIVISÃO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	10.000,00	60.000,00
10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	24,00	0,00	0,00	24,00	6,00	18,00
Meta financeira	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	10.000,00	60.000,00
Unidade: 09.03 DIVISÃO DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	130.004,00	0,00	0,00	130.004,00	130.004,00	0,00
10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
1.033 - SÓ SE FAZ EDUCAÇÃO SE JUNTOS TRABALHARMOS POR ELA	ESCOLA (ES)					
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00
Meta financeira	130.004,00	0,00	0,00	130.004,00	130.004,00	0,00
Órgão: 10.00 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	127.258,00	0,00	0,00	127.258,00	44.752,00	82.506,00
Unidade: 10.01 DIVISÃO DO MEIO AMBIENTE	60.008,00	0,00	0,00	60.008,00	15.002,00	45.006,00
11 - GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA						
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	20,00	0,00	0,00	20,00	5,00	15,00
Meta financeira	60.008,00	0,00	0,00	60.008,00	15.002,00	45.006,00
Unidade: 10.02 DIVISÃO DE TURISMO	67.250,00	0,00	0,00	67.250,00	29.750,00	37.500,00
11 - GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA						
1.032 - INCENTIVO A EMPREENDIMENTOS TURISTICOS	INCENTIVO (UN)					
Meta física	16,00	0,00	0,00	16,00	4,00	12,00
Meta financeira	28.000,00	0,00	0,00	28.000,00	7.000,00	21.000,00
1.039 - CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA TURISTICA	CONSTRUCAO (UN)					
Meta física	8,00	0,00	0,00	8,00	2,00	6,00
Meta financeira	39.250,00	0,00	0,00	39.250,00	22.750,00	16.500,00
Órgão: 12.00 GABINETE DO PREFEITO E VICE	125.000,00	0,00	0,00	125.000,00	101.000,00	24.000,00
Unidade: 12.02 GABINETE DO PREFEITO E VICE	125.000,00	0,00	0,00	125.000,00	101.000,00	24.000,00
3 - GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR						
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	20,00	0,00	0,00	20,00	5,00	15,00
Meta financeira	125.000,00	0,00	0,00	125.000,00	101.000,00	24.000,00
Entidade: 2 CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	20.000,00	80.000,00
Órgão: 01.00 CAMARA DE VEREADORES	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	20.000,00	80.000,00
Unidade: 01.01 CAMARA DE VEREADORES	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	20.000,00	80.000,00
1 - PROCESSO LEGISLATIVO						
1.001 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E MOBILIARIO EM C EQUIPAMENTOS (UN)						
Meta física	16,00	0,00	0,00	16,00	4,00	12,00
Meta financeira	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	12.000,00	68.000,00
1.003 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE	CONSTRUCAO (m²)					
Meta física	2,00	0,00	0,00	2,00	1,00	1,00
Meta financeira	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	8.000,00	12.000,00
Entidade: 3 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO	184.032,00	0,00	0,00	184.032,00	46.008,00	138.024,00
Órgão: 06.00 SECRETARIA DA SAUDE	184.032,00	0,00	0,00	184.032,00	46.008,00	138.024,00
Unidade: 06.01 DIVISÃO DO FUNDO DE SAÚDE	184.032,00	0,00	0,00	184.032,00	46.008,00	138.024,00
9 - SAÚDE PARA TODOS						
1.005 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (m²)					
Meta física	400,00	0,00	0,00	400,00	100,00	300,00
Meta financeira	20.012,00	0,00	0,00	20.012,00	5.003,00	15.009,00
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	48,00	0,00	0,00	48,00	12,00	36,00
Meta financeira	164.008,00	0,00	0,00	164.008,00	41.002,00	123.006,00
1.098 - AQUISIÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO DE IMOVEIS	AQUISIÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO (UN)					
Meta física	4,00	0,00	0,00	4,00	1,00	3,00
Meta financeira	12,00	0,00	0,00	12,00	3,00	9,00
Total geral:	2.045.886,00	0,00	0,00	2.045.886,00	797.034,00	1.248.852,00



Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Relatório sobre Projetos em Exercício e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2014 (Art. 45 da LRF)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C); Realização da despesa por: Empenho

Identificação dos Projetos	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	Saldo Atualizado PPA
		Realizado até 2014	Orçamento em 2014			
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	1.761.854,00	0,00	0,00	1.761.854,00	731.026,00	1.030.828,00
Órgão: 03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	88.023,96	0,00	0,00	88.023,96	22.006,00	66.017,96
Unidade: 03.03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	88.023,96	0,00	0,00	88.023,96	22.006,00	66.017,96
5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL						
1.005 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (m²)					
Meta física	600,00	0,00	0,00	600,00	500,00	100,00
Meta financeira	8.004,00	0,00	0,00	8.004,00	2.001,00	6.003,00
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	40,00	0,00	0,00	40,00	10,00	30,00
Meta financeira	80.007,96	0,00	0,00	80.007,96	20.002,00	60.005,96
1.017 - AQUISICAO E DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS.	IMOVEIS (UN)					
Meta física	4,00	0,00	0,00	4,00	1,00	3,00
Meta financeira	12,00	0,00	0,00	12,00	3,00	9,00
Órgão: 04.00 SECRETARIA DA FAZENDA	115.008,00	0,00	0,00	115.008,00	20.002,00	95.006,00
Unidade: 04.04 SECRETARIA DA FAZENDA	115.008,00	0,00	0,00	115.008,00	20.002,00	95.006,00
2 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA						
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	32,00	0,00	0,00	32,00	8,00	24,00
Meta financeira	115.008,00	0,00	0,00	115.008,00	20.002,00	95.006,00
Órgão: 05.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	437.538,04	0,00	0,00	437.538,04	113.508,00	324.030,04
Unidade: 05.01 DIVISÃO DE ENSINO	329.538,04	0,00	0,00	329.538,04	86.508,00	243.030,04
6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS						
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	40,00	0,00	0,00	40,00	10,00	30,00
Meta financeira	169.014,04	0,00	0,00	169.014,04	43.503,00	125.511,04
1.017 - AQUISICAO E DESAPROPRIACAO DE IMOVEIS.	IMOVEIS (UN)					
Meta física	4,00	0,00	0,00	4,00	1,00	3,00
Meta financeira	4,00	0,00	0,00	4,00	1,00	3,00
1.030 - CONSTRUCAO REFORMA E AMPLIACAO DE ESCOLAS, GINASIOS E QI	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (UN)					
Meta física	16,00	0,00	0,00	16,00	4,00	12,00
Meta financeira	136.008,00	0,00	0,00	136.008,00	34.002,00	102.006,00
1.047 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DOS PARQUES INFANTIS	REFORMA E AMPLIAÇÃO (UN)					
Meta física	12,00	0,00	0,00	12,00	3,00	9,00
Meta financeira	24.512,00	0,00	0,00	24.512,00	9.002,00	15.510,00
Unidade: 05.03 DIVISÃO DE ESPORTES	108.000,00	0,00	0,00	108.000,00	27.000,00	81.000,00
8 - ESPORTE É VIDA						
1.022 - CONSTRUCAO REFORMA E AMPLIACAO DE GINASIOS, QUADRAS ESF	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (UN)					
Meta física	8,00	0,00	0,00	8,00	2,00	6,00
Meta financeira	108.000,00	0,00	0,00	108.000,00	27.000,00	81.000,00
Órgão: 07.00 SECRETARIA DA AGRICULTURA	135.004,00	0,00	0,00	135.004,00	22.501,00	112.503,00
Unidade: 07.01 DIVISÃO DE AGRICULTURA	135.004,00	0,00	0,00	135.004,00	22.501,00	112.503,00
14 - AGRICULTURA SUSTENTAVEL						
1.091 - AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPLEMENTOS AGRICOL	AQUISIÇÃO (UN)					
Meta física	20,00	0,00	0,00	20,00	5,00	15,00
Meta financeira	135.004,00	0,00	0,00	135.004,00	22.501,00	112.503,00
Órgão: 08.00 SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS	534.018,00	0,00	0,00	534.018,00	267.253,00	266.765,00
Unidade: 08.03 DIVISAO DE OBRAS	534.018,00	0,00	0,00	534.018,00	267.253,00	266.765,00
12 - ESTRADAS VICINAIS						
1.091 - AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, IMPLEMENTOS AGRICOL	AQUISIÇÃO (UN)					
Meta física	28,00	0,00	0,00	28,00	7,00	21,00
Meta financeira	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	7.500,00	22.500,00
13 - URBANISMO						
1.031 - CONSTRUCAO DE PONTES, BUEIROS E TUBULACOES	PONTE (Mês)					
Meta física	2,00	0,00	0,00	2,00	1,00	1,00
Meta financeira	38.000,00	0,00	0,00	38.000,00	7.250,00	30.750,00
1.038 - PAVIMENTAÇÃO	PAVIMENTAÇÃO (m²)					
Meta física	28.000,00	0,00	0,00	28.000,00	7.000,00	21.000,00
Meta financeira	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	45.000,00	195.000,00
1.043 - CONSTRUCAO DE PRACAS E JARDINS	PRACAS/JARDINS (UN)					
Meta física	8,00	0,00	0,00	8,00	2,00	6,00
Meta financeira	85.006,00	0,00	0,00	85.006,00	77.500,00	7.506,00
1.058 - CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO PUBLICO MUNICIPAL	CONSTRUCAO (UN)					
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
Meta financeira	11.005,94	0,00	0,00	11.005,94	2,00	11.003,94
1.059 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS	CONSTRUCAO (M2)					
Meta física	2,00	0,00	0,00	2,00	1,00	1,00
Meta financeira	130.006,06	0,00	0,00	130.006,06	130.001,00	5,06



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Relatório sobre Projetos em Exercício e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no Exercício de 2014 (Art. 45 da LRF)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C); Realização da despesa por: Empenho

Identificação dos Projetos	PPA 2014-2017	Despesas Orçamentárias		Saldo PPA	LDO 2014	Saldo Atualizado PPA
		Realizado até 2014	Orçamento em 2014			
Entidade: 1 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	1.761.854,00	0,00	0,00	1.761.854,00	731.026,00	1.030.828,00
Órgão: 09.00 SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	200.004,00	0,00	0,00	200.004,00	140.004,00	60.000,00
Unidade: 09.01 DIVISÃO DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	10.000,00	60.000,00
10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	24,00	0,00	0,00	24,00	6,00	18,00
Meta financeira	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	10.000,00	60.000,00
Unidade: 09.03 DIVISÃO DO FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	130.004,00	0,00	0,00	130.004,00	130.004,00	0,00
10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL						
1.033 - SÓ SE FAZ EDUCAÇÃO SE JUNTOS TRABALHARMOS POR ELA	ESCOLA (ES)					
Meta física	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00
Meta financeira	130.004,00	0,00	0,00	130.004,00	130.004,00	0,00
Órgão: 10.00 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	127.258,00	0,00	0,00	127.258,00	44.752,00	82.506,00
Unidade: 10.01 DIVISAO DO MEIO AMBIENTE	60.008,00	0,00	0,00	60.008,00	15.002,00	45.006,00
11 - GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA						
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	20,00	0,00	0,00	20,00	5,00	15,00
Meta financeira	60.008,00	0,00	0,00	60.008,00	15.002,00	45.006,00
Unidade: 10.02 DIVISÃO DE TURISMO	67.250,00	0,00	0,00	67.250,00	29.750,00	37.500,00
11 - GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA						
1.032 - INCENTIVO A EMPREENDIMENTOS TURISTICOS	INCENTIVO (UN)					
Meta física	16,00	0,00	0,00	16,00	4,00	12,00
Meta financeira	28.000,00	0,00	0,00	28.000,00	7.000,00	21.000,00
1.039 - CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA TURISTICA	CONSTRUCAO (UN)					
Meta física	8,00	0,00	0,00	8,00	2,00	6,00
Meta financeira	39.250,00	0,00	0,00	39.250,00	22.750,00	16.500,00
Órgão: 12.00 GABINETE DO PREFEITO E VICE	125.000,00	0,00	0,00	125.000,00	101.000,00	24.000,00
Unidade: 12.02 GABINETE DO PREFEITO E VICE	125.000,00	0,00	0,00	125.000,00	101.000,00	24.000,00
3 - GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR						
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	20,00	0,00	0,00	20,00	5,00	15,00
Meta financeira	125.000,00	0,00	0,00	125.000,00	101.000,00	24.000,00
Entidade: 2 CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	20.000,00	80.000,00
Órgão: 01.00 CAMARA DE VEREADORES	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	20.000,00	80.000,00
Unidade: 01.01 CAMARA DE VEREADORES	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	20.000,00	80.000,00
1 - PROCESSO LEGISLATIVO						
1.001 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E MOBILIARIO EM C EQUIPAMENTOS (UN)						
Meta física	16,00	0,00	0,00	16,00	4,00	12,00
Meta financeira	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00	12.000,00	68.000,00
1.003 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE	CONSTRUCAO (m²)					
Meta física	2,00	0,00	0,00	2,00	1,00	1,00
Meta financeira	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	8.000,00	12.000,00
Entidade: 3 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHAPADAO DO LAGEADO	184.032,00	0,00	0,00	184.032,00	46.008,00	138.024,00
Órgão: 06.00 SECRETARIA DA SAUDE	184.032,00	0,00	0,00	184.032,00	46.008,00	138.024,00
Unidade: 06.01 DIVISÃO DO FUNDO DE SAÚDE	184.032,00	0,00	0,00	184.032,00	46.008,00	138.024,00
9 - SAÚDE PARA TODOS						
1.005 - CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO (m²)					
Meta física	400,00	0,00	0,00	400,00	100,00	300,00
Meta financeira	20.012,00	0,00	0,00	20.012,00	5.003,00	15.009,00
1.006 - AQUISICAO DE MOVEIS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS	MOVEIS E EQUIPAMENTOS (UN)					
Meta física	48,00	0,00	0,00	48,00	12,00	36,00
Meta financeira	164.008,00	0,00	0,00	164.008,00	41.002,00	123.006,00
1.098 - AQUISIÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO DE IMOVEIS	AQUISIÇÃO/DESAPROPRIAÇÃO (UN)					
Meta física	4,00	0,00	0,00	4,00	1,00	3,00
Meta financeira	12,00	0,00	0,00	12,00	3,00	9,00
Total geral:	2.045.886,00	0,00	0,00	2.045.886,00	797.034,00	1.248.852,00



Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2014

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	15.000,00	1 - PROCESSO LEGISLATIVO	615.000,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 - Imposto s/ Renda e Pro	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	48.000,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	348.004,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter '	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	7.200,00	11 - GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA	182.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	36.000,00	12 - ESTRADAS VICINAIS	307.500,00
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00 - Taxa de Serviços Admir	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	3.001,54	13 - URBANISMO	922.501,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00 - Tx de Funcionamento E	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	3.000,00	14 - AGRICULTURA SUSTENTAVEL	437.000,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00 - Taxa de Licença para E;	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	3.500,00	15 - PAMEC	150.001,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00 - Outras Taxas pela Prest	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	20.000,00	16 - GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	21.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00 - Remuneração de Outro:	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	4.000,00	2 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	886.001,00
4.1.3.9.0.00.00.00.00.00 - Outras Receitas Patrim	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	20.000,00	3 - GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	431.000,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	2.424.252,00	4 - SEGURANÇA PÚBLICA	25.000,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	900,00	5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	688.170,97
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Esta	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	21.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	2,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo Es	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	85.000,00	7 - RESGATE DA CULTURA	72.000,00
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00 - Outras Transf. Decorrer	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	10.000,00	8 - ESPORTE É VIDA	101.001,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - I	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	7.800,00	99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	1.171.968,20		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	48.000,00		
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00 - Cota-Parte da Contrib.Ir	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	15.000,00		
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00 - Outras Participações na	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	590.000,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	360,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00 - Multas Previstas na Leg	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	700,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RES	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	10.000,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	1.500,00		
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00 - Outras Receitas	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	700.000,00		
Subtotal:		5.246.181,74		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	6.250,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1.400.925,08
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 - Imposto s/ Renda e Pro	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	20.000,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter '	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	3.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	15.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00 - Rec. de Remuneração	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	1.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	1.010.105,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	375,00		
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Esta	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	8.750,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - I	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	3.250,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	488.320,08		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	20.000,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	150,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	625,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Dedução Cota-Parte do	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	-100.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Dedução de Receita p/ l	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	-300,00		
9.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - DEDUCAO RECEITA P/	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	-7.000,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Ded Rec p/ Form do FU	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	-2.600,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Dedução do ICMS para	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	-50.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Dedução de Receita pai	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	-16.000,00		
Subtotal:		1.400.925,08		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	3.750,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1.204.186,68
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 - Imposto s/ Renda e Pro	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	12.000,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter '	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	1.800,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	9.000,00		
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00 - Taxa de Fiscalização de	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	2.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	606.063,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	225,00		
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Esta	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	5.250,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - I	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	1.950,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	91.497,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	292.992,05		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	12.000,00		
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00 - Outras Participações na	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	76.416,63		
4.1.7.2.2.99.10.00.00.00 - Transferências do Fund	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	87.778,00		
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora d	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	1.000,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	90,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	375,00		
Subtotal:		1.204.186,68		
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00 - CONTRIB P/CUSTEIO I	00.01.0017 - Contribuição para o Custeio dos	25.999,96	13 - URBANISMO	26.000,00
Subtotal:		25.999,96		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00 - REC REMUN DEP BAN	00.01.0018 - Transferências do FUNDEB/FUN	1.500,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	563.210,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.01.0018 - Transferências do FUNDEB/FUN	561.710,00		
Subtotal:		563.210,00		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00 - REC REMUN DEP BAN	00.01.0019 - Transferências do FUNDEB/FUN	1.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	323.690,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.01.0019 - Transferências do FUNDEB/FUN	322.690,00		
Subtotal:		323.690,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00 - RECURSOS TRANSPON	00.01.0022 - Transferências de Convênios - E	70.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	82.006,00
4.1.7.2.2.99.07.00.00.00 - TRANSFERENCIA DE C	00.01.0022 - Transferências de Convênios - E	12.006,00		
Subtotal:		82.006,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	00.01.0023 - Transferências de Convênios - Si	3.502,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	3.502,00
Subtotal:		3.502,00		

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2014

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00 - REC REMUN OUTROS	00.01.0024 - Transferências de Convênios - O	2.000,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	59.103,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	00.01.0024 - Transferências de Convênios - O	279.872,00	11 - GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA	15.753,00
	Subtotal:	281.872,00	12 - ESTRADAS VICINAIS	3.002,00
			13 - URBANISMO	197.253,00
			14 - AGRICULTURA SUSTENTAVEL	2.506,00
			15 - PAMEC	1,00
			2 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1,00
			3 - GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	1.250,00
			5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.002,00
			7 - RESGATE DA CULTURA	1,00
			8 - ESPORTE É VIDA	2.000,00
			Subtotal:	281.872,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.01.0048 - Programa de Atenção à Criança -	1.001,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.001,00
	Subtotal:	1.001,00	Subtotal:	1.001,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.01.0050 - Peti - Erradicaçao do Trabalho in	12.000,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	12.000,00
	Subtotal:	12.000,00	Subtotal:	12.000,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00 - Rec. Rem de Dep Banci	00.01.0052 - Outras Transferências de Recurs	1.000,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	72.605,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.01.0052 - Outras Transferências de Recurs	71.605,00		
	Subtotal:	72.605,00	Subtotal:	72.605,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 - Transferências do Salár	00.01.0058 - Salário Educação - Tesouro-Ex.C	91.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	91.000,00
	Subtotal:	91.000,00	Subtotal:	91.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00 - Transferências Diretas c	00.01.0060 - Programa Nacional de Alimentaçã	40.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	40.000,00
	Subtotal:	40.000,00	Subtotal:	40.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00 - Transferências Diretas c	00.01.0061 - Programa Nacional de Apoio ao T	70.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	70.000,00
	Subtotal:	70.000,00	Subtotal:	70.000,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00 - RECURSOS DO PSF	00.01.0064 - Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor	74.600,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	234.600,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00 - RECURSOS DO PAB	00.01.0064 - Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor	60.000,00		
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00 - RECURSOS DO PACS	00.01.0064 - Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor	60.000,00	Subtotal:	234.600,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00 - RECURSOS SAUDE BL	00.01.0064 - Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor	25.001,00		
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00 - Outros Programas Final	00.01.0064 - Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor	14.999,00		
	Subtotal:	234.600,00		
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00 - Outros Programas Final	00.01.0065 - Atenção de Média e Alta Comple	5.000,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	5.000,00
	Subtotal:	5.000,00	Subtotal:	5.000,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00 - RECURSOS DA EPIDEI	00.01.0066 - Vigilância em Saúde - Tesouro-E	9.000,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	18.000,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00 - RECURSOS VIGILANC	00.01.0066 - Vigilância em Saúde - Tesouro-E	9.000,00		
	Subtotal:	18.000,00	Subtotal:	18.000,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00 - RECURSOS DA FARM	00.01.0067 - Assistência Farmacêutica Básica	55.000,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	55.000,00
	Subtotal:	55.000,00	Subtotal:	55.000,00
4.1.7.2.2.99.10.00.00.00 - Transferências do Fund	00.01.0068 - Assistência Farmacêutica Estraté	11.592,98	9 - SAÚDE PARA TODOS	11.592,98
	Subtotal:	11.592,98	Subtotal:	11.592,98
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	00.01.0071 - Outros Recursos do Fundo Nac	5.000,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	5.000,00
	Subtotal:	5.000,00	Subtotal:	5.000,00
4.2.1.1.4.01.00.00.00.00 - Operações de Crédito I	00.01.0081 - Operações de Crédito Internas p	1,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.2.1.1.4.02.00.00.00.00 - Operações de Crédito I	00.01.0082 - Operações de Crédito Internas p	3,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	3,00
	Subtotal:	3,00	Subtotal:	3,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00 - Outras Operações de C	00.01.0083 - Operações de Credito Internas -	1.002,00	12 - ESTRADAS VICINAIS	1.000,00
	Subtotal:	1.002,00	5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2,00
			Subtotal:	1.002,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00 - Alienação de Outros Be	00.01.0087 - Alienacao de Bens Educacao - T	2.500,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	2.500,00
	Subtotal:	2.500,00	Subtotal:	2.500,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00 - Alienação de Outros Be	00.01.0088 - Alienações de Bens destinados a	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00 - Alienação de Outros Be	00.01.0089 - Alienações de Bens destinados a	4.254,00	11 - GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA	1,00
	Subtotal:	4.254,00	12 - ESTRADAS VICINAIS	1.000,00
			14 - AGRICULTURA SUSTENTAVEL	1,00
			2 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1,00
			3 - GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	3.250,00
			5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1,00
			Subtotal:	4.254,00
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00 - Taxa de Serviços Admir	00.03.0000 - Recursos Ordinarios - Ex.Ant.	1,23	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1,00
	Subtotal:	1,23	2 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1,00
			Subtotal:	2,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00 - Rec. de Remuneração i	00.03.0001 - Recursos Educacao - Superavit f	1,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora d	00.03.0002 - Recursos Saude - Superavit Fina	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00 - CONTRIB P/CUSTEIO I	00.03.0017 - Contribuicao p custeio iluminaca	1,04	13 - URBANISMO	1,00
	Subtotal:	1,04	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.03.0018 - Recursos Fundeb - Superavit Fin	1,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.2.99.07.00.00.00 - TRANSFERENCIA DE C	00.03.0022 - Recurso Convenio Educacao - Si	1,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	00.03.0023 - Recurso Convenio Saude - Supe	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00



Natureza Jurídica não encontrada

Página: 3/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2014

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	00.03.0024 - Recurso Convenio - Outros - Sup	2,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1,00
	Subtotal:	2,00	13 - URBANISMO	1,00
			Subtotal:	2,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.03.0052 - Recurso FNAS - Superavit Finan	1,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 - Transferências do Salár	00.03.0058 - Recurso Salario Educacao - Sup	1,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00 - Outros Programas Finai	00.03.0064 - Recurso Atencao Basica - Super	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00 - RECURSOS DA EPIDEI	00.03.0066 - Recurso Vigilancia em Saude - S	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00 - RECURSOS DA FARM	00.03.0067 - Recurso Farmacia Basica - Supe	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
	Total geral:	9.755.147,71		9.755.147,71

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2014

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	15.000,00	1 - PROCESSO LEGISLATIVO	615.000,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 - Imposto s/ Renda e Pro	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	48.000,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	348.004,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter '	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	7.200,00	11 - GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA	182.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	36.000,00	12 - ESTRADAS VICINAIS	307.500,00
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00 - Taxa de Serviços Admir	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	3.001,54	13 - URBANISMO	922.501,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00 - Tx de Funcionamento E	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	3.000,00	14 - AGRICULTURA SUSTENTAVEL	437.000,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00 - Taxa de Licença para E;	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	3.500,00	15 - PAMEC	150.001,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00 - Outras Taxas pela Prest	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	20.000,00	16 - GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	21.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00 - Remuneração de Outro:	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	4.000,00	2 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	886.001,00
4.1.3.9.0.00.00.00.00.00 - Outras Receitas Patrim	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	20.000,00	3 - GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	431.000,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	2.424.252,00	4 - SEGURANÇA PÚBLICA	25.000,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	900,00	5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	688.170,97
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Esta	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	21.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	2,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo Es	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	85.000,00	7 - RESGATE DA CULTURA	72.000,00
4.1.7.2.1.22.90.00.00.00 - Outras Transf. Decorrer	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	10.000,00	8 - ESPORTE É VIDA	101.001,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - I	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	7.800,00	99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	60.000,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	1.171.968,20		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	48.000,00		
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00 - Cota-Parte da Contrib.Ir	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	15.000,00		
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00 - Outras Participações na	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	590.000,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	360,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00 - Multas Previstas na Leg	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	700,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RES	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	10.000,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	1.500,00		
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00 - Outras Receitas	00.01.0000 - Recursos Ordinários - Tesouro-E	700.000,00		
Subtotal:		5.246.181,74		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	6.250,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1.400.925,08
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 - Imposto s/ Renda e Pro	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	20.000,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter '	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	3.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	15.000,00		
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00 - Rec. de Remuneração	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	1.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	1.010.105,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	375,00		
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Esta	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	8.750,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - I	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	3.250,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	488.320,08		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	20.000,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	150,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	625,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Dedução Cota-Parte do	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	-100.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Dedução de Receita p/ l	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	-300,00		
9.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - DEDUCAO RECEITA P/	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	-7.000,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Ded Rec p/ Form do FU	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	-2.600,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Dedução do ICMS para	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	-50.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Dedução de Receita pai	00.01.0001 - Receitas de Impostos e de Trans	-16.000,00		
Subtotal:		1.400.925,08		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 - Imposto s/ Propriedade	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	3.750,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1.204.186,68
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 - Imposto s/ Renda e Pro	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	12.000,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 - Imposto s/Transm Inter '	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	1.800,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 - Imposto sobre Serviços	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	9.000,00		
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00 - Taxa de Fiscalização de	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	2.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do Fundo de	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	606.063,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 - Cota-Parte do Imp. s/ a	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	225,00		
4.1.7.2.1.01.12.00.00.00 - Cota-Parte do IPI - Esta	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	5.250,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00 - Transf. Financ. ICMS - I	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	1.950,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	91.497,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00 - Cota-Parte do ICMS	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	292.992,05		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00 - Cota-Parte do IPVA	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	12.000,00		
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00 - Outras Participações na	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	76.416,63		
4.1.7.2.2.99.10.00.00.00 - Transferências do Fund	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	87.778,00		
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora di	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	1.000,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora s	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	90,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00 - Rec. Div. Ativ. do IPTU	00.01.0002 - Receitas de Impostos e de Trans	375,00		
Subtotal:		1.204.186,68		
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00 - CONTRIB P/CUSTEIO I	00.01.0017 - Contribuição para o Custeio dos	25.999,96	13 - URBANISMO	26.000,00
Subtotal:		25.999,96		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00 - REC REMUN DEP BAN	00.01.0018 - Transferências do FUNDEB/FUN	1.500,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	563.210,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.01.0018 - Transferências do FUNDEB/FUN	561.710,00		
Subtotal:		563.210,00		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00 - REC REMUN DEP BAN	00.01.0019 - Transferências do FUNDEB/FUN	1.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	323.690,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.01.0019 - Transferências do FUNDEB/FUN	322.690,00		
Subtotal:		323.690,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00 - RECURSOS TRANSPON	00.01.0022 - Transferências de Convênios - Ei	70.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	82.006,00
4.1.7.2.2.99.07.00.00.00 - TRANSFERENCIA DE C	00.01.0022 - Transferências de Convênios - Ei	12.006,00		
Subtotal:		82.006,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	00.01.0023 - Transferências de Convênios - Si	3.502,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	3.502,00
Subtotal:		3.502,00		

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2014

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00 - REC REMUN OUTROS	00.01.0024 - Transferências de Convênios - O	2.000,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	59.103,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	00.01.0024 - Transferências de Convênios - O	279.872,00	11 - GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA	15.753,00
	Subtotal:	281.872,00	12 - ESTRADAS VICINAIS	3.002,00
			13 - URBANISMO	197.253,00
			14 - AGRICULTURA SUSTENTAVEL	2.506,00
			15 - PAMEC	1,00
			2 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1,00
			3 - GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	1.250,00
			5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.002,00
			7 - RESGATE DA CULTURA	1,00
			8 - ESPORTE É VIDA	2.000,00
			Subtotal:	281.872,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.01.0048 - Programa de Atenção à Criança -	1.001,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1.001,00
	Subtotal:	1.001,00	Subtotal:	1.001,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.01.0050 - Peti - Erradicação do Trabalho in	12.000,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	12.000,00
	Subtotal:	12.000,00	Subtotal:	12.000,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00 - Rec. Rem de Dep Banci	00.01.0052 - Outras Transferências de Recurs	1.000,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	72.605,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.01.0052 - Outras Transferências de Recurs	71.605,00	Subtotal:	72.605,00
	Subtotal:	72.605,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 - Transferências do Salár	00.01.0058 - Salário Educação - Tesouro-Ex.C	91.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	91.000,00
	Subtotal:	91.000,00	Subtotal:	91.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00 - Transferências Diretas c	00.01.0060 - Programa Nacional de Alimentaçã	40.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	40.000,00
	Subtotal:	40.000,00	Subtotal:	40.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00 - Transferências Diretas c	00.01.0061 - Programa Nacional de Apoio ao T	70.000,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	70.000,00
	Subtotal:	70.000,00	Subtotal:	70.000,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00 - RECURSOS DO PSF	00.01.0064 - Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor	74.600,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	234.600,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00 - RECURSOS DO PAB	00.01.0064 - Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor	60.000,00	Subtotal:	234.600,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00 - RECURSOS DO PACS	00.01.0064 - Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor	60.000,00		
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00 - RECURSOS SAUDE BL	00.01.0064 - Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor	25.001,00		
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00 - Outros Programas Final	00.01.0064 - Atenção Básica - Tesouro-Ex.Cor	14.999,00		
	Subtotal:	234.600,00		
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00 - Outros Programas Final	00.01.0065 - Atenção de Média e Alta Comple	5.000,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	5.000,00
	Subtotal:	5.000,00	Subtotal:	5.000,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00 - RECURSOS DA EPIDEI	00.01.0066 - Vigilância em Saúde - Tesouro-E	9.000,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	18.000,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00 - RECURSOS VIGILANC	00.01.0066 - Vigilância em Saúde - Tesouro-E	9.000,00	Subtotal:	18.000,00
	Subtotal:	18.000,00		
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00 - RECURSOS DA FARM	00.01.0067 - Assistência Farmacêutica Básica	55.000,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	55.000,00
	Subtotal:	55.000,00	Subtotal:	55.000,00
4.1.7.2.2.99.10.00.00.00 - Transferências do Fund	00.01.0068 - Assistência Farmacêutica Estraté	11.592,98	9 - SAÚDE PARA TODOS	11.592,98
	Subtotal:	11.592,98	Subtotal:	11.592,98
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	00.01.0071 - Outros Recursos do Fundo Nac	5.000,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	5.000,00
	Subtotal:	5.000,00	Subtotal:	5.000,00
4.2.1.1.4.01.00.00.00.00 - Operações de Crédito I	00.01.0081 - Operações de Crédito Internas p	1,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.2.1.1.4.02.00.00.00.00 - Operações de Crédito I	00.01.0082 - Operações de Crédito Internas p	3,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	3,00
	Subtotal:	3,00	Subtotal:	3,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00 - Outras Operações de C	00.01.0083 - Operações de Credito Internas -	1.002,00	12 - ESTRADAS VICINAIS	1.000,00
	Subtotal:	1.002,00	5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2,00
			Subtotal:	1.002,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00 - Alienação de Outros Be	00.01.0087 - Alienação de Bens Educacao - T	2.500,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	2.500,00
	Subtotal:	2.500,00	Subtotal:	2.500,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00 - Alienação de Outros Be	00.01.0088 - Alienações de Bens destinados a	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00 - Alienação de Outros Be	00.01.0089 - Alienações de Bens destinados a	4.254,00	11 - GESTÃO AMBIENTAL E TURISTICA	1,00
	Subtotal:	4.254,00	12 - ESTRADAS VICINAIS	1.000,00
			14 - AGRICULTURA SUSTENTAVEL	1,00
			2 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1,00
			3 - GESTAO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	3.250,00
			5 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1,00
			Subtotal:	4.254,00
4.1.1.2.1.22.00.00.00.00 - Taxa de Serviços Admir	00.03.0000 - Recursos Ordinarios - Ex.Ant.	1,23	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1,00
	Subtotal:	1,23	2 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1,00
			Subtotal:	2,00
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00 - Rec. de Remuneração	00.03.0001 - Recursos Educacao - Superavit f	1,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00 - Multas/Juros de Mora d	00.03.0002 - Recursos Saude - Superavit Fina	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00 - CONTRIB P/CUSTEIO I	00.03.0017 - Contribuicao p custeio iluminaca	1,04	13 - URBANISMO	1,00
	Subtotal:	1,04	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.03.0018 - Recursos Fundeb - Superavit Fin	1,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.2.99.07.00.00.00 - TRANSFERENCIA DE C	00.03.0022 - Recurso Convenio Educacao - Si	1,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	00.03.0023 - Recurso Convenio Saude - Supe	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00



Natureza Jurídica não encontrada

Página: 3/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2014

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

ORIGEM			DESTINAÇÃO	
Conta	Fonte de Recursos	Valor	Programa	Valor
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00 - Outras Transferências d	00.03.0024 - Recurso Convenio - Outros - Sup	2,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1,00
	Subtotal:	2,00	13 - URBANISMO	1,00
			Subtotal:	2,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00 - Transf. de Recursos do	00.03.0052 - Recurso FNAS - Superavit Finan	1,00	10 - DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 - Transferências do Salár	00.03.0058 - Recurso Salario Educacao - Sup	1,00	6 - EDUCAÇÃO PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.1.33.99.00.00.00 - Outros Programas Finai	00.03.0064 - Recurso Atencao Basica - Super	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00 - RECURSOS DA EPIDEI	00.03.0066 - Recurso Vigilancia em Saude - S	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00 - RECURSOS DA FARM	00.03.0067 - Recurso Farmacia Basica - Supe	1,00	9 - SAÚDE PARA TODOS	1,00
	Subtotal:	1,00	Subtotal:	1,00
	Total geral:	9.755.147,71		9.755.147,71

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
4 Administração	122 Administração Geral
	123 Administração Financeira
5 Defesa Nacional	182 Defesa Civil
6 Segurança Pública	181 Policiamento
8 Assistência Social	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	301 Atenção Básica
	304 Vigilância Sanitária
	305 Vigilância Epidemiológica
11 Trabalho	334 Fomento ao Trabalho
12 Educação	361 Ensino Fundamental
	365 Educação Infantil
13 Cultura	392 Difusão Cultural
14 Direitos da Cidadania	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
16 Habitação	481 Habitação Rural
18 Gestão Ambiental	541 Preservação e Conservação Ambiental
	695 Turismo
20 Agricultura	606 Extensão Rural
26 Transporte	782 Transporte Rodoviário
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

NATUREZA JURÍDICA NÃO ENCONTRADA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

Página: 1/1

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - Portaria 462/09

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Caso ocorra no Município de Chapadão do Lageado, no exercício de 2013, algum fato que gere decretação de situação de emergência ou calamidade pública por interperies da natureza, não sendo possível sua previsão.	60.000,00	Os recursos previstos serão utilizados para pagamento de despesas referente aos eventos citados, não passíveis de previsão antecipada.	60.000,00
SUBTOTAL	60.000,00	SUBTOTAL	60.000,00
TOTAL	60.000,00	TOTAL	60.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/1

MUNICÍPIO DE Chapadão do Lageado

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Especificação	2011	2012	2013	2014	2015	2016
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	550.000,00	370.000,00	240.000,00	250.000,00	200.000,00	200.000,00
Operações de crédito	550.000,00	370.000,00	240.000,00	250.000,00	200.000,00	200.000,00
DEDUÇÕES(II)	565.000,00	565.000,00	565.000,00	560.000,00	565.000,00	555.000,00
Ativo disponível	600.000,00	600.000,00	600.000,00	610.000,00	600.000,00	600.000,00
(-) Restos a pagar processados	35.000,00	35.000,00	35.000,00	50.000,00	35.000,00	45.000,00
DCL (III) = (I - II)	(15.000,00)	(195.000,00)	(325.000,00)	(310.000,00)	(365.000,00)	(355.000,00)

Lei Nº 0600 de 20.12.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

LEI Nº 0600 DE 20.12.2013

"DA DENOMINAÇÃO A RUA NO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica denominada de "JOÃO DA SILVA" a Rua Municipal de Chapadão do Lageado, assinalada na planta da cidade sob o nº 07, que tem início na SC 430.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entrara em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de dezembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Lei Nº 0602 de 20.12.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI Nº 0602 DE 20.12.2013

"HOMOLOGA TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, POR INTERMÉDIO DA DELEGACIA FEDERAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E O MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica homologado e autorizado em seu inteiro teor, o Termo de Doação com Encargos, celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por intermédio da Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário do Estado de Santa Catarina e o Município de Chapadão do Lageado - SC, que tem por objeto a doação de uma Máquina Motoniveladora CATERPILLAR, modelo 120K, cor amarela, chassi nº CAT0120KEJAP04960.

Art. 2º O Termo de Doação anexo, será parte integrante da presente LEI.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 26.11.2013.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 20 de dezembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Lei Nº 0599 de 20.12.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI Nº 0599 DE 20.12.2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DE CHAPADÃO DO LAGEADO A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIROS."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar para a execução dos serviços de bombeiros e regular as atividades de segurança contra sinistros, busca e salvamento de pessoas e bens, atendimento pré-hospitalar, exames de projetos e vistorias de segurança contra sinistros em edificações, ações de defesa civil, desenvolvidas pela Corporação, através da Organização de Bombeiro sediada no Município de Ituporanga - SC.

Art. 2º Para compor o efetivo de plantão fica autorizado o Município a ceder servidores municipais efetivos para a Organização de Bombeiros Militar, para atuarem como auxiliares de defesa civil e/ou auxiliar em serviços administrativos.

Art. 3º Os recursos arrecadados no cumprimento do convênio, serão depositados no Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar - FUNREBOM, deste município, para garantir o investimento em novas viaturas, equipamentos, instalações e despesas de custeio.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 20 de dezembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Lei Nº 0603 de 20.12.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI Nº 0603 DE 20.12.2013

"HOMOLOGA TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MOVEL CELEBRADO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica homologado em seu inteiro teor, o Termo de Cessão de Uso nº 084/2013, firmado entre o Município de Chapadão do Lageado - SC e o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, que tem como objeto a cessão de uso um veículo Marca Chevrolet, Modelo Classic LS, Ano 2013, Placa MLU 9956, Chassi 9BGSU-19F0EB195404.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a empenhar e pagar despesas de operação, abastecimento, manutenção, conservação, licenciamento, seguro, taxas e outros tributos que incidam ou venham a incidir sobre o bem, objeto de que trata o Termo de Cessão de Uso nº 084/2013, constante do art. 1º.

Art. 3º A Cessão de Uso de que trata esta Lei será pelo prazo determinado no Termo e poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente conforme cláusulas e condições pactuadas, bem como renovado através de Termo Aditivo.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 20 de dezembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 098/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 098/2013

"PRORROGA INCENTIVO ECONÔMICO CONCEDIDO A EMPRESA SILVANA KRAUS ALTHOFF ME".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, usando da competência que lhe confere o art.70, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com o estabelecido no art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 0083 de 07.06.99, com as disposições na Lei nº 0532 de 15.12.2013 e Decreto Legislativo nº 074 de 11.12.2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo do incentivo econômico concedido à Empresa SILVANA KRAUS ALTHOFF ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, sob nº 10.734.177/0001-75, conforme parecer da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, homologado através do Decreto Legislativo nº 074 de 11.12.2013, na forma que segue:

- Pagamento da locação de um imóvel com metragem mínima de 50,00 m² (cinquenta metros quadrados), por mais 03 (três) anos, perfazendo o prazo total de 05 (cinco) anos, de acordo com o art.2º, IX, da Lei nº 0083 de 07.06.99.

Art. 2º A despesa prevista neste Decreto correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

07 - Secretaria da Agricultura

01 - Divisão de Agricultura

11 - Trabalho

39 - Geração de Emprego e Renda

334 - Fomento ao Trabalho

90 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais

33.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

2068 - Locação de Imóveis para Instalação de Novos Empreendimentos.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01.01.2014.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Chapadão do Lageado, 20 de dezembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 099/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 099/2013

"DISPÕE SOBRE EXECUÇÃO DE DESPESAS ATRAVÉS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - CIS-AMAVI".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo art.70, da Lei Orgânica Municipal, e

- CONSIDERANDO a Lei Federal 11.107/2005 que dispõe sobre normas gerais de contratação de Consórcios Públicos e dá outras providências;

- CONSIDERANDO o Decreto nº 6.017/2007 que regulamenta a Lei Federal nº 11.107/2005;

- CONSIDERANDO a Portaria nº 72/2012 da Secretaria do Tesouro Nacional que estabelece normas gerais de consolidação das contas de consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com os pressupostos da responsabilidade fiscal;

- CONSIDERANDO o Contrato de Consórcio Firmado entre os municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS-AMAVI;

- CONSIDERANDO o disposto na Portaria Interministerial nº 163/2001 que dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

DECRETA:

Art. 1º O Município de Chapadão do Lageado repassará ao Consórcio Intermunicipal de Saúde, a título de RATEIO, o valor consignado no respectivo instrumento de Contrato de Rateio firmado, representando o valor global de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a ser repassado em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, sempre até o dia 10 (dez) de cada mês, através da modalidade de aplicação "71".

Art. 2º O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí disponibilizará ao Município, para contratação direta, consultas em atenção especializada e procedimentos diversos de auxílio diagnóstico para os pacientes do Sistema Único de Saúde devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde, cujo valor corresponderá à tabela individualizada constante do Processo de Credenciamento Universal vigente.

Parágrafo único. Para fins de liberação das requisições de consultas especializadas e procedimentos, o município promoverá o repasse financeiro ao CIS-AMAVI, no montante necessário à cobertura de todas as despesas vinculadas às requisições devidamente autorizadas pela Secretaria de Saúde e pelo departamento de contabilidade, através da modalidade de aplicação "93".

Art 3º O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí disponibilizará ao Município, para contratação direta, medicamentos e suplementos alimentares destinados à manutenção da Farmácia do Sistema Único de Saúde devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde, cujo valor corresponderá à lista proveniente do Registro de Preços originada através do Pregão Eletrônico específico vigente.

Parágrafo único. Para fins de liberação dos pedidos de medicamentos e suplementos alimentares, o município promoverá o repasse financeiro ao CIS-AMAVI, no montante necessário à cobertura de todas as despesas vinculadas aos pedidos devidamente autorizadas pela Secretaria de Saúde e pelo departamento de contabilidade, através da modalidade de aplicação "93".

Art. 4º O CIS-AMAVI, responsabilizar-se-á pela discriminação das despesas executada em nome dos entes consorciados, observando os critérios de classificação funcional, programática, por natureza de despesas e por fonte/destinação de recursos.

Art. 5º O Município considerará aliquidiação da despesa no momento da efetiva entrega do bem, mercadoria ou serviço, mediante o aceite de servidor previamente designado.

Art. 6º O CIS-AMAVI promoverá a disponibilização das informações necessárias à consolidação das Contas efetuadas através do Consórcio, para fins de cumprimento das exigências constantes da Portaria nº 72 de 01 de fevereiro de 2012, através dos meios digitais disponíveis, especialmente através do sistema WEB do CIS-AMAVI, desenvolvido especialmente para fins de controle e acompanhamento da execução financeira.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 19 de dezembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

MARCIO MACIEL
Secretário Municipal de Saúde

Extrato do Primeiro Termo Aditivo do Contrato Nº 35/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 35/2013

Nº. do Contrato: 35/2013.
Processo Licitatório nº 16/2013
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: TAYNAN TRANSPORTES E TURISMO LTDA
Fundamento Legal: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88 c/c o art. 65, inciso II, alínea d da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a revisão do valor do contrato, com o objetivo de manter as condições efetivas da proposta.

Valor: Os acréscimos decorrentes do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor contratual na importância de R\$ 937,36 (novecentos e trinta e sete reais e trinta e seis centavos);

DATA DA ASSINATURA: 13 de dezembro de 2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato do Primeiro Termo Aditivo do Contrato Nº 37/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 37/2013

Nº. do Contrato: 37/2013.
Processo Licitatório nº 21/2013
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: JHM MOVIMENTAÇÕES TERRESTRES LTDA
Fundamento Legal: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88

c/c o art. 65, inciso I, §1º, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual, em virtude do acréscimo quantitativo do objeto pactuado inicialmente.

Valor: O acréscimo quantitativo decorrente do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor contratual na importância de R\$ 6.364,00 (seis mil trezentos e sessenta e quatro reais).

DATA DA ASSINATURA: 23 de dezembro de 2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Extrato do Segundo Termo Aditivo do Contrato Nº 4/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 04/2013 - FMS

Nº. do Contrato: 04/2013.
Processo Licitatório nº 1/2013 - PM
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS T.A. LTDA
Fundamento Legal: art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal/88 c/c o art. 65, inciso I, §1º da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual, em virtude do acréscimo quantitativo do objeto pactuado inicialmente.

Valor: O acréscimo quantitativo decorrente do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor contratual na importância de R\$ 5.412,00 (cinco mil quatrocentos e doze reais).

DATA DA ASSINATURA: 17 de dezembro de 2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

MARCIO MACIEL
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Extrato do Segundo Termo Aditivo do Contrato Nº 8/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 8/2013

Nº. do Contrato: 8/2013.
Processo Licitatório nº 1/2013
Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.
Contratado/Credenciado: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS T. A. LTDA
Fundamento Legal: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88 c/c o art. 65, inciso II, alínea d da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a revisão do valor do contrato, com o objetivo de manter as condições efetivas da proposta.

Valor: Os acréscimos decorrentes do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor contratual na importância de R\$ 1.193,13 (um mil cento e noventa e três reais e treze centavos);

DATA DA ASSINATURA: 17 de dezembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato do Terceiro Termo Aditivo do Contrato Nº 4/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 04/2013 - FMS

Nº. do Contrato: 04/2013.

Processo Licitatório nº 1/2013 - PM

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS T.A. LTDA

Fundamento Legal: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88 c/c o art. 65, inciso II, alínea d da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a revisão do valor do contrato, com o objetivo de manter as condições efetivas da proposta.

Valor: Os acréscimos decorrentes do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor contratual na importância de R\$ 221,08 (duzentos e vinte e um reais e oito centavos);

DATA DA ASSINATURA: 17 de dezembro de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

MARCIO MACIEL

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Cocal do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

Lei Nº. 1.181/2013

LEI Nº. 1.181/2013, de 20 de dezembro de 013.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2014 DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLNEI DA SILVA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso II, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2014, em conformidade com o Plano Plurianual - PPA 2014/2017, serão elaboradas e executadas observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I - as metas fiscais, incluindo as disposições sobre as metas de Resultado Primário, Resultado Nominal e demais Relatórios de Gestão e metas estabelecidas pela LRF;

II - as prioridades e metas da administração municipal para o

exercício de 2014 extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;
III - a estrutura dos orçamentos da Prefeitura, da Câmara de Vereadores, do SAMAE e dos Fundos e Fundações Municipais;
IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
V - as disposições sobre dívida pública municipal;
VI - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária e relativa a arrecadação;
VIII - as disposições gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária para 2014 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, constantes desta Lei, sendo:

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo III- Das Metas Fiscais Atuais comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS (sem valores a informar face à vinculação ao RGPS);

VII- Demonstrativo VI-a Projeção Atuarial do RPPS (sem valores a informar face à vinculação ao RGPS);

VIII - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

IX - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

X - Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

XI - Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas - Total das Despesas;

XII - Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

XIII - Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;

XIV - Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas anuais para o Montante da Dívida;

XV - Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XVI - Anexo VII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências;

XVII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;

XVIII - Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio;

XIX - Demonstrativo das Metas Fiscais por Ações; e

XX - Relatório das Metas e Prioridades das despesas por Programas.

Parágrafo único. O Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social e o Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social, de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal, não se aplicam, em função da adoção pelo Município do Regime Geral da Previdência Social;

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2014

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014 são aquelas definidas e demonstradas no Anexo de Prioridades e Metas desta Lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2014 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo, durante a execução orçamentária, de categoria de prioridades que não estejam contempladas nesta LEI.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas no Anexo II, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária: aquela prevista para ingressar no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física: a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária: o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira: o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

XI - receita não financeira: receita total do exercício, excluídas aquelas provenientes de operações de crédito, de alienação de ativos, de aplicações no mercado financeiro e de amortização de empréstimos;

XII - despesa não financeira: despesa total do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de títulos de capital já integralizado.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais e estes, com a identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica, Diagnóstico Situacional do Programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria STN nº 303/2005 e alterações posteriores.

§ 2º A categoria de programação de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal, será identificada por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo seus Fundos e Fundações Municipais e a Autarquia e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2014 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com

código da destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas a seus Fundos e ao Orçamento Fiscal (F) e da Seguridade Social (S), desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial nº 163/2001, STN nº 303/2005 e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD por Categoria de Programação, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Categoria Econômica,

Diagnóstico Situacional do Programa, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fontes, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF);

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF);

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF);

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF);

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2014. (Art. 5º, III);

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF);

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2014. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF);

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2014. (Art. 8º e 50, I da LRF).

§ 1º Os anexos de que trata este artigo poderão ser apresentados de forma individualizada, conjunta ou conjugada entre os diversos anexos, de forma a diminuir as informações repetidas e/ou

irrelevantes.

§ 2º O Orçamento Geral do Município poderá ser apresentado por modalidade de aplicação, evidenciando as Fontes de Recursos, na forma prevista nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 3º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central a Prefeitura Municipal e como Unidade Gestora o SAMAE e cada Fundo e Fundação com orçamento e contabilidade próprios.

§ 4º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, de que trata o item X deste artigo, fixará a despesa ao nível de Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal dentro de cada Projeto/Atividade.

§ 5º O orçamento dos Fundos Municipais descentralizados por força legal, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 6º Os Fundos Municipais cujo funcionamento orçamentário e financeiro de menor volume não exigir sua descentralização, a critério de seus Gestores e do Chefe do Poder

Executivo Municipal, poderão integrar ao orçamento geral da Prefeitura, apresentado em destaque as respectivas receitas e despesas a eles vinculadas.

Art. 8º A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentário conterá as informações básicas sobre a forma utilizada para as estimativas das receitas e as fixações das despesas.

Art. 9º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída, exclusivamente, de recursos da destinação "1.00" - Ordinários, do orçamento fiscal.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10. Os Orçamentos para o exercício de 2014 e as suas execuções, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo o Poder Legislativo e o Poder Executivo, a Autarquia e seus Fundos e Fundações. (Art. 1º, § 1º, 4º, I, "a", 50, I e 48 da LRF).

§ 1º O Orçamento Municipal conterá dotações específicas para atendimento do disposto no artigo 100 da Constituição Federal e demais dispositivos relacionados ao pagamento de precatórios.

§ 2º O Orçamento Municipal conterá dotações específicas para atendimento de estado de calamidade e situações de emergência, e para o atendimento dos dispositivos da Medida Provisória 494/2010 e do Decreto Federal 7.257/2010.

Art. 11. Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no Artigo 7º, X desta Lei (QDD).

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, ser delegados a Agente Político ou servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverá ser demonstrada também em balançes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a Agente Político ou servidor Municipal.

Art. 12. Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2014 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios. (Art. 12 da LRF)

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal colocará à disposição dos interessados legalmente constituídos, os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo. (Art. 12, § 3º da LRF)

Art. 13. Se a receita estimada para 2014, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Poder Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos, nas seguintes dotações: (Art. 9º da LRF).

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito e alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - Dotação para material de consumo e serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação, para implementação, ou não, do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

Art. 15. A compensação de que trata o artigo 17, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo VIII do artigo 2º desta Lei, observado o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 16. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO VII do artigo 2º desta Lei. (Art. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício anterior.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 17. Os orçamentos para o exercício de 2014 destinarão recursos para a Reserva de Contingência, proporcionalmente ao montante estabelecido no Plano Plurianual. (Art. 5º, III da LRF)

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, podendo ser utilizados os saldos remanescentes para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para atendimento de despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e atendimento dos riscos fiscais demonstrados no ANEXO VII do artigo 2º desta Lei. (Art. 5º, III, "b" da LRF)

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem ao final de cada mês, poderão, excepcionalmente, serem utilizados na proporção de 1/12 do saldo, mediante autorização legislativa, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 18. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 19. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação; a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o imediato equilíbrio de caixa. (Art. 8º, 9º e 13 da LRF).

Art. 20. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2014 com dotações vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer, ou estiver garantido, o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF).

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, LC nº 101/2000;

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual, os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada, cada uma das destinações de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo. (Art. 8º, § único e 50 I da LRF);

§ 3º Os recursos provenientes de operação de crédito, recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito especial ou suplementar.

Art. 21. A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2014, constantes do Demonstrativo VII, do art. 2º desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF).

Art. 22. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá, em qualquer caso, de autorização em lei específica ou lei geral que a regulamente. (Art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

§ 1º Não se aplicam os dispositivos desse artigo, para os casos das contribuições devidas às entidades municipalistas e consórcios

intermunicipais em que o Município for associado ou consorciado.

§ 2º As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, ou até 20 de dezembro do exercício fiscal, o que ocorrer primeiro, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade. (Art. 70, Parágrafo único da CF).

Art. 23. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar nº 101/2000 farão parte do processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2014, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado. (Art. 16, § 3º da LRF)

Art. 24. As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (Art. 45 da LRF)

Parágrafo único. As obras em andamento e os custos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados em anexo próprio, descrito no artigo 2º desta Lei. (Art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 25. Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando previstos recursos na lei orçamentária e firmados por convênios, acordos ou ajustes previamente autorizados pelo Poder Legislativo. (Art. 62 da LRF)

Art. 26. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2014 a preços correntes.

Art. 27. A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesas/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto/Atividade ou Operação Especial, somente poderá ser feita mediante autorização legislativa.

Art. 28. Durante a execução orçamentária de 2014, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2014 e constantes desta lei. (Art. 167, I da CF)

Art. 29. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m² das construções, do m² das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação

final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Parágrafo único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício. (Art. 4º, I, "e" da LRF).

Art. 30. Os programas priorizados por esta lei, extraídos do Plano Plurianual conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - Anexo VI, e contemplados na Lei Orçamentária para 2014, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios,

avaliar gastos e o cumprimento das metas físicas estabelecidas. (Art. 4º, I, "e" e 9º, § 4º da LRF).

Art. 31. Para fins do disposto no artigo 165, § 8º da Constituição Federal, considera-se crédito suplementar a criação de Grupo de Natureza de Despesa em categoria de programação ou a elevação do crédito orçamentário fixado na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, excluído deste último o remanejamento realizado dentro da mesma categoria de programação.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32. A Lei Orçamentária de 2014 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento de Despesas de Capital, observado o limite de endividamento estabelecido pelo Senado Federal e demais disposições pertinentes, na forma prescrita na LC 101/2000. (Artigos 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 33. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica. (Art. 32, I da LRF)

Art. 34. Ultrapassado o limite de endividamento definido no Artigo 32 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta Lei. (Art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 35. O Poder Executivo e o Poder Legislativo Municipal, mediante Lei autorizativa, poderão em 2014, criar cargos e funções, alterar a estrutura administrativa ou de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Artigo 169, parágrafo 1º, II da CF).

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei do orçamento para 2014 ou em créditos adicionais.

Art. 36. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, § único, V da LRF).

§ 1º Quando as despesas com pessoal excederem ao limite prudencial estabelecido na LRF, poderão ser realizadas horas extras somente para os serviços de transporte escolar e transporte de enfermos, bem como para o atendimento de calamidade pública ou situação de emergência, devidamente homologada pela Defesa Civil Estadual.

§ 2º Em qualquer circunstância, serão realizadas horas extras somente com prévia autorização da autoridade competente, justificado o interesse público e comprovada a excepcionalidade da despesa.

Art. 37. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 19 e 20 da LRF)

I - eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;
II - eliminação das despesas com horas extras;
III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
V - acordo para demissão voluntária, em conformidade com a legislação municipal.

Art. 38. Para efeito desta Lei e dos registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra, referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Cocal do Sul, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não os "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes. (Art. 14 da LRF)

Art. 40. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 14, § 3º da LRF)

Art. 41. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente. (Art. 14, § 2º da LRF)

Art. 42. Alteração de alíquotas, bases de cálculo e normas tributárias do Município não poderão ser realizadas pela Administração Municipal sem prévia autorização legislativa, verificados os princípios constitucionais vigentes.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal, observados, no que couberem, os dispositivos da Constituição Federal, que a apreciará e a devolverá para sanção até ao final do

exercício de 2013.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º Se a Lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o final do exercício financeiro de 2013, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 44. O Poder Executivo Municipal, autorizado em Lei própria, poderá conceder incentivos e benefícios econômico-fiscais a empresas para a instalação de novas indústrias, desde que sejam comprovadas vantagens sociais entre outras, a geração de emprego e renda, bem como, de incremento de recursos do retorno de tributos federais, estaduais e municipais ao próprio Município.

Art. 45. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria, e de situações provenientes de atos comprovadamente involuntários ao ordenador primário das despesas municipais.

Art. 46. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2014.

Art. 47. As Destinações de Recursos poderão ser alteradas, à qualquer tempo, por Ato próprio do Chefe do Poder Executivo, em especial quando indicadas pelos órgãos de controle externo e gestão.

Art. 48. No decorrer do exercício de 2014, na forma da legislação em vigor e verificado o interesse público, o Município poderá instituir fundos, fundações, autarquias, empresas públicas, secretarias e órgãos na administração direta e indireta, bem como extinguir ou alterar o funcionamento de fundos, fundações, secretarias e órgãos já existentes.

Art. 49. Fica inserida no PPA 2014 a 2017, a Ação 2.059 - Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC, no Programa 0002 - Gestão Estratégica, com o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sendo R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) de recursos provenientes de Convênios e R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) de recursos próprios.

§ 1º. Para suprir a inserção da ação de que trata o caput deste artigo será anulado o valor correspondente na ação 2.035 - Manutenção da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços, no Programa 0009 - Serviços de Utilidade Pública e Mobilidade urbana

§ 2º. A Ação 2.059 - Manutenção das Ações do FUMDEC, passa integrar as metas físicas e financeiras do PPA 2014/2017.

Art. 50. No exercício de 2014 e seguintes o Município adotará os procedimentos contábeis e patrimoniais estabelecidos pela Portaria N.º 828/2011 do Ministério da Fazenda e regulamentos internos que se fizerem necessários.

Art. 51. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 20 de dezembro de 2013.
VOLNEI DA SILVA
Presidente da Câmara

Concórdia

PREFEITURA

Decreto Nº 965/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 965/2013, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora CLAUDIA MARIA DA SILVA FONTOURA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2013, à servidora CLAUDIA MARIA DA SILVA FONTOURA, ocupante do cargo de Farmacêutico, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 9 de junho de 2005 a 8 de junho de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 966/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 966/2013, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais do servidor MAURO MARTINI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações, no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Parecer Jurídico do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, de 13 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 1.324 dias, ou seja: 3 (três) anos, 7 (sete) meses e 19 (dezenove) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais do servidor MAURO MARTINI, ocupante do cargo de Técnico Agropecuário, conforme Certidão Aluno-Aprendiz expedida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Concórdia, em 14 de outubro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 26 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 967/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 967/2013, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora
DAIANE CRISTINA PAGLIARI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica
do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Comple-
mentar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2013, à servido-
ra DAIANE CRISTINA PAGLIARI, ocupante do cargo de Professor,
código 10.12, matrícula 45446-02, 1 (um) mês de licença, a título
de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à
remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período
aquisitivo de 17 de fevereiro de 2008 a 16 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 968/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 968/2013, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora
CLAUDINEIA SAIBEL.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica
do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Comple-
mentar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2013, à servidora
CLAUDINEIA SAIBEL, ocupante do cargo de Agente Administrati-
vo, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, con-
vertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo,
relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 11 de novembro de
2008 a 10 de novembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 969/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 969/2013, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013.

Delega competência a servidores e dispõe sobre a movimentação
das contas bancárias do Município; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica
do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no Decreto nº 676/2012,
de 24 de agosto de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada competência ao Secretário Municipal de Fi-
nanças, senhor JOAQUIM PEDRO DE BARROS BICCA NETO SE-
GUNDO e à Diretora Financeira, senhora ELIZA TEBALDI BORSAT-
TI, para atuarem como Ordenadores de Despesas do Município de
Concórdia.

Art. 2º Fica designado o servidor IVAN ALFONSO SIMON, ocupan-
te do cargo de Encarregado da Seção de Tesouraria, para respon-
der pela Tesouraria do Município de Concórdia.

Art. 3º A movimentação e controle das contas bancárias do Mu-
nicipio de Concórdia, será efetuada mediante assinatura, em
conjunto, do Secretário Municipal de Finanças, senhor JOAQUIM
PEDRO DE BARROS BICCA NETO SEGUNDO ou da Diretora Finan-
ceira, senhora ELIZA TEBALDI BORSATTI e do Encarregado da
Seção de Tesouraria, senhor IVAN ALFONSO SIMON.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,
com efeitos retroativos a 18 de novembro de 2013.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 72/2013, de 2 de janeiro de
2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 970/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 970/2013, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013.

Delega competência a servidores para assinarem Certidões de Dí-
vida Ativa; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do
Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada competência ao Secretário Municipal de Finanças, senhor JOAQUIM PEDRO DE BARROS BICCA NETO SEGUNDO e à Diretora Financeira, senhora ELIZA TEBALDI BORSATTI, para assinarem Certidões de Dívida Ativa do Município, a partir de 28 de novembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 137/2011, de 9 de fevereiro de 2011.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 971/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 971/2013, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013.

Nomeia membros para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.567, de 9 de setembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 29 de novembro de 2013, com os respectivos órgãos e entidades que representam:

I - representantes do Poder Executivo Municipal:

a) titulares:

1. JOSIANE ESPINOSA CABRAL, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação;
2. NATALIA SILVEIRA LIMA, da Secretaria Municipal de Educação;
3. SALETE HANAUER, da Secretaria Municipal de Saúde;
4. JOSE ANTONIO SARETTA, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo;
5. CRISTHIELE KUHN VENDRUSCOLO, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras;
6. KELLEN CRISTINA ROGGIA SILVEIRA CASADO, da Fundação Municipal de Cultura;
7. DIOMAR JOSE PERIN, da Fundação Municipal de Esportes;

b) suplentes:

1. GABRIELA VARGAS DA FONSECA, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação;
 2. CASSIA BORTOLI RONCAGLIO, da Secretaria Municipal de Educação;
 3. CELSA TERESINHA MARTELLO, da Secretaria Municipal de Saúde;
 4. ANA CAMILA FURHMANN MÜLLER, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo;
 5. PATRICIA KIRCH DZEWIELEWSKI MAGNANI CAMPOS, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras;
 6. SIMONE CRISTINA TALIN MELCHIOR, da Fundação Municipal de Cultura;
 7. MARA ROSANE SAATKAMP, da Fundação Municipal de Esportes;
- II - representantes de entidades da sociedade civil:

a) titulares:

1. ANA MARIA SELLA DA SILVA, da Associação de Portadores de Fissuras Lábio-Palatais - PROFIS;
 2. AVANIR MARIA CHIAPETTI, da Associação de Portadores de Deficiência Física, Águias de Concórdia;
 3. DANIELA REGINA SPOSITO DIAS OLIVA, da Fundação Universidade do Contestado - FUnC - Campus Concórdia;
 4. FRANCIELE DE ALMEIDA INNING, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Concórdia - APAE;
 5. GRACIELA KRAKECKER COUTINHO, pessoa com deficiência;
 6. INGRID INES ACKERMANN FIORENTIN, mãe de pessoa com deficiência;
 7. THAISE RENATA BOCHI, da Associação de Pais e Amigos dos Surdos - APAS;
- b) suplentes:
1. ADRIANE MOCELIN, pessoa com deficiência;
 2. ANA PAULA LERNER WUADEN, mãe de pessoa com deficiência;
 3. EDONEI JOSE JORA, pessoa com deficiência;
 4. FERNANDA APARECIDA ROHDEN, mãe de pessoa com deficiência;
 5. JANETE PECCINI, do Sindicato dos Empregados no Comércio e em Empresas de Serviços Contábeis de Concórdia;
 6. RAPHAEL DOS SANTOS BIGATON, da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Subseção de Concórdia;
 7. TATIANE MASIERO, da Associação Recanto do Idoso de Concórdia - ARIC.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 972/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 972/2013, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013.

Concede licença para acompanhar cônjuge à servidora MARCIA MARTINI LINO; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no § 2º do art. 58 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida à servidora MARCIA MARTINI LINO, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 72400-00 e 72400-01, licença para acompanhar cônjuge, sem remuneração, na forma abaixo:

a) matrícula 72400-00, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 1º de dezembro de 2013;

b) matrícula 72400-01, pelo período de 2 (dois) anos, com efeitos retroativos a 1º de outubro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 866/2013, de 24 de setembro de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 973/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 973/2013, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora SALETE ROSA BONASSI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2013, à servidora SALETE ROSA BONASSI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2005 a 31 de janeiro de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 974/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 974/2013, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MERLI THOME.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos, no mês de dezembro de 2013, à servidora MERLI THOME, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 41211-00, 3 (três) meses de licença, a título de

prêmio por assiduidade, convertidos em pecúnia, equivalentes à remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I - 1 (um) mês, pertinente ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de janeiro de 1994 a 31 de dezembro de 1998;

II - 1 (um) mês, pertinente ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de janeiro de 1999 a 31 de dezembro de 2003;

III - 1 (um) mês, pertinente ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 975/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 975/2013, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013.

Nomeia JOSENCLE BRUNETTO RODEM no cargo de Encarregada da Seção de Desenvolvimento Industrial; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora JOSENCLE BRUNETTO RODEM, para exercer o cargo de Encarregada da Seção de Desenvolvimento Industrial - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 2 de dezembro de 2013.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonerada a servidora JOSENCLE BRUNETTO RODEM, do cargo de provimento em comissão de Chefe do Departamento de Licitações, a partir de 2 de dezembro de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 976/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 976/2013, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013.

Nomeia ROSINEIA FONSECA DA SILVA no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ROSINEIA FONSECA DA SILVA, no cargo de Professor - Educação Infantil, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 2 de dezembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de novembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 977/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 977/2013, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2013.

Revoga a gratificação, pelo exercício de função de chefia, concedida ao servidor SADI DOMINGOS ALBIERO.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX.

DECRETA :

Art. 1º Fica revogada, a partir de 1º de dezembro de 2013, a gratificação pelo exercício de função de chefia, concedida ao servidor SADI DOMINGOS ALBIERO, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, pelo inciso III do art. 1º do Decreto nº 341/2013, de 15 de março de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de dezembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 978/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 978/2013, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2013.

Concede gratificação pelo exercício de função de chefia ao servidor ALEXANDRE MARTINS.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida ao servidor ALEXANDRE MARTINS, ocupante do cargo de Servente Braçal, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o vencimento, pelo exercício da função de chefia do Setor de Manutenção do Aeroporto, com dedicação exclusiva, a partir de 3 de dezembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de dezembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 979/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 979/2013, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2013.

Exonera, a pedido, a servidora VALDIANE RODIO.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora VALDIANE RODIO, do cargo de provimento efetivo de Servente Braçal, a partir de 2 de dezembro de 2013.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de dezembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 980/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 980/2013, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2013.

Concede abono de permanência ao servidor VALMIR GNOATTO.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 26, § 3º, da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido ao servidor VALMIR GNOATTO, ocupante do cargo de Agente Operacional, abono de permanência, equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até a data da concessão da aposentadoria.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 25 de outubro de 2013.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 3 de dezembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 981/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 981/2013, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2013.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor ADROALDO AZEVEDO DE SOUZA.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de dezembro de 2013, ao servidor ADROALDO AZEVEDO DE SOUZA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 3 de novembro de 2008 a 2 de novembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 4 de dezembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 982/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 982/2013, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia TANIA MARIA TURCATEL no cargo de Encarregada da Seção do Serviço Municipal de Assistência à Saúde - SEMAS; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora TANIA MARIA TURCATEL, ocupante do cargo de Escriturário, para exercer o cargo de Encarregada da Seção do Serviço Municipal de Assistência à Saúde - SEMAS - Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 5 de dezembro de 2013.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonera da a servidora TANIA MARIA TURCATEL, do cargo de provimento em comissão de Encarregada da Seção de Programas e Custos, a partir de 5 de dezembro de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 5 de dezembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 983/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 983/2013, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia SILVANA ZABLOCKI SALVADORI no cargo de Encarregada da Seção de Programas e Custos; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora SILVANA ZABLOCKI SALVADORI, para exercer o cargo de Encarregada da Seção de Programas e Custos - Assessoria de Planejamento, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 5 de dezembro de 2013.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonera da a servidora SILVANA ZABLOCKI SALVADORI, do cargo de provimento em comissão de Encarregada da Seção do Serviço Municipal de Assistência à Saúde - SEMAS, a partir de 5 de dezembro de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 5 de dezembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 984/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 984/2013, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dá nova redação ao inciso I do art. 1º do Decreto 289/2013, de 4 de março de 2013, que dispõe sobre a movimentação das contas bancárias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e nos Decretos nºs. 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações e 676/2012, de 24 de agosto de 2012.

DECRETA:

Art. 1º O inciso I do art. 1º do Decreto 289/2013, de 4 de março de 2013, que dispõe sobre a movimentação das contas bancárias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ()

I - ELIZA TEBALDI BORSATTI, ocupante do cargo de Diretora Financeira;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
NEURI ANTONIO SANTHIER
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 5 de dezembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 985/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 985/2013, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2013.

Nomeia VANUSA DONATI no cargo de Professor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 8º, II, da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, VANUSA DONATI, no cargo de Professor - Anos Iniciais do Ensino Fundamental, código 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de

16 de dezembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 9 de dezembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 986/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 986/2013, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2013.

Altera expressão constante no art. 1º do Decreto nº 947/2013, de 14 de novembro de 2013, que concede gozo de licença-prêmio à servidora NOELI SUHRE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX e considerando a solicitação protocolizada sob nº 24130/2013, em 2 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a expressão: “no mês de dezembro de 2013” para: “no mês de janeiro de 2014”, constante no art. 1º do Decreto nº 947/2013, de 14 de novembro de 2013, que concede gozo de licença-prêmio à servidora NOELI SUHRE.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 9 de dezembro de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Portaria Nº 168/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 168/2013, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade

do serviço:

- I - BEATRIZ PIGATO, ocupante do cargo de Escrevente, a partir de 17 de dezembro de 2013;
- II - DARLINE NEUMANN, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 2 de dezembro de 2013;
- III - FABIELE MAIER DUARTE, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 10 de dezembro de 2013;
- IV - FRANCISCO DEOCLECIO MACIEL RIBEIRO, ocupante do cargo de Jornalista, no período de 2 a 15 de dezembro de 2013;
- V - MARIZA MARIA MAGNANI BIANCHIN, ocupante do cargo Escrevente, no período de 2 a 15 de dezembro de 2013;
- VI - MERLI ALINE ALTHAUS, ocupante do cargo de Técnico em Segurança do Trabalho, no período de 2 a 15 de dezembro de 2013;
- VII - VALDEMAR FONSECA, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, no período de 2 a 11 de dezembro de 2013;
- VIII - VANDERLEI FERRI, ocupante do cargo de Agente Administrativo, no período de 2 a 15 de dezembro de 2013;
- IX - VERA LUCIA MARIA UBERTI PELLIZZARO, ocupante do cargo de Diretora de Gabinete, no período de 2 a 19 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 169/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 169/2013, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 21202/2013, em 23 de outubro de 2013, do qual se extrai que o servidor RONI BITTENCOURT, em tese, teria deixado de atender a uma ordem de trabalho de seu superior hierárquico, vindo a não trabalhar na tarde do dia 16 de outubro de 2013;
- que o servidor infringiu, em tese, o disposto no art. 151, I e IV, e 152, IV, da Lei Complementar nº 90/1994;
- o Parecer da Assessoria Jurídica, de 22 de novembro de 2013, no sentido de instauração de Sindicância;
- que, se comprovada a culpabilidade do servidor, o mesmo poderá sujeitar-se à penalidade prevista no art. 165, da Lei Complementar nº 90/1994.

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo o servidor RONI BITTENCOURT, ocupante do cargo de Servente Braçal, Grupo Ocupacional Base - GB.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I - presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Ocupacional Especialista - GE;

II - secretário: ROBINSON FERNANDO SGARBOZZA, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

III - vogais:

a) CARLOS ALBERTO BROCH, ocupante do cargo de Contador Adjunto;

b) MOACIR ROBERTO DAL BOSCO, ocupante do cargo de Fiscal de Obras e Postura.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 170/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 170/2013, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - DANIELA STRINGHINI, ocupante do cargo de Arquiteto, a partir de 2 de dezembro de 2013;

II - LEANDRA DARGAS SLONGO, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 11410-02 e 11410-07, a partir de 17 de dezembro de 2013;

III - NELSI DIAS, ocupante do cargo de Assistente Social, no período de 2 de dezembro a 12 de dezembro de 2013;

IV - SEBASTIÃO DA SILVA, ocupante do cargo de Eletricista de Manutenção, nos dias 2 e 3 de dezembro de 2013;

V - VANEI LUIZ MELCHIOR, ocupante do cargo de Técnico Agropecuário, a partir de 2 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 171/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 171/2013, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei nº 1.874, de 2 de dezembro de 1983 e alteração e no Decreto nº 2.040, de 14 de dezembro de 1983 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o senhor NOIVOR LONGHI, a substituir o veículo que utilizava como táxi, no Ponto de Táxi nº 12, localizado na Rua Marechal Deodoro, em frente à edificação nº 1.685, em cujo local operará com o veículo das seguintes características:

I - marca: Chevrolet;

II - modelo: Classic LS;

III - ano/modelo: 2012/2013;

IV - chassi: 9BGSU19F0DC109902.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 172/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 172/2013, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº

847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei nº 1.874, de 2 de dezembro de 1983 e alteração e no Decreto nº 2.040, de 14 de dezembro de 1983 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a senhora NEUSA MARCANZONI PETROLI, a substituir o veículo que utilizava como táxi, no Ponto de Táxi nº 1, localizado na Rua Atalípio Magarinos, ao lado do Banco do Brasil, em cujo local operará com o veículo das seguintes características:
I - marca: Chevrolet;
II - modelo: Cobalt 1.4 LTZ;
III - ano/modelo: 2013/2014;
IV - chassi: 9BGJC69X0EB195501.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 173/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 173/2013, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.
No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - AIRTON COLDEBELLA, ocupante do cargo de Fiscal Sanitarista, no período de 2 a 15 de dezembro de 2013;

II - ANA PAULA FORNER, ocupante do cargo de Assistente Social, a partir de 10 de dezembro de 2013;

III - ANDRE DE PARIS DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 2 de dezembro de 2013;

IV - CARLISE VIER, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, no período de 2 a 15 de dezembro de 2013;

V - DANIELE ELIZA BONASSI FRONZA, ocupante do cargo de Farmacêutico, nos dias 2, 9, 16 e 26 de dezembro de 2013;

VI - DELCI SANTIN ALBUQUERQUE, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 16 de dezembro de 2013;

VII - DIONE IRENE ZINKE, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, a partir de 20 de dezembro de 2013;

VIII - DIRLEI SALETE SALARDI ALVES DE BRITO, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, no período de 2 a 16 de dezembro de 2013;

IX - EVA MARIA SANTANA DO PRADO RITTER, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 9 a 22 de dezembro de 2013;

X - GISELI ADRIANA FERREIRA, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição, no período de 2 a 16 de dezembro de 2013;

XI - ISABEL CRISTINA TAGLIARI DA SILVA, ocupante do cargo de Agente de Controle Interno, a partir do período vespertino do dia 13 de dezembro de 2013;

XII - LILIANA SALETE TIEPO VICENZI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, no período de 2 a 16 de dezembro de 2013;

XIII - MARGARETE MÜLLER, ocupante do cargo de Assistente Social, no período de 9 a 22 de dezembro de 2013;

XIV - MERCI ERCI LAUTERT, ocupante do cargo de Agente Administrativo, no período de 2 a 10 de dezembro de 2013;

XV - VERA LUCIA ARGENTON ZORTEA, ocupante do cargo de Enfermeiro, a partir de 9 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 174/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 174/2013, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes, e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994.

RESOLVE:

Art. 1º O inciso II do art. 2º da Portaria nº 109/2013, de 5 de agosto de 2013, que instaura Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora OLÍMPIA MARGARIDA TAFAREL JULIAN, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional Técnico - GT, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º ()

II - Secretário: ANDERSON DAL PRA DAL VESCO, ocupante do cargo de Técnico Legislativo;" (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 175/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 175/2013, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 52 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e no Decreto nº 5.656, de 7 de dezembro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, até 30 de junho de 2014, a ampliação da carga horária da servidora JAQUELINE ZANELLA, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 72656-04, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, em 20 (vinte) horas semanais, objeto da Portaria nº 18/2013, de 23 de janeiro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Portaria Nº 184/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 184/2013, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no Edital de Processo Seletivo Público nº 2/2013, de 16 de setembro de 2013 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a nominata dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Público, objeto do Edital nº 2/2013, de 16 de setembro de 2013 e alteração, conforme Anexo Único, parte integrante desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ANEXO ÚNICO**CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 2/2013 E ALTERAÇÃO**

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, DO PROGRAMA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF

ESF DO BAIRRO NAZARÉ

Classificação	Nome	Nota Final
1º	Lucilene dos Santos	4,37

ESF DO BAIRRO NOSSA SENHORA DA SALETE

Classificação	Nome	Nota Final
1º	Juliane Vivan	3,75

ESF DO BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO

Não houve candidatos inscritos.

ESF DA VILA JACOB BIEZUS

Não houve candidatos inscritos.

PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE – PACS BARRA DO TIGRE

Não houve candidatos inscritos.

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico Nº 17/2013 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2013 - FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO, para possível aquisição durante o exercício de 2014, de materiais diversos para os grupos terapêuticos do Centro de Atenção Psicossocial do Fundo Municipal de Saúde conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 20/01/2014.

Início da Sessão: dia 20/01/2014, às 08h e 30min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cidadecompras.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Fundo Municipal de Saúde, situada à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 19 de dezembro de 2013.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 22/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2013- PMC

Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de estudo de viabilidade para implantação de uma unidade de captação de água bruta no Rio Uruguai conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 13/01/2014.

Abertura: dia 14/01/2014 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 20 de Dezembro de 2013.

MARNIO CADORE

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Edital de Pregão Presencial Nº 30/2013 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2013 - FMS

Objeto: Aquisição de gasolina comum e óleo diesel S10 para abastecimento dos veículos do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, quando em viagem para transportes de pacientes fora do Município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 16: do dia 09/01/2014.

Abertura: dia 10/01/2014, às 14:00.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Fundo Municipal de Saúde, situada à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (0**49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 19 de dezembro de 2013.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Edital de Credenciamento Nº 1/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR - FUMAS

SERVIÇO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR - SEMAS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2013

Objeto: Credenciamento de empresas interessadas na prestação de serviço médico, hospitalar, laboratorial e de fisioterapia, nutrição, fonoaudiologia e psicologia, exames complementares para diagnóstico e tratamento aos segurados nominados na Lei Complementar nº 163, de 26.07.1999 e Decreto nº 4.155, de 16.09.1999. Prestadores: Prestador de serviços de saúde, empresas jurídicas, privadas ou públicas, lucrativa ou não.

Credenciamento: à partir de 23/12/2013.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na sede do SEMAS, na Rua Atalípio Magarinos, nº 326, nesta cidade, no horário das: 8:00 às 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-feira ou através do

telefone nº (49) 3442-0248.

Concórdia, SC, 20 de dezembro de 2013.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Presidente do FUMAS

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N. 805/2013

DECRETO Nº805/2013, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
"ATRIBUI GRATIFICAÇÃO PROPORCIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e em especial ao disposto no Art. 19, da Lei Complementar 93/2013,

DECRETA:

Art. 1º Atribui Gratificação proporcional por Tempo de Serviço, sobre o vencimento do cargo efetivo, ao servidor público municipal, conforme discriminativo abaixo.

NOME	TEMPO DE SERVIÇO	PERCENTUAL PROPORCIONAL (%)
Edimar dos Passos	1 ano e 6 meses	1.50

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Registra-se, publica-se e comunica-se.

Cordilheira Alta, SC, 18 de dezembro de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Freitas

PREFEITURA

Publicação de Aditivo

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS
Termo Aditivo nº 74/2013 ao Contrato nº 22/2011
Contratado: Jurecy Golo Grando

Objeto: Fica alterada a Cláusula Sexta - Dos Prazos de Execução e Vigência, do Contrato Nº 22/2011, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato para 30/01/2014, com fundamento no § 1º do Art. 57, da Lei de Licitações
Vigência: até 30/01/2014

Publicação de Contrato

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS
Contrato nº 151/2013
Contratado: BITWEST COM. DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA.

Objeto: Contratação de empresa para execução de instalação de rede de cabeamento estruturado com fornecimento de energia ininterrupto, ativos de rede e aquisição e instalação de uma central privada de comutação telefônica, composta para atender a tecnologia de telefonia TDM e IP

Valor: R\$ 146.816,37

Vigência: de 20/12/2013 a 30/06/2014

Correia Pinto

PREFEITURA

Extrato de Af - Processo 71/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

Processo Licitatório nº 71/2013 - PREGAO PRESENCIAL

Objeto: AQUISIÇÃO DE CESTAS NATALINAS PARA OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, SUAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa: SUPERMERCADO SENEM LTDA - EPP

CNPJ: 81.839.425/0001-90

Valor: R\$ 53.943,50

Correia Pinto/SC, 19 de Dezembro de 2013

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

Portaria Nº 2.745/2013

PORTARIA Nº 2.745/2013

ESTABELECE REGRAS PARA O USO DA INTERNET, INTRANET, CORREIO ELETRÔNICO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

CONSIDERANDO a necessidade de segurança dos equipamentos de tecnologia da informação;

CONSIDERANDO a necessidade de segurança das informações da Prefeitura Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de melhor utilização da banda da rede da Prefeitura Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de busca de eficiência e produtividade no serviço público;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DA UTILIZAÇÃO

Art. 1º. Esta Portaria visa a estabelecer normas para uso da internet, intranet, correio eletrônico e tecnologia da informação no âmbito da Administração Pública direta do Município de Corupá- SC,

devendo-se respeitar:

I - a proteção da organização institucional contra ameaças internas e externas à segurança das informações que trafegam na rede;

II - a continuidade dos serviços específicos de internet e conseqüentes integrações aos sistemas de gestão informatizados, em especial os que dispõem de arquitetura web;

III - a redução de custos e a economia agregada no uso de sistemas e documentos eletrônicos oficiais.

§ 1º. As regras de utilização desta Portaria são de observância obrigatória pelos usuários, entendidos como tal os especificados no Capítulo II, de todas as Secretarias, Departamentos, Divisões, Setores, Seções e demais níveis hierárquicos existentes no âmbito da Administração Pública Direta do Município de Corupá/SC.

§ 2º. Cabe à Secretaria de Administração, por meio do Departamento de Informática, o controle e o monitoramento dos acessos individuais, possibilitando o acesso à Internet, a partir da rede municipal, somente de forma identificada, através de código de identificação (nome de usuário) e senha.

§ 3º. Por determinação da Secretaria de Administração, poderá ser bloqueado, periodicamente, o acesso aos sites enquadrados na categoria do artigo 12 desta Portaria, através de equipamentos de Tecnologia da Informação.

§ 4º. Em casos que, por motivo de serviço, exista a necessidade de acesso a sites ou utilização de aplicativos enquadrados na categoria referida no parágrafo anterior, deverá ser solicitada permissão de acesso ao Departamento de Informática com a respectiva justificativa, através de requerimento assinado pelo Prefeito, Secretário ou Procurador do Município.

§ 5º. O Departamento de Informática, ao disponibilizar aos usuários acesso à internet, informará, por escrito, a política de uso da internet e Tecnologia da Informação, da qual não se poderá alegar seu desconhecimento.

CAPÍTULO II DOS USUÁRIOS

Art. 2º. São considerados usuários autorizados para utilização da internet, através da rede municipal, todos os servidores públicos municipais, efetivos, admitidos em caráter temporário ou comissionados, além dos estagiários.

Parágrafo único. Compete a Secretaria de Administração Municipal, por meio do Departamento de Informática, após autorização da autoridade superior do órgão onde se encontra lotado o servidor, a concessão de autorizações de acesso ao que se refere o caput deste artigo, mesmo àquelas de caráter especial ou por tempo determinado, desde que esta utilização esteja de acordo com as determinações desta Portaria.

Art. 3º. O usuário é inteiramente responsável pelo uso de sua conta de e-mail, senha e outros tipos de autorização que são de uso individual e intransferível, não podendo ser compartilhados com terceiros.

Art. 4º. O usuário é totalmente responsável por ações indevidas que venham a ser efetuadas a partir de sua conta de e-mail, caso alguém obtenha o acesso a sua conta.

Art. 5º. Compete ao superior hierárquico informar ao Departamento de Informática os casos de remanejamento, aposentadoria, demissão ou exoneração do usuário do respectivo órgão, para

cancelamento da conta de acesso à rede, senha e outros tipos de autorização.

CAPÍTULO III DO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

Art. 6º. O acesso especial a senhas, informações ou outros privilégios só podem ser usados para o exercício de tarefas oficiais, como supervisão e administração das redes.

Art. 7º. Informações obtidas por meio de direitos especiais e privilégios devem ser tratados como privativas e totalmente confidenciais pelos administradores de rede, que responderão por qualquer uso indevido.

Art. 8º. A Secretaria Municipal de Administração, após autorização da Prefeita Municipal, suspenderá os privilégios dos usuários de acesso aos recursos computacionais que venham infringir o disposto no artigo 12 desta Portaria, em relação ao uso das redes e computadores sob sua responsabilidade.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Administração deverá comunicar sobre a suspensão referida neste artigo, para que seja concedido ao usuário o prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, apresentar justificativa.

Art. 9º. É facultado aos administradores de rede o acesso a todos os equipamentos ligados à rede, de forma a ser possível a realização de procedimentos de auditoria, controle, manutenção e segurança que se fizerem necessários.

Art. 10º. Os usuários não podem utilizar qualquer software ou outro dispositivo para interceptar ou decodificar senhas ou similares.

CAPÍTULO IV DA CLASSIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES

Art. 11. É considerado como infração de natureza leve o empréstimo de código de identificação e de senhas a terceiros, sem a autorização prévia dos administradores.

Parágrafo único. Sendo do interesse da administração o uso de site de notícias, pesquisa e serviços, é aceitável seu acesso, desde que autorizado pelo superior hierárquico e desde que seu uso não comprometa o uso de banda da rede, nem perturbe o bom andamento dos trabalhos.

Art. 12. É considerado como infração de natureza grave:

I - o acesso a portais ou páginas de conteúdo pornográfico, pedófilo, erótico, racista, neonazista, anti-semita, ilegal e de qualquer outro conteúdo que venha a atentar contra a integridade moral de terceiros ou de grupos da sociedade;

II - o acesso a portais ou páginas inseguras (páginas hacker's com seriais e cracks) e sem certificado de segurança, que ofereçam risco de contaminação por vírus ou outro código nocivo de programação no ambiente de rede corporativa da Prefeitura;

III - o download, a cópia e a distribuição de vídeo, música, material ou software protegido por leis de direito autoral, realizadas por qualquer meio;

IV - a utilização como instrumento de ameaça, calúnia, injúria ou difamação;

V - destruir ou estragar intencionalmente equipamentos, softwares ou dados pertencentes à Prefeitura ou a tentativa de ataque ou invasão em outro computador da rede interna, externa, de outro

provedor, ou de organização governamental ou privada;

VI - o uso da rede para fins comerciais (compras online), ilegais ou imorais;

VII - a participação em jogos on-line; sites de relacionamento; bate-papos (chats, msn, etc); sites que burlem o bloqueio de msn (ex.: powescrap); serviços abertos de mensagens instantâneas; fóruns não profissionais; gincanas e concursos on-line não autorizados; bem como o uso de navegadores ou aplicativos com tecnologia P2P (Peer to Peer - Ponto a Ponto), durante o expediente;

VIII - baixar arquivo da internet ou intranet (downloads) de conteúdo ou aplicação, salvo para utilização no trabalho ou em projeto que necessite de pesquisa;

IX - acessar rádios on-line, vídeos (youtube, futebol, novelas, minisséries, fofocas, etc);

X - indisponibilizar recursos computacionais de forma intencional;

XI - anunciar, transmitir, ou colocar à disposição softwares, de programas, produtos ou serviços, da mesma sorte que o envio de mensagens comerciais, de comunicações não solicitadas, de correio eletrônico (spam), ping (uso do protocolo ICMP para testar a conectividade entre equipamentos), mac flooding (técnica empregada para comprometer a segurança da rede de switches), ataques de negação de serviços (DoS attack - Denial of Service - sobrecarregar para impedir o funcionamento) etc.;

XII - omitir, apagar, falsificar ou desvirtuar informações de transmissão, incluindo cabeçalhos, endereços de retorno de correio e endereços de protocolo da Internet, fornecidos à Rede Municipal ou para outros utilizadores de serviços, ou, envolver-se em quaisquer atividades ou ações visando reter ou ocultar a identidade, ou informações de contato;

XIII - ameaçar a integridade e/ou a segurança de operações, rede, ou de sistema de informática, mediante a transmissão de vírus, ou de quaisquer outros códigos ou programas prejudiciais;

XIV - suprimir páginas da rede, introduzir páginas não autorizadas; praticar port scanning (escanear portas, de sorte a identificar portas abertas e planejar invasões);

XV - interferir por qualquer forma na utilização dos serviços pelos demais usuários;

XVI - enviar, replicar ou encaminhar mensagens por meio do correio eletrônico de conteúdos tais como: spam, apresentações do power point, vídeos, anedotas, receitas, reclames comerciais, cartões eletrônicos de congratulações, correntes de ajuda de qualquer espécie e campanhas de arrecadação de doativos ou de conteúdos não relacionados com as atividades precípuas do Poder Público.

CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

Art. 13. Penalidades Nível I (leve): As penalidades leves serão tratadas pela Secretaria de Administração, comunicando a infração à autoridade competente para advertência do usuário, por escrito.

Art. 14. Penalidade Nível II (reincidências e grave): A reincidência de penalidade de nível leve, ou a constatação de infração grave, será comunicada através da Secretaria de Administração à autoridade competente, para fins de suspensão temporária de até 30 (trinta) dias podendo chegar à suspensão permanente de privilégios de acesso à Internet.

§1º. Caso as infrações às normas de segurança impliquem também em falta disciplinar, o assunto será objeto de apuração e solução mediante a aplicação das normas existentes, por meio de Processo Administrativo Disciplinar.

§2º. As sanções impostas não isentam o infrator de outras cominações legais decorrentes da responsabilidade civil e criminal que venha a ser enquadrado pela autoridade competente.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Toda estrutura da Administração Pública Direta deverá observar as disposições da presente Portaria, sob pena de incorrer nas penalidades previstas.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Corupá (SC), aos 13 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal de Corupá

Portaria Nº 2794/2013

PORTARIA Nº 2794/2013

ALTERA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TERÁ COMPETÊNCIA PARA RECEBER OS REQUERIMENTOS, ANALISAR E DEFERIR OU INDEFERIR O AUXÍLIO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL AOS SERVIDORES EFETIVOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

RESOLVE:

Art.1º - Altera o artigo 1º da Portaria n. 1885, de 09 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial dos Municípios na edição DOM/SC n. 968, em 11 de abril de 2012, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica constituída a Comissão que terá competência para receber os requerimentos, analisar e deferir ou indeferir o auxílio de formação profissional, constituída pelos seguintes membros:

- JONEY CÍCERO MOROZINI - Secretário Municipal de Educação;
- HELOÍSA CRISTINA VANIN - representante da Secretaria de Administração e Fazenda do Município;
- HEINZ GEHARD KOPSCH - Diretor de Recursos Humanos do Município".

Art. 2º - Os demais dispositivos da Portaria n. 1885/12 permanecem inalterados.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 18 de dezembro de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal de Corupá

Extrato de Contrato de Ata de Registro de Preço Nº 186/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 186/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: ASTOR AMBROSIO ARENHARDT ERBES ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.187.682/0001-60 e inscrição Estadual nº 256.664.242, estabelecida na Rua 1º de Maio s/n, município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - PROGRAMA PNAC.

Valor do Contrato: R\$ 267.478,70 (Duzentos e Sessenta e Sete Mil Quatrocentos Setenta e Oito Reais e Setenta Centavos).

Data da Assinatura: 18/12/2013

Data da Vigência: 18/12/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato de Ata de Registro de Preços Contrato Nº 187/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CONTRATO Nº 187/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: MERCADO DELAIDE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.686.740/0001-11 e inscrição Estadual nº 254.024.726, estabelecida na Rua Otto Hillbrecht, 35, - Centro, Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - PROGRAMA PNAC.

Valor do Contrato: R\$ 169.094,20 (Cento e Sessenta e Nove Mil Noventa e Quatro Reais e Vinte Centavos).

Data da Assinatura: 18/12/2013

Data da Vigência: 18/12/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato de Ata de Registro de Preços Nº 184/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 184/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: BARBI MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 76.841.451/0003-85 e inscrição Estadual nº 254.052.320, estabelecida na Av. Prefeito Waldemar Grubba nº 3885, bairro Centenário, município de Jaraguá do Sul, CEP 89256-502, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de PEÇAS EM GERAL, para aplicação nas máquinas e veículos que compõe a Frota Municipal.

Valor do Contrato: R\$ 44.481,50 (Quarenta e Quatro Mil Quatrocentos e Oitenta e Um Reais e Cinquenta Centavos).

Data da Assinatura: 17/12/2013

Data da Vigência: 17/12/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato de Ata de Registro de Preços Nº 185/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: DISTRIBUIDORA DE GÁS CORUPÁ LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.403.596/0001-69 e inscrição Estadual nº 25.393.636-5, estabelecida na Rua Roberto Seidel, nº 1200, bairro Seminário, município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de eventual fornecimento de GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, para uso das Secretarias Municipais do Município de Corupá.

Valor do Contrato: R\$ 13.656,00 (Treze Mil Seiscentos e Cinquenta e Seis Reais), sendo do item 01 GÁS P.13 (48 cargas) no valor unitário de R\$ 47,00 (Quarenta e Sete Reais) e do item 02 GÁS P.45 (60 cargas) no valor unitário de R\$ 190,00 (Cento e Noventa Reais).

Data da Assinatura: 17/12/2013

Data da Vigência: 17/12/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato de Ata de Registro de Preços Nº 188/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 188/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: RESPLENDOR ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.282.717/0001-73 e inscrição Estadual nº 254.024.726, estabelecida na Rua Professor Felício Fuzinato - Bairro Costa e Silva, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - PROGRAMA PNAC.

Valor do Contrato: R\$ 23.855,00 (Vinte e Três Mil Oitocentos e Cinquenta e Cinco).

Data da Assinatura: 18/12/2013

Data da Vigência: 18/12/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato de Ata de Registro de Preços Nº 189/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 189/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: ASTOR AMBROSIO ARENHARDT ERBES ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.187.682/0001-60 e inscrição Estadual nº 256.664.242, estabelecida na Rua 1º de Maio s/n, município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - PROGRAMA PNAE.

Valor do Contrato: R\$ 102.307,70 (Cento e Dois Mil Trezentos e Sete Reais e Setenta Centavos).

Data da Assinatura: 18/12/2013

Data da Vigência: 18/12/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato de Ata de Registro de Preços Nº 190/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: MERCADO DELAIDE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.686.740/0001-11 e inscrição Estadual nº 254.024.726, estabelecida na Rua Otto Hillbrecht, 35, - Centro, Município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR - PROGRAMA PNAE.

Valor do Contrato: R\$ 42.205,40 (Quarenta e Dois Mil Duzentos e Cinco Reais e Quarenta Centavos).

Data da Assinatura: 18/12/2013

Data da Vigência: 18/12/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 179/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº 179/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: Sr. Renato Marquardt, inscrito no CPF sob o nº 780.620.129-72, portador da Carteira de Identidade no 2.760.371 SSP-SC e a Sra Marli Starosky Marquardt, inscrita no CPF sob o nº 059.971.809-99 portadora da Carteira de Identidade nº 3.310.634 SSP-SC.

Objeto: Credenciamento de Produtor Rural, Agricultor Familiar,

Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando posterior aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da agricultura familiar Rural para atender a alimentação escolar servida ao alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Valor do Contrato: R\$ 4.485,00 (Quatro mil quatrocentos e oitenta e cinco reais).

Data da Assinatura: 24/10/2013

Data da Vigência: 24/10/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 180/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº 180/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: Sr. Ivo Ceccato, inscrito no CPF sob o nº 442.314.589-87, portador da Carteira de Identidade no 1.131.511 SSP-SC,.

Objeto: Credenciamento de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando posterior aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da agricultura familiar Rural para atender a alimentação escolar servida ao alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Valor do Contrato: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Data da Assinatura: 24/10/2013

Data da Vigência: 24/10/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 181/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº 181/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: GRUPO FOLCLORICO NEU FLUSS, inscrito no CNPJ 03.714.518/0001-85, com sede à Rua Ricardo Jark, nº 31 - CENTRO, em Corupá - SC.

Objeto: O objeto deste edital é a permissão não remunerada de uso do espaço físico da antiga Escola Carlos Walter Unger, situada na Tifa dos Milhões, para a promoção da transparência e da democratização do acesso aos recursos destinados à Política de Esporte, Cultura local, Turismo e Lazer, o presente processo seletivo tem por meta a execução da Ação DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES E APOIO A PROJETOS DE ESPORTE EDUCACIONAL, TURISMO, CULTURA E DE ESPORTE E LAZER, conforme Lei nº 2.104, de 27 de Maio de 2013, com fulcro nos termos da legislação e normas vigentes.

Valor do Contrato: Pela utilização do espaço, não serão admitidos projetos que tragam ônus ao Município.

Data da Assinatura: 13/11/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 183/2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº 183/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: ELETROPOLL ELETRODUTOS METÁLICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.585.741/0001-70 e Inscrição Estadual nº 253986508, estabelecida a Rua Progresso, 542 - Condomínio Industrial - Centro, CEP: 89278-000, no Município de Corupá/SC.

Objeto: O objeto do presente contrato é o MUNICÍPIO DE CORUPÁ, CONCEDER POSSE PROVISÓRIA, com opção de doação 1(um) terreno, situado no CONDOMÍNIO INDUSTRIAL LAURO CARNEIRO DE LOYOLA, localizado no Município de Corupá-SC, matriculado no C.R.I. da Comarca de Jaraguá do Sul, sob o número 35.543, situado no lado par da Rua 123-Progresso, com área total de 33.848,76-m², averbada com uma casa de 11x7 m² coberta com telhas de barro tipo francesa, onde o vencedor do certame deverá providenciar a averbação de sua demolição pois a mesma já encontra-se demolida, tendo como área útil de 3.200,00m².

Data da Assinatura: 13/12/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Resultado e Classificação do Processo Seletivo do Edital 005/2013 de Professores Act'S e Demais Cargos da Administração Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Jorge Lacerda, 85 - 89278-000 - Corupá - SC - Fone (047)375-1399/375-2160 - E-mail: semec@corupa.sc.gov.br

Corupá, 18 de dezembro de 2013

Resultado e Classificação do Processo Seletivo do Edital 005/2013 de Professores ACT'S e demais cargos da administração municipal para homologação

Segue abaixo, o resultado oficial da Classificação do Processo Seletivo do Edital 005/2013 de ACT'S (admitidos em caráter temporário).

O resultado refere-se aos cargos de Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental Séries Iniciais (1º ao 5º ano), de Séries Finais (6º ao 9º ano), nas disciplinas específicas, Professor Especial e demais cargos da administração municipal de Corupá para o ano de 2014.

A classificação será publicada nos órgãos oficiais e competentes da Prefeitura de Corupá.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

JONEY CICERO MOROZINI

Secretário Municipal de Educação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Jorge Lacerda, 85 - 89278-000 - Corupá - SC - Fone (047)375-1399/375-2160 - E-mail: educa@corupa.sc.gov.br

Corupá, 18 de dezembro de 2013

Resultado e Classificação do Processo Seletivo do Edital 005/2013 de ACT'S

Cargo: Professor de educação infantil e ensino fundamental (1º ao 9º ano) e Professor Especial

Classificação de professores Act'S 2014

Disciplinas Específicas de 6º ao 9º ano

Português

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	299	Marisa Helena Behrend Viana	Licenciatura em Português, com Especialização	21 anos, 1 mês e 18 dias
02	212	José Giancesini Neto	Letras e Especialização	7 anos e 3 dias
03	308	Mérlin Aline Raasch Steffens	Letras e Especialização	6 anos, 11 meses e 1 dia
04	399	Viviane Minikowski	Letras e Especialização	5 anos e 23 dias
05	292	Maria Mizia da Silva	Licenciatura Plena em Português	1 ano, 4 meses e 28 dias
06	155	Gabriela Carlotto Araujo de Oliveira	Letras	1 ano, 5 meses e 14 dias
07	306	Maurélia Zermiani Cipriani	Pedagogia e Especialização	5 anos, 9 meses e 12 dias
08	271	Magaret Hass	Geografia	1 ano, 7 meses e 23 dias
09	301	Marizete Aparecida dos Santos Hoeft	Cursando a 2ª fase de Letras	-----

Inglês

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	308	Mérlin Aline Raasch Steffens	Letras e Especialização	6 anos, 11 meses e 1 dia
02	399	Viviane Minikowski	Letras e Especialização	5 anos e 23 dias
03	155	Gabriela Carlotto Araujo de Oliveira	Letras	1 ano, 5 meses e 14 dias
04	334	Ricardo Antônio Bueno	Pedagogia e Especialização	4 meses e 28 dias
05	255	Litiana Caroline Junkes	Ciências Biológicas e Especialização	1 ano, 9 meses e 21 dias
06	348	Sabrina Bautista Matos Cordeiro	Cursa a 6ª fase de Pedagogia	3 anos, 2 meses e 2 dias
07	71	Christoper Therence Weinfurter	Ensino Médio e cursando a 4ª fase de Engenharia Civil	-----

Matemática

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	14	Alcindo Rauen	Cursa a 6ª fase de Matemática	10 meses e 11 dias
02	216	Josiane Hammes	Cursa a 3ª fase de Matemática	3 meses e 23 dias
03	17	Aline Amaral da Luz	Cursa a 3ª fase de Matemática	-----
04	361	Silvia da Silva Torres de Oliveira	Pedagogia e Especialização	4 anos, 2 meses e 4 dias
05	71	Christoper Therence Weinfurter	Ensino Médio e cursando a 4ª fase de Engenharia Civil	-----
06	244	Léo Fernando Dolsan Moczulski	Cursa a 2ª fase de Educação Física	-----
07	351	Samuel Rodrigues da Costa	Ensino Médio	14 anos, 7 meses e 29 dias

Ciências

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	255	Litiana Caroline Junkes	Ciências Biológicas e Especialização	1 ano, 9 meses e 21 dias
02	217	Josiane Maria Koch	Ciências Biológicas e Especialização	1 ano, 5 meses e 7 dias
03	09	Adriana Paul	Ciências Biológicas	2 anos, 3 meses e 23 dias
04	379	Tami Elise Michalak	Ciências Biológicas	1 ano, 7 meses e 4 dias
05	233	Kátia Regina Poerner	Ciências Biológicas	6 meses e 12 dias
06	44	Bruna Elisa Winter	Cursando a 6ª fase de Ciências Biológicas	-----
07	14	Alcindo Rauen	Cursa a 6ª fase de Matemática	10 meses e 11 dias
08	216	Josiane Hammes	Cursa a 3ª fase de Matemática	3 meses e 23 dias

Ensino Religioso

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	110	Edvando Santos Cordeiro	Filosofia e Especialização em Libras	1 ano, 9 meses e 7 dias
02	311	Miriam Dumke	Magistério	6 anos, 4 meses e 14 dias
03	140	Fabrizio Carlos da Costa	História	1 ano e 6 dias

História

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	277	Mara Rosana Gonçalves dos Santos Piqueras	Estudos Sociais e Especialização	15 anos, 10 meses e 8 dias
02	239	Lairton Hartmann Müller	História/Filosofia, com Especialização	11 anos, 6 meses e 26 dias
03	281	Marcia Rodrigues de Carvalho	História e Especialização	3 anos e 6 meses
04	140	Fabrizio Carlos da Costa	História	1 ano e 6 dias
05	380	Tamilin Mari Jucke	Cursa a última fase de História	-----
06	188	Jane Maria Langer	Cursa a 3ª fase de História	6 meses e 14 dias
07	212	José Giancesini Neto	Licenciatura em Letras, com Especialização	7 anos e 3 dias
08	267	Luiz Eduardo Petry	Geografia	1 ano, 3 meses e 14 dias

Geografia

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	251	Liliane da Silva Gomes	Geografia e Especialização	2 anos, 9 meses e 11 dias
02	271	Magaret Hass	Geografia	1 ano, 7 meses e 23 dias
03	267	Luiz Eduardo Petry	Geografia	1 ano, 3 meses e 14 dias
04	87	Daniela Leuduino	Geografia	-----
05	233	Kátia Regina Poerner	Ciências Biológicas	6 meses e 12 dias
06	380	Tamilin Mari Jucke	Cursa a última fase de História	-----
07	188	Jane Maria Langer	Cursa a 3ª fase de História	6 meses e 14 dias

Artes

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	321	Paula Sabrina Ruthes de Quadros	Artes Visuais	7 anos, 8 meses e 12 dias
02	398	Viviane dos Santos	Artes Visuais	3 anos, 5 meses e 12 dias
03	251	Liliane da Silva Gomes	Artes Visuais	2 anos, 9 meses e 11 dias
04	288	Marco Antonio Carreço de Oliveira	Educação Artística	29 dias

05	365	Sirene Seguro Gruckoski	Cursando 4ª fase de Artes Visuais	17 anos, 9 meses e 3 dias
06	112	Elaine Amaral da Luz	Cursando 3ª fase de Artes Visuais	-----
07	94	Deise Simone Fossile	Pedagogia e Especialização	5 anos, 6 meses e 12 dias
08	05	Adriana Alexandra Weissheimer Stachera	Pedagogia e Especialização	2 anos, 11 meses e 23 dias
09	80	Cristiane Luiza Candiottto	Pedagogia e Especialização	2 anos e 4 dias
10	300	Marize Fritsche Mokwa	Pedagogia	3 anos, 6 meses e 20 dias
11	351	Samuel Rodrigues da Costa	Ensino Médio	14 anos, 7 meses e 29 dias
12	48	Calan Henrique Wohl	Ensino Médio	11 anos, 8 meses e 9 dias
13	44	Bruna Elisa Winter	Cursando a 6ª fase de Ciências Biológicas	-----
14	173	Hernandes Michel Klabunde	Ensino Médio e cursando a 4ª fase de Design	-----
15	301	Marizete Aparecida dos Santos Hoelt	Cursando a 2ª fase de Letras	-----
16	349	Samuel Pereira Chiodini	Ensino Médio	-----
17	198	Jean Juarez Ferreira	Ensino Médio	-----

Educação Física

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	127	Elvis Schiochet	Educação Física e Especialização com Cref	9 anos, 6 meses e 9 dias
02	100	Eberton Mathias	Educação Física e Especialização com Cref	7 anos, 4 meses e 22 dias
03	69	Chales Moesch	Educação Física e Especialização com Cref	6 anos, 10 meses e 11 dias
04	116	Eliana Schultz	Educação Física e Especialização com Cref	3 anos, 7 meses e 7 dias
05	208	João Felipe Machado	Educação Física e Especialização com Cref	3 anos, 4 meses e 13 dias
06	403	William Cothovisky	Educação Física, e Especialização com Cref	1 ano, 10 meses e 24 dias

07	172	Henrique de Almeida Machado	Educação Física	5 anos, 7 meses e 5 dias
08	337	Robson Roberto Leitold	Educação Física	1 ano, 1 mês e 20 dias
09	85	Daniela Judachewsky	Educação Física	21 dias
10	331	Raquel Schulze	Educação Física	-----
11	368	Solange Taís Gebhardt	Educação Física	-----
12	196	Jayson Lucian Corrêa	Cursa a 6ª fase de Educação Física	-----
13	90	Denize da Cruz dos Santos	Cursa a 5ª fase de Educação Física	-----
14	187	Janderson Roberto dos Santos	Cursa a 4ª fase de Educação Física	6 meses e 5 dias
15	372	Suelen Barcia Mendes	Cursa a 4ª fase de Educação Física	3 meses e 3 dias
16	201	Jéssica Daiane Linzmayer	Cursa a 4ª fase de Educação Física	-----
17	81	Cristiellen Lima Varela	Cursando a 2ª fase de Educação Física	3 meses e 19 dias
18	244	Léo Fernando Dolsan Moczulski	Cursa a 2ª fase de Educação Física	-----
19	26	Ana Paula Sartori dos Santos	Cursando a 2ª fase de Pedagogia	-----
20	273	Maiara Cristine de Souza	Cursa a 2ª fase de Pedagogia	-----
21	89	Débora Michelly Oliveira da Silva Bortolini	Cursa a 2ª fase de Pedagogia	-----

Classificação de professores Act 's 2014

Professores de Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	183	Ivoni Lausmann Kruger	Pedagogia e Especialização	27 anos, 11 meses e 12 dias
02	175	Ilene Besen	Pedagogia e Especialização	27 anos, 8 meses e 7 dias
03	377	Tadeu Arbigaus	Pedagogia e Especialização	20 anos, 9 meses e 10 dias
04	365	Sirene Seguro Gruckoski	Pedagogia e Especialização	17 anos, 9 meses e 3 dias
05	277	Mara Rosana Gonçalves dos Santos Piqueras	Pedagogia e Especialização	15 anos, 10 meses e 8 dias

06	253	Lisandra Paula Wicziok	Pedagogia e Especialização	15 anos, 8 meses e 2 dias
07	02	Adelita Teresinha Risso	Pedagogia e Especialização	15 anos, 3 meses e 10 dias
08	304	Mary Teresinha de Melo Copetti Martins	Pedagogia e Especialização	13 anos, 6 meses e 21 dias
09	312	Miriam Taufenbach	Licenciatura em Pedagogia, com Especialização	12 anos, 10 meses e 11 dias
10	04	Adilcenéia Becker da Silva Ferrazza	Pedagogia e Especialização	11 anos, 11 meses e 11 dias
11	58	Carla Kovalik	Pedagogia e Especialização	11 anos, 8 meses e 5 dias
12	01	Abigail Regina Blaka	Pedagogia e Especialização	11 anos, 3 meses e 12 dias
13	276	Mara Lucia Creado de Aro Santos	Pedagogia e Especialização	11 anos e 4 dias
14	286	Maria Schork	Pedagogia e Especialização	11 anos e 1 dia
15	242	Laureci da Silva Fragel	Pedagogia e Especialização	10 anos, 8 meses e 8 dias
16	101	Edelmeri Aparecida Kowalski	Pedagogia e Especialização	9 anos, 11 meses e 25 dias
17	346	Rosilma de Fátima Bueno Gracioli	Pedagogia e Especialização	9 anos, 7 meses e 17 dias
18	287	Mariana Soares Ferrari	Pedagogia e Especialização	9 anos e 23 dias
19	229	Jussuelen Patricio Ilibio	Pedagogia e Especialização	8 anos, 8 meses e 12 dias
20	366	Sirlene Pavarin Maciel	Pedagogia e Especialização	8 anos, 3 meses e 6 dias
21	28	Ana Paula Silveira Soares	Pedagogia e Especialização	7 anos, 5 meses e 11 dias
22	192	Janete Kupicki	Pedagogia e Especialização	7 anos, 5 meses e 7 dias
23	322	Patrícia de Oliveira	Pedagogia e Especialização	7 anos, 4 meses e 8 dias
24	82	Cristina Giovanna Maicá	Pedagogia e Especialização	7 anos, 2 meses e 24 dias
25	314	Monica Aparecida Todeschini	Pedagogia e Especialização	6 anos, 8 meses e 18 dias
26	67	Catiana Adler	Pedagogia e Especialização	6 anos, 8 meses e 7 dias
27	381	Tatiane Bueno de Oliveira	Pedagogia e Especialização	6 anos, 7 meses e 26 dias
28	341	Rosane das Graças Alves Theodoro	Pedagogia e Especialização	6 anos, 4 meses e 7 dias
29	143	Fernanda Keiser	Pedagogia e Especialização	6 anos, 3 meses e 28 dias
30	358	Sidnéia da Costa	Pedagogia e Especialização	6 anos e 7 dias

31	306	Maurélia Zermiani Cipriani	Pedagogia e Especialização	5 anos, 9 meses e 12 dias
32	310	Miriam Costa	Pedagogia e Especialização	5 anos, 8 meses e 21 dias
33	61	Carmen Luzia Kucarz	Pedagogia e Especialização	5 anos, 8 meses e 2 dias
34	94	Deise Simone Fossile	Pedagogia e Especialização	5 anos, 6 meses e 12 dias
35	193	Janete Kuskoski	Pedagogia e Especialização	5 anos e 15 dias
36	237	Keila Cristina de Moura Macalli	Pedagogia e Especialização	4 anos, 10 meses e 6 dias
37	333	Rejane Refatti Kersting	Pedagogia e Especialização	4 anos, 6 meses e 13 dias
38	336	Rikélin Daiana Baum	Pedagogia e Especialização	4 anos, 5 meses e 29 dias
39	264	Luciane Alves	Pedagogia e Especialização	4 anos, 5 meses e 6 dias
40	317	Nilena Jacklin dos Santos	Pedagogia e Especialização	4 anos, 5 meses e 5 dias
41	261	Lucia de Souza Fernandes	Pedagogia e Especialização	4 anos, 3 meses e 12 dias
42	361	Silvia da Silva Torres de Oliveira	Pedagogia e Especialização	4 anos, 2 meses e 4 dias
43	182	Ivonete Teresinha Andrukiu de Costa	Pedagogia e Especialização	3 anos, 9 meses e 14 dias
44	363	Simone Feuser de Oliveira	Pedagogia e Especialização	3 anos, 5 meses e 20 dias
45	374	Suzana Machado da Silva	Pedagogia e Especialização	3 anos, 5 meses e 3 dias
46	123	Elisabete Gomes de Souza	Pedagogia e Especialização	3 anos e 4 meses
47	05	Adriana Alexandra Weissheimer Stachera	Pedagogia e Especialização	2 anos, 11 meses e 23 dias
48	106	Edina Batista Martins	Pedagogia e Especialização	2 anos, 9 meses e 17 dias
49	262	Luciana da Cruz Signorelli	Pedagogia e Especialização	2 anos, 7 meses e 9 dias
50	392	Vanessa Amabile de Carvalho	Pedagogia e Especialização	2 anos, 5 meses e 20 dias
51	57	Carla Giane de Oliveira	Pedagogia e Especialização	2 anos, 5 meses e 17 dias
52	23	Aliny Rebeque Cristo Gracioli	Pedagogia e Especialização	2 anos, 3 meses e 29 dias
53	22	Aline Moreland Bossle	Pedagogia e Especialização	2 anos, 3 meses e 18 dias
54	80	Cristiane Luiza Candiottto	Pedagogia e Especialização	2 anos e 4 dias
55	181	Ivonete Rasweiler Paiva	Pedagogia e Especialização	2 anos e 1 dia
56	158	Gisela Adriana Berg	Pedagogia e Especialização	1 ano, 7 meses e 29 dias
57	114	Elaine Teixeira Knopik	Pedagogia e Especialização	1 ano, 6 meses e 24 dias
58	248	Letícia Lilian Ruzanowsky	Pedagogia e Especialização	1 ano, 6 meses e 24 dias
59	10	Adriana Preisler	Pedagogia e Especialização	1 ano, 6 meses e 9 dias

60	60	Carmen Lucia Inocente Jeremias	Pedagogia e Especialização	1 ano, 4 meses e 22 dias
61	284	Margareth Elizete Oestereich Maas	Pedagogia e Especialização	9 meses e 27 dias
62	40	Arlete Giroldo Machado	Pedagogia e Especialização em Educação Especial	6 meses e 18 dias
63	95	Dileusa Rosan-jala Pezzatto	Pedagogia e Especialização	5 meses e 11 dias
64	334	Ricardo Antônio Bueno	Pedagogia e Especialização	4 meses e 28 dias
65	105	Edina Aparecida da Silva Godoi	Pedagogia e Especialização	-----
66	25	Ana Paula dos Santos Leite	Pedagogia e Especialização	-----
67	338	Rodrigo da Silva	Pedagogia e Especialização	-----
68	02	Adelita Teresinha Risso	Pedagogia e Especialização	-----
69	227	Juliana Patricia Ilibio Tait	Pedagogia e cursando Especialização	2 anos e 28 dias
70	256	Loni Marlice Koch	Pedagogia e cursando Especialização em Educação Especial	3 meses e 23 dias
71	102	Edeltraud Ropke Gretter	Pedagogia e cursando Especialização	1 mês e 16 dias
72	228	Juliana Twardowski	Pedagogia e cursando Especialização	-----
73	295	Maridalva Furtado	Pedagogia	14 anos, 8 meses e 3 dias
74	285	Margareth Smentkowski Petters	Pedagogia	8 anos, 10 meses e 11 dias
75	396	Vera Aparecida Siqueira Teixeira	Pedagogia	3 anos, 9 meses e 26 dias
76	300	Marize Fritsche Mokwa	Pedagogia	3 anos, 6 meses e 20 dias
77	225	Juliana Judachewsky	Pedagogia	3 anos e 17 dias
78	373	Susan Nara Vieira	Pedagogia	2 anos, 8 meses e 17 dias
79	260	Lucelia Laismann dos Santos	Pedagogia	1 ano, 11 meses e 28 dias
80	382	Teresinha Pereira Pacheco	Pedagogia	1 ano, 7 meses e 29 dias
81	254	Lisiane de Fatima Alves Machado Pickius	Pedagogia	1 ano, 7 meses e 13 dias
82	265	Luciane B. João	Pedagogia	1 ano, 7 meses e 8 dias

83	169	Guerli Cristiane Laux	Pedagogia	1 ano, 6 meses e 26 dias
84	238	Keli Cristina Machado Nunes	Pedagogia	1 ano, 6 meses e 22 dias
85	323	Patricia Ida Marcon	Pedagogia	1 ano, 6 meses e 19 dias
86	51	Camila Roberta de Souza Thilles	Pedagogia	1 ano, 6 meses e 18 dias
87	263	Luciana Figueiredo de Souza	Pedagogia	1 ano, 5 meses e 7 dias
88	125	Elma de Oliveira Silva da Costa	Pedagogia	1 ano, 2 meses e 20 dias
89	280	Márcia Regina Wanat	Pedagogia	1 ano e 27 dias
90	159	Gisele Aparecida Pimentel	Pedagogia	1 ano e 20 dias
91	206	Joana Darc Pereira	Pedagogia	7 meses e 8 dias
92	401	Wanderleia Aparecida Minatti Toni	Pedagogia	-----
93	115	Ellen Tatiane Busnardo	Pedagogia	-----
94	197	Jaqueline Aparecida Taborda Ribas	Pedagogia	-----
95	391	Valéria Regina Busarello	Pedagogia	-----
96	214	Joseane Dias	Pedagogia	-----
97	232	Karili Maria Soares de Santana	Pedagogia	-----
98	66	Catia Franciele Boneta	Pedagogia	-----
99	340	Rosana Ferreira	Magistério e cursa a 6ª fase de Pedagogia	2 anos, 4 meses e 11 dias
100	163	Gislene Gazaniga Schöpf	Magistério e cursa a 5ª fase de Pedagogia	1 ano e 11 meses
101	378	Taís Correa	Magistério e cursando a 4ª fase de Pedagogia	1 ano, 7 meses e 20 dias
102	19	Aline Konell Hauffe	Magistério e cursando a 4ª fase de Pedagogia	1 ano, 6 meses e 7 dias
103	302	Mary Ághata Caldas Maia	Magistério e cursando a 4ª fase de Pedagogia	-----
104	12	Adriana Presstes de Souza	Magistério e cursa a 2ª fase de Pedagogia	-----
105	177	Inêz Machado Nunes	Magistério	9 anos, 3 meses e 23 dias
106	311	Miriam Dumke	Magistério	6 anos, 4 meses e 14 dias

107	93	Denizete Halla	Magistério	3 anos e 18 dias
108	249	Lídia Rosa Veeck	Magistério	3 anos e 16 dias
109	235	Katiane Aparecida Alves da Silva	Magistério	2 anos, 3 meses e 8 dias
110	54	Carina Gabriela Gessner	Magistério	2 anos e 3 meses
111	406	Zenilda Mariano Ferreira	Magistério	1 ano, 8 meses e 27 dias
112	118	Eliane Denise Müller	Magistério	1 ano, 8 meses e 23 dias
113	161	Gisele Soares dos Santos	Magistério	1 ano e 5 meses
114	292	Maria Mizia da Silva	Magistério	1 ano, 4 meses e 28 dias
115	375	Taciana dos Santos Horstmann	Magistério	-----
116	324	Patrícia Sandy Nogueira	Magistério	-----
117	65	Caroline Maria Wodzinsky	Cursa a 7ª fase de Pedagogia	2 anos, 3 meses e 1 dia
118	148	Flávia Mariane Viesniewsky Hauffe	Cursa a 7ª (última) fase de Pedagogia	1 ano, 6 meses e 18 dias
119	66	Catia Franciele Boneta	Concluiu última fase de Pedagogia	-----
120	194	Jany Ramos Bittencourt Ribeiro	Cursa a 6ª fase de Pedagogia	-----
121	230	Karin Shirley Link Gualberto	Cursa a 5ª fase de Pedagogia	5 meses e 6 dias
122	241	Larissa Nagorski	Cursa a 5ª fase de Pedagogia	-----
123	132	Eugenia da Cruz Signoreli	Cursa a 4ª fase de Pedagogia	11 meses e 15 dias
124	332	Regina Dantas Izidro	Cursa a 4ª fase de Pedagogia	1 ano, 7 meses e 29 dias
125	151	Francieli Fabiana de Mattos Lach	Cursa a 4ª fase de Pedagogia	-----
126	221	Josilene Márcia Viebrantz	Cursa a 4ª fase de Pedagogia	-----
127	259	Luana de Oliveira	Cursando a 3ª fase de Pedagogia	7 meses e 1 dia
128	120	Eliane de Oliveira Gomes de Moura	Cursa a 3ª fase de Pedagogia	4 meses e 29 dias
129	353	Sandra da Silva Rathunde	Cursa a 2ª fase de Pedagogia	3 meses e 24 dias
130	26	Ana Paula Sartori dos Santos	Cursando a 2ª fase de Pedagogia	-----
131	62	Carolina Wilberstedt	Cursando a 2ª fase de Pedagogia	-----

132	75	Cleia Guilherme de Araujo Castagna	Cursa a 2ª fase de Pedagogia	-----
133	89	Débora Michelly Oliveira da Silva Bortolini	Cursa a 2ª fase de Pedagogia	-----
134	273	Maiara Cristine de Souza	Cursa a 2ª fase de Pedagogia	-----
135	144	Fernanda Michalack	Cursa a 2ª fase de Pedagogia	-----
136	52	Carina Alves de Oliveira	Cursa a 1ª fase de Pedagogia	-----
137	299	Marisa Helena Behrend Viana	Licenciatura em Português, com Especialização	21 anos, 1 mês e 18 dias
138	292	Maria Mizia da Silva	Licenciatura Plena em Português	1 ano, 4 meses e 28 dias
139	173	Hernandes Michel Klabunde	Ensino Médio e cursando a 4ª fase de Design	-----
140	17	Aline Amaral da Luz	Cursa a 3ª fase de Matemática	-----

Inscrição Indeferida:

Nº de inscrição 203: Jéssica Micheli Finta: Não apresentou comprovante de escolaridade

Professor de Educação Especial

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	02	Adelita Teresinha Risso	Pedagogia e Especialização em Educação Especial	15 anos, 3 meses e 10 dias
02	276	Mara Lucia Creado de Aro Santos	Pedagogia e Especialização em Educação Especial	11 anos e 4 dias
03	116	Eliana Schultz	Educação Física, e Especialização em Educação Especial	3 anos, 7 meses e 7 dias
04	374	Suzana Machado da Silva	Pedagogia e Especialização em Educação Especial	3 anos, 5 meses e 3 dias
05	110	Edvando Santos Cordeiro	Filosofia e Especialização em Libras	1 ano, 9 meses e 7 dias
06	40	Arlete Giroldo Machado	Pedagogia e Especialização em Educação Especial	6 meses e 18 dias
07	242	Laureci da Silva Fragel	Pedagogia e Especialização	10 anos, 8 meses e 8 dias

08	287	Mariana Soares Ferrari	Pedagogia e Especialização	9 anos e 23 dias
09	229	Jussuelen Patrício Ilibio	Pedagogia e Especialização	8 anos, 8 meses e 12 dias
10	366	Sirlene Pavarin Maciel	Pedagogia e Especialização	8 anos, 3 meses e 6 dias
11	28	Ana Paula Silveira Soares	Pedagogia e Especialização	7 anos, 5 meses e 11 dias
12	192	Janete Kupicki	Pedagogia e Especialização	7 anos, 5 meses e 7 dias
13	314	Monica Aparecida Todeschini	Pedagogia e Especialização	6 anos, 8 meses e 18 dias
14	381	Tatiane Bueno de Oliveira	Pedagogia e Especialização	6 anos, 7 meses e 26 dias
15	143	Fernanda Keiser	Pedagogia e Especialização	6 anos, 3 meses e 28 dias
16	310	Miriam Costa	Pedagogia e Especialização	5 anos, 8 meses e 21 dias
17	61	Carmen Luzia Kucarz	Pedagogia e Especialização	5 anos, 8 meses e 2 dias
18	193	Janete Kuskoski	Pedagogia e Especialização	5 anos e 15 dias
19	237	Keila Cristina de Moura Macalli	Pedagogia e Especialização	4 anos, 10 meses e 6 dias
20	333	Rejane Refatti Kersting	Pedagogia e Especialização	4 anos, 6 meses e 13 dias
21	182	Ivone Teresinha Andruki de Costa	Pedagogia e Especialização	3 anos, 9 meses e 14 dias
22	363	Simone Feuser de Oliveira	Pedagogia e Especialização	3 anos, 5 meses e 20 dias
23	106	Edina Batista Martins	Pedagogia e Especialização	2 anos, 9 meses e 17 dias
24	57	Carla Giane de Oliveira	Pedagogia e Especialização	2 anos, 5 meses e 17 dias
25	22	Aline Moreland Bossle	Pedagogia e Especialização	2 anos, 3 meses e 18 dias
26	248	Letícia Lilian Ruzanowsky	Pedagogia e Especialização	1 ano, 6 meses e 24 dias
27	10	Adriana Preisler	Pedagogia e Especialização	1 ano, 6 meses e 9 dias
28	60	Carmen Lucia Inocente Jeremias	Pedagogia e Especialização	1 ano, 4 meses e 22 dias
29	284	Margareth Elizete Oeste-reich Maas	Pedagogia e Especialização	9 meses e 27 dias
30	95	Dileusa Rosan-jala Pezzatto	Pedagogia e Especialização	5 meses e 11 dias
31	105	Edina Aparecida da Silva Godoi	Pedagogia e Especialização	-----
32	25	Ana Paula dos Santos Leite	Pedagogia e Especialização	-----
33	227	Juliana Patrício Ilibio Tait	Pedagogia e cursando Especialização	2 anos e 28 dias
34	256	Loni Marlice Koch	Pedagogia e cursando Especialização em Educação Especial	3 meses e 23 dias

35	102	Edeltraud Röpke Gretter	Pedagogia e cursando Especialização	1 mês e 16 dias
36	295	Maridalva Furtado	Pedagogia	14 anos, 8 meses e 3 dias
37	285	Margareth Smentkowski Petters	Pedagogia	8 anos, 10 meses e 11 dias
38	396	Vera Aparecida Siqueira Teixeira	Pedagogia	3 anos, 9 meses e 26 dias
39	225	Juliana Judachewsky	Pedagogia	3 anos e 17 dias
40	260	Lucelia Laismann dos Santos	Pedagogia	1 ano, 11 meses e 28 dias
41	382	Teresinha Pereira Pacheco	Pedagogia	1 ano, 7 meses e 29 dias
42	254	Lisiane de Fatima Alves Machado Pickius	Pedagogia	1 ano, 7 meses e 13 dias
43	265	Luciane B. João	Pedagogia	1 ano, 7 meses e 8 dias
44	169	Guerli Cristiane Laux	Pedagogia	1 ano, 6 meses e 26 dias
45	238	Keli Cristina Machado Nunes	Pedagogia	1 ano, 6 meses e 22 dias
46	51	Camila Roberta de Souza Thilles	Pedagogia	1 ano, 6 meses e 18 dias
47	280	Márcia Regina Wanat	Pedagogia	1 ano e 27 dias
48	206	Joana Darc Pereira	Pedagogia	7 meses e 8 dias
49	66	Catia Franciele Boneta	Pedagogia	-----
50	401	Wanderleia Aparecida Minatti Toni	Pedagogia	-----
51	115	Ellen Tatiane Busnardo	Pedagogia	-----
52	197	Jaqueline Aparecida Taborda Ribas	Pedagogia	-----
53	391	Valéria Regina Busarello	Pedagogia	-----
54	232	Karili Maria Soares de Santana	Pedagogia	-----
55	340	Rosana Ferreira	Magistério e cursa a 6ª fase de Pedagogia	2 anos, 4 meses e 11 dias
56	19	Aline Konell Hauffe	Magistério e cursando a 4ª fase de Pedagogia	1 ano, 6 meses e 7 dias
57	12	Adriana Prestes de Souza	Magistério e cursa a 2ª fase de Pedagogia	-----
58	93	Denizete Halla	Magistério	3 anos e 18 dias

59	235	Katiane Aparecida Alves da Silva	Magistério	2 anos, 3 meses e 8 dias
60	54	Carina Gabriela Gessner	Magistério	2 anos e 3 meses
61	406	Zenilda Mariano Ferreira	Magistério	1 ano, 8 meses e 27 dias
62	118	Eliane Denise Müller	Magistério	1 ano, 8 meses e 23 dias
63	161	Gisele Soares dos Santos	Magistério	1 ano e 5 meses
64	375	Taciana dos Santos Horstmann	Magistério	-----
65	324	Patrícia Sandy Nogueira	Magistério	-----
66	69	Chales Moesche	Educação Física, com Especialização	6 anos, 10 meses e 11 dias
67	217	Josiane Maria Koch	Ciências Biológicas e Especialização	1 ano, 5 meses e 7 dias
68	09	Adriana Paul	Ciências Biológicas	2 anos, 3 meses e 23 dias
69	85	Daniela Judachewsky	Educação Física	21 dias
70	368	Solange Tais Gebhardt	Educação Física	-----
71	87	Daniela Leduino	Geografia	-----
72	65	Caroline Maria Wodzinsky	Cursa a 7ª fase de Pedagogia	2 anos, 3 meses e 1 dia
73	148	Flávia Mariane Viesniewsky Hauffe	Cursa a 7ª (última) fase de Pedagogia	1 ano, 6 meses e 18 dias
74	190	Janete Aparecida Menel	Cursa a 7ª fase de Pedagogia	8 meses e 25 dias
75	348	Sabrina Bautista Matos Cordeiro	Cursa a 6ª fase de Pedagogia	3 anos, 2 meses e 2 dias
76	194	Jany Ramos Bittencourt Ribeiro	Cursa a 6ª fase de Pedagogia	-----
77	230	Karin Shirley Link Gualberto	Cursa a 5ª fase de Pedagogia	5 meses e 6 dias
78	241	Larissa Nagorski	Cursa a 5ª fase de Pedagogia	-----
79	90	Denize da Cruz dos Santos	Cursa a 5ª fase de Educação Física	-----
80	132	Eugenia da Cruz Signoreli	Cursa a 4ª fase de Pedagogia	11 meses e 15 dias
81	221	Josilene Márcia Viebrantz	Cursa a 4ª fase de Pedagogia	-----
82	196	Jayson Lucian Corrêa	Cursa a 6ª fase de Educação Física	-----
83	187	Janderson Roberto dos Santos	Cursa a 4ª fase de Educação Física	6 meses e 5 dias

84	372	Suelen Barcia Mendes	Cursa a 4ª fase de Educação Física	3 meses e 3 dias
85	201	Jéssica Daiane Linzmayer	Cursa a 4ª fase de Educação Física	-----
86	120	Eliane de Oliveira Gomes de Moura	Cursa a 3ª fase de Pedagogia	4 meses e 29 dias
87	112	Elaine Amaral da Luz	Cursando 3ª fase de Artes Visuais	-----
88	353	Sandra da Silva Rathunde	Cursa a 2ª fase de Pedagogia	3 meses e 24 dias
89	26	Ana Paula Sartori dos Santos	Cursando a 2ª fase de Pedagogia	-----
90	273	Maiara Cristine de Souza	Cursa a 2ª fase de Pedagogia	-----
91	89	Débora Michelly Oliveira da Silva Bortolini	Cursa a 2ª fase de Pedagogia	-----
92	62	Carolina Wilberstedt	Cursando a 2ª fase de Pedagogia	-----
93	75	Cleia Guilherme de Araujo Castagna	Cursa a 2ª fase de Pedagogia	-----
94	81	Cristiellen Lima Varela	Cursando a 2ª fase de Educação Física	3 meses e 19 dias
95	173	Carina Alves de Oliveira	Cursa a 1ª fase de Pedagogia	-----

OUTROS CARGOS DA ADMINISTRAÇÃO

Fisioterapeuta: 4

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	328	Rafael Felipe Vinotti da Silva	Fisioterapia com Especialização	7 anos, 8 meses e 14 dias
02	46	Bruna Stulzer Nora	Fisioterapia	7 anos, 8 meses e 27 dias
03	240	Larissa Martins dos Santos Marcos	Fisioterapia	6 anos e 3 dias
04	33	Ane Aparecida Krauss Souza	Fisioterapia	7 meses

Médico Ginecologista: 1

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	130	Eros Castro	Médico	6 anos, 7 meses e 7 dias

Médico Pediatra: 1

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
---------------	-----------------	-------------------	----------	------------------

01	245	Leonardo Wigg Perfeto	Médico Pediatra	7 anos, 7 meses e 19 dias
----	-----	-----------------------	-----------------	---------------------------

Assistente Social: 3

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	342	Rosângela Fidelis da Silva	Serviço Social com Especialização	5 anos, 2 meses e 12 dias
02	266	Luciano José Silva	Assistência Social	5 anos, 1 mês e 27 dias
03	347	Rubiane Angelotti	Serviço Social	1 ano, 4 meses e 28 dias

Auxiliar de Consultório Dentário: 12

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Nota Redação
01	224	Julia Luisa Haberland Hafemann	8,5
02	171	Heloisa Helena da Silva	8,25
03	141	Fernanda Barwaldt Hoppe	8,0
04	142	Fernanda Dias Barbieri Corrêa	7,75
05	402	Wanessa Lopes de Oliveira Voigt	7,5
06	41	Ayme Kamile Dias	7,25
07	117	Eliane Almeida Soares	7,0
08	384	Thalita Gabriella Cirilo de Queiroz Conquista	6,5
09	364	Sinéia dos Santos Kelner	6,0
10	309	Micheli Marli Hoch	5,5
11	157	Geniffer Caroline Peggau	5,5
		Faltou	
	162	Giselen Lefer Padilha Renner	Faltou

Agente Comunitário de Saúde: 2

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Nota Redação
01	08	Adriana Klaumann	8,0
02	291	Maria Eléia Ganske	6,5

Instrutor de Música: 8

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Nota de Redação
01	289	Marco Antonio Carreço de Oliveira	8,0
02	200	Jelson Cleber Corrêa	8,0

03	48	Calan Henrique Wohl	8,0
04	352	Samuel Rodrigues da Costa	7,0
05	246	Leonir Assunção	7,0
06	199	Jean Juarez Ferreira	7,0
		Faltaram	
	319	Osires Vieira da Rosa	Faltou
	350	Samuel Pereira Chiodini	Faltou

Trabalhador Braçal: 5

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Prova Prática
01	307	Mauricio Borchardt	8,5
02	39	Antonio Silvano Maia	7,5
03	68	Celso Raymundo	6,0
		Faltaram	
	223	Juarez Fabricio de Lima	Faltou
	387	Valdecir Berti	Faltou

Auxiliar de Manutenção e Conservação: 8

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Prova Prática
01	104	Edimar Friedrich	8,5
02	38	Antônio Roque Hillbrecht	8,0
03	213	José Ricardo Linzmeyer	7,0
04	290	Marcos Antonio de Farias	6,5
		Faltaram	
	98	Djeison Willian de Oliveira	Faltou
	153	Francisco Farias	Faltou
	154	Francisco Luís de Oliveira	Faltou
	180	Ivo Melchert	Faltou

Operador de Máquina (Retroescavadeira): 1

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Prova Prática
01	128	Emerson Luís de Lima (retroescavadeira)	7,7

Operador de Máquina (Patrôla): 2

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Prova Prática
01	111	Eduardo Berti (patrôla)	7,9

02	386	Ubiratan Bezera de Souza (patrola)	7,6
----	-----	------------------------------------	-----

Operador de Escavadeira Hidráulica: 2

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Prova Prática
01	275	Maikon Aurelio Rudnick	6,3
02	147	Felipe Leoncio Heinzen	6,1

Merendeira: 12

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Prova Prática
01	124	Elisangela Strassmann Silva	9,6
02	252	Lindacir Aparecida do Livramento Vicente	8,8
03	35	Angela Maria da Silva	8,8
04	357	Sibila Cristina Pereira	8,6
05	380	Valeria Cristina Przewdzicki Cardozo	8,4
06	367	Solange Aparecida Gonçalves	7,6
07	32	Andreia Klitzke	7,2
08	385	Traudi Kerner de Lima	6,6
		Faltaram	
	184	Jacira Maria de Lima	Faltou
	219	Josiane Mota	Faltou
	269	Lurdes Gaudet	Faltou
	270	Madalena Batista de França Gruchowski	Faltou

Auxiliar de Serviços Gerais: 18

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Prova Prática
01	176	Ilse Parray	9,0
02	360	Silvana Pereira Pacheco	9,0
03	296	Marilene Funka Alexandre	9,0
04	79	Cristiane Fátima Siqueira	9,0
05	167	Gislaine Aparecida Raymundo	9,0
06	371	Sonia Maria Medeiros	8,0
07	37	Antônia Regina de Farias	8,0
08	359	Silvana de Borba	8,0
09	383	Tereza Rozane Marques	7,0
10	356	Schirlei Elaine Becker	7,0
11	166	Gilmara Gonçalves	7,0

12	397	Veronica Aparecida Linhares da Silva	6,0
13	07	Adriana Cristina de Oliveira	6,0
14	294	Mariana Simões de Lima Andrade	6,0
		Faltaram	
	24	Ana Paula Cardozo	Faltou
	36	Angélica Rodrigues do Carmo	Faltou
	282	Marilha Eggert Urbanski	Faltou
	345	Rosilda Neiser Silva	Faltou

Auxiliar Administrativo: 17

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Nota Redação
01	84	Daniel Müller	8,25
02	231	Karina Denk	8,0
03	99	Doralice Regina de Mira	7,75
04	97	Diindry Cabral	6,5
05	205	Jessyca Suellen de Oliveira Arruda	6,25
06	16	Alessandro Alberto Buss	6,0
07	06	Adriana Augusta Ribas	Reprovada
08	49	Calila Mariana Dias Barbieri Corrêa	Reprovada
09	70	Charlene Spezia Bento	Reprovada
10	178	Iracilda Kohls	Reprovada
11	210	Jordana Elaine Silva	Reprovada
12	316	Natália de Lima Tavares	Reprovada
13	394	Vanessa Langer Rathunde	Reprovada
		Faltaram	
	31	Andrea Forosteski	Faltou
	34	Ane Caroline Lima Silva	Faltou
	56	Carina Massaia	Faltou
	174	Icrair Pereira	Faltou

Motorista: 39

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Prova Prática
01	74	Cleber Rodrigo dos Santos	10,0
02	258	Lourenço Ferreira de Lima	9,0
03	283	Marcio Paust	8,5
04	179	Ireneu Boshammer	8,5

05	42	Bento Antonio da Cunha	8,0
06	107	Edson Nunes Ferreira	8,0
07	134	Eurico José dos Santos	8,0
08	15	Aldo Tribes	7,5
09	388	Valdecir Wackerhage	7,5
10	370	Soni Colaço	7,5
11	339	Rogério Bosse	7,25
12	29	Anderson Fabiano Schmitt	7,25
13	313	Moacir Mokwa	7,25
14	77	Cletson Hein	7,25
15	137	Erverson Elício Dalçoquio	7,25
16	389	Valdir Vieira Gonçalves Júnior	7,0
17	298	Mario Osni de Souza	6,75
18	59	Carlos Stolf	6,5
19	318	Orico Kubiak	5,75
20	03	Adir Boshhammer	5,75
21	326	Paulo Roberto Alves	5,75
22	320	Pablo Rafael do Amaral	5,75
23	165	Gilmar Corrêa de Lima	5,5
24	73	Cleber Roberto de Moura	5,5
25	72	Claudionor Wenceslau Rabock	5,0
26	43	Bernardo Fachini Filho	5,0
27	108	Edson Quil Cardozo	5,0
28	78	Cleudimar da Silva Souza	5,0
29	211	Jorge Simões Júnior	5,0
		Faltaram	
	30	Anderson Rafael Marquardt	Faltou
	109	Edson Steinert	Faltou
	122	Elias Alves Santiago	Faltou
	131	Ervino Carlos Moreira	Faltou
	138	Everson França Garcia	Faltou
	146	Fernando Garcia	Faltou
	149	Flávio Antônio Bueno de Freitas	Faltou
	268	Luis Paulo Schlup	Faltou
	362	Silvio Roberto Tananuska	Faltou
	400	Wagner Conselheiro Cordeiro	Faltou

Auxiliar de Setor: 73

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Nota Redação
01	20	Aline Konell Hauffe	9,5
02	18	Aline Amaral da Luz	9,0
03	226	Juliana Judachewsky	9,0
04	369	Solange Taís Gebhardt	9,0
05	96	Dileusa Rosanjala Pezzatto	8,5
06	222	Juana da Cruz Signoreli Marquardt	8,5
07	325	Patrícia Sandy Nogueira	8,5
08	189	Janete Aparecida Menel	8,0
09	254	Sandra da Silva Rathunde	8,0
10	220	Josilene Márcia Viebrantz	8,0
11	55	Carina Gabriela Gessner	8,0
12	129	Erica Silva Mello	7,5
13	145	Fernanda Michaelack	7,5
14	250	Lídia Rosa Veeck	7,5
15	75	Cleia Guilherme de Araujo Castagna	7,5
16	234	Katiana Minatti	7,5
17	297	Marina Kohls da Cunha	7,5
18	103	Edeltraud Roepke Gretter	7,0
19	209	Jocinéia da Luz	7,0
20	293	Maria Mizia da Silva	7,0
21	278	Mara Sueli Gaudet	7,0
22	164	Gislene Gazaniga Schöpf	7,0
23	27	Ana Paula Sartori dos Santos	7,0
24	13	Adriane Kister Vetterlein	7,0
25	215	Joseane Dias	7,0
26	88	Débora Michelly Oliveira da Silva Bortolini	7,0
27	236	Katiane Aparecida Alves da Silva	7,0
28	86	Daniela Judachewsky	7,0
29	63	Carolina Wilberstedt	7,0
30	395	Vania Starowski	7,0
31	330	Raquel de Carvalho	7,0
32	335	Ricardo Lopes Cabral	7,0
33	92	Denizete Halla	6,5

34	344	Rosemeri Cordeiro Evangelista Hackbarth	6,5
35	329	Raquel Balduino da Rosa da Costa	6,5
36	168	Graziela Larsen	6,5
37	150	Francieli Fabiana de Mattos Lach	6,5
38	53	Carina Alves de Oliveira	6,5
39	152	Francine de Souza Klemms	6,5
40	133	Eugenia da Cruz Signoreli	6,0
41	207	Joana Darc Pereira	6,0
42	139	Fabiana Ferreira Marquardt	6,0
43	119	Eliane de Oliveira Gomes de Moura	6,0
44	50	Camila Roberta de Souza Thilles	6,0
45	243	Lauverinda Hanelore de Souza	5,5
46	21	Aline Matias Silva	5,5
47	121	Eliane Santos Lima	5,0
48	91	Denize da Cruz dos Santos	5,0
	315	Nádia Cristina Brugnago dos Santos da Maia	Reprovada
	327	Priscila Vitkoski	Reprovada
		Faltaram	
	11	Adriana Prestes de Souza	Faltou
	45	Bruna Elisa Winter	Faltou
	64	Caroline Behnke da Silveira	Faltou
	113	Elaine Amaral da Luz	Faltou
	136	Evandro Hamann Schwirkowsky	Faltou
	156	Gabriella Tavares Silva Schiochet	Faltou
	160	Gisele Soares dos Santos	Faltou
	170	Guerli Cristiane Laux	Faltou
	185	Janaína Voigt	Faltou
	191	Janete Kupicki	Faltou
	195	Jany Ramos Bitencourt Ribeiro	Faltou
	202	Jéssica Daiane Linzmayer	Faltou
	204	Jéssica Michelli Finta	Faltou
	218	Josiane Maria Koch	Faltou
	257	Loni Marlice Koch	Faltou
	272	Magaret Hass	Faltou
	274	Maiara Cristine de Souza	Faltou

	279	Marcela Aparecida Marques de Miranda Santiago	Faltou
	303	Mary Teresinha de Melo Copetti Martins	Faltou
	355	Sandra do Prado Hessel Stoerbel	Faltou
	393	Vanessa Bonett de Andrade	Faltou
	404	Zenilda Fátima da Silva Falkievicz	Faltou
	407	Zenilda Mariano Ferreira	Faltou

Cargo: Médico da Saúde da Família
Não houve inscrição

Cargo: Fonoaudiólogo
Não houve inscrição

Observação: Os candidatos classificados que tiveram contratos em 2012 e 2013 ou dois contratos seguidos somente poderão ser chamados a partir de julho de 2014.

Curitibanos

PREFEITURA

Ata de Análise das Propostas de Preços, Referente ao Edital de Concorrência Nº 250/2013.

ATA DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS, REFERENTE AO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 250/2013.

Aos dezenove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, na sede da Prefeitura Municipal de Curitibanos, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, e os demais presentes, verificou-se que no tempo aprazado a empresa CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA ME, apresentou sua nova proposta, sendo beneficiada pela lei 123/2006 da MicroEmpresa, com o valor total de R\$ 4.255.358,85, sendo considerada vencedora pela CPL.

Desta forma a Comissão entendeu por baixar o processo em diligência, na forma do artigo 43 parágrafo terceiro da lei de licitação, para solicitar pareceres técnicos dos departamentos competentes, para ao final voltar a se manifestar.

Nada mais tendo a tratar a Comissão encerrou a reunião, dando ciência do contido na presente ata para que querendo se manifestem quanto as propostas apresentadas.

DIEGO SEBEM WORDELL
Presidente da CPL

CRISTINA MELO MENEGOTO
Secretário/Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO
Membro

Edital de Pregão Presencial Nº 313/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 313/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02,

Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO VEÍCULO FORD FOCUS MJE 2413 E DA MOTONIVELADORA 120B3 DO SETOR DE ESTRADAS VICINAIS, DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 16:00 horas do dia 15/01/2014, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 15/01/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 18 de Dezembro de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL
Pregoeiro

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 311/2013

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 311/2013

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitiba e a empresa Konrad - Sul Comércio de Caminhões LTDA, com o valor total de R\$ 925,35 (Novecentos e vinte e cinco reais e trinta e cinco centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REVISÃO 36.000 KM DO VEÍCULO CAMINHÃO MARCA FORD CARGO MODELO 2628, PLACA MJG 5717. CONFORME ART. 24 INCISO XVII DA LEI Nº 8.666/93.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:
- XVII - "Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 18 de dezembro de 2013.

DIEGO SEBEM WORDELL
Presidente da Comissão

CRISTINA MELO MENEGOTTO PEREIRA
Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art.

24, o inciso XVII dou como aprovada.

Curitiba, 18 de dezembro de 2013.
CLAUDIO VIEIRA FRANÇA
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 18 de dezembro de 2013.

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 312/2013

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 312/2013

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitiba e a empresa Konrad- Sul Comercio de Caminhão LTDA, com o valor total de R\$ 925,35 (Novecentos e vinte e cinco reais e trinta e cinco centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REVISÃO 36.000 KM DO VEÍCULO CAMINHÃO MARCA FORD CARGO MODELO 2628, PLACA MJG 5487. CONFORME ART. 24 INCISO XVII DA LEI Nº 8.666/93.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:
- XVII - "Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 18 de dezembro de 2013.

DIEGO SEBEM WORDELL
Presidente da Comissão

CRISTINA MELO MENEGOTTO PEREIRA
Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso XVII dou como aprovada.

Curitiba, 18 de dezembro de 2013.

CLAUDIO VIEIRA FRANÇA
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 18 de dezembro de 2013.

JOSE ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA - CAÇADOR
CNPJ: 83.054.924/0001-06
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 217/2012 Número do Processo: 217/2013
Número do Contrato ou aditivo: 691/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE AGUA MINEIRAL EM BOTTIÕES DE 20 LITROS E AGUA MINEIRAL EM GARRAFAS DE 510 ML, COM GÁS E SEM GÁS, PARA USO NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013.

Data da Assinatura: 01/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/11/2013
Vigência: 01/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 175,40
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SORDI PEÇAS E SERVIÇOS DIESEL LTDA
CNPJ: 83.039.115/0001-17
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 258/2013 Número do Processo: 258/2013
Número do Contrato ou aditivo: 692/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE ROÇADEIRAS HUSQVARNA CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 04/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/11/2013
Vigência: 04/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 341,56
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CLIMA SERVICE REFRIGERAÇÃO LTDA EPP
CNPJ: 73.211.393/0001-56
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 256/2013 Número do Processo: 256/2013
Número do Contrato ou aditivo: 393/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADOS NO QUARTEL DO 2º BBN/CURITIBANOS CONFORME ANEXO I E TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 04/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/11/2013
Vigência: 04/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 33.899,95
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
CNPJ: 06.099.082/0001-50
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV ENGENHARIA
Número da Licitação: 158/2012 Número do Processo: 158/2012
Número do Contrato ou aditivo: 694/2013
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE MAIS R\$ 134.614,40 REF PAV. ASFÁLTICA-CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE TIPO RECAPAMENTO DA RUA GAL. ILYDIO RÔMULO COLONIA PAVIM. ASFÁLTICA-CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE TIPO PAVIM. DA AV. FIORAVANTE ORTIGARI, E PAVIM ASFÁLTICA-CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE TIPO PAVIM DA RUA OLIVEIRA PIRES, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 762974/2011 FIRMADO ENTRE A MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 05/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 05/11/2013
Vigência: 05/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Número do Empenho:
Valor: 134.614,340
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: PAVIMAQUINAS COM.DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 85.199.578/0001-71
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/COMPRAS E SERVIÇOS
Número da Licitação: 279/2013 Número do Processo: 279/2013
Número do Contrato ou aditivo: 695/2013
Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA SERVIÇO DE REVISÃO DE 2000 HIRAS DA MAQUINA RETROESCAVADEIRA RANDON RK 406 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS.

Data da Assinatura: 05/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 05/11/2013
Vigência: 05/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 3.774,89
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CHARLOTE BOHN DRESCH ME
CNPJ: 08.083.303/0001-27
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 254/2013 Número do Processo: 254/2013
Número do Contrato ou aditivo: 696/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA ALUNOS DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO DE NOSSO MUNICIPIO QUE IRÃO PARTICIPAR DE PALESTRAS SOBRE TRANSITO.

Data da Assinatura: 05/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 05/11/2013
Vigência: 05/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.000,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: GENTE SEGURADORA S.A
CNPJ: 90.180.605/0001-02
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 25/2013 Número do Processo: 25/2013
Número do Contrato ou aditivo: 697/2013
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL DO VEICULO GOL CITY PLACA MLP 1936 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE Curitiba, NO PERÍODO DE 05/11/2013 A 05/03/2014 COM FRANQUIA NORMAL CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 06/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 06/11/2013
Vigência: 06/11/2013 A 05/03/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 244,18
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CASA FAGUNDES COM VAR EM GERAL LTDA ME
CNPJ: 73.222.994/0001-64
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 227/2012 Número do Processo: 227/2012
Número do Contrato ou aditivo: 697/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR, LIMPEZA PÚBLICA, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PROCON, SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, RODOVIÁRIA DOROMEU BOSSARDI, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, POLÍCIA CIVIL, SECRETARIA DE ESPORTES E LASER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 07/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 07/11/2013
Vigência: 07/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 12,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 05.919.156/0001-94

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 227/2012 Número do Processo: 227/2012

Número do Contrato ou aditivo: 699/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR, LIMPEZA PÚBLICA, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PROCON, SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, RODOVIÁRIA DOROMEU BOSSARDI, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, POLÍCIA CIVIL, SECRETARIA DE ESPORTES E LASER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 07/11/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 07/11/2013

Vigência: 07/11/2013 A 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 331,02

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA ME

CNPJ: 07.540.755/0001-28

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 45/2013 Número do Processo: 45/2013

Número do Contrato ou aditivo: 701/2013

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE MAIS 6.840,00 REAIS REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE DETENTOS DA PENITENCIÁRIA DE SÃO CRISTOVÃO DO SUL A Curitiba, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPINA E REMOÇÃO DE ENTULHOS, DURANTE O ANO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 08/11/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 08/11/2013

Vigência: 08/11/2013 A 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 6.840,00

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA-ME

CNPJ: 85.248.680.680/0001-10

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 227/2012 Número do Processo: 227/2012

Número do Contrato ou aditivo: 700/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DA POLÍCIA MILITAR, LIMPEZA PÚBLICA, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PROCON, SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, RODOVIÁRIA DOROMEU BOSSARDI, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, POLÍCIA CIVIL, SECRETARIA DE ESPORTES E LASER, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 07/11/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 07/11/2013

Vigência: 07/11/2013 A 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 133,00

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: K&K CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA ME

CNPJ: 12.124.216/0001-48

Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA

Número da Licitação: 262/2013 Número do Processo: 262/2013

Número do Contrato ou aditivo: 702/2013

Fundamento Legal:

Objeto: CONSTRUÇÃO DE CASA EM MADEIRA EM PINUS AUTOCALVADO COM 31,65 M², NA PRAÇA CENTENÁRIO, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 08/11/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 08/11/2013

Vigência: 08/11/2013 A 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 36.000,00

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: EMPRESA GRAFICA CRUZEIRO LTDA
CNPJ: 84.583.954/0001/64
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 265/2013 Numero do Processo: 265/2013
Numero do Contrato ou aditivo: 703/2013
Fundamento Legal:

Objeto: CONFECÇÃO DE BLOCOS PARA NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO PARA USO DA POLICIA MILITAR CONFORME ANEXO I , II ,II DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 11/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 11/11/2013
Vigência: 11/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 2.948,00
Forma de Pagamento: Á VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado:DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA
CNPJ: 85.349.579/0001-55
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 255/2013 Numero do Processo: 255/2013
Numero do Contrato ou aditivo: 704/2013
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS ELETRICA E MECÂNICA PARA OS VEICULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS PERTENCENTES A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL E TRANSPORTES E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 12/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 12/11/2013
Vigência: 12/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 2.224,00
Forma de Pagamento: Á VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: FERREIRA E SERVIÇOS AUTO ELÉTRICA LTDA
CNPJ: 08.887.723/0001-66
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 255/2013 Numero do Processo: 255/2013
Numero do Contrato ou aditivo: 705/2013
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS ELETRICA E MECÂNICA PARA OS VEICULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS PERTENCENTES A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL E TRANSPORTES E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 12/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 12/11/2013
Vigência: 12/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 1.960,00
Forma de Pagamento: Á VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SORDI PEÇAS E SERVIÇOS DIESEL LTDA
CNPJ: 83.039.115/0001-17
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 255/2013 Numero do Processo: 255/2013
Numero do Contrato ou aditivo: 706/2013
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRAS ELETRICA E MECÂNICA PARA OS VEICULOS, CAMINHÕES E MÁQUINAS PERTENCENTES A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL E TRANSPORTES E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 12/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 12/11/2013
Vigência: 12/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 2.200,00
Forma de Pagamento: Á VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA
CNPJ: 85.349.579/0001-55
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 218/2013 Número do Processo: 218/2013
Número do Contrato ou aditivo: 707/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS, CAMINHÕES E VEÍCULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, ESTRADAS VICINAIS, DURANTE O ANO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 12/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 12/11/2013
Vigência: 12/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 338,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA
CNPJ: 83.054.924/0001-06
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 224/2012 Número do Processo: 224/2012
Número do Contrato ou aditivo: 708/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAIS PARA CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ESPORTES, TRANSPORTES E OBRAS, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, PROCON, PARA SEREM UTILIZADOS DURANTE O ANO DE 2013, CONFORME ANEXO ID ESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 12/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 12/11/2013
Vigência: 12/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 2.116,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA
CNPJ: 85.349.579/0001-55
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 218/2013 Número do Processo: 218/2013
Número do Contrato ou aditivo: 709/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE BATERIAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS, CAMINHÕES E VEÍCULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, ESTRADAS VICINAIS, DURANTE O ANO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 12/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 12/11/2013
Vigência: 12/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 2.978,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA
CNPJ: 07.156.840/0001-97
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 56/2013 Número do Processo: 56/2013
Número do Contrato ou aditivo: 710/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PÓ DE BRITA, AREIA E BRITA CORRIDA PARA MANUTENÇÃO DO ESTADO VILMAR ORTIGARI E DAS ESTRADAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 13/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 13/11/2013
Vigência: 13/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 5.500,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: PIATÃ COMERCIO DE PEÇAS LTDA-ME
CNPJ: 08.932.456/0001-00
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 73/2013 Número do Processo: 73/2013
Número do Contrato ou aditivo: 711/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE Curitiba, E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 13/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 18/11/2013
Vigência: 13/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 75.163,20
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: THEWES E MOUSQUER LTDA
CNPJ: 11.192.944/0001-24
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 267/2013 Número do Processo: 267/2013
Número do Contrato ou aditivo: 712/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM ROLO COMPACTADOR DE SOLO, DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES MINIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 13/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 18/11/2013
Vigência: 13/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 50.000,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA ME
CNPJ: 07.540.755/0001-28
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 30/2013 Número do Processo: 30/2013
Número do Contrato ou aditivo: 713/2013
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 682,26 REFERENTE A LOCAÇÃO DE UM VEÍCULO ONIBUS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 LUGARES PARA TRANSPORTES DE IDA E VOLTA DOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS QUE ESTÃO CADASTRADOS NO PROGRAMA DE INCENTIVO DE PLANTIO DE UVA PARA MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-SC COM A FINALIDADE DE OBTER CONHECIMENTO COM VISITA IN LOCO NO DIA 22/11/2013.

Data da Assinatura: 13/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 19/11/2013
Vigência: 13/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 682,26
Forma de Pagamento: APÓS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: F.VACHELESKI E CIA LTDA
CNPJ: 93.388.031/0001-42
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 272/2013 Número do Processo: 272/2013
Número do Contrato ou aditivo: 714/2013
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECAPAGEM DE PNEUS DA RETROESCAVADEIRA RK-406-B DA FROTA DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 13/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 14/11/2013
Vigência: 13/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 6000,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA

CNPJ: 85.349.579/0001-55

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 252/2013 Número do Processo: 252/2013

Número do Contrato ou aditivo: 715/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS: MOTONIVELADORA GD 555, VEÍCULO CAMINHÃO MCJ-8609 VEÍCULO FORD E ESCAVADEIRA PC-150, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 13/11/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 13/11/2013

Vigência: 13/11/2013 A 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 301,13

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: K&K CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA-ME

CNPJ: 12.124.216/0001-48

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 273/2013 Número do Processo: 273/2013

Número do Contrato ou aditivo: 716/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONserto DA PONTE LOCALIZADA NA ESTRADA DA FAZENDA DA CADEIA. CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 14/11/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 14/11/2013

Vigência: 14/11/2013 A 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 1.829,90

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SOUZA SELL COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME

CNPJ: 15.312.500/0001-36

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 101/2013 Número do Processo: 101/2013

Número do Contrato ou aditivo: 717/2013

Fundamento Legal:

Objeto: TERMO ADITIVO A MAIS R\$ 975,00 (NOVECIENTOS E SETENTA E CONCO REAIS) REFERENTE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PINTURA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, PARQUE POUSO DO TROPEIRO E PARQUE DO CAPÃO, CONFORME ANEXO ID ESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 18/11/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 20/11/2013

Vigência: 18/11/2013 A 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: DA CAPITAL TOUR LTDA ME

CNPJ: 07.540/755/0001-28

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 30/2013 Número do Processo: 30/2013

Número do Contrato ou aditivo: 718/2013

Fundamento Legal:

Objeto: TERMO ADITIVO A MAIS R\$ 1.269,00 PARA TRANSPORTES DOS COMPONENTES DA FANFARRA QUE APRESENTA A CIDADE DE CURITIBANOS PARA PARTICIPAR DO CONCURSO ESTADUAL DE FANFARRAS NA CIDADE DE BRUSQUE NO DIA 23 DE NOVEMBRO.

Data da Assinatura: 19/11/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 19/11/2013

Vigência: 19/11/2013 A 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 1.269,00

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: BMC HYUNDAI AS

CNPJ: 14.168.536/0001-25

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 261/2013 Número do Processo: 261/2013

Número do Contrato ou aditivo: 719/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, PARA USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, CONFORME OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA TESOUREIRO NACIONAL N2750/2013/COPEM/SURIN/STN/MF-DF E AUTORIZAÇÃO DO BADESC E A PREFEITURA MUNICIPAL DE Curitiba, COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 19/11/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 22/11/2013

Vigência: 19/11/2013 A 19/11/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 379.500,00

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: LINCK MAQUINAS SA

CNPJ: 92.747.492/0010-92

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 261/2013 Número do Processo: 261/2013

Número do Contrato ou aditivo: 720/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS, PARA USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, CONFORME OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA TESOUREIRO NACIONAL N2750/2013/COPEM/SURIN/STN/MF-DF E AUTORIZAÇÃO DO BADESC E A PREFEITURA MUNICIPAL DE Curitiba, COM AS ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 19/11/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 22/11/2013

Vigência: 19/11/2013 A 19/11/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 1.489.800,00

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: K&K CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA-ME

CNPJ: 12.124.216/0001-48

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 274/2013 Número do Processo: 273/2013

Número do Contrato ou aditivo: 721/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E TECIDOS, DESTINADOS À CONFECÇÃO DA DECORAÇÃO NATALINA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 19/11/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 22/11/2013

Vigência: 19/11/2013 A 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 7.792,00

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: NET-DONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

CNPJ: 10.349.258/0001-51

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 274/2013 Número do Processo: 273/2013

Número do Contrato ou aditivo: 722/2013

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E TECIDOS, DESTINADOS À CONFECÇÃO DA DECORAÇÃO NATALINA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 19/11/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 22/11/2013

Vigência: 19/11/2013 A 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Número:

Gestão/Número:

Número do Empenho:

Valor: 1.996,75

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: JACINTA JANUARIO ANTUNES EPP
CNPJ: 08.388.116/0001-51
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 276/2013 Número do Processo: 276/2013
Número do Contrato ou aditivo: 723/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE TROFEUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÃO DO TORNEIO DE VOLEIBOL 2013 CATEGORIAS FEMININO E MASCULINO QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 29 DE NOVEMBRO A 01 DE DEZEMBRO. CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 20/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 20/11/2013
Vigência: 20/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.295,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SORDI PEÇAS E SERVIÇOS DIESEL LTDA
CNPJ: 83.039.115/0001-17
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 275/2013 Número do Processo: 275/2013
Número do Contrato ou aditivo: 724/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA RETROESCAVADEIRA LB 110, DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 21/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 21/11/2013
Vigência: 21/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 3.469,56
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CHARLOTE BOHN DRESCH ME
CNPJ: 08.083.303/0001-27
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 254/2013 Número do Processo: 25/2013
Número do Contrato ou aditivo: 725/2013
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 240,00 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALUNOS DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO DE NOSSO MUNICÍPIO QUE IRÃO PARTICIPAR DE PALESTRAS SOBRE TRÂNSITO.

Data da Assinatura: 21/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 26/11/2013
Vigência: 21/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 240,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SOUZA SELL COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME
CNPJ: 15.312.500/0001-36
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 76/2013 Número do Processo: 76/2013
Número do Contrato ou aditivo: 726/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE TIPO TOP PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PNEUS DAS MÁQUINAS E VEÍCULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E ESTRADAS VICINAIS, PARA O ANO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 21/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 26/11/2013
Vigência: 21/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 2.7000,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: GERAMAC EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 11.449.437/0001-23
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Número da Licitação: 289/2013 Número do Processo: 289/2013
Número do Contrato ou aditivo: 727/2013
Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REVISÃO DE 250 HORAS DO VEICULO MAQUINA MUSTANG 2044 CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 22/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 22/11/2013
Vigência: 22/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.671,80
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CONSTRUTORA MACIEL LTDA
CNPJ: 05.533.384/0001-21
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV ENGENHARIA
Número da Licitação: 270/2013 Número do Processo: 270/2013
Número do Contrato ou aditivo: 728/2013
Fundamento Legal:

Objeto: CONSTRUÇÃO DE PORTICOS METALICOS DO TIPO TRELIÇAS E PILARES EM ESTRUTURA METALICA, E FLOREIRAS E BANCOS DO TIPO CONCRETO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 25/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 27/11/2013
Vigência: 25/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 171.734,07
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: DALLASIL FABRI DE ESQUADRIAS METALICAS LTDA EPP
CNPJ: 02.402.629/0001-93
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV.ENGENHARIA
Número da Licitação: 270/2013 Número do Processo: 270/2013
Número do Contrato ou aditivo: 729/2013
Fundamento Legal:

Objeto: CONSTRUÇÃO DE PORTICOS METALICOS DO TIPO TRELIÇAS E PILARES EM ESTRUTURA METALICA, E FLOREIRAS E BANCOS DO TIPO CONCRETO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 25/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 27/11/2013
Vigência: 25/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 62.628,04
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: A SEMANA EDITORA LTDA
CNPJ: 81.632.135/0001-71
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 277/2013 Número do Processo: 277/2013
Número do Contrato ou aditivo: 730/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE CADERNO ESPECIAL, LAYOUT, ARTE FINAL E FOTOLITO COM PROVA E IMPRESSÃO DOS CADERNOS RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 25/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 27/11/2013
Vigência: 25/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 8.500,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
CNPJ: 06.099.082/0001-50
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV ENGENHARIA
Numero da Licitação: 271/2013 Numero do Processo: 271/2013
Numero do Contrato ou aditivo: 731/2013
Fundamento Legal:

Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA AVENIDA FREI ROGERIO, BAIRRO SÃO FRANCISCO, COM ÁREA DE 2.544,00 M², CONFORME CONVENIO Nº 2013 TR 0030247, PROCESSO Nº SDR22/2013 MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 25/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 27/11/2013
Vigência: 25/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 197.953,48
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: COMERCIAL CAMARGO LTDA
CNPJ: 05.409.758/0001-00
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 266/2013 Numero do Processo: 266/2013
Numero do Contrato ou aditivo: 732/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE ESTOFADOS PARA AS DEPENDENCIAS DO QUARTEL DO 2 BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR EM Curitiba, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 25/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 27/11/2013
Vigência: 25/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 6.150,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA
CNPJ: 00.456.865/0001/67
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação: 69/2011 Numero do Processo: 69/2011
Numero do Contrato ou aditivo: 733/2013
Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA FORNECIMENTO LOCAÇÃO DE SISTEMAS PARA GESTÃO PÚBLICA COMPREENDENDO, SISTEMAS DE CONTABILIDADE, TESOUREARIA, PLANEJAMENTO (PPA, LDO E LOA) COMPRAS E LICITAÇÕES, ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO, FROTAS, FOLHA DE PAGAMENTO, RECURSOS HUMANOS, PONTO ELETRÔNICO, PROTOCOLO, TRIBUTAÇÃO COM MÓDULO WEB PARA CONTRIBUINTE E PARA ESCRITURAÇÃO FISCAL DO ISS BEM COMO SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO NOS REFERIDOS SISTEMAS, CFE ANEXOS.

Data da Assinatura: 25/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 27/11/2013
Vigência: 25/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 1.683,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: IRAN ANTONIO
CNPJ: 14.227.062/0001-45
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 84/2013 Numero do Processo: 84/2013
Numero do Contrato ou aditivo: 734/2013
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 900,00 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA OS EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, CONFORME MEMORANDO DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER EM ANEXO.

Data da Assinatura: 25/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 27/11/2013
Vigência: 25/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:

Valor: 900,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: MANTOMAC COM DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 79.879.318/0001-44
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Número da Licitação: 291/2013 Número do Processo: 291/2013
Número do Contrato ou aditivo: 735/2013
Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE REVISÃO DE 250 HRAS DO VEÍCULO MÁQUINA MOTONIVELADORA KOMATSU GD 555/3, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 26/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 26/11/2013
Vigência: 26/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.953,90
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: F.VACHELESKI E CIA LTDA
CNPJ: 93.388.031/0001-42
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 15/2013 Número do Processo: 15/2013
Número do Contrato ou aditivo: 736/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA USO NA SECRETARIA DE OBRAS E POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 26/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 29/11/2013
Vigência: 26/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.056,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: RODA BRASIL DISTRIB DE AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS L
CNPJ: 06.889.977/0001-98
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 15/2013 Número do Processo: 15/2013
Número do Contrato ou aditivo: 737/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA USO NA SECRETARIA DE OBRAS E POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 26/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 29/11/2013
Vigência: 26/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.199,20
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA
CNPJ: 93.988.921/0001-95
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 15/2013 Número do Processo: 15/2013
Número do Contrato ou aditivo: 738/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA USO NA SECRETARIA DE OBRAS E POLÍCIA MILITAR, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 26/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 29/11/2013
Vigência: 26/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.280,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA
CNPJ: 00.456.865/0001/67
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Número da Licitação: 69/2011 Número do Processo: 69/2011
Número do Contrato ou aditivo: 739/2013
Fundamento Legal:

Objeto: TERMO ADITIVO PARA O SISTEMA FLY PONTUAL, COM CARÊNCIA ATÉ 01-02-2014.

Data da Assinatura: 27/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 29/11/2013
Vigência: 27/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 05.919.156/0001-94
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 281/2013 Número do Processo: 281/2013
Número do Contrato ou aditivo: 740/2013
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE SACOS DE LIXO PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 28/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 29/11/2013
Vigência: 27/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.560,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SINACON INDUSTRIA E COMERCIO DE SINALIZAÇÃO VIARIA
CNPJ: 10.657.917/0001-17
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 251/2013 Número do Processo: 251/2013
Número do Contrato ou aditivo: 741/2013
Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE MAIS R\$ 1.675,80 REFERENTE A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA DEMARCAÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 28/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 29/11/2013
Vigência: 27/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 1.675,80
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

Contratado: SC COPIAS LTDA
CNPJ: 03.367.127/0002-12
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 280/2013 Número do Processo: 280/2013
Número do Contrato ou aditivo: 742/2013
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO PARA DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Data da Assinatura: 28/11/2013
Data da Publicação no Diário Oficial: 29/11/2013
Vigência: 27/11/2013 A 31/12/2013
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 15.352,92
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

CNPJ: 06.099.082/0001-50

Modalidade: CONCORRÊNCIA P/ OBRAS E SERV ENGENHARIA

Número da Licitação: 207/2013 Número do Processo: 207/2013

Número do Contrato ou aditivo: 694/2013

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ DIA 29/12/2013 REFERENTE A COMPLEMENTAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE (CBUQ) DA RUA CARLOS BETZ, CONFORME CONVENIO Nº 2.887/2012-8 FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A PREFEITURA MUNICIPAL DE Curitiba, CONFORME MEMORANDO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 29/11/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/12/2013

Vigência: 29/11/2013 A 29/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Número do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC NOVEMBRO /2013**Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato**

Contratado: 14 BRASIL TELECON CELULAR SA

CNPJ: 05.423.963/0001-11

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 119/2012 Número do Processo: 119/2012

Número do Contrato ou aditivo: 744/2013

Fundamento Legal:

Objeto: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO ATÉ 31/01/2014 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS.

Data da Assinatura: 28/11/2013

Data da Publicação no Diário Oficial: 29/11/2013

Vigência: 27/11/2013 A 31/12/2013

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Número do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de Pagamento: À VISTA

Ata de Registro de Preço N.º 297/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 297/2013

Aos dezoito dias do mês de dezembro de 2013, no MUNICÍPIO DE Curitiba, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitiba - SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Antônio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 297/2013, registrar os preços dos participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE Curitiba, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO DE SAÚDE, FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e

contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.
- VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.
- VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO
Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

- a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.
- b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo departamento competente, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

- a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitiba, 19 de Dezembro de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Representante Empresa detentora dos preços registrados

Ermo

PREFEITURA

Decreto N.º 084, de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETO N.º 084, de 17 de dezembro de 2013.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 307, de 21/11/2012 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), a saber:

07.01 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

08.244.0039.2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.0115 (64) - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da fonte 0115 (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 17 de dezembro de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO

Secretário de Administração e Finanças Interino

Forquilha

PREFEITURA

Decreto Nº. 075, de 10 de Julho de 2013.

DECRETO Nº. 075, DE 10 DE JULHO DE 2013.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal e com a Lei Municipal 1.882/2013 de 04 de julho de 2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Forquilha, crédito adicional especial no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), para os seguintes programas:

Órgão: Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano

1.027 - Aquisição Veículos, Máquinas, Equipamentos p/ Frota Municipal

4.4.90.00.0093 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

1.033 - Abertura de Avenidas, Pavimentação, Manut, Drenagem

Ruas e Estradas Municipais.

4.4.90.00.0093 - Aplicações Diretas R\$ 1.200.000,00

1.034 - Construção de Pontes e Pontilhões

4.4.90.00.0093 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Art. 2º De acordo com a Lei n 4.320/64, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serão utilizados como recursos para abertura do crédito adicional especial de que trata a presente Lei, a ser operada mediante Decretos específicos, as receitas provenientes da Operação de Crédito autorizadas e lançadas na rubrica 2119.00.00.00 - Outras Operações de Crédito.

Parágrafo único. Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito.

Art. 3º Ficam autorizados os ajustes necessários nos anexos do PPA 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.481/2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias/2013 - Lei Municipal nº. 1.813/2012 e Lei Orçamentária Anual para 2013 - Lei Municipal nº. 1.815/2012, que se fizerem necessários em função da suplementação de dotações constantes da presente LEI.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 10 de julho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de julho de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 125 de 10 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº. 125 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, inciso I e IV da Lei Municipal nº 1.815 de 20 de novembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2013, no valor de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 05 - Secretaria de Educação

2.014 - Manutenção do Ensino Fundamental/Departamento de Educação

47 - 3390.00.01.01 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

2.011 - Manutenção Centro de Educação Infantil

69 - 3390.00.01.01 - Aplicações Diretas R\$ 97.000,00

Órgão 15 - Encargos Especiais

2.044 - Manutenção dos Encargos Especiais

198 - 4690.00.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

TOTAL R\$ 135.000,00

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o seu art. 1º, serão

utilizadas como fonte de recursos as anulações de valores de dotações orçamentárias das seguintes contas:

Órgão 05 - Secretaria de Educação

2.014 - Manutenção do Ensino Fundamental/Departamento de Educação

43 - 3190.00.01.01 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

2.011 - Manutenção Centro de Educação Infantil

71 - 4490.00.01.01 - Aplicações Diretas R\$ 97.000,00

Órgão 15 - Encargos Especiais

2.044 - Manutenção dos Encargos Especiais

197 - 3290.00.01.00 - Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

TOTAL R\$ 135.000,00

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento no Fundo Municipal de Saúde, do exercício de 2013, no valor de R\$ 31.097,40 (trinta e um mil, noventa e sete reais e quarenta centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 17 - Fundo Municipal de Saúde

2.064 - Manutenção Pacto Gestão Plena - MAC

67 - 3390.00.02.06 - Aplicações Diretas R\$ 31.097,40

TOTAL R\$ 31.097,40

Art. 4º - Para atender aos créditos de que trata o art. 3º, no projeto/atividade 2.064, dotação 067, será utilizado como fonte de recursos o excesso de arrecadação lançado na rubrica 1.7.2.1.33.12.00, vinculados ao Programa MAC, no valor de R\$ 31.097,40 (trinta e um mil, noventa e sete reais, quarenta centavos);

TOTAL R\$ 31.097,40

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 10 de dezembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de dezembro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Decreto Nº. 127, de 19 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº. 127, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

EXONERA, A PEDIDO, DIEGO PASSARELA DO CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, DIEGO PASSARELA do cargo comissionado de Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 19 de dezembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 19 de dezembro de 2013.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

Extrato de Contrato FMS Nº. 102/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 102/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SIDERCOMP INFORMÁTICA

OBJETO - O presente Edital tem por objetivo a aquisição de licenças de uso do sistema operacional Windows 8 Pro - Open GGS para atendimento do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 16.235,00 (dezesseis mil duzentos e trinta e cinco reais).

VIGÊNCIA - O período de vigência do presente contrato será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos (prazo de instalação garantia). - 18/12/2014.

DOTAÇÃO - 54.3.3.90.39.08.00.00.00

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite nº. 40/FMS/2013.

DATA DA ASSINATURA - 18 de dezembro de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 265/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 265/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CONSTRUTORA OLIVEIRA POSSAMAI DELLA LTDA EPP

OBJETO - Constitui objeto do presente contrato, a prestação de serviços na construção de uma quadra poliesportiva escolar coberta com vestiários (980,40 m²), através do Termo de Compromisso nº. PAC204528/2013, firmado pelo município de Forquilha/SC junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

VALOR - R\$ 528.824,91 (quinhentos e vinte e oito mil oitocentos e vinte e quatro reais e noventa e um centavo).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 270 (duzentos e setenta) dias corridos (prazo de execução 90 dias) - 29/10/2014.

DOTAÇÃO - 0501.1013.4490 (32) (35) - Convênio FNDE

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Tomada de Preço nº. 149/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 02 de dezembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 269/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 269/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - HAYDEE DITTERT NUNES CABRAL ME

DO OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de material

didático e brinquedos para atendimento aos Centros de Educação Infantil e Escolas de Educação Básica da rede de ensino do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 8.809,00 (oito mil oitocentos e nove reais).

VIGÊNCIA - 30/06/2014

DOTAÇÃO - 0501.2014.3390 (47), 0501.2011.3390 (69).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 162/PMF/2013

DATA DA ASSINATURA - 06 de dezembro de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Convênio PMF Nº 24/2013

EXTRATO DO CONVÊNIO PMF Nº 24/2013

CONVENIENTES - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA e COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO.

OBJETO - O presente convênio tem como objeto a obra de terraplanagem, pavimentação urbana com asfalto, drenagem e obras de arte corrente, sinalização, meio fio, calçada, acostamento, canteiro e ciclovia numa extensão de 664,78 metros e com largura de 20 metros da Rua Rosa Dagostim Pasini, localizada no Parque Industrial Santo Aníbal Maria Di Francia, no Bairro Santa Cruz, no Município de Forquilha.

VALOR - O valor do presente Convênio é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

VIGÊNCIA - O Município executará e concluirá a obra no prazo de 240 (duzentos e quarenta dias) após a publicação do presente Termo de Convênio no Diário Oficial do Município.

DATA DA ASSINATURA - 25 de novembro de 2013.

SIGNATÁRIOS: VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal e CARLOS ALBERTO ARNS Presidente da Cooperativa Pioneira de Eletrificação.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Ata do Edital de Concorrência Pública Nº. 160/PMF/2013

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 160/PMF/2013

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 160/PMF/2013, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A CONTRAÇÃO DE EMPRESA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, A SEREM EXECUTADOS EM DIVERSAS VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, CONFORME PROGRAMA BADESC CIDADES, ESTABELECIDO ENTRE O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E A AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BADESC, COMPREENDENDO MATERIAL, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NORMAIS E ESPECIAIS NECESSÁRIAS.

Às dez horas do dia vinte do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 160/PMF/2013. Abertos os trabalhos pela Presidente, Sr. Ademir Brandieli Pedro, o mesmo informou que as empresas CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA., SETEP CONSTRUÇÕES LTDA. e LIBRELATTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. protocolaram tempestivamente

seus envelopes no Setor de Compras desta Prefeitura. Determinada a abertura dos envelopes n. 01 da HABILITAÇÃO, a comissão analisou os documentos de habilitação, juntamente com o engenheiro civil Sr. Ademar João Back e participantes. Assim, por estar tudo em conformidade com o disposto do edital, as mesmas foram habilitadas para a próxima fase - da Proposta de Preços (envelope 02). As empresas participantes renunciaram expressamente o prazo para interposição de recurso na forma da lei configurando a decadência deste. Assim, decide esta comissão em dar continuidade a este processo licitatório com a abertura da segunda etapa. Aberto os envelopes nº. 02 da Proposta de Preço, os preços globais apresentados para o "Lote 01" foram CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA, R\$ 1.489.117,16 (um milhão quatrocentos e oitenta e nove mil cento e dezesseis reais e dezesseis centavos); SETEP CONSTRUÇÕES S.A., R\$ 1.496.300,08 (um milhão quatrocentos e noventa e seis mil trezentos reais e oito centavos); LIBRELATTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., R\$ 1.503.846,13 (um milhão quinhentos e três mil oitocentos e quarenta e seis reais e treze centavos). Os preços globais apresentados para o "Lote 02" foram CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA, R\$ 771.997,06 (setecentos e setenta e um mil novecentos e noventa e sete reais e seis centavos); SETEP CONSTRUÇÕES S.A., R\$ 775.926,05 (setecentos e setenta e cinco mil novecentos e vinte e seis reais e cinco centavos). Isto posto, a comissão de licitação conferiu detalhadamente a proposta de menor valor global, pertencente à empresa CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA, e certificou-se que esta está de acordo com as exigências do edital. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora dos Lotes 01 e 02 a empresa CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA. Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, ou renúncia expressa do mesmo. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 20 de dezembro de 2013.
ADEMIR BRANDIELLI PEDRO
Presidente da Comissão de Licitação

LUCAS COLONETTI
Membro da Comissão

ANDRESSA WESTRUP WERNKE ADEMAR JOÃO BACK
Membro da Comissão Engenheiro Civil

CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA.
RODRIGO GERMANO

Edital de Notificação

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Secretário de administração e Finanças do Município de Forquilha - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido, da presente constituição do crédito tributário, pelo lançamento, da Taxa de Verificação e Posturas de Normas Urbanísticas T.V.P.N.U, referente aos exercícios abaixo relacionados, para querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar defesa administrativa. Ultrapassado o prazo, não sendo pago o tributo administrativamente, serão encaminhados para cobrança judicial.

NOME	CADASTRO	DÍVIDA	ANO	VALOR
IGREJA EVANGELICA PETENCOS-TAL CHM	577	TVPNU	2009 À 2012	22,19
ASSOC. BENEF. VIVA FORQUILHINHA A. SOCIAL	1689	TVPNU	2008 À 2010	79,33

Nota de Revogação de Processo de Compra Nº. 03/FMS/2013

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nº. 03/FMS/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 43/FMS/2013

OBJETO: O presente Edital tem por objetivo a contratação de empresas para aquisição de material médico e odontológico, para atendimento as unidades da rede municipal de saúde de Forquilha/SC, para o exercício de 2014.

MOTIVO: Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e treze, reuniram-se o Pregoeiro e sua equipe para avaliação do edital de Pregão Presencial nº. 43 e seus anexos. Constatou-se que o arquivo digital de cotação encaminhado para as empresas solicitantes deste processo apresentou incompatibilidade com a listagem de itens constante do edital de chamamento. Por motivos de força maior e interesse público os presentes decidiram por revogar o processo licitatório em questão a fim de, posteriormente, lançar um novo processo adequado às necessidades na administração.

Forquilha/SC, 20 de dezembro de 2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 0387/2013

DECRETO Nº 0387, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 15 da Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 7.300,00 (sete mil e trezentos reais), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde
08.01 - Fundo Municipal de Saúde
10.302.0017.2.035 - Atenção de Médica e Alta Complexidade Ambulatorial
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0418 (44) R\$ 7.300,00
Total R\$ 7.300,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417213312 - Transf. de Recursos do SUS - MAC R\$ 7.300,00

TOTAL R\$ 7.300,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0388/2013

DECRETO Nº 0388, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar, para o exercício de 2013 no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) nas seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura
10.02 - Segurança Pública
06.161.0024.2.051 - Manutenção da Segurança Pública
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0205 (151) R\$ 15.000,00

Total R\$ 15.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

10.00 - Secretaria de Infraestrutura
10.02 - Segurança Pública
06.161.0024.2.051 - Manutenção da Segurança Pública
4.4.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0205 (156) R\$ 15.000,00

Total R\$ 15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 20 DE DEZEMBRO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2680/2013

PORTARIA Nº 2680, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.
DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DISCIPLINAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente Lei Complementar n. 0109/2010; considerando as informações e as decisões contidas no Processo Administrativo nº 5199/2013;

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, para

apuração dos atos e fatos ocorridos na Unidade Básica de Saúde São Sebastião, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. Nomear, nos termos da Lei Complementar nº. 109, de 03 de março de 2010 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Fraiburgo), para integrarem a Comissão Especial Disciplinar, os seguintes servidores públicos municipais:

I - MARCOS ANTONIO MAESTRI MIGUEL - Presidente;

II - LENI HUBER WEBER - Secretária;

III - SALIMARA CLAIR MOLIM - Membro.

Parágrafo único. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades funcionais durante os trabalhos de coleta de provas em geral, bem como para a elaboração do relatório final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Fraiburgo, SC, 20 DE DEZEMBRO 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2681/2013

PORTARIA N.º 2.681, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0041, de 31 de outubro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1481/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANDRÉIA FERREIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 028.696.099-06, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de janeiro de 2014 até 31 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2682/2013

PORTARIA N.º 2.682, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.
Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010; e alterações posteriores; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2013, homologado pelo decreto 310/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear WALLACE XAVIER PONTES, brasileiro, casado,

inscrito no CPF sob o n.º 397.294.862-04, no cargo de provimento efetivo de MÉDICO DE SAÚDE DA FAMÍLIA, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2683/2013

PORTARIA Nº 2.683, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora ELAINE CRISTINE PEREIRA DE SOUZA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 030.115.929-77, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 30 de dezembro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2684/2013

PORTARIA Nº 2.684, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor ABRÃO PEREIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 004.861.079-81, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 30 de dezembro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2685/2013

PORTARIA Nº 2.685, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor BRUNO EVERLING BOEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 051.614.579-70, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 30 de dezembro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2686/2013

PORTARIA Nº 2.686, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor EDEVALDO LUIZ RIBAS FRAGOSO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 899.241.349-15, nomeado no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 30 de dezembro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2687/2013

PORTARIA Nº 2.687, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora OSNIRA RIBEIRO FURTADO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 705.601.619-72, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 30 de dezembro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2688/2013

PORTARIA Nº 2.688, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, o servidor ROGER JOÃO DE MELLO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 093.502.269-44, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, em 30 de dezembro de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 2689/2013

PORTARIA Nº 2.689, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

Revoga Licença sem Remuneração de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo n.º 4.895, de 20 de novembro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a portaria 2.239, de 23 de outubro de 2013, que concedeu licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares, para o servidor ANTONIO ALVES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 501.927.609-04, ocupante do cargo de provimento efetivo de ZELADOR DE PATRIMÔNIO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 10 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso da Tomada de Preços Nº 0011/2013 Dom

Aviso de Licitação - Tomada de Preços nº 0011/2013 - PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

TOMADA DE PREÇOS Nº 0011/2013 - PMF

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução dos serviços Recapeamento em trecho das Avenidas "Rio das Antas"

e "Lebon Régis", nesta cidade de Fraiburgo, com área total de 11.571,32 m2 de pavimentação, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL). Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço global; Recursos: Convênio nº TR3816, celebrado com o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Videira - Processo nº SDR09 3129/2013 e de contrapartida - Recursos Próprios. Julgamento: Menor Preço Global; Protocolo dos Envelopes: Até às 09:00 horas do dia 17.01.2014. Abertura do Certame: No mesmo dia às 09:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo, na Av. Rio das Antas, 185. Informações pelo fone (49) 3256-3000-ramais 3023/3039. Email: compras@fraiburgo.sc.gov.br

Fraiburgo(SC), 20 de dezembro de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

Inexigibilidade Nº 267/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 267/2013

OBJETO: credenciamento de agência bancária para o recolhimento de tributos municipais, em documentos no padrão FEBRABAN, conforme Edital de Credenciamento nº 3/2013. CONTRATADO: 00.360.305/1073-32 (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL). Valor Total Julgado: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). BASE LEGAL: artigo 25 da Lei nº 8.666/93.

Gaspar(SC), 19 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Decreto Nº 5.714, de 18 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 5.714, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 3.484, de 24 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 6 EDUCAÇÃO INFANTIL

Funcional Programática: 00012.00365.00009 Gestão de Educação Infantil

Atividade: 2.200038 Manutenção da Educação Infantil

Dotação: 43 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 34.790,53

Unidade: 7 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Funcional Programática: 00012.00361.00010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental

Atividade: 2.200042 Manutenção da Educação Fundamental

Dotação: 94 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 65.158,26

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 6 EDUCAÇÃO INFANTIL

Funcional Programática: 00012.00365.00009 Gestão de Educação Infantil

Atividade: 2.200038 Manutenção da Educação Infantil

Dotação: 44 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 34.790,53

Unidade: 7 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Funcional Programática: 00012.00361.00010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental

Atividade: 2.200042 Manutenção da Educação Fundamental

Dotação: 93 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 65.158,26

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.715, de 19 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 5.715, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 84, da Lei Municipal nº 1.305 de 09 de outubro de 1991,

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a realização de 360 (trezentos e sessenta) horas de serviço extraordinário, dividido entre os servidores Helen Cristine Hoffmann, Maria Salete Zimmermann, Angelita Cesarina Wisbeck, Vera Lúcia Ramos Rosa e Maria Cristina dos Passos conforme escala, em virtude das ações de vigilância epidemiológica de interveniência imediata na saúde, pelo período de 20 de dezembro de 2013 a 13 de janeiro de 2014.

Parágrafo único. As horas extraordinárias serão realizadas sem prejuízo do repouso semanal remunerado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 5.716, de 19 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 5.716, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 3.484, de 24 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional Programática: 00008.00244.00029 Gestão na área de Desenvolvimento Social

Atividade: 2.200192 Proteção Social Básica

Dotação: 107 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 49.209,79

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional Programática: 00008.00244.00029 Gestão na área de Desenvolvimento Social

Atividade: 2.200192 Proteção Social Básica

Dotação: 107 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 49.209,79

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.716, de 19 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 5.716, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II e V, da Lei Municipal nº 3.484, de 24 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional Programática: 00008.00244.00029 Gestão na área de Desenvolvimento Social

Atividade: 2.200192 Proteção Social Básica

Dotação: 107 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas R\$ 49.209,79

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional Programática: 00008.00244.00029 Gestão na área de Desenvolvimento Social

Atividade: 2.200192 Proteção Social Básica

Dotação: 104 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 49.209,79

Art. 3º Fica suplementado, por excesso de arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 6 EDUCAÇÃO INFANTIL

Funcional Programática: 00012.00306.00009 Gestão de Educação Infantil

Atividade: 2.200040 Merenda Escolar

Dotação: 39 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.717, de 20 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 5.717, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

ALTERA DECRETO Nº 5.141, DE 15 DE AGOSTO DE 2012, QUE NOMEIA MEMBROS REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL PARA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS E CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE GASPAR - CMDIG.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam revogados os incisos I e V, do artigo primeiro, do Decreto nº 5.141, de 15 de agosto de 2013, que nomeou membros representantes da Secretaria de Desenvolvimento Social, para assessorar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Gaspar - CMDIG.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 20 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria Nº 3.230, de 02 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 3.230, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013.

NOMEIA SERVIDORES PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei 1.347/1992,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor abaixo relacionado, conforme classificação no Edital de Processo Seletivo nº 008/2011, da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
Juliana dos Santos	14/12/13	Merendeira/Servente

Art. 2º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação nos Editais de Processo Seletivo nº 14/2013 e 15/2013, da Secretaria Municipal Saúde, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
Cristina Gabrielli Moreno	03/12/13	Médico Clínico Geral
Eduardo Packer Weiss	16/12/13	Médico Geral Com. ESF

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 3.245, de 20 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 3.245, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

HOMOLOGA CONCLUSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são

conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:

Art. 1º Homologar a conclusão de estágio probatório dos servidores abaixo relacionados:

Nome	Cadastro	Cargo	Data da Posse	Término Estágio Probatório
APARECIDA LUIZA DE FRANÇA VIEIRA	7390	MERENDEIRA/SERVENTE	09/02/2009	14/09/2012
EDELMARA LUZIA PANATA	7855	BERÇARISTA	01/02/2010	30/12/2013
EDNA TURNES	8749	PROFESSORA	01/02/2011	27/01/2014
ANGELA CRISTINA LAUTH OECKSLER	8743	PROFESSORA	01/02/2011	30/01/2014
IVONE BARBIERI RONCAGLIO	8746	PROFESSORA	01/02/2011	12/01/2014
NADIA APARECIDA ANDERSON CALOMENO	8767	PROFESSORA	08/02/2011	05/02/2014
ROSELI FELISKY	8854	PROFESSORA	02/03/2011	26/02/2014
SIMARA NICOLETTI	7881	PROFESSORA	01/02/2010	01/02/2014
VIVIANE CORADINI MAES	8742	PROFESSORA	01/02/2011	26/01/2014
GIANA CARLA LAIKOVSKI TISKE POKREVESKI	8303	ASSISTENTE SOCIAL	01/03/2010	02/12/2013

Art. 2º Os servidores que obtiveram aprovação ficam por este ato declarados ESTÁVEIS NO SERVIÇO PÚBLICO, nos termos do artigo 41, § 4º, da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Dispensa de Licitação Nº 266/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Dispensa de Licitação Nº 266/2013

OBJETO: Locação de bem imóvel, situado no bairro Bela Vista, João José Schmitt, 132, destinado à concessão de aluguel social aos moradores do Loteamento Jardim Primavera. CONTRATADO: IONEIDI LUZIA RODRIGUES ANTUNES (019.106.029-14 (019.106.029-14). Valor Total Julgado: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). BASE LEGAL: Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 19 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Aditivo Nº 1 do Contrato Nº SAF-37/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-37/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 23/01/2014. VENCIMENTO: 22/07/2014. Tomada de preços nº.: 60/2013. OBJETO: prorrogação do contrato para drenagem pluvial e pavimentação em lajotas sextavadas de

concreto da Rua Arnoldo Koch. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: TERRA-PLENAGEM E TRANSPORTES ZABEL LTDA. (83.441.493/0001-22). Sem acréscimo de valor.

Gaspar/SC, 4 de dezembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Aditivo Nº 1 do Contrato Nº SAF-44/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-44/2012
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 09/12/2013. VENCTO.: 16/06/2014. Concorrência nº.: 62/2012. OBJETO: prorrogação do prazo de execução das obras de Infraestrutura do Contorno Viário de Gaspar/SC PONTE DO VALE E ACESSOS. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: CONSTRUTORA ATERPA M.MARTINS S/A (17.162.983/0001-65).

Gaspar/SC, 9 de dezembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Aditivo Nº 1 do Contrato Nº SAF-58/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO Nº SAF-58/2013
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 09/12/2013. VENCTO.: 22/05/2014. Tomada de preços nº.: 101/2013. OBJETO: prorrogação do prazo de execução da ampliação e reforma da E.E.B. Ervino Venturi. CONTRATADA: OBRAMASTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. (07.596.381/0001-62). Sem acréscimo de valor.

Gaspar/SC, 9 de dezembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Aditivo Nº 12 do Contrato Nº SAF-16/2011

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº 12 DO CONTRATO Nº SAF-16/2011
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2014. VENCTO.: 01/01/2015. Pregão nº.: 3/2011. OBJETO: prestação de serviços de limpeza, manutenção e conservação de vias, praças e jardins públicos; conforme ATA de Registro de Preços nº 8/2011. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: ECOSYSTEM SERVIÇOS URBANOS LTDA (03.682.232/0001-65). VALOR TOTAL: R\$ 1.095.240,00 (um milhão, noventa e cinco mil, duzentos e quarenta reais).

Gaspar/SC, 12 de dezembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Aditivo Nº 3 do Contrato Nº SAF-64/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº 3 DO CONTRATO Nº SAF-64/2012
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 22/12/2013. VENCTO.: 20/06/2014. Tomada de preços nº.: 119/2012. OBJETO: prorrogação do contrato para implantação de drenagem de águas pluviais no loteamento Jardim Esperança. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA (01.650.178/0001-40). VALOR TOTAL: Sem acréscimo de valor.

Gaspar/SC, 12 de dezembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Aditivo Nº 3 do Contrato Nº SAF-82/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº 3 DO CONTRATO Nº SAF-82/2012
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 02/12/2013. VENCTO.: 02/01/2014. Tomada de preços nº.: 155/2012. OBJETO: drenagem pluvial e pavimentação asfáltica da Rua Fernando Krauss. CONTRATADA: MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA - ME (10.788.391/0001-04). VALOR TOTAL: R\$ 5.781,45.

Gaspar/SC, 2 de dezembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Aditivo Nº 4 do Contrato Nº SAF-82/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº 4 DO CONTRATO Nº SAF-82/2012
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/01/2014. VENCTO.: 02/07/2014. Tomada de preços nº.: 155/2012. OBJETO: prorrogação de vigência do contrato para drenagem pluvial e pavimentação asfáltica da Rua Fernando Krauss. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA - ME (10.788.391/0001-04). Sem acréscimo de valor.

Gaspar/SC, 9 de Dezembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Aditivo Nº Segundo do Contrato Nº SAF-11/2012

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC
EXTRATO DO ADITIVO Nº SEGUNDO DO CONTRATO Nº SAF-11/2012
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2014. VENCTO.: 01/01/2015. Pregão nº.: 6/2012. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de telefonia móvel. CONTRATANTE: Município de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: VIVO S.A. (02.449.992/0003-26). VALOR TOTAL: R\$ 262.087,68 (duzentos e sessenta e dois mil, oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

Gaspar/SC, 12 de dezembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-124/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-124/2013
Início da vigência: 03/12/2013 Vencimento: 03/10/2014. Tomada de preços nº.: 204/2013. Objeto: ampliação e reforma do CDI Sônia Gioconda Beduschi Buzzi. Contratado: ILHOMINAS MÃO DE OBRA LTDA (03.087.273/0001-03). Valor total: R\$ 435.306,13.

Gaspar/SC, 3 de dezembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-125/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-125/2013

Início da vigência: 03/12/2013 Vencimento: 03/12/2014. Pregão nº.: 234/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de mobiliário e equipamentos para equipar a PEC (Praça dos Esportes e da Cultura) - Repetição. Contratado: SUPERAR LTDA. (13.482.516/0001-61). Valor total: R\$ 15.247,45 (quinze mil, duzentos e quarenta e sete reais e quarenta e cinco centavos).

Gaspar/SC, 3 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-126/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-126/2013

Início da vigência: 01/01/2014 Vencimento: 01/07/2014. Dispensa nº.: 250/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural, para o atendimento à alimentação escolar das Unidades de Ensino do Município de Gaspar. Contratado: COOPERATIVA DE PRODUCAO AGROPECUARIA DE JARAGUA DO SUL - COPAJAS (06.171.996/0001-84). Valor total: R\$ 124.657,11 (cento e vinte e quatro mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e onze centavos).

Gaspar/SC, 4 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-127/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-127/2013

Início da vigência: 06/12/2013 Vencimento: 06/12/2014. Dispensa nº.: 253/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: locação de imóvel situado no bairro Bela Vista, na Rua Tubarão, nº 22, para a concessão de aluguel social aos moradores do Jardim Primavera. Contratado: SIDNEY MIRANDA (379.235.449-72). Valor total: R\$ 7.200,00 (sete mil, duzentos reais).

Gaspar/SC, 6 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-128/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-128/2013

Início da vigência: 01/01/2014 Vencimento: 01/01/2015. Dispensa nº.: 251/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Locação de bem imóvel, situado na Rua Cel. Aristiliano Ramos, 579, bairro Centro, Gaspar/SC, objetivando a disponibilização de três vagas de estacionamento para ônibus escolares do Município de Gaspar. Contratado: ROSE MARY DA SILVEIRA ME (10.643.748/0001-66). Valor total: R\$ 10.381,92 (dez mil, trezentos e oitenta e um reais e noventa e dois centavos).

Gaspar/SC, 6 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-129/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-129/2013

Início da vigência: 06/12/2013 Vencimento: 04/06/2014. Pregão nº.: 240/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de materiais escolares para doação. Contratado: BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA (12.667.876/0001-75). Valor total: R\$ 91.590,00 (noventa e um mil, quinhentos e noventa reais).

Gaspar/SC, 6 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-130/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-130/2013

Início da vigência: 09/12/2013 Vencimento: 07/06/2014. Pregão nº.: 239/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Aquisição de veículos novos (micro-ônibus, automóvel e motocicleta). Contratado: NIX COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA (09.467.816/0001-02). Valor total: R\$ 38.750,00 (trinta e oito mil, setecentos e cinquenta reais).

Gaspar/SC, 9 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-131/2013

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-131/2013

Início da vigência: 01/01/2014 Vencimento: 11/01/2016. Pregão nº.: 195/2013. Contratante: MUNICÍPIO DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de equipamentos fotocopiadores impressores (com manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e componentes necessários à manutenção, fornecimento de material de consumo para utilização, exceto papel e grampo, e treinamento dos operadores do equipamento). Contratado: A4 DIGITAL PRINT LTDA - EPP (09.285.968/0001-86). Valor total: R\$ 160.176,00 (cento e sessenta mil, cento e setenta e seis reais).

Gaspar/SC, 12 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-132/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-132/2013

Início da vigência: 01/01/2014 Vencimento: 31/01/2014. Inexigibilidade nº.: 255/2013. Contratante: MUNICÍPIO DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: serviços de disponibilização de informações de interesse público, gerenciamento, divulgação e publicação de atos oficiais e acesso a pesquisa a banco de dados. Contratado: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA (03.725.725/0001-35). Valor total: R\$ 8.937,12 (oito mil, novecentos e trinta e sete reais e doze centavos).

Gaspar/SC, 12 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-133/2013

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-133/2013

Início da vigência: 02/01/2014 Vencimento: 31/12/2014. Tomada de preços nº.: 242/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: prestação de serviços de atendimentos médicos e saúde ocupacional (PCMSO - NR-7), emissão dos ASOs - atestados médicos ocupacionais e execução do programa de prevenção de riscos ambientes (PPRA - NR-9), emissão de laudo técnico das condições ambientais do trabalho (LTCAT NR-15 e NR-16) e emissão do PPP - perfil profissiográfico previdenciário para os servidores municipais no exercício de 2014. Contratado: SERVIMED CLÍNICA DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA (79.511.812/0001-51). Valor total: R\$ 53.900,00 (cinquenta e três mil, novecentos reais).

Gaspar/SC, 12 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-134/2013

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-134/2013

Início da vigência: 01/01/2014 Vencimento: 01/01/2015. Dispensa nº.: 261/2013. Contratante: MUNICÍPIO DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Locação de bem imóvel destinado às instalações da CDI Natália Andrade dos Santos. Contratado: JUVÊNCIO RAISER (181.612.609-82). Valor total: R\$ 17.582,52 (dezessete mil, quinhentos e oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos).

Gaspar/SC, 13 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-135/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-135/2013

Início da vigência: 01/01/2014 Vencimento: 31/12/2014. Dispensa nº.: 259/2013. Contratante: MUNICÍPIO DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária - PGT, aprovado pelo CIGA. Contratado: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (09.427.503/0001-12). Valor total: R\$ 18.040,00 (dezoito mil, quarenta reais).

Gaspar/SC, 13 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-136/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-136/2013

Início da vigência: 01/01/2014 Vencimento: 31/12/2014. Dispensa nº.: 258/2013. Contratante: MUNICÍPIO DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Gaspar no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), conforme Contrato de Programa do CIGA nº 01/2009. Contratado: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (09.427.503/0001-12). Valor total: R\$ 12.900,00 (doze mil, novecentos reais).

Gaspar/SC, 13 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-137/2013

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-137/2013

Início da vigência: 01/01/2014. Vencido: 31/12/2014. Pregão nº.: 247/2013. Contratante: MUNICÍPIO DE GASPAR. Objeto: Contratação de seguro para a frota municipal. Contratado: PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS (61.198.164/0001-60). Valor total: R\$ 21.500,00 (vinte e um mil, e quinhentos reais).

Gaspar/SC, 13 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-138/2013

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-138/2013

Início da vigência: 01/01/2014 Vencimento: 01/01/2015. Dispensa nº.: 260/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Locação de bem imóvel destinado às instalações do SEFOPPE. Contratado: JOSÉ BERNARDO WIESER (008.278.869-34). Valor total: R\$ 19.803,00 (dezenove mil, oitocentos e três reais).

Gaspar/SC, 13 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-139/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-139/2013

Início da vigência: 01/01/2014 Vencimento: 01/07/2014. Dispensa nº.: 263/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: suporte e locação dos direitos de licença de uso de softwares da Administração Pública Municipal. Contratado: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA. (95.836.771/0001-20). Valor total: R\$ 81.318,85 (oitenta e um mil, trezentos e dezoito reais, e oitenta e cinco centavos).

Gaspar/SC, 18 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-140/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-140/2013

Início da vigência: 01/01/2014 Vencimento: 01/07/2014. Dispensa nº.: 264/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: suporte e locação dos direitos de licença de uso de softwares da Administração Pública Municipal. Contratado: GOVERNANÇABRASIL S/A TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS (00.165.960/0001-01). Valor total: R\$ 32.103,04 (trinta e dois mil, cento e três reais e quatro centavos).

Gaspar/SC, 18 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-141/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-141/2013

Início da vigência: 20/12/2013 Vencimento: 20/12/2014. Dispensa nº 266/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Locação de bem imóvel, situado no bairro Bela Vista, João José Schmitt, 132, destinado à concessão de aluguel social aos moradores do Loteamento Jardim Primavera. Contratado: IONEIDI LUZIA RODRIGUES ANTUNES (019.106.029-14). Valor total: R\$ 7.200,00 (sete mil, duzentos reais).

Gaspar/SC, 19 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-142/2013

MUNICÍPIO DE DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-142/2013

Início da vigência: 01/01/2014 Vencimento: 31/12/2014. Inexigibilidade nº.: 267/2013. Contratante: MUNICÍPIO DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: credenciamento de agência bancária para o recolhimento de tributos municipais, em documentos no padrão FEBRABAN, conforme Edital de Credenciamento nº 3/2013. Contratado: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (00.360.305/1073-32). Valor total: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Gaspar/SC, 19 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-142/2013

MUNICÍPIO DE DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-142/2013

Início da vigência: 01/01/2014 Vencimento: 31/12/2014. Inexigibilidade nº.: 267/2013. Contratante: MUNICÍPIO DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: credenciamento de agência bancária para o recolhimento de tributos municipais, em documentos no padrão FEBRABAN, conforme Edital de Credenciamento nº 3/2013. Contratado: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (00.360.305/1073-32). Valor total: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Gaspar/SC, 19 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Contrato Nº SAF-143/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº SAF-143/2013

Início da vigência: 01/01/2014 Vencimento: 31/12/2014. Inexigibilidade nº.: 268/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: credenciamento de agência bancária para o recolhimento de tributos municipais, em documentos no padrão FEBRABAN, conforme Edital de Credenciamento nº 3/2013. Contratado: BANCO BRADESCO S/A (60.746.948/0349-55). Valor total: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Gaspar/SC, 19 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Oitavo Aditivo do Contrato Nº FMAS-2/2011

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO OITAVO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMAS-2/2011 Vigência: 01/01/2014. Vencto.: 01/01/2015. Inexigibilidade: 2/2011. Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios em atendimento ao Serviço de Atenção à Família em Situação de Risco Social através do "Auxílio Cidadão". Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). Contratado: SUPERMERCADO STANKE LTDA (00.186.057/0001-27).

Gaspar(SC), 19/12/2013.

MARISTELA CIZESKI

Secretária Municipal

Extrato do Oitavo Aditivo do Contrato Nº SAF-96/2009

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO OITAVO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-96/2009 INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2014. VENCTO.: 01/07/2014. Pregão nº.: 70/2009. OBJETO: prestação de serviços de monitoramento eletrônico para segurança predial. CONTRATANTE: Município de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (83.719.963/0001-77). VALOR TOTAL: R\$ 6.337,20 (seis mil, trezentos e trinta e sete reais e vinte centavos).

Gaspar/SC, 11 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Primeiro Aditivo do Contrato Nº FMS-2/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS-2/2013 Vigência: 01/01/2014. Vencto.: 01/01/2015. Dispensa nº.: 1/2013. Órgão contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Objeto: contratação de empresa para a prestação de serviços de administração de estágio para estudantes de nível médio e nível superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais. Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. (04.310.564/0001-81). Valor: R\$ 5.068,80 (cinco mil, sessenta e oito reais e oitenta centavos).

Gaspar/SC, 10 de dezembro de 2013.

MÁRCIA ADRIANA CANSIAN

Secretária Municipal

Extrato do Primeiro Aditivo ao Contrato FME-1/2013

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO FME-1/2013

Vigência: 01/01/2015. Vencto.: 01/01/2015. Dispensa nº.: 1/2013. Órgão contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. Objeto: contratação de empresa para a prestação de serviços de administração de estágio para estudantes de nível médio e nível superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais. Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (04.310.564/0001-81). Valor total: R\$ 1.900,80 (um mil, novecentos reais e oitenta centavos).

Gaspar/SC, 10 de Dezembro de 2013.

RENATO CESAR ZIMMERMANN

Diretor-Presidente da FME

Extrato do Primeiro Aditivo do Contrato Nº FMAS-1/2013

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMAS-1/2013
Vigência: 01/01/2014. Vencto.: 01/01/2015. Dispensa: 1/2013.
Objeto: contratação de empresa para a prestação de serviços de administração de estágio para estudantes de nível médio e nível superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). Contratado: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE (04.310.564/0001-81).

Gaspar(SC), 10/12/2013.
MARISTELA CIZESKI
Secretária Municipal

Extrato do Primeiro Aditivo do Contrato Nº FMAS-10/2012

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMAS-10/2012
Vigência: 01/01/2014. Vencto.: 01/01/2015. Dispensa: 9/2012.
Objeto: locação de bem imóvel com 150 m² de área privativa e comum, localizado na Rua Rodolfo Vieira Pamplona, esquina com Alessandro Amorim da Silva, nº 566, no bairro Santa Terezinha, Gaspar/SC destinado às instalações de um CRAS. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). Contratado: LAUDELINO PEREIRA DOS SANTOS (098.782.469-49).

Gaspar(SC), 18/12/2013.
MARISTELA CIZESKI
Secretária Municipal

Extrato do Primeiro Aditivo do Contrato Nº FMAS-12/2012

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMAS-12/2012
Vigência: 01/01/2014. Vencto.: 01/01/2015. Dispensa: 13/2012.
Objeto: locação de bem imóvel tipo sala comercial com 279,79m² de área e 1 (uma) vaga de garagem localizado na Avenida das Comunidades, nº 133, Centro, Gaspar/SC destinado às instalações da Secretaria Municipal de Assistência Social. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). Contratado: GASPAR ADMINISTRADORA DE BENS LTDA (06.024.900/0001-55).

Gaspar(SC), 18/12/2013.
MARISTELA CIZESKI
Secretária Municipal

Extrato do Primeiro Aditivo do Contrato Nº SAF-1/2013

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-1/2013
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2014. VENCTO.: 01/01/2015. Dispensa nº.: 1/2013. OBJETO: contratação de empresa para a prestação de serviços de administração de estágio para estudantes de nível médio e nível superior, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais. CONTRATANTE: Município de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE (04.310.564/0001-81).

VALOR TOTAL: R\$ 42.768,00 (quarenta e dois mil, setecentos e sessenta e oito reais).

Gaspar/SC, 10 de Dezembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Primeiro Aditivo do Contrato Nº SAF-11/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-11/2013
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2014. VENCTO.: 01/01/2015. Dispensa nº.: 26/2013. OBJETO: locação e cessão de direito de uso mensal, atualização, manutenção e suporte do sistema denominado "Legislador Executivo". CONTRATANTE: Município de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA (00.685.840/0001-35). VALOR TOTAL: R\$ 4.024,40 (quatro mil, vinte e quatro reais e quarenta centavos).

Gaspar/SC, 11 de Dezembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Primeiro Aditivo do Contrato Nº SAF-4/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-4/2013
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2014. VENCTO.: 01/01/2015. Dispensa nº.: 3/2013. OBJETO: Serviços de acompanhamento, busca, leitura e divulgação de notas de expediente publicadas nos diários eletrônicos disponíveis da Justiça do Trabalho (TRT12), Justiça Estadual, Justiça Federal e Tribunais Superiores (TRF, STJ, TST, STF), onde o Município de Gaspar, Prefeitura Municipal de Gaspar, Prefeito de Gaspar, Ato do Prefeito Municipal de Gaspar, Vice Prefeito de Gaspar e SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar estejam citados. CONTRATANTE: Município de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: SIJ SERVIÇO DE INFORMAÇÕES JUDICIÁRIAS LTDA (87.956.561/0001-47). VALOR TOTAL: R\$ 1.176,00 (um mil, cento e setenta e seis reais).

Gaspar/SC, 11 de Dezembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Primeiro Aditivo do Contrato Nº SAF-8/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-8/2013
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2014. VENCTO.: 01/07/2014. Pregão nº.: 12/2013. OBJETO: Contratação de serviços para transporte escolar intermunicipal. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: GS FRETAMENTOS LTDA (03.620.277/0001-05). VALOR TOTAL: R\$ 31.500,00 (trinta e um mil, quinhentos reais).

Gaspar/SC, 10 de Dezembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Primeiro Termo Aditivo do Contrato Nº FMS-1/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS-1/2013

Vigência: 01/01/2014. Vencto.: 01/01/2015. Dispensa nº.: 15/2012. Órgão contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Objeto: Locação de imóvel destinado as instalações do CAPSI - Centro de Atendimento Psico-Social Infantil.. Contratado: ANTÔNIO CARLOS SCHNEIDER. (679.513.259-53). Valor: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Gaspar/SC, 18 de Dezembro de 2013.
MÁRCIA ADRIANA CANSIAN
Gestora do FMS

Extrato do Quarto Aditivo do Contrato Nº FME-1/2010

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE GASPAR/SC
EXTRATO DO QUARTO ADITIVO DO CONTRATO Nº FME-1/2010
Vigência: 01/07/2014. Vencto.: 01/07/2014. Órgão contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. Objeto: Locação de equipamentos e serviços de manutenção e monitoramento de alarmes para a Fundação Municipal de Esportes.. Contratado: ORSEGUPS ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRINCESA DA SERA LTDA (83.424.762/0001-42). Valor total: R\$ 1.802,04 (um mil, oitocentos e dois reais e quatro centavos).

Gaspar/SC, 18 de dezembro de 2013.
RENATO CESAR ZIMMERMANN
Diretor-Presidente da FME

Extrato do Quarto Aditivo do Contrato Nº FME-1/2011

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE GASPAR/SC
EXTRATO DO QUARTO ADITIVO DO CONTRATO Nº FME-1/2011
Vigência: 01/01/2015. Vencto.: 01/01/2015. Pregão nº.: 30/2011. Órgão contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. Objeto: serviços de vigilância patrimonial com monitoramento eletrônico de imagens para segurança predial. Contratado: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILÂNCIA LTDA (83.719.963/0001-77). Valor total: R\$ 139.725,24 (cento e trinta e nove mil, setecentos e vinte e cinco reais e vinte e quatro centavos).

Gaspar/SC, 17 de dezembro de 2013.
RENATO CESAR ZIMMERMANN
Diretor-Presidente da FME

Extrato do Quarto Aditivo do Contrato Nº SAF-28/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO QUARTO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-28/2011
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2014. VENCTO.: 01/01/2015. Pregão nº.: 30/2011. OBJETO: serviços de vigilância patrimonial com monitoramento eletrônico de imagens para segurança predial. CONTRATANTE: Município de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILÂNCIA LTDA (83.719.963/0001-77). VALOR TOTAL: R\$ 418.290,48 (quatrocentos e dezoito mil, duzentos e noventa reais e quarenta e oito centavos).

Gaspar/SC, 11 de Dezembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Quarto Aditivo do Contrato Nº SAF-4/2012

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC
EXTRATO DO QUARTO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-4/2012
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2014. VENCTO.: 01/07/2014. Pregão nº.: 169/2011. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância patrimonial do Terminal Urbano Vereador Norberto Willy Schossland. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: LINC SEGU-RANÇA PATRIMONIAL LTDA - ME (10.364.152/0001-27). VALOR TOTAL: R\$ 87.248,82 (oitenta e sete mil, duzentos e quarenta e oito reais e oitenta e dois centavos).

Gaspar/SC, 10 de dezembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Quarto do Contrato Nº SAF-10/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC
EXTRATO DO QUARTO DO CONTRATO Nº SAF-10/2010
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2014. VENCTO.: 01/01/2015. Inexigibilidade nº.: 20/2010. OBJETO: serviços técnicos especializados e suporte em hardware e software para solução de telefonia do Paço Municipal. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: DIGITRO TECNOLOGIA LTDA (83.472.803/0001-76). VALOR TOTAL: R\$ 10.240,56 (dez mil, duzentos e quarenta reais e cinquenta e seis centavos).

Gaspar/SC, 11 de Dezembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Quarto Termo Aditivo do Contrato Nº FMS-03/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS-03/2010
Vigência: 01/01/2014. Vencto.: 01/01/2015. Tomada de preços nº.: 035/2009. Órgão contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Objeto: contratação de empresa para os serviços de coleta, transporte, pesagem, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (RSS) gerados pelas Unidades de Saúde do Município de Gaspar. Contratado: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA. (95.886.735/0005-02). Valor: R\$ 43.512,00 (quarenta e três mil, quinhentos e doze reais).

Gaspar/SC, 18 de Dezembro de 2013.
MÁRCIA ADRIANA CANSIAN
Gestora do FMS

Extrato do Quarto Termo Aditivo do Contrato Nº FMS-9/2010

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS-9/2010
Vigência: 01/01/2014. Vencto.: 01/01/2015. Dispensa nº.: 9/2010. Órgão contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Objeto: locação de imóvel destinado as instalações do CAPS - Centro de Atendimento Psico-Social.. Contratado: CELINE GAERTNER / NELIO GAERTNER. (679.506.639-87). Valor: R\$ 39.853,20 (trinta e nove mil, oitocentos e cinquenta e três reais e vinte centavos).

Gaspar/SC, 18 de Dezembro de 2013.
MÁRCIA ADRIANA CANSIAN
Gestora do FMS

Extrato do Quarto Termo Aditivo do Contrato Nº FMS-9/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS-9/2011

Vigência: 01/01/2014. Vencto.: 01/01/2015. Inexigibilidade nº.: 22/2010. Órgão contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Objeto: Credenciamento de entidades privadas ou filantrópicas prestadoras de serviços de atendimento ambulatorial em citopatologia. Contratado: REDE FEMININA DE COMBATE AO CANCER DE GASPAR. (79.374.997/0001-08). Valor: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Gaspar/SC, 18 de Dezembro de 2013.

MÁRCIA ADRIANA CANSIAN

Gestora do FMS

Extrato do Quinto Aditivo do Contrato Nº FMS-007/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

EXTRATO DO QUINTO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS-007/2009

Vigência: 01/01/2014. Vencto.: 01/07/2014. Dispensa nº.: 014/2009. Órgão contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Objeto: locação de imóvel (terreno urbano) para estacionamento de veículos oficiais da Secretaria Municipal de Saúde e seus respectivos usuários.. Contratado: JOHN EDNEY DOS SANTOS. (895.327.839-20). Valor: R\$ 7.095,12 (sete mil, noventa e cinco reais e doze centavos).

Gaspar/SC, 18 de Dezembro de 2013.

MÁRCIA ADRIANA CANSIAN

Gestora do FMS

Extrato do Quinto Aditivo do Contrato Nº SAF-42/2011

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO QUINTO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-42/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2014. VENCTO.: 01/01/2015. Pregão nº.: 54/2011. OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza para a sede da 3ª Companhia de Polícia Militar de Gaspar. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: PROSERV ASSESSORIA E CONSULTORIA DE PESSOAL LTDA. (79.488.482/0001-20). VALOR TOTAL: R\$ 24.675,84 (vinte e quatro mil, seiscentos e setenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos).

Gaspar/SC, 11 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Quinto Aditivo do Contrato Nº SAF-47/2012

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO QUINTO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-47/2012

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2014. VENCTO.: 01/01/2015. Inexigibilidade nº.: 102/2012. OBJETO: prestação de serviços para atualização de Software de Administração de Pessoal e implantação do módulo de Controle de Ponto utilizados no Departamento de Pessoal. CONTRATANTE: Município de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: SENIOR SISTEMAS SA (80.680.093/0001-81). VALOR TOTAL: R\$ 43.658,32 (quarenta e três mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e trinta e dois centavos).

Gaspar/SC, 16 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Quinto Aditivo do Contrato Nº SAF-75/2009

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO QUINTO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-75/2009

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2014. VENCTO.: 01/07/2014. Pregão nº.: 111/2009. OBJETO: serviços de transporte escolar para alunos do Ensino Fundamental. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: ACD TRANSPORTES LTDA ME (05.036.700/0001-50). VALOR TOTAL: R\$ 31.363,20 (trinta e um mil, trezentos e sessenta e três reais e vinte centavos).

Gaspar/SC, 10 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Quinto Aditivo do Contrato Nº SAF-76/2009

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO QUINTO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-76/2009

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2014. VENCTO.: 01/07/2014. Pregão nº.: 111/2009. OBJETO: serviços de transporte escolar para alunos do Ensino Fundamental. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: ALVAIR MARCOS LANZARINI (669.959.819-87). VALOR TOTAL: R\$ 15.749,94 (quinze mil, setecentos e quarenta e nove reais e noventa e quatro centavos).

Gaspar/SC, 10 de dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Quinto Aditivo do Contrato Nº Sds-33/2009

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO QUINTO ADITIVO DO CONTRATO Nº SDS-33/2009

Vigência: 01/01/2014. Vencto.: 01/07/2014. Pregão: 70/2009. Objeto: prestação de serviços de monitoramento eletrônico para segurança predial.. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). Contratado: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA (83.719.963/0001-77). Valor total: R\$ 1.476,30 (um mil, quatrocentos e setenta e seis reais e trinta centavos).

Gaspar(SC), 16/12/2013.

MARISTELA CIZESKI

Gestor do FMAS

Extrato do Quinto Aditivo do Contrato Nº Sds-34/2009

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO QUINTO ADITIVO DO CONTRATO Nº SDS-34/2009

Vigência: 01/01/2014. Vencto.: 01/07/2014. Pregão: 70/2009. Objeto: prestação de serviços de monitoramento eletrônico para segurança predial.. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). Contratado: FÉLIX PORTEIROS E MONITORAMENTO DE ALARMES LTDA ME (07.758.145/0001-03).

Gaspar(SC), 18/12/2013.

MARISTELA CIZESKI

Secretária Municipal

Extrato do Quinto Termo Aditivo do Contrato Nº FMS-002/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS-002/2009

Vigência: 01/01/2014. Vencto.: 01/07/2014. Dispensa nº.: 008/2009. Órgão contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Objeto: locação de imóvel para instalação de Programa da Secretaria de Saúde - Saúde da Mulher.. Contratado: ALDO ZIMMERMANN. (606.936.309-49). Valor: R\$ 29.220,24 (vinte e nove mil, duzentos e vinte reais e vinte e quatro centavos).

Gaspar/SC, 18 de Dezembro de 2013.

MÁRCIA ADRIANA CANSIAN

Gestora do FMS

Extrato do Quinto Termo Aditivo do Contrato Nº FMS-004/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS-004/2009

Vigência: 01/01/2014. Vencto.: 01/07/2015. Dispensa nº.: 010/2009. Órgão contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Objeto: locação de imóvel para instalação do Posto de Saúde da Família Poço Grande.. Contratado: CÉSAR JOSE SPENGLER. (312.142.589-72). Valor: R\$ 15.179,34 (quinze mil, cento e setenta e nove reais e trinta e quatro centavos).

Gaspar/SC, 18 de Dezembro de 2013.

MÁRCIA ADRIANA CANSIAN

Gestora do FMS

Extrato do Segundo Aditivo do Contrato Nº FMS-2-2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS-2-2012

Vigência: 05/12/2013. Vencto.: 31/12/2013. Concorrência nº.: 58/2011. Órgão contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Objeto: contratação de serviços de Agência Publicitária, compreendendo o planejamento, a criação, a distribuição, a veiculação e o controle de campanhas publicitárias e demais serviços descritos no § 1º do art. 2º. da Lei 12.232/10, objetivando promover a divulgação da Prefeitura Municipal de Gaspar na atividade Institucional. Contratado: SINGULAR COMUNICAÇÃO LTDA. (06.977.356/0001-66). Valor: R\$ 12.399,64 (doze mil, trezentos e noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos).

Gaspar/SC, 5 de Dezembro de 2013.

MÁRCIA ADRIANA CANSIAN

Gestora do FMS

Extrato do Segundo Aditivo do Contrato Nº SAF-48/2012

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-48/2012

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2014. VENCTO.: 30/06/2014. Tomada de preços nº.: 45/2012. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de cessão de licença e direito de uso de sistema de Nota Fiscal de Serviço Eletrônica, com instalação, integração e treinamento de pessoal para utilização do sistema, conforme especificações descritas no Anexo I - Termo de Referência.. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: GOVERNANÇABRASIL TECNOLOGIA E GESTÃO EM SERVIÇOS LTDA (00.165.960/0001-01). VALOR TOTAL: R\$ 59.350,38 (cinquenta e nove mil, trezentos e cinquenta reais e

trinta e oito centavos).

Gaspar/SC, 13 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Segundo Aditivo do Contrato Nº 2/2012

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº 2/2012

Vigência: 01/01/2014. Vencto.: 01/01/2015. Dispensa: 2/2012. Objeto: locação de bem imóvel tipo sala comercial com 248,52m² e 2 vagas de garagem coberta situadas no Edifício Alfredo Crescêncio Schneider, 1º andar, na Avenida das Comunidades, nº 133, Centro, Gaspar/SC, destinado às instalações do Conselho Tutelar e do SINE. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). Contratado: GASPAR ADMINISTRADORA DE BENS LTDA (06.024.900/0001-55).

Gaspar(SC), 18/12/2013.

MARISTELA CIZESKI

Secretária Municipal

Extrato do Segundo Aditivo do Contrato Nº FMAS-2-2012

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMAS-2-2012

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2014. VENCTO.: 01/01/2015. Concorrência nº.: 58/2011. OBJETO: contratação de serviços de Agência Publicitária, compreendendo o planejamento, a criação, a distribuição, a veiculação e o controle de campanhas publicitárias e demais serviços descritos no § 1º do art. 2º. da Lei 12.232/10, objetivando promover a divulgação da Prefeitura Municipal de Gaspar na atividade Institucional. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Assistência Social de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: SINGULAR COMUNICAÇÃO LTDA (06.977.356/0001-66). VALOR TOTAL: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Gaspar/SC, 13 de dezembro de 2013.

MARISTELA CIZESKI

Secretária Municipal

Extrato do Segundo Aditivo do Contrato Nº FMAS-4/2012

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMAS-4/2012

Vigência: 01/01/2014. Vencto.: 01/01/2015. Inexigibilidade: 04/2012. Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios em atendimento ao Serviço de Atenção à Família em Situação de Risco Social através do "Auxílio Cidadão".. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). Contratado: MERCADO E AÇOUQUE TUDO DE BOM LTDA ME (06.220.464/0001-90).

Gaspar(SC), 18/12/2013.

MARISTELA CIZESKI

Secretária Municipal

Extrato do Segundo Aditivo do Contrato Nº SAF-19/2012

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-19/2012

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2014. VENCTO.: 01/07/2014. Convite nº.: 5/2012. OBJETO: concessão de licença de uso de software

de gestão educacional bem como implantação, migração de dados, conversão, treinamento, testes e serviços de manutenção, atendimento e suporte técnico. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: EDUSOFT TECNOLOGIA LTDA (05.462.204/0001-68). VALOR TOTAL: R\$ 10.814,42 (dez mil, oitocentos e quatorze reais e quarenta e dois centavos).

Gaspar/SC, 10 de Dezembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Segundo Aditivo do Contrato Nº SAF-25/2011

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-25/2011
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2014. VENCTO.: 01/01/2015. Dispensa nº.: 55/2011. OBJETO: locação de imóvel tipo galpão térreo de madeira de 420m² num terreno plano com área de 1036m² localizado na Rua Bonifácio Haendchen, s/nº Bairro Belchior, Gaspar/SC para fins de implantação da Superintendência do Belchior. CONTRATANTE: Município de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: DANIEL PAMPLONA (068.798.029-15). VALOR TOTAL: R\$ 16.171,68 (dezesesseis mil, cento e setenta e um reais e sessenta e oito centavos).

Gaspar/SC, 11 de dezembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Segundo Aditivo do Contrato Nº SAF-25/2012

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-25/2012
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2014. VENCTO.: 01/01/2015. Dispensa nº.: 31/2012. OBJETO: instalação, manutenção, treinamento e licença de uso de software para as bibliotecas da rede municipal. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC (76.659.820/0001-51). VALOR TOTAL: R\$ 3.600,00 (três mil, seiscentos reais).

Gaspar/SC, 10 de Dezembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Sexto Aditivo do Contrato Nº FMS-005/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEXTO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS-005/2009
Vigência: 01/01/2014. Vencto.: 01/07/2014. Dispensa nº.: 011/2009. Órgão contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Objeto: locação de imóvel para instalação da Farmácia Básica Municipal.. Contratado: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GASPAR. (84.046.085/0001-39). Valor: R\$ 8.455,08 (oito mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e oito centavos).

Gaspar/SC, 18 de Dezembro de 2013.
MÁRCIA ADRIANA CANSIAN
Gestora do FMS

Extrato do Sexto Aditivo do Contrato Nº FMS-24/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEXTO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS-24/2009
Vigência: 01/01/2014. Vencto.: 01/07/2014. Pregão nº.: 70/2009. Órgão contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Objeto: prestação de serviços de monitoramento eletrônico para segurança predial. Contratado: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA. (83.719.963/0001-77). Valor: R\$ 10.579,22 (dez mil, quinhentos e setenta e nove reais e vinte e dois centavos).

Gaspar/SC, 16 de Dezembro de 2013.
MÁRCIA ADRIANA CANSIAN
Gestora do FMS

Extrato do Terceiro Aditivo do Contrato Nº FMS-2-2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS-2-2012
Vigência: 01/01/2014. Vencto.: 01/01/2015. Concorrência nº.: 58/2011. Órgão contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Objeto: contratação de serviços de Agência Publicitária, compreendendo o planejamento, a criação, a distribuição, a veiculação e o controle de campanhas publicitárias e demais serviços descritos no § 1º do art. 2º. da Lei 12.232/10, objetivando promover a divulgação da Prefeitura Municipal de Gaspar na atividade Institucional. Contratado: SINGULAR COMUNICAÇÃO LTDA. (06.977.356/0001-66). Valor: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Gaspar/SC, 18 de dezembro de 2013.
MÁRCIA ADRIANA CANSIAN
Gestora do FMS

Extrato do Terceiro Aditivo do Contrato Nº 3/2011

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº 3/2011
Vigência: 01/01/2014. Vencto.: 01/01/2015. Inexigibilidade: 2/2011. Objeto: fornecimento de gêneros alimentícios em atendimento ao Serviço de Atenção à Família em Situação de Risco Social através do "Auxílio Cidadão". Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (83.102.244/0001-02). Contratado: MERCADO REISSANSÃO LTDA EPP (02.403.865/0001-24).

Gaspar(SC), 18/12/2013.
MARISTELA CIZESKI
Secretária Municipal

Extrato do Terceiro Aditivo do Contrato Nº SAF-9/2012

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-9/2012
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2014. VENCTO.: 01/01/2015. Concorrência nº.: 58/2011. OBJETO: contratação de serviços de Agência Publicitária, compreendendo o planejamento, a criação, a distribuição, a veiculação e o controle de campanhas publicitárias e demais serviços descritos no § 1º do art. 2º. da Lei 12.232/10, objetivando promover a divulgação da Prefeitura Municipal de Gaspar na atividade Institucional . CONTRATANTE: Município de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: SINGULAR COMUNICAÇÃO LTDA (06.977.356/0001-66). VALOR TOTAL: R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Gaspar/SC, 13 de dezembro de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Terceiro Termo Aditivo do Contrato Nº FMS-2/2012

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS-2/2012

Vigência: 01/01/2014. Vencto.: 01/01/2015. Dispensa nº.: 1/2012. Órgão contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Objeto: locação de imóvel para instalação da Unidade de Saúde do Gasparinho Quadro.. Contratado: VITÓRIO FRANCISCO DAGNONI. (066.273.669-91). Valor: R\$ 10.212,84 (dez mil, duzentos e doze reais e oitenta e quatro centavos).

Gaspar/SC, 18 de Dezembro de 2013.

MÁRCIA ADRIANA CANSIAN

Gestora do FMS

Extrato do Terceiro Termo Aditivo do Contrato Nº FMS-4/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS-4/2011

Vigência: 01/01/2014. Vencto.: 01/01/2015. Inexigibilidade nº.: 20/2010. Órgão contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Objeto: Credenciamento de entidades privadas ou filantrópicas prestadoras de serviços de fisioterapia. Contratado: FISISPORT CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA.. (02.432.005/0001-19). Valor: R\$ 33.333,33 (trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

Gaspar/SC, 18 de Dezembro de 2013.

MÁRCIA ADRIANA CANSIAN

Gestora do FMS

Extrato do Terceiro Termo Aditivo do Contrato Nº FMS-6/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS-6/2011

Vigência: 01/01/2014. Vencto.: 01/01/2015. Inexigibilidade nº.: 20/2010. Órgão contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Objeto: Credenciamento de entidades privadas ou filantrópicas prestadoras de serviços de fisioterapia. Contratado: FERRAZ & SCHUSTER SERVIÇOS FISIOTERAPICOS LTDA. (02.109.041/0001-46). Valor: R\$ 33.333,33 (trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

Gaspar/SC, 18 de Dezembro de 2013.

MÁRCIA ADRIANA CANSIAN

Gestora do FMS

Extrato do Terceiro Termo Aditivo do Contrato Nº SAF-48/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-48/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2014. VENCTO.: 01/01/2015. Dispensa nº.: 87/2011. OBJETO: prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA (83.052.191/0038-54). VALOR TOTAL: R\$ 27.948,36 (vinte e sete mil, novecentos e quarenta e oito reais e trinta e seis centavos).

Gaspar/SC, 10 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Terceiro Termo Aditivo do Contrato Nº SAF-5/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº SAF-5/2011

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 01/01/2014. VENCTO.: 01/07/2014. Pregão nº.: 126/2010. OBJETO: serviços de transporte escolar para alunos do Ensino Fundamental. CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: GS FRETAMENTOS LTDA (03.620.277/0001-05). VALOR TOTAL: R\$ 37.176,00 (trinta e sete mil, cento e setenta e seis reais).

Gaspar/SC, 10 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Extrato do Terceiro Termo Aditivo do Contrato Nº FMS-5/2011

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº FMS-5/2011

Vigência: 01/01/2014. Vencto.: 01/01/2015. Inexigibilidade nº.: 20/2010. Órgão contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Objeto: Credenciamento de entidades privadas ou filantrópicas prestadoras de serviços de fisioterapia. Contratado: CENTRO FISIOTERAPÊUTICO GRENUTTI LTDA ME. (06.912.164/0001-71). Valor: R\$ 33.333,33 (trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

Gaspar/SC, 18 de Dezembro de 2013.

MÁRCIA ADRIANA CANSIAN

Gestora do FMS

Inexigibilidade Nº 268/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 268/2013

OBJETO: credenciamento de agência bancária para o recolhimento de tributos municipais, em documentos no padrão FEBRABAN, conforme Edital de Credenciamento nº 3/2013. CONTRATADO: 60.746.948/0349-55 (BANCO BRADESCO S/A). Valor Total Julgado: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). BASE LEGAL: artigo 25 da Lei nº 8.666/93.

Gaspar(SC), 19 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Supressão do Contrato Nº SAF-101/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO

SUPRESSÃO DO CONTRATO Nº SAF-101/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/12/2013. VENCTO.: 31/10/2014. Pregão nº.: 179/2013. OBJETO: Aquisição de mobiliário e equipamentos para equipar a PEC (Praça dos Esportes e da Cultura). CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Gaspar (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: MAGALI GARCIA SANTOS - ME (03.097.981/0001-25). VALOR TOTAL: R\$ 44.500,00 (quarenta e quatro mil, quinhentos reais).

Gaspar/SC, 20 de Dezembro de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

SAMAE**Extrato do Contrato Nº 25/2013 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

- EXTRATO CONTRATOS / 2013

Número do contrato: 25/2013 - Credenciamento nº 38/2013

Data vigência: 01/01/2014

Data vencimento: 31/12/2014

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BANCO DO BRASIL S.A. - CNPJ/CPF do contratado: 00.000.000/0996-27.

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.
Valor: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Gaspar (SC), em 18 de dezembro de 2013.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato do Aditivo do Contrato Nº 13/2010 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

-CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2013

Número do contrato: 13/2010 - Número do Aditivo: 8 - Renovação e Revisão.

Data vigência: 16/12/2013

Data vencimento: 31/12/2014

Número da Licitação: 2/2010 - Modalidade: Concorrência

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: SAY MULLER SERVIÇOS LTDA. EPP - CNPJ do contratado: 07.336.801/0001-71

Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos e compactáveis domiciliares, comercial-industriais (com características domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do Município de Gaspar.

Valor acrescido: R\$ 1.823.729,93 (um milhão oitocentos e vinte e três mil setecentos e vinte e nove reais e noventa e três centavos).

Gaspar (SC), em 16 de dezembro de 2013.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato do Aditivo do Contrato Nº 22/2010 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

-CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2013

Número do contrato: 22/2010 - Número do Aditivo: 7 (Aditivo de Renovação)

Data vigência: 01/01/2014

Data vencimento: 31/12/2014

Número da Licitação: 27/2010 - Modalidade: Concorrência

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA. - CNPJ do contratado: 95.886.735/0005-02

Objeto: Execução dos serviços de tratamento e disposição final de resíduos sólidos compactáveis domiciliares, comercial-industriais (com características domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do Município de Gaspar, em Aterro Sanitário ou local ambientalmente licenciado, que esteja de acordo com a legislação ambiental e comercial vigente e, portador de todas as licenças necessárias conforme preconiza o órgão ambiental competente.

Valor acrescido: R\$ 1.752.418,80 (um milhão setecentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e dezoito reais e oitenta centavos).

Gaspar (SC), em 18 de dezembro de 2013

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato do Aditivo do Contrato Nº 5/2011 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

-CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2013

Número do contrato: 5/2011 - Número do Aditivo: 4 - Aditivo de Renovação e Reajuste

Data vigência: 01/01/2014

Data vencimento: 30/06/2014

Número da Licitação: 5/2011 - Modalidade: Convite

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: XK INFO DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA. - CNPJ do contratado: 04.545.833/0001-99

Objeto: Instalação, locação, manutenção, atualização e suporte técnico de software aplicativo de gestão comercial para o Departamento de Faturamento do SAMAE.

Valor acrescido: R\$ 11.317,20 (onze mil trezentos e dezessete reais e vinte centavos).

Gaspar (SC), em 18 de dezembro de 2013.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato do Contrato Nº 23/2013 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

-EXTRATO CONTRATOS / 2013

Número do contrato: 23/2013 - Credenciamento nº 38/2013

Data vigência: 01/01/2014

Data vencimento: 31/12/2014

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO - CECRED - CNPJ/CPF do contratado: 05.463.212/0001-29

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.
Valor estimado: R\$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais).

Gaspar (SC), em 16 de dezembro de 2013.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Extrato do Contrato Nº 24/2013 - SAMAE
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

-EXTRATO CONTRATOS / 2013

Número do contrato: 24/2013 - Credenciamento nº 38/2013
Data vigência: 01/01/2014
Data vencimento: 31/12/2014
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: BANCO BRADESCO S.A. - CNPJ/CPF do contratado: 60.746.948/0001-12

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.
Valor estimado: R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

Gaspar (SC), em 16 de dezembro de 2013.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Extrato do Contrato Nº 26/2013 -SAMAE
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

-EXTRATO CONTRATOS / 2013

Número do contrato: 26/2013 - Credenciamento nº 38/2013
Data vigência: 01/01/2014
Data vencimento: 31/12/2014
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE
Contratado: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CNPJ/CPF do contratado: 00.360.305/1073-32

Objeto: Credenciamento de instituições financeiras para recolhimento de faturas de água e esgoto municipais, da competência do SAMAE - Gaspar, em documentos no padrão FEBRABAN, através de suas agências e/ou conveniadas, em abrangência nacional.
Valor: R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais).

Gaspar (SC), em 18 de dezembro de 2013.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Lei Nº 903/2013 - Dispõe Sobre o Plano Plurianual do Município de Governador Celso Ramos Para o Período 2014/2017

LEI Nº 903 de 25 de novembro de 2013.
DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS PARA O PERÍODO 2014/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Os objetivos e metas da Administração Municipal de

Governador Celso Ramos para o período: 2014/2017 serão financiadas com os recursos previstos no Anexo I desta Lei, que prevê para o período uma meta de arrecadação de R\$ 230.663.000,00 (Duzentos e trinta milhões seiscentos e sessenta e três mil reais), sendo R\$ 207.257.000,00 da Unidade Gestora Prefeitura, R\$ 10.148.000,00 da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde e R\$ 13.258.000,00 do Serviço Municipal de Água e Esgoto, conforme Anexo I desta lei e demonstrativo abaixo:
R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
UNIDADE GESTORA PREFEITURA	
1. RECEITAS CORRENTES	159.045.000,00
1.1. Receita Tributária	58.818.000,00
1.2. Receita de Contribuição	6.479.000,00
1.3. Receita Patrimonial	803.000,00
1.4. Receita Agropecuária	12.000,00
1.5. Receita de Serviços	200.000,00
1.5. Transferências Correntes	85.559.000,00
1.6. Outras Receitas Correntes	7.174.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	62.830.000,00
2.1. Operações de Crédito	9.300.000,00
2.2. Transferências de Capital	53.530.000,00
3. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-14.618.000,00
SOMA	207.257.000,00
UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
1. RECEITAS CORRENTES	9.148.000,00
1.1. Receita Tributária	523.000,00
1.2. Receita Patrimonial	95.000,00
1.3. Transferências Correntes	8.526.000,00
1.4. Outras Receitas Correntes	4.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	1.000.000,00
2.1. Transferências de Capital	1.000.000,00
SOMA	10.148.000,00
UNIDADE GESTORA SAMAE	
1. RECEITAS CORRENTES	13.258.000,00
1.1. Receita Patrimonial	178.000,00
1.2. Receita de Serviços	12.569.000,00
1.3. Outras Receitas Correntes	511.000,00
SOMA	13.258.000,00
META FISCAL DE RECEITA	230.663.000,00

Art. 2º O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Governador Celso Ramos para o período 2014/2017 contemplará todas as despesas de capital e outras delas decorrentes e as despesas relativas aos programas de duração continuada, conforme apresentação nas planilhas constantes do Anexo II e integrante desta Lei, com identificação do programa, diagnóstico, diretrizes, objetivos, classificação funcional da despesa e denominação das ações com indicação do produto, unidade de medida, meta física, meta financeira e fonte de financiamento.

Art. 3º A despesa consolidada prevista para o período 2014/2017 e classificada por programas e ações, função e sub-função de governo, está demonstrada nos Anexos III e Anexo IV desta lei, conforme abaixo:

I – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	9.977.000,00
0002. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	17.238.000,00
0003. ENSINO DE QUALIDADE	54.703.000,00
0004. SAÚDE PARA TODOS	45.590.000,00

0005. DESCOBRINDO TALENTOS	3.700.000,00
0006. CUIDANDO DAS PESSOAS	4.612.000,00
0007. GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	27.039.000,00
0008. REVITALIZANDO A CIDADE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS	61.674.000,00
0000. ENCARGOS GERAIS	5.589.000,00
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	541.000,00
META FISCAL DE DESPESA	230.663.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	5.868.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	22.106.000,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	4.104.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.318.000,00
10. SAÚDE	32.382.000,00
12. EDUCAÇÃO	54.537.000,00
11. EMPREGO	2.500.000,00
13. CULTURA	166.000,00
15. URBANISMO	56.905.000,00
16. HABITAÇÃO	200.000,00
17. SANEAMENTO	13.208.000,00
20. AGRICULTURA	2.292.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	22.247.000,00
27. DESPORTO E LAZER	3.700.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	5.589.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	541.000,00
META FISCAL DE DESPESA	230.663.000,00

Art. 4º As metas físicas e financeiras por ações de governo, estão demonstradas de forma consolidada no Anexo V desta Lei.

Art. 5º A origem e destinação dos recursos, na forma estabelecida na Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/2009 está demonstrado no Anexo VI desta lei com o objetivo de evidenciar o equilíbrio entre as receitas e as despesas em cada fonte.

Art. 6º A previsão do cumprimento do gasto mínimo de 25% das receitas resultantes de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino e do gasto mínimo de 15% das receitas produto de impostos em ações e serviços públicos de saúde, está demonstrado nos Anexos VII e VIII desta lei.

Art. 7º Para fins desta Lei considera-se:

I – Função de governo, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

II – Sub-Função de governo, a partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III – Programa de governo, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

IV – Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a caracterização e a mensuração das potencialidades, necessidades e dificuldades no contexto de cada programa;

V – Diretrizes, o conjunto de critérios a serem adotados na execução das ações que integram cada programa para alcançar os objetivos estabelecidos;

VI – Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais integrantes do programa;

VII – Ações de Governo, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução do programa;

VIII – Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

IX – Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 8º Os valores constantes dos Anexos desta Lei estão quantificados a preços correntes.

Art. 9º A inclusão de novas ações de governo no Plano Plurianual ocorrerá de forma automática quando da abertura do respectivo crédito adicional especial e sua inclusão como prioridade na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 10 Na definição das prioridades e metas da administração extraídas desta lei para constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, fica autorizada a elevação ou a diminuição das metas físicas e financeiras constantes dos anexos II e V, de forma a preservar o equilíbrio de caixa quando da execução da Lei Orçamentária.

Art. 11 Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 12 Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, 25 de novembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Lei Nº 912/2013 - Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Governador Celso Ramos Para o Exercício de 2014.

LEI Nº 912 de 11 de dezembro 2013.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Governador Celso Ramos para o Exercício de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal, aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento do Município de Governador Celso Ramos para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 51.487.000,00 (cinquenta e um milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 51.487.000,00 (cinquenta e um milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil reais), sendo R\$ 43.433.000,00 do Orçamento Fiscal e R\$ 8.054.000,00 do Orçamento da Seguridade Social, conforme discriminação nos anexos e quadros exigidos no artigo 7º da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014.

§ 1º A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos a esta lei, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	40.089.000,00
1.1. Receita Tributária	13.353.000,00
1.2. Receita de Contribuições	1.459.000,00
1.3. Receita Patrimonial	245.000,00
1.4. Receita Agropecuária	3.000,00
1.5. Receita de Serviços	2.757.000,00
1.6. Transferências Correntes	20.580.000,00
1.7. Outras Receitas Correntes	1.692.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	14.620.000,00
2.1. Operações de Crédito	4.800.000,00
2.2. Transferências de Capital	9.820.000,00
3. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-3.222.000,00
TOTAL DA RECEITA EFETIVA	51.487.000,00



§ 2º A Despesa do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuída da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. CÂMARA MUNICIPAL	1.670.000,00
02. GABINETE DO PREFEITO	950.000,00
03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.373.000,00
04. SECRETARIA DE FAZENDA	4.172.000,00
05. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	1.876.000,00
06. SECRETARIA DE COMUNICAÇÕES	461.000,00
07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	12.639.000,00
08. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.152.000,00
09. SECRETARIA DA PESCA, MARICULTURA E AGRICULTURA	818.000,00
10. SECRETARIA DE DESENV. ECONÔMICO, TURISMO, CULT., ESPORTE E LAZER	2.127.000,00
11. SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	1.535.000,00
12. SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	12.116.000,00
13. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	715.000,00
14. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.902.000,00
15. SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	2.859.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	122.000,00
TOTAL DA DESPESA EFETIVA	51.487.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	1.670.000,00
04. ADMINISTRAÇÃO	7.157.000,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	1.560.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.152.000,00
10. SAÚDE	6.902.000,00
11. TRABALHO	1.700.000,00
12. EDUCAÇÃO	12.639.000,00
14. DIREITOS DA CIDADANIA	1.543.000,00
15. URBANISMO	10.523.000,00
17. SANEAMENTO	2.859.000,00
20. AGRICULTURA	718.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.261.000,00
27. DESPORTO E LAZER	966.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	715.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	122.000,00
TOTAL DA DESPESA EFETIVA	51.487.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	2.345.000,00
0002. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	6.306.000,00
0003. ENSINO DE QUALIDADE	12.639.000,00
0004. SAÚDE PARA TODOS	9.761.000,00
0005. DESCOBRINDO TALENTOS COM LAZER	966.000,00
0006. CUIDANDO DAS PESSOAS	1.177.000,00
0007. GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	3.679.000,00
0008. REVITALIZANDO A CIDADE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS	13.777.000,00
0000. ENCARGOS GERAIS	715.000,00
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	122.000,00
TOTAL DA DESPESA EFETIVA	51.487.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	31.308.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	16.804.000,00
3.1.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	25.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	16.779.000,00
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	140.000,00
3.2.90.00	Aplicações Diretas	140.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	14.364.000,00
3.3.20.00	Transferências da União	1.000,00
3.3.30.00	Transferência a Estados e ao Distrito Federal	1.000,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	180.000,00
3.3.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	23.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	14.159.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	20.057.000,00
4.4.00.00	Investimentos	19.719.000,00
4.4.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	13.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	19.706.000,00
4.6.00.00	Amortização da Dívida	338.000,00
4.6.90.00	Aplicações Diretas	338.000,00
9.9.99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	122.000,00
	TOTAL DA DESPESA EFETIVA	51.487.000,00

DO ORÇAMENTO DAS UNIDADES GESTORAS

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: CÂMARA MUNICIPAL

Art. 2º O Orçamento da Unidade Gestora Câmara Municipal de Governador Celso Ramos para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 1.670.000,00 (um milhão seiscentos e setenta mil reais) e fixa a Despesa no mesmo valor.

§ 1º A Receita da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos será realizada mediante o recebimento de Transferências Financeiras repassadas pelo Tesouro Municipal em cotas mensais estabelecidas na Programação Financeira e no cronograma de execução mensal de desembolso de que trata o artigo 8º da Lei complementar nº 101/2000.

§ 2º A Despesa da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DA DESPESA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. CÂMARA MUNICIPAL	1.670.000,00

II – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	1.670.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	1.670.000,00

IV – CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA SEGUNDO A SUA NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.410.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	1.100.000,00

3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	310.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	260.000,00
4.4.00.00	Investimentos	260.000,00
	SOMA (I)	1.670.000,00

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 3º O Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 46.368.000,00 (quarenta e seis milhões, trezentos e sessenta e oito mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 40.044.000,00 (quarenta milhões e quarenta e quatro reais) e em R\$ 6.324.000,00 (seis milhões, trezentos e vinte e quatro mil reais) o valor das Transferências Financeiras a Conceder às demais Unidades Gestoras.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	35.130.000,00
1.1. Receita Tributária	13.240.000,00
1.2. Receita de Contribuições	1.459.000,00
1.3. Receita Patrimonial	182.000,00
1.4. Receita de Serviços	47.000,00
1.5. Transferências Correntes	18.626.000,00
1.6. Outras Receitas Correntes	1.573.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	14.460.000,00
2.1. Operações de Crédito	4.800.000,00
2.2. Transferências de Capital	9.660.000,00
3. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-3.222.000,00
SOMA	46.368.000,00

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. GABINETE DO PREFEITO	950.000,00
03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.373.000,00
04. SECRETARIA DE FAZENDA	4.172.000,00
05. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	1.876.000,00
06. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO	461.000,00
07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	12.639.000,00
08. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.152.000,00
09. SECRETARIA DA PESCA, MARICULTURA E AGRICULTURA	818.000,00
10. SECRETARIA DE DESENV.ECONÔMICO, TURISMO ,CULTURA, ESPORTE E LAZER	2.127.000,00
11. SECRETARIA SEGURANÇA PÚBLICA	1.535.000,00
12. SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	12.116.000,00
13. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	715.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	110.000,00
SOMA	40.044.000,00
Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	4.654.000,00

Transferências Financeiras a Conceder á Câmara Municipal de Governador Celso Ramos	1.670.000,00
SOMA	6.324.000,00
TOTAL	46.368.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. ADMINISTRAÇÃO	7.157.000,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	1.560.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.152.000,00
11. TRABALHO	1.700.000,00
12. EDUCAÇÃO	12.639.000,00
14. DIREITOS DA CIDADANIA	1.543.000,00
15. URBANISMO	10.523.000,00
20. AGRICULTURA	718.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.261.000,00
27. DESPORTO E LAZER	966.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	715.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	110.000,00
SOMA	40.044.000,00
Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	4.654.000,00
Transferências Financeiras a Conceder á Câmara Municipal de Governador Celso Ramos	1.670.000,00
SOMA	6.324.000,00
TOTAL	46.368.000,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	675.000,00
0002. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	6.306.000,00
0003. ENSINO DE QUALIDADE	12.639.000,00
0005. DESCOBRINDO TALENTOS COM LAZER	966.000,00
0006. CUIDANDO DAS PESSOAS	1.177.000,00
0007. GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	3.679.000,00
0008. REVITALIZANDO A CIDADE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS	13.777.000,00
0000. ENCARGOS GERAIS	715.000,00
9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	110.000,00
SOMA	40.044.000,00
Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal de Saúde	4.654.000,00
Transferências Financeiras a Conceder á Câmara Municipal de Governador Celso Ramos	1.670.000,00
SOMA	6.324.000,00
TOTAL	46.368.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	21.348.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	10.639.000,00
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	140.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	10.569.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	18.586.000,00
4.4.00.00	Investimentos	18.248.000,00

4.6.00.00	Amortização da Dívida	338.000,00
9.9.99.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	110.000,00
	SOMA	40.044.000,00
	Transferências Financeiras a Conceder ao Fundo Municipal Saúde	4.654.000,00
	Transferências Financeiras a Conceder à Câmara Munic Governador Celso Ramos	1.670.000,00
	SOMA	6.324.000,00
	TOTAL	46.368.000,00

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º O Orçamento da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 6.902.000,00 (seis milhões, novecentos e dois reais) e fixa a Despesa no mesmo valor.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, outras Receitas Correntes e de Capital e Transferências Financeiras da Unidade Gestora Prefeitura, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	2.088.000,00
1.1. Receita Tributária	113.000,00
1.2. Receita Patrimonial	20.000,00
1.3. Transferências Correntes	1.954.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	160.000,00
2.1. Transferências de Capital	160.000,00
3. TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A RECEBER	4.654.000,00
SOMA	6.902.000,00

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
14. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.902.000,00
TOTAL	6.902.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10. SAÚDE	6.902.000,00
TOTAL	6.902.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0004. SAÚDE PARA TODOS	6.902.000,00
TOTAL	6.902.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	6.340.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos sociais	4.153.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	2.187.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	562.000,00

4.4.00.00	Investimentos	562.000,00
	TOTAL	6.902.000,00

DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA: SAMAE

Art. 5º O Orçamento da Unidade Gestora SAMAE para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 2.871.000,00 (dois milhões e oitocentos e setenta um mil reais) e fixa a Despesa no mesmo valor.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora SAMAE será realizada mediante a arrecadação de rendas e outras Receitas Correntes na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	2.871.000,00
1.1. Receita Patrimonial	43.000,00
1.2. Receita de Serviços	2.710.000,00
1.3. Outras Receitas Correntes	118.000,00
SOMA	2.871.000,00

§ 2º A Despesa da Unidade Gestora SAMAE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
15. SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS	2.871.000,00
TOTAL	2.871.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
17. SANEAMENTO	2.871.000,00
TOTAL	2.871.000,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0004. SAÚDE PARA TODOS	2.871.000,00
TOTAL	2.871.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.210.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	912.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	1.298.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	649.000,00
4.4.00.00	Investimentos	649.000,00
9.9.99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00
	TOTAL	2.871.000,00

Art. 6º A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/ Modalidade de Aplicação, com apropriação da despesa no respectivo elemento de que trata a Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, no momento do empenho da despesa.

Art. 7º Os recursos da Reserva de Contingência constante do Orçamento serão destinados ao atendimento de riscos fiscais, conforme Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, admitida a sua utilização para outra finalidade por ato do Chefe do Poder Executivo, no final do respectivo exercício, justificadamente,

desde que atendidos os passivos contingentes confirmados e não houver resíduos a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo Único – Os recursos orçamentários reservados no anexo de riscos fiscais no evento: “Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor”, constitui fonte de recursos para abertura de créditos adicionais durante a execução orçamentária, por ato do Chefe do Poder Executivo, em atendimento ao princípio da flexibilidade do planejamento.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar recursos orçamentários de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, assim como, incluir na ação de Governo, novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para atender aos objetivos e metas nela estabelecidas.

Art. 9º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 10 Os recursos oriundos de convênios e operações de crédito não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais sem comprometer o limite previsto no artigo 32, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014.

Art. 11 Durante o exercício de 2014 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 12 A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Governador Celso Ramos, 11 de dezembro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Lei Nº 915/2013 - Autoriza Termo de Confissão e Parcelamento de Dívida Junto ao Serviço de Patrimônio da União (Spu) e Dá Outras Providências
LEI Nº 915 de 11 de dezembro de 2013.

Autoriza Termo de confissão e parcelamento de dívida junto ao Serviço de Patrimônio da União (SPU) e dá outras providências.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a assinar termo de confissão e parcelamento de dívida junto ao Serviço de Patrimônio da União, originária de multa imposta pela destinação diversa dada pelo Município ao imóvel com 103.858,75 m2 cedido pela União e localizado na Enseada de Calheiros, conforme processo administrativo nº 11452.002389/98-77.

Art. 2º A multa e seus encargos moratórios no valor atual de R\$ 1.133.656,61 (um milhão cento e trinta e três mil seiscentos e cinquenta e seis reais e sessenta e um centavos) poderá ser parcelada em até 60 (sessenta) meses, na forma definida no termo de confissão e parcelamento da dívida a ser assinado com o Serviço de Patrimônio da União.

Parágrafo Único -O valor atual da dívida indicado no caput deste

artigo poderá ser atualizado até a data da assinatura do respectivo termo de confissão e parcelamento.

Art. 3º A dívida de que trata esta lei deverá ser objeto de registro contábil no Passivo em contas individualizadas para controle da sua amortização.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação. Revogam-se disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 11 de dezembro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Lei Nº 904/2013 - Autoriza o Poder Executivo Municipal a Aderir ao Programa Badesc Cidades Juro Zero

LEI Nº 904 de 26 de novembro de 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES JURO ZERO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes deste município, que a câmara municipal de vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES JURO ZERO.

Art. 2º - A adesão ao Programa BADESC CIDADES JURO ZERO propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de projeto de desenvolvimento para melhoria da qualidade da população.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES JURO ZERO, até o montante de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES JURO ZERO, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Nos termos do artigo 43, §1º, inciso IV, da Lei (federal) 4.320/64, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares na Lei Orçamentária Anual vigente, em ações de governo relacionadas à implantação do projeto “JURO ZERO”, utilizando como fonte de recursos a operação de crédito autorizada por esta lei.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 26 de novembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Lei Nº 905/2013 - Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar Na Lei Orçamentária do Exercício de 2013.

LEI Nº 905 de 26 de novembro de 2013.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária do exercício de 2013.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$422.118,16 (quatrocentos e vinte e dois mil e cento e dezoito reais e dezesseis centavos) na LOA 2013, utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0501	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	207.118,16
04.122.0006.2.017	Remuneração de pessoal	207.118,16
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	207.118,16
3.1.90.00.00.00	Aplicações diretas	207.118,16
01.001.00.00.00	Recursos ordinários	207.118,16
1401	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	45.000,00
10.306.0014.2.039	Func. e manutenção de ensino fundamental	45.000,00
3.3.00.00.00.00	Despesas Correntes	45.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas	45.000,00
01.01.00.00.00	Receitas de Impostos p/ MDEB	45.000,00
20.01	SECRETARIA DE SAÚDE	170.000,00
10.301.0002.2.004	Programa de saúde PSF	170.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e encargos sociais	170.000,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações diretas	170.000,00
01.002.00.00.00	Recursos de impostos p/ ASPS	170.000,00
TOTAL		422.118,16

ANULAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0501	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	13.562,00
04.122.006.2.018	Contribuições a entidades municipais	13.562,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras despesas correntes	13.562,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações diretas	13.562,00
01.001.00.00.00	Recursos ordinários	13.562,00
08.01	SECRETARIA DA FAZENDA	182.744,00
04.123.0007.2.021	Func e manutenção da secretaria	182.744,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	182.744,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas	182.744,00
01.001.00.00.00	Recursos ordinários	182.744,00
10.01	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	11.812,16
08.243.0008.2.022	Fundo Municipal da Infância e Adolescência	11.812,16
3.3.00.00.00.00.00	Outras despesas correntes	11.812,16
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações diretas	11.812,16
0.1.00.00.00.00	Recursos ordinários	11.812,16

13.01	SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E SERV. PÚBLICO	15.000,00
15.452.0013.2.036	Func. manut da limpeza pública	15.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	15.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas	15.000,00
0.1.00.00.00.00	Recursos ordinários	15.000,00
11.01	Secretaria de Planej. Desenv. Urbano e Meio Ambiente	15.000,00
04.122.0009.2.026	Func. e Manutenção da Secretaria	15.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras despesas correntes	15.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas	15.000,00
0.1.00.00.00.00	Recursos ordinários	15.000,00
14.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	6.000,00
12.361.0014.2.044	Transporte Escolar	6.000,00
4.4.00.00.00.00	Despesas de capital	6.000,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas	6.000,00
0.1.00.00.00.00	Receitas de impostos p/ MDEB	6.000,00
15.01	SECRETARIA DE PESCA	3.000,00
20.606.0012.2.034	Func. e Manutenção da Secretaria	3.000,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras despesas correntes	3.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações diretas	3.000,00
0.1.00.00.00.00.00	Recursos ordinários	3.000,00
20.606.0012.2.035	Apoio a Maricultura e ao Setor Pesqueiro	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00	Outras despesas correntes	5.000,00
0.1.00.00.00.00.00	Aplicações diretas	5.000,00
	Recursos ordinários	5.000,00
20.01	SECRETARIA DE SAÚDE	170.000,00
10.301.002.2.002	Manut. da secretaria de saúde	170.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e encargos sociais	170.000,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações diretas	170.000,00
01.002.00.00.00	Receitas de impostos p/ ASPS	170.000,00
TOTAL		422.118,16

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, 26 de novembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

Lei Nº 906, de 26 de Novembro de 2013 - Autoriza Permuta Entre Bens Imóveis e Dá Outras Providências

LEI Nº 906, de 26 de novembro de 2013.

AUTORIZA PERMUTA ENTRE BENS IMÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, consubstanciado no Art. 20, I, b, da Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a permuta entre imóvel pertencente à municipalidade, onde está edificado o Posto de Saúde do Bairro de Areias de Cima, situado às margens da Rodovia Estadual Francisco Wollinger (SC-410), Km 01, Bairro de Areias de Cima, neste município; com benfeitorias fornecidas pela empresa Kroon & Cia. Incorporação de Empreendimentos Imobiliários e Investimentos LTDA-ME, CNPJ 09.115.830/0001-39, situado na Rodovia Estadual Francisco Wollinger (SC-410), Km 01, Bairro de Areias de Cima, neste

município.

Art. 2º - A referida permuta se justifica por atender um pedido da comunidade. As benfeitorias que incluem: um prédio para o novo posto de saúde para a comunidade de Areias de Cima; os prédio para o videomonitoramento da área de cobertura do portal turístico; bem como a instalação para o novo portal turístico são de responsabilidade da empresa Kroon & Cia. Incorporação de Empreendimentos Imobiliários e Investimentos LTDA-ME.

Art. 3º - A empresa Kroon & Cia. Incorporação de Empreendimentos Imobiliários e Investimentos LTDA-ME, se compromete a construir o portal de entrada do município, com a estrutura necessária para as instalações do videomonitoramento de segurança da entrada da cidade e avisar a municipalidade da execução do projeto, desenvolvimento e execução da obra.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta permuta correrão por conta da empresa Kroon & Cia. Incorporação de Empreendimentos Imobiliários e Investimentos LTDA-ME, estimada em R\$200.000,00 (duzentos mil reais).

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 26 de novembro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Lei Nº 907/2013 - Autoriza a Cessão de Uso de Bem Imóvel Entre o Município de Governador Celso Ramos

LEI Nº 907 de 26 de novembro de 2013.

AUTORIZA A CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL ENTRE O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, ESTADO DE SANTA CATARINA E A SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO DE SANTA CATARINA.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no exercício de suas atribuições legais e nos termos do que dispõe a Lei Orgânica do Município, art. 59, Caput, AUTORIZA:

Art. 1º - A assinatura de termo de cessão de uso de bem imóvel entre o município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina e a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina, para o fim de construir e fazer funcionar a unidade do CENTRO DIA.

Art. 2º - O objeto do Termo de Cessão de Uso é um terreno no município de Governador Celso Ramos, localizado no loteamento Vila Verde, Área Institucional, com área de 1.411,23m², com matrícula 33.760, livro n. 2 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu, sito no desmembramento "Vila Verde" - Bairro Areias de Baixo, neste município.

Art. 3º - A finalidade do objeto mencionado no art. 2º da presente lei é a construção e o funcionamento do Centro Dia, com recursos oriundos de financiamento realizado, pela Cessionária, junto ao Banco do Brasil (BB).

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 26 de Novembro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Lei Nº 908/2013 - Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar Na Lei Orçamentária do Exercício de 2013

LEI Nº 908 de 26 de novembro de 2013.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária do exercício de 2013.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$ 280.208,49 (Duzentos e oitenta mil e duzentos e oito reais e quarenta e nove centavos) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

SUPLEMENTAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Secretaria de Educação e Cultura	168.154,49
1401.12.361.0014.1039	Constr. ou Ampl. da rede Física do Ensino Infantil	168.154,49
4.4.90.00	Investimentos	168.154,49
01.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	168.154,49
1301	Secretaria de Infra Estrutura e Serviços Públicos	22.054,00
1301.26.782.0013.2038	Funcionamento e Manutenção do DMER	22.054,00
3.3.90.00	Serviços de Terceiros e Encargos	22.054,00
01.00.000000	Recursos Ordinários	22.054,00
2001	Secretaria de Saúde e Saneamento	90.000,00
10.301.0002.1.020	Const. Amp. e ou reforma dos postos de saúde e fisioterapia	90.000,00
4.4.90.00	Investimentos	90.000,00
00.01.0002	Recursos Ordinários	90.000,00
Total		280.208,49

ANULAÇÃO:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Secretaria de Educação e Cultura	190.208,49
1401.12.361.0014.2040	Functo. e Manut. Progr. Ação Integr. Educ. Continuada	168.154,49
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	105.654,49
4.4.90.00	Investimentos	62.500,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	168.154,49
1401.12.362.0014.2045	Formação para todos – Ensino Médio e Superior	22.054,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	22.054,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	22.054,00
2001	Secretaria de Saúde e Saneamento	90.000,00
10.301.0002.2.002	Manutenção da Secretaria de Saúde	90.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	90.000,00
00.01.0002	Recursos Ordinários	90.000,00
Total		280.208,49

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, 26 de novembro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
PREFEITO MUNICIPAL

Lei Nº 909/2013 - Altera o Art. 1º, 3º e 4º da Lei Nº 820/2013, de 18 de Março de 2013, e Dá Outras Providências

LEI Nº 909 de 26 de novembro de 2013.

Altera o Art. 1º, 3º e 4º da Lei nº 820/2013, de 18 de março de 2013, e dá outras providências.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no exercício de suas atribuições legais e nos termos do que dispõe a Lei Orgânica do Município, art. 57, § 2º, I, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica alterado o Art. 1º da Lei nº820/2013, de 18 de março de 2013, passando a adotar a seguinte redação:

Parágrafo Único - Terá acesso ao auxílio passe escolar, o estudante que previamente atendido pelo profissional da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania apresentar os seguintes requisitos:

- I. Resida no município de Governador Celso Ramos;
- II. Esteja cursando nível técnico ou ensino superior;
- III. Possua renda familiar inferior a 4 (quatro) salários mínimos vigente, comprovado através de estudo sócio-econômico, analisado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania.
- IV. Possuir Certidão Negativa de Tributos do bem imóvel do Estudante ou do Pai do Estudante, ou da Mãe do Estudante e se o estudante for casado, certidão de tributos do cônjuge, junto ao Município de Governador Celso Ramos.

Art. 2º - Fica alterado o Art. 3º da Lei nº820/2013, de 18 de março de 2013, passando a adotar a seguinte redação:

Parágrafo Único - Para o Auxílio Passe Escolar é necessária a apresentação dos seguintes documentos:

- I. Carteira de Identidade, CPF e Título de Eleitor;
- II. Atestado de frequência, Comprovante de Matrícula, calendário escolar e Grade disciplinar;
- III. Comprovante de residência atualizado;
- IV. Carteira de estudante do ano vigente;
- V. Certidão negativa de tributos municipais de todos os membros da família;
- VI. Estudo sócio-econômico confeccionado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania;

Art. 3º- Fica alterado o Art. 4º da Lei nº820/2013, de 18 de março de 2013, passando a adotar a seguinte redação:

Parágrafo Único - O auxílio será concedido para os estudantes que se enquadrarem nos critérios estabelecidos no art. 1º, incisos I, II, III e IV através de recarga mensal do cartão de estudante, junto a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos/SC, 26 de novembro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Lei Nº 910/2013 - Institui Parque Comercial e Tecnológico do Município de Governador Celso Ramos e Dá Outras Providências

LEI Nº 910, de 26 de novembro de 2013.

INSTITUI PARQUE COMERCIAL E TECNOLÓGICO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal APROVOU e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Parque Comercial e Tecnológico do Município de Governador Celso Ramos com a finalidade de promover o fomento e o desenvolvimento econômico e social, por meio de benefícios e incentivos fiscais para as empresas de base tecnológica, conforme disposições desta lei.

Parágrafo Único - Entende-se como empresa de Base Tecnológica aquela que envolve a geração, adaptação, ou aplicação intensiva de conhecimentos científicos e técnicos avançados e inovadores em seus processos, produtos e serviços.

Art. 2º O contribuinte que realizar investimentos ou criar postos de trabalho no Parque Comercial e Tecnológico do Município de Governador Celso Ramos, na forma definida pelo artigo 3º desta lei, poderá beneficiar-se dos seguintes incentivos fiscais, conforme projeto aprovado junto ao Conselho Municipal de Inovação - CMI, vinculando a Secretaria da Fazenda:

I - isenção de até 80% (oitenta por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, referente ao imóvel objeto do investimento ou ao imóvel em que se localiza o estabelecimento da pessoa jurídica vinculada ao parque criado por esta lei;

II - redução de até 80% (oitenta por cento) do valor do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, referente ao imóvel objeto do investimento ou ao imóvel em que se localiza o estabelecimento da pessoa jurídica vinculada ao programa de benefícios criado por esta lei;

III - alíquota de 1% (um por cento) do Imposto sobre Serviços - ISS incidente sobre os serviços de construção civil relativo ao imóvel objeto do investimento;

IV - alíquota de 1% (um por cento) do Imposto sobre Serviços - ISS incidente sobre os serviços prestados pelo contribuinte incluído no Parque Comercial e Tecnológico.

Art. 3º A localização do Parque Comercial e Tecnológico, objeto desta lei, fica definido para os bairros de Areias de Baixo, Areias do Meio e Areias de Cima.

Art. 4º Para efeito desta lei ter-se-á o entendimento dos seguintes termos:

I - inovação: é o resultado da introdução de novidades ou aperfeiçoamentos no ambiente produtivo ou social, na forma de novos processos, bens e serviços;

II - tecnologia: é o conjunto ordenado de conhecimentos empregados na produção e comercialização de bens e serviços e integra não só os conhecimentos científicos - provenientes das ciências naturais, sociais e humanas - mas igualmente os conhecimentos empíricos que resultam de observações, experiências, atitudes específicas e tradição (oral ou escrita);

III - ciência: é conjunto organizado dos conhecimentos relativos ao universo, envolvendo seus fenômenos naturais, ambientais e comportamentais;

IV - processo de inovação tecnológica: é o conjunto de atividades práticas para transformar uma ideia, invenção ou oportunidade em uma solução inovadora na forma de um processo, produto, serviço, ou sistema com características diferenciadas;

V - instituição de ciência, tecnologia e inovação (ICTI): é uma pessoa jurídica, pública ou privada, que tem como missão o ensino superior e/ou profissionalizante, a pesquisa e o desenvolvimento e/ou outra atividade de cunho científico, tecnológico ou de inovação;

VI - célula de competência em ciência, tecnologia e inovação: é um grupo de pesquisadores especialistas em uma determinada

temática científica, tecnológica ou de inovação, os quais atuam em conjunto no âmbito de uma ICTI;

VII - incubadora de empresas: é um ambiente que estimula e apoia a criação e o desenvolvimento de empresas inovadoras, por meio do provimento de infraestrutura básica compartilhada, de formação complementar do empreendedor, e do suporte para alavancagem de negócios e recursos, visando facilitar os processos de inovação tecnológica e a competitividade dotada de uma entidade gestora pública ou privada;

VIII - centro de inovação: é um ambiente integrado que concentra e oferece um conjunto de mecanismos e serviços de suporte ao processo de inovação tecnológica das empresas de um Arranjo Promotor de Inovação (API), constituindo-se também centro de interação empresarial-acadêmica para o desenvolvimento do segmento econômico;

IX - Parque Comercial e Tecnológico/Inovação: é um ambiente que congrega organizações empresariais, científicas e tecnológicas estruturadas de maneira planejada, concentrada e cooperativa para promover a compra e venda em escala, assim como a cultura e prática da inovação, a competitividade empresarial e a geração de riquezas por meio da criação e fortalecimento de empresas comerciais inovadoras e sua interação com ICTIs, dotado de uma entidade gestora pública ou privada;

X - Arranjo Promotor de Inovação Cluster (API): é uma ação programada e cooperada envolvendo ICTIs, empresas e outras organizações, em determinado setor econômico especializado, visando ampliar sua capacidade de inovação, seu desenvolvimento econômico, social e ambiental, dotada de uma entidade gestora pública ou privada, que atua como facilitadora das atividades cooperativas;

XI - empreendedorismo inovador: é a iniciativa e a capacidade de promover a criação e o desenvolvimento de empreendimentos inovadores;

XII - empresa de base tecnológica ou empresa inovadora: é a pessoa jurídica que tem a base de seus negócios dominada por suas inovações de produtos, processos ou serviços, resultados da aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos;

XIII - economia verde: é uma atividade econômica que, por meio da inovação, promove a redução dos riscos ambientais e da escassez ecológica, resultando na melhora do bem estar humano e da igualdade social.

Art. 5º Esta lei estabelece as normas de incentivo às atividades tecnológicas e de inovação realizadas pelas organizações e cidadãos estabelecidos ou domiciliados no município de Governador Celso Ramos, visando promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental e a melhoria dos serviços públicos municipais. Parágrafo Único Além das atividades estabelecidas no caput do presente artigo, esta lei estabelecerá as normas de incentivo às atividades relacionadas ao setor aeronáutico e defesa, nas modalidades de prestação de serviço, fabricação e produção, entre outras, ressalvado o disposto na legislação federal e estadual.

Art. 6º Para a realização dos objetivos desta lei são constituídos:

I - o Conselho Municipal de Inovação (CMI);

II - o Fundo Municipal da Inovação (FMI);

III - o Programa de Incentivo à Inovação (PII);

IV - a Rede de Promoção da Inovação (RPI);

V - o Plano de Sustentabilidade do Executivo Municipal; e

VI - o Plano de Inovação do Executivo Municipal.

Art. 7º Fica criado o Conselho Municipal de Inovação - CMI, como órgão de participação direta da comunidade da administração municipal, responsável por:

I - formular, propor, avaliar e fiscalizar ações e políticas públicas de promoção da inovação para o desenvolvimento do município, a partir de iniciativas governamentais ou em parceria com agentes privados, sempre preservando o interesse público;

II - promover a geração, difusão e democratização do conhecimento, das informações e novas técnicas e incentivar a introdução e adaptação à realidade local de técnicas já existentes;

III - promover e incentivar estudos, eventos e pesquisas nas áreas

de que trata esta lei;

IV - contribuir na política de inovação a ser implementada pela administração pública municipal, visando à qualificação dos serviços públicos municipais;

V - sugerir políticas de capacitação e alocação de recursos para a finalidade da presente lei;

VI - fiscalizar e avaliar o correto uso dos recursos do Fundo Municipal de Inovação, conforme estabelecido no art. 9º desta lei;

VII - deliberar sobre o reconhecimento e inclusão dos Arranjos Promotores de Inovação no Sistema Municipal de Inovação e nas políticas, programas e mecanismos municipais criados para realizar os objetivos desta lei;

VIII - acompanhar através de análise de relatório de atividades e do balanço geral a execução do Plano Municipal de Inovação e do Plano Municipal de Sustentabilidade das unidades organizacionais do Poder Executivo Municipal;

IX - aprovar seu Regimento Interno;

X - colaborar na articulação das ações entre vários organismos públicos e privados envolvidos na formulação da política de inovação com outros Municípios, Estados e União;

XI - propor ao Executivo Municipal o aperfeiçoamento profissional e a introdução dos métodos de trabalho e técnicas operacionais, visando à qualificação da esfera pública municipal na prestação de serviços públicos com aplicação de inovação;

XII - incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico inovador voltados ao aperfeiçoamento profissional dos serviços públicos municipais e ao uso e controle dos recursos naturais e à transição para a economia verde;

XIII - promover estudos para prevenir e evitar os impactos sociais e ambientais negativos das inovações, através de políticas para o emprego e controle das condições de trabalho e de políticas de transição para a economia verde;

XIV - deliberar sobre a criação de grupos de trabalho e/ou a instituição de projetos, visando concretizar os objetivos nesta lei; e

XV - fiscalizar o funcionamento do Fundo Municipal de Inovação e do Programa Municipal de Incentivo à Inovação, nos termos estabelecidos nesta lei.

§ 1º A direção do Conselho Municipal de Inovação será exercida pelo presidente, dois vice-presidentes, dois secretários e secretária executiva.

§ 2º O Secretário de Desenvolvimento Econômico será o Presidente nato do Conselho Municipal de Inovação.

§ 3º O Conselho Municipal de Inovação reunir-se-á ordinariamente, semestralmente ou extraordinariamente mediante convocação de seu Presidente ou por um terço de seus membros e deliberará por maioria simples de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

§ 4º Na primeira reunião ordinária de cada início de mandato do Poder Executivo Municipal, os membros do Conselho Municipal de Inovação elegerão seus 1º e 2º Vice-Presidentes e 1º e 2º Secretários.

§ 5º O exercício de qualquer cargo de direção ou membro do Conselho Municipal de Inovação não será remunerado e será considerado relevante serviço público.

Art. 8º O Conselho Municipal de Inovação será constituído por representantes das instituições abaixo elencadas, as quais a cada 02 (dois) anos oficialarão indicando novos profissionais para o ofício, à exceção de presidência:

I - Secretário do Desenvolvimento Econômico (presidente nato);

II - 01 (um) fiscal municipal de tributos indicado pelo Secretário da Fazenda;

III - 01 (um) representante da área de ensino e pesquisa, indicado pelo Secretário de Educação;

IV - 01 (um) representante da área de parques e incubadoras, indicado pela Associação Catarinense de Empresas de tecnologia - ACATE;

V - 01 (um) representante da classe empresarial, indicado pela Associação Comercial, Câmara de Dirigentes Lojistas ou associação equiparada;

VI - 01 (um) representante do SEBRAE, SENAI e SENAC, sucessivamente;

Art. 9º Fica criado o Fundo Municipal de Inovação (FMI), com objetivo de promover atividades inovadoras para o desenvolvimento econômico, social e ambiental de Governador Celso Ramos, sob a forma de programas e projetos.

Art. 10 Fica instituído o incentivo fiscal através do Programa de Incentivo à Inovação (PII), a ser concedido à pessoa física ou jurídica, estabelecida no Município, de acordo com as disposições desta lei.

Art. 11 O Fundo Municipal de Inovação (FMI) estará vinculado diretamente à Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Art. 12 O Fundo Municipal de Inovação (FMI) é um fundo dotado de autonomia administrativa e financeira, com escrituração contábil própria, de conformidade com a legislação pertinente, que efetiva o apoio financeiro, reembolsável ou não, a programas e projetos inovadores de interesse da municipalidade, assim caracterizados em conformidade à sua regulamentação.

§ 1º O apoio será para planos, estudos, projetos, programas, serviços tecnológicos e de engenharia, capacitações, eventos e outras atividades de cunho inovador que resulte em soluções de interesse para o desenvolvimento de Governador Celso Ramos;

§ 2º Poderão ser proponentes pessoas físicas ou jurídicas, instituições e órgãos governamentais;

§ 3º Os recursos do Fundo Municipal de Inovação (FMI), poderão atender fluxo contínuo e a edital de chamada pública de projetos, podendo também orientar-se segundo regramento de eventual financiador/patrocinador que aportou recursos.

Art. 13 Constituem receitas do Fundo Municipal de Inovação (FMI):
I - as transferências financeiras eventualmente realizadas pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado de Santa Catarina, diretamente para o Fundo;

II - dotações orçamentárias que lhe sejam destinadas pela Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, quanto possível;

III - os recursos financeiros resultantes de consórcios, convênios e contratos celebrados com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacional ou estrangeiro;

IV - devolução de recursos e multas decorrentes de projetos beneficiados por esta lei, não iniciados, interrompidos, ou saldo de projetos concluídos;

V - os rendimentos provenientes de aplicações financeiras;

VI - doações, legados, contribuições em espécies, valores, bens móveis e imóveis recebidos de pessoas físicas e jurídicas;

VII - os recursos financeiros decorrentes da alienação de materiais, bens ou equipamentos de propriedade do Fundo, considerados inservíveis;

VIII - receitas de eventos, atividades, campanhas ou promoções realizadas com a finalidade de angariar recursos para o Fundo; e
IX - outros recursos financeiros lícitos, de qualquer natureza, que lhes forem transferidos.

§ 1º A aplicação dos recursos financeiros dependerá da existência de disponibilidade, em função do cumprimento de programação, sendo admitida somente nas hipóteses em que não venha a interferir ou a prejudicar as atividades do Fundo.

§ 2º Os saldos financeiros do Fundo, apurados em balanço anual ao final de cada exercício, serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte.

§ 3º A percepção de recursos adicionais, previstos nos incisos de III a IX deste artigo, não substitui, complementa ou altera o valor mínimo destinado ao Fundo no orçamento municipal.

Art. 14 Os recursos do Fundo Municipal de Inovação (FMI) oriundos de dotações orçamentárias que lhe sejam destinadas pela Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos serão destinados para financiamento do desenvolvimento de planos, programas e projetos relacionados aos objetivos desta lei.

Art. 15 Os recursos do Fundo poderão ser aplicados através de convênios, termos de cooperação, termos de parceria, contratos de gestão, acordos de cooperação, contratos de subvenção, termo de outorga de auxílio financeiro e outros instrumentos legais de

contratação que vierem a ser celebrados pelo município de Governador Celso Ramos, com:

I - órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta, da União, Estados e Municípios;

II - entidades privadas, atuantes como ICTI;

III - redes de entidades e empresas de direito público ou privado, participantes dos Arranjos Promotores de Inovação (APIs) credenciados, que desenvolvem projetos inovadores, sempre que os objetivos pretendidos estejam associados aos do Fundo, para a execução de projetos, atividades, serviços, aquisição de bens ou realização de eventos de interesse público do município;

IV - pesquisadores com interveniência de sua ICTI ou empresa, ou autônomos; e

§ 1º Os convênios, termos de cooperação ou acordos de cooperação, poderão prever a destinação de até 10% (dez por cento) do valor total dos recursos financeiros concedidos à execução do projeto, para cobertura de despesas operacionais e administrativas, desde devidamente comprovadas as referidas despesas.

§ 2º Os planos de trabalho poderão ser alterados mediante proposta, devidamente justificada e formalizada por meio de aditamento.

§ 3º Será permitida, em caso de projeto cujo arranjo institucional envolva em sua execução mais de uma instituição, a transferência de recursos da conta bancária individualizada do convênio, termo de cooperação, termo de parceria, contrato de gestão ou do acordo de cooperação, para contas bancárias específicas do convênio, sob gestão de outros partícipes, que serão responsáveis diretos pela gestão financeira desses recursos, visando a execução do projeto, cabendo ao conveniente ou acordante destinatários desses recursos apresentar a prestação de contas consolidada à concedente.

§ 4º Será permitida a utilização de ressarcimento de despesas referentes a vencimentos e obrigações patrimoniais, desde que haja comprovação dos gastos efetuados.

§ 5º Caso ocorra atraso na liberação de recursos durante a vigência do instrumento, os gastos previstos no plano de trabalho, relativos às parcelas em atraso, eventualmente antecipadas pelo conveniado, poderão ser ressarcidos, desde que necessários à continuidade do projeto.

§ 6º A concedente analisará a prestação de contas do convênio ou equivalente.

§ 7º Poderá a concedente prorrogar a vigência do convênio, termo de cooperação ou acordo de cooperação, na mesma medida de eventual atraso na liberação dos recursos.

Art. 16 É vedada a inclusão nos instrumentos a serem celebrados, de cláusulas ou condições que prevejam ou permitam:

I - pagar a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante do quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta concedente, por serviços, salvo nas hipóteses expressamente previstas nas leis específicas;

II - realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;

III - efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento;

IV - transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres;

V - o pagamento, inclusive com os recursos de contrapartida, de gratificação, consultoria, assessoria, assistência técnica ou qualquer outra espécie de remuneração e respectivas obrigações patronais a servidor ou empregado que pertença aos quadros de pessoal da concedente;

VI - a transferência de recursos para igrejas, cultos religiosos, instituições de caridade ou sindicatos de categoria econômica ou profissional;

VII - realizar despesas com publicidade, salvo de caráter educativo ou de orientação social, na qual não podem constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho.

Parágrafo Único - O Fundo financiará até 100% (cem por cento) do valor pleiteado de cada projeto aprovado.

Art. 17 O projeto contemplado pelo Fundo deverá compreender contrapartida social, na forma de amplo acesso físico e econômico ao produto e/ou serviço resultante.

Parágrafo Único A contrapartida poderá ser atendida por meio de recursos financeiros e/ou não financeiros.

Art. 18 O Poder Executivo Municipal através do Presidente de Conselho Municipal de Inovação, enviará à Câmara de Vereadores relatório anual sobre a gestão do Fundo.

Art. 19 Serão aplicadas ao Fundo as normas legais de controle, prestação de tomada de contas estabelecidas pelos órgãos do controle interno da Prefeitura de Governador Celso Ramos, sem prejuízo da competência específica do Tribunal e Contas do Estado.

Art. 20 Através de certames públicos poderão ser contemplados projetos inovadores, que tenham como objetivo resultado de impacto para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do município.

Art. 21 As propostas selecionadas poderão ser implementadas por meio de encomendas parciais ou ordem de serviço, especificando as razões da escolha, em especial a criticidade e/ou a especificidade do tema, a singularidade da instituição ou a existência de competência restrita, podendo ter, entre outras características, a vinculação da prioridade de programas de governo e/ou programas estratégicos da área de ciência, tecnologia e inovação ou a urgência no seu desenvolvimento e/ou implementação.

Art. 22 São condições para celebração de convênio, termo de cooperação ou subvenção o atendimento às disposições legais, aplicáveis aos referidos instrumentos.

Art. 23 É vedada a celebração de convênios, termos de parceria ou acordos de cooperação ou outros instrumentos contratuais:

I - com entidades que tenham como dirigentes, proprietários ou controladores:

a) membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público ou do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau;

b) servidor público vinculado ao órgão ou entidade concedente, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau; e

c) com entidades públicas ou privadas cujo objeto social não se relacione às características do programa ou que não comprovem dispor de condições técnicas para executar o objeto do convênio, acordo de cooperação, termo de parceria ou instrumento contratual aplicável.

Parágrafo Único - Para fins de contratação e execução do objeto conveniado é possível o consórcio de instituições de pesquisa e desenvolvimento e empresas, de direito público ou privado, sendo o repasse de recursos a todos os partícipes executores, realizado conforme previsto no plano de trabalho.

Art. 24 A Prefeitura de Governador Celso Ramos, em matéria de seu interesse, poderá contratar, na forma da lei 8.666 de 1993 e suas alterações, empresa, consórcio de empresas e entidades nacionais de direito privado voltadas para atividades de pesquisa, de reconhecida capacitação tecnológica no setor, visando a realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento que envolvam risco tecnológico para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto ou processo inovador.

§ 1º Findo o contrato sem alcance integral ou com alcance parcial do resultado almejado, o órgão ou entidade contratante, a seu exclusivo critério, poderá, mediante auditoria técnica e financeira, prorrogar seu prazo de duração ou elaborar relatório final dando-o por encerrado.

§ 2º O pagamento decorrente da contratação prevista no caput deste artigo, quando for o caso, será efetuado proporcionalmente ao resultado obtido nas atividades de pesquisa e desenvolvimento pactuadas.

§ 3º O instrumento de contrato deverá prever etapas de execução que permitam verificação de cumprimento das parcelas de execução.

Art. 25 Visando a promoção do desenvolvimento sustentável nas licitações promovidas pelo município serão observadas às disposições da lei 8.666 de 1993, com redação que lhes foi dada pela lei federal 12.349 de 2010 (Lei da Inovação).

Art. 26 Na aplicação do disposto nesta lei serão observadas as seguintes diretrizes:

I - priorizar ações que visem dotar o sistema produtivo municipal de recursos humanos adicionais e capacitação tecnológica específica, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Inovação; e

II - atender a programas e projetos de estímulo à inovação na defesa às questões socioambientais do município.

Art. 27 O município de Governador Celso Ramos, suas autarquias, fundações e empresas por ele controladas, direta ou indiretamente, poderão:

I - participar do capital social de sociedade ou associar-se à entidade dotada de personalidade jurídica própria caracterizada como jardim botânico, porto poliesportivo, laboratório científico, museu, aquário e iniciativas similares, ou criada para geri-los;

II - participar na qualidade de cotista de fundos mútuos de investimento com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), destinados à aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão de empresas cuja atividade principal seja a inovação tecnológica, conforme regulamentação e nos termos da legislação vigente, observados os limites legais de utilização de recursos públicos;

III - participar do capital social de sociedade de propósito específico, visando o desenvolvimento de projetos marítimos, científicos ou tecnológicos para a obtenção de produto ou processo inovador de interesse econômico ou social; e

IV - participar de sociedade cuja finalidade seja aportar capital sede capital em empresas que nestas explorem criação desenvolvida no âmbito de Instituição de Ciência Tecnológica e Inovação ou cuja finalidade seja aportar capital.

Parágrafo Único - A propriedade intelectual sobre os resultados obtidos pertencerá às instituições detentoras do capital social, na proporção da respectiva participação, na forma da Lei Federal n. 10.973 de 2004, salvo pactuado de forma distinta pelas partes, em instrumento jurídico próprio.

Art. 28 As autarquias e as fundações municipais definidas como Instituição de Ciência Tecnológica e Inovação deverão promover o ajuste de seus estatutos aos fins previstos na Lei Federal n. 10.973 de 2004 e nesta lei.

Art. 29 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos/SC, 26 de novembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Lei Nº 911/2013 - Dispõe Sobre As Diretrizes Para a Elaboração da Lei Orçamentária Para 2014 e Dá Outras Providências

LEI Nº 911, de 05 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2014 e dá outras providências.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A Lei Orçamentária do Município de Governador Celso Ramos, para o exercício de 2014 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as metas fiscais de receita, despesa, resultado primário e nominal e montante da dívida;
 II - as prioridades e metas da administração municipal extraída do Plano Plurianual para 2014/2017;
 III - a estrutura dos orçamentos das diversas unidades gestoras;
 IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
 V - as disposições sobre dívida pública municipal;
 VI - as disposições sobre as despesas com pessoal e seus encargos;
 VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária; e
 VIII - as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2014, 2015 e 2016, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são a aquelas identificadas no ANEXO I desta lei com os seguintes anexos complementares:

I - Anexo I.1 - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais de Receita;

II - Anexo I.2 - Demonstrativo das Prioridades e Metas Físicas para 2014 e Metas Financeiras para 2014, 2015 e 2016;

III - Anexo I.2.1 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Programa de Governo;

IV - Anexo I.2.2 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas por Grupo de Natureza de Despesa

V - Anexo I.2.3 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Primário;

VI - Anexo I.2.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Resultado Nominal;

VII - Anexo I.2.5 - Demonstrativo da Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Fiscais do Montante da Dívida;

VIII - Anexo I.3 - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2012;

IX - Anexo I.4 - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas para os três Exercícios Anteriores;

X - Anexo I.5 - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

XI - Anexo I.6 - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

XIV - Anexo I.7 - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

XV - Anexo I.8 - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

XVI - Anexo II - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

XVII - Anexo III - Demonstrativo dos Projetos previstos para Execução em 2013;

XVIII - Anexo IV - Demonstrativo das obras que passarão para 2014 em andamento e que deverão estar incluídas como prioridade nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XIX - Anexo V - Demonstrativo da Compatibilização das Metas de

Despesas priorizadas nesta Lei de Diretrizes Orçamentária com aquelas estabelecidas no Plano Plurianual;

X - Anexo VI - Demonstrativo da Compatibilização entre a Origem e o Destino dos Recursos;

XI - Anexo VII - Demonstrativo da Origem e Destino dos Recursos Vinculados à Saúde; e

XII - Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destino dos Recursos Vinculados ao Ensino.

II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2014

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014 são aquelas definidas e demonstradas nos ANEXOS I, I.1, I.2, I.2.1 a I.2.5 e V de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para 2014, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos I.2 e V a fim de compatibilizar a despesa à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa durante a execução orçamentária.

III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - programa - instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, denominado projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto - instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitado no tempo, do qual resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial - despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, da qual não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária - menor nível da classificação institucional da despesa, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional da despesa;

VII - receita ordinária - aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja, pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional ou legal;

VIII - execução física - realização da obra, fornecimento do bem ou serviço pelo contratado;

IX - execução orçamentária - arrecadação da receita, empenho e liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira - efetiva utilização dos recursos financeiros mediante pagamento das despesas, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

XI - categoria de programação, de que trata o artigo 167, VI da Constituição Federal - nível de classificação da despesa por programa de governo, ou nível de classificação da despesa por projetos, atividades e operações especiais.

Parágrafo Único - Cada programa identificará as ações de governo necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, e estas, com identificação da Classificação Institucional, Funcional Programática, Grupo de

Natureza de Despesa, Diagnóstico situacional do Programa ou ação, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e Financeiras e indicação das fontes de financiamento na forma da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores.

Art. 6º O orçamento para o exercício financeiro de 2014 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e seus Fundos, e será estruturado em conformidade com a configuração da Estrutura Organizacional vigente no Município.

Art. 7º A Lei Orçamentária para 2014 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras do Município: Prefeitura, Câmara, Fundo Municipal de Saúde e Serviço Municipal de Água e Esgoto e identificará os códigos das fontes e das destinações dos recursos, especificará os recursos dos Orçamentos Fiscais (OF) e da Seguridade Social (SS) e classificará as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e Portaria Conjunta nº 2/2012 (Manual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público) e alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo I, da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF nº 8/85);

II - Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas (Anexo II, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IV - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, Grupos de Natureza de Despesa e Modalidade de Aplicação em cada Unidade Orçamentária (Anexo III, da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF nº 8/85);

V - Programa de Trabalho de Governo (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VI - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7, da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas, conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8, da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

IX - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções de Governo (Anexo 9, da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº 8/85);

X - Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD com identificação da Classificação Institucional, Funcional, Programática, Grupo de Natureza da Despesa, Modalidade de Aplicação, Diagnóstico situacional do Programa ou Ação de Governo, Diretrizes, Objetivos, Metas Físicas e indicação das fontes de financiamento;

XI - Demonstrativo da Evolução da Receita por Fonte de Recursos, conforme disposto no Artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

XII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, na forma estabelecida no Art. 14 da LRF; (Art. 5º, II da LRF)

XIII - Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado. (Art. 5º, II da LRF)

XIV - Demonstrativo da Evolução da Despesa no mínimo por Categoria Econômica conforme disposto no Artigo 22 da Lei 4.320/64;

XV - Demonstrativo das Receitas e Despesas dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social; (Art. 165, § 5º da CF)

XVI - Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com as Metas Fiscais e Físicas estabelecidas na Lei de

Diretrizes Orçamentárias; (Art. 5º, I da LRF)

XVII - Demonstrativo dos Riscos Fiscais considerados para 2014. (Art. 5º, III da LRF)

XVIII - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Derivados da Alienação de Bens e Direitos que integram o Patrimônio Público. (Art. 44 da LRF)

XIX - Demonstrativo da Apuração do Resultado Primário e Nominal previstos para o exercício de 2014. (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF)

XX - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para 2014. (Art. 8º, 50, I da LRF e Portaria STN nº 245/2007)

§ 1º O Orçamento das Unidades Gestoras: Prefeitura, Câmara Municipal, Serviço de Água e Esgoto e Fundo Municipal de Saúde que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria: Câmara Municipal, Fundo Municipal de Saúde e Serviço Municipal de Água e Esgoto.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD de que trata o item X deste artigo fixará a despesa para a respectiva ação de governo, classificada por Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2001 e alterações posteriores, admitido, dentro de cada ação, ou de cada programa de governo, o remanejamento de dotação de um Grupo de Natureza de Despesa para outro ou de uma ação de governo para outra quando integrante dos programas relacionados à saúde e educação, por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme previsto no artigo 167, inciso VI da Constituição Federal de 1988.

§ 4º Quando necessário, para atender aos objetivos e metas estabelecidas na ação de governo e por não caracterizar crédito adicional especial, é admitido a inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o Art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/64, conterá, no mínimo:

I - Quadro Demonstrativo da Participação Relativa de cada Fonte na Composição da Receita Total;

II - Quadro Demonstrativo dos Tributos e outros créditos lançados e não arrecadados até 2012, identificando o estoque da Dívida Ativa;

III - Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa ao Nível de Função e Grupo de Natureza da Despesa realizada nos exercícios de 2011 e 2012 e despesa fixada para 2013 e 2014;

IV - Quadro Demonstrativo da Despesa Fixada por Unidade Orçamentária e sua Participação Relativa;

V - Quadro Demonstrativo da Evolução das Receitas Correntes Líquidas, Despesas com Pessoal e seu Percentual de Comprometimento, de 2011 a 2014;

VI - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico;

VII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos para Ações e Serviços Públicos de Saúde;

VIII - Demonstrativo da Composição do Ativo e Passivo Financeiro, posição em 31/10/2013;

IX - Quadro Demonstrativo da evolução do Saldo da Dívida Fundada de 2010 a 31/10/2013.

Art. 9º A Reserva de Contingência para as diversas Unidades Gestoras será constituída de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para 2014.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 10 A execução da Lei Orçamentária Anual de 2014 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos.

Art. 11 A Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual de 2014 poderão tratar os Fundos Municipais como Unidades Orçamentárias dos Órgãos de vinculação, transferindo, em 31/12/2013, o saldo das contas apurado em balanço desses Fundos, para as Unidades Gestoras correspondentes.

§ 1º Os Fundos Municipais tratados como Unidades Orçamentárias terão suas receitas especificadas no orçamento das Unidades Gestoras correspondentes, e estas receitas, por sua vez, deverão estar vinculadas as despesas relacionadas aos objetivos para o qual o fundo foi instituído.

§ 2º Em cada caso, o titular do Órgão em que o fundo estiver vinculado, será o gestor do fundo.

§ 3º Não se inclui na autorização constante do caput deste artigo o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 12 Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2014 deverá observar os efeitos da alteração da legislação tributária, o aparelhamento da máquina arrecadadora, os incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a evolução da receita arrecadada nos últimos três exercícios.

Parágrafo Único. Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 13 Se a receita estimada para 2014, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Poder Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Poder Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 14 Na execução do orçamento, verificado ao final de cada bimestre que o comportamento da receita poderá comprometer o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes: Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenho e da movimentação financeira nos montantes necessários para preservar o equilíbrio de caixa em cada fonte de recursos e o cumprimento das metas de resultado primário, nominal e montante da dívida.

§1º Quando a meta de arrecadação não alcançada se referir as fontes 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários, 0.1.01.000000 - Recursos de Impostos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e 0.1.02.000000 - Recursos de Impostos para Ações e Serviços Públicos de Saúde, a limitação de empenho e movimentação financeira recairá sobre dotações financiadas por estas fontes e relacionadas a:

- I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidas;
- II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - Dotações destinadas à manutenção da frota rodoviária municipal e serviços em geral; e
- IV - Dotações que não comprometam a execução de serviços considerados essenciais.

§2º A limitação de empenho e movimentação financeira será determinada por Decreto do Poder correspondente nos trinta dias subsequentes ao encerramento do bimestre por indicação do Setor de Contabilidade.

Art. 15 A geração de despesas obrigatórias de caráter continuado em 2014, demonstrada no Anexo I.8 desta lei será compensada, nos termos do artigo 17, §2º, da LC n. 101/2000, com os recursos do aumento permanente da receita também demonstrado no referido anexo.

Art. 16 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do ANEXO II desta LEI.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência a eles vinculados e também, se houver, com recursos do excesso de arrecadação e do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do de 2013.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal promoverá a abertura de crédito adicional extraordinário ou encaminhará Projeto de Lei a Câmara propondo abertura de créditos adicionais por conta da anulação parcial ou total de dotações alocadas para projetos, atividades ou operações especiais, desde que ainda não comprometidas.

§ 3º Não se efetivando até o dia 10/12/2014 os riscos fiscais constantes do Anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais especiais mediante autorização legislativa específica, ou ainda, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se apresentarem insuficientes, desde que atendidos os passivos contingentes confirmados e não houver resíduo a pagar a título de riscos ou eventos fiscais imprevistos e o ato não implicar em encerrar o exercício de 2014 com insuficiência de caixa.

§4º O Anexo de riscos fiscais poderá contemplar também recursos destinados exclusivamente à abertura de créditos adicionais suplementares ao longo do exercício por ato do Chefe do Poder Executivo para atender despesas orçadas a menor.

Art. 17 O orçamento para o exercício de 2014, reservará recursos de até 1,5% (um vírgula cinco por cento) da Receita Corrente Líquida para passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos de que trata o artigo 4º, § 3º e 5º, III da LC 101/2000, conforme ANEXO II desta Lei, não considerado aqui os recursos destinados a atender despesas não orçadas ou orçadas a menor de que trata o §4º do artigo 16 desta lei.

Art. 18 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 19 O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual: o desdobramento da receita prevista para 2014 em metas bimestrais de arrecadação por fonte de recursos, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, considerando nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer o equilíbrio de caixa.

Art. 20 Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2014 com dotações financiadas com recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos extraordinários, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver assegurado o ingresso desses recursos no fluxo de caixa através da assinatura

do respectivo convênio, contrato de repasse, carta de intenção contrato de financiamento ou qualquer outro documento de compromisso de liberação.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação e do superávit financeiro de que trata o artigo 43, da Lei 4.320/64 será realizada em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, conforme disposto nos artigos 8º, parágrafo único e 50, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal e orientação constante da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores.

§ 2º Na Lei Orçamentária Anual a codificação das contas de Receita e de Despesa será acrescida do código indicado na Tabela de Destinação de Recursos que acompanha o Orçamento da Receita, construída a partir das orientações constantes da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores, de forma que o resultado financeiro possa ser evidenciado em cada fonte de recursos.

§3º O controle da disponibilidade de caixa em cada fonte de recursos, de que trata o artigo 50, inciso I, da Lei Complementar (federal) nº 101/2000, será realizado no sistema de compensação e será indicada pelo saldo da conta "Disponibilidade por Destinação de Recursos a Utilizar" mediante o registro do ingresso da receita no caixa e registro da liquidação da despesa.

Art. 21 A renúncia e os descontos de receita estimado para o exercício financeiro de 2014, constantes do ANEXO I.8, integrará também o Orçamento da Receita em contas redutoras e apresentadas no ANEXO I.1, conforme orientação da Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2012 e alterações posteriores, dispensando assim a compensação exigida no artigo 14, II da LRF.

Art. 22 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas sem fins lucrativos beneficiará somente aquelas de caráter educativo, promoção da saúde, assistencial social, recreativo, cultural, esportivo, desenvolvimento econômico e de cooperação técnica voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá sempre de autorização em lei específica para cada entidade.

Parágrafo Único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão requerer o benefício, acompanhado de plano de aplicação, atender as normas estabelecidas para habilitação à obtenção do recurso e prestar contas no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelas normas de controle interno.

Art. 23 O procedimento administrativo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro de que trata o artigo 16, itens I e II da Lei Complementar (federal) nº 101/2000 deverá ser anexado no processo que abriga os autos da licitação, quando for o caso, antes da publicação do edital, ou ao processo do ato que implicar na geração de despesa.

Parágrafo Único. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante em cada exercício financeiro, não exceda em duas vezes o valor limite para dispensa de licitação fixada no item I do Art. 24, da Lei 8.666/93.

Art. 24 As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

Parágrafo único. As obras em andamento e os gastos programados para conservação do patrimônio público extraídas do Relatório sobre Projetos em Execução e a Executar - ANEXO III, de que trata o artigo 3º da IN TCE nº 02/2001, estão demonstrados no ANEXO IV desta lei.

Art. 25 Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal de Governador Celso Ramos quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e com a devida previsão de recursos na lei orçamentária.

Art. 26 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2014 a preços projetados para 2014.

Art. 27 A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada na Lei Orçamentária para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação das despesas no mínimo por elemento de despesa que trata a Portaria STN nº 163/2001 no momento do empenho da despesa.

Art. 28 Durante a execução orçamentária de 2014, o Executivo Municipal, autorizado por lei específica, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que estes se enquadrem nas prioridades para o exercício de 2014 e constantes desta lei.

Art. 29 O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo 50, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos, por exemplo: dos programas, das ações de governo, do m2 da construção, do m2 da pavimentação, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo Único. Os gastos dos serviços e das obras realizadas serão apurados a partir das metas físicas e financeiras realizadas através das operações orçamentárias e relatórios de produção fornecidos pelos titulares das Secretarias, Autarquias, Fundações e Fundos.

Art. 30 As ações de governo, priorizadas por esta lei e extraídas do Plano Plurianual, conforme Demonstrativo da Compatibilização das Metas de Despesas - ANEXO IX e contempladas na Lei Orçamentária para 2014, serão desdobrados em metas trimestrais para avaliação permanente pelos responsáveis e em audiência pública na Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar gastos e cumprimento das metas físicas estabelecidas.

Art. 31 Na execução da Lei Orçamentária de 2014, o Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares por ato próprio, até o limite de 30% (trinta por cento) da Receita Prevista, utilizando como fonte de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada fonte de recursos, observada a tendência do exercício;

II - o superávit financeiro do exercício anterior em cada fonte de recursos; e

III - o produto de operações de crédito autorizadas.

Art. 32 Na execução da Lei Orçamentária de 2014 fica o Chefe do

Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares nos projetos, atividades e operações especiais integrantes do mesmo programa de governo, utilizando como fonte de recursos a anulação de até 20% de cada dotação fixada para estes mesmos projetos, atividades e operações especiais.

§ 1º. Os créditos adicionais suplementares se caracterizam pela elevação da dotação fixada para o projeto, atividade ou operação especial, ainda que decorrente da inclusão de novo Grupo de Natureza de Despesa.

§ 2º. Eventuais alterações das fontes de financiamentos de cada projeto, atividade ou operações especiais para adequação das disponibilidades de caixa poderão ser efetuadas por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 33 Os gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico, com remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício e com ações e serviços públicos de saúde serão apurados no mínimo bimestralmente para avaliação do cumprimento do percentual mínimo de 25%, 60% e 15% estabelecido na Constituição Federal, na forma dos demonstrativos indicados nos incisos VI e VII, do artigo 8º desta lei.

§1º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com manutenção e desenvolvimento do ensino básico - MDEB será considerada as despesas liquidadas e empenhadas na fonte de recursos 0.1.01.000000 - Recursos de Impostos para MDEB até o período de referência.

§2º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício será considerada as despesas liquidadas e empenhadas na fonte de recursos 0.1.12.000000 - Remuneração dos Profissionais do Magistério em efetivo Exercício até o período de referência.

§3º Para efeito de apuração dos gastos mínimos com ações e serviços públicos de saúde - ASPS será considerada as despesas liquidadas e empenhadas na fonte de recursos 0.1.02.000000 - Recursos de Impostos para ASPS até o período de referência.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 34 A Lei Orçamentária de 2014 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento de Despesas de Capital, observado os limites de endividamento fixado nas Resoluções do Senado n. 40/2001 e 43/2002.

Art. 35 Ultrapassando o limite global de endividamento definido no Artigo 34 desta lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações definidas no Artigo 14 desta lei.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 36 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei ou ato próprio quando cabível, poderão em 2014, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou contratar pessoal para atender necessidade temporária de excepcional interesse público na forma da lei municipal que regula a matéria, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei orçamentária para 2014 ou em créditos adicionais.

Art. 37 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores mesmo quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 38 O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I - eliminação de vantagens e gratificações concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas extras.
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 39 Para efeito desta lei e registros contábeis entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Governador Celso Ramos, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único. Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em elementos de despesa diverso do "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e ser objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes.

Art. 41 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei específica, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 42 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária para 2014 à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2012.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o primeiro dia útil do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 (um doze avos) das dotações fixadas para despesas operacionais e constantes na proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 43 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros

pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos motivado por insuficiência momentânea de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 44 Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos pelos seus saldos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45 O Executivo Municipal está autorizado em 2014 a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não e confessar e parcelar eventuais dívidas constituídas junto a Receita Federal do Brasil.

Art. 46 Durante a execução da Lei Orçamentária Anual, as dotações fixadas e financiadas com recursos vinculados à saúde, educação e assistência social, poderão ser remanejadas de uma ação de governo para outra por ato do Chefe do Poder Executivo, observada a vinculação legal do recurso.

Art. 47 Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, 05 de dezembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Lei Nº 913/2013 - Ratifica o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Grande Florianópolis - Cis/Granfpolis e Dá Outra

LEI Nº 913 de 11 de dezembro de 2013.

Ratifica o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Grande Florianópolis - CIS/GRANFPOLIS e dá outras providências.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica ratificado o PROTOCOLO DE INTENÇÕES com o objetivo de constituir o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - CIS/GRANFPOLIS, formalizado pelos Chefes do Poder Executivo dos Municípios integrantes da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, em 11 de março de 2011, na cidade de Alfredo Wagner/SC:

I - com personalidade jurídica de direito público;

II - sob a forma de associação pública; e

III - intuito de otimizar os recursos públicos disponíveis e reforçar o papel do Município na consecução do direito fundamental de todos os cidadãos de receberem atendimento de saúde digno e eficaz.

Art. 2º Fica ainda autorizado o Município de Governador Celso Ramos a firmar o correspondente CONTRATO DE RATEIO e o CONTRATO DE PROGRAMA.

Art. 3º Obriga-se o Município a, anualmente, incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA recursos suficientes para satisfazer as despesas com o CIS/GRANFPOLIS.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 11 de dezembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Lei Nº 914/2013 - Estabelece Aos Beneficiários Os Percentuais e As Condições de Aplicabilidade do Incentivo Financeiro do Pmaq-Ab

LEI Nº 914 de 11 de dezembro de 2013.

"ESTABELECE AOS BENEFICIÁRIOS OS PERCENTUAIS E AS CONDIÇÕES DE APLICABILIDADE DO INCENTIVO FINANCEIRO DO PMAQ-AB, CONCEDIDO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, NA FORMA DA PORTARIA Nº 1654/2011 E 562/2013 DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Esta lei estabelece ao Poder Executivo e aos beneficiários, os percentuais e as condições de aplicabilidade do INCENTIVO FINANCEIRO do PMAQ-AB, recebido de forma variável pelo Município, do Ministério da Saúde, no âmbito do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ-AB, instituído pela PortariaGM (Gabinete do Ministro) nº. 1.654, de 19 de julho de 2011, segundo a classificação de desempenho preconizada pelo art.16 da referida Portaria e Portaria GM nº 562 de 04 de abril de 2013.

Art. 2º O Poder Executivo aplicará o Incentivo Financeiro do PMAQ-ABefetivamente recebido do Ministério da Saúde:

I - sob a forma de GRATIFICAÇÃO PMAQ-AB, concedido aos profissionais da saúde, integrantes da equipe certificada pelo Ministério da Saúde, respeitadas as categorias de desempenho descritas nos art.13 e 14 da Portaria 1.654 /GM/MS, de 19 de abril de 2011e inscritos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

II -Gastos com encargos sociais e trabalhistas;

Art. 3º Do total do valor efetivamente recebido do Ministério da Saúde a título de INCENTIVO FINANCEIRO:

I -70% (setenta por cento) serão divididos entre os profissionais de cada ESF - Equipe de Saúde da Família, ESB - Equipe de Saúde Bucal e NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família, cadastrada; e
II -30% (trinta por cento) destinados a gastos com encargos sociais e trabalhistas com os profissionais integrantes das equipes;

Art. 4º Os profissionais beneficiários do INCENTIVO FINANCEIRO - PMAQ-AB e os percentuais de cada profissional da ESF são:

I - Médicos -45%. (quarenta e cinco por cento);

II -Enfermeiros -45% (quarenta e cinco por cento);

III - Técnicos de Enfermagem - 25% (vinte cinco por cento) e;

IV- Auxiliar de Enfermagem -25% (vinte cinco por cento)

Art. 5º Os profissionais beneficiários do INCENTIVO FINANCEIRO - PMAQ-AB e os percentuais de cada profissional da ESB são:

I - Odontólogo - 45%. (quarenta e cinco por cento);

II - ACD - 25% (vinte cinco por cento)

Art. 6º Os profissionais beneficiários do INCENTIVO FINANCEIRO - PMAQ-AB e os percentuais de cada profissional da NASF são:

I- Fisioterapeuta - 35% (trinta e cinco por cento)

II - Fonoaudiólogo - 35% (trinta e cinco por cento)

III - Psicólogo -35% (trinta e cinco por cento)

Art. 7º O Incentivo Financeiro do PMAQ-AB, concedido às equipes premiadas sob forma de gratificação não autoriza a incorporação ao vencimento, e depende dos recursos financeiros do Ministério da Saúde e desempenho da equipe, segundo a avaliação oficial.

Art. 8º O valor do Incentivo Financeiro do PMAQ-AB, denominado como Componente de Qualidade do Piso de Atenção Básica Variável (PAB variável), segue as diretrizes fixadas pelo Ministério da

Saúde na portaria 2.396, de 13 de outubro de 2011.

Art. 9º O valor a que cada profissional da ESF, ESB e NASF receberão, dependerá do valor repassado pelo Ministério da Saúde no exercício ou mês, ficando condicionado às metas que deverão ser atingidas por cada equipe, podendo o valor variar mensalmente.

Art. 10º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

Art. 11º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 11 de dezembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Lei Nº 916/2013 - Fica Prorrogado o Prazo da Lei Municipal Nº 846 de 05 de Agosto de 2013 e Dá Outras Providências

LEI Nº 916 de 11 de dezembro de 2013.

Fica prorrogado o prazo da Lei Municipal nº 846 de 05 de agosto de 2013 e dá outras providências.

Art. 1º- Fica prorrogado o prazo de vigência previsto no Art. 2º, da Lei Municipal nº Lei 846 de 05 de agosto de 2013, que: Prorroga o prazo para adesão do Programa de Recuperação Fiscal - PROFIS e estabelecido normas para cobrança extrajudicial com a finalidade de implementar a arrecadação, bem como efetivar a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos dos contribuintes (pessoas físicas e jurídicas), relativos a tributos municipais, constituídos em dívida ativa, parcelados, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

Art. 2º- Fica prorrogado até 20 de dezembro de 2013, o prazo para concessão do programa de recuperação fiscal - PROFIS.

Parágrafo Único - permanecem inalterados os demais itens dispostos na Lei nº 846, de 05 de agosto de 2013.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 11 de dezembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Lei Nº 917/2013 - Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar Na Lei Orçamentária do Exercício de 2013

LEI Nº 917 de 11 de dezembro de 2013.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária do exercício de 2013.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$383.315,00 (trezentos e oitenta e três mil e trezentos e quinze reais) na Unidade Gestora Prefeitura, e Fundo de Saúde utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0501	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	235.760,00
04.122.0006.2.020	Remuneração de pessoal	235.760,00
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal e Encargos	235.760,00

(6)3.1.90.00.00.00.00	Aplicações diretas	235.760,00
00.01.00000.0	Recursos ordinários	235.760,00
1401	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	67.555,00
12.361.0014.1.039	Construção ou Ampliação da rede física do ensino infantil	67.555,00
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos	67.555,00
(41)		
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações diretas	67.555,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	67.555,00
2001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	80.000,00
10.301.0002.2.004	Programa de saúde da família	80.000,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e encargos sociais	80.000,00
(18)3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	80.000,00
00.01.002.00	Receitas de impostos para ASPS	80.000,00
TOTAL		383.315,00

ANULAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0402	Gabinete do Prefeito	21.056,00
04.122.0005.2.015	Func. e Manut.do Gabinete do Prefeito	21.056,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras despesas correntes	21.056,00
(1)3.3.90.00.00.00.00	Aplicações diretas	21.056,00
00.01.00000.0	Recursos ordinários	21.056,00
0501	Secretaria da Administração	32.182,00
04.122.0006.2.017	Func. manut. da secretaria de administração	32.182,00
(81)3.1.71.00.00.00	Transf. Consórcios públicos	2.112,00
(82)3.3.71.00.00.00	Transf. Consórcios públicos	1.152,00
(3)3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas	27.316,00
(83)4.4.71.00.00.00	Transf. Consórcios públicos	576,00
(4) 4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas	1.026,00
00.01.00000.0	Recursos ordinários	32.182,00
0801	Secretaria da Fazenda	32.152,00
04.123.0007.2.050	Func. emanut. da secretaria de finanças	31.000,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras despesas correntes	31.000,00
(10)3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	31.000,00
00.01.00000.0	Recursos Ordinários	31.000,00
04.122.0007.2.050	Func. manut. do CIGA	1.152,00
(8)3.3.71.00.00.00	Transf. Consórcio público	700,00
(9)4.4.71.00.00.00	Transf. Consórcio público	452,00
00.01.00000.0	Recursos Ordinários	32.152,00
0208	Secretaria de Desenvolvimento-Social	2.882,00
08.243.0008.2.022	Fundo Municipal da Infância e Adolescência	182,00
08.243.0008.2.022	Proteção da criança em situação de risco	182,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras despesas correntes	182,00
(12)3.3.90.00.00	Aplicações diretas	182,00
0.1.01.000000	Recursos ordinários	182,00
08.243.0008.2.023	Desenvolvimento de Programas Sociais	2.700,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras despesas correntes	2.200,00
(14) 3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas	2.200,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	500,00

(16)4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas	500,00
	Secretaria de Planej. Desenv. Urbano e Meio Ambiente	32.996,00
04.122.0009.2.026	Func. e Manutenção da Secretaria	32.996,00
3.3.00.00.00.00	Outras despesas correntes	32.996,00
(18)3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas	32.996,00
0.1.01.000000	Recursos ordinários	32.996,00
	Secretaria de Educação e Cultura	67.555,00
12.361.0014.2.042	Func. manut. ensino Infantil	13.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras despesas correntes	13.000,00
(48)3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas	13.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	13.000,00
	Merenda escolar	30.987,00
10.306.0014.2.043	Outras despesas correntes	30.987,00
3.3.00.00.00.00	Outras despesas correntes	30.987,00
(37)3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas	30.987,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	30.987,00
	Formação para todos do ensino médio e superior	23.568,00
12.362.0014.2.045	Outras despesas correntes	23.568,00
3.3.00.00.00.00	Outras despesas correntes	23.568,00
(57)3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas	23.568,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	23.568,00
	Secretaria de Pesca	5.711,00
1501	Secretaria de Pesca	5.711,00
20.606.0012.2.034	Func. e Manutenção da Secretaria	5.711,00
3.3.00.00.00.00	Outras despesas correntes	5.711,00
(61)3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas	5.711,00
0.1.01.000000	Recursos ordinários	5.711,00
	SECRETARIA DE DESEV. ECON TURISMO, ESPORTE E LAZER	8.781,00
1601	SECRETARIA DE DESEV. ECON TURISMO, ESPORTE E LAZER	8.781,00
23.695.0010.2.031	Func. manut do Turismo	7.740,00
3.3.00.00.00.00	Outras despesas correntes	7.740,00
(68)3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas	7.740,00
0.1.01.000000	Recursos ordinários	7.740,00
	Func. manut. do Esporte e lazer	1.041,00
23.122.0011.2.032	Func. manut. do Esporte e lazer	1.041,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	1.041,00
(67)4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas	1.041,00
0.1.01.000000	Recursos ordinários	1.041,00
	Encargos Especiais	100.000,00
1701	Encargos Especiais	100.000,00
28.123.0015.003	Precatórios	100.000,00
3.3.00.00.00.00	Aplicações diretas	100.000,00
(70)3.3.90.00.00.00	Recursos ordinários	100.000,00
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	80.000,00
2001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	80.000,00
	Programa de Agentes Comunitários	6.900,00
10.301.0002.2.005	Programa de Agentes Comunitários	6.900,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e encargos sociais	6.900,00
(21)3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	6.900,00
00.01.002.00	Recursos Ordinários	6.900,00
	Manutenção da secretaria da saúde	73.100,00
10.301.0002.2.002	Manutenção da secretaria da saúde	73.100,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e encargos sociais	73.100,00
(12)3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	73.100,00
00.01.002.00	Receitas de impostos para ASPS	73.100,00
TOTAL		383.315,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, 11 de dezembro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
PREFEITO MUNICIPAL

Lei Nº 919/2013 - Denomina Via Pública Que Menciona e Dá Outras Providências.

LEI Nº 919 de 11 de dezembro de 2013.
Denomina via pública que menciona e dá outras providências.

O povo de Governador Celso Ramos, por meio de seus representantes aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada Servidão Maria Delfino da Silveira, a rua nº 215, localizada no bairro de Camboa neste município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 11 de dezembro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Lei Nº 920/2013 - Denomina Via Pública Que Menciona e Dá Outras Providências.

LEI Nº 920 de 11 de dezembro de 2013.
Denomina via pública que menciona e dá outras providências.

O povo de Governador Celso Ramos, por meio de seus representantes aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada Servidão Dilma Soares Monteiro, a rua nº 050, localizada no bairro da fazenda da Armação, neste município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 11 de dezembro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Lei Nº 921/2013 - Denomina Via Pública Que Menciona e Dá Outras Providências.

LEI Nº 921 de 11 de dezembro de 2013.
Denomina via pública que menciona e dá outras providências.

O povo de Governador Celso Ramos, por meio de seus representantes aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada RUA ANDRÉ TEIXEIRA, a Rua nº 249, localizada no bairro de Areias de Cima neste município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 11 de dezembro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Lei Nº 922 2013 - Denomina Via Pública Que Menciona e Dá Outras Providências.

LEI Nº 922 de 11 de dezembro de 2013.

Denomina via pública que menciona e dá outras providências.

O povo de Governador Celso Ramos, por meio de seus representantes aprova e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada RUA JOSUÉ SERAFIM, a Rua nº 254, localizada no bairro de Areias de Cima neste município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 11 de dezembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Lei Nº 923/2013 - Autoriza a Cessão de Uso de Bem Imóvel Entre o Município de Governador Celso Ramos

LEI Nº 923 de 17 de dezembro de 2013.

AUTORIZA A CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL ENTRE O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, ESTADO DE SANTA CATARINA E A PARÓQUIA NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no exercício de suas atribuições legais e nos termos do que dispõe a Lei Orgânica do Município, art. 59, Caput:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assinar o termo de cessão de uso de bem imóvel entre o Município de Governador Celso Ramos, Estado de Santa Catarina e a Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes, CNPJ 83.932.343/0059-38.

Art. 2º - O objeto do Termo de Cessão de Uso é a CAPELA MORTUÁRIA no município de Governador Celso Ramos, localizada no Cemitério Municipal, Rua João Eudócio Sagás, Ganchos do Meio.

Art. 3º - A Administração da Capela Mortuária, gastos com manutenção, limpeza e pintura da estrutura física são de inteira responsabilidade da Paróquia Nossa Senhora dos Navegantes, que zelará pelo bem público e prestará contas aos habitantes de Governador Celso Ramos sob a forma da lei vigente no município.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 17 de dezembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Lei Nº 924/2013 - Cria Cargo Que Menciona e Dá Outras Providências

LEI Nº 924 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

CRIA CARGO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, prefeito do município de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos habitantes deste município que a câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Informal no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.

§ 1º - As atribuições referentes ao Professor de Educação Informal seguirá os preceitos constantes no art. 49, §§ 1º e 2º da Lei 809/2012.

§ 2º - Aos professores que estiverem cursando a partir da primeira fase, em curso de nível superior, terá o vencimento de R\$747,27 15% de gratificação de incentivo.

§ 3º - Aos professores graduados, em curso de nível superior, o vencimento será de R\$971,44 15% de gratificação de incentivo.

§ 4º - A carga horária para fins deste artigo será distribuída em 10, 20, 30 e 40 horas.

§ 5º - O número de vagas abertas para este cargo será de 30 (trinta).

Art. 2º Fica criado o cargo de provimento efetivo de Segundo Professor no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.

§ 1º - As atribuições referentes ao Segundo Professor seguirá os preceitos constantes no art. 184, incisos I a X da Lei 809/2012.

§ 2º - Aos professores que estiverem cursando a partir da primeira fase, em curso de nível superior, terá o vencimento de R\$747,27 20% de regência de classe.

§ 3º - Aos professores graduados, em curso de nível superior, o vencimento será de R\$971,44 20% de regência de classe.

§ 4º - A carga horária para fins deste artigo será de 20 horas.

§ 5º - O número de vagas abertas para este cargo será de 30 (trinta).

Art. 2º Fica criado o cargo de provimento efetivo de Monitor no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.

§ 1º - As atribuições referentes ao Cargo de Monitor seguirá os preceitos constantes no art. 170, incisos I a XI da Lei 809/2012.

§ 2º - Aos monitores o vencimento será de R\$678,00.

§ 4º - A carga horária para fins deste artigo será de 30 horas.

§ 5º - O número de vagas abertas para este cargo será de 12 (doze).

Art. 3º Fica criado o cargo de provimento efetivo de Educador Infantil no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, com carga horária, atribuições e vencimentos constantes na lei 566/2007.

§ 1º - Aos professores com Magistério completo ou cursando Pedagogia a partir da 1ª fase terá o vencimento de R\$747,27 20% de regência de classe.

§ 3º - Aos professores graduados, em curso de nível superior, o vencimento será de R\$971,44 20% de regência de classe.

§ 4º - Fica ampliada a carga horária de 20 horas para 30 horas.

§ 5º - O número de vagas abertas para este cargo será de 20 (vinte).

Art. 4º Fica criado o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, com carga horária, atribuições e vencimentos constantes na lei 240/1989.

§ 1º - Fica ampliada a carga horária para 30 horas.

§ 2º - O número de vagas abertas para este cargo será de 20 (vinte).

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se disposições em contrário.

Governador Celso Ramos (SC), 17 de dezembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Lei Nº 925/2013 - Altera o Código Tributário, Lei N º 130/2001, e Daoutrasprovidências.

LEI Nº 925 de 17 de dezembro de 2013.

Altera o Código Tributário, Lei n º 130/2001, e daoutrasprovidências.

JULIANO DUARTE CAMPOS, prefeito do município de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos habitantes deste município que a câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica alterada a Tabela VII Planta Genérica de Valores Zoneamento, dos Setores abaixo:

SETOR 08 – Areias de Baixo

Zona 02;

Os imóveis localizados na quadra 20, 21 e 22, imóveis localizados no logradouro:

Avenida AntonioBernadino dos Santos;

Os imóveis localizados no Logradouro:

Rodovia BR 101

SETOR 09 – Areias de Cima

Zona 01;

Os imóveis localizados na quadra 19,

SETOR 10 – Areias do Meio

Zona 02;

Os imóveis localizados na quadra, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44

Art. 2º - O anexo II, da Tabela VII Valores do Metro Quadrado dos ImóveisIPTU, em UFM por metro quadrado, alterado pela Lei 479 de 2006, passa a ter a seguinte redação:

ANEXOII

VALORES DO METRO QUADRADO DOS IMÓVEIS IPTUEM UFM

IMÓVEIS URBANOS

SETOR 01:	ZONA 01	0,91	UFM
	ZONA 02	0,74	UFM
	ZONA 03	0,60	UFM
	ZONA 04	0,52	UFM
	ZONA 05	0,42	UFM
SETOR 02:	ZONA 01	3,48	UFM
	ZONA 02	0,74	UFM
	ZONA 03	0,60	UFM
	ZONA 04	0,52	UFM
	ZONA 05	0,42	UFM
SETOR 03:	ZONA 01	8,97	UFM
	ZONA 02	5,35	UFM
	ZONA 03	3,70	UFM
	ZONA 04	0,95	UFM
	ZONA 05	0,52	UFM

SETOR 04:	ZONA 01	5,25	UFM
	ZONA 02	2,92	UFM
	ZONA 03	1,46	UFM
	ZONA 04	1,16	UFM
	ZONA 05	0,58	UFM
	ZONA ESPECIAL	16,08	UFM
SETOR 05:	ZONA 02	1,17	UFM
	ZONA 03	0,96	UFM
	ZONA 04	0,77	UFM
	ZONA 05	0,58	UFM
SETOR 06:	ZONA 01	3,78	UFM
	ZONA 02	1,62	UFM
	ZONA 03	1,43	UFM
	ZONA 04	1,20	UFM
	ZONA 05	1,04	UFM
SETOR 07:	ZONA 01	3,36	UFM
	ZONA 02	0,91	UFM
	ZONA 03	0,83	UFM
	ZONA 04	0,67	UFM
	ZONA 05	0,52	UFM
SETORES 08,09 E 10	ZONA 01	2,52	UFM
	ZONA 02	0,37	UFM
	ZONA 03	0,30	UFM
	ZONA 04	0,26	UFM
	ZONA 05	0,18	UFM
SETORES 11 E 12 :	ZONA 01	0,57	UFM
	ZONA 02	0,48	UFM
	ZONA 03	0,37	UFM
	ZONA 04	0,30	UFM
	ZONA 05	0,26	UFM
SETORES 13 E 14 :	ZONA 01	2,52	UFM
	ZONA 02	0,65	UFM
	ZONA 03	0,52	UFM
	ZONA 04	0,45	UFM
	ZONA 05	0,36	UFM

Art. 3º - O anexo III, da Tabela VII Valores do Metro das Edificações IPTU, em UFM por Metro Quadrado, alterado pela Lei 479 de 2006, passa a ter a seguinte redação:

ANEXOIII

VALORES DO METRO DAS EDIFICAÇÕES IPTU EM UFM

Casa, sobrado até 70 pontos	1,46	UFM
Casa, sobrado acima de 71 pontos	1,94	UFM
Apartamentos	9,70	UFM
Loja / Sala Comercial	1,94	UFM
Industria	0,60	UFM
Galpão	1,05	UFM
Especial	1,96	UFM

Garagem	2,25	UFM
Telheiro	0,39	UFM

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 17 de dezembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Lei Nº 926 /2013 - Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar Na Lei Orçamentária do Exercício de 2013.

LEI Nº 926 de 17 de dezembro de 2013.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária do exercício de 2013.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$ (Duzentos e quarenta e sete mil e quatrocentos e oitenta e sete reais) na LOA 2013, utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0501	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	247.487,00
04.122.0006.2.020	Remuneração de pessoal	247.487,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	247.487,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações diretas	247.487,00
01.001.00.00.00	Recursos ordinários	247.487,00

ANULAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0402	GABINETE DO PREFEITO	35.700,00
04.122.0005.2.015	Func. Manutenção do Gabinete do Prefeito	35.700,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras despesas correntes	35.700,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações diretas	35.700,00
01.001.00.00.00.00	Recursos ordinários	35.700,00
0501	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	26.700,00
04.122.006.2.017	Func. Manutenção da Secretaria de administração	26.700,00
33.00.00.00.00.00	Outras despesas correntes	26.700,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações diretas	26.700,00
01.001.00.00.00	Recursos ordinários	26.700,00
08.01	SECRETARIA DA FAZENDA	140.000,00
04.123.0007.2.021	Func.e manutenção da secretaria	140.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras despesas correntes	140.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas	140.000,00
01.001.00.00.00	Recursos ordinários	140.000,00
10.01	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	413,00

08.243.0008.2.023	Desenvolvimento de programas sociais	413,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras despesas correntes	413,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações diretas	413,00
0.1.00.00.00.00	Recursos ordinários	413,00
14.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	5.376,00
12.361.0014.2.049	Func. manutenção da cultura/ biblioteca pública	5.376,00
3.3.00.00.00.00	Outras despesas correntes	1.876,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas	1.876,00
4.4.00.00.00.00	Despesas de capital	3.500,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas	3.500,00
0.1.00.00.00.00	Receitas de impostos p/ MDEB	5.376,00
15.01	SECRETARIA DE PESCA	4.095,00
20.606.0012.2.034	Func. e Manutenção da Secretaria	4.095,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras despesas correntes	4.095,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações diretas	4.095,00
0.1.001.00.00.00.00	Recursos ordinários	4.095,00
1601	SECRETARIA DETURISMO,ESPORTE E LAZER	35.203,00
23.695.0010.2.031	Func. manutenção da secretaria	32.585,00
3.3.00.00.00.00	Outras despesas correntes	32.585,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas	32.585,00
0.1.00.00.00.00.00	Recursos ordinários	32.585,00
23.122.0011.2.032	Func. manutenção do esporte e lazer	2.618,00
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos	2.618,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações diretas	2.618,00
01.001.00.00.00	Recursos ordinários	2.618,00
TOTAL		247.487,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, 17 de dezembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

PREFEITO MUNICIPAL

Lei Nº 927/2013 - Altera o Art. 3º, Art. 9º e Art. 10 da Lei Nº 849 de 06 de Agosto de 2013, Que Institui a Criação do Solo Criado No Município de Gov

LEI Nº 927 de 17 de dezembro de 2013.

Altera o art. 3º, art. 9º e art. 10 da Lei nº 849 de 06 de agosto de 2013, que institui a criação do solo criado no município de Governador Celso Ramos, alterando os gabaritos pré-estabelecidos por Lei e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Governador Celso Ramos decreta e Eu prefeito municipal sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O art. 3º, inciso I e alíneas a) e b) da Lei nº 849 de 06 de agosto de 2013, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 3º - O solo criado somente poderá ser adquirido do município, até o percentual máximo de 50% (cinquenta por cento) do índice de aproveitamento previsto na legislação para todos os zoneamentos do município da seguinte forma:

I - Na forma onerosa até o limite mínimo de 20% (vinte por cento) e máximo de 40% (quarenta por cento) do índice de aproveitamento previsto na legislação;

II - Na forma não onerosa até o limite máximo de 10% (dez por cento) do índice de aproveitamento previsto na legislação, da seguinte forma:

a) 10% (dez por cento) de acréscimo para empreendimentos que apresentarem a implantação de sistemas de aproveitamento de água da chuva, reaproveitamento de águas servidas e tratamentos de água e esgoto.

b) 10% (dez por cento) de acréscimo para empreendimentos que apresentarem a implantação de melhorias de infraestrutura urbana e geração de energia elétrica a partir dos ventos suficientes para a demanda do empreendimento.

Parágrafo Único - Na forma do inciso I, do presente artigo, será aplicado o percentual de 6% (seis por cento) do CUB médio, conforme tabela de Governador Celso Ramos, por metro quadrado de área acrescida como solo criado sob o índice de aproveitamento.

Art. 2º - O art. 9º da Lei nº 849 de 06 de agosto de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º - Para as ARP - Áreas Residenciais Predominante ficam estabelecidos os seguintes critérios:

I - As regras de afastamentos correspondentes as laterais e de fundos ficam determinados conforme a seguinte formula: $h/10$, sendo h a altura da face superior do último pavimento garagem até a altura da platibanda, quando da aquisição do solo criado com o mínimo de 1,50m.

II - Fica facultado a utilização de 01 (um) pavimento garagem com taxa de ocupação de 80% (oitenta por cento), sem as exigências dos afastamentos laterais e de fundos.

III - Para as ARP, ATS e para os demais zoneamentos, ficam estabelecidas os critérios dos incisos I, II e IV do presente artigo.

IV - Fica facultado a utilização de 01 (um) pavimento ático com taxa de ocupação em no máximo 70% (setenta por cento) da área.

Art. 3º - O art. 10º da Lei nº 849 de 06 de agosto de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10º - Quando da aquisição do Solo Criado, não se perde o direito do uso do pavimento designado como ático em qualquer zoneamento.

Art. 4º - Está lei não atenderá o Loteamento Palmas do Arvoredo e as ARP e entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 17 de dezembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Lei Nº918/2013 - Altera a Nomenclatura do Cargo de Assessor Administrativo da Mesa Diretora Previsto Na Lei Nº 816/2013, Art. 1º

LEI Nº918 de 11 de dezembro de 2013.

ALTERA A NOMENCLATURA DO CARGO DE ASSESSOR ADMINISTRATIVO DA MESA DIRETORA PREVISTO NA LEI Nº 816/2013, ART. 1º, PARA O DE DIRETOR ADMINISTRATIVO DA MESA DIRETORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a

Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica alterada a nomenclatura do cargo de provimento em comissão de Assessor Administrativo da Mesa Diretora para o de Diretor Administrativo da Mesa Diretora.

Art. 2º- As atribuições, vencimentos, níveis, condições de trabalho, requisitos para provimento e recrutamento do cargo, permanecem as definidas na Lei nº 816/2013 e no anexo I, que é parte integrante da Lei nº 816/2013.

Art. 3º- As despesas decorrentes desta Lei, ocorrerão por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 4º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, 11 de dezembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 149/2013 - Declara de Utilidade Pública Para Fins de Desapropriação, Em Caráter de Urgência, a Área de Terra Que Menciona e Dá Outras Provi

DECRETO Nº 149, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, em caráter de urgência, a área de terra que menciona e dá outras providências.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições e do que dispõe a Lei Orgânica, artigo 28, I, d, Art. 77, XVI e com amparo nas disposições dos artigos 2º, 5º e 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretada de utilidade pública para fins de desapropriação, amigável ou judicial, em caráter de urgência, a ser efetivada pelo Município de Governador Celso Ramos, o imóvel situado na Praça VI de Novembro, a seguir descrito:

I - O domínio útil sobre área de terreno, de forma irregular, situado a Praça VI de novembro, Ganhos do Meio, neste Município com a seguinte descrição:

Norte: com 18,42m, confrontando com a Praça VI de novembro;
Sul: com 9,06m e 13,31, confrontando com o terreno de Nazareno Jorge da Silva;

Leste: com 19,63 e 20,08, confrontando com servidão existente;
Oeste: com 31,60, confrontando com servidão existente.

Art. 2º - A finalidade da área desapropriada é para ampliação e humanização da Praça Central.

Art. 3º - Fica o Município de Governador Celso Ramos autorizado a proceder todos os atos necessários ao cumprimento deste Decreto.

Art. 4º - As despesas decorrentes deste Decreto correrá por conta do orçamento vigente.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 16 de dezembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 156/2013 - Faz Remanejamento de Dotação Na Lei Orçamentária Para 2013.

DECRETO Nº 156/2013

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, LXIII, da Lei Municipal nº 814/2013 Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 815/2013:

2001. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
2001.10.301.0002.2.002	Manutenção da Secretaria da Saúde	150.000,00
	REDUÇÃO	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	150.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	150.000,00
00.01.0002.0	Recursos de Impostos p/ ASPS	150.000,00
2001.10.301.0002.2.002	Manutenção da Secretaria da Saúde	150.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	150.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	150.000,00
00.01.0002.0	Recursos de Impostos p/ ASPS	150.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 17 de Dezembro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 148/2013 - Declara de Utilidade Pública Área de Terreno Necessária Para Dar Continuidade a Rua José Sagas

DECRETO Nº 148, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ÁREA DE TERRENO NECESSÁRIA PARA DAR CONTINUIDADE A RUA JOSÉ SAGAS QUE LIGARÁ À RUA DAS ESTREMOSAS, NO BAIRRO DE PALMAS, NESTE MUNICÍPIO.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições e do que dispõe a Lei Orgânica, artigo 28, I, d, e com amparo nas disposições dos artigos 2º, 5º e 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, a área de domínio útil, sobre terreno, de forma irregular, que ligará a Rua José Sagas com a Rua Estremosa, localizadas no Bairro Palmas, com extensão de 65, 488m, sendo projetada pista com 6,00m de largura e passeios de 1,50m.

Art. 2º Fica o Município de Governador Celso Ramos autorizado a proceder todos os atos necessários ao cumprimento deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 16 de dezembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 150/2013 - Dispõe Sobre a Inscrição de Despesas Em Restos a Pagar, Seu Pagamento e o Seu Cancelamento.

DECRETO Nº 150/2013

Dispõe sobre a inscrição de despesas em Restos a Pagar, seu pagamento e o seu cancelamento.

JULIANO DUARTE CAMPO, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, usando das atribuições que lhe confere o Art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º As despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro, serão inscritas em restos a pagar processados ou não processados.

§ 1º Entende-se por restos a pagar processados, as despesas liquidadas e por restos a pagar não processados, as despesas não liquidadas, conforme disposto no artigo 63 da Lei (federal) nº 4.320/64.

§ 2º A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor ou entidade beneficiária, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito ou da habilitação ao benefício.

§ 3º A verificação de que trata o § 2º deste artigo, tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar; e

III - a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.

§ 4º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos, ou serviços prestados, terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes de entrega do material ou da prestação efetiva do serviço.

§ 5º O registro dos Restos a Pagar far-se-á por exercício e por credor.

Art. 2º A inscrição de despesas em restos a pagar será automática no encerramento do exercício financeiro de emissão da nota de empenho, observado os limites e condições estabelecidos nos artigos 42 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000, e terá validade até 31 de dezembro do exercício imediatamente subsequente.

Art. 3º Após o cancelamento da inscrição da despesa em restos a pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido à conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores, conforme disposto no artigo 37, da Lei (federal) nº 4.320/64.

Art. 4º Prescreve em 5 (cinco) anos o direito de reclamar os restos a pagar cancelados, contados a partir da data do cancelamento.

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 17 de dezembro de 2013.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 151/2013 - Determina Calendário Fiscal Para o Ano de 2014

DECRETO Nº 151, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.
Determina Calendário Fiscal para o ano de 2014.

O Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica do Município

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o Calendário Fiscal para o ano de 2014, como segue:

I - O pagamento do imposto Predial e Territorial Urbano (I.P.T.U.) será fracionado em 08 (oito) parcelas mensais, sendo os vencimentos, respectivamente nos dias: 24/02/2014, 24/03/2014, 24/04/2014, 24/05/2014, 24/06/2014, 24/07/2014, 24/08/2014 e 24/09/2014;

II - O contribuinte poderá optar pelo pagamento do I.P.T.U. em parcela única, pelo qual terá desconto de 15% (quinze por cento), para pagamento até o dia 24/02/2014 e desconto de 10% (dez por cento), para pagamento até o dia 24/03/2014.

III - O pagamento da taxa de Licença - Licença para localização e Funcionamento, Alvará Sanitário, será em cota única, sendo o seu vencimento para o dia 10/02/2014.

IV - O pagamento do ISS - Fixo, prestados por pessoas físicas ou sociedades, será fracionado em três parcelas mensais, sendo o vencimento respectivamente nos dias: 10/02/2014, 10/03/2014 e 10/04/2014.

Art. 2º A atualização monetária, disposta no Art. 150 e Art. 238, da Lei nº 130/2001 (Código Tributário Municipal) será fixada em 5,6% (cinco vírgula seis por cento) para o ano base 2013, sendo lançado em 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o decreto n. 005/2013.

Governador Celso Ramos, 17 de dezembro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 152/2013 - Determina a Baixa de Todas As Situações Em Que Foram Concedidas Isenções e Imunidades

DECRETO Nº 152/2013, de 17 de dezembro de 2013
DETERMINA A BAIXA DE TODAS AS SITUAÇÕES EM QUE FORAM CONCEDIDAS ISENÇÕES E IMUNIDADES, TANTO CADASTRAIS COMO NOS DÉBITOS, ESTABELECE PRAZO PARA O RECADASTRAMENTO FISCAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica do Município e

CONSIDERANDO que foram detectadas situações de concessão de isenções e imunidades sem que referidas situações estivessem legalmente comprovadas, nos termos dos artigos 147 a 149 da Lei Complementar n. 130, de 18 de dezembro de 2001 (Código Tributário Municipal);

CONSIDERANDO que as renovações devem ser feitas anualmente a fim de que sejam ratificadas ou retificadas tais condições, requisito este que não estava sendo cumprido.

DECRETA:

Art. 1º Fica determinada a baixa em todos os casos de isenção e

imunidade, tanto cadastrais como nos débitos dos contribuintes, que tenham sido concedidos até a data da publicação do presente decreto.

Art. 2º Fica estabelecido o prazo de 06 de janeiro de 2014 até o dia 31 de março de 2014 para recadastramento para fins de obtenção de isenções e imunidades.

Art. 3º O servidor que não cumprir o procedimento estabelecido no presente decreto, incorrerá nas penalidades por crime funcional, nos termos do artigo 173 e seguintes do Estatuto dos Servidores Municipais do Governador Celso Ramos.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, em 17 de dezembro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 153/2013 - Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar Na Lei Orçamentária do Exercício de 2013.

DECRETO Nº 153, de 17 de dezembro de 2013.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária do exercício de 2013.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais que conferem a Lei Orgânica Municipal, e após a aprovação do presente texto pela Lei 926/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar de até R\$ (Duzentos e quarenta e sete mil e quatrocentos e oitenta e sete reais) na LOA 2013, utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0501	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	247.487,00
04.122.0006.2.020	Remuneração de pessoal	247.487,00
3.1.00.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	247.487,00
3.1.90.00.00.00	Aplicações diretas	247.487,00
01.001.00.00.00	Recursos ordinários	247.487,00

ANULAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0402	GABINETE DO PREFEITO	35.700,00
	Func. Manutenção do Gabinete do Prefeito	35.700,00
04.122.0005.2.015		35.700,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras despesas correntes	35.700,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações diretas	35.700,00
01.001.00.00.00.00	Recursos ordinários	35.700,00
0501	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	26.700,00
	Func. Manutenção da Secretaria de administração	26.700,00
04.122.006.2.017		26.700,00
33.00.00.00.00.00	Outras despesas correntes	26.700,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações diretas	26.700,00
01.001.00.00.00	Recursos ordinários	26.700,00
08.01	SECRETARIA DA FAZENDA	140.000,00
04.123.0007.2.021	Func.e manutenção da secretaria	140.000,00

3.3.00.00.00.00	Outras despesas correntes	140.000,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas	140.000,00
01.001.00.00.00	Recursos ordinários	140.000,00
10.01	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	413,00
08.243.0008.2.023	Desenvolvimento de programas sociais	413,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras despesas correntes	413,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações diretas	413,00
0.1.00.00.00.00	Recursos ordinários	413,00
14.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	5.376,00
12.361.0014.2.049	Func. manutenção da cultura/ biblioteca pública	5.376,00
3.3.00.00.00.00	Outras despesas correntes	1.876,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas	1.876,00
4.4.00.00.00.00	Despesas de capital	3.500,00
4.4.90.00.00.00	Aplicações diretas	3.500,00
0.1.00.00.00.00	Receitas de impostos p/ MDEB	5.376,00
15.01	SECRETARIA DE PESCA	4.095,00
20.606.0012.2.034	Func. e Manutenção da Secretaria	4.095,00
3.3.00.00.00.00.00	Outras despesas correntes	4.095,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicações diretas	4.095,00
0.1.001.00.00.00.00	Recursos ordinários	4.095,00
1601	SECRETARIA DETURISMO, ESPORTE E LAZER	35.203,00
23.695.0010.2.031	Func. manutenção da secretaria	32.585,00
3.3.00.00.00.00	Outras despesas correntes	32.585,00
3.3.90.00.00.00	Aplicações diretas	32.585,00
0.1.00.00.00.00.00	Recursos ordinários	32.585,00
23.122.0011.2032	Func. manutenção do esporte e lazer	2.618,00
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos	2.618,00
4.4.90.00.00.00.00	Aplicações diretas	2.618,00
01.001.00.00.00	Recursos ordinários	2.618,00
TOTAL		247.487,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos, 17 de dezembro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 154/2013 - Nomeia Comissão Permanente de Licitação do Município de Governador Celso Ramos e Dá Outras Providências

DECRETO Nº 154, de 17 de dezembro de 2013.
NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente de Licitação deste Município, para o exercício de 2013, os seguintes servidores:

Como membros efetivos e sob a presidência do primeiro:
MARIANA DE SOUZA FERNANDES, ocupante de cargo em

comissão.

LUCILIA LUZIA DOS SANTOS CAMPOS, ocupante de cargo efetivo,
JOSIANE PEREIRA MARTINS, ocupante de cargo em efetivo.
ROSELI ZILDA GOMES, ocupante de cargo em comissão
Como membros suplentes:
LUCIMERI MARIA DA SILVA, ocupante de cargo efetivo,
SINTIA ALBERTINA VENÂNCIO DOS SANTOS, ocupante de cargo efetivo,
RICARDO LUIZ NAZÁRIO, ocupante de cargo em comissão.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto Nº 084/2013 de 15 de agosto de 2013.

Governador Celso Ramos (SC), 17 de dezembro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Decreto Nº 155/2013 - Designa Pregoeiros e Equipe de Apoio Para Atuarem Na Área de Licitação

DECRETO Nº 155, de 17 de dezembro de 2013.
DESIGNA PREGOEIROS E EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM NA ÁREA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal
CONSIDERANDO a edição da Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui a modalidade de licitação denominada Pregão;
CONSIDERANDO a necessidade de adotar medidas que contribuam para a redução de custos que possam assegurar maior celeridade nos processos de contratação para aquisição de bens e prestação de serviços para órgão e demais entidades públicas do Município de Governador Celso Ramos (SC);
CONSIDERANDO que o chefe do Poder Executivo Municipal através do Decreto n. 13, de 21 de fevereiro de 2007 estabeleceu normas e procedimentos para a realização de licitação na modalidade Pregão Presencial no âmbito do Poder Executivo Municipal de Governador Celso Ramos (SC);

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados como Pregoeiros:
MARIANA DE SOUZA FERNANDES, ocupante de cargo em comissão;
LUCILIA LUZIA DOS SANTOS CAMPOS, ocupante de cargo efetivo,

Art. 2º - Ficam designados para compor as equipes de apoio dos Pregoeiros os servidores:

RICARDO LUIZ NAZÁRIO, ocupante de cargo em comissão,
LUCIMERI MARIA DA SILVA, ocupante de cargo efetivo.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto Nº 085/2013, de 15 de Agosto de 2013.

Governador Celso Ramos (SC), 17 de dezembro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Extrato do Primeiro Termo Aditivo Referente ao Contrato Nº 044/13

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 044/13
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 044/2013.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.
CONTRATADO: PRIME GRAPHICS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME.

OBJETO: O presente termo tem por objeto aditar o contrato original com complemento de serviços e materiais, o valor total aditado é de R\$ 19.621,90 (dezenove mil seiscentos e vinte e um reais e noventa centavos), enquadrando-se dentro do limite de 25% do valor do contrato, de acordo com o que preconiza o art. 65, parágrafo 1º da Lei 8.666/93, e se sujeita as mesmas condições de pagamento conforme o referido contrato.

Governador Celso Ramos, 19 de dezembro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Extrato do Primeiro Termo Aditivo Referente ao Contrato Nº 053/13

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 053/13
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 053/2013.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.
CONTRATADO: COMÉRCIO DE PEÇAS E MECÂNICA TEIXEIRA LTDA - ME.

OBJETO: O presente termo tem por objeto aditar o contrato original com a prorrogação do contrato nº 053/2013 pelo período de 03 (três) meses, a contar da data de 31/12/2013.

Governador Celso Ramos, 19 de dezembro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Extrato do Primeiro Termo Aditivo Referente ao Contrato Nº 063/13

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 063/13
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 063/2013.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.
CONTRATADO: SAMUEL CARVALHO - ME.

OBJETO: O presente termo tem por objeto aditar o contrato original com a prorrogação do contrato nº 063/2013 pelo período de 06 (SEIS) meses, a contar da data de 31/12/2013.

Governador Celso Ramos, 19 de dezembro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Extrato do Primeiro Termo Aditivo Referente ao Contrato Nº 072/13

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 072/13
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 072/2013.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.
CONTRATADO: Art & Eventos Ltda - EPP.

OBJETO: O presente termo tem por objeto aditar o contrato original com complemento de serviços e materiais, no valor de R\$ 19.825,00 (Dezenove mil oitocentos e vinte e cinco reais), enquadrando-se dentro do limite de 25% do valor do contrato, de acordo com o que preconiza o art. 65, parágrafo 1º da Lei 8.666/93,

e se sujeita as mesmas condições de pagamento conforme o referido contrato.

Governador Celso Ramos, 19 de dezembro de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

Extrato do Primeiro Termo Aditivo

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 52//2012-PMG

Processo de Licitação: 106/2012.

Modalidade: Concorrência para obras e serviços de engenharia.

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para a prestação de serviços de operação, manutenção, distribuição, melhorias e ampliação do sistema de abastecimento de água potável e serviços complementares de esgotamento sanitário do município de Guaramirim/ SC.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratada: Serrana Águas Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 17.873.007/0001-10, n.º 841, Bairro Atiradores, no município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

a) formalizar a transferência para a SERRANA ÁGUAS LTDA., do contrato 52/2012 do serviço de operação, manutenção, distribuição, melhorias e ampliação do sistema de abastecimento de água potável e serviços complementares de esgotamento sanitário deste Município da Cláusula primeira do Contrato de 52/2012, de que é titular a Serrana Engenharia Ltda, em consequência da reestruturação societária da empresa.

Data da Assinatura: 10/12/2013 Vigência 20/06/2014..

GUARAMIRIM (SC), 10/12/2013

LAURO FRÖHLICH

Prefeito Municipal

Extrato do Segundo Termo Aditivo 28/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 28//2012-FMS

Processo de Licitação: 15/2012.

Modalidade: Convite para obras e serviços de engenharia.

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto da Licitação: Construção de área externa da estratégia de saúde da família do bairro corticeira.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 02.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: Locadora de mão de obra RVA Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.198.159/0001-98, estabelecida na Estrada Corticeira s/nº, Bairro Corticeira, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

- a) prorrogar o prazo de vigência do contrato até 14 de junho de 2014;
- b) aditar o valor do contrato em 2,28% (dois vírgula vinte e oito por cento).

Data da Assinatura: 24/04/2013 Vigência 14/06/2014.

GUARAMIRIM (SC), 24/04/2013

LAURO FRÖHLICH

Prefeito Municipal

Extrato do Segundo Termo Aditivo 52/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 52//2012-PMG

Processo de Licitação: 106/2012.

Modalidade: Concorrência para obras e serviços de engenharia.

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto da Licitação: Contratação de empresa para a prestação de serviços de operação, manutenção, distribuição, melhorias e ampliação do sistema de abastecimento de água potável e serviços complementares de esgotamento sanitário do município de Guaramirim/ SC.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: Serrana Águas Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.873.007/0001-10, n.º 841, Bairro Atiradores, no município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

- a) acrescer em 19% (dezenove por cento) ao valor do contrato, em decorrência dos investimentos necessários para melhoria do sistema de abastecimento de água, por iniciativa própria e também atendimento à solicitação da ARIS (Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento), a planilha de custos encontra-se anexa a solicitação do aditivo.
- b) Em virtude das alterações mencionadas na cláusula anterior, fica suplementado do valor contratual a importância de R\$ 552.261,41 (Quinhentos e cinquenta e dois mil e duzentos e sessenta e um reais e quarenta e um centavos).

Data da Assinatura: 10/12/2013 Vigência 20/06/2014.

GUARAMIRIM (SC), 10/12/2013

LAURO FRÖHLICH

Prefeito Municipal

Extrato Segundo Termo Aditivo 007/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO 007//2012-PMG

Processo de Licitação: 005/2012.

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: Contratação de empresa para execução da obra de pavimentação asfáltica e urbanização da Rua Hervino Hanemann com extensão de 646,65 metros, conforme termo de convênio firmado entre este município e a União, por intermédio do ministério das cidades - contrato de repasse n.º 334.673-92.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guarmirim (SC), inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratada: Conpla Construções e Planejamento Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.130.170/0001-55, estabelecida na estabelecida na Rodovia BR 280, Km 332 s/nº Bairro Itinga, no município de Araquari, Estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

Fica alterada a cláusula décima oitava do contrato n.º 007/2012, prorrogando o termo final de vigência do contrato para 20/07/2014, conforme justificativas apresentadas pelo Secretaria de Planejamento anexa ao processo licitatório.

Data da Assinatura: 18/01/2013 Vigência 20/07/2014.

GUARAMIRIM (SC), 18/01/2013

LAURO FRÖHLICH

Prefeito Municipal

Edital de Convocação de Audiência Pública

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Lauro Frohlich, Prefeito Municipal de Guaramirim - Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e de seu Decreto nº 7.404/2010, que regulamenta a PNRS, faz saber a quem interessar possa, que será realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA para apresentação e apreciação do PLANO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS do Município de Guaramirim.

Data da Audiência: 19/02/2014

Início: 19h00min

Local: Câmara de Vereadores de Guaramirim. Rua 28 de Agosto, nº 2042 - Centro - Guaramirim - SC

E, para que chegue ao conhecimento de todos, se expede o presente Edital.

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Guaramirim, 20 de dezembro de 2013.

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao Ata de Registro de Preço Nº. 001/2013 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 001/2013 - PMG

Processo de Licitação: 19/2013

Modalidade: Registro de Preço

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GASOLINA E ÓLEO DIESEL.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

CONTRATADO: MAIOCHI PETRÓLEO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 00.209.895/0005-00,

com sede na Estrada da Missa, s/nº, bairro Ponta Cumprida, Guaramirim, SC.

Objeto do Aditivo: O presente Termo Aditivo tem por objeto o reequilíbrio econômico financeiro dos preços contratados, com fundamento no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por estarem presentes requisitos da teoria da imprevisão, em face de aumento de óleo diesel no mercado. Considerando o reequilíbrio econômico-financeiro dos preços, a Prefeitura Municipal de Guaramirim pagará ao Fornecedor, pelo serviço de fornecimento de Óleo Diesel o valor de R\$2,49 por litro.

Data da Assinatura: 13/12/2013 Vigência 11/03/2013

GUARAMIRIM (SC), 20/12/2013.

LAURO FRÖHLICH

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 3.233/2013

DECRETO Nº 3.233 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 10, INCISO III DA LEI MUNICIPAL 2.975 DE 27/12/12 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval D'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.069 - Contribuição Patronal RPPS-SIMAE

Modalidade Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00.03.0000-42

Valor: R\$ 5.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Herval D'Oeste, SC, 19 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Portaria Nº 870/2013

PORTARIA Nº 870/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Prorrogar os efeitos da Portaria Nº 127/2013, das servidoras abaixo relacionadas, a partir de 19 de dezembro de 2013 até 02 de

fevereiro de 2014.

Nº	Matricula	Nome
1	3480	ANDREIA DOS SANTOS
2	3425	CINTIA ALVES DE OLIVEIRA
3	3402	LACIRA REGINA PALAVECINI
4	3499	MARILI APARECIDA PEREIRA ZOPELETTO

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 871/2013

PORTARIA Nº 871/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário e Emergencial, a Senhora SUZANA APARECIDA NIKOSEIT (Matr. 3729), (conforme liminar conferida ao Processo nº 235.13.000141-7, que tramitou na Vara Única da Comarca de Herval d'Oeste - SC), a partir de 19 de dezembro de 2013, para exercer as funções de Monitor Social, Nível - 4/2, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro Específico de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, instituído pela Lei Complementar Nº. 292/2011, para atuar no Programa de Acolhimento Institucional - ABRIGO, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 124/2001. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 19 de Dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 872/2013

PORTARIA Nº 872/2013

NOMEIA REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DO SINTESPHO - SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO DE HERVAL D'OESTE PARA COMPOREM A COMISSÃO PERMANENTE DE NEGOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Herval D'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VIII do artigo 54 da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar nr. 281/2011 e no Decreto nr. 3.197/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes representantes do Poder Executivo Municipal para comporem a Comissão Permanente de Negociação - CPN:

I - Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

a) Ivone Esquina - Membro

b) Cláudia Maria Schneider - Suplente;

II - Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

a) Lourdes Ferreira Brandão - Membro

b) Mara Terezinha Ribeiro dos Santos Kühl - Suplente;

III - Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

a) Carlos Jacó Alberti - Membro

b) Marcelo Crippa - Suplente;

IV - Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

a) Gilberto José Durigon - Membro

b) Rubens Antonio Correia- Suplente;

V - Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

a) Quênia Brinckmann - Membro

b) Roseli Rolin da Silva- Suplente.

Art. 2º Ficam nomeados os seguintes representantes do SINTESPHO - Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público de Herval d'Oeste para comporem a Comissão Permanente de Negociação - CPN:

I - Ademir Sávio Pires da Silva;

II - Adriano José Araújo;

III - Carmen Terezinha Ghiggi;

IV - Celito Brandalise;

V - Margarete de Deus e Silva Fiorese;

VI - Maria Helena Aparecida Biazotti;

VII - Regina Augusta Stefanni Parize;

VIII - Simone Aparecida Radavelli;

IX - Sirlei de Fátima Miguelão;

X - Valdemar do Amaral e Silva.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nr. 869/2013.

Herval d'Oeste, SC, 19 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Termo Aditivo Nº 118/2013

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidades Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE"

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

Contratante

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EMPRESA: SIDNEI RAMELLA TRANSPORTES - ME

CNPJ/MF Nº 14.237.301/0001-48

Endereço: Linha Sede Belém, S/N

Contratada

TERMO ADITIVO Nº 118/2013 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

O MUNICÍPIO de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, através da Unidade Gestora: "Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste", pessoa Jurídica de Direito Público, doravante denominada de CONTRATANTE, inscrita no CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38, estabelecida a Rua Nereu Ramos, 389, Centro, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF nº 501.589.459-72, e de outro lado, a Empresa Sidnei Ramella Transportes - ME, pessoa jurídica de direito

privado, inscrita no CNPJ/MF nº 14.237.301/0001-48, estabelecida na Linha Sede Belém, SN, na Cidade de Herval d'Oeste - SC, neste ato, denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao Contrato nº040/2013, de comum acordo e com amparo legal na Lei 8.666/93 atualizada, Lei Orgânica Municipal e Licitação na Modalidade de Edital de Dispensa de Licitação nº 018/2013 pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato 040/2013, de 01/01/2014 até 31/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 65, incisos II §8º da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar, bem como da cláusula 2ª do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 09 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito

CPF: 501.589.459-72

Contratante

SIDNEI RAMELLA

Sócio Administrador

CPF: 022.461.729-00

Contratada

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA

CPF: 687.857.399-87

MARIANA COLUSSO

CPF: 052.051.949-36

Termo de Rescisão Nº 001/2013

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Herval d'Oeste

CNPJ/MF Nº 82.939.430/0003-08

Rua Nereu Ramos nº 389 - Centro

Contratante

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

Empresa: Construlacer - Com. e Const. Lacerdópolis Ltda.

CNPJ/MF Nº 06.123.883/0001-03

Endereço: Rua 31 de Março nº1076 - Centro

Contratada

TERMO DE RESCISÃO Nº 001/2013 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013

O Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, através da Unidade Gestora: "FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE", pessoa Jurídica de Direito Público, denominada de CONTRATANTE, inscrita no CNPJ nº 82.939.430/0003-08, estabelecida a Rua Nereu Ramos nº 389, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Senhor Nelson Guindani residente e domiciliado em Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF nº 501.589.459-72, e a empresa CONSTRULACER - COM. E CONST. LACERDÓPOLIS LTDA, estabelecida na Rua 31 de Março

nº 1076, Centro, no município de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 06.123.883/0001-03, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Senhor Elson Leoni Chaves, brasileiro, portador do CPF nº 705.394.649-53, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo de rescisão ao contrato nº 058/2011 que tem como objeto para a Construção da Unidade de Saúde a ser instalada na Rua Santos Dumont, Bairro São Vicente, município de Herval d'Oeste, com fornecimento de material e mão de obra, decorrente do Processo Licitatório n. 0104/2011, na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 008/2011, obedecendo aos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este termo tem por objeto a rescisão do Contrato nº 058/2011 de 16/12/2011 originalmente celebrado entre as partes inicialmente identificadas a partir da presente data.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo de rescisão é firmado com base na cláusula décima segunda do contrato original, nos termos do artigo 78, inciso XIV e artigo 79 inciso II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES

A presente rescisão se dá por acordo de forma amigável, e com a assinatura do presente, as partes dão total quitação ao presente contrato, ambos abrindo mão de exigência de multa ou ressarcimento, perdas e danos em razão da resolução antecipada do contrato.

Para firmeza e validade do que ficou acima estabelecido, lavrou-se o presente termo que vai assinado pelo senhor prefeito municipal em 04 vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 18 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI ELSON LEONI CHAVES
Prefeito Municipal Sócio Administrador
CPF nº 501.589.459-72 CPF nº 705.394.649-53

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA MARIANA COLUSSO
CPF: 687.857.399-87 CPF: 052.051.949-36

Ata de Registro de Preços Nº 0019/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0019/2013
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2013

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 19 de dezembro de 2014, prorrogável, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dezoito dias do mês de dezembro de 2013, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Herval d'Oeste, são registrados os preços para o eventual fornecimento de brita I, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, neste ato representada pelo senhor Nelson Guindani, Prefeito Municipal e a empresa Pedreira Caldart Ltda. EPP inscrita no CNPJ sob o nº 79.386.850/0001-20, em decorrência do processo licitatório nº 077/2013, modalidade Pregão Presencial Nº 029/2013, para Sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafa, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas

para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade Estimada	Valor unitário	Valor total
1	BRITA I	BASALTO	M³	5.000	50,000	250.000,00

Valor Total: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Herval d'Oeste, em 19 de dezembro de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal
CPF nº 501.589.459-72
Pelo Município

ALÍRIO ANTONIO CALDART
CPF nº 238.832.860-87
Sócio Administrador
Pela Empresa

Testemunhas:

RUBENS ANTONIO CORREIA MARIANA COLUSSO
CPF nº 687.857.399-87 CPF nº 052.051.949-36

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº CM 0101/2013

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

RESOLUÇÃO Nº CM 0101/2013

"Exonera Servidor Público Municipal da Câmara Municipal de Herval d'Oeste que especifica e dá outras providências"

GILMAR JOSÉ DRI, presidente da Câmara Municipal de Herval d'Oeste, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

RESOLVE

Art. 1º Fica exonerado a partir de 31 de dezembro de 2013, o servidor público municipal: MARCIO MENDES DA ROSA, portadora da CI nº 2092456661 - SSP-RS, CPF nº 006.137.360-52 e inscrição junto a OAB/SC sob nº 28344, ocupante do cargo de Assessor Jurídico no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Herval d'Oeste, conforme dispõe art. 7º da Lei Complementar nº 287/2011, de 28 de outubro de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste - (SC), em 17 de dezembro de 2013.

GILMAR JOSÉ DRI
Presidente

RESOLUÇÃO Nº CM 0102/2013

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

RESOLUÇÃO Nº CM 0102/2013

"Exonera Servidora Pública Municipal da Câmara Municipal de Herval d'Oeste que especifica e dá outras providências"

GILMAR JOSÉ DRI, presidente da Câmara Municipal de Herval d'Oeste, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com

a legislação em vigor,

RESOLVE

Art. 1º Fica exonerada a partir de 31 de dezembro de 2013, a servidora pública municipal: JOCIRLEI FÁTIMA PEREIRA, portadora da CI nº 11/R - 1.515.438 - SSP-SC, CPF nº 486.510.959-53 e inscrição junto a FENAJ/SC sob nº 383, ocupante do cargo de Assessor de Imprensa do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste, conforme dispõe art. 7º da Lei Complementar nº 287/2011, de 28 de outubro de 2011.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste - (SC), em 17 de dezembro de 2013.
GILMAR JOSÉ DRI
Presidente

Ibiam

PREFEITURA

Decreto 2573/2013

DECRETO Nº 2573, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 512/2012.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0201 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO
Função: 28 ENCARGOS ESPECIAIS
Sub-Função: 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
Programa: 2800AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS
Projeto/Atividade: 0000 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS MUNICÍPIO
Modalidade de Aplicação: 32900000 Aplicações Diretas
Fonte: 0100- Recursos Ordinários
Valor: R\$ 1.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0201 GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO
Função: 28 ENCARGOS ESPECIAIS
Sub-Função: 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS
Programa: 2800AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS
Projeto/Atividade: 0000 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS MUNICÍPIO
Modalidade de Aplicação: 46900000 Aplicações Diretas
Fonte: 0100- Recursos Ordinários
Valor: R\$ 1.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze.

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

Decreto Nº 2572/2013

DECRETO Nº 2572, 13 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 512/2012.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 03 FUNDOS MUNICIPAIS
Unidade: 0301 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Função: 10 SAÚDE
Sub-Função: 301 ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 1001 SAÚDE PARA TODOS
Projeto/Atividade: 2016 MANUT.DAS ATIVIDADES DA SAÚDE
Modalidade de Aplicação: 33900000 Aplicações Diretas
Fonte: 0102-Receitas de Impostos Transf.de Impostos - Saúde
Valor: R\$ 15.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 03 FUNDOS MUNICIPAIS
Unidade: 0301 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Função: 10 SAÚDE
Sub-Função: 301 ATENÇÃO BÁSICA
Programa: 1001 SAÚDE PARA TODOS
Projeto/Atividade: 2016 MANUT.DAS ATIVIDADES DA SAÚDE
Modalidade de Aplicação: 44900000 Aplicações Diretas
Fonte: 0102-Receitas de Impostos Transf.de Impostos - Saúde
Valor: R\$ 15.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 13 DE DEZEMBRO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

Decreto Nº 2577/2013

DECRETO Nº 2577, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013

"APROVA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições contidas no Artigo 88, Incisos VII - XIII da Lei Orgânica;

Considerando os termos da Resolução 005/CMS/2013 do Conselho Municipal da Saúde.

DECRETA:

Art. 1.º Fica aprovada a Resolução Nº 005/CMS/2013 do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 2.º Integram este Decreto, independente de transcrição, a Minuta da Resolução mencionada no Artigo 1º, cópia da Ata nº 130, de 19/12/2013.

Art. 3.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Administração e da Fazenda

Portaria Nº 334/2013

PORTARIA Nº 334, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

"ESTABELECE ESCALA DE FÉRIAS/2014 PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 77 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Fica estabelecida a escala de férias/2014, para os servidores constantes e relacionados nos Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, que integra para todos e quaisquer efeitos, a presente Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

ANEXO I

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA

Servidor	Período Aquisitivo(qdo adquirir o direito)	Fruição
Adilce Rinaldi	16.01.2013 a 15.01.2014	02.01.2014 a 31.01.2014
Ana Paula Ortigara	04.10.2011 a 03.10.2012	3º. 13.01.2014 a 22.01.2014

Ana Paula Ortigara	04.10.2012 a 03.10.2013	1º. 10.03.2014 a 19.03.2014 2º. 08.04.2014 a 17.04.2014 3º. 09.06.2014 a 18.06.2014
Carmelita Chiesa Tragancin	01.01.2012 a 31.12.2012	1º. 07.02.2014 a 21.02.2014 2º. 05.03.2014 a 19.03.2014
Carmelita Chiesa Tragancin	01.01.2013 a 31.12.2013	1º. 11.07.2014 a 25.07.2014 2º. 10.10.2014 a 24.10.2014
Elza Rinaldi Coser	02.01.2012 a 01.01.2013	2º. 02.01.2013 a 11.01.2014 3º. 10.02.2014 a 19.02.2014

Elza Rinaldi Coser	02.01.2013 a 01.01.2014	1º. 05.03.2014 a 14.03.2014 2º. 22.04.2014 a 01.05.2014 3º. 21.07.2014 a 30.07.2014
Flavia Lenita Pelentir	01.01.2013 a 31.12.2013	1º. 06.01.2014 a 15.01.2014 2º. 22.07.2014 a 31.07.2014 3º. 01.10.2014 a 10.10.2014
Gelson Luiz Trevisol	02.01.2003 a 21.05.2003	21.07.2014 a 02.08.2014
Gelson Luiz Trevisol	02.01.2012 a 01.01.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Ires T. T. de Oliveira Xavier	26.01.2012 a 25.01.2013	2º. 10.03.2014 a 19.03.2014 3º. 09.06.2014 a 18.06.2014
Ires T. T. de Oliveira Xavier	26.01.2013 a 25.01.2014	1º. 11.08.2014 a 20.08.2014 2º. 08.09.2014 a 17.09.2014 3º. 13.10.2014 a 22.10.2014
Ivete Ceron Moreira	19.06.2011 a 18.06.2012	2º. 10.01.2014 a 19.01.2014 3º. 10.02.2014 a 19.02.2014

Ivete Ceron Moreira	19.06.2012 a 18.06.2013	1º. 22.07.2014 a 31.07.2014 2º. 04.01.2015 a 12.01.2015 3º. 04.02.2015 a 13.02.2015
Janete Aparecida Felicetti	08.03.2012 a 07.03.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Janete Aparecida Felicetti	08.03.2013 a 07.03.2014	03.11.2014 a 02.12.2014
Juliana Lizot	08.01.2013 a 07.01.2014	1º. 07.02.2014 a 21.02.2014 2º. 06.10.2014 a 20.10.2014
Laelcio Antonio Gasaniga	02.01.2013 a 01.01.2014	03.02.2014 a 04.03.2014

Nilza Teresinha Ceron Trevisol	02.06.2012 a 01.06.2013	2º- 03.02.2014 a 12.02.2014 3º. 05.03.14 a 14.03.2014
Nilza Teresinha Ceron Trevisol	02.06.2013 a 01.06.2014	1º. 22.07.2014 a 31.07.2014 2º. 04.01.2015 a 12.01.2015 3º. 22.07.2015 a 31.07.2015
Rosinei Ceron	14.01.2013 a 13.01.2014	01.07.2014 a 30.07.2014
Rozely Ceron	17.02.2012 a 16.02.2013	06.01.2014 a 04.02.2014

ANEXO II SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Servidor	Período Aquisitivo(qdo adquirir o direito)	Fruição
Antonio Recalcatti	01.03.2013 a 28.02.2014	02.01.2014 a 31.01.2014
Arquilino Antonio de Moraes	27.03.2013 a 26.03.2014	02.01.2014 a 31.01.2014
Celio Lucas Ramos	05.01.2012 a 04.01.2013	2º- 02.01.2014 a 16.01.2014
Celio Lucas Ramos	05.01.2013 a 04.01.2014	1º. 17.01.2014 a 31.01.2014 2º. 17.07.2014 a 31.07.2014
Claudinei Peretti	02.01.2013 a 01.01.2014	02.01.2014 a 31.01.2014
Cleide Teresinha Perosa	06.07.2012 a 05.07.2013	02.05.2014 a 31.05.2014
Marcos Roberto Bazzen	14.11.2012 a 13.11.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Ortenilo Trevisol	01.03.2013 a 28.02.2014	02.01.2014 a 31.01.2014
Selmo Luiz Laidnes	01.02.2013 a 31.01.2014	02.01.2014 a 31.01.2014
Sergio Antonio Ramos	04.01.2013 a 03.01.2014	02.01.2014 a 31.01.2014

ANEXO III SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Servidor	Período Aquisitivo(qdo adquirir o direito)	Fruição
Giseli Seffer Alves de Anhaia	18.12.2012 a 17.12.2013	03.02.2014 a 04.03.2014
Lucimar Centofante Romanatto	17.04.2013 a 16.04.2014	05.05.2014 a 03.06.2014

ANEXO IV SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, CULTURA E ESPORTES

Servidor	Período Aquisitivo(qdo adquirir o direito)	Fruição
Arnaldo Luiz Micheluzzi	11.02.2012 a 10.02.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Arnaldo Luiz Micheluzzi	11.02.2013 a 10.02.2014	01.12.2014 a 30.12.2014
Delcia Maria dos Santos	02.11.2012 a 01.11.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Elcir Antonio Barth da Costa	02.01.2013 a 01.01.2014	01.09.2014 a 30.09.2014

Janete Terres	12.12.2012 a 11.12.2013	03.02.2014 a 04.03.2014
Manoela Junges Fernandes Jardim	03.04.2013 a 02.04.2014	02.05.2014 a 31.05.2014
Saete Maria da Silva Andrique	06.10.2011 a 05.10.2012	05.03.2014 a 03.04.2014
Saete Maria da Silva Andrique	06.10.2012 a 05.10.2013	01.08.2014 a 30.08.2014

ANEXO V SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Servidor	Período Aquisitivo	Fruição
Adriana de Andrade Soares Taiba	01.03.2013 a 28.02.2014	02.01.2014 a 31.01.2014
Agustinho Cecatto	28.02.2013 a 27.02.2014	02.01.2014 a 31.01.2014
Cácia Aparecida Gonzatto Araldi	01.01.2013 a 31.12.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Caio Murilo Rinaldi	01.01.2013 a 31.12.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Catarina Maria Dallabrida Borsoi	01.01.2013 a 31.12.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Delesia Orzzatto Micheluzzi	12.11.2012 a 12.11.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Domingos Machado da Silva	01.03.2012 a 28.02.2013	02.01.2014 a 16.01.2014
Elaine Mariza Piovesan Zanin	01.01.2013 a 31.12.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Eliane Maria Piovesan Recalcatti	01.01.2013 a 31.12.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Fátima Fontana Gonzatto	01.01.2013 a 31.12.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Itamar Romanatto	01.01.2013 a 31.12.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Justina Ines Dalmolin	01.07.2012 a 30.06.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Leila Aparecida Ramos Araldi	13.11.2012 a 12.11.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Lorizete Teresinha Lutkemeier Gonzatto	01.01.2013 a 31.12.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Lucena Teresinha Panceri Vieceli	01.01.2013 a 31.12.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Lucila Dalmolin Ciarinoschi	18.02.2012 a 17.02.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Marly Freschi Lutkemeier	01.01.2013 a 31.12.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Mônica Tragancin	14.01.2013 a 13.01.2014	02.01.2014 a 31.01.2014
Odete Walter Wille	01.01.2013 a 31.12.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Paula Renata da Costa Moreira	12.12.2012 a 11.12.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Rodrigo Felicetti Perosa	10.02.2012 a 09.02.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Sandra Regina Boesing	01.01.2013 a 31.12.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Sandra Trevisol	01.01.2013 a 31.12.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Waldecira Aparecida Tragancin de Oliveira	01.01.2013 a 31.12.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Waldemar Cordeiro	02.07.2012 a 01.07.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Wilmar Scuciato	01.01.2013 a 31.12.2013	02.01.2014 a 31.01.2014

**ANEXO VI
GABINETE PREFEITO**

Servidor	Período Aquisitivo(qdo adquirir o direito)	Fruição
Antonio Osmar Oliveira	15.07.2013 a 14.07.2014	01.08.2014 a 30.08.2014
Melzi Cavazzola	01.03.2013 a 28.02.2014	01.04.2014 a 30.04.2014

**ANEXO VII
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA, OBRAS E TRANSPORTES**

SERVIDOR	Período Aquisitivo (qdo adquirir o direito)	Fruição
Antonio Enori Gonçalves da Silva	12.03.2011 a 11.03.2012	02.01.2014 a 31.01.2014
Antonio Enori Gonçalves da Silva	12.03.2012 a 11.03.2013	03.02.2014 a 04.03.2014
Damir Jose Cardoso	02.01.2013 a 01.01.2014	03.02.2014 a 04.03.2014
Edsson Gomes de Oliveira	05.09.2012 a 04.09.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Florisval Dal Cortivo	02.04.2013 a 01.04.2014	02.01.2014 a 31.01.2014
Francisco da Silva	21.03.2013 a 20.03.2014	02.01.2014 a 31.01.2014
Irley Luiz Lamperti	02.01.2013 a 01.01.2014	02.01.2014 a 31.01.2014
Ivair Ceron	02.01.2013 a 01.01.2014	02.01.2014 a 31.01.2014
Jose Carneiro Borges	05.08.2012 a 04.08.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Juarez Siqueira	01.03.2012 a 28.02.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Luiz Alvaro Ramos	06.08.2013 a 05.08.2014	02.01.2014 a 31.01.2014
Miguel Ernesto Hetzler	18.02.2013 a 17.02.2014	02.01.2014 a 31.01.2014
Nilton Antonio Romanatto	01.03.2013 a 28.02.2014	01.07.2014 a 30.07.2014

Sergio Moreira	08.03.2013 a 07.03.2014	02.01.2014 a 31.01.2014
Severino Antunes	16.09.2012 a 15.09.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Waldir Antonio Rampon	09.02.2012 a 08.02.2013	2º. 02.01.2014 a 16.01.2014
Waldir Antonio Rampon	09.02.2013 a 08.02.2014	1º. 17.01.2014 a 31.01.2014

**ANEXO VIII
SECRETARIA DA SAÚDE**

Servidor	Período Aquisitivo(qdo adquirir o direito)	Fruição
Alessandra Seratto	01.04.2012 a 31.03.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Ana Dominga Bertelli Tragancin	05.07.2012 a 04.07.2013	1º. 03.02.2014 a 17.02.2014 2º. 05.05.2014 a 19.05.2014
Antonio Luis Souza do Amaral	01.11.2012 a 31.10.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Armando Ceron	01.07.2012 a 30.06.2013	1º. 17.02.2014 a 03.03.2014 2º. 05.05.2014 a 19.05.2014

Celia Aparecida da Silva Ramos	03.12.2012 a 02.12.2013	1º. 17.03.2014 a 26.03.2014 2º. 16.06.2014 a 25.06.2014 3º. 03.11.2014 a 12.11.2014
Debora Rossato	07.06.2012 a 06.06.2013	1º. 20.02.2014 a 06.03.2014 2º. 16.04.2014 a 30.04.2014
Deise Santetti Scortegagna	16.01.2012 a 15.01.2013	2º. 02.01.2014 a 16.01.2014
Deise Santetti Scortegagna	16.01.2013 a 15.01.2014	1º. 28.07.2014 a 06.08.2014 2º. 29.12.2014 a 07.01.2015 3º. 08.01.2015 a 17.01.2015
Erica Thome Laidnes	01.05.2012 a 30.04.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Ivair Zeno Micheluzzi	06.07.2012 a 05.07.2013	1º. 05.02.2014 a 14.02.2014 2º. 09.04.2014 a 18.04.2014 3º. 09.07.2014 a 18.07.2014
Joana Celia Becker Rinaldi	01.10.2012 a 30.09.2013	1º. 13.01.2014 a 27.01.2014 2º. 21.07.2014 a 04.08.2014
Jose Roberto Gonzatto	22.02.2012 a 21.02.2013	2º. 06.01.2014 a 20.01.2014
Jose Roberto Gonzatto	22.02.2013 a 21.02.2014	1º. 17.07.2014 a 31.07.2014 2º. 04.01.2015 a 17.01.2015
Kellyn Regina de Oliveira Reineher	22.01.2012 a 21.01.2013	2º. 02.01.2014 a 16.01.2014
Kellyn Regina de Oliveira Reineher	22.01.2013 a 21.01.2014	1º. 17.01.2014 a 31.01.2014
Liandro Mengatto	30.06.2012 a 29.06.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Lucimar Ceron	01.05.2012 a 30.04.2013	02.01.2014 a 31.01.2014

Maria Alzerinda de Souza Batista	21.03.2013 a 20.03.2014	1º. 01.04.2014 a 15.04.2014 2º. 14.07.2014 a 28.07.2014
Maria de Fátima Filippi	21.08.2012 a 20.08.2013	21.01.2014 a 19.02.2014
Maria Solange da Silva Matos Borsoi	01.10.2012 a 30.09.2013	1º. 03.02.2014 a 17.02.2014 2º. 01.12.2014 a 15.12.2014
Marilene Ribeiro Salvadori	07.06.2012 a 06.06.2013	1º. 20.12.2013 a 03.01.2014 2º. 01.04.2014 a 15.04.2014
Marizani Aparecida Ramos	07.06.2012 a 06.06.2013	1º. 06.01.2014 a 20.01.2014 2º. 03.03.2014 a 17.03.2014
Rose Mari Kowalczyk	01.06.2012 a 31.05.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Salete Maria Balbinote	01.07.2013 a 30.06.2014	1º. 15.12.2014 a 30.12.2014

Sandra Splendor Rodrigues	04.05.2012 a 03.05.2013	16.01.2014 a 14.02.2014
Silvana Regina Bloot	01.05.2012 a 30.04.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Soeli Aparecida Raizer de Souza	01.05.2012 a 30.04.2013	02.01.2014 a 31.01.2014
Verônica da Costa Silva	04.12.2012 a 03.12.2013	02.01.2014 a 31.01.2014

Portaria Nº 335/2013

PORTARIA Nº 335, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

"NOMEIA COMISSÃO DE SELEÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 004/2013"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, bem como a Lei Municipal nº 112, de 05 de janeiro de 1999 e alterações posteriores; considerando o Edital nº 004, de 20 de novembro de 2013, RESOLVE: Art. 1º. Fica constituída a Comissão de Seleção para o Processo Seletivo, Edital nº 004, de 20.11.2013, a qual será composta pelas seguintes pessoas:

I - Salete Maria Balbinote, Técnica em Enfermagem - Presidente;

II - Maria Solange da Silva Matos Borsoi, Agente Administrativo - Secretária;

III - Célia Aparecida da Silva Ramos - Membro.

Art. 2º. A Comissão será encarregada pela elaboração, aplicação, correção, julgamento de eventuais recursos apresentados durante a realização do certame e apresentação do resultado final.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda**Dispensa 009/2013**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

ESTADO DE SANTA CATARINA

DISPENSAS DE LICITAÇÃO Nº 009/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2013

OBJETO: ASSINATURA DE REVISTA DIGITAL E OUTROS PARA O ANO DE 2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ibiã, CNPJ:
01.612.745/0001-74

CONTRATADO: GESTÃO PÚBLICA ONLINE, CNPJ: 07.682.209/0001-21

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24 da Lei 8666/93

Justificativa: Acompanhamento das constantes atualizações que ocorrem na legislação e outros informativos que contribuem para melhor desempenho das atividades da Administração Municipal

VALOR MENSAL: R\$ 665,00(Seiscentos e sessenta e cinco Reais).

Ibiã, 19 de Dezembro de 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Dispensa 010/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM

ESTADO DE SANTA CATARINA

DISPENSAS DE LICITAÇÃO Nº 010/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2013

OBJETO: Contratação de Hospital para prestação de atendimentos de Urgência e Emergência em clínica Geral e Obstétrica para o ano de 2014

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, CNPJ:
11.250.761/0001-18CONTRATADO: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO LTDA ME,
CNPJ: 80.640.782/0001-62

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24 da Lei 8666/93

Justificativa: Estabelecimento mais próximo do Município, permitindo maior rapidez no pronto atendimento, entre outros.

VALOR MENSAL: R\$ 6.000,00(Seis Mil Reais).

Ibiã, 19 de Dezembro de 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

TA 01/2013 ao Contrato 031/2013

TERMO ADITIVO Nº 001/2013

CONTRATO 031/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2013

Termo aditivo ao contrato público administrativo 031/2013, que celebram, O MUNICÍPIO DE IBIAM, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiã, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiã - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa ROBERTO TESSARO E CIA LTDA, CNPJ: 85.248.680/0001-10, pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Avenida XV de Novembro, 818, Sala 06, Centro, Joaçaba/SC, neste ato representado por seu Sócio Administrador o Sr. Roberto Antônio Tessaro, CPF: 518.086.929-34, CI 2.140.493, pactuam o presente termo aditivo de prorrogação de vigência do contrato 031/2013, para que se regularize as pendências encontradas pela comissão de recebimento do mobiliário da Creche, pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 031/2013 da Prefeitura de Ibiã, para o período de 20/12/2013 até 31/12/2014 ou até a regularização das pendências apontadas, podendo à critério de Administração, ser rescindido antes do término da vigência acima estipulada, Este aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, com término previsto para 31/12/2014.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 19 de Dezembro de 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO ROBERTO TESSARO E CIA LTDA
Prefeito Municipal CNPJ: 85.248.680/0001-10
CONTRATANTE Sócio Adm. Roberto Tessaro
CONTRATADA

Testemunhas:
LAELCIO ANTÔNIO GASANIGA
CPF: 807.451.729-20

GELSON LUIZ TREVISOL
CPF: 674.951.179-15

MELZI CAVAZZOLA
Advogado – OAB/SC 3.076

TA 01/2013 ao Contrato 033/2013

TERMO ADITIVO Nº 001/2013
CONTRATO 033/2013
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 045/2013
PREGÃO PRESENCIAL No 035/2013

Termo aditivo ao contrato público administrativo 033/2013, que celebram, O MUNICÍPIO DE IBIAM, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Clovis José Busatto, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49 e portador da Carteira de Identidade nº 1.517.976-1, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa ANDRÉIA LORENZI ME, CNPJ: 17.189.700/0001-79, pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 2785, Santo Antônio, Encantado/RS, neste ato representado por seu Sócio Administrador a Sra. Andreia Lorenzi, CPF: 011.284.800-18, CI 6089443052/SJSRS, pactuam o presente termo aditivo de prorrogação de vigência do contrato 033/2013, para que se regularizem as pendências encontradas pela comissão de recebimento do mobiliário da Creche, pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 033/2013 da Prefeitura de Ibiam, para o período de 20/12/2013 até 31/12/2014, ou até a regularização das pendências apontadas, podendo à critério de Administração, ser rescindido antes do termino da vigência acima estipulada, Este aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, com término previsto para 31/12/2014.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 19 de Dezembro de 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO ANDRÉIA LORENZI ME
Prefeito Municipal CNPJ: 17.189.700/0001-79
CONTRATANTE Sócio Adm. Andréia Lorenzi
CONTRATADA

Testemunhas:
LAELCIO ANTÔNIO GASANIGA GELSON LUIZ TREVISOL
CPF: 807.451.729-20 CPF: 674.951.179-15

MELZI CAVAZZOLA
Advogado - OAB/SC 3.076

Imbituba

PREFEITURA

Decreto PMI Nº 207.2013

DECRETO PMINº 207, de 10 de dezembro de 2013.
Cria Subcomissão Técnica de Licitação e nomeia seus membros titulares junto à Administração Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições e considerando a faculdade que lhe atribui o art. 51 da Lei Federal n.º 8.666/93, com as alterações subsequentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Subcomissão Técnica de Licitação, com a exclusiva finalidade de julgar as propostas técnicas da Concorrência nº 05/2013, que tem como objeto: Contratação de Agência de Publicidade para a prestação de serviços de publicidade.

Art. 2º Ficam nomeados como membros titulares da Subcomissão Técnica de Licitação, a que se refere o artigo anterior, os servidores: João Batista Coelho Júnior, Ana Luíza Vargas e João Floriano.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de dezembro de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Extrato: FMS 2011/45 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2011/45 A02
Contratada: VOLNEI SOARES
C.P.F:454.741.339-87

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 42/2011 Dispensa 02/2011

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretario Municipal de Saúde
Contratante

VOLNEI SOARES
Representante Legal
Contratada

Publicação de Comunicado CC01/2013(Saneamento)
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

O Município de Imbituba através do Fundo Municipal de Saneamento, por meio da Comissão Especial de Licitação, COMUNICA a todos os interessados que de acordo com a decisão singular do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, através do Processo nº ELC-13/00738577, fica sustado, cautelarmente o Edital de Concorrência nº 01/2013 até decisão de mérito do TCE/SC.

Imbituba, 23 de dezembro de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Presidente da CEL

Extrato: DEMUTRAN 2013/06 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: DEMUTRAN 2013/06 A00
Contratada: REFRIMOTOR CLIMATIZAÇÃO LTDA
C.N.P.J: 13.939.932/0001-46

Objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO NOVOS.

Valor: R\$ 6.420,00 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo nº. 17/2013 Dispensa 02/2013

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
JOSÉ EVALDO HOFFMANN JUNIOR
Comandante da Guarnição Especial de Imbituba
Contratante

REFRIMOTOR CLIMATIZAÇÃO LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2010/08 A04

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2010/08 A04
Contratada: CDI IMAGEM LTDA
C.N.P.J: 10.409.163/0001-86

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 03/2010 Inexigibilidade 01/2010

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretario Municipal de Saúde
Contratante

CDI IMAGEM LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2010/12 A05

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2010/12 A05
Contratada: JULIANA PEREIRA SOARES
C.P.F: 048.322.819-25

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 23/2010 Dispensa 02/2010

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretario Municipal de Saúde
Contratante

JULIANA PEREIRA SOARES
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2010/40 A05

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2010/40 A05
Contratada: GILBERTO SIMÕES DE BONA
C.P.F: 379.153.809-82

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 37/2010 Dispensa 03/2010

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretario Municipal de Saúde
Contratante

GILBERTO SIMÕES DE BONA
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2010/52 A05

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2010/52 A05
Contratada: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE
C.N.P.J: 83.291.807/0001-58

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 50/2010 Inexigibilidade 03/2010

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretario Municipal de Saúde
Contratante

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2011/02 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2011/02 A02
Contratada: LABORATORIO BIOCLINICO PORTO LTDA ME
C.N.P.J: 12.118.805/0001-13

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 03/2011 Inexigibilidade 01/2011

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretario Municipal de Saúde
Contratante

LABORATORIO BIOCLINICO PORTO LTDA ME
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2011/04 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2011/04 A01
Contratada: ADELIR PEREIRA DOS SANTOS
C.P.F:507.258.749-53

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 05/2011 Dispensa 01/2011

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretario Municipal de Saúde
Contratante

ADELIR PEREIRA DOS SANTOS
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2011/051 A04

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2011/051 A04
Contratada: ADELIR TEIXEIRA JOAQUIM
C.P.F: 417.598.009-10

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 50/2011 Dispensa 04/2011

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretario Municipal de Saúde
Contratante

ADELIR TEIXEIRA JOAQUIM
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2012/19 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2012/19 A02
Contratada: HARLEY PAMPLONA DUTRA
C.P.F:096.447.929-04

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 25/2012 Dispensa 01/2012

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretario Municipal de Saúde
Contratante

HARLEY PAMPLONA DUTRA
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2012/20 A02

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2012/20 A02
Contratada: VIGILANCIA TRIANGULO LTDA
C.N.P.J: 79.894.168/0001-48

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 11/2012 Pregão 11/2012

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretario Municipal de Saúde
Contratante

VIGILANCIA TRIANGULO LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2013/01 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2013/01 A01
Contratada: MANOEL FRANCELINO
C.P.F:888.378.589-49

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 04/2013 Dispensa 01/2013

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretario Municipal de Saúde
Contratante

MANOEL FRANCELINO
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2013/02 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2013/02 A01
Contratada: PNEUMOCARDIO CENTRO CLINICO IMBITUBA LTDA
C.N.P.J:01.650.359/0001-77

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 05/2013 Pregão 04/2013

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretario Municipal de Saúde
Contratante

PNEUMOCARDIO CENTRO CLINICO IMBITUBA LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2013/03 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2013/03 A01
Contratada: GERSON AQUINO RODRIGUES
C.P.F: 277.797.578-70

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 09/2013 Dispensa 02/2013

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretario Municipal de Saúde
Contratante

GERSON AQUINO RODRIGUES
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2013/10 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2013/10 A01
Contratada: SÃO PEDRO CLINICA E FISIOTERAPIA LTDA ME
C.N.P.J: 16.651.719/0001-22

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 06/2013 Inexigibilidade 01/2013

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretario Municipal de Saúde
Contratante

SÃO PEDRO CLINICA E FISIOTERAPIA LTDA ME
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2013/39 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2013/39 A01
Contratada: CENTRAL DE PESQUISAS E MARKETING LTDA ME
C.N.P.J: 02.295.493/0001-60

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 26/2013 Pregão 21/2013

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretario Municipal de Saúde
Contratante

CENTRAL DE PESQUISAS E MARKETING LTDA ME
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2013/41 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2013/41 A01
Contratada: ADALBERTO BARRETO RAIMUNDO

C.P.F:081.681.059-15

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 36/2013 Dispensa 05/2013

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretario Municipal de Saúde
Contratante

ADALBERTO BARRETO RAIMUNDO
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2013/43 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2013/43 A01
Contratada: OMEGA COMUNICAÇÃO LTDA ME
C.N.P.J: 10.761.785/0001-79

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 14/2013 Tomada Preço 01/2013

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretario Municipal de Saúde
Contratante

OMEGA COMUNICAÇÃO LTDA ME
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2013/44 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2013/44 A01
Contratada: J L CONSTRUTORA LTDA ME
C.N.P.J: 12.587.530/0001-67

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 40/2013 Carta Convite 01/2013

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretario Municipal de Saúde
Contratante

JL CONSTRUTORA LTDA ME
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2013/53 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2013/53 A01
Contratada: ZINATA COLETAS DE LIXO LTDA
C.N.P.J: 06.179.264/0001-30

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 49/2013 Pregão 34/2013

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretario Municipal de Saúde
Contratante

ZINATA COLETAS DE LIXO LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2013/57 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FMS 2013/57 A01
Contratada: CDI IMAGEM
C.N.P.J: 10.409.163/0001-86

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 48/2013 Inexigibilidade 04/2013

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretario Municipal de Saúde
Contratante

CDI IMAGEM
Representante Legal
Contratada

Extrato: FUNREBOM 2013/12 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FUNREBOM 2013/12 A00
Contratada: JOICER METALURGICA LTDA ME
C.N.P.J: 01.955.944/0001-85

Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PORTÕES PARA A GARA-
GEM E ENTRADA LATERAL DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEI-
ROS DE IMBITUBA
Valor: R\$ 18.580,00 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo nº. 18/2013 Pregão 10/2013

Imbituba, 17 de dezembro de 2013.
RAFAEL FORTUNATO CAMILO
1º Tenente Comandante da 2/8BBM
Contratante

JOICER METALURGICA LTDA ME
Representante Legal
Contratada

Extrato: FUNREBOM 2013/13 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FUNREBOM 2013/13 A00
Contratada: KOLINA PREMIUM VEICULOS LTDA
C.N.P.J: 08.651.076/0001-99

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) VIATURA NOVA PARA SER UTI-
LIZADA NO SERVIÇO ADMINISTRATIVO E PARA O ATENDIMENTO
DE OCORRÊNCIAS PELO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA.
Valor: R\$ 50.500,00 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo nº. 15/2013 Pregão 08/2013

Imbituba, 17 de dezembro de 2013.
RAFAEL FORTUNATO CAMILO
1º Tenente Comandante da 2/8BBM
Contratante

KOLINA PREMIUM VEICULOS LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: FUNREBOM 2013/14 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: FUNREBOM 2013/14 A00
Contratada: ITAPIRUBA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRU-
ÇÃO LTDA
C.N.P.J: 08.397.388/0001-18

Objeto: CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE 03(TRES) POSTOS
GUARDA VIDAS A SEREM DISTRIBUIDOS NAS PRAIAS DO ROSA E
DO PORTO, LOCALIZADAS EM IMBITUBA/SC.
Valor: R\$ 37.950,23 Prazo: 45dias
Fundamento: Processo nº. 17/2013 Carta Convite 01/2013

Imbituba, 18 de dezembro de 2013.
RAFAEL FORTUNATO CAMILO
1º Tenente Comandante da 2/8BBM
Contratante

ITAPIRUBA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Sedes 2013/145 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDES 2013/145 A00
Contratada: DINAMICA PROJETOS AMBIENTAIS S/S LTDA
C.N.P.J: 74.195.678/0001-03

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA AMBIENTAL.
Valor: R\$ 7 890,00 Prazo: 60 dias
Fundamento: Processo nº. 137/2013 Dispensa 24/2013

Imbituba, 16 de dezembro de 2013.
ANTONIO CLESIO COSTA
Secretario Municipal de Desenvolvimento Economico Sustentavel
Contratante

DINAMICA PROJETOS AMBIENTAIS S/S LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: SEAGP 2010/203 A03

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: SEAGP 2010/203 A03
Contratada: CENTHAURO SEGURANÇA ELETRONICA LTDA
C.N.P.J: 04.555.820/0001-09

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO ORIGINAL
ATÉ 31/12/2014.
Fundamento: Processo nº. 203/2010 Dispensa 79/2010

Imbituba, 16 de dezembro de 2013.
LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO
Secretario Municipal de Administração

Contratante

CENTHAURO SEGURANÇA ELETRONICA LTDA
Representante Legal
Contratada

Edital SEAGP Nº 106/2013

EDITAL SEAGP Nº 106/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2012.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, divulgado através do Edital nº 004/2012, de 14 de novembro de 2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2012, de 08 de fevereiro de 2013, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 20 de Dezembro a 19 de Janeiro de 2014, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 20 de dezembro de 2013.

LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 106/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira

LEILA CRISTINA CASCAES

CÂMARA MUNICIPAL**Edital CMI Nº 06/2013**

EDITAL CMI Nº 06/2013

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pela alínea a do inciso XIX do art. 35 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba, CONVOCA, na forma do Art. 53, § 3º, Inciso III, da Lei Orgânica Municipal, os Senhores Vereadores em atividade para 01 (uma) Sessão Extraordinária, a ser levada a efeito no dias 23 de dezembro de 2013, no recinto da Sala de Sessões da Câmara Municipal de Imbituba, sediada nesta cidade, na Rua Ernani Cotrin, nº 555 - centro, com início às 18:30 horas, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

1. PLC nº 299/2013 - Altera a redação do Artigo 1º e o Anexo I da Lei Complementar nº 3.330, de 30 de abril de 2008.
2. PLC nº 300/2013 - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, que dispõe sobre a estrutura administrativa e funcional da Câmara Municipal de Imbituba, e dá outras providências.
3. PL 4.484/2013 - Autoriza o Chefe do Poder Executivo a efetuar despesas com o Carnaval 2014, permite firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte para suprir despesas com o "Carnaval 2014" e dá outras providências.
4. PL 4.486/2013 - Autoriza o Poder Executivo a repassar recursos financeiros à Liga das Escolas de Samba Imbituba - LESI e dá outras providências.
5. PL 4.487/2013 - Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Contrato de Concessão de Direito Real de Uso de área de terra na localidade de Arroio, ao Conselho Comunitário do Arroio, CNPJ n.º 04.946.979/0001-46, e dá outras providências.
6. PL 4.490/2013 - Dispõe sobre convênio que celebram entre si o Município de Imbituba e o Governo do Estado de Santa Catarina através da 19ª Secretaria de Estado do Desenvolvimento regional de Laguna, para fins de construção de um Centro de Educação Infantil - CEI (Creche) no Bairro de Vila Santo Antônio.
7. PL 4.493/2013 - Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Santa Paulina e dá outras providências.
8. PL 4.494/2013 - Autoriza o Executivo Municipal a firmar termo de convênio com objetivo de repassar recursos financeiros ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imbituba e dá outras providências.

Imbituba, 20 de dezembro de 2013.

LUÍS ANTÔNIO DUTRA

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba



PEGAS
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

Ato da Presidência Nº 060/13

Ato da Presidência nº 060/13

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 7ª Sessão Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 23 de dezembro de 2013 (segunda-feira), às 18h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
172	PLC nº 299/2013	19/12/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Altera a redação do Artigo 1º e o Anexo I da Lei Complementar nº 3.330, de 30 de abril de 2008.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PLC nº 300/2013	20/12/13	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, que dispõe sobre a estrutura administrativa e funcional da Câmara Municipal de Imbituba, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
161	PL nº 4.484/2013	19/12/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Chefe do Poder Executivo a efetuar despesas com o Carnaval 2014, permite firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte para suprir despesas com o "Carnaval 2014" e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
163	PL nº 4.486/2013	19/12/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Poder Executivo a repassar recursos financeiros à Liga das Escolas de Samba Imbituba - LESI e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
164	PL nº 4.487/2013	19/12/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Contrato de Concessão de Direito Real de Uso de área de terra na localidade de Arroio, ao Conselho Comunitário do Arroio, CNPJ nº 04.946.979/0001-46, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
169	PL nº 4.490/2013	19/12/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre convênio que celebram entre si o Município de Imbituba e o Governo do Estado de Santa Catarina através da 19ª Secretaria de Estado do Desenvolvimento regional de Laguna, para fins de construção de um Centro de Educação Infantil – CEI (Creche) no Bairro de Vila Santo Antônio.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
173	PL nº 4.493/2013	19/12/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Santa Paulina e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
174	PL nº 4.494/2013	19/12/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a firmar termo de convênio com objetivo de repassar recursos financeiros ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 20 de dezembro de 2013.

LUÍS ANTÔNIO DUTRA Presidente	LUIZ CLÁUDIO CARVALHO DE SOUZA Vice-Presidente
ROSÁLIA MARIA DE SOUZA SGROTT Primeira-Secretária	ROGBERTO DE FARIAS PIRES Segundo-Secretário

Iomerê

PREFEITURA

Lei 762/2013

LEI Nº. 762 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê no valor de R\$ 43.200,00 (quarenta e três mil duzentos reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
2024 Transporte Escolar - Ensino Fundamental
33900000 Aplicações Diretas
101.00 Recursos de Imp. E Transf. de Imp. Educação
R\$ 6.867,97

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
2025 Transporte Escolar - Ensino Médio (Noturno)
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 18.332,03

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
2016 Transporte Escolar - Ensino Superior
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 18.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2013 Obrigações Tributárias a Pessoas Físicas
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 5.500,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
1023 Construção, Ampliação e Reforma de Escolas
44900000 Aplicações Diretas
101.00 Recursos de Imp. E Transf. de Imp. Educação
R\$ 6.867,97

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.02 Esporte
2031 Manutenção do Departamento de Esportes
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 5.832,03

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.02 Esporte
2031 Manutenção do Departamento de Esportes
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 3.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.02 Esporte
1032 Construção, Reformas de Quadras, Campos
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 10.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.05 Turismo
2039 Promoção ao Turismo
33500000 Transferências a Instit. Priv. Sem Fins Lucrativos
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 2.000,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
1044 Perfuração de Poços Artesianos
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 10.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 16 de dezembro de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1484/2013

DECRETO Nº. 1484 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 705/2012 de 28 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 2.322,48 (dois mil trezentos e vinte dois reais quarenta e oito centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2055 Manutenção da Iluminação Pública
33900000 Aplicações Diretas
117.00 Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP
R\$ 1.901,60

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

2055 Manutenção da Iluminação Pública
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 420,88

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de Arrecadação do Exercício corrente e da anulação da seguinte dotação orçamentária:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2055 Manutenção da Iluminação Pública
31710000 Transferências a Consórcios Públicos
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 420,88

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
Iomerê, 16 de dezembro de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1485/2013

DECRETO Nº. 1485 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.
Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 705/2012 de 28 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 29.342,00 (vinte e nove mil trezentos e quarente e dois reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.00 Gabinete do Prefeito
02.01 Gabinete do Prefeito
2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 1.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
2017 Merenda Escolar
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 1.500,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
2024 Transporte Escolar - Ensino Fundamental
33900000 Aplicações Diretas
101.00 Recursos de Imp. E Transf. de Imp. Educação
R\$ 26.842,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo

anterior ocorrerá à conta do Excesso de Arrecadação do Exercício corrente e da anulação da seguinte dotação orçamentária:

02.00 Gabinete do Prefeito
02.01 Gabinete do Prefeito
2004 Manutenção do Gabinete do Prefeito
31900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 16 de dezembro de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1486/2013

DECRETO Nº. 1486 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a lei nº 762/2013 de 18 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 43.200,00 (quarenta e três mil duzentos reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
2024 Transporte Escolar - Ensino Fundamental
33900000 Aplicações Diretas
101.00 Recursos de Imp. E Transf. de Imp. Educação
R\$ 6.867,97

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
2025 Transporte Escolar - Ensino Médio (Noturno)
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 18.332,03

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
2016 Transporte Escolar - Ensino Superior
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 18.000,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta da Anulação das seguintes dotações orçamentárias:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças
03.01 Secretaria de Administração e Finanças
2013 Obrigações Tributárias a Pessoas Físicas
33900000 Aplicações Diretas

100.00 Recursos Ordinários
R\$ 5.500,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.01 Secretaria de Educação
1023 Construção, Ampliação e Reforma de Escolas
44900000 Aplicações Diretas
101.00 Recursos de Imp. E Transf. de Imp. Educação
R\$ 6.867,97

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.02 Esporte
2031 Manutenção do Departamento de Esportes
33900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 5.832,03

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.02 Esporte
2031 Manutenção do Departamento de Esportes
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 3.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.02 Esporte
1032 Construção, Reformas de Quadras, Campos
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 10.000,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
04.05 Turismo
2039 Promoção ao Turismo
33500000 Transferências a Instit. Priv. Sem Fins Lucrativos
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 2.000,00

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
1044 Perfuração de Poços Artesianos
44900000 Aplicações Diretas
100.00 Recursos Ordinários
R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 18 de dezembro de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1487/2013

DECRETO Nº. 1487 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 705/2012 de 28 de novembro de 2012, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 705/2012 de 28 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 308.429,99 (trezentos e oito mil quatrocentos e vinte nove reais noventa e nove centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

05.00 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
05.01 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
1047 Patrulha Agrícola
44900000 Aplicações Diretas
124.00 Transferências de Convênios Outros
R\$ 50.233,33

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos
2059 Manutenção da Malha Rodoviária
44900000 Aplicações Diretas
124.00 Transferências de Convênios Outros
R\$ 258.196,66

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Excesso de Arrecadação do Exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 18 de dezembro de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 1488/2013

DECRETO Nº. 1488 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013
Divulga resultado do Processo Seletivo Edital nº 0005/2013 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º - Fica divulgado o resultado referente edital de processo seletivo nº 0005/2013, conforme abaixo especificados:

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

NOME	PONTUAÇÃO	CLAS.
IVANIR PEROSA PELLE	8,80	1º
MARIA INÊS COLOMBO OLTRAMARI	8,00	2º
IRENE OSS BARICHELLO	7,60	3º
ANDRESSA AGUIAR FANTINEL ZARPELLON	7,20	4º
CRISTIANE PERETTI	6,40	5º
LEONILDE FERRONATO FACCIN	6,40	5º
IVA PEROSA PELLE	5,60	7º
MAIARA GUEDES	4,80	8º

CARGO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

NOME	PONTUAÇÃO	CLAS.
JORDANA VIGOLO	6,00	1º

LAURINDO DE ARAÚJO	2,00	2°
--------------------	------	----

CARGO: FAXINEIRA

NOME	PONTUAÇÃO	CLAS.
DÉBORA FERREIRA DE SOUZA	8,40	1°
DORILDE ROSSONI	7,60	2°
CÉLIA ANTUNES CORDEIRO CONTE	6,40	3°
VERA LÚCIA CORRÊA RIBEIRO	5,60	4°

CARGO: MERENDEIRA 20 HORAS

NOME	PONTUAÇÃO	CLAS.
MARILDE TOLDO BRIDI	4,00	1°
ERONITA WALENDORFF	3,20	2°

CARGO: MERENDEIRA 40 HORAS

NOME	PONTUAÇÃO	CLAS.
ADRIANA PIRAN	4,00	1°
SILVIA DELUCHI	3,20	2°

CARGO: MOTORISTA DE CAMINHÃO

NOME	PONTUAÇÃO			CLAS.
	OBJETIVA	PRÁTICA	TOTAL	
ADRIANO FANTINEL	6,16	2,10	8,26	1°
GUSTAVO CRESTANI FRANCO	4,48	2,52	7,00	2°
VALDEMAR JOSÉ BORTOLOZO	4,48	2,10	6,58	3°
ODIR PAGNO	3,64	2,34	5,98	4°
MARILDO FANTINEL	2,80	2,16	4,96	5°

CARGO: PROFESSOR DE ARTES HABILITADO – 40 HORAS

NOME	PONTUAÇÃO	TÍTULOS	P. FINAL	CLAS.
FABIANA KOPP BENQUE	6,80	0,70	7,50	1°
ALEXA RAQUEL DI DOMENICO	3,60	-	3,60	2°

CARGO: PROFESSOR DE ARTES NÃO HABILITADO – 40 HORAS

NOME	PONTUAÇÃO	TÍTULOS	P. FINAL	CLAS.
RAFAELLA IRENE CARPENEDO CAVON	5,60	-	5,60	1°
ELIANE CRISTINA ANTUNES SALLES	AUSENTE	-	-	-

CARGO: PROFESSOR DE ARTES HABILITADO – 20 HORAS

NOME	PONTUAÇÃO	TÍTULOS	P. FINAL	CLAS.
GENI FALCHETTI COSSUL	6,40	0,10	6,50	1°

CARGO: PROFESSOR DE ARTES NÃO HABILITADO – 20 HORAS

NOME	PONTUAÇÃO	TÍTULOS	P. FINAL	CLAS.
ANGELA MARIA SOARES	6,00	-	6,00	1°

CARGO: PROFESSOR DE CIÊNCIAS NÃO HABILITADO – 40 HORAS

NOME	PONTUAÇÃO	TÍTULOS	P. FINAL	CLAS.
GIOVANA ARIATI ZACCARON	5,20	0,75	5,95	1°

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - DANÇA

NOME	PONTUAÇÃO	TÍTULOS	P. FINAL	CLAS.
GISLEI SAGAI ZORNITTA	6,80	0,65	7,45	1°

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - XADREZ

NOME	PONTUAÇÃO	TÍTULOS	P. FINAL	CLAS.
DÉBORA TURMINA	6,80	0,20	7,00	1°
MARINA ELENA BUSS	6,00	-	6,00	2°

CARGO: PROFESSOR DE GEOGRAFIA HABILITADO

NOME	PONTUAÇÃO	TÍTULOS	P. FINAL	CLAS.
VANDERLEI PIRES	8,00	0,55	8,55	1°
NELCI SALETE SEVERINO DALMOLIN	6,80	0,25	7,05	2°
MONICA LOPES SCHNEIDER	6,40	-	6,40	3°

CARGO: PROFESSOR DE HISTÓRIA HABILITADO

NOME	PONTUAÇÃO	TÍTULOS	P. FINAL	CLAS.
CHRISTIANE OLIVEIRA DE JESUS	8,00	0,55	8,55	1°
CARLOS EGI-DIO SCORTEGAGNA ALBERTI	AUSENTE	-	-	-

CARGO: PROFESSOR DE HISTÓRIA – NÃO HABILITADO

NOME	PONTUAÇÃO	TÍTULOS	P. FINAL	CLAS.
MATEUS HENRIQUE TORCATTO	8,40	-	8,40	1°
EVANDRO BOGONIKA	7,20	-	7,20	2°
JOSIAS FAVARIN	6,40	0,10	6,50	3°
RAFAEL ASCARI	6,00	0,05	6,05	4°
TATIANA ALVES MARTINS BONFIM	AUSENTE	-	-	-

CARGO: PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA HABILITADO

NOME	PONTUAÇÃO	TÍTULOS	P. FINAL	CLAS.
MARTA MARIA FALCHETTI	8,40	0,55	8,95	1º

CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA HABILITADO

NOME	PONTUAÇÃO	TÍTULOS	P. FINAL	CLAS.
EMANUEL SIPP	5,60	-	5,60	1º

CARGO: PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE 20 HORAS

NOME	PONTUAÇÃO	TÍTULOS	P. FINAL	CLAS.
DANIELI JULIANE BERTI PANIGAZ	8,00	0,05	8,05	1º
NATALIA PALHOZA	8,00	-	8,00	2º
FRANCIELI CAMARGO DA SILVA	5,60	-	5,60	3º

CARGO: PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE 40 HORAS

NOME	PONTUAÇÃO	TÍTULOS	P. FINAL	CLAS.
GISELI DA SILVA	7,20	-	7,20	1º
SARA CRISTINA PAGANINI	6,00	-	6,00	2º
EDINÉIA ALBERTI	5,60	0,30	5,90	3º
ELIANE OSMARINI	5,60	-	5,60	4º

CARGO: PROFESSOR I – ENSINO FUNDAMENTAL 20 HORAS

NOME	PONTUAÇÃO	TÍTULOS	P. FINAL	CLAS.
ANA SIPP	8,40	-	8,40	1º
SIBELE MUNARO	8,00	0,05	8,05	2º
JÉSSICA ZUFFO HACKBARTH	6,80	0,60	7,40	3º
MARISA MARIA DA SILVA AMORA HOFSTATTER	5,60	0,10	5,70	4º
MARGARETE SERIGHELLI TASCA	4,80	0,05	4,85	5º

CARGO: PROFESSOR III – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE 20 HORAS

NOME	PONTUAÇÃO	TÍTULOS	P. FINAL	CLAS.
CIBELI DE OLIVEIRA VILELA PAVESI	8,00	-	8,00	1º
ADRIANE GRIGOLO ZANINI	7,20	0,60	7,80	2º
RACHEL SIMONE MENEGUZZI MANENTI	6,80	0,85	7,65	3º

CAROLINA SIPP ZARDO	7,20	0,15	7,35	4º
FERNANDA CONSONI	6,40	0,55	6,95	5º
SIRLEI APARECIDA DENARDI	5,20	0,25	5,45	6º
MARCELINA FALCHETTI PERETTI	4,80	0,35	5,15	7º
TALITA PELLICOLI	2,40	0,50	2,90	8º

CARGO: PROFESSOR III – EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE 40 HORAS

NOME	PONTUAÇÃO	TÍTULOS	P. FINAL	CLAS.
ROSA CRISTINA ALVES DE MELLO RECH	7,60	0,05	7,65	1º
FABIANA CARNIEL RIGO	5,60	0,35	5,95	2º
MARINA ABATI	4,40	1,45	5,85	3º
DRIELI FINGER MORESCO	5,20	0,15	5,35	4º

CARGO: PROFESSOR III – ENSINO FUNDAMENTAL

NOME	PONTUAÇÃO	TÍTULOS	P. FINAL	CLAS.
SIRLÉIA MARIA PASSONI	6,00	1,75	7,75	1º
FANIANE SOVRANI FERNANDES	7,60	0,10	7,70	2º
SANDRA ZAMBONI LOCATELLI	7,60	0,10	7,70	2º
SUÉLI DAIANE ARNHOLD ANSILIERO	5,20	1,15	6,35	4º
SOLANGE APARECIDA DIAS DE CAMPO	5,20	0,45	5,65	5º
CRISTIANE DE FREITAS CASAGRANDE	5,60	-	5,60	6º

CARGO: PSICÓLOGA

NOME	PONTUAÇÃO	TÍTULOS	P. FINAL	CLAS.
ROCHANA MENDES	8,00	0,35	8,35	1º
THAÍS ANDRESSA HEPP	7,60	0,15	7,75	2º
PRISCILA LUVISON	6,80	0,20	7,00	3º
MAUDINÊS LOCATELLI	6,80	0,10	6,90	4º
MICHELE RÉUS ELIAS	6,40	-	6,40	5º

CARGO: SEGUNDO PROFESSOR OU PROFESSOR AUXILIAR HABILITADO

NOME	PONTUAÇÃO	TÍTULOS	P. FINAL	CLAS.
ANGELA MARIA MAZURECK RABUSKE	6,40	0,30	6,70	1º
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA DE ARAÚJO	6,00	0,35	6,35	2º

CARGO: SEGUNDO PROFESSOR OU PROFESSOR AUXILIAR NÃO HABILITADO

NOME	PONTUAÇÃO	TÍTULOS	P. FINAL	CLAS.
SANDI PAULA CHAICOSKI	4,00	-	4,00	1º

Art 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iomerê, 20 de dezembro de 2013.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças em 20 de dezembro de 2013.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria 2286/2013

PORTARIA Nº 2286 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor MARLENE DALLACOSTA TURMINA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/01/2012 a 31/12/2012 a contar de 26/12/2013 a 24/01/2014.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 19 de dezembro de 2013.

LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

Extrato das Atas de Registro de Preços do PL 55, PP 29/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO 55/2013

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2013, do PROCESSO Nº 55/2013, homologado aos 19 de dezembro de 2013, cujo objeto é o registro de preço de tubos de concreto, pedra britada mista suja, brita nº 1 e pedrisco para utilização na manutenção da malha viária Municipal e manutenção das vias urbanas, conforme características e quantidades anexadas ao Edital, para o exercício do ano de 2014, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2013.55.7021 de 19 de dezembro de 2013

FORNECEDOR: KERBER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA., situada na ROD. SC 283 KM 07 VILA FRAG. CX. P.232, Município de Concórdia-SC, inscrita no CNPJ sob n. 79.280.459/0001-46 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 251.717.372, representado pelo Senhor ERICO JOÃO FERREIRA DA SILVA, CPF: 585.401.219-72.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
7	Tubos de concreto com 2metro de diâmetro X 1mt de comprimento	UN	30,00	KERBER	550,00	16.500,00
8	PEDRA BRITADA MISTA -SUJA	Mt³	2.500,00	KERBER	28,00	70.000,00
9	Brita nº 1	Mt³	100,00	KERBER	36,00	3.600,00
10	pedrisco	Mt³	100,00	KERBER	36,00	3.600,00
11	Pó de Brita	Mt³	100,00	KERBER	36,00	3.600,00
Valor Total Registrado					97.300,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2013.55.7283 de 19 de dezembro de 2013

FORNECEDOR: LAJE OESTE LTDA-ME, situada na ROD. SC-283 KM 7,5, S/N VILA FRAGOSOS, Município de CONCORDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 01.364.691/0001-75 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 253.344.115, representado pelo Senhor ANTÔNIO VICENTE, CPF: 526.349.229-49.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Tubos de concreto com 60 centímetros de diâmetro com 1 metro	UN	500,00	LAGE OESTE	42,50	21.250,00

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
4	Tubos de concreto armado com 1 metro de diâmetro e 1 metro	UN	40,00	LAGE OESTE	180,00	7.200,00
6	Tubos de concreto com 30 centímetros de diâmetro com 1 metro	UN	700,00	LAGE OESTE	16,90	11.830,00
13	Tubo de concreto ARM 80 X100 CM-CA2	UN	120,00	LAGE OESTE	145,00	17.400,00
Valor Total Registrado					57.680,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2013.55.8715 de 19 de dezembro de 2013

FORNECEDOR: ARTEFATOS DE CIMENTO, COMÉRCIO E TRANSP. ARABUTÃ, situada na RODOVIA SC 465 - KM 5 -SAÍDA P/ IPU-MIRIM, Município de ARABUTÃ-SC, inscrita no CNPJ sob n. 01.298.880/0001-97 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 253.270.030, representado pelo Senhor Ronei Romeu Rauschkolb, CPF: 552.030.869-15.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
5	Tubos de concreto com 1,50mt de diâmetro X 1mt de comp.	UN	50,00	ART. ARABUTÃ	449,00	22.450,00
12	Tubo de concreto Arm 60 x100- CA1	UN	300,00	ART. ARABUTÃ	69,80	20.940,00
Valor Total Registrado					43.390,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2013.55.8933 de 19 de dezembro de 2013

FORNECEDOR: PRÉ- FABRICADOS SGANZERLA LTDA ME, situada na RUA JOSÉ DEOLA, Nº 35 SALA 03, Município de IRANI-SC, inscrita no CNPJ sob n. 10.535.603/0001-41 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 255.789.351, representado pelo Senhor RODRIGO SGANZERLA, CPF: 045.974.529-82.

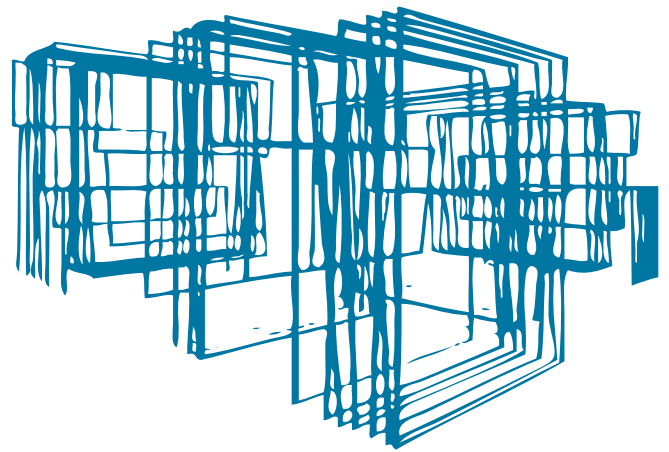
Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
3	Tubos de concreto com 20 centímetros de diâmetro com 1 metro	UN	700,00	PRE FAB. SGANZERLA	15,00	10.500,00
Valor Total Registrado					10.500,00	

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2013.55.9365 de 19 de dezembro de 2013

FORNECEDOR: ARTEFATOS DE CIMENTO ALBERTON LTDA-ME, situada na RUA 29 DE JULHO Nº 643, Município de LINDÓIA DO SUL-SC, inscrita no CNPJ sob n. 10.590.674/0001-47, representado pelo Senhor, DIRCEU ALBERTON, CPF: 027.865.369-36.

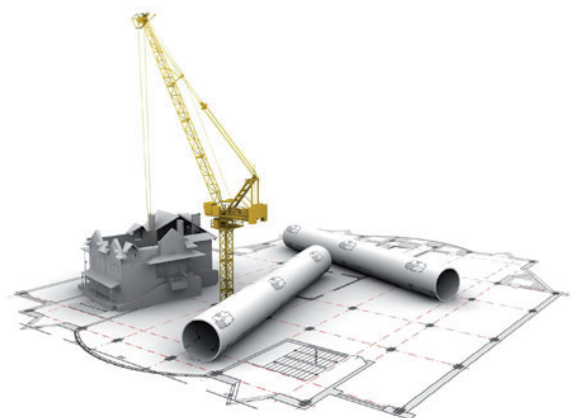
Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
2	Tubos de concreto com 40 centímetros de diâmetro com 1 metro	UN	800,00	ALBERTON	25,40	20.320,00
Valor Total Registrado					20.320,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.



Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Edital de Notificação 07/2013

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Ipumirim

Página: 1/1
Data: 19/12/2013

Edital de Notificação nº 07/2013

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto nº 1.526/2007, de 25 de outubro de 2.007 que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Ipumirim, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Recursos recebidos no período de 17/10/2013 à 16/12/2013

Rúbrica	Descrição	Valor
417213301000000	Transferências SUS União - PAB Fixo	50.964,15
417213302000000	Transferências SUS União - PSF	93.580,00
417213303000000	Transferências SUS União - PACS	30.400,00
417213304000000	Transferências SUS União - Epidem.e Controle de Do	13.850,66
417213305000000	Transferências SUS União - Farmácia Básica	9.435,00
417213307000000	Transferências SUS União - Saúde Bucal	13.380,00
417213312000000	Transferência SUS União MAC	22.232,18
417213402000000	Transferências FNAS - APAE	2.480,64
417213404000000	Transferências FNAS - IGD Bolsa Família	2.475,14
417213405000000	Transferências FNAS - Atenção Básica	8.846,24
417213501000000	Transferência do Salário Educação	49.643,47
417213503010000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEF - Funda	5.940,00
417213503040000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEC Creche	7.812,00
417213503050000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEP Pré-esc	4.040,00
417213504010000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Fundame	13.301,24
417213504020000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Médio	2.996,28
417213504030000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Infanti	2.632,24
417213506000000	Transferências Diretas do FNDE - Brasil Carinhoso	2.916,82
Total dos Recursos Recebidos no Período		336.926,06

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos Termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, na Prefeitura Municipal de Ipumirim, situada na Avenida D. Pedro II, 230, Centro, ou pelo telefone (49) 3438.11.11.

Ipumirim(SC), em 19/12/2013

Valdir Zanella
Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

Lei 1.765/2013

LEI 1.765/2013.

“ALTERA O INCISO II DO ARTIGO 7º DA LEI N.º 1.673/2013, DE 04/02/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica alterado o inciso II do artigo 7º da Lei n.º 1.673/2013 - INSTITUI A TAXA FLORESTAL MUNICIPAL, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º []

I - []

II - “Multa de 01 (uma) Unidade Fiscal de Referência Municipal (UFRM) até o máximo de 10 (dez) Unidades Fiscais de Referência Municipal (UFRM) para reincidentes, de acordo com a gravidade do ato a critério da fiscalização municipal”.

Art. 2º - Permanecem inalterados os demais artigos e disposições da Lei nº 1.673/2013.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis, (SC), em 19 de Dezembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Lei 1.766/2013.

LEI 1.766/2013.

“ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 195 E O ARTIGO 198, BEM COMO AS TABELAS Nº II, III E IV, DA LEI Nº 185/73, DE 17/04/1973, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica alterado o parágrafo único do artigo 195 da Lei n.º 185/1973—“Reforma o Código Tributário do Município de Irineópolis, instituído pela Lei n.º 119, de 06 de dezembro de 1966”, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 195 [...]

“Parágrafo único. A taxa será cobrada anualmente em conformidade com as tabelas anexas e nunca será inferior a 0,20 UFRM”.

Art. 2º Fica também alterado o artigo 198 da mesma Lei que passa a vigorar com a redação abaixo, bem como, com a inserção de parágrafo único:

“Art. 198A taxa de licença, independente de lançamento será arrecadada quando da concessão da licença, sendo que se requerida no decorrer do exercício financeiro, será lançada a partir do trimestre civil em que iniciarem suas atividades.”

“Parágrafo único. A cada nova inscrição de profissional liberal para

fins de taxa de licença para localização e funcionamento serão concedidos os seguintes percentuais de desconto para efeito de cobrança do referido tributo:

Desconto de 100% (cem por cento) no primeiro ano;

Desconto de 66% (sessenta e seis por cento) no segundo ano;

Desconto de 33 % (trinta e três por cento) no terceiro ano.”

Art. 3º Com o objetivo de adequação a atual classificação do CNAE – Código Nacional de Atividade Econômica ficam alteradas as tabelas II, III e IV, integrantes da Lei nº 185/1973, que passam a vigorar de acordo com os Anexos I, II e III constantes da presente Lei.

Art. 4º Permanecem inalterados os demais artigos e disposições da Lei nº 185/1973.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis, (SC), em 19 de Dezembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

ANEXO I - LEI Nº 1.766/2013

TABELA II

Taxa de Licença para Localização e de Renovação anual da Licença para Localização de Estabelecimentos Industriais, Comerciais e Profissionais:

Jurídicas

Código CNAE	Classificação / Atividade	MEI UFRM	ME/EPP UFRM	DEMAIS UFRM
Seção A	Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	0,8000	1,0000	1,4000
Seção B	Indústrias extrativistas	0,8000	2,1000	2,9400
Seção C	Indústrias de Transformação (exceto itens 14, 25, 31, 32 e 33)	0,8000	1,8000	2,5200
14	Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	0,8000	2,0000	2,8000
25	Fabricação de Produtos de Metal, exceto Máquinas e Equipamentos	0,8000	1,4000	1,9600
31	Fabricação de Móveis	0,8000	1,3000	1,8200
32	Fabricação de Produtos Diversos	0,8000	1,7000	2,3800
33	Manutenção, Reparação e Instalação de Máquinas e Equipamentos	0,8000	1,2000	1,6800
Seção D	Eletricidade e Gás	0,8000	3,0000	4,2000
Seção E	Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	0,8000	2,5000	3,5000
Seção F	Construção	0,8000	1,4000	1,9600
45.1	Comércio de Veículos Automotores	0,8000	2,0000	2,8000
45.2	Manutenção e Reparação de Veículos Automotores	0,8000	1,2000	1,6800
45.3	Comércio de Peças e Acessórios para Veículos Automotores	0,8000	2,0000	2,8000
45.41	Comércio por atacado e a varejo motocicletas, peças e acessórios	0,8000	2,0000	2,8000
45.42	Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas e motonetas, peças e acessórios	0,8000	2,0000	2,8000
45.43	Manutenção e reparação de motocicletas e motonetas	0,8000	1,2000	1,6800

46.1	Representantes comerciais e agentes de comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas	0,8000	1,0000	1,4000
46.2 à 46.9	Comércio atacadista	0,8000	1,5000	2,1000
47.11-1	Padaria e confeitaria com predominância de produção própria	0,8000	1,5000	2,1000
47.11-3	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – hipermercados e supermercados	0,8000	2,5000	3,5000
4712-1	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns	0,8000	1,3000	1,8200
4713-0	Comércio varejista de mercadorias em geral, sem predominância de produtos alimentícios	0,8000	1,0000	1,4000
472	Comércio varejista de produtos alimentícios	0,8000	1,1000	1,5400
473	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	0,8000	2,5000	3,5000
474	Comércio varejista de material de construção	0,8000	1,6000	2,2400
475	Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação, equipamentos e artigos de uso doméstico	0,8000	1,2000	1,6800
47539	Comércio varejista de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	0,8000	1,6000	2,2400
47547	Comércio varejista de móveis, colchoaria e artigos de iluminação	0,8000	1,6000	2,2400
476	Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos	0,8000	1,0000	1,4000
477	Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos, ortopédicos e veterinários	0,8000	1,6000	2,2400
478	Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados	0,8000	1,3000	1,8200
479	Comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista (com CNPJ)	0,8000	1,0000	1,4000
491	Transporte ferroviário e metroferroviário	0,8000	3,0000	4,2000
4921-3	Transporte rodoviário coletivo de passageiros municipal	0,8000	2,0000	2,8000
4922-1	Transporte rodoviário coletivo de passageiros intermunicipal, interestadual e internacional	0,8000	2,1000	2,9400
4923-0	Transporte rodoviário de táxi	0,8000	1,0000	1,4000
4924-8	Transporte Escolar	0,8000	1,4000	1,9600
4929-9	Transporte coletivo de passageiros sob regime de fretamento	0,8000	1,4000	1,9600
493	Transporte rodoviário de carga	0,8000	1,0000	1,4000
494 - 495	Outros tipos de transporte rodoviários não descritos anteriormente	0,8000	1,1000	1,5400
50	Transporte aquaviário	0,8000	2,0000	2,8000

51	Transporte aéreo	0,8000	3,0000	4,2000
52	Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes	0,8000	1,0000	1,4000
5310	Atividades de Correio, de malotes e de entrega	0,8000	2,0000	2,8000
5320	Serviços de malote não realizados pelo Correio Nacional	0,8000	1,0000	1,4000
55	Alojamento (hotéis, motéis, campings, pensões, etc.)	0,8000	1,6000	2,2400
56.11-2/01	Restaurantes e similares	0,8000	1,4000	1,9600
56.11-2/02	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas	0,8000	1,0000	1,4000
56.11-2/03	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	0,8000	1,2000	1,6800
5612-1	Serviços ambulantes de alimentação (com CNPJ)	0,8000	1,0000	1,4000
5620-1	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	0,8000	1,2000	1,6800
Seção J	Informação e Comunicação	0,8000	2,5000	3,5000
Seção K	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	0,8000	2,5000	3,5000
Seção L	Atividades imobiliárias	0,8000	1,4000	1,9600
6911-7	Atividades jurídicas	0,8000	1,2000	1,6800
6912-5	Cartórios	0,8000	1,5000	2,1000
692	Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária	0,8000	1,2000	1,6800
70	Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial	0,8000	2,0000	2,8000
71	Serviços de arquitetura e engenharia	0,8000	1,4000	1,9600
72	Pesquisa e desenvolvimento científico	0,8000	2,5000	3,5000
73	Publicidade e pesquisa de mercado	0,8000	2,0000	2,8000
74	Outras atividades profissionais científicas e técnicas	0,8000	2,2000	3,1000
75	Atividades veterinárias	0,8000	2,0000	2,8000
Seção N	Atividades administrativas e Serviços complementares	0,8000	1,6000	2,2400
Seção O	Administração pública, defesa e seguridade social	0,8000	1,6000	2,2400
Seção P	Educação	0,8000	1,0000	1,4000
861	Atividades de atendimento hospitalar	0,8000	2,8000	4,0000
862	Serviços móveis de atendimento a urgências e de remoção de pacientes	0,8000	2,0000	2,8000
863	Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos	0,8000	2,0000	2,8000
864	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica	0,8000	2,0000	2,8000
865	Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos	0,8000	1,8000	2,5200
866	Atividades de apoio à gestão de saúde	0,8000	1,8000	2,5200
869	Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	0,8000	1,8000	2,5200

87	Atividades de atenção à saúde humana integradas com assistência social, prestadas em residências coletivas e particulares	0,8000	1,6000	2,2400
88	Serviços de assistência social sem alojamento	0,8000	1,4000	1,9600
90	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0,8000	1,2000	1,6800
91	Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental	0,8000	1,2000	1,6800
92	Atividades de exploração de jogos de azar e apostas	0,8000	2,0000	2,8000
93	Atividades esportivas e de recreação e lazer	0,8000	1,0000	1,4000
94	Atividades de organizações associativas	0,8000	1,0000	1,4000
95	Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos	0,8000	1,3000	1,8200
96	Outras atividades de serviços pessoais	0,8000	1,2000	1,6800
Seção T	Serviços domésticos	0,8000	0,8000	0,8000
Seção U	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0,8000	2,0000	2,0000

Ob: A exceção dos MEIs(Micro Empreendedor Individual) será cobrado um adicional de 5% (cinco por cento) sobre a atividade principal por cada atividade secundária.

Profissionais Autônomos

Atividade	UFRM
Representantes, despachantes e taxistas	1,3000
Demais atividades não incluídas nos itens anteriores	1,0000

Profissionais Liberais

Atividade	UFRM
Arquitetos, agrônomos, advogados, dentistas, contadores, técnicos contábeis, corretores e engenheiros	1,2000
Médicos em geral	1,3000
Demais profissionais liberais	1,0000

ANEXO II - LEI Nº 1.766/2013

Tabela III

Tabela para o lançamento e a cobrança das demais Taxas de Licença

Itens Especificações e Discriminações
I. Taxa de Licença para Exercício de Comércio Eventual ou Ambulante: Valor em UFRM

1	Taxa de licença para comércio eventual e ambulante, por dia	0,3900
2	Taxa de licença para comércio eventual e ambulante, por mês	1,0000
3	Taxa de licença para comércio eventual e ambulante, por semestre	2,0000
4	Taxa de licença para comércio eventual e ambulante, por ano	4,0000
5	Parques e Circos, por mês	0,5000
6	Espectáculo Artístico/Cultural por dia	0,7000
7	Shows Esportivos por dia	0,7000

8	Comércio de derivados de Petróleo(inclusive GLP), Agrotóxicos e Demais produtos Perigosos por dia	1,2000
---	---	--------

II. Taxa de Licença para Obras Particulares:
Valor em UFRM

9	Dependência em prédios de qualquer natureza, por metro quadrado	0,0060
10	Galpões e barracões, para qualquer fim, por metro quadrado	0,0030
11	Outras obras de engenharia não especificados anteriormente, por obra	0,6000
12	Alvará de Habite-se, por metro quadrado	0,0050

Taxa de Licença para Execução de Loteamentos de Terrenos Particulares:
Valor em UFRM

13	Taxa aprovação de Desmembramento/ Loteamento de solo urbano, por lote final	0,4000
----	---	--------

ANEXO III - LEI Nº 1.766/2013

Tabela IV

Tabela para o lançamento e a cobrança das Taxas de Expediente
Item I Especificações e Discriminações
Valor em UFRM

1	Alvarás 2ª via	0,1500
2	Certidões, Atestados, Declarações e Congêneres	0,1100
3	Taxa para emissão nota fiscal avulsa	0,0500
4	Declaração exploração mineral	4,0000
5	Taxa de busca por ano, além do item 2	0,0400

Lei Complementar 079/2013

LEI COMPLEMENTAR 079/2013.

"ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 056/2012, DE 08/02/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica alterado o artigo 59, DO Capítulo XIII, SEÇÃO I - DAS SUBSTITUIÇÕES E AULAS EXCEDENTES da Lei Complementar nº 056/2012 de 08/02/2012 na, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 59 - Em caso de ampliação do número de turmas nas unidades educacionais, a Secretaria Municipal de Educação deverá convidar os professores efetivos para ministrar aulas excedentes, pelas quais receberão proporcionalmente, o valor da hora/aula calculado sobre o valor total da remuneração, ou seja, vencimento do cargo efetivo, somado as vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, acrescida do percentual de 2,5% (dois vírgula cinco por cento), aquinhoados pela carga horária efetiva do servidor "NR.

Parágrafo único - Os valores pagos a título de aulas excedentes não serão incorporadas ao vencimento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados o § 1º do Art. 259 da LC 01/97 de 30/12/1997, o Art. 65 da Lei nº 1.003 de 23/11/2000 e demais disposições em contrário.

Município de Irineópolis, (SC), em 19 de Dezembro de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Lei Complementar N.º 078/2013

LEI COMPLEMENTAR N.º 078/2013, de 19 de Dezembro de 2013.

SÚMULA: Institui a Nova Planta Genérica de Valores do Município, define critérios para lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano e Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de Bens Imóveis e de direitos reais a eles relativos - ITBI, e dá outras providências.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI: CAPÍTULO I DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES

Art. 1º Fica instituída a Nova Planta Genérica de Valores do Município de Irineópolis, constante do Anexos I desta Lei.

Art. 2º Para efeitos de tributação, a apuração dos valores venais dos imóveis do Município de Irineópolis será processada de acordo com as normas estabelecidas nesta Lei.

CAPÍTULO II DA APURAÇÃO DOS VALORES VENAIS

Seção I - Do valor venal dos terrenos

Art. 3º Os valores unitários por metro quadrado ou por alqueire dos terrenos localizados em cada uma das zonas de valor, urbana ou rural, são estabelecidos no Anexo I desta Lei.

§ 1º As zonas de valor urbano são as áreas delimitadas pelos contornos assinalados nos Anexos II e III desta Lei, definidas pela similaridade de suas características.

§ 2º Os imóveis localizados no Distrito de Poço Preto terão seus valores venais territoriais determinados na forma do Anexo I da presente Lei.

§ 3º Os imóveis localizados na área rural do Município terão seus valores venais territoriais determinados na forma do Anexo I da presente Lei.

Art. 4º Para fins de tributação, os valores venais territoriais são determinados pelo resultado da multiplicação da área do terreno em metros quadrados ou por alqueire pelos respectivos valores unitários fixados nos anexos mencionados no artigo 3º desta Lei e convertidos em UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), conforme o Anexo I desta Lei.

Art. 5º Os imóveis sujeitos ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e ao Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de Bens Imóveis e de direitos reais a eles relativos - ITBI não integrantes da Planta Genérica de Valores terão a apuração de seu valor venal territorial, para fins tributários, realizada pela Secretaria Municipal de Fazenda.

Seção II - Do valor venal das edificações

Art. 6º O valor venal das edificações é aquele estabelecido a partir dos critérios de avaliação estabelecidos nas planilhas de informações cadastrais, constantes do Anexo de I da presente Lei.

Art. 7º Entende-se por área edificada aquela delimitada pelos contornos das faces externas das paredes ou dos pilares da edificação, computando-se os ambientes denominados varandas, garagens ou terraços, desde que cobertos, e as áreas de piscina, quando existir abrigo para casa de máquinas, com bomba e sistema de filtragem.

Parágrafo único. Considera-se área de piscina a área correspondente ao espelho da água.

Art. 8º A classificação das edificações será individual quando houver mais de uma edificação por lote ou inscrição imobiliária municipal.

Art. 9º. Nos casos em que houver mais de uma categoria ou padrão de construção por edificação, a classificação do imóvel poderá ser realizada conforme as diferentes áreas construídas, cadastradas individualmente e lançadas conjuntamente para fins de IPTU.

Art. 10. Os valores venais das edificações são obtidos pelo resultado da multiplicação de sua área em metros quadrados pelos respectivos valores unitários por metro quadrado, fixados conforme previsto nos anexos mencionados no Artigo 6º.

Seção III - Do valor venal dos imóveis

Art. 11. O valor venal dos imóveis corresponde ao resultado da soma dos valores venais das áreas edificada e não edificada.

Parágrafo único. Nos casos de condomínios edifícios, horizontais ou verticais, os valores venais serão calculados considerando-se as respectivas frações ideais dos terrenos e/ou das edificações.

CAPÍTULO III DAS REVISÕES DO VALOR VENAL

Seção I - Do processo de avaliação especial de terrenos

Art. 12. Em caso de terrenos desvalorizados em função de fatores que os depreciem poderá ser adotado processo de avaliação especial, nas seguintes hipóteses:

I - localização;

II - conformação topográfica desfavorável;

III - ocorrência de áreas de preservação permanente - APPs;

IV - fenômenos geológico-geotécnicos adversos;

V - outras causas semelhantes, que impossibilitem seu pleno aproveitamento, declaradas em laudo técnico.

Parágrafo único. O processo de avaliação especial será iniciado mediante requerimento fundamentado do contribuinte, a ser protocolado até o dia 31 de março de cada exercício, devidamente instruído, contendo fotografias e plantas e/ou croquis ilustrativos.

Art. 13. O Departamento de Tributação, observando parâmetros técnicos determinados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, emitirá parecer fundamentado, sugerindo o deferimento ou indeferimento da revisão do valor venal, aplicável ao caso, para fins de lançamento de IPTU, até o limite de 50% (cinquenta por cento).

Art. 14. Da decisão do Secretária Municipal de Fazenda caberá recurso, nos termos do Código Tributário Municipal.

Art. 15. Ao recurso de trata o Artigo 12 desta Lei deverá

obrigatoriamente ser anexado laudo técnico de avaliação do imóvel.

§ 1º O laudo técnico de avaliação do imóvel deverá conter fotografias e plantas e/ou croquis ilustrativos, e ser fundamentado em normas registradas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

§ 2º O laudo mencionado no § 1º deverá estar assinado por profissional habilitado em um dos seguintes conselhos:

I - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Santa Catarina - CREA, devendo ser anexada cópia da guia de recolhimento da Anotação de Responsabilidade Técnica - A.R.T.;

II - Conselho Regional dos Corretores de Imóveis - CRECI, devendo constar o nome e o número de registro do corretor responsável pela avaliação.

Seção II - Da revisão das edificações

Art. 16. O contribuinte poderá requerer, a qualquer tempo, a revisão cadastral do imóvel, quanto à área edificada, sua categoria e padrão construtivo, para fins de apuração do valor venal da edificação, mediante preenchimento de formulário específico.

§ 1º Para efeitos de revisão do lançamento do IPTU do exercício em curso, o requerimento deverá ser protocolado até o dia 31 de março de cada exercício, devidamente instruído.

§ 2º O requerimento será analisado pelo Departamento de Tributação, que emitirá parecer fundamentado, sugerindo o deferimento ou indeferimento da revisão do valor venal.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17. Para fins de cálculo do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, os imóveis serão tributados com base nos valores venais apurados nos termos desta Lei e de acordo com seus Anexos, aplicando-se lhes os seguintes redutores:

I - para o exercício de 2014

a - de 75% (setenta e cinco por cento) no cálculo do valor venal territorial;

b - de 50% (cinquenta por cento) no cálculo do valor venal de construção.

II - os valores dos remanescentes dos redutores descritos nas alíneas "a" e "b" do inciso I do Art. 17 conforme os anexos (Relatório Final da comissão especial de avaliação de imóveis) nº 8 e Planta de Valores da área urbana para fins de IPTU nº 9. Valorização da planta de valores urbana por zona para fins de IPTU serão aplicados aos imóveis em duas parcelas, sendo, 50% do valor em 2014 e outros 50% em 2015;

III - para os demais exercícios a partir de 2016, os redutores sofrerão decréscimo de 5 (cinco) pontos percentuais anualmente até atingirem os valores venais apurados nos termos desta Lei, de acordo com seus Anexos.

Art.18. Para fins de cálculo do ITBI - Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de Bens Imóveis e de direitos reais a eles relativos, os imóveis serão tributados com base nos valores venais apurados nos termos desta Lei e de acordo com seus Anexos ou ainda com base no valor do negócio jurídico, se este for maior.

Art. 19. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 19 de Dezembro de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

LEI COMPLEMENTAR N.º 078/2013

ANEXO IV

1. Planta de Valores da Área Urbana (por zona)

Zona 01: valor venal de R\$ 144,00 (cento e quarenta e quatro reais) o metro quadrado;

Zona 02: valor venal de R\$ 88,00 (oitenta e oito reais) o metro quadrado;

Zona 03 - Setor 01: valor venal de R\$ 68,00 (sessenta e oito reais) o metro quadrado;

Zona 03 - Setor 02: valor venal de R\$ 63,00 (sessenta e três reais) o metro quadrado;

Zona 04 - Setor 01: valor venal de R\$ 59,00 (cinquenta e nove reais) o metro quadrado;

Zona 04 - Setor 02: valor venal de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) o metro quadrado;

Zona 05: valor venal de R\$ 56,00 (cinquenta e seis reais) o metro quadrado;

Zona 06: valor venal de R\$ 29,00 (vinte e nove reais) o metro quadrado;

Zona 07: valor venal de R\$ 27,00 (vinte e sete reais) o metro quadrado;

Zona 08: valor venal de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) o metro quadrado;

Zona 09: valor venal de R\$ 21,00 (vinte e um reais) o metro quadrado;

Distrito de Poço Preto: valor venal de R\$ 8,00 (oito reais) o metro quadrado;

Valor venal de construção: R\$ 600,00 (seiscentos reais) o metro quadrado.

2. Tabela da Planta de Valores Urbana por Zona (por metro quadrado)

Zona	Valor Venal
Zona 01	R\$ 144,00
Zona 02	R\$ 88,00
Zona 03 - Setor 01	R\$ 68,00
Zona 03 - Setor 02	R\$ 63,00
Zona 04 - Setor 01	R\$ 59,00
Zona 04 - Setor 02	R\$ 58,00
Zona 05	R\$ 56,00
Zona 06	R\$ 29,00
Zona 07	R\$ 27,00
Zona 08	R\$ 25,00
Zona 09	R\$ 21,00
Distrito de Poço Preto	R\$ 8,00
Valor Venal Construção	R\$ 600,00

LEI COMPLEMENTAR N.º 078/2013

ANEXO V

1. Planta de Valores da Área Rural (de acordo com a utilização do imóvel)

Área de cultura anual: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) o alqueire;
Área de cultura perene: R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais) o alqueire;

Área de mata nativa: R\$ 10.000,00 (dez mil reais) o alqueire;

Área de APP: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) o alqueire;

Valor venal de construção: R\$ 600,00 (seiscentos reais) o metro quadrado.

2. Tabela da Planta de Valores da Área Rural (de acordo com a utilização do imóvel)

Classificação	Valor Venal
Cultura Anual (por alqueire)	R\$ 30.000,00
Cultura Perene (por alqueire)	R\$ 21.500,00
Mata Nativa (por alqueire)	R\$ 10.000,00
APP (por alqueire)	R\$ 4.500,00
Unidade Residencial Rural (por unidade)	R\$ 600,00
Demais edificações	R\$ 300,00

LEI COMPLEMENTAR N.º 078/2013**ANEXO I****1. Planta de Valores em UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal)****1.1. Planta de Valores**

Localização	Valor Venal Metro Quadrado UFRM
Área Urbana – Zona 01	0,5717
Área Urbana – Zona 02	0,3493
Área Urbana – Zona 03 – Setor 01	0,2699
Área Urbana – Zona 03 – Setor 02	0,2501
Área Urbana – Zona 04 – Setor 01	0,2342
Área Urbana – Zona 04 – Setor 02	0,2302
Área Urbana – Zona 05	0,2223
Área Urbana – Zona 06	0,1151
Área Urbana – Zona 07	0,1072
Área Urbana – Zona 08	0,0992
Área Urbana – Zona 09	0,0834
Área Urbana – Distrito de Poço Preto	0,0317
Valor Venal de Construção	2,3820

Localização	Valor Venal Alqueire UFRM
Área Rural – Área de Cultura Anual	119,0997
Área Rural – Área de Cultura Perene	85,3548
Área Rural – Área de Mata Nativa	39,6999
Área Rural – Área de APP	17,8650
Valor Venal de Construção (m2)	2,3820

DA UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) EM 2013 = R\$ 251,89.

Correção anual pelo IGPM-FGV.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 019/2013**ANEXO II**

Planta da Cidade

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 019/2013.**ANEXO III**

Planta do Distrito de Poço Preto

DOMÍNIO DA R.F.F.S.A.

SAÍDA INE-010

06

05

04

10

11

18

03

09

12

17

02

08

13

01

07

14

RUA LAGES

RUA CURITIBANOS

RUA PORTO UNIÃO

RUA MAFRA

RUA FLORIANÓPOLIS

RUA BRUSQUE

RUA JOINVILLE

RUA CAÇADOR

RUA GARCINHAS

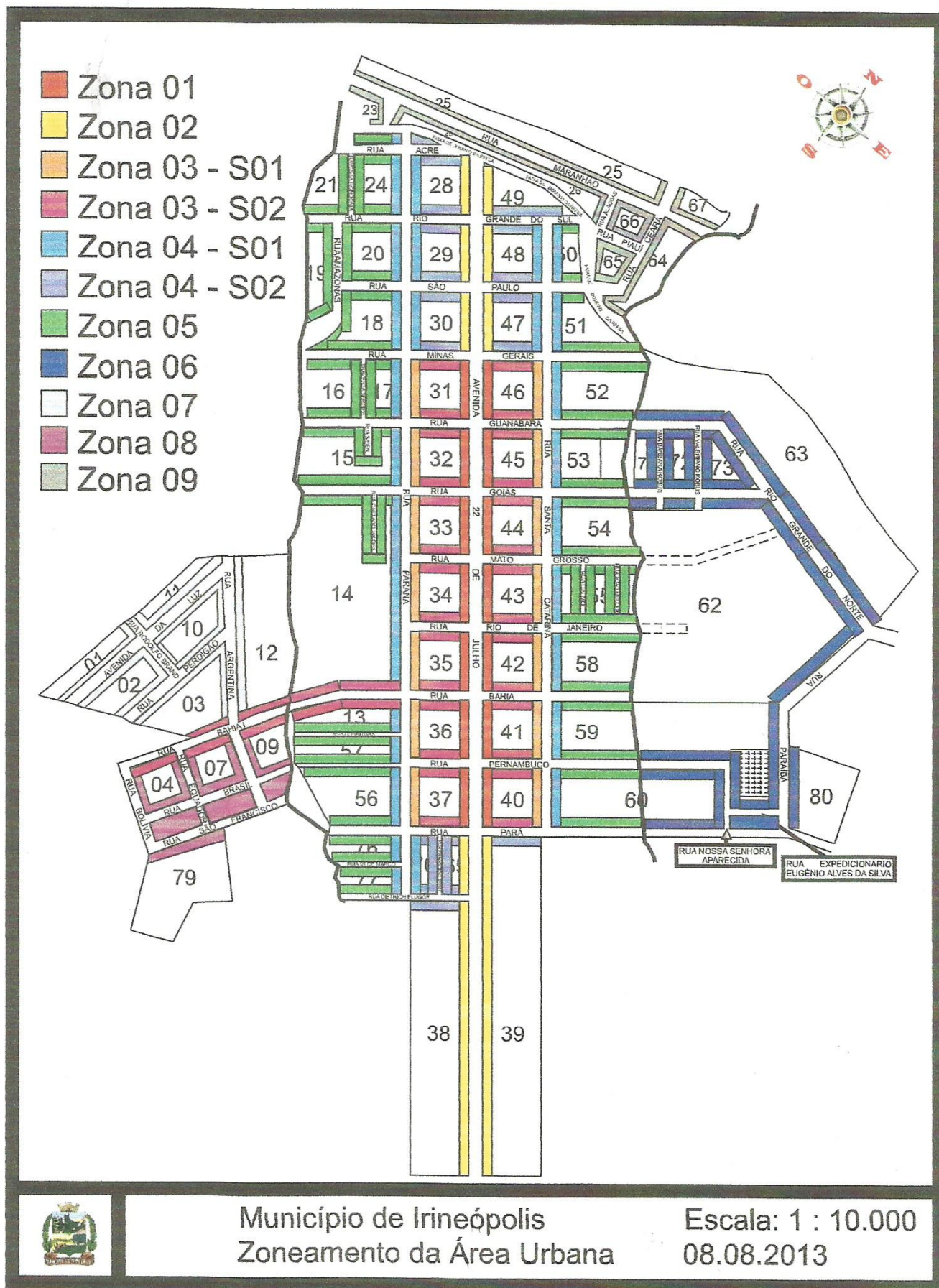
AVENIDA BLUMENAU

SAÍDA BR-280

SAÍDA BR-280

Escala: 1 : 5.000

26.06.2007

Lei Complementar Nº 078/2013 - Anexo II

Lei N.º 1.767/2013

LEI N.º 1.767/2013, de 19 de Dezembro de 2013.

"INSTITUI MANDATO TAMPÃO PARA OS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JULIANO POZZI PERREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica instituído através da presente Lei, no âmbito do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, em caráter transitório, o "mandato tampão" para os membros do Conselho Tutelar, em função do término dos mandatos dos conselheiros em 2014.

Parágrafo único. O Município realizará processo seletivo eletivo, para a nomeação dos novos membros, cujo mandato vigorará até a data da posse dos conselheiros a serem escolhidos através da eleição nacional unificada, nos termos do art. 9º, § 5º da Lei Federal nº 12.696/2012 e da Lei Municipal nº 1734/2013, de 30 de Setembro de 2013.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 19 de Dezembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Lei N.º 1.764/2013

LEI Nº 1.764/2013, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

Institui o abono assiduidade e dá outras providências.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica instituído o abono assiduidade a ser concedido aos servidores públicos municipal em conformidade com o disposto nesta LEI.

Art. 2º O abono assiduidade será concedido ao servidor público municipal efetivo da seguinte forma:

I - cinco abonos por ano civil de efetivo exercício;

II - (Suprimido por Emenda Legislativa).

§ 1º Consideram-se como efetivo exercício:

I - as faltas abonadas previstas neste artigo;

II - as licença saúde motivadas por acidente de trabalho, moléstias infecto contagiosas, parasitárias e doação de sangue e de órgãos;

III- férias, licença prêmio, licença maternidade, licença paternidade, licença adoção, licença casamento, luto e, licenças para participação em cursos, congressos, seminários e competições esportivas;

IV - atendimento a convocação da Justiça Eleitoral;

V - servir ao Tribunal do Júri.

§ 2º O ano base a ser considerado para ao abono assiduidade será o ano do calendário civil.

§ 3º A utilização do abono será registrada por dia útil.

§ 4º A critério do servidor e mediante requerimento, as faltas injustificadas ao serviço poderão se relevadas utilizando-se o abono assiduidade ora instituído.

Art. 3º Somente será computado para fins de concessão do benefício mencionado no artigo 2º desta Lei, o tempo de serviço prestado por servidor público municipal efetivo, assim considerado aquele admitido por concurso, ainda que em estágio probatório.

Art. 4º O número de servidores em gozo simultâneo do abono assiduidade não poderá ser superior a 1/3 (um terço) da lotação da respectiva unidade administrativa do órgão ou entidade.

Art. 5º O servidor deverá requerer o abono assiduidade com antecedência de uma semana do início da fruição.

§ 1º O pedido, conforme modelo no anexo único desta Lei, deve ser endereçado à chefia imediata a qual verificará junto ao Departamento de Recursos Humanos se o servidor tem direito ao abono assiduidade para deferir ou indeferir o pedido, de acordo com a conveniência do serviço.

I - Se por motivo de conveniência administrativa o servidor tiver seu requerimento indeferido e, mesmo assim usufruir do abono sem a respectiva autorização, este poderá passar por Processo Administrativo Disciplinar, conforme prevê a Legislação.

§ 2º O gozo do abono assiduidade é inacumulável e deve ocorrer no ano civil vigente.

§ 3º O gozo do abono assiduidade será registrado na ficha ponto do servidor e controlado via sistema informatizado do Departamento de Recursos Humanos.

Art. 6º O abono assiduidade poderá ser usufruído em período contínuo ou não, ficando a critério do interessado a época da fruição, desde que se manifeste dentro dos prazos definidos no artigo anterior.

Parágrafo único. O gozo do abono assiduidade somente será permitido para o período integral da jornada, ou seja, o dia todo.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos vigentes a partir de 01/01/2014.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis, SC, 19 de Dezembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

ANEXO ÚNICO

(Lei nº 1.764, de 19 de Dezembro de 2013).

MODELO DE REQUERIMENTO PARA O ABONO ASSIDUIDADE

(endereçado a chefia imediata do Servidor)

_____, ma-
trícula n. _____, ocupante do cargo de provimento efetivo de _____. Requer (folga /abono de faltas) no período de ____/____/____ a ____/____/____ para fins de (gozo/ compensação) do abono assiduidade conforme previsto na Lei n.º ____/2013, relativo ao ano civil vigente. Nestes termos,

Pede deferimento.

Irineópolis, SC, ____/____/20 ____

Servidor (nome e assinatura)

Código.

Deferido em: ____/____/20 ____ Indeferido em: ____/____/20 ____

Carimbo/assinatura chefe imediato.

Lei Nº 1768/2013

LEI N.º 1768/2013, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

"AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e Eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1.º -Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio com Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar, objetivando a manutenção do Serviço de Rádio Patrulha e do Destacamento da Polícia Militar do Município de Irineópolis.

Art. 2.º -O Poder Executivo, manterá na agência local do Banco do Brasil S/A, conta vinculada PREFEITURA CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA, visando a movimentação de recursos destinados ao atendimento das despesas decorrentes da execução deste convênio.

Parágrafo Único: Com o intuito de atingir os objetivos visados no presente Convênio, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar, mensalmente, ao Destacamento da Polícia Militar de Irineópolis, por meio da conta vinculada supramencionada, a quantia de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

Art. 3.º -As despesas decorrentes da execução desta Lei correm a conta de dotações próprias do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 4.º -O presente convênio terá validade por 12(doze) meses, contados da data de sua publicação nos Diários Oficiais, podendo ser renunciado, a qualquer época por mútuo acordo ou pelo não cumprimento das obrigações nele estabelecidas, independente de interposição judicial.

Parágrafo único: Caso haja interesse do Município, o presente instrumento poderá ser prorrogado, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de 1º de janeiro de 2014.

Art. 6.º -Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis / SC, 20 de Dezembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Decreto Nº 2540/2013

Decreto nº 2.540/2013.

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR DOS ANOS DE 2011 E 2012, DO PODER EXECUTIVO.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas, bem como a Lei Orgânica do Município, e no exercício da direção superior da Administração, tendo em vista o superior e predominante interesse do Município, fulcrado no que dispõe a legislação vigente aplicável à espécie, especialmente o art. 36, em combinação com o parágrafo único do art. 92, da Lei Federal nº 4320/64, de 17/03/64, considerando não haver ocorrido o implemento de condição na sua totalidade e a impossibilidade de sua realização,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados nos exercícios de 2011 e 2012, inscritos em Restos

a Pagar - não Processados, nos balanços gerais do Município de Irineópolis, a saber:

§ 1º - Os empenhos abaixo relacionados empenhados em exercícios anteriores no Balanço da Prefeitura Municipal de Irineópolis:

01 - Nota de Empenho n.º 201/12, emitida em 17 de janeiro de 2012, em favor de HERBERT - MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, no valor de R\$ 11,60 (Onze reais e sessenta centavos);

02 - Nota de Empenho n.º 202/12, emitida em 17 de janeiro de 2012, em favor de HERBERT - MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, no valor de R\$ 83,40 (Oitenta e três reais e quarenta centavos);

03 - Nota de Empenho n.º 242/12, emitido em 19 de janeiro de 2012, em favor de GAPSKI & CIA LTDA - POSTO DE MOLAS E MECÂNICA, no valor de R\$ 219,60 (duzentos e dezenove reais e sessenta centavos);

04 - Nota de Empenho n.º 504/12, emitido em 26 de janeiro de 2012, em favor de GILBERTO MULLER - AUTO ELÉTRICA, no valor de R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais);

05 - Nota de Empenho n.º 507/2012 emitido em 27 de janeiro de 2012 em favor de HERBERT - MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - , no valor de R\$ 38,00 (Trinta e oito reais);

06 - Nota de Empenho n.º 1070/12, emitido em 27 de fevereiro de 2012, em favor de JORNAL DIÁRIO DO PLANALTO - ANGELO M. SCHULKA - ME, no valor de R\$ 90,00 (noventa reais);

07 - Nota de Empenho n.º 1393/12, emitido em 15 de março de 2012, em favor de DETERBEL - CELSO L. JANESKO & CIA LTDA - ME, no valor de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais);

08 - Nota de Empenho n.º 1836/12, emitido em 09 de abril de 2012, em favor de PFEIFER SERVIÇOS DE USINAGEM LTDA - ME, no valor de R\$ 595,00 (quinhentos e noventa e cinco reais);

09 - Nota de Empenho n.º 2088/12, emitido em 17 de abril de 2012, em favor de COMPRESSUL - COMÉRCIO DE COMPRESSORES DE AR LTDA, no valor de R\$ 130,00 (cento e trinta reais);

10 - Nota de Empenho n.º 2199/12, emitido em 23 de abril de 2012, em favor de GRÁFICA LUMAR BRINDES - REPRESENTAÇÕES WOLDAM LTDA, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais);

11 - Nota de Empenho n.º 2202/12, emitido em 23 de abril de 2012, em favor de GRÁFICA LUMAR BRINDES - REPRESENTAÇÕES WOLDAM LTDA, no valor de R\$ 10,00 (dez reais);

12 - Nota de Empenho n.º 2672/12, emitido em 16 de maio de 2012, em favor de FRONCZAK & MARQUES LTDA, no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais);

13 - Nota de Empenho n.º 2777/12, emitido em 21 de maio de 2012, em favor de PAPELARIA SÃO BENTO LTDA, no valor de R\$ 108,00 (cento e oito reais);

14 - Nota de Empenho n.º 2999/12 emitido em 28 de maio de 2012, em favor de GRÁFICA LUMAR BRINDES - REPRESENTAÇÕES WOLDAM LTDA, no valor de R\$ 8,00 (oito reais);

15 - Nota de Empenho n.º 3005/12 emitido em 29 de maio de 2012, em favor de GRÁFICA LUMAR BRINDES - REPRESENTAÇÕES WOLDAM LTDA, no valor de R\$ 8,00 (oito reais);

16 - Nota de Empenho n.º 3301/12 emitido em 13 de junho de

2012, em favor de GRÁFICA LUMAR BRINDES - REPRESENTAÇÕES WOLDAM LTDA, no valor de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais);

17 - Nota de Empenho n.º 3741 emitido em 04 de julho de 2012, em favor de JORNAL DIÁRIO DO PLANALTO - ANGELO M. SCHULKA - ME, no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais);

18 - Nota de Empenho n.º 4232/12, emitido em 30 de julho de 2012, em favor de R J FLEITH & CIA LTDA, no valor de R\$ 3,40 (três reais e quarenta centavos);

19 - Nota de Empenho n.º 4341/12 emitido em 07 de agosto de 2012 em favor de PAPELARIA SÃO BENTO LTDA, no valor de R\$ 98,00 (noventa e oito reais);

20 - Nota de Empenho n.º 4857/12 emitido em 05 de setembro de 2012, em favor de GRÁFICA LUMAR BRINDES - REPRESENTAÇÕES WOLDAM LTDA, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais);

21 - Nota de Empenho n.º 4988/12, emitido em 11 de setembro de 2012, em favor de L.S ENCADERNAÇÃO - LEONI MAZURECHEN STAFIN - ME, no valor de R\$ 20,00 (Vinte reais);

22 - Nota de Empenho n.º 5141/12, emitido em 19 de setembro de 2012, em favor de RICARDO JOSE TEIXEIRA, no valor de R\$ 70,00 (Setenta reais);

23 - Nota de Empenho n.º 5169/12, emitido em 20 de setembro de 2012, em favor de LECH & CIA, no valor de R\$ 96,00 (Noventa e seis reais);

24 - Nota de Empenho n.º 5282/12, emitido em 27 de setembro de 2012, em favor de HOBI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA, no valor de R\$ 198,00 (Cento e noventa e oito);

25 - Nota de Empenho n.º 5317/12, emitido em 28 de setembro de 2012, em favor de LECH & CIA, no valor de R\$ 3,89 (três reais e oitenta e nove centavos);

26 - Nota de Empenho n.º 5442/2012 emitido em 09 de outubro de 2012 em favor de HERBERT - MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, no valor de R\$ 29,70 (vinte e nove reais e setenta centavos);

27 - Nota de Empenho n.º 5620/12, emitido em 27 de setembro de 2012, em favor de FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS, no valor de R\$ 136,97 (cento e trinta e seis reais e noventa e sete centavos);

28 - Nota de Empenho n.º 5507/12 emitido em 25 de outubro de 2012, em favor de FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS, no valor de R\$ 158,59 (cento e cinquenta e oito reais e cinquenta e nove centavos);

29 - Nota de Empenho n.º 5903/12, emitido em 09 de novembro de 2012, em favor de INOVA ENGENHARIA SS LTDA, no valor de R\$ 2.451,39 (Dois mil quatrocentos e cinquenta e um reais e trinta e nove centavos);

30 - Nota de Empenho n.º 5905/2012 emitido em 09 de novembro de 2012, em favor de JORNAL DIÁRIO DO PLANALTO - ANGELO M. SCHULKA - ME, no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais);

31 - Nota de Empenho n.º 6009/12, emitido em 20 de novembro de 2012, em favor de AUTO VIDROS E ACESSORIOS 2 ESTADOS LTDA, no valor de R\$ 15,00 (quinze reais);

32 - Nota de Empenho n.º 6010/12, emitido em 20 de novembro de 2012, em favor de AUTO VIDROS E ACESSORIOS 2 ESTADOS

LTDA, no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais);

33 - Nota de Empenho n.º 6069/12, emitido em 22 de novembro de 2012, em favor de RENATO PAULEK E CIA - IR EXTINTORES, no valor de R\$ 35,00 (Trinta e cinco reais);

34 - Nota de Empenho n.º 6107/12, emitido em 26 de novembro de 2012 em favor de FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS, no valor de R\$ 136,97 (cento e trinta e seis reais e noventa e sete centavos);

35 - Nota de Empenho n.º 6461/12, emitido em 13 de dezembro de 2012, em favor de PEÇAS E OFICINA SÃO JOSE LTDA, no valor de R\$ 125,00 (Cento e vinte cinco reais);

36 - Nota de Empenho n.º 6412/12, emitido em 13 de dezembro de 2012, em favor de GAPSKI & CIA LTDA - POSTO DE MOLAS E MECANICA, no valor de R\$ 148,72 (Cento e vinte cinco reais);

37 - Nota de Empenho n.º 6505/11, emitido em 30 de novembro de 2011, em favor de INDUSRIA MECANICA KNAPIK LTDA - EPP, no valor de R\$ 9.234,00 (Nove mil duzentos e trinta e quatro reais).

38 - Nota de Empenho n.º 6506/11, emitido em 30 de novembro de 2011, em favor de K.C.R COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME, no valor de R\$ 275,00 (Duzentos e setenta e cinco reais);

39 - Nota de Empenho n.º 6788/12, emitido em 28 de dezembro de 2012, em favor de PAVIMAQUINAS COMERCIO PEÇAS SERVIÇOS LTDA, no valor de R\$ 860,00 (Oitocentos e sessenta reais);

40 - Nota de Empenho n.º 6810/12, emitido em 28 de dezembro de 2012, em favor de DIGITAL INFOTRONICA LTDA - ME, no valor de R\$ 33,00 (Trinta e três reais);

§ 2º - Os empenhos abaixo relacionados empenhados em exercícios anteriores no Balanço do Fundo Municipal de Saúde de Iri- neópolis:

01 - Nota de Empenho n.º 1418/11, emitido em 25 de maio de 2011, em favor de IPE INFORMÁTICA LTDA, no valor de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais);

02 - Nota de Empenho n.º 900/12, emitido em 19 de abril de 2012, emitido em 04 de dezembro de 2012 em favor de PROSAU- DE - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, no valor de R\$ 272,10 (Duzentos e setenta e dois reais e dez centavos);

03- Nota de Empenho n.º 1411/12, emitido em 15 de junho de 2012, em favor de PRONTOLAB - EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA, no valor de R\$ 200,00 (Duzentos reais);

04 - Nota de Empenho n.º 1702/12 emitido em 19 de julho de 2012, em favor de PROSAUDE - DISTRIBUIDORA DE MEDICA- MENTOS LTDA, no valor de R\$ 46,00 (Quarenta e seis reais);

05 - Nota de Empenho n.º 2458/12, emitido em 08 de outubro de 2012, em favor de ALTERMEDI MATERIAL MÉDICO HOSPITA- LAR LTDA, no valor de R\$ 400,50 (Quatrocentos reais e cinquenta centavos);

06 - Nota de Empenho n.º 2517/12, emitido em 16 de outubro de 2012, em favor de MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A, no valor de R\$ 2.083,06 (Dois mil e oitenta e três reais e seis centavos);

07 - Nota de Empenho n.º 2650/12, emitido em 29 de outubro de 2012, em favor de CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOS- PITALARES LTDA, no valor de R\$ 70,00 (Setenta reais);

08 - Nota de Empenho n.º 2699/12, emitido em 01 de novembro de 2012, em favor de PLASMEDIC.COM. DE MAT. USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA, no valor de R\$ 22,00 (Vinte e dois reais);

09 - Nota de Empenho n.º 2783/12, emitido em 21 de novembro de 2012, em favor de JORNAL DIÁRIO DO PLANALTO - ANGELO M. SCHULKA - ME, no valor de R\$ 120,00 (Cento e vinte reais);

10 - Nota de Empenho n.º 2888/12, emitido em 26 de novembro de 2012, em favor de EXTINSUL - EXTINTORES CABRAL LTDA, no valor de R\$ 80,50 (Oitenta reais e cinquenta centavos);

11 - Nota de Empenho n.º 2948/12, emitido em 03 de dezembro de 2012, em favor de HISUL INFORMATICA LTDA ME, no valor de R\$ 50,00 (Cinquenta reais);

12 - Nota de Empenho n.º 2972/12 emitido em 04 de dezembro de 2012 em favor de PROSAUDE - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, no valor de R\$ 513,00 (Quinhentos e treze reais);

13 - Nota de Empenho n.º 3089/12, emitido em 20 de dezembro de 2012, em favor de FARMACIA JESSIFARMA LTDA, no valor de R\$ 0,70 (Setenta centavos).

§ 3º - Os empenhos abaixo relacionados empenhados em exercícios anteriores no Balanço do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis:

01 - Nota de Empenho n.º 481/12, emitido em 28 de agosto de 2012, em favor de ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, no valor de R\$ 122,07 (Cento e vinte e dois reais e sete centavos).

02 - Nota de Empenho n.º 575/12, emitido em 18 de outubro de 2012, em favor de METROMED COMÉRCIO DE MATERIAIS MEDICO HOSPITALAR LTDA, no valor de R\$ 59,91 (Cinquenta e nove reais e noventa e um centavos).

03 - Nota de Empenho n.º 580/12, emitido em 18 de outubro de 2012, em favor de ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no valor de R\$ 46,29 (Quarenta e seis reais e vinte e nove centavos).

04 - Nota de Empenho n.º 587/12, emitido em 22 de outubro de 2012, em favor de ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, no valor de R\$ 97,99 (Noventa e sete reais e noventa e nove centavos).

05 - Nota de Empenho n.º 627/12, emitido em 06 de novembro de 2012, em favor de ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no valor de R\$ 100,37 (Cem reais e trinta e sete centavos).

§ 4º - Os créditos cancelados citados neste artigo, não processado e não liquidado, bem como ainda não enquadrado nas disposições do artigo 36, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17/03/64, são anulados por ausência dos Implementos de Condições e por impossibilidade de suas realizações, decorrentes de culpas unilaterais dos credores titulares dos mesmos, não podendo ser utilizados como recursos para abertura de créditos adicionais, devendo, tão-somente, serem formalizadas as suas baixas legais no passivo dos balanços dos exercícios de 2011, 2012, para os fins de mister, não se admitindo a sua restauração, em nenhuma hipótese, pela impossibilidade de seu processamento em virtude da não implementação de condições por parte dos credores.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário, para que surtam todos os seus jurídicos e legais efeitos e produza os resultados de seu objeto de mister.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE E PROVIDENCIE-SE.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 20 de Dezembro de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Portaria N º 398/2013

PORTARIA N º 398/2013.

“EXONERA A PEDIDO, SERVIDORA DE CARGO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora PATRICIA CAROLINA TEODOROVICZ FERREIRA do cargo efetivo de Técnica de Enfermagem, para o qual foi nomeada através da Portaria n.º 031/2012, de 12/01/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 11 de Dezembro de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.



www.ciga.sc.gov.br

Ata de Reunião de Julgamento da Propostas - PL 019/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS CNPJ: 06.089.125/0001-16 AVENIDA 22 DE JULHO, 1070 C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 10/2013 - PR Processo Administrativo: 20/2013 Processo de Licitação: 19/2013 Data do Processo: 21/11/2013
Folha: 1/7	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA USO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, COM ENTREGA PARCELADA, PARA O PERÍODO DE 12 MESES.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 19/2013 (Sequência: 1)

Ao(s) 9 de Dezembro de 2013, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 07/2013, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 19/2013, Licitação nº 10/2013 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 19/2013, Pregão Presencial para Registro de Preços nº 10/2013, a Sr. José Osni Cardoso - Pregoeiro, Sr. Lucio Flavio Lima, e Sra. Chaiane Hedvig Boruch e Cicera Angelica de Souza Costa - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº 07/2013. Sr. Adolfo Erico Negherbon, representante da empresa Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares Ltda.; Sr. Pedro de Oliveira Sampaio, representante da empresa Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.; Sr. Justo Goya Domelles Junior, representante da empresa Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda.; Sr. Wilmar Cezar Zanchet, representante da empresa Cirurgica Santa Cruz Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.; Sr. Aury Lindenmayr, representante da empresa S & R Distribuidora Ltda. - ME.; Sr. Arlei Donizete Prandi, representante da empresa Angeomed - Comércio de Produtos Médicos Médico Hospitalar Ltda.; Sr. Fernando de Lacerda, representante da empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda.; Sr. Jayson Silveira de Moura, representante da empresa Andromeda Distribuidora de Medicamentos Ltda. ME; Sr. Fabio Elias Leal, representante da empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.; Sr. Andre Carlos Behnke, representante da empresa Gesser Medical Ltda. EPP; Sr. Nilton Luiz Cortiano, representante da empresa Mauro Marciano Comercio de Medicamentos Ltda.; e Sr. André Trzcinski, representante da empresa Dimaster - Comercio de Produtos Hospitalares Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. A empresa Cirurgica JAW Comercio de Material Medico Hospitalar Ltda., encaminhou seus envelopes atarves da Transportadora Michels, conforme Declaração de envio nº 203/13, de acordo com comprovante em anexo. A empresa Aglon omércio e Representações Ltda., encaminhou seus envelopes pela EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos, através do SEDEX nº S F 18110904 8 BR. Em seguida foi realizada a classificação das propostas das empresas que se apresentaram para o certame: Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares Ltda.; Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.; Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda.; Cirurgica Santa Cruz Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.; S & R Distribuidora Ltda. - ME.; Angeomed - Comércio de Produtos Médicos Médico Hospitalar Ltda.; Promefarma Representações Comerciais Ltda.; Andromeda Distribuidora de Medicamentos Ltda. ME; Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.; Gesser Medical Ltda. EPP; Mauro Marciano Comercio de Medicamentos Ltda.; Dimaster - Comercio de Produtos Hospitalares Ltda., Cirurgica Jaw Comercio de Material Medico Hospitalar Ltda. e Aglon Comercio e Representações Ltda., as quais seguem classificadas para a fase de lance e julgamento das propostas. A sessão foi interrompida para o almoço, as 11:30hs e teve seu retorno marcado para as 13:00hs. Retorno as 13:30, com continuação dos lances. O Sr. Fernando de Lacerda, representante da empresa Promefarma Representações Comerciais Ltda., pediu a desclassificação do item 143, por não possuir AFE de Cosméticos e também do item 35, por cotar o preço a menor, alegando não conseguir entregar o produto pelo preço cotado. O Sr. Arlei Donizete Prandi, representante da empresa Angeomed - Comercio de Produtos Méd. e Hospit. Ltda., pede a desistência do item 110, por cotar valor errado. O Sr. Nilton Luiz Cortiano, representante da empresa Mauro Marciano Comércio de Medicamentos Ltda., pediu a desclassificação do item 106, pois cotou por comprimido e o solicitado no edital é por cartela, e também pediu a desclassificação do item 143, pois não possui AFE de cosméticos. O Sr. Pedro de Oliveira Sampaio, representante da empresa Comercial Cirúrgica Rioclarense e o Sr. Adolfo Erico Negherbon, representante da empresa Centermedi Comercio de Produtos Hospitalares Ltda., pediram a desclassificação do item 143, por não possuírem AFE de cosméticos. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Participante: 6003 - PROSAUDE - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
14	AMOXICILINA PÁ PARA SUSPENSÃO 50MG 150 ML	FR	5.000,00	TEUTO	0,0000	2,2532	11.266,00
53	CLORIDRATO DE METFORMINA 500 MG	CPR	50.000,00	TEUTO	0,0000	0,044	2.200,00
90	GLIBENCLAMIDA 5MG	CPR	100.000,00	GEOLAB	0,0000	0,0186	1.860,00
115	MALEATO DE ENALAPRIL 10 MG	CPR	150.000,00	VITAPAN	0,0000	0,043	6.450,00
127	NITROFURANTOÍNA 100MG	CAP	5.000,00	TEUTO	0,0000	0,089	445,00
130	OMEPRAZOL 20 MG	CPR	500.000,00	TEUTO	0,0000	0,037	18.500,00
149	SORO FISIOLÓGICO 500 ML	FR	500,00	BASA	0,0000	1,973	986,50



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

CNPJ: 06.089.125/0001-16
 AVENIDA 22 DE JULHO, 1070
 C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 10/2013 - PR

Processo Administrativo: 20/2013
 Processo de Licitação: 19/2013
 Data do Processo: 21/11/2013

Folha: 2/7

Participante: 6003 - PROSAUDE - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
151	SORO GLICOSADO 250 ML	UN	300,00	BASA	0,0000	1,677	503,10
152	SORO GLICOSADO 500 ML	FR	500,00	BASA	0,0000	2,086	1.043,00
166	VARFARINA SÓDICA 5MG	CPR	5.000,00	TEUTO	0,0000	0,0786	393,00

Total do Participante —→ 43.646,60
Participante: 6112 - DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
21	BENZILPENICILINA BENZATINA PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL 1.200.000UI	AMP	500,00	TEUTO	0,0000	0,58	290,00
22	BENZILPENICILINA BENZATINA PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL 600.000UI	AMP	500,00	TEUTO	0,0000	0,55	275,00
39	CLONAZEPAN 2,5 MG 20 ML	FR	2.000,00	HIPOLABOR	0,0000	1,45	2.900,00
48	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500MG	CX	20.000,00	PRATI	0,0000	0,138	2.760,00
57	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA SOLUÇÃO ORAL 4MG - 10ML	FR	5.000,00	HIPOLABOR	0,0000	0,47	2.350,00
94	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	CPR	250.000,00	PHARLAB	0,0000	0,018	4.500,00
124	NIMESULIDA SOLUÇÃO 50MG - 15 ML	FR	5.000,00	PRATI	0,0000	0,62	3.100,00
128	NORETISTERONA 0,35MG - 35 CPR	CART	250,00	BIOLAB	0,0000	5,95	1.487,50
140	PREDNISONA 20 MG	CPR	10.000,00	PRATI	0,0000	0,09	900,00
158	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA SUSPENSÃO ORAL 40MG + 8MG - 50ML	FR	5.000,00	SOBRAL	0,0000	0,72	3.600,00

Total do Participante —→ 22.162,50
Participante: 6117 - MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS - MF MEDICAMENTOS

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
11	ALBENDAZOL SUSPENSÃO 40MG/ML	FR	2.000,00	TEUTO	0,0000	0,70	1.400,00
13	ALOPURINOL 100 MG	CPR	50.000,00	PRATI	0,0000	0,033	1.650,00
16	AMOXICILINA 500 MG	CPR	50.000,00	RANBAXY	0,0000	0,07	3.500,00
28	CARBAMAZEPINA 200 MG	CPR	60.000,00	BRAINFARMA	0,0000	0,08	4.800,00
45	CLORIDRATO DE AMIODARONA 200MG	CPR	10.000,00	GEOLAB	0,0000	0,215	2.150,00
49	CLORIDRATO DE CLOMIPRAMINA 25MG	CPR	5.000,00	EMS	0,0000	0,58	2.900,00
59	CLORIDRATO DE PAROXETINA 20MG	CPR	25.000,00	AUROBINDO	0,0000	0,168	4.200,00
61	CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40MG	CPR	40.000,00	OSORIO	0,0000	0,012	480,00
72	DEXAMETASONA INJETÁVEL 4MG - 1ML	AMP	1.500,00	TEUTO	0,0000	0,69	1.035,00
79	ENANTATO DE NORETISTERONA 50MG + VALERATO DE ESTRADIOL 5MG	AMP	700,00	MABRA	0,0000	5,37	3.759,00
82	FENITOÍNA SÓDICA 100MG	CPR	5.000,00	TEUTO	0,0000	0,045	225,00
89	FUROSEMIDA SOLUÇÃO ONJETAVEL 10MG - 2 ML	AMP	1.000,00	HYPOFARMA	0,0000	0,40	400,00
119	METILDOPA 250MG	CPR	50.000,00	TKS	0,0000	0,091	4.550,00
122	METRONIDAZOL GEL VAGINAL 10% 50MG - 40 GRAMAS	BIS	500,00	NOVAQUIMICA	0,0000	3,00	1.500,00
155	SUCCINATO DE HIDROCORTISONE INJETÁVEL 500MG - 4ML	AMP	5.000,00	TEUTO	0,0000	5,85	29.250,00
157	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA 400 MG + 80MG	CPR	5.000,00	PRATI	0,0000	0,051	255,00

Total do Participante —→ 62.054,00
Participante: 6290 - ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPIT. LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
47	CLORIDRATO DE BIPERIDENO 2MG	CPR	20.000,00	CRISTÁLIA	0,0000	0,0994	1.988,00
50	CLORIDRATO DE CLORPROMAZINA 100 MG	CPR	5.000,00	CRISTÁLIA	0,0000	0,162	810,00
68	DECANATO DE HALOPERIDOL SOLUÇÃO INJETÁVEL 5MG - 1 ML	AMP	1.000,00	CRISTALIA	0,0000	5,20	5.200,00
71	DEXAMETASONA ELIXIR 0,1MG - 100ML	FR	1.000,00	PRATI	0,0000	0,9514	951,40
93	HALOPERIDOL 5 MG	CPR	25.000,00	UNIÃO QUÍMICA	0,0000	0,061	1.525,00
116	MALEATO DE LEVOMEPRMAZINA SOLUÇÃO ORAL 40MG 4% - 20 ML	FR	1.000,00	CRISTALIA	0,0000	7,40	7.400,00
131	OXALATO DE ESCITALOPRAM 10MG	CPR	10.000,00	E.M.S	0,0000	0,319	3.190,00

Total do Participante —→ 21.064,40

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

CNPJ: 06.089.125/0001-16
 AVENIDA 22 DE JULHO, 1070
 C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 10/2013 - PR

Processo Administrativo: 20/2013
 Processo de Licitação: 19/2013
 Data do Processo: 21/11/2013

Folha: 3/7

Participante: 6333 - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	ALBENDAZOL 400 MG	CPR	4.000,00	Prati Donaduzzi	0,0000	0,23	920,00
31	CARVEDILOL 25 MG	CPR	5.000,00	Torrent	0,0000	0,097	485,00
32	CARVEDILOL 6,25 MG	CPR	20.000,00	Torrent	0,0000	0,06	1.200,00
37	CITALOPRAN 20MG	CPR	20.000,00	Torrent	0,0000	0,112	2.240,00
38	CLOBAZAM 20MG	CPR	1.000,00	Sanofi Aventis	0,0000	0,85	850,00
43	CLORIDRATO DE AMBROXOL ADULTO XAROPE - 120ML	FR	500,00	Hipolabor	0,0000	0,842	421,00
44	CLORIDRATO DE AMBROXOL PEDIATRICO XAROPE - 120ML	FR	500,00	Hipolabor	0,0000	0,842	421,00
51	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20MG	CPR	100.000,00	Teuto	0,0000	0,049	4.900,00
58	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 50MG	CPR	2.000,00	Teuto	0,0000	0,168	336,00
63	CLORIDRATO DE SERTRALINA 50 MG	CPR	50.000,00	Torrent	0,0000	0,10	5.000,00
65	CLORIDRATO DE VERAPAMIL 80 MG	CPR	20.000,00	Prati Donaduzzi	0,0000	0,047	940,00
66	COLÍRIO ANESTÉSICO 20ml	FR	10,00	Allergan	0,0000	7,60	76,00
135	PASTA D'AGUA - PASTA (F.N.)	UN	500,00	Santa Terezinha	0,0000	1,75	875,00
137	PERMETRINA LOÇÃO 5% - 60ML	FR	2.000,00	Santa Terezinha	0,0000	1,85	3.700,00
145	SECNIDAZOL 1000 MG	CPR	5.000,00	Prati Donaduzzi	0,0000	0,37	1.850,00
150	SORO GLICOFISIOLÓGICO - 500ML	FR	300,00	Basa	0,0000	2,30	690,00
154	SORO RINGER COM LACTATO 500ML	FR	100,00	Basa	0,0000	2,40	240,00
159	SULFATO DE ATROPINA 0,25 MG - INJETAVEL	AMP	2.000,00	Isofarma	0,0000	0,21	420,00
161	SULFATO DE SALBUTAMOL SOLUÇÃO INALANTE 5MG - 10ML	FR	200,00	GlaxoSmithKlin	0,0000	9,77	1.954,00

Total do Participante —→ 27.518,00
Participante: 6708 - CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
12	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG	CPR	2.000,00	Delta	0,0000	0,379	758,00
15	AMOXICILINA+CLAVULANATO DE POTASSIO ORAL 50/12,5MG 75ML	FR	5.000,00	Sandoz	0,0000	3,50	17.500,00
19	AZITROMICINA PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL 40MG 22,5ML	FR	1.000,00	Prati D.	0,0000	2,21	2.210,00
20	AZITROMICINA 500 MG	CPR	5.000,00	Prati D.	0,0000	0,337	1.685,00
27	CARBAMAZEPINA 20MG 100ML - XAROPE	FR	2.000,00	Medley	0,0000	5,29	10.580,00
29	CARBONATO DE CALCIO 1259MG (EQUIVALENTE 500MG Ca++)	CPR	10.000,00	Vitamed	0,0000	0,033	330,00
54	CLORIDRATO DE METFORMINA 850MG	CPR	150.000,00	Prati D.	0,0000	0,05	7.500,00
74	DICLOFENACO EMULGEL - 60 GR	TB	300,00	Prati D.	0,0000	1,89	567,00
83	FENOBARBITAL 100 MG	CPR	25.000,00	Teuto	0,0000	0,054	1.350,00
84	FENOBARBITAL 4% GOTAS 20ML	FR	100,00	Sanval	0,0000	2,28	228,00
98	IBUPROFENO 600 MG	CPR	150.000,00	Prati D.	0,0000	0,066	9.900,00
133	PARACETAMOL 500 MG	CPR	200.000,00	Prati D.	0,0000	0,036	7.200,00
134	PARACETAMOL GOTAS 200MG COM 15ML	FR	5.000,00	Mariol	0,0000	0,479	2.395,00
153	SORO ORAL PÓ 27,9G	PCT	2.000,00	Ifal	0,0000	0,376	752,00

Total do Participante —→ 62.955,00
Participante: 6843 - AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
105	LEVODOPA + CLORIDRATO DE BENSSERAZIDA 100/25MG	CPR	1.000,00	PROLOPA BD-ROCHE	0,0000	0,88	880,00

Total do Participante —→ 880,00
Participante: 6851 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	ACICLOVIR 200MG	CPR	3.000,00	PRATI	0,0000	0,099	297,00
26	CAPTOPRIL 25 MG	CPR	200.000,00	GEOLAB	0,0000	0,0159	3.180,00
55	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 10MG	CPR	50.000,00	HIPOLABOR	0,0000	0,03	1.500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

CNPJ: 06.089.125/0001-16
 AVENIDA 22 DE JULHO, 1070
 C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 10/2013 - PR

Processo Administrativo: 20/2013
 Processo de Licitação: 19/2013
 Data do Processo: 21/11/2013

Folha: 4/7

Participante: 6851 - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
56	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA SOLUÇÃO INJETÁVEL 5MG - 2 ML	AMP	1.500,00	ISOFARMA	0,0000	0,199	298,50
67	COMPLEXO B INJETAVEL 2 ML	AMP	5.000,00	HYPERMARC/	0,0000	0,55	2.750,00
76	DIPIRONA SÓDICA 500MG	CPR	100.000,00	SOBRAL	0,0000	0,054	5.400,00
81	ESTEARATO DE ERITROMICINA SUSPENSÃO ORAL 50MG - 60ML	FR	3.000,00	PRATI	0,0000	2,90	8.700,00
87	FOSFATO SÓDICO DE PREDNISOLONA SOLUÇÃO ORAL 1 MG - 100ML	FR	500,00	PRATI	0,0000	3,58	1.790,00
88	FUROSEMIDA 40 MG	CPR	50.000,00	CIIMED - NECKERMAN	0,0000	0,025	1.250,00
95	HIDROXIDO DE ALUMINIO+HIDROXIDO DE MAGNESIO SUSPENSÃO 37+35,6MG - 240ML	FR	5.000,00	NATULAB	0,0000	2,13	10.650,00
96	HIOSCINA COMPOSTA INJETAVEL 5ML	AMP	2.000,00	HIPOLABOR	0,0000	0,79	1.580,00
97	HIOSCINA SIMPLES 1ML - INTRAMUSCULAR	AMP	5.000,00	HIPOLABOR	0,0000	0,65	3.250,00
102	ISOSSORBIDA 5MG	CPR	30.000,00	SANVAL	0,0000	0,055	1.650,00
107	LEVOTIROXINA SÓDICA 25MG	CPR	50.000,00	MERCK	0,0000	0,109	5.450,00
108	LEVOTIROXINA SÓDICA 50MG	CPR	10.000,00	MERCK	0,0000	0,108	1.080,00
113	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 0,4MG XAROPE - 120 ML	FR	5.000,00	NATULAB	0,0000	0,859	4.295,00
114	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2MG	CPR	10.000,00	GEOLAB	0,0000	0,047	470,00
118	MEBENDAZOL 20 MG/ML SUSPENSÃO - 30 ML	FR	500,00	NATULAB	0,0000	0,579	289,50
120	METRONIDAZOL 250 MG	CPR	10.000,00	PRATI	0,0000	0,059	590,00
129	OLEO MINERAL 100MG - 100ML	FR	500,00	NATULAB	0,0000	1,55	775,00
138	POVIDINE DEGERMANTE - 1000 ML	LT	100,00	VIC PHARMA	0,0000	10,75	1.075,00
139	POVIDINE TÓPICO - 1000 ML	LT	100,00	VIC PHARMA	0,0000	10,99	1.099,00
146	SINVASTATINA 20 MG	CPR	100.000,00	SANDOZ	0,0000	0,052	5.200,00
147	SORO FISIOLÓGICO 100ML	FR	5.000,00	HALEX ISTAR	0,0000	1,49	7.450,00
148	SORO FISIOLÓGICO 250 ML	FR	500,00	EUROFARMA	0,0000	1,69	845,00
156	SULFADIAZINA DE PRTA PASTA 1% - 50 GRAMAS	BIS	5.000,00	PRATI	0,0000	2,649	13.245,00
160	SULFATO DE GENTAMICINA COLÍRIO 5MG - 5ML	FR	200,00	ALLERGAN	0,0000	6,07	1.214,00
162	SULFATO FERROSO 40MG Fe++	CPR	50.000,00	NATULAB	0,0000	0,03	1.500,00
163	TRIQUILAR C/ 21 DRAGEAS	CART	1.200,00	BAYER	0,0000	5,99	7.188,00

Total do Participante —→

94.061,00

Participante: 6910 - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA *

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	ACIDO FOLICO 5 MG	CPR	25.000,00	HIPOLABOR	0,0000	0,0175	437,50
18	ATENOLOL 50 MG	CPR	120.000,00	VITAPAN	0,0000	0,024	2.880,00
24	BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,25MG SOLUÇÃO INALANTE 20ML	FR	5.000,00	HIPOLABOR	0,0000	0,489	2.445,00
30	CARBONATO DE LITIO 300MG	CPR	20.000,00	HIPOLABOR	0,0000	0,096	1.920,00
34	CELESTONE SOLUSPAN INJETÁVEL 3MG 1ML	AMP	500,00	UNIAO QUIMICA	0,0000	5,97	2.985,00
36	CINARIZINA 25 MG	CPR	5.000,00	NEO Q/HYP/BRAIN	0,0000	0,075	375,00
41	CLORETO DE SODIO 0,9% 10ML	FR	5.000,00	FARMACE	0,0000	0,145	725,00
46	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25MG	UN	150.000,00	TEUTO	0,0000	0,055	8.250,00
52	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA GEL 2% 30 GRAMAS	TB	100,00	PHARLAB	0,0000	1,40	140,00
60	CLORIDRATO DE PROMETAZINA SOLUÇÃO INJETÁVEL 25 MG - 2 ML	AMP	2.000,00	SANVAL	0,0000	0,76	1.520,00
73	DIAZEPAN 5 MG	CPR	100.000,00	SANTISA	0,0000	0,036	3.600,00
75	DIGOXINA 0,25 MG	CPR	15.000,00	VITAPAN	0,0000	0,045	675,00
85	FLUCONAZOL 150MG	CAP	15.000,00	MEDQUIMICA	0,0000	0,148	2.220,00
92	GLICOSE 25% - 10ML	AMP	100,00	ISOFARMA	0,0000	0,175	17,50
101	INSULINA NPH REGULAR 100UI/10ML	FR	40,00	CELL/ASP/BIC	0,0000	14,00	560,00
106	LEVONORGESTREL 0,15MG + ETINILESTRADIOL 0,03MCG - C/21 COMP.	CART	4.000,00	MABRA	0,0000	0,61	2.440,00
109	LIDOCAÍNA 2% COM VASOCONSTRITOR 20ML	AMP	100,00	HYPOFARMA	0,0000	2,98	298,00
110	LIDOCAÍNA 2% SEM VASOCONSTRITOR 20ML	AMP	100,00	HIPOLABOR	0,0000	1,36	136,00
112	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG	CPR	250.000,00	PRATI DONADUZZI	0,0000	0,054	13.500,00
123	NIMESULIDA 100MG	CPR	150.000,00	VITAPAN	0,0000	0,035	5.250,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

CNPJ: 06.089.125/0001-16
 AVENIDA 22 DE JULHO, 1070
 C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 10/2013 - PR

Processo Administrativo: 20/2013
 Processo de Licitação: 19/2013
 Data do Processo: 21/11/2013

Folha: 5/7

Participante: 6910 - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA *

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
165	VALPROATO DE SÓDIO SOLUÇÃO ORAL 50MG - 100ML	FR	1.000,00	HIPOLABOR	0,0000	1,91	1.910,00
Total do Participante —→							52.284,00

Participante: 6923 - CIRURGICA JAW COM. DE MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
40	CLORANFENICOL + COLAGENASE 30GR	TB	50,00	IRUXOL 30G	0,0000	7,90	395,00
144	PURILON GEL 25GR	TB	100,00	PURILON GEL HIDROGEL	0,0000	30,00	3.000,00
164	VALPROATO DE SODIO 500 MG	CPR	20.000,00	DEPAKENE 500MG	0,0000	0,397	7.940,00
Total do Participante —→							11.335,00

Participante: 7226 - CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
9	ÁGUA DESTILADA 5 ML	AMP	3.000,00	Isofarma	0,0000	0,11	330,00
35	CETOPROFENO SOLUÇÃO INJETÁVEL 100MG 2 ML	AMP	10.000,00	Cristália	0,0000	1,45	14.500,00
64	CLORIDRATO DE TRAMADOL 50 MG	CPR	15.000,00	Hipolabor	0,0000	0,091	1.365,00
78	DIPIRONA SOLUÇÃO INJETAVEL 500MG - 2 ML	AMP	5.000,00	Santisa	0,0000	0,52	2.600,00
80	ESPIRONOLACTONA 25MG	CPR	20.000,00	Aspen	0,0000	0,079	1.580,00
86	FOSFATO DE CODEINA 30MG	CPR	15.000,00	Cristália	0,0000	0,739	11.085,00
104	LEVODOPA + CARBIDOPA 250/25MG	CPR	10.000,00	Neo Quimica	0,0000	0,159	1.590,00
111	LOPERAMINA 2 MG	CPR	15.000,00	Sandoz	0,0000	0,072	1.080,00
143	PROTETOR SOLAR FATOR 30 FRASCO 120ML	FR	30,00	Moph	0,0000	8,00	240,00
Total do Participante —→							34.370,00

Participante: 7237 - Andrômeda Distribuidora de Medicamentos Ltda

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
70	DEXAMETASONA CREME 0,1% 10 GR	TB	2.000,00	TEUTO	0,0000	0,51	1.020,00
103	IVERMECTINA 6MG	CPR	1.000,00	VITAPAN	0,0000	0,26	260,00
132	OXCARBAMAZEPINA 600MG	CPR	20.000,00	UNIAO QUIMICA	0,0000	0,563	11.260,00
Total do Participante —→							12.540,00

Participante: 7238 - S&R DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	ACETONIDO DE TRIANCINOLONA EM ORABASE 1MG 10GR	TB	200,00	PRATI	0,0000	2,849	569,80
4	ACICLOVIR POMADA 05GR	TB	200,00	MULTILAB	0,0000	1,43	286,00
5	ACIDO ACETIL SALICILICO 100 MG	CPR	100.000,00	IMEC	0,0000	0,01	1.000,00
6	ACIDO ACETIL SALICILICO 500 MG	CPR	1.000,00	BALM LABOR	0,0000	0,0313	31,30
17	AMPICILINA 500 MG	CAP	5.000,00	PRATI	0,0000	0,098	490,00
23	BESILATO DE ANLODIPINO 10 MG - COMPRIMIDO	CPR	50.000,00	TEUTO	0,0000	0,0343	1.715,00
25	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5 MG/ML - FRASCO COM 20 ML	FR	100,00	HIPOLABOR	0,0000	1,408	140,80
33	CEFALEXINA SÓDICA OU CLORIDRATO DE CEFALEXINA 50MG	CAP	2.000,00	TEUTO	0,0000	0,145	290,00
62	CLORIDRATO DE RANITIDINA 150 MG	CPR	25.000,00	TEUTO	0,0000	0,0564	1.410,00
69	DEXAMETASONA COLIRIO 0,1% - 5ML	FR	1.000,00	UNIÃO QUIMICA	0,0000	4,379	4.379,00
77	DIPIRONA SODICA GOTAS 500 MG - 10ML	FR	2.000,00	FARMACE	0,0000	0,449	898,00
91	GLICEROL 72MG	SUP	200,00	GRANADO	0,0000	0,84	168,00
100	INSULINA GLARGINA LANTUS 100 UI/10ML	AMP	50,00	SANOFI	0,0000	314,00	15.700,00
117	MALEATO DE TIMOLOL COLIRIO 0,25% - 5ML	FR	200,00	BIOSINTETIC/	0,0000	2,79	558,00
121	METRONIDAZOL 400 MG	CPR	40.000,00	TEUTO	0,0000	0,244	9.760,00
125	NITRATO DE MICONAZOL CREME 2% - 60GR	TB	500,00	HIPOLABOR	0,0000	1,92	960,00
126	NITRATO DE MICONAZOL CREME VAGINAL 2% - 60 GRAMAS	TB	500,00	HIPOLABOR	0,0000	1,92	960,00
136	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100MG	CPR	500,00	MARIOL	0,0000	0,049	24,50



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

CNPJ: 06.089.125/0001-16
 AVENIDA 22 DE JULHO, 1070
 C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 10/2013 - PR

Processo Administrativo: 20/2013
 Processo de Licitação: 19/2013
 Data do Processo: 21/11/2013

Folha: 6/7

Participante: 7238 - S&R DISTRIBUIDORA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
141	PREDNISONA 5 MG	CPR	20.000,00	PRATI	0,0000	0,046	920,00
Total do Participante ———>							40.260,40

Participante: 7319 - GESSER MEDICAL LTDA EPP

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA SOLUÇÃO INJETÁVEL 150MG 1 ML	AMP	300,00	E.M.S	0,0000	10,50	3.150,00
Total do Participante ———>							3.150,00
Total Geral —————>							488.280,90

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Irineópolis, 9 de Dezembro de 2013

COMISSÃO:

JOSÉ OSNIR CARDOSO - - Pregoeiro(a)
 LUCIO FLAVIO LIMA - - EQUIPE DE APOIO
 ROMULO ANTONIO AZAMBUJA - - EQUIPE DE APOIO
 CICERA ANGELICA DE SOUZA E COSTA - - EQUIPE DE APOIO
 CHAIANE HEDIVIG BORUCH - - EQUIPE DE APOIO
 NILDO JULIANO KRUGER - - EQUIPE DE APOIO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ADOLFO ERICO NEGHERBON - - Representante
 PEDRO DE OLIVEIRA SAMPAIO - - Representante
 - - Representante
 JUSTO GOYA DORNELLES JUNIOR - - Representante
 WILMAR CEZAR ZANCHET - - Representante
 AURY LINDENMAYR - - Representante
 ARLEI DONIZETE PRANDI - - Representante
 FERNANDO DE LACERDA - - Representante
 JAYSON SILVEIRA DE MOURA - - Representante



**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS**

CNPJ: 06.089.125/0001-16
AVENIDA 22 DE JULHO, 1070
C.E.P.: 89440-000 - Irineópolis - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 10/2013 - PR**

Processo Administrativo: 20/2013
Processo de Licitação: 19/2013
Data do Processo: 21/11/2013

Folha: 7/7

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

	- - Representante
FABIO ELIAS LEAL	- - Representante
ANDRE CARLOS BEHNKE	- - Representante
DANIEL DESIDERIO	- - Representante
ANDRE TRZCINSKI	- - Representante

Extrato de Homologação 86/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 86/2013

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 08/2013

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: José Adilson Neppel.

Irineópolis, 20 de dezembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Extrato de Homologação 87/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 87/2013

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 09/2013

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Gilson João Cabral.

Irineópolis, 20 de dezembro de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 170/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 170/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Márcia Maria Marghotti Erzinger

Objeto: Prestação de serviços de vigilância patrimonial privada denominada Monitoramento Eletrônico e manutenção dos equipamentos de alarmes, nas dependências do predio da Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Valor: R\$ 1.536,00 (Um mil quinhentos e trinta seis reais).

Vigência: 01.01.2014 a 31.12.2014

Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 171/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 171/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Fabio Roberto Kampmann

Objeto: Contrato de Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica.

Valor: R\$ 7.800,00 (Sete mil e oitocentos reais).

Vigência: 01.01.2014 a 30.04.2014

Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 172/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 172/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada: Antonio Kaschuk

Objeto: Locação de um imóvel, de propriedade do locador, sendo uma sala comercial com área de 55,20 m2, sito à Rua Bahia, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, e devidamente matriculado sob o n.º 3.425, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União - SC. O objetivo da locação do referido imóvel é para funcionamento da Terceira Idade do Bairro Nossa Senhora Aparecida.

Valor: R\$ 4.344,00 (Quatro mil trezentos quarenta quatro reais).

Vigência: 01.01.2014 a 31.12.2014

Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 173/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 173/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis

Contratada: José Adilson Neppel

Objeto: Locação de Imóvel para funcionamento da Secretaria Municipal da Educação

Valor: R\$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais).

Vigência - 01/01/2014 a 31/12/2014

Base Legal - Processo Licitatório 86/2013 - Dispensa de Licitação nº. 08/2013

Lei 8.666/93 consolidada

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 174/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 174/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis

Contratada: Gilson João Cabral

Objeto: Locação de Imóvel para funcionamento do EJA - Educação de Jovens e Adultos

Valor: R\$ 9.600,00 (Nove mil e seiscentos reais).

Vigência - 01/01/2014 a 31/12/2014

Base Legal - Processo Licitatório 87/2013 - Dispensa de Licitação nº. 09/2013

Lei 8.666/93 consolidada

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Errata

ERRATA

No Decreto nº 2.538/2013, de 19 de dezembro de 2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC nº 1393, de 20 de dezembro de 2013, Dispõe sobre Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências,

ONDE SE LÊ:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais).

02 - PODER EXECUTIVO		
02.05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00.00.00.0194 (52)	Aplicações Diretas	R\$ 2.615,41
3.3.90.00.00.00.00.0194 (46)	Aplicações Diretas	R\$ 10.384,59
TOTAL R\$ 13.000,00		

02 - PODER EXECUTIVO		
02.05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90.00.00.00.00.0194 (40)	Aplicações Diretas	R\$ 13.000,00
TOTAL R\$ 13.000,00		

LEIA-SE:

Art. 1º - Ficam anuladas parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas, no montante de R\$ 11.300,00 (Onze mil e trezentos reais).

02 - PODER EXECUTIVO		
02.05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00.00.00.0194 (52)	Aplicações Diretas	R\$ 915,41
3.3.90.00.00.00.00.0194 (46)	Aplicações Diretas	R\$ 10.384,59
TOTAL R\$ 11.300,00		

02 - PODER EXECUTIVO		
02.05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90.00.00.00.00.0194 (40)	Aplicações Diretas	R\$ 11.300,00
TOTAL R\$ 11.300,00		

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 19 de dezembro de 2013.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Itapiranga

PREFEITURA

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Processo Licitatório nº 50/2013
Dispensa de Licitação nº 50/2013
Partes: Município de Itapiranga e Christian Ody Weis

Objeto: Locação de espaço físico para funcionamento da vigilância em saúde (vigilância sanitária e vigilância ambiental - dengue)
Fundamento: Artigo 24, Inciso X, da Lei nº 8.666/93.
Valor: R\$ 16,800,00
Vigência: 31 de dezembro de 2014

Itapiranga - SC., 19 de dezembro de 2013
KATIA S. GRISOTTI
Adm.Int. FMS

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Processo Licitatório nº 51/2013
Dispensa de Licitação nº 51/2013
Partes: Município de Itapiranga e CIS AMEOSC

Objeto: Contratação de Consorcio para prestação de serviços de saúde especializados de referencia, de media e alta complexidade a nível ambulatorial para a população do município de Itapiranga, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.819/2013
Fundamento: Artigo 24, Inciso VIII, da Lei nº 8.666/93.
Valor: R\$ até 15.509,00 (mensal)
Vigência: 31 de dezembro de 2014

Itapiranga - SC., 19 de dezembro de 2013
KATIA S. GRISOTTI
Adm.Int. FMS

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 181/2013
Dispensa de Licitação nº 181/2013
Partes: Município de Itapiranga e Assoc. Antonio Vieira

Objeto: Locação de imóvel de propriedade da Associação Antonio Vieira para funcionamento da Escola Municipal Pe. Oscar Puhl
Fundamento: Artigo 24, Inciso X, da Lei nº 8.666/93.
Valor: R\$ 3.500,00 (mensal)
Vigência: 31 de dezembro de 2014

Itapiranga - SC., 19 de dezembro de 2013
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 182/2013
Dispensa de Licitação nº 182/2013
Partes: Município de Itapiranga e EPAGRI

Objeto: Contratação da Epagri - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Estensão Rural de Santa Catarina, para prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão rural para o Município de Itapiranga
Fundamento: Artigo 24, Inciso VIII, da Lei nº 8.666/93.
Valor: R\$ 39.960,00
Vigência: 31 de dezembro de 2014

Itapiranga - SC., 19 de dezembro de 2013
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Dispensa de Licitação Nº 17/2013 Processo Nº 136/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2013
PROCESSO Nº 136/2013

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de dispensa através da fundamentação legal e pelos considerandos que seguem abaixo:

Considerando que Itapoá é uma cidade litorânea voltada para o turismo, sendo assim tem nessa época um aumento significativo de pessoas que circulam pelo município desta forma torna-se indispensável também o aumento de policiamento nas ruas.

Considerando que o local atende o interesse público e que a polícia civil não dispõe de um espaço físico e de estrutura para abrigar aos policiais.

Considerando o Parecer Jurídico nº 194/2013 da Procuradoria Jurídica desta municipalidade.

Considerando que o valor a ser pago a título de aluguel é compatível com os preços de mercado.

Autoriza as locações do objeto abaixo descrito:

1. Secretaria de administração e Finanças

1) Objeto: imóvel em alvenaria contendo área total construída de 98m² com 3 quartos, 1 suíte, 1 banheiro, 1 sala, 1 cozinha, 1 garagem coberta, localizada a Avenida Pérola do Atlântico (Rua 860), nº 287, Balneário Pérola do Atlântico;
1.1) Finalidade: abrigar policiais civis na operação veraneio;
1.2) Valor e condição de pagamento e fundamento das despesas: Valor total de 11.499,99 (onze mil e quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), para efeitos fiscais e financeiros. E o valor mensal é de R\$ 3.833,33 (três mil oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

1.3) Prazo de vigência: Inicia em 18/12/2013 finalizando-se em 18/03/2014, podendo ser prorrogado ou renovado a qualquer tempo de acordo com o interesse da administração pública.

1.4) Contratado: DEAMIL VIEIRA DO AMARAL, portador CNPF/MF nº 117.894.849-87 e do CI.RG nº 920.279-0 SSP/PR.

Itapoá, 19 de dezembro de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº111/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº111/2013

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: DEAMIL VIEIRA DO AMARAL, portador do CNPF/MF nº 117.894.849-87 e do CI.RG nº 920.279-0 SSP/PR.

Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2013 - PROCESSO Nº 136/2013

Objeto: . Locação de um imóvel na forma temporária (em caráter de Dispensa de Licitação), de um imóvel em alvenaria contendo área total construída de 98m² com 3 quartos, 1 suíte, 1 banheiro, 1 sala, 1 cozinha, 1 garagem coberta, localizada a Avenida Pérola do Atlântico (Rua 860), nº 287, Balneário Pérola do Atlântico, para abrigar Policiais Civis na operação veraneio.

VALOR R\$: R\$ 11.499,99 (onze mil e quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

DATA DA ASSINATURA: 19/12/2013

PRAZO DE VIGÊNCIA: . O presente contrato terá vigência a partir de 18/12/2013, finalizando-se em 18/03/2014, podendo ser prorrogado, renovado ou rescindido a qualquer tempo de acordo com o interesse da Administração Pública.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 19 de dezembro de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Termo Aditivo de Reajuste de Preço N.º 58/2013

TERMO ADITIVO DE REAJUSTE DE PREÇO N.º 58/2013 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 02/2013. (3º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Obras e Serviços Públicos, Sr. VALDECIR DE SOUZA portador do portador do C.I. RG Nº 3.136.633-3 e do CNPF/MF nº: 845.846.299-00, matrícula nº 1136771, e pelo Prefeito Municipal SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CI. RG nº 8.739.943 SSP/PR e CNPF/MF nº 230.944.279-87, residente e domiciliado à Estrada Jaguaruna, s/ nº, neste Município de Itapoá/SC, e a empresa: RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA, com sede à servidão Norma Rudnick, 111, na cidade de Joinville - Pirabeiraba, SC, CEP 89.239-228, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.415.075/0001-32, e Inscrição estadual nº 250.795.272, representada neste ato por representante comercial, o Sr. HANS HARTWIG GEHRMANN, portador do CNPF/MF nº 248.293.079-00 e do CI RG nº 2/R 414.549 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo visando o reequilíbrio econômico financeiro à aquisição parcelada de gasolina e óleo diesel, para abastecimento da frota municipal de veículos leves e pesados, incluindo a instalação dos equipamentos necessários para o abastecimento, e em conformidade com o

processo de licitação na modalidade PREGÃO Nº 02/2013 - REGISTRO DE PREÇO Nº 02/2013 - PROCESSO Nº 09/2013, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE

O presente termo visa conceder reequilíbrio econômico financeiro com fulcro no Art. 65, Inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, reajustando o preço unitário do item 2 Diesel, acrescendo o valor de R\$ 0,095 (Noventa e cinco milésimos de reais), passando o valor unitário do litro da Diesel à R\$ 2,357 (Dois reais e trezentos e cinquenta e sete milésimos de reais), contabilizados a partir da presente data.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço n.º 02/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo a Ata de Registro de Preço n.º 02/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 20 de dezembro de 2013.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

Prefeito Municipal

CONTRATADA

RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA

HANS HARTWIG GEHRMANN

VALDECIR DE SOUZA

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Testemunhas:

Nome:

CNPJ/MF:

Nome:

CNPJ/MF:

Termo Aditivo N.º 57/2013 ao Contrato Administrativo N.º 14/2013. (1º Aditivo).

TERMO ADITIVO N.º 57/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 14/2013. (1º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representada pela Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA, portadora do CI.RG nº 2090978 SSP/PR e do CNPF/MF nº 355.669.909-59 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA -ME, CNPJ/MF: 04.072.953/0001-16, com sede à Rua Major Navarro Lins, nº 692, Bairro: Anita Garibaldi, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89203-500, neste ato representada pelo sócio-administrador o Sr. EDUARDO ANDRADE BAHIANENSE, brasileiro, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 019.220.468.84, e do CI.RG sob nº 2/R 1.774.897 - SSI/SC, ou pela sócia a Sra.

KARIN JANZ, brasileira, empresária, inscrito no CPF/MF sob nº 184.429.279-72, e do CI.RG sob nº 1.382.138-SSP/PR, aqui denominada CONTRATADA(O), ajustam o presente termo aditivo contratual que visa a contratação de empresa para prestação de serviços visando a manutenção de software "Escola Via Net - Sistema de Gestão Escolar", instalado nas Unidades Escolares da rede municipal de ensino nas modalidades da Educação infantil, Ensino fundamental, Educação de jovens e adultos, e na Secretaria Municipal de Educação. , em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade de INEXIGIBILIDADE N.º 01/2013 - PROCESSO N.º 03/2013, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 14/2013 em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 31/12/2013, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

Altera cláusula terceira "do preço", reajustando com base no índice do IGPM (Índice geral de preço do mercado), totalizando um percentual para o período de 5, 2726%, passando o valor unitário mensal para R\$ 2.575,93 (dois mil quinhentos e setenta e cinco reais e noventa e três centavos), e o valor total para o período é de R\$ 30.911,16 (trinta mil novecentos e onze reais e dezesseis centavos). Sendo ainda pago em uma única parcela o valor de R\$ 1.580,00 (um mil quinhentos e oitenta reais) aditando o respectivo contrato em um percentual de 4,89%.que equivale a adesão de três novas unidades.

CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 14/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 14/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 20 de dezembro de 2013.

CONTRATANTE

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

CONTRATADA

CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA-ME

EDUARDO ANDRADE BAHIANSE

KARIN JANZ

CONTRATANTE

TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Testemunhas:

Nome:

CNPJ/MF:

Nome:

CPF/MF:

Termo Aditivo N.º 59/2013

TERMO ADITIVO N.º 59/2013 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO DE CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO E RURAL E CONCESSÃO PARA CONSTRUÇÃO DE TERMINAL RODOVIÁRIO DE ITAPOÁ/SC. (7º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede na Rua Mariana Michels Borges, 187, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato, pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPJ/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro a Empresa TRANSITA TRANSPORTE ITAPOÁ TURISMO E ALUGUEL LTDA, com sede na Rua Falcão, 452, na cidade de Caraguatatuba/SP, inscrita n.º CNPJ/MF sob n.º 04.632.523/0001-01, com filial a Avenida José Pacheco da Silva, s/nº, Itapema do Norte, município de Itapoá/SC, neste ato representada por seu sócio-gerente GILVAN FERREIRA DA SILVA, portador do CNPJ / MF sob n.º 103.259.588-40 e RGº sob n.º 20765936, doravante denominado CONTRATADO (A), ajustam a Concessão para exploração do serviço de Transporte Coletivo Urbano e Rural e Concessão para Construção de Terminal Rodoviário de Itapoá/SC, em conformidade com o processo Concorrência nº 01/1999, de acordo com a Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, e Lei nº 8.987/1995 em cumprimento as normas contidas no código de posturas, e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente termo visa prorrogar a vigência do contrato administrativo de concessão pública para exploração do serviço de Transporte Coletivo Urbano e Rural e Concessão para Construção de Terminal Rodoviário de Itapoá/SC, em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 31/12/2013, conforme disposições da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato administrativo de concessão pública para exploração do serviço de Transporte Coletivo Urbano e Rural e Concessão para Construção de Terminal Rodoviário de Itapoá/SC, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Prorrogação.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Prorrogação ao Instrumento de contrato administrativo de concessão pública para exploração do serviço de Transporte Coletivo Urbano e Rural e Concessão para Construção de Terminal Rodoviário de Itapoá/SC, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 20 de dezembro de 2013.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

CONTRANTE

LUIZ CARLOS ZAGONEL

CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO

CONTRATADO

TRANSITA TRANSPORTE ITAPOÁ TURISMO E ALUGUEL LTDA

GILVAN FERREIRA DA SILVA

Testemunhas:

Nome:

CNPJ/MF:

Nome :

CPF/MF:

Termo Aditivo N.º 60/2013

TERMO ADITIVO N.º 60/2013 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 100/2013 (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Secretário de Obras e Serviços e Públicos, o Sr. VALDECIR DE SOUZA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº: 845.846.299-00 e portador do CI.RG nº 3.136.633-3, e pelo Prefeito Municipal, Sr. SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPJ/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa LEOTAN COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.235.887/0001-49 e Inscrição Estadual: 9054942955, com sede à Rua Abel Scuissati nº 2931, Vila Iara, CEP: 83.408-280, na cidade de Colombo - PR, representada neste ato pelo procurador, o Sr. ADELIR DA SILVA PEREIRA, portador do CNPJ/MF nº 448.114.039-91 e do CI.RG nº 3.356.293-4 PR, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar o prazo de execução e vigência da Contratação de empresa para aquisição de peças e serviços de mão de obra para recuperação do sistema de transmissão da motoniveladora Cartepillar - 140G, conforme especificações do Anexo V do edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO N.º 55/2013 - PROCESSO Nº 107/2013, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

O presente termo visa prorrogar o prazo de execução e vigência do contrato administrativo n.º 100/2013 em 10 (dez) dias contados a partir do dia 31 de dezembro de 2013, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 100/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 100/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscreita.

Itapoá/SC, 20 de dezembro de 2013.

CONTRATANTE

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

CONTRATADA

LEOTAN COMERCIAL LTDA

ADELIR DA SILVA PEREIRA

CONTRATANTE

VALDECIR DE SOUZA

SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Testemunhas:

Nome:

CNPJ/MF:

Nome:

CPF/MF:

Termo Aditivo N.º 56/2013 Que Visa Prorrogar o Contrato Administrativo N.º 97/2013 (1º Aditivo).

TERMO ADITIVO N.º 56/2013 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 97/2013 (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representada pelo Secretário de Obras e Serviços e Públicos, o Sr. VALDECIR DE SOUZA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº: 845.846.299-00 e portador do CI.RG nº 3.136.633-3, e pelo Prefeito Municipal, Sr. SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPJ/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa EMPREITEIRA FORTUNATO LTDA, com sede à Rua XV de Novembro, nº 4190, Bairro: Glória na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.216-201, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 82.607.623/0001-91 e Inscrição Estadual n.º 25505648-6, representada neste ato por procuradora, a Sra. ADRIANA LORENZI CAMACHO, portadora do CNPJ/MF nº 769.462.239-34 e Cédula de Identidade Profissional nº OAB/SC nº 25203-B, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar o prazo de execução e vigência da Contratação de empresa com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para pavimentação asfáltica 8.840,00 m2 na Avenida Brasil entre ruas 1.585 à 1710 (trecho II), e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO N.º 10/2013 - PROCESSO Nº 113/2013, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

O presente termo visa prorrogar o prazo de execução e vigência do contrato administrativo n.º 97/2013 em 40 (quarenta) dias contados a partir do dia 19 de dezembro de 2013, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 97/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 97/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscreita.

Itapoá/SC, 19 de dezembro de 2013.

CONTRATANTE

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

CONTRATADA
EMPREITEIRA FORTUNATO LTDA
ADRIANA LORENZI CAMACHO

CONTRATANTE
VALDECIR DE SOUZA
SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Testemunhas:

Nome:
CNPJ/MF:

Nome:
CPF/MF:

Termo de Anulação de Licitação

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
TERMO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Itapoá-SC torna público que a licitação Concorrência nº 02/2013 - Processo nº 95/2013, para a Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de estudantes universitários, em ônibus rodoviários no trajeto Itapoá-SC/Joinville-SC/Itapoá-SC e Itapoá-SC/Guaratuba-PR/Itapoá-SC, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital, fica no presente ato anulado, em todos os seus termos para conhecimento dos licitantes e de quem a mais interessar possa, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, conforme inserto no processo licitatório.

Itapoá, 20 de dezembro de 2013.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto Nº 4.489 de 12 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 4.489 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 16 DA LEI MUNICIPAL 4.290 DE 21/12/12 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por LEI,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 13 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE
Unidade orçamentária: 01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE Proj./Atividade: 2.002 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.000.0 - 19
Valor: R\$ 12.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior, será coberto com superávit financeiro da Fundação Municipal de Cultura e Esporte.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 12 de dezembro de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Decreto Nº 4.503 de 19 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 4.503 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 16 DA LEI MUNICIPAL 4.290 DE 21/12/12 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por LEI,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), proveniente do superávit financeiro do exercício anterior oriundo de recursos próprios, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.069 - Contribuição Patronal RPPS-SIMAE
Modalidade Aplicação: 3.1.91.00.00.00.00.00.03.0000-42
Valor: R\$ 5.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 19 de Dezembro de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Resolução Nº 025/2013-CMAS-Jba

RESOLUÇÃO Nº 025/2013-CMAS-JBA

Aprova o realização de licitações para aquisição de materiais de consumo para os serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade; para Benefícios Eventuais e programas da LOA no exercício de 2014.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, pela Lei Municipal 4281 de 2012 e de acordo com a Reunião ordinária do Conselho, realizada em 11 de novembro de 2013.

CONSIDERANDO:

A necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social adquirir materiais de consumo para os serviços de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade para Benefícios Eventuais e programas da LOA para o exercício de 2014;

A Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

RESOLVE:

Art.1º Aprovar a realização das licitações de: gêneros alimentícios, combustível, material de expediente, processamento de dados e informática, material de higiene e limpeza, impressos, gás, armários, pneus, passes para benefícios eventuais e atendimento LA e PSC, transporte para viagens especiais, manutenção de equipamentos de informática, manutenção em geral, apresentado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, apreciado e deliberado

pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Joaçaba-SC, 12 de dezembro de 2013.
DORVALINA LANGE
Presidente do CMAS

Portaria N.º 1599

PORTARIA Nº 1.599 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013
"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) JOSEANE DE OLIVEIRA PRESTES ABATTI, Professor ACT-SH, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 005/2013 - Chamada Pública, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 13 de dezembro de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1600

PORTARIA Nº 1.600 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR "Tomadas de Contas Especial", a fim de que se apure eventual dano ao erário por decisão acatada pelo Prefeito Municipal sugerida pela comissão de sindicância instaurada pela portaria n.º 975/2013 da qual apurou-se eventual responsabilidade dos gestores do Centro Educacional Roberto Trompowsky em aceitar matrículas de pais de alunos residentes no municípios vizinhos e face a instauração de procedimentos oriundos do Ministério Público e demanda judicial aberta pelos pais de alunos protocolizada junto ao Fórum de Justiça, bem como posterior processo administrativo disciplinar instaurado pela portaria n.º 1.165/2013 do qual apurou-se a responsabilidade da Diretora Geral, Diretora Adjunta, Assistente de Direção e Secretária com referência aos custos dos alunos de Herval d Oeste matriculados no CERT.

2º DESIGNAR os servidores, ROSANGELA PELICIELLI, JULIO CESAR BISSANI e SULANY DE FATIMA B. WELTER, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e alterações, Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 17 de dezembro de 2013.
RAFAEL LASKE

Dispensa de Licitação 1/2013/FMS - PL 43/2013/FMS - Homologado Em 19/12/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 43 / 2013 - FMS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1 / 2013 - FMS

1 - DO OBJETO

- Aquisição de um terreno urbano com área de 1.200 m² (mil e duzentos metros quadrados), de propriedade de RUY CARLOS BREDA, localizado na Rua Santos Dumont, Bairro Tobias, no Município de Joaçaba, registrado sob o nº 17.396, fls. 80, L.3 "O", 06/05/1952, no Registro de Imóveis 1º Ofício de Joaçaba.

2 - DA JUSTIFICATIVA

- O imóvel de que trata o objeto desta Dispensa tem por finalidade a futura construção/instalação da sede do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS do Município de Joaçaba.

- A aquisição acima citada justifica-se devido a boa localização do imóvel, na área central do Município, sendo de fácil acesso à população e dispondo das características necessárias que atendem aos interesses da Administração Municipal, isto é, ofertar/garantir um melhor atendimento aos pacientes que usufruem dos serviços/programas do CAPS.

- De acordo com pesquisa junto ao mercado imobiliário do Município, não há outros imóveis que atendam as características almejadas pela Administração.

- O valor a ser pago pelo imóvel é compatível com o valor de mercado e correspondente à avaliação realizada pelo setor competente da Administração Municipal.

3 - DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

- RUY CARLOS BREDA, portador da Carteira de Identidade nº 11/C 141.116 e CPF nº 103.493.839-87, residente e domiciliado na Rua Salgado Filho, nº 259, centro, apartamento 203, Edifício Cruzeiro, nesta cidade de Joaçaba, SC.

4 - DO VALOR

- O valor relativo à aquisição de que trata o objeto desta Dispensa, importa a quantia total de R\$ 405.100,00 (quatrocentos e cinco mil e cem reais), que será pago em uma única parcela.

5 - DO FUNDAMENTO LEGAL

- Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, inciso X.

- Atendimento ao disposto na Lei Municipal nº 4.424 de 13 de dezembro de 2013.

6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes do processo acima citado serão custeadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

1.012 - AQUISIÇÃO DE TERRENOS - FMS

(2) - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.002.000000 - Aplicações Diretas
(80) - 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.002.000000 - Aplicações Diretas

Joaçaba (SC), em 16 de dezembro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato TP 25/2013/PMJ - PL 129/2013/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2013/PMJ
TOMADA DE PREÇO Nº 25/2013/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessário para a pavimentação asfáltica em CAUQ - Concreto Asfáltico Usinado a Quente, da Rua Amábil Bernardete Anzolin Falavinha, Bairro Anzolin, no Município de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Tipo: Empreitada por Preço Unitário. Data da abertura: Dia 20/01/2014, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 20/01/2014, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 18 de dezembro de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato TP 25/2013/PMJ - PL 129/2013/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2013/PMJ
TOMADA DE PREÇO Nº 25/2013/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessário para a pavimentação asfáltica em CAUQ - Concreto Asfáltico Usinado a Quente, da Rua Amábil Bernardete Anzolin Falavinha, Bairro Anzolin, no Município de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Tipo: Empreitada por Preço Unitário. Data da abertura: Dia 21/01/2014, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 21/01/2014, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 18 de dezembro de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato TP 26/2013/PMJ - PL 131/2013/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2013/PMJ
TOMADA DE PREÇO Nº 26/2013/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessário para a pavimentação asfáltica em CAUQ - Concreto Asfáltico Usinado a Quente, das Ruas Manoel Quintilhan Morgade, Espanhóis e 360, centro, no Município de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor Preço Global. Tipo: Empreitada por Preço Unitário. Data da abertura: Dia 22/01/2014, a partir das 15h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 22/01/2014, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 19 de dezembro de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito



O Poder Legislativo
Municipal Acessível ao Cidadão

www.ciga.sc.gov.br

Termo de Homologação DI 1/2013/FMS - PL 43/2013/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVENBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 1/2013 - DL Processo Administrativo: 44/2013 Processo de Licitação: 43/2013 Data do Processo: 16/12/2013
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 43/2013
b) Licitação Nr.: 1/2013-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 19/12/2013
e) Data da Adjudicação: 19/12/2013 Sequência: 1
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE UM TERRENO URBANO COM ÁREA DE 1.200 M² (MIL E DUZENTOS METROS QUADRADOS), DE PROPRIEDADE DE RUI CARLOS BREDÁ, LOCALIZADO NA RUA SANTOS DUMONT, BAIRRO TOBIAS, NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, REGISTRADO SOB O Nº 17.396, FLS. 80, L.3 "O", 06/05/1952, NO REGISTRO DE IMÓVEIS 1º OFÍCIO DE JOAÇABA.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

RUY CARLOS BREDÁ (7949)

1 TERRENO URBANO COM ÁREA DE 1.200 M² (MIL E DUZENTOS METROS QUADRADOS), DE PROPRIEDADE DE RUI CARLOS BREDÁ, LOCALIZADO NA RUA SANTOS DUMONT, BAIRRO TOBIAS, NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, REGISTRADO SOB O Nº 17.396, FLS. 80, L.3 "O", 06/05/1952, NO REGISTRO DE IMÓVEIS 1º OFÍCIO DE JOAÇABA.	UN	1	-	405.100,00	405.100,00
--	----	---	---	------------	------------

Total do Fornecedor: 405.100,00

Total Geral: 405.100,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.012.4.4.90.00.00.00.00 (2), 1.012.4.4.90.00.00.00.00 (80)

Joaçaba, 19 de Dezembro de 2013.

RAFAEL LASKE - PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Contrato 10/2013 FMS TA 01

CONTRATO Nº 10/2013/FMS - TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por seu gestor, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CLÍNICA VETERINÁRIA BARBIERI LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.550.643/0001-98 estabelecida na Rua Felipe Schmidt, nº 295 - Sala A, Bairro Centro, no Município de Joaçaba/SC neste ato representada pelo Sr. Cristian Cesar da Silva Casado, portador da Carteira de Identidade nº 4.078.553-0 e CPF nº 006.722.049-59 residente e domiciliado na Rua 31 de Março, cidade de Herval D'Oeste/SC, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato 10/2013/FMS, firmado em 28/01/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 2/2013/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 2/2013/FMS, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de esterilização cirúrgica de cães e gatos, visando o controle populacional destes animais no Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 23 (vinte e três) meses e 03 (três) dias, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO**

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 53.051,00 (cinquenta e três mil e cinquenta e um reais), correspondentes a:

- 149 esterilizações cirúrgicas em machos (cães e gatos), a R\$ 160,00 = R\$ 23.840,00
- 107 esterilizações cirúrgicas em fêmeas (cães e gatos), a R\$ 273,00 = R\$ 29.211,00

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 19 de dezembro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA / F.M.S.

RAFAEL LASKE

Prefeito

CLÍNICA VETERINÁRIA BARBIERI LTDA.

CRISTIAN CESAR DA SILVA CASADO

Administrador

Testemunhas:

1. _____
2. _____

Aditivo Contrato 118/2013 PMJ TA 01

CONTRATO Nº 118/2013/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa PEDREIRA JOAÇABA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 84.585.306/001-47, estabelecida na RUA TIROLEZA, 600, Bairro FREI BRUNO, no Município de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. SIGMUNDO ENGELBERTO REGENSBURGER, portador da Carteira de Identidade nº 1.122.749 e CPF nº 139.433.329-34, residente e domiciliado na RUA MINAS GERAIS, 813, na cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 118/2013/PMJ, firmado em 22/10/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 98/2013/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 58/2013/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de materiais destinados à execução e reparos da drenagem pluvial e à recuperação das vias públicas do perímetro urbano e das estradas do interior do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO**

O valor total do contrato fica acrescido em R\$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais), correspondentes a 25% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente à aquisição suplementar de 75 m³ de areia média com pedrisco.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 19 de dezembro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

PREFEITO

PEDREIRA JOAÇABA LTDA

SIGMUNDO ENGELBERTO REGENSBURGER

Testemunhas:

1. _____
2. _____

Aditivo Contrato 120/2013 PMJ TA 01

CONTRATO Nº 120/2013/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa PEDREIRA CALDART LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.386.850/0001-20, estabelecida na BR 282 - KM 382, Bairro PACÍFICO, no Município de HERVAL D'OESTE/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. ALIRIO ANTONIO CALDART, portador da Carteira de Identidade nº 1002093399 e CPF nº 238.832.860-87, residente e domiciliado na RUA FREDERICO MEYER, 57, na cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 120/2013/PMJ, firmado em 22/10/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 98/2013/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 58/2013/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de materiais destinados à execução e reparos da drenagem pluvial e à recuperação das vias públicas do perímetro urbano e das estradas do interior do Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO**

O valor total do contrato fica acrescido em R\$ 9.137,50 (dois mil oitocentos e cinquenta reais), correspondentes a 25% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente à aquisição suplementar de 212,50 m³ de Brita graduada de 2ª categoria.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 19 de dezembro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

PREFEITO

PEDREIRA CALDART LTDA

ALIRIO ANTONIO CALDART

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Aditivo Contrato 209/2011 FMS TA 07

CONTRATO Nº 209/2011/FMS - TA 07

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, pelo seu Gestor, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa VALDIR

VIEIRA SARMENTO ME, com sede administrativa na Rua dos Laranjais, 228, sala 02, Loteamento João Pires, na cidade de Joaçaba (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 09.446.963/0001-98, neste ato representada pelo Sr. VALDOMIRO VIEIRA SARMENTO SOBRINHO, portador da C.I. nº 1.889.737 e CPF nº 622.433.149-91, residente e domiciliado na Rua dos Laranjais, 228, Loteamento João Pires, na cidade de Joaçaba (SC), doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 209/2011/FMS, firmado em 20/04/2011, proveniente do PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2011/FMS - CONVITE Nº 1/2011/FMS, homologado no dia 20 de abril de 2011, cujo objeto é prestação de serviços elétricos de manutenção, de fiação de telefonia e cabeamento da rede dos programas e serviços da Secretaria Municipal de Saúde e demais unidades mantidas pelo Fundo Municipal de Saúde, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de outubro de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 44 (quarenta e quatro) meses e 10 (dez) dias, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO**

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 13.110,00 (treze mil cento e dez reais).

CLAUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 19 de dezembro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

PREFEITO

VALDIR VIEIRA SARMENTO - ME

VALDOMIRO VIEIRA SARMENTO SOBRINHO

CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Aditivo Contrato 227/2011 FMS TA 04

CONTRATO Nº 227/2011/FMS - TA 04

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa YURI A. RIGHI PICCININ & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.587.873/0001-04, estabelecida na RUA JOSÉ BONIFACIO, 57, Bairro CENTRO, no Município de HERVAL D'OESTE/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. YURI A. RIGGHI PICCININ, portador da Carteira de Identidade nº 4.755.538 e CPF nº 054.758.929-89, residente e domiciliado na cidade de HERVAL D'OESTE/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 227/2011/FMS, firmado em 07/07/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 24/2011/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 20/2011/FMS, homologado em 07/07/2011, cujo objeto é a prestação de serviços de assistência técnica em equipamentos de informática da Secretaria Municipal de Saúde, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO e a CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO.

Diante da prorrogação constante na cláusula segunda deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 16.752,00 (dezesesseis mil setecentos e cinquenta e dois reais).

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 19 de dezembro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

PREFEITO

YURI A. RIGGHI PICCININ & CIA

YURI A. RIGGHI PICCININ

Testemunhas:

1 _____

2 _____

Aditivo Contrato 233/2011 FMS TA 03

CONTRATO Nº 233/2011/FMS - TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por seu Gestor, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ sob nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa VIECELLI TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.815.203/0001-90, estabelecida na AV XV DE NOVEMBRO, 371, Bairro CENTRO, no Município de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. RAFAEL PORTO VIECELLI, portador da Carteira de Identidade nº 3.427.077 e CPF nº 973.381.500-44, residente e domiciliado na RUA AMERICO SARAIVA, 103, na cidade de HERVAL D'OESTE/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 233/2011/FMS, firmado em 20/09/2011, proveniente do Processo de Licitação nº 34/2011/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 27/2011/FMS, homologado no dia 20/09/2011, cujo objeto é a manutenção mensal de provedores, destinados às Estratégias de Saúde Família do Bairro Vila Remor e Nova Petrópolis e ao Posto de Saúde de Santa Helena, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO**

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 39 (trinta e nove) meses e 10 (dez) dias, a contar do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO.**

O valor mensal do contrato fica reajustado, a contar de 01 de janeiro de 2014, em 13,0354% relativos à variação do IGP-DI no período de outubro de 2011 a setembro de 2013, passando de 687,27 para R\$ 777,00 (setecentos e setenta e sete reais), correspondentes à manutenção de 03 (três) provedores de internet.

Diante do reajuste e da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 9.324,00 (nove mil trezentos e vinte e quatro reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 19 de dezembro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RAFAEL LASKE

PREFEITO

VIECELLI TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME
RAFAEL PORTO VIECELLI

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Aditivo Contrato 287/2012 FMS TA 04

CONTRATO Nº 287/2012/FMS - TA 04

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ sob nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa INVIOSAT SEGURANÇA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.168.167/0001-05, estabelecida na RUA MARECHAL DEODORO, 1512, Bairro CENTRO, no Município de CONCORDIA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. EMERSON LORENSETTI, portador da Carteira de Identidade nº 14/R 2.131.245 e CPF nº 776.086.909-68, residente e domiciliado na Rua ABRAMO HEBERLE, 140 - AP 401, na cidade de CONCORDIA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 287/2012/FMS, firmado em 02/04/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 06/2012/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 02/2012/FMS, homologado em 02/04/2012, cujo objeto é a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de segurança patrimonial preventiva privada, como de meio, através de monitoramento eletrônico e atendimento com veículo automotor tático móvel, central de operações e utilização de agentes de segurança, para as unidades de Saúde da Família (ESF's), Postos de Saúde, Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS), Centro de Especialidades Médicas (CEM) e Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Joaçaba, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO e a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo de execução dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 20 (vinte) meses e 28 (vinte e oito) dias, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO.

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 40.195,80 (quarenta mil cento e noventa e cinco reais e oitenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 19 de dezembro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

INVIOSAT SEGURANÇA LTDA

EMERSON LORENSETTI

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Aditivo Contrato 47/2013 PMJ TA 01

CONTRATO Nº 47/2013/PMJ - TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.355.138/0001-52, estabelecida na AV. GETULIO VARGAS, 540, no Município de JOAÇABA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. LUIZ CARLOS GHIGGI, portador da Carteira de Identidade nº 545.810 e CPF nº 294.775.229-53, residente e domiciliado na RUA OSVINO LOTTERMANN, 321, na cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 47/2013/PMJ, firmado em 11/03/2013, proveniente do Processo de Licitação nº 16/2013/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 12/2013/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA, de forma parcelada, de material de construção e de saneamento básico, destinados à manutenção de prédios e locais públicos, à conservação de praças e jardins, bem como às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do Município de Joaçaba, durante o exercício financeiro de 2013, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO

O valor do contrato fica acrescido em R\$ 7.584,00 (sete mil quinhentos e oitenta e quatro reais), correspondentes a 9% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 19 de dezembro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

LUIZ CARLOS GHIGGI

Testemunhas:

1. _____
2. _____

Aditivo Contrato 485/2007 TA 07

CONTRATO Nº 485/2007 - TA 07

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ sob nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado LOCATÁRIO e o Sr. LUIZ EUSEBIO MALISKA, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Av. Santa Terezinha nº 476, nesta cidade de Joaçaba (SC), portador do CPF nº 134.553.119-20, a seguir denominado simplesmente LOCADOR, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Legislação Aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 485/2007, celebrado em 24 de janeiro de 2007, proveniente do Processo de Licitação nº 12/2007, instaurado através da Dispensa nº 12/2007, homologado no dia 24 de janeiro de 2007, que tem como objeto a locação de um imóvel de propriedade do LOCADOR, localizado na Avenida Santa Terezinha, 453 neste Município, e destina-se à instalação de PSF - PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA, onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 23.105,88 (vinte e três mil cento e cinco reais e oitenta e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 19 de dezembro de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
LOCATÁRIO

LUIZ EUSÉBIO MALISKA
LOCADOR

(Testemunha 01)

(Testemunha 02)

Aditivo Contrato 53/2010 FMS TA 05

CONTRATO Nº 53/2010/FMS - TA 05

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, 223, inscrito

no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa ELOY PAULO PETRY - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 79.656.492/0001-28 estabelecida na Rodovia SC 303 Km 01 - Acesso Sul, no Município de Joaçaba (SC), neste ato representada pelo Sr. ELÓI PAULO PETRY, portador da Carteira de Identidade nº 11/R 13005-33 e CPF nº 484.169-329-72, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba (SC), doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 53/2010/FMS, proveniente do Processo de Licitação nº 1/2010/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 3/2010/FMS, homologado no dia 10 de Fevereiro de 2010, cujo objeto é a prestação de serviços, por hora trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura, destinados à manutenção de veículos que atendem aos programas do Fundo Municipal de Saúde, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2014 a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 46 (quarenta e seis) meses e 18 (dezoito) dias, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO.

O valor total do contrato fica reajustado, a contar de 01 de janeiro de 2014, em 12,96% relativos a variação do INPC-IBGE no período de fevereiro de 2010 a fevereiro de 2012, passando de R\$ 15.255,70 para R\$ 17.233,74 (dezessete mil duzentos e trinta e três reais e setenta e quatro centavos), correspondentes a:

- 611 horas de serviços de mecânica geral a R\$ 15,48 por hora = R\$ 9.458,28
- 306 horas de serviços de funilaria e pintura a R\$ 25,41 por hora = R\$ 7.775,46

Diante do reajuste e da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 17.233,74 (dezessete mil duzentos e trinta e três reais e setenta e quatro centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 19 de dezembro de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RAFAEL LASKE
Prefeito

ELÓI PAULO PETRY - ME
ELÓI PAULO PETRY

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Aditivo Contrato 54/2010 FMS TA 04

CONTRATO Nº 54/2010/FMS - TA 04

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa AUTO CENTER JOAÇABA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.750.045/0001-34 estabelecida na Rua Felipe Schmidt, 426, Centro, no Município de Joaçaba (SC), neste ato representado pelo Sr. ALCEMIR CARLOS PINTO RIBEIRO, portador da Carteira de Identidade nº 11/R 2.632.018 e CPF nº 789.305.379-87, residente e domiciliado na cidade de Joaçaba (SC), doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 54/2010/FMS, proveniente do Processo de Licitação nº 1/2010/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 3/2010/FMS, homologado no dia 10 de Fevereiro de 2010, cujo objeto é a prestação de serviços, por hora trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura, destinados à manutenção de veículos que atendem aos programas do Fundo Municipal de Saúde, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada para 31 de dezembro de 2014 a contar de 01 de janeiro de 2014, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 46 (quarenta e seis) meses e 18 (dezoito) dias, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO.

O valor total do contrato fica reajustado, a contar de 01 de janeiro de 2014, em 12,96% relativos a variação do INPC-IBGE no período de fevereiro de 2010 a fevereiro de 2012, passando de R\$ 10.080,00 para R\$ 11.383,20 (onze mil trezentos e oitenta e três reais e vinte centavos), correspondentes a:

- 720 horas de serviços de eletricidade a R\$ 15,81 por hora = R\$ 11.383,20

Diante do reajuste e da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 11.383,20 (onze mil trezentos e oitenta e três reais e vinte centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 19 de dezembro de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RAFAEL LASKE
Prefeito

AUTO CENTER JOAÇABA LTDA
ALCEMIR CARLOS PINTO RIBEIRO

Testemunhas:

1. _____ 2. _____

Aditivo Contrato 84/2005 TA 06

CONTRATO Nº 84/2005 - TA 06

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ sob nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado LOCATÁRIO e o Sr. ROBERTO ROFNER, brasileiro, casado, do comércio, portador do CPF nº 197.171.480-15 e C.I nº 11/R 4.755.567, residente e domiciliado na Rua Osvino Lotermann s/nº nesta cidade de Joaçaba (SC), a seguir denominado simplesmente LOCADOR, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Legislação Aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 84/2005, celebrado em 03 de maio de 2005, proveniente do Processo de Licitação nº 68/2005, instaurado através da Dispensa nº 68/2005, homologado no dia 03 de maio de 2005, que tem como objeto a locação de imóvel localizado na Rua Getúlio Vargas nº 647, andar térreo - Centro, na cidade de Joaçaba (SC), destinado a instalação do CENTRO DE ESPECIALIDADE MÉDICAS - CEM, projeto implantado pela Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 61.743,84 (sessenta e um mil setecentos e quarenta e três reais e oitenta e quatro centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 19 de dezembro de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
LOCATÁRIO

ROBERTO ROFNER
LOCADOR
(Testemunha 01)

(Testemunha 02)

Aditivo Contrato 886/2008 TA 03

CONTRATO Nº 886/2008 - TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ sob nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado LOCATÁRIO e o Sr. FERNANDO BALDISSERA, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Joaçaba(SC), portador do CPF nº 933.022.079-72 e C.I nº 1.880.059, a seguir denominado simplesmente LOCADOR, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Legislação Aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 886/2008, celebrado em 25 de março de 2008, proveniente do Processo de Licitação nº 35/2008, instaurado através da Dispensa nº 07/2008, homologado no dia 25 de março de 2008, que tem como objeto a locação de um imóvel, localizado na Rua Rosa Heberle s/nº, Bairro Vila Remor, nesta cidade de Joaçaba, destinado a instalação do PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA - PSF "SÃO CRISTÓVÃO", onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

O prazo do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO REAJUSTE**

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 8.214,00 (oito mil duzentos e quatorze reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 19 de dezembro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
LOCATÁRIO

FERNANDO BALDISSERA
LOCADOR

(Testemunha 01)

(Testemunha 02)

Aditivo Contrato 998/2008 TA 06

CONTRATO Nº 998/2008 - TA 06

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ sob nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado LOCATÁRIO e a Sra. IVONE SILVEIRA DE MENDONÇA, portadora do CPF nº 436.518.959-04, com anuência do Sr. LEANDRO MENDONÇA LINDNER, portador do CPF nº 006.479.699-04, de acordo com usufruto vitalício do imóvel de Matrícula nº 1.368, a seguir denominados simplesmente LOCADORES, resolvem de

comum acordo e obedecendo às normas da Legislação Aplicável (Lei 8.245/1991), celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 998/2008, celebrado em 10 de julho de 2008, proveniente do Processo de Licitação nº 89/2008, instaurado através da Dispensa nº 13/2008, homologado no dia 10 de julho de 2008, que tem como objeto locação de um imóvel, casa em alvenaria, com dois pavimentos e 385m², localizado na Rua Martinho Luteiro, 252 para desenvolvimento das atividades terapêuticas do Programa CAPS (CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL), do Fundo Municipal de Saúde, onde se adita a CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

O prazo do contrato fica prorrogado até 31 de dezembro de 2014, a contar de 01 de janeiro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E REAJUSTE**

Diante da prorrogação constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo, agregar-se-á ao contrato o valor de R\$ 32.276,88 (trinta e dois mil duzentos e setenta e seis reais e oitenta e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 19 de dezembro de 2013.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
RAFAEL LASKE
PREFEITO

IVONE SILVEIRA DE MENDONÇA / LEANDRO MENDONÇA LINDNER
LOCADORES

(Testemunha 01)

(Testemunha 02)

Anulação do Convênio Nº 009/2013

ANULAÇÃO DO CONVÊNIO Nº 009/2013

CONVENIENTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTE
CONVENIADO: ASSOCIAÇÃO INSTITUTO BUSHIDO DE KARATÊ

OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PARA DESENVOLVER ATIVIDADES ESPORTIVAS

TÍTULO DO PROJETO: "KARATÊ-DO: CAMINHO PARA O FUTURO"
VALOR R\$ 2.200,00

JOAÇABA - SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2013

MOTIVO: PEDIDO DE CANCELAMENTO DE REPASSES PELA PRÓPRIA ASSOCIAÇÃO.

Ordem de Serviço Nº 214/2013 - Recebida Em 16/12/2013

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 214/2013

Autorizo por meio desta, a empresa GATTI & BORTOLOSO ENGENHARIA LTDA, CNPJ/MF nº 10.985.176/0001-01 a execução dos serviços de monitoramento da área do entorno das águas subterrâneas do Cemitério Frei Edgar, no Município de Joaçaba, SC, de acordo com o Processo de Licitação nº 114/2013/PMJ - Edital Convite nº 10/2013/PMJ, homologado no dia 03/12/2013. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 19.311,20 (dezenove mil, trezentos e onze reais e vinte centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 129/2013/PMJ, de 03 de dezembro de 2013. O prazo de vigência é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura da presente ordem de serviço, podendo ser prorrogado, na forma da lei, por períodos iguais e sucessivos até o limite de 60 meses.

Joaçaba (SC), 06 de dezembro de 2013.

Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: _____
RAFAEL LASKE
Prefeito

Contratada: GATTI E BORTOLOSO ENGENHARIA LTDA

Representante: ANA PAULA BORTOLOSO

Assinatura e carimbo _____
CPF: 041.279.069-60

RECEBI EM ____/____/____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

Retificação Edital 02/2013 Secretaria Municipal de Educação

RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 02/2013, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

PROCESSO SELETIVO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO .

"Retificação do Edital N. 02/2013, Processo Seletivo"

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. XV de novembro, 378, neste ato representado pelo seu Prefeito em exercício, Sr. RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, resolve fixar normas e procedimentos para a realização de PROCESSO SELETIVO DE PROFESSORES E AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS, da rede municipal de Ensino.

No Anexo IV, o subitem 2.3 do Item 2 passa a ter a seguinte redação, e não como constou no Edital n.º 02/2013:

Onde se lê:
3.3 - Graduação.

Leia-se:
3.3 - Especialização.

As demais cláusulas, itens e seções do referido Edital permanecem inalteradas.

Joaçaba-SC, 19 de dezembro de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução 040/2013 - Férias Coletivas**

RESOLUÇÃO Nº 040/2013 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

"CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS, QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve:

Art. 1º - Fica instituído no período de 1º de Janeiro de 2013 a 31 de Janeiro de 2013 Férias Coletivas aos Servidores da Câmara de Vereadores de Joaçaba, em razão do recesso parlamentar, com fulcro no art. 4, I do Regimento Interno c/c o art. 75 da Lei Complementar nº 73/2003.

Art.2º - Durante o período indicado no artigo anterior não haverá expediente externo na Câmara de Vereadores de Joaçaba.

Art.3º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Joaçaba, 16 de dezembro de 2013.

ELOI HOFFELDER

Presidente

Resolução 041/2013 - Abono Pecuniário

RESOLUÇÃO Nº 041/2013 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013

"AUTORIZA A CONVERSÃO EM PECUNIA DE 1/3 (um terço) DAS FÉRIAS DOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve:

Art. 1º - CONVERTER EM PECÚNIA, com fulcro no art. 75-A da Lei Complementar 76/2013 c/c o art. 39 do Decreto 2.715/2005, 1/3 (um terço) das férias, dos seguintes servidores: CLAUDINO MORANDINI, FRANCIELE FATTORI e MÁRCIO ROBERTO PICCOLI.

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Joaçaba, 16 de dezembro de 2013.

ELOI HOFFELDER

Presidente

Apostilamento Nº 001 ao Contrato Nº 007/2013.

APOSTILA DE PREÇOS

Apostilamento nº 001 ao Contrato nº 007/2013.
Penalizações financeiras com previsão contratual

1 - Objeto do Contrato n. 007/2013: "aquisição e instalação de 01 (um) elevador de passageiros, incluindo manutenção preventiva durante o período de garantia, para a nova sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba".

2 - Contratada: Ortobras Indústria e Comércio de Ortopedia Ltda.

3 - Fundamento das penalizações financeiras: Cláusula 7.1.1 do Contrato nº 007/2013 e decisão administrativa proferida no Processo administrativo de intenção de aplicação de sanção contratual instaurado pela Resolução n. 36/2013.

4. Valor da multa cobrada: 4,0% (quatro por cento) do montante contratado, totalizando R\$ 3.716,00 (três mil, setecentos e dezesseis reais) a serem descontados do saldo remanescente devido à Contratada.

5. Valor do contrato já descontada a multa: R\$ 89.184,00 (oitenta e nove mil, cento e oitenta e quatro reais).

6 - Fundamentação legal: Art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93.

7 - Cópias: Da presente Apostila são extraídas as seguintes cópias:

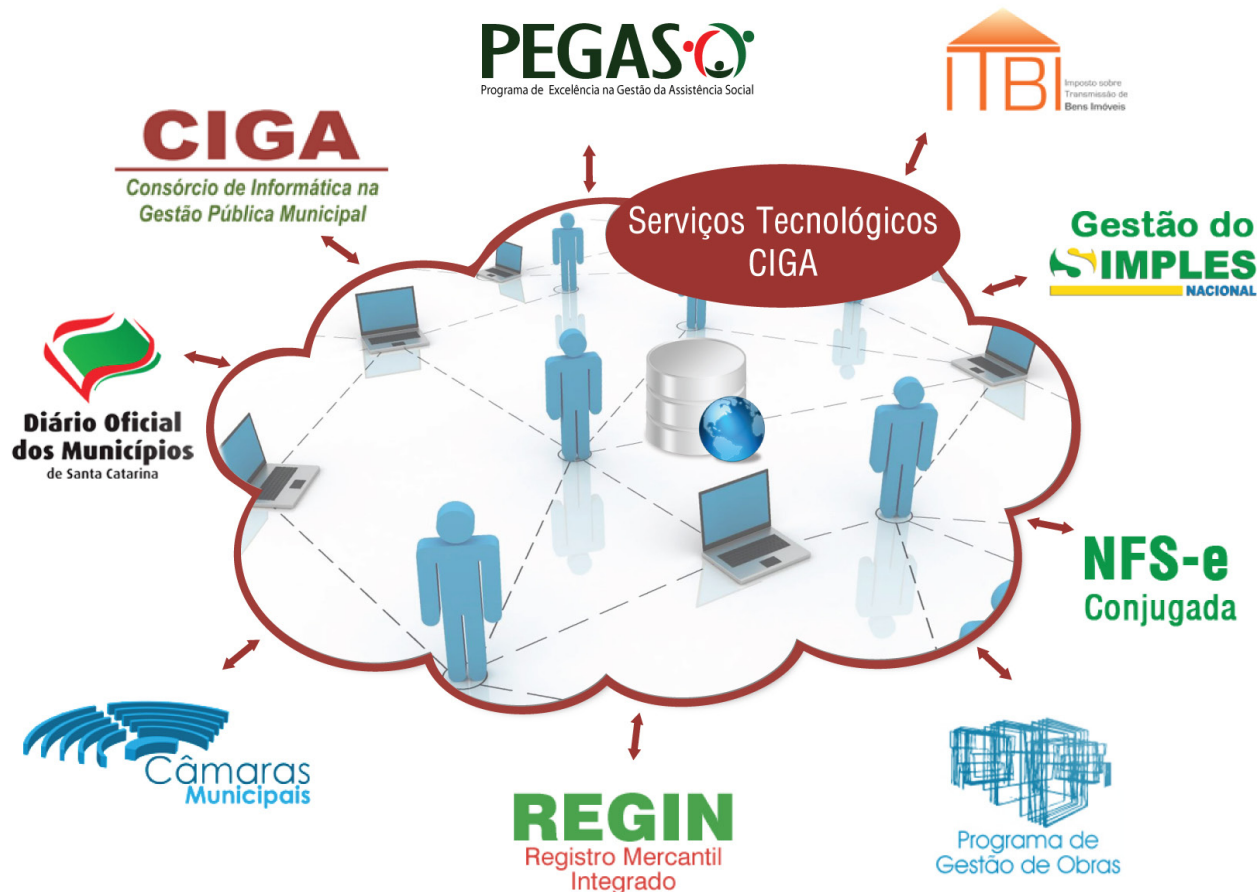
a) uma para a Câmara de Vereadores de Joaçaba e;

b) uma para a CONTRATADA;

Joaçaba (SC), 20 de dezembro de 2013.

ELÓI HOFFELDER

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba



www.ciga.sc.gov.br




DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

IMPRES**Política de Investimento IMPRES 2014**

 PREVIDÊNCIA SOCIAL <small>Secretaria de Políticas de Previdência Social</small>			
DEMONSTRATIVO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS			
1. ENTE			
Nome:	Prefeitura Municipal de Joaçaba / SC	CNPJ:	82.939.380/0001-99
Endereço:	Av XV de Novembro, 378	Complemento:	
Bairro:	Centro	CEP:	89600-000
Telefone:	(049) 3551-8200	Fax:	(049) 3551-8265
		E-mail:	compras@simae.sc.gov.br
2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE			
Nome:	RAFAEL LASKE	CPF:	001.150.729-26
Cargo:	Prefeito	Complemento do Cargo:	
E-mail:	compras@simae.sc.gov.br	Data Início de Gestão:	01/01/2013
3. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL/MUNICÍPIO/UF			
Nome:	IMPRES- INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE	CNPJ:	05.298.824/0001-03
Endereço:	AV XV DE NOVEMBRO, 378	Complemento:	
Bairro:	CENTRO	CEP:	89600-000
Telefone:	(049) 3551-8217	Fax:	(049) 3551-8265
		E-mail:	compras@simae.sc.gov.br
4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA			
Nome:	ELISABET MARIA ZANELA SARTORI	CPF:	386.948.169-20
Cargo:	Diretor	Complemento do Cargo:	PRESIDENTE
Telefone:	(049) 3551-8211	Fax:	(049) 3551-8213
		E-mail:	presidencia@simae.sc.gov.br
5. GESTOR DE RECURSOS			
Nome:	ELIANE APARECIDA CERON VIER	CPF:	596.843.999-87
Cargo:	Diretor	Complemento do Cargo:	ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
Telefone:	(049) 3551-8217	Fax:	(049) 3551-8265
Entidade Certificadora:	ANBIMA	E-mail:	compras@simae.sc.gov.br
		Data Início de Gestão:	01/01/2008
		Validade Certificação:	21/09/2014
6. RESPONSÁVEL PELO ENVIO			
Nome:	ELIANE APARECIDA CERON VIER	CPF:	596.843.999-87
Telefone:	(049) 3551-8217	Fax:	(049) 3551-8265
Data de envio:	13/12/2013	E-mail:	compras@simae.sc.gov.br

17/12/13 07:47 v2.0

Página 1 de 3

7. DEMONSTRATIVO

Exercício: 2014

Responsável pela Elaboração da Política de Investimentos:

ELIANE APARECIDA CERON VIER

Data da Elaboração: 04/12/2013

Data da ata de aprovação: 04/12/2013

CPF: 596.843.999-87

Órgão superior competente: CONSELHO ADMINISTRATIVO

Meta de Rentabilidade dos Investimentos

Indexador: INPC

Taxa de Juros: 6,00 %

Divulgação/Publicação: (X) Meio Eletrônico (X) Impresso

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Alocação dos Recursos/Diversificação	Alocação dos recursos	
	Limite da Resolução %	Estratégia de Alocação %
Renda Fixa - Art. 7º		
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100,00	30,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100,00	100,00
Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15,00	0,00
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III	80,00	50,00
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	30,00	30,00
Poupança - Art. 7º, V	20,00	0,00
FI em Direitos Creditórios - Aberto - Art. 7º, VI	15,00	5,00
FI em Direitos Creditórios - Fechado - Art. 7º, VII, "a"	5,00	5,00
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	5,00	5,00
Renda Variável - Art. 8º		
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30,00	10,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20,00	7,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15,00	9,00
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5,00	5,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5,00	5,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5,00	5,00
Total		266,00

Declaro que o valor excedido do limite do somatório dos Segmentos "Renda Fixa" e "Renda Variável", está compatível com a Política de Investimentos aprovada pelas instâncias competentes e consolidada neste Demonstrativo, conforme documentos arquivados

Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos

Para o ano de 2014, a perspectiva macroeconômica varia bastante entre as principais economias do mundo. Para os Estados Unidos, vemos um ano de retomada suave de seu crescimento (em torno de 2,5%), recuperação marginal da Zona do Euro (crescimento de aproximadamente 1,5%), e da China se ajustando a um crescimento menor em relação a 2013, porém ainda elevado (7,2%). O principal evento internacional do ponto de vista econômico deverá ser a realização do tapering pelo Federal Reserve, enquanto para o Brasil vemos alta probabilidade de uma diminuição de nossa nota de rating soberano. A inflação oficial (IPCA) em 2014 deverá se situar bastante acima da meta de 4,5%, possivelmente no intervalo de 5,5% a 6%, e o INPC ficará próximo deste número. A taxa Selic deverá alcançar logo na primeira reunião do Copom a taxa de 10,25% e se estabilizar neste patamar até o final do ano. Existem riscos de superar este patamar em caso de uma piora adicional no cenário inflacionário. Para a gestão de investimentos, entendemos que 2014 será um ano em que a diversificação da carteira será muito importante para a redução de seu risco. Como as taxas de juros estarão elevadas, acreditamos que a participação de fundos com crédito de baixo risco deverá contribuir muito positivamente para a carteira do RPPS, em contrapartida aos ativos de risco, que costumam ser penalizados com taxas elevadas.

17/12/13 07:47 v2.0

Página 2 de 3

Objetivos da gestão

Para o exercício de 2014, o objetivo é que a rentabilidade dos recursos disponíveis seja superior à sua meta atuarial.

Estratégia de formação de preços - investimentos e desinvestimentos

Os recursos serão alocados de acordo com os limites máximos estabelecidos nesta política, buscando alcançar a meta proposta, através de estratégias de curto, médio e longo prazo, observando as definições descritas no documento principal acerca do nível de risco admitido para os ativos e fundos que formarão o portfólio.

Crítérios de Contratação - Administração de carteiras de renda fixa e renda variável

O modelo de gestão adotado é o da gestão própria, portanto, não haverá necessidade de contratação de administrador externo. Entretanto, os gestores dos fundos selecionados, obrigatoriamente, deverão credenciar-se através de formulário específico, bem como cumprir com o que estabelece a política de transparência do Instituto.

Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados dos gestores e da diversificação da gestão externa dos ativos

As análises quantitativas e qualitativas acerca do desempenho da carteira e dos fundos de investimentos serão efetuadas mensalmente, elaborando relatório que evidencie a evolução dos fundos em carteira, bem como de fundos que não estejam no portfólio para fins de comparação e tomada de decisão. De toda forma, foram definidos limites mínimos de rentabilidade em relação ao benchmark que o produto de investimento deverá alcançar para que não ocorra o desinvestimento dos recursos. Da mesma maneira, os produtos de investimentos deverão ter em seu histórico, rentabilidade mínima em relação ao seu benchmark, para que ocorra o aporte. Este limites mínimos de rentabilidade para o investimento e desinvestimento dos recursos foram estabelecidos na Política de Investimento.

Observações

O total de alocação relacionadas como limite para aplicação nos incisos VI e VII serão observados o limite de 15% para aplicação Desde que o total aplicado nos Incisos VI e VII não ultrapasse 15% do patrimônio Líquido do Instituto

Declaração: A Política de Investimentos completa e a documentação que a suporta, encontra-se à disposição dos órgãos de controle e supervisão competentes

Representante Legal do Ente:	001.150.729-26 - RAFAEL LASKE
Representante Legal da Unidade Gestora:	386.948.169-20 - ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Gestor de Recurso RPPS:	596.843.999-87 - ELIANE APARECIDA CERON VIER
Responsável:	596.843.999-87 - ELIANE APARECIDA CERON VIER

Data: 11

Assinatura:

Rafael Laske
Prefeito
Prefeitura de Itajaíba

Data: 17/12/13

Assinatura:

Data: 17/12/13

Assinatura:

Data: 17/12/13

Assinatura:

Portaria 126/2013 de 20 de Dezembro de 2013.- IMPRES

PORTARIA 126/2013 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta do Requerimento nº 132, de 11 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º. Conceder aposentadoria por invalidez, com proventos proporcionais, a JOSÉ VENTURA DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 436.563.409-78, portador do RG nº 11/R 1.079.546, inscrito no PASEP sob o nº 120.26845.99-0, ocupante do cargo de Técnico de Administração, lotado na Coordenadoria de Serviços Públicos, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 2.462, nos termos do art. 19, da Lei Complementar nº 99/2005 c/c art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal, e art. 6º-A, da Emenda Constitucional nº 41/2003, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012 c/c o art. 41-B, da Lei Complementar n. 99/2005.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, correspondente a 90,87% (noventa vírgula oitenta e sete por cento) da última remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 53 da Lei Complementar nº 99/2005.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014.

Joaçaba-SC, 20 de dezembro de 2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

Portaria 127/2013 de 20 de Dezembro de 2013. - IMPRES

PORTARIA 127/2013 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - IMPRES, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 79, da Lei Complementar nº 099/2005, de 24 de junho de 2005, e suas alterações, e tendo em vista o que consta do Requerimento nº 133 de 12 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º. Conceder aposentadoria por invalidez, com proventos proporcionais, a MARIA HELENA MACIEL, inscrita no CPF sob o nº 775.476.089-49, portadora do RG nº 11/R 2.819.898, inscrita no PASEP sob o nº 170.05151.71-0, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Internos, lotada na Fundação Municipal de Cultura e Esportes, do quadro efetivo da Prefeitura de Joaçaba, matrícula funcional nº 2.401, nos termos do art. 19, da Lei Complementar nº 99/2005 c/c art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal, e art. 6º-A, da Emenda Constitucional nº 41/2003, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 70/2012 c/c o art. 41-B, da Lei Complementar n. 99/2005.

Art. 2º. Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, correspondente a 81,84% (oitenta e um vírgula oitenta e quatro por cento) da última remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. Os proventos serão reajustados nos termos do art. 53 da Lei Complementar nº 99/2005.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014.

Joaçaba-SC, 20 de dezembro de 2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente

SIMAE**Ata Registro de Preços Pneus 0003/2013 -SIMAE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0003/2013

Aos vinte e dois dias do mês de Março do ano de dois mil e treze, no Setor de Compras, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, no Município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial 0008/2013 – Registro de Preços nº 0008/2013, na Ata de julgamento de preços, homologada em 22/03/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços de Pneus, Câmaras, Conserto de Pneu, Geometria e Balanceamento para manutenção da Frota do SIMAE, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0008/2013.

1.2 As licitantes registradas para os materiais cotados são as seguintes:

Fornecedor: Joaçaba Pneus Ltda

ITEM	QDE	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Lote:1						
1	4	PÇ	PNEU 12X16.5, 10 LONAS, IT323,DIANTEIRO, P/RETRO-ESCAVADEIRA (02-02-0033)	PIRELLI	806,76	3.227,04
Lote:2						
2	4	PÇ	PNEU 19.5L - 24, 10 LONAS, R 4, IT525,TRASEIRO, PARA RETROESCAVADEIRA (02-02-0034)	PIRELLI	2.265,84	9.063,36
Lote:4						
4	4	PÇ	CÂMARA PARA PNEU 19.5L-24, 10 LONAS, R4, IT 525, TRASEIRO, PARA RETROESCAVADEIRA (02-02-0070)	BBW	170,00	680,00

Lote:6					
9	4	PÇ	PNEU 750X16, LISO, DIANTEIRO, 10 OU 12 LONAS PARA VEICULOS TOYOTA BANDEIRANTE, PLACAS MBC-1206 E MBC-1236. (02-02-0010)	PIRELLI	362,88 1.451,52
10	4	PÇ	PNEU 750X16, 10 OU 12 LONAS, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA VEICULOS TOYOTA BANDEIRANTE, PLACAS MBC-1206 E MBC-1236. (02-02-0011)	PIRELLI	389,88 1.444,00
11	4	PÇ	CÂMARA PARA PNEU 750X16, LISO, DIANTEIRO, PARA VEICULOS TOYOTA BANDEIRANTE, PLACAS MBC-1206 E MBC-1236. (02-02-0012)	BBW	35,00 140,00
12	4	PÇ	CÂMARA PARA PNEU 750X16, 10 OU 12 LONAS, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA VEICULOS TOYOTA BANDEIRANTE, PLACAS MBC-1206 E MBC-1236. (02-02-0074)	BBW	35,00 140,00
13	8	SV	BALANCEAMENTO PARA VEICULOS TOYOTA BANDEIRANTE, PLACAS MBC-1206 E MBC-1236. (02-02-0075)	JOAÇABA PNEUS	10,00 80,00
14	2	SV	GEOMETRIA PARA VEICULOS TOYOTA BANDEIRANTE, PLACAS MBC-1206 E MBC-1236. (02-02-0076)	JOAÇABA PNEUS	45,00 90,00

Lote:8					
19	4	PÇ	PNEU 185/70 R14, PARA VEICULO SAVEIRO, PLACAS MAL 3704 (02-02-0005)	PIRELLI	189,4819 757,93
20	4	SV	CÂMARA PARA PNEU 185/70 R14, PARA VEICULO SAVEIRO, PLACAS MAL 3704 (02-02-0080)	BBW	16,8879 67,55
21	4	SV	BALANCEAMENTO PARA VEICULO SAVEIRO, PLACAS MAL 3704 (02-02-0081)	JOAÇABA PNEUS	5,6293 22,52
22	1	SV	GEOMETRIA PARA VEICULO SAVEIRO, PLACAS MAL 3704 (02-02-0082)	JOAÇABA PNEUS	28,1465 28,15

Lote:9					
23	4	PÇ	PNEUS 235/75 R-15 110/107S - MISTO, PARA VEÍCULO RANGER, PLACAS LZW-4084, ANO 1998. (02-02-0083)	PIRELLI	398,52 1.594,08
24	4	PÇ	CÂMARA PARA PNEUS 235/75 R-15 110/107S - MISTO, PARA VEÍCULO RANGER, PLACAS LZW-4084, ANO 1998. (02-02-0084)	BBW	25,00 100,00
25	4	SV	BALANCEAMENTO PARA VEÍCULO RANGER, PLACAS LZW-4084, ANO 1998 (02-02-0085)	JOAÇABA PNEUS	10,00 40,00

26	1	SV	GEOMETRIA PARA VEÍCULO RANGER, PLACAS LZW-4084, ANO 1998. (02-02-0086)	JOAÇABA PNEUS	45,00 45,00
----	---	----	--	---------------	-------------

Lote:10					
27	4	PÇ	PNEU 205/70 R-15, MISTO, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE 106R, PARA VEÍCULO DUCATO, PLACAS MDS-4409, ANO 2004. (02-02-0006)	PIRELLI	363,5604 1.454,24
28	4	PÇ	CÂMARA PARA PNEU 205/70 R-15, MISTO, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE 106 R, PARA VEÍCULO DUCATO, PLACAS MDS-4409, ANO 2004. (02-02-0087)	BBW	23,4423 93,77
29	4	SV	BALANCEAMENTO PARA VEÍCULO DUCATO, PLACAS MDS-4409, ANO 2004 (02-02-0088)	JOAÇABA PNEUS	9,3769 37,51
30	1	SV	GEOMETRIA PARA VEÍCULO DUCATO, PLACAS MDS-4409, ANO 2004. (02-02-0089)	JOAÇABA PNEUS	42,1962 42,20

Lote:11					
31	2	PÇ	PNEU 750X16 12 LONAS, LISO, DIANTEIRO, PARA VEICULO F-4000, PLACAS LZN-4621, ANO 1998. (02-02-0008)	PIRELLI	419,04 838,08
32	4	PÇ	PNEU 750X16 12 LONAS, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA VEICULO F-4000, PLACAS LZN-4621, ANO 1998. (02-02-0009)	PIRELLI	422,00 1.688,00
33	2	PÇ	CÂMARA PARA PNEU 750X16 12 LONAS, LISO, DIANTEIRO, PARA VEICULO F-4000, PLACAS LZN-4621, ANO 1998. (02-02-0090)	BBW	35,00 70,00
34	4	PÇ	CÂMARA PARA PNEU 750X16 12 LONAS, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA VEICULO F-4000, PLACAS LZN-4621, ANO 1998 (02-02-0091)	BBW	35,00 140,00
35	6	SV	BALANCEAMENTO PARA VEICULO F-4000, PLACAS LZN-4621, ANO 1998 (02-02-0092)	JOAÇABA PNEUS	15,00 90,00
36	1	SV	GEOMETRIA PARA VEICULO F-4000, PLACAS LZN-4621, ANO 1998. (02-02-0093)	JOAÇABA PNEUS	45,00 45,00

Lote:13					
41	2	PÇ	PNEU 275/80 R22, LISO, RADIAL, MISTO PARA CAMINHÃO VOLKSWAGEN 15.180, PLACAS MHH4895, ANO 2009. (02-02-0045)	PIRELLI	1302,48 2.604,96

Lote:17					
45	1	PÇ	PNEU 110/90-17, 60 P, R 34, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA MOTO NXR 150 BROS, PLACA MDV-5038, ANO 2005. (02-02-0022)	LEVORIN	164,60 164,60
46	1	PÇ	CÂMARA PARA PNEU 110/90-17, BORRACHUDO, TRASEIRO, PARA MOTO NXR 150 BROS, PLACA MDV-5038, ANO 2005. (02-02-0099)	LEVORIN	18,7557 18,76

47	1	PÇ	PNEU 90/90-19, 52 T, R34, DIANTEIRO, P/MOTO NXR 150 BROS, PLACA MDV-5038, ANO 2005. (02-02-0047)	LEVORIN	137,6751	137,68
48	1	PÇ	CÂMARA PARA PNEU 90/90-19, 52 T, R34, DIANTEIRO, P/MOTO NXR 150 BROS, PLACA MDV-5038, ANO 2005. (02-02-0100)	LEVORIN	17,9576	17,96
Lote:18						
49	4	PÇ	PNEU 80/100 - 18 47P, DIANTEIRO PARA MOTO CG 125 DE PLACAS MJL 5774, MJL5874, MAY8221 E MAY8311. (02-02-0101)	LEVORIN	95,8155	383,26
50	4	UN	CÂMARA PARA PNEU 80/100 - 18 47P, DIANTEIRO PARA MOTO CG 125 DE PLACAS MJL 5774, MJL5874, MAY8221 E MAY8311. (02-02-0102)	LEVORIN	17,0671	68,27
51	4	PÇ	PNEU 90/90-18 57P, TRASEIRO PARA MOTO CG 125 DE PLACAS MJL 5774, MJL5874, MAY8221 E MAY8311. (02-02-0103)	LEVORIN	103,80	415,2
52	4	PÇ	CÂMARA PARA PNEU 90/90-18 57P, TRASEIRO PARA MOTO CG 125 DE PLACAS MJL 5774, MJL5874, MAY8221 E MAY8311. (02-02-0104)	LEVORIN	17,0671	68,27

Lote:19

53	6	PÇ	PNEU 215/75 17,5, PARA VEICULO FORD CARGO, PLACAS MEB 6131 (02-02-0004)	PIRELLI	634,50	3.807,00
----	---	----	---	---------	--------	----------

Lote:22

56	2	PÇ	PNEU 9.00-20 RADIAL, 14 LONAS, DIANTEIRO, LISO, PARA CAMINHÃO VW 12140, PLACAS LXU-6273, ANO 1996. (02-02-0013)	PIRELLI	966,60	1.933,20
----	---	----	---	---------	--------	----------

Lote:23

57	4	PÇ	PNEU 9.00-20 RADIAL, 14 LONAS, TRASEIRO, BORRACHUDO, PARA CAMINHÃO VW 12140, PLACAS LXU-6273, ANO 1996. (02-02-0061)	PIRELLI	1.107,00	4.428,00
----	---	----	--	---------	----------	----------

Lote:24

58	2	PÇ	CÂMARA PARA PNEU 9.00-20 RADIAL, 14 LONAS, DIANTEIRO, LISO, PARA CAMINHÃO VW 12140, PLACAS LXU-6273, ANO 1996. (02-02-0107)	BBW	58,00	116,00
----	---	----	---	-----	-------	--------

Lote:25

59	4	PÇ	CÂMARA PARA PNEU 9.00-20 RADIAL, 14 LONAS, TRASEIRO, BORRACHUDO, PARA CAMINHÃO VW 12140, PLACAS LXU-6273, ANO 1996. (02-02-0108)	BBW	58,00	116,00
----	---	----	--	-----	-------	--------

Lote:29

66	2	PÇ	PNEU 80/90-21, R34, DIANTEIRO, PARA MOTOS XR200R, PLACAS MAY-8031 E MAY8121, ANO 2000. (02-02-0051)	LEVORIN	123,00	246,00
67	2	PÇ	CÂMARA PARA PNEU 80/90-21, R34, DIANTEIRO PARA MOTOS XR200R, PLACAS MAY-8031 E MAY8121, ANO 2000. (02-02-0114)	LEVORIN	17,50	35,00
68	2	PÇ	PNEU 110/80 18, R34, TRASEIRO, PARA MOTOS XR200R, PLACAS MAY-8031 E MAY8121, ANO 2000. (02-02-0050)	LEVORIN	176,00	352,00
69	2	PÇ	CÂMARA PARA PNEU 110/80 18, R34, TRASEIRO, PARA MOTOS XR200R, PLACAS MAY-8031 E MAY8121, ANO 2000 (02-02-0115)	LEVORIN	18,00	36,00
Lote:42						
92	15	SV	CONCERTO PNEU DE MOTO (02-02-0131)	JOAÇABA PNEUS	8,00	120,00

Fornecedor: Vicini Pneus Ltda

ITEM	QDE	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Lote:3						
3	4	PÇ	CÂMARA PARA PNEU 12 X 16.5, 10 LONAS, IT 323, DIANTEIRO, PARA RETROES-CAVADEIRA (02-02-0069)	BBW	60,00	240,00
Lote:5						
5	20	PÇ	PNEU 175/70 R-14, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE 88 T, PARA OS VEICULOS FIAT STRADAS DE PLACAS MBH0317 E MJB5617; FIAT FIORINO DE PLACAS MGR3980; FIAT DOBLÔS DE PLACAS MCI-9034 E 9064. (02-02-0035)	GOODYEAR	215,4155	4308,31
6	20	PÇ	CÂMARA PARA PNEU 175/70, R 14, RADIAL, INDICE DE CARGA E VELOCIDADE 88 T, PARA OS VEICULOS FIAT STRADAS DE PLACAS MBH0317 E MJB5617; FIAT FIORINO DE PLACAS MGR3980; FIAT DOBLÔS DE PLACAS MCI-9034 E 9064. (02-02-0071)	BBW	13,8679	277,36
7	20	SV	BALANCEAMENTO PARA OS VEICULOS FIAT STRADAS DE PLACAS MBH0317 E MJB5617; FIAT FIORINO DE PLACAS MGR3980; FIAT DOBLÔS DE PLACAS MCI-9034 E 9064. (02-02-0072)	VICINI	7,3962	147,92
8	6	SV	GEOMETRIA PARA OS VEICULOS FIAT STRADAS DE PLACAS MBH0317 E MJB5617; FIAT FIORINO DE PLACAS MGR3980; FIAT DOBLÔS DE PLACAS MCI-9034 E 9064. (02-02-0073)	VICINI	27,7358	166,41
Lote:7						



15	8	PÇ	PNEU 175/70 R13, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE: 83R, PARA VEÍCULO FIAT FIORINO, PLACAS INK2963, ANO 2006 E VEÍCULO PARATI, PLACAS LYF-2528. (02-02-0023)	GOODYEAR	128,8255	1030,60
16	8	PÇ	CÂMARA PARA PNEU 175/70 R13, RADIAL, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE: 83R, PARA VEÍCULO FIAT FIORINO, PLACAS INK2963, ANO 2006 E VEÍCULO PARATI, PLACAS LYF-2528. (02-02-0077)	BBW	14,105	112,84
17	8	SV	BALANCEAMENTO PARA VEÍCULO FIAT FIORINO, PLACAS INK2963, ANO 2006 E VEÍCULO PARATI, PLACAS LYF-2528. (02-02-0078)	VICINI	5,642	45,14
18	2	SV	GEOMETRIA PARA VEÍCULO FIAT FIORINO, PLACAS INK2963, ANO 2006 E VEÍCULO PARATI, PLACAS LYF-2528. (02-02-0079)	VICINI	28,21	56,42
Lote:12						
37	4	PÇ	PNEU 185/60 R 14, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE: 84 T, PARA VEÍCULO GOL, PLACAS MCR 4695, ANO 2005. (02-02-0032)	GOODYEAR	172,2483	688,99
38	4	PÇ	CÂMARA PARA PNEU 185/60 R 14, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE: 84 T, PARA VEÍCULO GOL, PLACAS MCR 4695, ANO 2005. (02-02-0094)	BBW	13,8167	55,27
39	4	SV	BALANCEAMENTO PARA VEÍCULO GOL, PLACAS MCR 4695, ANO 2005. (02-02-0095)	VICINI	5,5267	22,11
40	1	SV	GEOMETRIA PARA VEÍCULO GOL, PLACAS MCR 4695, ANO 2005. (02-02-0096)	VICINI	27,6334	27,63
Lote:14						
42	4	PÇ	PNEU 275/80 R22,5, RADIAL, BORRACHUDO, PARA CAMINHÃO VOLKSWAGEN 15.180, PLACAS MHH4895, ANO 2009. (02-02-0046)	GOODYEAR	1.135,00	4.540,00
Lote:28						
62	4	PÇ	PNEU 185/70 R13, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE 87 T, PARA VEÍCULO SAVEIRO, PLACAS MCR-7035 (02-02-0024)	GOODYEAR	161,00	644,00
63	4	PÇ	CÂMARA PARA PNEU 185/70 R13, ÍNDICE DE CARGA E VELOCIDADE 87 T, PARA VEÍCULO SAVEIRO, PLACAS MCR-7035 (02-02-0111)	BBW	15,00	60,00
64	4	SV	BALANCEAMENTO PARA VEÍCULO SAVEIRO, PLACAS MCR-7035 (02-02-0112)	VICINI	6,00	24,00

65	1	SV	GEOMETRIA PARA VEÍCULO SAVEIRO, PLACAS MCR-7035 (02-02-0113)	VICINI	30,00	30,00
Lote:30						
70	4	PÇ	PNEU 205/55 R16, 91 V, ER 300 PARA VEÍCULO ZAFIRA, PLACAS MHM8126, ANO 2010. (02-02-0053)	GOODYEAR	281,5061	1126,02
71	4	PÇ	CÂMARA PNEU 205/55 R16, 91 V, ER 300 PARA VEÍCULO ZAFIRA, PLACA MHM-8126, ANO 2010. (02-02-0116)	BBW	24,1844	96,74
72	4	SV	BALANCEAMENTO PARA VEÍCULO ZAFIRA, PLACA MHM-8126, ANO 2010 (02-02-0117)	VICINI	5,8042	23,22
73	1	SV	GEOMETRIA PARA VEÍCULO ZAFIRA, PLACA MHM-8126, ANO 2010. (02-02-0118)	VICINI	29,0212	29,02
Lote:31						
74	4	PÇ	PNEU 205/75 R16 RADIAL, 110/108C PARA VEÍCULO RENAULT MASTER DE PLACAS MKC9994, ANO 2012. (02-02-0119)	GOODYEAR	385,1375	1540,55
75	4	PÇ	CÂMARA PARA PNEU 205/75 R16 RADIAL, 110/108C PARA VEÍCULO RENAULT MASTER DE PLACAS MKC9994, ANO 2012. (02-02-0120)	BBW	35,7434	142,97
76	4	SV	BALANCEAMENTO PARA VEÍCULO RENAULT MASTER DE PLACAS MKC9994, ANO 2012. (02-02-0121)	VICINI	8,9358	35,74
77	1	SV	GEOMETRIA PARA VEÍCULO RENAULT MASTER DE PLACAS MKC9994, ANO 2012. (02-02-0122)	VICINI	35,7434	35,74
Lote:32						
78	132	SV	CONSRTO DE PNEU PARA VEÍCULOS LEVES (02-02-0123)	VICINI	7,98523	1054,05
79	132	SV	BALANCEAMENTO DE PNEU PARA VEÍCULOS LEVES (02-17-0003)	VICINI	4,7912	632,44
80	11	SV	GEOMETRIA PARA VEÍCULOS LEVES (02-17-0001)	VICINI	23,9558	263,51
Lote:33						
81	60	SV	CONSRTO DE PNEU PARA VEÍCULOS MÉDIOS (02-02-0124)	VICINI	6,6892	401,35
82	60	SV	BALANCEAMENTO DE PNEU PARA VEÍCULOS MÉDIOS (02-17-0004)	VICINI	6,6892	401,35
83	7	SV	GEOMETRIA PARA VEÍCULOS MÉDIOS (02-17-0002)	VICINI	26,7568	187,30

Fornecedor: Recauchutadora Roda Ltda

ITEM	QDE	UN	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Lote:15						
43	6	SV	BALANCEAMENTO PARA CAMINHÃO VOLKSWAGEN 15.180, PLACAS MHH4895 ANO 2009 (02-02-0097)	RODA	29,1667	175,00
Lote:16						
44	1	SV	GEOMETRIA PARA CAMINHÃO VOLKSWAGEN 15.180, PLACAS MHH-4895, ANO 2009. (02-02-0098)	RODA	59,00	59,00
Lote:20						
54	6	SV	BALANCEAMENTO PARA VEICULO FORD CARGO, PLACAS MEB 6131 (02-02-0105)	RODA	19,8333	119,00
Lote:21						
55	1	SV	GEOMETRIA PARA VEICULO FORD CARGO, PLACAS MEB 6131 (02-02-0106)	RODA	39,00	39,00
Lote:26						
60	6	SV	BALANCEAMENTO PARA CAMINHÃO VW 12140, PLACAS LXU-6273, ANO 1996. (02-02-0109)	RODA	23,3333	140,00
Lote:27						
61	1	SV	GEOMETRIA PARA CAMINHÃO VW 12140, PLACAS LXU-6273, ANO 1996. (02-02-0110)	RODA	59,00	59,00
Lote:34						
84	48	SV	CONCERTO DE PNEU PARA VEÍCULOS PESADOS (02-02-0125)	RODA	19,8958	955,00
Lote:35						
85	24	SV	CONCERTO DE PNEU COM VULCANIZAÇÃO PARA VEÍCULOS PESADOS (02-02-0126)	RODA	122,9167	2.950,00
Lote:36						
86	72	SV	BALANCEAMENTO DE PNEU PARA VEÍCULOS PESADOS (02-17-0005)	RODA	23,6111	1.700,00
Lote:37						
87	4	SV	GEOMETRIA PARA VEÍCULOS PESADOS (02-17-0006)	RODA	59,75	239,00
Lote:38						
88	48	SV	CONCERTO DE PNEU DIANTEIRO DE RETROESCAVADEIRA (02-02-0127)	RODA	48,9583	2.350,00
Lote:39						
89	24	SV	CONCERTO DE PNEU DIANTEIRO DE RETROESCAVADEIRA COM VULCANIZAÇÃO (02-02-0128)	RODA	347,9167	8.350,00
Lote:40						

90	48	SV	CONCERTO DE PNEU TRA-SEIRO DE RETROESCAVADEIRA (02-02-0129)	RODA	78,125	3.750,00
Lote:41						
91	24	SV	CONCERTO DE PNEU TRA-SEIRO DE RETROESCAVADEIRA COM VULCANIZAÇÃO (02-02-0130)	RODA	347,9167	8.350,00

1.3 Este instrumento não obriga o SIMAE a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição de pneus e câmaras, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº 0008/2013 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s).

VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

Os pneus deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação formal do SIMAE, através do envio do empenho por email, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com a especificação e quantidade empenhada. Os pneus deverão ser entregues ao servidor responsável pela frota de veículos do SIMAE, nas dependências da Sede Administrativa (Rua Tiradentes, 123, Centro), de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:00 e das 13h30min às 17h.

Os serviços de substituição estão inclusos no preço do pneu, devendo a substituição ser feita na Sede Administrativa do SIMAE, bem como os serviços de Concerto de Pneu, Geometria e Balanceamento;

Não sendo possível a realização de geometria e balanceamento na sede administrativa do SIMAE, Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba, a empresa fornecedora, poderá realizar os serviços nas dependências de sua empresa, mas, contudo, deverá retirar o veículo

na Sede Administrativa do SIMAE levá-lo até sua empresa para prestação dos serviços e retornar com o veículo do SIMAE até a sede administrativa, ficando sob sua total responsabilidade o veículo neste percurso.

Após o encaminhamento e o recebimento por parte do fornecedor da Ordem de Serviço – OS para substituição dos pneus e câmara, bem como para prestação de serviços de conserto de pneu, geometria e balanceamento, a mesma deverá ser executada em um prazo máximo de 04 (quatro) horas após a solicitação, em horário de expediente, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos.

É vedado o fornecimento de pneus remoldados e/ou recapados.

Os pneus deverão ser novos e de primeira linha.

Por ocasião do recebimento dos pneus, o SIMAE, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedores a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

Os quantitativos discriminados para cada item constituem mera previsão, dimensionados pela demanda atual, ficando o proponente vencedor, obrigado a aceitar os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

A proponente vencedora deverá fornecer os materiais, buscando o fiel cumprimento dos pedidos efetuados pelo Setor de Materiais Transporte e Patrimônio.

Caberá a proponente vencedora obedecer ao objeto do edital e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade.

Fica estabelecido neste instrumento, que o fornecimento dos materiais somente poderá ser efetuado pela proponente vencedora.

No ato da entrega do Material a proponente deverá apresentar Nota Fiscal eletrônica NFe correspondente às quantias entregues, que será submetida à aprovação do gestor responsável.

4.14 Fica aqui estabelecido que o Material será recebido:

a) provisoriamente, para verificação da quantidade efetivamente entregue, para posterior verificação da qualidade e conformidade dos pneus e câmaras com a especificação;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e conformidade do Material com a especificação e a consequente aceitação.

4.15 Somente será encaminhada a nota fiscal para pagamento após o recebimento definitivo do produto, cujo pagamento se dará no até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da entrega.

4.16 O Material que for recusada (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverá ser substituída no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

4.17 Se a substituição do Material recusado, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.

DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O pagamento será:

O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias, contados do recebimento dos materiais, mediante a apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome da Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, devidamente

atestada pelo responsável do setor da Frota.

Sendo OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), para pneus e câmaras, em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulações de mercadorias destinadas às administrações públicas. Devendo ser ENCAMINHANDO PARA EMAIL compras@simae.sc.gov.br.

Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa do SIMAE, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

5.5 As despesas decorrentes de aquisição dos combustíveis correrão à conta dos recursos orçamentários, existentes nas dotações:

PROJETO/ATIVIDADE: 2061 2062

FUNÇÃO/PROGRAMA: 14.01. 14.01

ELEMENTO: 3.3.90.30.39 e 3.3.90.39.19

6 RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

6.5 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7 OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) Fornecer os serviços e entregar os pneus, de forma parcelada, conforme solicitação, na Sede Administrativa do SIMAE, na Rua Tiradentes, 123, Centro em Joaçaba, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, bem como da proposta apresentada no Processo de Licitação;

b) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;

c) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o material que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas;

e) Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;

f) Entregar os pneus solicitados em até 05 (cinco) dias, contados da solicitação formal do Setor de Materiais Transporte e Patrimônio;

- g) Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- h) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- i) Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- j) Exigir documento de autorização emitido pelo Setor de Materiais Transporte e Patrimônio, para que libere os materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento;
- k) Prestar a garantia mínima do fabricante, para os produtos contratados;
- l) Responsabilizar-se pelo envio e frete dos produtos;
- m) Responsabilizar-se pela substituição dos pneus velhos pelos novos. Entregues e aprovados pelo SIMAE.;
- n) Realizar os consertos de pneu, geometria e balanceamento na Sede Administrativa do SIMAE.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços da(s) fornecedora(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial dos serviços estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa:
 - 1- De 0,2% (dois décimos) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);
 - 2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;
- c) Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apelo.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Joaçaba- (SC), em 22 de Março de 2013.

ANA PAULA PEREIRA

Pregoeira

Equipe de Apoio

ELIANE APARECIDA CERON VIER

Ligia Adriane Darold da Silva

Lages

PREFEITURA

Estrat de Contrato 68/2013 - SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO: 68/2013

CONTRATANTE:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: CONSTRUTORA MOGNO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 77.158.7108/0001-210, com sede à Estrada Nova de Colombo, km 03 - nº 6.410 - Curitiba/PR - CEP:82.720-010.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Prestação de Empresa de Engenharia para serviços de Pesquisa e detecção acústica de vazamentos não visíveis e identificação de vazamento visíveis em redes de distribuição de água, incluindo ramais, registros e outras singularidades nos Sistemas de Abastecimento de Água e identificação de outras ocorrências que interfiram no indicador de perdas de água tratada - SEMASA. Conforme Memoriais Descritivo e Planilha de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, parte integrante do Edital.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

11/12/2013 á 11/06/2014.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO

R\$ 365.625,33 (trezentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais e trinta e três centavos).

Lages, 20 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages, SC

Extrato de Contato 155/2013 - Saude - 1º Adt

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 155/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: VALERIA WERNER AMARAL SENS, inscrita no CPF sob n.º 646.555.639-15, residente e domiciliada nesta cidade - SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação do imóvel sito à Rua Caetano Vieira da Costa, 883 - medindo 223 m², onde esta instalada a Farmácia Popular do Brasil.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Fica prorrogado até 31/12/2014.

Lages, 20 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 122/2010 - FMAS 4º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 122/2010 - 4º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0008-67, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501-900.

CONTRATADA: FRANMEX ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.999.189/0001-91, estabelecida à Rua Otacílio Vieira da Costa n.º 190 - Lages/SC - CEP: 88.501-050.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Contratação de Empresa de engenharia para prestação de serviços de reforma do espaço físico para implantação do Banco de Alimentos sito à Rua Manoel da Silva Ramos - centro, com área de 405,00 m², nesta cidade de Lages, SC, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD-ROOM, partes integrantes do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA para prestação dos serviços e fornecimento do material é de R\$ 208.898,37 (duzentos e oito mil, oitocentos e noventa e oito reais e trinta e sete centavos).

Ficam suprimidos os serviços constantes na planilha em anexo, não executados pela empresa contratada, no valor de R\$ 25.309.26 (vinte e cinco mil, trezentos e nove reais e vinte e seis centavos). Face à supressão dos serviços, objeto deste termo, o valor final do contrato passa para a importância de R\$ 183.589,11 (cento e oitenta e três mil, quinhentos e oitenta e nove reais e onze centavos).

reais).

Lages, SC, 20 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 126/2013 - Saude - 1º Adt

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 126/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: LAFISA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A, inscrita no CNPJ n.º 07.604/681/0001-46, com sede à Av. Presidente Kennedy, nº 3013 - sala 207 - Curitiba/PR.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de um Barracão, sito à Rua Cruz e Souza, 368, nesta cidade de Lages, SC, para instalação do Almoxarifado Central da Farmácia e o depósito da Secretaria Municipal da Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Fica prorrogado ate 31/12/2014.

Lages, 20 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 127/2013 - Saude - 1º Adt

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 127/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: ALICE HELENA GOMES SUSIN, inscrita no CPF/MF sob n.º 604.419.929-00, residente e domiciliada em Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento a locação de um imóvel sito a Rua Frei Gabriel, 187, centro, medindo 276m², onde está instalado o Centro de Referência o Trabalhador de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Fica prorrogado ate 31/12/2014.

Lages, 20 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 153/2012 - 4º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 153/2012 - 4º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: TERRA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.082.450/0001-94, com sede à Rua Rui Barbosa n.º 63 - Lages/SC - cep: 88.501-170 - fone:32262327.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Contratação de Empresa de Engenharia para Construção de uma Unidade Básica de Saúde, no Bairro São Miguel, com fornecimento de material, conforme autorização de fornecimento nº 283/2012, em conformidade com o projetos, memorial descritivo e planilhas quantitativo-orçamentária, copiados em CD-ROM, partes integrantes do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

Fica prorrogado até a data de 31/03/2014.

Lages, SC, 19 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 181/2011-Saude-4º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 181/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: TERRA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.082.450/0001-94, com sede à Rua João de Castro n.º 279 - sala 04 - Lages/SC - cep: 88.501-160 - fone:32262327.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Contratação de Empresa de Engenharia para Fornecimento de um Elevador com Prestação de Serviço de elaboração do projeto de execução construção do fosso e instalação do elevador, no Prédio onde está instalado a Secretaria Municipal de Planejamento, com fornecimento de material, em conformidade com o projetos, memorial descritivo e planilhas quantitativo-orçamentária, copiados em CD-ROM, partes integrantes do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Para execução: fica prorrogada ate 31/03/2014.

Lages, 19 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 216/2013 - Saude - 1º Adt

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 216/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº

13, Centro, Lages/SC - CEP:

CONTRATADA: MIRIAM CARMEN CRISTOFOLINI ROCHA, inscrita no CPF sob o n.º 483.054.809-68, RG n.º 1.285.314-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Frei Rogério, 11 - apto 701, nesta cidade de Lages - SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Contrato visa a locação de dois imóveis;

a) um imóvel de propriedade da Sra. supra citada, localizado à Rua Sete de Setembro, 212 - apto 01 - centro, com área de 159,00 m², onde está instalada o Setor de Odontologia da Secretaria da Saúde.

b) um imóvel de propriedade da Sra. supra citada, localizado à Rua Sete de Setembro, 212 - Frente - centro, onde está instalada a Farmácia Básica da Secretaria da Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Fica prorrogado o prazo final até 31/12/2014.

Lages, 20 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 295/2013 - PML - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 295/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: CENTRO COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS DOM PEDRO II LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.824.026/0001-66, com sede à Av. Dom Pedro II n.º 1131A - Lages/SC - CEP:88.509-216.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Este Contrato tem como objeto o fornecimento emergencial de combustíveis para uso nos veículos e máquinas da frota do município, até que o processo licitatório seja concluído.

combustível	quant	Valor R\$	Total R\$
Óleo Diesel	100.000 lts	2,29	229.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Fica prorrogado até 02/03/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 229.000,00 (duzentos e vinte e nove mil reais).

Lages, 19 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 317/2013 - PML-1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 317/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: NETIFICADOS TELECOMUNICAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 04.971.376/0001-02, estabelecida à Rua Brasília nº 404, em Lages/SC - CEP: 88.509-200.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

1- Fica incluído no objeto do contrato os serviços complementares de lançamento da fibra ótica até o prédio da Secretaria de Assistência Social de Lages, serviço não previsto inicialmente no projeto anterior.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Fica prorrogado o prazo final do contrato até 31/05/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

R\$ 116.309,48 (cento e dezesseis mil e trezentos e nove reais e

quarenta e oito centavos).

2.1 - O valor dos serviços complementares acima descritos é de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

Lages, 19 de dezembro de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 324/2010 - PML - 5º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 324/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: LATINA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 01.513.400/0001-63, com sede à Rua Anildo Schenardie n.º 52 - Lages/SC - CEP: 88.520-470 - fone: 32231960.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviço de confecção de passeios em paver na Rua Ponte Grande, extensão de 1.137,84 metros, com fornecimento de material, em conformidade com o projeto, memorial descritivo e planilhas quantitativo-orçamentária, copiados em CD - Room, partes integrantes do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 112.537,92 (cento e doze mil, quinhentos e trinta e sete reais e noventa e dois centavos).

- Ficam suprimidos os serviços constantes na planilha em anexo, não executados pela empresa contratada, no valor de R\$ 79.715,75 (setenta e nove mil, setecentos e quinze reais e setenta e cinco centavos).

Face à supressão dos serviços, objeto deste termo, o valor final do contrato passa para a importância de R\$ 32.822,17 (trinta e dois mil, oitocentos e vinte e dois reais e dezessete centavos).

Lages, 20 de DEZEMBRO de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 339/2013 - PML - 1º Termo Aditivo

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 339/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 02.908.992/0001-85, estabelecida à Rua Dos Andradas nº 1.121 - sala 502, em Porto Alegre/RS - CEP:90.020-015.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Solução em Gestão de frota de Veículos Terrestres e de Equipamentos Motorizados, Acoplados e Rebocáveis que possuam tanque de combustível próprio, abrangendo as funções de cadastramento, o gerenciamento dos custos sejam eles com abastecimento, com manutenção (peças e serviços) e com obrigações legais, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, parte integrante do Edital Correlato. CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Fica prorrogado até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 26,00 (vinte e seis reais) mensais por unidade

veicular.
Lages, 19 de dezembro de 2013.

Extrato de Contrato 406/2013 - PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 406/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: KARIN DEKKER CAON LOEFF, inscrita no CPF sob n.º 887.101.909-10, RG nº 592.654-8, residente e domiciliado à Rua João Alóisio Barni, 190 - Bairro Souza Cruz, Brusque/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

O objeto do presente contrato é a locação de uma sala comercial nº 70, no Ed. Executivo Cepar, sito à Rua Benjamin Constant, 20 - Centro, para ser utilizada pelo Setor de Auditoria Geral do Município de Lages.

O prazo e vigência do contrato serão pelo período de 01 de novembro de 2013 e seu término previsto para 31 de dezembro de 2014.

O valor da locação será R\$ 600,00 (seiscentos reais) por mês, durante o prazo do contrato.

Lages, 20 dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 43/2013 - Saude - 1º Adt

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 43/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: MENFIS IMOBILIÁRIA ADMINISTRADORA DE IMOVEIS, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.162.057/0001-14, com sede à Rua Presidente Nereu Ramos n.º 84 - centro, Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

locação de um imóvel sito a Rua Walter Dachs, 69, centro, onde será instalada o Setor de Vigilância Sanitária de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Fica prorrogado ate 31/12/2014.

Lages, SC, 20 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 44/2013 - Saude - 1º Adt

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 44/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: MENFIS IMOBILIÁRIA ADMINISTRADORA DE IMOVEIS, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.162.057/0001-14, com sede à Rua Presidente Nereu Ramos n.º 84 - centro, Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

locação de um imóvel sito a Rua Sete de Setembro, sem número, centro, onde será instalado o CASM da Secretaria da Saúde de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Fica prorrogado até 31/12/2014.

Lages, SC, 20 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 52/2013 - Saude-2º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 52/2013 - PML - 2º ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CONTRATADA: MGM CONSTRUÇÕES ELETRICAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.830.372/0001-04, com sede à Rua Irineu Borhausen n.º 58, Xanxere/SC - cep: 89.820-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

A Contratação de Empresa de Engenharia para Execução de Mão de Obra, de 2.935,44 (dois mil novecentos e trinta e cinco unidades e quarenta e quatro centésimos) de Unidade de Serviço de Iluminação Pública - USIP, para a Execução de Serviços em Rede de Distribuição e para Expansão e Manutenção da Iluminação Pública de Lages.

1.1 - DO ACRÉSCIMO AO OBJETO DO CONTRATO

Ficam acrescidos ao objeto do contrato primitivo mais 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado, em face à solicitação da Secretária de Meio Ambiente e Serviços Públicos, acolhida pela empresa contratada e com Parecer Favorável da Procuradoria Geral do Município sob nº 1666/2013, em apenso.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

O valor deste acréscimo ao objeto contratual é de R\$ 43.297,74 (quarenta e três mil e duzentos e noventa e sete reais e setenta e quatro centavos), referentes a 733,86 (setecentos e trinta e três vírgula oitenta e seis) USIP (Unidade de Serviço de Iluminação Pública).

Lages, 10 de SETEMBRO 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 53/2013 - Saude - 1º Adt

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 53/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: CONSTRUTORA E IMOBILIÁRIA W.J. BRUN LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.456.276/0001-04, com sede à Rua Correia Pinto, 467, nesta cidade - SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

locação do imóvel sito à Rua Correia Pinto, 561, nesta cidade de Lages, SC, onde está instalado o CAPS (centro de atenção psicossocial, álcool e outras drogas de Lages).

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Fica prorrogado ate a data de 31/12/2014.

Lages, 20 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 64/2012 - Saude- 2º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 64/2012 - 2º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: REUNIDAS S/A TRANSPORTES COLETIVOS, inscrita no CNPJ sob nº 83.054.395/0001-32, com sede à Rua Dr. Herculano de Souza n.º 555 - Caçador/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Compete a CONTRATADA;

O fornecimento de passagens rodoviárias nos itinerários Lages/ Florianópolis/Lages, para a Secretaria Municipal de Saúde.

A empresa contratada fornecera, sem ônus para o município, o traslado dos pacientes da Rodoviária de Florianópolis até hospitais e clínicas e vice versa.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Fica prorrogado até 31/05/2014.

Lages, 19 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 69/2013 - Saude - 1º Adt

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 69/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: Antonio de Pádua Vieira Neves, inscrito no CPF sob n.º 348.081.599-53, e Edna do Carmo Rodrigues Pucci, inscrita no CPF sob n.º 454.534.629-49, residentes e domiciliados em Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento a locação de um imóvel sito a Rua Felipe Schmidt, 80, centro, onde será instalada a Central de Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Fica prorrogado até 31/12/2014.

Lages, 20 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 83/2013 - Saude - 1º Adt

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 83/2013 - 1º TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: MENFIS IMOBILIÁRIA ADMINISTRADORA DE IMOVEIS, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.162.057/0001-14, com sede à Rua Presidente Nereu Ramos n.º 84 - centro, Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento a locação de um imóvel sito a Rua Walter Dachs, 69, centro, onde será instalada o Setor de Vigilância Sanitária de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

Fica prorrogado até 31/12/2014.

Lages, 20 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 90/2012 - Saude - 2º Termo Aditivo

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 90/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: FRANMEX ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.999.189/0001-91, estabelecida à Rua Otacílio Vieira da Costa n.º 190 - Lages/SC - cep: 88.501-050.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviço de execução de construção de Uma Unidade de Saúde Básica com área construída de 491,55m², no Bairro Coral, com fornecimento de material, em conformidade com o projetos, memorial descritivo e planilhas quantitativo-orçamentária, copiados em CD-ROM, partes integrantes do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

A sua validade: fica prorrogada até a data de 01/03/2014.

Lages, 19 de dezembro de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Lauro Muller

PREFEITURA

Dispensa de Licitação Nº01/2014 - Hmhl

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº01/2014 - HMHL

PROCESSO Nº 8/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Hospital Municipal Henrique Lage, com sede na Rua Walter Vertelly, nº239, Centro, Lauro Muller-SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.909/0001-24 por intermédio da Comissão Municipal de Licitação, comunica que estará realizando Dispensa de Licitação, referente a serviços de Raio X durante o período de 1 a 31 de janeiro de 2014 em conformidade com a Lei 8666/93, art. 24, IV.

CONTRATADO: CENTRO CLINICO PRO-MENTE LTDA.

VALOR: 12.000,00 (doze mil reais)

Lauro Muller, 20 de dezembro de 2013.

ALAN CROSETTA

Pregoeiro Municipal

Dispensa de Licitação Nº35/2013 - FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº35/2013 - FMS

PROCESSO Nº 46/2013

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio da Fundo Municipal de Lauro Muller, com sede na Rua Walter Vertelly, nº239, Centro, Lauro Muller-SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.558.909/0001-24 por intermédio da Comissão Municipal de Licitação, comunica que estará realizando Dispensa de Licitação, em conformidade com a Lei 8666/93, art. 24, IV.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LEITE NEOCATE EM CARATER DE URGENCIA CONFORME SOLICITAÇÃO JUDICIAL PARA FORNECIMENTO A FAMILIA CARENTE. AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO JUDICIAL EM CARATER EMERGENCIAL SENDO QUE O CERTAME PR34/2013 ESTEVE DESERTO.

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
VALOR: 267,35 (duzentos e sessenta e sete reais e trinta e cinco centavos).

CONTRATADO: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PROD HOSPITALARES LTDA.

VALOR: 1.532,01 (mil quinhentos e trinta e dois reais e um centavo).

CONTRATADO: SESI - SERVIÇOS SOCIAL DA INDUSTRIA

VALOR: 4.947,00 (quatro mil novecentos e quarenta e sete reais).

Lauro Muller, 20 de dezembro de 2013.
ALAN CROCETTA
Pregoeiro Municipal

Extrato 001/2013 de Aditivo ao Contrato 04/2013 FMS

EXTRATO 001/2013 DE ADITIVO AO CONTRATO 04/2013 FMS
Processo Licitatório nº 05/2013 - PREGAOI PRESENCIAL 02/2013

Objeto: Aquisição de Material de Expediente e processamento de dados.
Contratado: EMPRESA ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP

Prazo de Vigência: 01/01/2014 à 31/12/2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato 001/2013 de Aditivo de Prazo ao Contrato 135/2012 Pmlm

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Lauro Müller

EXTRATO 001/2013 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 135/2012 PMLM
Processo Licitatório nº 83/2012 - TOMADA DE PREÇO 83/2012

Objeto: Objeto do presente Contratação de empresa especializada para a pavimentação asfáltica das ruas Novo horizonte Anibal Benvenuto Baependy Henrique Lage
Contratado: PAVIMENTADORA ALFA LTDA CEJA CONSTRUTORA

Prazo de Vigência: 01/01/2014 à 31/12/2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato 001/2013 de Aditivo de Prazo ao Contrato 62/2012 Pmlm

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Lauro Müller

EXTRATO 001/2013 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 62/2012 PMLM
Processo Licitatório nº 59/2012 - TOMADA DE PREÇO 59/2012

Objeto: Contratação sob o regime de empreitada por preço global de empresa especializada em construção civil para execução das obras de engenharia com vistas a construção de Escola Infantil - Tipo C 220v, localizada na Rua Jose Tomaz Cardoso - Bairro Barro Branco
Contratado: CEJA CONSTRUTORA E MAT P/CONSTRUÇÃO

Prazo de Vigência: 01/01/2014 à 31/12/2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato 001/2013 de Aditivo de Prazo ao Contrato 65/2013 Pmlm

Estado de Santa Catarina
Governo Municipal de Lauro Müller

EXTRATO 001/2013 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 65/2013 PMLM
Processo Licitatório nº 28/2012 - TOMADA DE PREÇO 28/2012

Objeto: contratação sob o regime de empreitada por preço global de empresa especializada presente contrato de prestação de serviços, pelo qual se obriga a prestar os serviços constantes no objeto do contrato, na forma e condições estabelecidas no Edital de Tomada de Preços nº 28/2013

Contratado: TECNOLOGICA PREST DE SERV DE INFORMÁTICA

Prazo de Vigência: 01/01/2014 à 31/12/2014.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 67/2013 FMS

EXTRATO CONTRATO 67/2013 FMS
Processo Licitatório nº 46/2013 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 35/2013

Objeto: Aquisição de Medicamento em caráter emergencial.
Contratado: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Valor: R\$ 267,35 (duzentos e trinta e sete reais e trinta e cinco centavos).
Prazo de Vigência: 20/12/2013 à 31/12/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 68/2013 FMS

EXTRATO CONTRATO 68/2013 FMS
Processo Licitatório nº 46/2013 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 35/2013

Objeto: Aquisição de Medicamento em caráter emergencial.
Contratado: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. EPP
Valor: R\$ 1.532,01 (mil quinhentos e trinta e dois reais e um centavo)
Prazo de Vigência: 20/12/2013 à 31/12/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato Contrato 69/2013 FMS

EXTRATO CONTRATO 69/2013 FMS
Processo Licitatório nº 46/2013 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 35/2013

Objeto: Aquisição de Medicamento em caráter emergencial.
Contratado: SESI - SERVIÇOS SOCIAL DA INDÚSTRIA
Valor: R\$ 4.947,00 (quatro mil novecentos e quarenta e sete reais)
Prazo de Vigência: 20/12/2013 à 31/12/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 1.457/2013

LEI MUNICIPAL Nº 1457/2013, de 20 de dezembro de 2013.

"AUTORIZA A CONCESSÃO DE ABONO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO".

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica autorizada a concessão de abono aos profissionais da Educação Básica da rede municipal de ensino se ao final do exercício financeiro correspondente houver saldo remanescente de recursos provenientes das transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

Parágrafo único - O abono a que se refere este artigo será concedido somente se após o fechamento da contabilidade do exercício correspondente for verificada sobra dos recursos citados no caput.

Art. 2º - Serão beneficiários do abono de que se refere esta lei os Professores de Educação Básica, compreendendo Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, que estiverem em efetivo exercício da docência no dezembro do ano correspondente, bem como, aqueles que no ano correspondente entraram em licença maternidade para tratamento de saúde.

§ 1º - O abono de que trata o art. 1º desta Lei, nos termos do parágrafo único do art. 22, da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2.007, será estendido aos profissionais que ofereçam suporte pedagógico direto ao exercício da docência, tais como direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica, desde que não estejam em desvio de função ou cedidos à outra entidade pública.

§ 2º - O abono será calculo de forma proporcional à carga horária trabalhada pelo servidor a aos meses de efetivo exercício prestado pelo beneficiário, excluindo-se do cálculo os períodos de afastamentos, qualquer que seja sua causa.

Art. 3º - Não serão beneficiados os servidores que no decorrer do exercício correspondente tenham sido demitidos ou exonerados do serviço público municipal, salvo os casos de extinção de contrato de trabalho por tempo determinado ocorridos posteriormente ao dia dez do mês de dezembro do exercício correspondente.

Art. 4º - O abono será concedido em caráter excepcional, não se incorporando aos vencimentos e não servindo de base de cálculo para a concessão de qualquer outra vantagem e sobre ele não incidirá qualquer desconto previdenciário.

§1º - O servidor que, eventualmente, tenha mais de um vínculo com o Município, fará jus ao pagamento do valor correspondente a um abono, apenas.

§2º- A concessão do abono fica vinculada ao limite máximo de despesas com pagamento de pessoal, conforme previsão do art. 20, III, da LC 101/2000.

Art. 5º - Serão regulamentados mediante decreto os critérios para definição do valor a ser pago aos beneficiários desta Lei.

Art. 6º - As despesas desta Lei serão suportadas por recursos da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único - Ficam autorizadas, na unidade orçamentária da Secretaria Municipal da Educação, as transposições e transferências necessárias dos créditos orçamentários daquelas ações que apresentam saldo em 31 de dezembro do exercício corrente para as ações referentes ao pagamento do abono de que trata esta Lei.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação..

Lebon Régis (SC), 20 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

CLEUZA MARIA R. TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Lei Municipal Nº 1.458/2013

LEI MUNICIPAL Nº 1458/2013, 20 de dezembro de 2013.

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no orçamento geral do município de Lebon Régis no valor de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais) com as seguintes classificações orçamentárias.

PODER LEGISLATIVO			
CÂMARA DE VEREADORES			
	Proj./Ativ.	2.001	Manutenção das Ativ. Da Câmara Municipal
3	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0000		Aplicações Diretas 15.000,00
CHEFIA DO EXECUTIVO			
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
	Proj./Ativ.	2.003-Pagamento da Dívida Interna Fundada	
43	4.6.90.00.00.00.00.00 00.01.0000		Aplicações Diretas 32.000,00
	Proj./Ativ.	Contribuições em Geral	
32	3.3.50.00.00.00.00.00 00.01.0000		Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu 2.000,00
	Proj./Ativ.	2.010-Manutenção da Secretaria de Administração e Finan	
25	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0000		Aplicações Diretas 48.000,00
27	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000		Aplicações Diretas 60.000,00
SECRETARIA EDUCAÇÃO CULT. DES-PORTO			
	Proj./Ativ.	2.057-Aplicação Recursos FUNDEB	
76	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0018		Aplicações Diretas 100.000,00
SECRET. JUVENTUDE LAZER E ESPORTES			
	Proj./Ativ.	2.014-Festividades do Município	
119	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000		Aplicações Diretas 16.000,00
SECRETARIA SERVIÇOS MUNICIPAIS			
	Proj./Ativ.	2.025-Manutenção da Limpeza Pública e Coleta de Lixo	
157	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000		Aplicações Diretas 40.000,00

	Proj./Ativ.	2.026-Manutenção da Iluminação Pública		
128	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0017	Aplicações Diretas	45.000,00	
	Proj./Ativ.	2.032-Manutenção dos Serviços Urbanos		
159	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	5.000,00	
	Proj./Ativ.	2.034-Manutenção da Malha Rodoviária Municipal		
174	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	10.000,00	
		FUNDO MUNIC. DE SAUDE - LEBON REGIS		
	Proj./Ativ.	2.041-Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
12	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0002	Aplicações Diretas	25.000,00	
	Proj./Ativ.	2.043-Aplicação Recursos do PACS		
22	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0064	Aplicações Diretas	7.000,00	
		FUNDO MUN. CRIANCA E ADOLESCENTE		
	Proj./Ativ.	2.082-Transferencias a Casa Lar		
5	3.3.50.00.00.00.00.00 00.01.0000	Transferências a Instituições	15.000,00	
		TOTAL R\$.		420.000,00

Art. 2º - Para cobertura de crédito suplementar no valor de R\$. 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais) ficam anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentarias:

		PODER LEGISLATIVO		
		CAMARA DE VEREADORES		
	Proj./Ativ.	2.001	Manutenção das Ativ. Da Câmara Municipal	
4	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	15.000,00	
		CHEFIA DO EXECUTIVO		
		SECRETARIA INDÚSTRIA E COMERCIO		
	Proj./Ativ.	2.038	Manutenção da Secretaria de Indústria e Comercio	
9	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	10.000,00	
		GABINETE DO PREFEITO		
	Proj./Ativ.	2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
19	4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	1.000,00	
		SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE		
	Proj./Ativ.	2.035	Manutenção da Secretaria de Meio Ambiente	
46	3.1.71.00.00.00.00.00 00.01.0000	Transferências a Consórcios Públicos	2.000,00	
47	3.1.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	5.000,00	

		Transferências a Consórcios Públicos	2.000,00	
48	3.3.71.00.00.00.00.00 00.01.0000			
51	4.4.71.00.00.00.00.00 00.01.0000	Transferências a Consórcios Públicos	1.000,00	
53	4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	2.000,00	
		SECRETARIA EDUCACAO CULT. DESPORTO		
	Proj./Ativ.	2.015	Programa de Alimentação Escolar	
55	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0001	Aplicações Diretas	20.000,00	
57	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0001	Aplicações Diretas	43.000,00	
	Proj./Ativ.	2.016	Manutenção da Educação Básica	
65	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0001	Aplicações Diretas	138.000,00	
66	4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0001	Aplicações Diretas	40.000,00	
	Proj./Ativ.	2.018	Manutenção do Desporto Estudantil	
82	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0001	Aplicações Diretas	10.000,00	
	Proj./Ativ.	2.021	Manutenção da Educação Infantil	
94	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0001	Aplicações Diretas	30.000,00	
	Proj./Ativ.	2.055	Aplicação Recursos Salario Educação	
223	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0022	Aplicações Diretas	20.000,00	
	Proj./Ativ.	2.062	Programa Segundo Tempo	
85	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	5.000,00	
		SECRETARIA SERVICOS MUNICIPAIS		
	Proj./Ativ.	1.018	Programa de Saneamento Básico	
153	4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	4.000,00	
		SECRETARIA AGRIC. PECUARIA		
	Proj./Ativ.	1.023	Construção, Instalação e Manutenção do Horto Municipal	
214	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000	Aplicações Diretas	4.000,00	
	Proj./Ativ.	2.036	Manutenção da Secretaria de Agricultura	
207	3.3.93.00.00.00.00.00 00.01.0000	Transferências a Consórcios Públicos	20.000,00	
		FUNDO MUNIC. DE SAUDE - LEBON REGIS		
	Proj./Ativ.	1.040	Ampliação e Reforma de Postos de Saúde	
1	4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0002	Aplicações Diretas	10.000,00	
	Proj./Ativ.	1.042	Construção de Unidades de Saúde	
5	4.4.90.00.00.00.00.00 00.01.0002	Aplicações Diretas	10.000,00	

	Proj./Ativ.	2.043	Aplicação Recursos do PACS	
23	3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0064		Aplicações Diretas	28.000,00
			TOTAL R\$. 420.000,00	

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis (SC), 20 de dezembro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

CLEUZA MARIA R. TOMACHEUSKI
Secretária de Administração e Finanças

Lei Municipal N° 1459/2013

LEI MUNICIPAL Nº 1458/2013, 20 de dezembro de 2013.

"Do Orçamento do Município para o exercício de 2014"

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de LEBON RÉGIS para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 21.445.240,00 (vinte e um milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e quarenta reais) e fixa a Despesa em R\$ 21.445.240,00 (vinte e um milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e quarenta reais) do Orçamento Fiscal.

Dos Orçamentos das Unidades Gestoras Prefeitura e Câmara Municipal

Art. 2º - O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2010 estima a Receita em R\$ 21.445.240,00 (vinte e um milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e quarenta reais) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$. 1.000.000,00 (um milhão de reais), e em R\$. 14.092.060,00 (quatorze milhões, noventa e dois mil e sessenta reais) a Despesa da Prefeitura Municipal e em R\$. 4.429.150,00 (quatro milhões quatrocentos e vinte nove mil e cento e cinquenta reais) as transferências financeiras, ao Fundo de Saúde, ao Hospital Santo Antonio, a Câmara Municipal e ao Fundo da Infância e Adolescência.

§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

4. Receitas	21.445.240,00
4.1. RECEITAS CORRENTES	21.372.040,00
4.2. RECEITAS DE CAPITAL	73.200,00
Total:	21.445.240,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	4.429.150,00
Total:	4.429.150,00
Total geral:	25.874.390,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01.00 - PODER LEGISLATIVO	1.000.000,00
02.00 - CHEFIA DO EXECUTIVO	14.092.060,00
91.00 - FUNDO MUNIC. DE SAUDE - LEBON REGIS	3.698.150,00
92.00 - FUNDO MUN. CRIANCA E ADOLESCENTE	130.000,00
93.00 - FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	839.020,00
94.00 - HOSPITAL E MAT. SANTO ANTONIO	1.686.010,00
Total:	21.445.240,00
TRANSF. FINANC. A CHEFIA DO EXECUTIVO	3.429.150,00
TRANSF. FINANC. AO PODER LEGISLATIVO	1.000.000,00
Total:	4.429.150,00
Total geral:	25.874.390,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – Legislativa	1.000.000,00
04 – Administração	1.369.220,00
06 - Segurança Pública	96.000,00
08 - Assistência Social	969.020,00
10 - Saúde	538.160,00
12 - Educação	9.249.980,00
13 - Cultura	2.000,00
15 – Urbanismo	983.080,00
16 - Habitação	20.020,00
18 - Gestão Ambiental	76.020,00
20 – Agricultura	434.060,00
22 - Indústria	71.030,00
23 - Comércio e Serviços	14.000,00
26 - Transporte	594.010,00
27 - Desporto e Lazer	141.040,00
28 - Encargos Especiais	1.035.600,00
99 - Reserva de Contingência	10.000,00
Total:	21.445.240,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	4.429.150,00
Total:	4.429.150,00
Total geral:	25.874.390,00

III- CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

31 - Ação Legislativa	1.000.000,00
121 - Planejamento e Orçamento	78.020,00
122 - Administração Geral	1.291.200,00
181 – Policiamento	96.000,00
241 – Assistência ao Idoso	23.000,00
242 – Assistência ao Portador de Deficiência	17.000,00
243 – Assistência a Criança e ao Adolescente	224.000,00
244 – Assistência Comunitária	705.020,00
301 - Atenção Básica	3.698.150,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.686.010,00
306 – Alimentação e Nutrição	182.860,00
361 - Ensino Fundamental	8.663.210,00
364 - Ensino Superior	36.000,00
365 - Educação Infantil	341.100,00
366 - Educação de Jovens e Adultos	16.800,00
367 - Educação Especial	10.010,00
392 - Difusão Cultural	2.000,00
451 - Infra-Estrutura Urbana	413.060,00
452 - Serviços Urbanos	570.020,00

482 - Habitação Urbana	20.020,00
541 - Preservação e Conservação Ambiental	76.020,00
606 - Extensão Rural	430.060,00
661 - Promoção Industrial	71.030,00
695 - Turismo	14.000,00
782 - Transporte Rodoviário	594.010,00
812 - Desporto Comunitário	81.030,00
813 - Lazer	60.010,00
846 - Outros Encargos Especiais	1.035.600,00
999 - Reserva de Contingência	10.000,00
Total:	21.445.240,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	4.429.150,00
Total:	4.429.150,00
Total geral:	25.874.390,00

IV - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

00 - Encargos Especiais	1.035.600,00
01 - Processo Legislativo	1.000.000,00
10 - Merenda Escolar	182.860,00
11 - Educação Básica	8.723.090,00
12 - Desporto Estudantil	21.020,00
13 - Ensino Superior	36.000,00
14 - Educação Infantil	277.010,00
15 - Educação de Jovens e Adultos	10.000,00
17 - Acervo Cultural	2.000,00
18 - Serviços de Utilidade Pública	948.040,00
19 - Serviços Urbanos	40.020,00
2 - Administração	1.191.200,00
20 - Saneamento Urbano	5.020,00
21 - Estradas Vicinais	584.010,00
22 - Meio Ambiente	76.020,00
23 - Promoção e Extensão Rural	430.060,00
24 - Incentivos para Indústria	71.030,00
25 - Habitação Popular	83.040,00
26 - Assistência Social Geral	439.020,00
27 - Atenção a Criança e ao Adolescente	130.000,00
28 - Saúde Básica	3.698.150,00
29 - Saúde Médica e Sanitária	1686.010,00
3 - Controle Interno	15.000,00
30 - Assistência Social	400.000,00
4 - Contribuições	100.000,00
6 - Serviços de Segurança Pública	96.000,00
7 - Promoção ao Turismo	14.000,000
8 - Desporto Amador	81.030,00
9 - Lazer Coletivo	60.010,00
99 - Reserva de Contingência	10.000,00
Total:	21.445.240,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	4.429.150,00
Total:	4.429.150,00
Total geral:	25.874.439,00

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS	21.445.240,00
DESPESAS CORRENTES	19.986.790,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.448.450,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00
Total:	21.445.240,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	4.429.150,00
Total:	4.429.150,00
Total geral:	25.874.390,00

Do Orçamento da PREFEITURA

Art. 3º - O Orçamento da entidade PREFEITURA para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 18.521.210,00 (dezoito milhões, quinhentos e vinte e um mil e duzentos e dez reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 4.429.150,00 (quatro milhões quatrocentos e vinte nove mil e cento e cinquenta reais) e fixa as Despesas em R\$ 14.092.060,00 (quatorze milhões, quatrocentos e vinte nove mil e cento e cinquenta reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4. Receitas	18.521.210,00
4.1. RECEITAS CORRENTES	18.516.010,00
4.2. RECEITAS DE CAPITAL	5.200,00
Total:	18.521.210,00
Total geral:	18.521.210,00

§ 2º - A Despesa da entidade PREFEITURA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 - Administração	1.369.220,00
06 - Segurança Pública	96.000,00
12 - Educação	9.249.980,00
13 - Cultura	2.000,00
15 - Urbanismo	983.080,00
16 - Habitação	20.020,00
18 - Gestão Ambiental	76.020,00
20 - Agricultura	430.060,00
22 - Indústria	71.030,00
23 - Comércio e Serviços	14.000,000
26 - Transporte	594.010,00
27 - Desporto e Lazer	141.040,00
28 - Encargos Especiais	1.053.600,00
99 - Reserva de Contingência	10.000,00
Total:	14.092.060,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	4.429.150,00
Total:	4.429.150,00
Total geral:	18.521.210,00

II- CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	13.045.150,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.036.910,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00
Total:	14.092.060,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	4.429.150,00
Total:	4.429.150,00
Total geral:	18.521.210,00

Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Art. 4º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 1.799.000,00 (um milhão, setecentos e noventa e nove mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 3.698.150,00 (dois milhões, cento e oitenta e sete mil, cento e sessenta e dois reais e trinta e nove centavos).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências

de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4. Receitas	1.799.000,00
4.1. RECEITAS CORRENTES	1.731.000,00
4.2. RECEITAS DE CAPITAL	68.000,00
Total:	1.799.000,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.899.150,00
Total:	1.899.150,00
Total geral:	3.698.150,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 – Saúde	3.698.150,00
Total:	3.698.150,00
Total geral:	3.698.150,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	2.077.022,39
3.1.00.00. - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.762.170,00
3.3.00.00. - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.652.470,00
DESPESAS DE CAPITAL	283.510,00
4.4.00.00. – INVESTIMENTOS	283.510,00
Total:	3.698.150,00
Total geral:	3.698.150,00

Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Art. 5º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 307.020,00 (trezentos e sete mil e vinte reais) e fixa as Despesas em R\$ 839.020,00 (oitocentos e trinta e nove mil e vinte reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendias, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4. Receitas	307.020,00
4.1. RECEITAS CORRENTES	307.020,00
Transferencias Financeiras	532.000,00
Total geral:	839.020,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social	839.020,00
Total:	839.020,00
Total geral:	839.020,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	839.020,00
--------------------	------------

3.3.00.00. - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	777.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	62.020,00
4.4.00.00. – INVESTIMENTOS	62.020,00
Total:	839.020,00
Total Geral:	839.020,00

Do Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA

Art. 6º - O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 3.000,00 (três mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 127.000,00 (cento e vinte sete mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendias, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.Receitas	3.000,00
4.1. RECEITAS CORRENTES	3.000,00
Transferencias Financeiras	127.000,00
Total geral:	130.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social	130.000,00
Total:	130.000,00
Total geral:	130.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	120.000,00
3.3.00.00. - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	120.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00. – INVESTIMENTOS	10.000,00
Total:	130.000,00
Total geral:	130.000,00

Do Orçamento do HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTONIO

Art. 7º - O Orçamento da entidade HOSPITAL para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 815.010,00 (oitocentos e quinze mil e dez reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.686.010,00 (um milhão seiscentos e oitenta e seis mil e dez reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendias, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.Receitas	815.010,00
4.1. RECEITAS CORRENTES	815.010,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	871.000,00
Total:	1.686.010,00
Total geral:	1.686.010,00

§ 2º - A Despesa da entidade HOSPITAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 – Saúde	1.686.010,00
Total:	1.686.010,00
Total geral:	1.686.010,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	1.640.000,00
3.1.00.00. - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	755.000,00
3.2.00.00. - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00
3.3.00.00. - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	875.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	46.010,00
4.4.00.00. - INVESTIMENTOS	36.010,00
4.6.00.00. - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	10.000,00
Total:	1.686.010,00
Total geral:	1.686.010,00

Do Orçamento da CAMARA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Art. 8º - O Orçamento da entidade CAMARA MUNICIPAL DE LEBON REGIS para o exercício de 201 fixa as Despesas em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.000.000,00
Total:	1.000.000,00
Total geral:	1.000.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade CAMARA MUNICIPAL DE LEBON REGIS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – Legislativa	1.000.000,00
Total:	1.000.000,00
Total geral:	1.000.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	990.000,00
3.1.00.00. - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	840.000,00
3.3.00.00. - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	150.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	10.000,00
4.4.00.00. - INVESTIMENTOS	10.000,00
Total:	1.000.000,00
Total Geral:	1.000.000,00

Art. 9º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA	
RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00

9.9.00.00. - RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00
Total:	10.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10/12/2014 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2014 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 10 - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 11 - Fica o Executivo autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº. 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 20% (vinte por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação por Fonte de Recurso, observada a tendência do exercício.

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - Superávit financeiro do exercício anterior por Fonte de Recurso.

Parágrafo único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 12 - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 13 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 14 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 15 - Durante o exercício de 2014 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas prioritizados nesta lei.

Art. 16 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 17 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio

com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 18 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2014, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Lebon Régis (SC), 05 de dezembro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

CLEUZA MARIA R. TOMACHEUSKI
Secretária de Administração e Finanças

Portaria Nº 579/2013

PORTARIA Nº 579 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013

CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR ALYSSA OHANA SOARES, para exercer o cargo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, com lotação na Secretaria de Educação, cultura e Desporto, com carga horaria de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 11/11/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 26 de novembro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 26 de novembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 580/2013

PORTARIA Nº 580 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR A PEDIDO, ADENILSON DE FREITAS NORONHA, do cargo de Motorista, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 26/11/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 26 de novembro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 26 de novembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 581/2013

PORTARIA Nº 581 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR, JULIANO SEMANN, do cargo de Operador de Maquinas Pesadas, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, a partir de 29/11/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 28 de novembro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 28 de novembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 582/2013

PORTARIA Nº 582 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013
CONCEDE AUXILIO MATERNIDADE

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária JOSIANE FERREIRA, Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 02/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 02 de dezembro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 02 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 583/2013

PORTARIA Nº 583 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013
NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei

Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR DANIEL OSNI DOS SANTOS, para exercer o cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com carga horaria de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 02/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 02 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 02 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 584/2013

PORTARIA Nº 584 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário LUIZ ANTONIO FERREIRA, Operador de Trator Agrícola, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, FÉRIAS, ref. ao período aquisitivo 01/11/2012 à 30/10/2013, a partir de 03/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 03 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 585/2013

PORTARIA Nº 585 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR, DANIEL OSNI DOS SANTOS, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 13 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 13 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 586/2013

PORTARIA Nº 586 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR, AMILTON DIAS DE LIMA, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Administração, a partir de 23/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 13 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 13 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 587/2013

PORTARIA Nº 587 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR, EDERSON LUIZ BASTIANI, do cargo de Secr. Gab. Do Prefeito, com lotação na Secretaria de Administração, a partir de 23/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 13 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 13 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 588/2013

PORTARIA Nº 588 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013
CONCEDE AUXILIO MATERNIDADE

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária NEILITA DO VALLE ROCHA LE-ANDRO, Agente de Saúde, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 23/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 13 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 13 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 589/2013

PORTARIA Nº 589 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR, VILARIN VERONEZE, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 13 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 13 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 590/2013

PORTARIA Nº 590 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR, VANDERLEI NAHIRNEI, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Juventude,

Esporte e Lazer, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 13 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 13 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 591/2013

PORTARIA Nº 591 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR, SEBASTIÃO MACIEL ROSA, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 13 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 13 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 592/2013

PORTARIA Nº 592 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR, PATRICIA DE OLIVEIRA, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 13 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 13 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 593/2013

PORTARIA Nº 593 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR, LADY DAYANA TIBES FARIAS, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Administração, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 13 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 13 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 594/2013

PORTARIA Nº 594 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR, JOSE ADEMIRSON MELO, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 13 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 13 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 595/2013

PORTARIA Nº 595 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR, GILMAR CRISTORIO PRATES, do cargo de Intendente Distrital, com lotação na Secretaria de Agricultura e Pecuária, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 13 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 13 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 596/2013

PORTARIA Nº 596 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR, ELIZABETE SPAUTZ, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Administração, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 13 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 13 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 597/2013

PORTARIA Nº 597 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR, ADENILTON CARLIN RIBEIRO, do cargo de Diretor de Departamento, com lotação na Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 13 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 13 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 598/2013

PORTARIA Nº 598 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, VAL-DEMAR DOMINGUES MULLER, do cargo de Motorista, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, a partir de 13/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 13 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 13 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 599/2013

PORTARIA Nº 599 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, JOÃO CARLOS TAMACHESKI JUNIOR, do cargo de Assistente Social, com lotação na Secretaria de Bem Estar Social, a partir de 13/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 13 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 13 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 600/2013

PORTARIA Nº 600 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar

76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, PA-OLLA CERRY MACHADO, do cargo de Assistente Social, com lotação na Secretaria de Bem Estar Social, a partir de 13/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 13 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 13 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 601/2013

PORTARIA Nº 601 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, ADELITA APARECIDA DA SILVA, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 602/2013

PORTARIA Nº 602 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, ADELINSON RODRIGUES, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 603/2013

PORTARIA Nº 603 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, ALINE DO PRADO FRANÇA, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 604/2013

PORTARIA Nº 604 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, DIANA VANESSA DE OLIVEIRA, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 605/2013

PORTARIA Nº 605 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, FABIO JUNIOR SPATOSKI, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 606/2013

PORTARIA Nº 606 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, FAURI JOSÉ CARNEIRO, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 607/2013

PORTARIA Nº 607 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, JACKSON FERNANDO FERREIRA DE ARAUJO, do cargo de Professor,

com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 608/2013

PORTARIA Nº 608 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, JEFERSON DOS SANTOS, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 609/2013

PORTARIA Nº 609 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, JOVANI PESENTI, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 610/2013

PORTARIA Nº 610 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, JUCIELI MARTA NOGUEIRA, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 611/2013

PORTARIA Nº 611 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, JUCILEI MALLMANN DOS SANTOS, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 612/2013

PORTARIA Nº 612 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar

76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, JUSARA ANTUNES GOES, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 613/2013

PORTARIA Nº 613 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, LUANA GONÇALVES DE ARAUJO, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 614/2013

PORTARIA Nº 614 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, MARCIO FERNANDES DE PAULA, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 615/2013

PORTARIA Nº 615 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, MARCIO ROCHA, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 616/2013

PORTARIA Nº 616 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, MARIA LUIZA ARAUJO, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 617/2013

PORTARIA Nº 617 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, MONICA SALETE RODRIGUES
, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 617/2013

PORTARIA Nº 617 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, MONICA SALETE RODRIGUES
, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 618/2013

PORTARIA Nº 618 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, NARA CRISTINA MATOS, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 619/2013

PORTARIA Nº 619 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, PAULA ANDRESSA GOETTEN, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 620/2013

PORTARIA Nº 620 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, SABRINA VESARO, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 621/2013

PORTARIA Nº 621 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, SALETE SILVA PINS, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 622/2013

PORTARIA Nº 622 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, SAMIRA LUANA DA SILVA, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 622/2013

PORTARIA Nº 622 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, SAMIRA LUANA DA SILVA, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 623/2013

PORTARIA Nº 623 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, SIDNEI JOSE GONÇALVESDE ARAUJO, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 624/2013

PORTARIA Nº 624 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, VANEISSA GOIS DE OLIVEIRA, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 625/2013

PORTARIA Nº 625 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, VOLNEI ALVES MORAES, do cargo de Professor, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 626/2013

PORTARIA Nº 626 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, ALYSA OHANA SOARES, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 627/2013

PORTARIA Nº 627 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, ALZIRA RIBEIRO DA SILVA, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 628/2013

PORTARIA Nº 628 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, ANDREIA ALVES DO AMARAL, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 629/2013

PORTARIA Nº 629 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, CAR-MELITA DIAS DA LUZ, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Mu-nicípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 630/2013

PORTARIA Nº 630 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, CYN-TIA ALVES DOS SANTOS, do cargo de Servente de Serviços Inter-nos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Mu-nicípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 631/2013

PORTARIA Nº 631 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, EMI-LIA CAMARGO FERREIRA VIEIRA, do cargo de Servente de Ser-viços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Mu-nicípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 632/2013

PORTARIA Nº 632 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, GEAN-DRA CILENE BILIBIO, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Mu-nicípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 633/2013

PORTARIA Nº 633 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, GLEI-CE DOS SANTOS, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Mu-nicípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 634/2013

PORTARIA Nº 634 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, IRACIMERI PRESTES PEPES, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 635/2013

PORTARIA Nº 635 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, JANIA APARECIDA DA ROSA PADILHA, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 636/2013

PORTARIA Nº 636 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, LOURDES DE FATIMA ROSA VIEIRA, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 637/2013

PORTARIA Nº 637 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, MARILENE ALVES, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 638/2013

PORTARIA Nº 638 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, MARILETE NOGUEIRA, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 639/2013

PORTARIA Nº 639 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, MARINEI DA COSTA MOREIRA SCHULTZ, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 640/2013

PORTARIA Nº 640 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, NELIA GABRIEL DOS SANTOS, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 641/2013

PORTARIA Nº 641 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, SIMONE ANDRADES RODRIGUES, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 642/2013

PORTARIA Nº 642 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, SIRLEI ALVES DOS SANTOS SELINKA, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 643/2013

PORTARIA Nº 643 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, ZENILDES CEZAR DE SOUZA, do cargo de Servente de Serviços Internos, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 644/2013

PORTARIA Nº 644 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, JOEL ALMIR DE SOUZA, do cargo de Motorista de Veículo Escolar, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, a partir de 17/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 17 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 645/2013

PORTARIA Nº 645 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, ALTAMIR LOPES, do cargo de Agente de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, a partir de 23/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 23 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 23 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 646/2013

PORTARIA Nº 646 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, JOÃO BATISTA DE BAIRROS, do cargo de Agente de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, a partir de 23/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 23 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 23 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 647/2013

PORTARIA Nº 647 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013

EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1 1º. EXONERAR POR ENCERRAMENTO DE CONTRATO, KELLY FERNANDA DURDYN, do cargo de Enfermeiro, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, a partir de 23/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 23 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 23 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 648/2013

PORTARIA Nº 648 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR, ROSANE REGINA DE SOUZA, do cargo de Secret. Do Bem Estar Social, com lotação na Secretaria do Bem Estar Social, a partir de 23/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 23 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 23 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Portaria Nº 649/2013

PORTARIA Nº 649 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art.1º. EXONERAR, VALDEMIR PEDROZO, do cargo de Secretário de Agricultura, com lotação na Secretaria de Agricultura e Pecuária, a partir de 23/12/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 23 de dezembro de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 23 de dezembro de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

Leoberto Leal**PREFEITURA****Decreto N.º 111/2013**

DECRETO Nº 111, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.018 de 19 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação do Orçamento Fiscal Vigente, com as seguintes classificações, no valor de:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	77.400,00
Função	26	Transporte	77.400,00
Sub-Função	782	Transportes Rodoviários	77.400,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	77.400,00
Projeto/ Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes Obras e Serviços Urbanos	62.400,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	62.400,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	62.400,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	62.400,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	62.400,00
Projeto/ Atividade	2.029	Manutenção e Revitalização de Áreas Públicas	15.00,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	15.00,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	15.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	15.000,00

Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	15.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.000,00
Função	08	Assistência Social	5.000,00
Sub-Função	244	Assistência Comunitária	5.000,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	5.000,00
Projeto/ Atividade	2.022	Assistência a Famílias Carentes	5.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			82.400,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta das anulações, nas dotações com as seguintes classificações e valores:

Classificação	Código	Especificações	Valor
Órgão	02	GABINETE DO PREFEITO	7.000,00
Unidade Orçamentária	01	GABINETE DO PREFEITO	7.000,00
Função	04	Administração	7.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	7.000,00
Programa	0002	Gestão com Excelência	7.000,00
Projeto/ Atividade	2.002	Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito	7.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	7.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	7.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	7.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	7.000,00
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	9.400,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	9.400,00
Função	04	Administração	9.400,00
Sub-Função	122	Administração Geral	9.400,00
Programa	0012	Administração Geral	9.400,00
Projeto/ Atividade	2.032	Contribuição à Entidades Municipalistas	9.400,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	9.400,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Despesas Correntes	9.400,00
Modalidade de aplicação	50	Transferência a Instituições sem Fins Lucrativos	9.400,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	9.400,00

Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	20.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS	20.000,00
Função	04	Administração	20.000,00
Sub-Função	122	Administração Geral	20.000,00
Programa	0003	Gestão Geral e Administrativa	20.000,00
Projeto/ Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração Contabilidade e Finanças	20.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	20.000,00
Órgão	03	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	17.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	17.000,00
Função	27	Desporto e Lazer	17.000,00
Sub-Função	812	Desporto Comunitário	17.000,00
Programa	0005	Cultura Esporte e Turismo	17.000,00
Projeto/ Atividade	2.014	Comissão Municipal de Esporte	17.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	17.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	17.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	17.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	17.000,00

Órgão	05	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	16.000,00
Unidade Orçamentária	02	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENCIA	16.000,00
Função	08	Assistência Social	16.000,00
Sub-Função	243	Assistência a Criança e ao Adolescente	16.000,00
Programa	0008	Assistência ao Menor com Responsabilidade	16.000,00
Projeto/ Atividade	2.026	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência	16.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	16.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Despesas Correntes	16.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	16.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	16.000,00
Órgão	05	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL	4.500,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	4.500,00
Função	08	Assistência Social	4.500,00

Sub-Função	241	Assistência ao Idoso	4.500,00
Programa	0007	Vivendo com Amor	4.500,00
Projeto/ Atividade	2.024	Integração do Idoso	4.500,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	4.500,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	4.500,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	4.500,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	4.500,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.700,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	5.700,00
Função	26	Transporte	5.700,00
Sub-Função	782	Transporte Rodoviários	5.700,00
Programa	0009	Revitalização das Estradas	5.700,00

Projeto/ Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes Obras e Serviços Urbanos	5.700,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.700,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	5.700,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	5.700,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.700,00
Órgão	07	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA e MEIO AMBIENTE	2.800,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA AGROPECUÁRIA e MEIO AMBIENTE	2.800,00
Função	20	Agricultura	2.800,00
Sub-Função	606	Extensão Rural	2.800,00
Programa	0011	Revitalização da Agricultura Familiar	2.800,00
Projeto/ Atividade	2.030	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente	2.800,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	2.800,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	2.800,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	2.800,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	2.800,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			82.400,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 20 de dezembro de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Luzerna

PREFEITURA

1º Ato de Apostilamento Arp 01102013

1º ATO DE APOSTILAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML 110/2013 de 16/09/2013

APOSTILA de DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML 110/2013 de 16/09/2013, proveniente do Processo Licitatório nº 0048/2013, Pregão nº 0036/2013, celebrada entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA e FERNANDO IGNACIO ROSSA.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento à Ata de Registro de Preços pml.110/2013 de 16/09/2013, proveniente do Processo Licitatório nº 0048/2013, Pregão nº 0036/2013, na dotação orçamentária:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes
3.3.90.39.99 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade - 0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural Reduzido: 083
Fonte 00 - Recursos Ordinários

Luzerna(SC), 18 de dezembro de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

Aviso de Alteração - PL 081/2013 - PP 057/2013 - Combustível, Óleo Lubrificante e Serviço de Lavagem - PML

AVISO
ALTERAÇÃO DA FORMA DE PAGAMENTO

Processo Licitatório nº 0081/2013
Pregão Presencial nº 0057/13

O Prefeito Municipal MOISES DIERSMANN, comunica aos interessados que a forma de pagamento do Pregão Presencial em epígrafe fica alterado para:

()
13.1. O pagamento será realizado a cada 15 (quinze) dias após o recebimento da mercadoria, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.
Permanecem inalteradas as demais disposições do PREGÃO em referência.

Luzerna (SC), 19 de dezembro de 2013.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

Divulga As Decisões dos Recursos Contra o Indeferimento das Inscrições

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA

Edital de Processo Seletivo 003/2013

DIVULGA AS DECISÕES DOS RECURSOS CONTRA O INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES

DIVULGA DECISÃO DOS REQUERIMENTOS SOLICITANDO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº003//2013

O Prefeito do Município de Mafra, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, juntamente com a comissão municipal de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, no que diz respeito ao Processo Seletivo Simplificado, para admissão de pessoal em caráter temporário (ACT) no quadro de pessoal do Município de Mafra para o ano letivo de 2014, torna público o que segue:

As decisões dos recursos interpostos contra o indeferimento das inscrições, seguem abaixo listadas:

Inscrição	Candidato	Cargo	Solicitação	Decisão
138	Fabíola Fernandes	18. Professor de História (não-habilitado)	Requer revisão pois sede fato foi efetivada inscrição da Candidata para o cargo 18. História e não para Inglês como fora divulgado.	DEFERIDO Conferindo a inscrição da Candidata para o cargo 18. Professor de História (não-habilitado) Altere-se na homologação
0158	Marli Comochina	05. Professor Educação Infantil (habilitado)	Requer revisão de sua inscrição apresentando o comprovante de AR	DEFERIDO Revendo a documentação constatou-se que a candidata cumpriu o requisito exigido. Acrescente-se na homologação

As decisões dos requerimentos de vagas para deficientes e necessidades especiais para realizar as provas, seguem abaixo listadas:

Inscrição	Candidato	Cargo	Solicitação	Decisão
0149	Lucieli Aparecida Grein	01. Professor de Alfabetização (habilitado)	Apresenta declaração médica de que possui deficiência física, desacompanhada de requerimento de solicitação	INDEFERIDO Candidata não apresentou requerimento preenchido e assinado conforme regrado no edital, impossível identificar se deseja vaga para deficiente e/ou condição especial
0108	Joselia Aparecida Ruthes	02. Professor de Alfabetização (não-habilitado)	Solicita prova e gabarito ampliado apresentando atestado médico e requerimento.	DEFERIDO A prova será ampliada, o gabarito será ampliado em formato diferenciado dos demais candidatos, sendo que a correção será manual, pois a ampliação impossibilita a leitura ótica.

A situação das demais inscrições indeferidas permanecem inalteradas.

Mafra, 20 de dezembro de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

Lei Municipal Nº. 3976

LEI MUNICIPAL Nº. 3976

DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PERMITIR A OUTORGA DO DIREITO À EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÁXI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permitir a outorga do direito à exploração de serviços de táxi a qualquer interessado, desde que satisfaça os requisitos exigidos pelo poder público municipal.

§ 1º. É permitida a transferência da outorga a terceiros, desde que atendam aos requisitos exigidos em legislação municipal.

§ 2º. Em caso de falecimento do permissionário, será permitida a transferência da outorga aos seus sucessores legítimos, na ordem hierárquica prevista nos arts. 1.829 e seguintes do Código Civil (Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

§ 3º. As transferências de que tratam os §§ 1º e 2º dar-se-ão pelo prazo da outorga e são condicionadas à prévia anuência do poder público municipal e ao atendimento dos requisitos fixados para a outorga".

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará, por Decreto, a presente LEI.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra/SC, 17 de Dezembro de 2013.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Termo de Suspensão

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

TERMO DE SUSPENSÃO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que em razão do Decreto Municipal Nº 3710 de 02 de dezembro de 2013 estarão suspensos os prazos para impugnação e protocolo de envelopes, para o CREDENCIAMENTO de estabelecimentos prestadores de serviços especializados na área de saúde para realização de exames laboratoriais de análises clínicas, ao preço Tabela SUS, destinados as Unidades de Saúde, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS). Retomando sua contagem no dia 06 de janeiro a 20 de janeiro de 2014.

Mafra (SC), 20 de dezembro de 2013.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Edital de Cancelamento

EDITAL DE CANCELAMENTO

Com fundamento no art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica, informamos os Senhores Professores efetivos e concursados das áreas específicas do Quadro do Magistério Público Municipal, o cancelamento dos Editais nº 006/2013/SME de 22 de Novembro de 2013 e nº 007/2013/SME de 29 de Novembro de 2013, os quais aludem a alteração de carga horária para o ano letivo de 2014, bem como todos os seus efeitos deles decorrentes.

Mafra/SC, 18 de Dezembro de 2013.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal de Mafra

Homologação das Inscrições - Edital de Processo Seletivo Nº 003//2013

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003//2013

O Prefeito do Município de Mafra, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, juntamente com a comissão municipal de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, no que diz respeito ao Processo Seletivo Simplificado, para admissão de pessoal em caráter temporário (ACT) no quadro de pessoal do Município de Mafra para o ano letivo de 2014, torna público o que segue:

Ficam HOMOLOGADAS as inscrições deferidas dos candidatos ao Processo Seletivo número 003/2013, conforme anexo I deste edital.

As provas serão realizadas no município de Mafra no dia 12 de Janeiro de 2014, no CENTRO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MAFRA (CEMMA). Endereço: Rua Madre Inês, 170, Mafra-SC, no seguinte horário:

Cargo	Fechamento do Portão	Horário de prova
Todos os cargos	9h45	10h às 12h

2.1. O candidato deverá chegar ao local da prova com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de fechamento dos

portões, para localizar sua sala e assinar a lista de presença.

2.2. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o horário determinado para fechamento dos portões, seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que deixar de fazer ou chegar com atraso a prova escrita, desclassificado do Processo Seletivo.

2.3. O candidato deverá apresentar obrigatoriamente documento oficial de identificação com foto e levar duas canetas esferográficas de tubo transparente, de tinta azul ou preta.

Mafra, 20 de dezembro de 2013.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

ANEXO I INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

Seq.	Candidato	Data Nascimento
Cargo: 1928 - 01. Professor de Alfabetização (habilitado)		
1	0214 AILTON CLEMILTON SABATKE	07/12/1962
2	0176 ANA MARIA MARTINS DANIEL	13/01/1973
3	0193 ANDREIA FABIANA PETTRES WOLSKI	16/06/1976
5	0434 ANGELITA CHINSKI THIEM	13/07/1966
6	0253 BARBARA CIDADE	04/05/1984
7	0370 BERNADETE RANK PADILHA	25/01/1979
8	0282 CARLA CARINE BODANESE PINTO DA SILVA	20/12/1972
9	0016 CARLA CHRISTIANE HERBST BRUSKE	26/06/1980
10	0069 CARLA DE FATIMA OWCZARZAK	24/08/1965
11	0289 CLEONICE MISSA SHIMOGUIRI	28/10/1970
12	0203 CRISLAINE MIRANDA XAVIER PAES	26/01/1989
13	0046 DIONE MARCELO ULBRICH	22/06/1987
14	0420 EDINA BAPTISTA DA COSTA	12/07/1972
15	0033 ERIKA ALESSANDRA DE SOUZA	27/01/1980
16	0107 ERONI APARECIDA FUNCK DE LIMA	11/01/1974
17	0011 FRANCIELI APARECIDA WEBER	03/03/1987
18	0361 IRIO BATISTA	17/04/2054
19	0117 IVETE INES MOROSKI GREIN	13/01/1972
20	0076 JAQUELINE PFEFFER	28/07/1987
21	0319 JOELMA MARCELA KLEMMANN PAES DE FARIAS	24/07/1984
23	0064 JOSECLER GOFFI WOHL	09/06/1978
24	0184 JOSIANE MARIA EVERS	11/10/1960
25	0245 JOSIANE STOEBERL DA SILVA	18/10/1981
26	0096 JULIANA SKONIESCNY PICKICIUS	17/11/1988
27	0020 KARIN MICHELI GREIN	09/10/1987
28	0015 KEILA MICHELI MOREIRA BUBNIAK	03/06/1977
29	0006 KETRUIN GOMES DE OLIVEIRA	01/05/1989
30	0104 LÚCIA DE OLIVEIRA MARQUARDT	03/01/1963
31	0232 LUCIANE FERREIRA PIAZ	06/11/1973
32	0350 LUCIANE LOTTE	07/08/1973
33	0149 LUCIÉLI APARECIDA GREIN	13/07/1986
38	0163 MÁRCIA SCHVENDTNER STEFEN	21/08/1987
34	0251 MARIA APARECIDA POLAK	20/10/1978
35	0310 MARIA CLAUDIA OCZKOVSKI	26/10/1978
36	0228 MARILENA SEBASTIANA KOLLER	13/01/1972
37	0012 MARLIZE APARECIDA SOARES	04/10/1963

39	0133	NADIA XAVIER	09/06/1981
40	0271	NEUSA EMILIA ILKIU VALACHINSKI	17/01/1971
41	0136	ROSICLEIA SCHNEIDER DE MIRA	26/07/1970
42	0081	ROSILDA ALBRECHT SCHUTTER	19/07/1973
43	0088	ROSILENE APARECIDA UNGER DE LIMA	19/06/1980
44	0112	ROSILENE WEISS CLEMENTE	06/01/1987
45	0058	SILVANA ANDREA BERLANDE SIMETTE	31/08/1977
46	0258	SILVANI TELES DE SOUZA	07/01/1962
47	0189	SIMONE APARECIDA STAIDEL MOREIRA	02/11/1973
48	0175	SOLANGE RUJANOWSKY	02/11/1971
49	0010	SOLANGE PAES DE FARIAS	14/09/1986
50	0164	SUÉLYN LUIZ	21/07/1991
51	0143	VERA LUCIA SOUZA DOS SANTOS	29/10/1968
52	0037	VILMARA APARECIDA DE CAMPOS	11/10/1989
53	0105	VIRLENE PILZ	31/03/1975

Cargo: 1929 - 02. Professor de Alfabetização (não-habilitado)

1	0018	ADRIANA NIZER	14/06/1983
2	0297	ALEXANDRA MARIA SCHWITZKI	08/10/1980
3	0227	ALEXSANDRA KAMERS MOROALE	15/01/1980
4	0414	ALINE BAUER VICCHIATTI	16/01/1989
6	0066	ANA PAULA PSCHIEDT	17/01/1993
7	0437	ANNA PRISCILLA PLAUTZ	14/07/1989
8	0291	AUGUSTA SOLANGE DE SOUZA	26/11/1974
9	0273	DANIELE PICKSIUS SOUZA ROSA	22/04/1986
10	0296	DANIELI CRISTINI PIROSKI	26/11/1983
11	0339	DANIELI HINKE	19/12/1986
12	0126	ELENICE CARVALHO GRAF	23/03/1982
13	0223	ELISABETE APARECIDA MIRANDA	07/04/1974
14	0142	FRANCIANE APARECIDA JAROSZEWSKI	12/04/1990
15	0410	FRANCIANE MACANHAN GRANEMANN DE SOUZA	08/01/1984
16	0380	GABRIELA FRANCISCO ALVES	30/09/1994
17	0131	GIANE ARBIGAUS KOTHONSKI	20/03/1980
18	0215	HELGA REGINA MACHNIKI TABORDA	26/08/1975
19	0272	INDIARA REGINA SACRAMENTO DE SOUZA	23/02/1986
20	0488	ISABEL CRISTINA PESCHEL KOZAK	02/11/1979
21	0055	JANADAIA DA CONCEIÇÃO PEDRO MANDRIK	19/11/1982
22	0146	JANAÍNA STOCKSCHNEIDER CARLINS	27/03/1983
23	0110	JANINE DE FÁTIMA PETERS	20/05/1981
25	0108	JOSÉLIA APARECIDA RUTHES (prova ampliada)	13/12/1965
24	0323	JOSENEIA GOMES DOS SANTOS DROSDECK	07/06/1974
26	0198	JOSIELE MABEL MACHNICKI	16/03/1987
27	0393	KARINA VERONICA SOARES	29/05/1985
28	0384	KAROLYNE BUENO DE OLIVEIRA	01/03/1995
29	0312	LARISSA LEOCADIA HITNER AMERICO	03/01/1983
30	0034	LUCIANA DA COSTA PEREIRA DA SILVEIRA	06/10/1978
31	0056	LUCIANA MARIA SCHELBAUER DE ALMEIDA	16/07/1973

32	0377	MARIA ALICE WICHINHESKI	04/05/1990
33	0295	MARIA DAS GRAÇAS PEREIRA COLAÇO	07/07/1992
34	0268	MARIBEL PEDRO PASDIORA	04/01/2068
35	0317	MARILENE REQUES	05/09/1976
36	0314	NOELI DE SOUZA	28/06/1986
37	0052	RITA DE CÁSSIA TROJAN DE ALMEIDA BERMEL	15/06/1985
38	0095	ROGERIA PILZ	06/04/1977
40	0035	SIMONE PILZ	14/09/1986
39	0113	SIMONI LUKASINSKI	09/06/1971
41	0109	TAMIRYS DOS SANTOS RODRIGUES	31/12/1993
42	0103	VERIDIANA PSCHIEDT	04/07/1977
43	0493	VIVIANE LAURI DE LIMA RIBEIRO	27/12/1979
44	0254	VIVIANE WURMLI	10/04/1982

Cargo: 1930 - 03. Professor Séries Iniciais (habilitado)

1	0458	ALEXANDRA DA SILVA COELHO	27/11/1982
2	0288	ALINE KOHLER	15/12/1986
3	0287	ALTINO RAUEN	22/10/1957
4	0054	ANDRÉA KUCHLER GONÇALVES DE LIMA	15/12/1978
5	0422	CLAUDETE APARECIDA GONÇALVES RIBEIRO	15/12/1970
7	0231	ELAINE CRISTINA FETTER	03/09/1985
8	0386	ELIERCE ALTMANN	18/05/1982
9	0048	FABIANE SCHNEIDER PEREIRA	27/11/1988
10	0436	GHISLENY APARECIDA MAIDL FRAGOSO	21/02/1979
11	0406	GISLEINE FERNANDES DE OLIVEIRA	31/12/1973
12	0222	IVONE DUTRA PIVOVAR	18/05/1960
13	0447	JAQUELINE APARECIDA DE LARA NEUBURGER	01/02/1987
14	0210	JOSIANE FURTADO FRARE	21/03/1976
16	0187	LISLAINE DOS SANTOS RODRIGUES	29/06/1985
17	0331	MARCELA LOURENÇO TABORDA	08/11/1980
18	0257	MARIA EMILIA FELIPE	20/07/1981
19	0053	MARLI SIOMARA MARINO DA SILVA	16/02/1967
21	0320	MONICA KUCHLER VIEIRA	15/10/1985
22	0211	RAFAELA COSTA FURTADO KUIAVSKI	15/08/1984
23	0452	RAQUEL SCONIECZNI LANSKI	13/09/1983
24	0154	RENATA MARIA HERBST	12/06/1980
25	0230	ROSA DA SILVEIRA	07/08/1960
26	0362	SOELY TERESINHA DE MELO BATISTA	09/09/2056
27	0315	SUZI MERY APARECIDA PETERS	27/03/1963
28	0298	TEOTONIO BERGER	29/03/1987

Cargo: 1931 - 04. Professor Séries Iniciais (não-habilitado)

1	0464	CRISLAINE FRANCINE DENCK	29/07/1989
2	0423	DAIANE STEBEL	12/11/1991
3	0073	ELIZANGILA SINGORELLI TABORDA	11/01/1982
4	0448	EMILIA TERESINHA GREIN	12/05/1985
5	0438	FRANCIELE PESCHEL	26/12/1989
7	0313	GECILDA HIRTHE	31/01/1973
8	0132	GISELE SCRUI	12/09/1990

9	0439	JAQUELINE BORNANN FIGURA DA CRUZ WITT	06/03/1991
10	0266	JÉSSICA APARECIDA PORTELLA TECLAK	22/03/1991
11	0388	JOSE VALCIR GRAFF	21/01/1973
12	0263	JOZIANE BICHESKI SCHELBAUER	07/12/1981
13	0240	KELIN ELIANA MARCINIAC ALTMANN	21/06/1993
14	0322	LILEANA APARECIDA GARCIA	27/01/1981
15	0182	LUCIA TEREZINHA DE OLIVEIRA	13/08/1986
16	0283	MARIA DE LURDIS CARDOSO BUBNIAK	21/02/1956
18	0299	SAMIELI APARECIDA CZERMACH PSCHIEDT	20/10/1989
19	0373	SILVANA SCHELBAUER	24/04/1990
20	0241	VANESSA CRISTINA SIGNORELLI	06/06/1979
21	0004	VANESSA MARIA MORAES	22/12/1991
22	0372	VANI DO LIVRAMENTO SILVA	26/05/1968

Cargo: 1932 - 05. Professor Educação Infantil (habilitado)

1	0430	ALESSANDRA MARIA PASDIORA	10/09/1982
2	0353	ALINY BRUNA ALVES	06/06/1990
3	0080	ANA FRANCELINA DE OLIVEIRA	26/07/1985
4	0292	ANA KRUCZKEVICZ	10/04/1962
5	0371	ANA PAULA DRANKA TASCHEK	25/10/1991
6	0243	ANA PAULA SCHELBAUER	16/09/1992
7	0159	ANDRESSA ZIELINSKI	30/10/1987
8	0118	ANDRÉA ZIMKOWICZ REIMÃO DE MELLO	21/06/1981
9	0116	ANGELA MARIA MONTES MIGUEL	24/01/1974
10	0098	ANGELA STOEDEL WITT	20/05/1976
11	0478	ANIELI DE SOUZA LUZ	18/05/1989
12	0400	AURICIANE KMIETIK	05/10/1969
13	0047	BIANCA MUNSTER	11/09/1985
15	0389	CARINA ALTMANN	16/12/1983
16	0089	CARLA CRISTINA PEPPE	06/03/1983
17	0250	CLAUDETE DOARTES FLORES	07/04/1966
18	0316	CLAUDIA SABATKE MACHOWSKI	10/07/1977
19	0087	CRISTIANE MARIA LIEBL	22/12/1975
20	0332	CRISTINA MACHADO	25/07/1965
22	0449	DAYANE CRISTINE ALVES	17/03/1990
24	0333	EDILVENE CANHA PSCHIEDT	11/08/1971
25	0481	ELENA RODRIGUES	17/10/1981
26	0212	FABIANA MARIA SCHWEIGERT LARA	02/07/1982
27	0340	FRANCIELE APARECIDA DE LIMA MARX	18/07/1988
28	0013	FRANCISCO KONIG NETO	21/01/1991
29	0045	GISELLE MARIA RODRIGUES CARDOSO WENDT	26/04/1981
30	0234	HELLIN MARIA FERREIRA DAS CHAGAS	12/10/1990
31	0100	JANAINA PAOLA RAMOS SEIDEL	22/04/1988
32	0461	JORDANA NELITA KUSS	17/10/1984
34	0174	JUVILIANE ENEYDE GUTSTEN PADILHA	04/10/1986
35	0216	KALYNCA TEIXEIRA LISBOA	22/06/1977
36	0219	KARINE TEIXEIRA LISBOA ROCHA	18/07/1978

37	0485	KÊNIA REGINA PRECISO	19/02/1976
38	0025	LUCÉLIA ALVES	03/03/1983
39	0181	MARCIA BARUFFI	18/08/1969
41	0137	MARIA CRISTIANE SENA	23/11/1963
42	0156	MARIA DE LOURDES MORETO ELIAS	01/03/1958
45	0239	MARISA GROSSEL	15/04/1975
46	0158	MARLI COMOCHINA	12/05/1975
47	0086	NATHALIE CAROLINE PLONKOSKI GRUBER	25/01/1988
48	0309	NEIDE APARECIDA RIALTO PINTO	05/03/1965
49	0277	NEILA REGINA CAMPOS BRIZOLLA	11/05/1982
51	0188	RENATA MAÇANEIRO	07/04/1982
52	0085	ROSILANE SILVA RIBEIRO	18/10/1988
53	0049	SALETE IANDARA MARTIN ESTEFANI ESTEFANO	22/02/1968
54	0238	SILVANA FERREIRA LOURENÇO	14/04/1967
55	0336	SIMONE FERRARI DOS SANTOS	21/03/1980
56	0335	SIMONE KELLY RANKEL	17/12/1973
57	0275	SIMONI DE CHAVES RIBEIRO	06/12/1977
58	0067	SOLANGE BROZOSKI BONETTES	29/04/1974
59	0186	SUELEN DE OLIVEIRA	10/07/1987
60	0050	VALDIRENE DO ROCIO GOMES SIQUEIRA HAABEN	29/03/1974
61	0170	VANIA TERESINHA SCHUPPEL	02/07/1981
62	0167	VANUZA PIAZ CORREIA DE SIQUEIRA	04/09/1991
63	0165	VERONICA APARECIDA KAMERS	29/05/1974

Cargo: 1933 - 06. Professor Educação Infantil (não-habilitado)

1	0196	ALESANDRA CARDOSO DE OLIVEIRA	17/06/1980
3	0177	ALINE BASSANI CARPEN	22/08/1985
4	0425	ALINE SIQUEIRA	25/09/1987
5	0246	ANA JUSSARA BINECK	10/04/1980
6	0328	ANDREA MODEL	04/03/1978
7	0334	ANDRESSA SIMONILZA DE LIMA	21/11/1988
8	0305	ANNIE GABRIELI SILVEIRA CAETANO	06/09/1988
9	0065	BARBARA LOUISE BAUER	07/01/1993
10	0487	BIANCA MARIA MARCHIORATO	17/05/1988
11	0026	CAMILA GAISSLER MULLER DO NASCIMENTO	07/04/1994
12	0120	CARLA TATIANA BINNECK	15/09/1995
13	0179	CLAUDIA BECKER CORDEIRO	29/04/1992
14	0405	CLAUDIA VERIDIANE MARTINELLI	31/01/1974
15	0111	CRISTIANE SCHELBAUER	07/03/1988
16	0267	DAIANE CRISTINA CARVALHO WILLE	02/06/1995
17	0476	DANIELI KUSTER DE CAMARGO	03/11/1982
19	0145	DÉBORA STOEBERL FIDELES FERREIRA	05/01/1986
20	0366	ELEANDRA DE MORAES STECLAN	13/01/1986
21	0457	ELISANGELA PEREIRA	09/08/1977
22	0387	GISELDA FRANCO DOS SANTOS BASTOS	31/01/1977
23	0044	GLACI PLACIDO FARIAS	05/07/1959
24	0300	HEDERLY MIRIANE INGLES	26/10/1993
25	0463	IVANA CRISTIANE DE ALBUQUERQUE	23/03/1985
26	0270	JAINÉ DE OLIVEIRA PALHANO	02/03/1993

28	0150	JESSICA AUGUSTIN	11/02/1995
29	0217	JÉSSICA CAROLINE STEPHANE KACHEL	23/06/1994
30	0173	JOSANE APARECIDA MARTINS CORREA	04/02/1982
31	0014	JOZIANE AP URBANEK CHABLESKI	10/09/1980
32	0308	JULIANA FERNANDA PATZSCH	12/03/1990
33	0090	KAREN CRISTIANE DOS SANTOS	07/12/1992
34	0031	KETLYN HINKEL CARVALHO	30/07/1993
35	0260	LAURICI DAVID	09/06/1954
36	0302	MARCIA LOPATA MACHADO FAGUNDES	21/08/1976
37	0040	MARGARETE BUBA SAIBOTH	12/04/1972
38	0435	MARIA CAROLINA DOS SANTOS	10/08/1994
39	0354	MARIA DE JESUS DE ANDRADE	21/03/1966
40	0274	MARIA HELENA KALATAY SCARDANZAN	28/05/1978
41	0106	MARISA PROCHERA RODRIGUES	20/05/1975
42	0070	MIRIAN PEREIRA DE SOUZA	13/05/1975
43	0294	MISAEEL XAVIER PAES	20/12/1984
44	0344	NAYARA HULIANE WITT	03/12/1994
46	0359	ROSÂNGELA APARECIDA DE VILLE	05/07/1988
47	0375	ROSIMEIRE ROCHA	24/09/1981
48	0383	RUBIANE CAROLINE BECKER	23/04/1992
51	0172	ZENILDA MARTINS CORREA	30/12/1978
Cargo: 1934 - 07. Professor de Artes (habilitado)			
1	0491	ANDRÉA DE FÁTIMA LACHOWICZ	26/09/1973
2	0148	LUCI ZABLONSKI	08/10/1967
3	0191	SOLANGE REGINA SIGNORELLI KONKEL	23/02/1976
4	0424	WILLIAN KLEINSCHMIDT	30/07/1982
Cargo: 1935 - 08. Professor de Artes (não-habilitado)			
2	0206	SANDRIELI APARECIDA CZERMACH	05/08/1993
Cargo: 1936 - 09. Professor de Ciências (habilitado)			
1	0367	ADILSON ANTONIO RIBOVSKI	26/01/1989
2	0092	ADRIANE FIGURA	16/11/1987
4	0385	ANDREIA ANTONIA RIBOVSKI	12/06/1979
5	0325	ANDRESSA MINIKOVSKI BECKER	18/05/1990
6	0155	CARMEN LUCIA RODRIGUES DE SIQUEIRA	19/05/1967
7	0139	CRISTIANE PSCHIEDT	04/02/1991
8	0495	ERICA PONCHEKI	31/08/1992
9	0200	FABIO TANDLER SCHULTZ	03/02/1980
10	0412	FRANCIELI NOGUEIRA DE LIMA PINTO	28/09/1985
11	0453	JANAINA LACHOWICZ WOLTER	23/10/1985
12	0471	JANAINA HARTINGER	15/08/1990
13	0404	JUCÉLIA MARIA SOUZA DEQUECH	06/03/1957
14	0028	KARLA ALINE KONDLATSCH	29/11/1989
15	0030	MARCOS ESCHIAVON	17/08/1975
16	0379	MARISA DAS GRAÇAS CARVALHO ENDLER	24/02/1987
17	0486	RAFAELA ELOISA RUTHES	29/10/1986
18	0144	ROSIMERE MACHOWSKI	11/08/1986

Cargo: 1937 - 10. Professor de Ciências (não-habilitado)			
1	0290	ANDRIELLI LUKASINSKI	10/10/1994
2	0479	ARIANE ARBIGAUS DA SILVEIRA	03/05/1986
3	0084	BRUNA NUNES DE MELO	17/02/1995
4	0352	CRISTIANO CARDOZO	01/04/1995
5	0205	GERSON SCHUTTER	21/02/1974
6	0360	JULIANA GONÇALVES DE FREITAS	27/01/1988
7	0324	LAÍS ALINE GROSSEL	26/05/1994
8	0281	MARLON WILLIAM NIZER	31/03/1993
9	0427	PAOLLA CARNEIRO RUTHES	07/05/1992
10	0368	VERIDIANA WORM	31/05/1984
Cargo: 1938 - 11. Professor Educação Física (habilitado)			
1	0036	ADENISE DAMIANA RIBOVSKI DA SILVEIRA	27/11/1984
2	0235	ALEXON VILARINO	21/03/1990
3	0082	ALINE ZIPPERER	13/02/1990
4	0183	ANA PAULA PLAUTZ KUHNE	15/10/1984
5	0445	ANDREI RAUEN	04/02/1991
7	0482	DANIELI CRISTINE TORRES PEREIRA	08/05/1984
9	0421	DIOGO CISCZEWSKI	31/01/1986
10	0382	DIULIANA APARECIDA RUTHES	05/04/1990
11	0135	ELLEN KARINE BOICO	25/06/1989
12	0160	FERNANDA VALÉRIO	28/10/1992
14	0062	JOSE LUIS CARVALHO	29/12/1966
15	0247	JULIANA SCHAFACHECK	14/04/1984
16	0162	JULIO CESAR XAVIER	25/03/1991
17	0418	KAMILA KRAJEWSKY	01/08/1990
18	0442	LEANDRO GASPAR	26/02/1985
19	0364	LUIZ EDUARDO PETREÇA	18/11/1976
20	0032	MOYSES MATHEUS CORREA	16/12/1990
21	0394	RUBIAN MAITÊ SCHAFACHEK WENGR-NOVSKI	25/01/1984
Cargo: 1939 - 12. Professor Educação Física (não-habilitado)			
1	0304	ALAN CLEVERSON DE LIMA	24/07/1992
2	0356	ELDER RENAN BATISTA	20/01/1992
3	0259	GEISA DE CÁSSIA BRAMBILLA	06/07/1992
4	0329	JANAINE DOS SANTOS	05/05/1993
5	0365	JOSÉ ANÍZIO MACHADO	03/09/1970
6	0293	KELVIN SCHAFACHECK	20/04/1993
7	0413	LUANA KANOPKA	06/12/1992
8	0450	MAILSON CEZAR HEIDEN GLONEK JUNKES	16/09/1988
Cargo: 1940 - 13. Professor Ensino Religioso (habilitado)			
1	0262	EVERTON VOLTAIRE CONSUL DE OLIVEIRA	13/07/1976
Cargo: 1941 - 14. Professor Ensino Religioso (não-habilitado)			

1	0392	LEANDRO LUKASINSKI	21/10/1975
Cargo: 1942 - 15. Professor de Geografia (habilitado)			
1	0419	GIOVANA DE KARLA REICHARDT KUJV	14/09/1968
2	0432	MARIVANA CAWA MARCON TESSARO	17/01/1980
Cargo: 1943 - 16. Professor de Geografia (não-habilitado)			
1	0255	ALVARO PEREIRA DA CUNHA NETO	23/08/1979
2	0416	CLAUDINÉIA ALVES	03/05/1980
3	0074	JOSELIA JACQUELINE DOS REIS	09/05/1967
4	0122	SILVANA ALINE DOS SANTOS NEU-BURGER	15/09/1977
Cargo: 1944 - 17. Professor de História (habilitado)			
1	0408	CAMILLE FRANCINE DE ASSUMPÇÃO	23/08/1982
Cargo: 1945 - 18. Professor de História (não-habilitado)			
1	0169	ELIÉTE SCHUNEMANN DE LIMA	04/01/1983
2	0138	FABÍOLA FERNANDES	28/07/1993
3	0252	MARINA HELENA DE ASSIS	25/08/1995
4	0381	THOMAS GRAMS	10/05/1990
Cargo: 1946 - 19. Professor de Língua Inglesa (habilitado)			
1	0121	ADRIANA APARECIDA RIBOVSKI DE OLIVEIRA	01/03/1974
2	0213	DANIELE FABIANA ERIAS GONTARSKI	19/11/1982
3	0301	EMILIA OLIVEIRA SANTIAGO	31/12/1982
4	0378	IRACILDA PEREIRA	01/07/1959
5	0276	IRANI REGINA CANDEO PSCHIEDT	15/09/1969
Cargo: 1947 - 20. Professor de Língua Inglesa (não-habilitado)			
1	0060	FABIANA MARINEI KRASINSKI PALUDO	06/05/1987
2	0236	FABIANA NOVACK DE LIMA	13/05/1986
Cargo: 1948 - 21. Professor de Língua Portuguesa (habilitado)			
2	0119	CAROLINE DE LIMA DA CRUZ	30/04/1991
3	0489	EVELIN GISLANE SCHROEDER DE LIMA	27/10/1982
5	0330	MARILDA PADILHA DOS SANTOS	14/05/1956
6	0443	SIMONE APARECIDA DE OLIVEIRA GONÇALVES	05/04/1971
7	0428	WANESSA SCHEILA GOUDARD BUSS-MANN	05/09/1967
8	0166	ZENAIDE GABRIEL ANCIUTTI	06/06/1948
Cargo: 1949 - 22. Professor de Língua Portuguesa (não-habilitado)			
1	0351	ANA CRISTINA DEBRUM DOS SANTOS	29/01/1992
2	0280	ANA PAULA MEDEIROS DA CUNHA	19/10/1992
3	0202	ANDRESSA APARECIDA TRAFCA	28/04/1993
4	0411	ANGELITA WEGRZINOVSKI	17/09/1980
7	0242	HELLEN CRISTINE WITT HOLTZ	13/07/1993

8	0091	HIRVINNG ALECSSEY KERETCH ULBIRICH	31/07/1992
9	0124	JACQUELINE HELENA LILA	01/05/1992
10	0083	MARIANA HABLE	03/09/1994
11	0151	MARLENE TEREZINHA SILVEIRA PONTES	18/07/1989
12	0021	ROXANY MARIÊ HAAS	10/11/1993
13	0355	VERIDIANA CARLA MACHADO	18/10/1988
Cargo: 1950 - 23. Professor de Matemática (habilitado)			
1	0321	GENILSON GUENZE	07/01/1989
2	0417	MAURICIO SIQUEIRA	15/10/1981
3	0401	RUBIANA GROCHOVSKI	12/09/1986
4	0472	SOLANGE DE OLIVEIRA RODICZ	17/09/1955
5	0278	VIVIANE WITT	30/06/1988
Cargo: 1951 - 24. Professor de Matemática (não-habilitado)			
2	0190	ANA PAULA NISER	05/08/1994
3	0460	ANDRÉIA UTEMCHOSKI SIMÕES DE OLIVEIRA	16/01/1983
4	0467	CARMEN RAQUEL PALUCH	24/04/1956
5	0057	DENISE TRUCH	23/08/1994
6	0480	ELAINE WENGRNOVSKI SCHAFASCHEK	21/10/1985
7	0023	FERNANDA JAQUELINE DEMETRIO	28/11/1994
8	0204	GUILHERME NOGACZ	29/04/1994
9	0208	JOCELMA SCHADEK SCHAFACHECK	07/03/1988
10	0161	LUCIANO RUMPF	21/07/1971
12	0114	MIGUEL LUCAS GREIN	01/09/1974
13	0390	SANDRELI APARECIDA SIMETTE	19/04/1987
14	0024	TCHARLES JOSÉ PETTERS	03/01/1992
Cargo: 1952 - 25. Professor Zootécnicas/industriais... (habilitado)			
1	0306	CARLOS ANDRE KALINOSKI	07/07/1982
Cargo: 1953 - 26. Professor Zootécnicas/industriais... (não-hab.)			
1	0279	LUIS RONALDO SOARES	11/11/1985
2	0256	SOLANGE DE FATIMA HACKE BECKER	29/12/1984
3	0397	WILLIAN DLUGOSZ DOS SANTOS	27/07/1991

Termo de Convocação

TERMO DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Administração, com fundamento no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal e no uso das atribuições legais, convocam os (as) cidadãos (as) a seguir relacionados (as), aprovados (as) no Processo Seletivo, Edital Nº 002/2013 desta Municipalidade, a comparecerem no endereço a seguir:

Na Praça Desembargador Flávio Tavares nº 12 - (prédio da Prefeitura Municipal de Mafra - SC), no setor de Recursos Humanos e Qualidade, os (as) CANDIDATOS (AS) CONVOCADOS (AS) a seguir:

01- Técnico em Enfermagem - Comparecer até o dia 10.01.2014
(para manifestar interesse pela vaga)

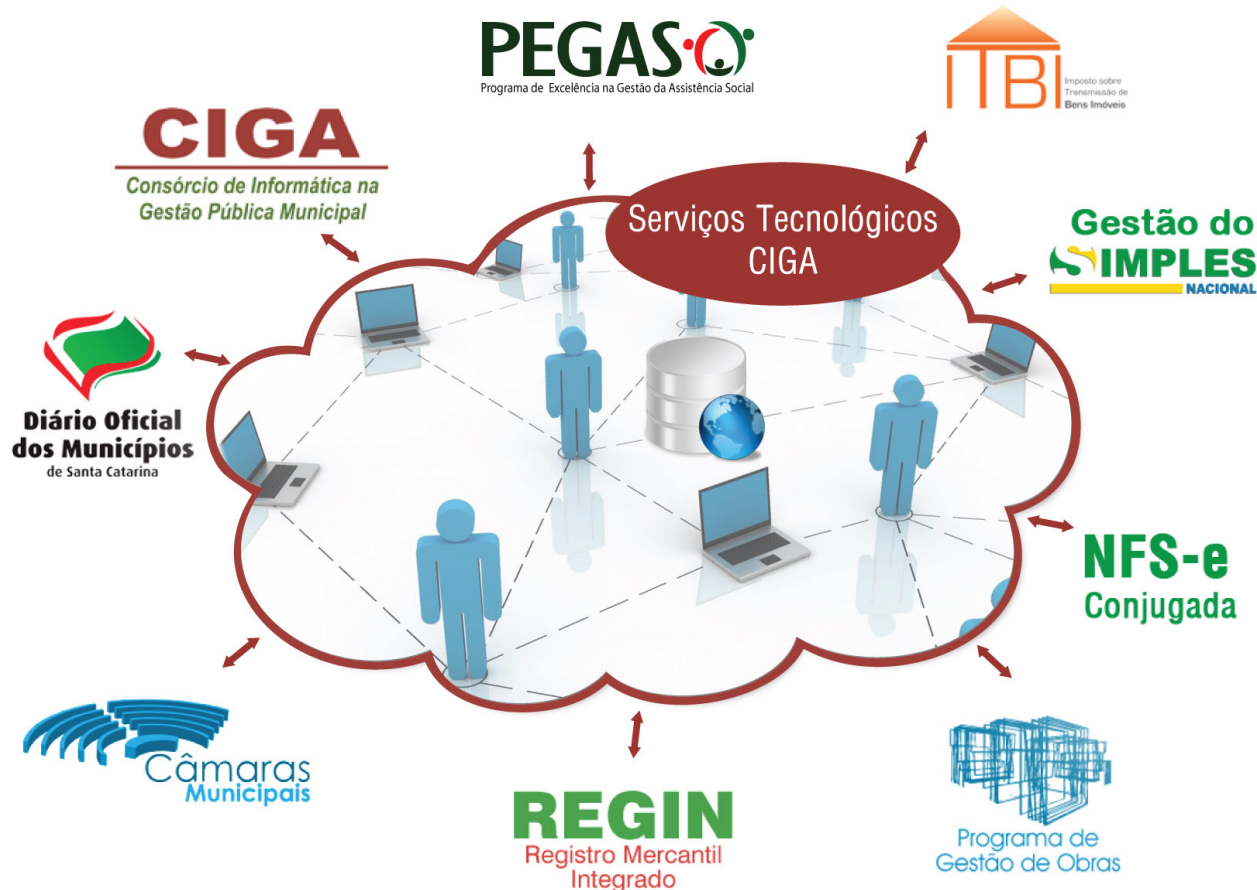
- PATRICIA FONSECA
- VANESSA DE LIMA

O não comparecimento caracterizará o não interesse pela vaga e implicará na exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Processo Seletivo nº 002/2013, facultando-nos a convocar outro (a) candidato (a), conforme Ordem de Classificação.

Ao concluir, aproveita do ensejo para cumprimentá-los (as) pela classificação no Processo Seletivo nº 002/2013 desta Municipalidade.

Mafra, 20 de novembro de 2013.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

TADEU DAVID GERONASSO
Secretário Municipal de Administração



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Maracajá**PREFEITURA****Resultado Final - Processo Seletivo 05/2013****CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS - PROCESSO SELETIVO 005/2013****EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADOS**

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
1	NICÉIA IZABEL DE OLIVEIRA	5,0	7,34	12,34
2	BÁRBARA DA SILVA ROQUE	6,0	6,0	12,0
3	SUZANA GARCIA DA ROCHA	6,0	6,0	12,0
4	AURIDÉIA RÉUS CARDOSO	4,0	7,67	11,67
5	DARLANI CRISTINA SANT'ANA	6,0	5,67	11,67
6	FRANCIANE DA SILVA	3,0	8,67	11,67
7	ANDRÉIA VALERIANO FIGUEREDO LEANDRO	5,5	6,0	11,50
8	NARAMIRTIZ DE SOUZA	4,0	7,34	11,34
9	NATÁLIA WATERKEMPER	6,0	5,34	11,34
10	LISLEI ROCHA SANTOS	6,0	5,0	11,0
11	MARIA ZELINDRA PRUDÊNCIO CUSTÓDIO	6,0	4,0	10,0
12	IRENE TEREZINHA MEDEIROS	3,0	6,34	9,34
13	ANA CARLA CRISTIANO	4,0	5,34	9,34
14	BRUNA CANDIOTTO TREVISOL	4,0	5,0	9,0
15	SILVANA LAURENTINO COSTA	6,0	2,67	8,67
16	DAIANE SILVEIRA FLORIANO	3,0	5,67	8,67
17	ELINÉIA ACORDI DORDET	3,5	4,67	8,17
18	FABIANA SALVADOR MEDEIROS	2,0	5,0	7,0
19	DIRLENE JOANA CORTÊS DA SILVA	4,0	2,0	6,0
20	TAMIRES FIGUEREDO	4,0	2,0	6,0
21	ANA PAULA DA SILVA COSTA	4,0	-----	-----

EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADOS

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
1	EDILÉIA MANOEL DA SILVA ASSIS	3,0	7,34	10,34
2	VANUZA FERNANDES	3,0	4,67	7,67
3	JÉSSICA WATERKEMPER	2,0	5,67	7,67
4	SAMARA PORTAN CUSTÓDIO	2,0	5,0	7,0
5	MAIKON ROCHA DA SILVA	1,5	5,34	6,84
6	REJANE MINERVINA DE OLIVEIRA	3,0	2,34	5,34
7	VILMA CARRADORE DE MEDEIROS	1,5	3,34	4,84
8	SUELIN RÉUS DA ROCHA	2,0	2,34	4,34

9	CRISLAINE DONDOSSOLA DA SILVA	1,5	2,67	4,17
---	-------------------------------	-----	------	------

SÉRIES INICIAS - HABILITADOS

ORDEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
1	GISELE ACORDI DA ROCHA DE OLIVEIRA	6,0	10,0	16,0
2	MARIA BERNADETE TEIXEIRA	6,0	9,67	15,67
3	CRISTIANE MASIEIRO DA ROCHA	6,0	9,34	15,34
4	ROSELI MONTEIRO DOS SANTOS	6,0	8,67	14,67
5	NICÉIA IZABEL DE OLIVEIRA	5,0	9,34	14,34
6	MARGHERITA COPETTI MENEGARO	4,0	10,0	14,0
7	BÁRBARA DA SILVA ROQUE	6,0	7,67	13,67
8	SIMONE AMANDA DIAS	5,5	7,34	12,84
9	CAROLINE FELISBERTO INDALÊNCIO	3,0	9,67	12,67
10	FRANCIANE DA SILVA	3,0	9,67	12,67
11	FÁTIMA REGINA BORGES	6,0	6,34	12,34
12	DARLANI CRISTINA SANT'ANA	6,0	6,0	12,0
13	NARAMIRTIZ DE SOUZA	4,0	7,67	11,67
14	ANDRÉIA ROCHA GONÇALVES	6,0	5,67	11,67
15	ALESSANDRA OLIVEIRA ARAÚJO	6,0	5,34	11,34
16	SAMIRA MATIAS DE ALMEIDA	5,0	6,34	11,34
17	NATÁLIA WATERKEMPER	6,0	5,34	11,34
18	JULIANA DASSOLER DA SILVA	4,0	7,34	11,34
19	EDITE SCARDUELLI	5,0	5,67	10,67
20	LISLEI ROCHA SANTOS	6,0	4,34	10,34
21	IRENE TEREZINHA MEDEIROS	4,0	6,34	10,34
22	ROSANE MARTINS TAVARES	6,0	4,34	10,34
23	SANDRA REGINA BARCELOS ROSA	5,0	5,0	10,0
24	GISELE COSTA	5,5	4,34	9,84
25	MARIA ZELINDRA PRUDÊNCIO CUSTÓDIO	6,0	3,67	9,67
26	SILVANA LAURENTINO COSTA	6,0	3,67	9,67
27	REJANE MINERVINA DE OLIVEIRA	4,0	5,0	9,0
28	FLÓSCULA LEANDRA RAMOS	4,0	5,0	9,0
29	SERGIA ANDREZA ARAUJO	5,0	3,67	8,67
30	GESIANE BASÍLIO ALMEIDA SOMARIVA	3,0	5,34	8,34
31	MARA RUBIA LEANDRO DE OLIVEIRA MOTTA	3,0	4,67	7,67
32	EVA NARCIZO GOMES COMICIOLI	2,0	4,0	6,0

SÉRIES INICIAS - NÃO HABILITADOS

ORDEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
1	GISELE DE MEDEIROS MESQUITA	3,0	9,34	12,34
2	FLÁVIA MATHIAS DE FREITAS	1,5	3,0	4,5
3	JULIANA DE SOUZA ELIAS	1,0	2,67	3,67

AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADOS

ORDEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
----	ANA PAULA DA SILVA COSTA	4,0	----	-----

AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADOS

ORDEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
1	GISELE DE MEDEIROS MESQUITA	2,0	7,67	9,67
2	ALBERTINA HELENA LENHANI CARDOSO	2,0	6,34	8,34
3	JÉSSICA WATERKEMPER	3,0	5,0	8,0
4	MONALISA DA SILVA	2,0	5,34	7,34
5	EDILAINE DOS SANTOS POSSAMAI	3,0	4,34	7,34
6	TÂNIA DE MACEDO INÁCIO	2,5	4,34	6,84
7	MÁRCIA REGINA TESA	3,0	3,67	6,67
8	JÚLIA BILÉSIMO SERAFIM	3,0	3,67	6,67
9	FRANCIELE BERTOJA MOTA	1,0	5,0	6,0
10	GISLEINE ROCHA ESTEVAM	1,0	4,34	5,34
11	DAIANE GOMES DE SOUZA	1,0	4,34	5,34
12	RAQUEL RUTE DOS SANTOS	1,5	3,67	5,17
13	JULIANA DE SOUZA ELIAS	2,0	3,0	5,0
14	SUELIN RÉUS DA ROCHA	3,0	1,67	4,67
15	ANDRÉIA RESENDE	1,5	2,67	4,17
16	NAIARA DOS ANJOS DE FREITAS	0,5	1,67	2,17

PORTUGUÊS - HABILITADOS

ORDEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
1	FLÁVIA MAZON COMICOLI	6,0	4,67	10,67
2	SANDRA PEZENTE TEIXEIRA COSTA	3,0	7,34	10,34

PORTUGUÊS - NÃO HABILITADOS

ORDEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
---	-----			

MATEMÁTICA - HABILITADOS

ORDEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
1	ANGELITA DA ROSA FARIAS	9,0	7,0	16,0
2	LILIAN FELISBERTO COELHO CUSTÓDIO	4,0	4,67	8,67
3	RODILENE ROCHA DE OLIVEIRA	40	3,34	7,34

MATEMÁTICA - NÃO HABILITADOS

ORDEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
---	-----			

LÍNGUA INGLESA - HABILITADOS

ORDEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
---	-----			

LÍGUA INGLESA - NÃO HABILITADOS

ORDEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
---	-----			

CIÊNCIAS - HABILITADOS

ORDEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
1	CRISTIANO FLORÊNCIO	6,0	4,34	10,34

CIÊNCIAS - NÃO HABILITADOS

ORDEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
1	FABIANO ALEX DA SILVA	1,0	4,34	5,34

EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADOS

ORDEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
1	MARIELY ACORDI DORDET	6,0	6,0	12,0
2	DANIELA REJANE FYSZER ROXO	5,0	6,0	11,0
3	KARINA NUNES DE MEDEIROS	4,0	6,34	10,34
4	MARIA GLACI BATISTA	5,5	4,67	10,17
5	DAIANI LOCH	4,0	5,67	9,67
6	LAYS LAURENTINO COSTA	4,0	5,34	9,34
7	FERNANDA GLEIKA MARTINELLO	4,0	5,0	9,0
8	CLÁUDIA BARCELOS MARIANO	6,0	---	----

EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADOS

ORDEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
1	KATYELE LAURENTINO ESPÍDULA	2,0	5,34	7,34
2	MURILO MANOEL DA SILVA FREITAS	1,0	6,0	7,0
3	SUZEN DA ROCHA	3,0	3,67	6,67
4	FELIPE MOTA DA SILVA	1,0	3,67	4,67
5	CAMILA INÁCIO PRÊMOLI	1,0	3,34	4,34

GEOGRAFIA - HABILITADOS

ODEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
---	-----			

GEOGRAFIA - NÃO HABILITADOS

ORDEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
---	-----			

HISTÓRIA - HABILITADOS

ORDEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
---	-----			

HISTÓRIA - NÃO HABILITADOS

ORDEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
---	-----			

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E AMBIENTAL - HABILITADOS

ORDEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
1	LÚCIO VÂNIO MORAES	12,0	5,67	17,67
2	MÔNIA NUNES CARDOSO	4,0	5,0	9,0

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E AMBIENTAL - NÃO HABILITADOS

ORDEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
----	-----			

ARTES - HABILITADOS

ORDEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
1	CAMILA ROCHA DE FREITAS	6,0	7,0	13,0
2	ALINI DE ALMEIDA	4,0	7,0	11,0
3	ALINE MELLO ROSSO	4,0	6,0	10,0

ARTES - NÃO HABILITADOS

ORDEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
1	DANIELI ROCHA DE OLIVEIRA	3,0	8,34	11,34
2	SINARA ROCHA DE SOUZA	2,0	5,67	7,67

ENSINO RELIGIOSO - HABILITADOS

ORDEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
----	-----			

ENSINO RELIGIOSO - NÃO HABILITADOS

ORDEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
----	-----			

APOIO TÉCNICO PEDAGÓGICO - HABILITADOS

ORDEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA DE TÍTULOS	PROVA	PONTUAÇÃO FINAL
1	SUZANA GARCIA DA ROCHA	6,0	6,0	12,0
2	JULIANA DASSOLER DA SILVA	4,0	7,34	11,34
3	MARLI MOREIRA	6,0	5,0	11,0
4	SERGIA ANDREZA ARAUJO	5,0	4,34	9,34

MERENDEIRA

ORDEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA
1	IOLANDA DA SILVA GARCIA	8,67
2	MARIA REGINA RÉUS	8,34
3	SANDRA REGINA PEDRO	8,34
4	SILVANA ROCHA	8,34
5	DAIANE MARTINS GOMES DOS SANTOS	8,0
6	RITA DE CÁSSIA DE FREITAS	7,67
7	JUCÉLIA DE OLIVEIRA NAZÁRIO	7,34
8	MARIA GORETE HENRIQUE DE ALMEIDA	7,34
9	MARLI DE FÁTIMA LEITE DIOTTI	7,0
10	ROSICLÉIA LOH BORGES	6,34
11	ROSANE ROCHA	6,0
12	LEONI FAGUNDES DA SILVA	5,67
13	ROSANE GONÇALVES DE MEDEIROS	4,34
14	MARLENE JOSÉ CANDIDO CANDIOTTO	0,0
15	VANILDA DORINA FARIAS	0,0
16	VIVIANE PORTO DE MEDEIROS	----

SERVIÇOS GERAIS

ORDEM DA CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PROVA
1	BÁRBARA RODRIGUES	6,67
2	ANDREZA REZENDE DA ROCHA	6,34
3	MARÍLIA BERTI CARDOSO CÂNDIDO	6,34
4	ELIETE BORGES RESENDE	6,0
5	MARIA DA SILVA ROCHA BRANCO	6,0
6	ELIZABETE PEDROSO GOMES	5,67
7	PATRÍCIA DE MELO SANTOS	5,67
8	FRANCISCA DAS CHAGAS DA COSTA SOUZA	5,0
9	SANDRA DE FÁTIMA KUCHERTT	4,67
10	ROSALINA LEAL DAROLT	4,34
11	EDINEIA MOTA	4,34
12	SAMARA GASPAR	4,34
13	JOSINÉIA DE BEM MARTINS	4,0
14	CLAUDEONOR OTÁVIO FARIAS	3,67
15	JOSIVANA WATERKEMPER	3,67
16	LEONIR ISOLDE GAMLA BUENO	3,67
17	PAULO RICARDO UCHOA	3,0
18	KEILA PAULEK DE OLIVEIRA	2,67
19	MARIA SALETE WATERKEMPER GASPAR	2,34
20	NORMA JOSÉ DA ROCHA	1,34
21	JANICE DE JESUS RABELO	0,34
22	RENATA DA LUZ PEDROSO	0,0
23	AMANDA FARIAS BOEIRA	----

MARACAJÁ/SC, 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

DENNER LUCAS CASAGRANDE

Presidente da Comissão Especial do Processo Seletivo

Marema

PREFEITURA

Lei Nº 1032/2013

Lei n. 1032/2013

De 19/12/2013

DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO DE PARCELAMENTO DE SOLO ATRAVÉS DE DESMEMBRAMENTO E REMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO 11 ATUALMENTE PARTE DA QUADRA N. 04 DA MATRÍCULA n. 6.350 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu SANCIONO a seguinte LEI.

Art. 1º Fica autorizada a regularização de parcelamento do solo urbano, nos termos do desmembramento do lote urbano 11 atualmente parte da quadra n. 04 da matrícula 6.350 de propriedade de Almacir Antonio Gaspar e Moacir Lunardi, registrado no CRI da comarca de Xaxim, localizado no perímetro urbano de Marema, na forma do mapa e memorial descritivo em anexo a esta LEI.

§ 1º A Situação atual do imóvel, conforme escritura pública consiste em:

SITUAÇÃO ATUAL

Proprietário: Almacir Antonio Gaspar e Moacir Lunardi

Local: Marema-SC

Matrícula: 6.350 Comarca: Xaxim

ÁREA DA MATRÍCULA: 660,00m²

SITUAÇÃO ATUAL: 643,55 m²

DIFERENÇA PARA MENOS: 16,45m²

Imóvel: Parte da quadra nº4 Terreno Urbano 11 do loteamento da cidade de Marema, Santa Catarina com área de 643,55m²(Seiscentos e quarenta e tres metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), localizado na esquina formada pela Rua Pedro Alvares Cabral com a Rua Voluntarios da Patria, localizado no município de Marema, com as seguintes confrontações:

Noroeste: Com a matrícula nº 14.041 de propriedade de Alcebíades Lealdo Possamai, em 19,83 metros da mesma quadra.

Sudeste: Com, Rua Voluntarios da Patria em 20,00metros

Nordeste: Com parte do lote nº 10, matrícula nº 6.351 de Moacir Lunardi, em 31,94 metros da mesma quadra,

Sudoeste: Com a Rua Pedro Alvares Cabral em 32,71metros.

§ 2º A situação do desmembramento consiste em:

SITUAÇÃO DO DESMEMBRAMENTO

Proprietário: Almacir Antonio Gaspar e Moacir Lunardi

Local: Marema-SC

Matrícula: 6.350 Comarca: Xaxim

1º- Lote 11A da quadra nº4 com area superficial de 333,29 m²(Trezentos e trinta e tres metros e vinte e nove decimetro quadrado) , localizado no lado par da Rua Pedro Alvares Cabral, distante pelo lado esquerdo 15,68 m da Rua Voluntarios da Patria, localizado no município de Marema - SC, com as seguintes confrontações

Noroeste: Com a matrícula nº 14.041 de propriedade de Alcebíades Lealdo Possamai em 19,83 metros da mesma quadra.

Sudeste: Com o lote 11B, ora a ser desmembrado em 19,63 metros,

Nordeste: Com parte do lote nº 10, matrícula nº 6.351 de Moacir Lunardi, em 16,52 metros da mesma quadra,

Sudoeste: Com a Rua Pedro Alvares Cabral em 17,04metros.

1º- Lote 11B da quadra nº4 com area superficial de 310,26 m²(Trezentos dez metros e vinte e seis decimetro quadrado) , localizado na esquina formada pela Rua Pedro Alvares Cabral, e a Rua Voluntarios da Patria, localizado no município de Marema - SC, com as seguintes confrontações

Noroeste: Com o lote 11A, ora a ser desmembrado, em 19,3 metros da mesma quadra.

Sudeste: Com a rua Voluntarios da Patria em 20,00 metros,

Nordeste: Com parte do lote nº 10, matrícula nº 6.351 de Moacir Lunardi, em 15,42metros da mesma quadra,

Sudoeste: Com a Rua Pedro Alvares Cabral em 15,68 metros.

Art. 2º Qualquer desmembramento ou remembramento futuro, na área da regularização, após a aprovação da mesma pelo departamento competente, obedecerá os padrões estipulados na legislação em vigor.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a praticar todos os atos bons e necessários à colimação do objeto desta matéria, visando a regularização do parcelamento.

Art. 4º Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7. Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito 19 de dezembro de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

Meleiro

PREFEITURA

Lei Nº 1630/2013

LEI Nº 1630/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO MUNICIPIO DE MELEIRO-SC A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIROS.

O Prefeito Municipal de Meleiro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar para a execução dos serviços de bombeiros e regular as atividades de segurança contra sinistros, busca e salvamento de pessoas e bens, atendimento pré-hospitalar, exames de projetos e vistorias de segurança contra sinistros em edificações, ações de defesa civil, desenvolvidas pela Corporação, através de sua Organização de Bombeiro Militar.

Art. 2º - Os recursos gerados no cumprimento do convênio serão

depositados em conta bancária deste município denominada PREFEITURA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, e aplicados exclusivamente no investimento em segurança contra incêndio e outros sinistros, como aquisição de viaturas, equipamentos, instalações físicas e despesas de custeio da atividade de bombeiro militar.

Art. 3º Para compor o efetivo de prontidão fica autorizado o Município a ceder servidores municipais efetivos para a Organização de Bombeiros Militar, para atuarem como auxiliares de defesa civil.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de dezembro de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Decreto Nº 107/2013

DECRETO Nº 107/2013, em 09 de Dezembro de 2013.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a Lei Municipal n. 1393, de 09 de Setembro de 2010;

CONSIDERANDO, a necessidade de ser declarado de utilidade pública para posterior desapropriação;

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública parte de um imóvel devidamente matriculado sob o n. 14.074 (retificado pela matrícula 28.097) do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Urussanga, na extensão de 764,81 m² (setecentos e sessenta e quatro vírgula oitenta e um metros quadrados), localizado na Avenida Inocente Pagnan, neste Município.

Art. 2º - A área a que se refere o artigo 1º deste Decreto destina-se para posterior desapropriação e abertura de rua.

Art.3º - Segue parte integrante deste Decreto cópia da lei municipal n. 1393 de 09 de Setembro de 2010, planta de localização e matrícula do imóvel.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson,
em 09 de Dezembro de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

Extrato Contrato Nº 263/2013

Prefeitura de Navegantes/SC

Contrato nº 263/2013

Contratante. : Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado.: Maria Odete Pereira Seara

Licitação: Dispensa 41/2011

Período: 01/01/2014 a 31/12/2014

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0135

Objeto.: O Quinto Termo Aditivo tem por objeto, promover o prazo pactuado no contrato original.

Navegantes, 19 de dezembro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Extrato Termo Aditivo Contrato Nº262/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL.

Contrato Nº..: 262/2013.

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada : RBI CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

Valor aditivo Acréscimo: 1.328.962,02 (um milhão trezentos e vinte e oito mil novecentos e sessenta e dois reais e dois centavos).

Valor Aditivo Supressão: R\$ 716.237,50 (setecentos e dezesseis mil duzentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Vigência : Início: 20/12/2013 a 30/06/2014

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 167/2011.

Recursos : Dotação: 1.090.4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.00.

Objeto : Segundo Termo Aditivo de Prazo, Acréscimo e Supressão ao contrato nº 159/2012, Concorrência nº 167/2011, referente à Execução de obras de Macrodrenagem para controle de inundações no Bairro Gravatá, Município de Navegantes - Pac 2 nº 0351056-84.

Navegantes, 20 de dezembro de 2013.

Carta de Convocação

Navegantes, 10 de dezembro de 2013.

Ilma Sra.

MYLENE ARAÚJO DE OLIVEIRA

NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2010, para o cargo de ENGENHEIRO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinando implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

ALESSANDRA MULLER
Diretoria de Gestão em RH

Extrato Ata Habertura de Habilitação C.C Nº 184/2013 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC

Ata Abertura envelopes de Habilitação C.C 184/2013 PMN - CONCORRÊNCIA PÚBLICA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DA ESCOLA PROFESSORA CLARINDA MARIA GAYA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 1/2014 (Sequência: 1)

Ao(s) 20 de Dezembro de 2013, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 1165, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 184/2013, Licitação nº. 184/2013 - CC, na modalidade de Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

BROOKFIELD CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA EPP, CONSTRUTORA LOVEMBERG LTDA ME, EXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, BELGA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA EPP, CONSTRUTORA RENASCENCE LTDA E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- ABERTA A SESSÃO COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS, BROOKFIELD CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA EPP, CONSTRUTORA LOVEMBERG LTDA ME, EXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, BELGA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA EPP, CONSTRUTORA RENASCENCE LTDA E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA ESTES DOIS ÚLTIMOS COM REPRESENTANTES AUSENTES. APOS A ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO RESTOU COMPROVADO QUE A EMPRESA BROOKFIELD CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA EPP NÃO APRESENTOU O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EM CONFORMIDADE A SOLICITAÇÃO DO EDITAL RESTANDO INABILITADA, LOVEMBERG LTDA ME, RENASCENCE LTDA, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA NÃO APRESENTARAM ACERVO TÉCNICO COMPATÍVEL COM OBJETO LICITADO QUE SE TRATA DE ESTRUTURA PRE-MOLDADA RESTANDO INABILITADAS, TODAVIA AS EMPRESAS CONSTRUTORA, EXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, BELGA CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA EPP FORAM HABILITADAS. MOMENTO EM QUE DECLARA-SE SUSPENSA A PRESENTE SESSAO E ABERTO O PRAZO RECURSAL DE ACORDO COM O PREVISTO NO ART. 109, I, A, DA LEI 8.666/93, DANDO-SE AS EMPRESAS PRESENTES POR INTIMADAS NO PRESENTE MOMENTO E NADA MAIS HAVENDO A TRATAR DECLAROU-SE POR ENCERRADA A PRESENTE SESSÃO. desde ja ficam notificados que a abertura dos envelopes de propostas aconteceu dia 06/01/2013 as 16h caso

não exista recursos, na prefeitura municipal de navegantes.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

COMISSÃO:

HUMBERTO GALVEZ JÚNIOR HUMBERTO GALVEZ JÚNIOR - Presidente da Comissão de Licitação, equipe de apoio: FERNANDA HASMANN CONSTANCIO, CARLA CLAUDINO, MARIA BENEDITA CORREA, DOUGLAS LEMOS

Navegantes, 20 de Dezembro de 2013

Extrato Termo de Rescisão R.P 74/2013 - Mdm

TERMO DE RESCISÃO -TERMO DE RESCISÃO AMISTOSO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74/2013, CELEBRADO ENTRE MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA MDM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua João Emílio nº 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ROBERTO CARLOS DE SOUZA, que este subscreve, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, e, de outro lado, e a empresa MDM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, com sede na cidade de Blumenau, Estado de SANTA CATARINA na Rua DR. PEDRO ZIMMERMANN nº 5571 - Bairro ITROUPAVA CENTRAL, inscrita no CNPJ sob o nº 85.104.289/0001-41, neste ato, representada pelo senhor RENALDO MANSKE, portador do CPF nº 381.417.019-91 que também subscreve doravante denominada de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Fica rescindido de forma amigável o pacto formalizado através da Ata de Registro de Preços nº 74/2013 e o seu respectivo contrato, oriundos do certame idealizado na modalidade Pregão Presencial de mesmo número, conforme processo administrativo instaurado PA nº 06/2013, Decisão Administrativa de Cancelamento de Contrato por descumprimento de cláusulas contratual e editalícias, decisão devidamente publicada, não restando assim qualquer pendência pecuniária, obrigacional ou de penalidade entre as partes.

CLAUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

2.1 As partes concordam que a partir da assinatura do presente termo de rescisão amigável, revoga-se qualquer pendência entre as partes, excetuando-se a observância das garantias inerentes aos serviços anteriormente executados pela contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIQUIDAÇÃO

3.1 As partes declaram que procederam com a apuração de eventuais créditos da Contratada e pendências da mesma com relação ao Município e concordam que não perdura qualquer comprometimento que possa macular o presente termo de rescisão.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1 As partes contratantes elegem o Foro desta Comarca de Navegantes, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes, MUNICÍPIO e CONTRATADA, de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam na presença de 02 (duas) testemunhas e em 02 (duas) vias.

Navegantes, 19 de dezembro de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA Prefeito de Navegantes

MDM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ Nº 85.104.289/0001-41
ANNA CLAUDIA GAYA COSTA Encarregada Processo Administrativo
BENILDE PERAO Secretária de Administração e Logística
TESTEMUNHAS: FERNANDA HASMANN CONSTANCIO, HUMBERTO GALVEZ JUNIOR - Servidor Público Municipal

NAVEGANTESPREV

Extrato do Termo Aditivo Nº 011/2013Ipp

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Extrato Termo Aditivo nº 11/2013IPP

Contratante. : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Contratada : DI MATTEO CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação nº 02/2012

Vigência: Início: 01/01/2014 Término: 31/12/2014.

Dotação: 29.02.3.3.90.00.00.00.00

Objeto : SEGUNDO TERMO ADITIVO, CUJO OBJETO É PRORROGAÇÃO E REAJUSTE DO CONTRATO ORIGINAL Nº 02/2012IPP.

Navegantes, 20 de dezembro de 2013.

ARILSON LUIZ MORAES

Diretor Presidente

Extrato do Termo Aditivo Nº 07/2013Ipp

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Extrato Termo Aditivo nº 07/2013IPP

Contratante. : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Contratada : MABEL KRISTINE BRAMORSKI LONGEN E CIA LTDA

Licitação: Tomada de Preços nº 03/2012

Vigência: Início: 01/12/2014 Término: 31/12/2014.

Dotação: 29.01.3.3.90.39.10.00.00

Objeto : QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2012 E TERMOS ADITIVOS, CUJO OBJETO É A PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL DE 01 DE JANEIRO DE 2014 A 31 DE DEZEMBRO DE 2014.

Navegantes, 20 de dezembro de 2013.

ARILSON LUIZ MORAES

Diretor Presidente

Extrato do Termo Aditivo Nº 08/2013Ipp

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Extrato Termo Aditivo nº 08/2013IPP

Contratante. : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Contratada : SUL PREV CONSULTORIA E GESTÃO DE NEGOCIOS LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação nº 01/2012

Vigência: Início: 01/01/2014 Término: 31/12/2014.

Dotação: 29.02.3.3.90.00.00.00.00

Objeto : TERCEIRO TERMO ADITIVO, CUJO OBJETO É PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL Nº 01/2012IPP.

Navegantes, 20 de dezembro de 2013.

ARILSON LUIZ MORAES

Diretor Presidente

Extrato do Termo Aditivo Nº 10/2013Ipp

NAVEGANTESPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Extrato Termo Aditivo nº 10/2013IPP

Contratante. : INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Contratada : SUL PREV CONSULTORIA E GESTÃO DE NEGÓCIOS LTDA

Licitação: Tomada de Preços nº 03/2012

Vigência: Início: 01/01/2014 Término: 31/12/2014.

Dotação: 29.02.3.3.90.00.00.00.00

Objeto : TERCEIRO TERMO ADITIVO, CUJO OBJETO É PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL Nº 01/2012IPP.

Navegantes, 20 de dezembro de 2013.

ARILSON LUIZ MORAES

Diretor Presidente

Ouro Verde

PREFEITURA

Decreto N.2417/2013

DECRETO Nº. 2417/2013

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DA FONTE DE RECURSO 0318 - MUNICIPALIZAÇÃO - FUNDEB E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Inciso III do Artigo 10 da Lei Municipal nº. 821, de 18 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 21.204,54 (Vinte e um mil, duzentos e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), destinado a reforçar a seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

12.361.1201.2009 - Manutenção do Ensino Fundamental

31900000 - Aplicações Diretas - Fonte 0322 - Fundeb - Reduzido 068 R\$ 21.204,54

TOTAL GERAL R\$ 21.204,54

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto correrá por conta de recursos Vinculados ao Superávit Financeiro apurando no Exercício Anterior na Fonte de Recurso 0318 - Municipalização do Fundeb - Convênio - nº 4777/2012-5, no valor de R\$ 21.204,54 (Onze mil novecentos e setenta e quatro reais, quarenta e um centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 4º - São revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 12 de Dezembro de 2013.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

NILSO SANTIN

Vice-Prefeito Municipal

Decreto N.2418/2013

DECRETO N.º 2418/2013

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo em todas as Repartições Públicas do Município de Ouro Verde, do dia 23/12/2013 à 31/12/2013 e no dia 02 de janeiro de 2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3º - São revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 16 de dezembro de 2013.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

NILSON SANTIN

Vice-Prefeito Municipal

Decreto N.2419/2013

DECRETO N.º 2419/2013

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Inciso III do Artigo 10 da Lei Municipal nº. 821, de 18 de Dezembro de 2012

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 21.204,54 (Vinte e um mil, duzentos e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), destinado a reforçar a seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

12.361.1201.2009 - Manutenção do Ensino Fundamental

31900000 - Aplicações Diretas - Fonte 0122 - Fundeb - Reduzido 011 R\$ 21.204,54

TOTAL GERAL R\$ 21.204,54

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto correrá por conta de recurso Vinculado a Municipalização do Fundeb - Convênio - nº 4777/2012-5, no valor de R\$ 21.204,54 (Vinte e um mil, duzentos e quatro reais e cinquenta e quatro centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 16 de dezembro de 2013

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

NILSON SANTIN

Vice-Prefeito Municipal

Decreto N.2420

DECRETO N.º 2420/2013

"Dispõe Sobre a Suplementação e Anulação de Dotações Orçamentárias no Orçamento Vigente e da outras providências"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em especial a Lei Municipal 821/2012, de 18 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), destinado a reforçar a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente:

1101 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0101.2001 - Manut. das Atividade Legislativas

33900000 - Aplicações Diretas - Fonte 0100 - Reduzido 002 R\$ 2.000,00

TOTAL R\$ 2.000,00

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto correrá por conta de anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentárias do orçamento vigente:

1101 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.0101.2001 - Manut. das Atividade Legislativas

31900000 - Aplicações Diretas - Fonte 0100 - Reduzido 001 R\$ 2.000,00

TOTAL R\$ 2.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 16 de dezembro de 2013

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

NILSON SANTIN

Vice-Prefeito Municipal

Palhoça**PREFEITURA****Lei Complementar Nº 150, de 18 de Dezembro de 2013.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 150, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO. IPTU. Dá nova redação ao artigo 27 da Lei Complementar 018, de 30 de dezembro de 2002, alterado pela Lei Complementar nº 083 de 23 de dezembro de 2009, posteriormente alterado pela Lei Complementar nº 114, de 10 de novembro de 2011, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 27 da Lei Complementar nº 018, de 30 de dezembro de 2002, e suas alterações posteriores, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27. O recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e das taxas previstas nesta Lei

Complementar, que com ele serão lançadas, dar-se-á através de Documento de Arrecadação Municipal, pela rede bancária, devidamente autorizada pelo município:

I - em um só pagamento até o 10º dia do mês de março do exercício competente, com os seguintes descontos:

- a) de 25% (vinte e cinco por cento), para contribuintes em dia com o cofre municipal;
- b) de 20 % (vinte por cento), para contribuintes em débito com o cofre municipal;

II - em um só pagamento até o 10º dia do mês de abril do exercício competente, com os seguintes descontos:

- a) de 15% (quinze por cento), para contribuintes em dia com o cofre municipal;
- b) de 10% (dez por cento), para contribuintes em débito com o cofre municipal;

III - até 10 (dez) prestações iguais e sucessivas, dentro do mesmo exercício financeiro, a partir do 10º dia do mês de março para o exercício a que se referir;

Parágrafo Único. O valor mínimo da prestação será de R\$ 67,14 (sessenta e sete reais e quatorze centavos) mensais, computando-se as Taxas lançadas em conjunto."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e surtirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, 18 de dezembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeitura Municipal

Lei Complementar Nº 151, de 18 de Dezembro de 2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 151, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

IPTU. Código Tributário Municipal. Dá nova redação aos Anexos I e I/A da Lei Complementar 018, de 30 de dezembro de 2002, alterado pela Lei Complementar nº 084, de 23 de dezembro de 2009 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Os anexos I e I/A da Lei Complementar n. 018, de 30 de dezembro de 2002, passam a vigorar com a redação do Anexo Único, parte integrante da presente Lei Complementar.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e surtirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 2014.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, 18 de dezembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 152, de 18 de Dezembro de 2013.

LEI COMPLEMENTAR Nº 152, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

PROGRAMA TUDO EM DIA. Institui Ação de Recuperação de Dívidas Públicas.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído o Programa Tudo em Dia, com adesão opcional pelos contribuintes em débito com a Fazenda Pública Municipal, nas condições previstas nesta Lei Complementar.

Art. 2º A adesão do contribuinte pelo Programa Tudo em Dia, será concedida pelo número do imóvel e/ou pelo cadastro econômico, quando pessoa jurídica, ficando o contribuinte impedido de quitar parte da dívida, devendo quitar o débito total que tiver com o município.

Art. 3º Incluem-se no Programa Tudo em Dia todos os débitos municipais vencidos até 31 de dezembro de 2013, que poderão ser consolidados em um único processo.

Art. 4º O crédito tributário poderá ser pago, com redução da multa e juros em:

I - 100% (cem por cento) se em 1 (uma) parcela;

II - 95% (noventa e cinco por cento) se em 2 (duas) parcelas;

III - 90% (noventa por cento) se em 3 (três) parcelas;

IV - 85% (oitenta e cinco por cento) se em 4 (quatro) parcelas;

V - 80% (oitenta por cento) se em 5 (cinco) parcelas;

VI - 75% (setenta e cinco por cento) se em 6 (seis) parcelas;

VII - 70% (setenta por cento) se em 7 (sete) parcelas;

VIII - 65% (sessenta e cinco por cento) se em 8 (oito) parcelas;

IX - 60% (sessenta por cento) se em 9 (nove) parcelas;

X - 55% (cinquenta e cinco por cento) se em 10 (dez) parcelas;

XI - 50% (cinquenta por cento) se em 11 (onze) parcelas; e

XII - 45% (quarenta e cinco por cento) se em 12 (doze) parcelas.

§ 1º As parcelas serão mensais e sucessivas, vencendo a primeira, ou única, dentro de 30 (trinta) dias da data da adesão.

§ 2º Atendido o disposto no caput, o valor unitário mínimo de cada parcela será igual ao estipulado no artigo 373, § 1º, incisos I e II da Lei Complementar nº 018, de 30 de dezembro de 2002.

§ 3º As parcelas pagas com atraso serão acrescidas de multa equivalente a 0,33% (trinta e três por cento) do seu valor ao dia, limitado a 30% (trinta por cento).

Art. 5º O disposto nesta Lei Complementar aplica-se ao crédito tributário:

I - decorrente de lançamento de ofício ou denunciado

espontaneamente;

II - inscrito em Dívida Ativa, em qualquer fase que esteja a sua cobrança; e

III - eventuais saldos de parcelamentos em andamento, entre outros.

Parágrafo único. No caso de denúncia espontânea esta será considerada autolancamento para fins de exigência do respectivo crédito tributário.

Art. 6º Será automaticamente excluído do programa o contribuinte que:

I - deixar de observar as formalidades previstas nesta Lei ou no seu regulamento;

II - deixar de pagar tributos municipais cujos vencimentos sejam posteriores a data prevista no artigo 3º desta Lei Complementar.

§ 1º A exclusão do contribuinte nos termos dos incisos I e II do "caput", que será efetivada mediante decisão do Secretário da Receita ou autoridade delegada, e implicará em:

I - restabelecimento, em relação ao montante não pago, dos acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores;

II - exigibilidade imediata da totalidade dos créditos tributários consolidados e ainda não pagos;

III - automática execução da garantia prestada, quando for o caso; e

IV - início ou prosseguimento da respectiva ação de execução fiscal, conforme o caso.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, se a opção incluir ou consolidar mais de um crédito tributário, os valores pagos serão imputados obedecidos as seguintes regras:

I - em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria, e em segundo lugar aos decorrentes de responsabilidade tributária;

II - primeiramente, as contribuições de melhoria, depois às taxas e por fim os impostos;

III - na ordem crescente dos prazos de prescrição; e

IV - na ordem decrescente dos montantes.

§ 3º No prazo de 60 (sessenta) dias, contados da exclusão, o contribuinte será notificado do resultado da imputação a que se refere o parágrafo anterior.

§ 4º Para os efeitos deste artigo, a Secretaria da Receita manterá controle dos créditos tributários objeto de opção pelo programa que permitam verificar:

I - no registro normal, que sua exigibilidade está suspensa em virtude da inclusão no programa; e

II - no controle específico, o número do respectivo processo e os créditos consolidados devidamente identificados.

Art. 7º Os débitos não tributários, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, poderão ser incluídos no Programa Tudo em Dia, exceto os débitos referentes a infrações à legislação de trânsito;

Parágrafo único. Aplicam-se aos débitos não tributários, no que couber, as demais disposições desta Lei Complementar.

Art. 8º É facultado a qualquer pessoa, física ou jurídica, assumir créditos tributários de terceiros, mediante autorização expressa do sujeito passivo.

Art. 9º A opção pela adesão instituída por esta Lei Complementar será formalizada, através de Termo de Acordo de Dívida, no período compreendido entre 20 de fevereiro de 2014 até o dia 20 de abril de 2014.

Parágrafo único. A opção prevista no caput do presente artigo impõe ao sujeito passivo a aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta lei e constitui confissão irreversível e irretratável da dívida relativa aos débitos municipais nele incluídos, com reconhecimento expresso da certeza e liquidez do crédito correspondente, produzindo os efeitos previstos no art. 174, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e no art. 202, inciso VI, do Código Civil.

Art. 10. O Chefe do Poder Executivo poderá exigir garantia real ou fidejussória, para assegurar o pagamento dos parcelamentos concedidos com base nesta Lei Complementar.

Art. 11. O contribuinte que aderir ao Programa Tudo em Dia pagará, a título de honorários advocatícios, 5% (cinco por cento) do valor devido nos termos desta Lei Complementar, acrescido das custas judiciais, se for o caso, quando o crédito tributário se encontrar em fase de execução judicial.

Art. 12. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a prorrogar a presente Lei Complementar pelo prazo de 90 (noventa) dias após o seu vencimento.

Art. 13. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, 18 de dezembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.923, de 16 de Dezembro de 2013.

LEI Nº 3.923, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

PPA. Aprova o Plano Plurianual no Município de Palhoça, para o Quadriênio 2014 à 2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Plurianual do Município de Palhoça, para o período compreendido entre os Exercícios de 2014 à 2017.

Art. 2º O Plano Plurianual do Município de Palhoça compreendendo os Órgãos da administração direta e indireta, está ordenado na atuação do Governo Municipal sob a forma de Programas, agregando-os, por Ações (projetos e atividades), objetivando assim, o melhor resultado da administração pública municipal, com maior transparência na aplicação dos recursos públicos e na integração e compatibilização dos instrumentos básicos de planejamento e orçamento - Lei de Diretrizes e Lei Orçamentária anual.

Art. 3º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a ajustar o presente Plano para compatibilização da LDO e dos Orçamentos Fiscais dos respectivos Exercícios.

Art. 4º Fica autorizado o Executivo Municipal, corrigir os valores

constantes dos anexos de Receita e Despesa do respectivo Plano Plurianual, para comporem a LDO e os Orçamentos Fiscais dos respectivos Exercícios.

Art. 5º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a incluir e / ou excluir novas ações - Projetos e / ou Atividades, quando da elaboração das respectivas Leis de Diretrizes e Orçamentos Anuais, a fim de atender as demandas, compatibilizando-as aos Programas já definidos neste Plano Plurianual.

Art. 6º A presente Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Palhoça, 16 de dezembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.925, de 16 de Dezembro de 2013.

LEI Nº 3.925, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, PARA O EXERCÍCIO DE 2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo de Palhoça, por seus representantes, aprova e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º, do artigo 165, da Constituição Federal, e da Lei Orgânica do Município, esta Lei Fixa as Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2014, nela compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal, extraídas do Plano Plurianual;

II - a estrutura dos orçamentos fiscais;

III - as diretrizes para a elaboração, alteração e execução dos orçamentos fiscais do município;

IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;

V - as disposições sobre as despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre as alterações na legislação tributária municipal;

VII - as disposições gerais.

I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014, são aquelas definidas nos Anexos desta Lei, as quais foram extraídas do Plano Plurianual, para o período de 2014 a 2017, aprovado pela Lei nº. 3.923, de 16 de dezembro de 2013 e alterações posteriores, outras prioridades apresentadas pelas reivindicações da sociedade e confirmadas pelos órgãos da Prefeitura.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para o Exercício de 2014, serão destinados preferencialmente, para as prioridades e metas definidas nos Anexos desta Lei, não se constituindo no entanto, em limites à programação das despesas.

§ 2º O anexo de prioridades e metas conterá, no que couber, o disposto no parágrafo 2º, do artigo 4º, da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.

§ 3º Na elaboração e durante a execução do Orçamento do Exercício de 2014 o Poder Executivo Municipal, poderá alterar as metas definidas nesta Lei, aumentando e/ou diminuindo, incluindo e/ou excluindo suas ações e seus quantitativos a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas e o atendimento às necessidades da sociedade.

Art. 3º A Proposta Orçamentária do Município de Palhoça, relativa ao exercício de 2014, deverá ser elaborada de conformidade com os diversos princípios, além dos contábeis geralmente aceitos, o de igualdade, justiça social e o da transparência social:

I - o princípio de justiça social, implica em assegurar que os programas dispostos na Proposta Orçamentária, contribuam para a redução das desigualdades sociais entre os indivíduos e suas regiões, bem como no combate a qualquer tipo de exclusão social, principalmente aos municípios mais necessitados.

II - o princípio da transparência social, requer a observância da utilização dos diversos meios de comunicações disponíveis, a fim de garantir o livre acesso e participação dos cidadãos às informações relativas ao orçamento, inclusive na discussão em audiências públicas.

II - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º A Proposta Orçamentária para o exercício financeiro de 2014, abrangerá os Poderes, Legislativo e Executivo, Fundos, Fundações, Autarquias e será elaborada levando-se em conta a estrutura organizacional do Município, atual e suas possíveis alterações.

Art. 5º A Proposta Orçamentária para o exercício de 2014, evidenciará as Receitas por rubricas e as respectivas Despesas, por modalidade de aplicação, por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operação especial de cada unidade gestora na forma dos anexos parte integrante desta Lei.

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas; Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;

II - Natureza da Despesa por Categorias Econômicas, Funções e Sub-Funções de Governo;

III - Programa de Trabalho de Governo; Programa de Trabalho de Governo; (Consolidação);

IV - Demonstrativo da Despesa por Funções e Sub-funções, conforme o vínculo dos Recursos; Demonstrativo da Despesa Por Órgãos e Funções;

V - Demonstrativo da Evolução da Receita; Demonstrativo da Evolução da Despesa;

VI - Discriminação das Receitas;

VII - Discriminação das Despesas;

VIII - Proposta da Receita;

IX - Proposta da Despesa;

X - Relatório dos Projetos/ Atividades

XI - Demonstrativo da Despesa por Órgão Conforme Vínculo e Recursos

XII - Demonstrativo da Despesa por Órgão Unidade e Categorias Econômicas

XIII - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional-programática, categoria econômica, caracterização das me-tas, objetivos e fontes de recursos;

XIV - Demonstrativo da Evolução da Receita, por fontes, conforme disposto no artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.

Parágrafo único. As Propostas dos Orçamentos, da Prefeitura, dos Fundos, das Fundações, das Autarquias, integrantes do Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no "caput" deste artigo.

Art. 6º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

Parágrafo único. Cada programa, identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, detalhando-os em modalidades de aplicação direta, com seus respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação governamental.

Art. 7º A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei do Orçamento conterá:

I - o Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2011 e 2012, Fixada para 2013 e Projetada para 2014, 2015 e 2016;

II - o Quadro Demonstrativo das Estimativas de Renúncia de Receita para o exercício de 2014;

III - o Quadro Demonstrativo da Evolução da Despesa por Função de Governo nos exercícios de 2011 e 2012, Fixada para 2013 e Projetada para 2014; 2015 e 2016

IV - o Quadro Demonstrativo da Despesa e sua evolução nos exercícios de 2011 e 2012, Fixada para 2013 e Projetada para o exercício de 2014;

V - o Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas no exercício

VI - o Quadro Demonstrativo dos Recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

VII - o Quadro Demonstrativo dos Recursos destinados à Saúde

VIII - o Quadro Demonstrativo da Composição do Ativo e do Passivo

IX - o Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada por Contrato, com identificação 2011, 2012 e 2013, e projeção 2014.

X - o Demonstrativo das Medidas de Compensação de Renúncia de Receita e/ou Aumento de Despesas não Obrigatórias de Caráter Continuado.

XI - o Quadro Demonstrativo das Despesas Previstas na Lei de Diretrizes Orçamentária

Art. 8º Além da observância das prioridades dispostas nesta Lei, definidas como metas de despesas e receitas constantes dos anexos parte integrante desta Lei, a Proposta Orçamentária para o exercício de 2014, poderá contemplar novos programas, ações projetos, atividades e operações especiais referentes a despesas obrigatórias de duração continuada, se :

I - tiverem sido adequadamente atendidos todos os projetos, atividades e operações especiais que estejam em andamento;

II - tiverem sido contempladas as despesas de conservação do patrimônio da administração pública municipal;

III - tiverem sido adequadamente apropriadas suas fontes de recursos.

Parágrafo único. As prioridades citadas no "caput" deste artigo e as definidas no Anexo I desta Lei, poderão ser alteradas em função de mudanças e prioridades da Administração Pública Municipal.

III - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO, ALTERAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 9º Os estudos para definição da Previsão da Receita para o exercício de 2014, deverão observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico e vegetativo, sua evolução nos últimos três exercícios.

Art. 10 Se a receita estimada para o exercício de 2014, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la ou solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento.

Art. 11 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar as metas estabelecidas, os Poderes, Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário, para dentre outras, as seguintes despesas abaixo:

I - redução das contratações temporárias;

II - redução dos cargos comissionados;

III - racionalização dos gastos com diárias, viagens e equipamentos; horas extras;

IV - redução dos gastos com obras e manutenção das entidades da Administração Direta e Indireta;

V - contingenciamento das dotações apropriadas para outras despesas de custeio e de capital.

Art. 12 Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes dos Anexos desta LEI.

Parágrafo único. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com re-cursos da Reserva de Contingência, do provável superávit financeiro do exercício anterior a 2014, orçamento corrente, ou de créditos adicionais, abertos por excesso de arrecadação, exceto os itens de recursos vinculados ou de convênios.

Art. 13 O Orçamento para o exercício de 2014, contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida Prevista, destinados a atender os passivos contingentes, os riscos e eventos fiscais previstos nos Anexos desta Lei, dentre outros imprevisos e imprevisíveis, além da necessidade da obtenção de resultado primário positivo, se for o caso.

§ 1º Para efeito desta Lei, entendem-se como eventos e riscos fiscais imprevisos e imprevisíveis, entre outros, os processos e ações de servidores municipais em trâmite, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais às necessidades do poder público, inclusive as intempéries.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência, destinados aos riscos fiscais, caso não se concretizem até o dia 15 de dezembro de 2014, poderão ser utilizados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações com insuficiência de saldo.

Art. 14 Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual,

Parágrafo único. Para os investimentos que ultrapassarem o prazo citado no caput, deverá ser encaminhado Projeto de Lei à Câmara Municipal de Vereadores para adequação do PPA e da LDO.

Art. 15 O Executivo Municipal deverá elaborar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, inclusive do Poder Legislativo, a Programação Financeira das Receitas e Despesas, o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para as Unidades Gestoras, observando, em relação às despesas constantes deste cronograma, a necessidade de limitação de empenhos e movimentação financeira, para obtenção das metas de resultado e o equilíbrio das contas.

Parágrafo único. Se na programação das despesas, estas, ultrapassarem os limites da arrecadação de receitas, o Executivo, e o Legislativo fará a limitação de empenhos e a movimentação financeira, na proporção necessária, para cada Entidade que compõe o Orçamento Municipal, respeitando as exclusões dispostas na Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.

Art. 16 Os projetos, atividades e operações especiais com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros recursos vinculados, somente serão executados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa do respectivo órgão.

Art. 17. As renúncias de receitas, estimadas para o exercício financeiro de 2014, são as constantes dos Anexos desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo na previsão da receita.

Art. 18 Para efeito do disposto no parágrafo 3º, do artigo 16, da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00, serão consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro no exercício não

exceda o valor para dispensa de licitação fixado no item I, do artigo 24, da Lei nº. 8.666/93 ou suas alterações, devidamente atualizadas.

Art. 19. Nenhum projeto novo poderá ser incluído e/ou iniciado, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 20 Despesas de competência de outros Entes da Federação, serão assumidas pela Administração Municipal, quando previstas em lei e/ou firmadas por convênios, acordos ou ajustes e previstas na Lei Orçamentária.

Art. 21 A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o exercício de 2014, a preços correntes, acrescidas do índice inflacionário previsto e da expectativa de crescimento vegetativo.

Art. 22 A Lei Orçamentária para o exercício de 2014, contemplará autorizações do Legislativo ao Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais, especiais e suplementares.

Art. 23 Os recursos de convênios ou vinculados não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais especiais, suplementares ou especiais, por ato do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 24 Para apuração do excesso de arrecadação, consideram-se apenas os recursos próprios oriundos de itens de receitas próprias, separando-se portanto os de natureza vinculada ou decorrentes de convênios identificado por fonte de recursos vinculados.

Parágrafo único. Para efeito deste artigo consideram-se recursos próprios, os provenientes das receitas tributárias, taxas, as contribuições, as patrimoniais, as transferências constitucionais, as oriundas de outras receitas correntes e as receitas dos recursos diretamente arrecadados.

Art. 25 Durante a execução orçamentária de 2014, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos programas/projetos, atividades ações e operações especiais no Orçamento Fiscal e na LDO e no Plano Plurianual, na forma de créditos adicionais especiais, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores.

§ 1º A Lei Orçamentária para o exercício de 2014, conterá autorização para o Executivo Municipal remanejar, programa, projeto, atividade ações e operação especial, dotações das suas entidades e respectivas modalidades de despesas com aplicação direta.

§ 2º A Lei Orçamentária para o exercício de 2014, conterá autorização para que o Executivo Municipal crie novas modalidades de despesas quanto a sua natureza, fontes de recursos e seus respectivos valores), afim de ajustar às necessidades dos programas/projeto/atividade da Administração Municipal direta e indireta.

§ 3º Os saldos das dotações provenientes de créditos adicionais especiais, abertos nos quatro últimos meses do exercício de 2013, poderão ser reabertos por Decreto do Executivo Municipal, para o próximo exercício.

Art. 26 A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades, referente a subvenções sociais dependerá de Lei que autorize anual específica e beneficiará somente aquelas de caráter assistencial, educacional, cultural, esporte amador, saúde e de

cooperação técnica.

Art. 27 Para habilitar-se ao recebimento de recursos públicos, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar, dentre outros documentos, declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2014, por autoridades locais, e comprovante de regularidade de sua diretoria e negativas de situação trabalhistas.

Art. 28 As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 29 A celebração de convênios para a concessão de subvenção social e auxílio, para despesa de capital, é restrita a entidades sem fins lucrativos, que desenvolvam atividades nas áreas social e educacional, esportiva, cultural, ressalvando-se os convênios e contratos firmados com cooperativas ou associações comunitárias ou de produção, para repasse de recurso Federal, Estadual ou Municipal, observadas as exigências da legislação em vigor, e condicionada:

I - ao reconhecimento como de utilidade pública, através de Lei Municipal;

II - a comprovação das prestações de contas referentes aos recursos de que trata este artigo, recebidos anteriormente;

III - a aprovação pelo Tribunal de Contas do Estado da prestação de contas dos recursos de que trata este artigo, recebidos em 2013;

IV - ao atendimento ao disposto nos artigos 61 e 204, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 204 da Constituição Federal.

IV - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 30 Obedecidos os limites estabelecidos nas legislações vigentes, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2014, destinadas a financiar despesas previstas no Orçamento.

Art. 31. As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art. 32 A verificação dos limites da dívida pública poderá ser feita ao final de cada semestre.

Parágrafo único. O montante da dívida pública no exercício de 2014, não excederá os limites estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais que integra esta LEI.

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 33 O Executivo Municipal e o Poder Legislativo, mediante Lei autorizativa específica, poderão criar secretarias fundos fundações e autarquias, cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou acrescidos por créditos adicionais.

Art. 34 A despesa total com pessoal dos Poderes, Executivo e Legislativo, para o exercício de 2014, não excederá os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e

5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 35 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores.

Art. 36 Os contratos de terceirização de serviços realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão apropriados como "outras despesas com pessoal, decorrentes de contratos de terceirização".

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como terceirização de serviços a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades e funções, constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal e que não envolvam a utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 37 O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal em pelo menos até 5% (cinco por cento) das Receitas Correntes Líquidas do exercício:

I - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

II - eliminação das despesas com pessoal temporário (ACTS)

III - eliminação de despesas com horas extras;

IV - demissão de servidores não estáveis;

V - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

VI - demissão de servidores estáveis.

Art. 38 A verificação dos limites das despesas com pessoal poderá ser feita na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 39 O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita.

Art. 40 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14, parágrafo 3º da Lei Complementar nº. 101, de 04/05/00.

§ 1º Nenhum outro benefício fiscal será concedido aos contribuintes em atraso com suas obrigações tributárias.

§ 2º Os beneficiados com o cancelamento dos créditos tributários constaram de um demonstrativo junto aos balancetes e balanço por ordem nominativa e quantitativa.

Art. 41 Os benefícios fiscais dependentes de concessão por parte do Poder Executivo, que não forem devidamente quantificados na Proposta Orçamentária poderão ser concedidos no exercício de 2014.

Art. 42 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não aprovar a Pro-posta Orçamentária, para o exercício de 2014.

§ 1º Se o Projeto de Lei do Orçamento Anual não for devolvido ao Executivo até 31 de dezembro do ano corrente de 2013, fica o Executivo Municipal autorizado a executá-lo na forma original, até a devida sanção da respectiva LEI.

§ 2º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais especiais e suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício de 2013, o excesso ou provável ex-cesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos e eventos fiscais pre-vistos no anexo desta LEI.

Art. 44. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar os custos de cada ação governamental.

Art. 45 São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

Art. 46 O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios, contratos, acordos e ajustes com os Governos, Federal e Estadual, através de seus Órgãos da Administração Direta ou Indireta e a iniciativa privada, para cessão de servidores, realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 47 Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhadas por servidores ou empregados da Administração Municipal, publicando-se no Diário Oficial, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação, na qual constará, necessariamente, quantitativo médio de consultores, custo total dos serviços, especificação dos serviços e prazo de conclusão.

Art. 48 As despesas oriundas de Processos Licitatórios e/ou Contratos, só poderão ser reconhecidas se as dotações consignadas para este fim, estiverem devidamente bloqueadas no Sistema Orçamentário.

Art. 49 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 16 de dezembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.929, de 18 de Dezembro de 2013.

LEI Nº. 3.929, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), no orçamento fiscal da águas de palhoça, para o exercício de 2014, na dotação orçamentária abaixo:

26 - ÁGUAS DE PALHOÇA

26.01 - ÁGUAS DE PALHOÇA

2.139 - Serviços Coleta e Tratamento Resid.Solid.Hosp R\$ 1.500.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0133 - Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo anterior correrá por conta das anu-lações orçamentárias abaixo.

26 - ÁGUAS DE PALHOÇA

26.01 - ÁGUAS DE PALHOÇA

2.135 - Functio e Manut. das Águas de Palhoça R\$ 1.500.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0133 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0133 - Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0133 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 18 de dezembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.930, de 18 de Dezembro de 2013.

LEI Nº 3.930, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

CONVÊNIO. Instituto de Apoio à Inovação e Tecnologia de Palhoça - I-NAITEC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Instituto de Apoio à Inovação e Tecnologia de Palhoça - INATEC, inscrito no CNPJ sob o nº 12.535.244/0001-58, com sede na Rua dos Pessegueiros, nº 111, Bairro Cidade Universitária Pedra Branca, Município de Palhoça/SC, CEP 88.137-900, no valor de até R\$ 50.000,00 (cin-quenta mil reais), destinada para o custeio na aplicação no desenvolvimento, manutenção e consolidação da incubadora - INATEC - Celta Pedra Branca, conforme Plano de Trabalho.

Art. 2º A entidade beneficiária deverá prestar contas da utilização do valor recebido no prazo legal.

Art. 3º As despesas desta Lei correrão por conta da dotação específica do orçamento vigente: Órgão: 11, Projeto/Atividade: 1.025 Criação e Manutenção Parque Tecnológico, Elemento: 68 - 3.3.50 .00.00.00.00.00.00.01.0000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 18 de dezembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.931, de 18 de Dezembro de 2013.

LEI Nº 3.931, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

CONVÊNIO. Associação dos Protetores do Balneário Ponta do Papagaio.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a Associação dos Protetores do Balneário Ponta do Papagaio, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 05.145.972/0001-98, com sede na Rua Luzerna, s/n, casa, Bairro Balneário Ponta do Papagaio, Palhoça/SC, CEP 88.131-970, visando a reparação do calçamento de ruas, material para bloqueio acesso a praia, conserto do trator e roçadeira, pertencentes à Associação, bem como custeio de combustível para a temporada de verão, e aquisição de saco plásticos e reparos de placas de rua e mão-de-obra, no valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 2º A despesa decorrente da presente Lei, correrão à conta do orçamento:

10 SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 10.01 SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - Projeto/Atividade 2.066 Func. e Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças - Elemento 59 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucr.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 18 de dezembro de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.603, de 18 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 1.603, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 3.798, de 28 de dezembro de 2012 e nos termos da Lei Municipal nº 3.929, de 18 de dezembro de 2013, resolve

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), no orçamento fiscal das águas de palhoça, para o exercício de 2014, na dotação orçamentária abaixo:

26 - ÁGUAS DE PALHOÇA

26.01 - ÁGUAS DE PALHOÇA

2.139 - Serviços Coleta e Tratamento Resid.Solid.Hosp R\$ 1.500.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0133 - Aplicações Diretas R\$ 1.500.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo anterior correrá por conta das anu-lações orçamentárias abaixo.

26 - ÁGUAS DE PALHOÇA

26.01 - ÁGUAS DE PALHOÇA

2.135 - Functio e Manut. das Águas de Palhoça R\$ 1.500.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0133 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0133 - Aplicações Diretas R\$ 1.000.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0133 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 18 de dezembro de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

Decreto Nº 1.604, de 19 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 1.604, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

PONTO FACULTATIVO. Festividades de Final de Ano. Revoga Decreto nº 1.599, de 12 de dezembro de 2013.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais,

Considerando, as especificidades dos profissionais da área da Saúde, a rotina e a demanda de trabalho desempenhada, bem como sua essencialidade para o Município e cidadão, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica estabelecido como ponto facultativo para os servidores das unidades de saúde e da Secretaria Municipal de Saúde, os dias 23, 24, 30 e 31 de dezembro do ano em curso, em decorrência das festividades de final de ano.

Parágrafo Único. O atendimento dos serviços públicos essenciais na data mencionada no caput deverá ser garantido pelos Órgãos competentes, através de escalas de serviços.

Art. 2º Fica revogado o Decreto 1.599, de 12 de dezembro de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 19 de dezembro de 2013.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3674/2013

PORTARIA Nº 3674/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ELIANE MARIA DA SILVA ROSA, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3675/2013

PORTARIA Nº 3675/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para SIMONE DUARTE CORREA GONÇALVES, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3676/2013

PORTARIA Nº 3676/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para PHILIPPI JACINTO PEDRO, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3677/2013

PORTARIA Nº 3677/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para RENATA MORFIM DA SILVA, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3678/2013

PORTARIA Nº 3678/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para JOSÉ ELIAS SUMAR NETO, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3679/2013

PORTARIA Nº 3679/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ISAURA MARIA DA SILVA, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3680/2013

PORTARIA Nº 3680/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ROSELI CORREA DE MACEDO, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3681/2013
PORTARIA Nº 3681/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONCEDER ESTABILIDADE para TIAGO DOS SANTOS MEDEIROS, titular do cargo de Enfermeiro (ESF), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3682/2013
PORTARIA Nº 3682/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONCEDER ESTABILIDADE para ZILMAR LENITA GERVASI, titular do cargo de Psicóloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3683/2013
PORTARIA Nº 3683/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONCEDER ESTABILIDADE para JULIANA MARTINS FERMINO, titular do cargo de Psicóloga, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura,

de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3684/2013
PORTARIA Nº 3684/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONCEDER ESTABILIDADE para FABIANO MANOEL CONSTANTE, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3685/2013
PORTARIA Nº 3685/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONCEDER ESTABILIDADE para SIDNEI DAVI CARVALHO, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3686/2013

PORTARIA Nº 3686/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para MICHEL MAYCON DE SOUZA SILVEIRA, titular do cargo de Enfermeiro (ESF), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3687/2013

PORTARIA Nº 3687/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para CLARICE OLIVEIRA RITT SALASARIO, titular do cargo de Técnico em Enfermagem (ESF), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3688/2013

PORTARIA Nº 3688/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para KARLA GARCIA CORTEZ, titular do cargo de Cirurgião Dentista (ESF), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3689/2013

PORTARIA Nº 3689/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para DAIANE MALUA PUTTI, titular do cargo de Técnico em Enfermagem (ESF), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3690/2013

PORTARIA Nº 3690/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ALEX CRISTIANO KEGLER, titular do cargo de Motorista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3691/2013

PORTARIA Nº 3691/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70,

79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para FABIANA FARIAS, titular do cargo de Enfermeiro (ESF), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3692/2013

PORTARIA Nº 3692/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para JULIANA MARTINS, titular do cargo de Técnico em Enfermagem (ESF), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3693/2013

PORTARIA Nº 3693/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para PATRICIA KAMMERS LHEMANN, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3694/2013

PORTARIA Nº 3694/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para GISELE DA SILVA, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3695/2013

PORTARIA Nº 3695/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para CAROLINE CORREA DE MACEDO, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3696/2013

PORTARIA Nº 3696/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para SIRLEY APARECIDA SOUZA MULLER, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do

Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3697/2013

PORTARIA Nº 3697/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para JOSE RENATO IVO, titular do cargo de Fiscal de Obras, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura, Energia, Telecomunicação e Transporte da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3698/2013

PORTARIA Nº 3698/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para ROSEMAR RODRIGUES DE ALBUQUERQUE TUBINO, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 483 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3699/2013

PORTARIA Nº 3699/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para PRISCILA CANDIDA FERREIRA, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3700/2013

PORTARIA Nº 3700/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para JOÃO CLAUDINO GONÇALVES, titular do cargo de Técnico em Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Finanças, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº 3701/2013

PORTARIA Nº 3701/2013

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para DEISE DE OLIVEIRA, titular do cargo de Técnico em Enfermagem (ESF), do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3654/2013.

PORTARIA Nº. 3654/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO FRANCIELLI CAROLINI MACHADO, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/12/2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3655/2013.

PORTARIA Nº. 3655/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO DAIANE DOS PASSOS NUNES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Bela Vista, da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 03/12/2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3656/2013.

PORTARIA Nº. 3656/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO SELMA RAMALHO DE PAULA, para

ocupar o cargo da categoria funcional de Assistente Social, com carga horária de 30 (trinta) ho-ras/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Di-reta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 17/12/2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3657/2013.

PORTARIA Nº. 3657/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO FRANCIELLI CAROLINI MACHADO, para o-cupar o cargo da categoria funcional de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Pre-ventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 02/12/2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3658/2013.

PORTARIA Nº. 3658/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROSANGELA TEREZINHA HORST-MANN ALVES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Enfermeira, com 30 (trinta) ho-ras/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Ad-ministração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/11/2013 a 01/11/2014.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3659/2013.

PORTARIA Nº. 3659/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3187 de 01 de novembro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado a servidora MORGANA PAMPLONA, titular do cargo de Enfermeira, do Qua-dro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 21/11/2013 a 31/12/2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3660/2013.

PORTARIA Nº. 3660/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3132 de 24 de outubro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado a servidora KELLEN ELISA FAPPI, titular do cargo de Enfermeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 07/11/2013 a 31/12/2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3660/2013.

PORTARIA Nº. 3660/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3132 de 24 de outubro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado a servidora KELLEN ELISA FAPPI, titular do cargo de Enfermeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 07/11/2013 a 31/12/2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3661/2013.

PORTARIA Nº. 3661/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 2711 de 17 de setembro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado o servidor VALDECIR AVILA DIAS, titular do cargo de Enfermeira, do Qua-dro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 02/10/2013 a 31/12/2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3662/2013.

PORTARIA Nº. 3662/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria 3198 de 01 de novembro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado a servidora ALINE DOS SANTOS FERNANDES, titular do cargo de Enfermeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 21/10/2013 a 31/12/2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3663/2013.

PORTARIA Nº. 3663/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO ANGELICA CARLOS SEBASTIÃO, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de

Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 02/12/2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3664/2013.

PORTARIA Nº. 3664/2013.
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
PRORROGAR a Portaria 3368 de 02 de dezembro de 2012, que Contratou por Tempo Determinado a servidora GLADIS ELISA BECKER, titular do cargo de Enfermeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 11/12/2013 a 31/12/2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3665/2013.

PORTARIA Nº. 3665/2013.
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO GRAZIELE APARECIDA TOME, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Indireta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/12/2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHAARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3666/2013.

PORTARIA Nº. 3666/2013.
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELISABETE DA SILVA, matrícula nº. 600002, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura, Energia, Telecomunicação e Transporte, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/03/2003 a 01/03/2008, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 07/01/2014 à 07/02/2014.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3667/2013.

PORTARIA Nº. 3667/2013.
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANA PAULA DA ROSA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Agente de Controle de Endemias, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/12/2013 a 02/12/2014.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3668/2013.

PORTARIA Nº. 3668/2013.
DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANA PAULA DA ROSA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Agente de Controle de Endemias, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/12/2013 a 02/12/2014.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3669/2013.

PORTARIA Nº. 3669/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ALVARO MAIDANA FERREIRA, matrícula nº. 500241, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/09/1998 a 02/09/2003, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 07/01/2014 à 07/02/2014.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3670/2013.

PORTARIA Nº. 3670/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO WANDERLEI ZANINI, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 03/12/2013.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3671/2013.

PORTARIA Nº. 3671/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria 2072 de 01 de julho de 2013, que Designou como Responsável pelo Abrigo Institucional Feminino da servidora LUANA HELENA DE SOUZA.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3672/2013.

PORTARIA Nº. 3672/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 2756 de 30 de agosto de 2013, que Alterou a Carga Horária da servidora ANNE CRISTINA ALVES LORENZETTI, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente ao período que deverá ser 01/09/2013 a 20/12/2013, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3673/2013.

PORTARIA Nº. 3673/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para YANA MARLETE MARTINS, matrícula nº. 100055, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/11/2001 a 01/11/2006, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 02/12/2013 à 02/01/2014.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 3702/2013.

PORTARIA Nº. 3702/2013.

DANIEL BROERING HARGER, Secretário de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO RICHARD MELO KARLIN, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 014/2013, para ocupar o cargo de Agente de Controle de Endemias, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 05/12/2013 a 05/12/2014.

Palhoça, SC, em 25 de novembro de 2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Errata 001 Pregão Nº 246/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
ERRATA Nº 001
PREGÃO PRESENCIAL Nº 246/2013

O Município de Palhoça retifica a publicação do aviso de licitação do Pregão Presencial nº 246/2013, tornando público que fica marcado, conforme edital convocatório, para o dia 16 de janeiro de 2014, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 246/2013, que tem por objeto a aquisição de lubrificantes, filtros e palhetas para manutenção da frota da Secretaria de Administração, Gabinete do Prefeito, Secretaria de Habitação, Secretaria de Planejamento, Procon, Superintendência de Trânsito, Defesa Civil, Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Assistência Social, Fundação do Meio Ambiente e Águas de Palhoça, deste Município. Os demais itens permanecem inalterados. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoça.sc.gov.br. Palhoça, 19 de dezembro de 2013. A PREGOEIRA.

Resultado Pregão 238/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO DA ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 238/2013

O Município de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Adjudicação do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 238/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem por aquisição de calha de alumínio devidamente instalada na sede do Corpo de Bombeiros de Palhoça, conforme discriminado nos anexos, partes integrantes deste instrumento convocatório.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

VALDELI CECILIO DOS SANTOS, 85.386.019/0001-70, ficou classificada nos itens 01, em seu menor preço por Item. Totalizando a importância de R\$ 5.345,00 (cinco mil trezentos e quarenta e cinco reais).

Palhoça, 19 de dezembro de 2013.

SHIRLEY REGINA DE FARIAS
Pregoeira - Portaria nº 1027/2013

Resultado Pregão Nº 237/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 237/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 237/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa

especializada na prestação de serviços de organização, operacionalização, coordenação e execução de evento, com fornecimento de materiais, mobiliário, equipamentos, serviços de sonorização, filmagem, gravação, transmissão simultânea, produção fotográfica, suporte logístico, material de apoio técnico e demais instrumentos que se fizerem necessários, visando atender aos eventos de abertura do verão, Réveillon 2013 e Verão Cultural nas praias deste Município, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

VERA LÚCIA ESPÍNDOLA MOREIRA EPP ficou classificada em 1º lugar no item 01, totalizando R\$ 28.300,00 (vinte e oito mil e trezentos reais).

HDR SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL E COMERCIAL LTDA ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 02 e 03, totalizando R\$ 74.930,00 (setenta e quatro mil novecentos e trinta reais).

Resumo Pregão 239-2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO DA DO PROCESSO LICITATÓRIO PRE-GÃO PRESENCIAL Nº 239/2013

O Município de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 239/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa para Instalação de um Abrigo de Taxi localizado na Praça 7 de Setembro, Centro Palhoça, com fornecimento de todo os matérias, , conforme especificações contidas nos anexos, partes integrantes deste instrumento convocatório.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

APOIO SERIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA CNPJ 10.353.776/0001-49, ficou classificada no item 01, em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 14.780,00 (quatorze mil setecentos e oitenta reais).

Palhoça, 19 de dezembro de 2013.

SHIRLEY REGINA DE FARIAS
Pregoeira- Portaria 1027/2013

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º087/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE CONTRATO PARA REGISTRO DE PREÇOS N.º087/2013 – Pregão Presencial 32/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DEDETIZADORA TROMBIM LTDA ME: prestação de serviços técnicos especializados de desinsetização, desratização de áreas internas, externas, bem como limpeza e desinfecção dos reservatórios de água (caixa de água), nas Unidades de Saúde da rede Municipal de Saúde e demais setores da Secretaria Municipal de saúde. DATA: 23/09/2013 à 22/09/2014.

Item	Quant	Un	Descrição do objeto	Valor Unitário	Valor Total
01	130	sv	Desinsetização, dentro das normas da Portaria nº 09, de 16 de fevereiro de 2000.	R\$ 67,00	R\$ 8.710,00
02	130	sv	Desratização dentro das normas da Portaria nº 09, de 16 de fevereiro de 2000.	R\$ 60,00	R\$ 7.800,00
03	50	sv	Limpeza e desinfecção de caixa de água, volume 500 litros	R\$ 47,00	R\$ 2.350,00
04	50	sv	Limpeza e desinfecção de caixa de água, volume 1.000 litros	R\$ 47,00	R\$ 2.350,00
05	30	sv	Limpeza e desinfecção de caixa de água, volume 2.000 litros	R\$ 57,00	R\$ 1.710,00
06	10	sv	Limpeza e desinfecção de caixa de água, volume 10.000 litros	R\$ 160,00	R\$ 1.600,00
Valor Total R\$24.520,00					

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº68/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º68/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa-CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
20	5.500	Frs	Amoxilina+Ac. Clavulamico 250+62,5mg/5ml susp. 75 ml	R\$3,89	R\$21.395,00
34	50.000	Comp	Azitromicina 500 mg	R\$0,28	R\$14.000,00
35	3.000	Frs	Azitromicina 600 mg suspensão	R\$1,74	R\$5.220,00
42	4.000	F/am	Benzilpenicilina procaína + potássica 300.000 UI + 100.000 U - solução injetável + diluente	R\$0,78	R\$3.120,00
55	20.000	Comp	Carbonato de cálcio 500 mg.	R\$0,033	R\$660,00
162	200.000	Comp	Levomepromazina 25mg	R\$0,20	R\$40.000,00
199	5.000	Frs	Permetrina 100mg/mlloção 60mL	R\$0,93	R\$4.650,00
209	350.000	Comp	Ranitidina 150 mg	R\$0,045	R\$15.750,00
253	6.000	Comp	Varfarina sódica 5 mg	R\$0,098	R\$588,00
					R\$105.383,00

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº64/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º64/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
26	6.000	Cart	Anticoncepcional trifásico - Triquilar	R\$1,24	R\$7.440,00
164	10.000	Cart	Levonorgestrel 0,15mg + Etinilestradiol 0,03mg, cartelac/21 drg.	R\$0,49	R\$4.900,00
197	60	Frs	Otosporin frasco com 10 ml	R\$7,38	R\$442,80



201	3.000	Cp	Pirimetamina 25 mg (CEAP)	R\$0,10	R\$300,00
208	200.000	Comp.	Propatilnitrato 10 mg	R\$0,26	R\$52.000,00
259	600	Cx	Vitamina B1 100mg + B6 100mg + B12 5000mcg solução injetável IM, IV ampola 1 ml, caixa com 3 ampolas (CENTRI)	R\$7,45	R\$4.470,00
					R\$69.552,80

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº65/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º65/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
1	1.800.000	Comp	AAS 100 mg	R\$0,09	R\$16.200,00
61	400.000	Comp	CEFALEXINA 500 MG	R\$0,117	R\$46.800,00
121	2.000	Amp.	Fenitoina injetável 50 mg/ml, amp. c/ 5 ml (01-	R\$0,64	R\$1.280,00
154	100.000	Comp	Isossorbida, dinitrato 5mg sublingual	R\$0,0618	R\$6.180,00
200	5.000	Amp.	Petidina 50mg/ml solução injetável com 2 ml	R\$1,449	R\$7.245,00
232	400	Amp.	Succinilcolin 100mg injetável (01-02-1180) Centri	R\$7,4386	R\$2.975,44
244	1.000	Fr	Tiabendazol 50mg/mL c/ 60mL	R\$11,5088	R\$11.508,80
261	60.000	Comp	Vitaminas+Sais Minerais (01-02-0075)	R\$0,087	R\$5.220,00
266	60	Cx	Anestésico injetável mepivacaína s/ vaso constritor a 3 %, tubetes c/ 1,8 ml, cx. c/ 50 unid.	R\$48,2246	R\$2.893,48
					R\$100.302,72

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº66/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º66/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
2	20.000	Comp	AAS 500 mg	R\$0,025	R\$500,00
25	600.000	Comp	ANLODIPINO 5MG	R\$0,0199	R\$11.940,00
32	1.200.000	Comp	Atenolol 50mg	R\$0,0209	R\$25.080,00
50	3000	Amp.	Butilbrometo de escopolamina 20 mg, ampola c/ 1 ml	R\$0,6209	R\$1.862,70
60	6.000	Frs	Cefalexina 250 mg/5ml 60 ml.	R\$1,7333	R\$10.399,80
87	1.500	Amp.	Deslanosídeo 0,2mg/mL IM, IV c/2mL- CENTRI	R\$1,1199	R\$1.679,85
90	4.000	Amp.	Dexametasona, acetato 4mg + cianocobalamina 2,5mg + tiamina 50 mg + piridoxina 50 mg/ml c/3 ml	R\$1,40	R\$5.600,00
94	4.000	Frs	Diclofenacoresinato 44,94mg/ml, gotas com 20ml	R\$1,499	R\$5.996,00
103	20.000	Frs	Dipirona 50% sol. Oral gotas. Frasco com 10 ml	R\$0,434	R\$8.680,00
175	30.000	Comp	Mebendazol 100mg	R\$0,0267	R\$801,00

179	200.000	Comp	Metildopa 500mg.	R\$0,1449	R\$28.980,00
265	500	Bisn	Diclofenacodietilamônio gel, bisnaga com 60 gramas	R\$1,749	R\$874,50
					R\$102.393,85

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº67/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º67/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ASLI COMERCIAL LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
36	60	Fr	Azopt 1%	R\$31,05	R\$1.863,00
105	50	Frs	Duo-travatan 5+0,04 mg/ml, oftal 2,5 ml	R\$63,65	R\$3.182,50
					R\$5.045,50

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº69/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º69/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
58	400.000	Comp.	Carvedilol 6,25 mg	R\$0,072	R\$28.800,00
148	120	Fr	Insulina Humana NovomixPenfil 70/30 100U/ml com 3ml, caixa com 05 refis	R\$32,584	R\$3.910,08
157	200.000	Comp.	Isossorbida, monitrato 40 mg	R\$0,10	R\$20.000,00
169	250.000	Comp	Loratadina 10 mg	R\$0,043	R\$10.750,00
194	4.000	Cart	Noretisterona 0,35mg, cartela c/ 35 comp. (01-	R\$6,25	R\$25.000,00
219	40.000	Comp.	Salbutamol 2 mg	R\$0,14	R\$5.600,00
224	25	Cx	Seretidediskus 50/500mcg c/ 28 doses	R\$58,4199	R\$1.460,50
					R\$95.520,58

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº70/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º70/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIRURGICA JAW COMERCIO MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
4	400.000	Comp	Ácido Valpróico 500mg	R\$0,40	R\$160.000,00
86	70	Cx	Depakote 250mg c/30cp	R\$22,16	R\$1.551,20
119	25	Cx	Ezetimiba 10mg, caixa com 30 comp.	R\$68,89	R\$1.722,25
213	160	Cx	Ritmonorm 300mg c/10cp	R\$15,57	R\$2.491,20
221	12	Fr	Saniskin200mL loção, ação judicial	R\$30,00	R\$360,00



262	15	Cx	Vytorin 10/40mg c/28cp	R\$105,85	R\$1.587,75
					R\$167.712,40

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº71/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º071/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMERCIAL CIRURGICA BRAMED LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
56	200.000	Comp	Carbonato de calcio 500mg + Vit D 200UI.	R\$0,135	R\$27.000,00
185	90	Cx	Micofenolato de Mofetila 500mg, caixa com 50 comp.	R\$53,90	R\$4.851,00
					R\$31.851,00

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº72/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º072/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
37	100	Cx	Baclofen 10mg c/20cp	R\$8,80	R\$880,00
41	3.000	F/am	Benzilpenicilinabenzatina 600.000UI - pó p/ susp. injetável + diluente	R\$0,55	R\$1.650,00
49	150.000	Comp	Butilbrometo de escopolamina 10 mg	R\$0,139	R\$20.850,00
53	1.000.000	Comp	Carbamazepina 200mg	R\$0,085	R\$85.000,00
57	500.000	Comp	Carbonato de Lítio 300mg	R\$0,098	R\$49.000,00
63	12.000	Tb	Cetoconazol30 grama (creme)	R\$1,06	R\$12.720,00
72	8.000	Frs	Cloreto de sódio 9.0mg/ml+cloreto de benzalcônio 0,1mg/ml 30 ml.	R\$0,46	R\$3.680,00
92	20.000	Amp.	Diazepam 10 mg, amp. c/ 2ml, solução injetável	R\$0,42	R\$8.400,00
96	80.000	Comp	Digoxina 0,25 mg	R\$0,026	R\$2.080,00
99	2.000	Amp.	Dimenidrinato 50mg/ml+cloridrato de piridoxina 5mg/ com 1ml (IM)	R\$1,10	R\$2.200,00
116	35.000	Comp	Estrogênio Conjugado 0,625mg	R\$0,832	R\$29.120,00
117	6.000	Cart	Etinilestradiol 0,035mg + Acetato de Ciproterona 2mg, cartela com 21 drgs	R\$1,88	R\$11.280,00
123	2.000	Frs	Fenobarbital 4% frasco com 20 ml	R\$1,70	R\$3.400,00
124	3.000	Amp.	Fentanil 78,5 mcg, ampolas 2 ml	R\$0,60	R\$1.800,00
134	100	Cx	Glimepirida4mg,caixa com 30 comprimidos	R\$9,90	R\$990,00
137	100.000	Comp	Hidralazina 25 mg	R\$0,225	R\$22.500,00
139	700.000	Comp	Hidroclorotiazida 50mg.	R\$0,03	R\$21.000,00
160	10.000	Comp	Levodopa + carbidopa 200/50mg.	R\$2,39	R\$23.900,00
173	700.000	Comp	Maleato de Enalapril 20mg	R\$0,042	R\$29.400,00

195	80.000	Comp	Norfloxacino 400mg.	R\$0,123	R\$9.840,00
233	400	Pote	Sulfadiazina de prata creme 10 mg/g 400 gramas	R\$13,98	R\$5.592,00
236	5.000	Frs	Sulfato ferroso 125mg frasco com 30 ml	R\$0,51	R\$2.550,00
243	8.000	Comp	Tiabendazol 500 mg (01-02-0603)	R\$1,80	R\$14.400,00
245	40	Cx	Tilatil 20mg c/10cp	R\$14,50	R\$580,00
260	5.000	Frs	Vitamina C 200mg/mL solução oral 20ml (01-02-	R\$0,82	R\$4.100,00
					R\$366.912,00

Extrato de Ata de Registro de Preços N°73/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º73/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa-CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
48	8.000	Frs	Butilbrometo de escopolamina + dipirona 6,67mg/ml + 333,4mg/ml sol	R\$1,58	R\$12.640,00
64	30	Fr	Cetoconazol Xampu	R\$30,00	R\$900,00
110	4.000	Amp.	Enantato de Noretisterona 50mg + Valerato de estradiol 5mg/ml	R\$5,26	R\$21.040,00
					R\$34.580,00

Extrato de Ata de Registro de Preços N°74/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º74/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa-CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
18	800.000	Comp.	Amitriptilina 25 mg	R\$0,0549	R\$43.920,00
33	40	Cx	Azatioprina 50mg c/50cp	R\$58,90	R\$2.356,00
70	1.800.000	Comp	Clonazepan2 mg	R\$0,079	R\$142.200,00
74	150.000	Comp	Cloridrato de biperideno2 mg.	R\$0,128	R\$19.200,00
78	100.000	Comp	Clorpromazina 100mg	R\$0,145	R\$14.500,00
79	60.000	Comp	Clorpromazina 25mg	R\$0,159	R\$9.540,00
93	1.100.000	Comp	Diazepan5 mg (01-02-0996)	R\$0,0265	R\$29.150,00
100	50	Cx	Dimorf 30mg c/50cp	R\$37,55	R\$1.877,50
122	350.000	Comp	Fenobarbital 100 mg (01-02-0519)	R\$0,055	R\$19.250,00
136	3.000	Amp.	Heparina sódica 5000UI/0,25ml - subcutânea.	R\$5,47	R\$16.410,00
144	400.000	Comp	Imipramina 25mg	R\$0,10	R\$40.000,00
153	70	Tb	Kollagenase pomada 30g	R\$10,76	R\$753,20
161	200.000	Comp	Levomepromazina 100 mg.	R\$0,477	R\$95.400,00
163	2.000	Frs	Levomepromazina 40mg/ml, frs. c/ 20 ml	R\$6,38	R\$12.760,00



168	150	Frs	Lidocaína Spray 10%, frs. c/ 50ml	R\$45,90	R\$6.885,00
206	200.000	Comp	Prometazina 25mg	R\$0,052	R\$10.400,00
250	130	Cx	Tramadol, Cloridrato de 100mg c/10cp	R\$12,70	R\$1.651,00
					R\$466.252,70

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº75/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º75/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIMASTER COMÉRCIO E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
52	2.500.000	Comp	Captopril 25 mg.	R\$0,018	R\$45.000,00
54	25.000	Comp	Carbidopa/Levodopa 25/250mg	R\$0,249	R\$6.225,00
67	250.000	Comp	Cinazina 25mg	R\$0,0879	R\$21.975,00
76	200.000	Comp	Cloridrato de verapamil 80 mg	R\$0,042	R\$8.400,00
89	25.000	Bn	Dexametasona 0,1% creme bisnaga c/ 10 mg	R\$0,499	R\$12.475,00
180	150.000	Comp	Metoclopramida 10mg.	R\$0,037	R\$5.550,00
188	20.000	Bn	Neomicina Sulfato + Bacitracina - 10gr	R\$0,70	R\$14.000,00
189	200.000	Comp	Nifedipino 20 mg	R\$0,049	R\$9.800,00
190	700.000	Comp	Nimesulida 100 mg	R\$0,028	R\$19.600,00
191	5.000	Frs	Nimesulida 50mg/ml, frasco com 15ml	R\$0,62	R\$3.100,00
218	4.000	Frs	Salbutamol 100mcg aerossol c/200 doses	R\$3,29	R\$13.160,00
226	1.000.000	Comp	Sinvastatina 10mg comprimido	R\$3,29	R\$33.000,00
227	1.200.000	Comp	Sinvastatina 20 mg	R\$0,033	R\$60.000,00
228	400.000	Cp	Sinvastatina 40mg	R\$0,05	R\$37.200,00
234	3.000	Frs	Sulfametaxazol + Trimetoprima 40mg + 8mg/ml suspensão oral 50 mL	R\$0,093	R\$2.250,00
					R\$291.735,00

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº76/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º76/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
3	300.000	Comp	Acido fólico 5 MG (01-02-0306)	R\$0,0145	R\$4.350,00
82	300.000	Comp	Complexo B	R\$0,0384	R\$11.520,00
127	600.000	Comp	Furosemida 40mg. (01-02-0240)	R\$0,0219	R\$13.140,00
132	900.000	Comp	Glibenclamida 5 mg	R\$0,0135	R\$12.150,00
138	1.500.000	Comp	Hidroclorotiazida 25 mg	R\$0,0135	R\$20.250,00



178	150.000	Comp	Metildopa 250 mg	R\$0,0827	R\$12.405,00
217	3.000	Frs	Salbutamol 0,04% solução oral-100ml	R\$0,7699	R\$2.309,70
					R\$76.124,70

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº77/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º077/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GE-NÉSIO A. MENDES & CIA LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
15	50	Cx	Alenia 12/400mcg, caixa com 60 caps	R\$28,60	R\$1.430,00
27	100	Cx	Artrolive(cx c/90cp)	R\$37,40	R\$3.740,00
106	150	Fr	Duovent N	R\$7,23	R\$1.084,50
130	40	Cx	Gastrium 20 mg, caixa com 14 comp.	R\$2,54	R\$101,60
158	30	Frs	Label suspensão	R\$4,80	R\$144,00
165	250.000	Comp	Levotiroxina Sódica 100mcg.	R\$0,10	R\$25.000,00
166	250.000	Comp	Levotiroxina Sódica 25mcg.	R\$0,10	R\$25.000,00
167	250.000	Comp	Levotiroxina Sódica 50mcg.	R\$0,103	R\$25.750,00
203	30	Cx	Pradaxa 150 mg c/30cp	R\$75,41	R\$2.262,30
231	110	Fr	Spirivarespimat	R\$155,77	R\$17.068,70
247	8.000	Frs	Tobramicina 3mg/mLsolução oftálmica - 5ml	R\$2,63	R\$21.040,00
					R\$122.621,10

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº78/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º078/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HOSPFAR INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
14	20	Fr	Alphagan5mL	R\$38,44	R\$768,80
91	30	Cx	Diamicron MR 60mg c/20cp	R\$29,55	R\$886,50
98	6.000	Amp.	Dimenidrinato 3mg/ml + cloridrato de piridoxina 5mg/ml+glicose 100 mg/ml + frutose 100mg/ml - 10mL EV	R\$1,43	R\$8.580,00
104	20	Cx	Donaren retard 150mg c/30cp	R\$35,01	R\$700,20
120	500	Frs	Fenilefrina 10 pcc, frasco com 5 ml	R\$5,06	R\$2.530,00
141	30	Cx	Hyperium 1mg c/30cp	R\$41,83	R\$1.254,90
174	50	Cx	Mantidan 100mg, caixa com 20 comp.	R\$6,72	R\$336,00
254	160	Cx	Venalot c/30cp	R\$6,94	R\$1.110,40
					R\$16.166,80

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº79/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º79/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LA DALLA PORTA JUNIOR. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
10	2.000	Amp.	Adrenalina injetável 01 ml	R\$1,00	R\$2.000,00
11	5.000	Frasco	Água destilada 20 ml injetável	R\$0,217	R\$1.085,00
131	8.000	Un	Gel lubrificante 5g.	R\$0,294	R\$2.352,00
172	1.600.000	Comp	Maleato de Enalapril 10mg	R\$0,039	R\$62.400,00
					R\$67.837,00

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº80/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º80/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
113	180	Fr	Eritropoetina Humana 10.000UI	R\$43,37	R\$7.806,60
					R\$7.806,60

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº81/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º81/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça. DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
40	7.000	F/am	Benzilpenicilinabenzatina 1.200.000 UI - pópara suspensão injetável + diluente	R\$0,54	R\$3.780,00
80	80.000	Comp	Colchichina 0,5mg	R\$0,145	R\$11.600,00
155	200.000	Comp	Isossorbinadinitrato de 10 mg	R\$0,05	R\$10.000,00
156	200.000	Comp.	Isossorbida, monitrato 20 mg	R\$0,069	R\$13.800,00
207	800.000	Comp	Propranolol 40mg.	R\$0,0116	R\$9.280,00
246	2.000	Frs	Timolol, maleato 0,5% solução oftalmologica, 5ml.	R\$0,93	R\$1.860,00
258	10.000	Fr	Vitamina A+D gotas c/15 ml	R\$6,18	R\$61.800,00
264	60	Cx	Zolpidem 10 mg c/20cp	R\$20,40	R\$1.224,00
					R\$113.344,00

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº82/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º82/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa-PRATI DONADUZZI E CIA LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
13	15000	Frs	Albenzadol 40mg/ml frasco com 10 ml	R\$0,86	R\$12.900,00
16	30.000	Comp.	Alopurinol 300mg	R\$0,09	R\$2.700,00
19	20.000	Susp	Amoxicilina 250 mg/5ml c/60mL	R\$1,05	R\$21.000,00
21	30.000	Comp	Ampicilina 500mg. (01-02-0224)	R\$0,09	R\$2.700,00
22	1.000	Frs	Ampicilina 50mg/ml suspensão 60 ml	R\$1,65	R\$1.650,00
62	100.000	Comp	Cetoconazol 200mg	R\$0,073	R\$7.300,00
68	120.000	Comp	Ciprofloxacino 500 mg	R\$0,125	R\$15.000,00
97	500	Frs	Digoxina elixir, frasco com 60 ml	R\$4,50	R\$2.250,00
111	4.000	Frs	Eritromicina 250mg/5ml-60ml.	R\$2,75	R\$11.000,00
112	3.000	Cp	Eritromicina 500 mg	R\$0,34	R\$1.020,00
135	1.000	Frs	HALOPERIDOL GOTAS 20 ML	R\$2,30	R\$2.300,00
143	400.000	Comp	Ibuprofeno 600 mg.	R\$0,063	R\$25.200,00
170	7000	Frs	Loratadinaxpe, frs. c/ 100 ml	R\$1,19	R\$8.330,00
177	1.200.000	Comp	Metformina 500mg.	R\$0,042	R\$50.400,00
182	5.000	Tb	Metronidazol 100mg/g gel vaginal50 gramas, com aplicador	R\$2,50	R\$12.500,00
183	90.000	Comp	Metronidazol 250mg	R\$0,059	R\$5.310,00
184	3.000	Frs	Metronidazol 4% suspensão, frasco com 100 ml.	R\$1,25	R\$3.750,00
192	8.000	Bn	Nistatina creme vaginal 25.000UI - 50gr. c/ aplicador.	R\$2,50	R\$20.000,00
193	2.000	Frs	Nistatina sup.oral 10.000 UI/ml (frasco com 50 ml)	R\$1,23	R\$2.460,00
196	2.500.000	Comp	Omeprazol 20 mg	R\$0,0349	R\$87.250,00
198	1.800.000	Comp	Paracetamol500mg	R\$0,0365	R\$65.700,00
204	150.000	Comp.	Prednisona 5 mg	R\$0,049	R\$7.350,00
205	200.000	Comp.	Prednisona 20 mg	R\$0,085	R\$17.000,00
235	100.000	Comp	Sulfametoxazol+Trimetoprima (400mg/80mg)	R\$0,049	R\$4.900,00
237	800.000	Comp	Sulfato ferroso 40mg (01-02-0073)	R\$0,0289	R\$23.120,00
					R\$413.090,00

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº83/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º83/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa-PRODIET FARMACÊUTICA S/A. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
6	15	Frs	Actemra 80mg/4mlinj c/ 1frasco- 4ml	R\$445,73	R\$6.685,95



7	50	Fr/amp.	Actemra 20mg c/10mL	R\$1.114,32	R\$55.716,00
					R\$62.401,95

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº84/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º84/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRO-MEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
12	15.000	Comp	Albendazol 400mg. (01-02-0235)	R\$0,219	R\$3.285,00
17	70.000	Comp	Aminofilina 100 mg	R\$0,039	R\$2.730,00
24	200.000	Comp	Anlodipino 10mg	R\$0,031	R\$6.200,00
31	30	Cx	Atenolol + clortalidona 100+25 mg, caixa com 28 comprimidos	R\$16,25	R\$487,50
51	5.000	Amp.	Butilbrometo de escopolamina+dipirona sódica 5ml, injetável	R\$0,655	R\$3.275,00
95	500.000	Comp	Diclofenado sódico 50mg	R\$0,0136	R\$6.800,00
140	5.000	Frs	Hidróxido de Alumínio 100ml	R\$0,977	R\$4.885,00
142	10.000	Frs	Ibuprofeno 50mg/ml 30ml.	R\$0,67	R\$6.700,00
171	20	Cx	Maleato de Enalapril 5mg, caixa com 30 comp.	R\$7,96	R\$159,20
176	5.000	Frs	Mebendazol 20mg/ml - frs 30ml.	R\$0,59	R\$2.950,00
181	16.000	Frs	Metoclopramidagts 4mg/ml-10ml.	R\$0,409	R\$6.544,00
202	3.000	Frs	Polivitaminico100ml.	R\$1,56	R\$4.680,00
212	22.500	Bisn	Retinol + coledalciferol + óxido de zinco, bisnaga com 45gr. (pomada de assadura)	R\$1,449	R\$32.602,50
216	35.000	Env	Sais para reidratação oral envelope com 10 gramas	R\$0,359	R\$12.565,00
					R\$93.863,20

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº85/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º85/2013 – Pregão Presencial 27/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de Ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça.

DATA: 30/08/2013 à 29/08/2014.

Item	Quant.	Unid.	Medicamentos	Preço Unitário	Total do Item
71	80.000	Comp	Clopidogrel 75mg	R\$0,264	R\$21.120,00
75	1.600.000	Comp.	Cloridrato de Fluoxetina 20 mg	R\$0,0638	R\$102.080,00
114	300.000	Comp	Espironolactona 25 mg,	R\$0,089	R\$26.700,00
248	40	Cx	Topiramato 50mg c/60cp	R\$8,00	R\$320,00
249	20	Cx	Toragesic 10 mg, caixa com 10 comp.	R\$4,00	R\$80,00
					R\$150.300,00

IPPA**Portaria Nº 083/2013**

PORTARIA Nº 083/2013.

Concede pensão por morte, em caráter integral aos menores AUGUSTO MACHADO e LEONORA MACHADO, dependentes presumidos da servidora ativa falecida, Sra. SANDRÉA DE SOUZA, detentora do cargo de provimento efetivo de Merendeira, nos termos do art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03, do art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 10887/04 e do art. 34, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder, pensão por morte, conforme dispõe o art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03, do art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 10887/04 e do art. 34, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, aos menores AUGUSTO MACHADO inscrito no CPF nº 105.931.259-08 e portador do RG nº 6.164.669 e LEONORA MACHADO, inscrita no CPF nº 105.931.309-01 e portadora do RG nº 6.164.668, dependentes presumidos da servidora ativa SANDRÉA DE SOUZA, falecida em 06/12/2013.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, correspondente a totalidade da remuneração de contribuição da servidora no cargo efetivo na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, posto que se encontrava em atividade na data do óbito (Art. 2º, II da lei 10.887/2004), que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

§ 1º. O valor dos proventos será rateado em partes iguais entre os dependentes, conforme Art. 9º da Lei Municipal nº 1320/01.

§ 2º A revisão dos proventos de pensão por morte obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos, eis que o falecimento ocorreu após publicação desta Emenda (31/12/2003).

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85, da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 06/12/2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça SC, em 19 de dezembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

GUSTAVO HAEMING GERENT
Diretor-Executivo do IPPA
Matrícula 900044

MARIA TEREZINHA BROERING FERNANDES
Assistente Administrativo
Matrícula 300155

Portaria Nº 084/2013

PORTARIA Nº 084/2013

Concede pensão por morte, em caráter integral a Carmelino da Silva, dependente presumida da servidora inativa falecida, Zil-da da Silva, nos termos do art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal dá outras providências.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder, pensão por morte, conforme dispõe o art. 40, §7º, inciso I da Constituição Federal ao Senhor Carmelino da Silva, inscrito no CPF nº 342.080.469-53 e portador do RG 1.169.906, dependente presumido da servidora inativa Zilda da Silva, falecida em 10/12/2013.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 100% (cem por cento) do valor do provento percebido na data do óbito, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

§ 1º A revisão dos proventos de pensão por morte obedecerá o contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, alterada pela Emenda Constitucional 070/2012, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar extinta a aposentadoria por Invalidez em caráter Proporcional concedida a servidora falecida nos termos da Portaria nº 002/2002, retificada pela Portaria 022/2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 10/12/2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça SC, em 19 de dezembro de 2013.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

GUSTAVO HAEMING GERENT
Diretor-Executivo do IPPA
Matrícula 900044

MARIA TEREZINHA BROERING FERNANDES
Assistente Administrativo
Matrícula 300155



www.ciga.sc.gov.br

Papanduva

PREFEITURA

Contrato Nº 116/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 116/2013, Referente a Chamada Pública 006/2013. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar. Contratado: JOSÉ KAZMAREK, totalizando o montante de R\$ 5.199,00 (cinco mil e cento e noventa e nove reais). Vigência: O presente instrumento terá início na data de sua assinatura e término previsto para o dia 31 de julho de 2014.

Papanduva/SC, 06 de dezembro de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 118/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 118/2013, Referente a Chamada Pública 006/2013. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar. Contratado: JOSEFA KMIECIK, totalizando o montante de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais). Vigência: O presente instrumento terá início na data de sua assinatura e término previsto para o dia 31 de julho de 2014.

Papanduva/SC, 06 de dezembro de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 119/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 119/2013, Referente a Chamada Pública 006/2013. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar. Contratado: LOURDES DEORACKI JAN-COSKI, totalizando o montante de R\$ 7.250,00 (sete mil e duzentos e cinquenta reais). Vigência: O presente instrumento terá início na data de sua assinatura e término previsto para o dia 31 de julho de 2014.

Papanduva/SC, 06 de dezembro de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 128/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 128/2013, Referente ao Pregão 156/2013. Objeto: Aquisição de 75 (setenta e cinco) unidades de notebooks destinados aos professores do ensino fundamental da rede municipal. Contratado: WEIKAN TECNOLOGIA LTDA, totalizando o montante de R\$ 78.225,00 (setenta e oito mil e duzentos e vinte cinco reais). Vigência: A contagem do prazo deste contrato se iniciara na data de sua assinatura até 17 de janeiro 2014.

Papanduva/SC, 18 de dezembro de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 129/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 129/2013, Referente ao Pregão 157/2013. Objeto: Aquisição de 01 (um) veículos, novo, zero quilometro, destinado ao uso da Secretaria Municipal de Assistência Social. Contratado: VERITA VEICULOS LTDA, totalizando o montante de R\$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais). Vigência: A contagem do prazo deste contrato se iniciara na data da entrega do veículo até a data que expire a garantia do mesmo.

Papanduva/SC, 18 de dezembro de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Contrato Nº 130/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 130/2013, Referente ao Pregão 157/2013. Objeto: Aquisição de 01 (um) veículos, novo, zero quilometro, destinado ao uso da Secretaria Municipal de Assistência Social. Contratado: SUPERAUTO MOTOR LTDA, totalizando o montante de R\$ 56.500,00 (cinquenta e seis mil e quinhentos reais). Vigência: A contagem do prazo deste contrato se iniciara na data da entrega do veículo até a data que expire a garantia do mesmo.

Papanduva/SC, 18 de dezembro de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Quarto Termo Aditivo ao Contrato 068/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Quarto Termo Aditivo ao contrato nº 068/2012, de 20/08/2012. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência para a execução do objeto do contrato 068/2012, devido a intempéries do clima que prejudicou o andamento das obras, necessitando portanto deste aditivo de tempo, passando assim a vigência deste contrato ser até 06 de setembro de 2013. Contratado: PERFIL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS.

Papanduva, 06 de junho de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Quinto Termo Aditivo ao Contrato 068/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Quinto Termo Aditivo ao contrato nº 068/2012, de 20/08/2012. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência para a execução do objeto do contrato 068/2012, devido a intempéries do clima que prejudicou o andamento das obras, necessitando portanto deste aditivo de tempo, passando assim a vigência deste contrato ser até o dia 31 de outubro de 2013. Contratado: PERFIL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS.

Papanduva, 06 de setembro de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Segundo Termo Aditivo ao Contrato 055/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Segundo Termo Aditivo ao contrato nº 055/2012, de 22/06/2012. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo financeiro de R\$ 28.865,45 (vinte e oito mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) tendo em vista a necessidade de readequação do projeto original para a qual segue anexado a planilha explicativa da empresa, parecer de vistoria e planilha de verificação de valores, executado pelo engenheiro municipal, correspondente a 17,351% do contrato original. Contratado: ALI-NE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA EPP.

Papanduva, 18 de abril de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Segundo Termo Aditivo ao Contrato 068/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Segundo Termo Aditivo ao contrato nº 068/2012, de 20/08/2012. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo financeiro de R\$ 6.480,00 (seis mil, quatrocentos e oitenta reais) tendo em vista a necessidade de readequação do projeto original para a qual segue anexado a justificativa técnica da empresa solicitante, para a Execução de Bocas de Lobo e extensão da Drenagem Pluvial da Rua Severo de Almeida bem como o parecer de vistoria e planilha de verificação de valores, executado pelo engenheiro municipal. O valor do presente aditivo corresponde a 0,331% do contrato original. Contratado: PERFIL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS.

Papanduva, 05 de abril de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Sétimo Termo Aditivo ao Contrato 068/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Sétimo Termo Aditivo ao contrato nº 068/2012, de 20/08/2012. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência para a execução do objeto do contrato 068/2012, devido a necessidade de substituição das grelhas de ferro soldável pelas grelhas de ferro fundido, adequando-se assim aos referidos projetos, necessitando portanto deste aditivo de tempo, passando assim a vigência deste contrato ser até o dia 15 de fevereiro de 2014. Contratado: PERFIL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS.

Papanduva, 12 de dezembro de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Sexto Termo Aditivo ao Contrato 068/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Sexto Termo Aditivo ao contrato nº 068/2012, de 20/08/2012. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência para a execução do objeto do contrato 068/2012, devido a intempéries do clima que prejudicou o andamento das obras, necessitando portanto deste aditivo de tempo, passando assim a vigência deste contrato ser até o dia 20 de dezembro de

2013. Contratado: PERFIL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS.

Papanduva, 31 de outubro de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato 068/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Terceiro Termo Aditivo ao contrato nº 068/2012, de 20/08/2012. Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo financeiro de R\$ 9.540,00 (nove mil, quinhentos e quarenta reais) tendo em vista a necessidade de readequação do projeto original para a qual segue anexado a justificativa técnica da empresa solicitante, para a remoção de solos moles e preenchimento com camada de macadame seco para a Getulio Vargas, bem como o parecer de vistoria e planilha de verificação de valores, executado pelo engenheiro municipal. O valor do presente aditivo corresponde a 0,4874% do contrato original. Contratado: PERFIL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS.

Papanduva, 05 de abril de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo N. 005/2013 de 19/12/2013

Concede Título de Cidadão Honorário de Papanduva ao Senhor Yoshio Shiokawa.

Jacinta Mikalovicz, Presidenta da Câmara Municipal de Papanduva (SC), nos termos do artigo 33, inciso VIII, alínea \square e', do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva (SC) aprovou e ela, promulga o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Fica concedido o Título de Cidadão Honorário de Papanduva ao Senhor Yoshio Shiokawa.

Art. 2º. A entrega do Título de Cidadão Honorário de Papanduva será realizada em Sessão Solene, com data a ser definida pela Mesa Diretora, conforme determina o artigo 182 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva (SC).

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal, em 19 de dezembro de 2013.
JACINTA MIKALOVICZ
Presidenta

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA
Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI
1ª Secretária

VALDECIR VANESKI
2º Secretário

Decreto Legislativo N. 006/2013 de 19/12/2013

Concede Título de Vulto Emérito de Papanduva a Senhora Alzira Fronsckhak Sidorak.

Jacinta Mikalovicz, Presidenta da Câmara Municipal de Papanduva (SC), nos termos do artigo 33, inciso VIII, alínea □e', do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva (SC) aprovou e ela, promulga o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Fica concedido o Título de Vulto Emérito de Papanduva a Senhora Alzira Fronsckhak Sidorak.

Art. 2º. A entrega do Título de Vulto Emérito de Papanduva será realizada em Sessão Solene, com data a ser definida pela Mesa Diretora, conforme determina o artigo 182 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva (SC).

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal, em 19 de dezembro de 2013.

JACINTA MIKALOVICZ
Presidenta

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA
Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI
1ª Secretária

VALDECIR VANESKI
2º Secretário

Decreto Legislativo N. 007/2013 de 19/12/2013

Concede Título de Vulto Emérito de Papanduva ao Senhor Soter Povaluck.

Jacinta Mikalovicz, Presidenta da Câmara Municipal de Papanduva (SC), nos termos do artigo 33, inciso VIII, alínea □e', do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva (SC) aprovou e ela, promulga o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Fica concedido o Título de Vulto Emérito de Papanduva ao Senhor Soter Povaluck.

Art. 2º. A entrega do Título de Vulto Emérito de Papanduva será realizada em Sessão Solene, com data a ser definida pela Mesa Diretora, conforme determina o artigo 182 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva (SC).

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal, em 19 de dezembro de 2013.

JACINTA MIKALOVICZ
Presidenta

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA
Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI
1ª Secretária

VALDECIR VANESKI
2º Secretário

Decreto Legislativo N. 008/2013 de 19/12/2013

Concede Título de Vulto Emérito de Papanduva ao Senhor Ernesto Ressel.

Jacinta Mikalovicz, Presidenta da Câmara Municipal de Papanduva (SC), nos termos do artigo 33, inciso VIII, alínea □e', do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva (SC) aprovou e ela, promulga o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Fica concedido o Título de Vulto Emérito de Papanduva ao Senhor Ernesto Ressel.

Art. 2º. A entrega do Título de Vulto Emérito de Papanduva será realizada em Sessão Solene, com data a ser definida pela Mesa Diretora, conforme determina o artigo 182 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva (SC).

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal, em 19 de dezembro de 2013.

JACINTA MIKALOVICZ
Presidenta

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA
Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI
1ª Secretária

VALDECIR VANESKI
2º Secretário

Decreto Legislativo N. 009/2013 de 19/12/2013

Concede Título de Cidadão Honorário de Papanduva ao Senhor Arildo Fernandes Dias.

Jacinta Mikalovicz, Presidenta da Câmara Municipal de Papanduva (SC), nos termos do artigo 33, inciso VIII, alínea □e', do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva (SC) aprovou e ela, promulga o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Fica concedido o Título de Cidadão Honorário de Papanduva ao Senhor Arildo Fernandes Dias.

Art. 2º. A entrega do Título de Cidadão Honorário de Papanduva será realizada em Sessão Solene, com data a ser definida pela Mesa Diretora, conforme determina o artigo 182 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva (SC).

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal, em 19 de dezembro de 2013.

JACINTA MIKALOVICZ
Presidenta

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA
Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI
1ª Secretária

VALDECIR VANESKI
2º Secretário

Decreto Legislativo N. 010/2013 de 19/12/2013

Concede Título de Cidadão Honorário de Papanduva ao Senhor Ermino Antonio Hendges.

Jacinta Mikalovicz, Presidenta da Câmara Municipal de Papanduva (SC), nos termos do artigo 33, inciso VIII, alínea □e', do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva (SC) aprovou e ela, promulga o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Fica concedido o Título de Cidadão Honorário de Papanduva ao Senhor Ermino Antonio Hendges.

Art. 2º. A entrega do Título de Cidadão Honorário de Papanduva será realizada em Sessão Solene, com data a ser definida pela Mesa Diretora, conforme determina o artigo 182 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva (SC).

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal, em 19 de dezembro de 2013.

JACINTA MIKALOVICZ
Presidenta

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA
Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI
1ª Secretária

VALDECIR VANESKI
2º Secretário

Decreto Legislativo N. 011/2013 de 19/12/2013

Concede Título de Vulto Emérito de Papanduva a Senhora Eugênia Faryniak Zenf.

Jacinta Mikalovicz, Presidenta da Câmara Municipal de Papanduva (SC), nos termos do artigo 33, inciso VIII, alínea □e', do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva (SC) aprovou e ela, promulga o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Fica concedido o Título de Vulto Emérito de Papanduva a Senhora Eugênia Faryniak Zenf.

Art. 2º. A entrega do Título de Vulto Emérito de Papanduva será realizada em Sessão Solene, com data a ser definida pela Mesa Diretora, conforme determina o artigo 182 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva (SC).

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal, em 19 de dezembro de 2013.

JACINTA MIKALOVICZ
Presidenta

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA
Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI
1ª Secretária

VALDECIR VANESKI
2º Secretário

Decreto Legislativo N. 012/2013 de 19/12/2013

Concede Título de Cidadão Honorário de Papanduva ao Senhor Antonio Mauro Rodrigues de Aguiar.

Jacinta Mikalovicz, Presidenta da Câmara Municipal de Papanduva (SC), nos termos do artigo 33, inciso VIII, alínea □e', do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva (SC) aprovou e ela, promulga o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Fica concedido o Título de Cidadão Honorário de Papanduva ao Senhor Antonio Mauro Rodrigues de Aguiar.

Art. 2º. A entrega do Título de Cidadão Honorário de Papanduva será realizada em Sessão Solene, com data a ser definida pela Mesa Diretora, conforme determina o artigo 182 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva (SC).

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal, em 19 de dezembro de 2013.
JACINTA MIKALOVICZ
Presidenta

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA
Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI
1ª Secretária

VALDECIR VANESKI
2º Secretário

Decreto Legislativo N. 013/2013 de 19/12/2013

Concede Título de Cidadão Honorário de Papanduva ao Senhor José Olandir Delara Borges.

Jacinta Mikalovicz, Presidenta da Câmara Municipal de Papanduva (SC), nos termos do artigo 33, inciso VIII, alínea □e', do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva (SC) aprovou e ela, promulga o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º. Fica concedido o Título de Cidadão Honorário de Papanduva ao Senhor José Olandir Delara Borges.

Art. 2º. A entrega do Título de Cidadão Honorário de Papanduva será realizada em Sessão Solene, com data a ser definida pela Mesa Diretora, conforme determina o artigo 182 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Papanduva (SC).

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução deste Decreto Legislativo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal, em 19 de dezembro de 2013.
JACINTA MIKALOVICZ
Presidenta

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA
Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI
1ª Secretária

VALDECIR VANESKI
2º Secretário

Extrato de Contrato Nº 09/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA
CONTRATO Nº: 04/2013

CONTRATADO: INFO DIGITALL - SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA - ME

OBJETO: IMPLANTAÇÃO E LOCAÇÃO MENSAL DE SOFTWARE DE PROPRIEDADE DO PROPONENTE DEVIDAMENTE REGISTRADO NO INPI (INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL) DESTINADO AO GERENCIAMENTO ELETRÔNICO E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS; PUBLICAÇÃO E HOSPEDAGEM DA LEGISLAÇÃO; E SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMÁTICA.

VIGÊNCIA: 20/12/2013 À 19/12/2014 PRORROGÁVEL EM UM TOTAL DE ATÉ 48 MESES.

VALOR ESTIMADO: SÃO DIVIDIDOS EM:

(A) VALORES QUE OBRIGATORIAMENTE SERÃO DESEMBOLSADOS DEVIDO À IMPLANTAÇÃO, MENSALIDADES REFERENTE À LOCAÇÃO DE SOFTWARES E MENSALIDADES REFERENTE SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO E HOSPEDAGEM DA LEGISLAÇÃO SENDO:	
1 - IMPLANTAÇÃO	R\$ 100,00
2 - LOCAÇÃO MENSAL DE SOFTWARE (12 MESES)	R\$ 3.228,00
3 - PUBLICAÇÃO E HOSPEDAGEM (12 MESES)	R\$ 660,00
TOTAL	R\$ 3.988,00

(B) VALORES QUE SERÃO DESEMBOLSADOS APENAS SE HOVER A NECESSIDADE DE SUPORTE TÉCNICO IN LOCO.	
1 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA (100 HORAS)	R\$ 7.700,00
2 - DESLOCAMENTO (2000 KM)	R\$ 1.700,00
3 - ESTADA E ALIMENTAÇÃO (10 DIAS)	R\$ 1.000,00
TOTAL	R\$ 10.400,00

TOTAL GERAL	R\$ 14.388,00
-------------	---------------

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 20/12/2013

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, 20 DE DEZEMBRO DE 2013.
JACINTA MIKALOVICZ
PRESIDENTE

PEGAS 
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br

Passos Maia

PREFEITURA

Termo Aditivo

TERMO ADITIVO 0001/2013 AO CONTRATO 0033/2013
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC
CONTRATADO: EDMAR DA SILVA ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada, para o fornecimento de matérias e serviços elétricos, para a manutenção de iluminação publica no Município de Passos Maia - SC.

VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, contados a partir do dia 02 de janeiro de 2014 até a data de 31 de dezembro de 2014.

Passos Maia - SC, 19 de dezembro de 2013.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Termo Aditivo

TERMO ADITIVO 0001/2013 AO CONTRATO 0056/2013
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC
CONTRATADO: BANCO DO BRASIL S.A.

OBJETO: A prestação, pelo CONTRATADO, dos serviços de pagamentos das Ordens Bancárias - OB, por meio do Sistema OBN - Ordens Bancárias dos Estados e Municípios.

VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, contados a partir do dia 02 de janeiro de 2014 até a data de 31 de dezembro de 2014.

Passos Maia - SC, 19 de dezembro de 2013.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Termo Aditivo

TERMO ADITIVO 0001/2013 AO CONTRATO 0065/2013
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC
CONTRATADO: MITRA DIOCESANA DE JOAÇABA

OBJETO: Locação de um ginásio de esportes, com área aproximada de 1.000 m² (mil metros quadrados), localizado na Avenida Ângelo Tirelli s/n, na cidade de Passos Maia (SC), para o desenvolvimento de atividades administrativas, esportivas, sociais, de lazer, eventos, palestras, reuniões, conferências, entre outras atividades de interesse coletivo e social.

VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, contados a partir do dia 02 de janeiro de 2014 até a data de 31 de dezembro de 2014.

Passos Maia - SC, 19 de dezembro de 2013.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Termo Aditivo

TERMO ADITIVO 0005/2013 AO CONTRATO 0013/2013
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC
CONTRATADO: EDITORA POSITIVO LTDA

OBJETO: Fornecimento de materiais didáticos que compõem o Sistema de Ensino Aprende Brasil, composto por Livros Didáticos Integrados; Portal Aprende Brasil; Acompanhamento e

Assessoramento Pedagógico; Sistema de Gestão das Informações Educacionais e Avaliação Externa do Processo de Aprendizagem nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, para os alunos do 4º e 8º anos do ensino fundamental contemplados com o Aprende Brasil.

VIGÊNCIA: Fica prorrogada vigência do Contrato Administrativo em epígrafe, pelo período de 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2014, o que se faz nos termos do art.57, II da Lei 8.666/93.

Passos Maia - SC, 04 de dezembro de 2013.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Termo Aditivo

TERMO ADITIVO 0001/2013 AO CONTRATO 0051/2013
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC
CONTRATADO: FM PNEUS LTDA

OBJETO: Contratação de serviços de recapagem e vulcanização de pneus.

VIGÊNCIA: Fica prorrogada vigência do contrato administrativo em epígrafe pelo período de 02 (dois) meses, sendo assim, vigorará até 28 de fevereiro de 2014 ou até a abertura e homologação de novo processo licitatório, o que se faz nos termos do art.57, II da Lei 8.666/93.

Passos Maia - SC, 17 de dezembro de 2013.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Termo Aditivo

TERMO ADITIVO 0001/2013 AO CONTRATO 0057/2013
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC
CONTRATADO: TONER MAIS LTDA ME

OBJETO: Locação de 28 impressoras multifuncionais novas ou com no máximo de 2 (dois) anos de uso, impressora, copiadora, scanner, transformador de voltagem, toner reserva, assistência técnica, componentes eletrônicos e reposição de peças sem onerar o Município.

VIGÊNCIA: Fica prorrogada vigência do Contrato Administrativo em epígrafe, pelo período de 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2014, o que se faz nos termos do art.57, II da Lei 8.666/93.

Passos Maia - SC, 16 de dezembro de 2013.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal

Termo Aditivo

TERMO ADITIVO 0001/2013 AO CONTRATO 0020/2013
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC
CONTRATADO: JK PNEUS LTDA

OBJETO: Aquisição de pneus novos, para os veículos da frota municipal.

VIGÊNCIA: Fica prorrogada vigência do contrato administrativo em epígrafe pelo período de 02 (dois) meses, sendo assim, vigorará até 28 de fevereiro de 2014 ou até a abertura e homologação de novo processo licitatório, o que se faz nos termos do art.57, II da Lei 8.666/93.

Passos Maia - SC, 18 de dezembro de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Termo Aditivo

TERMO ADITIVO 0001/2013 AO CONTRATO 0032/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC

CONTRATADO: LUCELIA RUMPEL MONTEIRO - ME

OBJETO: Contratação de empresa jornalística para a publicação de informativos semanais do Município.

VIGÊNCIA: Fica prorrogada vigência do Contrato Administrativo em epígrafe, pelo período de 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2014, o que se faz nos termos do art.57, II da Lei 8.666/93.

Passos Maia - SC, 19 de dezembro de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Termo Aditivo

TERMO ADITIVO 0001/2013 AO CONTRATO 0031/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC

CONTRATADO: RADIO BEBEDOURO FM LTDA - ME

OBJETO: Contratação de espaço radiofônico em emissora FM, destinado a divulgação de atos oficiais e administrativos, avisos de utilidade pública, campanhas educativas, cobertura de eventos públicos e boletins informativos.

VIGÊNCIA: Fica prorrogada vigência do Contrato Administrativo em epígrafe, pelo período de 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2014, o que se faz nos termos do art.57, II da Lei 8.666/93.

Passos Maia - SC, 19 de dezembro de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Termo Aditivo

TERMO ADITIVO 0001/2013 AO CONVÊNIO 0001/2013

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA - SC

INSTITUTO HOSPITALAR SANTA LUZIA - DEONILDO JOSÉ BAGGIO

OBJETO: O convênio tem como objeto o atendimento médico-hospitalar de pacientes encaminhados pelo MUNICÍPIO a CONVENIADA.

Os serviços a serem executados pela CONVENIADA compreendem atendimentos médico-hospitalares, em sistema de plantão 24h (vinte e quatro horas), assim como atendimentos com procedimentos médicos e de enfermagem nos casos de urgência e/ou emergência, consultas clínicas em geral, com fornecimento de medicação para um pronto e imediato atendimento dos pacientes, beneficiando a todos os habitantes do MUNICÍPIO.

VIGÊNCIA: A vigência do convênio em epígrafe fica prorrogada pelo período de 12(doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Passos Maia - SC, 18 de dezembro de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Notificação de Recebimento de Recursos.

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Estadual.

Valor: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil).

Destinação: CASCALHAMENTO DE ESTRADAS VICINAIS

Data liberação: 19/12/2013

Passos Maia - SC, 20 de dezembro de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Notificação de Recebimento de Recursos.

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Estadual.

Valor: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil).

Destinação: MANUTENÇÃO E ADAPTAÇÃO EM RESIDÊNCIAS DE POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA.

Data liberação: 19/12/2013

Passos Maia - SC, 20 de dezembro de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Decreto Nº 3.922, de 18 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 3.922, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.630 de 06 de novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 689,00 (Seiscentos e oitenta e nove reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02 Poder Executivo

0202 Secret. de Administração e Finanças

0202.27 Desporto e Lazer

0202.27.812 Desporto Comunitário

0202.27.812.2701 Desporto e Lazer

0202.27.812.2701.4058 Manutenção das atividades esportivas

3390-0000 Aplicações Diretas R\$ 689,00

Fonte de Recursos 0100

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 689,00 (Seiscentos e oitenta e nove reais) conforme abaixo discriminado;

02 Poder Executivo

0202 Secret. de Administração e Finanças

0202.27 Desporto e Lazer
0202.27.812 Desporto Comunitário
0202.27.812.2701 Desporto e Lazer
0202.27.812.2701.4058 Manutenção das atividades esportivas
4490-000 Aplicações Diretas R\$ 689,00
Fonte de Recursos 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto,
18 DE DEZEMBRO DE 2013.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Edital de Licitação Nº 043/2013

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 043/2013
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 16 de janeiro de 2014, licitação modalidade Pregão Presencial n. 043/2013, visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO 2014

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 16/01/2014, até às 09:15 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:30 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-3562 2000

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC,
18 DE DEZEMBRO DE 2013
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

Recesso Poder Executivo

DECRETO n. 813/2013, 06 de dezembro de 2013.
Dispõe sobre recesso no Executivo Municipal no período de 23 de dezembro de 2013 a 05 de janeiro de 2014.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;
Considerando que no período compreendido entre os dias 23 de dezembro de 2013 a 05 de janeiro de 2014, são comemoradas as festividades natalinas e de ano novo, sendo a oportunidade de permanência dos servidores com suas famílias com a finalidade de confraternização;
Considerando a necessidade do fechamento das contas do presente exercício para atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal;
Considerando que o recesso administrativo proporciona redução de custeio da administração pública em face da pouca demanda das atividades administrativas neste período;

DECRETA:
Artigo 1º - Fica decretado recesso no poder executivo municipal

no período compreendido entre os dias 23 de dezembro de 2013 à 05 de janeiro de 2014.

Parágrafo Primeiro - Excetua-se do disposto neste artigo, o trabalho executado por servidores em serviço de urgência, plantões ou necessidades indispensáveis, especialmente os serviços de saúde, vigilância de prédios públicos, limpeza pública e outros a critério de cada Secretaria.

Artigo 2º - Cada Secretário ficará responsável pela elaboração das estratégias para que não ocorram quaisquer prejuízos ao serviço público, podendo as Secretarias trabalhar em escala.

Artigo 3º - Os serviços essenciais, inclusive de atendimento ao público, funcionarão normalmente sem percepção de horas extras, sendo cada secretário responsável pela adequação de sua pasta.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ponte Serrada-SC, 06 de dezembro de 2013.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Suplementação

DECRETO Nº 841/2013, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso "I" do art. 7º da Lei Municipal nº. 2.163, de 04 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 445.000,00 (quatrocentos e quarenta e cinco mil reais), conforme discriminação abaixo:

03 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

03.0301 - Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

03.0301.12 - Educação

03.0301.12.368 - Educação Básica

03.0301.12.368.1201 - Educação para Todos

03.0301.12.368.1201.2031 - Manutenção do FUNDEB da Educação Básica

03.0301.12.368.1201.2031.31900000 - 00.01.0018.0 - 22 - Aplicações diretas - R\$ 380.000,00

03.0301.12.368.1201.2031.31900000 - 00.01.0019.0 - 23 - Aplicações diretas - R\$ 65.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos do Excesso de Arrecadação no exercício de 2013 do FUNDEB.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

Suplementacao

DECRETO Nº 842/2013, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade

com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Inciso "I" do art. 7º da Lei Municipal nº. 2.163, de 04 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), conforme discriminação abaixo:

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

08.0801 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

08.0801.10.301.1001.2008 - Manutenção das Ações e Programas de Saúde do Município

08.0801.10.301.1001.2008.31900000 - 00.01.0002.0 - 3 - Aplicações diretas - R\$ 230.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos do Excesso de Arrecadação no exercício de 2013 de Recurso Ordinários - Fonte 00.01.0002.0.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 18 DE DEZEMBRO DE 2013.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

Porto Belo

PREFEITURA

Lei Municipal Nº 2.119/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.119, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

ALTERA A NOMENCLATURA DA SECRETARIA DE PESCA E AGRICULTURA, CRIA A SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º A Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura passará a denominar-se Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura, passando a ter as seguintes atribuições:

- a) Planejar, organizar, executar e controlar o desenvolvimento da pesca e aquicultura;
- b) Apoiar e organizar feiras, exposições e outros eventos do interesse da pesca e aquicultura;
- c) Acompanhar e colaborar na elaboração do Orçamento Anual e do Orçamento Plurianual de investimentos;
- d) Apoiar e desenvolver medidas que visem a segurança, saúde e higiene do trabalhador da pesca e a aquicultura;
- e) Dar apoio ao associativismo e cooperativismo da pesca artesanal e da aquicultura;
- f) Administrar e zelar pelos bens à disposição da Secretaria;
- g) Estabelecer controle e registro das atividades desenvolvidas pela Secretaria;
- h) Desenvolver, elaborar e executar os projetos de desenvolvimento da pesca e aquicultura;
- i) Desenvolver a articulação com instituições públicas ou privadas internas e externas, com a finalidade de subsidiar e fomentar o desenvolvimento da pesca e aquicultura;
- j) Desincumbir-se de outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 2º Fica criada a Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária que terá como atribuições:

- I - Planejar, organizar, executar e controlar o desenvolvimento da agricultura e pecuária;
- II - Apoiar e organizar feiras, exposições e outros eventos do interesse da agrícola e pecuária;
- III - Acompanhar e colaborar na elaboração do Orçamento Anual e do Orçamento Plurianual de investimentos;
- IV - Apoiar e desenvolver medidas que visem a segurança, saúde e higiene do trabalhador agrícola e pecuário;
- V - Dar apoio ao associativismo e cooperativismo da agricultura e pecuária;
- VI - Administrar e zelar pelos bens à disposição da Secretaria;
- VII - Estabelecer controle e registro das atividades desenvolvidas pela Secretaria;
- VIII - Desenvolver, elaborar e executar os projetos de desenvolvimento da Agricultura e Pecuária;
- IX - Desenvolver a articulação com instituições públicas ou privadas internas e externas, com a finalidade de subsidiar e fomentar o desenvolvimento da agricultura e pecuária;
- X - Desincumbir-se de outras atribuições que lhe forem delegadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º Fica criado dentro da Secretaria de Agricultura e Pecuária o cargo em comissão de Diretor de Agricultura e Pecuária, nível DAI-06, que deverá assessorar diretamente o Secretário de Agricultura e Pecuária.

Art. 4º Fica alterado o Anexo II da Lei Municipal nº 1.489, de 12 de janeiro de 2007, que passa a ter acrescido o cargo em comissão de Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária, nível DAS-4.

Art. 5º Fica criado dentro da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos o cargo em comissão de Gerente de Transporte, Obras e Serviços Públicos, nível DAI-30, que deverá assessorar diretamente o Secretário de Transporte, Obras e Serviços Públicos. Parágrafo Único. O Gerente de Transporte, Obras e Serviços Públicos possuirá as seguintes atribuições:

- I - Coordenar e gerenciar as atividades na Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos;
- II - Coordenar a logística da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos;
- III - Prestar assistência ao Secretário nas funções políticas de transportes, obras e serviços urbanos;
- IV Gerenciar as obras e os serviços urbanos do Município e fazer cumprir as disposições da Lei Orgânica do Município;
- V - Atender os interesses dos municípios nos assuntos de obras, sistema viário e limpeza urbana;
- VI - Exercer a gerência, coordenação e supervisão dos sistemas da Secretaria na esfera de suas atribuições;
- VII - Promover a organização e o controle de todas as atividades de planejamento, execução e avaliação de transportes, obras públicas e serviços urbanos;
- VIII - Desincumbir-se de outras tarefas ou atividades necessárias para o cumprimento de suas atribuições.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de dezembro de 2013.
IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.120/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.120, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.
ESTABELECE REPOSIÇÃO SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS, EMPREGADOS PÚBLICOS E AOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DO

MUNICÍPIO DE PORTO BELO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º Fica estabelecida a reposição salarial aos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, empregados públicos e aos subsídios dos agentes políticos do Município de Porto Belo, no percentual de 6,18%, a ser aplicado sobre seus respectivos vencimentos

Art. 2º O referido reajuste passará a vigorar a partir do mês de janeiro de 2014 e refere-se à revisão geral anual com base no IPCA do mês de novembro de 2012 a outubro do ano corrente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de dezembro de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.121/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.121, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

ESTABELECE REPOSIÇÃO SALARIAL AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º Fica concedida reposição salarial aos Servidores do Poder Legislativo do Município de Porto Belo, com base na variação IPCA (IBGE) compreendendo no período de novembro do ano de 2012 a outubro de 2013, no percentual de 5,8375%.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor em 01 (primeiro) de janeiro de 2014, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de dezembro de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Lei Municipal Nº 2.122/2013

LEI MUNICIPAL Nº 2.122, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.

ESTABELECE REPOSIÇÃO AOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente LEI:

Art. 1º Fica concedida reposição aos Subsídios dos Vereadores do Município de Porto Belo, com base na variação IPCA (IBGE) compreendendo no período de novembro do ano de 2012 a outubro do ano de 2013, no percentual de 5,8375%.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor em 01 (primeiro) de janeiro de 2014, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de dezembro de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

Decreto Nº 1.176/2013

DECRETO Nº 1.176, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISCIPLINA A CIRCULAÇÃO E O ESTACIONAMENTO DE ÔNIBUS DE TURISMO, MICRO-ÔNIBUS, VANS, MOTOR-HOMES E TRAILERS NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO - SC.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º A circulação e o estacionamento de ônibus de turismo, micro-ônibus, vans, motor-homes e trailers no Município de Porto Belo, fica sob responsabilidade e controle da Fundação Municipal de Turismo do Município de Porto Belo e pelo Departamento de Trânsito.

Art. 2º Todos os ônibus de turismo, micro-ônibus, vans, motor-homes e trailers com destino a Porto Belo somente poderão estacionar no Município se tiverem o devido comprovante de pagamento da tarifa a que se refere o artigo 4º deste Decreto, fornecido pela Fundação Municipal de Turismo, mediante pagamento de tarifa de estacionamento.

§ 1º Para os ônibus de turismo, micro-ônibus e vans, fica estabelecido um estacionamento próprio, mediante o pagamento de tarifa proporcional ao número de dias de permanência no município, conforme valores definidos neste Decreto.

§ 2º Para os motor-homes e trailers o estacionamento é obrigatório, mediante o pagamento da tarifa a que se refere o presente artigo, exceto se estes veículos estiverem em estacionamentos particulares devidamente legalizados.

Art. 3º Fica proibido o estacionamento dos veículos mencionados no artigo 1º deste Decreto, em Vias Públicas, Praças ou outros locais não autorizados pela Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo e pelo Departamento de Trânsito.

§ 1º A circulação dos veículos especificados no "caput" deste artigo fica restrita para embarque e desembarque dos seus passageiros nos meios de hospedagem, restaurantes, agências de turismo ou outros pontos turísticos do município, por um período máximo de 15 (quinze) minutos.

§ 2º O Departamento de Trânsito definirá e sinalizará as vias públicas em que a circulação destes será permitida.

Art. 4º Os veículos especificados no artigo 1º deste Decreto, após desembarcarem no Município de Porto Belo se dirigirão diretamente ao estacionamento no Palco das Artes, localizado na Avenida Francisco Severiano dos Santos, s/n, onde deverão proceder ao pagamento de Tarifa de Estacionamento, por dia, correspondente a:

I - 23,86 (vinte e três vírgula oitenta e seis) UFM-PB, tendo por base o índice do mês de novembro, com correção anual.

Art. 5º Os veículos em desacordo com este Decreto ficam sujeitos a colocação de grampos próprios nos pneus impedindo a sua circulação, sendo que a liberação dos mesmos somente será realizada após o pagamento de multa equivalente a 200 (duzentas) UFM-PB.

§ 1º Fica responsável pela cobrança da multa um ou mais funcionários designados pela Fundação Municipal de Turismo, que no ato de pagamento fornecerá um comprovante de quitação de débito.

§ 2º Após o pagamento da multa o veículo deverá imediatamente deslocar-se para local apropriado, podendo, mediante ao pagamento indicado no Art. 4º deste Decreto, estacionar seu veículo no estacionamento indicado pela Fundação Municipal de Turismo.

Art. 6º Fica proibido o transporte de alimentos perecíveis em ônibus de turismo.

§ 1º Fica ao encargo da vigilância sanitária a responsabilidade pela

fiscalização do item previsto no caput deste artigo.
§ 2º Constatada irregularidade serão retidos os produtos mencionados neste artigo.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 19 dias do mês de dezembro de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

Decreto Nº 1.177/2013

DECRETO Nº 1.177, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

ALTERA A LETRA C DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 1.150, DE 22 DE OUTUBRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1.176/2001, bem como com a Resolução CD/FNDE nº 38/2009,

Decreta:

Art. 1º Fica alterada a letra c, do artigo 1º do Decreto nº 1.150, 22 de outubro de 2013, passando a ter a seguinte redação:

“c) Representantes dos Pais de Alunos

Titular: ()

Suplente: ()

Titular: Raquel Fagundes

Suplente: Silvana de Souza Pereira”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 19 dias do mês de dezembro de 2013.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

Porto União

PREFEITURA

Lei Nº 4.212/2013

LEI Nº 4.212, de 20 de dezembro de 2013.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a atualizar os valores referentes à Taxa de Coleta de Lixo para o exercício de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a alteração dos valores da Taxa de Coleta de Lixo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014, devida pelos usuários residentes no Município.

Parágrafo único. A Taxa de Coleta de Lixo foi instituída através da Lei Complementar nº 005/99 - Código Tributário Municipal - Art. 171, com valores fixados pela Lei Municipal nº 2.821, de 26 de dezembro de 2002, calculadas e lançadas com base no custo do serviço, proporcionalmente ao número de coletas semanais, de acordo com a seguinte tabela:

I- CLASSE “A” - R\$ 8,92 mensal - frequência: 03 vezes por semana;
a) COTA ÚNICA = R\$ 107,04;

II- CLASSE “B” - R\$ 17,84 mensal - frequência: 06 vezes por semana;

a) COTA ÚNICA = R\$ 214,08;

III- CLASSE “TARIFA SOCIAL” - R\$ 4,46 (50% do valor correspondente a CLASSE “A”).

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder, anualmente, a atualização monetária dos valores de que trata a presente Lei, de acordo com a variação acumulada do IGP-M havido no ano anterior, elaborado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Parágrafo único. Em caso de extinção do índice de que trata o “caput” deste artigo, adotar-se-á outro índice oficial que vier a substituí-lo.

Art. 3º Os índices de atualização monetária autorizados no artigo precedente serão anualmente aplicados sempre que ocorrer descompasso financeiro entre a receita da Taxa de Coleta de Lixo Domiciliar e a despesa de operação do sistema de Coleta de Lixo Domiciliar e do Aterro Sanitário, a critério do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Lei Nº 4.213/2013

LEI Nº 4.213, de 20 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar por transposição, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento próprio do Fundo Municipal de Educação, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO 1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE 1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATIVIDADE 2009 - Manutenção Educação Infantil

MODALIDADE 3190 - 104 - Aplicações Diretas 30 100.000,00

MODALIDADE 3191 - 104 - Aplicações Diretas - Operações Intra-orçamentárias 32 20.000,00

ATIVIDADE 2014 - Manutenção Ensino Fundamental

MODALIDADE 3190 - 104 - Aplicações Diretas 14 180.000,00

MODALIDADE 3191 - 104 - Aplicações Diretas - Operações Intra-orçamentárias 16 50.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 350.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial e transposição das seguintes dotações orçamentárias do orçamento da

Prefeitura Municipal, a seguir discriminadas:

ÓRGÃO ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0205 - SECRETARIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
ATIVIDADE 2008 - Manutenção Secretaria de Finanças e Contabilidade
MODALIDADE 3390 - 100 - Aplicações Diretas 18 200.000,00

UNIDADE 0207 - SEC. MUN. TRANSP., OBRAS E SERVS. PÚBLICOS
PROJETO 1001 - Aquisição de Imóveis
MODALIDADE 4590 - 100 - Aplicações Diretas 20 19.000,00

PROJETO 1009 - Construção/Instalação de Praças, Parques e Jardins
MODALIDADE 4490 - 100 - Aplicações Diretas 53 31.000,00

PROJETO 1012 - Pavimentação Vias Urbanas
MODALIDADE 4490 - 100 - Aplicações Diretas 37 100.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 350.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Lei Nº 4.214/2013

LEI Nº 4.214, de 20 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre normas gerais para o serviço de transporte de passageiros em veículos da categoria automóveis de aluguel, revoga a Lei Municipal nº 2.320/98, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

CAPITULO I SERVIÇOS DE TAXI

Art. 1º O Transporte de passageiros em veículos da categoria automóveis de aluguel no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, constitui serviço de utilidade pública e será administrado pela Prefeitura Municipal de Porto União, em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro e as disposições desta LEI.

Art. 2º O serviço de transporte de passageiros em veículos da categoria automóveis de aluguel será explorado sob regime de permissão, obrigatoriamente objeto de prévia concorrência pública, formalizada mediante termo de permissão e com expedição do respectivo alvará de licença.

Art. 3º Observadas as exigências desta Lei, poderão ser dirigidos por motoristas devidamente inscritos no Cadastro Municipal de Condutores de Táxis, possuidores de Carteira Nacional de Habilitação categoria Profissional, regularmente inscritos no Instituto Nacional de Seguridade Social, e com Carteira Profissional expedida pelo Ministério do Trabalho se empregados.

Parágrafo único. Anualmente, quando da renovação do Alvará de Licença, o profissional deverá apresentar certidão negativa de antecedentes criminais, expedida pelos fóruns das Comarcas de Porto União e União da Vitória.

Art. 4º Caberá ao órgão competente da Prefeitura, juntamente com os representantes da categoria profissional dos taxistas, indicados na forma desta Lei, a elaboração de planos e estudos, inclusive sobre tarifas, submetendo-os à aprovação do Chefe do Poder Executivo Municipal, ficando atribuída à Prefeitura Municipal a fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas nesta Lei, em regulamentos ou decretos.

Art. 5º À pessoa jurídica, sob forma de empresa comercial ou à pessoa física, motorista profissional autônomo, que preencha os requisitos para executar o serviço de transporte de passageiros por táxis, será outorgado o Termo de Permissão, documento pelo qual a Prefeitura, na qualidade de poder permissor, autoriza a exploração desse serviço.

Parágrafo único. Fica autorizada a outorga do Termo de Permissão e Alvará de licença a motoristas autônomos para em conjunto, como co-proprietários, explorarem um único ponto de estacionamento, utilizando apenas um veículo.

Art. 6º O condutor autônomo poderá registrar até 2 (dois) condutores-auxiliares em regime de colaboração por veículo em serviço, observada a legislação trabalhista, previdenciária e o estabelecido nesta Lei, sendo de total responsabilidade a anotação em Carteira de Trabalho, se responsabilizando pelas condutas praticadas pelo contratado no exercício da função.

Parágrafo único. Os permissionários ficam obrigados a comunicar a Prefeitura Municipal de Porto União, as substituições ou dispensas de condutores-auxiliares, para atualização do respectivo registro.

Art. 7º Não poderá se candidatar a permissionário, renovar a permissão ou se registrar como colaborador ou condutor-auxiliar, quem seja incidente em condenação criminal, bem como em crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro, caso não tenha suspensão da execução da pena, e também aqueles que se encontrem impedidos de exercer atividade laboral, como os aposentados por invalidez.

Art. 8º As permissões serão concedidas mediante prévia concorrência pública, que será realizada sempre que houver interesse administrativo, segundo edital divulgado no órgão oficial da imprensa.

§ 1º O ato que regulamenta o processo de seleção definirá os pontos, o número de veículos a serem outorgadas as permissões, os critérios seletivos e classificatórios e os requisitos a serem satisfeitos pelos concorrentes.

§ 2º A concorrência será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da última publicação do edital no órgão oficial de imprensa.

Art. 9º É vedado ao condutor autônomo titular do Termo de Permissão, possuir ou participar concomitantemente em firma ou empresa, que tenha por objeto a exploração do serviço de táxi no Município, sob pena de revogação da permissão.

CAPITULO II OS VEÍCULOS

Art. 10. Os veículos a serem utilizados no serviço definido nesta Lei deverão ser dotados de 4 (quatro) portas, da categoria automóvel, e encontrarem-se em bom estado de funcionamento, segurança, higiene e conservação, tudo comprovado mediante vistoria prévia, e ter no máximo 5 (cinco) anos de uso.

Parágrafo único. Após 5 (cinco) anos de uso, os veículos deverão ser submetidos à inspeção anual, devendo ser automaticamente

substituídos quando atingirem 10 (dez) anos de uso.

Art. 11. Os veículos deverão ser dotados de:

- a) Tabela de tarifa em vigor, em local visível ao passageiro;
- b) Cartão de Identidade do proprietário e do condutor, e adesivo com a palavra táxi nas portas do automóvel com a fonte luminosa da praça (chafariz) Porto União;
- c) "Capelinha" de identificação com a palavra TÁXI;
- d) Identificação com número do veículo, número da permissão e o ponto da permissão;
- e) Deverá constar no veículo disque ouvidoria.

Parágrafo único. A entrada dos veículos em serviço fica condicionada às exigências do Departamento de Trânsito (DETRAN) sobre assuntos de sua competência, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 12. Não serão renovados ou transferidos os Alvarás de Licença relativos aos veículos que não atendem às exigências desta Lei ou que tenham atingido os limites fixados nesta LEI.

Art. 13. A cobrança das corridas será realizada conforme tabela de preço, que será fixada pelo setor responsável da Prefeitura Municipal de Porto União, juntamente com os representantes da categoria, e será reajustada anualmente.

Art. 14. (Vetado)

CAPITULO III LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS

Art. 15. Ficam isentas da taxa de publicidade, as inscrições, siglas e símbolos que, aprovadas pela Prefeitura, forem gravadas obrigatoriamente nos táxis, para efeito de características especiais de identificação.

Art. 16. A cada veículo pertencente a empresa ou motorista autônomo, será concedido o "ALVARÁ DE LICENÇA", atendidos os dispositivos regulamentares, sujeitos ao pagamento anual das taxas e impostos Municipais, transferível somente nos casos previstos nesta LEI.

Parágrafo único. Ao motorista profissional autônomo somente poderá ser outorgado um alvará relativo a veículo de sua propriedade, especificando placa, cor e chassi do referido veículo.

CAPITULO IV PONTOS DE ESTACIONAMENTOS

Art. 17. Os permissionários terão mantidas suas atuais situações de localização, tendo em vista o interesse público.

Art. 18. Os novos pontos de estacionamento serão fixados pela Prefeitura juntamente com os representantes da categoria profissional, que determinarão a quantidade máxima de veículos que neles poderão estacionar.

Art. 19. Fica criado o PONTO LIVRE na Rodoviária de Porto União para os permissionários inscritos atualmente no cadastro no Município de Porto União, obedecidas as normas dessa Lei e o disposto em regulamentação.

Art. 20. A Prefeitura Municipal, juntamente com os representantes da categoria profissional, poderá estabelecer Pontos Livres nos Distritos, exigindo que os permissionários sejam moradores do referido Distrito ou comunidade, não podendo estes usar pontos do meio urbano.

Art. 21. Nos pontos permissionários fica vedado jogatina e atos obscenos, atentados contra a moral e bons costumes e qualquer outra atividade contrária a profissão.

Art. 22. Caberá à Prefeitura, o estabelecimento e a revisão anual dos pontos de estacionamento de táxis, ouvidos os representantes da categoria, visando ao atendimento das necessidades das várias regiões do Município.

Art. 23. A localização dos pontos será determinada pela Prefeitura Municipal de Porto União, condicionada ao interesse público.

Art. 24. Poderá a Prefeitura Municipal de Porto União criar pontos provisórios para atender as necessidades ocasionais, fixando sua duração e demais características.

Art. 25. Fica proibida a transferência ou permuta de um ponto para outro, salvo com a autorização expressa da Prefeitura Municipal de Porto União.

Parágrafo único. (Vetado)

CAPITULO V DOS REPRESENTANTES DA CATEGORIA PROFISSIONAL

Art. 26. A categoria profissional dos motoristas de táxi será representada por 2 (dois) membros junto à Prefeitura Municipal de Porto União, com mandato de 2 (dois) anos.

Art. 27. Os representantes colaborarão com o Município em todas as questões referentes aos serviços de táxi, conforme especificado nesta Lei, em especial com a fiscalização.

CAPITULO VI DAS OBRIGAÇÕES DOS PROFISSIONAIS

Art. 28. São obrigações dos profissionais, entre outras:

- a) Zelar pela fiel execução desta Lei;
- b) Tratar com educação e polidez os usuários do serviço;
- c) Manter conduta compatível com a moralidade pública;
- d) Levar ao conhecimento da autoridade municipal e/ou de seus representantes, as irregularidades de que tiver ciência em função de suas atividades profissionais;
- e) Cumprir rigorosamente a Tabela de Tarifas pré-fixada com a Prefeitura Municipal de Porto União;
- f) Manter o veículo limpo e higienizado, garantindo condições de salubridade aos passageiros;
- g) Manter o veículo em condições mecânicas ideais para trafegabilidade;
- h) Transportar todo e qualquer passageiro, podendo recusar-se a transportar quem esteja embriagado ou indevidamente higienizado, salvo em caso de acidente;
- i) Atender as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias;
- j) Deixar a tabela em local visível ao usuário;
- k) Apresentar-se com traje adequado (camisa, sapato). Fica estritamente proibido o uso de regata, bermuda, chinelos, etc.;
- l) Uso obrigatório de crachá padronizado com Logotipo da Prefeitura Municipal de Porto União, constando o nome do taxista.

CAPITULO VII PENALIDADE

Art. 29. A Prefeitura Municipal, através do órgão competente, manterá RIGOROSA fiscalização sobre os permissionários e seus profissionais do volante, com respeito ao comportamento cívico, moral, social e funcional de cada um.

Art. 30. O Poder Executivo, por Decreto, em razão da inobservância das obrigações e deveres estatuídos nesta Lei, estabelecerá as seguintes sanções gradativas a que se sujeitará o infrator, aplicadas separada ou cumulativamente:

I- advertência escrita;

II- suspensão temporária (de 3 dias a 60 dias) da prestação de

serviços;
III- suspensão ou cassação do Alvará de Licença.

Art. 31. Será revogada a permissão para exploração do serviço de táxi:

- a) Se for feita a transferência das obrigações a outrem sem anuência da Prefeitura e sem a assinatura do Termo de Permissão;
- b) Se for decretada a falência da empresa;
- c) Quando houver outras infrações de natureza grave, a juízo do órgão competente.

Art. 32. A revogação será precedida de procedimento administrativo em que se assegurará o contraditório e a ampla defesa.

Art. 33. (Vetado)

Art. 34. Os casos omissos nesta Lei serão resolvidos pela Prefeitura, ad referendum do Prefeito Municipal.

Art. 35. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário e, em especial a Lei Municipal nº 2.320, de 07 de maio de 1998.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2013.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Decreto Nº 364/2013

DECRETO Nº 364, de 17 de dezembro de 2013.
Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.020, de 27 de junho de 2012 (LDO) e 4.054, de 21 de novembro de 2012 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Educação, do exercício de 2013, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, o valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO 1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATIVIDADE 2014 - Manutenção Ensino Fundamental
MODALIDADE 3190 - 112 - Aplicações Diretas 13 100.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 100.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO ORGÃO 1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATIVIDADE 2014 - Manutenção Ensino Fundamental
MODALIDADE 3191 - 112 - Aplicações Diretas - Operações Intra-orçamentárias 15 100.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 17 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 365/2013

DECRETO Nº 365, de 20 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar por transposição, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pela Lei Municipal nº 4.213, de 20 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento próprio do Fundo Municipal de Educação, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO 1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATIVIDADE 2009 - Manutenção Educação Infantil
MODALIDADE 3190 - 104 - Aplicações Diretas 30 100.000,00
MODALIDADE 3191 - 104 - Aplicações Diretas - Operações Intra-orçamentárias 32 20.000,00

ATIVIDADE 2014 - Manutenção Ensino Fundamental
MODALIDADE 3190 - 104 - Aplicações Diretas 14 180.000,00
MODALIDADE 3191 - 104 - Aplicações Diretas - Operações Intra-orçamentárias 16 50.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 350.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial e transposição das seguintes dotações orçamentárias do orçamento da Prefeitura Municipal, a seguir discriminadas:

ÓRGÃO ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO
UNIDADE 0205 - SECRETARIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
ATIVIDADE 2008 - Manutenção Secretaria de Finanças e Contabilidade
MODALIDADE 3390 - 100 - Aplicações Diretas 18 200.000,00

UNIDADE 0207 - SEC. MUN. TRANSP., OBRAS E SERVS. PÚBLICOS
PROJETO 1001 - Aquisição de Imóveis
MODALIDADE 4590 - 100 - Aplicações Diretas 20 19.000,00

PROJETO 1009 - Construção/Instalação de Praças, Parques e Jardins
MODALIDADE 4490 - 100 - Aplicações Diretas 53 31.000,00

PROJETO 1012 - Pavimentação Vias Urbanas
MODALIDADE 4490 - 100 - Aplicações Diretas 37 100.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 350.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Decreto Nº 366/2013

DECRETO Nº 366, de 20 de dezembro de 2013.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.020, de 27 de junho de 2012 (LDO) e 4.054, de 21 de novembro de 2012 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Educação, do exercício de 2013, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, o valor de R\$ 58.000,00 (Cinquenta e oito mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO 1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE 1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATIVIDADE 2010 - Manutenção Secretaria de Educação

MODALIDADE 3390 - 104 - Aplicações Diretas 11 26.200,00

ATIVIDADE 2014 - Manutenção Ensino Fundamental

MODALIDADE 3390 - 104 - Aplicações Diretas 18 31.800,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 58.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO ORGÃO 1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE 1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ATIVIDADE 2010 - Manutenção Secretaria de Educação

MODALIDADE 4490 - 104 - Aplicações Diretas 12 26.200,00

ATIVIDADE 2014 - Manutenção Ensino Fundamental

MODALIDADE 3190 - 104 - Aplicações Diretas 14 16.000,00

MODALIDADE 3191 - 104 - Aplicações Diretas 16 15.800,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 58.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 20 de dezembro de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Rio do Sul

PREFEITURA

Lei 5.433

LEI Nº 5.433, de 18 de dezembro de 2013.

“PROÍBE UTILIZAÇÃO DE FOGOS E SIMILARES EM RECINTOS FECHADOS NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º- Fica proibida a utilização de fogos indoor e suas variações, sinalizadores, artefatos pirotécnicos, efeitos especiais que produzam fagulhas ou faíscas, bem como todos os dispositivos para fins pirotécnicos e afins, em recinto fechado de reunião de público no município de Rio do Sul.

Parágrafo único - Não se aplica a proibição que trata o caput deste artigo no caso de autorização expressa do Corpo de Bombeiros, nos termos desta LEI.

Art. 2º- Os proprietários dos locais e/ou organizadores em que se realizem eventos em ambientes fechados ficam obrigados a informar em local de ampla visibilidade a quem ingressar nesses ambientes sobre a proibição de utilização de fogos e similares no recinto.

Art. 3º- A autorização expressa do Corpo de Bombeiros deverá especificar o tipo de fogos de artifício a ser utilizado e sua quantidade em cada apresentação, levando em conta as características do local e a segurança de sua utilização, de forma a garantir que o uso nos termos técnicos apresentados na autorização não implique em risco de incêndio ou perigo de danos pessoais ou materiais ao público presente ou estimado, devendo o estabelecimento seguir criteriosamente as normas técnicas e os limites fixados no referido documento.

Parágrafo único - A autorização poderá ser específica para uma única e específica apresentação ou ser expedida periodicamente para estabelecimentos que façam tais apresentações de forma contínua, contendo prazo de validade a critério técnico da Corporação para fins de melhor fiscalização e vistoria do cumprimento das normas especificadas na autorização concedida.

Art. 4º- O Poder Executivo baixará os Atos que se fizerem necessários à regulamentação da presente Lei, inclusive quanto à forma de fiscalização da mesma e divulgação, sendo que as despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessárias.

Art. 5º- Sem prejuízo das sanções penais e civis, o descumprimento desta Lei acarretará ao responsável pelo evento e ao proprietário do imóvel as seguintes sanções administrativas:

I - multa de 1.200 UFM's a 4.000 UFM's, valores que serão atualizados monetariamente, segundo índices e periodicidade oficiais;

II - suspensão da licença de localização e funcionamento e/ou inscrição de autônomo;

III - interdição.

Parágrafo único - Nos casos de reincidência a multa será aplicada em dobro.

Art. 6º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

18 de dezembro de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Lei 5.436

LEI Nº 5.436, de 18 de dezembro de 2013.

"CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS / EMPREGADOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º- Em conformidade com o disposto no art. 37, inciso X da Constituição Federal, fica concedido revisão geral anual, no percentual de 5,58% (cinco vírgula cinquenta e oito por cento) a partir de 1º de janeiro de 2014, incidente sobre os valores das tabelas de vencimento dos servidores públicos, dos empregados públicos, do Poder Executivo Municipal (Administração Direta e Indireta), dos contratados temporariamente e aos do Poder Legislativo.

§ 1º- Estende-se o percentual da revisão geral anual previsto nesta Lei, aos subsídios dos Agentes Públicos Municipais do Poder Executivo (Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais) e do Poder Legislativo (Vereadores).

§ 2º- As disposições da presente Lei são extensivas a todos os proventos de aposentadoria e pensões dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, pagas pelo Fundo de Aposentadoria e Pensões (FAP), e as custeadas pelos cofres públicos, com repasse ao órgão gestor, à execução dos benefícios previdenciários concedidos sem direito a paridade, os quais serão revistos na data de índice fixado pelo Regime Geral de Previdência Social.

§ 3º- O percentual fixado no caput deste artigo é decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado no período de dezembro de 2012 à novembro de 2013, conforme indica o § 1º do art. 19 da Lei Complementar nº 208, de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º- As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei, correrão à conta de dotações específicas consignadas no orçamento de 2014.

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

18 de dezembro de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Decreto 3780

DECRETO Nº 3800, de 19 de dezembro de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO – MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e da Lei nº. 3.796 de 26/06/2002,

DECRETA:

Art.1º- Fica homologado o resultado final do Concurso Interno de Remoção – Magistério Público Municipal, em conformidade com o disposto no respectivo Edital de Concurso Interno de Remoção.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

19 de dezembro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

RESULTADO FINAL CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO POR CONCURSO E POR PERMUTA
ANO LETIVO 2014 – MAGISTÉRIO MUNICIPAL

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL – SC, neste ato representado pelo Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, Prefeito do Município, Sr. Givanildo Silva, Secretário Municipal de Administração e Regina Garcia Ferreira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, Art. 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Art. 41 da Lei Complementar 207/2010 e alterações posteriores, Art. 20-B, da Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores e, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO O RESULTADO FINAL DO CONCURSO INTERNO DE REMOÇÃO (POR CONCURSO E POR PERMUTA) – ANO LETIVO 2014 do Magistério Público Municipal.

Educação Infantil

Nome	Pós-graduação	Habilitação	Tempo Serviço	Horas Aperfeiçoamento
SANDRA FIGUEREDO	Específica	Pedagogia	11a 8m 6d	216 horas
NEVANIR CORREIA MALHEIROS	Específica	Pedagogia	11a 8m 6d	100 horas
WILMARA ADRIANA STADNIK BUBLITZ	Específica	Pedagogia	11a 4m 28d	804 horas
LENIR APARECIDA COSTA ANDRADE	Específica	Pedagogia	9a 8m 29d	198 horas
ROSELI STREY	Específica	Pedagogia	9a 4m 7d	360 horas
SENELI FERREIRA DA SILVA ZONTA	Específica	Pedagogia	8a 5m 27d	358 horas
DANIELA APARECIDA RODRIGUES DONNER CLAUDINO	Específica	Pedagogia	7a 5m 23d	518 horas
CARLA APARECIDA COELHO	Específica	Pedagogia	1a 3m	567 horas
SOLANGE REGINA ROSSETTI MERIZ	Específica	Pedagogia	1a 3m	413 horas
ROZANI CAMARGO	Específica	Pedagogia	1a 3m	387 horas
ELISANA CAPISTRANO SERRÃO MENDES	Específica	Pedagogia	1a 3m	318 horas
FERNANDA STRINGARI	-	Pedagogia	8a 3m	300 horas
ELAINE CRISTINA BUDAG	-	Pedagogia	6a 8m 26d	247 horas
JOICE MARA GASTÃO FERREIRA	-	Pedagogia	1a 3m	267 horas
ADRIANA CASAGRANDE	-	Pedagogia	1a 3m	180 horas
ELIZA CRISTINE MARTINS	-	Pedagogia	1a 2m 25d	443 horas
PATRICIA REGINA MENDES	-	Magistério	9a 4m 27d	300 horas
MARIA SALETE CAVALCANTE CENSI	-	Magistério	8a 8m 9d	432 horas

Anos Iniciais

Nome	Pós-graduação	Habilitação	Tempo Serviço	Horas Aperfeiçoamento
ALAIDE FERNANDES	Específica	Pedagogia	12a 2m 29d	240 horas
NEVANIR CORREIA MALHEIROS	Específica	Pedagogia	11a 8m 6d	100 horas
GLÓRIA JANAINA MERIZ AVI	Específica	Pedagogia	11a 8m 6d	94 horas
WILMARA ADRIANA STADNIK BUBLITZ	Específica	Pedagogia	11a 4m 28d	804 horas
FERNANDA STRINGARI	-	Pedagogia	8a 3m	300 horas

Pedagogo

Nome	Pós-graduação	Habilitação	Tempo Serviço	Horas Aperfeiçoamento
ADRIANA MARTINS DA SILVA SOARES	Específica	Pedagogia	6a 3m	83 horas

Ciências

Nome	Pós-graduação	Habilitação	Tempo Serviço	Horas Aperfeiçoamento
MATEUS DE ANDRADE	Mestrado	Ciências Biológicas	10a 7m 7d	151 horas
MARISTELA LUIZA FRONZA MARCONSINI	Específica	Ciências	22a 7m	94 horas

Geografia

Nome	Pós-graduação	Habilitação	Tempo Serviço	Horas Aperfeiçoamento
ARLETE DE SOUZA	Gestão Escolar	Ciências Sociais	9a 8m 21d	-

História

Nome	Pós-graduação	Habilitação	Tempo Serviço	Horas Aperfeiçoamento
VLADEMIR LUIZ BRASIL JUNIOR	Específica	História	1a 1m 21d	468 horas
MARCIA ELIANA CHIQUETTI	Violência Doméstica	História	19a 4m	90 horas

Língua Portuguesa



Nome	Pós-graduação	Habilitação	Tempo Serviço	Horas Aperfeiçoamento
VALMIRA ROHLING LEDRA	Específica	Letras	22a 2m 22d	-
NATALIA WEISE SCHETINGER	Específica	Letras	1a 2m 10d	386 horas

Inglês

Nome	Pós-graduação	Habilitação	Tempo Serviço	Horas Aperfeiçoamento
JANE FRONZA	Específica	Letras	1a 3m	20 horas

Matemática

Nome	Pós-graduação	Habilitação	Tempo Serviço	Horas Aperfeiçoamento
MARGATERE POFFO NAU	Metodologia da Alfabetização	Matemática	23a 8m	200 horas

Educação Física

Nome	Pós-graduação	Habilitação	Tempo Serviço	Horas Aperfeiçoamento
ELISIANA KNOFF	Específica	Educação Física	11a 5m 18d	338 horas
TIARA CAROLINA KOERICH	Específica	Educação Física	1a 3m	425 horas

Artes

Nome	Pós-graduação	Habilitação	Tempo Serviço	Horas Aperfeiçoamento
DANIELY DEMARCHI	-	Artes Visuais	1a 2m 18d	280 horas

Rio do Sul (SC), 19 de dezembro de 2013.

GIVANILDO SILVA	REGINA GARCIA FERREIRA
Secretário Municipal de Administração	Secretária Municipal de Educação
GARIBALDI ANTONIO AYROSO	
Prefeito de Rio do Sul	

Portaria N. 1490/RH

PORTARIA N. 1490/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.. 1º Conceder Horário Especial, de acordo com os Arts. 151 ao 153, da Lei Complementar n. 207 de 28/09/2010, à servidora ANDREA APARECIDA REINHERDT, matrícula n. 36284/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, para cursar Ensino Médio, na instituição de ensino SESI - Educação de Jovens e Adultos, de acordo com o requerimento efetuado pela servidora, através do Protocolo n. 143488/2013.

Parágrafo único - A Concessão do Horário Especial, prevista no artigo anterior compreende o afastamento da servidora de suas atividades laborais duas vezes por semana.

Art. 2º A compensação de horas devidamente autorizada pela Chefia imediata será realizada no local de sua lotação, devendo este encaminhar mensalmente ao Departamento de Recursos Humanos o relatório de controle para os registros funcionais competentes.

Art. 3º O servidor perderá o benefício de compensação se deixar de apresentar mensalmente o comprovante de frequência no curso e se não cumprir a compensação de horas, nos prazos e forma definidos pelo órgão competente.

Art. 4º No caso de desistência do curso autorizado, o servidor deverá compensar a totalidade das horas concedidas como horário especial e, no caso do não cumprimento da respectiva compensação de horas, será considerado como falta não justificada ao trabalho, estando sujeito à aplicação de penalidades administrativas.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de dezembro de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Gbl

Termo de Convocação - Diego Alan Thomaszecki

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DIEGO ALAN THOMASZECKI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações posteriores. (Cargo de EDUCADOR SOCIAL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 1480/RH de 13/12/2013, publicada em 20/12/2013. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.

O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.

O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar De Serviços Gerais Calceteiro Carpinteiro Coveiro Eletricista Motorista De Caminhão Motorista De Veículo Leve Operador De Equipamentos Pedreiro	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUMA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA
Demais Cargos	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 20 de dezembro de 2013.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

Termo de Convocação - Paloma Fabiola Borba

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) PALOMA FABIOLA BORBA, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2011, homologado através do Decreto nº 2.725 de 03/07/2012 e suas retificações

posteriores. (Cargo de PSICÓLOGO – 40 HORAS).

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) através da Portaria n. 1484/RH de 16/12/2013, publicada em 20/12/2013. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 207/2010, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.

O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.

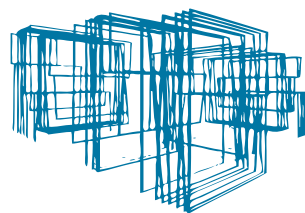
O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Auxiliar De Serviços Gerais Calceteiro Carpinteiro Coveiro Eletricista Motorista De Caminhão Motorista De Veículo Leve Operador De Equipamentos Pedreiro	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, RX COLUMA LOMBO-SACRA, ECG - 40 ANOS, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA
Demais Cargos	HEMOGRAMA COMPLETO, GLICEMIA, VDRL, RX TORAX, ECG - 40 ANOS, CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, ATESTADO SANIDADE MENTAL FORNECIDO POR MÉDICO PSIQUIATRA

Rio do Sul, 20 de dezembro de 2013.
Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):



**Programa de
Gestão de Obras**

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Salto Veloso

PREFEITURA

Lei Nº 1502/2013

LEI Nº 1502/2013, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º As atividades dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, vinculados aos Programas PSF - Programa de Saúde da Família e PACS - Programa dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, passam a reger-se pelo disposto nesta LEI.

Art. 2º. São considerados atribuições do Agente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação:

I - a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade;

II - a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva;

III - o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;

IV - o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;

V - a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família;

VI - a participação em ações que fortaleçam os elos do setor de saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida;

VII - o exercício de atividades complementares definidas por políticas públicas, visando à integração entre os órgãos públicos em prol da comunidade.

Art. 3º. São consideradas atribuições do Agente de Combate às Endemias o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção de saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS, sob a responsabilidade do gestor municipal.

Art. 4º. Ficam criadas 09 (nove) vagas de Agentes Comunitários de Saúde e 1 (uma) vaga para Agentes de Combate às Endemias, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, que perceberão a remuneração de R\$ 844,96 (oitocentos e quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos) mensais, valor reajustado anualmente pelos índices aplicáveis aos servidores municipais.

Parágrafo Primeiro. Os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combates às Endemias receberão ainda auxílio alimentação na forma da Lei Municipal nº 1335/2009 e Alterações.

Parágrafo Segundo. A remuneração definida no caput será automaticamente alterada, se houver instituição de "piso nacional" para os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combates às Endemias.

Parágrafo Terceiro. O contrato de trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combates às Endemias será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Parágrafo Quarto. A contratação dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combates às Endemias será efetuada através de processo seletivo público de provas.

Art. 5º. O Agente Comunitário de Saúde deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I - residir na área da comunidade em que atuar, quando entrar em exercício;

II - haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada;

III - haver concluído o ensino fundamental.

Parágrafo Único. Compete a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social a definição da área geográfica a que se refere o inciso I, observados os parâmetros pelo Ministério da Saúde.

Art. 6º. O Agente de Combate às Endemias deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I - haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada;

II - haver concluído o ensino fundamental.

Art. 7º. A Administração Pública somente poderá rescindir unilateralmente o contrato do Agente Comunitário de Saúde e Agente de Combate às Endemias, na ocorrência das seguintes hipóteses:

I - prática de falta grave, dentre as enumeradas no art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT;

II - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções;

III - necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa;

IV - insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em 30 (trinta) dias e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a continuidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas;

V - na hipótese de apresentação falsa de declaração.

VI - motivadamente (art. 7º, I, CF), em face da:

a) extinção dos programas federais;

b) desativação/redução de equipe(s);

c) renúncia ou cancelamento do convênio de adesão assinado por iniciativa do Município ou da União;

d) cessação do repasse de recursos financeiros da União para o Município.

Art. 8º. A orientação para a execução dos serviços a serem executados e sua fiscalização ficará a encargo da Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Art. 9º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento em vigor, suplementadas na forma da LEI.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 20 de dezembro de 2013.

Claudemir Cesca
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº. Dp415/2013

PORTARIA Nº. DP415/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 23 de Dezembro de 2013 a 21 de Janeiro de 2014, totalizando 30 dias de férias ao Servidor CLAUDEMIR SARTOREL, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/04/2012 a 31/03/2013, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp416/2013

PORTARIA Nº. DP416/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 23 de Dezembro de 2013 a 21 de Janeiro de 2014, totalizando 30 dias de férias ao Servidor EVANDRO MARCELO SONDA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 14/02/2012 a 13/02/2013, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp417/2013

PORTARIA Nº. DP417/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 23 de Dezembro de 2013 a 21 de Janeiro de 2014, totalizando 30 dias de férias ao Servidor JOVILDE LAZZARI CONTE, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/02/2012 a 31/01/2013, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp418/2013

PORTARIA Nº. DP418/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 23 de Dezembro de 2013 a 21 de Janeiro de 2014, totalizando 30 dias de férias ao Servidor LUIZ NEZI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/06/2012 a 31/05/2013, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp419/2013

PORTARIA Nº. DP419/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 23 de Dezembro de 2013 a 21 de Janeiro de 2014, totalizando 30 dias de férias ao Servidor VALMIR SARTOREL, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/03/2013 a 28/02/2014, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2013.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp420/2013

PORTARIA Nº. DP420/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 23 de Dezembro de 2013 a 21 de Janeiro de 2014, totalizando 30 dias de férias ao Servidor ELAINE MARIA CONTE BISCARO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 14/02/2012 a 13/02/2013, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp421/2013

PORTARIA Nº. DP421/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 23 de Dezembro de 2013 a 21 de Janeiro de 2014, totalizando 30 dias de férias ao Servidor SILVANO ZAMBONI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/10/2012 a 30/09/2013, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp422/2013

PORTARIA Nº. DP422/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 23 de Dezembro de 2013 a 21 de Janeiro de 2014, totalizando 30 dias de férias ao Servidor SALETE GETASSI BORG, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/03/2008 a 28/02/2009, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp423/2013

PORTARIA Nº. DP423/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 23 de Dezembro de 2013 a 21 de Janeiro de 2014, totalizando 30 dias de férias a Servidora MARILDE DEL MORO PAGANINI, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 01/02/2012 a 31/01/2013, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Portaria Nº. Dp424/2013

PORTARIA Nº. DP424/2013

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 23 de Dezembro de 2013 a 21 de Janeiro de 2014, totalizando 30 dias de férias ao Servidor ANA MARIA PATEL DE OLIVEIRA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 02/01/2012 a 01/01/2013, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 23 de Dezembro de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Edital de Pregão Presencial Nº 01/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2014

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 01/2014, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LABORATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES, PARA MUNÍCIPIES USUÁRIOS DO SUS (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE)

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 06/01/2014 até as 09h00min.

Abertura: 06/01/2014, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 20 de dezembro de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Lei 938, de 17 de Dezembro de 2013

LEI 938, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Santa Rosa do Sul para o exercício de financeiro de 2014 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Do Orçamento do Município'

Artigo 1º:

Artigo 2º:

O Orçamento Geral do Município de SANTA ROSA DO SUL para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 27.800.000,00 (vinte e sete milhões e oitocentos mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 27.800.000,00 (vinte e sete milhões e oitocentos mil reais), sendo R\$ 27.800.000,00 (vinte e sete milhões e oitocentos mil reais) do Orçamento Fiscal .

Dos Orçamentos das Unidades Gestoras Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Samae

O Orçamento do Município para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 27.800.000,00 (vinte e sete milhões e oitocentos mil reais) e fixa a Despesa para a Prefeitura Municipal em R\$ 26.602.000,00 (Vinte e seis milhões e seiscentos e dois mil reais), a Câmara Municipal em R\$ 648.000,00 (Seiscentos e quarenta e oito mil reais) e o Samae em R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais).
§ 1º - A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS

4.1.RECEITAS CORRENTES

4.2.RECEITAS DE CAPITAL

Total:

Total geral:

27.800.000,00

14.300.000,00

13.500.000,00

27.800.000,00

27.800.000,00

§ 2º - A Despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02.00 - Gabinete do Prefeito

03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

150.000,00

2.257.200,00

04.00 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO 8.081.749,00

05.00 - SECRETARIA DA SAUDE E DO BEM ESTAR SOCIAL

06.00 - SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERVICOS PUBLICOS

07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMERCIO

99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA

10.00 - SAMAE SANTA ROSA DO SUL

01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Total:

Total geral:

4.440.231,00

10.217.820,00

1.450.000,00

5.000,00

550.000,00

648.000,00

27.800.000,00

27.800.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa

04 - Administração

06 - Segurança Pública

08 - Assistência Social

09 - Previdência Social

10 - Saúde

12 - Educação

13 - Cultura

15 - Urbanismo

16 - Habitação

17 - Saneamento

20 - Agricultura

22 - Indústria

23 - Comércio e Serviços

26 - Transportes

27 - Desporto e Lazer

28 - Encargos Especiais

99 - Reserva de Contingência

III- CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO

31 - Ação Legislativa

122 - Administração Geral

181 - Policiamento

241 - Assistência ao Idoso

242 - Assistência ao Portador de Deficiência

243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

244 - Assistência Comunitária

271 - Previdência Básica

301 - Atenção Básica

304 - Vigilância Sanitária

305 - Vigilância Epidemiológica

306 - Alimentação e Nutrição

361 - Ensino Fundamental

364 - Ensino Superior

365 - Educação Infantil

392 - Difusão Cultural

451 - Infra-Estrutura Urbana

452 - Serviços Urbanos

482 - Habitação Urbana

512 - Saneamento Básico Urbano

606 - Extensão Rural

661 - Promoção Industrial
 695 - Turismo
 782 - Transporte Rodoviário
 812 - Desporto Comunitário
 843 - Serviço da Dívida Interna
 846 - Outros Encargos Especiais
 999 - Reserva de Contingência

Total:
 Total geral:

Total:
 Total geral:

648.000,00

1.427.000,00
 53.200,00
 858.011,00
 350.000,00
 3.262.220,00
 5.100.749,00
 870.000,00
 4.947.720,00
 320.000,00
 3.673.000,00
 1.400.000,00
 50.000,00
 321.000,00
 1.967.100,00
 1.655.000,00
 891.000,00
 6.000,00
 27.800.000,00
 27.800.000,00

648.000,00
 1.427.000,00
 53.200,00
 40.000,00
 31.151,00
 340.500,00
 446.360,00
 350.000,00
 3.186.640,00
 34.780,00
 40.800,00
 167.009,00
 3.968.380,00
 50.000,00
 1.050.360,00
 870.000,00
 4.012.000,00
 935.720,00
 320.000,00
 3.673.000,00
 1.400.000,00
 50.000,00
 321.000,00
 1.967.100,00
 1.655.000,00
 470.000,00
 286.000,00
 6.000,00
 27.800.000,00
 27.800.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

100 - Operações Especiais
 101 - Processo Legislativo
 102 - Gestão Administrativa Superior
 103 - Gestão Administrativa Geral
 104 - Nossa Cidade Segura
 105 - Assistência Social Geral
 106 - Nossa Saúde
 107 - Toda Criança na Escola
 108 - Nossa Cultura
 109 - Urbanização de Vias
 110 - Serviços de Utilidade Pública
 111 - Nossa Casa
 112 - Saneamento Básico
 113 - Água Potável
 114 - Assistência ao Produtor Agropecuário
 115 - Incentivo a Indústria
 116 - Estradas Municipais
 117 - Passageiro ao Abrigo
 118 - Esporte é Vida
 119 - Promoção ao Turismo
 120 - Universidade para Todos
 98 - Reserva de Contingência
 99 - Reserva de Contingência
 Total:
 Total geral:

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA

3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES
 3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL
 3.9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA

Total:
 Total geral:

885.000,00
 648.000,00
 150.000,00
 1.454.000,00
 53.200,00
 858.011,00
 3.262.220,00
 5.050.749,00
 870.000,00
 3.902.000,00
 935.720,00
 320.000,00
 3.020.000,00
 659.000,00
 1.400.000,00
 50.000,00
 2.140.100,00
 110.000,00
 1.655.000,00
 321.000,00
 50.000,00
 1.000,00
 5.000,00
 27.800.000,00
 27.800.000,00

27.800.000,00
 12.629.140,00
 15.164.860,00
 6.000,00
 27.800.000,00
 27.800.000,00

Do Orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO

SUL

Artigo 3º -

O Orçamento da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 27.250.000,00 (vinte e sete milhões e duzentos e cinquenta mil reais) e fixa as Despesas em R\$

26.602.000,00 (vinte e seis milhões e seiscentos e dois mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS

4.1.RECEITAS CORRENTES

4.2.RECEITAS DE CAPITAL

Total:

Total geral:

27.250.000,00

13.750.000,00

13.500.000,00

27.250.000,00

27.250.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 - Administração

06 - Segurança Pública

08 - Assistência Social

09 - Previdência Social

10 - Saúde

12 - Educação

13 - Cultura

15 - Urbanismo

16 - Habitação

17 - Saneamento

20 - Agricultura

22 - Indústria

23 - Comércio e Serviços

26 - Transportes

27 - Desporto e Lazer

28 - Encargos Especiais

99 - Reserva de Contingência

Total:

Total geral:

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA

3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL

3.9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA

Total:

Total geral:

1.427.000,00

53.200,00

858.011,00

350.000,00

3.262.220,00

5.100.749,00

870.000,00

4.947.720,00

320.000,00

3.130.000,00

1.400.000,00

50.000,00

321.000,00

1.967.100,00

1.655.000,00

885.000,00

5.000,00

26.602.000,00

26.602.000,00

26.602.000,00

11.646.140,00

14.950.860,00

5.000,00

26.602.000,00

26.602.000,00

Do Orçamento do SAMAE DE SANTA ROSA DO SUL

Artigo 4º -

O Orçamento da entidade SAMAE SANTA ROSA DO SUL para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.RECEITAS

4.1.RECEITAS CORRENTES

Total:

Total geral:

550.000,00

550.000,00

550.000,00

550.000,00

§ 2º - A Despesa da entidade SAMAE SANTA ROSA DO SUL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

17 - Saneamento

28 - Encargos Especiais

99 - Reserva de Contingência

Total:

Total geral:

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA

3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES



3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL
3.9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA

Total:

Total geral:

543.000,00

6.000,00

1.000,00

550.000,00

550.000,00

550.000,00

355.000,00

194.000,00

1.000,00

550.000,00

550.000,00

Do Orçamento da CAMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Artigo 5º -

O Orçamento da entidade CAMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL para o exercício de 2014 estima a Receita em R\$ () e fixa as Despesas em R\$ 648.000,00 (seiscentos e quarenta e oito mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

§ 2º - A Despesa da entidade CAMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa

Total:

Total geral:

V - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESA

3.3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL

Total:

Total geral:

648.000,00

648.000,00

648.000,00

648.000,00

628.000,00

20.000,00

648.000,00

648.000,00

Artigo 7º -

Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para

obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA : PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

DESPESA

3.9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA

Total:

UNIDADE GESTORA : SAMAE

DESPESA

3.9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA

Total:

5.000,00

5.000,00

5.000,00

1.000,00

1.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10/12/2014 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2015 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Artigo 8º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Artigo 9º - O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite não informado da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Artigo 10º - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurando o seu ingresso no fluxo de caixa.

Artigo 11º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais

suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Artigo 12º - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Artigo 13º - Durante o exercício de 2014 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Artigo 14º - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Artigo 15º - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Artigo 16º - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2014, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Santa Rosa do Sul, 17 de dezembro de 2013

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

WILFRIED HEMMER

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 939, de 17 de Dezembro de 2013

LEI Nº 939, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera a redação da Lei nº 09, de 08 de setembro de 1989, que institui escudo (brasão) e bandeira do município de Santa Rosa do Sul.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art 1º A Lei nº 09, de 08 de setembro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art 2º

I - na parte central do polígono: outro polígono igual, em menores dimensões, dividido em quatro partes: 1 - na parte superior à esquerda um exemplar da raça bovina, que representa a pecuária, recebendo a cor amarela como fundo; ainda na parte superior à direita, uma enxada e uma pá ladeadas por ramos de plantas que representam o Colégio Agrícola, recebendo a cor vermelha como fundo. 2 - na parte inferior à esquerda as engrenagens que representam a Indústria, recebendo a cor vermelha como fundo; ainda na parte inferior à direita, o símbolo universal do comércio, representando o comércio do Município, recebendo a cor amarela como fundo.

II -

III - ainda dentro do polígono maior e acima do polígono central menor, três torres interligadas, que representam os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário com a cor de fundo amarela. Acima das torres, a inscrição de 04.01.88, data de Emancipação e o nome de Santa Rosa do Sul.

Art 3º

I -

II -

III - o Escudo (Brasão), instituído pelo art. 2º, está inserido no centro do retângulo da Bandeira, completando desta maneira o símbolo do Município, aplicando-se ainda o desenho do polígono maior.

Art 4º

Art 5º Fica ainda determinado, que o escudo (brasão) será de uso obrigatório em todo material impresso ou qualquer outro de divulgação visual nas escolas e repartições Municipais, facultando o uso do desenho do polígono maior.

Art 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de dezembro de 2013.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

WILFRIED HEMMER

Secretário de Administração e Finanças

Dispensa de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL/SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2013 -DL 74/2013

CONTRATADO: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE

OBJETO: Operacionalização de programas de estágios de estudantes, estimado em 40 (quarenta) estagiários/mês, durante o exercício de 2014.

Do Fundamento Legal: ART. 24, INCISO XIII, DA LEI 8666/93.

VALOR: R\$ 42,00 (quarenta e dois reais) por estudante/mês, totalizando o valor estimado de R\$ 20.160,00 (vinte mil, cento e sessenta reais).

VIGENCIA: 02/01/2014 à 31/12/2014.

WILFRIED HEMMER

Presidente da CPL

NELSON CARDOSO DE

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



www.ciga.sc.gov.br

Extrato de Contratos

EXTRATO DE CONTRATO Nº 170/2013

Processo de Licitação nº 66/2013- PR nº 66/2013

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: E.M.S. MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

OBJETO: Fornecimento de materiais elétricos para iluminação natalina na Praça Central e Ruas do município, evento Natal Iluminado, edição 2013.

VALOR: R\$ 13.127,39 (Treze mil, cento e vinte e sete reais e trinta e nove centavos).

VIGÊNCIA: 02/12/2013 a 31/12/2013.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 171/2013

Processo de Licitação nº 70/2013- CV nº 70/2013

CONTRATANTE: Município de Santa Rosa do Sul

CONTRATADA: ATRAÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME OBJETO: Prestação de serviços com Locação, Montagem e Desmontagem de Estruturas de Palco, Camarim, Sonorização e Iluminação Profissional, gerador de energia, Sanitários Portáteis e produção de shows musicais, para realização do evento Natal Iluminado, Edição 2013, a ser realizado entre os dias 14, 15, 20, 21, 22 e 26/12/2013.

VALOR: R\$ 34.700,00 (trinta e quatro mil e setecentos reais)

VIGÊNCIA: 12/12/2013 a 31/12/2013.

Santa Terezinha do Progresso**PREFEITURA****Portaria 153/2013**

PORTARIA Nº 153/2013

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares de 30 (trinta) dias, à servidora pública municipal Sra. NADIA FERRI, matrícula nº 770/6, ocupante do cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, lotada na Secretaria Municipal de Saúde Pública, carga horária de 40 horas semanais, relativamente ao período aquisitivo 23/04/2011 a 22/04/2012, a serem gozadas no período de 30/12/2013 a 28/01/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogada a portaria 143/2013 de 17 de dezembro de 2013.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 17 de Dezembro de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ISOMAR SANDREI GRILLI

Secretário de Gestão e Des. Econômico.

Matricula nº 136/8

São Bento do Sul**PREFEITURA****Listagem Portarias**

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 0530, de 13 de novembro de 2013. Corrige Portaria/SEMED nº 0463, de 18 de setembro de 2013. Geanise Virginia Martins de Souza. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0531, de 13 de novembro de 2013. Concede Licença Prêmio. Josecléia Mendes da Silva. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0532, de 13 de novembro de 2013. Concede Gozo de Férias. Adriana da Silva. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0533, de 20 de novembro de 2013. Concede Licença Prêmio. Jane Martins de Souza. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0534, de 27 de novembro de 2013. Concede Readaptação Funcional. Alvani Grosch Gumbowski. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 0535, de 27 de novembro de 2013. Prorroga Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Bernadete Maria Hubner. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0536, de 27 de novembro de 2013. Concede Licença Maternidade. Edina Cláucia Weber. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0537, de 27 de novembro de 2013. Concede Prorrogação de Licença Maternidade. Edina Cláucia Weber. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0538, de 27 de novembro de 2013. Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Graciema do Carmo Varela. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0539, de 27 de novembro de 2013. Prorroga Auxílio Doença - INSS. Jaqueline Stiegler. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0540, de 27 de novembro de 2013. Concede Readaptação Funcional. Marli Lehnert. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 0541, de 27 de novembro de 2013. Prorroga Auxílio Doença - INSS. Neusa de Souza. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 0542, de 27 de novembro de 2013. Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Paula Taisa Silva Oliveira Camargo. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0543, de 27 de novembro de 2013. Prorroga Licença de Parte da Jornada de Trabalho. Regina Maria de Sena Santana. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0544, de 27 de novembro de 2013. Concede Readaptação Funcional. Teresa Piaskovski Neczypor. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0545, de 27 de novembro de 2013. Prorroga Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Vilmar Ferreira Jaleski. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0546, de 27 de novembro de 2013. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Simone Cristine Sidoli de Lara. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0547, de 27 de novembro de 2013. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Lina Beatriz Grosskopf da Silva. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0548, de 27 de novembro de 2013. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Marise Ines Kohlbeck Beckert. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0549, de 27 de novembro de 2013. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Crislaine Schifler Moreira. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0550, de 27 de novembro de 2013. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Marcos Roberto Riske. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0551, de 27 de novembro de 2013. Concede Alteração de Carga Horária Temporária. Iracema Schlögl. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0552, de 27 de novembro de 2013. Concede Interrupção de Licença para Tratar de Interesses Particulares. Maria Soares Bueno. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0553, de 02 de dezembro de 2013. Concede Gozo de Férias. Claudia Michele Biaobock Píram. Especialista em Assuntos Educacionais.

Portaria/SEMED nº 0554, de 02 de dezembro de 2013. Prorroga de Licença para Tratar de Interesses Particulares. Lisiani Gontarski. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0555, de 18 de dezembro de 2013. Concede Gozo de Férias. Cecília Leonardo da Silva. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0556, de 18 de dezembro de 2013. Concede Gozo de Férias. Veridiana Virmond Partala. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0557, de 18 de dezembro de 2013. Concede Gozo de Férias. Delma Köhler Chaves. Professor Anos Finais.

Portaria/SEMED nº 0558, de 18 de dezembro de 2013. Concede Gozo de Férias. Karlyse Shelley Dziedzic Gonçalves de Oliveira. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0559, de 18 de dezembro de 2013. Concede Gozo de Férias. Icléia Ignes Duvoisin Vicenzi. Professor Anos Iniciais.

Portaria/SEMED nº 0560, de 18 de dezembro de 2013. Concede Licença Maternidade. Charlene Cecilia de Lima. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0561, de 18 de dezembro de 2013. Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Daniela Garcia Pscheidt. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0562, de 18 de dezembro de 2013. Prorroga Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Kelly Grande Leal Gruber. Professor Educação Infantil.

Portaria/SEMED nº 0563, de 18 de dezembro de 2013. Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família. Neriany Guarazi Bez Fontana. Atendente Educativo.

Portaria/SEMED nº 0564, de 18 de dezembro de 2013. Concede Licença Maternidade. Rafaela Muehlbauer. Professor Anos Finais - ACT.

Portaria/SEMED nº 0565, de 18 de dezembro de 2013. Prorroga Auxílio Doença - INSS. Reni Emidia Funk. Auxiliar de Serviços.

Portaria/SEMED nº 0566, de 18 de dezembro de 2013. Concede Auxílio Doença - INSS. Sirlene Maros Pinheiro. Atendente Educativo.

ALCIONE TERESINHA HINKE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato de Contrato Nº 022/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Passagens que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa REUNIDAS TURISMO S/A.

DO OBJETO: Consiste no fornecimento de passagens (vale transporte) para os servidores públicos do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 17/2013.

DO VALOR: R\$ 15.607,60 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01.02.2013
São Bento do Sul, 28 de janeiro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.
REUNIDAS TURISMO S/A, como Contratada.

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 058, de 18 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 058, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

"Concede férias coletivas."

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede férias coletivas aos servidores da Câmara Municipal de São Bento do Sul, referente ao período aquisitivo do exercício de 2013, a partir de 02 de janeiro de 2014, conforme cronograma anexo.

Artigo 2º - Autoriza a conversão de 1/3 (um terço) das férias, em abono pecuniário aos servidores requerentes.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de dezembro de 2013.

CÉSAR AUGUSTO ACCORSI DE GODOY

Presidente

SERVIDOR	DIAS DE FÉRIAS
Maurício Martins Willemann	30 (trinta) dias
Dirceu Neves de Oliveira	30 (trinta) dias
Vanderlei Luis Guesser	30 (trinta) dias
Sandra Jelinsky	30 (trinta) dias
Thiago Felipe Piccinini	30 (trinta) dias
Paulo Zweifka	30 (trinta) dias
Geanine Caetano de Almeida	30 (trinta) dias
Juliana Alves de Carvalho	30 (trinta) dias
Aristeu Kaszubowski	27 (vinte e sete) dias
Adriane Elisa Ruzanowsky	27 (vinte e sete) dias
Rafael Rodrigo Mena	27 (vinte e sete) dias
Felipe Batista Kock	25 (vinte e cinco) dias
Wilson João Bento	22 (vinte e dois) dias
José Dorival Dums	20 (vinte) dias
Luiz Roberto Dreveck	20 (vinte) dias
Rosilene Arnoldo	20 (vinte) dias
Rosemere Aparecida de Lima	20 (vinte) dias
Simone Teresinha Roberti Baum	20 (vinte) dias
Djoni Cleber Pinheiro	20 (vinte) dias
Mariana Cristine Henning Baumgarten	20 (vinte) dias
Teodomiro Krzesinski	20 (vinte) dias
Cleide Martins Dallmann	17 (dezesete) dias
Marcos Weiss	17 (dezesete) dias
Emily Carolini Bileski	17 (dezesete) dias
Márcio Fabiano Stiz	17 (dezesete) dias
Marco Rodrigo Redlich	17 (dezesete) dias
Ana Maria Rodrigues Del Olmo Alves	17 (dezesete) dias
Giancarlo Grossl	17 (dezesete) dias
Vanilson Morgenroth	07 (sete) dias

IPRESBS**Portaria IPRESBS Nº 462/2013**

PORTARIA IPRESBS Nº. 462/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, pelo período de 02/12/2013 a 07/02/2014, concedido à servidora IVONETE BATISTA FERREIRA MATOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 261/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02/12/2013.

São Bento do Sul, 18/12/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 463/2013

PORTARIA IPRESBS Nº. 463/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de: 07/12/2013 a 06/03/2014, concedido a servidora REGINA CELIA REGO DE MOURA MELO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 385/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07/12/2013

São Bento do Sul, 19/12/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 464/2013

PORTARIA IPRESBS Nº 464/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 27/12/2013 a 13/02/2014, à servidora GENESIO ALCINDO KOBUS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador Restaurador de Pavimentos, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, conforme perícia médica e de

acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 12/12/2013 a 26/12/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27/12/2013.

São Bento do Sul, 19/12/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 465/2013

PORTARIA IPRESBS Nº. 465/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de: 01/01/2014 a 31/03/2014, concedido a servidora DORALICE MROSKOWSKI DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, através da Portaria IPRESBS nº. 096/2010, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/01/2014

São Bento do Sul, 19/12/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 466/2013

PORTARIA IPRESBS Nº. 466/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de: 13/12/2013 a 31/01/2014, concedido ao servidor LUIZ BUSCH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotado na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 384/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13/12/2013.

São Bento do Sul, 20/12/2013.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

SAMAE**Inexigibilidade de Licitação**

DO OBJETO: O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE torna público, para quem possa interessar, que conforme autorização do art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93, adquiriu por inexigibilidade de licitação, 5.400 vales transporte municipal, para uso de servidores da Autarquia, conforme Autorizações de Fornecimento nº 1227/2013, 1228/2013 e 1229/2013.

DO VALOR: R\$ 15.120,00 (quinze mil e cento e vinte reais) total.
CONTRATADA: NIVALDO STOEBERL & CIA. LTDA.

São Bento do Sul, 28 de novembro de 2013.

OSMAR TELMA
DIRETOR PRESIDENTE

Retificação Oedital Nº 58/2013

RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO Nº. 58/2013.

Onde se lê: ENCERRAMENTO E ABERTURA: 28/11/2013 ÀS 09:30 HORAS

Leia-se: ENCERRAMENTO E ABERTURA: 06/01/2014 ÀS 14:00 HORAS

Onde se lê: TIPO MENOR PREÇO POR LOTE

Leia-se: TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

Onde se lê: PRAZO DE ENTREGA: MÁXIMO DE 30 DIAS

Leia-se: PRAZO DE ENTREGA: MÁXIMO DE 90 DIAS

Permanecem inalteradas as demais informações contidas no referido edital.

São Bento do Sul, 19 de dezembro de 2013.

PAULO SCHWIRKOWSKI
Pregoeiro

São Domingos**PREFEITURA****Dados e Texto de Termo Aditivo**

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2013.

NÚMERO TERMO ADITIVO: PREFE Nº 107-A/2013 de 13/12/2013 (Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Repasse nº 10029863-10/2012).

VALOR: R\$ 493.100,00 R\$ 24.090,89= R\$ 517.190,89.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 13/12/2013

DESCRIÇÃO: O presente instrumento tem por objetivo alterar a Descrição Financeira e Orçamentária do Contrato de Repasse nº 1002983 - 10/2012, de 31/12/2012, realizado segundo os termos do Programa Planejamento Urbano do MCIDADES.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CPF/CNPJ: 00.360.305/0001-04

CONTRATADO: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC).

CPF/CNPJ: 83.809.894/0001-08.

São José**PREFEITURA****Decreto Nº 1.792/2013**

DECRETO Nº 1792/2013

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADAS EM BARREIROS, NESTE MUNICÍPIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 21, inciso XIX, combinado com o artigo 62, inciso X, da Lei Orgânica do Município, e pelo artigo 2º do Decreto-Lei 3.365/1941,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública para fins de Desapropriação, amigável ou judicial, parte do bem imóvel de propriedade de ÉLIDA GRECE DA SILVEIRA e CUSTÓDIO HORÁCIO DA SILVEIRA, constituído de um terreno com área de 2.820,77 (dois mil, oitocentos e vinte metros e setenta e sete centímetros quadrados), a ser desmembrada de uma área maior totalizando 3.743,15m² (três mil, setecentos e quarenta e três metros e quinze centímetros quadrados), registrada junto ao Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 78.673, às folhas 084, do Livro 2-QD, localizada em Barreiros, mais precisamente na Rua Emídio Francisco da Silva, neste Município, com as seguintes dimensões e confrontações: frente, ao norte, medindo 16,40 metros, extrema com a Rua Emídio Francisco da Silva; fundos, ao sul, medindo 16,40 metros, extrema com terras de Milton João dos Santos e Juliana dos Santos; lado direito, ao leste, medindo 173,11 metros, extrema com terras de Valmor João da Silva e do Centro Educacional Municipal Professora Maria Iracema Martins de Andrade; lado esquerdo, a oeste, medindo 171,42 metros, extrema com terras de Hamilton Ramos, de Pedro Manoel Ramos, de Carlos Amaral e de João Batista Ramos.

Art. 2º. A presente Declaração de Utilidade Pública tem como finalidade a ampliação do Centro Educacional Municipal Maria Iracema Martins de Andrade pertencente à rede pública municipal de ensino.

Art. 3º. A presente indenização dar-se-á pelo preço certo e ajustado, conforme laudo de avaliação constante do Processo Administrativo nº. 11.207/2012.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente desapropriação correrão por conta das dotações próprias da Secretaria de Educação do exercício de 2013.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em 19 de dezembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Portaria Nº136/2013/Sgp/RH

PORTARIA Nº136/2013/SGP/RH

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com os incisos I, II, e IV do Artigo 66 da Lei Orgânica do Município,

Dispõe sobre o Aconselhamento pré-teste (DST/AIDS e Hepatites

Virais) por Profissionais da Saúde e Solicitação de Exames de Triagem Sorológica

RESOLVE:

Art.1º- Ficam autorizados os Enfermeiros do Centro de Vigilância em Saúde e demais Enfermeiros devidamente capacitados a solicitarem exames referentes ao Aconselhamento pré-teste para gestantes e população em geral.

Art.2º- Os exames a serem solicitados pelos Enfermeiros são:

§1º - Anti-HIV;

§2º - Sorologias para Hepatite B: HbsAg e Anti Hbs;

§3º - Sorologia para Hepatite C: Anti HCV;

§4º - Triagem Sorológica para Sífilis - VDRL.

Art. 3º- Os profissionais ocupantes de cargo de Assistente Social e Psicólogo poderão realizar o Aconselhamento pré-teste desde que devidamente capacitados e o paciente portando requisição de exame, preenchida por profissional habilitado.

Art.4º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Jose (SC), 18 de Dezembro de 2013.

LUIS ANTONIO SILVA

Secretário da Saúde de São José

Resultado da Carta Convite Nº 009/2013

RESULTADO DA CARTA CONVITE Nº 009/2013 - Processo nº 319/2013. Objeto: Contratação de empresa de engenharia para implantação do projeto de inversão de sentido de circulação de ruas de acesso entre a Avenida Beira Mar de São José e a Avenida Presidente Kennedy, compreendendo as ruas 5 de Novembro, rua Um e rua Dois, contemplando os serviços de remoção, demolição, pavimentação asfáltica e urbanização. Contratado: GMC Gerson Matos Construções LTDA. Valor: R\$ 84.773,55 (oitenta e quatro mil, setecentos e setenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

CARLOS ALFREDO SCHMIDT

Presidente da CPL

Termo Aditivo/TA Nº 019/2009-04

Termo Aditivo/TA nº 019/2009-04 - TP 008/2008 - Processo 4389/2008 - Contratado: IGUATEMI Consultoria e Serviços de Engenharia LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada em consultoria para execução de atividades jurídicas e administrativas de regularização fundiária no âmbito do Programa Habitar Brasil/ BID. Prazo: Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 019/2009 por mais 150 (cento e cinquenta) dias, a contar do dia 22/12/2013. Data da assinatura: 28 de novembro de 2013.

Convocação**CONVOCAÇÃO**

Considerando a não resposta ao AR encaminhado e recebido no dia 11/11/2013 - Registro N.º JG212030359BR, os Membros da Tomada de Contas Especial instituída pela Exma. Sra. Prefeita Municipal através das Portarias N.º 006/2013-GAB e N.º 007/2013-GAB, neste ato representados por sua Secretária e seus Presidentes, no uso de suas atribuições e visando dar ampla instrução aos trabalhos já iniciados, que cuidam das aplicações financeiras realizadas pela Autarquia São José Previdência, servem-se do presente Edital de Intimação para fazer publicar a convocação do ex-presidente daquela autarquia, Sr. TELMO PADILHA, para que

compareça à reunião no dia 16 de janeiro de 2014, às 14:00h, na sala de Reuniões da Procuradoria Geral do Município de São José, a fim de prestar esclarecimentos necessários ao caso investigado.

P.R.I

TERESINHA REGINA LEMOS E SILVA
Secretária

RODRIGO JOÃO MACHADO
Presidente

LUÍS FABIANO DE ARAÚJO GIANNINI
Presidente

Termo de Acordo

TERMO DE ACORDO

Processo Administrativo nº 301/2010

Contrato de Permuta nº 304/2010

OBJETO/ASSUNTO: PERMUTA DE TERRENO PELA CONSTRUÇÃO DA POLICLÍNICA DE BARREIROS - RELEVANTE INTERESSE PÚBLICO - DEVER CONTRATUAL E LEGAL DE ENTREGAR A OBRA DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2010 E NO CONTRATO Nº 304/2010 - PARECERES TÉCNICOS QUE APONTAM DE IMPROPRIEDADES - OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA EM CORRIGIR AS FALHAS VERIFICADAS - CONDIÇÃO SINE QUO NOM PARA A EFETIVA FORMALIZAÇÃO DA PERMUTA - DEFINIÇÃO DAS CORREÇÕES A SEREM EFETUADAS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF nº 82.892.274/0001-05, com sede administrativa na Avenida Acioni Souza Filho, 403, Praia Comprida - 88103-790, representado pelo Procurador Geral infra-assinado, com endereço profissional na sede da Prefeitura Municipal.

CONTRATADO: INDÍCE CONSTRUÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 03.384.453/0001-57, com sede na Rua Irmãos Vieira, 221, Bloco A, sala 42, Campinas, São José/SC, representada legalmente pelo Sr. Ramsés Rodolfo, portador da cédula de identidade nº 752.468-4 e registrado no cadastro de pessoas físicas sob o nº 432.593.249-68.

1. DOS VÍCIOS PROCEDIMENTAIS CONSTATADOS NA CONSTRUÇÃO DA POLICLÍNICA DE BARREIROS:

Com base nas informações trazidas no Relatório de Vistoria nº 004/2013 (anexo), elencam-se as impropriedades verificadas pela Municipalidade:

Relatório de Vistoria nº 004/2013 de 30/10/2013

1. Necessidades de execução de proteção nas quinas vivas dos requadros de colunas e paredes até a altura de 2,20m em todos os ambientes;
2. Necessidade de executar pintura com aplicação de massa corrida lisa e pintura acrílica com brilho, anti-fungo e lavável;
3. Necessidade de executar pontos de água e esgoto em todos os ambientes de consultórios e instalar lavatórios sem coluna;
4. Necessidade de executar adequação de ambientes destinados a consultórios odontológicos;
5. Substituir lavatórios com colunas existentes em ambientes de consultórios por lavatórios sem coluna;
6. Substituir o forro utilizado (com textura rugosa) por forro com acabamento liso, lavável e com ausência de emendas, formando um teto monolítico em toda edificação;
7. Substituir todas as luminárias utilizadas por luminárias fechadas que permitem limpeza das áreas translúcidas;

8. Executar piso hospitalar (emborrachado) em todos os ambientes a exceção dos banheiros;
9. Executar rodapés nos cantos da alvenaria e piso no mesmo material do piso hospitalar em toda edificação;
10. Executar fechamento e encunhamento das paredes de alvenaria divisórias junto ao teto em toda a edificação;
11. Verificar e corrigir impermeabilização de janelas junto aos peitoris;
12. Verificar e corrigir infiltrações na parede da sala destinada a pequenos procedimentos no 1º pavimento que esta estufada;
13. Executar a casa de compressor (ar comprimido) e da central de gases (oxigênio) assim como o memorial descritivo da mesma;
14. Comprovar a utilização de isolamento baritado para sala RAIO-X, assim como o memorial descritivo da mesma;
15. Executar central de resíduos hospitalares, perfuro-cortante, contaminante e normal;
16. Executar local para higienização de carrinho para transporte de lixo;
17. Os corredores e escadas não atendem as medidas mínimas necessárias para atender estabelecimentos de saúde onde a adequação será dada conforme orientação do corpo de bombeiros;
18. Executar os banheiros PNE de acordo com a norma de acessibilidade, contendo todos os requisitos e equipamentos para utilização.

2. DA RESPOSTA DA CONTRATADA

Em atenção ao Relatório nº 004/2013, a Empresa contratada apresentou resposta (documento anexo), descrevendo serviços e soluções para adequar a construção e promover o recebimento definitivo da obra.

3. DOS TERMOS DO ACORDO

Considerando as conclusões dos Relatórios de Vistoria, bem como pelas informações contidas no Processo Administrativo em comento;

Considerando haver imputação legal e contratual de obrigação à contratada pela qualidade, solidez e efetiva entrega da obra executada, sendo seu dever garantir o serviço prestado;

Considerando razões de relevante interesse Público, tendo em vista tratar-se de obra que visa à garantia do direito à saúde constitucionalmente previsto, no que se refere à universalidade da cobertura e do atendimento, nos termos do artigo 194, parágrafo único, I; e artigos 196 a 199 da CR/88, tornando esse direito prerrogativa jurídica indisponível assegurada a todos os indivíduos;

As partes realizam composição a fim resolver a questão constante no Processo Administrativo nº 301/2010 nos seguintes termos:

1. A contratada compromete-se a providenciar a efetiva entrega do objeto contratado de acordo com as especificações contidas no edital da concorrência pública nº 005/2010 e no contrato nº 304/2010, no prazo de 90 dias, a contar da assinatura do presente termo;

2. A contratada compromete-se, por consequência, em corrigir, as suas despesas, todas as impropriedades verificadas no Relatório de Vistoria nº 004/2013, na forma constante na Resposta ao Relatório de Vistoria nº 004/2013, detalhados especificamente neste Termo de Acordo e em seus anexos.

3. O Município de São José, após verificada a observância por parte da contratada em cumprir com os termos deste acordo, compromete-se em efetivar a permuta do imóvel objeto da Concorrência Pública nº 005/2010, conforme cláusulas 22 e 23 do respectivo edital.

São José, 13 de dezembro de 2013.

LUIS ANTÔNIO SILVA

Secretário Municipal da Saúde

CLOVIS RENATO SQUIO

Procurador Geral do Município

OAB/SC 21.417

ALBÊNIO FLORÊNCIO DE ABREU JUNIOR

Índice Construções Ltda.

SHEILA MARIA MARTINS ORBEN MEIRELLES

Procuradora da Contratada

OAB/SC 36.614

PAULO FERNANDES DUTRA JUNIOR

Engenheiro Civil Técnico do Município

CREA/SC 075015-4

MANUELA ROHDEN DA SILVA

Arquiteta Responsável Técnica da Empresa

ARQ. CAU A31723-3

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Testemunhas:

Ass:

Ass:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 180/2013

PORTARIA Nº 180/2013

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I - Conceder a Servidora CÁTIA CILENE DE SOUZA, pagamento de QUINQUÊNIO (20%), conforme requerimento anexo.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 18 de dezembro de 2013.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

PRESIDENTE

Registrada em 18/12/13

Publicada em 18/12/13

Portaria Nº 178/2013

PORTARIA Nº 178/2013

Considerando que os contratos devem ser executados fielmente pelas partes de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Considerando o disposto no art. 67 da Lei Federal 8.666/93, que determina a obrigação da Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I - Nomear - O Servidor GABRIEL NIENCHOTTER, para fiscalizar o contrato nº 021/2013, decorrente do Processo Administrativo nº 036/2013 - Pregão Presencial nº 030/2013, firmado entre a

Câmara Municipal de São José e a empresa Paradigma Business Solutions SA, o Contrato número 022/2013, decorrente do Processo Administrativo número 034/2013 - Pregão Presencial número 028/2013, firmado entre a Câmara Municipal de São José e a empresa TV Clipagem Ltda EPP, observando as condições expressas no Termo de Referência, Contrato e Proposta de Preços das empresas Contratadas.

II - A empresa contratada deverá apresentar a fiscalização do contrato relatório mensal das atividades desenvolvidas no mês, que por sua vez, promoverá a verificação dos serviços executados para certificação da Nota Fiscal emitida pela empresa contratada para o seu efetivo pagamento.

III - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

IV - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 17 de dezembro 2013.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Presidente

Registrada em ____/____/____

Publicada em ____/____/____

Extrato de Contrato Nº: 021/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 021/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º 030/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC

CONTRATADA: PARADIGMA BUSINESS SOLUTIONS S/A

OBJETO: O presente contrato tem como objeto a AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE COMPRAS ELETRONICAS VIA INTERNET PARA OTIMIZAR A GESTÃO DOS PREÇOS DE COMPRAS ATRAVÉS DA IMPLEMENTAÇÃO DE METODOLOGIAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO, ESTANDO INCLUSOS: A INSTALAÇÃO TREINAMENTO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.57.00.00.00.(13)
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil)
VIGÊNCIA: 29/10/2013 à 29/10/2014

Extrato de Contrato Nº: 022/2013

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 022/2013

PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2013

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC

CONTRATADA: TV CLIPAGEM LTDA-EPP

OBJETO: O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de clipagem (monitoramento de informações e relatórios) em mídia impressa, rádio, televisão, e sites de notícias, de assuntos de interesse e relativos à Câmara Municipal de São José, seus Vereadores, servidores e, assuntos da Prefeitura Municipal de São José, Secretarias/Fundações do Município de São José/SC, descritos no Anexo I do edital de PP nº. 028/2013.
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.47.00.00.00.(13)
VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 49.200,00 (quarenta e nove mil e duzentos reais)
VIGÊNCIA: 25/11/2013 à 25/11/2014

Termo de Revogação de Licitação

TERMO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Autos do Processo n.º 030/2013

Pregão Presencial - Nº 025/2013-

Considerando a necessidade de modernização tecnológica das diversas áreas administrativas e Gabinetes, visando atender a atual necessidade da Câmara Municipal de São José, no que concerne a utilização de equipamentos de informática;

Considerando a necessidade de modernização do Plenário, com a compra de equipamentos de áudio visual, que auxiliem os vereadores na condução das votações e acompanhamento das pautas entre outros, inclusive portáteis para uso individual;

Considerando ainda o atendimento de interesse público, a conveniência e oportunidade administrativa, fundamentadas no art. 49 da Lei Federal 8666/93 c/c art. 9º da Lei Federal 10.520/02, e na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, bem como pela previsão do item 19.1 do Capítulo das "Disposições Gerais" do edital;

Considerando o cumprimento efetivo dos princípios da economicidade, eficiência e isonomia, de forma a atender a preservação do interesse público em todos os Atos adotados por esta Administração;

O Pregoeiro com anuência do Exmo. Presidente da Câmara Municipal de São José, decidem REVOGAR o Pregão Presencial n.º 025/2013 - Processo Licitatório n.º 050/2013, destinado ao registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de informática para à Câmara Municipal de São José/SC.

São José, 13 de dezembro de 2013.

VALMOR JOSÉ HEBERLE

Diretor Administrativo

De acordo:

Publique-se e dê ciência às licitantes.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Presidente da CMSJ

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Lei Nº 2.136, de 20 de Dezembro de 2013.

LEI Nº 2.136, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional - por anulação de dotações, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida no inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional - por anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU

09.01.15.451.4511.2.034 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0024 137
Aplicação Direta R\$ 410.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.062, de 22 de janeiro de 2013, e o art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320 de 1964, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

09.00
SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.02 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
09.02.15.451.4511.1.036 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0024 68
Aplicação Direta R\$ 410.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Lei Nº 2.137, de 20 de Dezembro de 2013.

LEI Nº 2.137, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional - anulação de dotações, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida no inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Municipal nº 2.062, de 22 de janeiro de 2013, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional - anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 291.300,00 (duzentos e noventa e um mil e trezentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME
08-01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME
08.01.12.365.4505.2.015 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0001 54
Aplicação Direta R\$ 130.300,00

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
16.01.02.182.0000.0.003 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 131
Aplicação Direta R\$ 161.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.062, de 22 de janeiro de 2013, e o art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320 de 1964, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

03.00 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
03.01 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
03.01.02.062.4513.2.004 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 04
Aplicação Direta R\$ 9.000,00
03.01.02.062.4513.2.004 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 06
Aplicação Direta R\$ 1.300,00

04.00
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
04.01 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM
04.01.04.124.4512.2.005 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 08
Aplicação Direta R\$ 4.000,00

05.00

CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGP
05.01 CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGP
04.01.04.122.4514.2.010 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 10
Aplicação Direta R\$ 10.000,00

06.00
SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF
06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF
06.01.04.122.4503.2.006 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 13
Aplicação Direta R\$ 25.000,00
06.01.04.122.4503.2.006 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000
15 Aplicação Direta R\$ 3.000,00

06.00 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF
06.01 SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF
06.01.04.845.4503.2.007 3.3.7.1.00.00.00.00.0.1.0000 20
Aplicação Direta R\$ 5.000,00
06.01.04.845.4503.2.007 4.4.7.1.00.00.00.00.0.1.0000 21
Aplicação Direta R\$ 1.500,00

07.00
SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF
07.01 SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF
07.01.04.123.4504.2.011 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 25
Aplicação Direta R\$ 10.000,00

09.00 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01.15.392.4511.2.056 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 64
Aplicação Direta R\$ 5.500,00

09.00
SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01.15.451.4511.1.039 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 71
Aplicação Direta R\$ 6.500,00

09.00
SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.01.15.451.4511.2.034 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 87
Aplicação Direta R\$ 30.000,00

09.00
SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.02 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
09.02.16.482.4511.2.040 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 96
Aplicação Direta R\$ 2.000,00

09.00 SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU
09.03 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO
09.02.17.512.4511.2.032 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 98
Aplicação Direta R\$ 2.500,00

11.00 SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS
11.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
11.01.08.243.4509.2.053 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 116
Aplicação Direta R\$ 5.000,00
11.01.08.243.4509.2.053 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 118
Aplicação Direta R\$ 3.000,00

11.00
SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS
11.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
11.01.08.244.4509.2.029 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 119
Aplicação Direta R\$ 80.000,00
11.01.08.244.4509.2.029 3.3.5.0.00.00.00.00.0.1.0000 120
Aplicação Direta R\$ 28.000,00

11.00 SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS
11.02 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
11.02.08.243.4509.2.030 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 125
Aplicação Direta R\$ 10.000,00
11.02.08.243.4509.2.030 4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 126
Aplicação Direta R\$ 5.000,00

16.00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
16.01.28.846.0000.0.001 3.2.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 133
Aplicação Direta R\$ 10.000,00
16.01.28.846.0000.0.001 4.6.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 134
Aplicação Direta R\$ 20.000,00

16.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
16.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
16.01.28.846.0000.0.004 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000 135
Aplicação Direta R\$ 15.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.785, de 19 de Dezembro de 2013.

DECRETO Nº 4.785, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

Decreta desapropriação, por utilidade pública, de bens imóveis de propriedade do Senhor João Batista Chaves e de sua esposa Noemi Woloszyn Chaves, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, incisos VI e VII da Lei Orgânica Municipal, nas condições do artigo 5º, alínea "i" do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com a nova redação que lhe deu a Lei nº 6.602, de 07 de dezembro de 1978, mais o previsto no § 3º do artigo 1.228, combinado com o inciso V do artigo 1275, estes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; ainda o disciplinado no inciso I, item 34, do artigo 167 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e

CONSIDERANDO a necessidade do Município de desapropriação do bem imóvel de matrícula nº 9.463, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, descritos no art. 1º deste Decreto, de propriedade do Senhor João Batista Chaves e sua esposa Noemi Woloszyn Chaves, cujo imóvel o Município de São Lourenço do Oeste pretende adquirir para fins de instalação do estacionamento da escola do bairro São Francisco;

DECRETA:

Art. 1º Fica considerado desapropriado, por utilidade pública, como desapropriado está, por via amigável, o lote urbano nº 4 (quatro), da quadra 2 (dois), com área de 525m² (quinhentos e vinte e cinco metros quadrados), sem benfeitorias, de propriedade do Senhor João Batista Chaves e sua esposa Noemi Woloszyn Chaves, situado no Loteamento Paludo, neste município de São Lourenço do Oeste - SC, conforme confrontações descritas na matrícula de nº 9.463, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, constante do Anexo I deste Decreto.

Parágrafo único. Em decorrência da desapropriação, o Município pagou ao expropriado, como indenização, o valor total de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais) pelo imóvel, conforme Termo de Acordo nº 004/2013, de 19 de dezembro de 2013, firmado entre as partes, e laudo de avaliação constante do Anexo II deste Decreto.

Art. 2º O imóvel, objeto desta desapropriação, será utilizado para fins de instalação do estacionamento da escola do bairro São Francisco, neste município de São Lourenço do Oeste.

Art. 3º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto serão utilizados recursos constantes do orçamento municipal em execução, exercício financeiro de 2013, sob a seguinte rubrica orçamentária: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0001 (54/2013).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de dezembro de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Extrato do Termo de Acordo Nº 004/2013, de 19 de Dezembro de 2013.

EXTRATO DO TERMO DE ACORDO Nº 004/2013, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

Expropriante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF 83.021.873/0001-08.

Expropriada: João Batista Chaves, CPF nº 637.313.479-20 e sua esposa Noemi Woloszyn Chaves, CPF nº 501.870.589-20.

Objeto: Desapropriação amigável do lote urbano nº 4 (quatro), da quadra 2 (dois), com área de 525m² (quinhentos e vinte e cinco metros quadrados), sem benfeitorias, situado no Loteamento Paludo, neste município de São Lourenço do Oeste - SC, conforme confrontações descritas na matrícula de nº 9.463, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste.

Valor: R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), conforme laudo de avaliação do imóvel, expedido por Engenheiro Civil, constante do Anexo Único deste termo, que será pago, em parcela única, a ser paga até o dia 30 de dezembro de 2013, mediante depósito na conta bancária da expropriada.

Data da assinatura: 19 de dezembro de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo Expropriante e João Batista Chaves e Noemi Woloszyn Chaves - pela Expropriada.

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria Nº 178/2013

PORTARIA nº 178 de 20 de dezembro de 2013.

WALMOR JOSÉ PEDERSSETTI, Presidente da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no art. 19, II, "a" do Regimento Interno

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, pelo período de 02 a 31 de janeiro de 2014, ao servidor municipal Luiz Carlos do Nascimento, ocupante do cargo de Assessor de Comunicação, matrícula nº 906, lotado na Câmara de Vereadores, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correção por conta de dotação específica do Orçamento em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 20 de dezembro de 2013.

VEREADOR WALMOR JOSÉ PEDERSSETTI
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

Portaria Nº 179/2013

PORTARIA nº 179 de 20 de dezembro de 2013.

WALMOR JOSÉ PEDERSSETTI, Presidente da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no art. 19, II, "a" do Regimento Interno

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, pelo período de 02 a 16 de janeiro de 2014, ao servidor municipal Éderson Hermann, ocupante do cargo de Secretário Executivo, matrícula nº 41-02, lotado na Câmara de Vereadores, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correção por conta de dotação específica do Orçamento em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 20 de dezembro de 2013.

VEREADOR WALMOR JOSÉ PEDERSSETTI
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

Portaria Nº 180/2013

PORTARIA nº 180 de 20 de dezembro de 2013.

WALMOR JOSÉ PEDERSSETTI, Presidente da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no art. 19, II, "a" do Regimento Interno

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, pelo período de 02 a 16 de janeiro de 2014, a servidora municipal Kelly Suzana Spenassatto, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo e Parlamentar, matrícula nº 910, lotada na Câmara de Vereadores, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correção por conta de dotação específica do Orçamento em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 20 de dezembro de 2013.

VEREADOR WALMOR JOSÉ PEDERSSETTI
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

Portaria Nº 181/2013

PORTARIA nº 181, de 20 de dezembro de 2013.

WALMOR JOSÉ PEDERSSETTI, Presidente da Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no art. 19, II, "a" do Regimento Interno

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, pelo período de 06 a 20 de janeiro de

2014, ao servidor municipal Éder Fernando Votri, ocupante do cargo de Contador, matrícula nº 932, lotado na Câmara de Vereadores, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correção por conta de dotação específica do Orçamento em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 20 de dezembro de 2013.

VEREADOR WALMOR JOSÉ PEDERSSETTI
PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Decreto N.º 172/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222.

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 172/2013

Dispõe sobre alteração de carga horária da servidora ZÉLIA HOFFMANN JUNCKES.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 18, da Lei Complementar nº. 08 de 02 de março de 1998,

Considerando a necessidade premente de professores para atuar no Centro de Educação Infantil Frei Ático;

Considerando o disposto no prejulgado nº 1961 o qual dispõe que "pode existir aumento de carga horária dos servidores municipais sem concurso público, desde que prevista em lei municipal autorizativa."

RESOLVE:

Art. 1.º- Alterar definitivamente a carga horária da servidora ZÉLIA HOFFMANN JUNCKES, ocupante do cargo efetivo de Professor III, de vinte para trinta horas semanais.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/ ____/2013.

Decreto N.º 165/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 165/2013

Transfere saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara

em exercício no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 722/2012:

DECRETA:

Art.1º - Fica transferido o saldo dotação dentro da mesma categoria de programação:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2.054 - Funcionamento e Manutenção do PSF R\$ 200,00

Anula:

3.1.91.00.00.00.00.0.1.002 - Aplicações Diretas R\$ 200,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.0.1.002 - Aplicações Diretas R\$ 200,00

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 17 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Decreto Nº 170/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 170/2013

Transfere saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara em exercício no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 722/2012:

DECRETA:

Art.1º - Fica transferido o saldo dotação dentro da mesma categoria de programação:

08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

08.01.26.782.22.2.016 - Funcionamento e Manutenção da Coordenadoria de Obras R\$ 12.541,00

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas R\$ 12.541,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 12.541,00

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Decreto Nº 173/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 173/2013

Transfere saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara em exercício no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 722/2012:

DECRETA:

Art.1º - Fica transferido o saldo dotação dentro da mesma categoria de programação:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

05.01.12.365.4.2008 - Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil R\$ 2.300,00

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0161 - Aplicações Diretas R\$ 2.300,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.0.1.0161 - Aplicações Diretas R\$ 2.300,00

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Decreto Nº 174/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 174/2013

Transfere saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara em exercício no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 722/2012:

DECRETA:

Art.1º - Fica transferido o saldo dotação dentro da mesma categoria de programação:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

05.01.12.365.4.2006 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 2.200,00

Anula:

3.1.90.00.00.00.00.0.1.0161 - Aplicações Diretas R\$ 2.200,00

Suplementa:

3.1.91.00.00.00.00.0.1.0161 - Aplicações Diretas R\$ 2.200,00

05.01.12.361.4.2005- Funcionamento e Manutenção do R\$ 577,00 Transporte Escolar

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0161 - Aplicações Diretas R\$ 577,00

Suplementa:

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0161 - Aplicações Diretas R\$ 477,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0161 - Aplicações Diretas R\$ 100,00

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Decreto Nº 175/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 175/2013

Transfere saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara em exercício no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 722/2012:

DECRETA:

Art.1º - Fica transferido o saldo dotação dentro da mesma categoria de programação:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

05.01.12.361.4.2005- Funcionamento e Manutenção do R\$ 795,00
Transporte Escolar

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0161 - Aplicações Diretas R\$ 795,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0161 - Aplicações Diretas R\$ 795,00

04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.01.4.122.3.2003 - Func. e Manutenção da Secretaria

De Administração, Finanças R\$ 227,00

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 227,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 - Aplicações Diretas R\$ 227,00

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Decreto Nº 176/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 176/2013

Transfere saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara

em exercício no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 722/2012:

DECRETA:

Art.1º - Fica transferido o saldo dotação dentro da mesma categoria de programação:

12 - INSPA

12.01.9.272.28.2.027 - Funcionamento e Manutenção do

INSPA R\$ 20.000,00

Anula:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.003 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.003 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 19 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Decreto Nº 177/ 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 177/ 2013

Transfere saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara em exercício no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 722/2012:

DECRETA:

Art.1º - Fica transferido o saldo dotação dentro da mesma categoria de programação:

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.16.2.023 - Funcionamento e Manutenção do

Fundo Municipal Agropecuário R\$ 3.000,00

Anula:

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 19 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Decreto Nº171/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº171/2013

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº722/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 98.485,31 (Noventa e oito mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e trinta e um centavos) por conta do Excesso de Arrecadação do FUNDEB nas dotações abaixo identificadas:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

05.01.12.361.4.2006 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 44.992,22

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0217 - Aplicações Diretas R\$ 44.992,22

05.01.12.365.4.2008 - Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil R\$ 53.493,09

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0217 - Aplicações Diretas R\$ 47.840,79

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0244 - Aplicações Diretas R\$ 5.652,30

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 18 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Decreto Nº178/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº178/2013

Abre Crédito Suplementar por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº722/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 1.141,15 (Hum mil cento e quarenta e um reais e quinze centavos) por conta do Excesso de Arrecadação do PNAC nas dotações abaixo identificadas:

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

05.01.12.306.4.2039 - Aquisição de Merenda Escolar- Ensino Infantil R\$ 1.141,15

3.3.90.00.00.00.00.00.0.2.0191 - Aplicações Diretas R\$ 1.141,15

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 20 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Portaria N.º 411/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Gabinete do Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000

- Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 411/2013

PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA PARA CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Art. 180 da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Prorrogar por mais sessenta (60) dias, a contar da publicação desta Portaria, o prazo de vigência para conclusão dos trabalhos do Procedimento Administrativo Disciplinar, e competente apresentação do Relatório Conclusivo, conforme previsão do art. 189, da Lei Municipal nº. 05/1997.

Art. 2.º - Cumprindo a previsão contida no art. 191, da Lei Municipal nº. 05/1997, fica determinada também a prorrogação do afastamento preventivo da servidora investigada a fim de que sejam apurados todos os fatos narrados sem prejuízo na continuidade dos trabalhos prestados por esta Municipalidade.

Parágrafo Único: O afastamento de que se trata o "caput" deste artigo não obsta ao pagamento do vencimento da servidora e tem como prazo os mesmos sessenta (60) dias estipulados nesta Portaria.

Art. 3.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de dezembro de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/ ____/2013.

Processo de Inexigibilidade de Licitação 104/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01- Fone/Fax: (048) 3277-0122

CEP: 88125-000 - São Pedro de Alcântara - SC

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 104/2013

Nos termos do art. 25, I, da Lei n.º 8.666/93, é inexigível a licitação para aquisição de Vale Transporte para a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC, da empresa RODOVIÁRIA SANTA TEREZINHA AG. DE VIAGENS E TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 86.183.381/0001-07, localizada Rod. BR-101 KM 200 Serraria - São José, uma vez que esta empresa é a única fornecedora deste produto, enquadrando-se, assim, nos preceitos do art. supra mencionado.

O valor para esta contratação é de R\$ 71.500,00 (setenta e um mil e quinhentos reais) para o ano de 2014, proveniente da dotação orçamentária nº 01.01.2.001.3.3.90.00.00.00.00.0000 (02); 02.01.2.002.3.3.90.00.00.00.00.00.0000 (06); 03.01.2.004.3.3.90.00.00.00.00.00.0000 (11); 04.01.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.0161 (24); 04.01.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.0161 (31); 04.01.2.016.3.3.90.00.00.00.00.00.0000 (40); 04.01.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.0161 (53); 05.02.2.036.3.3.90.00.00.00.00.00.0000 (57); 06.01.2.047.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0000 (77); 07.01.2.077.3.3.90.00.00.00.00.00.0000 (96); 07.01.2.078.3.3.90.00.00.00.00.00.0000 (102); 10.01.2.030.3.3.90.00.00.00.00.00.0000 (116); 10.01.2.027.3.3.90.00.00.00.00.00.0000 (120); 11.01.2.056.3.3.90.00.00.00.00.00.0002 (11)

Esta contratação obedecerá, ainda, os seguintes passos:

- 1- Contrata-se o serviço ofertado pela empresa RODOVIÁRIA SANTA TEREZINHA AG DE VIAGENS E TURISMO LTDA em razão de ser a única fornecedora do produto exigido.
 - 2- o prazo para entrega do objeto desta inexigibilidade é de 05 (cinco) dias, a contar da emissão da Autorização de Fornecimento;
 - 3- Para a assinatura do contrato, a empresa contratada deverá apresentar prova de contribuição com o INSS e FGTS, declaração comprovando o cumprimento ao disposto no Art. 7.º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, que trata da proibição do trabalho infantil e Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio (CND Municipal).
- Por fim, a presente contratação, na modalidade Inexigibilidade de Licitação, obedece a todos os termos da Lei n.º 8.666/93, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de dezembro de 2013

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Lei Nº 1.989/2013

LEI Nº.1.989/2013

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal de 5 de abril de 1990, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:
DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO:

Art. 1º O orçamento geral do município de Schroeder, para o exercício de 2014 estima a receita e fixa a despesa em R\$ 40.146.966,00 (quarenta milhões, cento e quarenta e seis mil, novecentos e sessenta e seis reais) assim divididos:

Prefeitura Municipal de Schroeder	R\$ 26.113.413,00
Câmara Municipal de Vereadores	R\$ 1.830.000,00
Fundo Municipal de Saúde	R\$ 10.460.053,00
Fundo Municipal de Assistência Social	R\$ 1.424.000,00
Fundo Municipal da Infância e Adolescência	R\$ 193.000,00
Fundo Municipal de Habitação	R\$ 126.500,00
TOTAL	R\$ 40.146.966,00

Do Orçamento da Prefeitura Municipal de Schroeder:

Art. 2º O orçamento da Prefeitura para o exercício de 2014 estima a receita em R\$35.264.500,00 (trinta e cinco milhões, duzentos e sessenta e quatro mil e quinhentos reais) e fixa a despesa da Prefeitura em R\$26.473.413,00 (vinte e seis milhões, quatrocentos e setenta e três mil, quatrocentos e treze reais).

§ 1º A receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, receitas correntes e de capital oriundas de convênios com o governo estadual e federal de acordo com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS	
4.1. Receitas Correntes	R\$ 35.961.500,00
4.2 Receitas de Capital	R\$ 3.321.000,00
9.0 Deduções da Receita	R\$ 4.018.000,00
T O T A L	R\$ 35.264.500,00

§ 2º A despesa da Prefeitura será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

02.00 - Gabinete do Prefeito Municipal	R\$ 1.079.162,66
03.00 - Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças	R\$ 3.801.386,55
04.00 - Secretaria de Saúde e Assistência Social	R\$ 252.000,00
05.00 - Sec. de Educ., Cultura, Esporte e Lazer	R\$ 11.915.227,25
06.00 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	R\$ 5.233.000,00
07.00 - Sec. de Agric., Ind., Comércio e Turismo	R\$ 1.932.636,54
08.00 - Fundo Municipal de Saneamento Básico	R\$ 1.900.000,00
TOTAL	R\$ 26.113.413,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 - Administração	R\$ 3.481.023,20
06 - Segurança Pública	R\$ 136.000,00
08 - Assistência Social	R\$ 122.000,00
10 - Saúde	R\$ 130.000,00
12 - Educação	R\$ 10.477.750,00
13 - Cultura	R\$ 469.227,25
15 - Urbanismo	R\$ 4.450.962,66
17 - Saneamento	R\$ 1.900.000,00
18 - Gestão Ambiental	R\$ 821.500,00
20 - Agricultura	R\$ 547.500,00
22 - Indústria	R\$ 289.136,54
23 - Comércio e Serviços	R\$ 143.000,00
25 - Energia	R\$ 700.000,00
27 - Desporto e Lazer	R\$ 968.250,00
28 - Encargos Especiais	R\$ 1.345.000,00
99 - Reserva de Contingência	R\$ 132.063,35
Total geral:	R\$ 26.113.413,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

3000 - Ação Legislativa	R\$ 1.830.000,00
3001 - Gestão Mun. e Modernização Adm.	R\$ 3.878.586,55
3003 - Schroeder em Obras	R\$ 5.101.500,00
3004 - Economia Solidária	R\$ 547.500,00
3005 - Amigos da Natureza	R\$ 821.500,00
3006 - Conhecendo Schroeder	R\$ 143.000,00
3007 - Schroeder é Saneamento Ambiental	R\$ 1.900.000,00
3008 - Schroeder Empreendedor	R\$ 289.136,54
3009 - Rumo Certo	R\$ 10.342.250,00
3010 - Schroeder é Esporte e Lazer	R\$ 968.250,00
3011 - Cultura Viva	R\$ 469.227,25
3012 - Garantia dos Dir. da Criança e Adol.	R\$ 122.000,00

3013 - Schroeder Saudável	R\$ 10.460.053,00
3014 - Schroeder Segura	R\$ 185.462,66
3015 - Encargos Especiais	R\$ 1.345.000,00
3016 - Schroeder Solidário	R\$ 1.743.500,00
Total Geral:	R\$ 40.146.966,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 19.970.099,65
3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 11.731.750,00
3.2.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida	R\$ 190.000,00
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes	R\$ 8.048.349,65
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 6.011.250,00
4.4.00.00.00.00 - Investimentos	R\$ 4.856.250,00
4.6.00.00.00.00 - Amortização da Dívida	R\$ 1.155.000,00
9.9.99.99.00.00 - RESERVA DE CONT.	R\$ 132.063,35
TOTAL	R\$ 26.113.413,00

§ 3º As transferências financeiras do Município para os Fundos Municipais e Câmara Municipal de Vereadores ficam orçadas em:

Fundo Municipal de Saúde	R\$ 6.205.887,00
Fundo Municipal da Assist. Social	R\$ 1.023.700,00
Fundo Municipal da Infância e Adolesc.	R\$ 65.500,00
Fundo Municipal da Habitação	R\$ 26.000,00
Câmara Municipal de Vereadores	R\$ 1.830.000,00
TOTAL	R\$ 9.151.087,00

DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS E DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES:

Do Orçamento do Fundo Municipal da Saúde:

Art. 3º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2014 estima a receita orçamentária em R\$4.254.166,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, cento e sessenta e seis reais) e transferências financeiras do Município em R\$6.205.887,00 (seis milhões duzentos e cinco mil, oitocentos e oitenta e sete reais) e fixa a despesa em R\$10.460.053,00 (dez milhões, quatrocentos e sessenta mil, cinquenta e três reais).

§1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal e estadual, do Fundo Nacional da Saúde, composta de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

4. RECEITAS	
4.1 Receitas Correntes	R\$ 3.304.166,00
4.2 Receitas de Capital	R\$ 950.000,00
TOTAL	R\$ 4.254.166,00

§ 2º A despesa do Fundo Municipal de Saúde será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde	R\$ 10.450.053,00
99 - Reserva de Contingência	R\$ 10.000,00
TOTAL	R\$ 10.460.053,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 8.968.453,00
3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encarg. Soc.	R\$ 6.128.003,00
3.3.00.00.00.00 - Outras Desp. Correntes	R\$ 2.840.450,00

DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 1.481.600,00
44.00.00.00.00 - Investimentos	R\$ 1.481.600,00
9.9.99.99.00.00 - Reserva de Cont.	R\$ 10.000,00
TOTAL	R\$ 10.460.053,00

Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social:

Art. 4º O orçamento do Fundo Municipal da Assistência Social para o exercício de 2014 estima a receita em R\$400.300,00 (quatrocentos mil e trezentos reais) e transferências financeiras do Município R\$1.023.700,00 (um milhão, vinte e três mil e setecentos reais) e fixa a despesa em R\$1.424.000,00 (um milhão, quatrocentos e vinte e quatro mil reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal e estadual, do Sistema Único de Assistência Social, receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS

4.1. Receitas Correntes	R\$ 200.300,00
4.2. Receitas de Capital	R\$ 200.000,00
T O T A L	R\$ 400.300,00

§ 2º A despesa do Fundo Municipal de Assistência Social será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza distribuídos da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social	R\$ 1.419.000,00
99 - Reserva de Contingência	R\$ 5.000,00
TOTAL	R\$ 1.424.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.153.000,00
3.1.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 622.305,00
3.3.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes	R\$ 530.695,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 266.000,00
4.4.00.00.00.00 - Investimentos	R\$ 266.000,00
9.9.99.99.00.00 - Reserva de Cont.	R\$ 5.000,00
T O T A L	R\$ 1.424.000,00

Do Orçamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência:

Art. 5º O orçamento do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Schroeder para o exercício de 2014 estima a receita em R\$ 127.500,00 (cento e vinte e sete mil e quinhentos reais) e transferências financeiras do Município de R\$65.500,00 (sessenta e cinco mil) e fixa despesa em R\$193.000,00 (cento e noventa e três mil reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal, de instituições privadas, receitas correntes na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS

4.1. Receitas Correntes	R\$ 77.500,00
4.2. Receitas de Capital	R\$ 50.000,00
T O T A L	R\$ 127.500,00

§ 2º A despesa do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Schroeder, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social	R\$ 188.000,00
99 - Reserva de Contingência	R\$ 5.000,00
TOTAL	R\$ 193.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 128.000,00
3.3.00.00.00.00 - Outras Desp. Correntes	R\$ 128.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 60.000,00
4.4.00.00.00.00 - Investimentos	R\$ 60.000,00
9.9.99.99.00.00 - Reserva de Cont.	R\$ 5.000,00
TOTAL	R\$ 193.000,00

Do Orçamento do Fundo Municipal da Habitação

Art. 5º-A O orçamento do Fundo Municipal de Habitação de Schroeder para o exercício de 2014 estima a receita em R\$100.500,00 (cem mil e quinhentos reais) e transferências financeiras do Município R\$26.000,00 (vinte e seis mil reais) e fixa a despesa em R\$126.500,00 (cento e vinte e seis mil e quinhentos reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, de outras esferas de governo, receitas de capital na forma da legislação em vigor e discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS

4.1. Receitas Correntes	R\$ 500,00
4.2. Receitas de Capital	R\$ 100.000,00
T O T A L	R\$ 100.500,00

§ 2º A despesa do Fundo Municipal de Habitação de Schroeder, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

16 - Habitação	R\$ 121.500,00
99 - Reserva de Contingência	R\$ 5.000,00
TOTAL	R\$ 126.500,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 18.500,00
3.3.00.00.00.00 - Outras Desp. Correntes	R\$ 18.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 103.000,00
4.4.00.00.00.00 - Investimentos	R\$ 103.000,00
9.9.99.99.00.00 - Reserva de Cont.	R\$ 5.000,00
TOTAL	R\$ 126.500,00

Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores:

Art. 6º O orçamento da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Schroeder, para o exercício de 2014 estima a receita e fixa a despesa em R\$1.830.000,00 (um milhão, oitocentos e trinta mil reais).

§ 1º A receita será realizada mediante transferências financeiras do tesouro municipal.

4. RECEITAS

4.1 Receitas Correntes	R\$ 1.450.000,00
4.2 Receitas de Capital	R\$ 380.000,00
TOTAL	R\$ 1.830.000,00

§ 2º A despesa da Câmara Municipal de Vereadores do Município

de Schroeder, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	R\$ 1.830.000,00
TOTAL	R\$ 1.830.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.450.000,00
3.1.00.00.00.00 - Despesas de Pessoal	R\$ 1.095.000,00
3.3.00.00.00.00 - Outras Desp. Correntes	R\$ 355.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 380.000,00
4.4.00.00.00.00 - Investimentos	R\$ 380.000,00
TOTAL	R\$ 1.830.000,00

Art. 7º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º A utilização do recurso de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme a necessidade especificada neste artigo.

Art. 8º O Executivo está autorizado nos termos do Art.7º da Lei Federal nº. 4. 320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos:

I - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

II - O superávit financeiro do exercício anterior.

III - O excesso ou provável excesso de arrecadação observada a tendência do exercício.

Art. 9º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 10. Fica o executivo municipal autorizado a remanejar através de Decreto dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade, ou operações especiais.

Art. 11. Durante o exercício de 2014, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento dos programas priorizados nesta lei, observados os limites de capacidade de endividamento do Município, de conformidade com às exigências fixadas pelo Banco Central do Brasil, com autorização do Poder Legislativo.

Art. 12. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 13. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 14. Ficam convalidados os anexos do PPA e LDO, integrantes desta LEI.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 18 de dezembro de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Natureza Jurídica não encontrada

MUNICÍPIO DE Schroeder

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas (Consolidado)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/5

Data: 17/12/2013

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	44.164.966,00	46.752.198,00	47.754.233,87
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	39.543.966,00	41.535.376,00	43.201.554,32
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA	4.942.500,00	4.847.760,00	4.911.468,32
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00 IMPOSTOS	3.532.500,00	3.347.760,00	3.411.468,32
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	2.400.000,00	2.547.760,00	2.561.468,32
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.630.000,00	1.727.760,00	1.831.468,32
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00 Imposto s/ Prop.Predial e Territ. Urbana - 60%	978.000,00	1.036.656,00	1.098.880,99
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00 Imposto s/ Prop.Predial e Territ. Urbana - 25%	407.500,00	431.940,00	457.867,08
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00 Imposto s/ Prop.Predial e Territ. Urbana - 15%	244.500,00	259.164,00	274.720,25
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	320.000,00	340.000,00	360.000,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00 IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	320.000,00	340.000,00	360.000,00
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00 IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 60%	192.000,00	204.000,00	216.000,00
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00 IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 25%	80.000,00	85.000,00	90.000,00
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00 IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 15%	48.000,00	51.000,00	54.000,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	450.000,00	480.000,00	370.000,00
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00 Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis - 60%	270.000,00	288.000,00	222.000,00
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00 Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis - 25%	112.500,00	120.000,00	92.500,00
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00 Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis - 15%	67.500,00	72.000,00	55.500,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00 Impostos sobre a Produção e a Circulação	1.132.500,00	800.000,00	850.000,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.132.500,00	800.000,00	850.000,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.132.500,00	800.000,00	850.000,00
4.1.1.1.3.05.01.01.00.00 Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza - 60%	679.500,00	480.000,00	510.000,00
4.1.1.1.3.05.01.02.00.00 Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza - 25%	283.125,00	200.000,00	212.500,00
4.1.1.1.3.05.01.03.00.00 Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza - 15%	169.875,00	120.000,00	127.500,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00 TAXAS	1.010.000,00	1.100.000,00	1.200.000,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	190.000,00	209.000,00	228.000,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00 Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	130.000,00	143.000,00	156.000,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00 Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	30.000,00	33.000,00	36.000,00
4.1.1.2.1.32.00.00.00.00 Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	30.000,00	33.000,00	36.000,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	820.000,00	891.000,00	972.000,00
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00 Taxa de Cemitérios	10.000,00	11.000,00	12.000,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00 Taxa de Limpeza Pública	680.000,00	748.000,00	816.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	130.000,00	132.000,00	144.000,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	400.000,00	400.000,00	300.000,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00 Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	400.000,00	400.000,00	300.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	700.000,00	750.000,00	800.000,00
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00 CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PI	700.000,00	750.000,00	800.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	50.300,00	50.300,00	50.300,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	50.300,00	50.300,00	50.300,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	50.300,00	50.300,00	50.300,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários Rec Vinculados	45.300,00	45.300,00	45.300,00
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00 Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Ações Serv Públicos	40.000,00	40.000,00	40.000,00
4.1.3.2.5.01.06.01.00.00 Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Impostos Saúç	3.000,00	3.000,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.06.03.00.00 Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Atenção Básic:	30.000,00	30.000,00	30.000,00
4.1.3.2.5.01.06.04.00.00 Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Média e Alta C	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.06.05.00.00 Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Vigilância em S	4.000,00	4.000,00	4.000,00
4.1.3.2.5.01.06.06.00.00 Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Farmac Básica	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00 Rec Rem Dep Banc Rec Vinc - FNAS	5.300,00	5.300,00	5.300,00
4.1.3.2.5.01.10.02.00.00 Rec Rem Dep Banc Rec Vinc FNAS - API	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.10.03.00.00 Rec Rem Dep Banc Rec Vinc FNAS - PAC	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.3.2.5.01.10.04.00.00 Rec Rem Dep Banc Rec Vinc FNAS - Média Comple	3.000,00	3.000,00	3.000,00
4.1.3.2.5.01.10.05.00.00 Rec Rem Dep Banc Rec Vinc FANS Outras Trans FN	100,00	100,00	100,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/5

MUNICÍPIO DE Schroeder

Data: 17/12/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas (Consolidado)**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
4.1.3.2.5.01.10.07.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc FNAS - Bolsa Família	100,00	100,00	100,00
4.1.3.2.5.01.10.08.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vin FMAS - Benefícios Even	100,00	100,00	100,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. de Rec. Não Vinculados	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Recursos Não Vinculado	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	60.000,00	70.000,00	80.000,00
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias	60.000,00	70.000,00	80.000,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	1.900.000,00	2.000.000,00	2.100.000,00
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	1.900.000,00	2.000.000,00	2.100.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31.019.166,00	32.775.916,00	34.104.786,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	30.478.166,00	31.968.916,00	33.531.666,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	14.074.166,00	14.349.916,00	14.897.666,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	9.810.000,00	10.011.000,00	10.512.000,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	9.800.000,00	10.000.000,00	10.500.000,00
4.1.7.2.1.01.02.10.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	9.800.000,00	10.000.000,00	10.500.000,00
4.1.7.2.1.01.02.10.01.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Munic. - 60%	5.880.000,00	6.000.000,00	6.300.000,00
4.1.7.2.1.01.02.10.02.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Munic. - 25%	2.450.000,00	2.500.000,00	2.625.000,00
4.1.7.2.1.01.02.10.03.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Munic. - 15%	1.470.000,00	1.500.000,00	1.575.000,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	10.000,00	11.000,00	12.000,00
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Ter. Rural - 60%	6.000,00	6.600,00	7.200,00
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Ter. Rural - 25%	2.500,00	2.750,00	3.000,00
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Ter. Rural - 15%	1.500,00	1.650,00	1.800,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	310.000,00	320.000,00	300.000,00
4.1.7.2.1.22.11.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos	170.000,00	180.000,00	190.000,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	10.000,00	10.000,00	10.000,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	130.000,00	130.000,00	100.000,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	2.980.166,00	2.980.166,00	2.980.166,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Transf. - SUS- PACS	526.266,00	526.266,00	526.266,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Transf. - SUS - PSF	655.200,00	655.200,00	655.200,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Transf. - SUS- Saúde Bucal	150.000,00	150.000,00	150.000,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Transf. - SUS- PAB	1.086.000,00	1.086.000,00	1.086.000,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Transf. - SUS- Vigilância Sanitária	12.000,00	12.000,00	12.000,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Transf. - SUS- Farmaceutica Básica	84.000,00	84.000,00	84.000,00
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	Transf. - SUS- Média e Alta Compl Amb Hosp	326.000,00	326.000,00	326.000,00
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Transf. - SUS- NASF	96.000,00	96.000,00	96.000,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Transf SUS Vig Epidemiologica	44.700,00	44.700,00	44.700,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	173.000,00	173.000,00	173.000,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	Transf FNAS - Média e Alta Complexidade	84.000,00	84.000,00	84.000,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transf. - FNAS - Bolsa Família	12.000,00	12.000,00	12.000,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transf. - FNAS - Piso Básico de Transição	65.000,00	65.000,00	65.000,00
4.1.7.2.1.34.99.00.00.00	Outros Prog Financeiros por Transf Fundo a Fundo	12.000,00	12.000,00	12.000,00
4.1.7.2.1.34.99.01.00.00	Outras Transf IGD - SAS	12.000,00	12.000,00	12.000,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	761.000,00	823.000,00	885.000,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	600.000,00	650.000,00	700.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	145.000,00	155.000,00	165.000,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	8.000,00	9.000,00	10.000,00
4.1.7.2.1.35.06.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE - EI	8.000,00	9.000,00	10.000,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	40.000,00	42.750,00	47.500,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Des. L.C. Nº 87/96 - 60%	24.000,00	25.650,00	28.500,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Des. L.C. Nº 87/96 - 25%	10.000,00	10.687,50	11.875,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Des - L.C. Nº 87/96 - 15%	6.000,00	6.412,50	7.125,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	10.604.000,00	11.219.000,00	11.834.000,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	10.300.000,00	10.915.000,00	11.530.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 3/5

MUNICÍPIO DE Schroeder

Data: 17/12/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas (Consolidado)**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	9.000.000,00	9.500.000,00	10.000.000,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - 60%	5.400.000,00	5.700.000,00	6.000.000,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - 25%	2.250.000,00	2.375.000,00	2.500.000,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - 15%	1.350.000,00	1.425.000,00	1.500.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	1.100.000,00	1.200.000,00	1.300.000,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - 60%	660.000,00	720.000,00	780.000,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - 25%	275.000,00	300.000,00	325.000,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - 15%	165.000,00	180.000,00	195.000,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	140.000,00	150.000,00	160.000,00
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 60%	84.000,00	90.000,00	96.000,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 25%	35.000,00	37.500,00	40.000,00
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 15%	21.000,00	22.500,00	24.000,00
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	60.000,00	65.000,00	70.000,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	284.000,00	284.000,00	284.000,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transf. Estado - Saúde Farmaceutica Básica	80.000,00	80.000,00	80.000,00
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Transf. Estado - Saúde - NASF	96.000,00	96.000,00	96.000,00
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Transf. Estado - Co Financiamento Saude	108.000,00	108.000,00	108.000,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.1.7.2.2.99.99.00.00.00	Demais Transf do Estado	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	5.800.000,00	6.400.000,00	6.800.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.800.000,00	6.400.000,00	6.800.000,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	5.800.000,00	6.400.000,00	6.800.000,00
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas	190.000,00	202.800,00	215.712,00
4.1.7.3.0.99.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas	190.000,00	202.800,00	215.712,00
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	10.000,00	10.200,00	10.408,00
4.1.7.5.0.99.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	10.000,00	10.200,00	10.408,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	341.000,00	594.000,00	347.000,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	291.000,00	544.000,00	297.000,00
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação	90.000,00	330.000,00	70.000,00
4.1.7.6.2.03.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Progr.Educa - Ens.Méd	150.000,00	160.000,00	170.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	51.000,00	54.000,00	57.000,00
4.1.7.6.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados - SSP-SC	51.000,00	54.000,00	57.000,00
4.1.7.6.2.99.01.01.00.00	Outras Transf. de Conv. Estados-SSP-SC - Militar	17.000,00	18.000,00	19.000,00
4.1.7.6.2.99.01.02.00.00	Outras Transf. de Conv. Estados-SSP-SC - Civil	17.000,00	18.000,00	19.000,00
4.1.7.6.2.99.01.03.00.00	Outras Transf. de Conv. Estados-SSP-SC - Prefeitur	17.000,00	18.000,00	19.000,00
4.1.7.6.4.00.00.00.00.00	Transferência de Convênios Instituições Privadas	50.000,00	50.000,00	50.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	872.000,00	1.041.400,00	1.155.000,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	232.000,00	249.000,00	266.000,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	33.000,00	33.000,00	33.000,00
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	1.500,00	1.500,00	1.500,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	8.000,00	8.000,00	8.000,00
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 60%	4.800,00	4.800,00	4.800,00
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25%	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 15%	1.200,00	1.200,00	1.200,00
4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	500,00	500,00	500,00
4.1.9.1.1.39.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - 60%	300,00	300,00	300,00
4.1.9.1.1.39.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - 25%	125,00	125,00	125,00
4.1.9.1.1.39.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - 15%	75,00	75,00	75,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	8.000,00	8.000,00	8.000,00
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 60%	4.800,00	4.800,00	4.800,00
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25%	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 15%	1.200,00	1.200,00	1.200,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 4/5

MUNICÍPIO DE Schroeder

Data: 17/12/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas (Consolidado)**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	15.000,00	15.000,00	15.000,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	174.000,00	180.000,00	186.000,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	95.000,00	95.000,00	95.000,00
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 60%	57.000,00	57.000,00	57.000,00
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25%	23.750,00	23.750,00	23.750,00
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 15%	14.250,00	14.250,00	14.250,00
4.1.9.1.3.12.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI	1.000,00	1.000,00	1.000,00
4.1.9.1.3.12.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI - 60%	600,00	600,00	600,00
4.1.9.1.3.12.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI - 25%	250,00	250,00	250,00
4.1.9.1.3.12.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI - 15%	150,00	150,00	150,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	8.000,00	8.000,00	8.000,00
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 60%	4.800,00	4.800,00	4.800,00
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25%	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 15%	1.200,00	1.200,00	1.200,00
4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria	20.000,00	21.000,00	22.000,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	50.000,00	55.000,00	60.000,00
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	5.000,00	6.000,00	7.000,00
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	5.000,00	6.000,00	7.000,00
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	5.000,00	6.000,00	7.000,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	20.000,00	30.000,00	40.000,00
4.1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração	5.000,00	5.000,00	5.000,00
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	15.000,00	25.000,00	35.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	80.000,00	85.000,00	90.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	80.000,00	85.000,00	90.000,00
4.1.9.2.2.98.00.00.00.00	Outras Restituições Educ	20.000,00	25.000,00	30.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	60.000,00	60.000,00	60.000,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	510.000,00	647.400,00	729.000,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	500.000,00	632.400,00	709.000,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	130.000,00	156.000,00	187.200,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 60%	78.000,00	93.600,00	112.320,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25%	32.500,00	39.000,00	46.800,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 15%	19.500,00	23.400,00	28.080,00
4.1.9.3.1.12.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	2.000,00	2.400,00	2.880,00
4.1.9.3.1.12.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI - 60%	1.200,00	1.440,00	1.728,00
4.1.9.3.1.12.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI - 25%	500,00	600,00	720,00
4.1.9.3.1.12.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI - 15%	300,00	360,00	432,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	20.000,00	56.400,00	28.800,00
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 60%	12.000,00	14.400,00	17.280,00
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25%	5.000,00	6.000,00	7.200,00
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 15%	3.000,00	36.000,00	4.320,00
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	178.000,00	213.600,00	265.320,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	170.000,00	204.000,00	224.800,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	170.000,00	204.000,00	224.800,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	10.000,00	15.000,00	20.000,00
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	10.000,00	15.000,00	20.000,00
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Rec - Princ	10.000,00	15.000,00	20.000,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	50.000,00	60.000,00	70.000,00
4.1.9.9.0.02.00.00.00.00	Receita de Ônus de Sucumbência de Ações Judiciais	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.9.9.0.02.02.00.00.00	Receita de Ônus de Sucumbência	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	48.000,00	58.000,00	68.000,00
4.1.9.9.0.99.03.00.00.00	Outras Receitas	48.000,00	58.000,00	68.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	4.621.000,00	5.216.822,00	4.552.679,55



Natureza Jurídica não encontrada

Página: 5/5

MUNICÍPIO DE Schroeder

Data: 17/12/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas (Consolidado)**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00 OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00 Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00 Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS	60.000,00	70.800,00	81.632,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00 ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	60.000,00	70.800,00	81.632,00
4.2.2.1.6.00.00.00.00.00 Alienação de Móveis e Utensílios	20.000,00	20.000,00	20.000,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00 Alienação de Outros Bens Móveis	40.000,00	50.800,00	61.632,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.561.000,00	4.146.022,00	3.471.047,55
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	3.561.000,00	4.146.022,00	3.471.047,55
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00 Transf. Convênios da União e de suas Entidades	3.361.000,00	3.946.022,00	3.271.047,55
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00 Transf. de Convênio p/ SUS	930.000,00	930.000,00	930.000,00
4.2.4.7.1.01.10.00.00.00 Convênios com o Ministerio da Saúde	930.000,00	930.000,00	930.000,00
4.2.4.7.1.05.00.00.00.00 Transf. Conv União Dest.Prog. Infra-Estrut.Transp	2.081.000,00	1.996.022,00	1.991.047,55
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00 Outras Transferências de Convênios da União	350.000,00	1.020.000,00	350.000,00
4.2.4.7.1.99.01.00.00.00 Outras Transferências de Convênios da União FIA	50.000,00	720.000,00	50.000,00
4.2.4.7.1.99.02.00.00.00 Outras Transf de Convênios da União Agric	200.000,00	200.000,00	200.000,00
4.2.4.7.1.99.06.00.00.00 Outras Transf de Conv da União Habitação	100.000,00	100.000,00	100.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00 Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	200.000,00	200.000,00	200.000,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00 Outras Transferências de Convênio dos Estados	200.000,00	200.000,00	200.000,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÕES DA RECEITA	(4.018.000,00)	(4.180.750,00)	(4.403.900,00)
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÕES DA RECEITA	(4.018.000,00)	(4.180.750,00)	(4.403.900,00)
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00 DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(4.018.000,00)	(4.180.750,00)	(4.403.900,00)
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências	(4.018.000,00)	(4.180.750,00)	(4.403.900,00)
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	(1.970.000,00)	(2.010.750,00)	(2.111.900,00)
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferências da União	(1.962.000,00)	(2.002.200,00)	(2.102.400,00)
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00 Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(1.960.000,00)	(2.000.000,00)	(2.100.000,00)
9.1.7.2.1.01.02.10.00.00 Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(1.960.000,00)	(2.000.000,00)	(2.100.000,00)
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00 Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	(2.000,00)	(2.200,00)	(2.400,00)
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00 Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	(8.000,00)	(8.550,00)	(9.500,00)
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(2.048.000,00)	(2.170.000,00)	(2.292.000,00)
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00 Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(2.048.000,00)	(2.170.000,00)	(2.292.000,00)
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00 Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	(1.800.000,00)	(1.900.000,00)	(2.000.000,00)
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00 Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPV	(220.000,00)	(240.000,00)	(260.000,00)
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00 Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	(28.000,00)	(30.000,00)	(32.000,00)
Total geral:	40.146.966,00	42.571.448,00	43.350.333,87

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/1

MUNICIPIO DE SCHROEDER

Data: 17/12/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Programa	R\$ 1,00		
	2014	2015	2016
1 - MUNICIPIO DE SCHROEDER			
3.001 GESTÃO MUNICIPAL E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	3.896.586,55	4.465.125,88	5.621.886,81
3.003 SCHROEDER EM OBRAS	5.101.500,00	5.351.540,00	5.504.738,60
3.004 ECONOMIA SOLIDÁRIA	547.500,00	641.740,00	682.033,04
3.005 AMIGOS DA NATUREZA	821.500,00	889.500,00	958.500,00
3.006 CONHECENDO SCHROEDER	143.000,00	180.448,00	202.906,61
3.007 SCHROEDER É SANEAMENTO AMBIENTAL	1.900.000,00	2.100.000,00	2.230.000,00
3.008 SCHROEDER EMPREENDEDOR	271.136,54	299.804,21	310.467,32
3.009 RUMO CERTO	10.342.250,00	11.789.994,00	12.134.032,18
3.010 SCHROEDER É ESPORTE E LAZER	968.250,00	1.000.672,00	1.093.289,47
3.011 CULTURA VIVA	469.227,25	938.587,25	532.987,81
3.012 GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA AE ADOLESCENTE	122.000,00	122.000,00	122.000,00
3.014 SCHROEDER SEGURA	185.462,66	250.902,66	208.413,66
3.015 ENCARGOS ESPECIAIS	1.345.000,00	949.000,00	0,00
Total da entidade:	26.113.413,00	28.979.314,00	29.601.255,50
2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER			
3.013 SCHROEDER SAUDÁVEL	10.460.053,00	10.460.053,00	10.460.053,00
Total da entidade:	10.460.053,00	10.460.053,00	10.460.053,00
3 - FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA DE SCHROEDER			
3.016 SCHROEDER SOLIDÁRIO	193.000,00	193.000,00	193.000,00
Total da entidade:	193.000,00	193.000,00	193.000,00
4 - FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER			
3.016 SCHROEDER SOLIDÁRIO	1.424.000,00	1.424.000,00	1.424.000,00
Total da entidade:	1.424.000,00	1.424.000,00	1.424.000,00
5 - CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER			
3.000 AÇÃO LEGISLATIVA	1.830.000,00	1.388.581,00	1.545.525,37
Total da entidade:	1.830.000,00	1.388.581,00	1.545.525,37
6 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE SCHROEDER			
3.016 SCHROEDER SOLIDÁRIO	126.500,00	126.500,00	126.500,00
Total da entidade:	126.500,00	126.500,00	126.500,00
Total geral:	40.146.966,00	42.571.448,00	43.350.333,87

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/3

MUNICIPIO DE SCHROEDER

Data: 17/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa	380.000,00	1.450.000,00		1.830.000,00
01.031	Ação Legislativa	380.000,00	1.450.000,00		1.830.000,00
01.031.3000	AÇÃO LEGISLATIVA	380.000,00	1.450.000,00		1.830.000,00
04	Administração	100.000,00	3.399.023,20		3.499.023,20
04.122	Administração Geral	100.000,00	3.399.023,20		3.499.023,20
04.122.3001	GESTÃO MUNICIPAL E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	100.000,00	3.399.023,20		3.499.023,20
06	Segurança Pública		136.000,00		136.000,00
06.181	Policimento		59.000,00		59.000,00
06.181.3014	SCHROEDER SEGURA		59.000,00		59.000,00
06.182	Defesa Civil		77.000,00		77.000,00
06.182.3014	SCHROEDER SEGURA		77.000,00		77.000,00
08	Assistência Social		1.729.000,00		1.729.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		310.000,00		310.000,00
08.243.3012	GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA AE ADOLESCENTE		122.000,00		122.000,00
08.243.3016	SCHROEDER SOLIDÁRIO		188.000,00		188.000,00
08.244	Assistência Comunitária		1.419.000,00		1.419.000,00
08.244.3016	SCHROEDER SOLIDÁRIO		1.419.000,00		1.419.000,00
10	Saúde	908.000,00	9.672.053,00		10.580.053,00
10.122	Administração Geral		608.100,00		608.100,00
10.122.3001	GESTÃO MUNICIPAL E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		130.000,00		130.000,00
10.122.3013	SCHROEDER SAUDÁVEL		478.100,00		478.100,00
10.301	Atenção Básica	908.000,00	8.381.253,00		9.289.253,00
10.301.3013	SCHROEDER SAUDÁVEL	908.000,00	8.381.253,00		9.289.253,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		592.000,00		592.000,00
10.302.3013	SCHROEDER SAUDÁVEL		592.000,00		592.000,00
10.304	Vigilância Sanitária		18.000,00		18.000,00
10.304.3013	SCHROEDER SAUDÁVEL		18.000,00		18.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		72.700,00		72.700,00
10.305.3013	SCHROEDER SAUDÁVEL		72.700,00		72.700,00
12	Educação	400.000,00	10.077.750,00		10.477.750,00
12.122	Administração Geral		135.500,00		135.500,00
12.122.3001	GESTÃO MUNICIPAL E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA		135.500,00		135.500,00
12.361	Ensino Fundamental	400.000,00	4.794.000,00		5.194.000,00
12.361.3009	RUMO CERTO	400.000,00	4.794.000,00		5.194.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/3

MUNICIPIO DE SCHROEDER

Data: 17/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12	Educação	400.000,00	10.077.750,00		10.477.750,00
12.362	Ensino Médio		145.000,00		145.000,00
12.362.3009	RUMO CERTO		145.000,00		145.000,00
12.363	Ensino Profissional		130.000,00		130.000,00
12.363.3009	RUMO CERTO		130.000,00		130.000,00
12.364	Ensino Superior		165.000,00		165.000,00
12.364.3009	RUMO CERTO		165.000,00		165.000,00
12.365	Educação Infantil		4.315.250,00		4.315.250,00
12.365.3009	RUMO CERTO		4.315.250,00		4.315.250,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		15.000,00		15.000,00
12.366.3009	RUMO CERTO		15.000,00		15.000,00
12.367	Educação Especial		233.000,00		233.000,00
12.367.3009	RUMO CERTO		233.000,00		233.000,00
12.368	Educação Básica		145.000,00		145.000,00
12.368.3009	RUMO CERTO		145.000,00		145.000,00
13	Cultura	10.000,00	459.227,25		469.227,25
13.392	Difusão Cultural	10.000,00	459.227,25		469.227,25
13.392.3011	CULTURA VIVA	10.000,00	459.227,25		469.227,25
15	Urbanismo	2.960.000,00	1.490.962,66		4.450.962,66
15.451	Infra-Estrutura Urbana	2.960.000,00	1.490.962,66		4.450.962,66
15.451.3003	SCHROEDER EM OBRAS	2.960.000,00	1.441.500,00		4.401.500,00
15.451.3014	SCHROEDER SEGURA		49.462,66		49.462,66
16	Habitação		121.500,00		121.500,00
16.482	Habitação Urbana		121.500,00		121.500,00
16.482.3016	SCHROEDER SOLIDÁRIO		121.500,00		121.500,00
17	Saneamento	330.000,00	1.570.000,00		1.900.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	330.000,00	1.570.000,00		1.900.000,00
17.512.3007	SCHROEDER É SANEAMENTO AMBIENTAL	330.000,00	1.570.000,00		1.900.000,00
18	Gestão Ambiental	100.000,00	721.500,00		821.500,00
18.451	Infra-Estrutura Urbana		41.500,00		41.500,00
18.451.3005	AMIGOS DA NATUREZA		41.500,00		41.500,00
18.452	Serviços Urbanos		680.000,00		680.000,00
18.452.3005	AMIGOS DA NATUREZA		680.000,00		680.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 3/3

MUNICIPIO DE SCHROEDER

Data: 17/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
18	Gestão Ambiental	100.000,00	721.500,00		821.500,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	100.000,00			100.000,00
18.541.3005	AMIGOS DA NATUREZA	100.000,00			100.000,00
20	Agricultura	100.000,00	447.500,00		547.500,00
20.606	Extensão Rural	100.000,00	447.500,00		547.500,00
20.606.3004	ECONOMIA SOLIDÁRIA	100.000,00	447.500,00		547.500,00
22	Indústria		271.136,54		271.136,54
22.661	Promoção Industrial		271.136,54		271.136,54
22.661.3008	SCHROEDER EMPREENDEDOR		271.136,54		271.136,54
23	Comércio e Serviços	45.000,00	98.000,00		143.000,00
23.695	Turismo	45.000,00	98.000,00		143.000,00
23.695.3006	CONHECENDO SCHROEDER	45.000,00	98.000,00		143.000,00
25	Energia		700.000,00		700.000,00
25.752	Energia Elétrica		700.000,00		700.000,00
25.752.3003	SCHROEDER EM OBRAS		700.000,00		700.000,00
27	Desporto e Lazer	200.000,00	768.250,00		968.250,00
27.812	Desporto Comunitário	200.000,00	768.250,00		968.250,00
27.812.3010	SCHROEDER É ESPORTE E LAZER	200.000,00	768.250,00		968.250,00
28	Encargos Especiais			1.345.000,00	1.345.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			1.345.000,00	1.345.000,00
28.843.3015	ENCARGOS ESPECIAIS			1.345.000,00	1.345.000,00
99	Reserva de Contingência				157.063,35
99.999	Reserva de Contingência				157.063,35
99.999.3001	GESTÃO MUNICIPAL E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA				132.063,35
99.999.3013	SCHROEDER SAUDÁVEL				10.000,00
99.999.3016	SCHROEDER SOLIDÁRIO				15.000,00
Total:		5.533.000,00	33.111.902,65	1.345.000,00	40.146.966,00
Total geral:		5.533.000,00	33.111.902,65	1.345.000,00	40.146.966,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/2

MUNICIPIO DE SCHROEDER

Data: 17/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)**

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS			40.146.966,00
3.3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES		31.541.052,65	
3.3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		19.577.058,00	
3.3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	17.038,00		
3.3.1.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	17.038,00		
3.3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	19.560.020,00		
3.3.1.90.01.00.00.00.00	Aposentadorias e Reformas	30.000,00		
3.3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	14.672.000,00		
3.3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	4.609.270,00		
3.3.1.90.91.00.00.00.00	Sentencas Judiciais	6.500,00		
3.3.1.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercicios Anteriores	5.500,00		
3.3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	236.750,00		
3.3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		190.000,00	
3.3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	190.000,00		
3.3.2.90.21.00.00.00.00	Juros sobre a Divida por Contrato	190.000,00		
3.3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		11.773.994,65	
3.3.3.40.00.00.00.00.00	Transferencias a Municipios	156.000,00		
3.3.3.40.41.00.00.00.00	Contribuicoes	156.000,00		
3.3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	714.000,00		
3.3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuicoes	642.000,00		
3.3.3.50.43.00.00.00.00	Subvencoes Sociais	72.000,00		
3.3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	118.249,00		
3.3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	118.249,00		
3.3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	10.785.745,65		
3.3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	30.000,00		
3.3.3.90.18.00.00.00.00	Auxilio Financeiro a Estudantes	182.000,00		
3.3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	3.004.477,25		
3.3.3.90.31.00.00.00.00	Premiacoes Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out	16.000,00		
3.3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	205.000,00		
3.3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	23.000,00		
3.3.3.90.34.00.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal - Terceirização	105.000,00		
3.3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	299.662,66		
3.3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	5.274.459,74		
3.3.3.90.46.00.00.00.00	Auxilio-Alimentacao	1.180.146,00		
3.3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	415.000,00		
3.3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	2.500,00		
3.3.3.90.47.22.00.00.00	Contribuição Para Custeio de Iluminação Pública	6.500,00		
3.3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxilios Financeiros a Pessoas Fisicas	13.500,00		
3.3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercicios Anteriores	27.000,00		
3.3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	10.500,00		

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/2

MUNICIPIO DE SCHROEDER

Data: 17/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		8.448.850,00	
3.4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		7.293.850,00	
3.4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	2.000,00		
3.4.4.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	2.000,00		
3.4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	7.291.850,00		
3.4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	5.099.500,00		
3.4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	2.141.350,00		
3.4.4.90.61.00.00.00.00	Aquisicao de Imoveis	51.000,00		
3.4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		1.155.000,00	
3.4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.155.000,00		
3.4.6.90.71.00.00.00.00	Principal da Divida Contratual Resgatado	1.155.000,00		
3.9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		157.063,35	
3.9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		157.063,35	
3.9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	157.063,35		
3.9.9.99.99.00.00.00.00	Reserva de Contingencia	157.063,35		
			Total das despesas:	40.146.966,00
			Total geral:	40.146.966,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/7

MUNICIPIO DE SCHROEDER

Data: 17/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)**

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			39.543.966,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		4.942.500,00	
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		3.532.500,00	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	2.400.000,00		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.630.000,00		
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Prop.Predial e Territ. Urbana - 60%	978.000,00		
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Prop.Predial e Territ. Urbana - 25%	407.500,00		
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Prop.Predial e Territ. Urbana - 15%	244.500,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	320.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	320.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 60%	192.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 25%	80.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 15%	48.000,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	450.000,00		
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis - 60%	270.000,00		
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis - 25%	112.500,00		
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis - 15%	67.500,00		
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	1.132.500,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.132.500,00		
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	1.132.500,00		
4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza - 60%	679.500,00		
4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza - 25%	283.125,00		
4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza - 15%	169.875,00		
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		1.010.000,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	190.000,00		
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	130.000,00		
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	30.000,00		
4.1.1.2.1.32.00.00.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	30.000,00		
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	820.000,00		
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Taxa de Cemitérios	10.000,00		
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	680.000,00		
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	130.000,00		
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		400.000,00	
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	400.000,00		
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		700.000,00	
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		700.000,00	
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		50.300,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		50.300,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	50.300,00		

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/7

MUNICIPIO DE SCHROEDER

Data: 17/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)**

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários Rec Vinculados	47.800,00		
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Ações Serv Públicos	40.000,00		
4.1.3.2.5.01.06.01.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Impostos Saúde	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.06.03.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Atenção Básica	30.000,00		
4.1.3.2.5.01.06.04.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Média e Alta Com	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.06.05.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Vigilância em Sa	4.000,00		
4.1.3.2.5.01.06.06.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Farmac Básica	2.000,00		
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc - FNAS	5.300,00		
4.1.3.2.5.01.10.02.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc FNAS - API	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.10.03.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc FNAS - PAC	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.10.04.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc FNAS - Média Complexidad	3.000,00		
4.1.3.2.5.01.10.05.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc FNAS Outras Trans FNAS	100,00		
4.1.3.2.5.01.10.07.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc FNAS - Bolsa Família	100,00		
4.1.3.2.5.01.10.08.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vín FMAS - Benefícios Event	100,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec Rem de Outros Depósitos Bancários	2.500,00		
4.1.3.2.5.01.99.08.00.00	Rec Rem de Outros Depósitos Bancários FIA	2.500,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração Dep Banc Não Vinc	2.500,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Recursos Não Vinculados	2.500,00		
4.1.3.2.5.02.99.01.00.00	Rec Rem de Outros Depósitos Bancários Habit	500,00		
4.1.3.2.5.02.99.02.00.00	Rec Rem de Outros Dep Banc Não Vinc	2.000,00		
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA		60.000,00	
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias		60.000,00	
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		1.900.000,00	
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	1.900.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		31.019.166,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		30.478.166,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	14.074.166,00		
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	9.810.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	9.800.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.10.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	9.800.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.10.01.00	Cota-Parte do Fundo de Particip.dos Munic - 60%	5.880.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.10.02.00	Cota-Parte do Fundo de Particip.dos Munic. - 25%	2.450.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.10.03.00	Cota-Parte do Fundo de Particip.dos Munic. - 15%	1.470.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	10.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Ter. Rural - 60%	6.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Ter. Rural - 25%	2.500,00		
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Ter. Rural - 15%	1.500,00		
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	310.000,00		
4.1.7.2.1.22.11.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos	170.000,00		
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	10.000,00		

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 3/7

MUNICIPIO DE SCHROEDER

Data: 17/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)**

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	130.000,00		
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	2.980.166,00		
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Transf. - SUS- PACS	526.266,00		
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Transf. - SUS - PSF	655.200,00		
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Transf. - SUS- Saúde Bucal	150.000,00		
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Transf. - SUS- PAB	1.086.000,00		
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Transf. - SUS- Vigilância Sanitária	12.000,00		
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Transf. - SUS- Farmaceutica Básica	84.000,00		
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	Transf. - SUS- Media e Alta Compl Amb Hosp	326.000,00		
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Transf. - SUS- NASF	96.000,00		
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Transf SUS Vig Epidemiologica	44.700,00		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	173.000,00		
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	Transf FNAS - Média e Alta Complexidade	84.000,00		
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transf. - FNAS - Bolsa Família	12.000,00		
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transf. - FNAS - Piso Básico de Transição	65.000,00		
4.1.7.2.1.34.99.00.00.00	Outros Prog Financeiros por Transf Fundo a Fundo	12.000,00		
4.1.7.2.1.34.99.01.00.00	Outras Transf IGD - SAS	12.000,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	761.000,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	600.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	145.000,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	8.000,00		
4.1.7.2.1.35.06.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE - EI	8.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	40.000,00		
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Des. L.C. Nº 87/96 - 60%	24.000,00		
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Des. L.C. Nº 87/96 - 25%	10.000,00		
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Des - L.C. Nº 87/96 - 15%	6.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	10.604.000,00		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	10.300.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	9.000.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - 60%	5.400.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - 25%	2.250.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - 15%	1.350.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	1.100.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - 60%	660.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - 25%	275.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - 15%	165.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	140.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 60%	84.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 25%	35.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 15%	21.000,00		

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 4/7

MUNICIPIO DE SCHROEDER

Data: 17/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)**

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico	60.000,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	284.000,00		
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transf. Estado - Saúde Farmaceutica Básica	80.000,00		
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Transf. Estado - Saúde - NASF	96.000,00		
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Transf. Estado - Co Financiamento Saude	108.000,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	20.000,00		
4.1.7.2.2.99.99.00.00.00	Demais Transf do Estado	20.000,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	5.800.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	5.800.000,00		
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	5.800.000,00		
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas		190.000,00	
4.1.7.3.0.99.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas	190.000,00		
4.1.7.3.0.99.01.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas FIA	70.000,00		
4.1.7.3.0.99.02.00.00.00	Outras Transferências de Instituições Privadas	120.000,00		
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Transf. de Pessoas		10.000,00	
4.1.7.5.0.99.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	10.000,00		
4.1.7.5.0.99.01.00.00.00	Transf. de Pessoas FIA	5.000,00		
4.1.7.5.0.99.02.00.00.00	Outras Transferências de Pessoas	5.000,00		
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		341.000,00	
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	291.000,00		
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação	90.000,00		
4.1.7.6.2.03.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Progr.Educa - Ens.Méd	150.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	51.000,00		
4.1.7.6.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados - SSP-SC	51.000,00		
4.1.7.6.2.99.01.01.00.00	Outras Transf. de Conv. Estados-SSP-SC - Militar	17.000,00		
4.1.7.6.2.99.01.02.00.00	Outras Transf. de Conv. Estados-SSP-SC - Civil	17.000,00		
4.1.7.6.2.99.01.03.00.00	Outras Transf. de Conv. Estados-SSP-SC - Prefeitur	17.000,00		
4.1.7.6.4.00.00.00.00.00	Transferência de Convênios Instituições Privadas	50.000,00		
4.1.7.6.4.01.00.00.00.00	Transferência de Convênios Instituições Privadas	50.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		872.000,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		232.000,00	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	33.000,00		
4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	1.500,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	8.000,00		
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 60%	4.800,00		
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25%	2.000,00		
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 15%	1.200,00		
4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	500,00		
4.1.9.1.1.39.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - 60%	300,00		
4.1.9.1.1.39.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - 25%	125,00		

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 5/7

MUNICIPIO DE SCHROEDER

Data: 17/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)**

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.1.1.39.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - 15%	75,00		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	8.000,00		
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 60%	4.800,00		
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25%	2.000,00		
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 15%	1.200,00		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	15.000,00		
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	15.000,00		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	174.000,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	95.000,00		
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 60%	57.000,00		
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25%	23.750,00		
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 15%	14.250,00		
4.1.9.1.3.12.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI	1.000,00		
4.1.9.1.3.12.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI - 60%	600,00		
4.1.9.1.3.12.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI - 25%	250,00		
4.1.9.1.3.12.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI - 15%	150,00		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	8.000,00		
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 60%	4.800,00		
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25%	2.000,00		
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 15%	1.200,00		
4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria	20.000,00		
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	50.000,00		
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	5.000,00		
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	5.000,00		
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	5.000,00		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	20.000,00		
4.1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração	5.000,00		
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	15.000,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		80.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	80.000,00		
4.1.9.2.2.98.00.00.00.00	Outras Restituições Educ	20.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	60.000,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		510.000,00	
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	500.000,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	130.000,00		
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 60%	78.000,00		
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25%	32.500,00		
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 15%	19.500,00		
4.1.9.3.1.12.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI	2.000,00		
4.1.9.3.1.12.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI - 60%	1.200,00		

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 6/7

MUNICIPIO DE SCHROEDER

Data: 17/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014**Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)**

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.3.1.12.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI - 25%	500,00		
4.1.9.3.1.12.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI - 15%	300,00		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	20.000,00		
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 60%	12.000,00		
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25%	5.000,00		
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 15%	3.000,00		
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	178.000,00		
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	170.000,00		
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	170.000,00		
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	10.000,00		
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	10.000,00		
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ	10.000,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		50.000,00	
4.1.9.9.0.02.00.00.00.00	Receita de Ônus de Sucumbência de Ações Judiciais	2.000,00		
4.1.9.9.0.02.02.00.00.00	Receita de Ônus de Sucumbência	2.000,00		
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	48.000,00		
4.1.9.9.0.99.03.00.00.00	Outras Receitas	48.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			4.621.000,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		1.000.000,00	
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		1.000.000,00	
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.000.000,00		
4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.000.000,00		
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		60.000,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		60.000,00	
4.2.2.1.6.00.00.00.00.00	Alienação de Móveis e Utensílios	20.000,00		
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	40.000,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		3.561.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		3.561.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	3.361.000,00		
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	930.000,00		
4.2.4.7.1.01.10.00.00.00	Convênios com o Ministério da Saúde	930.000,00		
4.2.4.7.1.05.00.00.00.00	Transf. Conv União Dest.Prog. Infra-Estrut.Transp	2.081.000,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	350.000,00		
4.2.4.7.1.99.02.00.00.00	Outras Transf de Convênios da União Agric	200.000,00		
4.2.4.7.1.99.04.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União FIA	50.000,00		
4.2.4.7.1.99.06.00.00.00	Outras Transf de Conv da União Habitação	100.000,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	200.000,00		
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	200.000,00		
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 7/7

MUNICIPIO DE SCHROEDER

Data: 17/12/2013

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64) (Consolidado)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-4.018.000,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-4.018.000,00	
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências		-4.018.000,00	
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.970.000,00		
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-1.962.000,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-1.960.000,00		
9.1.7.2.1.01.02.10.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-1.960.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-2.000,00		
9.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-2.000,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-8.000,00		
9.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-8.000,00		
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-2.048.000,00		
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-2.048.000,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-1.800.000,00		
9.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-1.800.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-220.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-220.000,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-28.000,00		
9.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-28.000,00		
			Total das receitas:	40.146.966,00
			Total geral:	40.146.966,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/8

MUNICIPIO DE SCHROEDER

Data: 17/12/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PLANO PLURIANUAL 2014/2017

Relação Detalhada das Receitas Planejadas (Consolidado)

Seleção: Alteração em 12/07/2013 (C)

Receita	Código	Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
1	4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Prop.Predial e Territ. Urbana - 60%					978.000,00	1.036.656,00	1.098.880,99	1.164.813,26	4.278.350,25
		00.01.0000	00.00.00	100,000			978.000,00	1.036.656,00	1.098.880,99	1.164.813,26	4.278.350,25
2	4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Prop.Predial e Territ. Urbana - 25%					407.500,00	431.940,00	457.867,08	485.338,86	1.782.645,94
		00.01.0001	01.01.01	100,000			407.500,00	431.940,00	457.867,08	485.338,86	1.782.645,94
3	4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Prop.Predial e Territ. Urbana - 15%					244.500,00	259.164,00	274.720,25	291.203,32	1.069.587,57
		00.01.0002	02.01.00	100,000			244.500,00	259.164,00	274.720,25	291.203,32	1.069.587,57
4	4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 60%					192.000,00	204.000,00	216.000,00	228.000,00	840.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000			192.000,00	204.000,00	216.000,00	228.000,00	840.000,00
5	4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 25%					80.000,00	85.000,00	90.000,00	95.000,00	350.000,00
		00.01.0001	01.01.01	100,000			80.000,00	85.000,00	90.000,00	95.000,00	350.000,00
6	4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - 15%					48.000,00	51.000,00	54.000,00	57.000,00	210.000,00
		00.01.0002	02.01.00	100,000			48.000,00	51.000,00	54.000,00	57.000,00	210.000,00
7	4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis - 60%					270.000,00	288.000,00	222.000,00	228.000,00	1.008.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000			270.000,00	288.000,00	222.000,00	228.000,00	1.008.000,00
8	4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis - 25%					112.500,00	120.000,00	92.500,00	95.000,00	420.000,00
		00.01.0001	01.01.01	100,000			112.500,00	120.000,00	92.500,00	95.000,00	420.000,00
150	4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis - 15%					67.500,00	72.000,00	55.500,00	57.000,00	252.000,00
		00.01.0002	02.01.00	100,000			67.500,00	72.000,00	55.500,00	57.000,00	252.000,00
9	4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza - 60%					679.500,00	480.000,00	510.000,00	540.000,00	2.209.500,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000			679.500,00	480.000,00	510.000,00	540.000,00	2.209.500,00
10	4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza - 25%					283.125,00	200.000,00	212.500,00	225.000,00	920.625,00
		00.01.0001	01.01.01	100,000			283.125,00	200.000,00	212.500,00	225.000,00	920.625,00
11	4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza - 15%					169.875,00	120.000,00	127.500,00	13.500,00	430.875,00
		00.01.0002	02.01.00	100,000			169.875,00	120.000,00	127.500,00	13.500,00	430.875,00
12	4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária					130.000,00	143.000,00	156.000,00	168.000,00	597.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000			130.000,00	143.000,00	156.000,00	168.000,00	597.000,00
13	4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços					30.000,00	33.000,00	36.000,00	39.000,00	138.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000			30.000,00	33.000,00	36.000,00	39.000,00	138.000,00
14	4.1.1.2.1.32.00.00.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil					30.000,00	33.000,00	36.000,00	39.000,00	138.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000			30.000,00	33.000,00	36.000,00	39.000,00	138.000,00
15	4.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Taxa de Cemitérios					10.000,00	11.000,00	12.000,00	13.000,00	46.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000			10.000,00	11.000,00	12.000,00	13.000,00	46.000,00
16	4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública					680.000,00	748.000,00	816.000,00	884.000,00	3.128.000,00
		00.01.0225	00.00.00	100,000			680.000,00	748.000,00	816.000,00	884.000,00	3.128.000,00
17	4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços					130.000,00	132.000,00	144.000,00	157.000,00	563.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000			130.000,00	132.000,00	144.000,00	157.000,00	563.000,00
18	4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares					400.000,00	400.000,00	300.000,00	300.000,00	1.400.000,00
		00.01.0000		100,000			400.000,00	400.000,00	300.000,00	300.000,00	1.400.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 2/8

MUNICIPIO DE SCHROEDER

Data: 17/12/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PLANO PLURIANUAL 2014/2017

Relação Detalhada das Receitas Planejadas (Consolidado)

Seleção: Alteração em 12/07/2013 (C)

Receita	Código	Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
19	4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA					700.000,00	750.000,00	800.000,00	850.000,00	3.100.000,00
		00.01.0017	04.00.00	100,000			700.000,00	750.000,00	800.000,00	850.000,00	3.100.000,00
102	4.1.3.2.5.01.06.01.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Impostos Saúde					3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
		00.01.0002	02.01.00	100,000			3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
103	4.1.3.2.5.01.06.03.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Atenção Básica					30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
		00.01.0064	02.04.00	100,000			30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	120.000,00
104	4.1.3.2.5.01.06.04.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Média e Alta Com					1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
		00.01.0065	02.04.00	100,000			1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
105	4.1.3.2.5.01.06.05.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Vigilância em Sa					4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	16.000,00
		00.01.0066	02.04.00	100,000			4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	16.000,00
106	4.1.3.2.5.01.06.06.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc Saúde - Farmac Básica					2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
		00.01.0067	02.04.00	100,000			2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
117	4.1.3.2.5.01.10.02.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc FNAS - API					1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
		00.01.0220	04.00.00	100,000			1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
118	4.1.3.2.5.01.10.03.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc FNAS - PAC					1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
		00.01.0220	04.00.00	100,000			1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	4.000,00
119	4.1.3.2.5.01.10.04.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc FNAS - Média Complexidad					3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
		00.01.0051	04.00.00	100,000			3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	12.000,00
126	4.1.3.2.5.01.10.05.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc FANS Outras Trans FNAS					100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
		00.01.0052	04.00.00	100,000			100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
120	4.1.3.2.5.01.10.07.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vinc FNAS - Bolsa Família					100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
		00.01.0063	04.00.00	100,000			100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
121	4.1.3.2.5.01.10.08.00.00	Rec Rem Dep Banc Rec Vín FMAS - Benefícios Event					100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
		00.01.0043	04.00.00	100,000			100,00	100,00	100,00	100,00	400,00
122	4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Banc Não Vinc					2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000			2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
130	4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rec Rem de Outros Depósitos Bancários					2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00
		00.01.0222	04.00.00	100,000			2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.000,00
134	4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Recursos Não Vinculados					500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000			500,00	500,00	500,00	500,00	2.000,00
20	4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas Agropecuárias					60.000,00	70.000,00	80.000,00	90.000,00	300.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000			60.000,00	70.000,00	80.000,00	90.000,00	300.000,00
140	4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água					1.900.000,00	2.000.000,00	2.100.000,00	2.200.000,00	8.200.000,00
		00.01.0224	00.00.00	100,000			1.900.000,00	2.000.000,00	2.100.000,00	2.200.000,00	8.200.000,00
21	4.1.7.2.1.01.02.10.01.00	Cota-Parte do Fundo de Particip.dos Munic - 60%					5.880.000,00	6.000.000,00	6.300.000,00	6.480.000,00	24.660.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000			5.880.000,00	6.000.000,00	6.300.000,00	6.480.000,00	24.660.000,00
22	4.1.7.2.1.01.02.10.02.00	Cota-Parte do Fundo de Particip.dos Munic. - 25%					2.450.000,00	2.500.000,00	2.625.000,00	2.700.000,00	10.275.000,00
		00.01.0001	01.01.00	100,000			2.450.000,00	2.500.000,00	2.625.000,00	2.700.000,00	10.275.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 3/8

MUNICIPIO DE SCHROEDER

Data: 17/12/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PLANO PLURIANUAL 2014/2017

Relação Detalhada das Receitas Planejadas (Consolidado)

Seleção: Alteração em 12/07/2013 (C)

Receita	Código	Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
23	4.1.7.2.1.01.02.10.03.00	Cota-Parte do Fundo de Particip.dos Munic. - 15%					1.470.000,00	1.500.000,00	1.575.000,00	1.620.000,00	6.165.000,00
		00.01.0002	02.01.00	100,000			1.470.000,00	1.500.000,00	1.575.000,00	1.620.000,00	6.165.000,00
26	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Ter. Rural - 60%					6.000,00	6.600,00	7.200,00	12.012,00	31.812,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000			6.000,00	6.600,00	7.200,00	12.012,00	31.812,00
27	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Ter. Rural - 25%					2.500,00	2.750,00	3.000,00	5.005,00	13.255,00
		00.01.0001	01.01.00	100,000			2.500,00	2.750,00	3.000,00	5.005,00	13.255,00
28	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Ter. Rural - 15%					1.500,00	1.650,00	1.800,00	3.003,00	7.953,00
		00.01.0002	02.01.00	100,000			1.500,00	1.650,00	1.800,00	3.003,00	7.953,00
29	4.1.7.2.1.22.11.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Hídricos					170.000,00	180.000,00	190.000,00	200.000,00	740.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000			170.000,00	180.000,00	190.000,00	200.000,00	740.000,00
30	4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais					10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000			10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	40.000,00
31	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP					130.000,00	130.000,00	100.000,00	100.000,00	460.000,00
		00.01.0000	00.00.00	100,000			130.000,00	130.000,00	100.000,00	100.000,00	460.000,00
107	4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Transf. - SUS- PACS					526.266,00	526.266,00	526.266,00	526.266,00	2.105.064,00
		00.01.0213	02.04.00	100,000			526.266,00	526.266,00	526.266,00	526.266,00	2.105.064,00
108	4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Transf. - SUS - PSF					655.200,00	655.200,00	655.200,00	655.200,00	2.620.800,00
		00.01.0214	02.04.00	100,000			655.200,00	655.200,00	655.200,00	655.200,00	2.620.800,00
109	4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Transf. - SUS- Saúde Bucal					150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	600.000,00
		00.01.0215	02.04.00	100,000			150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00	600.000,00
110	4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Transf. - SUS- PAB					1.086.000,00	1.086.000,00	1.086.000,00	1.086.000,00	4.344.000,00
		00.01.0064	02.04.00	100,000			1.086.000,00	1.086.000,00	1.086.000,00	1.086.000,00	4.344.000,00
112	4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Transf. - SUS- Vigilância Sanitária					12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	48.000,00
		00.01.0066	02.04.00	100,000			12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	48.000,00
113	4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Transf. - SUS- Farmaceutica Básica					84.000,00	84.000,00	84.000,00	84.000,00	336.000,00
		00.01.0067	02.04.00	100,000			84.000,00	84.000,00	84.000,00	84.000,00	336.000,00
114	4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	Transf. - SUS- Media e Alta Compl Amb Hosp					326.000,00	326.000,00	326.000,00	326.000,00	1.304.000,00
		00.01.0065	02.04.00	100,000			326.000,00	326.000,00	326.000,00	326.000,00	1.304.000,00
111	4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Transf. - SUS- NASF					96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	384.000,00
		00.01.0217	02.04.00	100,000			96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	384.000,00
136	4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Transf SUS Vig Epidemiologica					44.700,00	44.700,00	44.700,00	44.700,00	178.800,00
		00.01.0066	02.04.00	100,000			44.700,00	44.700,00	44.700,00	44.700,00	178.800,00
127	4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	Transf FNAS - Média e Alta Complexidade					84.000,00	84.000,00	84.000,00	84.000,00	336.000,00
		00.01.0051		100,000			84.000,00	84.000,00	84.000,00	84.000,00	336.000,00
123	4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transf. - FNAS - Bolsa Família					12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	48.000,00
		00.01.0063	04.00.00	100,000			12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	48.000,00
129	4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Transf. - FNAS - Piso Básico de Transição					65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	260.000,00
		00.01.0220	04.00.00	100,000			65.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	260.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 4/8

MUNICIPIO DE SCHROEDER

Data: 17/12/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PLANO PLURIANUAL 2014/2017

Relação Detalhada das Receitas Planejadas (Consolidado)

Seleção: Alteração em 12/07/2013 (C)

Receita	Código	Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
128	4.1.7.2.1.34.99.01.00.00	Outras Transf IGD - SAS					12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	48.000,00
			00.01.0052	04.00.00	100,000		12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	48.000,00
142	4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação					600.000,00	650.000,00	700.000,00	750.000,00	2.700.000,00
			00.01.0058	01.03.01	100,000		600.000,00	650.000,00	700.000,00	750.000,00	2.700.000,00
144	4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE					145.000,00	155.000,00	165.000,00	175.000,00	640.000,00
			00.01.0060	01.01.99	100,000		145.000,00	155.000,00	165.000,00	175.000,00	640.000,00
145	4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE					8.000,00	9.000,00	10.000,00	11.000,00	38.000,00
			00.01.0061	01.01.99	100,000		8.000,00	9.000,00	10.000,00	11.000,00	38.000,00
146	4.1.7.2.1.35.06.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE - EI					8.000,00	9.000,00	10.000,00	11.000,00	38.000,00
			00.01.0061	01.01.00	100,000		8.000,00	9.000,00	10.000,00	11.000,00	38.000,00
33	4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Des. L.C. Nº 87/96 - 60%					24.000,00	25.650,00	28.500,00	31.350,00	109.500,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		24.000,00	25.650,00	28.500,00	31.350,00	109.500,00
34	4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Des. L.C. Nº 87/96 - 25%					10.000,00	10.687,50	11.875,00	13.062,50	45.625,00
			00.01.0001	01.01.00	100,000		10.000,00	10.687,50	11.875,00	13.062,50	45.625,00
35	4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Des - L.C. Nº 87/96 - 15%					6.000,00	6.412,50	7.125,00	7.837,50	27.375,00
			00.01.0002	02.01.00	100,000		6.000,00	6.412,50	7.125,00	7.837,50	27.375,00
37	4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - 60%					5.400.000,00	5.700.000,00	6.000.000,00	6.300.000,00	23.400.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		5.400.000,00	5.700.000,00	6.000.000,00	6.300.000,00	23.400.000,00
38	4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - 25%					2.250.000,00	2.375.000,00	2.500.000,00	2.625.000,00	9.750.000,00
			00.01.0001	01.01.00	100,000		2.250.000,00	2.375.000,00	2.500.000,00	2.625.000,00	9.750.000,00
39	4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - 15%					1.350.000,00	1.425.000,00	1.500.000,00	1.575.000,00	5.850.000,00
			00.01.0002	02.01.00	100,000		1.350.000,00	1.425.000,00	1.500.000,00	1.575.000,00	5.850.000,00
41	4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - 60%					660.000,00	720.000,00	780.000,00	840.000,00	3.000.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		660.000,00	720.000,00	780.000,00	840.000,00	3.000.000,00
42	4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - 25%					275.000,00	300.000,00	325.000,00	350.000,00	1.250.000,00
			00.01.0001	01.01.00	100,000		275.000,00	300.000,00	325.000,00	350.000,00	1.250.000,00
43	4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - 15%					165.000,00	180.000,00	195.000,00	210.000,00	750.000,00
			00.01.0002	02.01.00	100,000		165.000,00	180.000,00	195.000,00	210.000,00	750.000,00
45	4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 60%					84.000,00	90.000,00	96.000,00	102.000,00	372.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		84.000,00	90.000,00	96.000,00	102.000,00	372.000,00
46	4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 25%					35.000,00	37.500,00	40.000,00	42.500,00	155.000,00
			00.01.0001	01.01.00	100,000		35.000,00	37.500,00	40.000,00	42.500,00	155.000,00
47	4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 15%					21.000,00	22.500,00	24.000,00	25.500,00	93.000,00
			00.01.0002	02.01.00	100,000		21.000,00	22.500,00	24.000,00	25.500,00	93.000,00
48	4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib.Interv.no Domínio Econômico					60.000,00	65.000,00	70.000,00	75.000,00	270.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		60.000,00	65.000,00	70.000,00	75.000,00	270.000,00
115	4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transf. Estado - Saúde Farmaceutica Básica					80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	320.000,00
			00.01.0067	02.00.00	100,000		80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	320.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 5/8

MUNICIPIO DE SCHROEDER

Data: 17/12/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PLANO PLURIANUAL 2014/2017

Relação Detalhada das Receitas Planejadas (Consolidado)

Seleção: Alteração em 12/07/2013 (C)

Receita	Código	Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
137	4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Transf. Estado - Saúde - NASF	00.01.0216	02.06.00	100,000		96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	384.000,00
							96.000,00	96.000,00	96.000,00	96.000,00	384.000,00
138	4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Transf. Estado - Co Financiamento Saude	00.01.0218	02.06.00	100,000		108.000,00	108.000,00	108.000,00	108.000,00	432.000,00
							108.000,00	108.000,00	108.000,00	108.000,00	432.000,00
124	4.1.7.2.2.99.99.00.00.00	Demais Transf do Estado	00.01.0043	04.00.00	100,000		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
							20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
49	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	00.01.0018	01.02.01	100,000		5.800.000,00	6.400.000,00	6.800.000,00	7.300.000,00	26.300.000,00
							5.800.000,00	6.400.000,00	6.800.000,00	7.300.000,00	26.300.000,00
50	4.1.7.3.0.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Instituições Privadas	00.01.0000	00.00.00	100,000		120.000,00	132.800,00	145.712,00	158.740,48	557.252,48
							120.000,00	132.800,00	145.712,00	158.740,48	557.252,48
131	4.1.7.3.0.99.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas	00.01.0221	04.00.00	100,000		70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	280.000,00
							70.000,00	70.000,00	70.000,00	70.000,00	280.000,00
51	4.1.7.5.0.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Pessoas	00.01.0000	00.00.00	100,000		5.000,00	5.200,00	5.408,00	5.624,32	21.232,32
							5.000,00	5.200,00	5.408,00	5.624,32	21.232,32
132	4.1.7.5.0.99.00.00.00.00	Transf. de Pessoas	00.01.0221	04.00.00	100,000		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
							5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
56	4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação	00.01.0022	01.06.00	100,000		90.000,00	330.000,00	70.000,00	60.000,00	550.000,00
							90.000,00	330.000,00	70.000,00	60.000,00	550.000,00
57	4.1.7.6.2.03.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Progr.Educa - Ens.Méd	00.01.0022	01.06.00	100,000		150.000,00	160.000,00	170.000,00	180.000,00	660.000,00
							150.000,00	160.000,00	170.000,00	180.000,00	660.000,00
52	4.1.7.6.2.99.01.01.00.00	Outras Transf. de Conv. Estados-SSP-SC - Militar	00.01.0054	04.03.00	100,000		17.000,00	18.000,00	19.000,00	20.000,00	74.000,00
							17.000,00	18.000,00	19.000,00	20.000,00	74.000,00
53	4.1.7.6.2.99.01.02.00.00	Outras Transf. de Conv. Estados-SSP-SC - Civil	00.01.0055	04.00.00	100,000		17.000,00	18.000,00	19.000,00	20.000,00	74.000,00
							17.000,00	18.000,00	19.000,00	20.000,00	74.000,00
54	4.1.7.6.2.99.01.03.00.00	Outras Transf. de Conv. Estados-SSP-SC - Prefeitur	00.01.0056	04.00.00	100,000		17.000,00	18.000,00	19.000,00	20.000,00	74.000,00
							17.000,00	18.000,00	19.000,00	20.000,00	74.000,00
55	4.1.7.6.4.00.00.00.00.00	Transferência de Convênios Instituições Privadas	00.01.0022	01.00.00	100,000		50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
							50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
58	4.1.9.1.1.35.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Tx. de Fisc. e Vig. Sanit.	00.01.0000	00.00.00	100,000		1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00
							1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	6.000,00
59	4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 60%	00.01.0000	00.00.00	100,000		4.800,00	4.800,00	4.800,00	4.800,00	19.200,00
							4.800,00	4.800,00	4.800,00	4.800,00	19.200,00
60	4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25%	00.01.0001	01.01.00	100,000		2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
							2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
61	4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 15%	00.01.0002	02.01.00	100,000		1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	4.800,00
							1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	4.800,00
62	4.1.9.1.1.39.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - 60%	00.01.0000	00.00.00	100,000		300,00	300,00	300,00	300,00	1.200,00
							300,00	300,00	300,00	300,00	1.200,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 6/8

MUNICIPIO DE SCHROEDER

Data: 17/12/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PLANO PLURIANUAL 2014/2017

Relação Detalhada das Receitas Planejadas (Consolidado)

Seleção: Alteração em 12/07/2013 (C)

Receita	Código	Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
64	4.1.9.1.1.39.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - 25%					125,00	125,00	125,00	125,00	500,00
			00.01.0001	01.01.00	100,000		125,00	125,00	125,00	125,00	500,00
65	4.1.9.1.1.39.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - 15%					75,00	75,00	75,00	75,00	300,00
			00.01.0002	02.01.00	100,000		75,00	75,00	75,00	75,00	300,00
66	4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 60%					4.800,00	4.800,00	4.800,00	4.800,00	19.200,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		4.800,00	4.800,00	4.800,00	4.800,00	19.200,00
67	4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 25%					2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
			00.01.0001	01.01.00	100,000		2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
68	4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - 15%					1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	4.800,00
			00.01.0002	02.01.00	100,000		1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	4.800,00
69	4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos					15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
70	4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 60%					57.000,00	57.000,00	57.000,00	57.000,00	228.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		57.000,00	57.000,00	57.000,00	57.000,00	228.000,00
71	4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25%					23.750,00	23.750,00	23.750,00	23.750,00	95.000,00
			00.01.0001	01.01.00	100,000		23.750,00	23.750,00	23.750,00	23.750,00	95.000,00
72	4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 15%					14.250,00	14.250,00	14.250,00	14.250,00	57.000,00
			00.01.0002	02.01.00	100,000		14.250,00	14.250,00	14.250,00	14.250,00	57.000,00
73	4.1.9.1.3.12.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI - 60%					600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		600,00	600,00	600,00	600,00	2.400,00
74	4.1.9.1.3.12.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI - 25%					250,00	250,00	250,00	250,00	1.000,00
			00.01.0001	01.01.00	100,000		250,00	250,00	250,00	250,00	1.000,00
75	4.1.9.1.3.12.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ITBI - 15%					150,00	150,00	150,00	150,00	600,00
			00.01.0002	02.01.00	100,000		150,00	150,00	150,00	150,00	600,00
76	4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 60%					4.800,00	4.800,00	4.800,00	4.800,00	19.200,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		4.800,00	4.800,00	4.800,00	4.800,00	19.200,00
77	4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25%					2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
			00.01.0001	01.01.00	100,000		2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
78	4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 15%					1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	4.800,00
			00.01.0002	02.01.00	100,000		1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	4.800,00
80	4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria					20.000,00	21.000,00	22.000,00	230.000,00	293.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		20.000,00	21.000,00	22.000,00	230.000,00	293.000,00
81	4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos					50.000,00	55.000,00	60.000,00	65.000,00	230.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		50.000,00	55.000,00	60.000,00	65.000,00	230.000,00
79	4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal					5.000,00	6.000,00	7.000,00	8.000,00	26.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		5.000,00	6.000,00	7.000,00	8.000,00	26.000,00
82	4.1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração					5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	20.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 7/8

MUNICIPIO DE SCHROEDER

Data: 17/12/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PLANO PLURIANUAL 2014/2017

Relação Detalhada das Receitas Planejadas (Consolidado)

Seleção: Alteração em 12/07/2013 (C)

Receita	Código	Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
83	4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas					15.000,00	25.000,00	35.000,00	45.000,00	120.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		15.000,00	25.000,00	35.000,00	45.000,00	120.000,00
84	4.1.9.2.2.98.00.00.00.00	Outras Restituições Educ					20.000,00	25.000,00	30.000,00	35.000,00	110.000,00
			00.01.0001	01.01.00	100,000		20.000,00	25.000,00	30.000,00	35.000,00	110.000,00
85	4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições					60.000,00	60.000,00	60.000,00	65.000,00	245.000,00
			00.01.0002	02.01.00	100,000		60.000,00	60.000,00	60.000,00	65.000,00	245.000,00
86	4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 60%					78.000,00	93.600,00	112.320,00	134.784,00	418.704,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		78.000,00	93.600,00	112.320,00	134.784,00	418.704,00
87	4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25%					32.500,00	39.000,00	46.800,00	56.160,00	174.460,00
			00.01.0001	01.01.00	100,000		32.500,00	39.000,00	46.800,00	56.160,00	174.460,00
88	4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 15%					19.500,00	23.400,00	28.080,00	33.696,00	104.676,00
			00.01.0002	02.01.00	100,000		19.500,00	23.400,00	28.080,00	33.696,00	104.676,00
89	4.1.9.3.1.12.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI - 60%					1.200,00	1.440,00	1.728,00	2.073,60	6.441,60
			00.01.0000	00.00.00	100,000		1.200,00	1.440,00	1.728,00	2.073,60	6.441,60
90	4.1.9.3.1.12.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI - 25%					500,00	600,00	720,00	864,00	2.684,00
			00.01.0001	01.01.00	100,000		500,00	600,00	720,00	864,00	2.684,00
91	4.1.9.3.1.12.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ITBI - 15%					300,00	360,00	432,00	518,40	1.610,40
			00.01.0002	02.00.00	100,000		300,00	360,00	432,00	518,40	1.610,40
92	4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 60%					12.000,00	14.400,00	17.280,00	20.736,00	64.416,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		12.000,00	14.400,00	17.280,00	20.736,00	64.416,00
93	4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25%					5.000,00	6.000,00	7.200,00	8.640,00	26.840,00
			00.01.0001	01.01.00	100,000		5.000,00	6.000,00	7.200,00	8.640,00	26.840,00
94	4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 15%					3.000,00	36.000,00	4.320,00	5.184,00	48.504,00
			00.01.0002	02.00.00	100,000		3.000,00	36.000,00	4.320,00	5.184,00	48.504,00
96	4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria					178.000,00	213.600,00	265.320,00	287.584,00	944.504,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		178.000,00	213.600,00	265.320,00	287.584,00	944.504,00
95	4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ					170.000,00	204.000,00	224.800,00	249.760,00	848.560,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		170.000,00	204.000,00	224.800,00	249.760,00	848.560,00
97	4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Receit - Princ					10.000,00	15.000,00	20.000,00	250.000,00	295.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		10.000,00	15.000,00	20.000,00	250.000,00	295.000,00
98	4.1.9.9.0.02.02.00.00.00	Receita de Ônus de Sucumbência					2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	8.000,00
99	4.1.9.9.0.99.03.00.00.00	Outras Receitas					48.000,00	58.000,00	68.000,00	78.000,00	252.000,00
			00.01.0000	00.00.00	100,000		48.000,00	58.000,00	68.000,00	78.000,00	252.000,00
100	4.2.1.1.4.99.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais					1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00
			00.01.0083	01.04.00	100,000		1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00
139	4.2.2.1.6.00.00.00.00.00	Alienação de Móveis e Utensílios					20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00
			00.01.0088	04.01.00	100,000		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	80.000,00

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 8/8

MUNICIPIO DE SCHROEDER

Data: 17/12/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PLANO PLURIANUAL 2014/2017

Relação Detalhada das Receitas Planejadas (Consolidado)

Seleção: Alteração em 12/07/2013 (C)

Receita	Código	Especificação	Recurso	Aplicação	%	Não detalhado	2014	2015	2016	2017	Valor
101	4.2.2.1.9.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis					40.000,00	50.800,00	61.632,00	72.497,28	224.929,28
			00.01.0089	04.01.01	100,000		40.000,00	50.800,00	61.632,00	72.497,28	224.929,28
116	4.2.4.7.1.01.10.00.00.00	Convênios com o Ministerio da Saúde					930.000,00	930.000,00	930.000,00	930.000,00	3.720.000,00
			00.01.0023	02.06.00	100,000		930.000,00	930.000,00	930.000,00	930.000,00	3.720.000,00
147	4.2.4.7.1.05.00.00.00.00	Transf. Conv União Dest.Prog. Infra-Estrut.Transp					2.081.000,00	1.996.022,00	1.991.047,55	2.006.073,74	8.074.143,29
			00.01.0024	04.03.00	100,000		2.081.000,00	1.996.022,00	1.991.047,55	2.006.073,74	8.074.143,29
133	4.2.4.7.1.99.01.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União FIA					50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
			00.01.0223	04.00.00	100,000		50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	200.000,00
148	4.2.4.7.1.99.01.00.00.00	Outras Transf de Convênios da União Cultura					0,00	670.000,00	0,00	0,00	670.000,00
			00.01.0024	04.03.00	100,000		0,00	670.000,00	0,00	0,00	670.000,00
149	4.2.4.7.1.99.02.00.00.00	Outras Transf de Convênios da União Agric					200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	800.000,00
			00.01.0024	04.03.00	100,000		200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	800.000,00
135	4.2.4.7.1.99.06.00.00.00	Outras Transf de Conv da União Habitação					100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
			00.01.0053	04.00.00	100,000		100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	400.000,00
125	4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados					200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	800.000,00
			00.01.0053	04.03.00	100,000		200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	800.000,00
24	9.1.7.2.1.01.02.10.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB					-1.960.000,00	-2.000.000,00	-2.100.000,00	-2.160.000,00	-8.220.000,00
			00.01.0001	01.02.00	100,000		-1.960.000,00	-2.000.000,00	-2.100.000,00	-2.160.000,00	-8.220.000,00
25	9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR					-2.000,00	-2.200,00	-2.400,00	-4.004,00	-10.604,00
			00.01.0001	01.02.01	100,000		-2.000,00	-2.200,00	-2.400,00	-4.004,00	-10.604,00
32	9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96					-8.000,00	-8.550,00	-9.500,00	-10.450,00	-36.500,00
			00.01.0001	01.02.00	100,000		-8.000,00	-8.550,00	-9.500,00	-10.450,00	-36.500,00
36	9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB					-1.800.000,00	-1.900.000,00	-2.000.000,00	-2.100.000,00	-7.800.000,00
			00.01.0001	01.02.00	100,000		-1.800.000,00	-1.900.000,00	-2.000.000,00	-2.100.000,00	-7.800.000,00
40	9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA					-220.000,00	-240.000,00	-260.000,00	-280.000,00	-1.000.000,00
			00.01.0001	01.02.01	100,000		-220.000,00	-240.000,00	-260.000,00	-280.000,00	-1.000.000,00
44	9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB					-28.000,00	-30.000,00	-32.000,00	-34.000,00	-124.000,00
			00.01.0001	01.02.00	100,000		-28.000,00	-30.000,00	-32.000,00	-34.000,00	-124.000,00
Total geral:							40.146.966,00	42.571.448,00	43.350.333,87	45.601.073,26	171.669.821,13

Natureza Jurídica não encontrada

Página: 1/1

MUNICIPIO DE SCHROEDER

Data: 17/12/2013

PLANO PLURIANUAL 2014 a 2017 - PLANO PLURIANUAL 2014/2017

Resumo dos Programas por Macroobjetivos

Seleção: Mostrar detalhamento anual; Alteração em 12/07/2013 (C)

Programa	2014	2015	2016	2017	Vlr. Não Detalhado	Total
Macroobjetivo: Não informado						171.669.821,13
3000 - AÇÃO LEGISLATIVA	1.830.000,00	1.388.581,00	1.545.525,37	1.630.529,26	----	6.394.635,63
3001 - GESTÃO MUNICIPAL E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	3.896.586,55	4.465.125,88	5.621.886,81	6.455.019,22	----	20.438.618,46
3003 - SCHROEDER EM OBRAS	5.101.500,00	5.351.540,00	5.504.738,60	5.689.734,74	----	21.647.513,34
3004 - ECONOMIA SOLIDÁRIA	547.500,00	641.740,00	682.033,04	719.052,96	----	2.590.326,00
3005 - AMIGOS DA NATUREZA	821.500,00	889.500,00	958.500,00	1.026.500,00	----	3.696.000,00
3006 - CONHECENDO SCHROEDER	143.000,00	180.448,00	202.906,61	205.310,59	----	731.665,20
3007 - SCHROEDER É SANEAMENTO AMBIENTAL	1.900.000,00	2.100.000,00	2.230.000,00	2.340.000,00	----	8.570.000,00
3008 - SCHROEDER EMPREENDEDOR	271.136,54	299.804,21	310.467,32	320.460,01	----	1.201.868,08
3009 - RUMO CERTO	10.342.250,00	11.789.994,00	12.134.032,18	12.819.469,07	----	47.085.745,25
3010 - SCHROEDER É ESPORTE E LAZER	968.250,00	1.000.672,00	1.093.289,47	1.205.676,08	----	4.267.887,55
3011 - CULTURA VIVA	469.227,25	938.587,25	532.987,81	642.179,53	----	2.582.981,84
3012 - GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA AE ADOLESCENTE	122.000,00	122.000,00	122.000,00	122.000,00	----	488.000,00
3013 - SCHROEDER SAUDÁVEL	10.460.053,00	10.460.053,00	10.460.053,00	10.460.053,00	----	41.840.212,00
3014 - SCHROEDER SEGURA	185.462,66	250.902,66	208.413,66	221.588,80	----	866.367,78
3015 - ENCARGOS ESPECIAIS	1.345.000,00	949.000,00	0,00	0,00	----	2.294.000,00
3016 - SCHROEDER SOLIDÁRIO	1.743.500,00	1.743.500,00	1.743.500,00	1.743.500,00	----	6.974.000,00
Total Geral:	40.146.966,00	42.571.448,00	43.350.333,87	45.601.073,26	----	171.669.821,13

Decreto Nº 2.838/2013 de 17 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 2.838/2013 de 17 de dezembro de 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.986/2013 de 17 de dezembro de 2013, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.303.0016.2.060 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0064 - Material de Consumo R\$ 40.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.301.0017.2.051 - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0064 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 40.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 17 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.840/2013 de 17 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 2.840/2013 de 17 de dezembro de 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.0005.2.008 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 6.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.0005.2.008 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 6.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 17 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.842/2013 de 19 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 2.842/2013 de 19 de dezembro de 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 591,65 (quinhentos e noventa e um reais e sessenta e cinco centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.301.0017.2.051 - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.03.0002 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 38,80

04.03.10.305.0016.2.050 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.03.0066 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 552,85

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0002 R\$ 38,80

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0066 R\$ 552,85

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 19 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.843/2013 de 19 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 2.843/2013 de 19 de dezembro de 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.145,81 (um mil cento e quarenta e cinco reais e oitenta e um centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01.08.244.0018.2.057 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 1.145,81

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0000 R\$ 1.145,81

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 19 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.844/2013 de 19 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 2.844/2013 de 19 de dezembro de 2013

ABRE CRÉDITO ESPECIAL - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.959/2013 de 10 de setembro de 2013, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 3.963,85 (três mil novecentos e sessenta e três reais e oitenta e cinco centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.06 - SETOR DE RECURSOS HUMANOS

03.06.04.122.0003.2.003 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS

3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas R\$ 3.963,85

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.06 - SETOR DE RECURSOS HUMANOS

03.06.04.122.0003.2.003 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 3.963,85

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 19 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.845/2013 de 19 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 2.845/2013 de 19 de dezembro de 2013

ABRE CRÉDITO ESPECIAL - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.988/2013 de 17 de dezembro de 2013, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 229,07 (duzentos e vinte e nove reais e sete centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.06 - SETOR DE RECURSOS HUMANOS

03.06.04.122.0003.2.003 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS

3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas R\$ 229,07

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.06 - SETOR DE RECURSOS HUMANOS

03.06.04.122.0003.2.003 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 229,07

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 19 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.847/2013 de 19 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 2.847/2013 de 19 de dezembro de 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.06 - SETOR DE RECURSOS HUMANOS

03.06.04.122.0003.2.003 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 4.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit Financeiro de Outras Fontes - Recurso: 00.03.0000. R\$ 4.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 19 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Decreto Nº 2.848/2013 de 19 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 2.848/2013 de 19 de dezembro de 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.909/2012 de 27 de novembro de 2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 8.600,00 (oito mil e seiscentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.0001.2.001 - MANUTENÇÃO DO Gabinete do Prefeito

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 8.500,00

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01.08.243.0020.2.062 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxílio-Alimentação R\$

100,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.04.122.0001.2.001 - MANUTENÇÃO DO Gabinete do Prefeito

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 8.500,00

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01.08.243.0020.2.062 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 100,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 19 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.331/2013, de 20 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 5.331/2013, de 20 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor Sr. Julio Cesar Correia de Negreiro, da função de Procurador Municipal, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por.

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.333/2013, de 20 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 5.333/2013, de 20 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas

na Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária Sra. Neiva Lucia Plantikow, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.334/2013, de 20 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 5.334/2013, de 20 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a servidora Sra. Jessica Taiane Walz, da função de Diretora de Recursos Humanos, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA
Secretário de Planejamento Gestão e Finanças

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.335/2013, de 20 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 5.335/2013, de 20 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da funcionária Sra. Dulce Schreiber Nunes a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.
Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.336/2013, de 20 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 5.336/2013, de 20 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária Sra. Lucilene Pereira, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.337/2013, de 20 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 5.337/2013, de 20 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária Sra. Nadieli Priscila Avance, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.338/2013, de 20 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 5.338/2013, de 20 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da funcionária Sra. Silvana Volles, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº 5.339/2013, de 20 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº 5.339/2013, de 20 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor Sr. Jose Antonio Lourenço, da função de Assessor de Planejamento Gestão e Finanças, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Portaria Nº. 5.332/2013, de 20 de Dezembro de 2013.

PORTARIA Nº. 5.332/2013, de 20 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o servidor Sr. Fernando Rodrigo da Rosa, do

cargo comissionado de Controlador Municipal, e NOMEÁ-LO, para exercer o Cargo Comissionado de Procurador Municipal, percebendo o nível salarial nº 004 - Comissionados, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 20 de dezembro de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.



www.ciga.sc.gov.br

Anulação Licitação Deserta Pregão Presencial Nº 97/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER****CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC****PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 97/2013 - PR****Processo Administrativo:**
Processo de Licitação: 213/2013
Data do Processo: 08/11/2013

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO a aquisição de recarga de gás (GLP) para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 12 / 2013

Motivo: Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta.

Schroeder, 19 de Dezembro de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

Ata da Pregão Presencial Nº 97/2013-Psm Sequencia 02

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 97/2013 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 213/2013 Data do Processo: 08/11/2013
Folha: 1/1	

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 178/2013 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO a aquisição de recarga de gás (GLP) para atender as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças e Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e a equipe de apoio reuniram para abertura da licitação conforme marcado anteriormente pela segunda vez. E para fornecer conhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo pela segunda vez, no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/ SC. Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 19 de Dezembro de 2013

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Pregoeiro(a)
Daniela Samulescki	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Tiago Rafael Muchalski Petry	- - Equipe de Apoio
Orlando Tecilla	- - Segundo Pregoeiro

Dispensa 63/2013-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO**
Nr.: 63/2013 - DL**Processo Nr.: 110/2013**
Data: 20/12/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: FARMACIA ANJO - FARMA LTDA - ME

Código: 9934

Endereço: AV. MAL. CASTELO BRANCO, 5033

Cidade: Schroeder - SC

CNPJ: 06.944.058/0001-70

Inscrição Estadual: 254.826.695

Objeto da Compra: Aquisição de medicamento fornecido pelo Município através de Ação Judicial nº 026.13.001215-2 e pela Ação Judicial nº 026.13.001158-0 para paciente. Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC;**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	10,00	LACTUGOLD 677 MG/ML	FR	16,50	165,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

PACIENTE COM PORTADORA DE DIVERCULITE E PRECISA REALIZAR O TRATAMENTO COM LACTULONA 667 MG/ML, USANDO 10ML 2 A 3 VEZES AO DIA.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 20 de Dezembro de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 63/2013 - DL**

Processo Nr.: 110/2013
Data: 20/12/2013

Folha: 2/2

19/12/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 19 de Dezembro de 2013

Valor da Despesa: 165,00 (cento e sessenta e cinco reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Dispensa Nº 62/2013-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 62/2013 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 109/2013
Data: 20/12/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: FARMACIA ANJO - FARMA LTDA - ME
Endereço: AV. MAL. CASTELO BRANCO, 5033
Cidade: Schroeder - SC
CNPJ: 06.944.058/0001-70

Código: 9934

Inscrição Estadual: 254.826.695

Objeto da Compra: Aquisição de medicamento fornecido pelo Município através da ação judicial nº 026.13.001215-2 e pela ação judicial nº 026.13.001158-0 para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	120,00	Artrolive	CAPS	1,67	200,40
2	120,00	Celebra 200mg	CAPS	3,25	390,00
3	60,00	Tramadol 10mg	CAPS	1,65	99,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Paciente portadora de ansiedade generalizada, fibromialgia e poliartrrose. Continuação de fornecimento (medicamento para janeiro/2014).

Schroeder, 20 de Dezembro de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 62/2013 - DL**

Processo Nr.: 109/2013
Data: 20/12/2013

Folha: 2/2

19/12/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 19 de Dezembro de 2013

Valor da Despesa: 689,40 (seiscentos e oitenta e nove reais e quarenta centavos)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Dispensa Nº 64/2013-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 64/2013 - DL****Processo Nr.: 111/2013
Data: 20/12/2013**

Folha: 1/2

Fornecedor: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME

Código: 12741

Endereço: R ITACOLOMI, 377

Cidade: Pato Branco - PR

CNPJ: 04.470.877/0001-05

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de medicamento fornecido pelo Município através da ação judicial nº 026.13.004289-2 para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	15,00	Peptamen Lata com 430G	LATA	142,82	2.142,30

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Paciente portadora de síndrome de imobilidade, desnutrição proteico-calórica, má absorção intestinal, sequela de acidente vascular encefálico, para continuação de fornecimento de medicamento para janeiro de 2014.

Schroeder, 20 de Dezembro de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 64/2013 - DL**

Processo Nr.: 111/2013
Data: 20/12/2013

Folha: 2/2

19/12/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 19 de Dezembro de 2013

Valor da Despesa: 2.142,30 (dois mil cento e quarenta e dois reais e trinta centavos)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Extrato de Contrato Nº. 01/2013-Habitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 01/2013-HABITAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº. 01/2013-HABITAÇÃO

Processo nº. 01/2013-HABITAÇÃO

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA, doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, 134, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, CEP: 88801-530, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027.

Objeto: contratação de empresa especializada para informatização do Fundo Municipal de Habitação de Schroeder para 01 usuário no Sistema de Contabilidade e Compras e Licitações com alterações legais e manutenções corretivas se houverem, do Município de Schroeder/SC.

ITEM	QTIDADE MESES	SISTEMA	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	12	Sistema de Contabilidade Pública - 01 usuário	107,89	1.294,68
2	12	Sistema de Compras e Licitações - 01 usuário	72,51	870,12
VALOR TOTAL R\$				2.164,80

Valor do contrato: R\$ 2.164,80 (dois mil cento e sessenta e quatro reais e oitenta centavos)

Data da Assinatura: 20/12/2013 - Vigência: 01/01/2014 até 31/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 156/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 156/2013-FMS

Dispensa nº. 62/2013-FMS - Processo Licitatório nº. 109/2013-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FARMÁCIA ANJO-FARMA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.944.058/0001-70, estabelecida Rua Marechal Castelo Branco, nº. 5033, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: aquisição de medicamento fornecido pelo Município

através da ação judicial nº 026.13.001215-2 e pela ação judicial nº 026.13.001158-0 para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Artrolive	120	Cápsula	1,67	200,40
02	Celebra 200mg	120	Cápsula	3,25	390,00
03	Tramadol 10mg	60	Cápsula	1,65	99,00
VALOR R\$ TOTAL					689,30

Valor do contrato: R\$ 689,30 (seiscentos e oitenta e nove reais e trinta centavos).

Data da Assinatura: 20/12/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 157/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 157/2013-FMS

Dispensa nº. 63/2013-FMS - Processo Licitatório nº. 110/2013-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FARMÁCIA ANJO-FARMA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.944.058/0001-70, estabelecida Rua Marechal Castelo Branco, nº. 5033, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000

Objeto: O objeto do presente contrato a Aquisição de medicamento fornecido pelo Município através de Ação Judicial nº 026.13.001215-2 e pela Ação Judicial nº 026.13.001158-0 para paciente. Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	LACTU-GOLD 677 MG/ML	10	FRASCO	16,50	165,00
VALOR R\$ TOTAL					165,00

Valor do contrato: R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais)

Data da Assinatura: 20/12/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 158/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

sc.gov.br

Extrato de Contrato nº. 158/2013-FMS
Dispensa nº. 64/2013-FMS - Processo Licitatório nº. 111/2013-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FARMÁCIA ANJO-FARMA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.944.058/0001-70, estabelecida Rua Marechal Castelo Branco, nº. 5033, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000

Objeto: contrato a aquisição de medicamento fornecido pelo Município através da ação judicial nº 026.13.004289-2 para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Peptamen Lata com 430G	15	LATA	142,82	2.142,30
VALOR R\$ TOTAL					2.142,30

Valor do contrato: R\$ 2.142,30 (dois mil cento e quarenta e dois reais e trinta centavos).

Data da Assinatura: 20/12/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 303/2013 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 303/2013 - PMS
Inexigibilidade de Licitação nº. 18/2012-PMS - Processo nº. 244/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, com sede à Rua João Pessoa, 134, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.801-530.

Objeto: contratação do sistema de tesouraria - betha tesouraria para o setor financeiro, com 02 licenças de acesso simultâneo para Entidade Município de Schroeder, e 01 licença de usuário para as Entidades Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social.

ITEM	QTIDADE	UNID.	SISTEMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	12	Mês	Sistema Betha Tesouraria - Prefeitura- Mensalidade - 1 usuário	176,57	2.118,84

02	12	Mês	Sistema Betha Tesouraria - Saúde- Mensalidade - 1 usuário	70,63	847,56
03	12	Mês	Sistema Betha Tesouraria - Social- Mensalidade - 1 usuário	70,63	847,56
VALOR TOTAL R\$					3.813,96

Valor do contrato: R\$ 3.813,96 (três mil, oitocentos e treze reais e noventa e seis centavos).

Data da Assinatura: 20/12/2013 - Vigência: 01/01/2014 até 31/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Edital de Convocação de Audiência Pública

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Oswaldo Jurck, Prefeito Municipal de Schroeder - Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e de seu Decreto nº 7.404/2010, que regulamenta a PNRS, faz saber a quem interessar possa, que será realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA para apresentação e apreciação do PLANO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS do Município de Schroeder.

Data da Audiência: 26/02/2014

Início: 19h00min

Local: Auditório do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS. Rua Paulo Jahn, nº 245 - Centro - Schroeder - SC

E, para que chegue ao conhecimento de todos, se expede o presente Edital.

Registre-se
Publique-se
Cumpre-se

Prefeitura Municipal de Schroeder, 20 de dezembro de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Siderópolis

PREFEITURA

37 2013 Resumido Edital Pregao Presencial Material Medico

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS
Fundo Municipal de Saúde
ATO EDITAL DE PREGÃO FMS Nº. 37/2013.

O Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº.10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 06/01/2014, às 08:15 (HORÁRIO DO RELÓGIO DO SETOR DE LICITAÇÕES) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 - Centro, se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para a aquisição de materiais e equipamentos de uso hospitalar/enfermagem destinados as Unidades de Saúde do Município durante o exercício de 2014, o edital estará disponível a

partir do dia 23/12/2013 no site da Prefeitura Municipal de Siderópolis: www.sideropolis.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser sanadas através do telefone (plantão): (48) 9918 9817, ou através do e-mail: licitacao.sid@hotmail.com.

Siderópolis, 20 de dezembro de 2013.
FABÍOLA CARDOSO COMIN
Pregoeira.

Timbé do Sul

PREFEITURA

Decreto 195/2013

DECRETO Nº 195, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL NO EXERCÍCIO 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.647/2012, alterada pela Lei Municipal nº 1.658/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), na seguinte dotação:

06.01 - Fundo Municipal de Saúde
2.021 - Mac Ambulatorial e Hospitalar
3.1.90.00.00.00.00.00.0042 (7) - Aplicações Diretas R\$ 4.800,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial da dotação abaixo:

06.01 - Fundo Municipal de Saúde
2.021 - Mac Ambulatorial e Hospitalar
3.3.90.00.00.00.00.00.0042 (14) - Aplicações Diretas R\$ 4.800,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, de 17 de dezembro de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 196/2013

DECRETO Nº 196, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL NO EXERCÍCIO 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.647/2012, alterada pela Lei Municipal nº 1.658/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), na seguinte dotação:

06.01 - Fundo Municipal de Saúde
2.021 - Mac Ambulatorial e Hospitalar
3.1.90.00.00.00.00.00.0303 (32) - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 303 - conta corrente nº 68681-6, Banco do Brasil.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, de 17 de dezembro de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Decreto 197/2013

DECRETO Nº 197, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL NO EXERCÍCIO 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.647/2012, alterada pela Lei Municipal nº 1.658/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), na seguinte dotação:

04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
2.008 - Transporte Escolar
3.1.90.00.00.00.00.00.0087 (24) - Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º são decorrentes da anulação parcial da dotação abaixo:

04.01 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
2.008 - Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.0087 (28) - Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, de 19 de dezembro de 2013.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

Decreto Nº 3342, de 03 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 3342, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 130.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2607, de 10 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

SUPLEMENTAÇÃO POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		
15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOESMSAUDE NA ATENÇÃO BASICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAUDE DA FAMILIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16400	ATENÇÃO BASICA	100.000,00
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16400	ATENÇÃO BASICA	30.000,00
	TOTAL	130.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de dezembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3343, de 03 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 3343, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 161.559,60.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.607, de 10 de dezembro de 2012 e Lei nº 2684, de 28 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2013:

04.01.012.365.0020.1017.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.1017.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.1017.	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS NEIS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.12200	TRANSF. CONVENIOS DA EDUCAÇÃO	120.000,00
	TOTAL	120.000,00
06.02.011.333.0032.2068.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.02.011.333.0032.2068.	INCENTIVO AO TRABALHO	
06.02.011.333.0032.2068.	MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO TELECENTRO E INCLUSÃO DIGITAL.	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	

449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	3.159,60
	TOTAL	3.159,60
06.03.020.606.0034.1039.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.1039.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.1039.	MELHORAMENTO DA FROTA DA PATRULHA MECANIZADA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	21.400,00
	TOTAL	21.400,00
10.01.016.482.0066.2108.	FUNDO DE HABITAÇÃO DE TIMBÓ - FHT	
10.01.016.482.0066.2108.	FHT	
10.01.016.482.0066.2108.	MANUTENÇÃO DO FHT.	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	17.000,00
	TOTAL	17.000,00
	RESUMO	161.559,60

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013, no valor de R\$ 161.559,60 (cento e sessenta e um mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta centavos), autorizado pela Lei nº 2684, de 28 de novembro de 2013, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

04.01.012.365.0020.1015.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.1015.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.1015.	MODERNIZAÇÃO DOS NEIS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.12200	TRANSF. CONVENIOS DA EDUCAÇÃO	68.000,00
	TOTAL	68.000,00
04.03.012.361.0022.1025.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.1025.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.1025.	MODERNIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.12200	TRANSF. CONVENIOS DA EDUCAÇÃO	52.000,00
	TOTAL	52.000,00
06.01.022.661.0030.2062.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.2062.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.2062.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00
06.03.020.606.0034.2072.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.03.020.606.0034.2072.	DESENVOLVIMENTO AGRARIO MUNICIPAL	
06.03.020.606.0034.2072.	MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	21.559,60
	TOTAL	21.559,60
	RESUMO	161.559,60

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo

Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de dezembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3344, de 03 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 3344, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 15.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2607, de 10 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0100.2300.	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.2300.	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.2300.	MANUTENÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO - AGUA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	REC. LIVRE SAMAE	10.000,00
	total	10.000,00
25.04.028.845.0007.0013	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.04.028.845.0007.0013	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
25.04.028.845.0007.0013	CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.20000	VÍNCULO LIVRE	5.000,00
	total	5.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	15.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de dezembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3348, de 09 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 3348, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 24.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2607, de 10/12/2012,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013, à conta de anulação no valor total de R\$ 24.000,00 conforme segue:

I – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 4.000,00, a seguinte dotação:

ANULAÇÃO

16.10.008.244.0086.2270.	FUNDOMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS	
--------------------------	---	--

16.10.008.244.0086.2270.	APRIMORAMENTO DA GESTAO DO DPTO E DOS EQUIP.	
16.10.008.244.0086.2270.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319100.00	APLIC. DIRETAS DEC.OPER. ENTRE ORGAOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	4.000,00
	TOTAL	4.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

16.10.008.244.0086.2270.	FUNDOMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS	
16.10.008.244.0086.2270.	APRIMORAMENTO DA GESTAO DODPTO E DOS EQUIP.	
16.10.008.244.0086.2270.	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DO DPTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	4.000,00
	TOTAL	4.000,00

II – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 20.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

16.11.008.244.0087.2274.	FUNDO MUNICIPAL DER ASSISTENCIA SOCIAL	
16.11.008.244.0087.2274.	SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA	
16.11.008.244.0087.2274.	MANUTENÇÃO DOPROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMILIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.15200	OUTRAS TRANF. REC. FUNDO DE ASSIST. SOCIAL	20.000,00
	TOTAL	20.000,00

SUPLEMENTAÇÃO

16.11.008.244.0087.2274.	FUNDO MUNICIPAL DER ASSISTENCIA SOCIAL	
16.11.008.244.0087.2274.	SERVIÇOS DEPROTEÇÃO BÁSICA	
16.11.008.244.0087.2274.	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMILIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.15200	OUTRAS TRANF. REC. FUNDO DE ASSIST. SOCIAL	20.000,00
	TOTAL	20.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de dezembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3350, de 09 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 3350, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 25.911,46.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas “a” e “c” da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2607, de 10 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2013, no valor de R\$ 25.911,46 (vinte e cinco mil, novecentos e onze reais e quarenta e seis centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

04.01.012.365.0020.1015.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.1015.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.1015.	MODERNIZAÇÃO DOS NEIS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.15900	PDDE	3.854,00
	TOTAL	3.854,00
04.01.012.365.0020.2042.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.01.012.365.0020.2042.	NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
04.01.012.365.0020.2042.	MANUTENÇÃO DOS NEI'S	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.15900	PDDE	9.907,58
	TOTAL	9.907,58
04.02.012.365.0020.1021.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.1021.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.1021.	MODERNIZAÇÃO DAS UPES	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.15900	PDDE	1.525,00
	TOTAL	1.525,00
04.02.012.365.0020.2046.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.02.012.365.0020.2046.	UNIDADES PRE-ESCOLARES	
04.02.012.365.0020.2046.	MANUTENÇÃO DAS UPES	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.15900	PDDE	5.244,00
	TOTAL	5.244,00
04.03.012.361.0022.2050.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
04.03.012.361.0022.2050.	ENSINO FUNDAMENTAL	
04.03.012.361.0022.2050.	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL E VALO. DO MAGISTÉRIO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.15900	PDDE	5.380,88
	TOTAL	5.380,88

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de dezembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3345, de 03 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 3345, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013

Revoga o Decreto nº 1.203 de 22/11/2004, alterado pelos decretos nº 052 de 17/03/2005, nº. 2.548 de 25/11/2011 e nº 3.181 de 25/06/2013.

O Prefeito de Timbó, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V art. 70, inciso I, alínea "m" da lei Orgânica do

Município, pela Legislação Ordinária pertinente e,

CONSIDERANDO o requerimento protocolado sob nº 7892/2013, datado de 22/11/2013, em nome de HANS JUERGEN KELLERMANN, onde solicita o cancelamento do Decreto nº 1.203, de 22 de novembro de 2004, que aprovou o desmembramento do imóvel com área de 1.695,07 m², matriculado no 1º Ofício de Registro de imóveis sob nº 14.531, livro 2 e dos decretos nº. 052 de 17 de março de 2005, nº. 2.548 de 25 de novembro de 2011 e nº. 3.181 de 25 de junho de 2013, em virtude de não ter procedido o registro deste parcelamento até a presente data, e que não há mais interesse do proprietário em desmembrar o imóvel.

CONSIDERANDO o estabelecido pelo art. 23, II da Lei Federal nº 6.766, de 19/12/79, após requerimento do loteador juntamente com a anuência da Prefeitura e enquanto não houverem sido alienados nenhum lote fica autorizado o cancelamento do loteamento, DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 1.203, de 22 de novembro de 2004, que aprovou o Desmembramento denominado "HANS J. K", de propriedade de HANS JUERGEN KELLERMANN, alterado pelos Decretos nº 052 de 17 de março de 2005, nº. 2.548 de 25 de novembro de 2011 e nº. 3.181 de 25 de junho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 03 de dezembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Decreto Nº 3346, de 03 de Dezembro de 2013

DECRETO Nº 3346, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera o Decreto nº 2801, de 13 de julho de 2012, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho da Cidade, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos V, VII, c/c art. 70, inciso I, alíneas "f", "k" e "m", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05/04/1990, e em conformidade com os artigos 36 a 40 da Lei Complementar nº 335, de 05/10/2007,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 2801, de 13 de julho de 2012, que dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho da Cidade, fica alterado conforme abaixo descrito, a contar desta data, designando:

4) CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas de Timbó:

Titular: MARLOS CAMPREGHER, em substituição ao Roberto Agostini

Suplente:

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 03 de dezembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 768, de 10 de Dezembro de 2013

PORTARIA No 768, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

Dispensa Servidora para exercício de Função Gratificada na Administração Direta, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º DISPENSAR da Função Gratificada a Servidora abaixo relacionada, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NOME PORTARIA QUE DESIGNOU

Deise Adriana Nicholetti Mendes Nº 030, de 02/01/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de dezembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 744, de 02 de Dezembro de 2013

PORTARIA No 744, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Servidor Público Municipal Sergio Alberto Barreto Filho, lotado na Administração Direta, a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica o Servidor Público abaixo identificado, a contar desta data, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

NOME	CARGO EM COMISSÃO	Nº CNH / CATEGORIA
Sergio Alberto Barreto Filho	Coordenador de Defesa do Consumidor	01164625341 / B

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de dezembro de 2013; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 745, de 02 de Dezembro de 2013

PORTARIA No 745, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza o Servidor Público Municipal Osvaldo Roberto Brodwolf, lotado na Fundação Cultural de Timbó, a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica o Servidor Público abaixo identificado, a contar desta data, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT		
NOME	CARGO EM COMISSÃO	Nº CNH / CATEGORIA
Osvaldo Roberto Brodwolf	Assessor de Divisão	03335461700 / AB

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos

do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de dezembro de 2013; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 749, de 02 de Dezembro de 2013

PORTARIA No 749, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013

Autoriza a Servidora Pública Municipal Raquel Cristina Cunha Buck, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, a conduzir veículo oficial, em serviço.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica a Servidora Pública abaixo identificada, a contar desta data, autorizada a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE		
NOME	CARGO	Nº CNH / CATEGORIA
Raquel Cristina Cunha Buck	Auxiliar de Serviços Administrativos	00770237232 / B

Art. 2º Fica a servidora desde já cientificada que durante o período em que estiver de posse do veículo é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de dezembro de 2013; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 774, de 13 de Dezembro de 2013

PORTARIA No 774, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição ao Servidor Público Municipal Ito Ilério da Silveira.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, ao Servidor Público Municipal ITO ILÉRIO DA SILVEIRA, brasileiro, casado, nascido em 27 de novembro de 1953, portador do CPF nº 260.871.541-91, RG nº 2.485.414, residente na rua Alfredo Hansen nº 1230, Bairro Pomeranos, em Timbó-SC, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional I, Referência Salarial SG-11, matrícula nº 1252.1.3, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com supedâneo no art.40, §1º, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, e art.17, inciso III e art.20, § 1º, da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, com proventos integrais, calculados pela média aritmética, no valor de R\$ 968,96 (novecentos e sessenta e oito reais e noventa e seis centavos), conforme processo TIMBOPREV nº 034/2013, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 13 de dezembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 775, de 13 de Dezembro de 2013

PORTARIA No 775, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

Concede Aposentadoria Compulsória ao Servidor Público Municipal Antonio Moacir Rafaeli Marcelino.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER APOSENTADORIA COMPULSÓRIA, ao Servidor Público Municipal ANTONIO MOACIR RAFAELI MARCELINO, brasileiro, solteiro, nascido em 12 de dezembro de 1943, portador do CPF nº 121.140.389-04, RG nº 3.622.180, residente na rua Tirolenses nº 346, Bairro Tirolenses, em Timbó-SC, ocupante do cargo de Motorista, Referência Salarial SG-30, matrícula nº 18313.0.1, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com supedâneo no art.40, §1º, inciso II e §3º, da Constituição Federal, e art.20, §5º, da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, com proventos calculados de forma proporcional ao tempo de contribuição, no valor de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais), conforme processo TIMBOPREV nº 033/2013, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 13 de dezembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 776, de 13 de Dezembro de 2013

PORTARIA No 776, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013

Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Defesa Civil-COMDEC, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e em conformidade com o art.2º da Lei no 2649, de 28 de junho de 2013,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR os membros para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL-COMDEC, a contar desta data, composto pelos seguintes membros:

I - Coordenadoria Municipal de Defesa Civil

Titular : Wiegold Starke

Suplente : Fabio Melere

II- Secretaria Municipal de Articulação Política e Institucional

Titular : Maria Ramos Gonzaga Pelin

Suplente : Daniel Agostini Neto

III - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Titular : Orlei Adazir Pedron

Suplente : Atomir Sebastião Rufino

IV- Secretaria Municipal de Saúde

Titular : Alfredo João Berri

Suplente : Eduardo Espindola

V- Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular : Deise Adriana Nicholetti Mendes

Suplente : Cacilde Vieira

VI- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Titular : Márcia da Rocha

Suplente : Gelásio Fiamoncini

VII- Secretaria Municipal de Educação

Titular : Sergi Frederico Mengarda

Suplente : Carlos Henrique Borchardt

VIII- Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Titular : Fabiano Martins Adriano

Suplente : Pamela A. Campregher

IX- Secretaria Municipal da Fazenda e Administração

Titular : Lourdes Moser

Suplente : Maria Angélica Faggiani

X- Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina

Titular : 2º Tenente Filipe da Silva Daminelli

Suplente : Sargento Edgar Padilha de Lima

XI- Câmara dos Dirigentes Lojistas de Timbó

Titular : Geraldo Censi

Suplente : Jaime Odair Bittencourt

XII- Jeep Clube Timbó

Titular : Jaime Odair Bittencourt

Suplente : Thiago Henrique Gütz

XIII- Lions Clube Timbó (Clubes de Serviços)

Titular : Gilson Paiffer

Suplente : Dorival Fiamoncini

XIV- Rotary Club de Timbó

Titular : Osvaldo Salvador
Suplente : Eduardo Hector Galván

XV- Rotary Club de Timbó Pérola do Vale
Titular : Fernando Dalmonico
Suplente : Walter Mazzi

Art.2º Ficam delegadas, ao Coordenador Municipal da Defesa Civil, as competências de convocação, direção e organização das atividades do Conselho Municipal de Defesa Civil.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em13 de dezembro de 2013; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC.

Portaria Nº 761, de 03 de Dezembro de 2013

PORTARIA Nº 761, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2013

Designa a Servidora Pública Municipal Keli Francieli Cattoni para ocupar, em substituição, a Servidora Carla Tatiana Raduenz Geisler, no cargo em comissão de Diretora de Departamento-Administrativo/Financeiro do SAMAE no período de 23/12/2013 a 11/01/2014.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 50, incisos I e X, e 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, combinado com o disposto nos arts. 44, 45, "caput" e §§ 2º e 3º, e 47 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR a Servidora KELI FRANCIELI CATTONI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, para ocupar em substituição à CARLA TATIANA RADUENZ GEISLER, o cargo em comissão de Diretora de Departamento Administrativo/Financeiro, Símbolo CC-2, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, por motivo de férias, no período de 23/12/2013 a 11/01/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em03 de dezembro de 2013; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 767, de 09 de Dezembro de 2013

PORTARIA Nº 767, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2013

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal WALDEMAR GEBAUER, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Assistência Social, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 50, inciso II da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, ao Servidor Público Municipal WALDEMAR GEBAUER, do cargo de provimento em comissão de

Secretário Municipal de Assistência Social, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, nomeado pela Portaria nº 475, de 15 de julho de 2013, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em09 de dezembro de 2013; 144o ano de Fundação; 79o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 769, de 10 de Dezembro de 2013

PORTARIA Nº 769, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2013

Nomeia Servidora Pública Municipal para exercer cargo em comissão na Administração Direta do Município de Timbó, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 11, inciso II e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a Servidora abaixo relacionada, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
NOME	CARGO EM COMISSÃO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Deise Adriana Nicholetti Mendes	Secretária Municipal / DAS-1	Subsídio mensal

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de dezembro de 2013; 144o ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 773, de 11 de Dezembro de 2013

PORTARIA Nº 773, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013

Exonera a Servidora Pública Municipal Scheila Bertram, ocupante de cargo em Comissão na Administração Direta, a contar de 17 de dezembro de 2013.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com fundamento no art.50, Inciso II, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, a contar de 17 de dezembro do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO PORT.DE NOMEAÇÃO

Scheila Bertram Assessor de Serviços-Nível I/CC-5 Nº 096, de 01/02/2013

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 11 de dezembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 746, de 02 de Dezembro de 2013

PORTARIA Nº 746, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013

Designa o Servidor Ivanir Rodrigues Sozin, para ocupar, em substituição o Servidor Atomir Sebastião Rufino, por motivo de férias, o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Obras e Serviços Urbanos, no período de 16/12/2013 a 14/01/2014.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 50, incisos I e X, e 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, combinado com o disposto nos arts. 44, 45, "caput" e §§ 2º e 3º, e 47 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR o Servidor IVANIR RODRIGUES SOZIN, ocupante do cargo de provimento em comissão de Supervisor da Divisão de Obras, Símbolo CC-3, para ocupar, em substituição ATOMIR SEBASTIÃO RUFINO, por motivo de férias, o cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Obras e Serviços Urbanos, Símbolo CC-2, no período de 16/12/2013 a 14/01/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 02 de dezembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 747, de 02 de Dezembro de 2013

PORTARIA Nº 747, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013

Remove de Ofício Servidora Pública Municipal lotada na Administração Direta, a contar de 1º de dezembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II e VII, combinado com o disposto no art. 70, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 51, "caput" e § Único, inciso I, e art.54, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998,

RESOLVE:

Art.1º REMOVER DE OFÍCIO a Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, a contar de 1º de dezembro do corrente:

NOME	DE	PARA
Raquel Cristina Cunha	Secretaria Municipal da Fazenda e Administração	Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Art.2º EXCLUIR, a contar de 01/12/2013, a Servidora Raquel Cristina Cunha da Portaria nº 589, de 02 de setembro do corrente, que coloca Servidoras Públicas Municipais à disposição do TIMBOPREV.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de dezembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 750, de 02 de Dezembro de 2013

PORTARIA Nº 750, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2013

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras lotadas na Secretaria Municipal de Educação.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15 de março de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidoras abaixo relacionadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Amanda Pacher	448/2013	18/12/2013
Mareni Schlickmann Prada	709/2013	18/12/2013
Rosalene Teske Henschel	587/2013	18/12/2013

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de dezembro de 2013; 144º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Extrato Contrato 2013.168 Obras

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/168

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ.

CONTRATADO: A.C.M.M. SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA.

OBJETO: serviços de manutenção da rede elétrica de Iluminação pública no Município de Timbó. VALOR TOTAL: R\$ 4.000,00. PRAZO DE EXECUÇÃO: 16/12/2013 até 15/01/2014. Data da Assinatura 04/12/13.

ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Extrato Contrato 2013.171

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/171
CONTRATANTE: Município de Timbó. CONTRATADO: Mercedes-Benz do Brasil Ltda. OBJETO: aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes da educação básica das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e demais entidades autorizadas a aderir ao programa de acordo com a legislação específica vigente, para atender ao Programa Caminho da Escola do Ministério da Educação. VALOR: R\$ 250.500,00. Data da assinatura: 05/12/2013. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR
Prefeito

Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 2013.14

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO
PRORROGAÇÃO DE PRAZO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/14
CONTRATANTE: Município de Timbó
CONTRATADO: Caixa Econômica Federal

OBJETO: Prestação de serviços bancários para cobrança de tributos municipais lançados no exercício de 2013.
PRAZO: 01/01/2014 a 31/12/2014
Data da Assinatura: 20/12/2013

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretário Municipal de Fazenda e Administração

Extrato Segundo Termo Aditivo Contrato 2012.132

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO E ACRÉSCIMO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2012/132
CONTRATANTE: Município de Timbó.
CONTRATADO: Salver Construtora e Incorporadora LTDA.

OBJETO: Execução da cobertura metálica, pavimentação e construção de depósito da Escola Professor Nestor Margarida.
PRAZO DE VIGÊNCIA: prorrogado até 07/08/2014.
ACRÉSCIMO: 29.590,88 (vinte e nove mil quinhentos e noventa reais e oitenta e oito centavos).
DATA DA ASSINATURA: 19/12/2013

SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário de Educação

Extrato Segundo Termo Aditivo Contrato 2013.84

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 2013/84

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: Salver Construtora e Incorporadora LTDA.

OBJETO: Construção da Unidade de Saúde da Família do Bairro Pomeranos.

PRAZO: Prazo de vigência prorrogado até 31/12/2014 e prazo de execução prorrogado até 17/05/2014.

DATA DA ASSINATURA: 16/12/2013

ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário da Saúde

Extrato Termo Aditivo ao Contrato 2012-191 - Des. Econômico

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/191

LOCATÁRIO: Município de Timbó através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

LOCADOR: Horácio Cristofolini.

OBJETO: prorrogação do prazo da locação do imóvel situado na Rua Germano Brandes Sênior, nº. 478, Centro, cidade de Timbó/SC, que tem por finalidade a instalação e funcionamento do SINE. Data da Assinatura: 18/12/13. PRAZO: prorrogado até 31/01/14.

MARCIA DA ROCHA
Secretária de Desenvolvimento Econômico

Extrato Termo Aditivo ao Contrato 2012-204 -Obras

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/204

AUTORIZANTE: Terezinha Schumann.

AUTORIZADO: Município de Timbó.

OBJETO: prorrogação do prazo da autorização de uso de imóvel para instalação, manutenção, operacionalização e utilização de ponto de captação de água. PRAZO: prorrogado até 31/12/14. Data da assinatura: 17/12/13.

ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Extrato Termo Aditivo ao Contrato 2012-205 - Obras

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/205

AUTORIZANTE: Dietmar Meier.

AUTORIZADO: Município de Timbó.

OBJETO: prorrogação do prazo da autorização de uso de imóvel para instalação, manutenção, operacionalização e utilização de

ponto de captação de água. PRAZO: prorrogado até 31/12/2014.
Data da assinatura: 17/12/2013.

ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Extrato Termo Aditivo ao Contrato 2013-08 Timboprev

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/08

CONTRATANTE: TIMBOPREV - Instituto De Previdência Dos Servidores Públicos Municipais De Timbó. CONTRATADO: MÁRCIA M. DA SILVA CIA LTDA - INFODIGITALE.

OBJETO: prorrogação do prazo da locação do Sistema de Informática GEDOC (Controle de Processos e Gerenciador Eletrônico de Documentos), sob a forma de licença de uso, cuja finalidade versa acerca da digitalização de forma ordenada, arquivamento e gerenciamento eletrônico dos processos e demais documentos do TIMBOPREV. PRAZO: prorrogado até 31/12/2014. Data da assinatura: 19/12/13.

OSMAIR CASTILHO
Presidente

Extrato Termo Aditivo Contrato 2012-193 - FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/193

AUTORIZANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

AUTORIZADO: Hospital e Maternidade OASE

OBJETO: prorrogação do prazo do contrato que tem por objeto a Autorização de Uso, pelo AUTORIZANTE ao AUTORIZADO, do equipamento de ultrassonografia da marca Toshiba, modelo NE-MIO17, acompanhado dos seguintes itens: 01 monitor 14" cinza, 01 transdutor linear 10mhz, 01 transdutor convexo 3,5mhz, 01 transdutor endocavitário 7,5mhz, 01 estabilizador próprio do aparelho de ultrassom, 01 impressora Sony conectada preto/branco, 01 impressora não instalada, 01 estabilizador e 01 monitor 19" LCD. Data da Assinatura 09/12/2013. PRAZO: prorrogado até 31/12/2014.

ALFREDO JOÃO BERRI
Secretária de Saúde

Extrato Termo Aditivo Contrato 2012-203 - Obras

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/203

AUTORIZANTE: Elsidio Schuetze.

AUTORIZADO: Município de Timbó.

OBJETO: prorrogação do prazo da autorização de uso de imóvel

para instalação, manutenção, operacionalização e utilização de ponto de captação de água. PRAZO: prorrogado até 31/12/2014.
Data da assinatura: 17/12/2013.

ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 2012-09 - Pronto Socorro

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio Nº 2012/09 - Convênio de Cooperação que celebram entre si o Município de Timbó e o Hospital e Maternidade OASE, para Manutenção e execução de todas as atividades e serviços de Pronto Socorro.

CONVENIENTE: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONVENIADOS: HOSPITAL E MATERNIDADE OASE; ORDEM AUXILIADORA DAS SENHORAS EVANGÉLICAS DE TIMBÓ - OASET e INSTITUTO VIDA DE ASSISTENCIA À SAÚDE. OBJETO: prorrogação do prazo do convênio que tem por finalidade a Cooperação técnica-financeira-operacional entre o CONVENIENTE e os CONVENIADOS, para a realização/execução dos serviços de pronto atendimento em URGÊNCIA e EMERGÊNCIA no sistema de Pronto Socorro a todo cidadão que dele necessitar, a ser executado junto ao prédio situado à rua Germano Brandes Sênior, nº 690, em horário integral de 24 (vinte e quatro) horas diárias ininterruptas nos sete dias da semana. PRAZO: prorrogado até 31/03/2014. Data da assinatura: 19/12/13.

CONVENIENTE
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR
Prefeito

CONVENIENTE
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde

CONVENIADO
HAROLDO RITZKE
Presidente

CONVENIADO
TEREZINHA METZKER
Presidente da OASET

CONVENIADO
RICHARD DA SILVA CHOSEKI
Diretor Instituto Vida de Assistência à Saúde

Extrato Primeiro Termo Aditivo Convênio Nº 2013.03

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2013/03.

CONVENIENTE: Município de Timbó

CONVENIADO: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI.

OBJETO: prorrogação do prazo do Convênio que tem por finalidade a disponibilização, pelo CONVENIENTE ao CONVENIADO, de 1 (um) servidor público municipal, a título de cooperação técnica - operacional, para que juntamente com o CONVENIADO e os Municípios que o integram (Apiúna, Acurra, Benedito Novo, Doutor

Pedrinho, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó), promovam todas as atividades necessárias à efetiva consecução da gestão compartilhada/integrada do turismo. PRAZO: prorrogado até 31/12/14. Data da assinatura: 02/12/2013.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR
Prefeito de Timbó

Extrato Termo Aditivo ao Convênio Nº 2013-01 - Hospital Oase - Sobreaviso Médico

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2013/01 - CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TIMBÓ E O HOSPITAL E MATERNIDADE OASE E A EQUIPE MÉDICA, PARA MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE SOBREAVISO MÉDICO EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA EM ESPECIALIDADES.

CONVENIENTE: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde

CONVENIADOS: HOSPITAL E MATERNIDADE OASE; ORDEM AUXILIADORA DAS SENHORAS EVANGÉLICAS DE TIMBÓ - OASET e INSTITUTO VIDA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE. OBJETO: prorrogação do prazo do Convênio tem por finalidade a manutenção de serviços médicos em especialidades, no sistema de sobreaviso, em horário integral de 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, a ser coordenado pelo CONVENIENTE e executado pela equipe médica, que servirá de referência para situações de urgência e emergência que necessitem de intervenção médica especializada e/ou outras que necessitem de internação hospitalar PRAZO: prorrogado até 31/12/2014. Data da assinatura: 19/12/13.

CONVENIENTE
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR
Prefeito

CONVENIENTE
ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde

CONVENIADO
HAROLDO RITZKE
Presidente

CONVENIADO
TEREZINHA METZKER
Presidente da OASET

CONVENIADO
RICHARD DA SILVA CHOSEKI
Diretor Instituto Vida de Assistência à Saúde

Extrato Termo Aditivo Convênio Nº 2012-18 - FMS - Centro de Recuperação Beth Hayôtser

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DA SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2012/18
CONVENIENTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde

CONVENIADA: Centro de Recuperação "Beth Hayôtser".

OBJETO: prorrogação do prazo do convênio que tem por finalidade o atendimento e recuperação de pessoas adultas, do sexo masculino e/ou feminino, com problemas e/ou dependência relacionada

com as drogas, bebidas alcoólicas ou qualquer substância tóxica, encaminhados pelo Município. Data da Assinatura: 12/12/13. PRAZO: prorrogado até 31/12/2014.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JÚNIOR
Prefeito

Alexandre Eduardo Klug (Rescisão Contratual e Penalidade - Rp N.º 22.2013)

Timbó/SC, 19 de dezembro de 2013.

DECISÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL E APLICAÇÃO DE PENALIDADE

O Município de Timbó/SC lançou o Pregão Presencial n.º 22/2013 cujo objeto versa acerca da prestação de serviços de jardinagem, limpeza e manutenção nos imóveis das diversas unidades.

Após os trâmites relacionados ao referido certame a empresa ALEXANDRE EDUARDO KLUG ME restou vencedor do mesmo vindo a firmar com a municipalidade, na data de 05/04/2013 o Contrato Administrativo n.º 2013/63 (fls.93/101).

Diante do descumprimento editalício/contratual (comunicado pelo Capitão da PM-CTM 2ª/10º BPM Sr. Atila Tiago através do Ofício nº. 377/P-4/2013) e buscando zelar pelo cumprimento dos princípios legais e constitucionais (em especial o contraditório e a ampla defesa) foi promovida a notificação da referida empresa através de AR, momento em que foi conferido ao mesmo o prazo improrrogável de 5 (cinco) dias para manifestação, sob pena de aplicação das penalidades e demais providências previstas.

Ocorre que o AR de código JG 18563766 3 BR remetido em 17/12/2013 voltou por motivo de endereço insuficiente, não nos restando outra faculdade a de não ser de vir rescindir e penalizar a empresa ALEXANDRE EDUARDO KLUG ME.

Ante o exposto decide-se aplicar a penalidade de multa prevista no artigo 87, II da Lei n.º 8.666/1993, definida na cláusula sexta (das penalidades) do Contrato Administrativo n.º 2013/63, no patamar de 10% (dez por cento) do valor total do contrato (totalizando R\$450,00), e de suspensão do direito de licitar com a administração municipal pelo prazo de 2 (dois) anos (artigo 87, inciso III da Lei n.º 8.666/1993).

A penalidade de multa deverá ser paga junto à Tesouraria da Fazenda Pública Municipal no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias contados da intimação acerca dos termos desta decisão, podendo, no caso de inadimplência, ser cobrada administrativamente ou judicialmente.

Intime-se. Publique-se.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Rescisão Superligh Alimentos Ltda (Ata de Rp N.º 109.2013)

TERMO DE RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 109/2013

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n.º 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, cidade de Timbó/SC, através da Secretaria de Educação, representada pelo Secretário Sr. Sergi Frederico Mengarda, abaixo denominado MUNICÍPIO, resolve RESCINDIR a ata de registro de preço firmada com empresa SUPERLIGHT ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n.º 81.264.111/0001-07, com sede na Rua Barão de Teffe, n.º 295, bairro Zona Central, CEP: 84.010-570, cidade de Ponta Grossa/PR, mediante as seguintes considerações:

- Considerando que para a aquisição de diversos gêneros alimentícios pouco perecíveis, destinados aos núcleos, unidades pré-escolares e escolas da rede pública municipal de ensino, para cumprimento do cardápio no período de outubro a dezembro de 2013

e fevereiro a março de 2014 em atendimento às necessidades da Secretaria de Educação o MUNICÍPIO diligenciou o certame licitatório (edital n.º 109/2013), restando a empresa SUPERLIGHT ALIMENTOS LTDA vencedora no que tange aos itens 02, 06, 07, 08, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 25, 28, 30, 31, 33, 35 e 36, firmando com o MUNICÍPIO a respectiva ata de registro de preço (fls. 234/143);

- considerando que em que pese a empresa tenha subscrito a competente ata de registro de preço, não houve o cumprimento das obrigações assumidas, em completa afronta ao estabelecido no edital, ata e legislação aplicável a espécie, fato que culminou em 22/11/2013 após regular procedimento administrativo na rescisão contratual e aplicação das penalidades de advertência e suspensão do direito de licitar, conforme documentos de fls. 298 a 299 dos autos.

- Considerando que a rescisão encontra amparo no artigo 79, I da Lei n.º 8.666/1993 ("Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser: determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior.");

- Considerando que o MUNICÍPIO sempre zelou pela correta e eficaz execução dos contratos bem como pelas melhores e mais vantajosas condições, principalmente no que se refere ao cumprimento integral de suas finalidades e, em especial, no que tange ao regular fornecimento dos produtos relacionados à manutenção preventiva e corretiva da frota da Administração Direta e Indireta, em especial aqueles decorrentes da ata de registro de preço do edital n.º 109/2013;

- Considerando que o edital n.º 109/2013 e a referida ata de registro de preço (em especial a cláusula XI - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços) admitem a possibilidade de rescisão, nas hipóteses em que há descumprimento pela empresa das obrigações assumidas, como a ocorrido no caso em apreço.

A partir da data de 28/11/2013, fica a ata de registro de preço edital n.º 109/2013 inerente aos itens de responsabilidade da empresa SUPERLIGHT ALIMENTOS LTDA rescindida em todos seus termos.

A rescisão ora aplicada não exime a empresa das penalidades já aplicadas por força do descumprimento das obrigações assumidas na ata, bem como da aplicação de outras que, por força desta rescisão, venham a incidir sobre a mesma.

Timbó/SC, 19 de dezembro de 2013.

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 48 2013 SAMAE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 48/2013 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de reagentes e produtos para laboratório da estação de tratamento de água e produtos químicos para tratamento de água.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Buschle & Lepper S/A; Química Maragno Ltda; Digicrom Analítica Ltda; Projesan Saneamento Ambiental Ltda; e Quimisa S/A.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 468.949,90 (quatrocentos e sessenta e oito mil, novecentos e quarenta e nove reais e noventa centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 19/12/2014.

Timbó, 20/12/2013

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente SAMAE

CÂMARA MUNICIPAL

Dispensa de Licitação N.º 02/2014

CAUSA ENSEJADORA:

Dispensa de licitação, com base no artigo 24, II c/c art. 23, II, "a", da Lei 8.666/93.

JUSTIFICATIVA:

Licitação dispensada em razão do valor da proposta apresentada ser inferior ao limite legal que exige a abertura de procedimento licitatório.

RAZÃO DA ESCOLHA:

Dentre as empresas consultadas para apresentar orçamento foi o menor preço apresentado.

JUSTIFICAÇÃO DO PREÇO:

O preço de R\$ 200,00 para até 5.000 páginas e de R\$ 0,04 por página excedente foi a melhor proposta encontrada entre as empresas pesquisadas.

OBJETO DO CONTRATO:

Prestação de serviço de impressão com tiragem mínima de 5.000 páginas mensais, mediante o comodato de duas impressoras multifuncionais (copiadora, fax, scanner e impressora) com suprimento de toner, manutenção preventiva, equipamento de suporte (back up) quando necessário, suporte técnico, instalação e configuração.

CONTRATADO:

S.O.S. Soluções em Tecnologia Ltda - ME, inscrita no CNPJ sob nº 10.485.215/0001-01, com sede na Rua João Simas, nº 20, Glória, Blumenau (SC).

VALOR:

O valor estimado de gastos até Dezembro de 2014 é de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Timbó (SC), 20 de Dezembro de 2013.

RUBENS BORCHARDT

Presidente

Dispensa de Licitação N.º 09/2013

CAUSA ENSEJADORA:

Dispensa de licitação, com base no artigo 24, II e V, da Lei 8.666/93.

JUSTIFICATIVA:

Licitação dispensada porque o valor da contratação é inferior ao disposto no art. 23, II, a, da Lei 8.666/93 e por falta de licitantes à sessão pública do Pregão Presencial nº 12/2013, Processo Licitatório nº 21/2013, restando deserto o procedimento, sendo evidente que toda repetição de licitação prejudica a administração, tanto em tempo quanto em dinheiro, trabalho, e todo o desgaste inerente a qualquer procedimento licitatório, consoante ensina o Dr. Ivan Barbosa Rigolin, em http://www.tcm.sp.gov.br/legislacao/doutrina/14a18_06_04/ivan_barbosa3.htm. Capturado em 10 de dezembro de 2008, às 10h e 53 min.

RAZÃO DA ESCOLHA:

Dentre as empresas consultadas foi o menor preço apresentado.

JUSTIFICAÇÃO DO PREÇO:

Compatível com os praticados no mercado.

OBJETO DO CONTRATO:

Contratação de empresa prestadora de serviços para realizar a mudança de móveis, equipamentos, documentos e a remoção de divisórias e equipamentos de ar condicionado que guarnecem a Sede da Câmara Municipal, localizada na Rua Germano Brandes Sênior, 711 - Centro, para a nova Sede da Câmara Municipal, localizada na Rua Inglaterra, s/nº, Bairro das Nações, Timbó (SC).

CONTRATADO:

MAIKON DE SOUZA - MEI, inscrito no CNPJ sob nº 19.277981/0001-47, estabelecido na Rua Finlândia, nº 506, Sala 01, Bairro das

Nações, Timbó (SC), CEP: 89120-000.

VALOR:

O valor do contrato é de R\$ 7.898,50 (sete mil e oitocentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos).

Timbó (SC), 18 de Dezembro de 2013.

RUBENS BORCHARDT

Presidente

Dispensa de Licitação Nº 1/2014

CAUSA ENSEJADORA:

Dispensa de licitação com fundamento na Lei 8.666/93, art. 24, II c/c art. 23, II, alínea "a".

JUSTIFICATIVA:

Licitação dispensada em razão da necessidade do sistema "Legislador" e "Legislador Mirim" para o desempenho das atividades legislativas da Câmara Municipal de Timbó, bem como o valor da proposta apresentada (R\$ 526,40 mensais) ser compatível com os preços praticados no mercado e ficar aquém do limite estabelecido na Lei 8.666/93, art. 24, II c/c art. 23, II, alínea "a".

RAZÃO DA ESCOLHA:

Necessidade do sistema para organizar a tramitação das proposições e gerenciar os atos expedidos pelo poder legislativo municipal.

JUSTIFICAÇÃO DO PREÇO:

Compatível com os praticados no mercado.

OBJETO DO CONTRATO:

O direito de uso, a manutenção, a atualização e suporte técnico do Sistema Legislador e Legislador Mirim, de propriedade da empresa Lancer Soluções em Informática Ltda.

CONTRATADA:

LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.685.840/0001-35, com sede na Rua XV de novembro, nº 1.480, sala 704, Centro, Blumenau (SC).

VALOR:

O valor do contrato é de R\$ 6.316,80(seis mil trezentos e dezesseis reais e oitenta centavos).

Timbó (SC), 17 de Dezembro 2013.

RUBENS BORCHARDT

Presidente

Tunápolis

PREFEITURA

Lei Nº 1.164/2013 de 23 de Dezembro de 2013.

LEI Nº 1.164/2013 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Sistema de Abastecimento de água no Município de Tunápolis, que será administrado pela Municipalidade, que se empenhará para fornecer água de boa qualidade para a população.

Art. 2º - As ligações e religações de água, sempre serão solicitadas

via requerimento dirigido ao Executivo Municipal, pelo proprietário do Imóvel, que será o responsável pelo pagamento do consumo de água, mesmo quando o imóvel estiver ocupado por inquilino. O recibo de pagamento sempre será feito em nome do proprietário.

Parágrafo Único: São documentos obrigatórios para solicitação de ligações de água: Cópia da Certidão de Matrícula do imóvel objeto da ligação; Cópia do documento de Identidade e CPF do proprietário do imóvel – requerente.

Art. 3º - O pagamento do consumo de água, terá seu vencimento fixado sempre até o dia 15 (quinze) de cada mês.

Parágrafo Único: A inadimplência de três (3) faturas acarretará no corte do fornecimento de água.

Parágrafo Único – Nas contas atrasadas, será acrescida multa de 2% (dois por cento), e juros de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 4º O consumo de água decorrente do sistema de abastecimento de água, será cobrado mediante taxa segundo patamares estabelecidos no Anexo I da presente Lei.

§ 1º O cálculo do valor a ser pago será efetuado com base em faixas de consumo, com valores fixos para cada faixa.

§ 2º O consumo que exceder ao patamar fixado será cobrado com base no patamar imediatamente superior.

§ 3º Sempre que o consumo de água não atingir o patamar de 10 m³/mês, a taxa correspondente poderá ser cobrada apenas de 02 em 02 meses, acumulando-se os valores correspondentes aos meses anteriores.

§ 4º As ligações de água não tratada somente serão permitidas para o consumo animal, mediante parecer de uma comissão designada do setor competente que deverá atestar que essa ligação não irá interferir na demanda para o consumo humano da água tratada, bem como atestar que não existe outra alternativa, sendo cobrado para tanto o valor conforme o Anexo III da presente Lei.

§ 5º Aos proprietários ou possuidores de lotes onde existem as fontes de água ou açudes dos quais o Município se utiliza para o abastecimento do sistema municipal, ou tenha a permissão para a colocação de caixas ou tanques, numa área acima de 20 m² (vinte metros quadrados), será permitido o consumo gratuito de até de 05 m³ (cinco metros cúbicos) de água tratada por mês.

§ 6º As ligações de água na Zona Rural, onde cuja residência, ou mesmo lote que não existia no momento da construção da rede, o valor da ligação será de 50% (cinquenta por cento) do constante no Anexo II, desde que a rede para a nova ligação seja de até 30 (trinta) metros da rede geral, mediante laudo de equipe responsável.

Art. 5º A ligação, religação de água e a alteração do local do hidrômetro, dar-se-á mediante o pagamento do respectivo preço, conforme especificado no Anexo II.

§ 1º A religação de água decorrente de corte por inadimplência, far-se-á mediante requerimento dirigido ao setor competente da administração, pagamento da totalidade do débito e pagamento da taxa de religação conforme Anexo II.

Art. 6º Além do preço da ligação estabelecido nesta Lei, o munícipe pagará ainda o valor do hidrômetro que será instalado pelo Município conforme a letra "c" do Anexo II.

Parágrafo único. O valor do hidrômetro juntamente com a taxa de ligação no perímetro rural poderá ser parcelado em até 05 (cinco)

vezes.

Art. 7º Cabe ao Município a manutenção da rede de abastecimento de água até o hidrômetro que deverá ser instalado preferencialmente até o limite de 15 (quinze) metros da rede geral que fica à beira das estradas municipais.

Parágrafo único. Eventual substituição por desgaste natural do hidrômetro será efetuada pelo Município, sem ônus para o consumidor.

Art. 8º As ligações de água efetuadas em desacordo com as normas estabelecidas pela presente Lei, sujeitará o responsável ao pagamento de multa de 01 (uma) UFRM.

Parágrafo único. Sem prejuízo da multa estabelecida no caput deste artigo a ligação de água será imediatamente cortada.

Art. 9º As reclamações efetuadas pelos consumidores quanto ao consumo de água serão recebidas e avaliadas pelo setor competente.

§ 1º Sendo procedente a reclamação o Município emitirá nova fatura de água fazendo constar os valores devidos decorrentes do efetivo consumo de água.

§ 2º Na hipótese de mau funcionamento do hidrômetro a nova fatura de água será emitida tendo por base o consumo médio dos últimos 06 (seis) meses do consumidor.

§ 3º O consumo excessivo decorrente de vazamento interno do imóvel, atestado por uma comissão designada pelo setor competente, que esse vazamento foi involuntário, será usado então como parâmetro para a cobrança do mesmo, a média das faturas dos últimos 06 (seis) meses, incluindo a última medição.

§ 4º Nos casos de vazamento involuntário atestado por comissão designada, será permitido o lançamento de fatura correspondente a média dos 06 (seis) últimos meses, sendo única e exclusivamente no mês da constatação de vazamento. É vedado o lançamento contínuo da média de consumo, sendo permitido apenas para 1 (uma) fatura.

Art. 10 - O Chefe do Poder Executivo atualizará anualmente os valores estabelecidos pela presente Lei, com base na variação do IGP-M ou outro índice que venha a substituí-lo.

Art. 11 - Em tempos de estiagem, uma vez decretado o "ESTADO DE EMERGÊNCIA", fica o Executivo Municipal autorizado a fechar o registro de água dos consumidores, que não atenderem ao apelo da Municipalidade, no sentido de colaborar e poupar água.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente as Leis Municipais nº 121/1191, 539/2001, 743/2005, e a Lei Complementar 16/2007.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
aos 23 de dezembro de 2013.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

ANEXO I
PATAMARES DE CONSUMO E RESPECTIVA TAXA

CONSUMIDOR RESIDENCIAL, COMERCIAL, INDUSTRIAL E RURAL

Faixa de Consumo (m3)	Valor Taxa (R\$)/m3
0-5	1,53
6-10	2,01
11-15	2,78
16-30	3,48
31-999999	4,80

ANEXO II

PREÇO DE LIGAÇÃO E RE-LIGAÇÃO DE ÁGUA E ALTERAÇÃO DO LOCAL DO HIDRÔMETRO

a) Para área urbana, na sede do município

Serviço	Preço (R\$)
Ligação	46,49
Re-ligação	75,68
Alteração de local do hidrômetro	46,49

b) Para área rural no município.

Serviço	Preço (R\$)
Ligação	747,95
Re-ligação	75,68
Alteração de local do hidrômetro	156,85

c) Valor do hidrômetro.

Hidrômetro	Preço (R\$)
Valor licitado anualmente	

ANEXO III

PATAMARES DE CONSUMO E RESPECTIVA TAXA DE ÁGUA NÃO TRATADA EXCLUSIVAMENTE PARA CONSUMO ANIMAL

Faixa de Consumo (m3)	Valor Taxa (R\$)/m3
0-999999	1,53

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC.,
Em 23 de dezembro de 2013.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Lei Nº 1.165/2013 de 23 de Dezembro de 2013.

LEI Nº 1.165/2013 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2013.

Altera a Lei 966/2010 que fixa a tabela de preço dos serviços prestados pelo Município e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a redação dada pela Lei 966/2010 de 11 de março de 2010 que alterou a tabela que estabelece o preço dos serviços prestados pelo Município criada originalmente pela Lei 491/2001 e alterada por legislações posteriores, que ora passa a vigorar com as alterações promovidas pela presente Lei, constantes no Anexo Único, tendo sempre como parâmetro de equivalência o valor do litro de óleo diesel licitado pelo Município, por hora ou por quilômetro rodado conforme o caso.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis ,
aos 23 de dezembro de 2013.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

ANEXO ÚNICO

Tabela de Preço sobre os Serviços Prestados pelo Município

Serviço	Preço/Equivalência
Motoniveladora	40 litros/hora
Pá Carregadeira	20 litros/hora
Retroescavadeira	25 litros/hora
Caminhão basculante toco	1,5 litros/km + 1,5 litros/carga
Caminhão basculante truque	2,0 litros/km + 2,0litros/carga
Trator Esteira	60 litros/hora
Escavadeira hidráulica	60 litros/hora
Distribuidor de adubo orgânico líquido cap. 3000 litros c/ trator	20 litros/hora
Distribuidor adubo orgânico líquido cap. 4000 litros c/ trator	25 litros/hora
Empréstimo distribuidor de adubo orgânico líquido cap. 3000 litros s/ trator	8 litros/dia
Empréstimo distribuidor adubo orgânico líquido cap. 4000 litros s/ trator	14 litros/dia
Empréstimo de distribuidor de calcário s/ trator	14 litros/dia
Empréstimo de moto-bomba à gasolina para limpeza de poços de água	6 litros/dia
Serviço de compactação com rolo compactador	15 litros/hora
Atendimento Veterinário em Plantão (fora de horário normal do expediente)	4 litros/atendimento

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Decreto N.º 1583/2013 de 20 de Dezembro de 2013.

DECRETO N.º 1583/2013 de 20 de dezembro de 2013.
DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Legislação vigente e:

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todo o território do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no dia 24 e 31 de dezembro de 2013, no período vespertino das 7h30min às 17h, em virtude das comemorações festivas do natal e final de ano respectivamente.

Art. 2º Todas as repartições públicas municipais estarão fechadas neste dia, exceto os serviços emergências e de urgência, além dos trabalhos de vigia.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão à

conta dos créditos orçamentários vigentes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
aos 20 de dezembro de 2013.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Este Ato foi publicado na presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Processo de Licitação Nº 132/2013 Edital de Pregão Presencial Nº 98/2013 Registro de Preço 23/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 132/2013
Edital de Pregão Presencial nº 98/2013
Registro de Preço 23/2013

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, por Registro de Preço que tem por objeto a aquisição de PNEUS E CÂMARAS NOVAS, para os veículos e máquinas da municipalidade ao longo de 12 (doze) meses.

Entrega das propostas até às 8h30min do dia 09/01/2014
Informações do Edital, no Setor de Compras do
Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.
Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 20 de dezembro de 2013.
ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Decreto Nº 10.707/13

DECRETO Nº 10.707/13, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.
Nomeia Secretário Municipal da Assessoria Jurídica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, RUBENS MÁRCIO PAVARIN, para exercer o cargo comissionado de Secretário Municipal da Assessoria Jurídica, símbolo DAS-1, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal da Assessoria Jurídica.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 19 de dezembro de 2013.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0864/13

PORTARIA nº 0864/13

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e a vista do que consta no Memorando nº 398/13 do Secretário de Administração;

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 02 de dezembro de 2013 até 31 de dezembro de 2013, o gozo de férias do servidor DIONISIO ROBASKEWICZ NETO, ocupante do cargo efetivo de Analista de Nível Superior, referente ao período aquisitivo de 05 de novembro de 2012 até 04 de novembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de dezembro de 2013.

Videira, 17 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0866/13

PORTARIA nº 0866/13

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 18.927/2013,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ROSEMIRO ANTONIO PEREIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, de 10 de fevereiro de 2014 até 10 de maio de 2014, referente ao quinquênio de 16 de dezembro de 2002 até 16 de dezembro de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 10 de fevereiro de 2014.

Videira, 18 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0866/13

PORTARIA nº 0866/13

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 18.927/2013,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a ROSEMIRO ANTONIO PEREIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, de 10 de fevereiro de 2014 até 10 de maio de 2014, referente ao quinquênio de 16 de dezembro de 2002 até 16 de dezembro de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 10 de fevereiro de 2014.

Videira, 18 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0867/13

PORTARIA nº 0867/13

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 19.536/2013,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a GLECI TERESINHA DA ROSA, Professora, de 03 de fevereiro de 2014 até 03 de maio de 2014, referente ao quinquênio de 19 de abril de 2006 até 18 de abril de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2014.

Videira, 18 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 0868/13

PORTARIA nº 0868/13

Revoga a Portaria nº 1702/12

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Revogar a Portaria nº 1702/12, que nomeou interinamente a servidora RENATA CHRISTINA MELILLO, para exercer o cargo comissionado de Secretária Municipal da Assessoria Jurídica, símbolo DAS-1, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal da Assessoria Jurídica.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 19 de dezembro de 2013.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de dezembro de 2013.

VALMOR LUIZ DALL' AGNOL

Secretário de Administração

Resultado do Julgamento da Habilitação do Edital de Tomada de Preços Nº 10/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2013

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DE SALAS DE AULA E BLOCOS SANITÁRIOS, REFORMA DE BLOCOS SANITÁRIOS EXISTENTES, DA COBERTURA E PINTURA EM GERAL DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PAULO FIORAVANTE PENSO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, restando INABILITADAS as empresas Construlacer Comércio e Construções Lacerdópolis Ltda ME, Mathei Engenharia Ltda EPP e Terraplanagem e Prestadora de Serviços Excel Ltda e HABILITADAS as empresas Mendes e Suckow Engenharia e Construções Ltda e Palazzo Construtora Ltda ME. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 19 de dezembro de 2013.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0003/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0003/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DÉBORA JUSIMÉIA VOLFE

CPF: 043.822.599-67

OBJETO: Alteração da justificativa de "tendo em vista o parecer jurídico n. 195/2013; fica assegurada a estabilidade da funcionária que está grávida, até a data prevista de início da licença maternidade" para "tendo em vista parecer jurídico n. 195/2013; fica assegurada a contratação da funcionária até 13 de janeiro de 2014, pois se encontra em licença maternidade, conforme portaria n. 0717/13 e mais 01 (um) mês, referente a estabilidade da funcionária até o 5º (quinto) mês após o parto".

VIGÊNCIA: de 14 de janeiro de 2013 até 12 de fevereiro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0064/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0064/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FABIANE SUELYN ALVES FOLGIARINI

CPF: 039.872.859-31

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 até 31 de janeiro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0070/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0070/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JAINE PATRICIO

CPF: 079.710.829-75

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 até 31 de janeiro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0111/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0111/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DEBORA DE PAULA MIRANDA

CPF: 061.538.569-93

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 até 31 de janeiro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0186/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0186/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FABIANA APARECIDA ZANCANELLI MACAGNAN

CPF: 057.437.479-54

VIGÊNCIA: de 08 de fevereiro de 2013 até 20 de dezembro de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0240/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0240/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GRISILDA LIESEMBERG BERGAMO

CPF: 614.116.559-15

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2012 até 20 de dezembro de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0267/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0267/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: SÉRGIO ANTONIO OZELAMI

CPF: 848.897.809-04

VIGÊNCIA: de 18 de fevereiro de 2013 até 31 de janeiro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0376/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0376/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: FRANCIELLE APARECIDA HELEODORO DE BAIRRO

CPF: 080.268.149-24

VIGÊNCIA: de 25 de fevereiro de 2013 até 30 de junho de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0450/2012

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0450/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DALUZ NUNES DA ROSA

CPF: 020.106.029-94

OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição à servidora SIRLEI PERAZZOLI HEINECK, em licença para tratamento de saúde, conforme perícia médica seguida de, em gozo de férias nos meses de Setembro e Outubro" para "em substituição à servidora SIRLEI PERAZZOLI HEINECK, em licença para tratamento de saúde, conforme perícia médica".

VIGÊNCIA: de 02 de abril de 2012 até 31 de janeiro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0520/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0520/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: EDUARDA CLARISSA DA SILVA

CPF: 006.658.039-07

VIGÊNCIA: de 17 de abril de 2013 até 30 de junho de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0579/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0579/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DIRLEI ZUFFO

CPF: 460.990.699-68

VIGÊNCIA: de 01 de julho de 2013 até 30 de dezembro de 2014

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Anexo IV Gastos com Saúde**DECRETO 8.766/07****ANEXO IV****CONTROLE DE GASTOS COM SAÚDE - MÊS DE NOVEMBRO DE 2013**

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE	
1.BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS	ARRECADAÇÃO ATÉ O MÊS
RECEITAS PRODUTOS DE IMPOSTOS - ESPECIFICAÇÃO	
1.1 - IPTU	4.098.072,60
1.2 - ITBI	2.126.738,73
1.3 - ISS	6.883.681,95
1.4 - IRRF	1.588.440,46
1.5 - FPM	15.896.340,64
1.6 - ITR	86.033,25
1.7 - COTA PARTE ICMS EXPORTAÇÃO	152.762,48
1.8 - ICMS	32.069.087,69
1.9 - IPVA	5.733.025,45
1.10 - IPI EXPORTAÇÃO	459.824,47
1.11 - RECEITA DE DÍVIDA ATIVA DE IMPOSTOS	545.356,01
1.12 - MULTAS E JUROS DE IMPOSTOS	326.898,12
1.13 - RECEITA PRODUTO DE IMPOSTOS	69.966.261,85

2. ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	ACUMULADO ATÉ O MÊS
2.1 - 15% DAS RECEITAS DE PRODUTOS DE IMPOSTOS (15% DE 1.13)	10.494.939,28
2.2 - RECURSOS PAB	986.862,24
2.3 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS - PAB	18.140,32
2.4 - SUPERÁVIT FINANCEIRO DO PAB	214.290,63
2.5 - CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE	4.541.329,99
2.6 SUPERÁVIT FINANCEIRO DE CONVÊNIOS VINCULADOS A SAÚDE	2.966.372,24
TOTAL	19.221.934,70

3. APLICAÇÃO	EXIGÊNCIA LEGAL	LIQUIDADA	DIFERENÇA
3.1 - Ações básicas de Saúde - Próprios	10.494.939,28	11.492.124,07	997.184,79
3.2 - Ações básicas de Saúde - PAB/Convênios (2.2+2.3)	8.726.995,42	4.901.843,45	-3.825.151,97
TOTAL	19.221.934,70	16.393.967,52	-2.827.967,18

Fonte:Departamento de Contabilidade

Videira, 16 de Dezembro de 2.013.

Juliane M.C.Wartha
Contadora CRC-SC 024015/O-6

Caetano Raphael Cardoso
Secretário Mun. de Saúde e Ação Social

Wilmar Carelli
Prefeito Municipal Interino

Vitor Meireles

PREFEITURA

Decreto Nº 069/2013

DECRETO N.º 069/2013

NOMEIA MEMBROS PARA COMPORER A COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO - CMAA DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão Municipal de acompanhamento e Avaliação - CMAA do Programa Prefeito Amigo da Criança (PPAC):

I - Representantes do Poder Público:

1. JUAREZ LIMA VARELA - Função: Assistente Social
2. PAULO ROBERTO DE FREITAS - Função: Diretor de Educação
3. EDENIR BRANGER FRANÇA - Função: Secretária Municipal de Educação
4. TELMO LUIZ KOERICH - Função: Secretário Municipal de Saúde
5. JULIANA FUSINATO - Função: Psicóloga da Secretaria Municipal de Saúde
6. REGINA DA COSTA OLIVEIRA - Função: Enfermeira do Programa Saúde da Família

II - Representantes da Sociedade Civil:

1. ROSANE VIEIRA - Representante do Conselho Municipal de Educação
2. THAÍSE SUÉLEN LANGE DE SOUZA - Representante do Conselho Municipal de Segurança Alimentar
3. LEONICE MORGUENROTH - Representante do Conselho Municipal de Assistência Social
4. MARCELO ANDRÉ AGOSTINI - Representante do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência
5. ADEMIR FIAMONCINI - Representante da APP (Associação de Pais e Professores) da Escola Municipal "Victor Meirelles"
6. JOSIANE BERKENBROCK MASOTE - Representante da Associação dos Servidores Públicos e/ou Municipais de Vitor Meireles - ASERVIM

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC),
em 20 de Dezembro 2013.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

1º Termo Aditivo Conrtato 01-2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2013 DE AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VITOR

MEIRELES E A EMPRESA FLAVIO MAFRA ME.

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, de um lado o MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, com registro no CNPJ/MF sob o nº 79.372.520/0001-85, e sede na Rua Santa Catarina, nº 1.122, bairro Centro, nesta cidade de Vitor Meireles - SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal LOURIVAL LUNELLI, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei, adiante designada simplesmente, CONTRATANTE, e de outro lado a empresa FLAVIO MAFRA ME, com registro no CNPJ nº 07.188.935/0001-92, com sede na cidade de Vitor Meireles, sito à Rua Estrada Geral Rio Bruno, no presente ato representada pelo Sr. FLAVIO MAFRA, brasileiro, CPF nº 702.443.169-53, residente e domiciliado na Rua Ve-reador Eduardo Fossa, Vitor Meireles/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE FORNECIMENTO, AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2014, de acordo com o disposto na Lei nº 8.666/93, inclusive suas alterações posteriores, e Pregão nº 004/2013 e, ainda, consoante as seguintes cláusulas e condições:

Ficam alteradas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Fornecimento, AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2014, tudo em conformidade com as características e especificações constantes do ANEXO I do Edital de Pregão nº 004/2013.

CLÁUSULA OITAVA - Do Preço

Conforme IGP-M acumulado dos últimos doze meses, fica assim reajustado:

- o valor de R\$ 305,89 (Trezentos e Cinco Reais e Oitenta e Nove Centavos) para o ítem "001 000" ANEXO I, por dia de efetiva Prestação do Serviço;

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - Da Vigência

O prazo do contrato de prestação de serviços será até o final do ano letivo, começando a contar a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, caso a Prefeitura Municipal de Vitor Meireles tenha interesse, por até 02 (duas) vezes, sempre obedecendo o mesmo período.

Nos casos em que o contrato for prorrogado, os valores propostos serão reajustados pelo IGP-M - Índice Geral de Preços Médios calculados pela Fundação Getúlio Vargas, acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

Vitor Meireles/SC, 16 de Dezembro de 2013.

LOURIVAL LUNELLI	FLAVIO MAFRA ME
Prefeito Municipal	Empresa

Testemunhas:

CLAUDINEI FELICIANO	IVANDRO ANZINI
CPF - 042.800.449-02	CPF - 036.205.529-75

1º Termo Aditivo Contrato 02-2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2013 DE AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E A EMPRESA EDINO VENDRAMI ME.

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, de um lado o MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, com registro no CNPJ/MF sob o nº 79.372.520/0001-85, e sede na Rua Santa Catarina, nº 1.122, bairro Centro, nesta cidade de Vitor Meireles - SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal LOURIVAL LUNELLI, no uso

das atribuições que lhes são conferidas por lei, adiante designada simplesmente, CONTRATANTE, e de outro lado a empresa EDINO VENDRAMI ME, com registro no CNPJ nº 81.582.934/0001-80, com sede na cidade de Vitor Meireles, sito à Rua Germano Possamai, 32 no presente ato representada pelo Sr. EDINO VENDRAMI, brasileiro, CPF nº 379.254.909-34, residente e domiciliado na Rua Germano Possamai, Vitor Meireles/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE FORNECIMENTO, AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 4 de acordo com o disposto na Lei nº 8.666/93, inclusive suas alterações posteriores, e Pregão nº 004/2013 e, ainda, consoante as seguintes cláusulas e condições:

Ficam alteradas as seguintes Cláusulas

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Fornecimento, AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2014, tudo em conformidade com as características e especificações constantes do ANEXO I do Edital de Pregão nº 004/2013.

CLÁUSULA OITAVA - Do Preço

Conforme IGP-M acumulado dos últimos doze meses, fica assim reajustado:

Pela aquisição dos serviços especificados no Anexo I, a Contratante pagará à Contratada:

- o valor de R\$ 169,82 (cento e sessenta e nove reais e oitenta e dois centavos) para o ítem "002 000" ANEXO I, por dia de efetiva Prestação do Serviço;

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - Da Vigência

O prazo do contrato de prestação de serviços será até o final do ano letivo, começando a contar a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, caso a Prefeitura Municipal de Vitor Meireles tenha interesse, por até 02(duas) vezes, sempre obedecendo o mesmo período.

Nos casos em que o contrato for prorrogado, os valores propostos serão reajustados pelo IGPM - Índice Geral de Preços Médios calculados pela Fundação Getúlio Vargas, acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

E, por estarem justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Vitor Meireles/SC, 16 de Dezembro de 2013.

LOURIVAL LUNELLI	EDINO VENDRAMI ME
Prefeito Municipal	Empresa

Testemunhas:

CLAUDINEI FELICIANO	IVANDRO ANZINI
CPF - 042.800.449-02	CPF - 036.205.529-75

1º Termo Aditivo Contrato 03-2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2013 DE AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2013, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E A EMPRESA MANOEL MARCELINO TRANSPORTES ME.

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, de um lado o MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, com registro no CNPJ/MF sob o nº 79.372.520/0001-85, e sede na Rua Santa Catarina, nº 1.122, bairro Centro, nesta cidade de Vitor Meireles - SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal LOURIVAL LUNELLI, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei, adiante designada simplesmente, CONTRATANTE, e de outro lado a empresa MANOEL MARCELINO TRANSPORTES ME, com registro no CNPJ nº

82.092.487/0001-44, com sede na cidade de Vitor Meireles, sito à Rua Estrada Geral Serra da Abelha, no presente ato representada pelo Sr. MANOEL MARCELINO, brasileiro, CPF nº 508.013.769-04, residente e domiciliado na Rua Estrada geral Serra da Abelha, Vitor Meireles/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE FORNECIMENTO, AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2014, de acordo com o disposto na Lei nº 8.666/93, inclusive suas alterações posteriores, e Pregão nº 004/2013 e, ainda, consoante as seguintes cláusulas e condições:

Ficam alteradas as seguintes Cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Fornecimento, AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2014, tudo em conformidade com as características e especificações constantes do ANEXO I do Edital de Pregão nº 004/2013.

CLÁUSULA OITAVA - Do Preço

Pela aquisição dos serviços especificados no Anexo I, a Contratante pagará à Contratada:

- o valor de R\$ 390,28 (trezentos e noventa reais e vinte e oito centavos) para o ítem "003 000" ANEXO I, por dia de efetiva Prestação do Serviço;

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - Da Vigência

O prazo do contrato de prestação de serviços será até o final do ano letivo, começando a contar a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, caso a Prefeitura Municipal de Vitor Meireles tenha interesse, por até 02 (duas) vezes, sempre obedecendo o mesmo período.

Nos casos em que o contrato for prorrogado, os valores propostos serão reajustados pelo IGPM - Índice Geral de Preços Médios calculados pela Fundação Getúlio Vargas, acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

E, por estarem justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Vitor Meireles/SC, 16 de Dezembro de 2013.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

MANOEL MARCELINO TRANSPORTES ME
Empresa

Testemunhas:

CLAUDINEI FELICIANO	IVANDRO ANZINI
CPF - 042.800.449-02	CPF - 036.205.529-75

3º Termo Aditivo Contrato 08-2011

TERCEITO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2011 DE AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E A EMPRESA FLAVIO MAFRA ME.

Aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, de um lado o MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, com registro no CNPJ/MF sob o nº 79.372.520/0001-85, e sede na Rua Santa Catarina, nº 1.122, bairro Centro, nesta cidade de Vitor Meireles - SC, neste ato representada pelo Prefeito Municipal LOURIVAL LUNELLI, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei, adiante designada simplesmente, CONTRATANTE, e de outro lado a empresa FLAVIO MAFRA ME, com registro no CNPJ nº 07.188.935/0001-92, com sede na cidade de Vitor Meireles, sito à Rua Estrada Geral Rio

Bruno, no presente ato representada pelo Sr. FLAVIO MAFRA, brasileiro, CPF nº 702.443.169-53, residente e domiciliado na Rua Vereador Eduardo Fossa, Vitor Meireles/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE FORNECIMENTO, AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2014, de acordo com o disposto na Lei nº 8.666/93, inclusive suas alterações posteriores, e Pregão nº 023/2011 e, ainda, consoante as seguintes cláusulas e condições:

Ficam alteradas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Fornecimento, AQUISIÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2014, tudo em conformidade com as características e especificações constantes do ANEXO I do Edital de Pregão nº 023/2011.

CLÁUSULA OITAVA - Do Preço

Conforme IGP-M acumulado dos últimos doze meses, fica assim reajustado:

- o valor de R\$ 245,20 (Duzentos e Quarenta e Cinco Reais e Vinte Centavos) para o item "001 000" ANEXO I, por dia de efetiva Prestação do Serviço;

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - Da Vigência

O prazo do contrato de prestação de serviços será até o final do ano letivo, começando a contar a partir de sua assinatura. Sem mais poder ser prorrogado.

Vitor Meireles/SC, 16 de Dezembro de 2013.
LOURIVAL LUNELLI FLAVIO MAFRA ME
Prefeito Municipal Empresa

Testemunhas:
CLAUDINEI FELICIANO IVANDRO ANZINI
CPF - 042.800.449-02 CPF - 036.205.529-75

Contrato 31-2013

CONTRATO Nº 031/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES E A EMPRESA INFO VR - TECNOLOGIA E CONSULTORIA PÚBLICA LTDA.

Aos 16 (dezesesseis) dia do mês de dezembro de 2013, por este contrato de prestação de serviços, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Santa Catarina, 2266 - Centro - CEP: 89.148-000, inscrita no CNPJ sob nº. 79.372.520/0001-85, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Senhor LOURIVAL LUNELLI, portador do CPF nº. 538.792.609-15, doravante denominado "Contratante" e de outro lado a empresa Info-VR - Tecnologia e Consultoria Pública Ltda, inscrita no CNPJ sob nº. 08.662.246/0001-30, com sede a Avenida Jorge Lacerda, 1017, no município de Vidal Ramos, neste ato representada pelo seu Gerente Senhor Evaldo Rocha, portador do CPF nº. 291.950-049-04, doravante denominado "Contratada", tem entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de geração e publicação dos relatórios apontados na Cláusula Terceira e serviços mensais complementares de manutenção, atualizações e assistência técnica do Sistema de Contas Públicas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS BASES DO CONTRATO

Este contrato é assinado com dispensa de licitação, baseado no artigo 24, inciso I, da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS SERVIÇOS A EXECUTAR

Por força do presente contrato a Contratada se compromete a:

- 1) Efetuar todas as instalações e parametrizações necessárias para o perfeito funcionamento do Sistema de Contas Públicas".
- 2) Oferecer espaço em hospedeiro próprio para hospedagem dos relatórios das Contas Públicas e demais relatórios de transparência conforme segue;

- a) Relatórios dos Balanços Anuais;
- b) Relatórios dos Orçamentos Anuais;
- c) Relatórios Bimestrais da LRF - Relatório Resumido da Execução Orçamentária;
- d) Relatórios Quadrimestrais da LRF - Relatório de Gestão Fiscal;
- e) Relatórios Mensais Obrigatórios do Setor de Compras e Contabilidade.

- 3) Efetuar serviços contínuos de manutenção técnica e atualizações de versão necessárias para adequar o software à legislação vigente;
- 4) Dar suporte gratuito quando por telefone, fax ou via internet, para esclarecer dúvidas surgidas durante a utilização do software;
- 5) Dar suporte na sede da contratante quando necessário, neste caso cobrado separadamente, exceto quando o atendimento decorrer de defeito do programa fornecido.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações da Contratada:

- 1) Não prestar informações ou declarações a respeito do presente contrato ou serviços a ele inerentes, exceto quando obtiver declaração por escrito da contratante;
- 2) Encaminhar mensalmente a Nota de Serviço para que seja efetuado o pagamento pela contratante.

Constituem obrigações da Contratante:

- 1) Disponibilizar pessoal especializado para treinamento e instalação do software;
- 2) Manter o sistema atualizado para atender as disposições exigidas pela legislação pertinente.
- 3) Encaminhar mensalmente para a Contratada, via Correio (SEDEX), um Backup (cópia de segurança) do Banco de Dados do Sistema de Contabilidade e Compras.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS

Pelos serviços contínuos de manutenção, atualização e assistência técnica, serviços de hospedagem e serviços de geração e publicação dos relatórios descritos no item 2 da cláusula terceira a Contratante pagará à Contratada a importância mensal de R\$. 298,24 (duzentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos), com vencimento até o vigésimo dia de cada mês, sendo a primeira vincenda no dia 20 de janeiro de 2014.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

O preço das parcelas mensais será reajustado a cada 12 (doze) meses pelo índice de variação do IGP-M (Índice Geral de Preços ao Consumidor) calculado e divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS

O presente Contrato é assinado pelo prazo de 12 (doze) meses, sendo automaticamente renovado por até 03 (três) iguais períodos, se não houver nenhuma manifestação contrária por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, de qualquer uma das partes (conforme artigo 57, inciso IV, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº. 8.883, de 08 de junho de 1994.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido conforme as disposições contidas nos artigos 77 a 80, da Lei 8.666/93, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, através de comunicação por escrito, de qualquer uma das partes interessadas na rescisão.

CLÁUSULA NONA - DAS DESPESAS

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento municipal, de acordo com a classificação e codificação abaixo:

Projeto Atividade - 2003
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.000000 - Aplicações Diretas
Complemento da Despesa - 3.3.90.39.11.00.00.00 - Locação de Softwares

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Ituporanga, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas que possam surgir na execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1) Em caso de replantação do software em equipamento novo adquirido pela Contratante, os preços e prazos serão objeto de proposta específica, com solicitação antecipada à Contratada.
- 2) O atraso no pagamento de qualquer fatura apresentada num prazo superior a 10 (dez) dias, implicará na suspensão dos serviços;
- 3) Em caso de inadimplência e ou inobservância das condições estabelecidas neste contrato, serão aplicadas as sanções previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações;
- 4) Em caso de rescisão do presente contrato, a Contratada manterá a hospedagem dos arquivos publicados até a data da rescisão, para acesso na Internet por parte da Prefeitura Municipal de Lontres, por um período de no mínimo 05 (cinco) anos.

E, por estarem de prefeito e comum acordo, assinam o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo elencadas, para todos os fins de direito.

Vitor Meireles, 16 de Dezembro de 2013.
PREFEITURA MUN. VITOR MEIRELES
EVALDO ROCHA
Prefeito Municipal
Contratante

LOURIVAL LUNELLI
Gerente da Info-VR
Contratada

Testemunhas:
JAIR WIPPEL
CPF: 652.697.059-15

IVANDRO ANZINI
CPF: 036.205.529-75

Primeiro Termo Aditivo Contrato 11-2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0112013

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES, entidade jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 79.372.520/0001-85, estabelecida à Rua Santa Catarina, 2.266, na Cidade de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal LOURIVAL LUNELLI, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 1.228.128 e CPF nº 538.792.609-15, residente e domiciliado na Rua Leandro Meneghelli, nº 12 - Centro, nesta Cidade de Vitor Meireles, doravante simplesmente denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa LJ - AUD ESCRITÓRIO CONTÁBIL SC LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua Paraná, 89, Centro, município de Xanxerê, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 294.970.439-53, neste ato representada pelo(a) Sr(a). Luiz Alberto Moraes Granzotto, CPF nº 294.970.439-53, carteira de identidade sob o registro nº 362.106, cujo contrato fica alterado as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA SEXTA - Da Vigência

O prazo do contrato de prestação de serviços será prorrogado por 60 dias sessenta dias, conforme previsto na cláusula terceira do contrato, por solicitação da empresa contratada tendo em vista a necessidade devido ao grande volume de documentos que estão sendo auditados, o prazo do termo aditivo será até 28 de fevereiro de 2014 as demais cláusulas do Termo de Contrato 11/2013, permanecem inalteradas.

E por estarem as partes de pleno acordo com as cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que possam surtir efeitos jurídicos e legais.

Vitor Meireles/SC, xxde novembro de 2013.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal
Contraante

LUIZ ALBERTO MORAES GRANZOTTO
LJ AUD ESCRITÓRIO CONTÁBIL SC LTDA ME
Contratada

Testemunhas:
NOME: IVANDRO ANZINI
CPF: 036.205.529-75

NOME: VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO
CPF: 285.167.709-05

Classificação Professores Efetivos 2014

Classificação Efetivos 2014

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais e em conformidade com o Decreto nº 010 de 27 de janeiro de 2010, divulga a classificação dos professores efetivos para o ano letivo de 2014:

NOME DO SERVIDOR	CARGO	FORMAÇÃO	CURSOS	CARGA HORARIA	TEMPO SERVIÇO	NASCI.	TOTAL PONTUAÇÃO	CLASSIF
Maria de Lurdes Lanznaster	Professor Nível III	08	0,5	40 horas	31 anos	09/05/66	39,5	1º
Iliani Ferreira de Souza	Professor Nível III	13	-	40 horas	23 anos	07/07/66	36	2º
Marlene Montibeller Decarli	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	18 anos	16/12/61	32	3º
Rosileni Fistarol Formentin	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	18 anos	03/11/73	32	4º
Vera Lucia Lutke	Professor Nível III	13	0,5	40 horas	18 anos	08/11/63	31,5	5º
Maria Cechelero da Silva	Professor Nível III	13	0,5	40 horas	18 anos	17/11/65	31,5	6º
Zenita Ignaczuk	Professor Nível III	13	0,5	40 horas	17 anos	07/02/65	30,5	7º
Marileusa Schmitt	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	11 anos	30/04/71	25	8º
Paulo Roberto de Freitas	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	9 anos	22/12/77	23	9º
Elizabeth Winter	Professor Nível III	13	0,5	40 horas	9 anos	22/07/78	22,5	10º
Elacir Eickenberg Prange	Professor Nível III	13	0,5	40 horas	9 anos	04/01/79	22,5	11º
Leonirce Rinaldi Fausto	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	7 anos	08/04/74	21	12º
Noeli Sepka	Professor Nível III	13	1,0	20 horas	7 anos	12/12/78	21	13º
Olandina Borgesan	Professor Nível III	13	0,5	20 horas	7 anos	08/08/61	20,5	14º
Osmar Hobold	Professor Nível III	13	0,5	40 horas	7 anos	26/12/65	20,5	15º
Janete Schmidt Mafra	Professor Nível III	13	-	40 horas	7 anos	12/02/72	20	16º
Josiane Berkenbrock Masote	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	6 anos	01/02/82	20	17º
João Vendrami	Professor Nível III	08	-	20 horas	11 anos	30/09/65	19	18º
Ilma Watras	Professor Nível III	13	0,5	40 horas	5 anos	13/09/74	18,5	19º
Edilene Sadlovski Francisco	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	3 anos	12/12/87	17	20º
Maria Bieleski	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	2 anos	14/09/74	16	21º
Samira Cristina R. Oliveira	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	2 anos	26/02/90	16	22º
Eduardo Decarli	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	1 ano	06/10/65	15	23º
Aurélia Soethe	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	-	12/11/78	14	24º
Vera Lúcia Tibes de Mello	Professor Nível II	10	1,0	40 horas	1 ano	27/03/73	12	25º

Classificação Efetivos 2014 – Educação Infantil

NOME DO SERVIDOR	CARGO	FORMAÇÃO	CURSOS	CARGA HORARIA	TEMPO SERVIÇO	NASCI.	TOTAL PONTUAÇÃO	CLASSIF
Analú Moser	Professor Nível III	13	1,0	40 horas	9 anos	23/10/73	23	1º
Morgana de Sena André	Professor Nível II	10	-	40 horas	9 anos	27/08/78	19	2º



Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina,
em 04 de dezembro de 2013.

LOURIVAL LUNELLI
PREFEITO MUNICIPAL

Xavantina

PREFEITURA

Termo de Compromisso PP 68/2013 - 01

TERMO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2013
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 68/2013 PMXV
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2013 PMXV

O Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa POSTO PEGORINI LTDA, inscrita no CNPJ nº 81.564.619/0001-20, nesta Ata representada pelo seu(ua) Administrador, Sr(a). TIAGO PEGORINI, portador(a) do CPF nº 045.699.479-30 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 68/2013, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do Objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a Possível Aquisição de Combustível Automotivo para todas as Máquinas e Veículos do Município de Xavantina, Incluindo o Fundo Municipal de Saúde.

ITEM	QUANTIDADE	UNID.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	ESPECIFICA- ÇÃO
3	80.000,00	LT	2,70	ÓLEO DIESEL B-5S10
4	20.000,00	LT	2,60	ÓLEO DIESEL COMUM

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

O presente Termo de Registro de Preços terá validade de 06 (seis) meses consecutivos contados de 02 de janeiro de 2014 a 01 de julho de 2014.

Durante o prazo de validade deste Termo de Registro de Preços, a Administração Municipal de Xavantina não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência do Termo de Registro de Preços, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

O Termo de Registro de Preços poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora do Termo de Registro de Preços após a assinatura deste.

Integram este Termo de Registro de Preços, o edital do Pregão Presencial nº 68/2013 - PMXV e a proposta da Detentora do Termo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 20 de dezembro de 2013.
POSTO PEGORINI LTDA
Tiago Pegorini
045.699.479-30

MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

Termo de Compromisso PP 68/2013 - 02

TERMO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2013
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 68/2013 PMXV
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2013 PMXV

O Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, e a empresa POSTO SANDRA LTDA, inscrita no CNPJ nº 76.576.958/0001-97, nesta Ata representada pelo seu(ua) Administrador, Sr(a). GILBERTO LUIZ FASOLO, portador(a) do CPF nº 594.011.419-91 nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 68/2013, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do Objeto, Preços e Quantidades

A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso para a Possível Aquisição de Combustível Automotivo para todas as Máquinas e Veículos do Município de Xavantina, Incluindo o Fundo Municipal de Saúde.

ITEM	QUANTIDADE	UNID.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	ESPECIFICA- ÇÃO
1	100.000,00	LT	2,60	ÓLEO DIESEL COMUM
2	30.000,00	LT	3,23	GASOLINA COMUM

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

O presente Termo de Registro de Preços terá validade de 06 (seis) meses consecutivos contados de 02 de janeiro de 2014 a 01 de julho de 2014.

Durante o prazo de validade deste Termo de Registro de Preços, a Administração Municipal de Xavantina não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de

fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência do Termo de Registro de Preços, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

O Termo de Registro de Preços poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora do Termo de Registro de Preços após a assinatura deste.

Integram este Termo de Registro de Preços, o edital do Pregão Presencial nº 68/2013 - PMXV e a proposta da Detentora do Termo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 20 de dezembro de 2013.

POSTO SANDRA LTDA
GILBERTO LUIZ FASOLO
594.011.419-91

MAURO JUNES POLETO,
Prefeito Municipal.

Consórcios

AGIR

Resolução Nº 049/2013 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 049/2013
INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 003/2013 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de procedimento administrativo cujo objeto é a revisão da taxa de coleta de lixo no município de Gaspar, encaminhada pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE.

Art. 2º Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 10 de dezembro de 2013.

HEINRICH LUIZ PASOLD
Diretor Geral da AGIR

Decisão Procedimento Administrativo Nº 021/2013 - AGIR

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 021/2013.

OBJETO: Revisão da taxa de coleta de lixo no município de Gaspar.
SOLICITANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE.

INTERESSADO: SAMAE e o município de Gaspar.

DECISÃO

Relatório:

O pedido:

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE, encaminhou para essa Agência ofício datado de 10/12/2013, onde solicita a revisão da taxa de coleta de lixo daquela municipalidade. Neste material remetido, expõe a sua pretensão fazendo a demonstração dos valores praticados e ainda a composição de seus custos, onde estão englobados os serviços de transporte e coleta de resíduos sólidos e a sua destinação final em local situado em outro ente municipal.

Citado pedido foi devidamente processado e tomou o nº 021/2013 (Procedimento Administrativo), sendo encaminhado para as áreas técnicas da AGIR para as respectivas análises e considerações. O setor administrativo em sua análise econômico/financeira solicitou documentos e informações complementares ao SAMAE/Gaspar que permitiu um cotejamento entre dados já à disposição da Agência e assim permitiu uma análise mais profunda e com bases técnicas bem fundamentadas, como demonstram os documentos que compõem o Procedimento Administrativo nº 021/2013.

Os órgãos institucionais da AGIR, em trabalho de apurada técnica, apresentaram seus relatórios e conclusões através do Parecer Administrativo nº 012/2013 e Parecer Jurídico nº 018/2013, ambos com data de 13/12/2013, opinando pela procedência do pedido.

Adoto, como razões de decidir, ambos os relatórios acima, vez que nos mesmos foram abordados todos os elementos e posições legais que dão o amparo técnico e legal ao assunto "revisão de taxa de lixo do município de Gaspar/SC".

Da Decisão:

O pleito apresentado pelo SAMAE de Gaspar, pelos documentos e trabalhos técnicos realizados pela AGIR transveste-se de legalidade e por isso não se pode deixar de reconhecer tal pedido como cabível e aceitável.

Os cálculos que foram apontados pelo relatório administrativo e financeiro demonstram que os custos realmente levaram a necessidade de uma revisão da taxa, que no município de Gaspar se concretizará através do modelo de Decreto nº XXX, de 10 de dezembro de 2013, enviado para análise.

Chama a atenção nesta análise, a quantidade de informações já disponíveis para a composição dos custos e que foram gerados através de trabalho anteriormente realizado pela AMMVI em parceria com a AGIR e, que no caso em tela foram atualizados e assim possibilitaram informações que foram comparadas e serviram de convencimento para as conclusões.

Após o cotejamento das informações e dados, transformados em tabelas e gráficos, de forma clara ficou demonstrado que a revisão

se faz necessária neste momento, evitando com isso um déficit ou prejuízo nos serviços regulados pela taxa, em futuro próximo e com isso não onerando de forma excessiva os usuários que ao final, são os clientes da administração pública que merecem um serviço público de qualidade e respeitada a modicidade preconizada pela Lei nº 11.445/2007.

Por outro lado o cuidado com estes custos fará com em futuro próximo, a administração pública não terá necessidade de buscar reequilíbrios que só irão gerar desgastes e situações desconfortáveis para todos os atores envolvidos nesses processos, além de não perder a sua capacidade de investimentos futuros. Também cumpre destacar que uma gestão eficaz e eficiente por outro lado irá representar um ganho para os usuários e estes, em próximas revisões poderão então ser beneficiados de forma direta ou indireta com estes ganhos, assim sendo atendida mais uma das normas ditadas pela legislação anteriormente citada do saneamento básico.

Já o Parecer Jurídico apresenta no item 7 e seguintes, uma sólida interpretação sobre o que é uma revisão, citando textos legais, doutrinas e decisões das Altas Cortes que apontam neste mesmo sentido, ou seja, da legalidade da revisão da taxa.

Diante de toda a argumentação técnica administrativa, financeira e jurídica, a revisão do preço de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos dos atuais R\$ 1,14 (um real e catorze centavos) por passada, para R\$ 1,26 (um real e vinte e seis centavos) por passada é aceitável e a recomenda, vez que percentualmente representa 11% (onze por cento), índice esse que se aproxima à evolução do IPCA acumulado de 24 meses (11.63%) ou 26 meses (12,69%).

Assim, com amparo na Legislação Municipal nº 1.330/91, Artigo 263 c/c Artigo 265 e ainda nos termos da Lei Federal nº 11.445/07, essa Agência Reguladora se manifesta no sentido de que a revisão aplicado pelo município de Gaspar/SC, através do Decreto nº XXX, de 10 de dezembro de 2013, está revestido de todas as formalidades legais aplicáveis e por isso nada tem a opor.

Recomenda, contudo, a Agência que a administração pública de Gaspar/SC e em especial o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE, que na próxima oportunidade em que venha a submeter a análise destes assuntos ou outros de responsabilidade e competência da AGIR, estes sejam remetidos com a devida antecedência de modo a permitir prévia análise.

Também recomenda-se que sejam formalizadas as recomendações exaradas pelo Diretoria Administrativa/Financeira quanto às alterações da Lei nº 1330/91, visando uma justiça fiscal mais equilibrada, evitando distorções que por vezes podem causar desconfortos aos envolvidos.

A presente Decisão entra em vigor a partir da sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), órgão de publicidade oficial da AGIR. Ainda, DEVERÁ ser publicada no site da AGIR, qual seja www.agir.sc.gov.br.

Extraia-se cópia desta decisão, bem como dos demais documentos pertinentes e, ENCAMINHA-SE À PARTE E PARA O EXECUTIVO MUNICIPAL DE GASPAR/SC para conhecimento. Não havendo manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, DETERMINA-SE O ARQUIVAMENTO deste procedimento administrativo.

Blumenau (SC), em 13 dezembro de 2013.
HEINRICH LUIZ PASOLD
Diretor Geral da AGIR

ARIS

Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Nº 01/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01/2013

OBJETO: Prestação de serviços terceirizados.

CONTRATADO: ADSERVI ADM. DE SERVIÇOS LTDA.

CNPJ: 02.531.343/0001-08

ALTERAÇÃO: Cláusula Sétima - Vigência:

"A vigência do contrato fica prorrogada até o dia 31/12/2014, com fulcro no art. 57, II, da Lei Nº 8.666/93"

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

Errata ao Contrato Administrativo Nº 10/2013

ERRATA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS E MULTIFUNCIONAIS, MANUTENÇÃO E SUPORTE ON SITE, MATERIAIS DE CONSUMO E PEÇAS INCLUSAS

Adir Faccio, Diretor Geral da Agência de Regulação Intermunicipal de Saneamento - ARIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público, artigo 40, XIX e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis, RETIFICA o Contrato Administrativo nº 10/2013, de 17 de abril de 2013, cujo extrato de publicação foi veiculado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 1.222 de 19 de abril de 2013, p. 295, nos seguintes termos:

Onde se lê:

Contrato Administrativo nº 09/2013

Leia-se:

Contrato Administrativo nº 10/2013

Onde se lê:

Contratada: A4 GIGITAL PRINT LTDA EPP

Leia-se:

Contratada: A4 DIGITAL PRINT LTDA EPP

Florianópolis, 16 de dezembro de 2013

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Nº 010/2012

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 10/2013

OBJETO: Prestação contínua de serviços de locação de impressoras e multifuncionais, manutenção e suporte on site, material de consumo e peças inclusas.

CONTRATADO: A4 DIGITAL PRINT LTDA. EPP

CNPJ: 09.285.968/0001-86

ALTERAÇÃO: Cláusula Quinta - Vigência:

"A vigência do contrato fica prorrogada até o dia 31/12/2014, com fulcro no art. 57, II, da Lei Nº 8.666/93"

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

Extrato Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Nº 09/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 09/2013

OBJETO: Prestação de serviços de telecomunicações.

CONTRATADO: 14 Brasil Telecom Celular S.A.

CNPJ: 05.423.963/0001-11

ALTERAÇÃO: Cláusula Quinta - Vigência:

"A vigência do contrato fica prorrogada até o dia 31/12/2014, com fulcro no art. 57, II, da Lei Nº 8.666/93"

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

Extrato Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Nº 003/2011

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 03/2011

OBJETO: Prestação contínua de serviço de vigilância noturna humana não armada, turno de 12 (doze) horas, todos os dias da semana, inclusive feriados

CONTRATADO: ADSERVIG VIGILÂNCIA LTDA.

CNPJ: 05.497.780/0001-40

ALTERAÇÃO: Cláusula Sétima - Vigência:

"A vigência do contrato fica prorrogada até o dia 31/12/2014, com fulcro no art. 57, II, da Lei Nº 8.666/93"

ADIR FACCIO

Diretor Geral da ARIS

CIMVI

2º Termo de Revogação Parcial - Lic 009/2013

2º TERMO DE REVOGAÇÃO PARCIAL

LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS nº 09/2013

Considerando-se que a Licitação nº 09/2013, na modalidade de Tomada de Preços para Compras e Serviços, tem por objeto a "Aquisição de geomembrana de PEAD com 1,5 mm de espessura, aquisição de manta geotêxtil não tecido de gramatura 200 g/m², instalação de geomembrana, e aquisição de areia média/grossa, para o sistema de impermeabilização da área de disposição de resíduos sólidos domiciliares, etapa 1, setor "B", de acordo com o projeto de ampliação do Aterro Sanitário";

Considerando-se a revogação parcial do certame que atingiu os itens 01 e 03 da Licitação em face da identificação de erro na descrição técnica do item 01 (geomembrana de polietileno de alta densidade – PEAD com 1,5 mm de espessura), constante no Anexo I do Instrumento Convocatório, que restringe a competitividade, refletindo em prejuízo no Item 03 (mão de obra especializada para soldagem e instalação de 12.450 m² de geomembrana de polietileno de alta densidade – PEAD de 1,5 mm de espessura), pois inviabiliza sua execução no prazo estabelecido;

Considerando-se que houve apenas uma empresa interessada no fornecimento do item 04 na Licitação nº 09/2013, com prejuízo direto para competitividade e escolha da melhor proposta para o CIMVI;

Considerando-se que o CIMVI vem realizando certames para compra Areia natural, lavada, com granulometria média/grossa

segundo escala granulométrica dada pela NBR 6502/95 da ABNT desde 2008, tendo registrado o seguinte reajuste de preços nos certames:

Licitação	Preço/m³	Aumento	Fornecedor
Licitação nº 001/2008	R\$ 30,23	-	Agremix
Licitação nº 002/2009	R\$ 30,90	2,2163%	Dragão
Licitação nº 004/2010	R\$ 31,90	3,2362%	Dragão

Considerando-se que embora a proposta apresentada pela empresa Agremix para o item 04 nesta Licitação esteja dentro da margem de tolerância estabelecida pelo Edital, representa acréscimo de 80,25% no preço em comparação a aquisição realizada no último certame adjudicado pelo CIMVI (Licitação nº 004/2010) para o mesmo produto;

Considerando-se que o CIMVI deverá realizar novo certame no início de 2014 para aquisição dos itens revogados antes da Sessão de Abertura, para posterior recebimento do item 04 (Areia natural, lavada, com granulometria média/grossa segundo escala granulométrica dada pela NBR 6502/95 da ABNT), possibilitando-se nova licitação também para este item;

O Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIMVI, e fundamentado no Art. 49 da Lei nº 8.666/93, decide REVOGAR o item 04 da Licitação Tomada de Preços nº 09/2013, pelo bem do interesse público.

Publique-se.

Intime-se.

Timbó, SC, 19 de Dezembro de 2013.

HARTWIG PERSUHN

Presidente do CIMVI.

VALTER CONRADO ARAUJO

Diretor Executivo do CIMVI

CINCO

Resolução Nº 0039 _2013

Resolução nº 039/2013

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Sr. Elói Rönau, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CINCO;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o contrato por prazo determinado n. 0001/2013, tendo como contratada JANETE APARECIDA RAMOS MUNIZ brasileira, casada, portador de RG n. 2.114.105, inscrita no CPF sob n. 649.393.409-53, residente e domiciliado na cidade de Fraiburgo, SC, na função pública de Agente de Serviços Gerais, com carga horária de 20(vinte) horas semanais, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, com remuneração, funções e atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e Estatuto, até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos a 31 de maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de dezembro de 2013.
ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo do CINCO

Resolução Nº 0040/2013

Resolução nº 040/2013

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CINCO;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o contrato por prazo determinado n. 0002/2013, tendo como contratado, DIEGO PIRES DA SILVA, brasileiro, solteiro, portador de RG n. 5.443.790, inscrita no CPF sob n. 070.700.879-42, residente e domiciliado na cidade de Fraiburgo, SC, na função pública de, operador de máquinas - Escavadeira Hidráulica, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, com remuneração, funções e atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e Estatuto, até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de setembro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de dezembro de 2013.
ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo do CINCO

Resolução Nº 0041/2013

Resolução nº 041/2013

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CINCO;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o contrato por prazo determinado n. 0003/2012, tendo como contratado LUIZ FERNANDO RALDI, brasileiro, casado, portador de RG n. 4.059.572, inscrito no CPF sob n. 007.140.999-88, residente e domiciliado na cidade de Videira, SC, na função pública de, Contador, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, com remuneração, funções e atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e Estatuto, até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de dezembro de 2013.
ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo do CINCO

Resolução Nº 0042/2013

Resolução nº 042/2013

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CINCO;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o contrato por prazo determinado n. 0002/2012, tendo como contratada, NÁDIA DE LORENZI, brasileira, solteira, portadora de RG n. 5.066.270, inscrita no CPF sob n. 082.022.159-78, residente e domiciliada na cidade de Fraiburgo, SC, na função pública de, Assistente Administrativa, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, com remuneração, funções e atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e Estatuto, até 31 de dezembro de 2014.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de dezembro de 2013.
ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo do CINCO

Extrato das Atas de Registro de Preços Pe 0019/2013 - Pneus

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0019/2012

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de pneus, câmaras de ar e protetores, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Fraiburgo, Iomerê, Lebon Régis, durante o período de 04 de dezembro de 2013 a 31 de janeiro de 2014.

FORNECEDORES:

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1942.;

BELLENZIER PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1943;

MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1944;

MODELO PNEUS LTDA - Ata nº AT13CINCO1945;

LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA - Ata nº AT13CINCO1946;

LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA - Ata nº AT13CINCO1947.

Regidas pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 04.12.2013 a 31.01.2014. PAL nº: 0024/2012 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0019. Registro de Preços nº: 0023.

Fraiburgo (SC), 09 de dezembro de 2013.
ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo do CINCO

Balancete 11 _2013**Santa Catarina****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Novembro

Página: 1/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1		ATIVO	8.088.996,55D	742.554,63	579.671,88	8.251.879,30D
1.1		ATIVO CIRCULANTE	490.349,27D	149.160,53	134.354,81	505.154,99D
1.1.1		DISPONÍVEL	183.377,20D	149.160,53	134.354,81	198.182,92D
1.1.1.1		DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	183.377,20D	149.160,53	134.354,81	198.182,92D
1.1.1.1.2		BANCOS CONTA MOVIMENTO	183.377,20D	149.160,53	134.354,81	198.182,92D
1.1.1.1.2.99		OUTRAS CONTAS	183.377,20D	149.160,53	134.354,81	198.182,92D
1.1.1.1.2.99.02		BANCO DO BRASIL	183.377,20D	149.160,53	134.354,81	198.182,92D
1.1.1.1.2.99.02.01		BANCO DO BRASIL - MOVIMENTO	183.377,20D	149.160,53	134.354,81	198.182,92D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0001 (9317)	F	B. BRASIL SA CINCO MOVIMENTO 18.520-5	9.217,88D	35,97	249,64	9.004,21D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0002 (19961)	F	B. BRASIL CINCO - CTP01/CTR1 - 20.412-9	110.333,59D	40.570,99	25.175,94	125.728,64D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0003 (19962)	F	B. BRASIL CINCO - CPS/MAQ. - 20.414-5	19.264,80D	11.189,68	18.593,59	11.860,89D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0004 (19963)	F	B. BRASIL CINCO - CTP1/CTR3 - 20.413-7	44.560,93D	97.363,89	90.335,64	51.589,18D
1.1.2		CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	306.972,07D	0,00	0,00	306.972,07D
1.1.2.2		DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	306.972,07D	0,00	0,00	306.972,07D
1.1.2.2.1		ENTIDADES DEVEDORAS	306.972,07D	0,00	0,00	306.972,07D
1.1.2.2.1.02		ENTIDADES ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUNICIPAIS	306.972,07D	0,00	0,00	306.972,07D
1.1.2.2.1.02.00.00.01		MIP - Fixo	4.997,62D	0,00	0,00	4.997,62D
1.1.2.2.1.02.00.00.01.0001 (16959)	P	MATOS COSTA	3.247,62D	0,00	0,00	3.247,62D
1.1.2.2.1.02.00.00.01.0002 (16960)	P	TIMBÓ GRANDE	1.750,00D	0,00	0,00	1.750,00D
1.1.2.2.1.02.00.00.02		MIP - Variável	292.968,10D	0,00	0,00	292.968,10D
1.1.2.2.1.02.00.00.02.0001 (16961)	P	CAÇADOR	236.023,37D	0,00	0,00	236.023,37D
1.1.2.2.1.02.00.00.02.0003 (16963)	P	MATOS COSTA	15.499,22D	0,00	0,00	15.499,22D
1.1.2.2.1.02.00.00.02.0004 (16964)	P	TIMBÓ GRANDE	41.445,51D	0,00	0,00	41.445,51D
1.1.2.2.1.02.00.00.03		ADMINISTRATIVAS	9.006,35D	0,00	0,00	9.006,35D
1.1.2.2.1.02.00.00.03.0001 (16965)	P	MATOS COSTA	2.895,24D	0,00	0,00	2.895,24D
1.1.2.2.1.02.00.00.03.0002 (16966)	P	TIMBÓ GRANDE	6.111,11D	0,00	0,00	6.111,11D
1.4		ATIVO PERMANENTE	43.339,54D	692,00	0,00	44.031,54D
1.4.2		IMOBILIZADO	43.339,54D	692,00	0,00	44.031,54D
1.4.2.1		BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	43.339,54D	692,00	0,00	44.031,54D
1.4.2.1.2		BENS MÓVEIS	43.339,54D	692,00	0,00	44.031,54D
1.4.2.1.2.12 (357)	P	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	95,00D	0,00	0,00	95,00D
1.4.2.1.2.30 (368)	P	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	67,49D	0,00	0,00	67,49D
1.4.2.1.2.33 (370)	P	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1.375,00D	692,00	0,00	2.067,00D
1.4.2.1.2.34 (371)	P	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	8.278,00D	0,00	0,00	8.278,00D
1.4.2.1.2.35 (372)	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	5.012,51D	0,00	0,00	5.012,51D
1.4.2.1.2.40 (376)	P	MAQ.EQUIP.UTENSÍLIOS AGRI/AGROP.E RODOVIARIOS	15.070,00D	0,00	0,00	15.070,00D
1.4.2.1.2.42 (377)	P	MOBILIÁRIO EM GERAL	13.441,54D	0,00	0,00	13.441,54D
1.9		ATIVO COMPENSADO	7.555.307,74D	592.702,10	445.317,07	7.702.692,77D
1.9.1		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	2.955.000,00D	295.970,06	295.970,06	2.955.000,00D
1.9.1.1		ARRECAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - NATUREZA DA RECEITA	2.955.000,00D	147.985,03	147.985,03	2.955.000,00D

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Novembro

Página: 2/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.9.1.1.1 (425)	O	RECEITA A REALIZAR	1.635.999,65D	0,00	147.985,03	1.488.014,62D
1.9.1.1.4 (426)	O	RECEITA REALIZADA	1.319.000,35D	147.985,03	0,00	1.466.985,38D
1.9.1.2		ARRECAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FONTE DE RECURSOS	0,00	147.985,03	147.985,03	0,00
1.9.1.2.1		CONTROLE POR FONTE DE RECURSOS	0,00	147.985,03	147.985,03	0,00
1.9.1.2.1.01 (429)	O	ARRECAÇÃO REALIZADA POR FONTE	1.319.000,35D	147.985,03	0,00	1.466.985,38D
1.9.1.2.1.99 (431)	O	(R) OUTRAS ARRECAÇÕES	1.319.000,35C	0,00	147.985,03	1.466.985,38C
1.9.2		FIXAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	3.079.508,84D	0,00	0,00	3.079.508,84D
1.9.2.1		DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	3.079.508,84D	0,00	0,00	3.079.508,84D
1.9.2.1.1		DOTAÇÃO INICIAL	3.097.508,84D	0,00	0,00	3.097.508,84D
1.9.2.1.1.01		CRÉDITO INICIAL	2.955.000,00D	0,00	0,00	2.955.000,00D
1.9.2.1.1.01.01 (436)	O	ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO	2.955.000,00D	0,00	0,00	2.955.000,00D
1.9.2.1.1.03		CRÉDITO INICIAL - SUPLEMENTAR	142.508,84D	0,00	0,00	142.508,84D
1.9.2.1.1.03.01 (441)	O	ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO	142.508,84D	0,00	0,00	142.508,84D
1.9.2.1.9		DOTAÇÃO CANCELADA/REMANEJADA	18.000,00C	0,00	0,00	18.000,00C
1.9.2.1.9.02		ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA	18.000,00C	0,00	0,00	18.000,00C
1.9.2.1.9.02.09 (479)	O	(R) REDUÇÃO	18.000,00C	0,00	0,00	18.000,00C
1.9.3		EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	1.518.198,90D	294.732,04	146.747,01	1.666.183,93D
1.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.518.198,90D	294.732,04	146.747,01	1.666.183,93D
1.9.3.2.9		OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.518.198,90D	294.732,04	146.747,01	1.666.183,93D
1.9.3.2.9.02		DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS	1.518.198,90D	294.732,04	146.747,01	1.666.183,93D
1.9.3.2.9.02.01 (9338)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-A UTILIZAR	1.015.548,40C	151.146,03	8.011,12	872.413,49C
1.9.3.2.9.02.02 (9339)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-COMPROMETID	1.198.925,60D	9.208,91	137.538,10	1.070.596,41D
1.9.3.2.9.02.03 (9340)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-UTILIZADA	1.334.821,70D	134.377,10	1.197,79	1.468.001,01D
1.9.9		COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	2.600,00D	2.000,00	2.600,00	2.000,00D
1.9.9.1		RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E BENS	2.600,00D	2.000,00	2.600,00	2.000,00D
1.9.9.1.1		RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	2.600,00D	2.000,00	2.600,00	2.000,00D
1.9.9.1.1.99		OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	2.600,00D	2.000,00	2.600,00	2.000,00D
1.9.9.1.1.99.00.01		RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS	2.600,00D	2.000,00	2.600,00	2.000,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0002 (19960)	C	LUIZ FERNANDO RALDI	2.600,00D	2.000,00	2.600,00	2.000,00D

Santa Catarina

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Novembro

Página: 3/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2		PASSIVO	8.050.180,11C	427.556,02	574.636,15	8.197.260,24C
2.1		PASSIVO CIRCULANTE	322.593,65C	142.424,87	142.119,97	322.288,75C
2.1.1		DEPÓSITOS	4.928,66C	6.335,83	6.849,98	5.442,81C
2.1.1.1		CONSIGNAÇÕES	4.928,66C	6.335,83	6.849,98	5.442,81C
2.1.1.1.1		PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.903,83C	3.903,83	4.269,19	4.269,19C
2.1.1.1.1.02		INSS	3.903,83C	3.903,83	4.269,19	4.269,19C
2.1.1.1.1.02.00.00.00.0001 (9337)	F	INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	1.329,60C	1.329,60	1.329,60	1.329,60C
2.1.1.1.1.02.00.00.00.0003 (11365)	F	INSS CONDUVALE	2.574,23C	2.574,23	2.939,59	2.939,59C
2.1.1.1.4		TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.024,83C	2.432,00	2.580,79	1.173,62C
2.1.1.1.4.02		ISS	1.024,83C	1.024,83	1.173,62	1.173,62C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0001 (11311)	F	ISS A RECOLHER IOMERÊ	11,16C	11,16	11,51	11,51C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0002 (11312)	F	ISS A RECOLHER RIO DAS ANTAS	86,92C	86,92	88,17	88,17C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0003 (11313)	F	ISS A RECOLHER LEBON RÉGIS	48,91C	48,91	55,74	55,74C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0004 (11314)	F	ISS A RECOLHER FRAIBURGO	50,14C	50,14	131,07	131,07C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0005 (11315)	F	ISS A RECOLHER ARROIO TRINTA	38,03C	38,03	0,00	0,00
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0006 (11316)	F	ISS A RECOLHER VIDEIRA	272,65C	272,65	369,69	369,69C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0007 (11320)	F	ISS A RECOLHER CAÇADOR	375,51C	375,51	347,06	347,06C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0008 (11321)	F	ISS A RECOLHER SALTO VELOSO	10,30C	10,30	34,87	34,87C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0009 (11322)	F	ISS A RECOLHER MATOS COSTA	49,56C	49,56	37,15	37,15C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0010 (11323)	F	ISS A RECOLHER CALMON	32,70C	32,70	0,00	0,00
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0011 (11327)	F	ISS A RECOLHER IBIAM	3,06C	3,06	21,29	21,29C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0013 (11329)	F	ISS A RECOLHER PINHEIRO PRETO	21,04C	21,04	13,28	13,28C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0014 (11330)	F	ISS A RECOLHER TANGARA	24,85C	24,85	63,79	63,79C
2.1.1.1.4.03		IRRF	0,00	1.407,17	1.407,17	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0005 (16798)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO ARROIO TRINTA	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0009 (19964)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO CAÇADOR	0,00	201,00	201,00	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0010 (19965)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO CALMON	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0019 (19966)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO FRAIBURGO	0,00	201,03	201,03	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0022 (19967)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO IBIAM	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0024 (19968)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO IOMERE	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0033 (19969)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO LEBON RÉGIS	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0036 (19970)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO MACIEIRA	0,00	67,00	67,00	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0038 (19971)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO MATOS COSTA	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0043 (19972)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO PINHEIRO PRETO	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0049 (19973)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO RIO DAS ANTAS	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0050 (19974)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO SALTO VELOSO	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0054 (19975)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO TANGARA	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0055 (19976)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO TIMBÓ GRANDE	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0060 (19977)	F	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO VIDEIRA	0,00	201,03	201,03	0,00
2.1.2		OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	317.664,99C	136.089,04	135.269,99	316.845,94C

Santa Catarina

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Novembro

Página: 4/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.1.2.1		OBRIGAÇÕES A PAGAR	317.664,99C	136.089,04	135.269,99	316.845,94C
2.1.2.1.1		FORNECEDORES	312.607,58C	113.923,94	113.104,89	311.788,53C
2.1.2.1.1.01		DO EXERCÍCIO	19.639,48C	113.923,94	113.104,89	18.820,43C
2.1.2.1.1.01.00.01		FORNECEDORES DO EXERCÍCIO	19.639,48C	113.923,94	113.104,89	18.820,43C
2.1.2.1.1.02		DO EXERCÍCIO ANTERIOR	292.968,10C	0,00	0,00	292.968,10C
2.1.2.1.1.02.00.02		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - EXECUTIVO/INDIRETAS	292.968,10C	0,00	0,00	292.968,10C
2.1.2.1.1.02.00.02.00.0002 (16834)	F	FORNECEDORES-RESTOS A PAGAR PROC.-EXEC/IND - 2012	292.968,10C	0,00	0,00	292.968,10C
2.1.2.1.2		PESSOAL A PAGAR	0,00	16.858,05	16.858,05	0,00
2.1.2.1.2.01		PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	0,00	16.858,05	16.858,05	0,00
2.1.2.1.3		ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.057,41C	5.057,41	5.057,41	5.057,41C
2.1.2.1.3.01		INSS	3.708,77C	3.708,77	3.708,77	3.708,77C
2.1.2.1.3.01.00.01		INSS DO EXERCÍCIO	3.708,77C	3.708,77	3.708,77	3.708,77C
2.1.2.1.3.03		FGTS	1.348,64C	1.348,64	1.348,64	1.348,64C
2.1.2.1.3.03.00.01		FGTS DO EXERCÍCIO	1.348,64C	1.348,64	1.348,64	1.348,64C
2.1.2.1.5		OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	0,00	249,64	249,64	0,00
2.1.2.1.5.09		PIS/PASEP	0,00	249,64	249,64	0,00
2.1.2.1.5.09.00.01		PIS/PASEP DO EXERCÍCIO	0,00	249,64	249,64	0,00
2.4		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	172.278,72C	0,00	0,00	172.278,72C
2.4.1		PATRIMONIO/CAPITAL	172.278,72C	0,00	0,00	172.278,72C
2.4.1.1 (1064)	P	PATRIMÔNIO	172.278,72C	0,00	0,00	172.278,72C
2.9		PASSIVO COMPENSADO	7.555.307,74C	285.131,15	432.516,18	7.702.692,77C
2.9.1		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	2.955.000,00C	0,00	0,00	2.955.000,00C
2.9.1.1		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA - NATUREZA DA RECEITA	2.955.000,00C	0,00	0,00	2.955.000,00C
2.9.1.1.1 (1080)	O	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	2.955.000,00C	0,00	0,00	2.955.000,00C
2.9.1.2.1.01 (1085)	O	PREVISÃO INICIAL POR FONTE DE RECURSOS	2.955.000,00C	0,00	0,00	2.955.000,00C
2.9.1.2.1.99 (1089)	O	(R)OUTROS CONTROLES POR FONTE DE RECURSOS	2.955.000,00D	0,00	0,00	2.955.000,00D
2.9.2		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	3.079.508,84C	282.531,15	282.531,15	3.079.508,84C
2.9.2.1		DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	1.838.629,69C	281.333,36	147.639,90	1.704.936,23C
2.9.2.1.1 (1092)	O	CRÉDITO DISPONÍVEL	936.398,09C	8.011,12	3.161,00	931.547,97C
2.9.2.1.2		CRÉDITO INDISPONÍVEL	1.202,76C	0,00	0,00	1.202,76C
2.9.2.1.2.05 (1097)	O	CRÉDITO PRÉ-EMPENHADO LÍQUIDO	1.202,76C	0,00	0,00	1.202,76C
2.9.2.1.3		CRÉDITO UTILIZADO	901.028,84C	273.322,24	144.478,90	772.185,50C
2.9.2.1.3.01 (1100)	O	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	876.331,95C	137.233,20	9.208,91	748.307,66C
2.9.2.1.3.02		CRÉDITO LIQUIDADO	24.696,89C	136.089,04	135.269,99	23.877,84C
2.9.2.1.3.02.01 (1102)	O	CRÉDITO EMPENHADO - LIQUIDADO	24.696,89C	136.089,04	135.269,99	23.877,84C
2.9.2.4		EXECUÇÃO DA DESPESA	1.240.879,15C	1.197,79	134.891,25	1.374.572,61C
2.9.2.4.1		EMISSION DE EMPENHO	1.240.879,15C	1.197,79	134.891,25	1.374.572,61C
2.9.2.4.1.04		EMPENHOS POR CREDOR	1.240.879,15C	1.197,79	134.891,25	1.374.572,61C
2.9.2.4.1.04.03 (1141)	O	VALORES PAGOS	1.240.879,15C	1.197,79	134.891,25	1.374.572,61C
2.9.3		EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	1.518.198,90C	0,00	147.985,03	1.666.183,93C

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Novembro

Página: 5/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.518.198,90C	0,00	147.985,03	1.666.183,93C
2.9.3.2.9 (9342)	C	Controle das disponibilidades de recursos	1.518.198,90C	0,00	147.985,03	1.666.183,93C
2.9.9		COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	2.600,00C	2.600,00	2.000,00	2.000,00C
2.9.9.1 (1217)	C	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	2.600,00C	2.600,00	2.000,00	2.000,00C

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Novembro

Página: 6/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3		DESPESA	1.265.576,04D	134.072,20	1.197,79	1.398.450,45D
3.3		DESPESAS CORRENTES	1.256.002,41D	133.380,20	1.197,79	1.388.184,82D
3.3.1		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	194.583,71D	21.915,46	0,00	216.499,17D
3.3.1.9		Aplicacoes Diretas	194.583,71D	21.915,46	0,00	216.499,17D
3.3.1.9.0.11		Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	139.223,17D	16.858,05	0,00	156.081,22D
3.3.1.9.0.11.01 (17014)	F	Vencimentos e Salários	139.223,17D	16.858,05	0,00	156.081,22D
3.3.1.9.0.12		Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	10.456,73D	0,00	0,00	10.456,73D
3.3.1.9.0.12.46 (17024)	F	Férias - Pagamento Antecipado	10.456,73D	0,00	0,00	10.456,73D
3.3.1.9.0.13		Obrigacoes Patronais	44.903,81D	5.057,41	0,00	49.961,22D
3.3.1.9.0.13.01 (17027)	F	FGTS	11.974,34D	1.348,64	0,00	13.322,98D
3.3.1.9.0.13.02 (17028)	F	Contribuições Previdenciárias - INSS	32.929,47D	3.708,77	0,00	36.638,24D
3.3.3		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.061.418,70D	111.464,74	1.197,79	1.171.685,65D
3.3.3.9		Aplicacoes Diretas	1.061.418,70D	111.464,74	1.197,79	1.171.685,65D
3.3.3.9.0.30		Material de Consumo	475.416,55D	48.108,39	554,50	522.970,44D
3.3.3.9.0.30.01 (18289)	F	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	23.984,27D	529,60	0,00	24.513,87D
3.3.3.9.0.30.16 (18304)	F	Material de Expediente	1.147,71D	56,90	0,00	1.204,61D
3.3.3.9.0.30.17 (18305)	F	Material de Processamento de Dados	2.748,24D	0,00	0,00	2.748,24D
3.3.3.9.0.30.26 (18314)	F	Material Elétrico e Eletrônico	417.891,19D	46.006,11	0,00	463.897,30D
3.3.3.9.0.30.39 (18327)	F	Material para Manutenção de Veículos	27.340,37D	1.015,78	0,00	28.356,15D
3.3.3.9.0.30.96 (18340)	F	Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	2.304,77D	500,00	554,50	2.250,27D
3.3.3.9.0.33		Passagens e Despesas com Locomocao	2.357,40D	176,00	0,00	2.533,40D
3.3.3.9.0.33.99 (18362)	F	Outras Despesas com Locomoção	2.357,40D	176,00	0,00	2.533,40D
3.3.3.9.0.36		Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	11.700,00D	1.100,00	0,00	12.800,00D
3.3.3.9.0.36.15 (18381)	F	Locação de Imóveis	11.700,00D	1.100,00	0,00	12.800,00D
3.3.3.9.0.39		Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	571.483,61D	61.830,71	643,29	632.671,03D
3.3.3.9.0.39.08 (18437)	F	Manutenção de Software	1.350,00D	150,00	0,00	1.500,00D
3.3.3.9.0.39.11 (18440)	F	Locação de Softwares	14.010,99D	1.515,14	0,00	15.526,13D
3.3.3.9.0.39.19 (18446)	F	Manutenção e Conservação de Veículos	20.266,98D	3.263,75	0,00	23.530,73D
3.3.3.9.0.39.41 (18462)	F	Fornecimento de Alimentação	3.031,00D	0,00	0,00	3.031,00D
3.3.3.9.0.39.43 (18464)	F	Serviços de Energia Elétrica	705,64D	113,30	0,00	818,94D
3.3.3.9.0.39.47 (18468)	F	Serviços de Comunicação em Geral	2.417,65D	0,00	0,00	2.417,65D
3.3.3.9.0.39.48 (18469)	F	Serviços de Seleção e Treinamento	1.000,00D	0,00	0,00	1.000,00D
3.3.3.9.0.39.58 (18478)	F	Serviços de Telecomunicações	8.238,91D	1.029,01	0,00	9.267,92D
3.3.3.9.0.39.63 (18483)	F	Serviços Gráficos e Editoriais	6.384,00D	0,00	0,00	6.384,00D
3.3.3.9.0.39.72 (18492)	F	Vale-Transporte	562,50D	135,00	0,00	697,50D
3.3.3.9.0.39.80 (18500)	F	Hospedagens	4.088,00D	0,00	0,00	4.088,00D
3.3.3.9.0.39.81 (18501)	F	Serviços Bancários	1.520,79D	190,64	0,00	1.711,43D
3.3.3.9.0.39.96 (18512)	F	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	3.401,05D	1.500,00	643,29	4.257,76D
3.3.3.9.0.39.97 (18513)	F	Despesas de Teleprocessamento	4.213,74D	486,60	0,00	4.700,34D
3.3.3.9.0.39.99 (18514)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	500.292,36D	53.447,27	0,00	553.739,63D

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Novembro

Página: 7/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.3.9.0.47		Obrigacoes Tributarias e Contributivas	461,14D	249,64	0,00	710,78D
3.3.3.9.0.47.12 (18533)	F	Contribuição Para o PIS/PASEP	461,14D	249,64	0,00	710,78D
3.4		DESPESAS DE CAPITAL	9.573,63D	692,00	0,00	10.265,63D
3.4.4		INVESTIMENTOS	9.573,63D	692,00	0,00	10.265,63D
3.4.4.9		Aplicacoes Diretas	9.573,63D	692,00	0,00	10.265,63D
3.4.4.9.0.52		Equipamentos e Material Permanente	9.573,63D	692,00	0,00	10.265,63D
3.4.4.9.0.52.33 (19510)	F	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	1.375,00D	692,00	0,00	2.067,00D
3.4.4.9.0.52.34 (19511)	F	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	600,99D	0,00	0,00	600,99D
3.4.4.9.0.52.42 (19518)	F	Mobiliário em Geral	7.597,64D	0,00	0,00	7.597,64D

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Novembro

Página: 8/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4		RECEITAS	1.319.000,35C	0,00	147.985,03	1.466.985,38C
4.1		RECEITAS CORRENTES	1.280.600,35C	0,00	143.185,03	1.423.785,38C
4.1.1		RECEITA TRIBUTARIA	148,80C	0,00	0,00	148,80C
4.1.1.2		TAXAS	148,80C	0,00	0,00	148,80C
4.1.1.2.1		Tx p/ Exercício do Poder de Polícia	148,80C	0,00	0,00	148,80C
4.1.1.2.1.22 (20110)	F	Tx de Serviços Administrativos	148,80C	0,00	0,00	148,80C
4.1.3		RECEITA PATRIMONIAL	4.964,04C	0,00	822,02	5.786,06C
4.1.3.2		RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	4.964,04C	0,00	822,02	5.786,06C
4.1.3.2.5		Remuneração de Depósitos Bancários	4.964,04C	0,00	822,02	5.786,06C
4.1.3.2.5.01		Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados	3.568,08C	0,00	746,37	4.314,45C
4.1.3.2.5.01.99		Remuneração de Outros Dep Banc Recursos Vinculados	3.568,08C	0,00	746,37	4.314,45C
4.1.3.2.5.01.99.01 (20495)	F	Remuneração Dep. Bancários - Municipios Consorciad	3.568,08C	0,00	746,37	4.314,45C
4.1.3.2.5.02		Remuneração de Dep. Banc. de Rec. Não Vinculados	1.395,96C	0,00	75,65	1.471,61C
4.1.3.2.5.02.99 (20504)	F	Remuneração de Outros Dep Recursos Não Vinculados	1.395,96C	0,00	75,65	1.471,61C
4.1.6		RECEITA DE SERVIÇOS	68.164,00C	0,00	11.150,00	79.314,00C
4.1.6.0.0.99		Outros Servicos	68.164,00C	0,00	11.150,00	79.314,00C
4.1.6.0.0.99.01 (20880)	F	Outros Serviços - Horas Máquinas	68.164,00C	0,00	11.150,00	79.314,00C
4.1.7		TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.204.346,17C	0,00	131.190,72	1.335.536,89C
4.1.7.2		TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.204.346,17C	0,00	131.190,72	1.335.536,89C
4.1.7.2.3		TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	1.204.346,17C	0,00	131.190,72	1.335.536,89C
4.1.7.2.3.37		Transferências a Consórcios Públicos	1.204.346,17C	0,00	131.190,72	1.335.536,89C
4.1.7.2.3.37.05		ARROIO TRINTA	33.398,57C	0,00	2.840,00	36.238,57C
4.1.7.2.3.37.05.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	33.398,57C	0,00	2.840,00	36.238,57C
4.1.7.2.3.37.05.01.01		Manutenção do CINCO	14.200,00C	0,00	2.840,00	17.040,00C
4.1.7.2.3.37.05.01.01.3100 (20980)	F	Pessoal e Encargos Sociais	10.900,00C	0,00	2.180,00	13.080,00C
4.1.7.2.3.37.05.01.01.3300 (20981)	F	Outras Despesas Correntes	3.300,00C	0,00	660,00	3.960,00C
4.1.7.2.3.37.05.01.03		Iluminação Pública	19.198,57C	0,00	0,00	19.198,57C
4.1.7.2.3.37.05.01.03.3300 (20989)	F	Outras Despesas Correntes	19.198,57C	0,00	0,00	19.198,57C
4.1.7.2.3.37.09		CAÇADOR	313.753,12C	0,00	38.007,40	351.760,52C
4.1.7.2.3.37.09.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	313.753,12C	0,00	38.007,40	351.760,52C
4.1.7.2.3.37.09.01.01		Manutenção do CINCO	42.600,00C	0,00	4.260,00	46.860,00C
4.1.7.2.3.37.09.01.01.3100 (20994)	F	Pessoal e Encargos Sociais	32.700,00C	0,00	3.270,00	35.970,00C
4.1.7.2.3.37.09.01.01.3300 (20995)	F	Outras Despesas Correntes	9.900,00C	0,00	990,00	10.890,00C
4.1.7.2.3.37.09.01.03		Iluminação Pública	271.153,12C	0,00	33.747,40	304.900,52C
4.1.7.2.3.37.09.01.03.3300 (21003)	F	Outras Despesas Correntes	271.153,12C	0,00	33.747,40	304.900,52C
4.1.7.2.3.37.10		CALMON	4.960,69C	0,00	0,00	4.960,69C
4.1.7.2.3.37.10.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	4.960,69C	0,00	0,00	4.960,69C
4.1.7.2.3.37.10.01.03		Iluminação Pública	4.960,69C	0,00	0,00	4.960,69C
4.1.7.2.3.37.10.01.03.3300 (21017)	F	Outras Despesas Correntes	4.960,69C	0,00	0,00	4.960,69C
4.1.7.2.3.37.19		FRAIBURGO	190.720,94C	0,00	16.121,93	206.842,87C

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Novembro

Página: 9/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4.1.7.2.3.37.19.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	190.720,94C	0,00	16.121,93	206.842,87C
4.1.7.2.3.37.19.01.01		Manutenção do CINCO	42.600,00C	0,00	4.260,00	46.860,00C
4.1.7.2.3.37.19.01.01.3100 (21022)	F	Pessoal e Encargos Sociais	32.700,00C	0,00	3.270,00	35.970,00C
4.1.7.2.3.37.19.01.01.3300 (21023)	F	Outras Despesas Correntes	9.900,00C	0,00	990,00	10.890,00C
4.1.7.2.3.37.19.01.03		Iluminação Pública	148.120,94C	0,00	11.861,93	159.982,87C
4.1.7.2.3.37.19.01.03.3300 (21031)	F	Outras Despesas Correntes	148.120,94C	0,00	11.861,93	159.982,87C
4.1.7.2.3.37.22		IBIAM	23.366,66C	0,00	2.715,72	26.082,38C
4.1.7.2.3.37.22.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	23.366,66C	0,00	2.715,72	26.082,38C
4.1.7.2.3.37.22.01.01		Manutenção do CINCO	14.200,00C	0,00	1.420,00	15.620,00C
4.1.7.2.3.37.22.01.01.3100 (21036)	F	Pessoal e Encargos Sociais	10.900,00C	0,00	1.090,00	11.990,00C
4.1.7.2.3.37.22.01.01.3300 (21037)	F	Outras Despesas Correntes	3.300,00C	0,00	330,00	3.630,00C
4.1.7.2.3.37.22.01.03		Iluminação Pública	9.166,66C	0,00	1.295,72	10.462,38C
4.1.7.2.3.37.22.01.03.3300 (21045)	F	Outras Despesas Correntes	9.166,66C	0,00	1.295,72	10.462,38C
4.1.7.2.3.37.24		IOMERÉ	36.893,55C	0,00	2.392,70	39.286,25C
4.1.7.2.3.37.24.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	36.893,55C	0,00	2.392,70	39.286,25C
4.1.7.2.3.37.24.01.01		Manutenção do CINCO	14.200,00C	0,00	1.420,00	15.620,00C
4.1.7.2.3.37.24.01.01.3100 (21050)	F	Pessoal e Encargos Sociais	10.900,00C	0,00	1.090,00	11.990,00C
4.1.7.2.3.37.24.01.01.3300 (21051)	F	Outras Despesas Correntes	3.300,00C	0,00	330,00	3.630,00C
4.1.7.2.3.37.24.01.03		Iluminação Pública	22.693,55C	0,00	972,70	23.666,25C
4.1.7.2.3.37.24.01.03.3300 (21059)	F	Outras Despesas Correntes	22.693,55C	0,00	972,70	23.666,25C
4.1.7.2.3.37.33		LEBON RÉGIS	72.665,86C	0,00	4.316,90	76.982,76C
4.1.7.2.3.37.33.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	72.665,86C	0,00	4.316,90	76.982,76C
4.1.7.2.3.37.33.01.01		Manutenção do CINCO	14.400,00C	0,00	1.420,00	15.820,00C
4.1.7.2.3.37.33.01.01.3100 (21064)	F	Pessoal e Encargos Sociais	10.900,00C	0,00	1.090,00	11.990,00C
4.1.7.2.3.37.33.01.01.3300 (21065)	F	Outras Despesas Correntes	3.500,00C	0,00	330,00	3.830,00C
4.1.7.2.3.37.33.01.03		Iluminação Pública	58.265,86C	0,00	2.896,90	61.162,76C
4.1.7.2.3.37.33.01.03.3300 (21073)	F	Outras Despesas Correntes	58.265,86C	0,00	2.896,90	61.162,76C
4.1.7.2.3.37.36		MACIEIRA	19.780,67C	0,00	1.420,00	21.200,67C
4.1.7.2.3.37.36.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	19.780,67C	0,00	1.420,00	21.200,67C
4.1.7.2.3.37.36.01.01		Manutenção do CINCO	15.620,00C	0,00	1.420,00	17.040,00C
4.1.7.2.3.37.36.01.01.3100 (21078)	F	Pessoal e Encargos Sociais	11.990,00C	0,00	1.090,00	13.080,00C
4.1.7.2.3.37.36.01.01.3300 (21079)	F	Outras Despesas Correntes	3.630,00C	0,00	330,00	3.960,00C
4.1.7.2.3.37.36.01.03		Iluminação Pública	4.160,67C	0,00	0,00	4.160,67C
4.1.7.2.3.37.36.01.03.3300 (21087)	F	Outras Despesas Correntes	4.160,67C	0,00	0,00	4.160,67C
4.1.7.2.3.37.38		MATOS COSTA	32.689,45C	0,00	4.088,59	36.778,04C
4.1.7.2.3.37.38.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	32.689,45C	0,00	4.088,59	36.778,04C
4.1.7.2.3.37.38.01.01		Manutenção do CINCO	14.200,00C	0,00	1.420,00	15.620,00C
4.1.7.2.3.37.38.01.01.3100 (21092)	F	Pessoal e Encargos Sociais	10.900,00C	0,00	1.090,00	11.990,00C
4.1.7.2.3.37.38.01.01.3300 (21093)	F	Outras Despesas Correntes	3.300,00C	0,00	330,00	3.630,00C
4.1.7.2.3.37.38.01.03		Iluminação Pública	18.489,45C	0,00	2.668,59	21.158,04C

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Novembro

Página: 10/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4.1.7.2.3.37.38.01.03.3300 (21101)	F	Outras Despesas Correntes	18.489,45C	0,00	2.668,59	21.158,04C
4.1.7.2.3.37.43		PINHEIRO PRETO	29.958,45C	0,00	2.628,81	32.587,26C
4.1.7.2.3.37.43.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	29.958,45C	0,00	2.628,81	32.587,26C
4.1.7.2.3.37.43.01.01		Manutenção do CINCO	14.200,00C	0,00	1.420,00	15.620,00C
4.1.7.2.3.37.43.01.01.3100 (21106)	F	Pessoal e Encargos Sociais	10.900,00C	0,00	1.090,00	11.990,00C
4.1.7.2.3.37.43.01.01.3300 (21107)	F	Outras Despesas Correntes	3.300,00C	0,00	330,00	3.630,00C
4.1.7.2.3.37.43.01.03		Iluminação Pública	15.758,45C	0,00	1.208,81	16.967,26C
4.1.7.2.3.37.43.01.03.3300 (21115)	F	Outras Despesas Correntes	15.758,45C	0,00	1.208,81	16.967,26C
4.1.7.2.3.37.49		RIO DAS ANTAS	49.046,39C	0,00	6.899,21	55.945,60C
4.1.7.2.3.37.49.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	49.046,39C	0,00	6.899,21	55.945,60C
4.1.7.2.3.37.49.01.01		Manutenção do CINCO	14.200,00C	0,00	1.420,00	15.620,00C
4.1.7.2.3.37.49.01.01.3100 (21120)	F	Pessoal e Encargos Sociais	10.900,00C	0,00	1.090,00	11.990,00C
4.1.7.2.3.37.49.01.01.3300 (21121)	F	Outras Despesas Correntes	3.300,00C	0,00	330,00	3.630,00C
4.1.7.2.3.37.49.01.03		Iluminação Pública	34.846,39C	0,00	5.479,21	40.325,60C
4.1.7.2.3.37.49.01.03.3300 (21129)	F	Outras Despesas Correntes	34.846,39C	0,00	5.479,21	40.325,60C
4.1.7.2.3.37.50		SALTO VELOSO	24.551,36C	0,00	1.420,00	25.971,36C
4.1.7.2.3.37.50.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	24.551,36C	0,00	1.420,00	25.971,36C
4.1.7.2.3.37.50.01.01		Manutenção do CINCO	12.780,00C	0,00	1.420,00	14.200,00C
4.1.7.2.3.37.50.01.01.3100 (21134)	F	Pessoal e Encargos Sociais	9.810,00C	0,00	1.090,00	10.900,00C
4.1.7.2.3.37.50.01.01.3300 (21135)	F	Outras Despesas Correntes	2.970,00C	0,00	330,00	3.300,00C
4.1.7.2.3.37.50.01.03		Iluminação Pública	11.771,36C	0,00	0,00	11.771,36C
4.1.7.2.3.37.50.01.03.3300 (21143)	F	Outras Despesas Correntes	11.771,36C	0,00	0,00	11.771,36C
4.1.7.2.3.37.54		TANGARÁ	32.058,13C	0,00	5.392,92	37.451,05C
4.1.7.2.3.37.54.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	32.058,13C	0,00	5.392,92	37.451,05C
4.1.7.2.3.37.54.01.01		Manutenção do CINCO	14.200,00C	0,00	1.420,00	15.620,00C
4.1.7.2.3.37.54.01.01.3100 (21148)	F	Pessoal e Encargos Sociais	10.900,00C	0,00	1.090,00	11.990,00C
4.1.7.2.3.37.54.01.01.3300 (21149)	F	Outras Despesas Correntes	3.300,00C	0,00	330,00	3.630,00C
4.1.7.2.3.37.54.01.03		Iluminação Pública	17.858,13C	0,00	3.972,92	21.831,05C
4.1.7.2.3.37.54.01.03.3300 (21157)	F	Outras Despesas Correntes	17.858,13C	0,00	3.972,92	21.831,05C
4.1.7.2.3.37.55		TIMBÓ GRANDE	20.300,76C	0,00	5.680,00	25.980,76C
4.1.7.2.3.37.55.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	20.300,76C	0,00	5.680,00	25.980,76C
4.1.7.2.3.37.55.01.01		Manutenção do CINCO	8.190,00C	0,00	5.680,00	13.870,00C
4.1.7.2.3.37.55.01.01.3100 (21162)	F	Pessoal e Encargos Sociais	6.540,00C	0,00	4.360,00	10.900,00C
4.1.7.2.3.37.55.01.01.3300 (21163)	F	Outras Despesas Correntes	1.650,00C	0,00	1.320,00	2.970,00C
4.1.7.2.3.37.55.01.03		Iluminação Pública	12.110,76C	0,00	0,00	12.110,76C
4.1.7.2.3.37.55.01.03.3300 (21171)	F	Outras Despesas Correntes	12.110,76C	0,00	0,00	12.110,76C
4.1.7.2.3.37.60		VIDEIRA	320.201,57C	0,00	37.266,54	357.468,11C
4.1.7.2.3.37.60.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	320.201,57C	0,00	37.266,54	357.468,11C
4.1.7.2.3.37.60.01.01		Manutenção do CINCO	42.600,00C	0,00	4.260,00	46.860,00C
4.1.7.2.3.37.60.01.01.3100 (21176)	F	Pessoal e Encargos Sociais	32.700,00C	0,00	3.270,00	35.970,00C

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Novembro

Página: 11/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4.1.7.2.3.37.60.01.01.3300 (21177)	F	Outras Despesas Correntes	9.900,00C	0,00	990,00	10.890,00C
4.1.7.2.3.37.60.01.03		Iluminação Pública	277.601,57C	0,00	33.006,54	310.608,11C
4.1.7.2.3.37.60.01.03.3300 (21185)	F	Outras Despesas Correntes	277.601,57C	0,00	33.006,54	310.608,11C
4.1.9		OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.977,34C	0,00	22,29	2.999,63C
4.1.9.1		Multas e Juros de Mora	2.800,50C	0,00	0,00	2.800,50C
4.1.9.1.9		Multas de Outras Origens	2.800,50C	0,00	0,00	2.800,50C
4.1.9.1.9.27 (21763)	F	Multas e Juros Previstos em Contratos	2.800,50C	0,00	0,00	2.800,50C
4.1.9.2		INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	176,84C	0,00	22,29	199,13C
4.1.9.2.2		RESTITUIÇÕES	176,84C	0,00	22,29	199,13C
4.1.9.2.2.99 (21839)	F	Outras Restituicoes	176,84C	0,00	22,29	199,13C
4.2		RECEITAS DE CAPITAL	38.400,00C	0,00	4.800,00	43.200,00C
4.2.4		TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	38.400,00C	0,00	4.800,00	43.200,00C
4.2.4.2		TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	38.400,00C	0,00	4.800,00	43.200,00C
4.2.4.2.3		Transf. dos Municípios	38.400,00C	0,00	4.800,00	43.200,00C
4.2.4.2.3.37		Transferências a Consórcios Públicos	38.400,00C	0,00	4.800,00	43.200,00C
4.2.4.2.3.37.05		ARROIO TRINTA	1.800,00C	0,00	400,00	2.200,00C
4.2.4.2.3.37.05.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	1.800,00C	0,00	400,00	2.200,00C
4.2.4.2.3.37.05.01.01		Manutenção do Cinco	1.800,00C	0,00	400,00	2.200,00C
4.2.4.2.3.37.05.01.01.4400 (16839)	F	Investimentos	1.800,00C	0,00	400,00	2.200,00C
4.2.4.2.3.37.09		CAÇADOR	6.000,00C	0,00	600,00	6.600,00C
4.2.4.2.3.37.09.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	6.000,00C	0,00	600,00	6.600,00C
4.2.4.2.3.37.09.01.01		Manutenção do Cinco	6.000,00C	0,00	600,00	6.600,00C
4.2.4.2.3.37.09.01.01.4400 (16886)	F	Investimentos	6.000,00C	0,00	600,00	6.600,00C
4.2.4.2.3.37.19		FRAIBURGO	6.000,00C	0,00	600,00	6.600,00C
4.2.4.2.3.37.19.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	6.000,00C	0,00	600,00	6.600,00C
4.2.4.2.3.37.19.01.01		Manutenção do Cinco	6.000,00C	0,00	600,00	6.600,00C
4.2.4.2.3.37.19.01.01.4400 (16888)	F	Investimentos	6.000,00C	0,00	600,00	6.600,00C
4.2.4.2.3.37.22		IBIAM	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.22.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.22.01.01		Manutenção do Cinco	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.22.01.01.4400 (16889)	F	investimentos	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.24		IOMERÉ	2.000,00C	0,00	200,00	2.200,00C
4.2.4.2.3.37.24.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	2.000,00C	0,00	200,00	2.200,00C
4.2.4.2.3.37.24.01.01		Manutenção do Cinco	2.000,00C	0,00	200,00	2.200,00C
4.2.4.2.3.37.24.01.01.4400 (16890)	F	Investimentos	2.000,00C	0,00	200,00	2.200,00C
4.2.4.2.3.37.33		LEBOM RÉGIS	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.33.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.33.01.01		Manutenção do Cinco	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.33.01.01.4400 (16891)	F	Investimentos	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.36		MACIEIRA	2.200,00C	0,00	200,00	2.400,00C

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Novembro

Página: 12/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4.2.4.2.3.37.36.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	2.200,00C	0,00	200,00	2.400,00C
4.2.4.2.3.37.36.01.01		Manutenção do Cinco	2.200,00C	0,00	200,00	2.400,00C
4.2.4.2.3.37.36.01.01.4400 (16892)	F	Investimentos	2.200,00C	0,00	200,00	2.400,00C
4.2.4.2.3.37.38		MATOS COSTA	2.000,00C	0,00	200,00	2.200,00C
4.2.4.2.3.37.38.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	2.000,00C	0,00	200,00	2.200,00C
4.2.4.2.3.37.38.01.01		Manutenção do Cinco	2.000,00C	0,00	200,00	2.200,00C
4.2.4.2.3.37.38.01.01.4400 (16893)	F	Investimentos	2.000,00C	0,00	200,00	2.200,00C
4.2.4.2.3.37.43		PINHEIRO PRETO	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.43.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.43.01.01		Manutenção do Cinco	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.43.01.01.4400 (16894)	F	Investimentos	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.49		RIO DAS ANTAS	2.000,00C	0,00	200,00	2.200,00C
4.2.4.2.3.37.49.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	2.000,00C	0,00	200,00	2.200,00C
4.2.4.2.3.37.49.01.01		Manutenção do Cinco	2.000,00C	0,00	200,00	2.200,00C
4.2.4.2.3.37.49.01.01.4400 (16895)	F	Investimentos	2.000,00C	0,00	200,00	2.200,00C
4.2.4.2.3.37.50		SALTO VELOSO	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.50.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.50.01.01		Manutenção do Cinco	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.50.01.01.4400 (16896)	F	Investimentos	1.800,00C	0,00	200,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.54		TANGARÁ	2.000,00C	0,00	200,00	2.200,00C
4.2.4.2.3.37.54.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	2.000,00C	0,00	200,00	2.200,00C
4.2.4.2.3.37.54.01.01		Manutenção do Cinco	2.000,00C	0,00	200,00	2.200,00C
4.2.4.2.3.37.54.01.01.4400 (16897)	F	Investimentos	2.000,00C	0,00	200,00	2.200,00C
4.2.4.2.3.37.55		TIMBO GRANDE	1.200,00C	0,00	800,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.55.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	1.200,00C	0,00	800,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.55.01.01		Manutenção do Cinco	1.200,00C	0,00	800,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.55.01.01.4400 (16898)	F	Investimentos	1.200,00C	0,00	800,00	2.000,00C
4.2.4.2.3.37.60		VIDEIRA	6.000,00C	0,00	600,00	6.600,00C
4.2.4.2.3.37.60.01		GRUPO DE PROGRAMA 01	6.000,00C	0,00	600,00	6.600,00C
4.2.4.2.3.37.60.01.01		Manutenção do Cinco	6.000,00C	0,00	600,00	6.600,00C
4.2.4.2.3.37.60.01.01.4400 (16899)	F	investimentos	6.000,00C	0,00	600,00	6.600,00C

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Novembro

Página: 13/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5		RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCÍCIO	588.299,53D	0,00	0,00	588.299,53D
5.1		RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	24.181,50D	0,00	0,00	24.181,50D
5.1.3		MUTAÇÕES PASSIVAS	24.181,50D	0,00	0,00	24.181,50D
5.1.3.1		DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	24.181,50D	0,00	0,00	24.181,50D
5.1.3.1.2		LIQUIDAÇÃO DE CRÉDITOS	24.181,50D	0,00	0,00	24.181,50D
5.1.3.1.2.06 (1265)	P	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	24.181,50D	0,00	0,00	24.181,50D
5.2		RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	564.118,03D	0,00	0,00	564.118,03D
5.2.2		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	564.118,03D	0,00	0,00	564.118,03D
5.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A CRÉDITO	564.118,03D	0,00	0,00	564.118,03D
5.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PRÓPRIOS	564.118,03D	0,00	0,00	564.118,03D
5.2.2.3.3.07		AJUSTE DE SISTEMAS CONTÁBEIS	564.118,03D	0,00	0,00	564.118,03D
5.2.2.3.3.07.03 (1286)	P	AJUSTE DE SISTEMAS CONTÁBEIS - NÃO FINANCEIRO	172.278,72D	0,00	0,00	172.278,72D
5.2.2.3.3.07.04 (1287)	F	AJUSTE DE SISTEMAS CONTÁBEIS - FINANCEIRO	391.839,31D	0,00	0,00	391.839,31D

Santa Catarina

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Novembro

Página: 14/14

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6		RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO	573.691,66C	0,00	692,00	574.383,66C
6.1		RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	9.573,63C	0,00	692,00	10.265,63C
6.1.3		MUTAÇÕES ATIVAS	9.573,63C	0,00	692,00	10.265,63C
6.1.3.1		INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	9.573,63C	0,00	692,00	10.265,63C
6.1.3.1.1		AQUISIÇÕES DE BENS	9.573,63C	0,00	692,00	10.265,63C
6.1.3.1.1.02		BENS MÓVEIS	9.573,63C	0,00	692,00	10.265,63C
6.1.3.1.1.02.01 (1437)	P	BENS MÓVEIS DE USO PERMANENTE	9.573,63C	0,00	692,00	10.265,63C
6.2		RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	564.118,03C	0,00	0,00	564.118,03C
6.2.2		INTERFERÊNCIAS ATIVAS	564.118,03C	0,00	0,00	564.118,03C
6.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A DÉBITO	564.118,03C	0,00	0,00	564.118,03C
6.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PRÓPRIOS	564.118,03C	0,00	0,00	564.118,03C
6.2.2.3.3.07		AJUSTES DE SISTEMAS CONTÁBEIS	564.118,03C	0,00	0,00	564.118,03C
6.2.2.3.3.07.03 (1471)	P	AJUSTES DE SISTEMAS CONTÁBEIS - NÃO FINANCEIROS	364.919,48C	0,00	0,00	364.919,48C
6.2.2.3.3.07.04 (1472)	F	AJUSTES DE SISTEMAS CONTÁBEIS - FINANCEIROS	199.198,55C	0,00	0,00	199.198,55C
TOTAL:			-0,00	1.304.182,85	1.304.182,85	-0,00

Fraiburgo, 20/12/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Novembro

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete do Razão

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até mês anterior	Do mês	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
ATIVO	763.316,58	15.370.549,36	742.554,63	16.113.103,99	8.251.879,30
	0,00	8.044.869,39	579.671,88	8.624.541,27	0,00
ATIVO CIRCULANTE	530.352,12	1.483.589,77	149.160,53	1.632.750,30	505.154,99
	0,00	1.523.592,62	134.354,81	1.657.947,43	0,00
ATIVO PERMANENTE	33.765,91	9.573,63	692,00	10.265,63	44.031,54
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ATIVO COMPENSADO	199.198,55	13.877.385,96	592.702,10	14.470.088,06	7.702.692,77
	0,00	6.521.276,77	445.317,07	6.966.593,84	0,00
PASSIVO	0,00	9.612.090,33	427.556,02	10.039.646,35	0,00
	763.316,58	16.898.953,86	574.636,15	17.473.590,01	8.197.260,24
PASSIVO CIRCULANTE	0,00	1.797.263,09	142.424,87	1.939.687,96	0,00
	391.839,31	1.728.017,43	142.119,97	1.870.137,40	322.288,75
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	172.278,72	0,00	0,00	0,00	172.278,72
PASSIVO COMPENSADO	0,00	7.814.827,24	285.131,15	8.099.958,39	0,00
	199.198,55	15.170.936,43	432.516,18	15.603.452,61	7.702.692,77
DESPESA	0,00	1.268.870,22	134.072,20	1.402.942,42	1.398.450,45
	0,00	3.294,18	1.197,79	4.491,97	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	1.259.296,59	133.380,20	1.392.676,79	1.388.184,82
	0,00	3.294,18	1.197,79	4.491,97	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	9.573,63	692,00	10.265,63	10.265,63
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS	0,00	43.614,00	0,00	43.614,00	0,00
	0,00	1.362.614,35	147.985,03	1.510.599,38	1.466.985,38
RECEITAS CORRENTES	0,00	43.614,00	0,00	43.614,00	0,00
	0,00	1.324.214,35	143.185,03	1.467.399,38	1.423.785,38
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	38.400,00	4.800,00	43.200,00	43.200,00
RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCÍCIO	564.118,03	24.181,50	0,00	24.181,50	588.299,53
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	0,00	24.181,50	0,00	24.181,50	24.181,50
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	564.118,03	0,00	0,00	0,00	564.118,03
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	564.118,03	9.573,63	692,00	10.265,63	574.383,66
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	9.573,63	692,00	10.265,63	10.265,63

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Balancete do Razão

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Novembro

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até mês anterior	Do mês	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	564.118,03	0,00	0,00	0,00	564.118,03
Totais	1.327.434,61	26.319.305,41	1.304.182,85	27.623.488,26	10.238.629,28
	1.327.434,61	26.319.305,41	1.304.182,85	27.623.488,26	10.238.629,28

Fraiburgo, 20/12/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	147.985,03	Despesa Orçamentária	132.874,41
RECEITA PATRIMONIAL	822,02	Despesas exceto Intra-orçamentárias	132.874,41
RECEITA DE SERVIÇOS	11.150,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.915,46
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	131.190,72	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	110.266,95
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	22,29	INVESTIMENTOS	692,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.800,00		
Receita Extra - Orçamentária	142.119,97	Despesa Extra - Orçamentária	142.424,87
DEPÓSITOS	6.849,98	DEPÓSITOS	6.335,83
CONSIGNAÇÕES	6.849,98	CONSIGNAÇÕES	6.335,83
PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.269,19	PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.903,83
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.580,79	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.432,00
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	135.269,99	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	136.089,04
OBRIGAÇÕES A PAGAR	135.269,99	OBRIGAÇÕES A PAGAR	136.089,04
FORNECEDORES	113.104,89	FORNECEDORES	113.923,94
PESSOAL A PAGAR	16.858,05	PESSOAL A PAGAR	16.858,05
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.057,41	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	5.057,41
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	249,64	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	249,64
Saldos anteriores	183.377,20	Saldos atuais	198.182,92
BANCO C/ MOVIMENTO	183.377,20	BANCO C/ MOVIMENTO	198.182,92
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	473.482,20	Total	473.482,20

Fraiburgo, 20/12/2013

 Elói Ronnau
 Diretor Executivo

 Luiz Fernando Raldi
 Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Novembro

Página 1 de 3

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01	CONSÓRCIO PÚBLICO		2.955.000,00	142.508,84	18.000,00	3.079.508,84	4.850,12	2.146.758,11	932.750,73
01.01.0	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO		2.955.000,00	142.508,84	18.000,00	3.079.508,84	4.850,12	2.146.758,11	932.750,73
01.01.04	Administração		440.000,00	23.281,26	0,00	463.281,26	1.634,20	299.216,70	164.064,56
01.01.04.122	Administração Geral		440.000,00	23.281,26	0,00	463.281,26	1.634,20	299.216,70	164.064,56
01.01.04.122.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		440.000,00	23.281,26	0,00	463.281,26	1.634,20	299.216,70	164.064,56
04.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO CINCO		425.000,00	23.281,26	0,00	448.281,26	1.634,20	299.216,70	149.064,56
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	274.680,00	0,00	0,00	274.680,00	0,00	213.256,73	61.423,27
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	324,99	2.675,01
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	83.160,00	0,00	0,00	83.160,00	942,20	71.465,95	11.694,05
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3200	0,00	6.607,64	0,00	6.607,64	0,00	300,00	6.307,64
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3300	0,00	7.751,68	0,00	7.751,68	0,00	0,00	7.751,68
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1292	1.760,00	0,00	0,00	1.760,00	0,00	0,00	1.760,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	50.400,00	0,00	0,00	50.400,00	692,00	5.056,39	45.343,61
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3200	0,00	6.223,60	0,00	6.223,60	0,00	6.203,29	20,31
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3300	0,00	2.698,34	0,00	2.698,34	0,00	2.609,35	88,99
04.122.0001.2.002	DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
01.01.13	Cultura		15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
01.01.13.392	Difusão Cultural		15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
01.01.13.392.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
13.392.0001.2.003	DESENVOLVIMENTO DA CULTURA		15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
01.01.15	Urbanismo		1.911.100,00	62.782,13	0,00	1.973.882,13	-1.794,49	1.712.461,45	261.420,68
01.01.15.451	Infra-Estrutura Urbana		34.100,00	62.782,13	0,00	96.882,13	-1.794,49	22.382,32	74.499,81
01.01.15.451.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		34.100,00	62.782,13	0,00	96.882,13	-1.794,49	22.382,32	74.499,81
15.451.0001.2.004	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA		34.100,00	62.782,13	0,00	96.882,13	-1.794,49	22.382,32	74.499,81
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	9.100,00	0,00	0,00	9.100,00	0,00	0,00	9.100,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3300	0,00	22.338,46	0,00	22.338,46	0,00	14.100,00	8.238,46
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	441,37	9.558,63
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3300	0,00	40.443,67	0,00	40.443,67	-1.794,49	7.840,95	32.602,72
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
01.01.15.452	Serviços Urbanos		1.877.000,00	0,00	0,00	1.877.000,00	0,00	1.690.079,13	186.920,87
01.01.15.452.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		1.877.000,00	0,00	0,00	1.877.000,00	0,00	1.690.079,13	186.920,87
15.452.0001.2.005	DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS		1.877.000,00	0,00	0,00	1.877.000,00	0,00	1.690.079,13	186.920,87
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	1.870.000,00	0,00	0,00	1.870.000,00	0,00	1.690.079,13	179.920,87
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Novembro

Página 2 de 3

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01	CONSÓRCIO PÚBLICO		2.955.000,00	142.508,84	18.000,00	3.079.508,84	4.850,12	2.146.758,11	932.750,73
01.01.0	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO		2.955.000,00	142.508,84	18.000,00	3.079.508,84	4.850,12	2.146.758,11	932.750,73
01.01.17	Saneamento		9.000,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00
01.01.17.512	Saneamento Básico Urbano		9.000,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00
01.01.17.512.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		9.000,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00
17.512.0001.2.006	DESENVOLVIMENTO DO SANEAMENTO BÁSICO		9.000,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
01.01.18	Gestão Ambiental		263.000,00	0,00	0,00	263.000,00	0,00	10.000,00	253.000,00
01.01.18.541	Preservação e Conservação Ambiental		263.000,00	0,00	0,00	263.000,00	0,00	10.000,00	253.000,00
01.01.18.541.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		263.000,00	0,00	0,00	263.000,00	0,00	10.000,00	253.000,00
18.541.0001.2.007	DESENVOLVIMENTO DA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL		263.000,00	0,00	0,00	263.000,00	0,00	10.000,00	253.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	260.000,00	0,00	0,00	260.000,00	0,00	10.000,00	250.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
01.01.20	Agricultura		249.500,00	56.445,45	18.000,00	287.945,45	5.010,41	124.079,96	163.865,49
01.01.20.606	Extensão Rural		249.500,00	56.445,45	18.000,00	287.945,45	5.010,41	124.079,96	163.865,49
01.01.20.606.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		249.500,00	56.445,45	18.000,00	287.945,45	5.010,41	124.079,96	163.865,49
20.606.0001.1.006	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
20.606.0001.2.008	DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL		229.500,00	56.445,45	18.000,00	267.945,45	5.010,41	124.079,96	143.865,49
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	3.500,00	18.000,00	0,00	21.500,00	0,00	16.733,48	4.766,52
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	4.865,75	134,25
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	210.000,00	0,00	18.000,00	192.000,00	5.075,13	64.624,62	127.375,38
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	-64,72	1.069,28	3.930,72
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3200	0,00	15.586,20	0,00	15.586,20	0,00	15.002,50	583,70
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3300	0,00	21.798,77	0,00	21.798,77	0,00	21.784,33	14,44
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3300	0,00	1.060,48	0,00	1.060,48	0,00	0,00	1.060,48
01.01.23	Comércio e Serviços		39.400,00	0,00	0,00	39.400,00	0,00	0,00	39.400,00
01.01.23.691	Promoção Comercial		16.400,00	0,00	0,00	16.400,00	0,00	0,00	16.400,00
01.01.23.691.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		16.400,00	0,00	0,00	16.400,00	0,00	0,00	16.400,00
23.691.0001.2.009	DESENVOLVIMENTO DA PROMOÇÃO COMERCIAL		16.400,00	0,00	0,00	16.400,00	0,00	0,00	16.400,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	14.400,00	0,00	0,00	14.400,00	0,00	0,00	14.400,00
01.01.23.695	Turismo		23.000,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	23.000,00
01.01.23.695.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		23.000,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	23.000,00
23.695.0001.2.010	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO		17.000,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	17.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
23.695.0001.2.011	DESENVOLVIMENTO DE EVENTOS FEIRAS E EXPOSIÇÕES		6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Novembro

Página 3 de 3

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01	CONSÓRCIO PÚBLICO		2.955.000,00	142.508,84	18.000,00	3.079.508,84	4.850,12	2.146.758,11	932.750,73
01.01.0	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO		2.955.000,00	142.508,84	18.000,00	3.079.508,84	4.850,12	2.146.758,11	932.750,73
01.01.27	Desporto e Lazer		6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
01.01.27.812	Desporto Comunitário		6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
01.01.27.812.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
27.812.0001.2.012	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER COMUNITÁRIO		6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
01.01.28	Encargos Especiais		18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	1.000,00	17.000,00
01.01.28.846	Outros Encargos Especiais		18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	1.000,00	17.000,00
01.01.28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS		18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	1.000,00	17.000,00
28.846.0000.0.200	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS		1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00
28.846.0000.0.300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP		12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	1.000,00	11.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	1.000,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
28.846.0000.0.400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
01.01.99	Reserva de Contingência		4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
01.01.99.999	Reserva de Contingência		4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
01.01.99.999.0002	RESERVA DE CONTIGÊNCIA		4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
99.999.0002.9.999	RESERVA DE CONTIGÊNCIA		4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	1200	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	1300	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Total por Entidade :			2.955.000,00	142.508,84	18.000,00	3.079.508,84	4.850,12	2.146.758,11	932.750,73
Total Geral :			2.955.000,00	142.508,84	18.000,00	3.079.508,84	4.850,12	2.146.758,11	932.750,73

Fraiburgo, 20/12/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Novembro

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	2.865.080,00	143.185,03	1.423.785,38	8.620,92	1.449.915,54
1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	12.000,00	0,00	148,80	148,80	12.000,00
1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventc	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do 1200	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos 1200	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	1.000,00	0,00	148,80	148,80	1.000,00
1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de F	0,00	0,00	148,80	148,80	0,00
1.1.2.1.22.00.00.00.00	Tx de Serviços Administrativ 1200	0,00	0,00	148,80	148,80	0,00
1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servico	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação c 1200	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	2.100,00	822,02	5.786,06	4.314,45	628,39
1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MC	2.100,00	822,02	5.786,06	4.314,45	628,39
1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos E	2.100,00	822,02	5.786,06	4.314,45	628,39
1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Dep Banc	100,00	746,37	4.314,45	4.314,45	100,00
1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Outros De	100,00	746,37	4.314,45	4.314,45	100,00
1.3.2.5.01.99.01.00.00	Remuneração Dep. Bancári 1301	0,00	746,37	4.314,45	4.314,45	0,00
1.3.2.5.01.99.02.00.00	Remuneração de Dep Banc 1200	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc.	2.000,00	75,65	1.471,61	0,00	528,39
1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros De 1200	2.000,00	75,65	1.471,61	0,00	528,39
1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	264.140,00	11.150,00	79.314,00	0,00	184.826,00
1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serv. Administrativos	51.000,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00
1.6.0.0.13.02.00.00.00	Serv. de Venda de Editais 1200	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serv. Administrativos 1200	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
1.6.0.0.19.00.00.00.00	Serv. Recreativos e Culturais 1200	1.140,00	0,00	0,00	0,00	1.140,00
1.6.0.0.20.00.00.00.00	Serv. Consultoria, Assist.Tec	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
1.6.0.0.20.01.00.00.00	Serv. Consultoria, Assist.Tec 1200	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Servicos	210.000,00	11.150,00	79.314,00	0,00	130.686,00
1.6.0.0.99.01.00.00.00	Outros Serviços - Horas Máx 1200	210.000,00	11.150,00	79.314,00	0,00	130.686,00
1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORREN	2.586.840,00	131.190,72	1.335.536,89	1.158,04	1.252.461,15
1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERG	2.586.840,00	131.190,72	1.335.536,89	1.158,04	1.252.461,15
1.7.2.3.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ML	2.586.840,00	131.190,72	1.335.536,89	1.158,04	1.252.461,15
1.7.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios	2.586.840,00	131.190,72	1.335.536,89	1.158,04	1.252.461,15
1.7.2.3.37.05.00.00.00	ARROIO TRINTA	47.040,00	2.840,00	36.238,57	0,00	10.801,43
1.7.2.3.37.05.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	47.040,00	2.840,00	36.238,57	0,00	10.801,43
1.7.2.3.37.05.01.01.00	Manutenção do CINCO	17.040,00	2.840,00	17.040,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.05.01.01.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	13.080,00	2.180,00	13.080,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.05.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	3.960,00	660,00	3.960,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.05.01.03.00	Iluminação Pública	30.000,00	0,00	19.198,57	0,00	10.801,43
1.7.2.3.37.05.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	30.000,00	0,00	19.198,57	0,00	10.801,43
1.7.2.3.37.09.00.00.00	CAÇADOR	551.120,00	38.007,40	351.760,52	0,00	199.359,48
1.7.2.3.37.09.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	551.120,00	38.007,40	351.760,52	0,00	199.359,48
1.7.2.3.37.09.01.01.00	Manutenção do CINCO	51.120,00	4.260,00	46.860,00	0,00	4.260,00
1.7.2.3.37.09.01.01.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	39.240,00	3.270,00	35.970,00	0,00	3.270,00
1.7.2.3.37.09.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	11.880,00	990,00	10.890,00	0,00	990,00
1.7.2.3.37.09.01.03.00	Iluminação Pública	500.000,00	33.747,40	304.900,52	0,00	195.099,48
1.7.2.3.37.09.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	500.000,00	33.747,40	304.900,52	0,00	195.099,48
1.7.2.3.37.10.00.00.00	CALMON	47.040,00	0,00	4.960,69	0,00	42.079,31
1.7.2.3.37.10.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	47.040,00	0,00	4.960,69	0,00	42.079,31
1.7.2.3.37.10.01.01.00	Manutenção do CINCO	17.040,00	0,00	0,00	0,00	17.040,00
1.7.2.3.37.10.01.01.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	13.080,00	0,00	0,00	0,00	13.080,00
1.7.2.3.37.10.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	3.960,00	0,00	0,00	0,00	3.960,00
1.7.2.3.37.10.01.03.00	Iluminação Pública	30.000,00	0,00	4.960,69	0,00	25.039,31
1.7.2.3.37.10.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	30.000,00	0,00	4.960,69	0,00	25.039,31
1.7.2.3.37.19.00.00.00	FRAIBURGO	351.120,00	16.121,93	206.842,87	0,00	144.277,13
1.7.2.3.37.19.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	351.120,00	16.121,93	206.842,87	0,00	144.277,13
1.7.2.3.37.19.01.01.00	Manutenção do CINCO	51.120,00	4.260,00	46.860,00	0,00	4.260,00
1.7.2.3.37.19.01.01.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	39.240,00	3.270,00	35.970,00	0,00	3.270,00
1.7.2.3.37.19.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	11.880,00	990,00	10.890,00	0,00	990,00
1.7.2.3.37.19.01.03.00	Iluminação Pública	300.000,00	11.861,93	159.982,87	0,00	140.017,13
1.7.2.3.37.19.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	300.000,00	11.861,93	159.982,87	0,00	140.017,13
1.7.2.3.37.22.00.00.00	IBIAM	37.040,00	2.715,72	26.082,38	0,00	10.957,62
1.7.2.3.37.22.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	37.040,00	2.715,72	26.082,38	0,00	10.957,62
1.7.2.3.37.22.01.01.00	Manutenção do CINCO	17.040,00	1.420,00	15.620,00	0,00	1.420,00

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Novembro

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.7.2.3.37.22.01.01.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	13.080,00	1.090,00	11.990,00	0,00	1.090,00
1.7.2.3.37.22.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	3.960,00	330,00	3.630,00	0,00	330,00
1.7.2.3.37.22.01.03.00	Iluminação Pública	20.000,00	1.295,72	10.462,38	0,00	9.537,62
1.7.2.3.37.22.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	20.000,00	1.295,72	10.462,38	0,00	9.537,62
1.7.2.3.37.24.00.00.00	IOMERÊ	77.040,00	2.392,70	39.286,25	0,00	37.753,75
1.7.2.3.37.24.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	77.040,00	2.392,70	39.286,25	0,00	37.753,75
1.7.2.3.37.24.01.01.00	Manutenção do CINCO	17.040,00	1.420,00	15.620,00	0,00	1.420,00
1.7.2.3.37.24.01.01.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	13.080,00	1.090,00	11.990,00	0,00	1.090,00
1.7.2.3.37.24.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	3.960,00	330,00	3.630,00	0,00	330,00
1.7.2.3.37.24.01.03.00	Iluminação Pública	60.000,00	972,70	23.666,25	0,00	36.333,75
1.7.2.3.37.24.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	60.000,00	972,70	23.666,25	0,00	36.333,75
1.7.2.3.37.33.00.00.00	LEBON RÉGIS	87.040,00	4.316,90	76.982,76	0,00	10.057,24
1.7.2.3.37.33.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	87.040,00	4.316,90	76.982,76	0,00	10.057,24
1.7.2.3.37.33.01.01.00	Manutenção do CINCO	17.040,00	1.420,00	15.820,00	0,00	1.220,00
1.7.2.3.37.33.01.01.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	13.080,00	1.090,00	11.990,00	0,00	1.090,00
1.7.2.3.37.33.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	3.960,00	330,00	3.830,00	0,00	130,00
1.7.2.3.37.33.01.03.00	Iluminação Pública	70.000,00	2.896,90	61.162,76	0,00	8.837,24
1.7.2.3.37.33.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	70.000,00	2.896,90	61.162,76	0,00	8.837,24
1.7.2.3.37.36.00.00.00	MACIEIRA	37.040,00	1.420,00	21.200,67	0,00	15.839,33
1.7.2.3.37.36.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	37.040,00	1.420,00	21.200,67	0,00	15.839,33
1.7.2.3.37.36.01.01.00	Manutenção do CINCO	17.040,00	1.420,00	17.040,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.36.01.01.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	13.080,00	1.090,00	13.080,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.36.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	3.960,00	330,00	3.960,00	0,00	0,00
1.7.2.3.37.36.01.03.00	Iluminação Pública	20.000,00	0,00	4.160,67	0,00	15.839,33
1.7.2.3.37.36.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	20.000,00	0,00	4.160,67	0,00	15.839,33
1.7.2.3.37.38.00.00.00	MATOS COSTA	37.040,00	4.088,59	36.778,04	1.158,04	1.420,00
1.7.2.3.37.38.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	37.040,00	4.088,59	36.778,04	1.158,04	1.420,00
1.7.2.3.37.38.01.01.00	Manutenção do CINCO	17.040,00	1.420,00	15.620,00	0,00	1.420,00
1.7.2.3.37.38.01.01.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	13.080,00	1.090,00	11.990,00	0,00	1.090,00
1.7.2.3.37.38.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	3.960,00	330,00	3.630,00	0,00	330,00
1.7.2.3.37.38.01.03.00	Iluminação Pública	20.000,00	2.668,59	21.158,04	1.158,04	0,00
1.7.2.3.37.38.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	20.000,00	2.668,59	21.158,04	1.158,04	0,00
1.7.2.3.37.43.00.00.00	PINHEIRO PRETO	47.040,00	2.628,81	32.587,26	0,00	14.452,74
1.7.2.3.37.43.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	47.040,00	2.628,81	32.587,26	0,00	14.452,74
1.7.2.3.37.43.01.01.00	Manutenção do CINCO	17.040,00	1.420,00	15.620,00	0,00	1.420,00
1.7.2.3.37.43.01.01.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	13.080,00	1.090,00	11.990,00	0,00	1.090,00
1.7.2.3.37.43.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	3.960,00	330,00	3.630,00	0,00	330,00
1.7.2.3.37.43.01.03.00	Iluminação Pública	30.000,00	1.208,81	16.967,26	0,00	13.032,74
1.7.2.3.37.43.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	30.000,00	1.208,81	16.967,26	0,00	13.032,74
1.7.2.3.37.49.00.00.00	RIO DAS ANTAS	77.040,00	6.899,21	55.945,60	0,00	21.094,40
1.7.2.3.37.49.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	77.040,00	6.899,21	55.945,60	0,00	21.094,40
1.7.2.3.37.49.01.01.00	Manutenção do CINCO	17.040,00	1.420,00	15.620,00	0,00	1.420,00
1.7.2.3.37.49.01.01.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	13.080,00	1.090,00	11.990,00	0,00	1.090,00
1.7.2.3.37.49.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	3.960,00	330,00	3.630,00	0,00	330,00
1.7.2.3.37.49.01.03.00	Iluminação Pública	60.000,00	5.479,21	40.325,60	0,00	19.674,40
1.7.2.3.37.49.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	60.000,00	5.479,21	40.325,60	0,00	19.674,40
1.7.2.3.37.50.00.00.00	SALTO VELOSO	47.040,00	1.420,00	25.971,36	0,00	21.068,64
1.7.2.3.37.50.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	47.040,00	1.420,00	25.971,36	0,00	21.068,64
1.7.2.3.37.50.01.01.00	Manutenção do CINCO	17.040,00	1.420,00	14.200,00	0,00	2.840,00
1.7.2.3.37.50.01.01.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	13.080,00	1.090,00	10.900,00	0,00	2.180,00
1.7.2.3.37.50.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	3.960,00	330,00	3.300,00	0,00	660,00
1.7.2.3.37.50.01.03.00	Iluminação Pública	30.000,00	0,00	11.771,36	0,00	18.228,64
1.7.2.3.37.50.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	30.000,00	0,00	11.771,36	0,00	18.228,64
1.7.2.3.37.54.00.00.00	TANGARÁ	77.040,00	5.392,92	37.451,05	0,00	39.588,95
1.7.2.3.37.54.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	77.040,00	5.392,92	37.451,05	0,00	39.588,95
1.7.2.3.37.54.01.01.00	Manutenção do CINCO	17.040,00	1.420,00	15.620,00	0,00	1.420,00
1.7.2.3.37.54.01.01.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	13.080,00	1.090,00	11.990,00	0,00	1.090,00
1.7.2.3.37.54.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	3.960,00	330,00	3.630,00	0,00	330,00
1.7.2.3.37.54.01.03.00	Iluminação Pública	60.000,00	3.972,92	21.831,05	0,00	38.168,95
1.7.2.3.37.54.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	60.000,00	3.972,92	21.831,05	0,00	38.168,95
1.7.2.3.37.55.00.00.00	TIMBÓ GRANDE	57.040,00	5.680,00	25.980,76	0,00	31.059,24
1.7.2.3.37.55.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	57.040,00	5.680,00	25.980,76	0,00	31.059,24
1.7.2.3.37.55.01.01.00	Manutenção do CINCO	17.040,00	5.680,00	13.870,00	0,00	3.170,00
1.7.2.3.37.55.01.01.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	13.080,00	4.360,00	10.900,00	0,00	2.180,00
1.7.2.3.37.55.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	3.960,00	1.320,00	2.970,00	0,00	990,00

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Novembro

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.7.2.3.37.55.01.03.00	Iluminação Pública	40.000,00	0,00	12.110,76	0,00	27.889,24
1.7.2.3.37.55.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	40.000,00	0,00	12.110,76	0,00	27.889,24
1.7.2.3.37.60.00.00.00	VIDEIRA	651.120,00	37.266,54	357.468,11	0,00	293.651,89
1.7.2.3.37.60.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	651.120,00	37.266,54	357.468,11	0,00	293.651,89
1.7.2.3.37.60.01.01.00	Manutenção do CINCO	51.120,00	4.260,00	46.860,00	0,00	4.260,00
1.7.2.3.37.60.01.01.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	39.240,00	3.270,00	35.970,00	0,00	3.270,00
1.7.2.3.37.60.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	11.880,00	990,00	10.890,00	0,00	990,00
1.7.2.3.37.60.01.03.00	Iluminação Pública	600.000,00	33.006,54	310.608,11	0,00	289.391,89
1.7.2.3.37.60.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	600.000,00	33.006,54	310.608,11	0,00	289.391,89
1.7.2.3.37.99.00.00.00	CONSÓRCIO INTEGRADO	359.000,00	0,00	0,00	0,00	359.000,00
1.7.2.3.37.99.01.00.00	ENCARGOS	8.500,00	0,00	0,00	0,00	8.500,00
1.7.2.3.37.99.01.01.00	Pagamento de Precatórios	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.7.2.3.37.99.01.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.7.2.3.37.99.01.02.00	Contribuição ao PASEP	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.01.02.33	Outras Despesa Correntes 1300	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.01.03.00	Indenizações e Restituiçõe	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
1.7.2.3.37.99.01.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
1.7.2.3.37.99.02.00.00	GRUPO DO PROGRAMA 9	350.500,00	0,00	0,00	0,00	350.500,00
1.7.2.3.37.99.02.01.00	Desenvolvimento da Cultur	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
1.7.2.3.37.99.02.01.33	Outras Despesas Corrente 1300	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
1.7.2.3.37.99.02.02.00	Desenvolvimento da Admir	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
1.7.2.3.37.99.02.02.33	Outras Despesas Corrente 1300	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
1.7.2.3.37.99.02.03.00	Desenvolvimento da Infrae	19.100,00	0,00	0,00	0,00	19.100,00
1.7.2.3.37.99.02.03.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	9.100,00	0,00	0,00	0,00	9.100,00
1.7.2.3.37.99.02.03.33	Outras Despesas Corrente 1300	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
1.7.2.3.37.99.02.04.00	Desenvolvimento do Saneç	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.02.04.33	Outras Despesas Corrente 1300	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.02.05.00	Desenvolvimento da Pres e	260.000,00	0,00	0,00	0,00	260.000,00
1.7.2.3.37.99.02.05.33	Outras Despesas Corrente 1300	260.000,00	0,00	0,00	0,00	260.000,00
1.7.2.3.37.99.02.06.00	Desenvolvimento da Exten	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
1.7.2.3.37.99.02.06.31	Pessoal e Encargos Socia 1300	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.02.06.33	Outras Despesas Corrente 1300	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.02.07.00	Desenvolvimento da Prom	14.400,00	0,00	0,00	0,00	14.400,00
1.7.2.3.37.99.02.07.33	Outras Despesas Corrente 1300	14.400,00	0,00	0,00	0,00	14.400,00
1.7.2.3.37.99.02.08.00	Desenvolvimento do Turisr	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
1.7.2.3.37.99.02.08.33	Outras Despesas Corrente 1300	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
1.7.2.3.37.99.02.09.00	Desenvolvimento de Event	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.02.09.33	Outras Despesas Corrente 1300	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.02.10.00	Desenvolvimento do Espor	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.02.10.33	Outras Despesas Corrente 1300	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORREN	0,00	22,29	2.999,63	2.999,63	0,00
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	2.800,50	2.800,50	0,00
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	0,00	0,00	2.800,50	2.800,50	0,00
1.9.1.9.27.00.00.00.00	Multas e Juros Previstos em 1200	0,00	0,00	2.800,50	2.800,50	0,00
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUI	0,00	22,29	199,13	199,13	0,00
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	0,00	22,29	199,13	199,13	0,00
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições 1300	0,00	22,29	199,13	199,13	0,00
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	89.920,00	4.800,00	43.200,00	0,00	46.720,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPI	89.920,00	4.800,00	43.200,00	0,00	46.720,00
2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERG	89.920,00	4.800,00	43.200,00	0,00	46.720,00
2.4.2.3.00.00.00.00.00	Transf. dos Municípios	89.920,00	4.800,00	43.200,00	0,00	46.720,00
2.4.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios	89.920,00	4.800,00	43.200,00	0,00	46.720,00
2.4.2.3.37.05.00.00.00	ARROIO TRINTA	2.400,00	400,00	2.200,00	0,00	200,00
2.4.2.3.37.05.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	2.400,00	400,00	2.200,00	0,00	200,00
2.4.2.3.37.05.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	400,00	2.200,00	0,00	200,00
2.4.2.3.37.05.01.01.44	Investimentos 1300	2.400,00	400,00	2.200,00	0,00	200,00
2.4.2.3.37.09.00.00.00	CAÇADOR	7.200,00	600,00	6.600,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.09.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	7.200,00	600,00	6.600,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.09.01.01.00	Manutenção do Cinco	7.200,00	600,00	6.600,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.09.01.01.44	Investimentos 1300	7.200,00	600,00	6.600,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.10.00.00.00	CALMON	2.400,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00
2.4.2.3.37.10.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	2.400,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00
2.4.2.3.37.10.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00
2.4.2.3.37.10.01.01.44	Investimentos 1300	2.400,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00
2.4.2.3.37.19.00.00.00	FRAIBURGO	7.200,00	600,00	6.600,00	0,00	600,00

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Novembro

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
2.4.2.3.37.19.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	7.200,00	600,00	6.600,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.19.01.01.00	Manutenção do Cinco	7.200,00	600,00	6.600,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.19.01.01.44	Investimentos 1300	7.200,00	600,00	6.600,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.22.00.00.00	IBIAM	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.22.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.22.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.22.01.01.44	investimentos 1300	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.24.00.00.00	IOMERÊ	2.400,00	200,00	2.200,00	0,00	200,00
2.4.2.3.37.24.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	2.400,00	200,00	2.200,00	0,00	200,00
2.4.2.3.37.24.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	200,00	2.200,00	0,00	200,00
2.4.2.3.37.24.01.01.44	Investimentos 1300	2.400,00	200,00	2.200,00	0,00	200,00
2.4.2.3.37.33.00.00.00	LEBOM RÉGIS	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.33.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.33.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.33.01.01.44	Investimentos 1300	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.36.00.00.00	MACIEIRA	2.400,00	200,00	2.400,00	0,00	0,00
2.4.2.3.37.36.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	2.400,00	200,00	2.400,00	0,00	0,00
2.4.2.3.37.36.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	200,00	2.400,00	0,00	0,00
2.4.2.3.37.36.01.01.44	Investimentos 1300	2.400,00	200,00	2.400,00	0,00	0,00
2.4.2.3.37.38.00.00.00	MATOS COSTA	2.400,00	200,00	2.200,00	0,00	200,00
2.4.2.3.37.38.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	2.400,00	200,00	2.200,00	0,00	200,00
2.4.2.3.37.38.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	200,00	2.200,00	0,00	200,00
2.4.2.3.37.38.01.01.44	Investimentos 1300	2.400,00	200,00	2.200,00	0,00	200,00
2.4.2.3.37.43.00.00.00	PINHEIRO PRETO	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.43.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.43.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.43.01.01.44	Investimentos 1300	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.49.00.00.00	RIO DAS ANTAS	2.400,00	200,00	2.200,00	0,00	200,00
2.4.2.3.37.49.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	2.400,00	200,00	2.200,00	0,00	200,00
2.4.2.3.37.49.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	200,00	2.200,00	0,00	200,00
2.4.2.3.37.49.01.01.44	Investimentos 1300	2.400,00	200,00	2.200,00	0,00	200,00
2.4.2.3.37.50.00.00.00	SALTO VELOSO	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.50.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.50.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.50.01.01.44	Investimentos 1300	2.400,00	200,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.54.00.00.00	TANGARÁ	2.400,00	200,00	2.200,00	0,00	200,00
2.4.2.3.37.54.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	2.400,00	200,00	2.200,00	0,00	200,00
2.4.2.3.37.54.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	200,00	2.200,00	0,00	200,00
2.4.2.3.37.54.01.01.44	Investimentos 1300	2.400,00	200,00	2.200,00	0,00	200,00
2.4.2.3.37.55.00.00.00	TIMBO GRANDE	2.400,00	800,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.55.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	2.400,00	800,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.55.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	800,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.55.01.01.44	Investimentos 1300	2.400,00	800,00	2.000,00	0,00	400,00
2.4.2.3.37.60.00.00.00	VIDEIRA	7.200,00	600,00	6.600,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.60.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 0	7.200,00	600,00	6.600,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.60.01.01.00	Manutenção do Cinco	7.200,00	600,00	6.600,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.60.01.01.44	investimentos 1300	7.200,00	600,00	6.600,00	0,00	600,00
2.4.2.3.37.99.00.00.00	CONSORCIO INTEGRADO	39.520,00	0,00	0,00	0,00	39.520,00
2.4.2.3.37.99.02.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 9	39.520,00	0,00	0,00	0,00	39.520,00
2.4.2.3.37.99.02.01.00	Aquisição de Máquinas Ve	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
2.4.2.3.37.99.02.01.44	investimentos 1300	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
2.4.2.3.37.99.02.02.00	Desenvolvimento da Admir	5.520,00	0,00	0,00	0,00	5.520,00
2.4.2.3.37.99.02.02.44	investimentos 1300	5.520,00	0,00	0,00	0,00	5.520,00
2.4.2.3.37.99.02.03.00	Desenvolvimento da Infrae	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
2.4.2.3.37.99.02.03.44	investimentos 1300	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
2.4.2.3.37.99.02.04.00	Desenvolvimento dos Serv	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
2.4.2.3.37.99.02.04.44	investimentos 1300	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
2.4.2.3.37.99.02.05.00	Desenvolvimento do Saneç	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
2.4.2.3.37.99.02.05.44	investimentos 1300	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
2.4.2.3.37.99.02.06.00	Desenvolvimento da Pres e	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
2.4.2.3.37.99.02.06.44	investimentos 1300	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
2.4.2.3.37.99.02.07.00	Desenvolvimento da Exten	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00

Santa Catarina**Betha Sistemas****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Exercício de 2013

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Novembro

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
2.4.2.3.37.99.02.07.44 investimentos	1300	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Totais Gerais :		2.955.000,00	147.985,03	1.466.985,38	8.620,92	1.496.635,54

Fraiburgo, 20/12/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Conciliação Bancária

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Mês de Novembro

1.1.1.1.2.99.02.01.00.0001 (9317) - B. BRASIL SA CINCO MOVIMENTO 18.520-5

Banco: 001 - BANCO DO BRASIL SA

Agência: 1387-0 - FRAIBURGO

Conta Nº : 18.520-5

Saldo conforme extrato bancário em: 29/11/2013

R\$ 9.004,21

Data	Documento	Valor R\$	Motivo
------	-----------	-----------	--------

Saldo conforme nosso registro em: 29/11/2013

R\$ 9.004,21

Fraiburgo, 20/12/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Conciliação Bancária

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Mês de Novembro

1.1.1.1.2.99.02.01.00.0002 (19961) - B. BRASIL CINCO - CTP01/CTR1 - 20.412-9

Banco: 001 - BANCO DO BRASIL SA

Agência: 1387-0 - FRAIBURGO

Conta Nº : 20.412-9

Saldo conforme extrato bancário em: 29/11/2013

R\$ 126.929,64

Data	Documento	Valor R\$	Motivo
Menos (-)			
(-)Cheques e bordereaux não considerados pelo banco			
11/11/2013	850039	1.000,00	
29/11/2013	850040	201,00	
Total:		1.201,00	

Saldo conforme nosso registro em: 29/11/2013

R\$ 125.728,64

Fraiburgo, 20/12/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Conciliação Bancária

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Mês de Novembro

1.1.1.1.2.99.02.01.00.0003 (19962) - B. BRASIL CINCO - CPS/MAQ. - 20.414-5

Banco: 001 - BANCO DO BRASIL SA

Agência: 1387-0 - FRAIBURGO

Conta Nº : 20.414-5

Saldo conforme extrato bancário em: 29/11/2013

R\$ 11.860,89

Data	Documento	Valor R\$	Motivo
------	-----------	-----------	--------

Saldo conforme nosso registro em: 29/11/2013

R\$ 11.860,89

Fraiburgo, 20/12/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Conciliação Bancária

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Mês de Novembro

1.1.1.1.2.99.02.01.00.0004 (19963) - B. BRASIL CINCO - CTP1/CTR3 - 20.413-7

Banco: 001 - BANCO DO BRASIL SA

Agência: 1387-0 - FRAIBURGO

Conta Nº : 20.413-7

Saldo conforme extrato bancário em: 29/11/2013

R\$ 51.589,18

Data	Documento	Valor R\$	Motivo
------	-----------	-----------	--------

Saldo conforme nosso registro em: 29/11/2013

R\$ 51.589,18

Fraiburgo, 20/12/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Novembro

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Espécie	Recebido		
	No Mês	Até o Mês	
Receitas Orçamentárias	Recurso	147.985,03	1.466.985,38
1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES		143.185,03	1.423.785,38
1.1.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTARIA		0,00	148,80
1.1.2.0.00.00.00.00.00 TAXAS		0,00	148,80
1.1.2.1.00.00.00.00.00 Tx p/ Exercício do Poder de Polícia		0,00	148,80
1.1.2.1.22.00.00.00.00 Tx de Serviços Administrativos	1200	0,00	148,80
1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL		822,02	5.786,06
1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		822,02	5.786,06
1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários		822,02	5.786,06
1.3.2.5.01.00.00.00.00 Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados		746,37	4.314,45
1.3.2.5.01.99.00.00.00 Remuneração de Outros Dep Banc Recursos Vincul		746,37	4.314,45
1.3.2.5.01.99.01.00.00 Remuneração Dep. Bancários - Municípios Consor	1301	746,37	4.314,45
1.3.2.5.02.00.00.00.00 Remuneração de Dep. Banc. de Rec. Não Vinculados		75,65	1.471,61
1.3.2.5.02.99.00.00.00 Remuneração de Outros Dep Recursos Não Vincula	1200	75,65	1.471,61
1.6.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS		11.150,00	79.314,00
1.6.0.0.99.00.00.00.00 Outros Serviços		11.150,00	79.314,00
1.6.0.0.99.01.00.00.00 Outros Serviços - Horas Máquinas	1200	11.150,00	79.314,00
1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		131.190,72	1.335.536,89
1.7.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		131.190,72	1.335.536,89
1.7.2.3.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS		131.190,72	1.335.536,89
1.7.2.3.37.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos		131.190,72	1.335.536,89
1.7.2.3.37.05.01.00.00 ARROIO TRINTA		2.840,00	36.238,57
1.7.2.3.37.05.01.01.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		2.840,00	36.238,57
1.7.2.3.37.05.01.01.01 Manutenção do CINCO		2.840,00	17.040,00
1.7.2.3.37.05.01.01.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300	2.180,00	13.080,00
1.7.2.3.37.05.01.01.33 Outras Despesas Correntes	1300	660,00	3.960,00
1.7.2.3.37.05.01.02.00 Serviços de Máquinas		0,00	0,00
1.7.2.3.37.05.01.03.00 Iluminação Pública		0,00	19.198,57
1.7.2.3.37.05.01.03.33 Outras Despesas Correntes	1300	0,00	19.198,57
1.7.2.3.37.09.01.00.00 CAÇADOR		38.007,40	351.760,52
1.7.2.3.37.09.01.01.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		38.007,40	351.760,52
1.7.2.3.37.09.01.01.01 Manutenção do CINCO		4.260,00	46.860,00
1.7.2.3.37.09.01.01.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300	3.270,00	35.970,00
1.7.2.3.37.09.01.01.33 Outras Despesas Correntes	1300	990,00	10.890,00
1.7.2.3.37.09.01.03.00 Iluminação Pública		33.747,40	304.900,52
1.7.2.3.37.09.01.03.33 Outras Despesas Correntes	1300	33.747,40	304.900,52
1.7.2.3.37.10.01.00.00 CALMON		0,00	4.960,69
1.7.2.3.37.10.01.01.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		0,00	4.960,69
1.7.2.3.37.10.01.03.00 Iluminação Pública		0,00	4.960,69
1.7.2.3.37.10.01.03.33 Outras Despesas Correntes	1300	0,00	4.960,69
1.7.2.3.37.19.01.00.00 FRAIBURGO		16.121,93	206.842,87
1.7.2.3.37.19.01.01.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		16.121,93	206.842,87
1.7.2.3.37.19.01.01.01 Manutenção do CINCO		4.260,00	46.860,00
1.7.2.3.37.19.01.01.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300	3.270,00	35.970,00
1.7.2.3.37.19.01.01.33 Outras Despesas Correntes	1300	990,00	10.890,00
1.7.2.3.37.19.01.02.00 Serviços de Máquinas		0,00	0,00
1.7.2.3.37.19.01.03.00 Iluminação Pública		11.861,93	159.982,87
1.7.2.3.37.19.01.03.33 Outras Despesas Correntes	1300	11.861,93	159.982,87
1.7.2.3.37.22.01.00.00 IBIAM		2.715,72	26.082,38
1.7.2.3.37.22.01.01.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		2.715,72	26.082,38
1.7.2.3.37.22.01.01.01 Manutenção do CINCO		1.420,00	15.620,00
1.7.2.3.37.22.01.01.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300	1.090,00	11.990,00
1.7.2.3.37.22.01.01.33 Outras Despesas Correntes	1300	330,00	3.630,00
1.7.2.3.37.22.01.03.00 Iluminação Pública		1.295,72	10.462,38
1.7.2.3.37.22.01.03.33 Outras Despesas Correntes	1300	1.295,72	10.462,38
1.7.2.3.37.24.01.00.00 IOMERÊ		2.392,70	39.286,25
1.7.2.3.37.24.01.01.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		2.392,70	39.286,25
1.7.2.3.37.24.01.01.01 Manutenção do CINCO		1.420,00	15.620,00
1.7.2.3.37.24.01.01.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300	1.090,00	11.990,00
1.7.2.3.37.24.01.01.33 Outras Despesas Correntes	1300	330,00	3.630,00
1.7.2.3.37.24.01.02.00 Serviços de Máquinas		0,00	0,00

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Novembro

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Espécie		Recebido	
		No Mês	Até o Mês
Receitas Orçamentárias	Recurso	147.985,03	1.466.985,38
1.7.2.3.37.24.01.03.00	Iluminação Pública	972,70	23.666,25
1.7.2.3.37.24.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 972,70	23.666,25
1.7.2.3.37.33.00.00.00	LEBON RÉGIS	4.316,90	76.982,76
1.7.2.3.37.33.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	4.316,90	76.982,76
1.7.2.3.37.33.01.01.00	Manutenção do CINCO	1.420,00	15.820,00
1.7.2.3.37.33.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 1.090,00	11.990,00
1.7.2.3.37.33.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 330,00	3.830,00
1.7.2.3.37.33.01.03.00	Iluminação Pública	2.896,90	61.162,76
1.7.2.3.37.33.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 2.896,90	61.162,76
1.7.2.3.37.36.00.00.00	MACIEIRA	1.420,00	21.200,67
1.7.2.3.37.36.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	1.420,00	21.200,67
1.7.2.3.37.36.01.01.00	Manutenção do CINCO	1.420,00	17.040,00
1.7.2.3.37.36.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 1.090,00	13.080,00
1.7.2.3.37.36.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 330,00	3.960,00
1.7.2.3.37.36.01.03.00	Iluminação Pública	0,00	4.160,67
1.7.2.3.37.36.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 0,00	4.160,67
1.7.2.3.37.38.00.00.00	MATOS COSTA	4.088,59	36.778,04
1.7.2.3.37.38.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	4.088,59	36.778,04
1.7.2.3.37.38.01.01.00	Manutenção do CINCO	1.420,00	15.620,00
1.7.2.3.37.38.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 1.090,00	11.990,00
1.7.2.3.37.38.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 330,00	3.630,00
1.7.2.3.37.38.01.02.00	Serviços de Máquinas	0,00	0,00
1.7.2.3.37.38.01.03.00	Iluminação Pública	2.668,59	21.158,04
1.7.2.3.37.38.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 2.668,59	21.158,04
1.7.2.3.37.43.00.00.00	PINHEIRO PRETO	2.628,81	32.587,26
1.7.2.3.37.43.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	2.628,81	32.587,26
1.7.2.3.37.43.01.01.00	Manutenção do CINCO	1.420,00	15.620,00
1.7.2.3.37.43.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 1.090,00	11.990,00
1.7.2.3.37.43.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 330,00	3.630,00
1.7.2.3.37.43.01.03.00	Iluminação Pública	1.208,81	16.967,26
1.7.2.3.37.43.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 1.208,81	16.967,26
1.7.2.3.37.49.00.00.00	RIO DAS ANTAS	6.899,21	55.945,60
1.7.2.3.37.49.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	6.899,21	55.945,60
1.7.2.3.37.49.01.01.00	Manutenção do CINCO	1.420,00	15.620,00
1.7.2.3.37.49.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 1.090,00	11.990,00
1.7.2.3.37.49.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 330,00	3.630,00
1.7.2.3.37.49.01.03.00	Iluminação Pública	5.479,21	40.325,60
1.7.2.3.37.49.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 5.479,21	40.325,60
1.7.2.3.37.50.00.00.00	SALTO VELOSO	1.420,00	25.971,36
1.7.2.3.37.50.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	1.420,00	25.971,36
1.7.2.3.37.50.01.01.00	Manutenção do CINCO	1.420,00	14.200,00
1.7.2.3.37.50.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 1.090,00	10.900,00
1.7.2.3.37.50.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 330,00	3.300,00
1.7.2.3.37.50.01.03.00	Iluminação Pública	0,00	11.771,36
1.7.2.3.37.50.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 0,00	11.771,36
1.7.2.3.37.54.00.00.00	TANGARÁ	5.392,92	37.451,05
1.7.2.3.37.54.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	5.392,92	37.451,05
1.7.2.3.37.54.01.01.00	Manutenção do CINCO	1.420,00	15.620,00
1.7.2.3.37.54.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 1.090,00	11.990,00
1.7.2.3.37.54.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 330,00	3.630,00
1.7.2.3.37.54.01.03.00	Iluminação Pública	3.972,92	21.831,05
1.7.2.3.37.54.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 3.972,92	21.831,05
1.7.2.3.37.55.00.00.00	TIMBÓ GRANDE	5.680,00	25.980,76
1.7.2.3.37.55.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	5.680,00	25.980,76
1.7.2.3.37.55.01.01.00	Manutenção do CINCO	5.680,00	13.870,00
1.7.2.3.37.55.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 4.360,00	10.900,00
1.7.2.3.37.55.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 1.320,00	2.970,00
1.7.2.3.37.55.01.03.00	Iluminação Pública	0,00	12.110,76
1.7.2.3.37.55.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 0,00	12.110,76
1.7.2.3.37.60.00.00.00	VIDEIRA	37.266,54	357.468,11



Betha Sistemas

Exercício de 2013

Novembro

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Espécie	Recebido		
	No Mês	Até o Mês	
Receitas Orçamentárias	Recurso	147.985,03	1.466.985,38
1.7.2.3.37.60.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	37.266,54	357.468,11
1.7.2.3.37.60.01.01.00	Manutenção do CINCO	4.260,00	46.860,00
1.7.2.3.37.60.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300 3.270,00	35.970,00
1.7.2.3.37.60.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300 990,00	10.890,00
1.7.2.3.37.60.01.03.00	Iluminação Pública	33.006,54	310.608,11
1.7.2.3.37.60.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300 33.006,54	310.608,11
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	22,29	2.999,63
1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	0,00	2.800,50
1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	0,00	2.800,50
1.9.1.9.27.00.00.00.00	Multas e Juros Previstos em Contratos	1200 0,00	2.800,50
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22,29	199,13
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	22,29	199,13
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	1300 22,29	199,13
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	4.800,00	43.200,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.800,00	43.200,00
2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	4.800,00	43.200,00
2.4.2.3.00.00.00.00.00	Transf. dos Municípios	4.800,00	43.200,00
2.4.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	4.800,00	43.200,00
2.4.2.3.37.05.00.00.00	ARROIO TRINTA	400,00	2.200,00
2.4.2.3.37.05.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	400,00	2.200,00
2.4.2.3.37.05.01.01.00	Manutenção do Cinco	400,00	2.200,00
2.4.2.3.37.05.01.01.44	Investimentos	1300 400,00	2.200,00
2.4.2.3.37.09.00.00.00	CAÇADOR	600,00	6.600,00
2.4.2.3.37.09.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	600,00	6.600,00
2.4.2.3.37.09.01.01.00	Manutenção do Cinco	600,00	6.600,00
2.4.2.3.37.09.01.01.44	Investimentos	1300 600,00	6.600,00
2.4.2.3.37.19.00.00.00	FRAIBURGO	600,00	6.600,00
2.4.2.3.37.19.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	600,00	6.600,00
2.4.2.3.37.19.01.01.00	Manutenção do Cinco	600,00	6.600,00
2.4.2.3.37.19.01.01.44	Investimentos	1300 600,00	6.600,00
2.4.2.3.37.22.00.00.00	IBIAM	200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.22.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.22.01.01.00	Manutenção do Cinco	200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.22.01.01.44	investimentos	1300 200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.24.00.00.00	IOMERÊ	200,00	2.200,00
2.4.2.3.37.24.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	200,00	2.200,00
2.4.2.3.37.24.01.01.00	Manutenção do Cinco	200,00	2.200,00
2.4.2.3.37.24.01.01.44	Investimentos	1300 200,00	2.200,00
2.4.2.3.37.33.00.00.00	LEBOM RÉGIS	200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.33.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.33.01.01.00	Manutenção do Cinco	200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.33.01.01.44	Investimentos	1300 200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.36.00.00.00	MACIEIRA	200,00	2.400,00
2.4.2.3.37.36.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	200,00	2.400,00
2.4.2.3.37.36.01.01.00	Manutenção do Cinco	200,00	2.400,00
2.4.2.3.37.36.01.01.44	Investimentos	1300 200,00	2.400,00
2.4.2.3.37.38.00.00.00	MATOS COSTA	200,00	2.200,00
2.4.2.3.37.38.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	200,00	2.200,00
2.4.2.3.37.38.01.01.00	Manutenção do Cinco	200,00	2.200,00
2.4.2.3.37.38.01.01.44	Investimentos	1300 200,00	2.200,00
2.4.2.3.37.43.00.00.00	PINHEIRO PRETO	200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.43.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.43.01.01.00	Manutenção do Cinco	200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.43.01.01.44	Investimentos	1300 200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.49.00.00.00	RIO DAS ANTAS	200,00	2.200,00
2.4.2.3.37.49.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	200,00	2.200,00
2.4.2.3.37.49.01.01.00	Manutenção do Cinco	200,00	2.200,00
2.4.2.3.37.49.01.01.44	Investimentos	1300 200,00	2.200,00
2.4.2.3.37.50.00.00.00	SALTO VELOSO	200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.50.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	200,00	2.000,00



Betha Sistemas

Exercício de 2013

Novembro

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Espécie		Recebido		
		No Mês	Até o Mês	
Receitas Orçamentárias		Recurso	147.985,03	1.466.985,38
2.4.2.3.37.50.01.01.00	Manutenção do Cinco		200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.50.01.01.44	Investimentos	1300	200,00	2.000,00
2.4.2.3.37.54.00.00.00	TANGARÁ		200,00	2.200,00
2.4.2.3.37.54.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		200,00	2.200,00
2.4.2.3.37.54.01.01.00	Manutenção do Cinco		200,00	2.200,00
2.4.2.3.37.54.01.01.44	Investimentos	1300	200,00	2.200,00
2.4.2.3.37.55.00.00.00	TIMBO GRANDE		800,00	2.000,00
2.4.2.3.37.55.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		800,00	2.000,00
2.4.2.3.37.55.01.01.00	Manutenção do Cinco		800,00	2.000,00
2.4.2.3.37.55.01.01.44	Investimentos	1300	800,00	2.000,00
2.4.2.3.37.60.00.00.00	VIDEIRA		600,00	6.600,00
2.4.2.3.37.60.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		600,00	6.600,00
2.4.2.3.37.60.01.01.00	Manutenção do Cinco		600,00	6.600,00
2.4.2.3.37.60.01.01.44	investimentos	1300	600,00	6.600,00
Receita Extra Orçamentária		Recurso	6.849,98	70.896,70
9337	INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	1200	1.329,60	12.726,29
11311	ISS A RECOLHER IOMERÊ	1300	11,51	245,74
11312	ISS A RECOLHER RIO DAS ANTAS		88,17	629,00
11313	ISS A RECOLHER LEBON RÉGIS		55,74	763,93
11314	ISS A RECOLHER FRAIBURGO		131,07	1.768,69
11315	ISS A RECOLHER ARROIO TRINTA		0,00	297,08
11316	ISS A RECOLHER VIDEIRA		369,69	3.470,11
11320	ISS A RECOLHER CAÇADOR		347,06	3.197,08
11321	ISS A RECOLHER SALTO VELOSO		34,87	211,05
11322	ISS A RECOLHER MATOS COSTA		37,15	312,20
11323	ISS A RECOLHER CALMON	1300	0,00	146,39
11327	ISS A RECOLHER IBIAM	1300	21,29	164,23
11328	ISS A RECOLHER MACIEIRA	1300	0,00	54,62
11329	ISS A RECOLHER PINHEIRO PRETO	1300	13,28	168,76
11330	ISS A RECOLHER TANGARA	1300	63,79	363,00
11364	ISS A RECOLHER TIMBÓ GRANDE	1300	0,00	115,83
11365	INSS CONDUVALE	1300	2.939,59	29.998,44
16795	SINSER		0,00	232,51
16798	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO ARROIO TRINTA		67,01	763,42
19964	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO CAÇADOR	1300	201,00	2.290,15
19965	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO CALMON	1300	67,01	763,41
19966	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO FRAIBURGO	1300	201,03	2.290,26
19967	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO IBIAM	1300	67,01	763,42
19968	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO IOMERE	1300	67,01	763,41
19969	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO LEBON RÉGIS	1300	67,01	763,42
19970	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO MACIEIRA	1300	67,00	763,42
19971	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO MATOS COSTA	1300	67,01	763,43
19972	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO PINHEIRO PRETO	1300	67,01	763,43
19973	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO RIO DAS ANTAS	1300	67,01	763,43
19974	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO SALTO VELOSO	1300	67,01	763,43
19975	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO TANGARA	1300	67,01	763,43
19976	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO TIMBÓ GRANDE	1300	67,01	763,43
19977	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO VIDEIRA	1300	201,03	2.290,26
Total Geral :			154.835,01	1.537.882,08



Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Novembro

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Espécie	Recebido	
	No Mês	Até o Mês

Fraiburgo, 20/12/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Razão Analítico para Conciliação Bancária - Período de 01/11/2013 até 30/11/2013

Página: 1/4

Data	Empenho	Histórico	Contrapartida	Valor
Conta: 9317 - B. BRASIL SA CINCO MOVIMENTO 18.520-5			Conta banco: 18.520-5	
31/10/13		SALDO ANTERIOR		9.217,88 +
20/11/13	101	Pelo pagamento da O.P. 425, OB DARF, NE 101	22387 DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BF	249,64 -
29/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 602		35,97 +
				Total de Débitos: 35,97
				Total de Créditos: 249,64
				Saldo Atual: 9.004,21
Conta: 19961 - B. BRASIL CINCO - CTP01/CTR1 - 20.412-9			Conta banco: 20.412-9	
31/10/13		SALDO ANTERIOR		110.333,59 +
01/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 541		1.090,00 +
01/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 543		200,00 +
01/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 542		330,00 +
04/11/13	63	Pelo pagamento da O.P. 397, OB FATURA, NE 63	16804 CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A	110,43 -
04/11/13	18	Pelo pagamento da O.P. 398, OB GRF, NE 18	9313 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.127,91 -
07/11/13		Pela anulação parcial desta ordem de pagamento 10, OP:306, NE:127		643,29 +
07/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 546		3.270,00 +
07/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 547		990,00 +
07/11/13		Pela anulação parcial desta ordem de pagamento 9, OP:305, NE:126		554,50 +
07/11/13	1	Pelo pagamento da O.P. 403, CH: 850037, empenho 1	11302 REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA	150,00 -
07/11/13	78	Pelo pagamento da O.P. 404, CH: 850037, empenho 78	11302 REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA	480,00 -
07/11/13	72	Pelo pagamento da O.P. 405, OB TRANSFERENCIA, NE 72	16802 IVETE REGINA ODORIZZI	1.100,00 -
07/11/13	29	Pelo pagamento da O.P. 407, OB TRANSFERENCIA, NE 29	11301 HBINFOPROVEDOR LTDA ME	337,60 -
07/11/13	100	Pelo pagamento da O.P. 408, OB TRANSFERENCIA, NE 100	11301 HBINFOPROVEDOR LTDA ME	149,00 -
07/11/13	9	Pelo pagamento da O.P. 409, OB BOLETO, NE 9	11293 BETHA SISTEMAS LTDA	538,85 -
07/11/13	150	Pelo pagamento da O.P. 412, CH: 850038, empenho 150	19959 LUIZ FERNANDO RALDI	500,00 -
07/11/13	151	Pelo pagamento da O.P. 413, CH: 850038, empenho 151	19959 LUIZ FERNANDO RALDI	500,00 -
08/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 549		1.090,00 +
08/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 548		600,00 +
08/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 550		330,00 +
08/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 551		200,00 +
08/11/13	80	Pelo pagamento da O.P. 414, OB BOLETO, NE 80	22385 SANTA TEREZINHA TRANSP. E TURISMO	135,00 -
11/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 559		400,00 +
11/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 558		660,00 +
11/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 571		200,00 +
11/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 561		330,00 +
11/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 577		200,00 +
11/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 569		1.090,00 +
11/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 566		1.090,00 +
11/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 560		1.090,00 +
11/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 562		200,00 +
11/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 574		200,00 +
11/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 573		330,00 +
11/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 576		330,00 +
11/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 565		200,00 +
11/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 567		330,00 +
11/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 572		1.090,00 +
11/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 563		1.090,00 +
11/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 568		200,00 +
11/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 575		1.090,00 +
11/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 564		330,00 +
11/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 557		2.180,00 +
11/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 570		330,00 +
11/11/13	118	Pelo pagamento da O.P. 417, OB FATURA, NE 118	16832 OI SA	748,22 -
11/11/13	156	Pelo pagamento da O.P. 422, CH: 850039, empenho 156	19959 LUIZ FERNANDO RALDI	1.000,00 -
12/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 579		330,00 +
12/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 578		1.090,00 +
12/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 580		200,00 +
14/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 583		3.270,00 +
14/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 584		990,00 +

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Razão Analítico para Conciliação Bancária - Período de 01/11/2013 até 30/11/2013

Página: 2/4

Data	Empenho	Histórico	Contrapartida	Valor
Conta: 19961 - B. BRASIL CINCO - CTP01/CTR1 - 20.412-9			Conta banco: 20.412-9	
14/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 585		600,00 +
20/11/13		Pelo pgto da despesa extra 312	9337 INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	1.093,71 -
20/11/13	19	Pelo pagamento da O.P. 426, OB GPS, NE 19	9312 INSS	3.101,74 -
23/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 589		400,00 +
23/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 587		2.180,00 +
23/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 588		660,00 +
26/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 595		200,00 +
26/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 594		330,00 +
26/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 591		330,00 +
26/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 593		1.090,00 +
26/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 592		200,00 +
26/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 590		1.090,00 +
27/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 599		990,00 +
27/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 598		3.270,00 +
27/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 600		600,00 +
29/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 605		493,20 +
29/11/13		Pelo pgto da despesa extra 315	16798 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO ARROIO TF	67,01 -
29/11/13		Pelo pgto da despesa extra 316, CH: 850040	19964 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO CAÇADOR	201,00 -
29/11/13		Pelo pgto da despesa extra 317	19965 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO CALMON	67,01 -
29/11/13		Pelo pgto da despesa extra 318	19966 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO FRAIBURG	201,03 -
29/11/13		Pelo pgto da despesa extra 319	19967 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO IBIAM	67,01 -
29/11/13		Pelo pgto da despesa extra 320	19968 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO IOMERE	67,01 -
29/11/13		Pelo pgto da despesa extra 321	19969 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO LEBON RÉ	67,01 -
29/11/13		Pelo pgto da despesa extra 322	19970 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO MACIEIRA	67,00 -
29/11/13		Pelo pgto da despesa extra 323	19971 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO MATOS CC	67,01 -
29/11/13		Pelo pgto da despesa extra 324	19972 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO PINHEIRO	67,01 -
29/11/13		Pelo pgto da despesa extra 325	19973 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO RIO DAS AI	67,01 -
29/11/13		Pelo pgto da despesa extra 326	19974 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO SALTO VEL	67,01 -
29/11/13		Pelo pgto da despesa extra 327	19975 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO TANGARA	67,01 -
29/11/13		Pelo pgto da despesa extra 328	19976 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO TIMBÓ GR/	67,01 -
29/11/13		Pelo pgto da despesa extra 329	19977 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO VIDEIRA	201,03 -
29/11/13	17	Pelo pagamento da O.P. 433, OB TED, NE 17	16796 ELOI RONNAU E OUTROS	6.144,75 -
29/11/13	17	Pelo pagamento da O.P. 433, OB DOC, NE 17	16796 ELOI RONNAU E OUTROS	5.430,84 -
29/11/13	141	Pelo pagamento da O.P. 437, OB TRANSFERENCIA, NE 141	22394 INFOTRIZ CMERCIAL LTDA - EPP	645,00 -
29/11/13	142	Pelo pagamento da O.P. 438, OB TRANSFERENCIA, NE 142	22395 CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS L	338,00 -
29/11/13	22	Pelo pagamento da O.P. 442, OB TARIFAS, NE 22	9336 BANCO DO BRASIL SA	137,72 -
Total de Débitos:				40.570,99
Total de Créditos:				25.175,94
Saldo Atual:				125.728,64
Conta: 19962 - B. BRASIL CINCO - CPS/MAQ. - 20.414-5			Conta banco: 20.414-5	
31/10/13		SALDO ANTERIOR		19.264,80 +
04/11/13	134	Pelo pagamento da O.P. 395, OB TED, NE 134	22392 GIRON MÁQUINAS COMÉRCIO E SERVIÇO	900,00 -
04/11/13	135	Pelo pagamento da O.P. 396, OB TED, NE 135	22392 GIRON MÁQUINAS COMÉRCIO E SERVIÇO	1.399,89 -
04/11/13	88	Pelo pagamento da O.P. 400, OB GRF, NE 88	9313 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	121,26 -
05/11/13	132	Pelo pagamento da O.P. 401, OB TED, NE 132	22392 GIRON MÁQUINAS COMÉRCIO E SERVIÇO	8.250,00 -
05/11/13	133	Pelo pagamento da O.P. 402, OB TED, NE 133	22392 GIRON MÁQUINAS COMÉRCIO E SERVIÇO	900,00 -
07/11/13	137	Pelo pagamento da O.P. 410, OB TRANSFERENCIA, NE 137	22378 DIEGO PIRES DA SILVA	104,00 -
07/11/13	149	Pelo pagamento da O.P. 411, OB TRANSFERENCIA, NE 149	22378 DIEGO PIRES DA SILVA	72,00 -
11/11/13	143	Pelo pagamento da O.P. 418, OB TRANSFERENCIA, NE 143	9343 SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO I	216,38 -
11/11/13	144	Pelo pagamento da O.P. 419, OB TRANSFERENCIA, NE 144	9343 SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO I	1.377,73 -
11/11/13	104	Pelo pagamento da O.P. 420, OB TRANSFERENCIA, NE 104	22388 SAFRA DIESEL	2.559,90 -
11/11/13	138	Pelo pagamento da O.P. 421, OB TRANSFERENCIA, NE 138	22388 SAFRA DIESEL	16,80 -
12/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 582		3.150,00 +
18/11/13	89	Pelo pagamento da O.P. 428, OB GPS, NE 89	9312 INSS	333,48 -
20/11/13		Pelo pgto da despesa extra 314	9337 INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	136,42 -
26/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 597		8.000,00 +
29/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 604		39,68 +

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Razão Analítico para Conciliação Bancária - Período de 01/11/2013 até 30/11/2013

Página: 3/4

Data	Empenho	Histórico	Contrapartida	Valor
Conta: 19962 - B. BRASIL CINCO - CPS/MAQ. - 20.414-5			Conta banco: 20.414-5	
29/11/13	73	Pelo pagamento da O.P. 435, OB TRANSFERENCIA, NE 73	11307 DIEGO PIRES DA SILVA	1.379,39 -
29/11/13	102	Pelo pagamento da O.P. 436, OB TRANSFERENCIA, NE 102	22375 ANTONIO CARLOS FERREIRA TRANSPOR	799,90 -
29/11/13	160	Pelo pagamento da O.P. 441, OB TARIFAS, NE 160	9336 BANCO DO BRASIL SA	26,44 -
Total de Débitos:				11.189,68
Total de Créditos:				18.593,59
Saldo Atual:				11.860,89
Conta: 19963 - B. BRASIL CINCO - CTP1/CTR3 - 20.413-7			Conta banco: 20.413-7	
31/10/13		SALDO ANTERIOR		44.560,93 +
04/11/13	82	Pelo pagamento da O.P. 399, OB GRF, NE 82	9313 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	99,47 -
06/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 544		1.208,81 +
07/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 545		33.747,40 +
07/11/13		Pelo pgto da despesa extra 298	11315 ISS A RECOLHER ARROIO TRINTA	38,03 -
07/11/13		Pelo pgto da despesa extra 299, CH: 850009	11320 ISS A RECOLHER CAÇADOR	375,51 -
07/11/13		Pelo pgto da despesa extra 300	11323 ISS A RECOLHER CALMON	32,70 -
07/11/13		Pelo pgto da despesa extra 301	11314 ISS A RECOLHER FRAIBURGO	50,14 -
07/11/13		Pelo pgto da despesa extra 302	11327 ISS A RECOLHER IBIAM	3,06 -
07/11/13		Pelo pgto da despesa extra 303	11311 ISS A RECOLHER IOMERÊ	11,16 -
07/11/13		Pelo pgto da despesa extra 304	11313 ISS A RECOLHER LEBON RÉGIS	48,91 -
07/11/13		Pelo pgto da despesa extra 305	11322 ISS A RECOLHER MATOS COSTA	49,56 -
07/11/13		Pelo pgto da despesa extra 306	11329 ISS A RECOLHER PINHEIRO PRETO	21,04 -
07/11/13		Pelo pgto da despesa extra 307	11312 ISS A RECOLHER RIO DAS ANTAS	86,92 -
07/11/13		Pelo pgto da despesa extra 308	11321 ISS A RECOLHER SALTO VELOSO	10,30 -
07/11/13		Pelo pgto da despesa extra 309	11330 ISS A RECOLHER TANGARA	24,85 -
07/11/13		Pelo pgto da despesa extra 310	11316 ISS A RECOLHER VIDEIRA	272,65 -
07/11/13	71	Pelo pagamento da O.P. 406, OB BOLETO, NE 71	11296 GEINFO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO L	472,64 -
08/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 552		11.861,93 +
08/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 553		2.896,90 +
11/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 556		5.479,21 +
11/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 554		972,70 +
11/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 555		2.668,59 +
11/11/13	28	Pelo pagamento da O.P. 415, OB FATURA, NE 28	16832 OI SA	234,24 -
11/11/13	28	Pelo pagamento da O.P. 416, OB FATURA, NE 28	16832 OI SA	46,55 -
12/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 581		1.295,72 +
14/11/13	35	Pelo pagamento da O.P. 424, OB TRANSFERENCIA, NE 35	11331 CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	46.006,11 -
20/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 586		22.398,43 +
20/11/13		Pelo pgto da despesa extra 311	11365 INSS CONDUVALE	2.574,23 -
20/11/13		Pelo pgto da despesa extra 313	9337 INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	99,47 -
20/11/13	83	Pelo pagamento da O.P. 427, OB GPS, NE 83	9312 INSS	273,55 -
20/11/13	36	Pelo pagamento da O.P. 429, OB TRANSFERENCIA, NE 36	11331 CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	23.334,06 -
26/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 596		3.972,92 +
27/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 601		10.608,11 +
29/11/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 603		253,17 +
29/11/13	81	Pelo pagamento da O.P. 434, OB DOC, NE 81	22386 NÁDIA DE LORENZI	1.144,01 -
29/11/13	36	Pelo pagamento da O.P. 439, OB TRANSFERENCIA, NE 36	11331 CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	15.000,00 -

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Razão Analítico para Conciliação Bancária - Período de 01/11/2013 até 30/11/2013

Página: 4/4

Data	Empenho	Histórico	Contrapartida	Valor
Conta: 19963 - B. BRASIL CINCO - CTP1/CTR3 - 20.413-7			Conta banco: 20.413-7	
29/11/13	76	Pelo pagamento da O.P. 440, OB TARIFAS, NE 76	9336 BANCO DO BRASIL SA	26,48 -
Total de Débitos:				97.363,89
Total de Créditos:				90.335,64
Saldo Atual:				51.589,18

Fraiburgo, 20/12/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Página: 1/3

Período de 01/11/2013 até 30/11/2013

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida	Hist.
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																	
149	E		06/11		300,00	0,00	72,00	72,00	228,00	19962	20.606.0001	1200	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	34 - DIEGO PIRES DA SILVA	122
INDENIZAÇÃO POR DESLOCAMENTO DE FRAIBURGO PARA LEBON REGIS COM VEÍCULO PRÓPRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA PARA O MUNICIPIO DE LEBON REGIS SC, PERMANECENDO DURANTE A SEMANA HOSPEDADO EM LOCAL CONTRATADO PELO CONSORCIO.																	
150	O		06/11		500,00	0,00	500,00	500,00	0,00	19961	04.122.0001	1300	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	175 - LUIZ FERNANDO RALDI	123
ADIANTAMENTO PARA COMPRAS DE MATERIAIS DE PEQUENO VALOR.																	
151	O		06/11		500,00	0,00	500,00	500,00	0,00	19961	04.122.0001	1300	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	175 - LUIZ FERNANDO RALDI	123
ADIANTAMENTO PARA COBRIR DESPESAS DE VIAGENS E SERVIÇOS DE PEQUENO VALOR.																	
152	O		07/11		56,90	0,00	56,90	0,00	56,90	04.122.0001	1300		2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	187 - 3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA	122
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA UTILIZAÇÃO NO CONSÓRCIO CINCO.: 1,00 TB DE CD - R GRAVÁVEL, CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE DADOS DE 700MB E GRAVAÇÃO DE 80 MINUTOS, TUBO COM 50 UNIDADES.; 2,00 UNID DE PILHA AAA ALCALINA (PALITO), EMBALAGEM COM 2 UNIDADES.; 2,00 UNID DE PILHA PARA CONTROLE A23.; 2,00 UNID DE RECADO AUTO-ADESIVO, TAMANHO 76X102MM, BLOCO COM 100 FOLHAS.; 3,00 UNID DE ESTILETE AJUSTÁVEL 18MM (LÂMINA LARGA).; E OUTROS. SOL. FORNECIMENTO 0014/2013, PAL 0015/2013 - CINCO, PREGÃO ELETRÔNICO 0012/2013 - CINCO, REGISTRO DE PREÇO 0015/2013, CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO																	
153	O		07/11		83,09	0,00	0,00	0,00	83,09	04.122.0001	1300		2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	186 - LINK TELE INFORMÁTICA LTDA ME	122
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA UTILIZAÇÃO NO CONSÓRCIO CINCO.: 1,00 CX DE CANETA CRISTAL ESFEROGRÁFICA COR AZUL, PONTA MÉDIA DE 1MM, CORPO HEXAGONAL, PLUG DA MESMA COR DA TINTA, CAIXA COM 50 UNIDADES; 5,00 UNID DE COLA BASTÃO 40GR, LAVÁVEL, NÃO TOXICA, NÃO ESCORRE, NÃO SUJA.; 20,00 UNID DE CAIXA DE ARQUIVO MORTO, PAPELÃO MARROM.; 5,00 UNID DE PASTA OFICIO, EM PLÁSTICO TRANSPARENTE, COM ELÁSTICO, TAMANHO 233X348MM.; 1,00 CX DE CLIPS DE AÇO Nº 3/0, CAIXA DE 500GR.; E OUTROS. SOL. FORNECIMENTO 0015/2013, PAL 0015/2013 - CINCO, PREGÃO ELETRÔNICO 0012/2013 - CINCO, REGISTRO DE PREÇO 0015/2013, CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO.																	

Santa Catarina

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Página: 2/3

Período de 01/11/2013 até 30/11/2013

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida	Hist.	
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																		
154	O		07/11	1.863,75	0,00	1.863,75	0,00	1.863,75	20.606.000	1	1200		2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	11 - SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LT	122	
REFERENTE MÃO DE OBRA MECANICA REFERENTE VERIFICAÇÃO PROBLEMA HIDRAULICO DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA 02 CHASSI N8TA13202, EM TRABALHO NO MUNICIPIO DE TIMBÓ GRANDE																		
155	O		07/11	692,00	0,00	692,00	0,00	692,00	04.122.000	1	1300		2.001	7	4.4.90.00.00.00.00.00	78 - POVOCOM INFORMÁTICA LTDA ME	412	
AQUISIÇÃO DE MONITORES PARA USO NO CONSORCIO CINCO: 2,00 UNID DE MONITOR (MODELO 02):TIPO DE MONITOR: LED POLEGADAS: 18,5" FORMATO DA TELA.SOL. FORNECIMENTO 0016/2013, PAL 0020/2013 - CINCO, PREGÃO ELETRÔNICO 0016/2013 - CINCO, REGISTRO DE PREÇO 0019/2013, CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO.																		
156	O		11/11	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	19961	04.122.000	1	1300		2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	175 - LUIZ FERNANDO RALDI	123
ADIANTAMENTO PARA COBRIR DESPESAS DE VIAGENS E SERVIÇOS DE PEQUENO VALOR.																		
157	O		11/11	529,60	0,00	529,60	0,00	529,60	20.606.000	1	1200		2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	227 - MIRANDA & MIRANDA LTDA	122	
AQUISIÇÃO DE QUEROSENE E OLEO HIDRAULICO 46 PARA REPOSIÇÃO E UTILIZAÇÃO MANUTENÇÃO NA MÁQUINA ESCAVADEIRA HIDRAULICA 01 CHASSI N8TA13200.																		
158	O		11/11	1.400,00	0,00	1.400,00	0,00	1.400,00	20.606.000	1	1200		2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	227 - MIRANDA & MIRANDA LTDA	122	
MÃO DE OBRA MECANICA PARA MANUTENÇÃO NA MÁQUINA ESCAVADEIRA HIDRAULICA 01 CHASSI N8TA13200 COM VAZAMENTO DE ÓLEO HIDRAULICO.																		
159	O		20/11	1.015,78	0,00	1.015,78	0,00	1.015,78	20.606.000	1	1200		2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	11 - SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LT	122	
AQUISIÇÃO DE FILTROS DIESEL PARA SUBSTITUIÇÃO NA ESCAVADEIRA HIDRAULICA 01 E 02 DO CONSORCIO CINCO.																		

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Página: 3/3

Período de 01/11/2013 até 30/11/2013

Empenho	Tipo	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vir. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida	Hist.
---------	------	----------	--------------	------	--------------	---------	-----------	------	---------	-------	-----------	---------	--------	------	----------	---------------------------	-------

Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

160 E				20/11	70,00	0,00	26,44	26,44	43,56	19962	20.606.0001	1200		2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	9 - BANCO DO BRASIL SA	122
TARIFAS BANCARIAS PARA NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 2013 CONTA 20414-5 MÁQUINAS.																		

Total da Entidade:	8.011,12	0,00	7.656,47	2.098,44	5.912,68
Total do Período:	8.011,12	0,00	7.656,47	2.098,44	5.912,68

Fraiburgo, 20/12/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/11/2013 até 30/11/2013

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Página: 1/4

Ordem	Processo	Nº AF/Ano	Data Emissão	Data Venc.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Docto	Doc. Fiscais	Empenho	Funcional	Pro/Alv	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Dívida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																				
395			04/11/13	06/11/2013	900,00	0,00	900,00	04/11/13	0,00	900,00		1200 19962		87		134 20.606.000	2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00		GIRON MÁQUINAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME
			MÃO DE OBRA MECANICA PARA SUBSTITUIÇÃO DE VALVULA DE ALIVIO NA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA CHASSI N8TA13202 DO CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO.																	
396			04/11/13	06/11/2013	1.399,89	0,00	1.399,89	04/11/13	0,00	1.399,89		1200 19962		87		135 20.606.000	2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00		GIRON MÁQUINAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME
			AQUISIÇÃO DE VALVULA DE ALIVIO PARA SUBSTITUIÇÃO NA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA CHASSI N8TA13202 DO CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO.																	
397			04/11/13	06/11/2013	110,43	0,00	110,43	04/11/13	0,00	110,43		1300 19961		2013962747		63 04.122.000	2.001	6 3.3.90.00.00.00.00.00		CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A
			DESPESA COM FATURAMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, NO PERÍODO REFERENTE OUTUBRO DE 2013																	
398			04/11/13	07/11/2013	1.127,91	0,00	1.127,91	04/11/13	0,00	1.127,91		1300 19961				18 04.122.000	2.001	5 3.1.90.00.00.00.00.00		CAIXA ECONOMICA FEDERAL
			FGTS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2013																	
399			04/11/13	07/11/2013	99,47	0,00	99,47	04/11/13	0,00	99,47		3300 19963				82 15.451.000	2.004	55 3.1.90.00.00.00.00.00		CAIXA ECONOMICA FEDERAL
			FGTS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO DE NADIA DE LORENZI RELATIVO AO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2013																	
400			04/11/13	07/11/2013	121,26	0,00	121,26	04/11/13	0,00	121,26		1200 19962				88 20.606.000	2.008	32 3.1.90.00.00.00.00.00		CAIXA ECONOMICA FEDERAL
			FGTS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO DE DIEGO PIRES DA SILVA RELATIVO AO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2013																	
401			05/11/13	05/11/2013	8.250,00	0,00	8.250,00	05/11/13	0,00	8.250,00		1200 19962		82		132 20.606.000	2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00		GIRON MÁQUINAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME
			AQUISIÇÃO DE BICOS INJETORES PARA SUBSTITUIÇÃO NA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA CHASSI N8TA13202 DO CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO, CONFORME PAL 0017/2013 CINCO PREGÃO PRESENCIAL 004/2013, CONTRATO 12/2013.																	
402			05/11/13	05/11/2013	900,00	0,00	900,00	05/11/13	0,00	900,00		1200 19962		82		133 20.606.000	2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00		GIRON MÁQUINAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME
			MÃO DE OBRA MECANICA PARA SUBSTITUIÇÃO DE BICOS INJETORES NA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA CHASSI N8TA13202 DO CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO CONFORME PAL 0017/2013 CINCO PREGÃO PRESENCIAL 004/2013, CONTRATO 12/2013.																	
403			07/11/13	08/11/2013	150,00	0,00	150,00	07/11/13	0,00	150,00		1300 19961	850037	174		1 04.122.000	2.001	6 3.3.90.00.00.00.00.00		REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA ME
			SERVIÇOS REFERENTE MANUTENÇÃO DO SITE DO CONSORCIO CINCO REFERENTE OUTUBRO DE 2013.																	
404			07/11/13	08/11/2013	480,00	0,00	480,00	07/11/13	0,00	480,00		1300 19961	850037	175		78 04.122.000	2.001	6 3.3.90.00.00.00.00.00		REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA ME
			LICENÇA DE USO DO SOFTWARE CONTROLE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO, MANUTENÇÃO LEGAL, CORRETIVA, EVOLUTIVA, SUPORTE TÉCNICO E PELA HOSPEDAGEM DO SOFTWARE REFERENTE OUTUBRO DE 2013.																	
405			07/11/13	08/11/2013	1.100,00	0,00	1.100,00	07/11/13	0,00	1.100,00		1300 19961		10		72 04.122.000	2.001	6 3.3.90.00.00.00.00.00		IVETE REGINA ODORIZZI
			LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL COM ÁREA DE 200M2, NO PAVIMENTO SUPERIOR (SEGUNDO PISO) LOCALIZADO NA RUA NEREU RAMOS, 761 CENTRO DE FRAIBURGO PARA A SEDE ADMINISTRATIVA DO CINCO REFERENTE OUTUBRO DE 2013.																	
406			07/11/13	08/11/2013	472,64	0,00	472,64	07/11/13	0,00	472,64		3300 19963		423		71 15.451.000	2.004	56 3.3.90.00.00.00.00.00		GEINFO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA ME
			FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO COM ACESSOS SIMULTANEOS PARA DOIS ATENDENTES E USUARIOS ILIMITADOS, MEDIANTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARE AQUILA HELP DESK, COM APLICAÇÕES EM HELP DESK, SERVICE DESK, CALL CENTER, 0800 E SAC, REFERENTE OUTUBRO DE 2013.																	
407			07/11/13	08/11/2013	337,60	0,00	337,60	07/11/13	0,00	337,60		1300 19961		2346		29 04.122.000	2.001	6 3.3.90.00.00.00.00.00		HBINFOPROVEDOR LTDA ME
			DESPESAS COM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SERVIDOR DE DADOS PARA HOSPEDAGEM DE ARQUIVOS DO CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO REFERENTE OUTUBRO DE 2013.																	
408			07/11/13	08/11/2013	149,00	0,00	149,00	07/11/13	0,00	149,00		1300 19961		2724		100 04.122.000	2.001	6 3.3.90.00.00.00.00.00		HBINFOPROVEDOR LTDA ME
			SERVIÇOS DE LINK DE INTERNET COM VELOCIDADE DE 5 MB PARA USO DO CONSORCIO, REFERENTE OUTUBRO DE 2013 CONFORME CONTRATO 007/2013CINCO.																	

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/11/2013 até 30/11/2013

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Página: 2/4

Ordem	Processo	Nº AF/Ano	Data Emissão	Data Venc.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Docto	Doc. Fiscais	Empenho	Funcional	Pro/Atv	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Dívida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																				
409			07/11/13	08/11/2013	538,85	0,00	538,85	07/11/13	0,00	538,85		1300 19961		56922		9 04.122.000	2.001	6 3.3.90.00.00.00.00.00		BETHA SISTEMAS LTDA
LOCAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, FOLHA DE PAGAMENTO E COMPRAS E LICITAÇÕES EM AMBIENTE WINDOWS REFERENTE OUTUBRO DE 2013.																				
410			07/11/13	07/11/2013	104,00	0,00	104,00	07/11/13	0,00	104,00		1200 19962		1		137 20.606.000	2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00		DIEGO PIRES DA SILVA
COMPLEMENTO AO EMPENHO 112 REFERENTE INDENIZAÇÃO POR DESLOCAMENTO DE FRAIBURGO PARA IBIAM COM VEÍCULO PRÓPRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA PARA O MUNICIPIO DE IBIAM, SC. PERMANECENDO DURANTE A SEMANA HOSPEDADO EM LOCAL CONTRATADO PELO CONSÓRCIO REFERENTE OUTUBRO DE 2013.																				
411			07/11/13	07/11/2013	72,00	0,00	72,00	07/11/13	0,00	72,00		1200 19962		1		149 20.606.000	2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00		DIEGO PIRES DA SILVA
INDENIZAÇÃO POR DESLOCAMENTO DE FRAIBURGO PARA LEBON REGIS COM VEÍCULO PRÓPRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA PARA O MUNICIPIO DE LEBON REGIS SC, PERMANECENDO DURANTE A SEMANA HOSPEDADO EM LOCAL CONTRATADO PELO CONSÓRCIO DURANTE OUTUBRO 2013																				
412			07/11/13	07/11/2013	500,00	0,00	500,00	07/11/13	0,00	500,00		1300 19961	850038			150 04.122.000	2.001	6 3.3.90.00.00.00.00.00		LUIZ FERNANDO RALDI
ADIANTAMENTO PARA COMPRAS DE MATERIAIS DE PEQUENO VALOR.																				
413			07/11/13	07/11/2013	500,00	0,00	500,00	07/11/13	0,00	500,00		1300 19961	850038			151 04.122.000	2.001	6 3.3.90.00.00.00.00.00		LUIZ FERNANDO RALDI
ADIANTAMENTO PARA COBRIR DESPESAS DE VIAGENS E SERVIÇOS DE PEQUENO VALOR.																				
414			08/11/13	08/11/2013	135,00	0,00	135,00	08/11/13	0,00	135,00		1300 19961		1179		80 04.122.000	2.001	6 3.3.90.00.00.00.00.00		SANTA TEREZINHA TRANSP. E TURISMO S.A. - FILIAL
DESPESA COM VALES TRANSPORTE PARA USO DA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, REFERENTE 60 PASSES PARA USO NO MÊS DE NOVEMBRO E DEZEMBRO.																				
415			11/11/13	14/11/2013	234,24	0,00	234,24	11/11/13	0,00	234,24		3300 19963		1311000200		28 15.451.000	2.004	56 3.3.90.00.00.00.00.00		OI SA
SERVIÇOS TELEFONICOS DO CONSÓRCIO Nº 3246-6426 REFERENTE NOVEMBRO 2013.																				
416			11/11/13	14/11/2013	46,55	0,00	46,55	11/11/13	0,00	46,55		3300 19963		1311000204		28 15.451.000	2.004	56 3.3.90.00.00.00.00.00		OI SA
SERVIÇOS TELEFONICOS DO CONSÓRCIO Nº 3246-6426 REFERENTE NOVEMBRO PERÍODO 26/06/2013 A 25/10/2013,																				
417			11/11/13	14/11/2013	748,22	0,00	748,22	11/11/13	0,00	748,22		1300 19961		1311000223		118 04.122.000	2.001	6 3.3.90.00.00.00.00.00		OI SA
COMPLEMENTO AO EMPENHO 04 DE SERVIÇOS TELEFONICOS REFERENTE NUMERO 49 3246-1206 PARA USO DO CONSÓRCIO REFERENTE NOVEMBRO PERÍODO 26/06/2013 A 25/10/2013, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.																				
418			11/11/13	14/11/2013	216,38	0,00	216,38	11/11/13	0,00	216,38		1200 19962		6552		143 20.606.000	2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00		SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
AQUISIÇÃO DE ÓLEO 15W40 PARA USO NA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA N°02 CHASSI N° N8TA13202 DO CONSÓRCIO CINCO.																				
419			11/11/13	14/11/2013	1.377,73	0,00	1.377,73	11/11/13	0,00	1.377,73		1200 19962		6550		144 20.606.000	2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00		SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
AQUISIÇÃO DE ELEMENTO DE FILTRO MOTOR, ELEMENTO DE FILTRO COMBUSTIVEL E FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA USO NA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA N°02 CHASSI N° N8TA13202 DO CONSÓRCIO CINCO.																				
420			11/11/13	14/11/2013	2.559,90	0,00	2.559,90	11/11/13	0,00	2.559,90		1200 19962		33837		104 20.606.000	2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00		SAFRA DIESEL
FORNECIMENTO DE ÓLEO DIESEL PARA ESCAVADEIRA HIDRAULICA 01 EM SERVIÇO NO MUNICIPIO DE IBIAM CONFORME CONTRATO 010/2013 CINCO.																				
421			11/11/13	14/11/2013	16,80	0,00	16,80	11/11/13	0,00	16,80		1200 19962		33837		138 20.606.000	2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00		SAFRA DIESEL
COMPLEMENTO AO EMPENHO 104 REFERENTE FORNECIMENTO DE ÓLEO DIESEL PARA ESCAVADEIRA HIDRAULICA 01 EM SERVIÇO NO MUNICIPIO DE IBIAM CONFORME CONTRATO 010/2013 CINCO ADITIVO 13/2013 CINCO.																				
422			11/11/13	11/11/2013	1.000,00	0,00	1.000,00	11/11/13	0,00	1.000,00		1300 19961	850039			156 04.122.000	2.001	6 3.3.90.00.00.00.00.00		LUIZ FERNANDO RALDI
ADIANTAMENTO PARA COBRIR DESPESAS DE VIAGENS E SERVIÇOS DE PEQUENO VALOR.																				

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/11/2013 até 30/11/2013

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Página: 3/4

Ordem	Processo	Nº AF/Ano	Data Emissão	Data Venc.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Docto	Doc. Fiscais	Empenho	Funcional	Pro/Alv	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Dívida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																				
423			13/11/13	13/11/2013	4.113,21	0,00	4.113,21	13/11/13	4.113,21	0,00		1300		551, 552, 553, 555, 556, 557, 558, 560, 561, 562, 563	36 15.452.000	2.005	22 3.3.90.00.00.00.00.00			CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA
			Retenções referentes a liquidação 380 do empenho 36: DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO REFERENTE OUTUBRO DE 2013																	
424			14/11/13	15/11/2013	46.006,11	0,00	46.006,11	14/11/13	0,00	46.006,11		1300 19963		730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740	35 15.452.000	2.005	22 3.3.90.00.00.00.00.00			CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA
			AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO REFERENTE OUTUBRO DE 2013.																	
425			18/11/13	20/11/2013	249,64	0,00	249,64	20/11/13	0,00	249,64		1200 9317			101 28.846.000	0.300	48 3.3.90.00.00.00.00.00			DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE JOAÇABA
			CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP REFERENTE RECEITAS DE OUTUBRO DE 2013.																	
426			18/11/13	20/11/2013	3.101,74	0,00	3.101,74	20/11/13	0,00	3.101,74		1300 19961			19 04.122.000	2.001	5 3.1.90.00.00.00.00.00			INSS
			INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO REFERENTE OUTUBRO DE 2013																	
427			18/11/13	20/11/2013	273,55	0,00	273,55	20/11/13	0,00	273,55		3300 19963			83 15.451.000	2.004	55 3.1.90.00.00.00.00.00			INSS
			INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO DE NADIA DE LORENZI REFERENTE AO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2013																	
428			18/11/13	20/11/2013	333,48	0,00	333,48	18/11/13	0,00	333,48		1200 19962			89 20.606.000	2.008	32 3.1.90.00.00.00.00.00			INSS
			INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO DE DIEGO PIRES DA SILVA REFERENTE AO PERÍODO DE OUTUBRO DE 2013																	
429			20/11/13	15/11/2013	23.334,06	0,00	23.334,06	20/11/13	0,00	23.334,06		1300 19963		551, 552, 553, 555, 556, 557, 558, 560, 561, 562, 563	36 15.452.000	2.005	22 3.3.90.00.00.00.00.00			CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA
			DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO REFERENTE OUTUBRO DE 2013																	
430			28/11/13	28/11/2013	136,42	0,00	136,42	28/11/13	136,42	0,00		1200			73 20.606.000	2.008	32 3.1.90.00.00.00.00.00			DIEGO PIRES DA SILVA
			Retenções referentes a liquidação 387 do empenho 73: FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO PERÍODO DE NOVEMBRO DE 2013.																	
431			28/11/13	28/11/2013	99,47	0,00	99,47	28/11/13	99,47	0,00		3300			81 15.451.000	2.004	55 3.1.90.00.00.00.00.00			NÁDIA DE LORENZI
			Retenções referentes a liquidação 388 do empenho 81: FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO PERÍODO DE NOVEMBRO DE 2013																	
432			28/11/13	28/11/2013	2.523,17	0,00	2.523,17	28/11/13	2.523,17	0,00		1300			17 04.122.000	2.001	5 3.1.90.00.00.00.00.00			ELOI RONNAU E OUTROS
			Retenções referentes a liquidação 389 do empenho 17: FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO PERÍODO DE NOVEMBRO DE 2013																	
433			29/11/13	29/11/2013	11.575,59	0,00	11.575,59	29/11/13	0,00	319,53		1300 19961			17 04.122.000	2.001	5 3.1.90.00.00.00.00.00			ELOI RONNAU E OUTROS
			FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO PERÍODO DE NOVEMBRO DE 2013																	
										3.254,84		1300 19961				04.122.000	2.001			
										6.144,75		1300 19961				04.122.000	2.001			
										1.856,47		1300 19961				04.122.000	2.001			
434			29/11/13	29/11/2013	1.144,01	0,00	1.144,01	29/11/13	0,00	1.144,01		3300 19963			81 15.451.000	2.004	55 3.1.90.00.00.00.00.00			NÁDIA DE LORENZI
			FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO PERÍODO DE NOVEMBRO DE 2013																	
435			29/11/13	29/11/2013	1.379,39	0,00	1.379,39	29/11/13	0,00	1.379,39		1200 19962			73 20.606.000	2.008	32 3.1.90.00.00.00.00.00			DIEGO PIRES DA SILVA
			FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO PERÍODO DE NOVEMBRO DE 2013.																	
436			29/11/13	29/11/2013	799,90	0,00	799,90	29/11/13	0,00	799,90		1200 19962		284	102 20.606.000	2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00			ANTONIO CARLOS FERREIRA TRANSPORTADOR ME
			DESPESAS COM TRANSPORTE ESCAVADEIRA HIDRAULICA 01 DE IBIAM PARA LEBON REGIS REFERENTE, CT002CINCO2013 ADITIVO TA07/2013CINCO																	

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/11/2013 até 30/11/2013

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Página: 4/4

Ordem	Processo	Nº AF/Ano	Data Emissão	Data Venc.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Docto	Doc. Fiscais	Empenho	Funcional	Pro/Atv	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Dívida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																				
437			29/11/13	29/11/2013	645,00	0,00	645,00	29/11/13	0,00	645,00		1300 19961		7327		141 04.122.000	2.001	6 3.3.90.00.00.00.00.00		INFOTRIZ CMERCIAL LTDA - EPP
AQUISIÇÃO DE TONER PARA USO NO CONSORCIO CINCO: 3.00 UNID DE CARTUCHO DE TONER ORIGINAL, PARA IMPRESSORA BROTHER TN-650; COR: PRETO.; SOL. FORNECIMENTO 0012/2013, PAL 0019/2013 - CINCO, PREGÃO ELETRÔNICO 0015/2013 - CINCO, REGISTRO DE PREÇO 0018/2013, CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO.																				
438			29/11/13	29/11/2013	338,00	0,00	338,00	29/11/13	0,00	338,00		1300 19961		1829		142 04.122.000	2.001	6 3.3.90.00.00.00.00.00		CAURÉ INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS LTDA ME
AQUISIÇÃO DE CILINDRO PARA USO EM IMPRESSORA DO CONSORCIO CINCO: 1.00 UNID DE CARTUCHO DE CILINDRO DE IMPRESSÃO LASER ORIGINAL, PARA IMPRESSORA BROTHER DR-620.; SOL. FORNECIMENTO 0013/2013, PAL 0019/2013 - CINCO, PREGÃO ELETRÔNICO 0015/2013 - CINCO, REGISTRO DE PREÇO 0018/2013, CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO.																				
439			29/11/13	15/11/2013	15.000,00	0,00	15.000,00	29/11/13	0,00	15.000,00		1300 19963		551, 552, 553, 555, 556, 557, 558, 560, 561, 562, 563		36 15.452.000	2.005	22 3.3.90.00.00.00.00.00		CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA
DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO REFERENTE OUTUBRO DE 2013																				
440			29/11/13	29/11/2013	26,48	0,00	26,48	29/11/13	0,00	26,48		3300 19963				76 15.451.000	2.004	56 3.3.90.00.00.00.00.00		BANCO DO BRASIL SA
TARIFAS BANCARIAS REFERENTE NOVEMBRO DE 2013 CONTA 20413-7 MIP.																				
441			29/11/13	29/11/2013	26,44	0,00	26,44	29/11/13	0,00	26,44		1200 19962				160 20.606.000	2.008	33 3.3.90.00.00.00.00.00		BANCO DO BRASIL SA
TARIFAS BANCARIAS REFERENTE NOVEMBRO DE 2013 CONTA 20414-5 MÁQUINAS.																				
442			29/11/13	29/11/2013	137,72	0,00	137,72	29/11/13	0,00	137,72		1300 19961				22 04.122.000	2.001	6 3.3.90.00.00.00.00.00		BANCO DO BRASIL SA
TARIFAS BANCARIAS REFERENTE NOVEMBRO DE 2013 CONTA 20412-9																				
Total da Entidade:					134.891,25	0,00	134.891,25		6.872,27	128.018,98										
Total do Período:					134.891,25	0,00	134.891,25		6.872,27	128.018,98										

Fraiburgo, 20/12/2013

Elói Ronnau
Diretor ExecutivoLuiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

CIS/AMOSC**Resolução Nº 03/2013**

RESOLUÇÃO Nº 03/2013

FABIANO DA LUZ, Prefeito Municipal de Pinhalzinho, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, no uso das atribuições conferidas pelos art. 17 e 27 do Estatuto Social:

RESOLVE

Art. 1º Abrir um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2013 do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC no valor de R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais), conforme descrição a seguir:

Órgão: 01.00 - Consórcio Intermunicipal de Saúde
Unidade Orçamentária: 01.02 - Serviços Médicos Especializados
Atividade: 2.002 - Serviços Médicos Especializados
3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 900.000,00

Art. 2º Para fazer face as despesas provenientes do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será utilizado o Excesso de Arrecadação do Exercício de 2013.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 20 de dezembro de 2013.

FABIANO DA LUZ

Prefeito de Pinhalzinho

Presidente do CIS-AMOSC

CIS/AMREC**Extratos de Contratos 2013.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CISAMREC- Consórcio Intermunicipal de saúde da AMREC.

CNPJ 13.791.885/0001-36

EXTRATOS DE CONTRATOS 2013.

1- Extrato de contrato: nº 01/2013

Contratante: JULIANO ZANETTE BORTOLOTTTO

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de fevereiro/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Marco Antonio Bertoncine Cascaes, e pela empresa contratada o Sr. Juliano Zanette.

2- Extrato de contrato: nº 02/2013

Contratante: UNIDADE RADIOLÓGICA CRICIUMA LTDA

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de fevereiro/2013. Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Marco Antonio Bertoncine Cascaes, e pela empresa contratada a Sra. Cleonice Becker Carminatti.

3- Extrato de contrato: nº 03/2013

Contratante: RENAN BOEIRA ROCHA.

Objetivo: prestação de serviços na área da saúde- consulta médica em atenção especializada em nefrologia.

Vigência: a partir de março/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Marco Antonio Bertoncine Cascaes, e pela empresa contratada o senhor Renan

Boeira Rocha.

4-Extrato de contrato: nº 04/2013

Contratante: HOSPITAL DE CARIDADE SÃO ROQUE

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de março/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Marco Antonio Bertoncine Cascaes, e pela empresa contratada o Sr. José Luiz Mauricio Pereira.

5-Extrato de contrato: nº 05/2013

Contratante: ALPHA IMAGEM MEDICINA DIAGNÓSTICA S.S. LTDA

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de março/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Marco Antonio Bertoncine Cascaes, e pela empresa contratada o Sr. Gabriel Garcez Nunes.

6-Extrato de contrato: nº 06/2013

Contratante: CENTRO DE ANÁLISES LABORATORIAIS LTDA - ME.

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de abril/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Marco Antonio Bertoncine Cascaes, e pela empresa contratada o Sr. Alexandre Piccinini.

7- Extrato de contrato: nº 07/2013

Contratante: LABORATÓRIO MULHER LTDA - ME

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de abril/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Marco Antonio Bertoncine Cascaes, e pela empresa contratada a Sra. Cynara da Silva.

8-Extrato de contrato: nº 08/2013

Contratante: BRANDÃO ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA LTDA - ME

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de abril/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Marco Antonio Bertoncine Cascaes e pela empresa contratada o Sr. Bóris Bento Brandão.

9-Extrato de contrato: nº 09/2013

Contratante: Associação Comunitária São Judas Tadeu de Meleiro

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de abril/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Vanderlei Alexandre e pela empresa contratada o Sr. Osmar Minatto.

10-Extrato de contrato: nº 10/2013

Contratante: Clínica de Ortopedia Criciúma Ltda

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de abril/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor Vanderlei Alexandre, e pela empresa contratada o Sr. Luiz Evandro Marcelino.

11-Extrato de contrato: nº 11/2013

Contratante: GUSTAVO PAZINI BORTOLUZZI

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de maio/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor João Réus Rossi, e pela empresa contratada o Sr. Gustavo Pazini Bortoluzzi.

12- Extrato de contrato: nº 12/2013

Contratante: RONALDO PASSOS DA SILVA

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de abril/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor João Réus Rossi, e pela empresa contratada o Sr. Ronaldo Passos da Silva.

13- Extrato de contrato: nº 13/2013

Contratante: CLINICA MÉDICA DEBIASI LTDA

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de Maio/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor João Réus Rossi, e pela empresa contratada a Sr. Marco Aurélio N. Sotero.

14- Extrato de contrato: nº 15/2013

Contratante: CÉSAR AUGUSTO FÁBRIS BENETTON

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de Maio/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor João Réus Rossi, e pela empresa contratada o Sr. César Augusto Fábris Benetton.

15- Extrato de contrato: nº 16/2013

Contratante: LABORATÓRIO MONTEIRO LTDA

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de maio/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor João Réus Rossi, e pela empresa contratada a Sra. Beatriz Garcia Silva.

16- Extrato de contrato: nº 17/2013

Contratante: FUNDAÇÃO HOSPITALAR SANTA OTÍLIA

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de setembro/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor João Réus Rossi, e pela empresa contratada a Sra. Cláudia Scaravaco Zomer.

17- Extrato de contrato: nº 19/2013

Contratante: CLINICA OTORRINOLARINGOLOGICA DR. MUNIR NICOLA AQEL LTDA - EPP

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de setembro/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, João Réus Rossi, e pela empresa contratada o Sr. Juparethan Trento Ribeiro.

18- Extrato de contrato: nº 21/2013

Contratante: SMA SERVIÇO MÉDICO DE ANESTESIA S.S. LTDA - EPP

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de setembro/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor João Réus Rossi, e pela empresa contratada o Sr. Rui Ghedin.

19- Extrato de contrato: nº 23/2013

Contratante: NICELI MACARINI OLIVO EIRELI

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de julho/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor João Réus Rossi, e pela empresa contratada a Sra. NICELI MACARINI OLIVO.

20- Extrato de contrato: nº 24/2013

Contratante: MARCO AURELIO PRAIA PORTO.

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de agosto/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor João Réus Rossi, e pela empresa contratada o Sr. Marco Aurelio Praia Porto.

21- Extrato de contrato: nº 25/2013

Contratante: Clinica de Infectologia Sul Catarinense.

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de setembro/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor João Réus Rossi, e pela empresa contratada o Sr. Roberto Teixeira Oenning.

22- Extrato de contrato: nº 26/2013

Contratante: CLINICA DR. CESARE TIBALDESCK LTDA - ME

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de setembro/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor João Réus Rossi, e pela empresa contratada o Sr. José Luiz Madeira.

23- Extrato de contrato: nº 27/2013

Contratante: ARCANGELO LIBRELATO

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de setembro/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor João Réus Rossi, e pela empresa contratada o Sr. Arcangelo Librelato.

24- Extrato de contrato: nº 28/2013

Contratante: CLINICA DO CORAÇÃO DE LAGUNA S/S LTDA-ME

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de outubro/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor João Réus Rossi, e pela empresa contratada o Sr. Fábio Machado Abreu.

25- Extrato de contrato: nº 29/2013

Contratante: CLINICA MEDICA DE MEDEIROS S/S LTDA - ME

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de outubro/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor João Réus Rossi, e pela empresa contratada o Sr. Sandro Medeiros.

26- Extrato de contrato: nº 30/2013

Contratante: ANDRE PICORAL SARANDY MACHADO

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de outubro/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor João Réus Rossi, e pela empresa contratada o Sr. Andre Picoral Sarandy Machado.

27- Extrato de contrato: nº 31/2013

Contratante: POLICLINICA ACCORDI LTDA - ME - EPP

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de outubro/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor João Réus Rossi, e pela empresa contratada o Sr. Tiago Coral Accordi.

28- Extrato de contrato: nº 32/2013

Contratante: LABORATORIO DE CITOLOGIA CLINICA SAUDE LTDA

Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde

Vigência: a partir de outubro/2013.

Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor João Réus Rossi, e pela empresa contratada a Sra. Simone Rossi Fermo.

29- Extrato de contrato: nº 33/2013
Contratante: CLINICA PRO-VIDA LTDA
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde
Vigência: a partir de outubro/2013.
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor João Réus Rossi, e pela empresa contratada o Sr. Nei Euclides Fava.

30- Extrato de contrato: nº 34/2013
Contratante: SOS CORAÇÃO SS
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde
Vigência: a partir de outubro/2013.
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor João Réus Rossi, e pela empresa contratada o Sr. Julio Domingos.

31- Extrato de contrato: nº 34/2013
Contratante: SUL CARDIO SERVIÇOS MÉDICOS SS LTDA
Objetivo: prestação de serviços de média e alta complexidade na área da saúde
Vigência: a partir de novembro/2013.
Signatários: Pelo CISAMREC o Presidente, Senhor João Réus Rossi, e pela empresa contratada o Sr. Julio Domingos.

Alteração do Estatuto ALTERAÇÃO DO ESTATUTO

Resolve a Assembléia Geral dos Prefeitos, em reunião realizada em 29/04/2013, com base no Art.16º inciso V, do seu Regimento Interno aprovar a alteração no Art. 9º § 4º, ficando com a seguinte redação: "O rateio das despesas de manutenção do consórcio entre os consorciados será realizado em razão do número de habitantes publicado anualmente pelo IBGE ou outra forma que melhor convier definida em Assembléia Geral de Prefeitos".

Criciúma, 29 de Abril de 2013.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito de Balneário Rincão

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito de Cocal do Sul

MÁRCIO BÚRIGO
Prefeito de Criciúma

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito de Forquilha

MURIALDO CANTO GASTALDON
Prefeito de Içara

FABRICIO KUSMIN ALVES
Prefeito de Lauro Muller

AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Morro da Fumaça

EVANDRO LUIS GAVA
Prefeito de Nova Veneza

MARCO A.BERTONCINI CASCAES
Prefeito Orleans

HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Siderópolis

JOÃO RÉUS ROSSI
Prefeito Treviso

JOHNNY FELIPE
Prefeito Urussanga

Decima Alteração Edital de Chamada Pública 001/Cisamrec/2012

DECIMA ALTERAÇÃO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 001/CISAMREC/2012

O CISAMREC - Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC, leva ao conhecimento dos interessados que, no edital acima epígrafado, cujo objeto é o Credenciamento de profissionais/empresas da área da saúde para a prestação de serviços ambulatoriais/hospitais para os municípios integrantes do consórcio, será feita a seguinte retificação, no Anexo I Tabela de Valores e Serviços CISAMREC:

PROCEDIMENTO	CÓDIGO CISAMREC	VALOR R\$
7-CARDIOLOGIA		
Cateterismo Cardíaco	02.11.02.001-0	1.000,00

Criciúma (SC), 24 de setembro de 2013.
JOÃO RÉUS ROSSI
Prefeito Treviso/Presidente CISAMREC

DANIRIA NATALIA SOUZA DA ROCHA
Diretora Executiva CISAMREC

Nona Alteração Edital de Chamada Pública 001/Cisamrec/2012

NONA ALTERAÇÃO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 001/CISAMREC/2012

O CISAMREC - Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC, leva ao conhecimento dos interessados que, no edital acima epígrafado, cujo objeto é o Credenciamento de profissionais/empresas da área da saúde para a prestação de serviços ambulatoriais/hospitais para os municípios integrantes do consórcio, será feita a seguinte retificação, no Anexo I Tabela de Valores e Serviços CISAMREC:

PROCEDIMENTO	CÓDIGO CISAMREC	VALOR R\$
41-TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA		
Angiotomografia de aorta iliaca	04	800,00

Criciúma (SC), 05 de setembro de 2013.
JOÃO RÉUS ROSSI
Prefeito Treviso/Presidente CISAMREC

DANIRIA NATALIA SOUZA DA ROCHA
Diretora Executiva CISAMREC

Oitava Alteração Edital de Chamada Pública 001/Cisamrec/2012

OITAVA ALTERAÇÃO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 001/CISAMREC/2012

O CISAMREC - Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC, leva ao conhecimento dos interessados que, no edital acima epígrafado, cujo objeto é o Credenciamento de profissionais/empresas da área da saúde para a prestação de serviços ambulatoriais/hospitais

para os municípios integrantes do consórcio, será feita a seguinte retificação, no Anexo I Tabela de Valores e Serviços CISAMREC:

PROCEDIMENTO	CÓDIGO CISAMREC	VALOR R\$
40-RESSONANCIA MAGNÉTICA		
Ressonancia magnetica cardiaca com pesquisa de isquemia miocardica.	59	1.300,00
41-TOMOGRÁFIA COMPUTADORIZADA		
Urotomografia	60	400,00

Criciúma (SC), 05 de setembro de 2013.
JOÃO RÉUS ROSSI
Prefeito Treviso/Presidente CISAMREC

DANIRIA NATALIA SOUZA DA ROCHA
Diretora Executiva CISAMREC

Quarta Alteração Edital de Chamada Pública 001/Cisamrec/2012

QUARTA ALTERAÇÃO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 001/CISAMREC/2012

O CISAMREC - Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC, leva ao conhecimento dos interessados que, no edital acima epigrafoado, cujo objeto é o Credenciamento de profissionais/empresas da área da saúde para a prestação de serviços ambulatoriais/hospitalares para os municípios integrantes do consórcio, será feita a seguinte retificação, no Anexo I Tabela de Valores e Serviços CISAMREC:

PROCEDIMENTO	CÓDIGO SUS	VALOR R\$
1- ANESTESISTA		
Consulta médica em atenção especializada	03.01.01.007-2	55,00
Anestesia geral	04.17.01.004-4	175,00
Anestesia regional	04.17.01.005-2	175,00
Sedação	04.17.01.006-0	80,00
35-OTORRINOLARINGOLOGISTA-ambulatorial		
Videonasolaringoscopia	02.09.04.004-1	100,00
35-OTORRINOLARINGOLOGISTA-cirurgião+hospital+anestesista		
Adenoidectomia	04.04.01.001-6	880,00
Amigdalectomia c/ adenoidectomia	04.04.01.003-2	880,00
Amigdalectomia	04.04.01.002-4	880,00
Timpanotomia p/ tubo de ventilação	04.04.01.036-9	880,00
Turbinectomia	04.04.01.041-5	880,00
Timpanoplastia (uni / bilateral)	04.04.01.035-0	880,00
Septoplastia para correção de desvio	04.04.01.048-2	880,00
Tratamento cirurgico de rinite cronica (ozena)	04.04.01.040-7	880,00
Septoplastia reparadora não estética	04.04.01.052-0	880,00
Biópsia dos tecidos moles da boca	02.01.01.052-6	880,00
Biopsia de seio paranasal	02.01.01.044-5	880,00
Cauterização cornetos inferiores	Sem código	880,00
Uvulopalatofaringoplastia	Sem código	880,00

Criciúma (SC), 30 de Abril de 2013.
Presidente CISAMREC

DANIRIA NATALIA SOUZA DA ROCHA
Diretora Executiva CISAMREC

Quinta Alteração Edital de Chamada Pública 001/Cisamrec/2012

QUINTA ALTERAÇÃO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 001/CISAMREC/2012

O CISAMREC - Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC, leva ao conhecimento dos interessados que, no edital acima epigrafoado, cujo objeto é o Credenciamento de profissionais/empresas da área da saúde para a prestação de serviços ambulatoriais/hospitalares para os municípios integrantes do consórcio, será feita a seguinte retificação:

1ª - Item 6: DOCUMENTOS REFERENTES À HABILITAÇÃO - Pessoa Física - acrescentar Certidão de conduta ético profissional emitida pelo Conselho de Classe do profissional responsável pela prestação do serviço.

Feita a retificação acima, o ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito, nos termos da Lei nº 8.666/93.

Criciúma (SC), 29 de Abril de 2013.
VANDERLEI ALEXANDRE
Presidente CISAMREC

DANIRIA NATALIA SOUZA DA ROCHA
Diretora Executiva CISAMREC

Setima Alteração Edital de Chamada Pública 001/Cisamrec/2012

SETIMA ALTERAÇÃO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 001/CISAMREC/2012

O CISAMREC - Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC, leva ao conhecimento dos interessados que, no edital acima epigrafoado, cujo objeto é o Credenciamento de profissionais/empresas da área da saúde para a prestação de serviços ambulatoriais/hospitalares para os municípios integrantes do consórcio, será feita a seguinte retificação, no Anexo I Tabela de Valores e Serviços CISAMREC:

PROCEDIMENTO	CÓDIGO SUS	VALOR R\$
9- CIRURGIA GERAL (serviço profissional)		
Hemorroidectomia	04.07.02.028-4	400,00
Colecistectomia	04.07.03.002-6	400,00
Hernioplastia epigástrica	04.07.04.006-4	400,00
Hernioplastia incisional	04.07.04.008-0	400,00
Hernioplastia inguinal(bilateral)	04.07.04.009-9	400,00
Hernioplastia inguinal/crural(bilateral)	04.07.04.010-2	400,00
Hernioplastia recidivante	04.07.04.011-0	400,00
Hernioplastia umbilical	04.07.04.012-9	400,00
Hernioplastia s/ ressecção intestinal (hérnia estrangulada)	04.07.04.014-5	400,00
Histerectomia com anexectomia uni ou bilateral	04.09.06.011-9	400,00
Histerectomia total	04.09.06.013-5	400,00
Laqueadura tubária	04.09.06.018-6	400,00
Miomectomia	04.09.06.019-4	400,00
Ooforectomia/ooforoplastia	04.09.06.021-6	400,00

Colpoperineoplastia anterior e posterior	04.09.07.005-0	400,00
Exerese de glândula de bertholin/skne	04.09.07.015-7	400,00

Criciúma (SC), 30 de agosto de 2013.
JOÃO RÉUS ROSSI
Prefeito Treviso/Presidente CISAMREC

DANIRIA NATALIA SOUZA DA ROCHA
Diretora Executiva CISAMREC

Sexta Alteração Edital de Chamada Pública 001/Cisamrec/2012

SEXTA ALTERAÇÃO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 001/CISAMREC/2012

O CISAMREC - Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC, leva ao conhecimento dos interessados que, no edital acima epigrafo, cujo objeto é o Credenciamento de profissionais/empresas da área da saúde para a prestação de serviços ambulatoriais/hospitalares para os municípios integrantes do consórcio, será feita a seguinte retificação, após decisão da maioria dos secretários de saúde:

1ª - Anexo I – Tabela de Valores e serviços – alterar valor de consulta especializada:

PROCEDIMENTO	CÓDIGO SUS	VALOR R\$
Consulta médica em atenção especializada em endocrinologia e urologia Aprovada em reunião ordinária da CIR realizada em maio/2013.	03.01.01.007-2	70,00
Consulta médica em atenção especializada em neurologia. Aprovada em reunião ordinária da CIR realizada em julho/2013	03.01.01.007-2	100,00

Feita a retificação acima, o ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito, nos termos da Lei nº 8.666/93.

Criciúma (SC), 16 de Julho de 2013.
JOÃO RÉUS ROSSI
Presidente CISAMREC

DANIRIA NATALIA SOUZA DA ROCHA
Diretora Executiva CISAMREC

Terceira Alteração Edital de Chamada Pública 001/Cisamrec/2012

TERCEIRA ALTERAÇÃO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 001/CISAMREC/2012

O CISAMREC - Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC, leva ao conhecimento dos interessados que, no edital acima epigrafo, cujo objeto é o Credenciamento de profissionais/empresas da área da saúde para a prestação de serviços ambulatoriais/hospitalares para os municípios integrantes do consórcio, será feita a seguinte retificação, após decisão da maioria dos secretários de saúde:

1ª - Anexo I – Tabela de Valores e serviços – alterar TABELA DE EXAMES ANATOMOPATOLÓGICOS

16-EXAMES CITOLÓGICOS E ANATOMOPATOLÓGICOS		
PROCEDIMENTO	CÓDIGO SUS	VALOR R\$
Exame Citopatológico Hormonal Seriado (Mini-mo 3 Coletas)	02.03.01.002-7	10,65
Exame De Citologia Oncotica (Exceto Cervico-Vaginal)	02.03.01.003-5	10,65
Exame Citopatológico De Mama	02.03.01.004-3	15,97
Determinação De Receptores Tumorais Hormonais	02.03.02.001-4	65,55
Exame Anatomo-Patológico Do Colo Uterino - Peca Cirurgica	02.03.02.002-2	43,21
Exame Anatomo-Patológico Para Congelamento / Parafina (Exceto Colo Uterino E Mama)- Peça Cirúrgica Biópsias -Tumor Superficial Da Pele -Cirúrgica de Tireóide -Ânus E Canal Anal -Bolsa Bexiga -Bolsa Escrotal -Conduto Auditivo Externo -Conjuntiva -Córnea -Endométrio -Endométrio Por Aspição Intra Uterina -Hepática (Cada Nódulo a mais R\$ 24,00) -Iris, Corpo Ciliar, Coróide E Vítreo -Lesão De Partes Moles(por agulha/céu aberto) -Medula Óssea -Pele e partes Moles -Próstata Transretal -Rim por punção -Tireóide Ou Paratireóide (Cada Nódulo Mais R\$ 24,00) -Endocárdio/Miocárdio -Tecidos Moles Da Boca	02.03.02.003-0	24,00
Imunohistoquímica De Neoplasias Malignas (Por Marcador)	02.03.02.004-9	92,00
Exame Anatomopatológico De Mama - Biopsia	02.03.02.006-5	24,00
Exame Anatomopatológico De Mama - Peca Cirurgica	02.03.02.007-3	43,21
Exame Anatomo-Patológico Do Colo Uterino - Biopsia	02.03.02.008-1	24,00

Feita a retificação acima, o ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito, nos termos da Lei nº 8.666/93.

Criciúma (SC), 05 de Abril de 2013.
MARCO ANTONIO BERTONCINE CASCAES
Presidente CISAMREC

DANIRIA NATALIA SOUZA DA ROCHA
Diretora Executiva CISAMREC

CISAM

Resolução CISAM/Mo Nº 06/2013

RESOLUÇÃO Nº 06/2013

“Dispõe sobre o funcionamento da regulação no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental do Meio Oeste - CISAM Meio Oeste.”

O Presidente do CISAM - Meio Oeste, no uso de suas atribuições e considerando aprovação da ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL - CISAM Meio Oeste, de 18 de dezembro de 2013, promulga a seguinte resolução:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre o funcionamento da regulação no CISAM Meio Oeste, por meio de seu Órgão Regulador, doravante denominado CISAM-REG, o qual se constitui, nos termos da Cláusula Trigésima Segunda do Contrato de Consórcio Público (Protocolo de Intenções) e art. 33 do Estatuto do Consórcio, em órgão de natureza consultiva e deliberativa do CISAM Meio Oeste destinado ao exercício da atividade regulatória dos serviços de saneamento em proveito dos municípios consorciados.
Parágrafo único. Para os fins de exercício da atividade regulatória, o CISAM-REG poderá atuar em relação à Administração Direta e Indireta dos municípios consorciados.

Art. 2º Fundamentam a existência e funcionamento do CISAM-REG, inclusive por meio de contrato de programa, as seguintes disposições normativas:

I - art. 31, I do Decreto Federal nº 7.217/10, quanto à execução da regulação pelo consórcio;
II - art. 2º, caput, IX do Decreto Federal nº 6.017/07, quanto à gestão associada de serviços públicos, englobando a atividade de regulação por consórcio público;
III - art. 13, caput da Lei Federal nº 11.107/05 e art. 30 do Decreto Federal nº 6.017/07, quanto à utilização do contrato de programa como o instrumento jurídico adequado para que sejam estabelecidas as relações dos municípios consorciados com o Cisam Meio Oeste, por meio do CISAM-REG, visando a implementação da gestão associada da qual faz parte a atividade de regulação;
IV - Cláusula Trigésima Segunda do Contrato de Consórcio Público e art. 33 do Estatuto do Consórcio, quanto à definição do CISAM-REG como órgão de natureza consultiva e deliberativa do CISAM Meio Oeste voltado para as atividades de regulação.

CAPÍTULO II DO FUNCIONAMENTO E DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O CISAM-REG funcionará por meio de uma Câmara de Regulação específica, com a seguinte denominação: “Câmara de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico - CREFISBA”.

Art. 4º Em qualquer um dos procedimentos regulatórios e em

quaisquer fases desses procedimentos, será observado o princípio fundamental de que os usuários possuem plenos direitos em relação a serviços públicos de saneamento adequadamente prestados.

Parágrafo único. O CISAM-REG atuará em estrita observância à transparência, tecnicidade, celeridade e objetividade em suas decisões.

Art. 5º Fica definido que a CREFISBA será formada pela Diretoria Executiva e por mais 3 (três) técnicos do quadro efetivo do Consórcio, os quais serão disponibilizados sempre que houver necessidade para a execução das atividades, podendo haver o estabelecimento de rotinas e procedimentos padronizados por meio de resolução aprovada pela Assembléia Geral.

Art. 6º O Presidente da Câmara de Regulação (CREFISBA) deverá ser eleito necessariamente dentre os seus membros.

Art. 7º Aos membros da Câmara de Regulação é proibido receber qualquer quantia adicional do Consórcio, em razão do exercício das atividades de regulação.

Parágrafo único. O mandato dos membros será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

Art. 8º O Regimento Interno do CISAM-REG deliberará sobre as matérias atinentes à organização e funcionamento da Câmara de Regulação.

Parágrafo único. Caberá ao próprio CISAM-REG aprovar seu Regimento Interno.

Art. 9º A CREFISBA deliberará quando presentes 2/3 (dois terços) de seus membros e suas decisões se darão pelo voto da maioria simples.

§ 1º Havendo igualdade na votação, o voto de desempate será o do presidente.

§ 2º As reuniões da Câmara de Regulação serão convocadas na forma estabelecida pela sua presidência.

CAPÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS E EDIÇÃO DE ATOS NORMATIVOS DE REGULAÇÃO

Art. 10. Compete fundamentalmente ao CISAM-REG o exercício da atividade regulatória no âmbito do consórcio em proveito dos municípios consorciados, seja em relação à Administração Direta ou Indireta destes, aprovando previamente as propostas de regulamentos a serem submetidas à Assembleia Geral, bem como emitindo parecer sobre as propostas de revisão e de reajuste de tarifas e demais preços públicos atinentes aos serviços públicos de saneamento.

Parágrafo único. São ineficazes as decisões da Assembléia Geral sobre as matérias relacionadas à regulação sem que haja a prévia manifestação do CISAM-REG.

Art. 11. Além da competência fundamental do CISAM-REG prevista no art. 10, compete-lhe, ainda:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas em relação a cada município consorciado, tanto no âmbito da Administração Direta como no da Administração Indireta;

III - definir tarifas e outros preços públicos que assegurem o equilíbrio econômico-financeiro dos serviços públicos de saneamento, observada a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Art. 12. Com o objetivo de promover o adequado funcionamento da regulação no âmbito do CISAM-REG, ficam definidas as seguintes competências quanto à edição de normas acerca da matéria:

I - por parte do município consorciado, este editará normas sobre os direitos e obrigações dos usuários e prestadores, bem como sobre as penalidades a que estarão sujeitos os prestadores, as quais constarão em regulamentos próprios;

II - por parte do CISAM-REG, este editará normas sobre as dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, as quais abrangerão os seguintes aspectos:

a) padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços, os quais serão propostos para discussão em Assembleia Geral;

b) prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços, os quais serão propostos para discussão em Assembleia Geral;

c) requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas, os quais serão propostos para discussão em Assembleia Geral;

d) metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e respectivos prazos, os quais serão propostos para discussão em Assembleia Geral;

e) regime, estrutura e níveis tarifários, bem como procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão, por meio de resolução da Assembleia Geral;

f) medição, faturamento e cobrança de serviços, os quais serão propostos para discussão em Assembleia Geral;

g) monitoramento dos custos, os quais serão padronizados por meio de resolução da Assembleia Geral;

h) avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados, a qual será padronizada por meio de resolução da Assembleia Geral;

i) plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação, os quais serão padronizados por meio de resolução da Assembleia Geral;

j) subsídios tarifários e não tarifários, os quais serão propostos para discussão em Assembleia Geral;

k) padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação, os quais serão propostos para discussão em Assembleia Geral; e

l) medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento, as quais serão propostas para discussão e aprovação em Assembleia Geral.

§1º O CISAM-REG, por meio de regulamento aprovado pela Assembleia Geral, deverá instituir regras e critérios de estruturação de sistema contábil e do respectivo plano de contas, de modo a garantir que a apropriação e a distribuição de custos dos serviços estejam em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Lei no Federal nº 11.445/07.

§2º No que tange aos procedimentos e critérios para a atuação do CISAM-REG em suas atividades de regulação e de fiscalização, os municípios consorciados reconhecem, referendam e acatam todas as deliberações acerca do assunto devidamente debatidas e aprovadas em Assembleia Geral do consórcio.

CAPÍTULO IV

DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO DE PROGRAMA

Art. 13. Para que as atividades de regulação integrantes da gestão associada de serviços públicos sejam devidamente prestadas pelo consórcio, por meio do CISAM-REG, em proveito dos municípios consorciados, estes deverão celebrar com aquele Contrato de Programa.

Art. 14. Os municípios consorciados, seja por meio da Administração Direta, seja por meio da Administração Indireta, figurarão como contratantes, ao passo que o consórcio figurará como contratado.

Art. 15. Havendo interesse do município consorciado em relação à implementação das atividades de regulação, este deverá, por meio da Chefia do Poder Executivo, encaminhar ofício à Presidência do consórcio manifestando expressamente a intenção de formalizar contrato de programa nesse sentido.

Art. 16. Recebido o ofício, a Presidência formalizará o respectivo contrato de programa, o qual deverá ser referendado na primeira Assembleia Geral imediatamente posterior.

CAPÍTULO V

DOS PROCEDIMENTOS REGULATÓRIOS ESPECÍFICOS

Art. 17. No âmbito da atividade regulatória, o CISAM-REG, através de sua Câmara de Regulação (CREFISBA) realizará os seguintes procedimentos regulatórios específicos em relação aos municípios consorciados que tenham formalizado com o consórcio o contrato de programa:

I - procedimentos de planejamento;

II - procedimentos de controle periódico;

III - procedimentos de fiscalização;

IV - procedimentos de mediação de conflitos.

Seção I

Dos Procedimentos de Planejamento

Art. 18. Fica determinado que os municípios consorciados encaminharão ao CISAM-REG, via eletrônica, em até 30 (trinta) dias contados da respectiva publicação, para fins de arquivamento e conhecimento, todas as normas relativas ao saneamento, englobando leis, decretos, portarias, resoluções, instruções e demais instrumentos congêneres, bem como o Plano Plurianual, e Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual, o Plano Municipal de Saneamento Básico e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Art. 19. Fica determinado que até o final dos meses de fevereiro, maio e setembro os municípios consorciados encaminharão ao CISAM-REG relatório de informação de gestão acerca dos serviços de saneamento, nos quais serão apontadas as ações executadas no quadrimestre anterior, inclusive com os dispêndios financeiros respectivos, para fins de acompanhamento.

Art. 20. A qualquer momento que julgar oportuno, o CISAM-REG, por meio de seus agentes, poderá promover visitas e auditorias in loco nos municípios consorciados com o fim de acompanhar e explicitar as atividades de planejamento.

Art. 21. O CISAM-REG poderá promover, caso entenda necessário, audiências públicas nos municípios consorciados para explicitar o planejamento e o cumprimento dos objetivos planejados.

Art. 22. Serão editadas resoluções específicas para regulamentar os dispositivos constantes nesta seção, em havendo necessidade.

Seção II

Dos Procedimentos de Controle Periódico

Art. 23. O CISAM-REG promoverá, constantemente, por meio de procedimentos técnicos a serem definidos por meio de resolução específica, as atividades de controle em relação à execução dos objetivos constantes no planejamento dos municípios consorciados quanto às ações de saneamento.

Art. 24. Ao final dos meses de março, junho e outubro, o CISAM-REG expedirá relatório de controle de regulação no qual exteriorizará suas conclusões acerca do cumprimento ou descumprimento dos objetivos planejados pelos municípios consorciados em relação ao planejamento do saneamento, podendo inclusive indicar medidas técnicas e de gestão para a correção de eventuais distorções, sugerindo a fixação de novos prazos.

Art. 25. O CISAM-REG poderá, ao realizar visitas e auditorias, expedir recomendações técnicas, relatórios em geral e notificações para externar suas atividades de controle.

Art. 26. Fica determinada aos municípios consorciados, como forma de plena implementação do controle social, a ampla divulgação à população local, por todos os meios possíveis, tais como imprensa televisiva, falada e escrita, meios eletrônicos e quaisquer outros meios, da existência do CISAM-REG, suas principais competências e meios de contato com este, salientando a possibilidade de que sejam encaminhadas ao ente regulador propostas, sugestões e críticas quanto aos serviços de saneamento.

Art. 27. Fica determinada aos municípios consorciados a divulgação, ao Poder Legislativo local, da existência do CISAM-REG, suas principais competências e meios de contato com este, salientando a possibilidade de que sejam encaminhadas ao ente regulador propostas, sugestões e críticas quanto aos serviços de saneamento.

Art. 28. As propostas, sugestões e críticas quanto aos serviços de saneamento serão encaminhadas em no máximo 30 (trinta) dias contados do recebimento à câmara de regulação.

Art. 29. Serão editadas resoluções específicas para regulamentar os dispositivos constantes nesta seção, em havendo necessidade.

Seção III

Dos Procedimentos de Fiscalização

Art. 30. Observadas as diretrizes de planejamento e as atividades periódicas de controle, o CISAM-REG, por meio de empregado(s) público(s) pertencente aos quadros efetivos do consórcio, poderá promover a fiscalização pontual das atividades de prestação dos serviços públicos de saneamento por parte dos municípios consorciados.

Art. 31. A fiscalização de que trata o art. 30 será exteriorizada por meio de termo de infração, cujo modelo será devidamente aprovado por meio de resolução.

Art. 32. O termo de infração apontará a irregularidade apontada, sem qualquer fixação de multa em desfavor do prestador dos serviços de saneamento; todavia, a título de penalidade educativa, a cada 2 (dois) termos de infração lavrados e mantidos, pela mesma infração, dentro do intervalo de 12 (doze) meses contados da manutenção da primeira infração, será devido pelo prestador penalizado o valor equivalente a 2% (dois por cento) do valor mensal devido a título de regulação no mês em que for lavrado o 2º (segundo) termo de infração; o valor da penalidade aqui previsto será incluído no valor global devido a título de regulação no ano seguinte ao da aplicação da penalidade, por uma única vez, e não em cada uma das parcelas mensais, para posterior destinação ao Fundo de Regulação.

Parágrafo único. A penalidade de que trata o caput deste artigo poderá ser reaplicada a cada nova lavratura de 2 (dois) termos de infração pela mesma infração.

Art. 33. Lavrado o termo de infração, o prestador terá o prazo de até 15 (quinze) dias para apresentar defesa junto à Câmara de Regulação, a qual decidirá em caráter final no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da defesa.

Seção IV

Dos Procedimentos de Mediação de Conflitos

Art. 34. O prestador dos serviços de saneamento no município consorciado é o primeiro local de acolhimento e processamento dos conflitos e insatisfações suscitadas pelos usuários.

Art. 35. Os prestadores de serviços de saneamento definirão, por meio de atos normativos próprios, os procedimentos de acolhimento e processamento dos conflitos e insatisfações suscitadas

pelos usuários.

Parágrafo único. Os atos normativos deverão ser encaminhados para o CISAM-REG na forma prevista no art. 18 desta Resolução.

Art. 36. A CREFISBA só poderá ser acionada pelos usuários com a apresentação, por estes, do termo de encerramento de reclamação ou documento equivalente, a ser fornecido pelo prestador dos serviços de saneamento.

Art. 37. De posse do termo de encerramento de reclamação ou documento equivalente, os usuários poderão iniciar processo administrativo de reclamação contra o prestador dos serviços de saneamento junto ao órgão de regulação (CISAM-REG), expondo as razões das insatisfações.

Art. 38. Iniciado o processo administrativo de reclamação, o órgão de regulação notificará o prestador, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, acerca da reclamação, oportunizando prazo para a apresentação de defesa no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação.

Art. 39. Não apresentada a defesa, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis, será aplicada a penalidade equivalente a 5% (cinco por cento) do valor mensal devido a título de regulação no mês em que expirou o prazo para a apresentação da defesa; o valor da penalidade aqui previsto será incluído no valor global devido a título de regulação no ano seguinte ao da aplicação da penalidade, por uma única vez, e não em cada uma das parcelas mensais, para posterior destinação ao Fundo de Regulação.

Art. 40. Apresentada a defesa, será designada audiência de mediação entre os usuários e prestadores, com o objetivo de dirimir os conflitos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da apresentação da defesa.

Art. 41. Dirimidos os conflitos, será encerrado o processo; caso não haja êxito na audiência de mediação, o órgão de regulação solicitará, caso necessário, o acompanhamento técnico necessário com o fim de promover a instrução processual, o qual será prestado pelo CISAM-REG no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da audiência.

Art. 42. Findo o prazo do art. 41 para o acompanhamento técnico ou finda a audiência sem que tenha sido dirimido o conflito, sem que haja necessidade de acompanhamento técnico, os autos serão encaminhados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do prazo previsto no art. 41 ou da data de realização da audiência, para o julgamento da questão.

Art. 43. Recebidos os autos, a CREFISBA promoverá o julgamento no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do recebimento.

Art. 44. Julgado procedente o processo, o prestador será comunicado no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis sobre a decisão, devendo cumpri-la no prazo máximo constante na própria decisão; caso não haja o cumprimento, será aplicada penalidade equivalente a 5% (cinco por cento) do valor mensal devido a título de regulação no mês em que expirou o prazo para a apresentação da defesa; o valor da penalidade aqui previsto será incluído no valor global devido a título de regulação no ano seguinte ao da aplicação da penalidade, por uma única vez, e não em cada uma das parcelas mensais, para posterior destinação ao Fundo de Regulação.

Art. 45. Caso ainda persista o descumprimento, mesmo após a aplicação da penalidade, será lavrada pelo CISAM-REG notificação formal de descumprimento a ser dirigida à Chefia do Poder Executivo do Município do conflito; passados 60 (sessenta) dias após a entrega da notificação, sem que tenham sido tomadas

providências, será comunicado, por parte do CISAM-REG, o Ministério Público ou outro órgão competente.

Art. 46. O CISAM-REG poderá, em sendo o caso, possibilitar o processamento eletrônico do processo administrativo de reclamação.

CAPÍTULO VI DO PREÇO DE REGULAÇÃO

Art. 47. Diante da inserção do Contrato de Consórcio Público, do estatuto do consórcio e de todas as normas derivadas desses instrumentos no ordenamento jurídico dos municípios consorciados, fica criado o preço de regulação (PR), com a finalidade de promover o adequado custeio e sustentabilidade das atividades regulatórias a serem desenvolvidas pelo CISAM-REG.

Parágrafo único. O preço de regulação (PR) deverá ser considerado para efeitos de cálculo das tarifas, constituindo-se item da composição das mesmas.

Art. 48. Os valores auferidos por meio do PR serão revistos sempre quando houver necessidade, observando-se a adequada sustentabilidade das atividades regulatórias e a modicidade, de modo que poderá haver revisões para valores maiores ou menores além ou aquém dos percentuais acumulados da inflação, dependendo das ações regulatórias planejadas e desenvolvidas e da execução financeira.

Art. 49. Até que seja feita a revisão, a qual deverá ser discutida e aprovada em Assembleia Geral, fica fixado o valor mensal de R\$ 0,20 (vinte centavos) por economia (unidade consumidora) a título de PR em relação aos serviços de abastecimento de água, R\$ 0,16 (dezesseis centavos) por economia (unidade consumidora) a título de PR em relação aos serviços de esgoto, R\$ 0,005 (meio centavo) por habitante a título de PR em relação aos serviços de coleta e destinação de resíduos sólidos e R\$ 0,005 (meio centavo) por habitante a título de PR em relação aos serviços de drenagem urbana.

§ 1º Os PRs serão recolhidos até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da arrecadação pelos prestadores de serviços de saneamento em proveito do consórcio, sendo possível, com a concordância do CISAM-REG, o repasse trimestral ou anual.

§ 2º Caso haja a cobrança dos PRs sem que o recolhimento em proveito do consórcio, o prestador dos serviços será penalizado com a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor faturado do PR, multa essa que será recolhida no mês imediatamente subsequente.

Art. 50. Além das revisões efetivas do PR, este poderá ser atualizado monetariamente, a cada período de 12 (doze) meses, por simples resolução da Diretoria Executiva do consórcio, por meio da aplicação de índice inflacionário acumulado estabelecido pelo INPC (IBGE).

CAPÍTULO VII DO FUNDO DE REGULAÇÃO DO CISAM MEIO OESTE

Art. 51. Diante da especificidade da atividade regulatória e da necessária destinação específica do PR, fica criado o Fundo de Regulação do CISAM Meio Oeste, o qual será um fundo especial, sem autonomia jurídica, cuja gestão e representação ativa e passiva ficarão a cargo da própria Diretoria Executiva do consórcio, com as seguintes diretrizes:

I - seus recursos serão constituídos pelos valores do PR e pelos valores das penalidades previstas nos arts. 32, 39, 44 e 49 desta Resolução, bem como os derivados das respectivas aplicações;

II - suas aplicações serão realizadas unicamente em proveito e em decorrência das atividades regulatórias desenvolvidas no âmbito do CISAM-REG, incluindo despesas correntes e de capital, notadamente as previstas nesta Resolução.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 52. O consórcio e os municípios consorciados providenciarão as respectivas adequações orçamentárias, caso necessárias, para dar consecução ao disposto nesta Resolução.

Art. 53. Fica definido que todos os municípios consorciados ao consórcio a qualquer momento celebrarão contrato de programa com o consórcio para implantar as atividades regulatórias.

Art. 54. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 19 de dezembro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Presidente CISAM / MO

Resolução CISAM/Mo Nº 07/2013

RESOLUÇÃO Nº 07/2013

"Estabelece procedimentos e critérios de prestação de contas do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental - CISAM Meio Oeste aos entes consorciados, na forma que especifica."

O Presidente do CISAM - Meio Oeste, no uso de suas atribuições legais e considerando aprovação da ASSEMBLÉIA GERAL DO CONSÓRCIO DE SANEAMENTO AMBIENTAL - CISAM Meio Oeste, de 18 de dezembro de 2013, promulga a seguinte resolução:

Art. 1º Fica estabelecido que a prestação de contas dos recursos repassados ao Consórcio, objeto de Contrato de Rateio, dar-se-á por via eletrônica no site do consórcio, onde serão disponibilizados os demonstrativos contábeis mensais aos entes consorciados até o último dia do mês subsequente ao executado.

Parágrafo único: Os relatórios mensais de prestação de contas de que trata este artigo a serem publicados são os seguintes:

- a) Balancetes de receita, despesa empenhada e liquidada;
- b) Resumos de contratos formalizados;
- c) Relação de compras;
- d) Balancete financeiro.

Art. 2º A comprovação para os entes consorciados dar-se-á através de emissão de recibo emitido pelo consórcio, o qual constituir-se-á em documento contábil de comprovação de pagamento, emitido após a confirmação do depósito identificado pelo consorciado e enviado via e-mail pelo consórcio.

Parágrafo único. Caso o consorciado não efetuar o depósito como identificado, o consórcio fica desobrigado a emitir o referido recibo.

Art. 3º A prestação de contas anual seguirá o que dispõe o Estatuto Social do Consórcio, com parecer prévio do Conselho Fiscal referente ao Balanço do exercício e posterior aprovação em Assembleia Geral do Consórcio.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 19 de dezembro de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Presidente CISAM-MO

QUIRIRI**Resolução 022/2013**

Resolução CIQ nº 22/2013

Homologa resultado do Processo Licitatório - Tomada de Preços nº 001/2013

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI - CIQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público, ratificado pela indicação dos prefeitos consorciados, na forma do disposto na Lei nº 8.666/93 e alterações, e considerando que:

- Na Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho em sessão realizada no dia 03/12/2013, foi julgado o Processo Licitatório nº 01/2013 - Tomada de Preços para contratação de empresa especializada em serviços de GERENCIAMENTO, CAPACITAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ROTEIRO DE CICLOTURISMO "CIRCUITO DAS ARAUCÁRIAS" NOS MUNICÍPIOS DE CAMPO ALEGRE, CORUPÁ, RIO NEGRINHO E SÃO BENTO DO SUL, tendo o seguinte resultado: LICITANTE VENCEDORA: ASBCICLO - ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE CICLOMONTANHISMO, no valor global de R\$ 54.907,45 (cinquenta e quatro mil, novecentos e sete reais e quarenta e cinco centavos), conforme registro em Ata de 03/12/2013.

- Não houve recurso ou contestação dentro do prazo legal estipulado.

- Houve parecer jurídico favorável para a continuidade do processamento para a contratação do objeto licitado em 11/12/2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar resultado do Processo Licitatório - Tomada de Preços nº 001/2013

Art. 2º - - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul,
19 de dezembro de 2013.

ALCIDES GROHSKOPF

Prefeito de Rio Negrinho

Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri

Resolução Nº 021/2013

Resolução CIQ nº 021/2013

Determina o período de recesso e de férias de funcionários cedidos ao CIQ.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO AMBIENTAL QUIRIRI - CAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, ratificado pela indicação dos prefeitos consorciados

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar o período de recesso e de férias para os funcionários cedidos ao Consórcio Intermunicipal Quiriri;

Art. 2º - Fica estabelecido recesso nos dias 23, 24, 26, 27, 30 e 31 de dezembro de 2013.

Art. 3º - Fica estabelecido o período de férias nos dias 02 a 21 de janeiro de 2014.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul,
19 de dezembro de 2013.

ALCIDES GROHSKOPF

Prefeito de Rio Negrinho

Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri

Resolução Nº 023/2013

Resolução CIQ nº 23/2013

Autoriza firmar contrato conforme resultado do Processo Licitatório - Tomada de Preços nº 001/2013

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI - CIQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público, ratificado pela indicação dos prefeitos consorciados e considerando:

- Que a Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho tornou público que em sessão realizada no dia 03/12/2013, foi julgado o Processo Licitatório nº 01/2013 - Tomada de Preços para contratação de empresa especializada em serviços de GERENCIAMENTO, CAPACITAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ROTEIRO DE CICLOTURISMO "CIRCUITO DAS ARAUCÁRIAS" NOS MUNICÍPIOS DE CAMPO ALEGRE, CORUPÁ, RIO NEGRINHO E SÃO BENTO DO SUL, tendo como resultado a licitante vencedora: ASBCICLO - ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE CICLOMONTANHISMO,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a contratação da ASBCICLO - ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE CICLOMONTANHISMO, para a execução do objeto constante da licitação supra citada.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul,
19 de dezembro de 2013.

ALCIDES GROHSKOPF

Prefeito de Rio Negrinho

Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri